



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4311

Sexta-feira - 25 de Agosto de 2023

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Cordilheira Alta	475	Luiz Alves	809
Abelardo Luz	4	Coronel Martins	479	Macieira	811
Agrolândia	16	Corupá	480	Mafrá	812
Água Doce	17	Cunhataí	495	Major Gercino	814
Águas de Chapecó	21	Curitibanos	497	Maracajá	820
Águas Frias	22	Dionísio Cerqueira	521	Maravilha	823
Águas Mornas	26	Doutor Pedrinho	533	Marema	824
Alfredo Wagner	27	Ermo	535	Matos Costa	829
Anchieta	28	Erval Velho	537	Meleiro	831
Anita Garibaldi	30	Faxinal dos Guedes	556	Modelo	833
Antônio Carlos	31	Flor do Sertão	562	Mondaí	834
Apiuna	37	Formosa do Sul	575	Monte Carlo	836
Arabutã	47	Forquilha	579	Navegantes	839
Arroio Trinta	49	Galvão	580	Nova Trento	850
Ascurra	54	Garopaba	596	Nova Veneza	857
Aurora	59	Gaspar	600	Orleans	929
Balneário Arroio do Silva	62	Gravatal	602	Otacílio Costa	930
Balneário Camboriú	63	Guaraciaba	607	Ouro Verde	939
Balneário Piçarras	75	Guaramirim	633	Paial	942
Barra Bonita	77	Guarujá do Sul	635	Palhoça	947
Barra Velha	79	Guatambú	636	Palma Sola	965
Benedito Novo	98	Ibiam	638	Palmitos	984
Biguaçu	106	Ibicaré	640	Papanduva	994
Blumenau	115	Ibirama	641	Paraíso	997
Bombinhas	148	Içara	649	Passos Maia	1002
Bom Jardim da Serra	139	Imarui	653	Penha	1007
Bom Jesus do Oeste	141	Imbituba	660	Peritiba	1028
Bom Retiro	144	Imbuia	668	Pescaria Brava	1031
Braço do Norte	150	Indaial	670	Petrolândia	1048
Braço do Trombudo	153	Iomerê	687	Pinhalzinho	1049
Brunópolis	155	Ipira	689	Pinheiro Preto	1113
Brusque	156	Iporã do Oeste	692	Piratuba	1117
Caçador	166	Ipuçu	695	Pomerode	1120
Caibi	175	Ipumirim	696	Porto Belo	1122
Camboriú	179	Irani	698	Porto União	1125
Campo Alegre	196	Irineópolis	701	Presidente Castelo Branco	1126
Campo Belo do Sul	203	Itá	704	Presidente Getúlio	1127
Campo Erê	226	Itaiópolis	708	Quilombo	1137
Campos Novos	228	Itapiranga	711	Rio das Antas	1143
Canoinhas	342	Itapoá	715	Rio do Oeste	1149
Capinzal	351	Ituporanga	717	Rio dos Cedros	1158
Capivari de Baixo	365	Jaraguá do Sul	720	Rio do Sul	1152
Catanduvas	366	Joaçaba	740	Rio Fortuna	1165
Caxambu do Sul	380	Jupia	774	Riqueza	1167
Celso Ramos	381	Lacerdópolis	775	Rodeio	1168
Chapadão do Lageado	394	Laguna	777	Romelândia	1171
Chapecó	396	Lauro Muller	793	Salete	1174
Cocal do Sul	461	Lindóia do Sul	794	Saltinho	1175
Concórdia	465	Lontras	806	Sangão	1176

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina





Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4311

Sexta-feira - 25 de Agosto de 2023

Florianópolis/SC

Sumário

Santa Rosa de Lima.....	1181	São José do Cedro.....	1284	Treze de Maio	1393
Santa Rosa do Sul	1185	São José do Cerrito	1288	Treze Tílias	1395
Santa Terezinha do Progresso	1191	São Lourenço do Oeste.....	1291	Trombudo Central.....	1397
Santiago do Sul.....	1192	São Miguel do Oeste.....	1299	Tubarão.....	1401
São Bento do Sul.....	1195	Schroeder	1315	Tunápolis	1408
São Bernardino	1218	Seara	1318	Urubici	1556
São Bonifácio	1227	Serra Alta	1324	Urussanga	1581
São Carlos	1228	Siderópolis.....	1326	Vargeão.....	1582
São Cristóvão do Sul.....	1232	Sombrio.....	1334	Vargem Bonita	1583
São Domingos.....	1244	Taió.....	1340	Videira.....	1589
São Francisco do Sul.....	1245	Tangará	1348	Vitor Meireles.....	1609
São João Batista.....	1273	Tijucas	1355	Witmarsum	1624
São João do Itaperiú	1275	Timbé do Sul	1373	Xanxerê.....	1626
São João do Sul	1277	Timbó	1374	Xaxim.....	1633
São Joaquim	1278	Três Barras	1378		
São José.....	1282	Treviso	1391		

Consórcios

CINCATARINA	1636
CISAM	1685
CISAMAVI	1689
CISNORDESTE	1691
APIS.....	1691
CVC.....	1693
CIGAMVALI.....	1694
CONSAD	1697

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina



Abdon Batista**PREFEITURA****PORTARIA Nº 537/23**

Publicação Nº 5091332

Portaria nº 537/2023

DETERMINA RETORNO AO TRABALHO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Jadir Luiz de Souza, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a lei vigente e,

Considerando comunicação de decisão emitida pelo INSS ao benefício nº 643.780.132-1;

Considerando ASO- Atestado de Saúde Ocupacional de retorno ao trabalho emitido em 22 de agosto de 2023;

Resolve:

Art.1º - Determinar o Retorno a atividade laboral da servidora SIRLEI AGOSTINI CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora (1º vínculo).

Art.2º - O retorno do servidor às atividades se dá na data de 24 de agosto de 2023.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista – SC, em 24 de agosto de 2023.

Jadir Luiz de Souza
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 538/23

Publicação Nº 5091336

Portaria nº 538/2023

DETERMINA RETORNO AO TRABALHO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Jadir Luiz de Souza, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a lei vigente e,

Considerando comunicação de decisão emitida pelo INSS ao benefício nº 643.780.132-1;

Considerando ASO- Atestado de Saúde Ocupacional de retorno ao trabalho emitido em 22 de agosto de 2023;

Resolve:

Art.1º - Determinar o Retorno a atividade laboral da servidora SIRLEI AGOSTINI CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora (2º vínculo).

Art.2º - O retorno do servidor às atividades se dá na data de 24 de agosto de 2023.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista – SC, em 24 de agosto de 2023.

Jadir Luiz de Souza
Prefeito Municipal

Abelardo Luz**PREFEITURA****DECRETO Nº 481 DE 09 DE AGOSTO DE 2023**

Publicação Nº 5089368

DECRETO Nº. 481/2023

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o servidor Sr. JOEL MARCOS CARINI LEOPOLDINA, contratado no Cargo Temporário de Motorista de Caminhão - ACT - 40 horas, aprovado através de Processo Seletivo nº 001/2022, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 09 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 482 DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089384

DECRETO Nº. 482/2023

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o servidor Sr. ROBERTO SIMAO MACHADO, contratado no Cargo Temporário de Motorista de Caminhão - ACT - 40 horas, aprovado através de Processo Seletivo nº 001/2022, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 09 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 483 DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089388

DECRETO Nº. 483/2023

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o servidor Sr. ADELAR PALAORO, contratado no Cargo Temporário de Motorista de Caminhão - ACT - 40 horas, aprovado através de Processo Seletivo nº 001/2022, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 09 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 484 DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089416

DECRETO Nº. 484/2023

Nomeia Servidor para cargo em comissão de Coordenador Apoio Operacional.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Fica nomeado o Sr. ALCEO ALBERTO FILA, RG nº 2.425.114 SSP/SC, CPF nº 860.490.039-04, para exercer o cargo em comissão de Coordenador Apoio Operacional, conforme Lei Complementar nº. 033 de 28 de novembro de 2003 e Lei Complementar nº. 179 de 28 de setembro de 2022, junto a Secretaria Municipal de Administração, por prazo Indeterminado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 09 de agosto de 2023

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 485 DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089446

DECRETO Nº. 485/2023

Nomeia Servidor para cargo em comissão de Diretor de Infra Estrutura Rural.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Fica nomeado o Sr. ALTAIR RICARDO DA SILVA, RG nº 2.426.173 SSP/SC e CPF nº 659.881.249-68, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Infra Estrutura Rural, conforme Lei Complementar nº. 033 de 28 de novembro de 2003 e Lei Complementar nº. 179 de 28 de setembro de 2022, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura, por prazo Indeterminado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 09 de agosto de 2023

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 486 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089451

DECRETO Nº. 486/2023

Contrata servidor em caráter temporário.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Complementar Municipal n. 036/2003 e Lei Complementar n.º 083 de 20 de dezembro de 2010;

CONSIDERANDO, que o(a) presente servidor(a) foi submetido ao edital de teste seletivo nº 002/2023, e o mesmo ficará contratado até a data de 10/08/2025.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Fica contratado em caráter temporário o servidor Sr. ADELAR PALAORO, portador do RG nº 4.121.762 SSP/SC e CPF nº 056.620.219-02, para exercer o Cargo Temporário de MOTORISTA DE CAMINHÃO ACT - 40 horas de acordo com o Anexo Único, da Lei Complementar nº 036 de 28 de novembro de 2003, e Lei Complementar n.º 083 de 20 de dezembro de 2010, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 10 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 487 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089453

DECRETO Nº. 486/2023

Contrata servidor em caráter temporário.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Complementar Municipal n. 036/2003 e Lei Complementar n.º 083 de 20 de dezembro de 2010;

CONSIDERANDO, que o(a) presente servidor(a) foi submetido ao edital de teste seletivo nº 002/2023, e o mesmo ficará contratado até a data de 10/08/2025.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Fica contratado em caráter temporário o servidor Sr. ADELAR PALAORO, portador do RG nº 4.121.762 SSP/SC e CPF nº 056.620.219-02, para exercer o Cargo Temporário de MOTORISTA DE CAMINHÃO ACT - 40 horas de acordo com o Anexo Único, da Lei Complementar nº 036 de 28 de novembro de 2003, e Lei Complementar n.º 083 de 20 de dezembro de 2010, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 10 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 487 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089461

DECRETO Nº. 488/2023

Contrata servidor em caráter temporário.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Complementar Municipal n. 036/2003 e Lei Complementar n.º 083 de 20 de dezembro de 2010;

CONSIDERANDO, que o(a) presente servidor(a) foi submetido ao edital de teste seletivo nº 002/2023, e o mesmo ficará contratado até a data de 10/08/2025.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Fica contratado em caráter temporário o servidor Sr. JOEL MARCOS CARINI LEOPOLDINA, portador do RG nº 6.131.325 SSP/SC e CPF nº 102.232.359-89, para exercer o Cargo Temporário de MOTORISTA DE CAMINHÃO ACT - 40 horas de acordo com o Anexo Único, da Lei Complementar nº 036 de 28 de novembro de 2003, e Lei Complementar n.º 083 de 20 de dezembro de 2010, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 10 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 489 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089467



DECRETO Nº. 489/2023

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS
MEMBROS DA COMISSÃO DE FARMÁCIA
E TERAPÊUTICA DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 69, IV da Lei Orgânica do Municipal, e ainda:

Considerando o disposto na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 4.217/GM/MS, de 29 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando a Portaria nº 1.897, de 26 de Julho de 2017, que aprova a 10ª edição da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) 2017;

Considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

Considerando a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade e integralidade das ações de saúde;

Considerando a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais;

Considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos em face de multiplicidade de alternativas existentes na atualidade;



Considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado a Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de ABELARDO LUZ - SC.

Artigo 2º - A Comissão de Farmácia e Terapêutica será regida nos termos desta portaria.

Artigo 3º - A Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de ABELARDO LUZ - SC é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por finalidade estabelecer normas e procedimentos relacionados a medicamentos e assessorar a gestão em questões referentes a medicamentos.

Artigo 4º - São atribuições da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de ABELARDO LUZ - SC:

- I. Estabelecer normas de prescrição e dispensação de medicamentos;
- II. Definir e selecionar os medicamentos essenciais, elaborar e atualizar periodicamente a relação municipal de medicamentos (REMUME), e avaliar solicitações de alteração nessa relação;
- III. Estabelecer os critérios para aquisição e fornecimento de medicamentos não constantes do elenco nacional do Componente Básico da Assistência Farmacêutica ou da RENAME vigente, fornecidos através de programas específicos do Município;
- IV. Elaborar protocolos e diretrizes terapêuticas para nortear as práticas terapêuticas locais;
- V. Fornecer informação sobre medicamentos e outras tecnologias a equipe de saúde;
- VI. Fomentar e participar de atividades de educação continuada em terapêutica dirigida à equipe de saúde;
- VII. Assessorar a Secretaria de Saúde e seus setores no desenvolvimento, implantação e avaliação de programas que envolvam dispensação de medicamentos;

Artigo 5º- A Comissão de Farmácia e Terapêutica de ABELARDO LUZ -SC é composta de forma multidisciplinar, podendo ser integrada por



profissionais de saúde servidores da Secretaria Municipal de Saúde (minimamente por farmacêuticos, médicos, odontólogos, enfermeiros e profissionais da Epidemiologia).

Artigo 6º - Os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica poderão integrá-la na qualidade de membros efetivos ou membros consultivos.

§1º - Os membros efetivos compõem a plenária, instância deliberativa e normativa da comissão;

§2 - Os membros consultivos compõem conselho consultivo, instância colaboradora da comissão.

Artigo 7º - Ficam designados os seguintes servidores/prestadores de serviços da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica na qualidade de membros efetivos, sendo que a primeira da lista exercerá a função de presidente da Comissão:

I – RAJAN TECHIO DE ARAUJO (Farmacêutico);

II – FRANCIELE REGINA BASSO (Enfermeira);

III – TATHIELI FERRONATO DA SILVA (Médica);

IV – MATEUS GARCIA (odontólogo);

V - ROSANE APARECIDA GONÇALVES LINS RIBEIRO (setor de epidemiologia);

Artigo 8º - Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica na qualidade de membros consultivos:

I – MARIVANE TERESA VERZIGNASSI;

II – JUCIMARI DAVILA BASEI;

Artigo 9º - Considerando-se o relevante interesse público relativo à Comissão de Farmácia e Terapêutica e inerência das atribuições dos membros às atividades do servidor da saúde, os membros da comissão não recebem nenhuma remuneração pelas atividades desempenhadas na Comissão de Farmácia e Terapêutica.

Artigo 10º - As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão de Farmácia e Terapêutica têm caráter normativo e devem ser publicadas, depois de homologadas pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS, e divulgadas nos serviços de saúde.

Artigo 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

Estado de Santa Catarina



Artigo 12º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 10 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 490 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089468

DECRETO N.º 490/2023

“ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR- COMSEA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NERCI SANTIN, Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Ficam ALTERADOS os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar- COMSEA de Abelardo Luz, que passa a ser composto pelos seguintes membros:

1) Secretaria Municipal de Administração:

Titular : Natanael Coelho

Suplente: Wilian Jose Giroto

2) Secretaria Municipal de Educação:

Titular : Iraci Chiquelero

Suplente: Keila Giacomini

3) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular : Aline Zanetin

Suplente: Célia Aparecida da Silva Tatim

4) Secretaria Municipal de Agricultura:

Titular : Tatiane Pires Tasca Stefani

Suplente: Carlos de Senes Pinto

5) Secretaria Municipal de Finanças e Fazenda

Titular : Raquel Pimentel

Suplente: Jucinei Ramilio

6) Movimento dos Trabalhadores Sem Terra /MST

Titular : Silvio de Araújo

Suplente: Não houve indicações.

7) Projeto Madre Bernarda/Pastoral Da Criança

Titular : Ivone Zancanaro Rodrigues

Suplente: Neusa Ana Altreider

8) Sindicato Dos Trabalhadores Rurais (STR)

Titular : Silvino Pereira da Silva

Suplente: Adriana Pereira da Silva de Ramos

9) Representante de Instituição Financeira: Banco do Brasil e SICREDI

Titular : Simoni Aparecida Scherner Strada

Suplente: Bernardete Ferronato da Silva

Art.3º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Abelardo Luz – SC, 16 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO Nº 491 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089471

DECRETO Nº. 491/2023

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido a servidora Sra. JUCARA ALVES CAVALHEIRO NECKEL, contratada no Cargo Temporário de Agente Comunitário de Saúde - ACT - 40 horas, aprovada através de Processo Seletivo nº 002/2023, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 14 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 492 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089474

DECRETO Nº. 492/2023

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido a servidora Sra. ELISANDRA PELLIZZER, contratada no Cargo Temporário de Agente Administrativo ACT - 40 horas, aprovada através de Processo Seletivo nº 001/2023, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 14 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 493 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089483

DECRETO Nº. 493/2023
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido a servidora Sra. MARIELI RAMOS, contratada no Cargo Temporário de Agente Comunitário de Saúde - ACT - 40 horas, aprovada através de Processo Seletivo nº 003/2021, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 14 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 494 DE 16 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089485

DECRETO Nº 494/2023

“DECRETA O RETORNO AO SERVIDOR EM CARGO EFETIVO”

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art.1º. – O RETORNO do Servidor Público Municipal Sr. PAULO CEZAR MARTINS VERLINDO, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, com 40 horas semanais, que se encontrava em Licença sem Vencimento, concedida desde a data de 13 de dezembro de 2021.

Art.2º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação .

Art.3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 16 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 500 DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089492

DECRETO Nº 500/2023

“CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR EM CARGO EFETIVO”

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art.1º. – CONCEDER Licença sem Vencimento ao Servidor Público Municipal Sr. MILTON CESAR FELISBERTO, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista – 40 horas semanais, pelo período de até 01 (um) ano, a contar desta data.

Art.2º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 23 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 502 DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089496

DECRETO Nº. 502/2023
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido a servidora Sra. CRISLAINE DOS SANTOS LEITE, contratada no Cargo Temporário de Agente de Limpeza Copa e Cozinha - ACT - 40 horas, aprovada através de Processo Seletivo nº 002/2023, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 23 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 503 DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089500

DECRETO Nº. 503/2023
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o servidor Sr. ANDERSON WANSCHER, contratado no Cargo Temporário de Motorista ACT - 40 horas, aprovado através de Processo Seletivo nº 004/2021, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 23 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 504 DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089505

DECRETO Nº. 504/2023

Contrata servidor em caráter temporário.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Complementar Municipal n. 036/2003;

CONSIDERANDO, que o(a) presente servidor(a) foi submetido ao edital de teste seletivo nº 002/2023, e a mesma ficará contratada até a data de 23/08/2025.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Fica contratada em caráter temporário a servidora Sra. JULIANE PINHEIRO MENDES, RG nº 13.531.017-4 SSP/PR e CPF nº

055.777.559-05, para exercer o Cargo Temporário de AGENTE DE LIMPEZA COPA E COZINHA – JOSE MARIA - ACT, 40 horas de acordo com o Anexo Único, da Lei Complementar nº 036 de 28 de novembro de 2003 e Lei Complementar nº 083 de 20 de dezembro de 2010 junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 23 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO N° 505 DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5089507

DECRETO N°. 505/2023
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido a servidora Sra. SHIRLE CRISTINA DAMBROS CARNEIRO, contratada no Cargo Efetivo de Cuidador Social - 40 horas, aprovada através de Concurso Público nº 001/2020, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 23 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

Agrolândia

PREFEITURA

DECRETO N° 131, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5089304

DECRETO N° 131, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Altera o Decreto n° 108, de 14 de julho de 2023, que nomeia os Membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, com fundamento no art. 79, inciso VI da Lei Orgânica, no art. 124 da Lei Complementar n° 233, de 20 de abril de 2023 e na Lei Complementar n° 065, de 05 de julho de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, Rodrigo Canani, em substituição a Ricardo Rodrigues, para compor o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT, conforme disposto no inciso IV do art. 1º do Decreto n° 108, de 14 de julho de 2023.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados no presente ato administrativo, nomeados pelo Decreto n° 108/2023 e em suas alterações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 24 de agosto de 2023.

José Constante
Prefeito Municipal

DECRETO N° 130, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5089219

DECRETO N° 130, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Altera o Decreto n° 019, de 17 de fevereiro de 2023, que nomeia os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONMEIO.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n° 2.445, de 09 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, Joacir Fernando Casagrande, em substituição a Gabrieli Kohls Rodrigues, para compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONMEIO, conforme disposto na alínea “a”, do inciso V, do art. 1º do Decreto n° 019, de 17 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados no presente ato administrativo, nomeados pelo Decreto n° 019/2023 e em suas alterações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 24 de agosto de 2023.

José Constante
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

BALANCETE FINANCEIRO - 07/2023 - DEFESA CIVIL

Publicação Nº 5089715

Página: 1 / 1
Data de emissão: 23/08/2023
Exercício de 2023
Período de: Julho à Julho
Despesa: Empenhada

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
Balanço Financeiro - Anexo 13
ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE ÁGUA DOCE



INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		21.064,52	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		41.911,33
Ordinária		21.064,52	Ordinária		41.911,33
Recursos Ordinários DEFESA CIVIL		17.710,92	Recursos Ordinários DEFESA CIVIL		2,04
Recursos Ordinários.		3.353,60	Recursos Ordinários.		41.909,29
Vinculada		0,00	Vinculada		0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		35.912,81	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		9.573,48	EXTRAORÇAMENTÁRIAS		6.513,52
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		-2.364,59	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		3.874,88	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.063,19	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.513,52
SALDOS ANTERIORES		101.465,15	SALDOS ATUAIS		119.591,11
CAIXA		0,00	CAIXA		0,00
CONTAS CORRENTES		990,50	CONTAS CORRENTES		0,00
APLICAÇÕES		100.474,65	APLICAÇÕES		119.591,11
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00
TOTAL		168.015,96	TOTAL		168.015,96

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas Unidade Responsável: FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE ÁGUA DOCE. Emissão: 23/08/2023, às 11:17:19.
Nota(s) Explicativa(s):

BALANCETE FINANCEIRO - 07/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5089708

Página: 1 / 2

Data de emissão: 23/08/2023

Exercício de 2023

Período de: Julho à Julho

Despesa: Empenhada

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

Balanco Financeiro - Anexo 13

ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE



INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		5.071.232,97	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.724.229,14	
Ordinária		4.063.075,59	Ordinária	2.619.818,34	
Recursos Ordinários.		2.891.562,43	SUPERÁVIT - FIA DEMAIS RECURSOS PREFEITURA	2.867,12	
Recursos de Impostos - Educação		466.265,03	Recursos Ordinários.	1.358.589,02	
Recursos de Impostos - Saúde		686.472,52	Recursos de Impostos - Educação	612.823,33	
Recursos FIA / PREFEITURA		15.645,48	Outros recursos não vinculados	159,15	
Outros recursos não vinculados		752,20	SUPERÁVIT / Ordinários.	645.379,72	
Outras Transf. do FNDE		2.369,56			
Recursos Alienação de Bens Destinados a Outros Programas		8,37			
Vinculada		1.008.157,38	Vinculada	1.104.410,80	
Receita da Remun de Dep.Banc. FUNDEB 30%		5.528,18	Receita da Remun de Dep.Banc. FUNDEB 30%	7.017,10	
Transferências Do FUNDEB 70% (Aplicação na Rem. dos Prof. do		485.697,07	Transferências Do FUNDEB 70% (Aplicação na Rem. dos Prof. do	692.299,22	
Salário Educação		53.244,70	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	10.676,28	
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar		13.157,87	Transferências de Convênios - Educação	225.091,80	
PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar		9.041,61	Recursos COSIP	51.489,31	
Transferências de Convênios - Educação		183.717,68	Convênio Trânsito Militar	5.000,00	
Recursos F.M. SANEAMENTO		19.249,99	Convênio Trânsito Civil	2.024,81	
Recursos FEP/CFEM		184,55	Convênio Trânsito Prefeitura	7.657,30	
Emendas Parlamentares Individuais - Transf.Especial		147,89	SUPERÁVIT - F.M. SANEAMENTO	27.206,79	
Emendas Parlamentares		6.451,07	SUPERÁVIT - Convênio Trânsito Civil	3.809,69	
Transf. Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 Art. 5º		54.191,52	SUPERÁVIT - Convênio Trânsito Prefeitura	73.717,32	
Transf. Destinadas ao Setor Cultural - LC 195/2022 Art.º 8 Demais		21.943,25			
Recursos COSIP		50.528,26			
Convênio Trânsito Militar		27.317,55			
Convênio Trânsito Civil		29.727,80			
Convênio Trânsito Prefeitura		48.028,39			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.472.056,77	
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		-633.739,05	EXTRAORÇAMENTÁRIAS	497.542,48	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		-527.701,11	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	90.348,35	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		-516.108,93	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		410.070,99	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	407.194,13	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
Balanço Financeiro - Anexo 13
ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

Página: 2 / 2
Data de emissão: 23/08/2023
Exercício de 2023
Período de: Julho à Julho
Despesa: Empenhada



INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
SALDOS ANTERIORES	19.431.712,82	SALDOS ATUAIS	17.175.378,35
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES	48.089,72	CONTAS CORRENTES	143.908,51
APLICAÇÕES	19.383.623,10	APLICAÇÕES	17.031.469,84
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
TOTAL	23.869.206,74	TOTAL	23.869.206,74

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE. Emissão: 23/08/2023, às 11:22:33.
Nota(s) Explicativa(s):

JOSELI TRENTO
CONTADORA-CRC/SC 022069/O-8

NELCI TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

BALANCETE FINNACEIRO - 07/2023 - FIA

Publicação Nº 5089719



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
Balanço Financeiro - Anexo 13
ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE ÁGUA DOCE

Página: 1 / 1

Data de emissão: 23/08/2023

Exercício de 2023

Período de: Julho à Julho

Despesa: Empenhada

INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA			DESPA ORÇAMENTÁRIA		
Ordinária		8.172,05	Ordinária		104.489,72
Recursos FIA / PREFEITURA		8.172,05	Recursos Ordinários.		104.489,72
Recursos FIA / DOAÇÕES EMPRESAS		7.374,59	SUPERÁVIT - FIA / PREFEITURA		1.264,40
Recursos Ordinários FIA IMPOSTO DE RENDA		491,14			103.225,32
Recursos Ordinários FIA IMPOSTO DE RENDA		306,32			
Vinculada		0,00	Vinculada		0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		16.612,60	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		-1.122,64	EXTRAORÇAMENTÁRIAS		120,35
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		-1.242,99	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		120,35	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		120,35
SALDOS ANTERIORES		1.001.164,99	SALDOS ATUAIS		920.216,93
CAIXA		0,00	CAIXA		0,00
CONTAS CORRENTES		0,00	CONTAS CORRENTES		0,00
APLICAÇÕES		1.001.164,99	APLICAÇÕES		920.216,93
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00
TOTAL		1.024.827,00	TOTAL		1.024.827,00

Fonte: Sistema Contábil - Belva Sistemas.Unidade Responsável: FUNDO MUNICIPAL INFANCIA ADOLESCENCIA AGUA DOCE. Emissão: 23/08/2023, às 11:12:46.
Nota(s) Explicativa(s):

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DOE AVISO - EDITAL 57-2023- DL 58- CIDIR LIN. BARRA DO MAIDANA

Publicação N° 5089957

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2FB521537371621A3EDCDF5DC5C624679EA8E688

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Adm. N° 57/2023

Dispensa de licitação N° 58/2023

Objeto: Contratação de Consórcio Público - **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA – CIDIR**, especializado em Infraestrutura Rodoviária, para **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA LINHA BARRA DO MAIDANA - TRECHO 02, EMAC 128, MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, TOTALIZANDO 2.320,00 m², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PROJETO ARQUITETÔNICO EM ANEXO, PROCESSO SCC – 14950/2021, PORTARIA N°390 SEF DE 23/09/2021.**

Fundamento Legal: Art.24, inciso XXVI, da Lei Federal n° 8.666/93.

Contratada Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento de Infraestrutura Rodoviária – CIDIR.

Valor: R\$ 150.314,06 (cento e cinquenta mil, trezentos e quatorze reais e seis centavos).

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00hrs, endereço eletrônico: www.aguasdechapeco.sc.gov.br, ou INFORMAÇÕES pelo email: compras@aguasdechapeco.sc.gov.br, fone (0**49) 33390855

Cód.Registro de Informação (e-Sfinge): 2FB521537371621A3EDCDF5DC5C624679EA8E688
LEONIR ANTONIO HENTGES - PREFEITO MUNICIPAL

Águas Frias

PREFEITURA

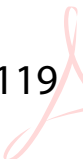
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2023

Publicação Nº 5091719

Estado de Santa Catarina			
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS			
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Primeiro Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preços nº11/2023			
Ata Nº:	11/2023		
Detentora da Ata:	LOURDES ISOTON		
Objeto	Aquisição de Gêneros Alimentícios		
Processo Nº	24/2023		
Modalidade	Pregão Nº 6/2023		
Vigência da Ata	Início: 25/08/2023		Fim: 31/12/2023
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Qtde a ser aditivada
1	10	Enroladinho de Salsicha	50kg
1	29	Pastel de Forno Assado	62,50kg
Águas Frias – SC, 24 de agosto de 2023			
LUIZ JOSE		Assinado de forma digital por	
DAGA:625899119		LUIZ JOSE	
04		DAGA:62589911904	
		Dados: 2023.08.24 16:51:48	
		-03'00'	
LUIZ JOSÉ DAGA			
Prefeito			

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº3/2023

Publicação Nº 5091639

Estado de Santa Catarina			
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS			
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Segundo Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preços nº3/2023			
Ata Nº:	3/2023		
Detentora da Ata:	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA		
Objeto	Aquisição de Gêneros Alimentícios		
Processo Nº	7/2023		
Modalidade	Pregão Nº 2/2023		
Vigência da Ata	Início: 25/08/2023		Fim: 31/12/2023
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Qtde a ser aditivada
1	121	Lentilha, Pacote com 500G	19(15%)
1	135	Manteiga	20(20%)
Águas Frias – SC, 24 de agosto de 2023			
LUIZ JOSE		 Assinado de forma digital por LUIZ JOSE DAGA:62589911904 Dados: 2023.08.24 16:46:45 -03'00'	
DAGA:625899119			
04			
LUIZ JOSÉ DAGA			
Prefeito			

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº4/ 2023

Publicação Nº 5091652

Estado de Santa Catarina			
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS			
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Segundo Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preços nº4/2023			
Ata Nº:	4/2023		
Detentora da Ata:	SCS COMÉRCIO LTDA		
Objeto	Aquisição de Gêneros Alimentícios		
Processo Nº	7/2023		
Modalidade	Pregão Nº 2/2023		
Vigência da Ata	Início: 25/08/2023		Fim: 31/12/2023
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Qtde a ser aditivada
1	166	Pimentão	41,50 (25%)
1	173	Queijo Mussarela Fatiado Zero Lactose	14 (20%)
1	188	Suco de Uva Integral	45 (15%)
Águas Frias – SC, 24 de agosto de 2023			
LUIZ JOSE		Assinado de forma digital por LUIZ JOSE DAGA:62589911904	
DAGA:62589911904		Dados: 2023.08.24 16:49:12 -03'00'	
LUIZ JOSÉ DAGA			
Prefeito			

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº5/2023

Publicação Nº 5091703

Estado de Santa Catarina			
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS			
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Primeiro Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preços nº5/2023			
Ata Nº:	5/2023		
Detentora da Ata:	NEIVA RODRIGUES DOS SANTOS DA SILVA 02415566942		
Objeto	Aquisição de Gêneros Alimentícios		
Processo Nº	7/2023		
Modalidade	Pregão Nº 2/2023		
Vigência da Ata	Início: 25/08/2023		Fim: 31/12/2023
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Qtde a ser aditivada
1	157	Pão Frances	132(12%)
1	159	Pão para Cachorro Quente	70(20%)
Águas Frias – SC, 24 de agosto de 2023			
LUIZ JOSE		Assinado de forma digital por	
DAGA:625899119		LUIZ JOSE DAGA:62589911904	
04		Dados: 2023.08.24 16:50:32	
		-03'00'	
LUIZ JOSÉ DAGA			
Prefeito			

Águas Mornas

PREFEITURA

DECRETO Nº 072/2023 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 5092650

DECRETO Nº 072/2023
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, I, da Lei nº 1.024/2022 de 24/11/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no corrente exercício financeiro, no total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.1.600.0000.002, a seguinte dotação:

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0501.10.303.0004.2026	Manutenção das Ações de Farmácia Básica	90.000,00
3.3.90.00/0.1.600.0000.002	Outras Despesas Correntes	90.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 25 de agosto de 2023.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos vinte e cinco dias no mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Alfredo Wagner**PREFEITURA****PORTARIA N° 364/2023**

Publicação N° 5090917

PORTARIA N° 364/2023

CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 EM PECÚNIA AO SERVIDOR PÚBLICO ADENÍSIO DA SILVA

ADILSON MARIOTTI, Secretário Municipal da Infraestrutura de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias, com conversão de 1/3 em pecúnia ao servidor, Adenísio da Silva, ocupante do cargo público de auxiliar de manutenção e conservação, lotado na Secretária Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 02/03/2022 a 01/03/2022 com início no dia 01 de setembro de 2023.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

24 de agosto de 2023

ADILSON MARIOTTI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA

PUBLICADA NESTA DATA

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

Está Portaria 364/2023

Foi publicado conforme Artigo 16 LOM

De: 24/08/2023 a 24/09/2023

PREGÃO PRESENCIAL N°18/2023

Publicação N° 5091613

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 10B09DF64176AB4B833D03E7DB142DA662ED4D7A

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial N°18/2023

Tipo de Licitação: Menor preço por Item / Registro de Preços

Data de Abertura: 06 de setembro de 2023.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

CÓDIGO DE REGISTRO: 10B09DF64176AB4B833D03E7DB142DA662ED4D7A

Referente aquisição estimada de Cesta Básica, e Gêneros de Alimentação com entrega parcelada nas Escolas, Creches e Secretarias do Município de Alfredo Wagner, divididos por itens, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos, parte integrante do edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48) – 3276-1211 Setor de Compras e Licitações.

Alfredo Wagner, em 24 de Agosto de 2023.

Gilmar Sani

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 23/2023

Publicação Nº 5089544

Processo Administrativo Disciplinar nº 23
Portaria de Instauração nº 279/2023

DECISÃO ADMINISTRATIVA

1. RELATÓRIO

Trata-se do Processo Administrativo Disciplinar nº 23, instaurado pela

Portaria nº 279, de 28 de abril de 2023, publicada no DOM/SC edição de nº 4.198, de 02 de maio de 2023, tendo por objetivo apurar responsabilidade do servidor R.A.R., ocupante do cargo de motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Esportes. Tendo por objetivo apurar a responsabilidade de colisão de trânsito do veículo Mascarello, placas RXK 9177, com o veículo JEEP RENEGAGE, placas RLP8C41, ocorrido em 10 de abril de 2023, na Cidade de Guaraciaba/SC.

Nomeada a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, através do Decreto Municipal nº 218/2019, de 04 de dezembro de 2019, sendo alterado pelos Decretos 095/2020, de 08 de junho de 2020, Decreto 138/2020, de 10 de agosto de 2020, Decreto 219/2021, de 16 de setembro de 2021, Decreto 293/2021, de 14 de dezembro e Decreto 061/2022, de 19 de abril de 2022.

A comissão processante iniciou os trabalhos em 17 de maio de 2023, conforme se infere na Ata 01 de Instalação e Deliberações da Comissão colacionada às fls.08. Em seguida procedeu-se a expedição do ofício nº 07/2023 ao prefeito municipal comunicando o início dos trabalhos colacionada às fls.09 seguido da Notificação Prévia do acusado, (fls.16), na data de 17 de maio de 2023, assegurando ao direito do contraditório e ampla defesa.

A Comissão intimou o acusado na data de 14 de junho de 2023 (fls. 18), sendo que o mesmo não compareceu. Então realizou-se nova intimação (fls.19) em 19 de junho de 2023, onde procedeu-se com o interrogatório do acusado (fls.20), na data de 20 de junho de 2023. Em 09 de agosto de 2023, o servidor ora mencionado recebeu o Termo de Indiciação, tendo o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa escrita (fls. 25).

Às fls.32-35, consta Relatório Final elaborado pela Comissão Processante, que em virtude de todo o exposto, bem como, análise ao interrogatório e a documentação juntada aos autos, a comissão entende que o servidor R.A.R deixou de cumprir com seus deveres constantes no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 113/2022 no art. 93, inciso I- exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, sendo elaborado Relatório Final sugerindo que o mesmo arque com as custas de franquia para o reparo do dano no veículo JEEP RENEGAGE, placas RLP8C41 de propriedade de Aline Gasperin.

Para tanto o parecer da comissão responsável é pela indicição do servidor R.A.R. por configurar como responsável pelo fato que originou o procedimento.

Às fls.36-37, consta parecer jurídico da procuradora municipal, manifestando-se acerca da legalidade do procedimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Conforme prevê a Lei Complementar Municipal nº 113/2022 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anchieta, em seu Art. 133, cumpre destacar que as fases do processo disciplinar, foram integralmente observadas pela Comissão Processante.

Foi demonstrado nos autos, que o servidor R.A.R, ocupante do cargo de motorista, lotado na Secretaria Municipal de educação, deixou de cumprir suas obrigações com zelo e dedicação, considerando também, o art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anchieta.

Depreende-se do relatório final da comissão processante pela aplicação de responsabilização do servidor, dessa forma, entende-se que o servidor supramencionado deixou de cumprir com os deveres constantes no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 113/2022 no Art. 93, inciso I, sendo responsabilizado pelo ocorrido conforme comprovado no inquérito.

3. DECISÃO

Desse modo, cotejando os atos do servidor com os deveres e vedações aplicáveis aos servidores públicos, conforme Lei Complementar nº. 113/2022, verifica-se que a conduta do Servidor Público Municipal R.A.R., deixou de cumprir com os deveres constantes na lei ora mencionada, sendo responsabilizado pelo ocorrido conforme comprovado no inquérito, dessa forma, conclui-se pela responsabilização do servidor, pela incidência no Art. 93, e desse modo, DECIDO pela aplicação da penalidade de que o mesmo arque com as custas de franquia para o reparo do dano no veículo JEEP RENEGAGE, conforme Estatuto dos Servidores, Lei Complementar nº 113/2022.

Outrossim, no âmbito administrativo DETERMINO, a realização das seguintes providências:

- a) Publicação da presente Decisão no Diário Oficial dos Municípios;
- b) Comunicar o servidor da presente decisão;
- c) Encaminhar ao Setor de Recursos Humanos do Município, para providências;
- d) Comprovada a notificação do interessado archive-se o comprovante junto ao Processo Disciplinar.

Anchieta - SC, 24 de agosto de 2023.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº10/2023

Publicação Nº 5089837

PORTARIA Nº 10/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica municipal, pelo regimento interno da câmara resolução n.11 de 16 de dezembro de 2010 e decreto n. 002/2014:

Resolve:

I- Art. 1º CONCEDER 5 (cinco) Diária para viagem à Brasília/DF, com Destino a Brasília com saída no dia 27 de agosto de 2023 e retorno dia 01 de setembro de 2023;

Concessão diárias no valor de R\$ 4.142,35 (quatro mil, cento e quarenta e dois reais com trinta e cinco centavos);

- VALDECI LUIS CELLA
- IONE TERESINHA PRESOTTO

Art.2º Estabeleceu -se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº002/2014, tendo como valor da diária R\$ 7,24 UFRM, tendo em vista o valor da UFRM, perfazendo o total de R\$ 4.142,35 (quatro mil, cento e quarenta e dois reais com trinta e cinco centavos);

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, em 24 de agosto de 2023.

Valdeci Luis Cella
Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria
Foi publicada na forma da Lei.

Mateus Pedretti Delai
Diretor Geral

Anita Garibaldi**PREFEITURA****Nº 3333/2023**

Publicação Nº 5090942

DECRETO 3333/2023
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

JOAO CIDINEI DA SILVA, Prefeito de Anita Garibaldi no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei 2383 de 01 de dezembro de 2.022;

Art 1º - Fica aberto crédito suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na dotação abaixo descrita:

Fundo Mun. Assistência Social
1601.2076.33390.012(500)Manutenção da secr. Assistência social R\$ 50.000,00

Art 2º - Para cobertura das despesas consignadas no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação verificada na respectiva fonte de recursos.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Anita Garibaldi, 10 de agosto de 2023

João Cidinei da Silva
Prefeito

Decreto registrado e publicado em 10 de agosto de 2023

Nº 3335/2023

Publicação Nº 5090950

DECRETO 3335/2023
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

JOAO CIDINEI DA SILVA, Prefeito de Anita Garibaldi no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei 2383 de 01 de dezembro de 2.022;

Art 1º - Fica aberto crédito suplementar na importância de R\$ 22.813,64 (vinte e dois mil, oitocentos e treze reais e sessenta e quatro centavos) nas dotações abaixo descritas:

Fundo Municipal de Saúde
1201.2067.33171.114(002)Manutenção de consórcios – saúde R\$ 7.542,31
1201.2067.33371.119(002)Manutenção de consórcios – saúde R\$ 14.946,88
1201.2067.34471.124(002)Manutenção de consórcios – saúde R\$ 324,45

Art 2º - Para cobertura das despesas consignadas no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação verificada na respectiva fonte de recursos.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Anita Garibaldi, 21 de agosto de 2023

João Cidinei da Silva
Prefeito

Decreto registrado e publicado em 21 de agosto de 2023

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 450/2023

Publicação Nº 5091852

PORTARIA Nº 450/2018
Concede Abono de Permanência.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto no artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e conforme o Parecer Jurídico nº 41/2023;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a servidora ROZIANE VANDA DA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, o benefício do ABONO DE PERMANÊNCIA previsto no artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, retroativo a maio/2023.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 24 de agosto de 2023.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 25 de agosto de 2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO 21/2023

Publicação Nº 5089348

PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO 21/2023

FF43A15EFA8624D6634B0A5BBC228A2B1FAD749E

ELLIZ GEOVANIA SILVEIRA, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura solicitou abertura de processo legal para a aquisição parcelada de camisetas serigrafadas personalizadas para uso em eventos promovidos pelo Município de Antônio Carlos/SC.

CONSIDERANDO que as camisetas serão para uso em eventos organizados pela municipalidade, sendo um deles o desfile cívico que ocorrerá no dia 03/07, organizado pela Secretaria de Educação Cultura, que este ano irá homenagear o aniversário de 60 anos de emancipação política.

CONSIDERANDO que as camisetas servirão para identificação de todos os profissionais que estarão trabalhando nos eventos, facilitando a identificação dos organizadores.

CONSIDERANDO que o município não possui licitação vigente para este objeto, justificamos a realização do presente processo.

CONSIDERANDO que a quantidade a ser solicitada foi apurada de acordo com o número de pessoas envolvidas na organização e no apoio durante os eventos e o valor para a contratação foi estimado com base em orçamentos, em anexo.

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, Inciso,II,

É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

OBJETO: Aquisição parcelada de camisetas serigrafadas personalizadas para uso em eventos promovidos pelo Município de Antônio Carlos/SC.

Contratado: Emerson Alves 02219381927

CNPJ: 11.968.405/0001-34

Endereço: Rua Daniel Petry, 401, Centro, Antonio Carlos/Sc. Cep: 88180-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	230	Unidade	CAMISETA SUBLIMADA Personalizada para campanhas e eventos. Camiseta branca, com manga curta, em poliéster. Estampa em sublimação colorida na frente, com impressão da logomarca da campanha ou do evento nas mangas - artes a definir. Tamanhos P, M, G e GG – a definir. Observação: A cada solicitação de fornecimento, a licitante vencedora deverá encaminhar o layout da camiseta para aprovação. A cor e as quantidades de cada tamanho serão definidas na emissão da autorização de fornecimento.	R\$ 18,00	R\$ 4.140,00
Valor total					R\$ 4.140,00

VALOR TOTAL: O valor total para aquisição dos itens é de R\$ 4.140,00 (quatro mil, cento e quarenta reais).

FUNDAMENTO DA DESPESA: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do ano de 2023:

Órgão: 04 – Secretária de Educação e Cultura

Unidade: 03 – Fundo Municipal de Cultura

Projeto/Atividade: 2.016 – Apoio a Cultura

Despesa: 104 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0500

Antônio Carlos/SC, 24 de agosto de 2023.

ELLIZ GEOVANIA SILVEIRA

Presidente da Comissão de Licitações

PROCESSO ADMINISTRATIVO 121/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO 22/2023

Publicação Nº 5090380

PROCESSO ADMINISTRATIVO 121/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO 22/2023

D1FF3CA518184B420E06224139B1A532EDB22802

ELLIZ GEOVANIA SILVEIRA, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura solicitou abertura de processo legal para a contratação de banda para o Desfile Cívico que este ano homenageará os 60 anos de emancipação política.

CONSIDERANDO que os desfiles acontecem há muitos anos na nossa cidade, porém no período de Pandemia da COVID-19 não foi possível realizar.

CONSIDERANDO que nosso município ainda não possui uma banda de fanfarra, sendo que entramos em contato com os municípios vizinhos e a grande maioria também irá realizar no dia 03/09 seus desfiles, o que nos impede de conseguirmos uma banda de maneira gratuita.

CONSIDERANDO que alterar a data para o dia 09/09 chocaria com a tradicional festa de Santa Maria em uma de nossas comunidades, e no dia 07/09 (quinta-feira) muito dos nossos munícipes mantém suas feiras de frutas e verduras em outros lugares, o que prejudicaria a realização do desfile neste dia.

CONSIDERANDO que o valor para a contratação foi estimado com base em orçamentos, em anexo.

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, Inciso,II,

É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

OBJETO: Contratação de banda para tocar durante o Desfile Cívico que este ano homenageará os 60 anos de emancipação política.

Contratado: Instituto Musical e Coreográfica Asas do Ipiranga

CNPJ: 41.860.353/0001-49

Endereço: Rua Justino Leite Neto, 20, Roçado, São José/SC Cep: 88.108-330.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Serviço	Contratação de empresa para apresentação de fanfarra, por no mínimo 4 horas, devendo conter todos instrumentos que compõe a banda de fanfarra. Está incluso a alimentação e transporte dos músicos.	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
Valor total					R\$ 6.000,00

VALOR TOTAL: O valor total para aquisição dos itens é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

FUNDAMENTO DA DESPESA: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do ano de 2023.

Órgão: 04 – Secretária de Educação e Cultura

Unidade: 03 – Fundo Municipal de Cultura

Projeto/Atividade: 2.016 – Apoio à Cultura

Despesa: 104 . 3.3.90.00.00.00.0.1.0500

Antônio Carlos/SC, 23 de agosto de 2023.

ELLIZ GEOVANIA SILVEIRA

Presidente da Comissão de Licitações

PROCESSO ADMINISTRATIVO 122/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO 23/2023

Publicação Nº 5090459

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5644046841F9AF6B2FA186D198D13D2D551D9AC1

PROCESSO ADMINISTRATIVO 122/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO 23/2023

5644046841F9AF6B2FA186D198D13D2D551D9AC1

ELLIZ GEOVANIA SILVEIRA, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitou abertura de processo legal para a contratação de empresa especializada no serviço de topografia, para processo de desapropriação de área onde será construída a nova Ubs, localizada no bairro Rachadel, no Município de Antônio Carlos/SC.

CONSIDERANDO que o imóvel possui 2 hectares, cuja matrícula é 9.295, localizado na Rua Nilton Olegário Schmitz, no bairro Rachadel.

CONSIDERANDO que o município não possui em seu quadro de funcionários, profissional especializado para realização dos serviços descritos neste processo.

CONSIDERANDO que os serviços a serem fornecidos pela empresa compreendem o levantamento topográfico georreferenciado da área de 2 hectares a ser desapropriada, o processamento dos dados coletados, o projeto de desapropriação, memorial descritivo, termo de responsabilidade técnica (TRT), requerimentos, tramitação do processo junto ao cartório de tabelionato e cartório de Registro de Imóveis, o cadastramento das vias de acesso e a identificação dos extremantes lindeiros ao imóvel.

CONSIDERANDO que o valor para a contratação foi estimado com base em orçamentos, em anexo.

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, Inciso,II,

É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

OBJETO: Contratação de empresa especializada no serviço de topografia, para processo de desapropriação de área onde será construída a nova Ubs, localizada no bairro Rachadel, no Município de Antônio Carlos/SC.

Contratado: JE Topografia e Projetos Ltda Epp

CNPJ: 24.836.178/0001-35

Endereço: Rua São Francisco de Assis, 749, Guimar de Baixo, Antônio Carlos/SC 88.180-000.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Serviço	Serviços de levantamento topográfico georreferenciado da área de 2 hectares a ser desapropriada, processamento dos dados coletados, projeto de desapropriação, memorial descritivo, termo de responsabilidade técnica (TRT), requerimentos, tramitação do processo junto ao cartório de tabelionato e cartório de Registro de Imóveis, o cadastramento das vias de acesso e a identificação dos extremantes lindeiros ao imóvel	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Valor total					R\$ 3.000,00

VALOR TOTAL: O valor total para aquisição dos itens é de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

PRAZO: o prazo de execução dos serviços deve ser de 40 (quarenta) dias após recebimento da AF, por parte da secretária responsável, devendo entregar os projetos de maneira impressa e digital.

FUNDAMENTO DA DESPESA: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do ano de 2023.

Órgão: 10 – Secretária de Desenvolvimento Urbano

Unidade: 01 - Secretária de Desenvolvimento Urbano

Projeto/Atividade: 2.021 – Manutenção da Secretária de Planejamento e Desenvolvimento.

Despesa: 206 – 3.3.90.00.00.00.00.1.0500

Antônio Carlos/SC, 23 de agosto de 2023.

ELLIZ GEOVANIA SILVEIRA

Presidente da Comissão de Licitações

PROCESSO ADMINISTRATIVO 123/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2023

Publicação Nº 5090530

PROCESSO ADMINISTRATIVO 123/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 08F7309CD2A26701D6986A28C1E814023B553DFE

08F7309CD2A26701D6986A28C1E814023B553DFE

ELLIZ GEOVANIA SILVEIRA, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que o Gabinete Municipal solicitou abertura de processo legal para de contratação de serviços de design gráfico direcionados ao desenvolvimento da Identidade Visual em comemoração aos 60 anos de emancipação política do Município de Antônio Carlos/SC.

CONSIDERANDO que no dia 06 de novembro o município de Antônio Carlos comemora 60 anos de emancipação político administrativa.

CONSIDERANDO que o município não possui em seu quadro de funcionários profissional especializado para os serviços descritos neste processo.

CONSIDERANDO que o valor para a contratação foi estimado com base em orçamentos, em anexo.

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, Inciso,II,

É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

OBJETO: Contratação de serviços de design gráfico direcionados ao desenvolvimento da Identidade Visual em comemoração aos 60 anos de emancipação política do Município de Antônio Carlos/SC.

Contratado: Daniel Ernani de Souza

CNPJ: 51.266.053/0001-90

Endereço: Rua Manoel Henrique Lopes, 346, Bom Viver, Biguaçu/SC.

Item	Quant.	Unid.	Descritivo	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Serviço	Logotipo comemorativa – Antônio Carlos 60 ANOS	R\$ 800,00	R\$ 800,00
02	01	Serviço	Rodapé para postagens nas redes sociais	R\$ 50,00	R\$ 50,00
03	01	Serviço	Manual de Marca	R\$ 250,00	R\$ 250,00

VALOR TOTAL: O valor total para aquisição dos itens é de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

FUNDAMENTO DA DESPESA: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do ano de 2023.

Órgão: 02 – Gabinete de Chefe do Poder Executivo

Unidade: 01 - Gabinete de Chefe do Poder Executivo

Projeto/Atividade: 2.017 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Despesa: 3 – 3.3.90.00.00.00.00.1.0500

Antônio Carlos/SC, 23 de agosto de 2023.

ELLIZ GEOVANIA SILVEIRA

Presidente da Comissão de Licitações

**AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO ELETRÔNICO N. 68/2023 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 116/2023)**

Publicação Nº 5090808

**MUNICÍPIO DE
ANTÔNIO
CARLOS****ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Praça Anchieta, 10, Centro - Fone/Fax: (48) 3272 8600 – 3272 8617

e-mail: licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br

**PREGÃO ELETRÔNICO
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS
ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 68/2023
(Processo Administrativo n. 116/2023)

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Antônio Carlos/SC torna pública a SUSPENSÃO do Processo Administrativo n 116/2023 Pregão presencial n. 68/2023 que tem como objeto a contratação de seguros para a frota de veículos de propriedade do município de Antônio Carlos/SC,

A suspensão é necessária devido a necessidade de alteração do descritivo, tendo em vista termos recebidos questionamentos

Antônio Carlos/SC 24 de agosto de 2023

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

PORTARIA 0433/2023

Publicação Nº 5091737

PORTARIA Nº 0433/2023
De 24 de agosto de 2023

DESIGNA CLARICIA DE SOUZA COMO FISCAL DA ATA REGISTRO DE PREÇO 03/2023 FMS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	JEAN MARCOS BENVENUTTI	99597
Fiscal do Contrato	CLARICIA DE SOUZA	87602
Auxiliar do Fiscal do Contrato	ALINE BEATRIZ DA SILVA	106992

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Ata	Objeto	Empresa Contratada
03/2023 FMS	PARCELADA DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE.	NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI

Art. 2º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência da servidora designada como Fiscal, ficará automaticamente designada, a servidora ALINE BEATRIZ DA SILVA, matrícula 106992, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 24 de agosto de 2023.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2023FMS

Publicação Nº 5092647



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2023 - ELETRÔNICO Nº 4/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE.

Pelo presente instrumento o **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na AVENIDA FLORIANOPOLIS, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 11.195.905/0001-80, neste ato representado pelo Prefeito Senhor MARCELO DOUDEL DA SILVA, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 4/2023, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à **AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE**, conforme quantitativos e condições a seguir:

217786 - NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO PEQUENO, HIPOALERGÊNICA.MEDIDA DA CINTURA DE 40 CM A 80 CM E PESO 30KG A 45KG (MEDIDAS APROXIMADAS). POSSUIR CAMADA DE POLPA DE CELULOSE SUPERABSORVENTE CONTENDO FLOCOS DE GEL COMO SUBSTRATO NA COR BRANCO, BARREIRA LATERAL ANTIVAZAMENTO, COM TRANSFERLAYER (TNT SPUN) PARA ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE UMIDADE. REVESTIMENTO DE FILME PLÁSTICO DO LADO OPOSTO QUE IMPEÇA VAZAMENTOS. COBERTURA DO LADO SUPERIOR, QUE PERMITA A PASSAGEM DE LÍQUIDO E ISOLE A UMIDADE DO CONJUNTO ABSORVENTE, MANTA ANATÔNIMA. FRALDA COM 2 A 4 FIOS (LYCRA) DE CADA LADO, POSICIONADOS ENTRE O FILME E A COBERTURA FILTRANTE NA ÁREA DE CORTE ANATÔMICO, PARA UM MELHOR AJUSTE ENTRE AS PERNAS. NAS EXTREMIDADES DO FILME PLÁSTICO, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS GRUDA/ DESGRUDA, 2 DE CADA LADO, PERMITINDO A FIXAÇÃO DA FRALDA E O AJUSTE ADEQUADO À ANATOMIA DO USUÁRIO, FITA TAPE TRI - LAMINADA. AS FRALDAS DEVEM SUPORTAR O MÍNIMO DE 500 ML DE LÍQUIDO SEM ESFARELAMENTO E CRIAÇÃO DE GRUMOS DO PAPEL ABSORVENTE. A EMBALAGEM DEVE SER DE PLÁSTICO NÃO TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM ABERTURA MANUAL TRACEJADA E PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, COMPOSIÇÃO, MODO DE USAR, CUIDADOS E PRECAUÇÕES, QUANTIDADES DE FRALDAS, TAMANHO E PESO, DADOS DO FABRICANTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO E RESPONSÁVEL TÉCNICO. EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 24 UNIDADES. VALIDADE: VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM PORTARIA Nº 1.480, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1990.	WF	4000	R\$1,1400	R\$ 4.560,00
2	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO MÉDIO, HIPOALERGÊNICA.MEDIDA DA CINTURA DE 70CM A 120 CM E PESO 40KG A 75KG (MEDIDAS APROXIMADAS). POSSUIR CAMADA DE POLPA DE CELULOSE SUPERABSORVENTE CONTENDO FLOCOS DE GEL COMO SUBSTRATO NA COR BRANCO, BARREIRA LATERAL ANTIVAZAMENTO, COM TRANSFERLAYER (TNT SPUN) PARA ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE UMIDADE.	WF	4000	R\$1,1400	R\$ 4.560,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

	REVESTIMENTO DE FILME PLÁSTICO DO LADO OPOSTO QUE IMPEÇA VAZAMENTOS. COBERTURA DO LADO SUPERIOR, QUE PERMITA A PASSAGEM DE LÍQUIDO E ISOLE A UMIDADE DO CONJUNTO ABSORVENTE, MANTA ANATÔNIMA. FRALDA COM 2 A 4 FIOS (LYCRA) DE CADA LADO, POSICIONADOS ENTRE O FILME E A COBERTURA FILTRANTE NA ÁREA DE CORTE ANATÔMICO, PARA UM MELHOR AJUSTE ENTRE AS PERNAS. NAS EXTREMIDADES DO FILME PLÁSTICO, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS GRUDA/ DESGRUDA, 2 DE CADA LADO, PERMITINDO A FIXAÇÃO DA FRALDA E O AJUSTE ADEQUADO À ANATOMIA DO USUÁRIO, FITA TAPE TRI - LAMINADA. AS FRALDAS DEVEM SUPORTAR O MÍNIMO DE 500 ML DE LÍQUIDO SEM ESFARELAMENTO E CRIAÇÃO DE GRUMOS DO PAPEL ABSORVENTE. A EMBALAGEM DEVE SER DE PLÁSTICO NÃO TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM ABERTURA MANUAL TRACEJADA E PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, COMPOSIÇÃO, MODO DE USAR, CUIDADOS E PRECAUÇÕES, QUANTIDADES DE FRALDAS, TAMANHO E PESO, DADOS DO FABRICANTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO E RESPONSÁVEL TÉCNICO. EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 24 UNIDADES. VALIDADE: VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM PORTARIA Nº 1.480, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1990.				
3	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO GRANDE, HIPOALERGÊNICA. MEDIDA DA CINTURA DE 100 CM A 150 CM E PESO 70KG A 90KG (MEDIDAS APROXIMADAS). POSSUIR CAMADA DE POLPA DE CELULOSE SUPERABSORVENTE CONTENDO FLOCOS DE GEL COMO SUBSTRATO NA COR BRANCO, BARREIRA LATERAL ANTIVAZAMENTO, COM TRANSFERLAYER (TNT SPUN) PARA ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE UMIDADE. REVESTIMENTO DE FILME PLÁSTICO DO LADO OPOSTO QUE IMPEÇA VAZAMENTOS. COBERTURA DO LADO SUPERIOR, QUE PERMITA A PASSAGEM DE LÍQUIDO E ISOLE A UMIDADE DO CONJUNTO ABSORVENTE, MANTA ANATÔNIMA. FRALDA COM 2 A 4 FIOS (LYCRA) DE CADA LADO, POSICIONADOS ENTRE O FILME E A COBERTURA FILTRANTE NA ÁREA DE CORTE ANATÔMICO, PARA UM MELHOR AJUSTE ENTRE AS PERNAS. NAS EXTREMIDADES DO FILME PLÁSTICO, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS GRUDA/ DESGRUDA, 2 DE CADA LADO, PERMITINDO A FIXAÇÃO DA FRALDA E O AJUSTE ADEQUADO À ANATOMIA DO USUÁRIO, FITA TAPE TRI - LAMINADA. AS FRALDAS DEVEM SUPORTAR O MÍNIMO DE 500 ML DE LÍQUIDO SEM ESFARELAMENTO E CRIAÇÃO DE GRUMOS DO PAPEL ABSORVENTE. A EMBALAGEM DEVE SER DE PLÁSTICO NÃO TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM ABERTURA MANUAL TRACEJADA E PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, COMPOSIÇÃO, MODO DE USAR, CUIDADOS E PRECAUÇÕES, QUANTIDADES DE FRALDAS, TAMANHO E PESO, DADOS DO FABRICANTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO E RESPONSÁVEL TÉCNICO. EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 24 UNIDADES. VALIDADE: VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM PORTARIA Nº 1.480, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1990.	WF	25000	R\$1,1400	R\$ 28.500,00
4	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO EXTRA GRANDE, HIPOALERGÊNICA. MEDIDA DA CINTURA ACIMA 150 CM E PESO ACIMA 80KG (MEDIDAS APROXIMADAS). POSSUIR CAMADA DE POLPA DE CELULOSE SUPERABSORVENTE CONTENDO FLOCOS DE GEL COMO SUBSTRATO NA COR BRANCO, BARREIRA LATERAL	WF	51000	R\$1,1400	R\$ 58.140,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

ANTIVAZAMENTO, COM TRANSFERLAYER (TNT SPUN) PARA ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE UMIDADE. REVESTIMENTO DE FILME PLÁSTICO DO LADO OPOSTO QUE IMPEÇA VAZAMENTOS. COBERTURA DO LADO SUPERIOR, QUE PERMITA A PASSAGEM DE LÍQUIDO E ISOLE A UMIDADE DO CONJUNTO ABSORVENTE, MANTA ANATÔNIMA. FRALDA COM 2 A 4 FIOS (LYCRA) DE CADA LADO, POSICIONADOS ENTRE O FILME E A COBERTURA FILTRANTE NA ÁREA DE CORTE ANATÔMICO, PARA UM MELHOR AJUSTE ENTRE AS PERNAS. NAS EXTREMIDADES DO FILME PLÁSTICO, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS GRUDA/ DESGRUDA, 2 DE CADA LADO, PERMITINDO A FIXAÇÃO DA FRALDA E O AJUSTE ADEQUADO À ANATOMIA DO USUÁRIO, FITA TAPE TRI - LAMINADA. AS FRALDAS DEVEM SUPORTAR O MÍNIMO DE 500 ML DE LÍQUIDO SEM ESFARELAMENTO E CRIAÇÃO DE GRUMOS DO PAPEL ABSORVENTE. A EMBALAGEM DEVE SER DE PLÁSTICO NÃO TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM ABERTURA MANUAL TRACEJADA E PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, COMPOSIÇÃO, MODO DE USAR, CUIDADOS E PRECAUÇÕES, QUANTIDADES DE FRALDAS, TAMANHO E PESO, DADOS DO FABRICANTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO E RESPONSÁVEL TÉCNICO. EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 24 UNIDADES. VALIDADE: VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM PORTARIA Nº 1.480, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1990.				
Total Fornecedor:				R\$ 95.760,00
Total Geral:				R\$ 95.760,00

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.4 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Eletrônico nº 4/2023 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará de 24/08/2023 até 24/08/2024.

4 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

4.1 Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente para produtos em que o prazo total for superior a um ano, e de 90% (noventa por cento) nos produtos que o prazo de validade total for inferior a um ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, com prazo de 30 (TRINTA) dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

4.2 Os produtos deverão ser entregues parceladamente em até 15 (QUINZE) dias úteis após a emissão da ordem de compra da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, independentemente da quantidade solicitada, ficam limitados os pedidos a duas entregas por mês a cada fornecedor registrado na ata.

4.2.1 O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de “força maior”, previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Departamento de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

4.3 O endereço para entrega é:

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social de Apiúna

Avenida Florianópolis, 107 – Centro

89135-000 – Apiúna/SC

4.4 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.5 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.6 Fica estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

4.7 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.8 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.9 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.10 Os materiais deverão ser entregues em embalagens originais, contendo rótulo onde conste marca, data de fabricação, prazo de validade, código de barras, composição química, químico responsável, registro no Ministério da Saúde e demais especificações técnicas, quando aplicável, necessárias exigidas por lei.

4.11 - Será avaliado o acondicionamento dos materiais, no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, com vazamento, materiais manchados, sujos e/ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

4.12. Somente serão aceitos produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br**5 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas para:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA

CNPJ: 11.195.905/0001-80

Avenida Florianópolis, 107, Centro

89135-000 – Apiúna/SC.

5.2 - Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.3 - O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

5.4 - Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.5 - Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

5.6 - A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e consequentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, e da Ordem de Compra à fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto(s)/serviço(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.7 - Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.8 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.9 - As despesas provenientes do presente edital correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s), podendo ser incluídas novas dotações conforme a necessidade:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
5	Fundo Municipal de Saude
1	Fundo Municipal de Saude
2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde
3.339.032.990.000.000.000	Outros materiais de distribuição gratuita
150010020000	Recursos não vinculados de Impostos - Saúde

6 – DO REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

6.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 - Reajuste de Preços:

6.1.1.1 - Os preços constantes na presente ata são fixos irremovíveis exceto pelo reequilíbrio econômico financeiro.

6.1.2 - Revisão de preços:

6.1.2.1 - A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 - A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 - O pedido de revisão que majore o preço Contratado deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após a análise dos elementos apresentados (notas fiscais dos seus fornecedores habituais que comprovem aumento de seu custo de compra) e da comparação do preço base de Mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

6.1.2.1.3 - A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 - Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

7 - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.1.1. A fiscalização do contrato será realizada pela servidora CLARICIA DE SOUZA como titular e pela servidora ALINE BEATRIZ DA SILVA como auxiliar, conforme portaria n° 433/2023 publicada em 24/08/2023

7.2 - À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 - Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 - Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 - Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 - A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

8.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I) fornecer os objetos licitados de acordo com a qualidade exigida pelos órgãos de controle governamental;
- II) responsabilizar-se integralmente pelos objetos ora contratados, nos termos da legislação vigente;
- III) comunicar a Prefeitura, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios;
- IV) sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado da Prefeitura, encarregado de acompanhar a execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- V) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93.
- VI) A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto CONTRATADA, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

8.2 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I) oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar a do objeto licitado dentro das especificações solicitadas;
- II) realizar o pagamento na forma estipulada no Edital;
- III) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- IV) rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues em desacordo com o objeto deste Contrato.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

- a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;
- b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

9.1.1 – A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

9.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Apiúna pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

9.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

9.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

9.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

9.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.7 - Serão aplicadas também a seguinte penalidade para a infração abaixo descrita:

a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

10 - CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

10.1 - A inexecução total ou parcial deste Ata de Registro de Preço, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

10.1.1 - No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do CONTRATANTE ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

10.2 - A rescisão do Ata de Registro de Preço poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.

11 - DO FORO

11.1 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento de forma digital vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 24 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE APIÚNA
MARCELO DOUTEL DA SILVA
CONTRATANTE

NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI

CONTRATADA

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 287/2023

Publicação Nº 5091295

PORTARIA Nº 287/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor PAULO FRITSCH, inscrito na matrícula nº 5709, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 11 de novembro de 2020 a 10 de novembro de 2021, concedidas pela Portaria nº 319 de 09 de dezembro de 2023 e suspensas pela Portaria nº 06 de 04 de janeiro de 2023, para serem gozadas no período de 04 a 09 setembro de 2023.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de agosto de 2023.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Charles Rodrigo Ebeling
Responsável pela publicação.

PORTARIA 288//2023

Publicação Nº 5091299

PORTARIA Nº 288/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora DANIELI ALVES BORGES CALISTO, inscrita na matrícula sob nº 6548, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Sala, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de junho de 2022 a 31 de maio de 2023, para serem gozadas no período de 01 a 30 setembro de 2023.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de agosto de 2023.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Charles Rodrigo Ebeling
Responsável pela publicação.

PORTARIA 289/2023

Publicação Nº 5091303

PORTARIA Nº 289/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARCIA BOCK, inscrita na matrícula sob nº. 5048, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março 2022 a 28 de fevereiro de 2023, para serem gozadas no período de 01 a 30 setembro de 2023.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de agosto de 2023.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Charles Rodrigo Ebeling
Responsável pela publicação.

PORTARIA 290/2023

Publicação Nº 5091306

PORTARIA Nº 290/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora LOIVA DUTKEWICZ, inscrita na matrícula sob nº 6119, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, férias referentes ao período aquisitivo de 15 de março de 2022 a 14 de março de 2023, para serem gozadas no período de 01 a 30 setembro de 2023.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de agosto de 2023.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Charles Rodrigo Ebeling
Responsável pela publicação.

PORTARIA 291/2023

Publicação Nº 5091310

PORTARIA Nº 291/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor MARCIO ANDRE DRIEMEIER, inscrito na matrícula sob nº. 6232, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Inseminador, férias referentes ao período aquisitivo de 23 de agosto 2020 a 22 de agosto 2021, para serem gozadas no período de 01 a 30 setembro de 2023.

Art.2º Fica reduzido a 10 (dez) dias o período de férias do mesmo em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto, apresentar-se ao serviço no dia 11 de setembro de 2023.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de agosto de 2023.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Charles Rodrigo Ebeling
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0004/2023 AO CONTRATO Nº 0069/2022 - KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI

Publicação Nº 5089093

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2F58B79C479382AD4AAA812A0248F0596727548D

TERMO ADITIVO 0004/2023 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº0069/2022 DE 27 DE JUNHO DE 2022, CELEBRADO ENTRE A EMPRESA KAENG INFRA ESTRUTURA EIRELI E O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, OBJETIVANDO A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA JACOB CASALETI. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00137/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 0009/2022

CONTRATANTE:

O **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC**, pessoa jurídico de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **ALCIDIR FELCHILCHER**, inscrito no CPF sob o nº 518.040.009-06, e portador da Carteira de Identidade nº 1.518.8051, Residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta- Santa Catarina.

CONTRATADA:

KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº22.798.043/0001-05, com sede na Rua Duque de Caxias, 537, 4º Andar, Centro na cidade de Joaçaba Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor **ALEXANDRE CALDEIRA**, Brasileiro, Administrador, Portador do CPF sob nº 033.034.619-96 e CI sob nº 6.129.029-0, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** nº 0009/2022 homologado em 22 de SETEMBRO de 2022, celebram o presente termo aditivo na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

I – OBJETO – DO VALOR

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA: Fica aditivado o valor ao contrato original, conforme segue:

- a) **R\$12.443,59(DOZE MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS)**, referente recuperação de parte danificada pelas fortes chuvas.

- b) R\$15.653,73(QUINZE MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS) referentes aumento de 672,70 metros de viga ciclópica.
- c) Total do Aditivo: R\$28.097,32(vinte e oito mil noventa e sete reais e trinta e dois centavos).

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica aditivado o prazo de execução do Contrato nº 0069/2022 para dia **28 de setembro de 2023** e vigência para o dia **15 de outubro de 2023**.

CLÁUSULA ADITIVA TERCEIRA - As demais cláusulas do contrato 0069/2022, permanecem inalteradas.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta – SC, 23 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI
C.P.N.J. nº 22.798.043/0001-05
ALEXANDRE CALDEIRA
CONTRATADA

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
CPF: 789.542.589-72

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0072/2023

Publicação Nº 5089091

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B02C47A1591D0DCAF75762A78851933297918B1D

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

Processo Administrativo Nº 0127/2023 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0072/20232 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Alcidir Felchilcher, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2433, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente **Dispensa por Justificativa**, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II e tendo como objeto **Aquisição de acessórios necessários para desobstrução de rede coletora de esgoto, em atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde e Saneamento**, nestes termos:

Proponente que apresentou o menor preço e seus respectivos itens:

3777 - PRODUTOS SAP LTDA (01.377.293/0001-93)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	39835 - Cabo Helicoidal tipo mola medindo 4,57m de comprimento e 30mm de diâmetro.	Un	SAP	6	500,00	3.000,00
2	39836 - Acionador para cabo Helicoidal.	Un	SAP	1	250,00	250,00
3	39837 - Ponta cônica para cabo helicoidal.	Un	SAP	1	190,00	190,00
4	39838 - Ponta para ramal 500mm (vareta).	Un	SAP	1	250,00	250,00
Total (R\$):						3.690,00

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 23 de Agosto de 2023.

ALCIDIR FELCHILCHER.
Prefeito de Arroio Trinta.

Ascurra

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 73-2023

Publicação Nº 5089393

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2E3B06926543157D0F496B702A59E166E566A9B5

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N. 73/2023

O MUNICÍPIO DE ASCURRA (SC), torna público que está aberta Dispensa de Licitação, para a contratação de empresa para visando a execução de concretagem e polimento de quadra esportiva do Pavilhão de Esportes Florindo Poffo, conforme especificações previstas neste edital de dispensa bem como de seus anexos. Os licitantes poderão enviar propostas até às 8h59min do dia 13/09/2023, por meio do sistema eletrônico: www.comprasbr.com.br, onde também ocorrerão as fases de lances pelo modo aberto e habilitação.

Ascurra, 25/08/2023.

JULIANA FISTAROL
Agente de Contratação

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 75-2023

Publicação Nº 5089709

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9D4CE941531D5839999FA93E3C648C33A36B5C61

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N. 75/2023

O MUNICÍPIO DE ASCURRA (SC), torna público que está aberta Dispensa de Licitação, para a contratação de empresa para visando a execução de obra de construção de solário para o Centro de Educação Infantil Dona Júlia Bonelli, localizado na Rua Indaial, nº 739, bairro Estação, Ascurra (SC), conforme especificações previstas neste edital de dispensa bem como de seus anexos. Os licitantes poderão enviar propostas até às 8h59min do dia 14/09/2023, por meio do sistema eletrônico: www.comprasbr.com.br, onde também ocorrerão as fases de lances pelo modo aberto e habilitação.

Ascurra, 25/08/2023.

JULIANA FISTAROL
Agente de Contratação

DECRETO Nº4671 DE 18 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090454



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

DECRETO N. 4671 DE 18 DE AGOSTO DE 2023**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE
ARRECAÇÃO.**

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na seguinte dotação orçamentária, nos limites máximos indicados, conforme detalhamentos:

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Ensino Fundamental	04.004.0012.0361.0040.2009.3319000000000000000 000.154210700000	R\$ 22.948,42

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de excesso de arrecadação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4.171.550.010.000.000.000 - 154210700000	R\$ 22.948,42

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 18 de agosto de 2023.

ARÃO JOSINO DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº4672 DE 18 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090456

**MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000

Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61

procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

DECRETO N. 4672 DE 18 DE AGOSTO DE 2023**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE
DOTAÇÃO.**

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na seguinte dotação orçamentária, nos limites máximos indicados, conforme detalhamentos:

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Cultura e Promoção Social	04.007.0013.0392.0060.2022.3339000000000000000.1500700000000	R\$ 1.400,00
Suplementar	Ensino Infantil	04.003.0012.0365.0040.2013.3339000000000000000.1500100100000	R\$ 24.000,00
Suplementar	Conselho Tutelar	12.004.0004.0122.0100.2042.3339000000000000000.1500700000000	R\$ 1.350,00
Suplementar	Procuradoria Geral do Município	02.003.0004.0122.0020.2071.3339000000000000000.1500700000000	R\$ 1.100,00
Suplementar	Ensino Fundamental	04.004.0012.0361.0040.2011.3319000000000000000.1500100100000	R\$ 14.663,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação de dotação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Cultura e Promoção Social	04.007.0013.0392.0060.2022.3449000000000000000.1500700000000	R\$ 1.400,00
Anulação Dotação	Ensino Infantil	04.003.0012.0365.0040.2013.3319000000000000000.1500100100000	R\$ 24.000,00
Anulação Dotação	Conselho Tutelar	12.004.0004.0122.0100.2042.3319000000000000000.1500700000000	R\$ 1.350,00
Anulação Dotação	Procuradoria Geral do Município	02.003.0004.0122.0020.2071.3319000000000000000.1500700000000	R\$ 1.100,00
Anulação Dotação	Ensino Fundamental	04.004.0012.0361.0040.2011.3339000000000000000.1500100100000	R\$ 14.663,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 18 de agosto de 2023.

ARÃO JOSINO DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº4673 DE 18 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090463

**MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

DECRETO N. 4673 DE 18 DE AGOSTO DE 2023**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE
DOTAÇÃO.**

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na seguinte dotação orçamentária, nos limites máximos indicados, conforme detalhamentos:

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria Municipal Desenvol. Econ. e Turismo	10.001.0023.0691.0025.2017.3339000000000000000000.1500700000000	R\$ 500,00
Suplementar	Procuradoria Geral do Município	02.003.0004.0122.0020.2071.3339000000000000000000.1500700000000	R\$ 10.980,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação de dotação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria Municipal Desenvol. Econ. e Turismo	10.001.0023.0691.0025.2017.3319000000000000000000.1500700000000	R\$ 500,00
Anulação Dotação	Procuradoria Geral do Município	02.003.0004.0122.0020.2071.3319000000000000000000.1500700000000	R\$ 10.980,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 18 de agosto de 2023.

ARÃO JOSINO DA SILVA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 74-2023

Publicação Nº 5089703

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1206015810FEA0D3F283A33B18A75CB02DF3A4C8

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 74/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Ascurra, comunica aos interessados que acontecerá no dia 11/9/2023 às 09h00min, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, visando a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DESGASTE (COMPREENDENDO LÂMINAS, UNHAS, DENTES E AFINS) DE MAQUINÁRIO PARA UTILIZAÇÃO EM ATIVIDADES DIÁRIAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E AGRICULTURA DESTE MUNICÍPIO, conforme informações previstas no termo de referência (anexo I) e edital.

Ascurra, 25 de agosto de 2023.

LEANDRO CHIARELLI

Secretário de Administração e Finanças

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 002/2023 PROCESSO LICITATÓRIO 043/2023

Publicação N° 5090930

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 002/2023 **PROCESSO LICITATÓRIO 043/2023**

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 007/2023 de 07 de agosto de 2023, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia **28 de setembro de 2023, às 09:00:00 horas**, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - N° 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações n°. **043/2023**, na modalidade de Concorrência n°. **002/2023**.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

“PAVIMENTAÇÃO COM PAVER DE CONCRETO 16 FACES DA ESTRADA GERAL CHAPADÃO NOVA ITÁLIA, ESTRADA GERAL COBRAS SUL – TRECHO 1, 2 E 3, RUA ESTRADA GERAL ALDO STOCK, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE AURORA/SC COM RECURSOS TRANSFERIDOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA”.

Aurora, 24 de agosto de 2023.

ALEXSANDRO KOHL
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA 033-2023

Publicação N° 5089823

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 012, de 23 de março de 2023, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que foi assinado nesta data a ata de registro de preço n° 033/2023 que visa: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS DE 17 E 21,5 TONELADAS, COM OPERADOR, PARA AUXILIAR NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA ESTA MUNICIPALIDADE, QUANDO SE FIZER NECESSÁRIO**, deste município de Aurora - SC, vinculado ao processo licitatório N°. 022/2023. A empresa contratada: HOLLER E HOLLER TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA, com o valor total de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais).

Alexsandro Kohl
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA 034-2023

Publicação Nº 5089819

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 012, de 23 de março de 2023, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que foi assinado nesta data a ata de registro de preço nº 034/2023 que visa: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS DE 17 E 21,5 TONELADAS, COM OPERADOR, PARA AUXILIAR NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA ESTA MUNICIPALIDADE, QUANDO SE FIZER NECESSÁRIO**, deste município de Aurora - SC, vinculado ao processo licitatório Nº. 022/2023. A empresa contratada: MARCELO JOSE HILLESHEIM & CIA LTDA, com o valor total de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais).

Alexsandro Kohl
Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

PORTARIA 1168/2023

Publicação Nº 5091530

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

PORTARIA N. 1168/2023

O prefeito EVANDRO SCAINI, do município de Balneário Arroio do Silva, do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso I, II,II do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal de Balneário Arroio do Silva.

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR KATRIM JENIFER MACIEL POLIDORO RIBEIRO admitida em 16/08/2021 para exercer o cargo de SERVENTE DE ESCOLA, do quadro efetivo de pessoal, da Administração Municipal de Balneário Arroio do Silva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrato.

Balneário Arroio do Silva, 24 de Agosto de 2023.

Registrada e Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração de Finanças nesta nada.

EVANDRO SCAINI
Prefeito Municipal

WILKER CORREA MACIEL
Secretário de Administração e Finanças

Balneário Camboriú

PREFEITURA

1º TERMO DE ERRATA - PE 105/2023 - PMBC - 133/2023 - COMPRASGOV

Publicação Nº 5090684

PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA Nº 320 - FONE 3267-7095

1º TERMO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2023 – PMBC

COMPRASGOV Nº 133/2023

Com base no art. 25 do Decreto Municipal 10.540/2021, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado neste mesmo diário, e no site: <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>, cujo objeto trata da AQUISIÇÃO DE TATAMES, para os NEIS, pelo período de 12 meses, sofrerá alteração na data de abertura que se encontra disponibilizado no sítio municipal.

Zelando pela transparência, publicidade e licitude dos atos procedimentais, a realização da sessão pública fica postergada para as 09h30min do dia 06/09/2023, NO Portal COMPRASGOV:

Ficam mantidas as demais condições.

Balneário Camboriú, 24/08/2023.

SAMARONI BENEDET

1º ADT CT 022/2023 - PMBC

Publicação Nº 5090853

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 52E74EEBC310C783491D541A8BA5A552C722CC55

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA

TERMO Nº 015/2023 – PMBC

CONTRATADA: DBM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Execução reforma da Quadra Poliesportiva do CEM GIOVANIA DE ALMEIDA, em Balneário Camboriú/SC, com fornecimento de material e mão de obra, conforme detalhado no projeto básico e demais documentos que integram o processo licitatório de origem.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada, fica acrescida ao valor global original a cifra de R\$ 340.850,55 (trezentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 1.624.996,38 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos), alterando a cláusula 4.1 do contrato.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 23 de Agosto de 2023.

SAMARONI BENEDET

ATA COMPLEMENTAR DE JULGAMENTO DE PROPOSTA DA TP 003/2023 - PMBC

Publicação Nº 5092396

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023 - PMBC

Objeto: Contratação de empresa para execução da construção de uma Pista de Skatepark, localizada à rua Alameda Delfim de Pádua Peixoto filho, s/n, bairro dos Municípios em Balneário Camboriú, conforme detalhado no projeto básico, memorial descritivo, cronogramas e demais documentos que integram o processo licitatório.

ATA COMPLEMENTAR DA SESSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA

Às 13h30mn do dia 24 (vinte quatro) de agosto de 2023, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), investidos por meio do Decreto Municipal nº 10.922/2022, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, para a sessão complementar de julgamento da proposta de preço da licitação em epígrafe.

Conforme solicitado na Ata de Abertura e Julgamento das Propostas de Preços do dia 21 (vinte um) de agosto de 2023, a empresa classificada em 1º lugar, SEMEAI SKATE PARKS LTDA, apresentou a planilha readequada contendo a composição dos valores dos custos unitários, com o valor global de R\$ 800.842,92 (oitocentos mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa dois centavos). Em análise, a Comissão Permanente de Licitação constatou que a soma dos valores unitários da planilha ainda apresentavam divergências. Diante disso, foi solicitado novamente que a representante da empresa fizesse a correção.

A representante da empresa SEMEAI SKATE PARKS LTDA, Sra. Julie Samei Misawa Saito, ajustou os valores e a planilha foi impressa na sessão e conferida pela Comissão Permanente de Licitação, que constatou a adequação dos valores unitários ao instrumento convocatório.

Dessa forma, a CPL declara vencedora pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL a licitante SEMEAI SKATE PARKS LTDA, conforme quadro abaixo:

LICITANTE VENCEDORA	VALOR DA PROPOSTA
SEMEAI SKATE PARKS LTDA	R\$ 800.841,91

Informamos que as atas e demais convocações serão publicadas no site da prefeitura: www.bc.sc.gov.br, na aba licitações, conforme item 17.7 do edital.

Nada mais havendo a declarar, a CPL encerra a sessão às 15h30 e lavra a ata que lida, vai assinada por todos os presentes. Publique-se e intime-se.

..... Clarice Galisa Comissão Permanente de Licitação Decreto Municipal nº 10.922/2022 Tatiani Kochinski Comissão Permanente de Licitação Decreto Municipal nº 10.922/2022 Priscila dos Santos Vieira Comissão Permanente de Licitação Decreto Municipal nº 10.922/2022
---	--	---

AVISO DE ALTERAÇÃO - 2ª ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023 - PMBC - COMPRASNET Nº 108/2023

Publicação Nº 5090727

AVISO DE ALTERAÇÃO

2º TERMO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023 – PMBC – UASG: 988039 - COMPRASNET Nº 108/2023

Em conformidade com o art. 25 do Decreto Municipal nº 10.540/2021 e art. 21, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93, o Edital de licitação acima epigrafado, cujo objeto se trata do registro de preços para locação de equipamentos ambulatoriais e hospitalares, sofrerá alteração que se encontra disponível nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.bc.sc.gov.br. Em consequência, a data de abertura fica agendada para 11 (onze) de setembro de 2023, às 09h30min.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

24 de agosto de 2023

AVISO DE SUSPENSÃO - CC Nº 013/2023 - PMBC

Publicação Nº 5092250

AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE"

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2023 - PMBC

Com base no §4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/1993, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado no site www.bc.sc.gov.br, cujo objeto trata-se da contratação de empresa para execução de obra de implantação da Avenida Ecoparque, ficará suspenso "SINE DIE" para readequação orçamentária.

Balneário Camboriú, 24 de agosto de 2023.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

CT 069/2023 - FMS

Publicação Nº 5092122

CONTRATO 069/2023 – FMS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F81EB0400C5E96CE9A6DF380507609E3016F2532

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023 - SSSM

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: BH LABORATORIOS LTDA

CNPJ: 22.283.196/0001-01

OBJETO: Contrato para aquisição de equipamentos de sistema de hipo-hipertermia para atender o Hospital Municipal Ruth Cardoso - HMRC através de Emenda Parlamentar 507/2021

VALOR GLOBAL: R\$ 204.700,00 (duzentos e quatro mil e setecentos reais).

DESPESA: 766

PRAZO CONTRATUAL: 12 (doze) meses.

QUADRO SOCIETÁRIO:

Antonio Tadeu Penido Silva

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

Balneário Camboriú/SC, 08/08/2023

EXTRATO_DO_6_T_AD_TF_FCBC_N_01_2019_COLONIA_DE_PESCADORES

Publicação Nº 5089103

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO TF FCBC Nº 001/2019 PMBC 001/2019

Processo: Base Legal: Art. 55 caput da Lei nº 13.019/2014, Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 Administração Pública: Município de Balneário Camboriú

Interveniente: FUNDAÇÃO CULTURAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - FCBC

Organização da Sociedade Civil: COLONIA DE PESCADORES – Z-7

TÍTULO: AMPARAR O PESCADOR E ATENDER OS REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS AOS ESTABELECIMENTOS QUE RECEBEM, MANIPULAM, TRANSFORMAM, ELABORAM, PREPARAM, CONSERVAM, ACONDICIONAM, EMBALAM, DEPOSITAM, ROTULAM E TRANSITAM PRODUTOS E SUBPRODUTOS ORIUNDOS DA PESCA, NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO PARA AUXILIAR NO ATENDIMENTO AOS PESCADORES E DEMAIS ATIVIDADES JUNTO A OSC DURANTE 4 MESES

Valor a ser repassado (aditivo) R\$ 5.280,00 (Cinco mil, duzentos e oitenta reais)

Vigência: O prazo de vigência é de 4 (quatro) meses, a contar a partir de setembro de 2023.

O presente Termo encontra-se disponível no endereço eletrônico:

<https://controladoria.bc.sc.gov.br/controladoria/23>

Balneário Camboriú - SC, 22 de agosto de 2023.

Denize Aparecida Rodrigues da Costa Leite
Presidente da Fundação Cultural de Balneário Camboriú
Gestora do Fundo Municipal de Cultura**PORTARIA 30.159/2023**

Publicação Nº 5091885

PORTARIA Nº 30.159/2023

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 66º inciso I da Lei Municipal 1.069/91.

RESOLVE:

1º – EXONERAR o Sr. FABIANO QUEIROZ DE MELLO do cargo de provimento em comissão de Secretário, lotado na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – Este ato entra em vigor nesta data.

Balneário Camboriú, 24 de agosto de 2023.

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 30.160/2023

Publicação Nº 5091887

PORTARIA Nº 30.160/2023

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 66º inciso I da Lei Municipal 1.069/91.

RESOLVE:

1º – EXONERAR o Sr. RUBENS SPERNAU do cargo de provimento em comissão de Gestor do Fundo Especial de Outorga Onerosa de Transparência do Potencial Construtivo, lotado na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – Este ato entra em vigor nesta data.

Balneário Camboriú, 24 de agosto de 2023.

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 30.161/2023

Publicação Nº 5091890

PORTARIA Nº 30.161/2023

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 8º da Lei Municipal 1.069/91,

RESOLVE:

1º – NOMEAR o Sr. RUBENS SPERNAU no cargo de provimento em comissão de Secretário, lotado na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú, 24 de agosto de 2023

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 30.162/2023

Publicação Nº 5091897

PORTARIA Nº 30.162/2023

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 8º da Lei Municipal 1.069/91,

RESOLVE:

1º – NOMEAR o Sr. FABIANO QUEIROZ DE MELLO no cargo de provimento em comissão de Gestor do Fundo Especial de Outorga Onerosa de Transparência do Potencial Construtivo, lotado na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú, 24 de agosto de 2023

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023 - PMBC

Publicação Nº 5092321

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023 - PMBC

COMPRASNET Nº 139/2023

OBJETO: Registro de preços para a contratação de veículo jornalístico de mídia impressa, com circulação diária em Balneário Camboriú, para veiculação de atos administrativos.

VALOR ESTIMADO: R\$ 401.920,00.

DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 11 de setembro de 2023. HORÁRIO: 13h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasnet.gov.br. Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 24 de agosto de 2023.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 162/2023 - FUMPRESI

Publicação Nº 5090336



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS – FUMPRESI

Interessado: Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O departamento de compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º do inciso I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a compra de:

Item	Tipo	Descrição do Produto	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	Capacete Focus Classe A, Cor Vermelha	5		
2	Unid.	Capacete Explorer com Protetor de Orelhas Canoe, cor Vermelha.	20		

O departamento de compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros está contratando a aquisição de equipamentos para salvamento aquático para o Grupo de Busca e Salvamento do 13º Batalhão de Bombeiro Militar de Balneário Camboriú, o presente objeto, se justifica para utilização nas atividades de salvamento, combate e prevenção nas operações realizadas pelo Grupo de Busca e Salvamento na faixa litorânea do município de Balneário Camboriú, a qual compete aos Bombeiros Militares e Guarda Vida Cívica o atendimento das demandas da população, considerando melhores condições de proteção individual e coletiva, para qual se destina o objeto.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 29/08/2023

A Proposta de Preços deverá ser enviada para os seguintes e-mail: 13_b4@cbm.sc.gov.br 13_b4contas@cbm.sc.gov.br 13_b4compras@cbm.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente no Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros (47)3398-6554/ (47)3398-6559 (WhatsApp), das 12:00 h às 19:00 h, em dias úteis, ou pelo seguinte e-mail: 13_b4@cbm.sc.gov.br

Balneário Camboriú-SC, 24 de Agosto de 2023.

Leonel Azevedo Alves de Souza – Cabo BM
Responsável pelo setor de Compras do FUMPRESI
Mtcl 930117-8

FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
Av. Dos Estados, 4064, Bairro dos Estados – Balneário Camboriú – SC – CNPJ 83.102.285/0001-75

Assinado por 1 pessoa: HEITOR PERES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/7E61-C3B8-C3F3-285B>



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 163/2023 - FUMPRESI

Publicação Nº 5090415



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS – FUMPRESI

Interessado: Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O departamento de compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º do inciso I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a compra de:

Item	Tipo	Descrição do Produto	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Unid.	Adaptador de Áudio Multipino para Radio Motorola DGP4150 DGP6150 DGP8050 APX2000	8		

O departamento de compras do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros está contratando a aquisição adaptador de áudio multipino para rádio Motorola para o Grupo de Busca e Salvamento do 13º Batalhão de Bombeiro Militar de Balneário Camboriú, o presente objeto, se justifica para utilização nos equipamentos de rádio comunicação do Grupo de Busca e Salvamento na faixa litorânea do município de Balneário Camboriú, a qual compete aos Bombeiros Militares e Guarda Vida Civis manterem uma comunicação eficiente e ágil nas ocorrências de atendimento das emergências do Município.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 29/08/2023

A Proposta de Preços deverá ser enviada para os seguintes e-mail: 13_b4@cbm.sc.gov.br
13_b4contas@cbm.sc.gov.br 13_b4compras@cbm.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente no Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros (47)3398-6554/ (47)3398-6559 (WhatsApp), das 12:00 h às 19:00 h, em dias úteis, ou pelo seguinte e-mail: 13_b4@cbm.sc.gov.br

Balneário Camboriú-SC, 24 de Agosto de 2023.

Leonel Azevedo Alves de Souza – Cabo BM
Responsável pelo setor de Compras do FUMPRESI
Mtcl 930117-8

FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
Av. Dos Estados, 4064, Bairro dos Estados – Balneário Camboriú – SC – CNPJ 83.102.285/0001-75

Assinado por 1 pessoa: HEITOR PERES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/FE18-0C70-A0E4-8CA3> e informe o código FE18-0C70-A0E4-8CA3



AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 5090825

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS

**INTERESSADO: SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Compras do Município de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º, inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a aquisição de:

Item	Tipo	Descrição do Produto	Quant.	Valor Un.	Valor Total
01	Unidade	No-break 5KVA - em forma de torre - Senoidal - Entrada 220 - Saída 220 (Equipamento deve ser a pronta entrega).	1		

A Secretaria de Compras do Município de Balneário Camboriú está contratando empresa especializada no fornecimento do produto conforme a descrição supracitada. A aquisição do produto citado servirá para atender às necessidades da **Secretaria de Gestão Administrativa - Tecnologia da Administração**.

Eventuais interessados, podem apresentar Propostas de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação no DOM/SC e no DIARINHO, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

A Proposta de Preços deverá ser enviada para o seguinte e-mail: paulo.guimaraes@bc.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente na Secretaria de Compras, através do telefone (47)3267-3647 das 12:00h às 19:00h, em dias úteis, ou pelo seguinte e-mail: paulo.guimaraes@bc.sc.gov.br.

Balneário Camboriú-SC, 24 de agosto de 2023.

Samaroni Benedet
Secretário de Compras
Portaria nº 25245/2018

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/65AB-EF29-D43F-180B> e informe o código 65AB-EF29-D43F-180B

Balneário Camboriú – Capital Catarinense do Turismo - CNPJ 83.102.285/0001-07
Rua Dinamarca, 320 – Paço Municipal - CEP 88338-900 – (47) 3267-7057



AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 5090826

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS

**INTERESSADO: SECRETARIA DE SEGURANÇA**

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Compras do Município de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º, inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a aquisição de:

Item	Tipo	Descrição do Produto	Quant.	Valor Un.	Valor Total
01	Metros	Lona Vinílica Personalizada + Proteção de Parede e Colunas + Instalação + Logo Adesivo com Película.	85,00m²		

A Secretaria de Compras do Município de Balneário Camboriú está contratando empresa especializada no fornecimento dos produtos conforme a descrição supracitada. A aquisição dos produtos citados servirá para atender às necessidades da **Secretaria de Segurança**.

Eventuais interessados, podem apresentar Propostas de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação no DOM/SC e no DIARINHO, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

A Proposta de Preços deverá ser enviada para o seguinte e-mail: paulo.guimaraes@bc.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente na Secretaria de Compras, através do telefone (47)3267-3647 das 12:00h às 19:00h, em dias úteis, ou pelo seguinte e-mail: paulo.guimaraes@bc.sc.gov.br.

Balneário Camboriú-SC, 24 de agosto de 2023.

Samaroni Benedet
Secretário de Compras
Portaria nº 25245/2018

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/65AB-EF29-D43F-180B> e informe o código 65AB-EF29-D43F-180B

Balneário Camboriú – Capital Catarinense do Turismo - CNPJ 83.102.285/0001-07
Rua Dinamarca, 320 – Paço Municipal - CEP 88338-900 – (47) 3267-7057



DESPACHO_PARA_HOMOLOGACAO_EDITAL_002_2023_FMAS

Publicação N° 5089096

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
COMISSÃO DE SELEÇÃO – DECRETO N° 11.297/2023
email:comissaoedeselecaobc@gmail.com

DESPACHO PARA HOMOLOGAÇÃO - EDITAL 002/2023 - FMAS
LEI FEDERAL N° 13.019/2014 E DECRETO MUNICIPAL N° 8.489/2017

Prezada Secretária

Sr. Anna Christina Barichello

Secretária Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social de Balneário Camboriú

Considerando a publicação do resultado preliminar na data de 14/08/2023 no sítio controladoria.balneariocamboriu.sc.gov.br, conforme estabelecido no item 7 tabela 2 item 4 do edital. “Etapa 4 Divulgação do resultado preliminar”.

Considerando, a ausência de interposição de recursos no prazo e nas formas estabelecidos no item 7.19. do edital “Etapa 5 Interposição de recursos contra o resultado preliminar”.

Considerando, o item 7.23 do edital “Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).”

A Comissão de Seleção de Parcerias DECIDE encaminhar o Resultado Definitivo da fase de seleção do Edital de Chamamento Público FMAS nº 002/2023, para Homologação e Publicação, em seu sítio eletrônico oficial.

O respectivo processo seletivo visa o repasse de recursos a entidades sem fins lucrativos, para programas que tenham por objeto a execução de atividades relacionadas à serviço de convivência e/ou república para jovens em vulnerabilidade econômica e social.

Resultado da Fase da Seleção

Nome da OSC participante	Nota	Classificação
INSTITUTO ANJOS SEM ASAS	10,00	1º lugar

BALNEÁRIO CAMBORIÚ- CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO

Rua Dinamarca, 320 | Bairro das Nações - SC | Cep 88.338-900 | Fone: +55 47 3267.7084 | Fax: +55 47 3367.1826
www.balneariocamboriu.sc.gov.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
COMISSÃO DE SELEÇÃO – DECRETO Nº 11.297/2023
email:comissaodeselecaobc@gmail.com

Informativo:

1 - O Edital teve somente uma 01 (uma) proposta apresentada e classificada.

2 - Após a homologação e publicação, o representante da **Administração Pública** nas formas estabelecidas no item 7.26 do Edital, poderá dar prosseguimento ao Processo de Celebração e proceder a convocação da OSC classificada, abrindo prazo de 05 dias conforme Etapa 1 página 12 do Edital.

3 - Os documentos deverão ser entregues e apreciados pela Comissão de Seleção de Parcerias para emissão de Parecer Técnico em conformidade com o **art 27, item V do DECRETO MUNICIPAL Nº 8.489/2017**.

3. Após a Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais, a Comissão de Seleção remeterá o processo na sua íntegra à Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública SCGTP para dar sequência às exigências que dispõe os **artigos 24, 27, item “ VI ” e 28 do DECRETO MUNICIPAL Nº 8.489/2017**.

Balneário Camboriú, 23 de agosto de 2023.

Carla Goulart Benvenutti Kanashiro
Presidente

Rubia Jacinto Rebelo
Secretária

Jean Cristiano de Araujo Mendes
Membro

Eliane Romiu
Membro

BALNEÁRIO CAMBORIÚ- CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO
Rua Dinamarca, 320 | Bairro das Nações - SC | Cep 88.338-900 | Fone: +55 47 3267.7084 | Fax: +55 47 3367.1826
www.balneariocamboriu.sc.gov.br

PORTARIA Nº 031/2023 – SCM

Publicação Nº 5090720

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS

**PORTARIA Nº 031/2023 – SCM**

O Secretário de Compras do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo Anexo I–A, inciso VI, da Lei Municipal n.º 3.780/2015, **RESOLVE**:

I - Instaurar o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, com fulcro no art. 1º do Decreto Municipal n.º 11.108/2023, em consonância com o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em face de:

TERRA BRASIL COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o Nº **07.458.077/0001-59**, pelos supostos descumprimentos editalícios e/ou contratuais da **DISPENSA LICITATÓRIA TERMO 015/2022 – PMBC** – tendo como objeto a contratação de serviço para desmanche de bloco de rocha que se encontra em risco de deslizamento, conforme projeto da Defesa Civil de Balneário Camboriú, nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, respeitando os princípios do contraditório e da ampla defesa previstos no art. 5º, inciso LV, da CRFB/1988.

II - Convocar os membros da Comissão de Apuração de Responsabilidade e Penalização, instituída pelo Decreto Municipal nº 11.108/2023, de 03 de janeiro de 2023, para conduzir o respectivo processo, nos termos das competências definidas no artigo 3º, incisos I a V, do mesmo Decreto.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú, SC, 24 de agosto de 2023.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras
Matrícula 11.326
Portaria nº 25.245/2018

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/C276-D6C8-1145-BECF> e informe o código C276-D6C8-1145-BECF



Balneário Piçarras

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2023 – FMS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023 – FMS

Publicação Nº 5091120

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2023 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023 – FMS

Fundamento: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 616/2023 e demais legislações aplicáveis. Pregão ELETRÔNICO para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura aquisição de lancetas e tiras reagentes, com comodato de aparelhos de glicose, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Piçarras, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos. Valor de Referência: R\$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais). Data da abertura da Sessão Pública: 06/09/2023 às 08h30min, Local: Portal do Compras Públicas – <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. O edital na íntegra encontra-se disponível no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras (SC), 24 de agosto de 2023.

Tiago Maciel Baltt – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO 005/2023 PMBP DE 21/07/2023 CONTRATO Nº 114/2022 PMBP DE 25/08/2022 REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2022 – PMBP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2022 – PMBP HOMOLOGADO EM 24/08/2022

Publicação Nº 5091580

TERMO ADITIVO 005/2023 PMBP DE 21/07/2023

CONTRATO Nº 114/2022 PMBP de 25/08/2022

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2022 – PMBP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2022 – PMBP

HOMOLOGADO EM 24/08/2022

O objeto deste instrumento caracteriza-se pela contratação de empresa especializada em seguros para os veículos da frota da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras e do Corpo de Bombeiros Militar, conforme especificações constantes no edital e seus anexos. Conforme solicitado pela Secretaria de Administração e Gestão Interna, por meio do Ofício nº 035/2023 PMBP, deferido pelo parecer jurídico nº 238/2023 PROGEM, conforme a Lei Federal 8.666/93 art. 57, II, fica prorrogado a partir do seu vencimento no dia 25/08/2023, por mais 12 (doze) meses o referido termo, tendo sua vigência atualizada até o dia 25/08/2024. O valor total deste termo para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ R\$ 290.350,51 (Duzentos e noventa mil e trezentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos)

GENTE SEGURADORA S/A – CNPJ Nº 90.180.605/0001-02

Balneário Piçarras (SC), 24 de agosto de 2023

TIAGO MACIEL BALTT – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 717/2023

Publicação Nº 5091453

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito**DECRETO Nº 717/2023**

Altera o Decreto nº 574/2023, que divulga o calendário dos feriados e pontos facultativos para o ano de 2023.

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 90, Inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 574, de 11 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.....

- 08 de setembro, sexta-feira (Ponto Facultativo);

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais na data mencionada no artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, compreendendo:

- I – Secretaria Municipal de Saúde;
- II – Secretaria Municipal de Obras;
- III – Secretaria Municipal de Assistência Social (Conselho Tutelar);
- IV – Secretaria Municipal de Segurança Pública; e
- V – Defesa Civil.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras (SC), 24 de agosto de 2023.

TIAGO MACIEL BALTT
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 717/2023 foi registrado na Secretaria de Administração e Gestão Interna e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

MARCIO DA ROSA
Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna

Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro – Balneário Piçarras – SC – CEP 88.380-000 Tel.: (47) 3347-4747
Home-page: <https://balneariopicarras.atende.net>

1

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N° 563, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5090920

PORTARIA N° 563, DE 24 DE AGOSTO DE 2023
DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

AGNALDO DERESZ, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997 e, atribuições que lhe confere a Lei Complementar n° 37/ 2011, e;

CONSIDERANDO as informações contidas no ofício interno, emitido pelo responsável do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Barra Bonita/SC, datado em 15 de agosto de 2023 e seus anexos, para que apure o ato supostamente praticado pela Empresa vencedora do Processo Licitatório n° 70/2023;

CONSIDERANDO que o ato supostamente praticado pela empresa constitui, em tese, infração passível de punição, conforme edital do Processo Licitatório n° 70/2023;

CONSIDERANDO finalmente, que cabe a autoridade que tiver ciência da irregularidade no serviço público a obrigatoriedade de promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em face Empresa CAMPO ATACADO E VAREJO ESPORTIVO LTDA a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, concedendo a ampla defesa no devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível, se for o caso, conforme documentos acostados no PAD em questão.

Art. 2º Caberá à Comissão Permanente, consoante na Portaria n° 251/2023, conduzir e desenvolver os trabalhos.

Art. 3º O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) a contar da data da publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, 24 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 564, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5090940

PORTARIA N° 564, DE 24 DE AGOSTO DE 2023
DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

AGNALDO DERESZ, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997 e, atribuições que lhe confere a Lei Complementar n° 37/ 2011, e;

CONSIDERANDO ato supostamente praticado pela empresa CASTILHOS GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA constitui, em tese, infração passível de punição, conforme edital do Processo Licitatório n° 173/2022;

CONSIDERANDO finalmente, que cabe a autoridade que tiver ciência da irregularidade no serviço público a obrigatoriedade de promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em face Empresa CASTILHOS GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, concedendo a ampla defesa no devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível, se for o caso, conforme documentos acostados no PAD em questão.

Art. 2º Caberá à Comissão Permanente, consoante na Portaria n° 251/2023, conduzir e desenvolver os trabalhos.

Art. 3º O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) a contar da data da publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, 24 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 561, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089935

PORTARIA Nº 561, de 24 de agosto de 2023

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Davi Zaccaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento fora do domicílio para a cidade de Chapecó/SC, conforme Memorando Nº 261/2023 e Roteiro de Viagem Nº 261/2023 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 24 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 562, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089948

PORTARIA Nº 562, de 24 de agosto de 2023

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Vanderlei Ferronato, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento fora do domicílio para a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando Nº 260/2023 e Roteiro de Viagem Nº 260/2023 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 24 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

02/035/21RISCAROLI

Publicação Nº 5090842

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1802C43CFCE376A255F463AA086170DDCC80607A

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 0109/2021

Dispensa de Licitação nº 009/2021

Extrato ao Contrato nº 002/038/2021

1802C43CFCE376A255F463AA086170DDCC80607A

Contratada: FLAVIO LUIS RISCAROLLI

Objeto: Locação do Imóvel (Galpão), com área total de 247,50 metros quadrados situado a Rua: José Lino de Aviz, nº 266, Bairro Centro, para instalações do Depósito, e Depto de Compras da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto. Pelo período de 12(doze) meses.

Valor do Contrato: R\$ 52.838,40

Data da assinatura: 24/08/2023

Data do vencimento: 24/08/2024

Barra Velha, 24 de agosto de 2023

FLAVIO LUIZ RISCAROLLI

Pela Empresa Contratada

Douglas Elias da Costa
Prefeito

INTIMAÇÃO MES DE AGOSTO 2023

Publicação Nº 5092390

INTIMAÇÃO 20/2023 – LUCIANA ERBS DA COSTA KOCHHANN

Considerando o retorno da correspondência enviada ao endereço do contribuinte LUCIANA ERBS DA COSTA KOCHHANN, CPF/CNPJ Nº 730.231.409-87, o Município de Barra Velha INTIMA/CIENTIFICA o contribuinte acima identificado da INTIMAÇÃO 20/2023. O prazo para apresentação de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da presente publicação. Após o escoamento do prazo sem a interposição de recurso ou pagamento do débito, será encaminhado para protesto extrajudicial e/ou execução fiscal.

INTIMAÇÃO 21/2023 – ALZERINO JOSE DE SOUZA

Considerando o retorno da correspondência enviada ao endereço do contribuinte ALZERINO JOSE DE SOUZA, CPF/CNPJ Nº 380.902.959-91, o Município de Barra Velha INTIMA/CIENTIFICA o contribuinte acima identificado da INTIMAÇÃO 21/2023. O prazo para apresentação de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da presente publicação. Após o escoamento do prazo sem a interposição de recurso ou pagamento do débito, será encaminhado para protesto extrajudicial e/ou execução fiscal.

INTIMAÇÃO 22/2023 – ALESSANDRO OLIVEIRA DE MOURA

Considerando o retorno da correspondência enviada ao endereço do contribuinte ALESSANDRO OLIVEIRA DE MOURA, CPF/CNPJ Nº 883.278.760-15, o Município de Barra Velha INTIMA/CIENTIFICA o contribuinte acima identificado da INTIMAÇÃO 22/2023. O prazo para apresentação de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da presente publicação. Após o escoamento do prazo sem a interposição de recurso ou pagamento do débito, será encaminhado para protesto extrajudicial e/ou execução fiscal.

INTIMAÇÃO 23/2023 – ALZERINO JOSE DE SOUZA

Considerando o retorno da correspondência enviada ao endereço do contribuinte ALZERINO JOSE DE SOUZA, CPF/CNPJ Nº 380.902.959-91, o Município de Barra Velha INTIMA/CIENTIFICA o contribuinte acima identificado da INTIMAÇÃO 23/2023. O prazo para apresentação de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da presente publicação. Após o escoamento do prazo sem a interposição de recurso ou pagamento do débito, será encaminhado para protesto extrajudicial e/ou execução fiscal.

PE 001/2023 FMAS

Publicação Nº 5090411

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5CD7AAE2F44C320855C82FB5514A1AC622D77B3

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 003/2023 FMAS

Pregão Eletrônico nº 001/2023 FMAS

5CD7AAE2F44C320855C82FB5514A1AC622D77B3

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.024/2019 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo Menor Preço por Item para Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios e outros, para suprir as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos pela Instituição de Acolhimento Vereador Germano Selker. Devendo seguir adequadamente as descrições de cada produto, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital. Recebimento das propostas até: 11/09/2023 às 13:15 horas. Data da Sessão Pública: 11/09/2023 às 13:30 horas, A abertura das propostas será através do Endereço eletrônico www.bnc.org.br. O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download nos sites: www.barravelha.sc.gov.br e www.bnc.org.br. Barra Velha, 24 de agosto de 2023. DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito.

PE 022/2023 FMS

Publicação Nº 5092186

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3B5F0C6BCC3B2180BCA4F997DCBC6B9CE8D619E9

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 030/2023

Pregão Eletrônico nº 022/2023

3B5F0C6BCC3B2180BCA4F997DCBC6B9CE8D619E9

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.024/2019 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo Menor Preço por Lote para Registro de Preços para aquisição de material, instalação de câmeras de segurança e manutenção preventiva e corretiva para atender todos os setores da secretaria municipal de saúde de Barra Velha/SC, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital. Recebimento das propostas até: 12/09/2023 às 13:15 horas. Data da Sessão Pública: 12/09/2023 às 13:30 horas, A abertura das propostas será através do Endereço eletrônico www.bnc.org.br. O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download nos sites: www.barravelha.sc.gov.br e www.bnc.org.br. Barra Velha, 24 de agosto de 2023. DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito.

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

Publicação Nº 5092391

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 16073/2023

CONTRIBUINTE: ESPOLIO DE ANA VILMA SANTANA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: GABRIEL DE MARCOS D'AVILA

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDEU E INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de 2014 a 2016 referentes ao cadastro imobiliário nº. 01.05.280.0172.001 (lançamentos nº 69828/2014, 196335/2015, 102338/2016), constante em seu nome. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que ocorreu no presente caso, pois, antes do decurso do prazo prescricional o Município ajuizou as execuções fiscais, não havendo que se falar, portanto, em ocorrência da prescrição. PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU dos anos de 2013 referentes ao cadastro imobiliário nº. 01.05.280.0172.001 (lançamentos nº. 130976/2013), constantes em nome do Requerente. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGO PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente IPTU dos anos de 2013 referentes ao cadastro imobiliário nº. 01.05.280.0172.001 (lançamentos nº. 130976/2013); e JULGO IMPROCEDENTE o pedido do Requerente para reconhecimento da prescrição das dívidas IPTU 2014 a 2016 referentes ao cadastro imobiliário nº. 01.05.280.0172.001 (lançamentos nº 69828/2014, 196335/2015, 102338/2016), constante em nome seu nome, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 8182/2023

CONTRIBUINTE: 545015 - VALNIR BOSSE

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO-IPTU

RELATOR: GABRIEL DE MARCOS D'AVILA

EMENTA: CANCELAMENTO DE IPTU. IMPOSTO SUPOSTAMENTE COBRADO A MAIOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Analisando o caso em tela, através da consulta em sistema informatizado do Município bem como dos documentos acostados pelo Contribuinte no processo digital, é possível verificar que o Contribuinte realizou o agendamento do pagamento e não o pagamento em si. Tendo em vista, que a contribuinte não apresentou o comprovante de pagamento, bem como, ao analisar as baixas de pagamentos não foram encontrados registros referentes a essa transação, resta somente o indeferimento do pedido. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do contribuinte, para cancelado o lançamento 216717/2022, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 793 / 2023

REQUERENTE: ALCIONE NIECKARZ

RELATORA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO DE ISENÇÃO DE IPTU. PEDIDO DEFERIDO. A contribuinte pediu o reconhecimento da isenção do débito IPTU, sob o protocolo 793/2023 cadastro imobiliário nº e inscrição nº 01.03.092.0149.001. Em conformidade com a Lei Municipal nº 2.020 de 10 de dezembro de 2021, terão direito à isenção os contribuintes que satisfaçam os seguintes requisitos:

- a) O imóvel cedido gratuitamente para o funcionamento de serviços de caráter público municipal, enquanto ocupados pelos citados serviços;
- b) O imóvel de propriedade de instituição sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pelo Município, desde que utilizados para suas finalidades essenciais;
- c) O único imóvel de propriedade de aposentado ou pensionista, por qualquer regime previdenciário, que possua renda per capita de até 1 (um) salário-mínimo e meio, ou que seja inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) e que utilize o referido imóvel para sua residência permanente;
- d) O único imóvel de contribuinte que possua a posse mediante apresentação de contrato de compra e venda, que possua renda per capita de até 1 (um) salário-mínimo e meio ou que seja inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) e que utilize o referido imóvel para sua residência permanente;
- e) O único imóvel de propriedade de contribuinte que não possua renda e que seja inscrito no Cadastro Único (CadÚnico), bem como utilize o referido imóvel para sua residência permanente;
- f) O único imóvel de contribuinte que possua a posse mediante apresentação de contrato de compra e venda, que não possua renda e que seja inscrito no Cadastro Único (CadÚnico), bem como utilize o referido imóvel para sua residência permanente;
- g) O imóvel de propriedade de pessoa portadora de doença grave incurável, dentre aquelas elencadas no art. 151 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que possua renda per capita familiar de até 1 (um) salário-mínimo e meio e que possua apenas um único veículo automotor. (grifo nosso)

Considerando o Parecer favorável da Assistente Social e presentes os requisitos necessários para ser concedida a isenção do IPTU, conforme documentos anexos, o pleito deve ser julgado procedente. ACORDAM os membros da Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido para reconhecimento da isenção de IPTU lançamento 106298/2023 referente ao cadastro imobiliário 60577, conforme disposto na fundamentação acima. Encaminhe-se cópia ao setor responsável para cancelamento do débito. Ressaltamos, por fim, que o presente deferimento não se estenderá aos anos subseq-entes, devendo o contribuinte renovar o pedido ano a ano. Publique-se.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 3108/2022

CONTRIBUINTE: MARISA ZANONI

ASSUNTO: RESSARCIMENTO DE IPTU

RELATOR: TAMARA DA SILVA TOMAZ

EMENTA: PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE LANÇAMENTOS. AUSÊNCIA DE LEI PERMITINDO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE CONCEDA PODERES PARA A COMAT RESSARCIR. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. IMPROCEDÊNCIA. Analisando a legislação referente nota-se que não existe legislação que contemple o pedido do contribuinte. A cautela e cuidado ao realizar o pagamento cabe tão somente ao interessado. O município não pode ser responsabilizada pela desídia do contribuinte que pagou equivocadamente o lançamento. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. Inexistindo previsão legal para que a COMAT possa reconhecer a inconstitucionalidade de norma, ou para deixar de aplicar uma lei ao caso concreto sem que esta tenha sido declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade JULGAR IMPROCEDENTE o pedido da Requerente para que seja ressarcido os valores pagos pelo contribuinte, constantes em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 7081/2023

CONTRIBUINTE: SHARON LAIS SANTOS HABITZREUTER DOS SANTOS

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): GABRIEL MARCOS D'AVILA

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido do contribuinte deve ser julgado procedente para cancelamento dos débitos materializados nos os lançamentos nº 155107/2023, 231911/2022, 224040/2018, 259349/2018, 283657/2019, 150945/2020, 203671/2021 (cadastro imobiliário 415405). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado os débitos materializados nos os lançamentos nº 155107/2023, 231911/2022, 224040/2018, 259349/2018, 283657/2019, 150945/2020, 203671/2021 (cadastro imobiliário 415405), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 10635/2022

CONTRIBUINTE: RUDINEI FAUSTINO DOS SANTOS

ASSUNTO: RESSARCIMENTO DE IPTU

RELATOR: TAMARA DA SILVA TOMAZ

EMENTA: PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE LANÇAMENTOS. AUSÊNCIA DE LEI PERMITINDO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE CONCEDA PODERES PARA A COMAT RESSARCIR. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. IMPROCEDÊNCIA. Analisando a legislação referente nota-se que não existe legislação que contemple o pedido do contribuinte. A cautela e cuidado ao realizar o pagamento cabe tão somente ao interessado. O município não pode ser responsabilizada pela desídia do contribuinte que pagou equivocadamente o lançamento. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. Inexistindo previsão legal para que a COMAT possa reconhecer a inconstitucionalidade de norma, ou para deixar de aplicar uma lei ao caso concreto sem que esta tenha sido declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade JULGAR IMPROCEDENTE o pedido da Requerente para que seja ressarcido os valores pagos pelo contribuinte, constantes em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 22182/2022

CONTRIBUINTE: CLARI ARNHOLD

ASSUNTO: RESSARCIMENTO DE COSIP

RELATOR: TAMARA DA SILVA TOMAZ

EMENTA: PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE LANÇAMENTOS. AUSÊNCIA DE LEI PERMITINDO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE CONCEDA PODERES PARA A COMAT RESSARCIR. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. IMPROCEDÊNCIA. Analisando a legislação referente nota-se que não existe legislação que contemple o pedido do contribuinte. A cautela e cuidado ao realizar o pagamento cabe tão somente ao interessado. O município não pode ser responsabilizada pela desídia do contribuinte que pagou supostamente pagou equivocadamente o lançamento. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. Inexistindo previsão legal para que a COMAT possa reconhecer a inconstitucionalidade de norma, ou para deixar de aplicar uma lei ao caso concreto sem que esta tenha sido declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade JULGAR IMPROCEDENTE o pedido da Requerente para que seja ressarcido os valores pagos pelo contribuinte, constantes em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 11325/2022

CONTRIBUINTE: CALEBE CELSO CORREA

ASSUNTO: CANCELAMENTO DE TAXA

RELATORA: TAMARA DA SILVA TOMAZ

EMENTA: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITOS. AUSÊNCIA DE ANÁLISE PARA COBRANÇA. PEDIDO PROCEDENTE. O contribuinte protocolou junto a Prefeitura Municipal de Barra Velha, requerimento para fins de cancelamento de Taxa de Certidão, sob fundamento de que não houve análise do pedido. Em análise ao Protocolo 6805/2023, que gerou a Taxa de Certidão de Qualquer Finalidade. Assim, correto o cancelamento da taxa. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte para que o lançamento efetuado a título de Taxa de Certidão de Qualquer Finalidade (lançamento 168406/2023), seja cancelado, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 21283/2023

CONTRIBUINTE: STEFANI RANNOV

ASSUNTO: CANCELAMENTO MULTA AUSENCIA DE DECLARAÇÃO NA ESCRITA FISCAL

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO MULTA AUSENCIA DE DECLARAÇÃO NA ESCRITA FISCAL. EXIGIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA. O contribuinte protocolou pedido de cancelamento de MULTA POR AUSENCIA DE DECLARAÇÃO decorrente do Auto de Infração nº 049/2022, sob o argumento de que não possuía acesso ao sistema municipal. Conforme o disposto no art. 4º e 5º do DECRETO Nº 846/2013, de 24 de JANEIRO de 2013, é obrigação do contribuinte adotar a ferramenta "Fiscal Web" para envio da Declaração de Serviços, mensalmente, via Internet, dos serviços prestados e/ou tomados, ademais, o Município disponibiliza contatos presencial/remoto para resolução de possíveis adversidades no sistema. Desta forma, o pedido de cancelamento do contribuinte deve ser julgado improcedente. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR IMPROCEDENTE ao pedido do contribuinte a fim de que seja cancelado o lançamento nº 234528/2022 de MULTA POR AUSENCIA DE DECLARAÇÃO decorrente do Auto de Infração n.049/2022 no valor originário de R\$ 5.327,80 (cinco mil trezentos e vinte e sete e oitenta centavos), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 1048/2023

CONTRIBUINTE: ANGELA C. WISSOSKI

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – PASSES DE ÔNIBUS

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE PASSES DE ÔNIBUS. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O (a) contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de PASSES DE ÔNIBUS do ano de 2010 (lançamentos nº. 62657/2010, 62658/2010, 62659/2010 e 62660/2010). Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que sejam declarados prescritos tão somente os débitos tributários referentes à PASSES DE ÔNIBUS do ano de 2010 (lançamentos nº. 62657/2010, 62658/2010, 62659/2010 e 62660/2010), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 15264/2023

CONTRIBUINTE: WILLIANS SABES MARTINS SILVA

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o (a) contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário no imóvel de inscrição imobiliária nº 01.03.314.0327 constantes em nome de EMPRETUR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., motivo pelo qual o pedido do (a) contribuinte deve julgado procedente para cancelamento dos débitos. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE para que SEJAM CANCELADOS os lançamentos de Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – COSIP do imóvel de inscrição imobiliária nº 01.03.314.0327 constantes em nome de EMPRETUR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. tendo em vista o bis in idem tributário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 18931/2023

CONTRIBUINTE: Zaqueu Rogerio Francez Me

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – ISSQN SIMPLES NACIONAL

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE ISSQN SIMPLES NACIONAL. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O (a) contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de ISSQN SIMPLES NACIONAL do ano de 2014 (lançamentos nº. 72914/2014, 72916/2014, 72918/2014, 72920/2014, 72922/2014, 72924/2014, 72926/2014 e 72928/2014). Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que sejam declarados prescritos tão somente os débitos tributários referentes à ISSQN SIMPLES NACIONAL do ano de 2014 (lançamentos nº. 72914/2014, 72916/2014, 72918/2014, 72920/2014, 72922/2014, 72924/2014, 72926/2014 e 72928/2014), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 18921/2023

CONTRIBUINTE: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – OUTRAS RECEITAS DIVERSAS

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE OUTRAS RECEITAS DIVERSAS. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O (a) contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de OUTRAS RECEITAS DIVERSAS do ano de 2003 (lançamento nº 65022/2003). Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido da Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente à OUTRAS RECEITAS DIVERSAS do ano de 2003 (lançamento nº 65022/2003), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 08/08/2023

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 18568/2023

CONTRIBUINTE: JOSE DAVID CAVIQUIOLI

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDEU E INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU dos anos de 2015 a 2018 referentes ao cadastro imobiliário n.º 100668 (lançamentos nº. 188614/2015, 94757/2016, 71064/2017 e 205761/2018) em nome do requerente. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, mas esse prazo pode ser interrompido e suspenso, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município foi feito, porquanto a execução fiscal para cobrança da dívida foi ajuizada em 2021, ou seja, antes da ocorrência da prescrição. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do contribuinte de prescrição dos lançamentos de IPTU dos anos de 2015 a 2018 referentes ao cadastro imobiliário n.º 100668 (lançamentos nº 188614/2015, 94757/2016, 71064/2017 e 205761/2018) em nome do requerente, uma vez que a dívida existente em seu nome não está prescrita, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

Publicação Nº 5092392

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 13179/2022

CONTRIBUINTE: 1080792 - N. K. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO

RELATOR: GABRIEL DE MARCOS D'AVILA

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDEU E INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos TAFO de 2015 (204389/2015), IPTU dos anos de 2013 a 2015 (131233/2013, 70121/2014, 193534/2015) do cadastro imobiliário 415685, constante em seu nome. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que ocorreu no presente caso, pois, antes do decurso do prazo prescricional o Município ajuizou as execuções fiscais, não havendo que se falar, portanto, em ocorrência da prescrição. PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de ISS homologado de 1999, lançamento nº 31067/1999, constantes em nome do Requerente. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGO PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ISS homologado de 1999, lançamento nº 31067/1999; e JULGO IMPROCEDENTE o pedido do Requerente para reconhecimento da prescrição das dívidas TAFO de 2015 (204389/2015), IPTU dos anos de 2013 a 2015 (131233/2013, 70121/2014, 193534/2015) do cadastro imobiliário 415685, constante em nome seu nome, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 10996 / 2023

CONTRIBUINTE: ROSITA DOGE ENDER

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo

pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 131820/2020, 198890/2021, 227935/2022 e 144829/2023, (cadastro imobiliário 120480). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 131820/2020, 198890/2021, 227935/2022 e 144829/2023, do (cadastro imobiliário 120480), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 11293 / 2023

CONTRIBUINTE: ISABELA NEVIADONSKI HARUNO

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 53927/2022, (cadastro imobiliário 252425). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 149826/2023 do (cadastro imobiliário 218626), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 11377 / 2023

CONTRIBUINTE: SERGIO DA SILVA

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 44649/2022, 142410/2023 do (cadastro imobiliário 41491). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 44649/2022, 142410/2023, do (cadastro imobiliário 41491), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 11597 / 2023

CONTRIBUINTE: CLAUDIR BOEHS

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 222044/2018, 281768/2019, 146397/2020, 202294/2021, 231066/2022 e 152555/2023 do (cadastro imobiliário 289981). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 222044/2018, 281768/2019, 146397/2020, 202294/2021, 231066/2022 e 152555/2023 do (cadastro imobiliário 289981), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 2712/2023

CONTRIBUINTE: 7863055 - MG CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO – TAFO E ISS

RELATOR: GABRIEL DE MARCOS D'AVILA

EMENTA: PEDIDO DERESSARCIMENTODE TAFO E ISS.PEDIDO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO JÁ FOI OBJETO DE ANÁLISE. OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DA TAFO.BIS IDEM NA COBRANÇA DE ISS.PEDIDOS PARCIALMENTE DEFERIDOS. O contribuinte alega que a Taxa de Autorização para Funcionamento (TAFO) e o Imposto sobre Serviços (ISS) devem ser reembolsados, pois não houve a realização da obra, tendo em vista que o ISS da obra, deve-se proceder o ressarcimento no valor de R\$ 19.283,34 (dezenove mil duzentos oitenta e três reais e trinta e quatro centavos), uma vez incorrido o fato gerador. Em relação ao pedido de ressarcimento da TAFO para análise da viabilidade e do projeto da edificação, no caso em tela, é exigível o tributo, uma vez que houve, de fato, a ocorrência do fato gerador (análise da viabilidade e do projeto pela Secretaria de Planejamento), então não há falar em ressarcimento do lançamento. ACORDAM os membros do COMISSÃO

MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser ressarcido, tão-somente, ressarcimento somente do lançamento referente Imposto Sobre Serviço – ISS no valor R\$ 21.287,68 (vinte e um mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos); JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de ressarcimento da TAFO descritos nos lançamentos tributários nº 181683/2021 e 181875/2021, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 18168/2022

CONTRIBUINTE: 37540 - JOAO DANIEL DA SILVA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O (a) contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição do débito de IPTU dos anos de 2007 a 2015 (lançamentos nº. 50971/2007, 51595/2009, 54163/2011, 53898/2012, 128377/2013, 67041/2014 e 193346/2015) referentes ao cadastro imobiliário nº. 255181 constantes em nome do Requerente. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que sejam declarados prescritos tão somente os débitos tributários referentes à IPTU dos anos de 2007 a 2015 (lançamentos nº. 50971/2007, 51595/2009, 54163/2011, 53898/2012, 128377/2013, 67041/2014 e 193346/2015) referentes ao cadastro imobiliário nº. 255181, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 19286/2022

CONTRIBUINTE: 8006318 - ALZIRA DELFINO MAZETO

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO

RELATORA: GABRIEL MARCOS D'AVILA

EMENTA: PEDIDO DE CANCELAMENTO. NÃO HOUVE RESPOSTA DAINTIMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS HÁBEIS PARA COMPROVAR O PLEITO. ÔNUS PROBANTE DOREQUERENTE. No caso em tela, não foi possível verificar somente com base no requerimento, analisar o pedido do contribuinte, tendo em vista que não acostou documentos suficientes que corroborem suas alegações, bem como possibilitasse a visita in loco. A Requerente recebeu a Intimação Fiscal – COMAT de nº 03/2023 em 10/02/2023, no entanto não houve manifestação por parte do interessado. Tendo em vista que cabe à requerente o ônus probante de fato constitutivo de seu direito, e à míngua probatória trazida pela parte, o pleito deve ser julgado improcedente. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR IMPROCEDENTE o pedido da contribuinte, em razão da míngua comprobatória, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 19184/2023

CONTRIBUINTE: ALOA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDEU E INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU dos anos de 2014 e 2015 referentes ao cadastro imobiliário nº. 178594 (lançamentos nº. 64339/2014 e 190489/2015) em nome do requerente. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, mas esse prazo pode ser interrompido e suspenso, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município foi feito, porquanto a execução fiscal para cobrança da dívida foi ajuizada em 2021, ou seja, antes da ocorrência da prescrição. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do contribuinte de prescrição dos lançamentos de IPTU dos anos de 2014 e 2015 referentes ao cadastro imobiliário nº. 178594 (lançamentos nº. 64339/2014 e 190489/2015) em nome do requerente, uma vez que a dívida existente em seu nome não está prescrita, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 15082/2023

CONTRIBUINTE: IRIA BRUCH

ASSUNTO: CANCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS A LEGITIMAR A EXIGÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA, PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE EDITAL. PROCEDÊNCIA. Em atenção ao princípio da legalidade tributária (art. 150, I, da CF) e de acordo com o disposto nos arts. 81 e 82, ambos do Código Tributário Nacional, é imprescindível à instituição de contribuição de

melhoria pela Administração lei prévia e específica relativamente a cada obra pública que gere valorização imobiliária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para cancelamento do lançamento de contribuição de melhorias do cadastro imobiliário nº 152579 (lançamento nº. 165262/2023), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 16566/2023

CONTRIBUINTE: ANDRE LUIS SALVADOR

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – TAF/ALVARÁ SANITÁRIO/TAFF

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE TAF/ALVARÁ SANITÁRIO/TAFF. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O (a) contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de TAF do ano de 2014 (lançamento nº. 72171/2014), ALVARÁ SANITÁRIO dos anos de 2014 a 2016 (lançamentos nº. 59443/2014, 203584/2015 e 106206/2016). Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE TAF/ALVARÁ SANITÁRIO/TAFF. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDEU E INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de ALVARÁ SANITÁRIO dos anos de 2017 a 2018 (lançamentos nº. 95397/2017 e 261831/2018) e TAFF do ano de 2018 (lançamento nº. 262092/2018) em nome do Requerente. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município foi feito. Além disso, o requerente reconheceu parte da dívida e realizou o parcelamento desta em 2018, suspendendo e interrompendo, assim, o prazo prescricional. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que sejam declarados prescritos tão somente os débitos tributários referentes à TAF do ano de 2014 (lançamento nº. 72171/2014), ALVARÁ SANITÁRIO dos anos de 2014 a 2016 (lançamentos nº. 59443/2014, 203584/2015 e 106206/2016), e JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do Requerente de prescrição dos débitos de ALVARÁ SANITÁRIO dos anos de 2017 a 2018 (lançamentos nº. 95397/2017 e 261831/2018) e TAFF do ano de 2018 (lançamento nº. 262092/2018) em nome do Requerente, uma vez que a dívida existente em seu nome não está prescrita, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 15090/2023

CONTRIBUINTE: MARIA AUXILIADORA PEREIRA LOPES

ASSUNTO: CANCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS A LEGITIMAR A EXIGÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA, PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE EDITAL. PROCEDÊNCIA. Em atenção ao princípio da legalidade tributária (art. 150, I, da CF) e de acordo com o disposto nos arts. 81 e 82, ambos do Código Tributário Nacional, é imprescindível à instituição de contribuição de melhoria pela Administração lei prévia e específica relativamente a cada obra pública que gere valorização imobiliária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido da Requerente para cancelamento dos lançamentos de contribuição de melhorias dos cadastros imobiliários nº 688037 e 688045 (lançamentos nº. 165255/2023 e 165257/2023), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 15093/2023

CONTRIBUINTE: RAINOLDO EVELINO BRUCH

ASSUNTO: CANCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS A LEGITIMAR A EXIGÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA, PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE EDITAL. PROCEDÊNCIA. Em atenção ao princípio da legalidade tributária (art. 150, I, da CF) e de acordo com o disposto nos arts. 81 e 82, ambos do Código Tributário Nacional, é imprescindível à instituição de contribuição de melhoria pela Administração lei prévia e específica relativamente a cada obra pública que gere valorização imobiliária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para cancelamento dos lançamentos de contribuição de melhorias dos cadastros imobiliários nº. 152510 e 152536 (lançamentos nº. 165160/2023 e 165162/2023), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 15083/2023

CONTRIBUINTE: JAIR DA COSTA

ASSUNTO: CANCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS A LEGITIMAR A EXIGÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA, PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE EDITAL. PROCEDÊNCIA. Em atenção ao princípio da legalidade tributária (art. 150, I, da CF) e de acordo com o disposto nos arts. 81 e 82, ambos do Código Tributário Nacional, é imprescindível à instituição de contribuição de melhoria pela Administração lei prévia e específica relativamente a cada obra pública que gere valorização imobiliária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para cancelamento do lançamento de contribuição de melhorias do cadastro imobiliário nº 152560 (lançamento nº. 165261/2023), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 15078/2023

CONTRIBUINTE: CARLOS ALBERTO AVELINO

ASSUNTO: CANCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS A LEGITIMAR A EXIGÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA, PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE EDITAL. PROCEDÊNCIA. Em atenção ao princípio da legalidade tributária (art. 150, I, da CF) e de acordo com o disposto nos arts. 81 e 82, ambos do Código Tributário Nacional, é imprescindível à instituição de contribuição de melhoria pela Administração lei prévia e específica relativamente a cada obra pública que gere valorização imobiliária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para cancelamento do lançamento de contribuição de melhorias do cadastro imobiliário nº.151866 (lançamento nº. 165394/2023), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 15075/2023

CONTRIBUINTE: ALBERTINA DIAS

ASSUNTO: CANCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS A LEGITIMAR A EXIGÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA, PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE EDITAL. PROCEDÊNCIA. Em atenção ao princípio da legalidade tributária (art. 150, I, da CF) e de acordo com o disposto nos arts. 81 e 82, ambos do Código Tributário Nacional, é imprescindível à instituição de contribuição de melhoria pela Administração lei prévia e específica relativamente a cada obra pública que gere valorização imobiliária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para cancelamento do lançamento de contribuição de melhorias do cadastro imobiliário nº.152609 (lançamento nº. 265265/2023), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 15091/2023

CONTRIBUINTE: PAULO ALBERTO DE FIGUEIREDO

ASSUNTO: CANCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS A LEGITIMAR A EXIGÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA, PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE EDITAL. PROCEDÊNCIA. Em atenção ao princípio da legalidade tributária (art. 150, I, da CF) e de acordo com o disposto nos arts. 81 e 82, ambos do Código Tributário Nacional, é imprescindível à instituição de contribuição de melhoria pela Administração lei prévia e específica relativamente a cada obra pública que gere valorização imobiliária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido da Requerente para cancelamento dos lançamentos de contribuição de melhorias do cadastro imobiliário nº.152587 (lançamentos nº. 165263/2023), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 18168/2022

CONTRIBUINTE: 37540 - JOAO DANIEL DA SILVA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O (a) contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição do débito de IPTU dos anos de 2007 a 2015 (lançamentos nº. 50971/2007, 51595/2009, 54163/2011, 53898/2012,

128377/2013, 67041/2014 e 193346/2015) referentes ao cadastro imobiliário nº. 255181 constantes em nome do Requerente. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que sejam declarados prescritos tão somente os débitos tributários referentes à IPTU dos anos de 2007 a 2015 (lançamentos nº. 50971/2007, 51595/2009, 54163/2011, 53898/2012, 128377/2013, 67041/2014 e 193346/2015) referentes ao cadastro imobiliário nº 255181, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 11/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 15095/2023

CONTRIBUINTE: VALDEMAR PICKCIUS

ASSUNTO: CANCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS A LEGITIMAR A EXIGÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA, PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE EDITAL. PROCEDÊNCIA. Em atenção ao princípio da legalidade tributária (art. 150, I, da CF) e de acordo com o disposto nos arts. 81 e 82, ambos do Código Tributário Nacional, é imprescindível à instituição de contribuição de melhoria pela Administração lei prévia e específica relativamente a cada obra pública que gere valorização imobiliária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para cancelamento dos lançamentos de contribuição de melhorias do cadastro imobiliário nº 152099 (lançamento nº 165264/2023), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

Publicação Nº 5092393

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 19157/2023

CONTRIBUINTE: 272078 - NIVALDO JOSE RAMOS

ASSUNTO: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE ITBI

RELATOR(A): GABRIEL DE MARCOS D'AVILA

EMENTA: RESTITUIÇÃO DE ITBI. IMPOSTO PAGO A TÍTULO DE IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI. TRIBUTO PAGO. NÃO REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO BEM. O contribuinte protocolou pedido de restituição de ITBI, sob o argumento de que o lançamento foi gerado de maneira equivocada, haja vista que a guia foi emitida para outra pessoa quando, na verdade, deveria ter sido feita em nome da Requerente. Conforme o disposto no art. 1.245 do Código Civil, bem como no art. 35, I, do Código Tributário Nacional, o tributo aduzido, possui como Fato Gerador, a “transmissão de bem imóvel”. Ademais, no presente caso, nota-se por meio de documentação comprobatória, que não houve a transferência do bem para a propriedade do contribuinte requerente. Desta forma, o pedido de restituição do contribuinte deve ser julgado procedente. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte a fim de que seja restituído ao contribuinte os valor descrito no ITBI nº 1090-2021, a saber, R\$ 2.344,64 (dois mil trezentos quarenta e quatro reais e sessenta o quatro centavos), referente ao imóvel de Inscrição Imobiliária n. 01.07.218.0677.001, a título de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 6337 / 2023

CONTRIBUINTE: CLAUDAIR DA SILVA

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 198217/2021, 227365/2022, 142912/2023, do (cadastro imobiliário 62758). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 198217/2021, 227365/2022, 142912/2023, do (cadastro imobiliário 62758), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 10257/2023

CONTRIBUINTE: LUCAS PHILIPPI

ASSUNTO: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE ITBI

RELATOR(A): TAMARA DA SILVA TOMAZ

EMENTA: RESTITUIÇÃO DE ITBI. IMPOSTO PAGO A TÍTULO DE IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI. TRIBUTOS PAGOS. NÃO REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO BEM. O contribuinte protocolou pedido de restituição de ITBI, sob o argumento de que o vendedor faleceu e por isso o negócio não foi concretizado. Conforme o disposto no art. 1.245 do Código Civil, bem como no art. 35, I, do Código Tributário Nacional, o tributo aduzido, possui como Fato Gerador, a “transmissão de bem imóvel”. Ademais, no presente caso, nota-se por meio de documentação comprobatória, que não houve a transferência do bem para a propriedade do contribuinte requerente. Desta forma, o pedido de restituição do contribuinte deve ser julgado procedente. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte a fim de que seja restituído ao contribuinte os valores descritos no ITBI nº 358-2023, no valor de R\$ 6.007,76 (seis mil e sete reais e sessenta e seis centavos), referente ao imóvel de Inscrição Imobiliária nº. 01.05.321.0136.001, a título de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 11881/2023

CONTRIBUINTE: 8008663 - HAACKE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE VALOR PAGO ITBI

RELATOR(A): GABRIEL DE MARCOS D'AVILA

EMENTA: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO A TÍTULO DE ITBI. PEDIDO DE ITBI COM DADOS INCORRETOS, PEDIDO PROCEDENTE. Tratando-se de pedido de repetição de indébito, possui a parte o prazo de 5 (cinco) anos a contar do prazo da extinção do crédito tributário para realizar o pedido administrativo e/ou judicial para requerer a devolução do valor pago indevidamente. Sustenta o contribuinte que o pedido de ITBI 764/2023 continha dados dos transmitente e adquirentes foram invertidos, posteriormente protocolado o ITBI 847/2023, no qual tais informações foram apresentadas de maneira correta. Desta forma, resta tão somente deferir o pedido de restituição do ITBI nº 764-2023, a saber, R\$ 14.623,60 (catorze mil seiscentos vinte e três reais e sessenta centavos), referente ao imóvel de Inscrição Imobiliária nº. 01.01.004.0930.042. Analisando a baixa magnética é possível identificar que, de fato, houve o pagamento em duplicidade. Assim, devida a restituição. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de restituição do ITBI nº 764-2023, a saber, R\$ 14.623,60 (catorze mil seiscentos vinte e três reais e sessenta centavos), referente ao imóvel de Inscrição Imobiliária nº. 01.01.004.0930.042, referente ao cadastro imobiliário 210951, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 12064 / 2023

CONTRIBUINTE: MICHAEL JOSE DE BORBA THEIS

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve ser julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 157363/2023 do (cadastro imobiliário 653012). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 157363/2023 do (cadastro imobiliário 653012), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 12541 / 2023

CONTRIBUINTE: SERGIO KASTRUP CAVALCANTI

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve ser julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 277052/2019, 198824/2021, 227877/2022 e 144642/2023 do (cadastro imobiliário 111775). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 277052/2019, 198824/2021, 227877/2022 e 144642/2023 do (cadastro imobiliário 111775), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 13354 / 2023

CONTRIBUINTE: ANTONIO CARLOS LARSEN

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 148842/2023, do (cadastro imobiliário 200190). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 148842/2023 do (cadastro imobiliário 200190), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 19571/2022

CONTRIBUINTE: JULIANE DA SILVA MAGALHÃES

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO

RELATORA: TAMARA DA SILVA TOMAZ

PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE PASSES DE ÔNIBUS. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de PASSES DE ÔNIBUS/2009, constantes em nome do Requerente. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGO PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente PASSES DE ÔNIBUS/2009 (lançamento nº 37483/2009), constante em nome seu nome, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 14100/2023

CONTRIBUINTE: 1078712 - CASSIO ALBERTO MORAES BARBOSA

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DA COMAT RELACIONADA AO PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DO IPTU PROCESSO 8881/2023

RELATOR(A): GABRIEL DE MARCOS D'AVILA

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA JULGOU TOTALMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO DO CONTRIBUINTE. RECURSO NÃO PROVIDO. Por meio do processo em 8881/2023, a COMAT emitiu decisão rejeitando o pedido de prescrição do IPTU para os anos mencionados, sustentando que o ato do contribuinte de parcelar os débitos em 2019 interrompeu o período de prescrição. O recorrente, por sua vez, interpôs recurso administrativo buscando revisar a decisão proferida, alegando que os parcelamentos efetuados não foram autorizados por ele enquanto proprietário, levantando questionamentos acerca da validade e legitimidade desses acordos. O cerne da controvérsia reside na interpretação do Art. 9 da Lei 1317/2013, que define os sujeitos passivos responsáveis pelo pagamento do IPTU. Diante da análise do dispositivo legal, é possível concluir que tanto o proprietário quanto o possuidor têm responsabilidade pelo pagamento do IPTU. Observa-se que o recorrente era ciente dos demais responsáveis pelo imóvel, já que um contrato de compra e venda foi estabelecido, tendo o contribuinte JULIANO EDUARDO RABELLO HENRIQUE, CPF: 018.813.209-01, como comprador. Além disso, o mesmo contribuinte parcelou os débitos em 2018 e 2019, evidenciando sua participação na responsabilidade tributária. Portanto, considerando a conformidade dos parcelamentos com os sujeitos responsáveis pelo pagamento do IPTU, conclui-se que a decisão proferida pela COMAT é adequada e deve ser mantida. ACORDAM unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO, nos termos do relatório e voto que passam os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 18992 / 2023

CONTRIBUINTE: SARAELLEN LARITZA TRINDADE MELLIES

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE VALOR PAGO EM DUPLICIDADE

RELATOR(A): TAMARA DA SILVA TOMAZ

EMENTA: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO A TÍTULO DE COSIP. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. OCORRÊNCIA. ANÁLISE DA BAIXA MAGNÉTICA DEMONSTROU TER SIDO REALIZADO PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. Tratando-se de pedido de repetição de indébito, possui a parte o prazo de 5 (cinco) anos a contar do prazo da extinção do crédito tributário para realizar o pedido administrativo e/ou judicial para requerer a devolução do valor pago indevidamente. Sustenta o contribuinte que realizou o pagamento em duplicidade dos valores no total de R\$ 121,98 (cento e vinte e um reais e noventa e oito centavos). Analisando a baixa magnética é possível identificar que, de fato, houve o pagamento em duplicidade. Assim, devida a restituição. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de restituição do valor R\$ 121,98 (cento e vinte e um reais e noventa e oito centavos), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 11291/2023

CONTRIBUINTE: ISABELA NEVIADONSKI HARUNO

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o (a) contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário no imóvel de inscrição imobiliária nº 01.07.044.0220.001 constantes em nome do requerente, motivo pelo qual o pedido do (a) contribuinte deve julgado procedente para cancelamento dos débitos. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE para que SEJAM CANCELADOS os lançamentos de Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – COSIP do imóvel de inscrição imobiliária nº. 01.07.044.0220.001 constantes em nome do requerente. tendo em vista o bis in Idem tributário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 14136/2023

CONTRIBUINTE: EMPRETUR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o (a) contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário no imóvel de inscrição imobiliária nº. 01.03.309.0040 constantes em nome de EMPRETUR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA., motivo pelo qual o pedido do (a) contribuinte deve julgado procedente para cancelamento dos débitos. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE para que SEJAM CANCELADOS os lançamentos de Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – COSIP do imóvel de inscrição imobiliária nº. 01.03.309.0040 constantes em nome de EMPRETUR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA tendo em vista o bis in Idem tributário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 15/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 18928/2021

CONTRIBUINTE: ALFREDO CLEBSCH

ASSUNTO: RETIRADA DE DÍVIDA DO NOME DO REQUERENTE – RENÚNCIA

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: RETIRADA DE DÍVIDA DO NOME DO SENHOR ALFREDO CLEBSCH. REQUERENTE QUE NÃO POSSUI O DOMÍNIO ÚTIL. IMÓVEL SOB A POSSE DE ANGELITA MAFRA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE PARA O POSSUIDOR. TRANSFERÊNCIA DA DÍVIDA DOS IPTU'S.

O Cadastro Imobiliário Fiscal tem por finalidade o registro das propriedades prediais e territoriais localizadas na zona urbana do Município e dos sujeitos passivos das obrigações tributárias que as gravam. Nos casos em que o Requerente não possui mais nenhuma relação com o imóvel nos anos dos fatos geradores, é inegável que as dívidas não devem constar em seu nome. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o requerimento apresentado pelo Requerente, no sentido de que as dívidas tributárias referentes a inscrição imobiliária nº 01.05.094.0745, bem como de que seja transferido para a titularidade da Sra. ANGELITA MAFRA, CPF: 603.931.907-78, uma vez que agora pertencem a este, e de que os tributos referente ao imóvel sejam transferidos para a possuidora também, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

Publicação Nº 5092395

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 5010/2022

CONTRIBUINTE: 7839146 - PAULO JOEL DA SILVA

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE VALOR PAGO A TITULO DE ALVARÁ SANITÁRIO

RELATOR(A): GABRIEL DE MARCOS D'AVILA

EMENTA: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO A TITULO DE ALVARÁ. EMPRESA DISPENSADA DE LICENÇA. PEDIDO PROCEDENTE. Tratando-se de pedido de repetição de indébito, possui a parte o prazo de 5 (cinco) anos a contar do prazo da extinção do crédito tributário para realizar o pedido administrativo e/ou judicial para requerer a devolução do valor pago indevidamente. Sustenta o contribuinte que realizou o pagamento do Alvará Sanitário e Certidão de Dispensa. Analisando a baixa magnética é possível identificar que, de fato, houve o pagamento de ambos lançamentos. Assim, devida a restituição no valor de R\$100,04 (cem reais e quatro centavos). ACORDAM os membros

da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de restituição do valor de no valor de R\$ 100,04 (cem reais e quatro centavos) referente a TAV do ano de 2022, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 435/2023

CONTRIBUINTE: DENIS ALEXANDRE DA SILVA

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO

RELATORA: TAMARA DA SILVA TOMAZ

EMENTA: PEDIDO DE RESSARCIMENTO. NÃO HOUVE RESPOSTA DA INTIMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS HÁBEIS PARA COMPROVAR O PLEITO. ÔNUS PROBANTE DO REQUERENTE. No caso em tela, não foi possível verificar somente com base no requerimento, analisar o pedido do contribuinte, tento em vista que não acostou documentos suficientes que corroborem suas alegações. A Intimação Fiscal – COMAT de nº 40/2023 foi recebida em 05/06/2023, no entanto não houve manifestação por parte do interessado. Tendo em vista que cabe à requerente o ônus probante de fato constitutivo de seu direito, e à míngua probatória trazida pela parte, o pleito deve ser julgado improcedente. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR IMPROCEDENTE o pedido da contribuinte, em razão da míngua comprobatória, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 458 / 2023

CONTRIBUINTE: VALDECI DA SILVA

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 60147/ 2022, 157279/2023 do (cadastro imobiliário 643629). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 60147/ 2022, 157279/2023 do (cadastro imobiliário 643629), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 1821 / 2023

CONTRIBUINTE: JOSE MANOEL POLICARPO

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 164320/2023 do (cadastro imobiliário 249254). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 164320/2023 do (cadastro imobiliário 249254), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 4546 / 2023

CONTRIBUINTE: LEANDRO MARCELO MOREIRA

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 216860/2018, 276781/2019 do (cadastro imobiliário 92487). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 216860/2018, 276781/2019 do (cadastro imobiliário 92487), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 4721 / 2023

CONTRIBUINTE: LEANDRO REDMERSKI

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 198251/2021 do (cadastro imobiliário 667617). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 198251/2021 do (cadastro imobiliário 667617), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 17991/2023

CONTRIBUINTE: ALESSANDRA RIBEIRO BERTOLI

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO

RELATORA: MAYARA SPITZNER DA SILVA VIANNA

PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE PASSES DE ÔNIBUS. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de PASSES DE ÔNIBUS/2016, constantes em nome do Requerente. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGO PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente PASSES DE ÔNIBUS/2016 (lançamentos nº 107955/2016 e 107973/2016), constante em nome da requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 19196/2022

CONTRIBUINTE: 469378 - MARCOS ALBERTO CUNHA BARROS

ASSUNTO: PEDIDO CANCELAMENTO COSIP.

RELATORA: GABRIEL DE MARCOS D'ÁVILA

EMENTA: CANCELAMENTO DE DÉBITO. ENDEREÇO INCORRETO PARA INTIMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS HÁBEIS PARA COMPROVAR O PLEITO. ÔNUS PROBANTE DA REQUERENTE. No caso em tela, não foi possível compreender a razão pela qual o contribuinte estava solicitando para cancelamento de Cosip. O Requerente é responsável pelo endereço informado para intimação. Tendo em vista que cabe ao requerente o ônus probante de fato constitutivo de seu direito, e à míngua probatória trazida pela parte, o pleito deve ser julgado improcedente. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR IMPROCEDENTE o pedido da contribuinte, em razão da míngua comprobatória, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 19452/2022

CONTRIBUINTE: 7800185 - CAROLINA ALVES DA SILVEIRA

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR(A): DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o pedido da contribuinte deve julgado procedente para cancelamento do débito materializado no lançamento nº 228615/2022, 146888/2023 do (cadastro imobiliário 168866). ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 228615/2022, 146888/2023 do (cadastro imobiliário 168866), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 19676/2023

CONTRIBUINTE: IS ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE VALOR PAGO IPTU EM DUPLICIDADE

RELATOR(A): MAYARA SPITZNER DA SILVA VIANNA

EMENTA: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO A TÍTULO DE IPTU. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. OCORRÊNCIA. ANÁLISE DA BAIXA MAGNÉTICA DEMONSTROU TER SIDO REALIZADO PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. Tratando-se de pedido de repetição de indébito, possui a parte o prazo de 5 (cinco) anos a contar do prazo da extinção do crédito tributário para realizar o pedido administrativo e/ou judicial para requerer a devolução do valor pago indevidamente. Sustenta o contribuinte que realizou o pagamento em duplicidade dos valores no total de R\$ 114,87 (cento e quatorze reais e oitenta e sete centavos). Analisando a baixa magnética é possível identificar que, de fato, houve o pagamento em duplicidade. Assim, devida a restituição. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de restituição do valor de R\$ 114,87 (cento e quatorze reais e oitenta e sete centavos), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 9279/2023

CONTRIBUINTE: JONAS CORTES ALVES

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO – TAXA DE VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE TAXA DE VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO. PEDIDO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO NÃO FOI OBJETO DE ANÁLISE. PROCESSO CANCELADO. INOCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DA TAXA. PEDIDO PROCEDENTE. O contribuinte protocolou pedido de cancelamento de Taxa de Viabilidade de Construção, por meio de processo administrativo, alegando que não houve análise de seu pedido de construção e o processo foi cancelado. Portanto, tendo em vista a inoccurrence do fato gerador da TAFO, torna-se inexigível a cobrança do tributo, devendo-se proceder o cancelamento do valor descrito no lançamento nº Viabilidade de Construção. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser cancelado, tão-somente, o lançamento nº 170424/2023 com o montante originário de R\$ 966,51 (novecentos e sessenta e seis reais e cinq-enta e um centavos), referente a protocolo de Viabilidade de Construção, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 9502/2022

CONTRIBUINTE: ALX CONSTRUTORA E INCORPORADORA

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE VALOR PAGO A TÍTULO TAXA VISA

RELATORA: TAMARA DA SILVA TOMAZ

EMENTA: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO A TÍTULO DE TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. OCORRÊNCIA. ANÁLISE DA FICHA FINANCEIRA DEMONSTROU TER SIDO REALIZADO PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. Tratando-se de pedido de repetição de indébito, possui a parte o prazo de 5 (cinco) anos a contar do prazo da extinção do crédito tributário para realizar o pedido administrativo e/ou judicial para requerer a devolução do valor pago indevidamente. Sustenta o contribuinte que realizou o pagamento da Vistoria Hidrossanitária do Alvará de Construção Nº 624/2021 foi pago 2 (duas) vezes no lançamento Nº 197161/2022 e no lançamento Nº 186059/2021. Analisando o sistema de controle municipal, é possível identificar que, de fato, houve o pagamento em duplicidade. Assim, devida a restituição. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de restituição do valor de R\$ 234,70 (duzentos e trinta e quatro reais e setenta centavos), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHIROS

PROCESSO Nº: 11949/2023

CONTRIBUINTE: ADRIANA DE BARROS

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO/PRESCRIÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS – TAFI/TAV/TAF/ISS

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE CANCELAMENTO. EMPRESA BAIXADA EM 23/04/2018. INFORMAÇÃO DO FISCO MUNICIPAL. REMESSA DOS AUTOS AO SETOR RESPONSÁVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. PEDIDO IMPROCEDENTE. A contribuinte protocolou junto a Prefeitura Municipal de Barra Velha, cancelamento dos débitos de TAF/TAV/TAFI. Quanto ao cancelamento de 2017 e 2018, considerando que a empresa estava ativa no Município, deve ser mantida sua cobrança. Os autos deverão ser remetidos ao Setor de Fiscalização para verificar possível aplicação de multa. PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE TAFI. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O (a) contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de TAFI dos anos de 2011 e 2012 (lançamentos nº. 59414/2011 e 58584/2012), TAF dos anos de 2013 e 2014 (lançamentos nº. 134331/2013 e 72164/2014) e ALVARÁ SANITÁRIO dos anos de 2013 a 2016 (lançamentos nº. 133454/2013, 59435/2014, 203577/2015 e 106199/2016) constantes em nome do (a) Requerente. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do contribuinte para cancelamento da TAF e TAV do ano de 2017 e 2018, conforme fundamentação acima exposta. Além disso, que seja lançada uma multa em razão do descumprimento de obrigação acessória, conforme preceitua os dispositivos legais acima citados, e JULGAR PROCEDENTE o pedido do (a) Requerente para que sejam declarados prescritos tão somente os débitos tributários referentes à TAFI dos anos de 2011 e 2012 (lançamentos nº. 59414/2011 e 58584/2012), TAF dos anos de 2013 e 2014 (lançamentos nº. 134331/2013 e 72164/2014) e ALVARÁ SANITÁRIO dos anos de 2013 a 2016 (lançamentos nº. 133454/2013, 59435/2014, 203577/2015 e 106199/2016) constantes em nome do (a) Requerente, conforme disposto na fundamentação acima.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHIROS

PROCESSO Nº: 12295/2023

CONTRIBUINTE: SILVIO FLORES

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO/PRESCRIÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS – ALVARÁ SANITÁRIO

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS – TAFI/TAF/ISS. EMPRESA NÃO EXERCIA ATIVIDADES NO MUNICÍPIO NO PERÍODO DOS LANÇAMENTOS. COM COMUNICAÇÃO AO FISCO MUNICIPAL. INOCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. COMPROVANTES ANEXADOS. PROCEDÊNCIA. Sustenta a contribuinte que os lançamentos de Alvará Sanitário dos anos de 2014 a 2021 devem ser cancelados, alegando que os lançamentos foram emitidos de maneira errônea. Portanto, com base no entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (20100824669; 20110003488), incorrido o fato gerador das taxas, o cancelamento dos débitos é a medida necessária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido para que os lançamentos efetuados a título de ALVARÁ SANITÁRIO dos anos de 2014 até 2021 (lançamentos nº. 59817/2014, 203874/2015, 106502/2016, 95695/2017, 227336/2018, 286685/2019, 175953/2020 e 180546/2021), sejam cancelados, conforme disposto na fundamentação acima.

SOLUÇÃO DE CONSULTA

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 19550/2023

CONSULENTE: DIRETOR DE TRIBUTOS – GABRIEL DE MARCOS D AVILA

ASSUNTO: CONSULTA – COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM NOME DE TERCEIRO

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: SOLUÇÃO DE CONSULTA DO SETOR DE TRIBUTOS. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO DECORRENTE DE LEI EM NOME DE TERCEIRO. CRÉDITO APRESENTADO PELO CONTRIBUINTE. POSSIBILIDADE. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. CONTRIBUINTE BUSCA A QUITAÇÃO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA POR MEIO DA COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. PREVISÃO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. CRIAÇÃO DE LEI ESPECÍFICA PARA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. DESNECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS DITAMES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. PROCEDÊNCIA. A consulente protocolou pedido de esclarecimento sobre a possibilidade de aceitar ou não a compensação de crédito tributário indicado pelo contribuinte, mas que estão em nome de terceiro. Quando a compensação tributária for tratada por meio de lei específica para o caso em concreto, inexistência de necessidade de se observar os ditames do Código Tributário Municipal. Artigo 3º da Lei Municipal nº 2214/23 autoriza expressamente essa compensação de valores para extinção de débitos municipais indicados e autorizado por este. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em RESPONDER A CONSULTA nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 19784/2023

CONTRIBUINTE: ARISTIDES SPERANDIO

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR(A): MAYARA SPITZNER DA SILVA VIANNA

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. PEDIDO DEFERIDO. O (a) contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição do débito de IPTU do ano de 2015 referente ao cadastro imobiliário nº. 152498 em nome de Espólio de Adenisio Bauer (lançamento nº. 189732/2015). Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDEU E INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU dos anos de 2016 a 2018 referentes ao cadastro imobiliário nº. 152498 em nome de Espólio de Adenisio Bauer (lançamentos nº 95915/2016, 71912/2017 e 206885/2018). Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município foi feito. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente os débitos tributários referentes à IPTU do ano de 2015 referente ao cadastro imobiliário nº. 152498 em nome de Espólio de Adenisio Bauer (lançamento n. 189732/2015), e JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do Requerente de prescrição dos débitos de IPTU dos anos de 2016 a 2018 referentes ao cadastro imobiliário nº. 152498 em nome de Espólio de Adenisio Bauer (lançamentos nº. 95915/2016, 71912/2017 e 206885/2018), uma vez que a dívida existente em seu nome não está prescrita, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 20385/2022

CONTRIBUINTE: MARIA EVELIN ZENDRON

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE VALOR PAGO A TÍTULO ITBI

RELATORA: TAMARA DA SILVA TOMAZ

EMENTA: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO A TÍTULO DE ITBI. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. OCORRÊNCIA. ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO DEMONSTROU TER SIDO REALIZADO PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. Tratando-se de pedido de repetição de indébito, possui a parte o prazo de 5 (cinco) anos a contar do prazo da extinção do crédito tributário para realizar o pedido administrativo e/ou judicial

para requerer a devolução do valor pago indevidamente. Sustenta o contribuinte que realizou o pagamento da R\$ 9.751,71 (nove mil setecentos e cinq-enta e um reais e setenta e um centavos) a título de ITBI. Analisando a documentação inclusa, é possível identificar que, de fato, houve o pagamento em duplicidade. Assim, devida a restituição. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de restituição do valor de R\$ 9.751,71 (nove mil setecentos e cinq-enta e um reais e setenta e um centavos), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 18/08/2023

PRESIDÊNCIA: DULCELEIA DA ROSA MALHEIROS

PROCESSO Nº: 18318/2022

CONTRIBUINTE: 493210 - MARLETE SALES NEITZEL 01751577902

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITOS/EMPRESA BAIXADA

RELATOR: GABRIEL DE MARCOS D'AVILA

EMENTA: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITOS. EMPRESA BAIXADA EM 2017. PEDIDO PROCEDENTE. O contribuinte protocolou junto a Prefeitura Municipal de Barra Velha, requerimento para fins de cancelamento de débitos, em decorrência de baixa da empresa. Considerando que a empresa não consta no município 01/02/2018, correto o cancelamento dos débitos a partir desta data. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR, PROCEDENTE o pedido do contribuinte para cancelar os débitos de TAFI e TAF/TAFF e/ou ISS fixo, e Alvará Sanitário e demais débitos a partir de 01/02/2018, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CÂMARA MUNICIPAL

2º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 012/2021

Publicação Nº 5092430

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 595B6B7B63F1DB9C14D31C8265EF1ACDCB2C821F

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2021

EXTRATO**2º ADITIVO PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

CONTRATO Nº: 012/2021

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA.

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL SC.

CNPJ: 34.028.316/0028-23

DATA DE ASSINATURA: 02 de agosto de 2023.

VIGÊNCIA: de 03 de agosto de 2023 á 02 de agosto de 2024.

VALOR TOTAL: O valor estimativo total deste contrato é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

DOTAÇÃO: 333903947000000000 (399)

OBJETO: Constitui objeto da presente Inexigibilidade de Licitação a contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para prestação de serviços de atividades postais para atender as necessidades da Câmara de Vereadores de Barra Velha, conforme especificações descritas nos anexos.

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Barra Velha, 24 de agosto de 2023.

DANIEL PONTES DA CUNHA

Presidente da Câmara de Vereadores

Contratante

Benedito Novo**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PE 107/2023**

Publicação Nº 5091614

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2531D940F6D176FEC33B5D8C6DBEDFD89D6A38F4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2023

O Município de Benedito Novo, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE CIMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 9h do dia 12/09/2023. ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA: a partir das 9:01h do dia 12/09/2023. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasbr.com.br. Licitação regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações, situado no Prédio da Prefeitura, na Rua Celso Ramos, nº 5.070, Centro, pelo Fone: (47) 3385-0487, nos sites: www.beneditonovo.sc.gov.br e <https://pncp.gov.br/> ou no e-mail: licita@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 23 de agosto de 2023.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – Prefeita

CONVOCAÇÃO - JOZEANE APARECIDA MARTINS SIQUEIRA HENNICH

Publicação Nº 5090443

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):
JOZEANE APARECIDA MARTINS SIQUEIRA HENNICH

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar de sua CONTRATAÇÃO ao cargo de AUXILIAR DE CRECHE, aprovado (a) em 2º lugar, de acordo com a Classificação no Processo seletivo 002/2023.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 7 (sete) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 23 de agosto de 2023.

STEFANY SABRINA HANSEN NAUMANN
Auxiliar Administrativo I – Departamento Pessoal

Ciente:
(Candidato)

Data: / /

CONVOCAÇÃO - KLAUCIANE HACK

Publicação Nº 5090439

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):
KLAUCIANE HACK

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar de sua CONTRATAÇÃO ao cargo de AUXILIAR DE CRECHE, aprovado (a) em 1º lugar, de acordo com a Classificação no Processo seletivo 002/2023.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 7 (sete) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 23 de agosto de 2023.

STEFANY SABRINA HANSEN NAUMANN
Auxiliar Administrativo I – Departamento Pessoal

Ciente:
(Candidato)

Data:/ /.....

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2023

Publicação Nº 5092580

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7F695BE80325FD01EB989475B36A3A6FEC7A34D6

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2023
EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2023

CONTRATADA: INSTITUTO DE PESQUISAS, PÓS GRADUAÇÃO E ENSINO DE CASCAVEL – IPPEC (02.276.193/0001-33)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA NA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, VISANDO O PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO

VALOR: R\$ 80.000,00

VIGÊNCIA: 24/08/2023 A 31/12/2023

DATA ASSINATURA: 24/08/2023

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – PREFEITA DE BENEDITO NOVO

PORTARIA Nº 393/2023 - CONTRATA AUXILIAR DE CRECHE

Publicação Nº 5089094

PORTARIA Nº 393/2023, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.
CONTRATA AUXILIAR DE CRECHE

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 131/2015; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, nesta data, DAIANE PEREIRA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, Símbolo AC, Anexo II, subanexo I, do Quadro de Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, pelo Período de 23 de agosto de 2023 a 22 de fevereiro de 2024, através do Processo Seletivo 007/2022, no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 23 de agosto de 2023.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

PORTARIA Nº 394/2023 - NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5091875

Portaria nº 394/2023, de 24 de agosto de 2023.
Nomeia Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2023, e dá Outras Providências.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2023, destinado ao provimento de cargos dos Quadros de Pessoal da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital.

- 1- SERGIO DARIO PASQUALI - Presidente
- 2- JESSICA NASATO BEBER - Membro
- 3- JOICE APARECIDA COSTA - Membro

Art. 2º - A Comissão Organizadora do Concurso Público deverá auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referentes ao mesmo.

Art. 3º - Os trabalhos efetuados pela Comissão Organizadora serão considerados de relevância ao Município, porém sem ônus ao erário público.

Art. 4º - Fica designado o Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC, CNPJ:02.276.193/0001-33, como a Banca Examinadora, responsável pela elaboração, aplicação e correção das provas do concurso público, conforme contrato administrativo nº 145/2023.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 24 de agosto de 2023.

Arrabel Antonieta Lenzi Murara
Prefeita de Benedito Novo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 93/2023

Publicação Nº 5091629

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0A75054A35E8E5CCDB672692CC8758087DE1602C

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****E-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão: 93/2023**

Afigurando-me que a licitação epigrafada se encontra regularmente desenvolvida dentro dos parâmetros legais, está em ordem e não há impugnações ou recursos pendentes de julgamento e, restando ainda presente o interesse na contratação/compra que deu ensejo à instauração do processo, **HOMOLOGO** o procedimento de que se cogita em favor da empresa vencedora:

194190 - FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CAPACETE DE SEGURANÇA COM PROTETOR FACIAL TIPO PENEIRA ANTIIMPACTOS, ABAFADOR DE RUÍDOS PARA SERVIÇOS EM ROÇADEIRA, CORTE E PODA DE ÁRVORE	UNIDADE	ULTRAMASTER	10	R\$104,21	R\$1.042,10
6	AVENTAL RASPA TIPO BARBEIRO COM MANGAS 96X60CM	UNIDADE	ARCLAN	20	R\$84,94	R\$1.698,80
					Total do Fornecedor:	
						R\$ 2.740,90
10000004098 - JD ELETRO COMERCIAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	CREME PROTETOR EM BISNAGA DE NO MÍNIMO 200G, HIDROSSOLÚVEL, COM PROTEÇÃO CONTRA ATAQUE AGRESSIVO DE PRODUTOS QUÍMICOS E SUBSTÂNCIAS SIMILARES, ÓLEOS, GRAXAS, CIMENTOS, COLAS, PÓS, RESINAS E OUTROS NÃO SOLUBILIZADOS EM ÁGUA	UNIDADE	NUTRIEX	50	R\$9,15	R\$457,50
3	CREME PROTETOR PARA PELE FPS60, RESISTENTE A AÇÃO DO SOL, PROTEÇÃO UVA, UVB. EMBALAGEM COM 120ML	UNIDADE	SUNDAY	180	R\$16,80	R\$3.024,00
4	BOTINA DE SEGURANÇA, COR PRETA, CABEDAL CONFECCIONADO EM COURO TIPO VAQUETA, HIDROFUGADO, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ELÁSTICO. PALMILHA DE MONTAGEM E FORRO FRONTAL INTERNO CONFECCIONADOS EM MATERIAL DE NÃO TECIDO. CONSTRUÇÃO NO SISTEMA STROBEL, COM SOLADO INJETADO DE PU BIDENSIDADE, COM RESISTÊNCIA AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE, COM ABSORÇÃO DE ENERGIA NA ÁREA DO SALTO (CALCANHAR), COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO DE CERÂMICA CONTAMINADO COM LAURIL SULFATO DE SÓDIO (DETERGENTE) E PISO DE AÇO CONTAMINADO COM GLICEROL (SRC). CABEDAL RESISTENTE À PENETRAÇÃO E À ABSORÇÃO DE ÁGUA (WRU). SOLADO RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). TAMANHOS 33 AO 47	PAR	BOMPEL	120	R\$82,99	R\$9.958,80
5	AVENTAL DE RASPA PARA SOLDADOR 1,20 X 0,60 SEM EMENDA	UNIDADE	KOCH	10	R\$46,40	R\$464,00
7	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA, CONSTITUÍDO POR DOIS ABAFADORES EM FORMA DE CONCHA. MONTADOS SIMETRICAMENTE EM HASTE-SUPORTE AJUSTÁVEL EM FORMA DE ARCO.	UNIDADE	Protect Quality	20	R\$23,90	R\$478,00

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****E-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**

	PERMITINDO QUE CADA ABAFADOR SE APLIQUE SOB PRESSÃO AOS PAVILHÕES AURICULARES. ABAFADOR LEVE, TOTALMENTE EM PLÁSTICO - ATENUAÇÃO: NRRSF-14 DB					
8	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG - DESCRIÇÃO: PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUG DE TRÊS FLANGES, CONFECCIONADO EM SILICONE NAS CORES SALMÃO E AMARELO, TAMANHO ÚNICO COM CORDÃO - ATENUAÇÃO: NRRSF 13 DB	UNIDADE	Protect Quality	150	R\$2,15	R\$322,50
9	PROTETOR SOLAR COM REPELENTE DE INSETOS, FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMA FPS 60, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVE FORNECER PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS SOLARES PROVENIENTES DOS RAIOS U.V.A. E U.V.B. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALÉRGICO, NÃO OLEOSO, RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR, REGISTRADO NA ANVISA E PARA USO PROFISSIONAL. PROTEÇÃO CONTRA MOSQUITOS. FRASCO COM NO MÍNIMO DE 120ML.	UNIDADE	SUNDAY	200	R\$20,99	R\$4.198,00
10	PROTETOR SOLAR COM REPELENTE DE INSETOS, FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMA FPS 30, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVE FORNECER PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS SOLARES PROVENIENTES DOS RAIOS U.V.A. E U.V.B. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALÉRGICO, NÃO OLEOSO, RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR, REGISTRADO NA ANVISA E PARA USO PROFISSIONAL. PROTEÇÃO CONTRA MOSQUITOS. FRASCO COM NO MÍNIMO DE 120ML.	UNIDADE	SUNDAY	120	R\$14,60	R\$1.752,00
11	ÓCULOS DE SEGURANÇA LENTE CINZA ANTIEMBAÇANTE, COM ARMAÇÃO, VISOR, APOIO NASAL E HASTES DO TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADOS EM POLICARBONATO	UNIDADE	DANNY	100	R\$7,00	R\$700,00
13	BOTA, CANO LONGO, COM POLAINA, NA COR PRETA, CONFECCIONADO EM PVC INJETADO. IMPERMEÁVEL, SOLADO ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO INTERNO COM FORRAÇÃO 100% EM POLIÉSTER.	PAR	INNPRO	75	R\$60,00	R\$4.500,00
14	LUVA EM VAQUETA SEM FORRO COM PUNHO EM RASPA 20CM	PAR	KOCH	10	R\$24,70	R\$247,00
17	LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL, REVESTIDA NA PALMA, FACE PALMAR E PONTA DOS DEDOS OU PARCIAL DO DORSO OU BANHO PALMA E DORSO COM LÁTEX NITRÍLICO, PUNHO COM ELASTANO OU PUNHO DE SEGURANÇA, FORMATO ANATÔMICO.	PAR	SUPER SAFETY	100	R\$5,75	R\$575,00
18	LUVA OPERADOR DE MOTOSERRA VAQUETA	PAR	SAYRO	10	R\$45,65	R\$456,50
19	PERNEIRA FORADA PARA ROÇADOR DE ELÁSTANO COM CINTO FIVELA	PAR	SAYRO	10	R\$34,99	R\$349,90
20	SAPATÃO DE SEGURANÇA, COR PRETA, CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ELÁSTICO. PALMILHA DE MONTAGEM E	PAR	BOMPEL	150	R\$85,00	R\$12.750,00

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****E-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**

	FORRO FRONTAL INTERNO CONFECCIONADOS EM MATERIAL DE NÃO TECIDO. CONSTRUÇÃO NO SISTEMA STROBEL, COM SOLADO INJETADO DE PU BIDENSIDADE, COM RESISTÊNCIA AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE, COM ABSORÇÃO DE ENERGIA NA ÁREA DO SALTO (CALCANHAR), COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO DE CERÂMICA CONTAMINADO COM LAURIL SULFATO DE SÓDIO (DETERGENTE) E PISO DE AÇO CONTAMINADO COM GLICEROL (SRC). CABEDAL RESISTENTE À PENETRAÇÃO E À ABSORÇÃO DE ÁGUA (WRU). SOLADO RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). TAMANHOS 39 AO 45.					
21	AVENTAL DE NAPA (PVC) FORRADO, TAMANHO 120X70CM, COR BRANCA, COM BAINHA	UNIDADE	BRASCAMP	15	R\$18,50	R\$277,50
22	TÊNIS ANTIDERRAPANTE PRETO, COM FAIXAS CLARAS CA 37212, TAMANHO 36 AO 38	PAR	Soft Works	35	R\$72,85	R\$2.549,75
23	SAPATO PARA COZINHA ANTIDERRAPANTE, COR BRANCA, CA 31898, TAMANHO 36 AO 39	PAR	Soft Works	20	R\$75,30	R\$1.506,00
24	AVENTAL PVC LAMINADO TRANSPARENTE COM FITILHO	UNIDADE	BRASCAMP	25	R\$12,30	R\$307,50
27	TOUCA DE BRIM PARA SOLDADOR TIPO ARABE COR CINZA	UNIDADE	BRASCAMP	10	R\$16,00	R\$160,00

Total do Fornecedor: R\$ 45.033,95

10000004126 - RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
25	JALECO DE BRIM LEVE SANTANENSE, COM 3 BOLSOS FRONTAIS E 4 BOTÕES MÉDIOS, MANGA CURTA (TAMANHOS: G E GG). NA COR CINZA	UNIDADE	própria	40	R\$59,99	R\$2.399,60
29	CAMISA MODELO MASCULINO COM GOLA PÓLO COM FECHAMENTO COM BOTÕES, COR AZUL (TOM A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO), CONFECCIONADAS EM MALHA PIQUÊ ECOLÓGICO, MATERIAL 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO ESTAMPADO NO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO	UNIDADE	própria	6	R\$40,00	R\$240,00
32	TOUCA PROTETORA CAPILAR DE ORGANZA, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% SINTÉTICO DE POLIAMIDA, NA PARTE INFERIOR DA TOUCA, PARA MELHOR AJUSTE AOS DIVERSOS TAMANHOS DE CABEÇA, ACABAMENTO EM FORMATO DE MEIA CIRCUNFERÊNCIA COM 90 MM DE LARGURA, FICANDO DEPOIS DE DOBRADA COM 45 MM EM CADA LADO (INTERNO E EXTERNO DA TOUCA) CONFECCIONADO EM TECIDO DE ALGODÃO E FINALIZADO POR UM TIRANTE ELÁSTICO PARA AJUSTAMENTO À CABEÇA E RECOLHIMENTO DE TODO OS CABELOS NO INTERIOR DA TOUCA, ESTE FECHAMENTO COM COSTURAS DUPLAS DIRETAMENTE NA	UNIDADE	própria	35	R\$17,45	R\$610,75

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****E-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**

	TOUCA, FORMATO ANATÔMICO, COR BRANCA, TAMANHO ÚNICO, LAVÁVEL						
						Total do Fornecedor:	R\$3.250,35
10000004146 - SANDRA REGINA ALINO DA SILVA CORNELIO PROCOPIO							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
26	CALÇA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BRIM (100% ALGODÃO), ½ ELÁSTICO, DOIS BOLSOS DIANTEIROS E DOIS BOLSOS TRASEIROS. RESISTENTE A RASGOS E ABRASÕES EM GERAL). NA COR CINZA (TAMANHOS: G E GG)	UNIDADE	Marca Própria	40	R\$50,00	R\$2.000,00	
28	CAMISA MODELO MASCULINO COM GOLA PÓLO COM FECHAMENTO COM BOTÕES, COR AZUL (TOM A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO), CONFECCIONADAS EM MALHA PIQUÊ ECOLÓGICO, MATERIAL 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO ESTAMPADO NO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO	UNIDADE	Marca Própria	60	R\$57,99	R\$3.479,40	
30	CAMISETA DE MALHA LISA; COR BRANCA, GOLA EM V, MATERIAL ECOLÓGICO (50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER), COM BRASÃO DO MUNICÍPIO ESTAMPADO NO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO	UNIDADE	Marca Própria	60	R\$21,64	R\$1.298,40	
31	JALECO (TIPO GUARDA-PÓ); SEM MANGAS, COR BRANCA OU OUTRA A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO, COM TRÊS BOLSOS FRONTAIS (UM NA LATERAL ESQUERDA SUPERIOR E DOIS NA PARTE INFERIOR, UM DE CADA LADO), COM BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO EM BOLSO SUPERIOR LATERAL, TECIDO COM 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, COMPRIMENTO DO JALECO NA ALTURA DA METADE DA COXA, TAMANHOS A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	UNIDADE	Marca Própria	55	R\$50,00	R\$2.750,00	
						Total do Fornecedor:	R\$ 9.527,80

Benedito Novo/ SC, 24 de agosto de 2023.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DP 101/2023

Publicação Nº 5089092

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FAE75605B549BDEF49313D7CAE78A07D77C72146

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita do Município de Benedito Novo, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em vista das justificativas e fundamentações relatadas e, levando-se em consideração os documentos juntados ao processo.

RATIFICA e APROVA a presente Dispensa de Licitação nº 101/2023 para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA NA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, VISANDO O PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, em favor da empresa INSTITUTO DE PESQUISAS, PÓS GRADUAÇÃO E ENSINO DE CASCAVEL – IPPEC, conforme itens e especificações a seguir:

Item	Qtde	Und	Descrição do Objeto	Preço Unit.	Preço Total
01	01	UND	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA NA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, VISANDO O PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO	80.000,00	80.000,00
TOTAL GERAL R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)					

DETERMINO que se proceda a publicação do extrato desta ratificação em até 5 (cinco) dias para sua eficácia.

Registra-se e publica-se

Prefeitura de Benedito Novo, 23 de agosto de 2023.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3255/2023

Publicação Nº 5090466

PORTARIA nº 3255 de 24 de agosto de 2023

Admitir o (a) Servidor (a), e acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IANKA MARCELE SILVA OLIVEIRA, através da Chamada Pública nº 001/2022, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PSICÓLOGO, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços na Policlínica, da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 17/08/2023 a 16/08/2024, para não prejudicar o funcionamento do atendimento à população.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/08/2023.

Biguaçu, 24 de agosto de 2023.

MAGALI ELIANE PEREIRA PRAZERES
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 3256/2023

Publicação Nº 5090469

PORTARIA nº 3256 de 24 de agosto de 2023

Admitir o (a) Servidor (a), e acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE MACHADO PINHEIRO, através da Chamada Pública nº 001/2022, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de AGENTE DE ENDEMIAS, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/08/2023, em substituição a Agente de Endemias, Maria Adriana Rodriguez Machado Felipe que encerrou o contrato.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/08/2023.

Biguaçu, 24 de agosto de 2023.

MAGALI ELIANE PEREIRA PRAZERES
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 3257/2023

Publicação Nº 5090471

PORTARIA nº 3257 de 24 de agosto de 2023

Admitir o (a) Servidor (a), e acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIMONE SOLANGE FRANCISCO FELTZ, através da Chamada Pública nº 001/2022, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde – UBS JARDIM JANAÍNA, da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 18/08/2023 a 17/08/2024, em substituição a servidora efetiva, Zilda Aparecida de Souza Bueno Camargo que está de atestado e desta forma manter o atendimento na UBS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2023.

Biguaçu, 24 de agosto de 2023.

MAGALI ELIANE PEREIRA PRAZERES
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 3258/2023

Publicação Nº 5090865

PORTARIA nº 3258 de 24 de agosto de 2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº 3209/2023, do servidor JOSIAS MARTINS, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) JOSIAS MARTINS, aprovado no Processo Seletivo nº 026/2022, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no EBM DONATO ALÍPIO DE CAMPOS da Secretaria Municipal de Educação, no período de 31/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago, até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2023.

Biguaçu, 24 de agosto de 2023.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 05/2023 CMDCA

Publicação Nº 5091235

Resolução nº 05/2023 CMDCA

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos e respectivos
fiscais durante o processo de escolha dos membros do Conselho
Tutelar e sobre o procedimento de sua apuração.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de Biguaçu, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.633/2023, bem como pelo art. 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art. 7º da Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar; e

Considerando que o art. 7º, § 1º, “c”, da Resolução nº 231/2022 do Conanda dispõe que ao CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

Considerando, ainda, que o art. 11, § 7º, incisos III e IX, da Resolução nº 231/2022 do Conanda aponta ser atribuição da Comissão Especial do processo de escolha, criada por Resolução do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos durante a campanha e no dia da votação, bem como resolver os casos omissos, RESOLVE:

Art. 1º A campanha dos candidatos a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos candidatos habilitados no Processo de Escolha e será encerrada à meia-noite da véspera do dia da votação.

Art. 2º Serão consideradas condutas vedadas aos candidatos devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Biguaçu e aos seus prepostos e apoiadores aquelas previstas no edital de abertura do certame, na Lei Municipal nº 4153/2023 e na Resolução Nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com especial destaque ao seu art. 8º.

Art. 3º O desrespeito às regras apontadas no art. 2º desta Resolução poderá caracterizar inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inc. I, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 4º Qualquer cidadão ou candidato poderá representar à Comissão Especial contra aquele que infringir as normas estabelecidas no edital, na Resolução nº 231/2022 do Conanda ou na Lei Municipal nº 1.633/2023, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

§1º Cabe à Comissão Especial registrar e fornecer protocolo ao representante, para acompanhamento do procedimento instaurado.

§2º Serão admitidas denúncias anônimas, desde que acompanhada de elementos mínimos de prova ou com indicação da forma que a Comissão Especial pode acessá-la.

§3º Caso o denunciante assim solicite, a Comissão Especial pode decretar, havendo fundamentos legítimos, o sigilo de seu nome, facultando acesso apenas ao Ministério Público e à autoridade judiciária, caso solicitado.

§4º As denúncias poderão ser encaminhadas pessoalmente à Comissão Especial, que as receberá através da Secretaria Executiva dos Conselhos de Direitos, nos dias úteis, na Rua Lucio Born nº 12, sala 101, bairro Centro, no município de Biguaçu - SC, no horário de 9:00hrs às 17hrs.

§5º As denúncias poderão também ser encaminhadas por telefone para o número (48) 30944128 ou para o e-mail secretariadosconselhos@gmail.com

§6º Caso qualquer membro do CMDCA tome conhecimento da prática de conduta vedada, por qualquer meio, deverá imediatamente

comunicar o fato e as provas a que teve acesso à Comissão Especial, para instauração, de ofício, do respectivo procedimento administrativo. § 7º O Ministério Público será cientificado da instauração de todo e qualquer procedimento instaurado pela Comissão Especial.

Art. 5º No prazo de 1 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Especial deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, § 3º, inc. I, da Resolução nº 231/2022 do Conanda).

Parágrafo único. Havendo motivo relevante e comprovado o perigo na demora do julgamento, a Comissão poderá determinar, fundamentadamente em medida liminar, a retirada imediata ou a suspensão da propaganda e o recolhimento do material de campanha considerado irregular.

Art. 6º A Comissão Especial poderá, no prazo de 2 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I – arquivar o procedimento administrativo, se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;

II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 2 (dois) dias contados do decurso do prazo previsto no caput (art. 11, § 3º, inc. I, da Resolução nº 231/2022 do Conanda).

§ 1º No caso do inc. II, o representante e o representado serão intimados a, querendo, comparecerem à reunião designada e efetuem perguntas para as testemunhas ouvidas;

§ 2º Eventual ausência do representante ou do representado não impede a realização da reunião a que se refere o inc. II, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

§ 3º As partes poderão ser representadas, durante todas as etapas do procedimento, por advogado, desde que junte procuração nos autos, porém a ausência de defesa técnica não acarretará nenhum tipo de nulidade.

Art. 7º Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial decidirá, fundamentadamente, em até 2 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 5º, da Resolução nº 231/2022 do Conanda).

§ 1º A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 2 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 5º, da Resolução nº 231/2022 do Conanda);

§ 2º No julgamento do recurso não será admitida reabertura da instrução, porém será facultada a sustentação oral aos envolvidos de até 10 (dez) minutos por parte, sendo dispensável a intimação destas para o julgamento.

Art. 8º Os nomes dos candidatos cassados deverão permanecer nas cédulas ou inseminados nas urnas eletrônicas.

Parágrafo único. Os votos atribuídos ao candidato cassado serão considerados nulos.

Art. 9º O representante do Ministério Público, tal como determina o art. 11, § 7º, da Resolução nº 231/2022 do Conanda, deverá ser cientificado de todas as reuniões da Comissão Especial e do CMDCA, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, bem como de todas as decisões destes órgãos, no prazo de 2 (dois) dias de sua prolação.

Art. 10 Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os municípios e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico e nas redes sociais da administração municipal, bem como noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha.

Art. 11 A Comissão Especial fará reunião com todos os candidatos habilitados em 2 (dois) momentos do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

a) tão logo seja publicada a relação final dos(as) candidatos(as) considerados(as) habilitados(as);

b) na semana anterior ao dia da votação, com foco nas vedações específicas da votação, organização do pleito e participação de fiscais dos candidatos.

§ 1º Em cada uma das solenidades será registrada ata da reunião, com a lista de presença dos candidatos e dos membros da Comissão Especial

§ 2º Eventual ausência não isenta o candidato do cumprimento das regras do processo de escolha.

Art. 12 Os procedimentos administrativos de que trata esta resolução poderão ser instaurados após a data da eleição, inclusive para apuração de condutas vedadas praticadas na data da votação e deverão ser concluídos antes da posse dos membros do Conselho Tutelar eleitos pela comunidade.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, as disposições desta resolução às eventuais irregularidades relativas à organização e condução do pleito em geral, cabendo à Comissão Especial processar e julgar as representações, com direito de recurso à Plenária do CMDCA.

Biguaçu, 24 de agosto de 2023.

Thereza Cristina Stachechem de Paula
Vice-Presidente – CMDCA/Biguaçu

CONVOCAÇÃO Nº 036 EDITAL 001/2022 - SEMAD

Publicação Nº 5090585

**PREFEITURA DE
BIGUAÇU**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**CONVOCAÇÃO SEMAD Nº 036 – Edital 001/2022**

A Secretaria Municipal de Administração, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo SEMAD Edital 001/2022, abaixo relacionado para comparecer na Rua: Praça Nereu Ramos, Nº 90 – Bairro: Centro – Biguaçu – SC, até o dia **29/08/2023**, munidos da Carteira de Identidade (original) para dar início ao processo de admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ DITO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluído aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará o contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 24 de agosto de 2023.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

CARGO ASSISTENTE SOCIAL – 30H

29 – HELLEN CRISTHIEN MENDES

30 – BETHINA HARTMANN RAMOS

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro – Biguaçu – CEP 88160.116
Telefone (48) 3094-4100

EDITAL Nº 016/2023/SEMED - RESULTADO FINAL

Publicação Nº 5091886

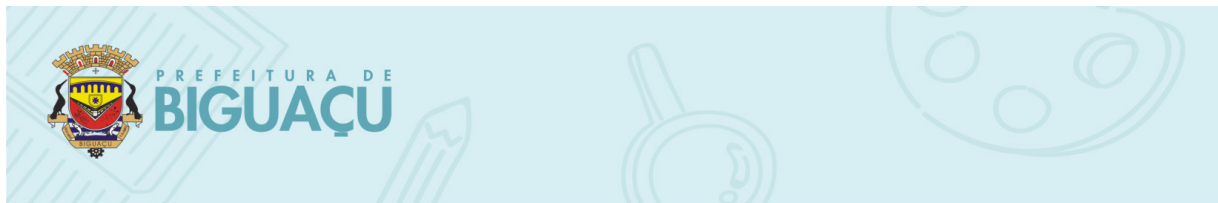


PREFEITURA DE
BIGUAÇU

Edital nº 016/2023/SEMED

Resultado Final

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EDITAL N° 016/2023/SEMED – ESTAGIÁRIOS – RESULTADO FINAL**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições legais, torna público o Resultado Final do Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias de estagiário de nível superior para o ano letivo de 2023 no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu.

DOS RECURSOS

Após análise dos recursos protocolados pelo formulário eletrônico disponibilizado, segue a decisão referente às questões abordadas.

CANDIDATO	SITUAÇÃO	MOTIVO
ANA PAULA ROCHA	INDEFERIDO	A pontuação está correta, pois está relacionada à 2ª fase.

DA ESCOLHA DE VAGAS – RETIFICAÇÃO

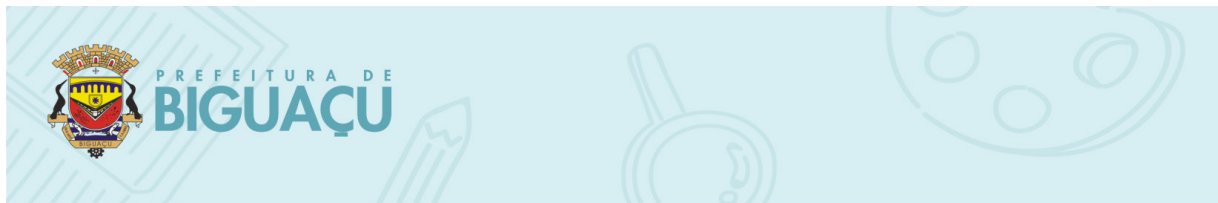
De acordo com o item nº 7.2 do Edital, o candidato aprovado deverá comparecer **VIRTUALMENTE** no dia **25 de agosto de 2023 (sexta-feira)**, às **14 horas**, para realização da escolha de vagas, no link: <https://meet.google.com/hro-eqjh-fof>.

DA HOMOLOGAÇÃO

Após análise da documentação apresentada, os candidatos foram classificados de acordo com a ordem que segue:

ESTAGIÁRIO – NÍVEL SUPERIOR – PCD

	CANDIDATO	MÉDIA	BÔNUS FASE	MÉDIA FINAL
1	ANA PAULA ROCHA	9,25	0,50	9,75

**ESTAGIÁRIO – NÍVEL SUPERIOR – AMPLA CONCORRÊNCIA**

	CANDIDATO	MÉDIA	BÔNUS FASE	MÉDIA FINAL
1	BEATRIZ GUESSER PELOZO	10,00	2,50	12,50
2	ANA KAROLINE DO PRADO	8,87	3,50	12,37
3	LARISSA CHAGAS	8,55	3,50	12,05
4	JOANA JOAQUINA ANJOS DE LIMA	8,86	3,00	11,86
5	PATRÍCIA PEREIRA MARTINS	9,21	2,00	11,21
6	LUISA PIRES DA COSTA	8,70	2,50	11,20
7	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA	9,39	1,50	10,89
8	JENNIFFER DA SILVA	8,27	2,50	10,77
9	CAROLINE MARINHO SANTIAGO	8,72	2,00	10,72
10	NATÁLIA SCHMITT BECKER	9,47	1,00	10,47
11	VICTOR LEONARDO DA SILVEIRA	9,72	0,50	10,22
12	KAYLANE SILVINO	9,03	1,00	10,03*
13	ELEDIANE DA SILVA	9,53	0,50	10,03*
14	ALEXANDRE WILLIANS PEREIRA	8,97	1,00	9,97
15	ELISÂNGELA GONÇALVES LEMOS	9,40	0,50	9,90
16	ANA PAULA ROCHA	9,25	0,50	9,75
17	CEURA FRANÇA DE MORAES	8,03	1,50	9,53
18	ROBERTA GOMES DA SILVA SANTOS	8,31	1,00	9,31
19	JULIANA VERÍSSIMO MARTINS	8,67	0,50	9,17
20	LEIDIANE DE JESUS DOS SANTOS DIAS	8,65	0,50	9,15
21	LIANDRA SANTOS DE MIRANDA	8,55	0,50	9,05
22	RUBIA GABRIELA DE MELLO	8,20	0,50	8,70
23	DANIELE DE OLIVEIRA ARROJO	7,95	0,50	8,45
24	HÉLIA ELAINE FURTADO DOS SANTOS	2,50	0,50	3,00
25	TATIARIA DOS SANTOS	0,00	0,50	0,50

*Critério de desempate (Bônus Fase).

CANDIDATOS DESCLASSIFICADOS

CANDIDATO	MOTIVO
ABDEEL ANANIAS	Não apresentou histórico escolar da Graduação nem Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "b" e "c" do Edital.
CARLOS ROGÉRIO SIMAS JUNIOR	Não apresentou histórico escolar da Graduação nem Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "b" e "c" do Edital.
DANIELLE DA SILVA MORAES	Não apresentou Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "c" do Edital.
DAYANE ROSA DEUCHER	Não apresentou Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "c" do Edital.
FERNANDA LOPES DO NASCIMENTO	Não apresentou Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "c" do Edital. Além disso, sua Instituição não possui Convênio com o Município, nos termos do item nº 4 do Edital.
GILDENES SOBRAL SEIBERT	Não apresentou histórico escolar da Graduação nem Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "b" e "c" do Edital.
KISY SILVA DOS SANTOS	Não apresentou Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "c" do Edital.
MARIA JOSÉ TINOCO	Histórico Escolar ilegível.
NELBERTO RAFAEL GOMES DA SILVA	Não apresentou histórico escolar da Graduação nem Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "b" e "c" do Edital.



PEDRO IGOR SILVEIRA DA LUZ	Não apresentou histórico escolar da Graduação nem Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "b" e "c" do Edital.
PRISCILLA LOPES DE LIMA	Não apresentou histórico escolar da Graduação nem Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "b" e "c" do Edital.
STÉFANI ESTÁCIO PERES	Não apresentou histórico escolar da Graduação nem Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "b" e "c" do Edital.
THAIS CORREIA LOPO	Não apresentou Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "c" do Edital.
VIVIANE TERESINHA MEIRA	Não apresentou histórico escolar da Graduação nem Declaração de Matrícula, nos termos do item nº 5.2 "b" e "c" do Edital.

Biguaçu, 24 de agosto de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br OSCAR SILVA NETO
Data: 24/08/2023 16:44:12-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Prof. Dr. Oscar Silva Neto
Secretário de Educação

REPUBLICAÇÃO TP193/2023-PMB

Publicação Nº 5090451

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 465E51751DE83610316FF5D0FC451D816103445C

**PREFEITURA DE
BIGUAÇU****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****AVISO REPUBLICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 193/2023-PMB**

Tendo em vista a falta de empresas interessadas em participar do processo TP193/2022-PMB, que tem como objeto contratação de empresa especializada em prestação de serviços e fornecimento de material para a reforma da Quadra Esportiva da Praça José Gualberto dos Santos, com Quadra de Futebol Society em grama sintética, a ser executado na Rua Manoel Francisco da Silva, s/nº, Bairro Praia João Rosa, em Biguaçu, de acordo com termo de referência, planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, projetos, partes integrantes desse processo, informamos que a mesma fica republicada para a seguinte data: Recebimento dos envelopes documentação e proposta: até às 13h45min horas do dia 12/09/2023, na Diretoria de Licitações desta Prefeitura.

Abertura do envelope documentação e proposta: às 14h00min horas do dia 12/09/2023, na Sala da Diretoria de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site: <https://biguacu.atende.net>, ou na Diretoria de Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 24 de agosto de 2023.

SALMIR DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Vinícius Hamilton do Amaral

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023**

Publicação Nº 5092440

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 013/2023 (Participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas)

A Comissão de licitação, Pregoeiro e equipe de apoio da Câmara Municipal de Biguaçu, no exercício de suas atribuições, torna público, a quem possa interessar que fará realizar licitação na Modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA A Contratação de empresa especializada em fornecimento de EPIs (equipamentos de proteção individual) para os servidores da Câmara Municipal de Biguaçu, conforme especificações e quantitativos descritos na tabela presente no termo de referência (anexo I do edital).

Data da sessão: 1º de setembro de 2023. Horário: 14:00 horas. Local - Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br> - CÓDIGO DA UASG: 928078

LOCAL PARA ADQUIRIR O EDITAL: site da Câmara Municipal de Biguaçu, www.cmb.sc.gov.br (aba Transparência – Licitações – Pregão) ou através do e-mail: cmb.licitacao@yahoo.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 – Ramal 1041, das 13h:00min às 19h:00min.

Cristyan Silveira Prazeres
Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Biguaçu/SC, 24 de setembro de 2023.

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 9.385/2023

Publicação Nº 5091618

LEI Nº 9.385, DE 22 DE AGOSTO DE 2023.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro às seguintes entidades:

I - Associação Casa de Apoio, inscrita no CNPJ sob o nº 06.789.418/0001-06, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.576/2004, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

II - Centro de Reabilitação Jovens Livres, inscrita no CNPJ sob o nº 00.129.000/0001-96, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 4.370/1994, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

III – Sociedade Beneficente Arnold Hadlich, inscrita no CNPJ sob o nº 00.065.973/0001-09, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 4.378/1994, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

IV – Associação dos Diabéticos do Vale do Itajaí, inscrita no CNPJ sob o nº 79.375.622/0001-54, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 3.801/1991, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

V – Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer, inscrita no CNPJ sob o nº 08.791.343/0001-23, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.172/2007, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

VI – Associação Beneficente Bom Samaritano, inscrita no CNPJ sob o nº 79.365.060/0001-68, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 3.505/1988, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

VII – Associação de Pais e Amigos Portadores de Mielomeningocele, inscrita no CNPJ sob o nº 17.981.311/0001-81, com foro no Município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.865/2013, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

VIII – Associação de Moradores da São Bernardo - ASMOSABE, inscrita no CNPJ sob o nº 81.154.791/0001-06, com foro no Município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 4.043/1992, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

IX – Grupo de Escoteiro Cruzeiro do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 04.797.652/0001-50, com foro no Município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.282/2003, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

X – APP EBM Professora Hella Altenburg, inscrita no CNPJ sob o nº 00.296.018/0001-82, com foro no Município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.271/1999, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XI – APP EBM General Lucio Esteves, inscrita no CNPJ sob o nº 83.543.686/0001-94, com foro no Município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.124/1998, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XII - Associação Edificando Vidas, inscrita no CNPJ sob o nº 46.181.266/0001-89, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 9.268/2022, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XIII – Associação de Moradores do Encano Alto, inscrita no CNPJ sob o nº 04.277.581/0001-64, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.797/2001, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XIV – Associação de Moradores Rua Santa Terezinha e Transversais, inscrita no CNPJ nº 79.375.184/0001-24, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº. 3.955/1991, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XV – APP Cei Hilca Piazero Schnaider, inscrita no CNPJ nº 00.471.585/0001-28, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº. 8.246/2016, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XVI – APP EBM Almirante Tamandaré, inscrita no CNPJ nº 79.375.903/0001-07, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº. 5.171/1999, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XVII – Clube Social de Caça e Tiro Garcia-Jordão, inscrita no CNPJ nº 82.668.195/0001-07, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº. 5.193/1999, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XVIII – Canto do Rio Futebol Clube, inscrita no CNPJ sob o nº 83.612.119/0001-42, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 4.013/1992, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XIX – Sociedade de Pais e Amigos das Crianças Atletas de Blumenau - SPACA, inscrito no CNPJ nº 04.324.657/0001-65, com foro no município de Blumenau, declarado de utilidade pública pela Lei nº 6.149/2003, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XX – AM dos Arredores da Comunidade Kolping, Centro Comunitário Esportivo Antonio Zendron e Centenário - MAKCEVAL, inscrita no CNPJ nº 79.371.845/0001-43, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº. 5.142/1998, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXI – Associação de Moradores e Amigos do Bairro Progresso, inscrita no CNPJ nº 79.365.052/0001-11, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 4.071/1992, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXII – APP EBM Profa. Nemesia Margarida, inscrita no CNPJ nº 01.930.563/0001-41, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.125/1998, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXIII – APP EEB Hercilio Deeke, inscrita no CNPJ nº 83.488.254/0001-28, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.436/2004, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXIV – Associação de Moradores da Rua Fritz Bruch e Transversais, inscrita no CNPJ nº 08.385.844/0001-00, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.046/2006, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXV – Clube Atlético Itoupava, inscrita no CNPJ nº 83.795.021/0001-78, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 3.486/1988, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXVI – Associação Representativa dos Moradores da Rua 25 de Agosto e Adjacências, inscrita no CNPJ nº 79.371.720/0001-13, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.272/1999, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXVII – APP Cei Ingo Wolfgang Hering, inscrita no CNPJ nº 11.183.645/0001-23, com foro no município de Blumenau, declarada utilidade pública pela Lei nº 7.686/2011, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXVIII – Associação dos Surdos de Blumenau - ASBLU, inscrita no CNPJ sob o nº 01.894.135/0001-00, com sede e foro no Município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.872/2002, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXIX – Instituto Metropolitano para o Desenvolvimento Desportivo e Social, inscrita no CNPJ sob o nº 10.417.058/0001-99, com foro neste Município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 9.092/2021, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXX – APP CEI Profa. Elzira Hornburg, inscrita no CNPJ nº 14.626.061/0001-73, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.732/2012, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXXI – APP EBM Prof. Oscar Unbehaun, inscrita no CNPJ nº 79.375.978/0001-98, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.104/1998, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXXII – APP CEI Professor Anselmo Antonio Hillesheim, inscrita no CNPJ nº 02.150.382/0001-65, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.234/1999, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXXIII - APP CEI Heinrich Reif, inscrita no CNPJ nº 00.514.376/0001-14, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.798/2001, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXXIV – APP CEI Erwin Pasold, inscrita no CNPJ nº 07.969.377/0001-00, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.993/2006, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXXV – APP CEI Evalino Roth, inscrita no CNPJ nº 79.375.846/0001-66, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.126/1998, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXXVI – APP CEI Profa. Andrea da Silva, inscrita no CNPJ nº 08.211.061/0001-00, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.005/2006, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXXVII – APP EMB Erich Klabunde, inscrita no CNPJ nº 83.642.769/0001-30, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.861/2002, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXXVIII - Instituto Social Biss, inscrito no CNPJ sob o nº 45.913.599/0001-92, com foro no município de Blumenau, declarado de utilidade pública pela Lei nº 9.290/2022, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XXXIX – Liga Blumenauense de Futebol, inscrita no CNPJ sob o nº 82.719.600/0001-79, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 3.391/1987, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XL – Associação Assistencial Lar Betânia, inscrita no CNPJ nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 2.463/1979, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XLI - Centro Terapêutico Vida - CTV, inscrita no CNPJ sob o nº 72.424.187/0001-61, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 4.251/1993, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XLII – Associação Sorrir para Down, inscrita no CNPJ nº 06.311.465/0001-40, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.193/2007, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XLIII – APP EB Friedrich Karl Kemmelmeier, inscrita no CNPJ nº 04.985.791/0001-07, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.718/2005, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XLIV – Associação Voluntários de São Roque, inscrita no CNPJ nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 3.647/1989, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XLV – Associação Pedagógica Euripedes Barsanulfo - APEB, inscrita no CNPJ nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.747/2005, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XLVI – APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, inscrita no CNPJ nº 82.656.554/0001-06, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1.412/1967, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XLVII – Grupamento de Veteranos da Polícia do Exército de Blumenau - GPBE, inscrita no CNPJ nº 16.713.199/0001-35, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 8.919/2020, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XLVIII – Grupo Escoteiro do Mar Ricardo Schmidt, inscrita no CNPJ nº 37.835.755/0001-16, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 9.039/2021, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

XLIX – Associação de Moradores do Loteamento Bandeirantes e Adjacências, inscrita no CNPJ nº 79.371.381/0001-75, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 3.587/1989, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

L – Clube de Mães Unidas do Bandeirantes, inscrita no CNPJ nº 05.472.658/0001-10, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.465/2004, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LI – Sociedade Recreativa e Desportiva Centenário, inscrita no CNPJ nº 79.365.177/0001-41, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.903/2002, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LII – APP Cei Emilia Piske, inscrita no CNPJ nº 07.481.631/0001-19, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.766/2005, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LIII – Centro de Recuperação Nova Esperança, inscrita no CNPJ nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 3.754/1990, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LIV – Associação de Educação Complementar Puro Amor, inscrita no CNPJ nº 08.677.364/0001-12, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.272/2008, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LV – Clube Náutico América, inscrita no CNPJ nº 82.660.622/0001-00, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 2.076/1975, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LVI – Associação Amigos do Hospital Santo Antonio – ASA, inscrita no CNPJ nº 27.292.415/0001-32, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 9.118/2021, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LVII – Associação dos Grupos Folclóricos Germânicos do Médio Vale Do Itajaí - AFG, inscrita no CNPJ nº 05.218.423/0001-04, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.783/2005, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LVIII – Liga Blumenauense de Gincaneiros, inscrita no CNPJ nº 07.274.696/0001-93, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.673/2005, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LIX – APP Cei Daniel Bressanini, inscrita no CNPJ nº 07.632.815/0001-32, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.099/2007, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LX – Clube de Caça e Tiro Esportivo Cultural União, inscrita no CNPJ nº 83.798.801/0001-71, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.415/2003, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXI – Grêmio Esporte Clube Itoupavazinha, inscrita no CNPJ nº 79.365.284/0001-70, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 3.753/1990, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXII – Sociedade Esportiva e Recreativa Primavera, inscrita no CNPJ nº 00.783.275/0001-49, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 4.955/1998, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXIII – APP Cei Franz Volles, inscrita no CNPJ nº 81.160.202/0001-00, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.856/2002, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXIV – APP do Cei Nazaré, inscrita no CNPJ nº 04.617.417/0001-59, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.739/2001, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXV – APP EBM Lauro Muller, inscrita no CNPJ nº 81.154.841/0001-55, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.534/2000, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXVI – APP EBM Bilíngue Profa. Helena Martha Natalia Winckler, inscrita no CNPJ nº 02.579.731/0001-69, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.254/1999, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXVII – Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, inscrita no CNPJ nº 82.653.163/0001-38, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 896/1959, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXVIII – Associação de Moradores do Loteamento Alfa Park e Adjacências - AMOLAPA, inscrita no CNPJ nº 09.103.030/0001-06, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.299/2008, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXIX – Associação de Moradores da Rua Botuverá e Transversais, inscrita no CNPJ nº 03.700.936/0001-13, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.635/2001, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXX – Sociedade Casa da Esperança, inscrita no CNPJ nº 79.366.233/0001-62, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 3.577/1989, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXI – Associação Casa de acolhida São Felipe Neri, inscrita no CNPJ nº 22.528.347/0001-44, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 8.205/2015, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXII – Centro de Educação Amiguinho Feliz, inscrita no CNPJ nº 83.795.963/0001-56, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 3.594/1989, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXIII – Sociedade de Amigos da Banda Municipal de Blumenau, inscrita no CNPJ nº 05.543.193/0001-40, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.312/2002, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXIV – APP EBM Visconde de Taunay, inscrita no CNPJ nº 95.948.220/0001-58, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.209/1999, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXV – Associação Viva Parkinson Blumenau, inscrita no CNPJ nº 39.752.413/0001-68, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 9.188/2022, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXVI – APP Cei DR. Arão Rebello, inscrita no CNPJ nº 05.381.240/0001-05, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.095/2002, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXVII – Associação Blumenauense de Bandas e Fanfarras Escolares - ABBAFE, inscrita no CNPJ nº 32.720.553/0001-05, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 8.957/2020, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXVIII – APP CEI Alwin Knaesel, inscrita no CNPJ nº 79.375.341/0001-00, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.828/2005, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXIX – APP CEI Maike Andresen Deeke, inscrita no CNPJ nº 79.376.273/0001-95, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.791/2001, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXX – APP Cei Prof. Paulo Freire, inscrita no CNPJ nº 08.515.513/0001-47, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.119/2007, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXXI – APP CEI Robert Rudolph Barth, inscrita no CNPJ nº 05.440.014/0001-40, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.254/2003, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXXII – APP Conjunto Educacional Pedro II, inscrita no CNPJ nº 83.493.965/0001-90, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.109/2007, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXXIII – APP EBM Pedro I, inscrita no CNPJ nº 81.160.293/0001-76, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.182/1999, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXXIV – Associação Pró-Solidariedade e Vida Bom Pastor - Cozinha Bom Pastor, inscrita no CNPJ nº 04.140.944/0001-15, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.799/2001, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXXV – Associação Família Feliz, inscrita no CNPJ nº 29.774.856/0001-04, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 8.754/2019, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXXVI – Blumenau Voleibol Clube, inscrita no CNPJ nº 82.102.161/0001-50, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.458/2000, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXXVII – APP CEI Profa. Elisabete Nunes Anderle, inscrita no CNPJ nº 45.352.154/0001-80, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 9.223/2022, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXXVIII – Associação Criança em Primeiro Lugar - ACPL, inscrita no CNPJ nº 11.650.030/0001-60, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.776/2012, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho;

LXXXIX – Associação de Moradores e Amigos do Bairro Badenfurt, inscrita no CNPJ nº 79.363.727/0001-93, com foro no município de Blumenau, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.568/2000, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades da entidade, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º As despesas previstas nos incisos I a LXXXIX do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente

Atividade 02.01.04.122.0017.2004 – Apoio Financeiro a Entidades

Modalidade 3.3.50 (13) Transf. Inst. Priv.s/Fins Luc. R\$ 767.930,00

Fonte de Recurso 1500.7000000

Modalidade 4.4.50 (1190) Transf. Inst. Priv.s/Fins Luc. R\$ 732.070,00

Fonte de Recurso 2500.7000000

Art. 3º As entidades beneficiadas terão até 90 (noventa) dias para aplicar e prestar contas dos recursos recebidos, sendo o prazo limite de 60 (sessenta) dias para aplicação dos recursos e 30 (trinta) dias para a prestação de contas, contados a partir da data do repasse.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

LEI Nº 9.386/2023

Publicação Nº 5091623

LEI Nº 9.386, DE 22 DE AGOSTO DE 2023.

REGISTRA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO A "MARCHA PARA JESUS EM BLUMENAU".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Município a "Marcha para Jesus em Blumenau".

Art. 2º É determinada a inscrição do registro do disposto no artigo 1º desta Lei no Livro do Tombo do Patrimônio Cultural do Município de Blumenau.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14.738/2023

Publicação Nº 5091626

DECRETO Nº 14.738, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

RECONHECE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a despesa constante do Anexo Único deste Decreto, no valor de R\$ 6.871,22(seis mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos), realizada e não processada no exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Indireta do Município.

Art. 2º A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 31.01.10.302.0059.2568 – Manutenção de Atividade de Pessoal da Atenção Especializada

Modalidade 3.1.90 (143) Aplicações Diretas R\$ 6.871,22

Fonte de Recursos 1500.1002000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14.738/2023 - ANEXO ÚNICO

Publicação Nº 5091634

ANEXO ÚNICO

CREDOR:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DOCUMENTO	FOPA 08/2023
DATA:	21/08/2023
ORIGEM DA DESPESA:	Pagamento retroativo de servidora referente a insalubridade não recebida nos períodos. Competência: 2020 – 2021 e 2022
DOTAÇÃO:	143
FONTE DE RECURSO:	1500.1002000
VALOR:	R\$ 6.871,22
TOTAL A RECONHECER:	R\$ 6.871,22 (Seis mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 22 de agosto de 2023.

MARCELO BARASUOL LANZARIN

Secretário Municipal de Promoção da Saúde/

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO Nº 14.739/2023

Publicação Nº 5091637

DECRETO Nº 14.739, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.276, de 24 de novembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.120.000,00 (um milhão, cento e vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
0603 – DIRETORIA DE CONTABILIDADE
Atividade 06.03.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida Interna
Modalidade 3.2.91 (105) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 1500.7000000
Modalidade 4.6.91 (107) Aplicações Diretas R\$ 920.000,00
Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
0603 – DIRETORIA DE CONTABILIDADE
Atividade 06.03.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida Interna
Modalidade 3.2.90 (104) Aplicações Diretas R\$ 1.120.000,00
Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14.740/2023

Publicação Nº 5091641

DECRETO Nº 14.740, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 9.276, de 24 de novembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte sete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
1102 - DIRETORIA DE PROJETOS DE INF. URBANA
Projeto 11.02.15.451.0052.1016 – Construção de Muros
Modalidade 4.4.90 (1202) Aplicações Diretas R\$ 27.000,00
Fonte de Recursos 2754.7000000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.402/2023

Publicação Nº 5091648

PORTARIA Nº 28.402, DE 22 DE AGOSTO DE 2023.
DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DEIZE NARA MONTEIRO SASSE, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ENFERMEIRO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e considerando o pedido contido no Processo Digital nº 0093721-62.2023.1.18.0501-0001, resolve:

DISPENSAR, no dia 15 de agosto de 2023:

DEIZE NARA MONTEIRO SASSE, matrícula

nº 228736, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador do Serviço de Atendimento Fora do Domicílio - FGC 60%, designada pela Portaria nº 26.336/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.403/2023

Publicação Nº 5091659

PORTARIA Nº 28.403, DE 22 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROMILDA DE FÁTIMA PELETTI, DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660/2007 e, em atenção ao Memorando SEDEAD 01983/23.04 e Processo Digital nº 0093826-39.2023.1.18.0501-0001, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a contar de 21 de agosto de 2023, à servidora pública municipal ROMILDA DE FÁTIMA PELETTI, matrícula nº 233601, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.404/2023

Publicação Nº 5091665

PORTARIA Nº 28.404, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PERÍCIA JUDICIAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA KORMANN OTSUKA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 87, V, combinado com o art. 94 da Lei Complementar nº 660/2007 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 01989/23.04, de 22/08/2023 - Processo Digital nº 0095041-50.2023.1.18.0501-0000,

CONSIDERANDO que a servidora abaixo acompanhou 03 (três) perícias judiciais, referentes a processos judiciais movidos por servidores públicos municipais, conforme informações contidas no Memorando nº 521/2023, do Serviço de Segurança do Trabalho e Memorando PGM nº 02245/2023, resolve:

CONCEDER a gratificação por assistência técnica em perícia judicial à servidora pública municipal TERESINHA KORMANN OTSUKA, matrícula nº 152242, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Recursos Humanos, lotada na Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do padrão "A" de vencimento, da faixa I, do respectivo cargo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.406/2023

Publicação Nº 5091670

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 28.384, DE 17 DE AGOSTO DE 2023.

ANEXO ÚNICO

CONCURSO	CLAS.	NOME	QUADRO	CARGO	ENQUADRAMENTO FUNCIONAL				VIGÊNCIA
					GO	CH	FAIXA	PADRÃO	
002/2021	34º	MARGARETE GARZ	QPE	EDUCADOR SOCIAL	GF	40	I	A	28.08.2023
002/2021	17º	JULIANA CECCONELLO	QPS	MÉDICO PEDIATRA	GE	10	II	A	28.08.2023
002/2021	18º	ALESSANDRA DE SA VILELA RAULINO	QPS	MÉDICO PEDIATRA	GE	10	II	A	28.08.2023
002/2021	19º	LETICIA DE FARIA BANDEIRA	QPS	MÉDICO PEDIATRA	GE	10	II	A	28.08.2023
002/2021	12º	GUILHERME BRINCAS ALBANO	QPS	CIRURGIÃO DENTISTA	GE	20	I	A	28.08.2023
002/2021	13º	OTÁVIO EMMEL BECKER	QPS	CIRURGIÃO DENTISTA	GE	20	I	A	28.08.2023

Legenda:

QPE - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

QPM - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO.

QPS - QUADRO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 28.407/2023

Publicação Nº 5091677

PORTARIA Nº 28.407, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS II, DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 01992/23.04 e Processo Digital nº 0096255-76.2023.1.18.0501-0000, resolve:

DISPENSAR, a gratificação pelo desempenho de atividades de COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS II, de que trata o artigo 37, inciso II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, dos servidores públicos municipais:

JANETE WAGNER, matrícula nº 220280, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, concedida pela Portaria nº 23.616/2019, a contar de 15 de agosto de 2023;

ISRAEL RODRIGO DE COL MEDEIROS, matrícula nº 228766, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, concedida pela Portaria nº 26.639/2022, a contar de 16 de julho de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.408/2023

Publicação Nº 5091682

PORTARIA Nº 28.408, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO NO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KELLIN DANIELSKI, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e em atenção ao Memorando SEDEAD nº 1993/23.04 – Processo Eletrônico nº 0096269-60.2023.1.18.0501-0000,

RESOLVE:

DISPENSAR, a contar de 15 de agosto de 2023, a Gratificação pela Participação no Serviço de Atenção Domiciliar, de que trata o artigo 38, I, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, da servidora pública municipal KELLIN DANIELSKI, matrícula nº 217611, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, concedida pela Portaria nº 22.814/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.409/2023

Publicação Nº 5091694

PORTARIA Nº 28.409, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I, DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 01994/23.04 e Processo Digital nº 0096287-81.2023.1.18.0501-0000, resolve:

DISPENSAR, a gratificação pelo desempenho de atividades de COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I, de que trata o artigo 37, inciso I, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, dos servidores públicos municipais:

MAYTE ALVES DE ANDRADE POSSAMAI, matrícula nº 229901, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, concedida pela Portaria nº 19.662/2016, a contar de 15 de agosto de 2023;

MARCEL MOURA REIS, matrícula nº 228448, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, concedida pela Portaria nº 23.314/2019, a contar de 15 de agosto de 2023;

GREICI PEREIRA PACHECO, matrícula nº 231023, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, concedida pela Portaria nº 26.493/2022, a contar de 16 de julho de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.410/2023

Publicação Nº 5091701

PORTARIA Nº 28.410, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO NA UNIDADE DE SAÚDE PRISIONAL DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GREICI PEREIRA PACHECO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e em atenção ao Memorando SEDEAD nº 1995/23.04, de 23/08/2023 – Processo Digital nº 0096314-64.2023.1.18.0501-0000, resolve:

DISPENSAR, a contar de 16 de julho de 2023, a gratificação pela Participação na Unidade de Saúde Prisional, conforme artigo 45, A, I, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, da servidora pública municipal GREICI PEREIRA PACHECO, matrícula nº 231023, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, concedida pela Portaria nº 21.510/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.411/2023

Publicação Nº 5091710

PORTARIA Nº 28.411, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL PELA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GREICI PEREIRA PACHECO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 01998/23.04 - Processo Eletrônico nº 0096328-48.2023.1.18.0501-0000, resolve:

CONCEDER, a contar de 17 de julho de 2023, a gratificação mensal pela COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE, de que trata o artigo 37, inciso II, da Lei nº Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, à servidora pública municipal GREICI PEREIRA PACHECO, matrícula nº 231023, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.412/2023

Publicação Nº 5091713

PORTARIA Nº 28.412, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL PELA PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF, AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando Pessoal nº 1997/23.04 – Processo Digital nº 0096327-63.2023.1.18.0501-0000, resolve:

CONCEDER, a gratificação mensal pela PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, de que trata o artigo 32, inciso I, da Lei nº Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, aos servidores públicos municipais:

MARCEL MOURA REIS, matrícula nº 228448, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, a contar de 16 de agosto de 2023;

MAYTE ALVES DE ANDRADE POSSAMAI, matrícula nº 229901, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, a contar de 16 de agosto de 2023;

GREICI PEREIRA PACHECO, matrícula nº 231023, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, a contar de 17 de agosto de 2023;

JANETE WAGNER, matrícula nº 220280, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, a contar de 16 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.413/2023

Publicação Nº 5091714

PORTARIA Nº 28.413, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL PELA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ISRAEL RODRIGO DE COL MEDEIROS, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 02001/23.04, de 23/08/2023 - Processo Eletrônico nº 0096341-47.2023.1.18.0501-0000, resolve:

CONCEDER, a contar de 17 de julho de 2023, a gratificação mensal pela COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE, de que trata o artigo 37, inciso I, da Lei nº Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, ao servidor público municipal ISRAEL RODRIGO DE COL MEDEIROS, matrícula nº 228766, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.414/2023

Publicação Nº 5091715

PORTARIA Nº 28.414, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA CARLA SOARES, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 02000/23.04, de 23/08/2023 – Processo Eletrônico nº 0096336-25.2023.1.18.0501-0000, resolve:

DISPENSAR, no dia 15 de agosto de 2023,

PATRICIA CARLA SOARES, matrícula nº 228036, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, do exercício

da função gratificada de confiança de Assessor de Políticas Públicas - FGC 40%, junto à Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, designada pela Portaria nº 27.896/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.415/2023

Publicação Nº 5091717

PORTARIA Nº 28.415, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL PELA PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRÍCIA CARLA SOARES, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 01999/23.04, de 23/08/2023 – Processo Digital nº 0096331-03.2023.1.18.0501-0000, resolve:

CONCEDER, a contar de 16 de agosto de 2023, a gratificação mensal pela PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, de que trata o artigo 32, inciso III, da Lei nº Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, à servidora pública municipal PATRÍCIA CARLA SOARES, matrícula nº 228036, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.416/2023

Publicação Nº 5091718

PORTARIA Nº 28.416, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDIA CEZAR, DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 02003/23.04 - Processo Eletrônico nº 0096712-11.2023.1.18.0501-0000, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a contar de 31 de agosto de 2023, à servidora pública municipal CLAUDIA CEZAR, matrícula nº 229141, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.417/2023

Publicação Nº 5091722

PORTARIA Nº 28.417, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL PELA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e em atenção ao Memorando SEDEAD nº 01996/23.04, de 23/08/2023 - Processo Eletrônico nº 0096325-93.2023.1.18.0501-0000, resolve:

CONCEDER, a contar de 16 de agosto de 2023, a gratificação mensal pela COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, de que trata o artigo 33, da Lei nº Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, às servidoras públicas municipais abaixo,

MAYTE ALVES DE ANDRADE POSSAMAI, matrícula nº 229901, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde;

JANETE WAGNER, matrícula nº 220280, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD PAD Nº 020/2021

Publicação Nº 5091726

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD

PAD Nº 020/2021

INDICIADO: M.A.R.F.

ADVOGADO: NILSON DOS SANTOS - OAB/SC nº 16.612

DESPACHO: Intime-se o Advogado do ex-servidor indiciado, para acompanhar a audiência de interrogatório designada para o dia 06 DE SETEMBRO DE 2023, às 14H30MIN, que ocorrerá na sede das Comissões, sito à Rua Dois de Setembro, nº 1.510, 1º andar, sala 03, Bairro Itoupava Norte, Blumenau-SC (Prédio da ETSUS). Os autos encontram-se à disposição na sede da 1ª CPASD, sito à Praça Victor Konder, 02, 3º andar, sala 32 – PGM, no horário das 09h às 11h e das 14h às 17h.

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD PAD Nº 020/2021

Publicação Nº 5091729

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD

PAD Nº 020/2021

INDICIADO: M.A.R.F.

ADVOGADO: NILSON DOS SANTOS - OAB/SC nº 16.612

DESPACHO: Intime-se o Advogado de defesa do ex-servidor indiciado, para acompanhar a audiência de oitiva da testemunha de defesa arrolada, designada para o dia 06 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 14 HORAS, na sede das Comissões, sito à Rua Dois de Setembro, nº 1.510, 1º andar, sala 03, Bairro Itoupava Norte, Blumenau-SC (Prédio da ETSUS). Os autos encontram-se à disposição na sede da 1ª CPASD, sito à Praça Victor Konder, 02, 3º andar, sala 32 – PGM, no horário das 09h às 11h e das 14h às 17h.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2021 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 5091759

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2021 - REPUBLICAÇÃO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E EMPRESA BXT COMÉRCIO, SERVIÇOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para manutenção e atualização anual das licenças WorkWithPlus, SmartDevicesPlus e AuditPlus de propriedade do Município de Blumenau, incluindo suporte técnico e atualização de versões – SEGG – SEMUS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 031/2021.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência em mais 12 (doze) meses, ou seja, de 4 de agosto de 2023 a 3 de agosto de 2024.

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato em R\$ 12.406,20 (doze mil, quatrocentos e seis reais e vinte centavos), sendo R\$ 5.498,40 (cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) referente a atualização das licenças da Secretaria de Gestão Governamental (SEGG) e R\$ 6.907,80 (seis mil, novecentos e sete reais e oitenta centavos) referente a atualização das licenças da Secretaria de Promoção da Saúde (SEMUS).

DATA DE ASSINATURA: 18 de julho de 2023.

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 354/2022

Publicação Nº 5091769

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 354/2022

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - ESCOLA DE HUMANIDADES

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica para elaboração de estudos de apoio à modelagem para escolha do melhor processo de Concessão ou Parceria Público-Privada (PPP), a fim de modernizar, manter, eficientizar e ampliar o Parque de Iluminação Pública do Município de Blumenau – SEURB.

PROCESSO: Dispensa nº 151/2022

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual em mais 08 (oito) meses, ou seja, de 18 de julho de 2023 até 17 de março de 2024.

DATA DE ASSINATURA: 7 de julho de 2023.

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 207/2022

Publicação N° 5091831

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 207/2022

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA FORT REFEIÇÕES E EVENTOS LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de refeição (almoço e janta) preparados tipo marmitex e lanches (manhã e tarde), conforme especificações constantes no edital – FMS/SEMUS.

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 062/2022.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 08 de agosto de 2023 até 07 de agosto de 2024.

VALOR: Renova o valor do contrato que se mantém em R\$ 528.015,00 (quinhentos e vinte e oito mil e quinze reais), sendo: I. Item 1: R\$ 24,31 (vinte e quatro reais e trinta e um centavos); II. Item 2: R\$ 14,80 (catorze reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 08 de agosto de 2023.

EXTRATO – CONTRATO N° 336/2023

Publicação N° 5091834

EXTRATO – CONTRATO N° 336/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA LABORATÓRIO SANTA ISABEL DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de diagnóstico por laboratório clínico, conforme os códigos da Tabela SIGTAP/SUS, bem como outros dispostos neste contrato de credenciamento, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº. 09-093/2023.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 2.416.402,56 (dois milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 04 de agosto de 2023.

EXTRATO – CONTRATO N° 314/2023

Publicação N° 5091839

EXTRATO – CONTRATO N° 314/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. JACI JOSÉ TAMBANI.

OBJETO: Prestação de serviços com finalidade diagnóstica, conforme códigos constantes na Tabela SIGTAP, aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Blumenau - SEMUS/FMS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-92/2023 - Credenciamento nº 19/2022.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 69.420,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais).

DATA DE ASSINATURA: 26 de julho de 2023.

EXTRATO – CONTRATO N° 217/2023

Publicação N° 5091849

EXTRATO – CONTRATO N° 217/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA VOLLUTO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI.

OBJETO: Escolha da melhor proposta à obtenção de permissão remunerada de uso de bem público, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB para exploração comercial de pontos de alimentação, souvenirs e ponto de fotografia, durante as edições da 38ª e 39ª Oktoberfest - PROEB. Item 18 - GRUPO B - PONTO B5 - PONTO DE FOTOGRAFIA.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 013/2023.

PRAZO: O prazo de vigência será de sua assinatura até o dia 28/02/2025.

PREÇO: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), além do comissionamento de vendas de 7% (sete por cento) sobre a venda bruta dos referidos itens de alimentação para a PROEB.

DATA DE ASSINATURA: 04 de julho de 2023.

EXTRATO – CONTRATO Nº 348/2023

Publicação Nº 5091855

EXTRATO – CONTRATO Nº 348/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SRA. LÍGIA LÜBKE

OBJETO: Locação de imóvel, localizado na Rua Itajaí, nº. 1.519, Bairro Vorstadt, composto de uma casa de alvenaria, contendo a área de aproximadamente 170,00m², matriculado no 1º. Ofício de Registro de Imóveis, sob nº. 28.560, destinada ao funcionamento da unidade de Estratégia de Saúde da Família – E.S.F. Pedro Krauss - SEMUS.

PROCESSO: Dispensa nº 08-042/2023.

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 01 de julho de 2023 até 30 de junho de 2024.

PREÇO: R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 16 de agosto de 2023.

EXTRATO – CONTRATO Nº 215/2023

Publicação Nº 5091857

EXTRATO – CONTRATO Nº 215/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA MC6 TECNOLOGIA E EVENTOS LTDA.

OBJETO: Escolha da melhor proposta à obtenção de permissão remunerada de uso de bem público, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB para exploração comercial de pontos de alimentação, souvenirs e ponto de fotografia, durante as edições da 38ª e 39ª Oktoberfest - PROEB. Item 15 - GRUPO B - PONTO B2 - CASA DO ROLLMOPS.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 13/2023.

PRAZO: O prazo de vigência será de sua assinatura até o dia 28/02/2025.

PREÇO: R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), além do comissionamento de vendas de 7% (sete por cento) sobre a venda bruta dos referidos itens de alimentação para a PROEB.

DATA DE ASSINATURA: 4 de julho de 2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2023

Publicação Nº 5091860

MUNICIPIO DE BLUMENAU – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA, INCLUINDO TRANSPORTE, MÃO DE OBRA, MATERIAIS, COMBUSTÍVEL E ACESSÓRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO, TAL CONTRATAÇÃO SERÁ PARA ATENDER AO EVENTO 38ª EDIÇÃO DA OKTOBERFEST BLUMENAU – PROEB.

Registrado no TCE/SC sob o código 806AEF8547481D2B09A3D7774C83749118CFF193

Data de encerramento do envio de proposta eletrônica: até o dia 06 de setembro de 2023, às 08h55min. Data início da sessão eletrônica: dia 06 de setembro de 2023, às 09:00hs.

Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>.

Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 25/08/2023 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2023

Publicação Nº 5091870

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2023

Objeto: Aquisição de gerador, conforme especificações constantes no edital, para a sala de vacina do AGF Guilherme Jensen, Itoupavas - SEMUS/FMS. Registrado no TCE/SC sob o código 8C406228028D4018C916BD168B21CA0FCE272F19.

Data de encerramento do envio de proposta eletrônica: até o dia 06 de setembro de 2023, às 13h55min. Data início da sessão eletrônica: dia 06 de setembro de 2023, às 14:00hs.

Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>.

Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 25/08/2023 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 17/2023 - SEGG

Publicação Nº 5091884

PORTARIA SEGG / PMB Nº 017, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

DESIGNA O SERVIDOR JULIO CEZAR DE SOUZA SILVA, DIRETOR DE SISTEMAS E INOVAÇÃO, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 2021/181 – 2º TERMO ADITIVO, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU E A EMPRESA BXT COMÉRCIO, SERVIÇOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA.

PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA COSTA, Secretário Municipal de Gestão Governamental do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal JULIO CEZAR DE SOUZA SILVA, Diretor de Sistemas e Inovação, matrícula RH nº 920445, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 2021/181 – 2º TERMO ADITIVO, firmado entre a Prefeitura Municipal de Blumenau e a empresa BXT COMÉRCIO, SERVIÇOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA, CNPJ nº 08.533.856/0001-34, que tem por objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS LICENÇAS WORKWITHPLUS, SMARTDEVICESPLUS E AUDITPLUS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU SC, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SC, em 24 de agosto de 2023

PAULO COSTA

Secretário / SEGG

Ciência do Fiscal: _____

Nome: _____

Data da Ciência: __/__/_____

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2220/2020 - SAMAE

Publicação Nº 5091895

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2220/2020

PARTES: SAMAE e BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

OBJETO: prestação de serviços de recolhimento de faturas de água, esgoto e coleta de resíduos sólidos, inclusive de dívida ativa e demais receitas de competência da autarquia no padrão Febraban, através de suas agências e/ou conveniadas

VALOR: R\$ 12.467,99 (doze mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos), apresentando reajuste de 3,93% com base no IPCA/IBGE acumulado no período de agosto de 2022 a julho de 2023

PRAZO: prorrogado por mais 12 (doze) meses, vigendo de 31/08/2023 a 30/08/2024.

DATA DA ASSINATURA: 24 de agosto de 2023.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2221/2020 - SAMAE

Publicação Nº 5091906

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2221/2020

PARTES: SAMAE e ITAÚ UNIBANCO S.A.

OBJETO: prestação de serviços de recolhimento de faturas de água, esgoto e coleta de resíduos sólidos, inclusive de dívida ativa e demais receitas de competência da autarquia no padrão Febraban, através de suas agências e/ou conveniadas

VALOR: R\$ 74.807,96 (setenta e quatro mil, oitocentos e sete reais e noventa e seis centavos), apresentando reajuste de 3,93% com base no IPCA/IBGE acumulado no período de agosto de 2022 a julho de 2023

PRAZO: prorrogado por mais 12 (doze) meses, vigendo de 31/08/2023 a 30/08/2024.

DATA DA ASSINATURA: 24 de agosto de 2023.

PREGÃO ELETRÔNICO 07-2236/2023. - SAMAE

Publicação Nº 5091930

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CNPJ 83 779 462/0001-86
Rua Bahia, 1530 • Blumenau • SC • CEP 89031-001 Fone (47) 3331 8400
www.samae.com.br

DATA DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO 07-2236/2023.

Objeto: Aquisição de materiais diversos (motobomba; conjunto de motobomba; e peças para bomba Thebe modelo P15/3) para uso da seção de eletromecânica, nas manutenções realizadas nos sistemas de bombeamento (minibusters) da autarquia. Data de encerramento do envio das propostas eletrônicas: dia 06 de setembro de 2023, às 08:55hs. Data inicial da sessão eletrônica: dia 06 de setembro de 2023, às 09:00hs. Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, e/ou via e-mail fernandogomes@samae.com.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>. Base Legal: Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

e-Sfinge: 034FF332F1665DE8B59244741430479EC44E3D03.

Blumenau (SC), 24/08/2023.

Michael Schneider
Diretor Presidente

POLÍTICA DA QUALIDADE: Satisfazer as necessidades das partes interessadas, quanto à qualidade, regularidade, e melhoria contínua nos processos de fornecimento de água: captação, tratamento, reservação e abastecimento.

PORTARIA Nº 9.011/2023 - SAMAE

Publicação Nº 5091952

PORTARIA Nº 9011/23
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 27.120, de 03 de outubro de 2022, RESOLVE:

NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, os candidatos aprovados no Concurso Público Nº 001/2018:

ANDRESSA CAROLINA SCHULER SOMMERFELD, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 05, do Grupo Ocupacional- GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 408/2308.

Samae, 24 de agosto de 2023.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

EXTRATO Nº 350/2023 - FURB

Publicação Nº 5091955

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 350/2023
Dispensa de Licitação nº. 251/2023

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Dispensa de Licitação do procedimento em epígrafe, com fundamento no Artigo 24, XXI, da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 398/2023/PROGEF, para AQUISIÇÃO DE BANHO SECO COM AQUECIMENTO PARA O LAMPF-FURB. Setor solicitante: Departamento de Engenharia Florestal. Contratada: NETLAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA (CNPJ: 17.524.672/0001-07). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, XXI da Lei 8.666/1993 e Parecer Jurídico nº 398/2023/PROGEF. Pedido nº: 2023/1790. Forma de Pagamento: Em até 30 dias após a entrega do material com NF. Prazo entrega: Em até 3 dias após o envio da Ordem de Compra. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento

de Despesa: R\$ 3.879,30 (três mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta centavos) 01.30.12.123.0105.2501 (Manutenção de Atividades de Plano de Trabalho) / 4.4.90 (Aplicações Diretas) / 4.4.90.52.08.00.00.00 (APARELHOS, EQUIP. E UTENS. MEDICOS, ODONTOL., LABORAT. E HOSPITALARES). Nº do registro do envio TCE: 079A324CAED289AE85B74E15BC0C6312B7BFF30A.

Blumenau/SC, 24 de agosto de 2023.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

CÂMARA MUNICIPAL

MD 4041

Publicação Nº 5092397

RESOLUÇÃO MD Nº 4041
DISPÕE SOBRE AS ELEIÇÕES DO PROGRAMA "VEREADOR MIRIM" PARA O ANO DE 2023.

ALMIR VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O processo de eleição do Programa Vereador Mirim para o ano de 2023 será orientado e dirigido pela Câmara Municipal de Blumenau com a participação das unidades escolares, e obedecerá às disposições desta Resolução da Mesa Diretora, atualizado o disposto no artigo 1º da Resolução MD nº 2.473, de 30 de março de 2016, e nos termos do artigo 7º do Decreto Legislativo nº 382, de 23 de agosto de 1999.

Art. 2º O processo eleitoral da Programa Vereador Mirim para o ano de 2023 será realizado por meio das seguintes etapas:

I – publicação do regimento eleitoral para as eleições mirins, até 18 de setembro;

II – inscrição das escolas interessadas, por meio de formulário, do dia 18 de setembro até o dia 28 de setembro;

III – homologação das escolas credenciadas, no dia 29 de setembro;

IV – sorteio das escolas, no dia 9 de outubro, durante a sessão ordinária mirim;

V – inscrição dos alunos das escolas sorteadas, até o dia 27 de outubro;

VI – campanha eleitoral, do dia 31 de outubro ao dia 9 de novembro;

VII – eleição, no dia 10 de novembro;

VIII – resultado das eleições, no dia 13 de novembro;

IX – diplomação, no dia 4 de dezembro, durante a sessão ordinária mirim.

Art. 3º A Câmara Municipal de Blumenau, por meio da Assessoria do Programa Vereador Mirim, encaminhará a todas as escolas, públicas ou particulares, pertencentes ao Município de Blumenau, até o dia 18 de setembro, o regulamento eleitoral das eleições mirins para o ano de 2023.

Art. 4º Os educandários interessados em participar do Programa poderão promover a sua inscrição a partir do dia 10 de setembro até o dia 28 de setembro de 2023, por meio de formulário disponível no site da Câmara Municipal de Blumenau.

§ 1º O educandário receberá um e-mail confirmando a inscrição.

§ 2º As escolas inscritas receberão informações gerais sobre o regulamento eleitoral e o processo de eleição.

§ 3º A homologação e publicação das escolas que participarão do sorteio será realizada no dia 29 de setembro de 2023.

§ 4º Não poderão participar da eleição do ano de 2023 as escolas que possuírem vereadores mirins titulares na composição da atual Câmara Mirim, permitida a inscrição apenas para a eleição do ano subsequente.

Art. 5º Serão sorteadas 15 (quinze) escolas para participar das Eleições do Programa "Vereador Mirim" e 5 (cinco) escolas suplentes.

§ 1º O sorteio das escolas será realizado no dia 9 de outubro de 2023, no Plenário da Câmara Municipal, durante a Sessão Mirim, e será transmitido por meio do canal da TVL e pelo site da Câmara.

§ 2º A eleição será acompanhada por um Vereador membro da Mesa Diretora ou por outro Vereador por ela designada.

§ 3º Os nomes das escolas serão colocados em uma urna e os Vereadores Mirins sortearão uma escola por vez.

§ 4º A escola titular será substituída pela escola suplente caso haja desistência ou exclusão do processo de eleição ou se durante a legislatura de 2024, após convocação dos Vereadores Mirins suplentes, não haja mais Vereador Mirim para representá-la.

Art. 6º Cada escola sorteada deverá apresentar, obrigatoriamente, 3 (três) candidatos.

§ 1º Havendo mais de 3 (três) candidatos no educandário, este deverá realizar processo seletivo interno e prévio, resguardando a igualdade entre todos os participantes.

§ 2º Para o pleito de 2023, poderão candidatar-se alunos do 6º (sexto) ao 8º (oitavo) ano do Ensino Fundamental, que até o dia 10 de novembro não tenham completado 15 (quinze) anos.

§ 3º Os alunos interessados em concorrer a uma vaga no legislativo mirim e que cumpram os requisitos do § 2º deste artigo, inscrever-se-ão nas sedes das escolas nas quais estejam matriculados.

§ 4º Caso ocorra a desistência de algum candidato, deixando a escola de conter o número mínimo estabelecido pelo caput deste artigo, esta será automaticamente excluída do processo de eleição.

§ 5º É condição para a participação do candidato a Vereador Mirim, a autorização expressa, pelos seus responsáveis legais, da utilização da sua imagem para divulgação das atividades do vereador mirim e da Câmara Mirim.

Art. 7º Até o dia 27 de outubro de 2023, as escolas sorteadas deverão:

I - realizar a inscrição dos 3 (três) candidatos por meio de formulário padrão, pelo site oficial, fornecendo dados pessoais e fotografia do candidato;

II - entregar termo de autorização dos responsáveis pelos candidatos mirins completamente preenchido e assinado, conforme modelo padrão disponível no site da Câmara Municipal de Blumenau, na recepção da Câmara Municipal de Blumenau, aos cuidados do setor Vereador Mirim;

III - formar a Mesa de Votação, no dia das eleições, a qual será composta por um presidente e dois mesários, respectivamente um professor ou coordenador, que será o presidente, e dois alunos, ou um aluno e um servidor público a ser indicado pela Câmara Municipal de Blumenau, se for o caso.

Parágrafo único. Estarão aptos a votar os alunos que estejam cursando entre o 6º (sexto) e o 9º (nono) ano do ensino fundamental, sem restrição mínima ou máxima de idade.

Art. 8º A listagem definitiva das escolas participantes da eleição será disponibilizada até o dia 30 de outubro de 2023.

Art. 9º A campanha dos candidatos mirins, que deverá ocorrer do dia 31 de outubro até o dia 10 de novembro, será realizada para os eleitores estudantes das respectivas escolas, compreendidos os alunos entre o 6º e o 9º ano do ensino fundamental, e envolverá a apresentação da plataforma de trabalho do candidato, em um movimento semelhante às campanhas eleitorais;

Art. 10. As eleições serão realizadas no dia 10 de novembro de 2023, com início às 08:00 horas e término às 16:00 horas, nas dependências das escolas públicas ou privadas credenciadas.

§ 1º Haverá intervalo mínimo de 1 (uma) hora, no período compreendido entre as 11:30 horas e 13:30 horas, a critério do educandário.

§ 2º As unidades escolares serão responsáveis pela lisura do processo eleitoral, pelas instalações necessárias à realização do seu pleito, inclusive atendendo às necessidades de alunos com deficiência, e pelo cumprimento das condições estabelecidas nesta Resolução MD.

§ 3º Os educandários devem providenciar a impressão das listas de alunos votantes, com espaço para assinatura, contendo a relação de nomes completos, sem abreviação, separadas por turmas e em ordem alfabética;

§ 4º A Câmara Municipal de Blumenau disponibilizará sistema eletrônico de votação e atas eleitorais, mediante a contrapartida, pelas unidades escolares, de microcomputador desktop (de mesa) com sistema operacional Windows XP ou mais atualizado, compreendendo monitor, CPU, mouse, caixas de som e teclado.

§ 5º Em caso de impossibilidade na utilização do sistema eletrônico, a Câmara Municipal de Blumenau disponibilizará cédulas de papel, atas e urnas eleitorais, cabendo às unidades escolares a guarda e responsabilidade sobre os bens cedidos durante o período em que estiverem em suas posses.

§ 6º A apuração dos votos ocorrerá nos respectivos educandários, a partir do encerramento da votação, e a divulgação interna do resultado será imediata.

§ 7º Os relatórios, as atas e as cédulas eleitorais de cada educandário devem ser entregues à Comissão Eleitoral, em envelopes lacrados, até as 19:00 horas do dia da eleição, junto à recepção da Câmara Municipal de Blumenau, ou encaminhados pelo servidor do Legislativo Municipal que acompanhar o processo de votação, se for o caso.

Art. 11. Compete à Câmara Municipal de Blumenau a homologação e divulgação do resultado final das eleições, por meio da Comissão Eleitoral.

Art. 12. O resultado oficial das eleições será divulgado até as 14:00 horas do dia 13 de novembro, por meio do site da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 13. Serão eleitos serão eleitos 15 (quinze) Vereadores Mirins titulares e um suplente para cada um, que será o subsequente na ordem de votação.

§ 1º Os alunos eleitos e seus suplentes serão diplomados pelo Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, em reunião solene, no dia 4 de dezembro de 2023, com a presença dos diretores das escolas que tiverem representantes eleitos.

§ 2º O mandato se estende até 31 de dezembro de 2024.

Art. 14. A Comissão Eleitoral, responsável por dirimir questões surgidas no decorrer do processo eleitoral, será composta pelos seguintes servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau:

I - Presidente – Cleber Fonseca Pereira (matrícula nº 3872);

II - Relator – Paulo Roberto Bianchi Junior (matrícula nº 653);

III - Membro – Adriane Sasse (matrícula nº 93318);

Art. 15. Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 17 de agosto de 2023.

ALMIR VIEIRA
Presidente

MAURÍCIO GOLL
Vice-Presidente

AILTON DE SOUZA - ITO
1º Secretário

CRISTIANE LOUREIRO
2º Secretário

MD 4042

Publicação Nº 5092398

RESOLUÇÃO MD Nº 4042

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

ALMIR VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 20 de agosto de 2023, a servidora pública Fabiane Weber de Souza, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Maurício Goll - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução na ficha funcional da servidora pública.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir 20 de agosto de 2023.

Câmara Municipal de Blumenau, 21 de agosto de 2023.

ALMIR VIEIRA
Presidente

MAURÍCIO GOLL
Vice-Presidente

AILTON DE SOUZA - ITO
1º Secretário

CRISTIANE LOUREIRO
2º Secretário

MD 4043

Publicação Nº 5092402

RESOLUÇÃO MD Nº 4043

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

ALMIR VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 20 de agosto de 2023, o servidor público João Batista de Moura Fontoura, ocupante do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Maurício Goll - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir 20 de agosto de 2023.

Câmara Municipal de Blumenau, 21 de agosto de 2023.

ALMIR VIEIRA
Presidente

MAURÍCIO GOLL
Vice-Presidente

AILTON DE SOUZA - ITO
1º Secretário

CRISTIANE LOUREIRO
2º Secretário

MD 4044

Publicação N° 5092403

RESOLUÇÃO MD N° 4044
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

ALMIR VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 20 agosto de 2023, o servidor público João Henrique Serafim de Mattos, ocupante do cargo de Coordenador de Patrimônio, de provimento em comissão, lotado na Assessoria Administrativa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir 20 de agosto de 2023.

Câmara Municipal de Blumenau, 21 de agosto de 2023.

ALMIR VIEIRA
Presidente

MAURÍCIO GOLL
Vice-Presidente

AILTON DE SOUZA - ITO
1º Secretário

CRISTIANE LOUREIRO
2º Secretário

MD 4045

Publicação N° 5092404

RESOLUÇÃO MD N° 4045
NOMEIA JOÃO BATISTA DE MOURA FONTOURA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

ALMIR VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 21 de agosto de 2023, João Batista de Moura Fontoura, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Maurício Goll - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 21 de agosto de 2023.

Câmara Municipal de Blumenau, 21 de agosto de 2023.

ALMIR VIEIRA
Presidente

MAURÍCIO GOLL
Vice-Presidente

AILTON DE SOUZA - ITO
1º Secretário

CRISTIANE LOUREIRO
2º Secretário

MD 4046

Publicação Nº 5092405

RESOLUÇÃO MD Nº 4046

NOMEIA FABIANE WEBER DE SOUZA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

ALMIR VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 21 de agosto de 2023, Fabiane Weber de Souza, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Maurício Goll - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução na ficha funcional da servidora pública.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 21 de agosto de 2023.

Câmara Municipal de Blumenau, 21 de agosto de 2023.

ALMIR VIEIRA
Presidente

MAURÍCIO GOLL
Vice-Presidente

AILTON DE SOUZA - ITO
1º Secretário

CRISTIANE LOUREIRO
2º Secretário

MD 4047

Publicação Nº 5092406

RESOLUÇÃO MD Nº 4047

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO PAULO ROBERTO BIANCHI JÚNIOR.

ALMIR VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional ao servidor público efetivo Paulo Roberto Bianchi Júnior, por 7 (sete) anos de tempo de serviço no cargo de Auxiliar Legislativo - para a Classe D da carreira, com Referência de Vencimento 54 - a partir de 15 de agosto de 2023, nos termos do art. 10 e seguintes, combinados com o Anexo III da Resolução nº 407 e do Processo Administrativo nº 18/2023, da Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 15 de agosto de 2023.

Câmara Municipal de Blumenau, 22 de agosto de 2023.

ALMIR VIEIRA
Presidente

MAURÍCIO GOLL
Vice-Presidente

AILTON DE SOUZA - ITO
1º Secretário

CRISTIANE LOUREIRO
2º Secretário

MD 4048

Publicação Nº 5092407

RESOLUÇÃO MD Nº 4048

NOMEIA RENILDO DOS SANTOS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

ALMIR VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 22 de agosto de 2023, Renildo dos Santos, no cargo de Coordenador de Patrimônio, de provimento em comissão, lotado na Assessoria Administrativa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 22 de agosto de 2023.

Câmara Municipal de Blumenau, 22 de agosto de 2023.

ALMIR VIEIRA
Presidente

MAURÍCIO GOLL
Vice-Presidente

AILTON DE SOUZA - ITO
1º Secretário

CRISTIANE LOUREIRO
2º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EDITAL Nº 03/2023 DE CONVOCAÇÃO ELEITORES DE BOM JARDIM DA SERRA PARA PROCESSO ESCOLHA MEMBROS CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 5089373

Edital n. 03/2023/Comissão Especial

Edital de convocação dos eleitores do Município de Bom Jardim da Serra para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Bom Jardim da Serra, para o período de 2024 a 2028.

A Comissão Especial para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, constituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Bom Jardim da Serra, na forma da Resolução n. 06/2023/Comissão Especial, CONVOCA todos os eleitores do Município para participarem do processo de escolha que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA.

I – A votação do processo de escolha ocorrerá no dia 01 de outubro de 2023, no horário de 8h às 17h, nos locais abaixo relacionados:

Locais de Votação Urna Receptora	Seções Eleitorais (equivalentes às da Justiça Eleitoral)
Centro de Convivência dos Idosos Rua Ranier Cassetari, s/n, centro, Bom Jardim da Serra - SC	Seção Única

II – Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no Município ou cuja transferência do título tenha ocorrido até 90 (noventa) dias antes do pleito;

III – O voto é facultativo;

IV – Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de documento oficial de identidade com foto (RG, CNH, CTPS etc);

V – Cada eleitor poderá votar em 1 (um) candidato;

VI – Não será permitido o voto por procuração;

VII – Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

VIII – Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:

Número	Nome
222	BEATRIZ FERNADES DA SILVA
123	CAMILA RODRIGUES PIVA
104	CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA
128	MABEL DEAN VELHO
102	JULIANA DA SILVEIRA CABRAL
106	SIMONE APARECIDA ELIAS
707	VANIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Bom Jardim da Serra, 22 de agosto de 2023.

Leticia Nazário
Coordenador da Comissão Especial
CMDCA

LEI Nº 1.534/2023 DISPÕE SOBRE O PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM E TÉCNICOS EM ENFERMAGEM

Publicação Nº 5091644

LEI Nº 1.534/2023

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 1473/2022 - DISPÕE SOBRE PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, Pedro Luiz Ostetto Prefeito Municipal, de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal votou, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A redação do ANEXO X - QUADRO GERAL DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, SITUAÇÃO E VALOR ESTABELECIDO AOS PADRÕES DE VENCIMENTO da Lei nº 1.473 de 21 de fevereiro de 2022, no que diz respeito ao cargo de Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, passa a prever o seguinte:

Cargo	CH(*)	Situação	Padrão de vencimento	Vencimento
Enfermeiro	40h	ativo	EF 22	R\$ 4.750,00
Técnico de Enfermagem	40h	ativo	EF12	R\$ 3.325,00

Art. 2º O pagamento será efetuado mediante repasse do Ministério da Saúde através do Fundo Nacional de Saúde do Programa de Assistência Financeira Complementar da União, conforme Portaria GM/GM nº 1.135 de 16 de agosto de 2023. Dessa forma o cumprimento do Piso Salarial se dará após a confirmação do repasse dos recursos financeiros.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de maio de 2023.

Bom Jardim da Serra, SC, 24 de agosto de 2023

Pedro Luiz Ostetto
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.535/2023 DISPÕE SOBRE REDUÇÃO CARGA HORÁRIA DA CATEGORIA FUNCIONAL DE FISIOTERAPEUTA

Publicação Nº 5091699

LEI Nº 1.535/2023

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA CATEGORIA FUNCIONAL DE FISIOTERAPEUTA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS Eu, Pedro Luiz Ostetto Prefeito Municipal, de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal votou, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - A redação do ANEXO I - QUADRO GERAL DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, da Lei nº 1.473 de 21 de fevereiro de 2022, no que diz respeito ao cargo de Fisioterapeuta, prevê o seguinte:

CARGO	CH	PADRÃO VENCIMENTO	VENCIMENTOS
FISIOTERAPEUTA	40	EF21	R\$3.500,00

Art. 2º - A redação do ANEXO I - QUADRO GERAL DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, SITUAÇÃO E VALOR ESTABELECIDO AOS PADRÕES DE VENCIMENTO da Lei nº 1.473 de 21 de fevereiro de 2022, no que diz respeito ao cargo de Fisioterapeuta, passa a prever o seguinte:

CARGO	CH	PADRÃO VENCIMENTO	VENCIMENTOS
FISIOTERAPEUTA	30	EF21	R\$3.500,00

Art. 3º - A distribuição da carga horária será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra, SC, 24 de agosto de 2023.

Pedro Luiz Ostetto
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.536/2023 DISPÕE SOBRE PRAZO VALIDADE DE LAUDOS MÉDICOS PERICIAIS PARA TRANSTORNOS

Publicação Nº 5091725

LEI Nº 1.536/2023

DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE ATESTA O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, SÍNDROME DE DOWN E DEFICIÊNCIA DA NATUREZA FÍSICA, MENTAL, INTELECTUAL OU SENSORIAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC.

Eu, Pedro Luiz Ostetto Prefeito Municipal, de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal votou, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O laudo pericial médico que ateste o Transtorno do Espectro Autista - TEA, Síndrome de Down e Deficiência de Natureza Física, Mental, Intelectual ou Sensorial, passa a ter prazo de validade indeterminado no âmbito municipal.

Parágrafo único. O laudo de que trata essa lei observará os requisitos estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 2º Nos casos em que as escolas municipais já possuem o laudo de comprovação, este já valerá como laudo permanente para a instituição pública de ensino, não sendo necessária a renovação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Bom Jardim da Serra, SC, 24 de agosto de 2023.

Pedro Luiz Ostetto
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº204/2023

Publicação Nº 5091716

PORTARIA Nº 204/2023, DE 23 DE JULHO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA À SERVIDOR(A) MUNICIPAL POR MOTIVO DE FALECIMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Licença em razão de Falecimento de mãe para Servidor(a) Municipal Sr. GILMAR LUIZ WERLANG, inscrito(a) na matrícula nº 355-7, lotado na Secretaria Municipal De Estradas e rodagem, ocupante do cargo de operador, no período de 20 de agosto de 2023 à 25 de agosto de 2023, conforme prevê no Art. 94 da Lei 542/06 de 18 de outubro de 2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013 com data retroativa de 20 de agosto de 2023.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 23 de julho de 2023.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº205/2023

Publicação Nº 5091894

PORTARIA Nº 205/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento ao Servidor(a) Público Municipal Srª. ROSELI SIMONE JANDT, inscrito(a) na matrícula nº 160-0, lotado(a) na Secretaria Municipal de CRAS, ocupante do cargo de Assistente Social, período aquisitivo de 03 de setembro de 2021 a 02 de setembro de 2022, período de concessão de 28 de agosto de 2023 a 06 de setembro de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 24 de agosto de 2023.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

RETIFICA PORTARIA Nº 201/2023

Publicação Nº 5091635

RETIFICA PORTARIA Nº 201/2023, DE 21 DE AGOSTO DE 2023.
NOMEIA SERVIDORA AO CARGO TEMPORARIO DE PSICOLOGA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. KARINE RENATA BOESING MALDANER, matricula: 939-3, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, cultura e esporte, para ocupar o cargo temporário de Psicóloga, aprovada em Processo Seletivo 003/2023, classificada na 1ª posição com carga horária de 20 horas semanais constante na Lei 917/2013 de 20 de dezembro de 2013 e suas alterações. Sendo sua nomeação a partir de 22 de agosto de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 21 de agosto de 2023.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

TERMO DE ADESÃO A NOTA FISCAL ELETRONICA DE PADRÃO NACIONAL

Publicação Nº 5090426

TERMO DE ADESÃO À NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA DE PADRÃO NACIONAL

Termo de Adesão do Município de Bom Jesus do Oeste/SC ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, entre as administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), objetivando a adesão ao padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica, bem como exercer opção por produtos disponíveis pelo Sistema Nacional da NFS-e, de acordo com o disposto no artigo 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

O Município de Bom Jesus do Oeste/SC, CNPJ 01.594.009/0001-30, neste ato representado pelo seu Prefeito, Airton Antônio Reinehr, CPF nº 569.504.709-91, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 100 e no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ora denominado ADERENTE:

Considerando que o Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, que dispõe sobre as regras relativas à instituição de um padrão nacional para a Nota Fiscal de Serviço eletrônica (Protocolo ENAT nº 11, de 2015), institui o Sistema Nacional da NFS-e e estabelece o modelo deste Termo de Adesão ao Convênio, resolve firmar, por seus representantes legais, o presente Termo de Adesão ao Convênio da NFS-e que se regerá pelas cláusulas seguintes:

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a adesão ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, visando adotar o padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e), com o consequente compartilhamento dos documentos fiscais, e integrar o Sistema Nacional da NFS-e, sem prejuízo da legislação nacional referente aos sigilos comercial e fiscal.

DAS CONDIÇÕES

O aderente se obriga às cláusulas do CONVÊNIO.

DA VIGÊNCIA

O presente TERMO é parte integrante do Convênio e terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura. Na ocorrência de ajustes ao convênio, este termo fica tacitamente ratificado, sem prejuízo ao direito ulterior de distrato.

DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente TERMO é de responsabilidade do ADERENTE, a ser formalizada em seus diários oficiais, ou em outros instrumentos de grande circulação.

O signatário firma o presente TERMO para que produza os efeitos legais e resultantes de direito.

Bom Jesus do Oeste, 23 de agosto de 2023

Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste/SC

CLASSIFICAÇÃO ESTAGIARIAS 02/2023

Publicação Nº 5090723

**ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Cristo Rei

CEP 89.873-000

Fone/Fax: (049) 3363 0200

Ramal: 228

CNPJ 01.594.009/0001-30

Por meio deste, comunicamos o resultado do Edital N. **02/2023** para Contratação de Estagiários 2023, na Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste SC, conforme o interesse e a necessidade desta.

PEDAGOGIA

Colocação	Nome	Semestre/ano
1º	ANGELI DEIZE OLLMANN DE QUADROS	2º semestre
2º	DAIARA STEIN	3º semestre
3º	FERNANDA SALETE ROSSI KREIN FERREIRA	1º semestre
4º	JESSICA CHAVIER DA ROSA PINHEIRO	1º semestre

Bom Jesus do Oeste, 24 de agosto de 2023.

**AIRTON
ANTONIO****REINEHR:569
50470991**Assinado de forma
digital por AIRTON
ANTONIO
REINEHR:56950470991
Dados: 2023.08.24
10:06:42 -03'00'

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

821.08.23 - P. FÉRIAS JEFERSON U. NUNES

Publicação Nº 5090535

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 821/23 de 23.08.23
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Dispor dos 17 (dezessete) dias de férias restantes correspondente ao período de 2022 (Dois Mil e Vinte e Dois) a 2023 (Dois Mil e Vinte e Três) ao funcionário Jeferson Ulisses Nunes, Ocupante do cargo de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Padrão I – Nível 37, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, para gozá-las a contar do dia 22 de agosto com término no dia 07 de setembro de 2023. Tendo em vista as negociações feitas pela Portaria nº 228/23 de 30.01.23.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de agosto de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

822.08.23 - P. L. GEST. MARIA E. SANGALETTI SANTOS

Publicação Nº 5090540

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 822/23 de 23.08.23
Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 77/23 de 23 de agosto de 2023, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 23 de agosto com término no dia 20 de dezembro de 2023 a Funcionária Maria Eduarda Sangaletti dos Santos, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Barbaquá.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de agosto de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

823.08.23 - P. L. GEST. ANGELA M. SILVA

Publicação Nº 5090544

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 823/23 de 23.08.23
Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do

Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 74/23 de 21 de agosto de 2023, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 21 de agosto com término no dia 18 de dezembro de 2023 a Funcionária Angela Mara da Silva, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de agosto de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

824.08.23 - PORT. INTERROMPE FERIAS JORGE M. F. DA MOTA

Publicação N° 5090546

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 824/23 de 23.08.23

Interrompe Período de Férias por Necessidade do Serviço

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 69 e 70 da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC);

Resolve:

Interromper férias do servidor Jorge Murilo Faustino da Mota, diante da necessidade imprescindível do serviço, concedida pela portaria nº 804/23 de 14.08.23, ora exercendo o cargo de Agente de Serviços Gerais, Padrão I – Nível 15, restando-lhe 08 (oito) dias, onde será interrompida no dia 22 de agosto de 2023, conforme acordo estabelecido, devendo assim, o restante ser gozado a partir do dia 23 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de agosto de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

825.08.23 - P. LIC. TRAT. SAUDE SERVIDORES MUNICIPAIS

Publicação N° 5090547

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 825/23 de 23.08.23
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71, 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder licença para realizar tratamento de saúde e/ou exames aos servidores Municipais abaixo relacionados, conforme atestados médicos e/ou Declaração de Comparecimento, referente nos seguintes períodos:

NOME	CARGO	PERÍODO - DIAS
Daiane Mapelli	Odontóloga	21/08/2023
Milene Drabik	Odontóloga	17/08/2023
Milene Drabik	Odontóloga	18/08/2023
Marcos Daniel Nunes	Médico	23/08/2023
Vanderlei Cardoso	Calceteiro	21/08/2023
Genice Branger dos Santos	Professora	22 e 23/08/2023

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de agosto de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

826.08.23 - P. LIC. TRAT. SAUDE SERVIDORES MUNICIPAIS

Publicação Nº 5090549

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 826/23 de 24.08.23
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71, 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder licença para realizar tratamento de saúde e/ou exames aos servidores Municipais abaixo relacionados, conforme atestados médicos e/ou Declaração de Comparecimento, referente nos seguintes períodos:

NOME	CARGO	PERÍODO - DIAS
Lucrécia B. H. Rosa	Professora	Vesp. 23/08/2023
Lenice Allein	Servente	22/08/2023
Tuane de Freitas	Servente	22/08/2023
Fabiana Duarte da Silva	Professora	22/08/2023
Joana castanheiro Pereira	Professora	Vesp. 22/08/2023
Ana Carina Broering	Professora	18/08/2023
Letícia Rietta Gavin	Professora	21/08/2023
Joana Castanheiro Pereira	Professora	23/08/2023

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

828.08.23 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE NEIDE M. SILVEIRA

Publicação Nº 5090871

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 828/23 de 24.08.23

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com o Comprovante de Requerimento de Benefício por Incapacidade, até o dia 22 de setembro de 2023, a funcionária Neide Maria Silveira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

DISPENSA CHAMAMENTO PUBLICO 40/2023

Publicação N° 5089882

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 34F962179ECE74187633711A603549F9353583F9

EXTRATO DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 40/2023

Objeto: a Dispensa de Chamamento Público, com vistas à celebração de parceria, a ser executada em regime de mútua cooperação, entre o Município de Bom Retiro, por intermédio do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência e a Organização da Sociedade Civil denominada "Associação de Pais e Professores do Núcleo Municipal São Francisco".

Esta parceria destina-se a aquisição de parque infantil. Valor Total: R\$ 15.000,00. Fundamentação Legal: conforme inciso VI, art. 30, da Lei 13.019, alterada pela Lei 13.204/2015 e Decreto Municipal 17/2017.

Bom Retiro, 25 de agosto de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 110/2023

Publicação N° 5090162

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 809F3EA1D4D3A2BE314D707CE163FF92EA50C327

Extrato Contrato 110/2023 Dispensa Eletrônica de Licitação nº 39/2023

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Planalto Sul Turismo

Objeto: Contratação dos serviços de transporte de passageiros, com ônibus para 27 pessoas, para viagem do Funrebom em participação das Olimpíadas Catarinense de Bombeiros.

Valor Total: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)

Bom Retiro, 24 de agosto de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

MINUTA PE 29/2023

Publicação N° 5089870

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F904C86C8543CE9683E2AAC47191B3A753D83639

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 29/2023

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 09h30min do dia 11 de setembro de 2023, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 801/2023, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 29/2023, objetivando Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar, atualizar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR; o Laudo técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT; PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário. Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho e Gestão de SST - Saúde e Segurança do Trabalho bem como o envio e monitoramento dos eventos obrigatórios do e-social e realização de exames, se necessário., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, que será regido pela Lei Federal Lei Federal nº 14.133/21, Decreto nº 7.892/13, Decreto 10.024/19, Decreto Municipal 95/2021 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 25 de agosto de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Bombinhas

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PR Nº 030 - 2023 - PMB

Publicação Nº 5090781



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO Nº 030/2023-PMB**

86FF26BE1CB98BD74844A68DD45748C89BDDFB47

O MUNICÍPIO DE BOMBINHAS (SC), através do Prefeito Municipal Paulo Henrique Dalago Muller, em conformidade com a Lei 8666/93, vem por meio deste, HOMOLOGAR o resultado do Edital já mencionado.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA ORIENTAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS FEDERAIS (MINISTÉRIOS, FUNDOS, AUTARQUIAS E DEMAIS INSTITUIÇÕES), ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS, E NA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS, COM O OBJETIVO DE PROPORCIONAR MELHORIAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS OFERECIDOS AOS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO..

Data da Homologação: 16/08/2023.

Valor: R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)

Vencedor: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, CNPJ: 05.568.964/0001-54, End: SCN Quadra 01, bloco F. salas 303/304 - Brasília, Distrito Federal.

CONTRATO Nº 71/2023 – DATA DO CONTRATO: 16/08/2023 – VALOR DO CONTRATO: R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).

B5A0F3F8DA80CD5F407BF4D4D2233318A24CD80D

Bombinhas, 23 de agosto de 2023.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES

Secretário de Administração

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PR: 004/2023 - FAMAB

Publicação Nº 5090506



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO Nº 004/2023- FAMAB**

F261B5FB2A77A292AE2D56452C60BE59E486801F

O MUNICÍPIO DE BOMBINHAS (SC), através do Prefeito Municipal Paulo Henrique Dalago Muller, em conformidade com a Lei 8666/93, vem por meio deste, HOMOLOGAR o resultado do Edital já mencionado.

Objeto: PREGAO PRESENCIAL – “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA MARINHA PARA A BALNEABILIDADE COMO CRITÉRIO DO PROGRAMA BANDEIRA AZUL.”

Data da Homologação: 24/08/2023.

Vencedor: AQUAVITA LABORATORIO DE ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA, CNPJ: 20.656.089/0001-56, End: Rua. Celio Veiga, 1220, Jd Cid Florianópolis, São José, SC, Tel: (48) 3034-5800.

Bombinhas, 24 de agosto de 2023.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES

Secretário de Administração

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PR: 031/2023 - PMB

Publicação Nº 5090501

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO Nº 031/2023- PMB**

455BF59DA0F18C6D83B0FEC4C45F2B8CB7179AE6

O MUNICÍPIO DE BOMBINHAS (SC), através do Prefeito Municipal Paulo Henrique Dalago Muller, em conformidade com a Lei 8666/93, vem por meio deste, HOMOLOGAR o resultado do Edital já mencionado.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL, POR DEMANDA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO IMÓVEL DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS.”

Data da Homologação: 24/08/2023.

Vencedor: MASTER PRIME SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ: 19.855.015/0001-60, End: Rua Aguas Mornas, 91, Bela Vista, São José, SC, Tel: (48) 8414-0204.

Bombinhas, 24 de agosto de 2023.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário de Administração

EXTRATO DE RECURSO TP 001 2023 FAMAB

Publicação Nº 5090361

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023-FAMAB**

O Município de Bombinhas (SC), através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que a empresa GOLDEN TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO LTDA interpôs recurso administrativo referente as PROPOSTAS DE PREÇOS das empresas VHM CONSTRUTORA, INCORPORADORA E SERVIÇOS EIRELI primeira colocada e a segunda colocada a empresa SANTA CRUZ CONSTRUTORA LTDA no referido certame, conforme a Ata já publicada. Diante do exposto, declaramos aberto o prazo para contrarrazões até as 18hs do dia 01/09/2023. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Bombinhas, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3393-9500, Ramal 551 e 509 ou pelo e-mail licitacao@bombinhas.sc.gov.br.

Bombinhas, 24 de agosto de 2023.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070 - 2023 - INFODIGI

Publicação Nº 5090750

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 070/2023 - PMB**

39883FEE3D6E1FB9BDB58D8F4212973295865552

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RECORTE (CLIPPING) ELETRÔNICO DE DIÁRIOS OFICIAIS DA JUSTIÇA. CONTRATADA: INFODIGI INFORMACOES DIGITAIS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 04.196.147/0001-50, com sede à Rodovia ADMAR GONZAGA, 575, Florianópolis/SC.

VALOR: 1.346,58 (mil trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 16 de agosto de 2023.

Bombinhas, 22 de agosto de 2023.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário de Administração

Braço do Norte

PREFEITURA

RESOLUÇÃO N. 230 DE 08 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092189

RESOLUÇÃO N. 230 DE 08 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a alteração dos Anexos I e II do Protocolo e Fluxo de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Braço do Norte/SC, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei n. 2020, de 06 de agosto de 2003, com suas alterações dadas pela Lei Complementar Municipal n. 0336/2015, e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com ata da reunião ordinária deste conselho de direitos realizada no dia 12 de julho de 2023,

Considerando a necessidade de o município adequar seus órgãos, programas, estruturas e orçamento às disposições da legislação federal relativa à política de atendimento dos direitos da infância e juventude, nos moldes do previsto nos art. 88, inciso I, e art. 259, parágrafo único, ambos da Lei n. 8.069/90, e

Considerando a Lei n. 13.341, 4 de abril de 2017 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, onde normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução n. 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência (Art.1º);

Considerando que o Decreto n. 9.603/2018, que regulamentou a Lei n. 13.431/2017, que dispôs em seu art. 9º acerca da criação de um comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

Considerando que a Resolução n. 054/2019 do CMDCA que, dispõe sobre a instituição do comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

Considerando a necessidade de integração entre os órgãos da Rede de Proteção do Sistema de Garantia de Direitos, de modo a assegurar um atendimento mais célere, qualificado, humanizado e eficaz das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, visando erradicar, uma vez por todas, o amadorismo, o improviso e a falta de resolutividade no seu atendimento.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVA a alteração dos Anexos I e II do Protocolo e Fluxo de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (anexo).

Art. 2º - Encaminhar cópia desta Resolução ao Sr. ROBERTO KUERTEN MARCELINO, para o seu conhecimento e as devidas publicações.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Braço do Norte/SC, 08 de agosto de 2023.

MÁRCIA PEREIRA
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO N. 231 DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092190

RESOLUÇÃO N. 231 DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Aprova o Projeto Prevenir é um ato de amor em benefício à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do município de Braço do Norte SC, no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal n. 2020 de 06 de agosto de 2003 que dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente no Município de Braço do Norte - CMDCA, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA e o Conselho Tutelar - CT e suas alterações posteriores por meio das Leis Complementares Municipais n. 336/15 e n. 481/19 e nos termos da Lei Federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990 e suas alterações posteriores, e de acordo com o que consta na Ata da Reunião Ordinária deste conselho realizada no dia 14 de junho de 2023,

Considerando a Resolução n. 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Considerando a Resolução n. 139 de 28 de abril de 2022 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que estabelece os valores para financiar projetos de entidades não governamentais com recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), deste município.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR e DELIBERAR o pagamento com o recurso do FIA – Fundo Municipal da Infância e do Adolescente no valor de R\$ 11.091,00 (onze mil noventa e um reais), referente ao Projeto “Prevenir é um Ato de Amor”, em benefício a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais deste município. Cópia do projeto e orçamentos, apenso a esta resolução.

Art. 2º - Encaminhar cópia dessa Resolução ao Sr. ROBERTO KUERTEN MARCELINO, para o seu conhecimento e as devidas publicações.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Braço do Norte/SC, 8 de Agosto de 2023.

Marcia Pereira
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO N. 232 DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092197

RESOLUÇÃO N. 232 DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre aprovação de pagamento da nota fiscal ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, referente ao Projeto “Conquistando o Primeiro Emprego - Fase I / ANO 2023”.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal n. 2020 de 06 de agosto de 2003 que dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente no Município de Braço do Norte - CMDCA, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA e o Conselho Tutelar - CT e suas alterações posteriores por meio das Leis Complementares Municipais n. 336/15 e n. 481/19 e nos termos da Lei Federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990 e suas alterações posteriores e, de acordo com ata da reunião plenária ordinária deste conselho de direitos realizada no dia 12 de abril de 2023 e,

Considerando a Resolução n. 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Fundos Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Resolução n. 199 DE 13 DE ABRIL DE 2023 que aprova o Projeto “Conquistando o Primeiro Emprego Fase I - Ano 2023”, a ser financiado com recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA).

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar após deliberado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com recurso do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) o pagamento da nota fiscal (6483) ao Serviço Nacional De Aprendizagem Industrial - SENAI, referente ao pagamento da 1ª parcela do Projeto “Conquistando o Primeiro Emprego Fase I - Ano 2023”, no valor de R\$ 20.440,00 (Vinte mil e quatrocentos e quarenta reais), cf. nota fiscal, anexo.

Art. 2º. Enviar cópia dessa Resolução ao Sr. ROBERTO KUERTEN MARCELINO, para o seu conhecimento, encaminhamento ao setor de pagamento e publicação.

Art. 3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Braço do Norte/SC, 8 de agosto de 2023.

Márcia Pereira
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO N. 234 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092244

RESOLUÇÃO N. 234 DE 24 de Agosto de 2023.

Dispõe sobre aprovação de pagamento da nota fiscal a, Luiz Augusto De Medeiros 04215462983 (MRKA Produções E Fomento Artístico) referente Assessoria Técnica Ao Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente Do Município De Braço Do Norte/Sc, Na Idealização E Realização Das Campanhas E Ações Previstas No Plano De Ação Do Cmdca De 2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal n. 2020 de 06 de agosto de 2003 que dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente no Município de Braço do Norte - CMDCA, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA e o Conselho Tutelar - CT e suas alterações posteriores por meio das Leis Complementares Municipais n. 336/15 e 481/19 e nos termos da Lei Federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990 e suas alterações posteriores e, de acordo com ata da reunião plenária ordinária deste conselho de direitos realizada no dia 14 de Dezembro de 2022 e,

Considerando a Resolução n. 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Fundos Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar após deliberado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com recurso do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) o pagamento da nota fiscal (164) a Luiz Augusto De Medeiros 04215462983 (MRKA Produções E Fomento Artístico) referente ao pagamento da 2ª parcela da assessoria Técnica Ao Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente Do Município De Braço Do Norte/Sc, na Idealização e Realização das Campanhas e Ações Previstas No Plano De Ação Do CMDCA De 2023 - no valor de R\$ 5.525,00 (cinco mil e quinhentos e vinte e cinco reais),cf.nota fiscal

Art. 2º. Enviar cópia desta Resolução ao Sr. ROBERTO KUERTEN MARCELINO, para o seu conhecimento, encaminhamento ao setor de pagamento e publicação.

Art. 3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maiara Vieira Diamantino
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 233 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092208

RESOLUÇÃO Nº 233 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Comunica a Nova Mesa Diretora do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Braço do Norte – SC, para o biênio de 2023/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Braço do Norte/SC, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei n. 2020, de 06 de agosto de 2003, com suas alterações dadas pela Lei Complementar Municipal n. 0336/2015, e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal de Atendimento do s Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com ata da reunião ordinária desse conselho de direitos realizada no dia 09 de agosto de 2023,

Considerando o Artigo 12º e parágrafo 1º do Regimento Interno do CMDCA, onde define a composição da mesa diretora e que dentre seus membros, deve ser eleita pela plenária em reunião ordinária.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, PUBLICAR E HOMOLOGAR a nova diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e adolescente do CMDCA deste município, para o biênio 2023/2025, abaixo relacionados:

Presidente – Maiara Vieira Diamantino
Vice-Presidente – Telma Ern
1º Secretário – Reinaldo Rohden
2º Secretaria – Rosângela da Silva

Art. 2º - Encaminhar cópia dessa Resolução ao Sr. ROBERTO KUERTEN MARCELINO, para o seu conhecimento e as devidas publicações.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maiara V. Diamantino
Presidente do CMDCA

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 164/2023

Publicação Nº 5089965

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 164/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

CONTRATADA: BORGIA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA, inscrita no CNPJ nº32.206.038/0001-01.

ENDEREÇO: Rua Getúlio Vargas, nº776 – Trombudo Central/SC.

OBJETO: – Constitui objeto da presente dispensa de licitação, aquisição de refeições (janta) para atender a demanda do Corpo de Bombeiros de Trombudo Central.

VALOR TOTAL: de valor total de R\$ 1.209,00 (mil, duzentos e nove reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 24.08.2023 até 24.09.2023

ASSINATURA: 24.08.2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B9B93700A287F192E0C039EB352098CC18A0D5A0

Braço do Trombudo, em 24 de agosto de 2023.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 25/2023 FMS

Publicação Nº 5090984

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 25/2023 FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2023

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

CONTRATADA: IVAN DA SILVA 04906976905, CNPJ nº 47.270.956/0001-77, localizada na cidade de Braço do Trombudo/SC.

OBJETO: Constitui objeto da presente dispensa de licitação, o serviço de manutenção de máquina de lavar da Secretária de Saúde de Braço do Trombudo/SC.

VALOR: R\$400,00 (quatrocentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, art. 24, inciso II, de 21 de junho de 1993

VIGÊNCIA: 24.08.2023 até 24.09.2023.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AF4134B8F46A837E11FF9D8098D2AF3C752C5C37

Braço do Trombudo, em 24 de agosto de 2023.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº24/2022

Publicação Nº 5090155

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 24/2022

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CONCRETA OBRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ sob o nº 34.383.717/0001-81

Rua John Kennedy

Rio do Oeste/SC

Objeto: Construção de muros de arrimo em concreto armado no Município de Braço do Trombudo/SC.

Vigência: de 24.08.2023 até 20.02.2024.

Data da assinatura: 24.08.2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A82AD49CB9EB27456E45E5F62A17A69A9F586C73

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº49/2023

Publicação Nº 5089201

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 61C615BB47A1A483797A9BA73E99BF438598E90F

EXTRATO DE CONTRATO 49/2023

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CONCRETA OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Rua Imperatriz Leopoldina

Canoas

Rio do Sul/SC

Objeto: Reforma/Recuperação de Cobertura da Quadra Coberta do Serril, localizada na Rua Leôncio Rodrigues Machado nº179 – Localidade do Serril – Braço do Trombudo/SC, Programa 09032022, Emenda Parlamentar 202228560001, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do Edital.

Valor: R\$ 17.685,43 (dezesete mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

Vigência de 24/08/2023 até 22/11/2023

Data da assinatura: 24/08/2023

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2023

Publicação Nº 5091881

Secretária Municipal de Educação

Ofício Nº 192/2023

Vimos através deste, retificar o parágrafo 6 (seis) Item 6.1, do referido Edital nº 001/2023, dispõe sobre o processo seletivo para o preenchimento de vagas de Estágio.

Item 6.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que alcançar pontuação superior a cinco (5.0). Que passa a ser

Item 6.1 Considerar-se-á aprovado o candidato que alcançar pontuação igual ou superior a cinco. (5.0)

Na oportunidade, renovamos nossos protestos de consideração e apreço, colocando-nos a disposição para outras informações, que assim julgarem necessárias.

Braço do Trombudo, 24 de agosto de 2023.

Comissão Organizadora

Juliana Meurer Soraia Schmidt

Mara Eliza Schaade

Brunópolis

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 016/2023

Publicação Nº 5089961

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A37F097A0DE030F2C7B44C5334D5767C4B4654C6

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS**Processo Licitatório nº 038/2023 – Edital de Pregão Presencial nº 016/2023**

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e afins. **Data e horário:** o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às **09h00min do dia 12/09/2023**, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. **Local:** setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Volcir Canuto - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065-2022

Publicação Nº 5091020

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065-2022

PARTES: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E JHONITUR TURISMO LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: 09.472.716/0001-66

PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2022

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE BRUSQUE, EM OBSERVÂNCIA A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LEI Nº 9.394/96

VALOR: R\$ 491.490,00

PRAZO: 29/08/2023 a 28/08/2024

SIGNATÁRIOS: IVATENE LAGO GROH E JOÃO LUIZ PORTO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 062-2022

Publicação Nº 5091320

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 062-2022

PARTES: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E CENTRO EDUCACIONAL ATELIÊ DO SABER

CNPJ DA CONTRATADA: 32.672.217/0001-34

CREDENCIAMENTO Nº 001/2022

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MEIO DA OFERTA DE VAGAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRIANÇAS DE 6 MESES A 3 ANOS, 11 MESES E 29 DIAS COMPLETOS OU A COMPLETAR ATÉ TRINTA E UM DE MARÇO DO ANO EM QUE OCORRER A MATRÍCULA – PERÍODOS INTEGRAL E PARCIAL NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC.

PRAZO: 29/08/2023 a 28/08/2024

SIGNATÁRIOS: IVATENE LAGO GROH E KAMILA DOS SANTOS PEDRA

EXTRATO 69-2023

Publicação Nº 5091416

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69-2023

ESPÉCIE: AQUISIÇÃO DE LICENÇAS SOFTWARE MICROSOFT OFFICE; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico; PROCESSO LICITATÓRIO: 033/2023; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.0004.0122.0300.2291.33390409900000.175370000003; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 25/08/2023; VALOR: R\$ 40.620,00; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena. TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.748.841/0001-51. Representante do SAMAE.

Brusque, 25 de agosto de 2023.

PUBLIQUE-SE

Cláudio Adão Pereira

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043-2020

Publicação Nº 5091045

EXTRATO – 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043-2020

PARTES: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: 03.453.030/0001-41

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PARQUE LINEAR PARA INTEGRAÇÃO DO PAVILHÃO DA FENARRECO COM O PARQUE DAS ESCULTURAS, NA CIDADE DE BRUSQUE.

PRAZO: 29/08/2023 a 28/02/2024

SIGNATÁRIOS: CINTIA RAFAELA WILKE, ANA HELENA BOOS E LUCIANO THIESEN

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001-2023

Publicação Nº 5091000

EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001-2023

ESPÉCIE: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023

EMPRESA(S) VENCEDORA(S): BRASIL BUSINESS E ESPORTES LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC

VALOR TOTAL: R\$ 303.110,00

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

SIGNATÁRIO: EDEMAR LUIZ ALÉSSIO e LEONIDA MARTINEZ DA SILVA DE OLIVEIRA

EXTRATO CONTRATO Nº 036-2023

Publicação Nº 5092025

EXTRATO – CONTRATO Nº 036-2023

PARTES: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E CLUBE DE CAÇA E TIRO ARAÚJO BRUSQUE

CNPJ DA CONTRATADA: 82.987.538/0001-04

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SALÃO PRINCIPAL DO CLUBE CAÇA E TIRO ARAÚJO BRUSQUE, PARA O EVENTO DE LANÇAMENTO DA 36ª FENARRECO, COM FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO TÍPICA ALEMÃ A SER PREPARADA PELO RESTAURANTE DO CLUBE CAÇA E TIRO.

VALOR: R\$ 15.580,00

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

SIGNATÁRIOS: ANA HELENA BOOS E ROGÉRIO BARBOSA

PORTARIA Nº 1490-2023

Publicação Nº 5091322

Portaria nº 1490/2023

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, respondendo interinamente pela Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, nomeado pela portaria nº 15069/2023, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.818/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora ELI MARIA MENEGASSO, matrícula nº 723975-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde entre os dias 15/07/2023 a 25/08/2023.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 15/07/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de Julho de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUSANA MARCIA MACHADO MAFRA

Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES

Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1491-2023

Publicação Nº 5091324

PORTARIA Nº 1491/2023

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pelo servidor EVANDRO ADEMIR FELIX, matrícula nº 508608-2 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 19/07/2023 a 17/11/2023.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19/07/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de julho de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA

Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1493-2023

Publicação Nº 5091327

Portaria nº 1493/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pelo servidor EDESIO PEREIRA matrícula nº8915-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos entre os dias 31/07/23 a 20/02/2024.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 31/07/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de julho de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA

Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1527-2023

Publicação Nº 5091331

PORTARIA Nº 1527/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora MARIA SOLAINE DA SILVA FAGUNDES, matrícula nº 719587-00 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR AUXILIAR , lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 01/08/2023 a 31/10/2023.

Parágrafo Único – A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de Julho de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1530-2023

Publicação Nº 5091339

PORTARIA Nº 1530/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora GISELE CRISTINA RIBEIRO DE MORAIS, matrícula nº 1065475-01 ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 01/08/2023 a 30/09/2023.

Parágrafo Único – A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1577-2023

Publicação Nº 5091351

Portaria nº 1577/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora ANDREIA DE MODESTI PRUNER, matrícula nº 509086-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR AUXILIAR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 02/08/2023 sendo concedido afastamento do dia 17/08/2023 ao dia 01/10/2023.

Parágrafo Único – A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 17/08/2023, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1578-2023

Publicação Nº 5091359

Portaria nº 1578/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora HELOIZA HARLE, matrícula nº 417327-02, ocupante do cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 27/07/2023 sendo concedido afastamento entre os dias 11/08/2023 a 24/10/2023.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 11/08/2023, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1579-2023

Publicação Nº 5091367

PORTARIA Nº 1579/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora DANIELA DA SILVA MAFRA BECKER, matrícula nº 15679-10 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 12/08/2023 a 09/10/2023.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/08/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1580-2023

Publicação Nº 5091378

Portaria nº 1580/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020,

a servidora INEZ GULLINI, matrícula nº 374156-04, ocupante do cargo TECNICO EM ENFERMAGEM, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em decorrência do atestado médico a contar do dia 03/08/2023 sendo concedido afastamento entre os dias 18/08/2023 a 03/11/2023.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 18/08/2023, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1581-2023

Publicação Nº 5091385

Portaria nº 1581/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio-doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora NEUSA SALETE ROSSATO STEFANELO, matrícula nº 1046829-00, ocupante do cargo TECNICO EM ENFERMAGEM, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em decorrência do atestado médico a contar do dia 31/07/2023 sendo concedido afastamento entre os dias 15/08/2023 a 13/09/2023.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 15/08/2023, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1582-2023

Publicação Nº 5091391

Portaria nº 1582/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora ELISA PIEPER NASCIMENTO FERREIRA, matrícula nº 13501-08, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotado na Secretaria Municipal de Orçamento Finanças e Patrimônio, em decorrência do atestado médico a contar do dia 31/07/2023 sendo concedido afastamento do dia 15/08/2023 ao dia 14/09/2023.

Parágrafo Único – A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 15/08/2023, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1583-2023

Publicação Nº 5091399

PORTARIA Nº 1583/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pelo servidor MARINO BELMIRO ROOS, matrícula nº 442810-05, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, lotado no Fundo Municipal de Assistência Social entre os dias 09/08/2023 a 07/09/2023.

Parágrafo Único – A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/08/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1589-2023

Publicação Nº 5091402

Portaria nº 1591/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo do servidor NILTON RIBEIRO DE LIMA, matrícula nº 852007-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE OBRAS lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 06/08/2023.

Parágrafo único – O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06/08/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de Agosto de 2023

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1590-2023

Publicação Nº 5091405

PORTARIA Nº 1590/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora LUCIANA DALSOCHIO, matrícula nº 1065939-00 ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 01/08/2023 a 31/08/2023.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1591-2023

Publicação Nº 5091406

Portaria nº 1591/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo do servidor NILTON RIBEIRO DE LIMA, matrícula nº 852007-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE OBRAS lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 06/08/2023.

Paragrafo único – O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06/08/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de Agosto de 2023
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1593-2023

Publicação Nº 5091408

Portaria nº 1593/2023

O Diretor de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo do servidor MARIESE BATISTA DA SILVA, matrícula nº 132748-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 13/08/2023.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/08/2023 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de Agosto de 2023
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de recursos Humanos

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001-2023-SMS-ERRATA 01-2023

Publicação Nº 5091412

Errata nº 001/2023

RETIFICA O TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2023/SMS

A Secretaria Municipal de Saúde de Brusque informa a seguinte retificação do Termo de Colaboração nº 001/2023/SMS, celebrado entre o Município de Brusque, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde e a Associação de Pais, Profissionais e Amigos dos Autistas de Brusque e Região – AMA Brusque, publicado no Diário Oficial do Município em 18 de agosto de 2023.

Na cláusula segunda do termo, onde se lia "Viacredi", leia-se "Sicredi", onde se lia "agência 2602", leia-se "agência 2606".

Na cláusula nona do termo, onde se lia "178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais)", leia-se "172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais)"

A presente errata terá validade a partir da data de sua publicação.

Brusque, 24 de agosto de 2023.

Thayse Rosa
Secretária da Saúde de Brusque

RESOLUÇÃO Nº 003-2023- COMJUV

Publicação Nº 5091896

**RESOLUÇÃO Nº 003, DE 24 DE AGOSTO DE 2023/COMJUV**

Dispõe sobre a criação de Comissão Eleitoral do Conselho Municipal da Juventude de Brusque – COMJUV.

CONSIDERANDO o Art. 15º, VII, §4º, da Lei Municipal número 3.492 de 28 de maio de 2012;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária do Conselho Municipal da Juventude de Brusque – COMJUV, em reunião ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2023.

RESOLVE:

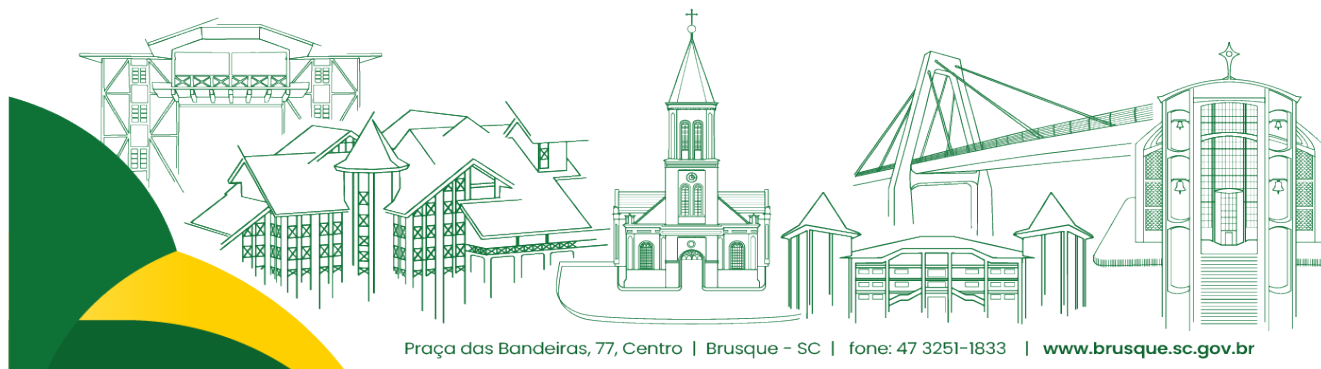
Art. 1º – Fica constituída a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal da Juventude – COMJUV, responsável pela coordenação do processo de eleição para representantes da sociedade civil organizada. A Comissão Eleitoral será composta pelos seguintes conselheiros:

- I. Éder de Andrade** – Representante da Fundação Municipal de Esportes;
- II. Jaqueline da Silva** – Representante da Fundação Cultural de Brusque;
- III. Silvana Franzen** – Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 24 de agosto de 2023.

Jaqueline da Silva
Presidente do COMJUV



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.131

Publicação Nº 5091526

DECRETO Nº 11.131, de 22 de agosto de 2023.
Decreta pontos facultativos.

O PREFEITO DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo para os órgãos e as entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo nos dias:

I - 8 de setembro de 2023 (sexta-feira);

II - 13 de outubro de 2023 (sexta-feira);

III - 3 de novembro de 2023 (sexta-feira).

Parágrafo único. Excetuam-se dos pontos facultativos a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, a Segurança Pública e os demais serviços públicos considerados essenciais que devem ser garantidos por meio de escalas de plantão organizadas pelos Secretários de cada pasta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 22 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 38.666

Publicação Nº 5089827

PORTARIA Nº 38.666, de 7 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR os contratos por tempo determinado dos profissionais abaixo relacionados, vinculados à Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, função, portaria de contratação e data da rescisão:

Cód.	Nome	Função	Portaria contratação	Data rescisão
17213	Cristiane Antunes de Oliveira	Enfermeira	Portaria nº 35.430, de 21/09/2021	31/07/2023
16925	Kemeli Santin	Técnica em Enfermagem	Portaria nº 34.495, de 01/04/2021	25/07/2023
19728	Liasmeli Carrillo Ramirez	Médico ESF	Portaria nº 38.038, de 10/04/2023	31/07/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 38.667

Publicação Nº 5089829

PORTARIA Nº 38.667, de 7 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato por tempo determinado do profissional abaixo relacionado, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, função, portaria de contratação e data da rescisão:

Cód.	Nome	Função	Portaria contratação	Data rescisão
19781	Gabriela Cristine Machado Hoffmann	Enfermeiro	Portaria nº 38.137, de 26/04/2023	30/07/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 38.675

Publicação Nº 5089830

PORTARIA Nº 38.675, de 10 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 93, § 2º, e 124, § 3º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496 de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço), que corresponde a 10 (dez) dias de férias, com pagamento no mês de julho de 2023, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Guarda Municipal - GMC, especificando código, nome, cargo e período aquisitivo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
7987	Alessandro Gonçalves	Guarda Municipal	14/01/2022 a 13/01/2023
8336	Fernando Antonio Sinhorin	Guarda Municipal	12/03/2021 a 11/03/2022
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	12/03/2022 a 11/03/2023
12602	Maurício Bolduan	Guarda Municipal	01/04/2021 a 31/03/2022

Art. 2º CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) de licença-prêmio, com pagamento no mês de julho de 2023, ao servidor abaixo relacionado, em exercício na Guarda Municipal - GMC, especificando código, nome, cargo e período aquisitivo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	Operador de Máquinas	01/01/2007 a 31/12/2011

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 38.676

Publicação Nº 5089835

PORTARIA Nº 38.676, de 10 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 93, § 2º, e 124, § 3º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496 de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço), que corresponde a 10 (dez) dias de férias, com pagamento no mês de julho de 2023, às servidoras abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, período aquisitivo e mês de pagamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
14277	Liriane Marques de Lima	Auxiliar de Enfermagem	16/03/2022 a 15/03/2023
14604	Patricia Dal Moro	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	09/05/2022 a 08/05/2023

Art. 2º CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) de licença-prêmio, com pagamento no mês de julho de 2023, à servidora abaixo relacionada, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo e período aquisitivo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
4262	Karina Alves do Nascimento Zardo	Nutricionista	09/02/2014 a 08/02/2019

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 38.684

Publicação Nº 5089853

PORTARIA Nº 38.684, de 21 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2022, homologado pelo Decreto nº 10.785, de 17 de março de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR as profissionais a seguir relacionadas para o preenchimento de função em caráter temporário na Secretaria Municipal de Administração, especificando matrícula, nome, função, carga horária semanal e data de início da contratação, conforme segue:

Mat.	Nome	Função	Carga Horária	A contar de
20199	Ariane Bueno Soares	Assistente Administrativo	35	14/08/2023
20194	Marina dos Santos Kretski	Assistente Administrativo	35	14/08/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 38.685

Publicação Nº 5089860

PORTARIA Nº 38.685, de 21 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o julgamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que reformou o item 3 do Prejulgado 2285, passando a contar com a seguinte redação: 3.1. É permitida a contagem de tempo para efeitos de progressão por tempo de serviço e outros benefícios abarcados pelo inciso IX do artigo 8º da Lei Complementar n. 173/2020, no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, sendo vedado apenas o pagamento e fruição neste período, e, ainda, vedado o pagamento retroativo, observando-se o disposto no §3º c/c o inciso II do §8º do art. 8º, admitindo-se, contudo, a retroatividade a partir de 1º de janeiro de 2022, a exemplo do estabelecido no inciso IV do § 8º do art. 8º da referida legislação."

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR as portarias abaixo especificadas, que concederam o adicional sexta parte calculado sobre a remuneração dos servidores mencionados por completarem 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, somente no que se refere a data de início do pagamento, passando a vigorar da seguinte forma:

Portaria nº	Mat.	Nome	Cargo	A contar de
37.766, de 13/02/2023	1384	Antonio Vanderlei Pires	Auxiliar Serviços Gerais	14/12/2022
37.739, de 03/02/2023	929	Damião Quintino de Souza	Auxiliar Serviços Gerais	04/08/2022
37.655, de 25/01/2023	1452	Evaldo Maurilio	Auxiliar Serviços Gerais	01/12/2022
37.859, de 03/03/2023	1276	Geraldo Moraes da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	26/09/2022
37.738, de 03/02/2023	1391	Ivanir Jose Pagotto	Guarda Patrimonial Municipal	17/11/2022
38.042, de 10/04/2023	1467	Ivone Pagotto	Servente Educação	01/02/2022
37.766, de 13/02/2023	1347	João Maria Hornburg	Auxiliar Serviços Gerais	27/10/2022
37.859, de 03/03/2023	1242	Jose Aldo Moraes da Silva	Auxiliar Serviço Gerais	12/08/2022
37.775, de 14/02/2023	1086	Larissa Fleck Savaris	Técnico em Processamento de Dados	01/01/2022
37.740, de 03/02/2023	1307	Laura Henrique de Andrade	Auxiliar de Serviços Gerais	01/09/2022
37.859, de 03/03/2023	1033	Marcio Ernani Teles de Oliveira	Pintor Letrista	11/03/2022
37.737, de 03/02/2023	1318	Maria Geni Huçulak	Auxiliar Serviços Gerais	21/10/2022
37.737, de 03/02/2023	1293	Rosani de Fatima Sabini de Moraes	Auxiliar Serviços Gerais	13/08/2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 38.689

Publicação Nº 5089888

PORTARIA Nº 38.689, de 21 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496 de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço), que corresponde a 10 (dez) dias de férias, com pagamento no mês de julho de 2023, ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, especificando código, nome, cargo e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
17792	Celio Domingues	Auxiliar Serviços Gerais	14/07/2022 a 13/07/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

Jonatas Maia de Lima – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

PORTARIA Nº 38.692

Publicação Nº 5089892

PORTARIA Nº 38.692, de 22 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, V, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores públicos municipais a seguir relacionados, nomeados para ocuparem Cargos Comissionados, especificando código, nome, cargo, portaria de nomeação e data da exoneração, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Portaria nomeação	Data
19813	Cláudio Luiz Rottava	Diretoria Administrativa Financeira	Portaria nº 38.206, de 3 de maio de 2023	16/08/2023
19808	Gislaine Santana de Moraes	Diretor de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	Portaria nº 38.206, de 3 de maio de 2023	11/08/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 38.693

Publicação Nº 5089902

PORTARIA Nº 38.693, de 22 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, V, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 434, de 23/08/2022, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os cidadãos a seguir relacionados, para ocuparem Cargos Comissionados, especificando código, nome, cargo, referência e data da nomeação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Referência	Data
20015	Cláudio Luiz Rottava	Diretor de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Empreendedorismo e Turismo	CC2	17/08/2023
20211	Mauro Luiz Ceccatto	Diretor de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	CC2	21/08/2023
20212	Ronivan Brandalise	Diretoria Administrativa Financeira	CC2	17/08/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 38.697

Publicação Nº 5089904

PORTARIA Nº 38.697, de 22 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR CARLOS ROGERIO LEME NAVARRO para exercer a função de Operador de Estação Aeronáutica, referência 38, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, no período de 01 de agosto de 2023 a 25 de agosto de 2023, em vaga vinculada ao Servidor Alan Rocha Liegel que encontra-se em gozo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de agosto de 2023.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO 113/2023 – PREGÃO PRESENCIAL – 019/2023

Publicação Nº 5090915

**Estado de Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO 113/2023 – PREGÃO PRESENCIAL – 019/2023****EDITAL:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023**TIPO:** MENOR PREÇO POR LOTE;**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI, PARA A MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS, MÓVEIS E LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.**DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:**

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES	PROTOCOLO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC SITUADA NA AVENIDA SANTA CATARINA, N.º 195, CEP 89.500.124
ENTREGA DOS ENVELOPES	ATÉ O DIA 19/09/2023, ATÉ ÀS 14H
ABERTURA DOS ENVELOPES	DIA 19/09/2023, ÀS 14H15MIN
PROTOCOLO GERAL	23.734/2023

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 25 de agosto de 2023.

ALENCAR MENDES
Prefeito Municipal

Avenida Santa Catarina, 195 | Centro | CEP 89.500-124 | Caçador – SC | Fone: (49) 3666-2433

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO DE LICITAÇÃO 102/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO – 053/2023

Publicação Nº 5090708

**Estado de Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR**AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO DE LICITAÇÃO 102/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO – 053/2023****EDITAL:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2023;**TIPO:** MENOR PREÇO;**OBJETO:** AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA À CASA DA CULTURA.**DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:**

PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA	DA DATA DA LIBERAÇÃO DO EDITAL NO SÍTIO HTTP://WWW.COMPRASNET.GOV.BR ATÉ O HORÁRIO LIMITE DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA
DATA DE ABERTURA	18/09/2023
HORA DA ABERTURA	13H30MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
ENDEREÇO ELETRÔNICO	HTTP://WWW.COMPRASNET.GOV.BR
UASG	988057
PREGÃO ELETRÔNICO	N.º 00053/2023-000
PROTOCOLO INTERNO	9.711/2023

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	DO DIA 28/08/2023, A PARTIR DAS 13H30MIN ATÉ O DIA 18/09/2023, ÀS 13H30MIN
LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	ATÉ O DIA 13/08/2023, ÀS 19H
ABERTURA DAS PROPOSTAS	DIA 18/09/2023, ÀS 13H30MIN
INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE LANCES	DIA 18/09/2023, ÀS 13H35MIN

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 25 de agosto de 2023.

ALENCAR MENDES
Prefeito Municipal

Avenida Santa Catarina, 195 | Centro | CEP: 89.500-124 | Caçador – SC | Fone: (49) 3666-2433

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO DE LICITAÇÃO 110/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO – 058/2023

Publicação Nº 5090633

**Estado de Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR**AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO DE LICITAÇÃO 110/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO – 058/2023****EDITAL:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023;**TIPO:** MENOR PREÇO POR ITEM;**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, TROFÉUS E MEDALHAS.**DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:**

PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA	DA DATA DA LIBERAÇÃO DO EDITAL NO SÍTIO HTTP://WWW.COMPRASNET.GOV.BR ATÉ O HORÁRIO LIMITE DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA
DATA DE ABERTURA	21/09/2023
HORA DA ABERTURA	13H30MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
ENDEREÇO ELETRÔNICO	HTTP://WWW.COMPRASNET.GOV.BR
UASG	988057
PREGÃO ELETRÔNICO	N.º 00058/2023-000
PROTOCOLO INTERNO	20.961/2023 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 23.986/2023 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	DO DIA 28/08/2023 , A PARTIR DAS 13H30MIN ATÉ O DIA 21/09/2023 , ÀS 13H30MIN
LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	ATÉ O DIA 18/09/2023 , ÀS 19H
ABERTURA DAS PROPOSTAS	DIA 21/09/2023 , ÀS 13H30MIN
INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE LANCES	DIA 21/09/2023 , ÀS 13H35MIN

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 25 de agosto de 2023.

ALENCAR MENDES
Prefeito Municipal

Avenida Santa Catarina, 195 | Centro | CEP: 89.500-124 | Caçador – SC | Fone: (49) 3666-2433

Caibi

PREFEITURA

PORTARIA N. 495/23

Publicação N° 5091592

PORTARIA N° 495/23

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

DEFERIR A LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA requerida pela Servidora Municipal LAIR SECCO ALBERTI, matrícula n. 8242-2, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação no Departamento de Saúde, e carga horária de 40 horas semanais, pelo período 19 (dezenove) dias consecutivos, com início em 28/08/2023 e término em 15/09/2023, por motivos de cuidados ao seu marido, em conformidade com o art. 73 da Lei Complementar n. 027/2013, e documentos apresentados.

Por conveniência administrativa e possibilidade por parte da Servidora, a licença será concedida sobre 50% (cinquenta por cento) da carga horária, de modo que durante o período mencionado, sua carga horária será de 20 horas semanais. (art. 73, § 5º, da Lei Complementar 027/2013).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 25 de agosto de 2023.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

MIGUEL PICCOLI
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA N. 492/23

Publicação Nº 5089781

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI****PORTARIA Nº 492/23**

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, **RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS à Servidora Municipal **ROSANGELA APARECIDA GOMES MENDES GANDOLFI**, matrícula n. 7943-0, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, exercendo a função de Fiscal de Vigilância Sanitária, com lotação no Departamento de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02/05/2022 a 01/05/2023, pelo período de 15 dias consecutivos, tendo início em 04/09/2023 e término em 18/09/2023.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 25 de agosto de 2023.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

MIGUEL PICCOLI
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br

PORTARIA N. 493/23

Publicação Nº 5089782

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI****PORTARIA Nº 493/23**

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, **RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS ao Servidor Municipal **SÉRGIO GLÊNIO WERLANG**, matrícula n. 9610-5, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Aquicultura e Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 03/05/2022 a 02/05/2023, pelo período de 10 dias consecutivos, tendo início em 11/09/2023 e término em 20/09/2023.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 25 de agosto de 2023.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

MIGUEL PICCOLI
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br

PORTARIA N. 494/23

Publicação Nº 5089785

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI****PORTARIA Nº 494/23**

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, **RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS à Empregada Pública **MABILE GUGEL DE ARRUDE**, matrícula n. 8437-9, Agente Comunitária de Saúde, com lotação no Departamento de Saúde, e carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01/08/2021 a 31/07/2022, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo início em 11/09/2023 e término em 10/10/2023.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 25 de agosto de 2023.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

MIGUEL PICCOLI
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N° 034/2023 - FMS

Publicação N° 5090481

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico n° 034/2023 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 044/2023 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO EM CONSULTA EM REUMATOLOGIA DESTINADAS REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME TERMO DE REFERENCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 24/08/2023
1ª Publicação.

LEI MUNICIPAL 3.497/2023

Publicação N° 5090732

LEI N.º 3.497/2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O CURSO DE MEDICINA PARA ESTUDANTES QUE RESIDAM NO MUNICÍPIO E CAMBORIÚ".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Em atenção ao disposto na lei Orgânica em seu Art. 193, fica autorizado o Poder Executivo a conceder bolsas de estudo para o curso de medicina para estudantes que residam no Município de Camboriú.

Art. 2º O Poder Executivo poderá disponibilizar até 10(dez) bolsas de estudo em cursos de medicina para estudantes residentes em Camboriú.

Art. 3º Os beneficiários do programa deverão ter estudado os ensinios fundamental e médio em escolas públicas ou particulares na condição de bolsista integral, bem como precisam estar residindo no Município de Camboriú nos últimos 04 (quatro) anos antes da inscrição.

Art. 4º Os beneficiários do Programa Municipal serão obrigados a efetuar contrapartida em forma de trabalho na saúde pública do Município com critérios a serem pré-definidos no edital de inscrição e classificação.

Art. 5º O Poder Executivo deverá elaborar edital de inscrição ao programa com todos os critérios pré-estabelecidos para classificação dos estudantes inscritos e para contrapartida após a formação acadêmica.

Art. 6º A publicação e divulgação do edital de inscrição deverá ocorrer por meio de ampla divulgação nos meios de comunicação oficial do Poder Executivo e na imprensa local com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias aos períodos regulares de matrículas nas instituições de nível superior que ofertam o curso de graduação na região.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 22 de agosto de 2023.

ÉLCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

PE 47/2023 FMS

Publicação Nº 5092118

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B7F713D1E27DD281795AB511995AE93DCC16672F

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2023 - FMS - EXCLUSIVO ME/EPP.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE RECURSOS TERAPÊUTICOS PARA OS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS - JOGOS E BRINQUEDOS, PARA REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 11 (onze) de setembro de 2023, no site www.bnc.org.brINFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: <https://camboriu.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1> ou no e-mail comprasdecamboriu@gmail.com

Camboriú, 24 de agosto de 2023.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PE 99/2023 - PMC

Publicação Nº 5090490

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CD94C37FCD905759D38E4762C9ACF51ADE876E7D

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2023 – PMC - LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVA PARA ME E EPP PARA OS LOTES 01, 03, 04, 06, 07, 08, 10 E 11

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO, para SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS MECÂNICOS DE MAQUINÁRIO PESADO A DIESEL, POR DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS, GENUÍNOS E NOVOS) DO MAQUINÁRIO DA SECRETARIA DE OBRAS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. CONFORME TERMO DE REFERENCIA. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE. REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 06 (seis) de setembro de 2023, no site www.bnc.org.brINFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: <https://camboriu.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1> ou no e-mail comprasdecamboriu@gmail.com

Camboriú, 24 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2023 - PMC

Publicação Nº 5091238

RESUMO DE CONTRATO

PMC

CONTRATO Nº051/2023

Processo: Processo Licitatório nº 125/2023 – Concorrência Pública nº. 001/2023

Empresa: FJ CONSTRUTORA LTDA

Data: 24/08/2023

Prazo: 5 MESES.

Valor: R\$5.914.660,28 (cinco milhões, novecentos e catorze mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e oito centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DA ESTRADA GERAL MACACOS, TRECHO 02 - 2,80 KM, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES, PROJETO E PLANILHAS EM ANEXO.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2023 - FMS

Publicação Nº 5090558

RESUMO DE CONTRATO

FMS

CONTRATO Nº042/2023

Processo: Processo Licitatório 65/2023 Pregão Eletrônico Nº 34/2023 - FMS

Empresa: MEDICANDO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Data:24/08/2023

Prazo: 12 MESES.

Valor: R\$257.280,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e duzentos e oitenta reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO EM CONSULTA EM REUMATOLOGIA DESTINADAS REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME TERMO DE REFERENCIA

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2023 - PMC

Publicação Nº 5090376

RESUMO DE CONTRATO

PMC

CONTRATO Nº050/2023

Processo: Processo Licitatório 158/2023 Pregão Eletrônico Nº 91/2023

Empresa: L & B COMUNICACAO VISUAL E ESTRUTURAS LTDA

Data:24/08/2023

Prazo: 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

Valor: R\$1.904,70 (um mil, novecentos e quatro reais e setenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS E ADESIVOS DE EMBARGO DE OBRA PARA UTILIZAÇÃO DA SEÇÃO E ATIVIDADES TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

1699/2023

Publicação N° 5092039



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.699/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso IX e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 035/2022;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 22/08/2023 á 31/07/2024;

<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>CONT.</u>	<u>CLASSIF.</u>
KAMILA MELO DA SILVA	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	933/2023	41º
ROMAICON BORDINI DOS SANTOS	PSICOLOGO(A) DST/AIDS 40 HORAS	934/2023	05º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 22/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 21 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767
56505068
Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.21 16:21:48
-03'00'
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1700/2023

Publicação N° 5092042



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.700/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso VIII e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 020/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 22/08/2023 á 31/12/2023;

<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>CONT.</u>	<u>CLASSIF.</u>
BRUNO DE OLIVEIRA CARVALHO	MOTORISTA 40 HORAS	935/2023	20º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 22/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 21 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76
756505068
Assinado de forma
digital por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.21
16:24:39 -03'00'
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1701/2023

Publicação Nº 5092046



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.701/2023**RESCINDE CONTRATO**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 165/2023 de 07/03/2023, firmado entre **VANESSA DE OLIVEIRA PEREIRA MEES**, matrícula 25506-2 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **PROFESSOR(A)** a partir de 01/08/2023.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 01/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 21 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76756
505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital por
EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Data: 2023.08.21 16:30:59
+03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1702/2023

Publicação Nº 5092048



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.702/2023*PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIOS*

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/07/2023 a 30/09/2023:

<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>CONT.</u>	<u>T. A.</u>
BRUNA GABRIELA PASSOS	MERENDEIRA 40 HORAS	296/2023	787/2023
MARCIA DE OLIVEIRA CORREA LEITE	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	586/2023	789/2023
MARCIA REGINA DAL PIVA	SUPERVISOR ESCOLAR 40 HORAS	267/2023	790/2023
MARUSKA MAYRALUZ GOMES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	124/2023	791/2023
PAMELA KARINA SEVERINO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	428/2023	792/2023

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 31/07/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 22 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios
de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767565
05068

Assinado de forma digital por
EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.22 13:54:55
+03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500 ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1703/2023

Publicação Nº 5092049



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.703/2023*PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIOS*

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 05/08/2023 a 30/09/2023:

NOME	CARGO	CONT.	T.A.
JHULLIAN PABLO PEREIRA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAS 40 HORAS	697/2023	793/2023

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 05/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 22 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76
756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.22
13:20:37 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1704/2023

Publicação Nº 5092051



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.704/2023*PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIOS*

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 29/08/2023 a 30/09/2023:

NOME	CARGO	CONT.	T.A.
JOSIANI DIONIZIO GERVASIO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	807/2023	794/2023
ISABELA GUILHERM GARCIA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	508/2023	795/2023

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 29/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 22 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76
756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma
digital por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.22
13:02:31 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1705/2023

Publicação Nº 5092052



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.705/2023*PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIOS*

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/08/2023 a 15/12/2023:

<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>CONT.</u>	<u>T. A.</u>
LEANDRA CARDOSO REINERT	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	528/2023	796/2023

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 22 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1706/2023

Publicação Nº 5092055



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.706/2023*PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIOS*

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/07/2023 a 15/12/2023:

<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>CONT.</u>	<u>T. A.</u>
JEFFERSON JOE VIEIRA FERAZ	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	290/2023	787/2023

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 31/07/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 22 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767
56505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.22
14:22:23 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500



1707/2023

Publicação N° 5092057



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.707/2023

**DESIGNA JUNTA MÉDICA OFICIAL
DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal n° 1009/93 de 22/10/1993 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados, os servidores, **JOSE GAYA NETO**, matrícula 12177-3, CRM sob n° 6619, **MARINE ALAGE GRANEMANN**, CRM sob n° 29276 e **THUANY CAMILLE FELTEN THOMSEM**, CRM sob n° 33579, para compor a Junta Médica do Município de Camboriú, sob a presidência do primeiro e os demais membros.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando a portaria n° 1165/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 22 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767
56505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por: EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.22 14:57:22
-03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1709/2023

Publicação Nº 5092058



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.709/2023***Concede Licença Prêmio***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) **NILO DE SOUZA MELO** portador do CPF nº 214.***.***-**, matrícula nº 19369-1, a contar de 18/08/2023.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 18/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 23 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767
56505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.23
15:08:21 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1710/2023

Publicação Nº 5092061



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.710/2023***NOMEIA COORDENADOR(A) DOS MOTORISTAS SOCORRISTAS
DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MEDICO DE URGENCIA***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 2644/2013, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o(a) servidor(a) que relaciona;

MATRÍCULA	NOME	CARGO
24830-2	CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA KONELL	MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 21/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 23 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7675
6505068
Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.23 15:23:02
-03'00'
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1712/2023

Publicação N° 5092062



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.712/2023

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 219/2023 de 15/03/2023, firmado entre **TATIANE ROCHA VIEIRA**, matrícula 24727-3 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **PROFESSOR(A)** a partir de 22/08/2023.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 22/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 23 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767
56505068

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.23 17:34:39
+03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1713/2023

Publicação N° 5092064



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.713/2023***RESCINDE CONTRATO A PEDIDO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 623/2023 de 16/05/2023, firmado entre **PALOMA MICHELE ALVES RIST**, matrícula 26363-1 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **ASSISTENTE EDUCACIONAL** a partir de 18/08/2023.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 18/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 24 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7675
6505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.24 13:49:58
-03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1714/2023

Publicação N° 5092065



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.714/2023***RESCINDE CONTRATO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 788/2023 de 11/07/2023, firmado entre **ANDRESSA DA SILVA SIZENANDO**, matrícula 26516-1 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **VIGIA** a partir de 23/08/2023.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 23/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 24 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.24
14:37:57 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

Campo Alegre

PREFEITURA

COMUNICADO Nº 17/2023 – SERVIÇO DE TRANSPORTE E FROTA

Publicação Nº 5092445

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

COMUNICADO Nº 17/2023 – SERVIÇO DE TRANSPORTE E FROTA

O Município de Campo Alegre "Prefeitura", comunica pelo Serviço de Transporte e Frota da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente a Ata assinada em data de 14/12/2022 do Pregão nº 166/2022 cujo objeto é a contratação de Empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos da Frota do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, considerando o item 5.4 Do Fornecimento de peças, componentes e acessórios, do Termo de Referência – Pregão nº 166/2022, leva ao conhecimento dos interessados os preços obtidos junto ao mercado para fornecimento de peças, componentes ou acessórios, conforme segue:

ORÇAMENTO REALIZADO PARA AQUISIÇÃO PEÇAS PARA CONserto DO VEÍCULO FIAT UNO MILLE – MJA0644;

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ORÇADO R\$	VALOR TOTAL ORÇADO R\$
01	01	Unid.	Jogo de Bronzina de Biela	173,50	173,50
02	01	Unid.	Jogo de Bronzina de mancal	208,00	208,00
03	01	Unid.	Jogo de anéis de pistão	314,20	314,20
04	01	Unid.	Retentor traseiro virabrequim	206,00	206,00
05	01	Unid.	Jogo de junta de motor	338,50	338,50
06	01	Unid.	Retentor do comando	45,00	45,00
07	01	Unid.	Válvula termostática	108,00	108,00
VALOR TOTAL					1.393,20

Esta publicação visa oportunizar a manifestação pública, por parte de Pessoa Jurídica, acerca dos preços propostos para aquisição e peças, componentes ou acessórios para manutenção do veículo FIAT UNO MILLE PLACA: MJA0644, com vistas a obtenção de menor preço. Fica estabelecido o prazo de prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados desta publicação, para que os interessados apresentem proposta com menor preço junto ao Serviço de Frotas da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, sita à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre/SC, das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs de segunda à sexta-feira.

Campo Alegre/SC, 24 de agosto de 2023.

JOELCIO TELMA

Chefe do Serviço de Transporte e Frota

CONVOCAÇÃO Nº 253/2023

Publicação Nº 5092443

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2022

CONVOCAÇÃO Nº 253/2023

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. FERNANDO M. COUTINHO inscrito no CPF/MF sob nº 051.913.XXX-XX, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo nº 01/2022, para o Cargo Público e na Função de MOTORISTA DA SAÚDE, para assumir o respectivo Cargo Público. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 29 de agosto de 2023, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal

ROSANA EMÍLIA GREIPEL

Secretária Municipal de Saúde

CONVOCAÇÃO Nº 254/2023

Publicação Nº 5092444

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2022
CONVOCAÇÃO Nº 254/2023

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. RAQUEL M. DE LIMA inscrita no CPF/MF sob nº 098.618.XXX-XX, aprovada em 44º lugar no Processo Seletivo nº 01/2022, para o Cargo Público e na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 29 de agosto de 2023, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

MARLI TEREZINHA DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 16.088 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092449

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 16.088 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Considerando o ofício nº 14/2023/CMDCA expedido em 24 de agosto de 2023, devidamente assinado pela Presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 24 de agosto de 2023, sob o nº 044993;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 08 do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008
Rua Jorge Lacerda, nº 86, Centro, Campo Alegre – Santa Catarina – CEP: 89294-000
Fone: 47 3632-2420 ou 3632-1568 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

DESIGNA SESSÃO ABERTA A TODA COMUNIDADE PARA A APRESENTAÇÃO DO CANDIDATOS HABILITADOS A PARTICIPAREM DA PRÓXIMA ETAPA DO PROCESSO ELEITORAL AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, e Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas

alterações, Edital de Convocação nº 01/2023; Resolve:

Art. 1º Estão aptos a participarem da Apresentação dos Candidatos Habilitados, em sessão pública aberta, a toda a comunidade, a qual será realizada na data de 01 de setembro de 2023 (sexta-feira) às 18hs no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson, sito a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 620, Centro, neste Município.

Parágrafo único. Os candidatos habilitados a que se refere o caput deste se referem ao Processo Eleitoral ao Cargo de Conselheiro Tutelar, do Município de Campo Alegre/SC., a seguir relacionados com seus respectivos números:

101 - PRICILA GREFFIN;
103 - ARLETE SCHADECK;
105 - JEANE CRISTINA WOITSCHOSKI;
107 - OLIVIA MARCELA RUDNICK HUMMELGEN;
109 - SILMARA MALINOVSKI WOLLNER;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

BERTINA BAHR
Presidenta do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

DANIELA RAMOS SCHLICKMANN
Secretária do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

DECRETO Nº 16.089 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092450

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 16.089 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Considerando o ofício nº 08/2023 expedido em 24 de agosto de 2023, devidamente assinado pelo Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares do Município de Campo Alegre/SC., protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 24 de agosto de 2023, sob o nº 044999;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 09 da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares do Município de Campo Alegre/SC., Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE LOCAIS DE VOTAÇÃO DO PLEITO ELEITORAL PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações, Edital de Convocação nº 001/2023; Resolve:

Art. 1º Ficam definidos os seguintes locais de votação para escolha dos novos Conselheiros Tutelares - Quadriênio 2024/2027, do Município de Campo Alegre/SC., a seguir:

- I - EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”, situada na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre/SC;
- II - EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco”, Rua Fernando Jung, nº 420, Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC;
- III - CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho”, Rua Prof. Rufino Blazskowsky, nº 154, Distrito Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.
- IV - EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Paulo Fuckner”, Rua Principal, snº, Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

WILLIAM COTHOVISKY

Presidente da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, no Mural do Prédio Sede do Poder Executivo Municipal “Prefeitura”; Mural do Prédio Sede da Câmara Municipal de Vereadores; Mural do Prédio Sede do Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão – CIAC de “Campo Alegre/SC”; Mural da Sala Sede do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre/SC.; Diário Oficial dos Municípios – DOM, www.diariomunicipal.sc.gov.br inclusive na página eletrônica oficial “site” do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

DANIELA RAMOS SCHLICKMANN

Secretária da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

DECRETO Nº 16.090 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092451

DECRETO Nº 16.090 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando as informações constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº 1715/2023, em razão do AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE, lavrada conforme Boletim de Ocorrência REGISTRO 0713030/2023-BO-00426.2023.0000346, refere-se ao fato do Servidor Público Municipal realizar furto/desvio de combustível, configurando-se peculato, caso os fatos sejam confirmados, utilizando para tanto a ambulância PLACA QID 5348, da qual era o motorista habitual. Tal fato foi flagrado, após o Município ter detectado diferenças nas quantidades de combustível por meio dos controles internos realizados e desvio na rota do motorista constatado por meio do rastreamento do veículo, pelo Servidor Público Municipal A.R.C.O., fato ocorrido em data de 10 de agosto de 2023, Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público de Motorista, na Função de Motorista da Saúde, matrícula funcional nº 0010XX, registro no sistema sob nº 95XXXX;

Considerando que minimamente confirmada à autoria e materialidade dos fatos ensejadores de penalidades, em momento, oportuno e de acordo com o alcance de eventual punição, o sujeito participante será devidamente intimado para apresentação de defesa ou justificativa, sabedores da motivação e do alcance de eventual aplicação de penalidade, para se resguardar o devido e constitucional exercício do contraditório e da ampla defesa;

Considerando ainda, que o interesse maior da Administração Pública Municipal enquanto julgadora de possíveis ilícitos administrativos é a busca da verdade sem prejuízo aos Direitos Constitucionais do Servidor Público Municipal;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas por Lei, em especial os dispostos nos Incisos VII e XIII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Fica Instaurado o Processo Administrativo Disciplinar, para apurar a veracidade e as implicações legais das informações contidas no Memorando SMDE nº 01/2023, seus anexos (fls. 02 e 03), e as provas constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.715/2023, e

da Decisão Administrativa nº 25/2023, de lavra da Secretária Municipal de Administração, onde estão pormenorizados os fatos, o enquadramento legal e as possíveis punições.

Art. 2º Convalido a decisão de afastamento do Servidor Público Municipal, "diante da gravidade dos fatos, e considerando que o Servidor Público Municipal estando no exercício de sua Função, e trabalhando no local onde ocorreram os fatos delituosos, poderia conversar e influenciar outros Servidores Públicos Municipais, persistir na conduta ilícita e até mesmo alterar provas, determino o imediato afastamento preventivo do Servidor Público Municipal do exercício de seu Cargo Público, nos termos do Art. 249 LC nº 006/2002, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, neste caso com prejuízo da remuneração, sendo está suspensa seu pagamento, como medida cautelar a fim de que o Servidor Público Municipal não venha a influenciar na apuração da irregularidade, e para garantir que possa ser buscado o ressarcimento do dano ao erário, que inicialmente aparentemente parece ser de grande monta, pelo longo período da conduta criminal inicialmente e aparentemente apurada, e pelo grande volume de material desviado, que somente o que foi apreendido da prisão em flagrante de um dia significa valores na ordem e aproximadamente R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), se considerar o valor do litro a R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos."

§ 1º Este Processo Administrativo Disciplinar seja remetido ao Serviço de Pessoal, para que junte aos Autos Administrativos o registro ponto e todas as fichas financeiras do referido Servidor Público Municipal;

§ 2º O Serviço de Pessoal intime imediatamente o Servidor Público Municipal informando que suas atividades funcionais estão suspensas, e a suspensão imediata de sua remuneração;

§ 3º Envio dos Autos Administrativos à Secretaria Municipal de Saúde para juntada dos documentos referentes ao controle de frota e de rota, identificando os possíveis desvios de rota, e estimando valores a serem ressarcidos referente às horas extras efetuadas sem a necessidade ou autorização, além de custos referentes a todos os desvios de rotas efetivados no período;

§ 4º Envio do Processo Administrativo ao Serviço de Controle e Manutenção de Frota, para que informe se existe estimativa da quantidade de diesel desviado durante o período;

§ 5º Após retornem os Autos Administrativos afim de que seja definitivamente nomeada a Comissão para processar o Processo Administrativo Disciplinar;

§ 6º Comunique-se a Assessoria Jurídica os valores apurados de possíveis desvios para que efetive medidas jurídicas cabíveis para efetivo ressarcimento de possível danos ao erário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2023.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHAR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 22.830 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092452

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 22.830 DE 24 DE AGOSTO DE 2023
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o disposto no Inciso IX do Artigo 71, combinado com o Inciso II, Alínea "b" do Artigo 91 da Lei Orgânica deste Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com o fundamento dos Artigos 5º e 12 da Lei Complementar Municipal nº 178 de 02 de agosto de 2023; Resolve:

Art. 1º Enquadrar o Servidor Público Municipal LAÉRCIO BORGES, matrícula funcional nº 000620, registro no sistema sob nº 955012, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, para exercer as Funções definidas no Anexo IV, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC, percebendo atualmente o vencimento correspondente ao Nível 3A, Subnível 32, Referência A, passando para o Nível 4, Subnível 42, Referência A, conforme fixado em Lei, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. Parágrafo único. O enquadramento de que trata o caput deste artigo dá-se por força dos Artigos 5º e 12 da Lei Complementar Municipal nº 178 de 02 de agosto de 2023.

Art. 2º Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas do Servidor Público Municipal de que trata o Artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2023.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 22.831 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092453

PORTARIA Nº 22.831 DE 24 DE AGOSTO DE 2023
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Considerando o CREM Comunicado de Resultado de Exame Médico Pericial nº 045, expedido em data de 24 de agosto de 2023, devidamente assinado pelo Médico Perito Dr. Jorge Ricardo Flores Paqueira, CRM-SC 11.899, RQE 11890, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que o Servidor Público Municipal FRANCISCO EMILIO NAGEL, necessitando afastamento das atividades laborais, até a data de 30 de novembro de 2023;

Considerando a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que Altera o Sistema de Previdência Social e Estabelece Regras de Transição e Disposições Transitórias, em especial o §2º do artigo 9º;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal FRANCISCO EMÍLIO NAGEL, matrícula funcional nº 001046, registro no sistema sob nº 956208, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, por motivo de doença, pelo período de 31 de julho de 2023 a 30 de novembro de 2023.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2023.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092447

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008
Rua Jorge Lacerda, nº 86, Centro, CEP: 89294-000 – Campo Alegre/SC.
Fone: 47 3632-2420 ou 3632-1568 – E-mail: cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

DESIGNA SESSÃO ABERTA A TODA COMUNIDADE PARA A APRESENTAÇÃO DO CANDIDATOS HABILITADOS A PARTICIPAREM DA PRÓXIMA ETAPA DO PROCESSO ELEITORAL AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, e Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações, Edital de Convocação nº 01/2023; Resolve:

Art. 1º Estão aptos a participarem da Apresentação dos Candidatos Habilitados, em sessão pública aberta, a toda a comunidade, a qual será realizada na data de 01 de setembro de 2023 (sexta-feira) às 18hs no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson, sito a Av. Dr.

Getúlio Vargas, nº 620, Centro, neste Município.

Parágrafo único. Os candidatos habilitados a que se refere o caput deste se referem ao Processo Eleitoral ao Cargo de Conselheiro Tutelar, do Município de Campo Alegre/SC., a seguir relacionados com seus respectivos números:

101 - PRICILA GREFFIN;
103 - ARLETE SCHADECK;
105 - JEANE CRISTINA WOITSCHOSKI;
107 - OLIVIA MARCELA RUDNICK HUMMELGEN;
109 - SILMARA MALINOVSKI WOLLNER;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

BERTINA BAHR
Presidenta do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

DANIELA RAMOS SCHLICKMANN
Secretária do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092448

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE LOCAIS DE VOTAÇÃO DO PLEITO ELEITORAL PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações, Edital de Convocação nº 001/2023; Resolve:

Art. 1º Ficam definidos os seguintes locais de votação para escolha dos novos Conselheiros Tutelares - Quadriênio 2024/2027, do Município de Campo Alegre/SC., a seguir:

I - EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”, situada na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre/SC;
II - EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco”, Rua Fernando Jung, nº 420, Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC;
III - CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho”, Rua Prof. Rufino Blazskowsky, nº 154, Distrito Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.
IV - EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Paulo Fuckner”, Rua Principal, snº, Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2023.

WILLIAM COTHOVISKY
Presidente da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, no Mural do Prédio Sede do Poder Executivo Municipal “Prefeitura”; Mural do Prédio Sede da Câmara Municipal de Vereadores; Mural do Prédio Sede do Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão – CIAC de “Campo Alegre/SC”; Mural da Sala Sede do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre/SC.; Diário Oficial dos Municípios – DOM, www.diariomunicipal.sc.gov.br inclusive na página eletrônica oficial “site” do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

DANIELA RAMOS SCHLICKMANN
Secretária da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

Campo Belo do Sul

PREFEITURA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA CONserto DO VEÍCULO TOYOTA/HILUX, PLACA DQF 4084, DE PROPRIEDADE DO SENHOR KLEBER BUENO, DEVIDO À COLISÃO OCORRIDO COM ÔNIBUS PERTENCENTE À FROTA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL/SC. P.47/2023 - D.L 17/2023

Publicação Nº 5092336



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO 47/2023

De 24 de agosto de 2023.

DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças, para conserto do veículo Toyota/Hilux, Placa DQF 4084, de propriedade do senhor Kleber Bueno, devido à colisão ocorrido com ônibus pertencente à frota municipal de Campo Belo do Sul/SC.

CONTRATANTE:

Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul, pessoa jurídica de Direto público, cadastrada no CNPJ: 82.777.319/0001-92, com sede na Rua: Major Teodósio Furtado, nº 30, Centro, Campo Belo do Sul – SC, neste ato representado pelo Srta. Claudiane Varela Pucci, Prefeita Municipal, brasileira, portadora do CPF nº 035.***.***-08, residente e domiciliada neste município de Campo Belo do Sul-SC.

CONTRATADA:

JOSE MAICON PEREIRA RIBEIRO, CNPJ: 14.201.245/0001-91, sediada na Rua: Presciliano da Costa Varela nº 374, município de Campo Belo do Sul/SC, Processo de Licitação 47/2023, Dispensa de Licitação 17/2023, para aquisição de peças para conserto do veículo Toyota/Hilux, em conformidade com anexo no valor de R\$: 8.100,56 (oito mil e cem reais com cinquenta e seis centavos).

DA JUSTIFICATIVA:

A dispensa da licitação se justifica por estar dentro do valor de dispensa conforme elencado no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

DO VALOR:

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor global de R\$ 8.100,56 (oito mil e cem reais com cinquenta e seis centavos), para realizações dos serviços prestados.

FORMA DE PAGAMENTO:

Os pagamentos deverão ser efetuados até 30 dias após a execução do serviço mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada, atendendo totalmente as especificações mínimas estabelecidas no Contrato.

Os pagamentos deverão ser efetuados de acordo com a realização dos serviços prestados, do consumo dos produtos, aos quais inclui as despesas relativas a tributos Federais, Estaduais e Municipais, por venturas incidentes sobre a atividade contratada, fretes, deslocamentos, seguro contra acidente de trabalho, e emolumentos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

Não será concedida antecipação de pagamento dos créditos relativos ao Contrato sem a devida entrega dos serviços prestados ainda que a requerimento da CONTRATADA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

As despesas relativas a esta contratação correrão por conta de recursos de programas nas seguintes dotações orçamentaria:

Despesa: 7 - Fonte de Recurso: 1000

DO FORO:

As partes elegem com domicilio legal, a Foro da Comarca de Campo Belo Do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas, litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja. Dispensa de licitação nº 17/2023, dos procedimentos licitatórios, em consonância com a justificativa acima apresentada.

Campo Belo do Sul/SC, 24 de agosto de 2023.

Claudiane Varela Pucci
Prefeita Municipal

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA SERVIÇOS REFERENTE A ILUMINAÇÃO PÚBLICA (CORREÇÃO, MANUTENÇÃO E PONTOS NOVOS) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL/SC. P.46/2023 - P.P.13/2023

Publicação Nº 5092187



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2023

PROCESSO Nº. 46/2023

TIPO: MENOR VALOR LANCE POR LOTE GLOBAL

I – DO PREÂMBULO:

1.1. A Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Major Teodósio Furtado nº30, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria e Decreto Municipal nº 89/2017, de 12 de dezembro de 2017 fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO**, com adjudicação por menor preço por item, sob a forma de fornecimento **parcelado**.

1.2. Os envelopes nº. **01 - Proposta Comercial**, nº. **02 – Habilitação**, bem como os documentos necessários para o **Credenciamento**, deverá ser entregue até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 6 de setembro de 2023.

b) Local: Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul/SC.

Setor de Licitações, localizado no 2º Piso da Prefeitura Municipal, sito à

Rua: Major Teodósio Furtado, nº. 30, Centro, Campo Belo do Sul/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09h15min.

d) Abertura do processo: às 09h30min

II – DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA SERVIÇOS REFERENTE A ILUMINAÇÃO PÚBLICA (correção, manutenção e pontos novos) para suprir as necessidades do município de Campo Belo do Sul/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO I, Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

III - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

3.1. No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, inicialmente, será recebido os documentos para credenciamento, bem como os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA, CNPJ E ENDEREÇO.

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2023

PROCESSO Nº. 46/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL/SC

ENVELOPE Nº. **01 - HABILITAÇÃO**

B) NOME DA EMPRESA, CNPJ E ENDEREÇO.

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2023

PROCESSO Nº. 46/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL/SC

ENVELOPE Nº. **02 – PROPOSTA COMERCIAL**



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

3.1.1. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

3.1.2. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 06 de setembro de 2023 às 09h15min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-B.

IV - DO CREDENCIAMENTO:

1. Para participação da empresa e do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

4.1.1. Procuração ou credenciamento modelo em anexo, juntamente com fotocópia do documento de identificação, de preferência com foto:

4.1.2. Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas,

4.1.3. CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados;

4.1.3.1 Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de licitações da Prefeitura Municipal.

4.1.4. Declaração de habilitação modelo em anexo;

4.2. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

4.3. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.4. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.5. Não será permitido o uso do telefone celular ou qualquer outro meio de comunicação no momento dos lances, haja vista que no subitem 4.1.1 do edital exige-se do representante da empresa poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame; desta forma deverão vir os representantes munidos com seus Lances Mínimos. Para maior agilidade da sessão de Lances.

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2. Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.2.1. Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2. Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.2.3. Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.2.4. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.2.5. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3. O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: www.campobelodosul.sc.gov.br/

5.4 Ser cadastrado no sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Campo Belo do Sul. Os interessados não cadastrados ou com cadastro desatualizado, ou vencido, que desejarem participar do certame deverão providenciar seu cadastramento, atualização ou renovação, 24:00 horas antes da abertura oficial.

5.5 As empresas que participarem desta licitação, nos itens de materiais elétricos a serem utilizados na iluminação pública, deverão obrigatoriamente cotar marcas que sejam homologadas pela CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina, conforme normativa atualizada em 07/05/2018.

VI - DA PROPOSTA COMERCIAL:

6.1. A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

6.1.1. Deverá, preferencialmente, vir emitida em 01 (uma) via, impressa ou datilografada, devidamente identificada, com suas folhas rubricadas e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e em 1 (uma) via em meio digital, a partir do programa Betha Cotação, que está disponível no site da prefeitura, www.campobelodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue em PEN DRIVE dentro do envelope das propostas. O arquivo para cotação da proposta está disponível no site da prefeitura juntamente com o edital. Prevalecendo a via impressa da proposta comercial

6.1.2. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

6.1.3. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no anexo do termo de referência, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

6.1.3.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

6.1.3.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

6.1.3.2.1. As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

6.1.4. Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

6.1.5. Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

6.1.6. Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias e não será motivo para desclassificação da proposta.

6.1.7. Conter a identificação do responsável da empresa e a respectiva assinatura.

6.1.8. A proposta deverá obrigatoriamente, vir descrita com a marca dos itens ofertados.

VII - DA HABILITAÇÃO

7.1. Os interessados em concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº. 02 - Documentação, os seguintes documentos:

7.1.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

7.1.3. Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

7.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

7.1.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

7.1.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

7.1.7. Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa;



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

- 7.1.8. Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);
- 7.1.9. Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;
- 7.1.10. Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento).
- 7.1.11. CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento);
- 7.1.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 7.1.13. Comprovante de aptidão para o fornecimento do objeto, mediante declaração ou Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado em papel timbrado, de que a empresa proponente forneceu, os serviços semelhantes aos que estão sendo licitados.
- 7.1.14. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da comarca - sede da licitante, com data de expedida no máximo a 60 (sessenta) dias da abertura dos envelopes da respectiva licitação.

REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93)

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (ou seja com registro em Junta Comercial), às empresas constituídas no exercício, inclusive das que optaram pelo Simples, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data estabelecida para apresentação dos Documentos nesta licitação, acostado das demonstrações: Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstrações do Resultado abrangente do período; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Notas Explicativas. Para avaliar a situação financeira do proponente será considerado a Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), para o licitante que possuir índice igual ou superior a 1,00, que deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por seu representante legal, aplicando-se as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

*Liquidez Geral (LG) indica quanto à empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

*Solvência Geral (SG) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

*Liquidez Corrente (LC) indica quanto à empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

- 7.2. Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.
- 7.3. O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

7.4. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de licitações da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

7.5. Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

7.6. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão, excetuando-se, na espécie o Alvará de localização e Funcionamento, quando o mesmo tiver prazo de validade indeterminado expressamente consignado no corpo do Alvará.

7.6.1. Caso não conste nenhuma validade no corpo do Alvará de Localização e Funcionamento, por não prever tal situação a Lei Municipal de origem da licitante, ou caso a legislação Municipal preveja situação diversa no que é pertinente à validade do respectivo documento, a empresa deverá demonstrar que o Alvará apresentado está válido em seu município de origem, por meio de declaração do Setor correspondente ou apresentação de legislação específica do município/sede da licitante.

7.7. Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

7.8. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

7.9. No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VIII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

8.1. Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.6. Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

8.6.1. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

8.6.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.6.3. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6.4. O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

IX - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

9.1. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de **MENOR VALOR LANCE POR LOTE GLOBAL** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

9.1.1. Caso a proposta mais bem classificada não seja apresentada por uma ME ou EPP e se houver proposta apresentada por ME OU EPP, igual ou até 5% superior à melhor proposta proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.2. Será oportunizado o exercício do direito de preferência a ME ou EPP, que consiste na possibilidade de ela apresentar proposta de preço inferior à empresa melhor classificada que não se enquadra como ME ou EPP.

9.1.3. O novo valor proposto pela ME ou EPP, deve ser apresentado após o encerramento da fase de lances, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do pregoeiro, sob pena de preclusão do direito de preferência.

9.1.4. A convocação dar-se-á na própria plataforma de execução do pregão, por meio do mecanismo de prorrogação dos lances, sendo permitido apenas à ME ou EPP, apta a exercer o direito de preferência, ofertar nova proposta, de valor inferior ao preço ofertado pela empresa melhor classificada que não se enquadra como ME ou EPP.

9.15. Havendo o exercício de preferência pela ME ou EPP, o pregoeiro passa à etapa de negociação, observando-se os demais procedimentos subseqüentes estabelecidos para cada etapa deste certame.

9.1.6. Na hipótese de nenhuma ME ou EPP, exercer o direito de preferência ou não atender às exigências do edital, a empresa não enquadrada como ME ou EPP, que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada, iniciando-se com ela a fase de negociação.

9.2. Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.1. No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

9.2. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

9.3. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

9.4. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

9.5. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.7. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **MENOR VALOR LANCE POR LOTE GLOBAL** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

9.8.O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.9. Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

9.10. Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

9.11. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

9.12. Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

9.13. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

9.14. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

9.15. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

9.16. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

9.17. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

9.18. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

9.19. Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993.

9.22 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

X - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

10.1. No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **MENOR VALOR LANCE POR LOTE GLOBAL** desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

10.2. A adjudicação do objeto deste PREGÃO será **MENOR VALOR LANCE POR LOTE GLOBAL**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

XI - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

XI

11.1 Tendo a licitante manifestada a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

11.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul/SC, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XII - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

12.2 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XIII - DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

13.1.1 - As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

13.1.2 - O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

13.2 - A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul, conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

13.3 - O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

13.3.1 - O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

13.4 - Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

13.5 - A Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

13.5.1 - Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: www.campobelodosul.sc.gov.br/

originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

13.5.2 - As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal mural Público Municipal, jornal de circulação regional e disponibilizado no site: www.campobelodosul.sc.gov.br da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL/SC.

13.6 - Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

13.6.1 - Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

13.7 - Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovante, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

13.8 - Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 13.6.1 e 13.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

13.9 - Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 13.6.1 e 13.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

13.10 - Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de Schroeder procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

13.11 - Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul e do Fornecedor.

13.12 - Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

13.13 - As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIV - DA CONTRATAÇÃO:

14.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula "XIII", deste Edital.

14.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

14.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

15.1 Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do ano corrente de 2023.

15.2 A efetiva dotação será discriminada na ordem de compra. DESPESA E FONTE: 59-1000, 59-1017.

XVI - DO PAGAMENTO:



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

16.1 O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul, a crédito do beneficiário no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

16.2 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVII - DO REAJUSTE:

17.1 O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVIII - DAS PENALIDADES:

18.1 Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovado e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XIX - DA RESCISÃO:

19.1 A rescisão do presente poderá ser:

19.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 18.1 deste Edital;

19.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

19.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

20.1 A empresa vencedora obriga-se a:

20.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

20.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Schroeder e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

20.1.3 Entregar os objetos licitados, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 01 (um) dia após solicitação através de ordem de compra, nos locais discriminados na mesma devendo ser expedida a nota fiscal.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

20.1.4 Os materiais deveram ser totalmente embalados, marcados, e serem entregues em perfeito estado, ocorrendo à ruptura ou quebra tanto na viagem ou na entrega dos mesmos, os materiais deverão ser trocados no prazo máximo de 01 dia útil.

20.1.5 - Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

20.1.6 - Arcar com quaisquer despesas com frete e de carga e descarga para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

20.1.7 - Acatar as quantidades solicitadas pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul, independentemente do valor para faturamento.

XXI - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

21.1. Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

21.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

21.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXII - DA VIGÊNCIA:

22.1.O objeto da licitação tem vigência de 12 meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

22.2. Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

23.1. Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

23.2. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

23.3. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

23.4. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

23.5. No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1. Adiada a abertura da licitação;

23.5.2. Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.XXII

23.6. Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Relação de Itens da Licitação;

ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preço;

ANEXO III - Modelo de Declaração que não Emprega Menor de 18 Anos; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO)

ANEXO IV - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO V - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VII – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02-HABILITAÇÃO).



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: www.campobelodosul.sc.gov.br/

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (49) 3249-1133 ou ainda pelo e-mail licitacao@campobelodosul.sc.gov.br em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

23.8 Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta implicará aceitação das condições estabelecidas neste edital.

23.10 Eventuais impugnações ao edital deverão ser dirigidas e encaminhadas, por escrito, à Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul/SC, setor de licitações, com a identificação completa da empresa autora da impugnação, assinatura de seu representante legal e cópia simples do documento que comprove esta condição.

E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no Mural Público Municipal, jornal de circulação regional e disponibilizado na íntegra no site: www.campobelodosul.sc.gov.br da PREFEITURA MUNICIPAL DE Campo Belo do Sul/SC.

Campo Belo do Sul/SC, 24 de agosto de 2023

Claudiane Varela Pucci
Prefeita Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

ANEXO II

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº. 46/2023

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 13/2023

Termo de contrato que entre si celebram o Município de Campo Belo do Sul/SC, e a empresa _____, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública do município de Campo Belo do Sul/SC, ao longo de 12 meses.

Pelo presente instrumento contratual que firmam o MUNICÍPIO DE Campo Belo do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.319/0001-92, situada na Rua Major Teodósio Furtado, nº. 30, Município de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Srta. Claudiane Varela Pucci, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e inscrição Estadual nº. _____, estabelecida na _____, município de _____, Estado de _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo (a) Senhor (a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Processo licitatório, modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº 13/2023, regido pela Lei Federal nº. 10.520, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA SERVIÇOS REFERENTE A ILUMINAÇÃO PÚBLICA (correção, manutenção e pontos novos) para suprir as necessidades do município de Campo Belo do Sul/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no Termo de Referência (RELAÇÃO DE ITENS) que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto nesta cláusula primeira, realizar o objeto licitado, conforme necessidade, de forma parcelada, rigorosamente dentro do prazo de no máximo de 01 (um) dia após solicitação através de ordem de compra, nos locais discriminados na mesma, sempre que houver a execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

3.1. Fazem parte deste contrato, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 13/2023, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor Total da proposta de R\$ _____, correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

4.2 - Este instrumento não obriga os órgãos participantes a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário deste registro terá preferência.

Parágrafo único: O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual. Para a comprovação de aumento de preços pelo fornecedor, será levado em consideração apenas, notas fiscais emitidas no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de abertura das propostas deste certame.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul, a crédito do beneficiário no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

5.2 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1 Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano corrente de 2023.

6.2 A efetiva dotação será discriminada na ordem de compra. DESPESA E FONTE: 59-1000, 59-1017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS E PENALIDADES:

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

Parágrafo sexto - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORÇA MAIOR:

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

9.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

9.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1. A empresa vencedora obriga-se a:

10.1.1 - aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.3 Entregar os objetos licitados, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 01 (UM) dia após solicitação através de ordem de compra, nos locais discriminados na mesma devendo ser expedida a nota fiscal.

10.1.4 - Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

10.1.5 - Arcar com quaisquer despesas com frete e de carga e descarga para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

10.1.6 - Acatar as quantidades solicitadas pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de campo belo do sul, independentemente do valor para faturamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula “5” desta Minuta de Contrato.

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto nesta minuta de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Este contrato e o Edital de Pregão Presencial registro de Preço nº. 13/2023 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Campo Belo do Sul, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

14.1. O objeto da licitação tem vigência até 12 meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

14.2. Findo o prazo previsto para o termino do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campo Belo do Sul/SC, ---- de ----- de 2023.

CONTRATADA:

Assinatura do responsável legal pela empresa
CPF nº. -----

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF nº.

2ª _____
Nome:
CPF nº.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº.13/2023 PM

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. - ----- **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

-----, ---- de ----- de 2023

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF).

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2023

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul/SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. 13/2023, na qualidade de RESPONSÁVEL LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

-----, ---- de ----- de 2023.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF)

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2023

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2023, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida neste instrumento convocatório.

-----, ---- de ----- de 2023.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF).

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2023

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 13/2023, instaurado pela Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 2023.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF).

Obs.: O documento deverá ser preferencialmente em papel timbrado da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92
Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: /www.campobelodosul.sc.gov.br/

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2023

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa....., CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, e/ou trabalhista, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, compromete-se a adotar todas as medidas necessárias, para tentar promover sua regularização no prazo de cinco dias aberto, caso venha formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. 13/2023, na hipótese de formular o lance vencedor e der cumprido plenamente sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 2023.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Responsável Legal (nome, cargo, RG, CPF).

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL PP 38/2023

Publicação N° 5091573

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1E592046D6DEBE56729B2D8CA8CB8D34C6CCA6AB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO N° 1198/2023

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 38/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado por sua Prefeita Sra. ROZANE BORTONCELLO MOREIRA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 12 de setembro de 2023, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório n° 1198/2023 na modalidade de Pregão Presencial N° 38/2023, tipo Menor preço - Unitário por Item para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ALIMENTAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE MARMITAS PARA DISPONIBILIZAÇÃO AOS SERVIDORES QUE ATUAM NOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO CAMPO ERÊ-SC. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 24 de agosto de 2023.

Gilmar Fior de Medeiros – Pregoeiro Oficial /ROZANE BORTONCELLO MOREIRA - Prefeita Municipal.

PORTARIA 428/23

Publicação N° 5091878

PORTARIA N° 428 DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão de Licença Maternidade à servidora pública Municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, a Lei Complementar n° 011/2002, e o art. 69 da Constituição Federal, e a Lei 11.770/2008;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, à servidora pública municipal JESSICA CORREA DE MELLO, matrícula n° 122823, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo do Município de Campo Erê, a partir de 09 de agosto de 2023, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Campo Erê, 23 de agosto de 2023.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matricula n° 00312-3

PORTARIA 429/23

Publicação Nº 5091889

PORTARIA Nº 429 DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a exoneração de servidor municipal e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e as disposições da Lei Complementar n. 011/2002;

Considerando o requerimento da servidora protocolado sob o nº 2565/23, de 23/08/2023;

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a servidora pública municipal LISETE TEREZINHA SCHIMITZ, matrícula nº 123137, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, a partir de 24 de agosto de 2023.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 23 de agosto de 2023.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matricula nº 00312-3

PORTARIA 430/23

Publicação Nº 5091926

PORTARIA Nº 430 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre a interrupção de férias de servidor e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, VII e o artigo 68 da Lei Complementar nº 011/2002;

Considerando a Comunicação Interna do Secretário Municipal de Assistência Social, datada de 24 de agosto de 2023.

RESOLVE

Art. 1º. INTERROMPER as férias da servidora pública municipal ENA ELIZETE SAQUETE, matrícula nº 1018-9, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, concedida pela Portaria nº 425 de 21 de agosto de 2023, a partir de 28/08/2023.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 24 de agosto de 2023.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matricula nº 00312-3

Página: 1 / 1

Data: 22/08/2023

Mês / Ano de Referência
5/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE CAMPOS NOVOS
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 13.366.366/0001-20 Telefone: (49) 3541-6200
E-mail: contabilidade@camposnovos.sc.gov.br

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2023.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	COMPUTADOR COM PROCESSADOR INTEL CORE I5 10400/8 GB MEMÓRIA RAM / SSD 240 GB	DIFERENCIAL INFORMATICA LTDA	03.953.274/0001-93		1,000	2.999,0000	2.999,00
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	BANNER IMPRESSO EM LONA MEDINDO 1,00 MM X 0,66 MM	J2 COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	07.018.483/0001-09	29/2023	1,000	85,0000	85,00
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	CERTIFICADO e - CNPJ MODELO A3 / PELO PERÍODO DE 02 ANOS PARA O FUNDEMA	SOLUCAO EMPRESARIAL COMUNICACAO LTDA	24.025.746/0001-18	29/2023 30/2023 30/2023	1,000	249,0000	249,00
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL e-CNPJ A1 PELO PERÍODO DE 01 ANO PARA O FUNDEMA	SOLUCAO EMPRESARIAL COMUNICACAO LTDA	24.025.746/0001-18	31/2023 31/2023	1,000	185,0000	185,00
Total Geral:							3.518,00

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2023 - FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5091744

Página: 1 / 12

Data: 22/08/2023

Mês / Ano de Referência
5/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL CAMPOS NOVOS - FAS

Rua Expedicionário João Batista, null - Centro - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 01.850.671/0001-04 Telefone: (49) 3551-0255

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2023.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	PNEU 205/60 R 16	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	313/2023	4,000	710,0000	2.840,00
	LIQUIDIFICADOR 3L	R.S. ELETRO LTDA	34.887.479/0001-41	313/2023	1,000	177,0000	177,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12607)			314/2023			
	IT DE HIGIENE DENTAL ADULTO, DEVE CONTER UMA ESCOVADENTAL COM NO MÍNIMO 34 TUÇOS DE CERDAS MACIAS, UMCREME DENTAL SABORIZADO COM FLUÓR E PESO MÍNIMO DE 25G UM FIO DENTAL COM NO MÍNIMO 25M E UMA REVISTA ILUSTRADASOBRE ESCOVAÇÃO. ACOMPANHA EMBALAGEM PARAARMAZENAMENTO DO KIT. (CIN12601)	DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPIT	26.240.632/0001-16	315/2023	100,000	4,0900	409,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	CREME DENTAL INFANTIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBOPLÁSTICO COM 50 GRAMAS. FÓRMULA BÁSICA: SEM FLUÓR, COMAROMA. APRESENTAR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADEDA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRONO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA. (CIM3024)	GIFT DO BRASIL LTDA	04.161.793/0001-81	316/2023	100,000	5,2900	529,00
	EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBOPLÁSTICO COM 90 GRAMAS. FÓRMULA BÁSICA: DE 1400 A 1600 PPMD E FLUÓR, COM AROMA.			316/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	CREME DENTAL ADULTO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBOPLÁSTICO COM 90 GRAMAS. FÓRMULA BÁSICA: DE 1400 A 1600 PPMD E FLUÓR, COM AROMA.	LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	317/2023	100,000	1,3600	136,00
				317/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	APRESENTAR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA.(CIM1498	LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	317/2023 317/2023	30,000	2.4700	74,10
	CREME DENTAL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBO PLÁSTICO COM 180 GRAMAS. FORMULA BASICA: DE 1400 A 1600 PPM DE FLUOR, COM AROMA. (CIM6580						
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	ESCOVA DENTAL INFANTIL, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 04(QUATRO) FILEIRAS DE TUFS, COM NO MINIMO 28 TUFS DECERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NAMEDA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS. ESCOVACOMPACTA, CABO OPACO, ANATÔMICO EM POLIPROPILENOATOXICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15 CM. A ESCOVA DEVE CONTER A MARCA IMPRESSA EM RELEVO NO CABO. POSSUIR CERTIFICADO DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA, DE	MEDFIO INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA.	06.923.493/0001-18	318/2023 318/2023	100,000	0.5700	57,00
	ESCOVA DENTAL PARA BEBÊS DE 0 A 2 ANOS, COM CABEÇA PEQUENA, CANTOS ARREDONDADOS, LATERAIS EMBORRACHADAS PARA PROTEGER AS GENGIVAS E CERDAS EXTRA MACIAS.(CIM6575						
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	KIT DE HIGIENE DENTAL INFANTIL, DEVE CONTER UMA ESCOVADENTAL COM NO MINIMO 28 TUFS DE CERDAS MACIAS,	MEDFIO INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA.	06.923.493/0001-18	318/2023 318/2023	100,000	5.6500	565,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	UMCREME DENTAL SABORIZADO COM FLÚOR E PESO MÍNIMO DE 25G,UM FIO DENTAL COM NO MÍNIMO 25M E UMA REVISTA ILUSTRADASOBRE ESCOVAÇÃO, ACOMPANHA EMBALAGEM PARAARMAZENAMENTO DO KIT. (CIM10810	MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	10.807.173/0001-70	319/2023 319/2023	100,000	6,9500	695,00
	ANTISSEPTICO BUCAL À BASE DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA A0,12%, SEM ÁLCOOL, FRASCO COM 250 ML, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO,VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. (CIN1386	MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	10.807.173/0001-70	319/2023 319/2023	30,000	19,1000	573,00
	ANTISSEPTICO BUCAL À BASE DE GLUCONATO DE CLOREXIDINA A0,12%, SEM ÁLCOOL, SABOR MENTA, FRASCO COM 1000ML,CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATADE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	L.A. CN INFORMATICA LTDA	11.924.851/0001-47	320/2023 320/2023	3,000	60,0000	180,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	REFIL DE TINTA EPSON ECOTANQUE 664 ORIGINAL 70 ML KIT COM 4 CORES (CIANO, PRETO, AMARELO, MAGENTA).	DIFERENCIAL INFORMATICA LTDA	03.953.274/0001-93	321/2023 321/2023	1,000	280,0000	280,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	PORTEIRO RESIDENCIAL	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11		1,000	353,8000	353,80
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	GREMALHEIRA	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11		1,000	60,0000	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11		1,000	200,0000	200,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA	82.951.310/0001-56	329/2023	1,000	142,6900	142,69

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SOCIAL		FAZENDA		329/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	330/2023	1,000	142.6900	142,69
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	VASSOURA DE PELO TIPO BOLA, CABO FABRICADO EM MADEIRAPLASTIFICADA COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 120CM. BASE COMLATERAIS ARREDONDADAS COM LARGURA MÍNIMA DE 30CM.(CIN19279	SK MATERIAS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	331/2023	10,000	42.9500	429,50
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	BISCOITO DE POLVILHO SALGADO. PACOTE COM 100 A 200 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN12990)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	100,000	7.2000	720,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	BISCOITO SALGADO COM GERGELIM. PACOTE COM 360 A 400 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14898)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	100,000	6.2500	625,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	BISCOITOS SORTIDOS AMANTEIGADOS. PACOTE COM 400 A 500 G. ES	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	100,000	5.0000	500,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	CREME DE LEITE PASTEURIZADO. EMBALAGEM CARTONADA DE 180A 200 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN13013)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	54,000	3.4900	188,46
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO. LATA COM 300 A 400 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN13022)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	48,000	3.9500	189,60
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FARINHA DE MANDIOCA. SECA, TIPO 1. PACOTE COM 1 KG.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN13024)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	40,000	5.6600	226,40
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FAROFA PRONTA SABOR TRADICIONAL. PACOTE COM NO	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	20,000	7.9900	159,80

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	MINIMO500 G. ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14918)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	60,000	6,9900	419,40
	FEIJÃO COMUM PRETO, TIPO 1 GRÃOS, SELECIONADOS, PACOTE COM 1 KG. ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	30,000	21,9900	659,70
	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTANEO. PACOTE DE 400 A 500G.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	36,000	7,7500	279,00
	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ. POTE COM NO MINIMO 200 A 300 G.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	81,000	7,0000	567,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	LEITE CONDENSADO. EMBALAGEM CARTONADA DE 350 A 400 G.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	60,000	4,5500	273,00
	MILHO PARA PIPOCA, TIPO 1, GRÃOS SELECIONADOS. PACOTE DE500 G	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	48,000	3,6000	172,80
	MISTURA PARA BOLO. SABORES: BAUNILHA, CHOCOLATE, COCO	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	48,000	6,5000	312,00
	MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAU DE ARROZ.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	24,000	8,0000	192,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	INSTANTANEO SACHÊ DE NO MINIMO 180 G. ESPECIFICAÇÕES MINIMASCONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN15551)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	12,000	7,0000	84,00
	MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAU DE MILHO.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	45,000	10,8000	486,00
	MINIMO 180 G. ESPECIFICAÇÕES MINIMASCONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN15552)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023			
	MOLHO DE MOSTARDA AMARELA. FRASCO COM 180 A 300 G.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	PEPINO EM CONSERVA. POTE DE VIDRO COM NO MINIMO 300 G DE PESO DRENADO.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023			
	ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONFORME FOLHA DEDADOS. (CIN16993)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.863, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	REFRIGERANTE SABOR COLA. LATA DE NO MÍNIMO 350 ML.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14959)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	12,000	3,6500	43,80
	REFRIGERANTE SABOR LARANJA. GARRAFA PET DE 2 A 2,5 LITROS.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN13101)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	12,000	5,7000	68,40
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	SAGÚ DE MANDIOCA, TIPO 1. PACOTE DE NO MÍNIMO 400G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14961)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	60,000	5,7900	347,40
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	TEMPERO TIPO COMPLETO SEM PIMENTA. POTE DE 300 A 500 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN13119)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	332/2023	18,000	5,2000	93,60
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	SERVIÇO TAXA DE INSTALAÇÃO DE INTERNET	ULTRATELECOM PROVEDORA DE INTERNET EIRELI	08.543.640/0001-50	333/2023	1,000	50,0000	50,00
	LOCAÇÃO SISTEMA BETHA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2022	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	340/2023 340/2023	1,000	1.603,3000	1.603,30
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	CESTA DE ALIMENTOS MONTADA COM 16 PRODUTOS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN19843)	CELEIRO BRASIL ALIMENTOS EIRELI	27.893.077/0001-94	339/2023 339/2023	150,000	125,9700	18.895,50
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	CESTA DE ALIMENTOS MONTADA COM 17 PRODUTOS (19 ITENS).ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN1984	CELEIRO BRASIL ALIMENTOS EIRELI	27.893.077/0001-94	339/2023 339/2023	100,000	158,7800	15.878,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	BISCOITO TIPO MARIA. PACOTE COM MC COMERCIO DE ALIMENTOS E NO MÍNIMO 740 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	39.649.812/0001-06 TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	341/2023 341/2023	150,000	10,6500	1.597,50

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	(CIN14904) FARINHA DE MILHO MÉDIA. PACOTE COM 1 KG. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	341/2023 341/2023	125,000	4,6800	585,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	FLOCOS DE MILHO AÇÚCARADOS. PACOTE DE NO MÍNIMO 500 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14923)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	341/2023 341/2023	200,000	9,4800	1.896,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	LEITE INTEGRAL TIPO UHT. EMBALAGEM CARTONADA DE 1 LITRO.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN13045)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	341/2023 341/2023	800,000	5,0000	4.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	LENTILHA TIPO 1. PACOTE COM 400 A 500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN13047)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	341/2023 341/2023	100,000	6,7900	679,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	MARGARINA CREMOSA COM SAL. POTE DE 500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14944)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	341/2023 341/2023	100,000	8,8900	889,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	QUIRERA FINA DE MILHO. PACOTE COM 500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	341/2023 341/2023	150,000	3,7200	558,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	SUCO EM PÓ. SABORES: ABACAXI, LARANJA, LIMÃO, MORANGO EUVA. PACOTE DE NO MÍNIMO 300 G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O SABOR QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14968)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	341/2023 341/2023	10,000	9,1200	91,20
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	AUTO DE INFRAÇÃO	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANCA PUBLICA	85.280.147/0001-35	343/2023 343/2023	1,000	142,3400	142,34
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 210MM. FABRICADO EM	CARLOS E. LAZZAROTTO LTDA	20.315.327/0001-60	344/2023	0,000	92,0000	0,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	RESINATERMOPLÁSTICA, HOMOGÊNEO, ISENTO DE RACHADURAS,BOLHAS, DEFEITOS E DEMAIS CARACTERÍSTICAS QUEPREJUDIQUEM A QUALIDADE DO PRODUTO. COR BRANCA OUCRISTAL. APROVADO PELO INMETRO. CAIXA COM 500 PRATOS. (CIN11827)	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	345/2023	0,000	1,4700	0,00
	ESPONJA DUPLA FACE EM FORMATO RETANGULAR PARA LAVAGEMDE LOUÇAS. COM UMA FACE VERDE DE FIBRA SINTETICA E OUTRAAMARELA EM POLIURETANO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 11 X 8X 2CM. PACOTE COM NO MÍNIMO 3 UNIDADES. (CIN11606)	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	345/2023	0,000	6,9900	0,00
	SABÃO EM PÓ PARA ROUPAS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ATIVO ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO OUDODECILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS,CORANTES, ESPESSANTES, CONSERVANTES, CORANTES,FRAGRÂNCIAS, ENZIMAS. ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIASQUÍMICAS PERMITIDAS. CAIXA COM NO MÍNIMO 400G. CONTENDO AMARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, ESPONJA DE LÁ EM AÇO CARBONO, FORMATO RETANGULAR,ISENTA DE PARTES OXIDADAS. PACOTE COM 8 UNIDADES E NOMÍNIMO 45G. (CIN17403)	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	345/2023	0,000	1,8000	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	SAPONÁCEO MULTUISO CREMOSO. COMPOSIÇÃO BÁSICATENSOATIVO ANIÔNICO. AGENTE DE BRANQUEAMENTO,FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	345/2023	0,000	3,0000	0,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	QUIMICASPERMITIDAS, DEVE APRESENTAR ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO800 CP) E NÃO POSSUIR GRUMOS. FRASCO COM NO MÍNIMO 250ML.CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA,LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DEFRAGRÂNCIAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOSESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A FRAGRÂNCIA QUEDEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN17380)LIÃO I Quant: 24.00I UNIDADE : FRASCOS	CASTELHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	346/2023	0,000	5,2700	0,00
	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVONA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORÍTO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. VALOR DO PHDEVE ESTAR ENTRE 11,5 E 13,0. FRASCO OPACO COM 2L.FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM LACRE DESEGURANÇA. A EMBALAGEM DEVE CONTER A MARCA, DADOS DOFABRICANTE, DADOS DA PROCEDÊNCIA DO PRODUTO, LOTE,VALIDADE DE 6 MESES E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE(MS). (CIN15705)	CASTELHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	346/2023	0,000	71,4900	0,00
	FOLHA DUPLA, PICOTADO,FABRICADO COM 100% FIBRAS DE CELULOSE. NÃO RECICLADO,SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE28G/M². PACOTE COM 64 LUVAS DE LÁTEX MULTIUZO. FABRICADA EM LÁTEX NATURAL,	GOEDERT LTDA	79.846.465/0001-18	347/2023	0,000	1,5900	0,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	NACOR AMARELA. FORMATO ANATÔMICO. TEXTURIZADA NA PALMA ENOS DEDOS PARA EVITAR DESLIZAMENTOS. DISPONÍVEL NOSTAMANHOS P. M E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO OTAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11621)M Quant: 50,00	GOEDERT LTDA	79.846.465/0001-18	347/2023	0,000	29.3000	0,00
	RODO COM CABO EM ALUMÍNIO RESISTENTE. COM NO MÍNIMO 150CM DE COMPRIMENTO. BASE EM BORRACHA DUPLA FABRICADA EM EVA COM NO MÍNIMO 60CM DE COMPRIMENTO. REFORÇOLITRA RESISTENTE E FIXAÇÃO DO CABO A BASE COM PARAFUSO. (CIN15847)						
	CESTA DE ALIMENTOS MONTADA COM 16 PRODUTOS.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN19843)	CELEIRO BRASIL ALIMENTOS EIRELI	27.893.077/0001-94	349/2023 349/2023 349/2023	100,000	125.9700	12.597,00
	CESTA DE ALIMENTOS MONTADA COM 17 PRODUTOS (19 ITENS).ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN19844)	CELEIRO BRASIL ALIMENTOS EIRELI	27.893.077/0001-94	349/2023 349/2023 349/2023	100,000	158.7800	15.878,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	CESTA DE ALIMENTOS MONTADA COM 18 PRODUTOS (23 ITENS).ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN19845)	CELEIRO BRASIL ALIMENTOS EIRELI	27.893.077/0001-94	349/2023 349/2023 349/2023	100,000	192.5900	19.259,00
	LIXEIRA FABRICADA EM AÇO INOX. COM CAPACIDADE PARA 30LITROS. DEVE POSSUIR TAMPA EM AÇO INOX COM ACIONAMENTOPOR PEDAL. PEDAL ANTIDERRAPANTE, BALDE INTERNO REMOVÍVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE E ALÇA DE TRANSPORTE.(CIN15736	LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA	26.950.671/0001-07	350/2023	0,000	279.9000	0,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	FORMULA INFANTIL NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA, SEM SACAROSE, COM ADIÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS E PREBIÓTICOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	351/2023	0,000	100,0000	0,00
	LEITE INTEGRAL TIPO UHT. EMBALAGEM CARTONADA DE 1 LITRO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN13045)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	352/2023 352/2023	500,000	5,0000	2.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	LIMPA VIDROS, COMPOSIÇÃO BÁSICA	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	09.196.745/0001-42	353/2023	0,000	14,9000	0,00
	TENSOATIVOS, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. GALÃO COM 5L, CONTENDO A MARCA DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN13831)	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	09.196.745/0001-42	353/2023	0,000	3,7000	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO OU LAURAMINA	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	09.196.745/0001-42	353/2023	0,000	3,7000	0,00
	CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. VALOR DO PH DEVE ESTARENTRE 9.5 E 11.4. COM TAMPA DOSADORA TIPO FLIP TOP. FRASCO COM 500ML	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	09.196.745/0001-42	353/2023	0,000	3,7000	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E PRODUTO	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	09.196.745/0001-42	353/2023	0,000	2,9600	0,00
	SANEAMENTO NOTIFICADO NA ANVISA. LIMPAVIDROS, COMPOSIÇÃO BÁSICA	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	09.196.745/0001-42	353/2023	0,000	2,9600	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	COMPOSIÇÃO BÁSICA LAURILÉTER	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	09.196.745/0001-42	353/2023	0,000	2,9600	0,00
	SULFATO DE SÓDIO. COAJUVANTES, SOLVENTES, ALCALINIZANTE, VEÍCULO, FRAGRÂNCIA E OUTRAS	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	09.196.745/0001-42	353/2023	0,000	2,9600	0,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	SUBSTÂNCIASQUÍMICAS PERMITIDAS. FRASCO DE 500ML COM TAMPA DOSADORATIPO FLIP TOP, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE.PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN13833)	LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA	26.950.671/0001-07	354/2023	0,000	209,0000	0,00
	LIXEIRA FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR BRANCA.COM CAPACIDADE DE 100L. DEVE POSSUIR TAMP A PEDALANTIDERRAPANTE PARA SUA ABERTURA. (CIN11614	LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA	26.950.671/0001-07	354/2023	0,000	61,4500	0,00
	LIXEIRA FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR BRANCA.COM CAPACIDADE DE 40L. DEVE POSSUIR TAMP A PEDALANTIDERRAPANTE PARA SUA ABERTURA. (CIN11618	LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA	26.950.671/0001-07	354/2023	0,000	61,4500	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	Aquisição de porta de vidro e serviço de instalação no Centro de Convivência do Idoso.	ANA CAROLINI CZELUSNICKI 09831068947	33.460.943/0001-56	357/2023 357/2023	1,000	1.060,0000	1.060,00
	GRADES DE JANELA	ANA CAROLINI CZELUSNICKI 09831068947	33.460.943/0001-56	362/2023 362/2023	1,000	680,0000	680,00
	GRADE	ANA CAROLINI CZELUSNICKI 09831068947	33.460.943/0001-56	362/2023 362/2023	1,000	2.370,0000	2.370,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	TAXA INMETRO	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.	00.662.270/0003-20	367/2023 367/2023	1,000	90,0900	90,09
	Total Geral:						115.863,57

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2023 - FUNDO MUN. CRIANÇA/ADOLESC. CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5091691

<div><div><div><div><div></div><div>Campos Novos</div><div>Estado de Santa Catarina</div></div><div><div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div><div>FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA/ADOLESCENTE CAMPOS</div><div>Rua Expedicionário João B. Almeida, 323 - Centro - Campos Novos - SC</div><div>CEP: 89620-000 CNPJ: 10.269.609/0001-14 Telefone: (49) 3554-0200</div></div></div></div></div>		<div><div>Página: 1 / 1</div><div>Data: 22/08/2023</div><div>Mês / Ano de Referência 5/2023</div></div>	
		<div>Relação Mensal das Compras</div> <div>De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2023.</div>	

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2023 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPEC. CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5091720

Página: 1 / 1

Data: 22/08/2023

Mês / Ano de Referência
5/2023

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DESENV. AGROP. CAMPOS NOVOS -

Rua Nereu Ramos, 1331 - Centro - Campos Novos - SC

CEP: 89620-000 CNPJ: 82.939.232/0001-74 Telefone: (49) 3541-0117



Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2023.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	PUBLICAÇÃO DE AVISO DE EDITAL NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO.	FUNDO DE MATERIAIS. PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIAIS SC	14.284.430/0001-97	46/2023 46/2023	1,000	370,4000	370,40
Total Geral:							370,40


EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2023 - FUNDO MUN. REEQ. BOMBEIROS CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5091732

Página: 1 / 4

Data: 22/08/2023

Mês / Ano de Referência
5/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIRO CAMPOS NOVOS
Rua Expedicionário João Batista, null - Centro - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 20.202.916/0001-31 Telefone: (49) 3541-0466

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	SUPRIMENTO DE IMPRESSÃO TIPO GARrafa DE TINTA - COR PRETO - PARA USO NAS IMPRESSORAS	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA	26.044.069/0001-00	114/2023	10,000	7,8000	78,00
	EPSON ECOTANK - ESPECIFICAÇÃO FOLHA DE DADOS CIN 13139			114/2023			
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	SUPRIMENTO DE IMPRESSÃO TIPO GARrafa DE TINTA - COR CIANO - PARA USO EM IMPRESSORAS	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA	26.044.069/0001-00	114/2023	6,000	7,8000	46,80
	EPSON ECOTANK - ESPECIFICAÇÃO FOLHA DE DADOS CIN 13140			114/2023			
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	SUPRIMENTO DE IMPRESSÃO TIPO GARrafa DE TINTA - COR MAGENTA - PARA USO EM IMPRESSORAS	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA	26.044.069/0001-00	114/2023	6,000	7,8000	46,80
	EPSON ECOTANK - ESPECIFICAÇÃO FOLHA DE DADOS CIN 13141			114/2023			
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	SUPRIMENTO DE IMPRESSÃO TIPO GARrafa DE TINTA - COR AMARELO - PARA USO EM IMPRESSORAS	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA	26.044.069/0001-00	114/2023	6,000	7,8000	46,80
	EPSON ECOTANK - ESPECIFICAÇÃO FOLHA DE DADOS CIN 13142			114/2023			
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	PENDRIVE (CONECTIVIDADE USB 3.0; ARMAZENAMENTO: 32GB) ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN14418)	CRIATIVA PAPELARIA E ARMARINHOS LTDA	43.877.098/0001-72	115/2023	3,000	25,9000	77,70
				115/2023			
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	SUPORTE PARA NOTEBOOK (04 NÍVEIS DE INCLINAÇÃO. ESPECIFICAÇÃO FOLHA DE DADOS CIN 14451)	CRIATIVA PAPELARIA E ARMARINHOS LTDA	43.877.098/0001-72	115/2023	3,000	67,9000	203,70
				115/2023			
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	BATERIA ESTACIONÁRIA DF4001 240AH	CHUAMBA COMERCIO DE BATERIAS LTDA - ME	72.212.863/0001-33		2,000	1,968,0000	3.936,00
	NOTEBOOK (TELA 15,6",	VIPH IT COMERCIO E SERVICOS DE	33.419.290/0001-61	117/2023	2,000	1,717,1700	3.434,34

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	RESOLUÇÃO: HD; CPU; 2 NÚCLEOS, 2 THREADS; MEMÓRIA 4GB; ARMAZENAMENTO 128GB - SSD; FOLHA DE DADOS CIN 18251)	EQUIPAMENTOS DE INF		117/2023			
	MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA ADULTO, DESCARTÁVEL, INDICADA PARA O RESGATE DE PACIENTES QUANDO FOR NECESSÁRIO MANTER CALOR DO CORPO, EVITANDO CHOQUE TÉRMICO. DIMENSÕES DE 2,10 M X 1,40 METROS	TECH-SUL MEDICAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	21.831.246/0001-85	118/2023 118/2023	100,000	4,7900	479,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	LENÇOL DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO EM TNT GRAMATURA DE 30,220CM	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA	05.077.346/0001-01	119/2023	0,000	1,0800	0,00
	TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO, TAMANHO 40X20CM	PRO CIRURGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	17.184.520/0001-02	120/2023	80,000	0,6900	55,20
	TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO, TAMANHO 70X20CM	PRO CIRURGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	17.184.520/0001-02	120/2023	100,000	0,9900	99,00
	TALA DE PAPELÃO PARA IMOBILIZAÇÃO, TAMANHO 90X20CM	PRO CIRURGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	17.184.520/0001-02	120/2023	50,000	1,8600	93,00
	TESOURA PONTA ROMBA PARA RESGATE 19 CM, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	PRO CIRURGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	17.184.520/0001-02	120/2023	5,000	21,9900	109,95
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	APARELHO PARA AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO GRANDE (OBESO)	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	121/2023 121/2023	2,000	192,8000	385,60
	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS CM2 MEDINDO 20CM DE LARGURA	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	121/2023 121/2023	30,000	16,0000	480,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	CAMPO OPERATÓRIO SEM FENESTRA, CONFECCIONADO EM TECIDO 100%, COM QUATRO CAMADAS DE GAZE, MEDINDO 45 X 50CM	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	121/2023 121/2023	5,000	91,1900	455,95
	GAZE HIDRÓFILA EM COMPRESSA CONFECCIONADA EM 13 FIOS/CM2, EM TAMANHO 7,5X7,5CM FECHADA E	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	121/2023 121/2023	10,000	29,5100	295,10

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Mai/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	ABERTA 15X30CM						
	APARELHO DE PRESSÃO NEONATAL, REUTILIZAVEL, COM MANÔMETRO ANEROIDE COM FIXAÇÃO DE MEDIÇÃO DE 0 MMHG A 300MMHG E DIVISÃO DE 2MMHG	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	121/2023	1,000	73,9900	73,99
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	PROTETOR SOLAR, FPS 50, RESISTENTE À ÁGUA, AMPLA PROTEÇÃO UV	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	121/2023	5,000	11,6000	58,00
	REPELENTE DE INSETOS, USO TÓPICO, LOÇÃO 100ML	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	121/2023	5,000	7,5100	37,55
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA COM 0,9% DE CLÓRETO DE SÓDIO USO EXTERNO COM BICO GOTEJADOR FRASCO COM 500ML	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	121/2023	150,000	2,7100	406,50
	TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL, DE TEMPERATURA CORPORAL, CO	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	121/2023	10,000	8,3800	83,80
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	APARELHO PARA AFERIÇÃO DE PRESSÃO INFANTIL	CEPALAB LABORATORIOS S.A	02.248.312/0003-06	121/2023	2,000	157,0000	314,00
	DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPIT	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	122/2023	9,000	77,0000	693,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	SERVICO DE VISTORIA DE VEICULO	POINTER VISTORIA VEICULAR LTDA	41.152.846/0001-24	123/2023	0,000	90,0000	0,00
	KIT SINALIZAÇÃO ACUSTICO VISUAL	ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRANSITO LTDA	73.628.307/0001-05	124/2023	0,000	7.292,9000	7.292,90
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	CATETER NASAL PARA OXIGENIO TIPO ÓCULOS - ADULTO	MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	125/2023	1,000	74,00	74,00
	CATETER NASAL PARA OXIGENIO TIPO ÓCULOS - PEDIATRICO	MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	133/2023	100,000	0,7400	74,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	TUBO HOSPITALAR Nº 204	MEDICOMED COM MATERIAIS	83.157.032/0001-22	133/2023	50,000	0,9200	46,00
	FABRICADO 100% SILICONE TRANSPARENTE	MEDICOMED COM MATERIAIS	83.157.032/0001-22	133/2023	2,000	43,7400	87,48
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	MÁSCARA POCKET PARA VENTILAÇÃO PROVISORIA	SERMEDICALL ARP	93.726.446/0001-89	137/2023	10,000	38,1400	381,40
		EQUIPAMENTOS DE RESGATE E SEGURANCA LTDA		137/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	SENSOR OXÍMETRO DE PULSO	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	136/2023	2,000	452,8600	905,72
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	BOLSA DE APH	A. L. FORCE COMERCIAL LTDA	20.596.450/0001-04	135/2023	5,000	169,0000	845,00
Total Geral:						21.622,28	

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2023 - FUNDO MUN. ROT. HABIT./SOCIAL CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5091735

<div><div><div><div><div></div><div>Campos Novos</div><div>25 de Maio de 2023</div></div><div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div><div>FUNDO MUNICIPAL ROT. HABIT./SOC. CAMPOS NOVOS</div><div>Rua Expedicionário João Batista, - Centro - Campos Novos - SC</div><div>CEP: 89620-000 CNPJ: 01.144.196/0001-50 Telefone: (49) 3544-0255</div></div></div><div><div>Página: 1 / 1</div><div>Data: 22/08/2023</div><div>Mês / Ano de Referência 5/2023</div></div></div>	
<div>Relação Mensal das Compras</div> <div>De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2023.</div>	


EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2023 - FUNDO MUN. SAÚDE CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5091738

Página: 1 / 34

Data: 22/08/2023

Mês / Ano de Referência
5/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CAMPOS NOVOS

Avenida Caetano Belincanta Neto, 445 - Jardim Bela Vista - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 08.595.042/0001-24 Telefone: (49) 3090-2145
E-mail: saude@camposnovos.sc.gov.br

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2023.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CANECA COM CARICATURA DO PROFISSIONAL	FLAVIA CRISTIANE FRANCA 08638679955	33.414.254/0001-05	1829/2023 1829/2023	62,000	29,0000	1,798,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM REVISÃO VEICULAR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1822/2023 1822/2023	1,000	211,5000	211,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE OLEO 254686A2	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1823/2023 1823/2023	1,000	93,0000	93,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANEL DE VEDAÇÃO .	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1823/2023 1823/2023	1,000	24,0000	24,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR DO MOTOR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1823/2023 1823/2023	1,000	110,0000	110,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DO AR CONDICIONADO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1823/2023 1823/2023	1,000	103,0000	103,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENSAIO DE SEGURANÇA ELETRICA	SMARTMED ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	41.331.812/0001-05	1832/2023 1832/2023	1,000	125,0000	125,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENSAIO / CALIBRAÇÃO	SMARTMED ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	41.331.812/0001-05	1832/2023 1832/2023	1,000	362,0000	362,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	INTERVENÇÃO TÉCNICA	SMARTMED ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	41.331.812/0001-05	1832/2023 1832/2023	1,000	180,0000	180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BATERIA ELETROCARDIOGRAFO PACK 14.8V 5000	SMARTMED ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	41.331.812/0001-05	1832/2023 1832/2023	1,000	985,4700	985,47
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM REVISÃO VEICULAR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1827/2023 1827/2023	1,000	211,5000	211,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE OLEO -84228488	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1826/2023 1826/2023	1,000	93,0000	93,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANEL DE VEDAÇÃO 18712	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1826/2023 1826/2023	1,000	24,0000	24,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR DO AR CONDICIONADO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1826/2023	1,000	103,0000	103,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR MOTOR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1826/2023	1,000	110,0000	110,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO DE MOTOR 5W30	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1824/2023	4,000	87,5400	350,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENOTEROL BROMIDRATO 100 MCG/DOSE SOLUÇÃO AEROSOL COM 10 ML	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51	1872/2023	90,000	14,4400	1.299,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOPROLOL SAL SUCCINATO 50MG COMP LIBERAÇÃO CONTROLADA	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51	1872/2023	20.010,000	0,3650	7.303,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIPIRONA SODICA 500MG	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	1860/2023	50.000,000	0,1199	5.995,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IBUPROFENO 600MG COMPRIDO	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	1860/2023	30.000,000	0,1640	4.920,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METFORMINA CLORIDRATO, 500 MG	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	1860/2023	30.000,000	0,0999	2.997,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METRONIDAZOL, 100MG/G GEL VAGINAL, BISNAGA 50G, ACOMPANHA 10	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	1860/2023	100,000	5,0000	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVODOPA, ASSOCIADA À BENSERAZIDA, 100 MG + 25 MG,	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1871/2023	8.010,000	0,9296	7.446,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 100 MG + 25 MG,	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1871/2023	2.010,000	1,7000	3.417,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NITROFURANTOÍNA, 100 MG.	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1871/2023	12.960,000	0,3799	4.923,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROPLITIOURACIL 100MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1871/2023	1.590,000	0,5500	874,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TIAMAZOL 10MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1871/2023	4.500,000	0,3800	1.710,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TIAMAZOL 5MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1871/2023	4.500,000	0,1985	893,25

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
		COMERCIAIS LTDA		1871/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1868/2023 1868/2023	170,000	12,2000	2.074,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARVEDILOL 25MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1868/2023	9.000,000	0,1230	1.107,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLOMIPRAMINA 25 MG COMP	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1868/2023	2.000,000	0,6649	1.329,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPIRONOLACTONA 25 MG	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1868/2023	20.010,000	0,2170	4.342,17
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLUCONAZOL 150MG	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1868/2023	1.500,000	0,4425	663,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1868/2023	35.000,000	0,0253	885,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IBUPROFENO 300 MG COMP	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1868/2023	20.010,000	0,1450	2.901,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 5MG/ML INJETÁVEL 2ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1868/2023	200,000	0,6499	129,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ITRACONAZOL, 100 MG.	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	1870/2023	1.290,000	0,7550	973,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4 MG/ML FRASCO 100 ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1870/2023 1869/2023	480,000	1,7490	839,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMOXICILINA 500MG - CAPSULA	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	02.520.829/0003-02	1865/2023	22.400,000	0,3900	8.736,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DEXAMETASONA 4 MG	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1851/2023 1851/2023	4.200,000	0,2184	917,28
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA CICLO MENSAL 30000	REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS	65.149.197/0002-51	1985/2023 1985/2023	1,000	3.800,0000	3.800,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IMPRESSORA (MULTIFUNCIONAL; JATO DE TINTA; COLORIDA; TANQUE DE TINTA; DISPLAY; CONECTIVIDADE: USB, WI-FI)	INOVA TECH INFORMATICA EIRELI	28.706.488/0001-96	1986/2023	1,000	899,9700	899,97
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50 MCG/DOSE; AEROSSOL BUCAL;	LICIMED DIST MED CORRELATOS E PROD MED E HOSP LTDA	04.071.245/0001-60	1867/2023 1867/2023	50,000	17,9000	895,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE, FRASCO	LICIMED DIST MED CORRELATOS E PROD MED E HOSP LTDA	04.071.245/0001-60	1867/2023 1867/2023	50,000	20,0000	1.000,00
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	1854/2023	100,000	7,8593	785,93
				1854/2023			
				1854/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARVEDILOL 6,25 MG COMP	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	1854/2023	19.800,000	0,0916	1.813,68
				1854/2023			
				1854/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLONAZEPAM 2,5 MG 20 ML	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	1854/2023	400,000	2,4899	995,96
				1854/2023			
				1854/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENALAPRIL MALEATO, 5 MG.	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	1854/2023	22.000,000	0,0489	1.075,80
				1854/2023			
				1854/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LOSARTANA 10 MG	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	1854/2023	29.880,000	0,0601	1.795,79
				1854/2023			
				1854/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40 MG.	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	1854/2023	20.000,000	0,0294	588,00
				1854/2023			
				1854/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG COMP LIBERAÇÃO CONTROLADA	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	1854/2023	15.000,000	0,2254	3.381,00
				1854/2023			
				1854/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 8MG INOVAMED HOSPITALAR LTDA COMPRIMIDO		12.889.035/0001-02	1854/2023	6.000,000	0,5289	3.173,40
				1854/2023			
				1854/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IVERMECTINA 6 MG COMP	GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS	17.472.278/0001-64	1854/2023	2.000,000	0,3971	794,20
				1866/2023			
				1866/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CIPROFLOXACINO 500 mg,	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	02.520.829/0003-02	1864/2023	11.900,000	0,3900	4.641,00
				1864/2023			
				1864/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Miconazol, 2 %, creme vagina bisnaga com 80 gramas c/ aplica	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	02.520.829/0003-02	1864/2023	200,000	6,1500	1.230,00
				1864/2023			
				1864/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, DIMASTER - COMERCIO DE COMPOSTO POR: CLORETO SÓDICO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.		02.520.829/0003-02	1864/2023	1.200,000	1,0300	1.236,00
				1864/2023			
				1864/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BIPERIDENO 2 MG COMPR.	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	1864/2023	15.000,000	0,1950	2.925,00
				1863/2023			
				1863/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLORPROMAZINA 100 MG - COMPR.	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	1863/2023	5.000,000	0,2400	1.200,00
				1863/2023			
				1863/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	1863/2023	7.000,000	0,1200	840,00
				1863/2023			
				1863/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HALOPERIDOL, SAL DESCANOATO, 50 MG/ML -AMPOLA 1 ML	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	1863/2023	400,000	5,4500	2.180,00
				1863/2023			
				1863/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANLODIPINO BESILATO 10 MG	CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALA	94.516.671/0002-34	1863/2023	30.000,000	0,0535	1.605,00
				1862/2023			
				1862/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANLODIPINO BESILATO, 5 MG	CIRURGICA SANTA CRUZ	94.516.671/0002-34	1862/2023	60.000,000	0,0250	1.500,00
				1862/2023			
				1862/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
		COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALAR		1862/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAPTOPRIL, 25 MG.	CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALAR	94.516.671/0002-34	1862/2023	32.000,000	0,0249	796,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SIMETICONA 75 MG/ML	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	1873/2023	560,000	1,7990	1.007,44
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG. COMPRIMIDO	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1850/2023	10.000,000	0,0899	899,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACEBROFILINA, 5 MG/ML. XAROPE INFANTIL, FRASCO 120ML	DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	41.511.821/0001-70	1852/2023	600,000	5,3000	3.180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CEFALEXINA 500 mg	ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA	05.439.635/0004-56	1861/2023	10.000,000	0,4600	4.600,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIDROCLOROTIAZIDA, 50 MG.	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	07.752.236/0001-23	1844/2023	15.000,000	0,0569	853,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RETINOL, ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL, 50.000 UI + 10.000	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	07.752.236/0001-23	1844/2023	250,000	7,8699	1.967,48
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NIMESULIDA, 100 MG.	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	1853/2023	30.000,000	0,0840	2.520,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METRONIDAZOL	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	1859/2023	50,000	9,3000	465,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Clopidogrel, 75 mg	STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA.	06.106.005/0001-80	1855/2023	15.000,000	0,2174	3.261,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESTROGENIOS CONJUGADOS, 0,625 MG.	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	1856/2023	1.400,000	0,7125	997,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	POLIMIXINA B,	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	1858/2023	300,000	5,4625	1.638,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CETOCONAZOL, 20 MG/G, SHAMPOO, FRASCO COM 100 ML.	ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	03.945.035/0001-91	1857/2023	160,000	4,5885	734,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PERMETRINA, 10MG/ML, FRASCO COM 60 ML.	ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	03.945.035/0001-91	1857/2023	400,000	1,7480	699,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIPIRONA SODICA 500MG	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	1820/2023	900,000	1,2359	1.112,31
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARBAMAZEPINA 200 MG - COMPRIMIDO	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1849/2023	30.000,000	0,1847	5.541,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, 61,5	ALTERMED MATERIAL MEDICO	00.802.002/0001-02	1849/2023	600,000	4,0233	2.413,98

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
	MG/MIL, SUSPENSÃO ORAL, FR: 150	HOSPITALAR LTDA		1849/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GARRAFA TÉRMICA	R. S. VAREJO EIRELI	31.322.368/0001-08	1828/2023	3,000	62,0000	186,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG	MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	21.681.325/0001-57	1846/2023	14,000,000	0,0630	882,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATENOLOL, 50 MG.	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	07.752.236/0001-23	1843/2023	30,990,000	0,0449	1,391,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 50 MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	07.752.236/0001-23	1843/2023	100,000	23,4900	2,349,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CEFTRIAXONA SODICA 1 GR	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	07.752.236/0001-23	1843/2023	700,000	8,8799	6,215,93
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOXAZOSINA 2 MG	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	07.752.236/0001-23	1843/2023	30,000,000	0,0700	2,100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	07.752.236/0001-23	1843/2023	30,000,000	0,2000	6,000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARBONATO DE CÁLCIO, 1250 MG, EQUIVALENTE A 500 MG DE CÁLCIO	MEDICOM LTDA	22.635.177/0001-05	1845/2023	8,000,000	0,0380	304,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LACTULOSE 667 MG/ML FRACO 120 MNL	MEDICOM LTDA	22.635.177/0001-05	1845/2023	700,000	5,0254	3,517,78
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVOTIROXINA SODICA 12,5 MCG	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	04.470.877/0001-05	1847/2023	3,000,000	0,0826	247,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMIODARONA 200 MG	MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	94.389.400/0001-84	1848/2023	7,000,000	0,3260	2,282,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO DE MOTOR 5W/30	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	1825/2023	4,000	87,5400	350,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1 PLACA COM LACRE E TARJETA	JOACABA PLACAS EIRELI	26.179.487/0001-05	1941/2023	2,000	110,0000	220,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	OTOSCOPIO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS COFORME FOLHA DE DADOS	K. S. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	33.546.315/0001-98	1934/2023	5,000	200,0000	1,000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JARRA ELÉTRICA. ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONFORME FOLHA DE DAD	R. S. ELETRO LTDA	34.887.479/0001-41	1943/2023	3,000	72,9000	218,70

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOCE DE FRUTA 400 GRAMAS	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	1935/2023	5,000	5,0000	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BISCOITO DE ARROZ INTEGRAL. PACOTE DE NO MÍNIMO 100 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS	AVANCE SERVICE LTDA	37.910.003/0001-72	1944/2023	5,000	9,4500	47,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BISCOITO DOCE SEN GLUTEN E SEM LACTOSE	AVANCE SERVICE LTDA	37.910.003/0001-72	1944/2023	10,000	8,5000	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CRAVO DA INDIA IN NATURA. PACOTE COM 200 A 250 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN13012)	AVANCE SERVICE LTDA	37.910.003/0001-72	1944/2023	1,000	40,0000	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ERVILHA EM CONSERVA 02KG	AVANCE SERVICE LTDA	37.910.003/0001-72	1944/2023	1,000	33,2500	33,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESSENCIA DE BAUNILHA, FRASCO COM 20 A 40 ML.	AVANCE SERVICE LTDA	37.910.003/0001-72	1944/2023	2,000	4,1000	8,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PIRULITO FORMATO CORAÇÃO. PACOTE COM NO MÍNIMO 500G E 50UNIDADES. SABOR MORANGO OU CEREJA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN17006)	AVANCE SERVICE LTDA	37.910.003/0001-72	1944/2023	8,000	9,8000	78,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GOIABADA EM PASTA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16988)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	1946/2023 1946/2023	4,000	3,5000	14,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO. PACOTE DE 1 KG. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	1946/2023 1946/2023	5,000	38,7000	193,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MILHO VERDE EM CONSERVA. LATA COM 2 A 4 KG.	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	1946/2023 1946/2023	1,000	37,5000	37,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PIRULITO DE FRUTAS COM RECHEIO DE CHICLETE. PACOTE DE 400 A	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	1946/2023 1946/2023	4,000	14,3000	57,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE LINHA 04 TOMADAS CABO: 3 METROS) (CIN10255)	IVANETE APARECIDA MIRANDA	31.722.206/0001-59	1942/2023 1942/2023	10,000	24,9900	249,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE LINHA (TOMADAS: 06; CABO: 3 METROS).	IVANETE APARECIDA MIRANDA	31.722.206/0001-59	1942/2023 1942/2023	10,000	25,3000	253,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.						
	BALA MASTIGÁVEL. PACOTE COM 500 A 600G.	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	1948/2023 1948/2023	30,000	8,6000	258,00
	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN13298)						
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BATATA PALHA. PACOTE COM 1 KG.	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	1948/2023 1948/2023	2,000	27,5000	55,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BISCOITO TIPO MAIZENA. PACOTE COM NO MÍNIMO 360 G. ESPECIFIC	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	1948/2023 1948/2023	16,000	4,7900	76,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACHOCOLATADO EM PO ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS POTE COM 150 A 350 G	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	1950/2023 1950/2023	6,000	17,9000	107,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ARROZ PARBOALIZADO POLIDO TIPO 1, PACOTE COM 5 KG.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	1950/2023 1950/2023	12,000	19,7800	237,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BISCOITO SALGADO COM GERGELIM. PACOTE COM 360 A 400 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14898)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	1950/2023 1950/2023	20,000	6,2500	125,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTANEO. PACOTE DE 400 A 500G.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	1950/2023 1950/2023	10,000	21,9900	219,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MISTURA PARA BOLO CHOCOLATE EMBALAGEM 400 GRAMAS	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	1950/2023 1950/2023	12,000	3,6000	43,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BISCOITO DOCE TIPO MARIA EMB. 740 GR	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	1951/2023 1951/2023	20,000	10,6500	213,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEITE SEM LACTOSE TIPO UHT. EMBALAGEM CARTONADA DE 1 LITRO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	1951/2023 1951/2023	24,000	5,9800	143,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MARGARINA CREMOSA COM SAL EMBALAGEM 500GR	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	1951/2023 1951/2023	4,000	8,8900	35,56
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MARGARINA SEM SAL. POTE DE 500 GR	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	1951/2023 1951/2023	2,000	8,8900	17,78
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	QUIRERA FINA DE MILHO. PACOTE	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	1951/2023	5,000	3,7200	18,60

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Mai/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COM 500 G. ESPECIFICAÇÕES AMENDOIM CRU COM PELE. PACOTE COM NO MÍNIMO 400 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14883)	TRANSPORTES LTDA	07.814.016/0001-87	1951/2023	2,000	5,6400	11,28
		NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME		1947/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMIDO DE MILHO. EMBALAGEM COM 500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	1947/2023	3,000	3,8500	11,55
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FARINHA DE TRIGO TIPO 1. PACOTE COM 5 KG.	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	1947/2023	2,000	20,9700	41,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MOLHO DE TOMATE TRADICIONAL. SACHÊ COM NO MÍNIMO 200 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16991)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	1947/2023	3,000	2,3100	6,93
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO DE GIRASSOL. GARRAFA PET COM 900 ML. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN16991)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	1947/2023	3,000	17,6400	52,92
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SELETA DE LEGUMES 200G	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	1947/2023	10,000	4,6500	46,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACHOCOLATADO EM PÓ ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. 600	CASTELHOS & GAMBIA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	1949/2023	10,000	7,3300	73,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEITE DE COCO FRASCO DE VIDRO DE 500 A 600 ML	AVANCE SERVICE LTDA	37.910.003/0001-72	1945/2023	2,000	10,8000	21,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEITE SEMI-DESNATADO (EMBALAGEM 1 LITRO)	AVANCE SERVICE LTDA	37.910.003/0001-72	1945/2023	23,000	5,7000	131,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1936/2023	120,000	2,4500	294,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NIFEDIPINO, 20 MG.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	1937/2023	6,900,000	0,2200	1,518,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO DE PAPEL KRAFT	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	1938/2023	15,000	23,0000	345,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO DE PAPEL KRAFT - 2 KG.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	1939/2023	30,000	38,5000	1.155,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARVEDILOL 3.125MG COMPRIMIDO	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48	1940/2023	6,000,000	0,0900	540,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUCAO DE IRRIGACAO DE FERIDAS	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	1963/2023	20,000	49,9000	998,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SPRAY REMOVEDOR DE ADESIVOS, FRASCO COM NO MINIMO 50ML.	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	1963/2023	20,000	64,0000	1.280,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RAIO X DE ESOFAGO, ESTOMAGO E DUODENO COM CONTRASTE VO	SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	09.035.294/0001-61	2131/2023	1,000	480,0000	480,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDO	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	1964/2023	50.000,000	0,0380	1.900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SALBUTAMOL, 100 MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO 200 DOSES +	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	02.520.829/0003-02	1965/2023	700,000	8,2400	5.768,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÁCIDO VALPROICO, 250 MG.	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	05.782.733/0003-00	1966/2023	10.000,000	0,2400	2.400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARBONATO DE LÍTI0 300 MG	CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALA	94.516.671/0002-34	1967/2023	16.000,000	0,2100	3.360,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFATO FERROSO,	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20.590.555/0001-48	1968/2023	87.600,000	0,0350	3.066,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AVENTAL DE PROCEDIMENTO, DESCARTÁVEL, COM MANGA LONGA E ELÁS	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	200,000	1,6900	338,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAMPO OPERATORIO SEM FENESTRA 45X50CM	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	10,000	91,1900	911,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO PRODUZIDO	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	1,000,000	1,2900	1.290,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERIZADO PEQUENO PRODUZIDO E EXPORTACAO LTDA	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	1.000,000	1,2400	1.240,00
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GAZE HIDROFILA EM COMPRESSA CONFECIONADA COM 13 FIOS/CM EM TAMANHO 10X10CM FECHADA E 20X40 COM ABERTA, COM 5 DOBRAS VOLTADAS PARA DENTRO E 8 CAMADAS DEVE POSSUIR PESO MÍNIMO DE 900G POR EMBALAGEM E 1,8G POR UNIDADE. EMBALADA EM PACOTE QUE MANTENHA SUA INTEGRIDADE COM 500 PEÇAS	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	20,000	56,1600	1.123,20
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL, TAM G, MODELO COLLINS, ATÓXICO TRANSPARENTE, COM PARAFUSO (BORBOLETA) ACOPLADO, COM AS SEGUINTES DIMENSÕES MÁXIMAS: COMPRIMENTOLARGURA PROXIMAL:29MM, COMPRIMENTOLARGURA DISTAL:32 MM, COMPRIMENTO EIXO LONGITUDINAL:110MM, COMPRIMENTO TOTAL:170 MM .1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FOMARTO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO. 1 ESPATULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19 CM DE COMPRIMENTO. 1 CAIXA PORTA-LÁMINAS DE 2.8CMX8.4CM, COM 1 LÁMINA DE VIDRO DE 2.5CMX 7.5CM E 1MM DE ESPESURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	200,000	3,1700	634,00
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE						
	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	200,000	3,0600	612,00
	ESPECULO DESCARTAVEL,			1969/2023			
	TAMANHO M. MODELO COLLINS,			1969/2023			
	ATÓXICO, TRANSPARENTE, COM			1969/2023			
	PARAFUSO (BORBOLETA)			1969/2023			
	ACOPLADO, COM AS SEGUINTE			1969/2023			
	COMPRIMENTO LARGURA			1969/2023			
	PROXIMAL:25MM,COMPRIMENTO			1969/2023			
	LARGURA DISTAL :28MM,			1969/2023			
	COMPRIMENTO EIXO			1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LONGITUDINAL:95 MM,	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	10,000	11,1900	111,90
	COMPRIMENTOTOTAL:156 MM.1			1969/2023			
	ESCOVA CERVICAL, COM AS			1969/2023			
	CERDAS NUM FORMATO			1969/2023			
	LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA			1969/2023			
	EM FIOS DE NYLION E HASTE			1969/2023			
	PLÁSTICA, COM 18CM DE			1969/2023			
	COMPRIMENTO. 1 ESPÁTULA DE			1969/2023			
	AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE			1969/2023			
	19CM DE COMPRIMENTO. 1 CAIXA			1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PORTA -LÂMINAS DE 2,8CMX,4CM,	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	100,000	1,5800	158,00
	COM 1 LÂMINA DE VIDO DE 2,5CM X			1969/2023			
	7,5CM E 1MMDE ESPESSURA,			1969/2023			
	SENDO QUE APRESENTA UMA			1969/2023			
	PEQUENA PARTE FOSCA PARA			1969/2023			
	IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			1969/2023			
	ABAIXADOR DE LINGUA COM			1969/2023			
	FIGURAS AROMAS E SABOR			1969/2023			
	AGUA OXIGENADA SOLUÇÃO			1969/2023			
	ANTISSEPTICA CONTENDO			1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PEROXIDO DE HIDROGENIO A 3%, 10	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	120,000	2,0000	240,00
	VOLUMES, USO EXTERNO, FRASCO			1969/2023			
	ESCURO OU OPACO COM 100 ML			1969/2023			
	ALMOTOLIA PLASTICA GRADUADA			1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
	125ML BICO RETO	E EXPORTACAO LTDA		1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 16G, COM AGULHA EM BISEL TR	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	10,000	0,5400	5,40
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO 16G COM DISPOSITIVO	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	5,000	1,4200	7,10
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT DE KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTAVEL, TAMANHO P, MODELO COLLINS, ATÓXICO, TRANSPARENTE, COM PARAFUSO (BORBOLETA) ACOPLADO, COM AS SEGUINTES DIMENSÕES MÁXIMAS: COMPRIMENTO LARGURA PROXIMAL: 22MM, COMPRIMENTO LARGURA DISTAL: 22MM, COMPRIMENTO EIXO LONGITUDINAL: 80 MM, COMPRIMENTO TOTAL: 143 MM. 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO. 1 ESPÁTULA DE AYRE. FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO. 1 CAIXA PORTA-LÂMINA DE VIDRO 2.5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA,	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	200,000	2,9600	592,00
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE LUVAS DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NAT	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	200,000	11,5900	2.318,00
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM ELASTICO CONFECCIONADA EM DESCARPACK	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	50,000	3,9400	197,00
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO INFECTANT 100	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	50,000	39,9700	1.998,50
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO PLASTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESIDUO INFECTANTE 15 LITROS	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1969/2023	50,000	9,5400	477,00
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
				1969/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE PAPEL GRAU CIRURGICO COM TAMANHO DE 12CM	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	1970/2023	10,000	40,0000	400,00
				1970/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE ROLO DE PAPEL GRAU CIRURGICO, COM TAMANHO DE 30CM X	AMCOR FLEXIBLES BRASIL LTDA	05.818.423/0001-37	1971/2023	8,000	102,1600	817,28
				1971/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE PAPEL CIRURGICO COM TAMANHO DE 5CM X 100M	AMCOR FLEXIBLES BRASIL LTDA	05.818.423/0001-37	1971/2023	12,000	18,0000	216,00
				1971/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE PAPEL GRAU CIRURGICO COM TAMANHO DE 8CM X 100M.	AMCOR FLEXIBLES BRASIL LTDA	05.818.423/0001-37	1971/2023	16,000	30,0000	480,00
				1971/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TESOURA IRIS CURVA COM 12 CM	MCL COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES	44.572.364/0001-11	1972/2023	15,000	14,0000	210,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TESOURA METZEMBAUM CURVA, COM 20CM. FABRICADA EM AÇO INOXIDÁ	LTDA		1972/2023			
		MCL COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES	44.572.364/0001-11	1972/2023	15,000	35,0000	525,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TESOURA SPENCER CURVA, COM 12CM. FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL	LTDA		1972/2023			
		MCL COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES	44.572.364/0001-11	1972/2023	20,000	26,0000	520,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	EQUIPO MACROGOTAS COM RESPIRO DE AR E PONTA DE INFUSÃO LATER	LTDA		1972/2023			
		CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1973/2023	1.000,000	0,8200	820,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL, FABRICADO EM CELULOSE, MACIO, 50X50	LTDA		1974/2023			
		SERVBOX SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	28.590.769/0001-26	1974/2023	20,000	8,5000	170,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GAZE HIDROFILA EM COMPRESSA CONFECCIONADA COM 13 FIOS/CM2, EM TAMANHO 7,5X7, 5CM FECHADA	LTDA		1975/2023			
		SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1975/2023	1.000,000	0,3300	330,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LANCETA DE SEGURANÇA PARA PUNÇÃO DIGITAL, DESCARTÁVEL, ESTÉR	LTDA		1975/2023			
		SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1975/2023	100,000	14,3000	1.430,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE FITA MICROPOROSA HIPOALERGÊNICA COR BRANCA	LTDA		1975/2023			
		SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1975/2023	40,000	11,2000	448,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FITA ADESIVA HIPOALERGÊNICA TRANSPARENTE MICROPERFURADA	LTDA		1975/2023			
		LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	1976/2023	50,000	6,4000	320,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALGODÃO HIDRÓFILO, EM BOLAS, COR BRANCA, 100% ALGODÃO	LTDA		1976/2023			
		LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	1976/2023	200,000	2,7200	544,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL NÃO PICOTADO, TAMANHO DE 70X50 CM. FABRICADO EM 100% CELULOSE VIRGEM, MACIO, ABSORVENTE, RESISTENTE, BRANCO, SEM MANCHAS, EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS	LTDA		1976/2023			
		GOEDERT LTDA	79.846.465/0001-18	1977/2023	20,000	11,4200	228,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL 0,7 MM (22 GA) 20,3 CM	LTDA		1978/2023			
		OLIMED MATERIAL HOSPITALAR	03.033.589/0001-12	1978/2023	5,000	32,9000	164,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO CENTRAL 1,1 MM (19 GA) 30,5 CM (12 IN)	LTDA		1978/2023			
		OLIMED MATERIAL HOSPITALAR	03.033.589/0001-12	1978/2023	5,000	32,9000	164,50

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALCOOL IODADO 0,1% FRASCO DE 1 LITRO	CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALA	94.516.671/0002-34	1979/2023 1979/2023	24,000	15,8100	379,44
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FORNO MICRO-ONDAS 30L. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12633)	R.S. ELETRO LTDA	34.887.479/0001-41	1980/2023	1,000	762,8200	762,82
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROTETOR OCULAR ADULTO	PRO CIRURGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	17.184.520/0001-02	1984/2023 1984/2023	18,000	8,7000	156,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DRENO DE KHER (SONDA T) Nº 16	TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA	05.247.406/0001-97	1982/2023 1982/2023	32,000	8,4000	268,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA PARA GASTROSTOMIA, RADIOPACA, ESTERIL.	TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA	05.247.406/0001-97	1982/2023 1982/2023	70,000	69,8900	4.892,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	dosagem de ferro	G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA LTDA	78.491.172/0001-00	1987/2023 1987/2023	1,000	12,7500	12,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	EXAME VITAMINA A	G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA LTDA	78.491.172/0001-00	1987/2023 1987/2023	1,000	68,0000	68,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	EXAME BICARBONATO (RESERVA ALCALINA)	G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA LTDA	78.491.172/0001-00	1987/2023 1987/2023	1,000	21,2500	21,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TOUCA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM FALSO TECIDO (A BASE DE FIBRAS DE POLIPROPILENO) HIPOALERGICA COR BRANCA, GRAMATURA 20 GR, MICROPERFURADA, COM ELÁSTICO NAS EXTREMIDADES, FORMATO ANATÔMICO, CAIXA COM 100 UNIDADES	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	1983/2023 1983/2023	50,000	4,9900	249,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERINGA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, 5CC	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2007/2023 2007/2023	5.000,000	0,1100	550,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERINGA HIPODÉRMICA DESCARTAVEL ESTERIL CAPACIDADE DE SR 5CC COM BICO ROSCA LUER	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2007/2023 2007/2023	5.000,000	0,1100	550,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL INFRAVERMELHO FRONTAL	J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA	84.972.926/0001-39	2008/2023 2008/2023	10,000	68,4600	684,60

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.863, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	REGISTRO DE VEICULO1º EMPLACAMENTO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2010/2023	1,000	174,9400	174,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TAXA DETRAN SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2009/2023	1,000	142,6900	142,69
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TAXA DETRAN SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2011/2023	1,000	142,6900	142,69
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TAXA DETRAN SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2012/2023	1,000	142,6900	142,69
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TAXA DETRAN SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2066/2023	1,000	142,6900	142,69
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	APÓLICE DE SEGURO VEICULAR	GENTE SEGURADORA SA	90.180.605/0001-02	2013/2023	1,000	1.065,0100	1.065,01
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FITA ADESIVA BRANCA	OTHALA COMERCIO LTDA	45.747.626/0001-02	2014/2023	30,000	8,7700	263,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TOALHA DE BANHO PATA PONTO CRUZ	CARLOS ENRIQUE LUSSANI	19.941.698/0001-78	2015/2023	10,000	23,3000	233,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TOALHA DE ROSTO PARA PONTO CRUZ 45X	CARLOS ENRIQUE LUSSANI	19.941.698/0001-78	2015/2023	10,000	10,3500	103,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALGODÃO HIDROFILO 100% ALGODÃO	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2016/2023	200,000	13,7500	2.750,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BORDADO INGLÊS COM NO MÍNIMO 6 CM DE LARGURA E 9 M DECOMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO PELO MENOS 65% EM POLIESTER EO RESTANTE EM ALGODÃO. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ SERFORNECIDA.	EDUARDO GUERRA DO CARMO	23.647.237/0001-64	2017/2023	10,000	15,3000	153,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FIO DE LÃ PARA TRICÔ TIPO BOUCLÉ, NOVELO COM NO MÍNIMO100G. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE CORES.JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ	EDUARDO GUERRA DO CARMO	23.647.237/0001-64	2017/2023	20,000	13.5000	270,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	INFORMADO A COR QUE DEVERA SERFORNECIDA.						
	LINHA PARA CROCHE E TRICO 500M	EDUARDO GUERRA DO CARMO	23.647.237/0001-64	2017/2023	20,000	11.9000	238,00
				2017/2023			
	TECIDO ETAMINE PARA PONTO CRUZ, FABRICADO EM 100% ALGODÃO,	EDUARDO GUERRA DO CARMO	23.647.237/0001-64	2017/2023	2,000	87.0000	174,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TECIDO COM ESTAMPA E DESENHOS PARA PATCHWORK VARIADOS	EDUARDO GUERRA DO CARMO	23.647.237/0001-64	2017/2023	20,000	5.0000	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL N 04 DESCARTAVEL TUBBO PVC 40X45	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	20,000	0.5000	10,00
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETARL N 06 DESCARTAVEL	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	20,000	0.5100	10,20
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL N10 DESCARTAVEL TUBO PVC	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	20,000	0.5600	11,20
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL Nº12, DESCARTAVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍ	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	40,000	0.5800	23,20
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL, Nº 14, DESCARTAVEL, TUBO PVC, ATÓXICO, FLEXÍV	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	40,000	0.6400	25,60
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 04 LONGA, DESCARTAVEL. CONFECCIONADO	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	20,000	0.5400	10,80
				2018/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGASTRICA N 06 LONGA INOVAMED HOSPITALAR LTDA DESCARTAVEL CONFECCIONADO EM TUBO PVC		12.889.035/0001-02	2018/2023	20,000	0,5500	11,00
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 08LONGA, DESCARTÁVEL. CONFECCIONADO	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	20,000	0,6300	12,60
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGASTRICA N 10 LONGA INOVAMED HOSPITALAR LTDA DESCARTAVEL CONFECCIONADO EM TUBO DE		12.889.035/0001-02	2018/2023	20,000	0,6900	13,80
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGASTRICA N 10 CURTA INOVAMED HOSPITALAR LTDA DESCARTAVEL CONFECCIONADO EM TUBO DE PVC		12.889.035/0001-02	2018/2023	20,000	0,5200	10,40
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGASTRICA N 12 DESCARTAVEL CURTA DESCARTAVEL	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	40,000	0,5100	20,40
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº12, LONGA, DESCARTÁVEL.	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	20,000	0,6000	12,00
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGASTRICA N 14 CURTA INOVAMED HOSPITALAR LTDA DESCARTAVEL		12.889.035/0001-02	2018/2023	40,000	0,5300	21,20
				2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGASTRICA N 14 LONGA INOVAMED HOSPITALAR LTDA		12.889.035/0001-02	2018/2023	100,000	0,8200	82,00
				2018/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DESCARTAVEL CONFECCIONADO			2018/2023			
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA N 16 CURTA	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	100,000	0,5900	59,00
	DESCARTAVEL			2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18, LONGA, DESCARTÁVEL.	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	100,000	0,9300	93,00
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA N 20 LONGA	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	100,000	0,9500	95,00
	DESCARTAVEL COFECCIONADO			2018/2023			
	EM TUBO PVC			2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 22, LONGA, DESCARTÁVEL.	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	100,000	1,0800	108,00
	CONFECCIONADO			2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 16, LONGA, DESCARTÁVEL	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2018/2023	100,000	0,8500	85,00
				2018/2023			
				2018/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ELÁSTICO BRANCO 10MM, ROLO COM 100 METROS, COM NOMÍNIMO 30% DE LATEX.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	2019/2023	1,000	16,9500	16,95
	TELA PARA PINTURA TAMANHO 20 X 25	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	2019/2023	20,000	4,9900	99,80
	TELA PARA PINTURA 30X40	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	2019/2023	20,000	8,4500	169,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BARBANTE CRU, 100% ALGOSÃO, NUMEROS 4, 6 E 8. CADA ROLO COM	ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	31.167.879/0001-94	2020/2023	15,000	14,9000	223,50
				2020/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2023.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FIBRA SILICONIZADA ANTIALÉRGICA PARA ENCHIMENTO. MATERIALPOLIESTER. PACOTE COM 1KG. (CIN16775)	ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	31.167.879/0001-94	2020/2023 2020/2023	2,000	23,5000	47,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FIO DE LÃ PARA TRICÔ, NOVELO COM NO MÍNIMO 40G, DEVERÁ SERFORNECIDO CATÁLOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTADE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A CORQUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN15382)	CIRCULO S/A.	84.043.009/0001-70	2021/2023 2021/2023	5,000	3,6000	18,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LINHA PARA CROCHÊ E TRICÔ. MERCERIZADA. FABRICADA EM 100%ALGODÃO, COM 1000 METROS DE COMPRIMENTO. DEVERÁ SERFORNECIDO CATÁLOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTADE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A CORQUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN15382)	CIRCULO S/A.	84.043.009/0001-70	2021/2023 2021/2023	30,000	14,4500	433,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BARBANTE COLORIDO BRANCO, ROSA CLARO, AZUL ROYAL AZUL ROYAL, AMARELO CANARIO, LARANJA E VERDE	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	2022/2023 2022/2023	15,000	16,4000	246,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VASSOURA COM CERDAS DE NYLON E CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	2023/2023 2023/2023	40,000	9,4500	378,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL HIGIENICO 10CM X 300M. FOLHA SIMPLES, PICOTADO, FABRIC	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	2024/2023 2024/2023	10,000	56,1000	561,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGULHA PARA COSTURA À MÃO, FABRICADA EM AÇO NIQUELADO, TAMAN	EDUARDO GUERRA DO CARMO	23.647.237/0001-64	2025/2023 2025/2023	4,000	1,9500	7,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALMOTOLIA DE 125ML (TRANSPARENTE) - COM BICO RETO	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2026/2023 2026/2023 2026/2023	48,000	2,0000	96,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA FOLEY COM DUAS VIAS N12,14,16,18,20,22 E 24	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2026/2023 2026/2023 2026/2023	140,000	2,3800	333,20

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.863, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Mai/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGULHA DE MÃO PARA BORDAR FABRICADA EM AÇO NIQUELADO.	EDUARDO GUERRA DO CARMO	23.647.237/0001-64	2026/2023	12,000	1,2000	14,40
				2027/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL, Nº 16, DESCARTÁVEL, TUBO PVC, ATÓXICO, FLEXIV	METROMED COM MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	2028/2023	40,000	0,7400	29,60
				2028/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA RETAL N 14 EM PVC	METROMED COM MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	2028/2023	100,000	0,5800	58,00
				2028/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA RETAL N 24 TRANSPARENTE	METROMED COM MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	2028/2023	100,000	0,7900	79,00
				2028/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA REATL N 26 EM PVC	METROMED COM MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	2028/2023	100,000	0,8300	83,00
				2028/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGULHA NÚMERO 3.0 PARA CROCHÊ, NIQUELADA, FABRICADA EM ALUMÍNIO. CORES VARIADAS. (CIN15329)	EDUARDO GUERRA DO CARMO	23.647.237/0001-64	2028/2023	10,000	2,0000	20,00
				2029/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL Nº08, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO	MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	94.389.400/0001-84	2030/2023	300,000	0,5500	165,00
				2030/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL N 18 DESCARTAVEL	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2031/2023	20,000	0,7500	15,00
				2031/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGASTRICA N 06 CURTA DESCARTAVEL	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2031/2023	100,000	0,4600	46,00
				2031/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA RETAL N 30 EM PVC	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2031/2023	100,000	1,1200	112,00
				2031/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CANETA MARCA TEXTO, TINTA DE COMPOSIÇÃO ESPECIALFLUORESCENTE, PONTA DE POLIESTER CHANFRADA E CORPOSÓLIDO DE COR NÃO TRANSPARENTE. DISPONÍVEL NO MÍNIMO NASCORES VERDE, AMARELA, LARANJA, ROSA E AZUL. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ	2B DISTRIBUIDORA LTDA	19.555.146/0001-21	2047/2023	10,000	10,1400	101,40
				2047/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERFORNECIDA. KIT COM 12 UNIDADES. (CIN11063)	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA	05.077.346/0001-01	2053/2023	0,000	1,0800	0,00
	LENÇOL DESCARTAVEL COM ELASTICO EM TNT GRAMATURA DE 30,220CM	DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	41.511.821/0001-70	2036/2023 2036/2023	350,000	5,6000	1,960,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 6,67MG+ 333 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2054/2023 2054/2023	80,000	7,7900	623,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE FITA MICROPOROSA HIPOALERGICA COR BEGE CONFECIONADA EM NÃO TECIDO COM FIBRA DE VISCOSE. DEVE PERMITIR A RESPIRAÇÃO DA PELE COM TAMANHO 2,5CM x 4,5M.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2054/2023 2054/2023	80,000	5,0800	406,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE FITA MICROPOROSA HIPOALERGENICA . COR BRANCA. CONFECIONADA EM NÃO TECIDO COM FIBRAS DE VISCOSE. DEVE PERMITIR RESPIRAÇÃO DA PELE. FITA DEVE POSSUIR ÓTIMA ADESÃO, NÃO DESCOLANDO DA PELEFACILMENTE. TAMANHO COM 2,5 CM x 10X CM	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2054/2023 2054/2023	120,000	5,9800	717,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE FITA MICROPOROSA COR BRANCA 1,2CMX10M	MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA	39.840.107/0001-83	2055/2023 2055/2023	50,000	7,9200	396,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE FITA MICROPOROSA COR BRANCA 10CM X 4,5CM	MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA	39.840.107/0001-83	2055/2023 2055/2023	50,000	12,6800	634,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE FITA MICROPOROSA COR BRANCA 10CM X 10M	LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	2056/2023 2056/2023	50,000	6,9400	347,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FIXADOR CITOLÓGICO EM SPAY OU AEROSOL, COM 100ML	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	07.752.236/0001-23	2037/2023	250,000	7,8699	1,967,48
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RETINOL, ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL. 50.000 UI + 10.000	STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA.	06.106.005/0001-80	2038/2023 2038/2023	21.500,000	0,2174	4,674,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLOPIDOGREL, BISSULFATO 75MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2057/2023	500,000	1,2800	640,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Dexametasona, 0,1 % creme, bisnaga com 10gr						

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
				2057/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 08 COM ORIFÍCIO CENTRAL NA P L.TDA	BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO L.TDA	05.216.859/0004-07	2058/2023	200,000	0,4600	92,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 12 COM ORIFÍCIO CENTRAL L.TDA	BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO L.TDA	05.216.859/0004-07	2058/2023	200,000	0,4800	96,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	2039/2023	20.000,000	0,1447	2.894,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 22G	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO L.TDA	44.282.585/0001-55	2059/2023	500,000	0,5400	270,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24G	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO L.TDA	44.282.585/0001-55	2059/2023	500,000	0,5400	270,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ELETRODO DESCARTÁVEL ADULTO COMPOSTO DE DORSO DE ESPUMA, L.TDA	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR CO	03.033.589/0001-12	2060/2023	1.000,000	0,1900	190,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 2%, GELEIA, BISNAGA COM 30G	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	07.752.236/0001-23	2061/2023	0,000	2,1193	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI INJETÁVEL - AMPOLA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L.TDA	00.802.002/0001-02	2040/2023	300,000	8,4996	2.549,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CEFALEXINA, 50 MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60 ML. (CIM9221)	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L.TDA	00.802.002/0001-02	2040/2023	300,000	8,9670	2.690,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 2%, GELEIA, BISNAGA COM 30G	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L.TDA	00.802.002/0001-02	2062/2023	100,000	7,5891	758,91
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO	TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI	22.862.531/0001-26	2063/2023	30,000	6,4400	193,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VALPROATO DE SÓDIO	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L.TDA.	05.782.733/0003-00	2041/2023	12.000,000	0,5000	6.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HALOPERIDOL 1MG - COMPRIMIDO VIA ORAL	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS L.TDA	44.734.671/0001-51	2042/2023	3.400,000	0,1200	408,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS L.TDA	44.734.671/0001-51	2042/2023	10.000,000	0,1280	1.280,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO COM 200 DOSES+	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L.TDA.	02.520.829/0003-02	2043/2023	700,000	8,2400	5.768,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CEFTRIAXONA SODICA 1G USO INTRAMUSCULAR	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	07.752.236/0001-23	2044/2023	0,000	8,8799	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIMENDRATO 25 MG + PIRIDOXINA, CLORIDRATO 5MG - SOLUÇÃO ORA	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2045/2023	150,000	4,1700	625,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMITRIPTILINA 75 MG COMP	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2046/2023	15.000,000	0,2100	3.150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRILICA, SEM TALCO, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉRIL, CAIXA COM 100 UNIDADES, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M E G, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.	MALVAGLIA COMERCIAL LTDA	16.643.051/0001-71	2064/2023 2064/2023	120,000	11,6600	1.399,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CURATIVO PRIMARIO NAO ADERENTE COM CARBOXIMETILELOSE	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2067/2023 2067/2023	40,000	57,8000	2.312,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIDROGEL COM ALGINATO DE CALCIO	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2068/2023 2068/2023	50,000	49,9500	2.497,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GAZE NAO ADERENTE CONFECCIONADA EM RAYON TAMANHO MINIMO 7CMX 10CM E MAXIMO 8CM X 15CM	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2069/2023 2069/2023	48,000	5,4500	261,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE OLEO 5.102 - PH 4701	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2070/2023 2070/2023	1,000	94,0000	94,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR CONDICIONADO-	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2070/2023 2070/2023	1,000	103,0000	103,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR MOTOR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2070/2023 2070/2023	1,000	110,0000	110,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO 5W30	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2071/2023 2071/2023	4,000	87,7500	351,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLUIDO PARA FREIO DOT 4 500 ML	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2071/2023 2071/2023	1,000	32,9800	32,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM REVISÃO VEICULAR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2072/2023 2072/2023	1,000	290,8100	290,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENVELOPE SACO KRAFT OURO, GRANDE, GRAMATURA MÍNIMA DE	BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA	21.189.579/0001-52	2116/2023 2116/2023	20,000	84,0900	1.681,80

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
	75G/M2						
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COLA BRANCA 100 GRAMAS	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	2117/2023 2117/2023	4,000	54,9000	219,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COLA BASTÃO 40 G	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	2118/2023	3,000	94,5000	283,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PREDNISOLONA 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 60 ML	DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	41.511.821/0001-70		1.300,000	4,4800	5.824,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARACETAMOL 200MG/ML, SOLUÇÃO ORAL GOTAS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2120/2023 2120/2023	1.800,000	1,7990	3.238,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM2, MEDINDO 15CM DE LARGURA	NOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2121/2023	75,000	12,5900	944,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM2, MEDINDO 12CM DE LARGURA COM	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	2122/2023	0,000	9,1200	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BISNAGA DE SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME; BISNAGA COM 30	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.372.020/0001-44	2123/2023 2123/2023	200,000	4,9900	998,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GAZE NÃO ADERENTE CONFECCIONADA EM RAYON, TAMANHO 7X7 CM, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DE +/- 1 CMEM CADA MEDIDA.	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2124/2023 2124/2023	288,000	4,5500	1.310,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA, PONTA FINA 0,8 MM, COR AZUL	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	2125/2023 2125/2023	10,000	27,9000	279,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPATULA GINECOLÓGICA DE AYRE VOM EXTREMIDADES ARREDONDADAS	LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	2126/2023 2126/2023	200,000	8,6400	1.728,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPARADRAPO EM ROLO 5CM X 4,5CM	NOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2128/2023 2128/2023	120,000	6,2200	746,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPARADRAPO EM ROLO 2,5CM X 4,5M	LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	2127/2023 2127/2023	120,000	3,5300	423,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPARADRAPO EM ROLO, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO CO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2129/2023 2129/2023	96,000	8,4700	813,12
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 1,80 MTRSX20 CM	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2130/2023	50,000	16,0000	800,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COPO PLASTICO DESCARTÁVEL 180 ML	SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	20.222.787/0001-43	2133/2023 2133/2023	8,000	101,0000	808,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO AQUOSA DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA A	CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO E PRODUTOS	94.516.671/0002-34	2134/2023 2134/2023	120,000	15,6500	1.878,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2% DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% 100ML	HOSPITALA		2134/2023			
		CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALA	94.516.671/0002-34	2134/2023	96,000	2,8000	268,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO ANTISSEPTICA DEGERMANTE A BASE DE DIGLICONATO	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2134/2023			
				2135/2023	96,000	2,5400	243,84
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUCAO AQUOSA DE DIGLICONATO 0,2%	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2135/2023			
				2135/2023	96,000	1,4100	135,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Dexametasona, 0,1 % creme, bisnaga com 10gr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2136/2023			
				2136/2023	800,000	1,2800	1,024,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONSULTAS NA ÁREA DE PSQUIATRIA	VITAL MED CLINICA MEDICA LTDA	29.471.180/0001-71	2158/2023			
				2158/2023	1,000	450,0000	450,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEGUNDA REVISAO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2155/2023			
				2155/2023	1,000	290,8100	290,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS TAMANHO P ADULTO	LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	2166/2023			
				2166/2023	800,000	1,3600	1,088,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLUIDO DE FREIO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2154/2023			
				2154/2023	1,000	28,9800	28,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ADITIVO PARA RADIADOR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2154/2023			
				2154/2023	1,000	33,0100	33,01
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO DE MOTOR 5W30	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2154/2023			
				2154/2023	4,000	87,5400	350,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PLÁSTICO TRANSPARENTE ADESIVO ELF SUPRIMENTOS PARA PARA ENCAPAR LIVROS.DIMENSÕES ESCRITORIO LTDA DO ROLO DE 45CM X 25M. (CIN15566)		31.167.879/0001-94	2163/2023			
				2163/2023	2,000	51,0000	102,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATADURA GESSADA CONFECCIONADA EM FIBRAS 100% ALGODÃO 20CMX 40M	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2149/2023			
				2149/2023	160,000	4,3000	688,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ELEMENTO DE FILTRO DE ÓLEO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2153/2023			
				2153/2023	1,000	91,0500	91,05
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANEL DE VEDAÇÃO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2153/2023			
				2153/2023	1,000	21,3200	21,32
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR CONDICIONADO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2153/2023			
				2153/2023	1,000	103,9900	103,99

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maior2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR DO MOTOR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2153/2023	1,000	110,3200	110,32
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PANOS DE LIMPEZA	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2153/2023	1,000	15,4500	15,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL DE MÁXIMA, MÍNIMA E UMIDADE COM ALA	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2150/2023	3,000	63,8900	191,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESTILETE AJUSTAVEL 18MM LAMINA LARGA	ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	31.167.879/0001-94	2151/2023	40,000	1,1900	47,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GARROTE DESCARTAVEL	MALVAGLIA COMERCIAL LTDA	16.643.051/0001-71	2152/2023	0,000	20,2800	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESCOVA DENTAL ADULTO, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 04 (QUATRO	DENTAL OPEN - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.	08.849.206/0001-00	2162/2023	1.000,000	0,6200	620,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ADESIVO ODONT MONOCOMPONENTE FOTOPOLIMERIZAVEL	EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	71.505.564/0001-24	2161/2023	5,000	75,9800	379,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGENTE DE UNIAO MULTIUSO	EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	71.505.564/0001-24	2161/2023	10,000	23,4600	234,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DISCOS DE LIXA PARA CONTORNO, ACABAMENTO E POLIMENTO.SÉRIE L	DISTRIBUIDORA AGUA BOA LTDA	44.223.526/0001-06	2165/2023	5,000	193,8400	969,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT DE HIGIENE DENTAL ADULTO 34 TUFOS	DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPIT	26.240.632/0001-16	2160/2023	200,000	4,0900	818,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLUOR FOSFATO ACIDULADO 1,23% EM GEL TIXOTROPICO. FRASCO COM 2,5ML	CENTRAL LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	41.774.511/0001-48	2328/2023	50,000	3,3900	169,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONDICIONADOR DE ÁCIDO FOSFORICO 37% COM 3 SERINGAS DE 2,5ML	CENTRAL LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	41.774.511/0001-48	2328/2023	80,000	1,8900	151,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SPRAY CONGELANTE PARA VERIFICAÇÃO DE VITALIDADE PULPAR A BAS	CENTRAL LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	41.774.511/0001-48	2328/2023	11,000	25,9900	285,89
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLOREXIDINA 2% GEL. INDICADO PARA IRRIGAÇÃO DE CANAIS RADICULARE. CAIXA COM 2 SERINGAS COM 3G CADA.	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2159/2023	20,000	10,8100	216,20

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
	EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, LOTE E VALIDADE.						
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	EXAME BERA	VITTA MEDICINA INTEGRADA LTDA	29.264.855/0001-01	2164/2023	1,000	1.100,0000	1.100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LICENCIAMENTO VEICULO PLACA QJM 8830	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANCA PUBLICA	85.280.147/0001-35	2193/2023	1,000	130,1600	130,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG 20 ML	MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	94.389.400/0001-84	2219/2023	200,000	0,9990	199,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2220/2023	74.500,000	0,0390	2.905,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BANDAGEM INELASTICA BOTA DE UNNA	COINTER MATERIAL MEDICO HOSP. LTDA	03.800.317/0001-09	2221/2023	10,000	34,5000	345,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIDROGEL COM ALGINATO DE CALCIO	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2222/2023	20,000	49,9500	999,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CREME DENTAL ADULTO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBO PLÁSTI	LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	2223/2023	500,000	1,3600	680,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RESINA BULK	LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	2223/2023	15,000	80,3000	1.204,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FORMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA PARA LACTANTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFANCIA DE 0 A 36 MESES	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.	03.612.312/0004-97	2256/2023	6,000	90,0000	540,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAVADORA DE ROUPAS SEMIAUTOMATICA 5K	R.S. ELETRO LTDA	34.887.479/0001-41	2224/2023	1,000	400,0000	400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAVADORA DE ROUPAS SEMIAUTOMATICA 5K	R.S. ELETRO LTDA	34.887.479/0001-41	2225/2023	1,000	400,0000	400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LIDOCAINA, CLORIDRATO 100MG/5G - GELEIA 2% - USO INTERNO -	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	2226/2023	300,000	8,0000	2.400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LIDOCAINA CLORIDRATO 2%, GELEIA, BISNAGA COM 30G	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2227/2023	300,000	7,5891	2.276,73
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, COLORIDA, TANQUE DE TINTA, CONECTIVIDADE: USB e Wi-Fi -	INOVA TECH INFORMATICA EIRELI	28.706.488/0001-96	2228/2023	1,000	899,9700	899,97
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL HIGIENICO 10CM X 300M. FOLHA SIMPLES, PICOTADO, FABRIC	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	2229/2023	0,000	56,1000	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO	SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI	12.793.110/0001-37	2253/2023	40,000	8,8000	352,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
	AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVO NA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. VALOR DO PH DEVE ESTAR ENTRE 11,5 E 13,0. GALÃO OPACO COM 5L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE. COM LACRE DE SEGURANÇA. A EMBALAGEM DEVE CONTER A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, DADOS DA PROCEDÊNCIA DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE DE 6 MESES E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS).			2253/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DESINFETANTE LÍQUIDO, AÇÃO E BACTERICIDA, GALÃO 5L	SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI	12.793.110/0001-37	2253/2023	40,000	10,0000	400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS CM2MEDIDINDO 25CM DE LARGURA	LA DALLA PORTA JUNIOR	11,145.401/0001-56	2230/2023	50,000	15,9300	796,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM2, 6CM X1,8M. MASSA 13,3G.	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2231/2023	80,000	6,0000	480,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEITE INTEGRAL TIPO UHT. EMBALAGEM CARTONADA DE 1 LITRO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO LATA COM 300 A 400 G.	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	2248/2023	40,000	5,0000	200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	2247/2023	24,000	3,9500	94,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	2247/2023	60,000	6,9900	419,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	2247/2023	27,000	7,0000	189,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CREME DE BARREIRA BINSNAGA COM NO MINIMO	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2232/2023	10,000	37,0000	370,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADA COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO MODELO SACRAL	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2233/2023	2,000	142,4000	284,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE	FUFA SC DISTRIBUIDORA	07.164.711/0001-40	2234/2023	20,000	52,5000	1.050,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	POLIURETANO COM CARBOXIMEN SOLUCAO DE IRRIGACAO DE FERIDAS	HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2234/2023	4,000	49.9000	199,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LÁPIS PRETO, CORPO REDONDO, PRODUZIDO COM PAPEL RECICLADO, L	HOSPITALAR LTDA	14.066.477/0001-84	2235/2023	6,000	34.0000	204,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SAPONÁCEO MULTIUO CREMOSO COM CLORO ATIVO, COMPOSIÇÃO BÁSIC	RSUL EIRELI	34.054.368/0001-54	2254/2023	72,000	3.0000	216,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMOTRIGINA - LAMITOR	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	83.002.360/0004-00	2255/2023	1,000	142,1400	142,14
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIVALPROATO DE SODIO - DEPAKOTE	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	83.002.360/0004-00	2252/2023	4,000	106,9200	427,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ULTRASSOM DE AORTA E ARTERIAS RENAIIS COM DOPPLER	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	12.083.918/0001-20	2252/2023	1,000	269,0000	269,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ULTRASSON DE RINS E VIAS URINARIAS	IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	12.083.918/0001-20	2251/2023	1,000	99,0000	99,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº04, COM UM ORIFÍCIO CENTRAL	IMAGGIO MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	05.216.859/0004-07	2251/2023	0,000	0,4300	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06	BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	05.216.859/0004-07	2236/2023	0,000	0,4300	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 08 COM ORIFÍCIO CENTRAL NA P	BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	05.216.859/0004-07	2236/2023	0,000	0,4600	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº10 COM ORIFÍCIO	BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	05.216.859/0004-07	2236/2023	0,000	0,4600	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 12 COM ORIFÍCIO CENTRAL	BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	05.216.859/0004-07	2236/2023	0,000	0,4800	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 14 COM ORIFÍCIO CENTRAL	BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	05.216.859/0004-07	2236/2023	0,000	0,5000	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 16 COM ORIFÍCIO CENTRAL	BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	05.216.859/0004-07	2236/2023	0,000	0,5500	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 18 COM ORIFÍCIO CENTRAL	BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	05.216.859/0004-07	2236/2023	0,000	0,5500	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N 20 COM OFICIO CENTRAL	BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	05.216.859/0004-07	2236/2023	0,000	0,6300	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CURATIVO HIDROCOLOIDE EM PLACA ESPESSURA FINA 10 X 10 CM	POLAR FIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITA	02.881.877/0001-64	2237/2023	40,000	4,3000	172,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIDROGEL COM ALGINATO DE CALCIO	COINTER MATERIAL MEDICO LTDA	03.800.317/0001-09	2238/2023	20,000	28,5000	570,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE ACIDO GRAXOS ESSENCIAIS E VITAMINAS A e E. FRASCO COM NO MINIMO 200 ML COM BICO DOSADOR CARACTERISTICA MINIMA: LOÇÃO OLEOSA Á BASE DE ACIDO GRAXOS ESSENCIAS (A.G.E), OLEO DE GIRASSOL (ACIDO LINOLEICO) E VITAMINAS A e E	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2239/2023 2239/2023	24,000	6,8900	165,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GAZE HIDROFILA EM COMPRESSA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2240/2023 2240/2023	1,200,000	0,3300	396,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GAZE HIDROFILA EM COMPRESSA CONFECCIONADA COM 13 FIOS/CM EM TAMANHO 10X10CM FECHADA E 20X40 COM ABERTA. COM 5 DOBRAS VOLTADAS PARA DENTRO E 8 CAMADAS DEVE POSSUIR PESO MINIMO DE 900G POR EMBALAGEM E 1,8G POR UNIDADE. EMBALADA EM PACOTE QUE MANTENHA SUA INTEGRIDADE COM 500 PEÇAS	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2241/2023 2241/2023	30,000	56,1600	1.684,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CABO PARA ESPELHO BUCAL	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	2242/2023	200,000	4,1900	838,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT ALAVANCA SELDIN ADULTO COM 3 PEÇAS	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	2242/2023	5,000	79,9900	399,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA PERIODONTAL MILIMETRADA. FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL.	ODONTOSUL LTDA	04.971.211/0001-22	2242/2023 2242/2023	12,000	13,2400	158,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANESTESICO ESTERIL LOCAL INJETAVEL	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA	06.194.440/0001-03	2243/2023	2,000	75,4900	150,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FORMULA INFANTIL SEMIELENTAR	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.	03.612.312/0004-97	2246/2023 2246/2023	6,000	100,0000	600,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SINVASTATINA 20 MG COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2244/2023 2244/2023	129,000,000	0,0717	9,249,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VARFARINA SODICA, 5MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES	81.706.251/0001-98	2244/2023	3,300,000	0,1800	594,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
		COMERCIAIS LTDA		2244/2023			
				2244/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	2245/2023	2.000.000	0,3500	700,00
				2245/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	2245/2023	12.000.000	0,1330	1.596,00
				2245/2023			
Total Geral:							351.454,21


EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 05/2023 - PREFEITURA MUN. CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5091643

Página: 1 / 23

Data: 22/08/2023

Mês / Ano de Referência
5/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

RUA EXPEDICIONARIO J. B. DE ALMEIDA, 323 - CENTRO - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 82.939.232/0001-74 Telefone: (49) 3541-6200
E-mail: camposnovos@camposnovos.sc.gov.br Site: /www.camposnovos.sc.gov.br/

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Mai/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	PAGAMENTO DE DE TAXAS	FRANCIS MIGUEL KUHL SCHWEITZER 04953386990	17.304.855/0001-09	3026/2023	3,000	100,0000	300,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ. POTE COM NO MÍNIMO 200 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN14922)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3024/2023 3024/2023	384,000	7,7500	2.976,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	RETROSCAVADEIRA NOVA TIPO A. ZERO HORA, PESO OPERACIONALMAIOR OU IGUAL A 7000 KG.	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0010-24	2978/2023 2978/2023	2,000	387.000,0000	774.000,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	DETERGENTE LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, COADJUVANTES, PRESERVANTES, ESPESANTES, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIASQUÍMICAS PERMITIDAS. VALOR DO PH DEVE ESTAR ENTRE 5,0 E 8,0. VISCOSIDADE DE NO MÍNIMO 200 CP. DEVE POSSUIR UMAFRAGRÂNCIA AGRADÁVEL E PRODUIR BOA QUANTIDADE DEESPUMA COM POUCAS GOTAS DO PRODUTO. GALÃO COM 5L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA,LOTE, VALIDADE E PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTECOM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA.	SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI	12.793.110/0001-37	2992/2023 2992/2023	200,000	13,0000	2.600,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN15712)						
	COMPOSIÇÃO BÁSICA SURFACTANTE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, FRAGRÂNCIAS, CORANTES, CONSERVANTES, ESPESANTES E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. VALOR DO PH DEVE ESTAR ENTRE 3.0 E 7.0. VISCOSIDADE DE NO MÍNIMO 400 CP E NÃO POSSUIR GRUMOS. DEVE POSSUIR UMA FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL. GALÃO COM 5L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	3022/2023 3022/2023	90,000	15,9400	1.434,60
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CONSERTO E REVISÃO DO NOBREAK OR ENERGIA	ELETRONICA T.V. SOM LTDA	80.935.588/0001-04	3029/2023 3029/2023	1,000	230,0000	230,00
	PAPEL HIGIÊNICO 10CM X 300M. FOLHA SIMPLES, PICOTADO, FABRICADO COM 100% FIBRAS DE CELULOSE, NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE 20G/M². PACOTE COM NO MÍNIMO 8 ROLOS.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	2991/2023 2991/2023	200,000	56,1000	11.220,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 30L. FABRICADO EMPOLIETILENO, COM ESPESURA MÍNIMA DE 4 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 59 X	CARLOS E. LAZZAROTTO LTDA	20.315.327/0001-60	2986/2023 2986/2023	300,000	11.9400	3.582,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	62CM. PACOTE COM 100 UNIDADES. CAPACIDADE DE 50L. FABRICADO EMPOLIETILENO. COM ESPESSURA MINIMA DE 5 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 63 X 80CM. PACOTE COM 100 UNIDADES	CARLOS E. LAZZAROTTO LTDA	20.315.327/0001-60	2986/2023 2986/2023	300,000	14,6900	4.407,00
	QHE4G05	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3021/2023 3021/2023	1,000	142,6900	142,69
	LICENCIAMENTO ANUAL ONIBUS IVECO QIS 7315	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2996/2023 2996/2023	1,000	142,6900	142,69
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLAR	LICENCIAMENTO ANUAL MICRO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3025/2023 3025/2023	1,000	142,6900	142,69
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLAR	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	CARMEM LUCIA LEIVAS DE ANDRADE 52214427015	12.584.706/0001-27	2995/2023 2995/2023	23,000	123,5000	2.840,50
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLAR	ESTOFAMENTO ENCOSTO DE BANCO	CARMEM LUCIA LEIVAS DE ANDRADE 52214427015	12.584.706/0001-27	2995/2023 2995/2023	31,000	152,0000	4.712,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	Aquisição de peças através do processo do Cincatarina empenh	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	3020/2023 3020/2023	0,665	40.000,0000	26.600,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	MACACÃO MANGA LONGA/AZUL OU CINZA LOGO PREFEITURA	ALAIR MACIEL DOS SANTOS	12.869.522/0001-03	3080/2023 3080/2023	12,000	130,0000	1.560,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	JALECO MANGA LONGA/AZUL OU CINZA COM LOGO PREFEITURA	ALAIR MACIEL DOS SANTOS	12.869.522/0001-03	3080/2023 3080/2023	8,000	70,0000	560,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	CALÇA ELASTICO INTEIRO/AZUL OU CINZA	ALAIR MACIEL DOS SANTOS	12.869.522/0001-03	3080/2023 3080/2023	8,000	70,0000	560,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	VASSOURA DE PALHA. FABRICADA COM PALHA GUINÉ, FIBRAS LONGAS	SUELEN DAIVANE KANIS	23.608.114/0001-14	3090/2023 3090/2023	40,000	29,8900	1.195,60
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	SABÃO EM PÓ PARA ROUPAS, COMPOSIÇÃO BÁSICA	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	3085/2023 3085/2023	30,000	20,0000	600,00
	ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO						
	OUODOECILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO,						
	TENSOATIVOS,CORANTES, ESPESANTES, CONSERVANTES, CORANTES FRAGRÂNCIAS, ENZIMAS, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIASQUÍMICAS						

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	1,8KG. CONTENDO: MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11645)	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	3089/2023 3089/2023	12,000	30,1500	361,80
	CERA LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA EMULSIONANTES, RESINAS, PLASTIFICANTE, SOLVENTES, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS						
	PERMITIDAS: FRASCO COM 750ML						
	CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE: DISPONÍVEL NASCORES INCOLOR, VERMELHA E AMARELA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA.						
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	LIMPADOR MULTÍTIPO, LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA ALQUIL	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	09.196.745/0001-42	3088/2023 3088/2023	48,000	3,7000	177,60
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	PAPEL HIGIÊNICO 10CM X 30M. FOLHA DUPLA, PICOTADO, FABRICADO COM 100% FIBRAS DE CELULOSE. NÃO RECICLADO. SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE 28G/M². PACOTE COM 64 ROLOS.	CASTELHOS & GAMBÁ CONEXÕES COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	3087/2023 3087/2023	100,000	71,4900	7.149,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CERA LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA EMULSIONANTES, RESINAS, PLASTIFICANTE, SOLVENTES, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS	CASTILHOS & GAMBÁ CONEXÕES COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	3087/2023 3087/2023	48,000	4,7700	228,96
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	PERMITIDAS: FRASCO COM 750ML						
	CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE: DISPONÍVEL NASCORES INCOLOR, VERMELHA E AMARELA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA.						

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2023.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACAL, SOLÚVEL EM ÁGUA, PRODUTO DEVE SER CONCENTRADO PARA USO COM DILUIÇÃO, GALÃO DE 5 LITROS	FERNANDO FALCAO MARQUES DE OLIVEIRA	40.524.210/0001-01	3086/2023	0,000	24,8000	0,00
	ESCOVA COM CERCAS EM NYLON PARA LIMPEZA DE VASOSANITÁRIO COM CABO E SUPORTE EM PLÁSTICO RESISTENTE.(CIN11599)	FERNANDO FALCAO MARQUES DE OLIVEIRA	40.524.210/0001-01	3086/2023	0,000	4,5400	0,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	LIMPADOR PERFUMADO COM ALCOOL, COMPOSIÇÃO BÁSICA LAURIL ÉTER	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	3084/2023 3084/2023	48,000	28,5900	1,372,32
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	SABÃO EM PÓ PARA ROUPAS, COMP. BÁSICA ATIVO ALQUIL - 400G	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	3084/2023 3084/2023	144,000	6,9900	1,006,56
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVO NA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA, PRODUTO SEM AROMATIZANTE. VALOR DO PH DEVE ESTAR ENTRE 11,5 E 13,0. FRASCO COM 1L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM LACRE DE SEGURANÇA. A EMBALAGEM DEVE CONTER MARCA, DADOS DO FABRICANTE, DADOS DA PROCEDÊNCIA DO PRODUTO, LOTE VALIDADE DE 6 MESES E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS).	SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI	12.793.110/0001-37	3083/2023	0,000	8,8000	0,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	DETERGENTE LÍQUIDO COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUIL BENZENO SULFANATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, COADJUVANTES, PRESERVANTE, ESPESSENTES, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. VALOR DO PH DEVE ESTAR ENTRE 5,0 E 8,0 VISCOSIDADE DE NO MÍNIMO 200	SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI	12.793.110/0001-37	3083/2023	0,000	1,7500	0,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CP.FRASCO COM 500 ML COM BICO DOSADOR	SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI	12.793.110/0001-37	3083/2023	0,000	13.0000	0,00
	DETERGENTE LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, COADJUVANTES, PRESERVANTES, ESPESSENTES, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. VALOR DO PH DEVE ESTAR ENTRE 5.0 E 8.0.						
	VISCOSIDADE DE NO MÍNIMO 200 CP. DEVE POSSUIR UMA FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL E PRODUIR BOA QUANTIDADE DE ESPUMA COM POUCAS GOTAS DO PRODUTO. GALÃO COM 5L.						
	CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA. DEVERÁ SER FORNECIDO						
	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	QUIMICAMPOS SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA TRATAMENTO DE AGUA LTDA	15.411.229/0001-96	3067/2023	1,000	2.404,0000	2.404,00
	TRATAMENTO DE AGUA COM VAZÃO DE 1.200 L/H			3067/2023			
	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	COMPE SOLUCOES LTDA	43.243.006/0001-00	3075/2023	1,000	150,0000	150,00
	SERVIÇO DE LIMPEZA DE IMPRESSORA DE RELÓGIO PONTO			3075/2023			
	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	COMPE SOLUCOES LTDA	43.243.006/0001-00	3075/2023	1,000	400,0000	400,00
	DESLOCAMENTO			3075/2023			
	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	PAULO ROGERIO FERRAZ TREINAMENTOS E EVENTOS	19.785.208/0001-91	3095/2023	4,000	524,0000	2.096,00
	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	JOAÇABA PNEUS LTDA	84.587.245/0016-33	3134/2023	2,000	1.536,0000	3.072,00
	PNEU 1000-20 PIRELLI			3134/2023			
	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3112/2023	1,000	69,0100	69,01
	TAXA DETRAN PARA AUTORIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			3112/2023			
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CABO ADAPTADOR VGA PARA HDMI	DIFERENCIAL INFORMATICA LTDA	03.953.274/0001-93	3114/2023	8,000	40,0000	320,00
				3114/2023			
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CABO ADAPTADOR DVI PARA HDMI	DIFERENCIAL INFORMATICA LTDA	03.953.274/0001-93	3114/2023	5,000	35,0000	175,00
				3114/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ OU GRANULADO, LATA OU POTE DE VIDRODE NO MÍNIMO 160 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORMEFOLHA DE DADOS. (CIN15647)	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	3113/2023 3113/2023	96,000	14,0500	1.348,80
	AÇUCAR REFINADO - PACOTE 5KG	NSC COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	33.842.718/0001-84	3140/2023 3140/2023	20,000	20,6000	412,00
	CONJUNTO DE MESA COM QUATRO CADEIRAS	DAIANE VALERIA DE ANDRADE CORDEIRO - ME	07.394.507/0001-16	3139/2023 3139/2023	10,000	414,0000	4.140,00
	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3111/2023 3111/2023	2,000	142,6900	285,38
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PAPEL HIGIÊNICO 10CMX30M. FOLHA DUPLA, PICOTADO, FABRICADO COM 100% FIBRAS DE CELULOSE, NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE 28G/M2. PACOTE COM 64 ROLOS.	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	3121/2023 3121/2023	10,000	71,4900	714,90
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PAPEL A4, ALCALINO, PARA APLICAÇÃO EM IMPRESSORA LASER, COM	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	83.413.591/0003-18	3120/2023 3120/2023	10,000	162,3500	1.623,50
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	PNEU 23.1-26	RK2 PNEUS EIRELI	26.472.570/0001-78	3133/2023 3133/2023	2,000	8.100,0000	16.200,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACAL, SOLÚVEL EM ÁGUA. PRODUTO DEVE SER CONCENTRADO PARA USO COM DILUIÇÃO DE 1:40, OU SEJA, 1L GERA 40L DE PRODUTO PRONTO PARA USO. GALÃO COM 5L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVE POSSUIR REGISTRO/NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (CIN17493);	FERNANDO FALCAO MARQUES DE OLIVEIRA	40.524.210/0001-01	3149/2023	128,000	24,8000	3.174,40
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	FREEZER HORIZONTAL 500L. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	FACE ATTIVITA COMMERCIALE LTDA	40.811.541/0001-14	3146/2023 3146/2023	1,000	4.040,8000	4.040,80

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	LEITE INTEGRAL TIPO UHT.	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	3138/2023	2.000,000	5,0000	10.000,00
	EMBALAGEM CARTONADA DE 1 LITRO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN13045);			3138/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	FREEZER HORIZONTAL 500L. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN13045);	FACE ATTIVITA COMMERCIALE LTDA	40.811.541/0001-14	3147/2023	1,000	4.040,8000	4.040,80
	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN13045);			3147/2023			
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	RODO COM CABO EM ALUMÍNIO RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 150CM DE COMPRIMENTO. BASE EM BORRACHA DUPLA FABRICADA EM EVA COM NO MÍNIMO 60CM DE COMPRIMENTO. REFORÇO ULTRA RESISTENTE E FIXAÇÃO DO CABO A BASE COM PARAFUSO. (CIN15847)	GOEDERT LTDA	79.846.465/0001-18	3148/2023	110,000	29,3000	3.223,00
	PROJETOR (RESOLUÇÃO NATIVA: XGA; BRILHO: 3400 LÚMENS; PORTAS: 01 HDMI E 01 VGA);			3148/2023			
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	SABÃO EM BARRA DE COCO, COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, GLICERINA, FRAGRÂNCIA, CORANTE, VEÍCULO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. BARRA COM NO MÍNIMO 200G. EMBALAGEM DEVE CONTER A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN17497)	REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS	65.149.197/0002-51	3190/2023	2,000	3.898,9900	7.797,98
	TOALHA DE ROSTO PARA PONTO CRUZ, AVELUDADA, FELPUDA, COM TOQUE MACIO E CONFORTÁVEL. FABRICADA EM NO MÍNIMO 85% ALGODÃO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 45 X 70CM. GRAMATURA MÍNIMA DE 370G/M². DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS			3190/2023			
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	TOALHA DE ROSTO PARA PONTO CRUZ, AVELUDADA, FELPUDA, COM TOQUE MACIO E CONFORTÁVEL. FABRICADA EM NO MÍNIMO 85% ALGODÃO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 45 X 70CM. GRAMATURA MÍNIMA DE 370G/M². DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS	CARLOS E. LAZZAROTTO LTDA	20.315.327/0001-60	3189/2023	100,000	2,2800	228,00
	TOALHA DE ROSTO PARA PONTO CRUZ, AVELUDADA, FELPUDA, COM TOQUE MACIO E CONFORTÁVEL. FABRICADA EM NO MÍNIMO 85% ALGODÃO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 45 X 70CM. GRAMATURA MÍNIMA DE 370G/M². DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS			3189/2023			
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	TOALHA DE ROSTO PARA PONTO CRUZ, AVELUDADA, FELPUDA, COM TOQUE MACIO E CONFORTÁVEL. FABRICADA EM NO MÍNIMO 85% ALGODÃO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 45 X 70CM. GRAMATURA MÍNIMA DE 370G/M². DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS	CARLOS ENRIQUE LUSSANI	19.941.698/0001-78	3194/2023	300,000	10,3500	3.105,00
	TOALHA DE ROSTO PARA PONTO CRUZ, AVELUDADA, FELPUDA, COM TOQUE MACIO E CONFORTÁVEL. FABRICADA EM NO MÍNIMO 85% ALGODÃO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 45 X 70CM. GRAMATURA MÍNIMA DE 370G/M². DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE CORES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS			3194/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN16778);						
	SAPONAÇÃO MULTUSO CREMOSO COM CLORO ATIVO COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIÔNICO, AGENTE DEBRANQUEAMENTO, VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. DEVE APRESENTAR ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 800 CP) E NÃO POSSUIR GRUMOS. FRASCO COM NO MÍNIMO 250ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE.	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	3188/2023 3188/2023	168,000	3,0000	504,00
	PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. BASE PARA RODO EM ESPUMA COM FIBRA COM NO MÍNIMO 25CM DE LARGURA E CEPA FABRICADA EM PLÁSTICO OU MADEIRA. (CIN17424)						
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	LIMPADOR MULTUSO. LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO OU LAURAMINA, OXÍDIA, COADJUVANTES, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. VALOR DO PH DEVE ESTARENTRE 9.5 E 11.4. COM TAMPAS DOSADORAS TIPO FLIP TOP. FRASCO COM 500ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE. PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E PRODUTO	L&S COMERCIO E SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI	28.086.462/0001-92	3187/2023 3187/2023	28,000	5,4900	153,72
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	SANEAMENTO NOTIFICADO NA ANVISA. COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 180ML. FABRICADO EM POLIPROPILENO (PP), HOMOGÊNEO, ISENTO DE RACHADURAS, BOLHAS, DEFEITOS E DEMAIS CARACTERÍSTICAS QUE PREJUDIQUEM A QUALIDADE	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	09.196.745/0001-42	3186/2023 3186/2023	48,000	3,7000	177,60
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	20.222.787/0001-43	3185/2023 3185/2023	2,000	101,0000	202,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	DO PRODUTO. COR BRANCA OUCRISTAL. APROVADO PELO INMETRO. CAIXA COM 2.500 COPOS.(CIN15725	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3184/2023 3184/2023	8,000	18,9000	151,20
	PACOTE DE ESPONJA DE FIBRA ABRASIVA PARA LIMPEZAS PESADAS. COR VERDE. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 100 X 260MM. PACOTE COM 10 UNIDADES. (CIN15842)						
	SABÃO EM PÓ PARA ROUPAS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO OUDODECILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS,CORANTES, ESPESSANTES, CONSERVANTES, CORANTES,FRAGRÂNCIAS, ENZIMAS, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIASQUÍMICAS PERMITIDAS. CAIXA COM NO MÍNIMO 1,8KG, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVONA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORÍDE DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. VALOR DO PH DEVE ESTAR ENTRE 11,5 E 13,0. GALÃO OPACO COM 5L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE. COM LACRE DE SEGURANÇA. A EMBALAGEM DEVE CONTER A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, DADOS DA PROCEDÊNCIA DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE DE 6 MESES E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). (CIN15706)	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	3183/2023 3183/2023	20,000	20,0000	400,00
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVONA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORÍDE DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. VALOR DO PH DEVE ESTAR ENTRE 11,5 E 13,0. GALÃO OPACO COM 5L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE. COM LACRE DE SEGURANÇA. A EMBALAGEM DEVE CONTER A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, DADOS DA PROCEDÊNCIA DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE DE 6 MESES E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). (CIN15706)	SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI	12.793.110/0001-37	3182/2023 3182/2023	48,000	8,8000	422,40
	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, (CIN15706)	CASTILHOS & GAMBA CONEXÕES	40.738.368/0001-76	3193/2023	1.800,000	0,8300	1.494,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
INFANTIL	TAMANHO EXTRA GRANDE (EG OU XG). ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN19709)	COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA		3193/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAMANHO SUPER EXTRA GRANDE (SEG OU XXG). ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN19710)	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	3193/2023 3193/2023	1.600,000	0,9300	1.488,00
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PAGAMENTO DE MULTA	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANCA PUBLICA	85.280.147/0001-35	3180/2023	1,000	195,2300	195,23
	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3179/2023	2,000	142,6900	285,38
	PANO DE CHÃO. COMPOSIÇÃO DE NO MÍNIMO 85% ALGODÃO. TRAMA FECHADA. DIMENSÕES APROXIMADAS 50 X 80CM, ACEITANDO VARIAÇÃO DE ±10CM EM CADA MEDIDA. (CIN17402);	ZOOM COMERCIAL SAO PAULO LTDA	47.729.996/0001-34	3196/2023 3196/2023	1.000,000	2,9900	2.990,00
	MULTA DE TRANSITO						
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	EMPENHO ESTIMATIVO PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ATRAVÉS DO SISTEMA PRIME	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANCA PUBLICA	85.280.147/0001-35	3201/2023	1,000	130,1600	130,16
	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA		05.340.639/0001-30	3191/2023 3191/2023	1,000	35.000,0000	35.000,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	SABÃO EM PÓ PARA ROUPAS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	3195/2023 3195/2023 3195/2023	400,000	20,0000	8.000,00
	OUODOCILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, CORANTES, ESPESANTES, CONSERVANTES, CORANTES, FRAGRÂNCIAS, ENZIMAS, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. CAIXA COM NO MÍNIMO 1,6KG, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, FOGÃO A GÁS COM QUATRO						
DEPARTAMENTO DE		R. S. ELETRO LTDA	34.887.479/0001-41	3181/2023	1,000	600,0000	600,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maior2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	BOGAS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12622);			3181/2023			
	BOBINA PARA CALCULADORA 57MM	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA	82.803.230/0001-53	3192/2023	40,000	2,9000	116,00
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				3192/2023			
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	TAXA DETRAN PARA AUTORIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3203/2023	1,000	69,0100	69,01
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	TAXA DETRAN PARA AUTORIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3209/2023	1,000	69,0100	69,01
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	TAXA DETRAN PARA AUTORIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3206/2023	1,000	69,0100	69,01
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	TAXA DETRAN PARA AUTORIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3204/2023	1,000	69,0100	69,01
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	TAXA DETRAN PARA AUTORIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3205/2023	1,000	69,0100	69,01
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	PAGAMENTO DE LICENCIAMENTO ANUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3227/2023	2,000	142,6900	285,38
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CHÁ EM SACHÊ. CAIXA COM 10 SACHÊS DE NO MÍNIMO 1G CADA.NO MÍNIMO 5 (CINCO) SABORES DIFERENTES. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O SABOR QUE DEVERÁ SER FORNECIDO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16987)	OTHALA COMERCIO LTDA	45.747.626/0001-02	3207/2023	170,000	2,6000	442,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO DO TIPO ÁGUA E SAL. PACOTE COM NO MÍNIMO 300 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14894)	AVANCE SERVICE LTDA	37.910.003/0001-72	3208/2023	50,000	5,2000	260,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO DO TIPO WAFER, SABORES VARIADOS. PACOTE COM NOMÍNIMO 110 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DEDADOS. (CIN16986)	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	3211/2023	50,000	1,9900	99,50
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO TIPO MAZENA. PACOTE COM NO MÍNIMO 360 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	3211/2023	48,000	4,7900	229,92

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN14902)						
	VALVULA PARA DESCARGA	PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	21.563.856/0001-45	3210/2023 3210/2023	2,000	233.0000	466,00
	TORNEIRA DE METAL	PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	21.563.856/0001-45	3210/2023 3210/2023	7,000	53.9000	377,30
	ENGATE FLEXIVEL	PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	21.563.856/0001-45	3210/2023 3210/2023	10,000	7.5000	75,00
	FITA VEDA ROSCA	PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	21.563.856/0001-45	3210/2023 3210/2023	3,000	3.8000	11,40
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	FREEZER HORIZONTAL 500L. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	FACE ATTIVITA COMMERCIALE LTDA	40.811.541/0001-14	3225/2023 3225/2023	1,000	4.040.8000	4.040,80
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DE 0 A 36 MESES. FÓRMULA 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES, COM ARA E DHA, LATA OU POTE DE NO MÍNIMO 400G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.	03.612.312/0004-97	3226/2023 3226/2023	10,000	185.0000	1.850,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECIONADA EM NÃO TECIDO, AGRADÁVEL AO TOQUE E MACIA, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. O ELÁSTICO DEVE SER RESISTENTE E TER NO MÍNIMO 10CM DE COMPRIMENTO. DEVE CONTER CLIPE NASAL DE TIRA	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	3212/2023 3212/2023 3212/2023	200,000	3.9400	788,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	MALEAVEL E REVESTIDO, PRESO A MÁSCARA, SEM SE PROJETER PARA FORA, SEM CONTATO DIRETO COM A PELE; MEDINDO NO MÍNIMO 10CM DE COMPRIMENTO. COR BRANCA. CAIXA COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. EM CONFORMIDADE COM A NBR 15052:2021. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIN15692);	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	3212/2023 3212/2023 3212/2023	500,000	1,7800	890,00
	ABSORVENTE EXTERNO FEMININO, COBERTURA SUAVE, NO MÍNIMO 6 HORAS DE PROTEÇÃO, COM ABAS PARA MELHOR FIXAÇÃO. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. EMBALAGEM UNITÁRIA POR ABSORVENTE: PACOTE COM NO MÍNIMO 8 UNIDADES CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIN8436);	SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI	12.793.110/0001-37	3231/2023 3231/2023	288,000	1,7500	504,00
	DETERGENTE LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUIL BENZENO	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI GOEDERT LTDA	13.965.228/0001-68 79.846.465/0001-18	3229/2023 3230/2023	84,000 0,000	1,9800 1,5900	166,32 0,00
	SAPONACEO EM PÓ 300GR LUBRIFICANTE MULTITUSO. FABRICADA EM LÁTEX NATURAL, AMARELA	GOEDERT LTDA	79.846.465/0001-18	3237/2023 3237/2023	100,000	10,2000	1.020,00
	DIMENSÕES APROXIMADAS DE INSCRIÇÃO	PAULO ROGERIO FERRAZ TREINAMENTOS E EVENTOS	19.785.208/0001-91	3236/2023 3236/2023	1,000	524,0000	524,00
	MASSA ASFÁLTICA DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE(CBUQ) PARA APLICAÇÃO A	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI	18.375.607/0001-11	3254/2023 3254/2023	500,000	20,2000	10.100,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS							
SUSECRETARIA SERV. URBANOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
SUSECRETARIA SERV. URBANOS							
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL							
SUSECRETARIA SERV. URBANOS							

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	MANUTENÇÃO ASFÁLTICA, FORNECIMENTO EM SACOS DE 25 KG, INCLUSO CUSTO DE ENTREGA PARA MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SERRANA. (CIN19732)	GMG GUINDASTES ASSISTENCIA E LOCACAO LTDA - ME	05.593.480/0001-65	3243/2023 3243/2023	11,000	200,0000	2.200,00
	DESMONTAR JUNTA ROTATIVA E TROCA DA VEDAÇÃO COMPLETAR ÓLEO HIDRÁULICO TROCA 2 CONECTOR	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	3251/2023	4,000	2.150,0000	8.600,00
	PNEU 275/80 R22.5 TIPO RADIAL	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	3252/2023	8,000	2.365,0000	18.920,00
	PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÃO, PARAUTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 20MM, APROVADOPELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DEFABRICAÇÃO. (CIM9864)	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	3250/2023	8,000	2.403,0000	19.224,00
	PNEU 12.5/80-18 PARA RETROESCAVADEIRA, TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, COM NO MÍNIMO 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9889)	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	3249/2023 3249/2023	2,000	2.760,0000	5.520,00
	PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	3248/2023	6,000	2.170,0000	13.020,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	18MM. APROVADOPELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DEFABRICAÇÃO. (CIN9863)	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	3256/2023	305,000	9,4500	2.882,25
	MACIAS, FABRICADAS EM NYLON E CABO FABRICADO EM MADEIRA PLASTIFICADA COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 120CM. BASE RETANGULAR COM LARGURA MÍNIMA DE 30CM E ALTURA MÍNIMA DE 10CM.			3256/2023			
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVONA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. VALOR DO PH DEVE ESTAR ENTRE 11,5 E 13,0. GALÃO OPACO COM 5L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM LACRE DE SEGURANÇA. A EMBALAGEM DEVE CONTER A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, DADOS DA PROCEDÊNCIA DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE DE 6 MESES E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). (CIN15706)	SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI	12.793.110/0001-37	3255/2023	400,000	8,8000	3.520,00
				3255/2023			
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	DETERGENTE LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, COADJUVANTES, PRESERVANTES, ESPESANTES, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. VALOR DO PH DEVE ESTAR ENTRE 5,0 E 8,0. VISCOSIDADE DE NO MÍNIMO 200 CP. DEVE PRODUZIR BOA QUANTIDADE DE ESPUMA COM	SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI	12.793.110/0001-37	3255/2023	2.400,000	1,7500	4.200,00
				3255/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	POUCAS GOTAS DO PRODUTO FRASCO COM 500ML COM BICO DOSADOR, CONTENDO A MARCA/DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E PRODUTO SANEANTE NOTIFICADO NA ANVISA. DEVERÁ POSSUIRNO MÍNIMO OS SEGUINTES AROMAS	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	3257/2023 3257/2023	180,000	30,1500	5.427,00
	CERA LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA EMULSIONANTES, RESINAS, PLASTIFICANTE, SOLVENTES, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. GALÃO COM 5L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DISPONÍVEL NAS CORES INCOLOR, VERMELHA E AMARELA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN11586);	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	3257/2023 3257/2023	600,000	16,1000	9.660,00
	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL						
	QUEROSENE LÍQUIDA PARA LIMPEZA. ILLUMINANTE COMUM. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM NO MÍNIMO 900ML CONTENDO A MARCA. DADOS DO FABRICANTE. PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVE POSSUIR REGISTRO/NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. (CIN13875);						
	QUAD RING- 80,1 X 7						
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	OLEO HIDRÁULICO AW68 ALTA TEMP.	GMG GUINDASTES ASSISTENCIA E LOCACAO LTDA - ME	05.593.480/0001-65	3244/2023 3244/2023	3,000	185,1800	555,54
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	TERMINAL FEMEA C/TRAVA 1/4 -91	GMG GUINDASTES ASSISTENCIA E LOCACAO LTDA - ME	05.593.480/0001-65	3244/2023 3244/2023	2,000	33,0000	66,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	ADAPT ACO 1.1/16UNFX1.1/16	GMG GUINDASTES ASSISTENCIA E LOCACAO LTDA - ME	05.593.480/0001-65	3244/2023 3244/2023	2,000	4,0000	8,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	ABRAÇADEIRA NYLON 400 X 4.8MM	GMG GUINDASTES ASSISTENCIA E LOCACAO LTDA - ME	05.593.480/0001-65	3244/2023 3244/2023	1,000	26,0000	26,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS					4,000	3,0000	12,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Maio/2023.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	Aquisição de peças através do processo do Cincatarina empenh	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	3272/2023	1,000	50.000,0000	50.000,00
				3272/2023			
	SUSECRETARIA SERV. URBANOS	DANIELI DOS SANTOS MOREIRA	37.228.781/0001-86	3267/2023	17,000	774,0000	13.158,00
		WARFARE		3267/2023			
	SUSECRETARIA SERV. URBANOS	DANIELI DOS SANTOS MOREIRA	37.228.781/0001-86	3267/2023	17,000	69,0000	1.173,00
		WARFARE		3267/2023			
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	PORTA RÁDIO WTC MODULAR	DANIELI DOS SANTOS MOREIRA	37.228.781/0001-86	3267/2023	17,000	49,0000	833,00
		WARFARE		3267/2023			
	PORTA ALGEMA MODULAR	DANIELI DOS SANTOS MOREIRA	37.228.781/0001-86	3267/2023	17,000	49,0000	833,00
		WARFARE		3267/2023			
	PORTA CARREGADOR CTT DUPLO	DANIELI DOS SANTOS MOREIRA	37.228.781/0001-86	3267/2023	17,000	59,0000	1.003,00
		WARFARE		3267/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CHASSI CABINE COM CARROCERIA ABERTA EM AÇO ESTRUTURAL TIPO D, (COM TRANSMISSÃO MANUAL ARCONDICIONADO) MERCEDES-BENZ SPRINTER TRUCK 417 - CHASSI CABINE COM CARROCERIA ABERTA EM AÇO ESTRUTURAL - 2023/2024 PRODUTO CIN19840	SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	24.706.364/0007-45	3286/2023	1,000	258.800,0000	258.800,00
				3288/2023			
	MOTONIVELADORA NOVA, ZERO HORA, TIPO B, PESO OPERACIONAL MAIOR OU IGUAL A 15070 KG. MARCA XCMG 1803BR 2022	XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14.707.364/0001-10	3285/2023	1,000	819.000,0000	819.000,00
				3285/2023			
	PAGAMENTO DE DE TAXAS	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE BOCHA E BOLÃO	83.169.946/0001-03	3319/2023	1,000	660,0000	660,00
		ASSOCIACAO LAGEANA DE VOLEIBOL	08.726.486/0001-51	3319/2023	2,000	330,0000	660,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	ARBITRAGEM PARA VOLEIBOL	ASSOCIACAO LAGEANA DE VOLEIBOL	08.726.486/0001-51	3318/2023	1,000	320,0000	320,00
		ASSOCIACAO LAGEANA DE VOLEIBOL	08.726.486/0001-51	3318/2023	1,000	350,0000	350,00
	ARBITRAGEM	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	3318/2023	80,000	11,9700	957,60
				3317/2023			
	CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO EMBALADO A VÁCUO. PACOTECOM 500 G. COM NÍVEL MÍNIMO DE QUALIDADE 4,8,						

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CONFORMERECOMENDações TÉCNICAS ABIC. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMASCONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN16020)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	3307/2023	10,000	16,2100	162,10
	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO. PACOTE DE 400 A 500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS						
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO DE POLVILHO SALGADO. PACOTE COM 100 A 200 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN12990)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3311/2023 3311/2023	100,000	7,2000	720,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO SALGADO COM GERGELIM. PACOTE COM 360 A 400 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14898)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3311/2023 3311/2023	60,000	6,2500	375,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITOS SORTIDOS AMANTEIGADOS. PACOTE COM 300 A 400 G.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3311/2023 3311/2023	100,000	5,0000	500,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO TIPO MARIA. PACOTE COM NO MÍNIMO 740 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14904)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	3308/2023	100,000	10,6500	1,065,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	LEITE INTEGRAL TIPO UHT. EMBALAGEM CARTONADA DE 1 LITRO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN13045);	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	3308/2023	24,000	5,0000	120,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO TIPO ROSQUINHA. PACOTE DE NO MÍNIMO 300G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14905)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	3309/2023	50,000	3,6900	184,50
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	MILHO PARA PIPOCA, TIPO 1, GRÃOS SELECIONADOS. PACOTE DE500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3310/2023	40,000	4,5500	182,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	(CIN14948) FREEZER HORIZONTAL 500L. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	FACE ATTIVITA COMMERCIALE LTDA	40.811.541/0001-14	3358/2023 3358/2023	1,000	4.040,8000	4.040,80
GABINETE	PAGAMENTO DE PASSAGEM AÉREA DE IDA E VOLT A PARA BRASÍLIA - DF	C.H. TUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	12.642.975/0001-00	3345/2023 3345/2023	5,000	2.169,3640	10.846,82
GABINETE	DIÁRIA DE HOTEL	C.H. TUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	12.642.975/0001-00	3345/2023 3345/2023	5,000	589,5760	2.947,88
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO DE POLVILHO SALGADO. PACOTE COM 100 A 200 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN12990)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3366/2023	100,000	7,2000	720,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO SALGADO COM GERGELIM. PACOTE COM 360 A 400 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14898)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3366/2023	60,000	6,2500	375,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITOS SORTIDOS AMANTEIGADOS. PACOTE COM 300 A 400 G.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3366/2023	100,000	5,0000	500,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO TIPO ROSQUINHA. PACOTE DE NO MÍNIMO 300G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14905)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	3368/2023 3368/2023	50,000	3,6900	184,50
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO. PACOTE DE 400 A 500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	3367/2023 3367/2023	10,000	16,2100	162,10
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	MILHO PARA PIPOCA, TIPO 1, GRÃOS SELECIONADOS. PACOTE DE500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14948)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3369/2023 3369/2023	40,000	4,5500	182,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITO TIPO MARIA. PACOTE COM NO MÍNIMO 740 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14904)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	3371/2023 3371/2023	100,000	10,6500	1.065,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	LEITE INTEGRAL TIPO UHT. EMBALAGEM CARTONADA DE 1 LITRO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN13045);	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	3371/2023	24,000	5,0000	120,00
				3371/2023			
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BISCOITOS SORTIDOS AMANTEIGADOS. PACOTE COM 300 A 400 G.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3370/2023	100,000	5,0000	500,00
				3370/2023			
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	SERVIÇO REVISÃO DE MOTOR	SHOPPING TRUCK CHAPECO PECAS E SERVICOS EIRELI	29.724.998/0001-59	3643/2023	1,000	1.550,0000	1.550,00
				3643/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CAMERA DE TV P/ SISTEMA DE SEGURANÇA VHL	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11	3478/2023	7,000	253,0000	1.771,00
				3478/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11	3478/2023	1,000	1.204,1800	1.204,18
				3478/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	HD 1TB	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11	3478/2023	1,000	560,0000	560,00
				3478/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	FONTE DE ALIMENTAÇÃO 12V- 5 A	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11	3478/2023	1,000	95,0000	95,00
				3478/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CABO COAXIAL FLEXÍVEL	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11	3478/2023	200,000	1,6500	330,00
				3478/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CONECTOR P4 C/ BORNE MACHO	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11	3478/2023	7,000	5,0000	35,00
				3478/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CONECTOR BNC C/ BORNE MACHO	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11	3478/2023	14,000	5,0000	70,00
				3478/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CAIXA DE SOBREPOR	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11	3478/2023	5,000	6,1000	30,50
				3478/2023			
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11	3477/2023	8,000	120,0000	960,00
				3477/2023			
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA NA TROCA DE PASTILHA DE FREIO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3481/2023	1,000	150,0000	150,00
				3481/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	PASSE NO DISCO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3481/2023	1,000	150.0000	150,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	JOGO DE PASTILHA	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3482/2023	1,000	890.0000	890,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	MIRA GM5 HORUS	GESPI INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AERONAUTICOS LTDA	45.218.484/0001-88	3486/2023	2,000	5.890.0000	11.780,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	PAGAMENTO DE DE TAXAS	FRANCIS MIGUEL KUHLSCHWEITZER 04953386990	17.304.855/0001-09	3483/2023	3,000	100.0000	300,00
GABINETE	MULTA DE TRANSITO	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANCA PUBLICA	85.280.147/0001-35	3480/2023	1,000	135.3800	135,38
GABINETE	MULTAS DE TRANSITO VEICU	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANCA PUBLICA	85.280.147/0001-35	3480/2023	1,000	203.0600	203,06
GABINETE	MULTA DE TRANSITO POR TRANSITAR COM VELOCIDADE	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANCA PUBLICA	85.280.147/0001-35	3480/2023	1,000	135.3800	135,38
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	HOSPEDAGEM	ADELIR CARLESSO	06.064.915/0001-47	3589/2023	1,000	80.0000	80,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	VOLMAR CARLOS VOGEL	01.148.668/0001-43	3589/2023	1,000	230.0000	230,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	KIT TECLADO E MOUSE (COM FIO; TECLADO RESISTENTE A ÁGUA PADRÃO ABNT2; MOUSE ÓPTICO 1000DPI)	R. S. VAREJO EIRELI	31.322.368/0001-08	3584/2023	5,000	64.8500	324,25
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	MUDANÇA DE ENDEREÇO DE INTERNET, SEM CABO.	ULTRATELECOM PROVEDORA DE INTERNET EIRELI	08.543.640/0001-50	3585/2023	1,000	100.0000	100,00
GABINETE	ELEMENTO DE FILTRO DE ÓLEO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	97.5000	97,50
GABINETE	ANEL BUJÃO CARTER	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	24.5000	24,50
GABINETE	ELEMENTO DE FILTRO DE COMBUSTIVEL A0000901551	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	68.7500	68,75
GABINETE	FILTRO DE AR CONDICIONADO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	103.0000	103,00
GABINETE	FILTRO DE AR DO MOTOR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	185.0000	185,00
GABINETE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO DIANT. 377698151J	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	449.5200	449,52
GABINETE	JOGO DE PASTILHA DE FREIOS	AUTOSHOW GM COMERCIO DE	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	837.0000	837,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
GABINETE	TRASEIRA	VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	32,0000	32,00
	FLUIDO DE FREIOS 250ML	VEICULOS LTDA					
GABINETE	ADITIVO DE RADIADOR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	35,0000	35,00
GABINETE	PALHETA DO LIMPADOR DO PARABRISA -2R2955425	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	286,3200	286,32
GABINETE	PALHETA DO LIMPADOR DO PARABRISA	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3586/2023	1,000	290,9200	290,92
GABINETE	MÃO DE OBRAS PASSE DE DISCO NO TORNO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3587/2023	1,000	300,0000	300,00
GABINETE	MÃO DE OBRAS DA REVISÃO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3587/2023	1,000	290,8100	290,81
GABINETE	MÃO DE OBRAS TROCA DE PASTILHAS TRASEIRAS	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3587/2023	1,000	300,0000	300,00
GABINETE	OLEO DE MOTOR 5W/30 100 % SINTETICO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	3588/2023	4,000	87,5400	350,16
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	Serviço de acesso a internet	KLEBER SALMORIA	10.545.933/0001-18	3590/2023	6,000	199,9000	1.199,40
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	Instalação de internet	KLEBER SALMORIA	10.545.933/0001-18	3591/2023	1,000	800,0000	800,00
Total Geral:							2.287.181,66

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 06/2023 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

Publicação Nº 5091986

Página: 1 / 1

Data: 24/08/2023

Mês / Ano de Referência
6/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE
Pr. Lauro Muller, 39 - Centro - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 74.097.114/0001-38 Telefone: (49) 3541-0466

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.866, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	Kit vedação para caixa acoplada	SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS EIRELI	07.038.642/0001-29	63/2023	2,000	15,0000	30,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	VALVULA PARA MICTÓRIO MASCULINO	SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS EIRELI	07.038.642/0001-29	63/2023	3,000	55,0000	165,00
Total Geral:							195,00

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 06/2023 - FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5092033

<div><div><div><div><div><div></div><div>Campos Novos</div></div><div><div></div><div>25 de Agosto de 2023</div></div></div></div><div><div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div><div>FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE CAMPOS NOVOS</div><div>Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro - Campos Novos - SC</div><div>CEP: 89620-000 CNPJ: 13.366.366/0001-20 Telefone: (49) 3541-6200</div><div>E-mail: contabilidade@camposnovos.sc.gov.br</div></div></div></div>		<div>Página: 1 / 1</div> <div>Data: 24/08/2023</div> <div>Mês / Ano de Referência 6/2023</div>		<div>Relação Mensal das Compras</div> <div>De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Junho/2023.</div>	
--	--	--	--	--	--

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 06/2023 - FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5092111

Página: 1 / 4

Data: 24/08/2023

Mês / Ano de Referência
6/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL CAMPOS NOVOS - FAS
Rua Expedicionário João Batista, null - Centro - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 01.850.671/0001-04 Telefone: (49) 3551-0255

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	VALE INGRESSO PARA A 13ª EDIÇÃO DA FEIRA DO ARTESANATO	TEC ART TECNOLOGIA E INFORMACAO LTDA	10.364.742/0001-50	372/2023	1,000	270,0000	270,00
	ALGODÃO DOCE EM FLORIANÓPOLIS / SC			372/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA COMUNITARIA	Alimentação incluindo almoço e janta no dia 27 de junho e almoço no dia 28 junho de 2023	SD CANDELABRO RESTAURANTE LTDA	79.287.355/0001-63	379/2023	1,000	128,0000	128,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Diaria de hospedagem, para uma pessoa, em quarto individual. Com entrada	HOTEL E RESTAURANTE RULIZ LTDA - EPP	05.438.769/0001-00	381/2023	1,000	150,0000	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL	CERTIFICADO DIGITAL COM TOKEN A3 E VALIDADE DE 36 MESES;	L.A. CN INFORMATICA LTDA	11.924.851/0001-47	388/2023	1,000	379,0000	379,00
	Faixa Lona (300x80cm)	J2 COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	07.018.483/0001-09	389/2023	1,000	295,0000	295,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Banners Lona (1,20x0,80m)	J2 COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	07.018.483/0001-09	389/2023	2,000	125,0000	250,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	ARRUELA DE VEDAÇÃO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	390/2023	1,000	12,0000	12,00
				391/2023			
				392/2023			
				392/2023			
				391/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FILTRO DE OLEO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	390/2023	1,000	62,0000	62,00
				391/2023			
				392/2023			
				390/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FILTRO DE AR	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	391/2023	1,000	55,0000	55,00
				392/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	INTERRUPTOR DE FREIO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	390/2023	1,000	80,0000	80,00
				392/2023			
				391/2023			
				390/2023			
				391/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FILTRO DE HABITACULO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	390/2023	1,000	50,0000	50,00
				391/2023			
				392/2023			
				390/2023			
				392/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	OLEO 10W40.	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	391/2023	3,000	45,0000	135,00
				390/2023			
				391/2023			
				392/2023			
				390/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FILTRO COMBUSTIVEL 1º	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	392/2023	1,000	60,0000	60,00
				391/2023			
				390/2023			
				391/2023			
				392/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	MÃO DE OBRA	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	392/2023	1,000	176,0000	176,00
				391/2023			
				390/2023			
				392/2023			
				390/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	ARRUELA DE VEDAÇÃO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	392/2023	1,000	12,0000	12,00
				391/2023			
				393/2023			
				394/2023			
				395/2023			
				393/2023			
				395/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FILTRO DE OLEO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	394/2023	1,000	62,0000	62,00
				393/2023			
				394/2023			
				395/2023			
				393/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FILTRO DE AR	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	395/2023	1,000	55,0000	55,00
				394/2023			
				393/2023			
				395/2023			
				393/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FILTRO DE HABITACULO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	394/2023	1,000	50,0000	50,00
				393/2023			
				394/2023			
				395/2023			
				393/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FILTRO DE COMBUSTIVEL -327	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	395/2023	1,000	60,0000	60,00
				394/2023			
				393/2023			
				395/2023			
				394/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	OLEO 10W40.	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	393/2023	3,000	45,0000	135,00
				394/2023			
				395/2023			
				393/2023			
				395/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	MÃO DE OBRA;	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	394/2023	1,000	126,0000	126,00
				393/2023			
				394/2023			
				395/2023			
				393/2023			
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE	COMPE SOLUCOES LTDA	43.243.006/0001-00	395/2023	2,000	125,0000	250,00
				394/2023			
				396/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SOCIAL	RELOGIO PONTO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) .			396/2023			
Total Geral:							2.852,00

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 06/2023 - FUNDO MUN. CRIANÇA/ADOLESC. CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5092007

<div><div><div><div><div><div></div><div>Campos Novos</div><div>25 anos</div></div><div></div><div></div></div><div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div><div>FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA/ADOLESCENTE CAMPOS</div><div>Rua Expedicionário João B. Almeida, 323 - Centro - Campos Novos - SC</div><div>CEP: 89620-000 CNPJ: 10.269.609/0001-14 Telefone: (49) 3554-0200</div></div></div><div><div>Página: 1 / 1</div><div>Date: 24/08/2023</div><div>Mês / Ano de Referência 6/2023</div></div></div>	
<div>Relação Mensal das Compras</div> <div>De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Junho/2023.</div>	

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 06/2023 - FUNDO MUN. DESENV. AGROP. CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5092026

Página: 1 / 1

Data: 24/08/2023

Mês / Ano de Referência
6/2023


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DESENV. AGROP. CAMPOS NOVOS -
Rua Nereu Ramos, 1331 - Centro - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 82.939.232/0001-74 Telefone: (49) 3541-0117

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	CIPIONATO DE ESTRADIOL 2MG/ML FRASCO DE 10 ML.	ASSERVET COMERCIO DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS LTDA	10.468.517/0001-63	53/2023	25,000	19,5000	487,50
Total Geral:							487,50


EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 06/2023 - FUNDO MUN. REEQ. BOMBEIROS CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5092059

Página: 1 / 3

Data: 24/08/2023

Mês / Ano de Referência
6/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIRO CAMPOS NOVOS
Rua Expedicionário João Batista, null - Centro - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 20.202.916/0001-31 Telefone: (49) 3541-0466

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	MACARRÃO COM OVOS TIPO ESPAGUETE, PACOTE DE 500 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14935)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87		50,000	3,3800	169,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	MOLHO DE TOMATE TRADICIONAL. SACHÊ COM NO MÍNIMO 200 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16991)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87		150,000	2,3100	346,50
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	VINAGRE TINTO DE VINHO. GARRAFA PLÁSTICA DE 750 ML A 1 L.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN13261)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87		10,000	4,7600	47,60
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	BISCOITO TIPO ROSQUINHA. PACOTE DE NO MÍNIMO 300G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14905)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06		80,000	3,6900	295,20
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	MILHO VERDE EM CONSERVA. SACHÊ COM 200 A 400 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68		70,000	4,0000	280,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	BISCOITO TIPO MARIA. PACOTE COM NO MÍNIMO 740 G.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14904)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	145/2023	0,000	10,6500	0,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	MACARRÃO CASEIRO COM OVOS. PACOTE DE 500 G.	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	145/2023	0,000	5,0700	0,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	BISCOITO DE POLVILHO SALGADO.	DHIEMIS METZ PINHEIRO	476.589.089-91	144/2023	0,000	7,2000	0,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	PACOTE COM 100 A 200 G. ESPECI						
	MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO. PACOTE DE 500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	DHIEMIS METZ PINHEIRO	476.589.089-91	144/2023	0,000	3,3800	0,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	CREME DE LEITE PASTEURIZADO. EMBALAGEM CARTONADA DE 180A 200 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN13013)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68		54,000	3,4900	188,46
	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO LATA COM 300 A 400 G.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68		24,000	3,9500	94,80
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	FAROFA PRONTA SABOR TRADICIONAL. PACOTE COM NO MÍNIMO 500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN14918)	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68		20,000	7,9900	159,80
	LEITE CONDENSADO. EMBALAGEM CARTONADA DE NO MÍNIMO 350 G. ES	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68		27,000	7,0000	189,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	MASCARA FACIAL PARA OXIGENOTERAPIA	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	150/2023	35,000	4,9000	171,50
	INSPEÇÃO VEICULAR	IPETRAN- INST. TECNICO AUTORIZADO PELO INMETRO	07.573.361/0001-76	150/2023 153/2023	1,000	750,0000	750,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	KIT TECLADO E MOUSE	R.S. VAREJO EIRELI	31.322.368/0001-08	153/2023 154/2023	5,000	279,9500	1,399,75
	BISCOITO DE POLVILHO SALGADO. PACOTE COM 100 A 200 G. ESPECI	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	154/2023 155/2023	20,000	7,2000	144,00
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO. PACOTE DE 500 G. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	155/2023 155/2023	72,000	3,3800	243,36
	FEIJÃO COMUM PRETO, TIPO 1 GRÃOS, SELECIONADOS. PACOTE COM 1 KG. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	158/2023 158/2023	30,000	6,9900	209,70
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	SERVIÇO CERTIFICAÇÃO DIGITAL	RB CONTABILIDADE LTDA	27.938.320/0001-43	159/2023	1,000	220,0000	220,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNREBON FUNDO MUN. DE REEQ	SERVICO DE VISTORIA DE VEICULO	PAOLA TATIANE CESA	24.147.017/0001-34	159/2023	2,000	140,0000	280,00
				160/2023			
				160/2023			
				160/2023			
Total Geral:							5.188,67

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 06/2023 - FUNDO MUN. ROTAT. HABIT./SOCIAL CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5092090

<div><div><div><div><div><div></div><div>Campos Novos</div></div><div><div></div><div>Diário Municipal</div></div></div><div><div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div><div>FUNDO MUNICIPAL ROT. HABIT./SOC. CAMPOS NOVOS</div><div>Rua Expedicionário João Batista, - Centro - Campos Novos - SC</div><div>CEP: 89620-000 CNPJ: 01.144.196/0001-50 Telefone: (49) 3544-0255</div></div></div></div><div><div>Página: 1 / 1</div><div>Date: 24/08/2023</div><div>Mês / Ano de Referência 6/2023</div></div></div>	
<div>Relação Mensal das Compras</div> <div>De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Junho/2023.</div>	


EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 06/2023 - FUNDO MUN. SAUDE CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5092100

Página: 1 / 11

Data: 24/08/2023

Mês / Ano de Referência
6/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CAMPOS NOVOS
Avenida Caetano Belincanta Neto, 445 - Jardim Bela Vista - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 08.595.042/0001-24 Telefone: (49) 3090-2145
E-mail: saude@camposnovos.sc.gov.br

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO PLÁSTICO, TAMANHO MÍNIMO 35CM X 45CM E ESPESSURA DE	OTHALA COMERCIO LTDA	45.747.628/0001-02	2263/2023 2263/2023	25,000	18,4900	462,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AZITROMICINA, 40 MG/ML (600 MG). FRASCO CONTENDO PO PARA PRE	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	2274/2023	800,000	6,5000	5.200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CETOCONAZOL 20MG/G BISNAGA COM 30G	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2273/2023 2273/2023	500,000	3,3400	1.670,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIGOXINA 0,25 MG. COMPRIMIDO	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2272/2023 2272/2023	3.900,000	0,2200	858,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BISNAGA DE SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME. BISNAGA COM 30	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2272/2023 2272/2023	180,000	4,3494	782,89
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPRIMA 80 MG.	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	02.520.829/0003-02	2271/2023 2271/2023	3.960,000	0,4100	1.623,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2270/2023 2270/2023	74.500,000	0,0390	2.905,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20 MG	SOMAS/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2269/2023 2269/2023	5.800,000	0,1400	812,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÁCIDO FÓLICO, 5 MG.	DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	41.511.821/0001-70	2268/2023 2268/2023	20.000,000	0,0348	696,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL, COM FORMULA NORMOCALORICA SEM GLUTEN E LACTOSE. LATA OU POTE COM NO MINIMO 400G	NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	20.978.588/0001-60	2285/2023 2285/2023	24,000	50,5000	1.212,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PILHA RECARREGÁVEL AAA (PILHA PALITO) 1,2 VOLT, FORMATO GIL	POLEX COMERCIAL LTDA	26.373.592/0001-80	2267/2023 2267/2023	50,000	10,5700	528,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PILHA RECARREGÁVEL AA, 1,2 VOLT, FORMATO CILINDRICO, CAPACIDADE MINIMA DE 2700MAH	AGM BIDDING COMERCIAL LTDA	36.657.293/0001-21	2266/2023 2266/2023	25,000	20,0000	500,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PILHA ALCALINA A23, 12 VOLTS, FORMATO CILINDRICO, CARTELA CO	AGM BIDDING COMERCIAL LTDA	36.657.293/0001-21	2265/2023 2265/2023	50,000	1,8600	93,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALCOOL ETILICO HIDRATADO	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	2264/2023 2264/2023	200,000	5,8900	1.178,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPONJA DUPLA FACE EM FORMATO RETANGULAR PARA LAVAGEM DE LOUÇAS, COM UMA FACE VERDE DE FIBRA SINTÉTICA E OUTRA AMARELA EM POLIURETANO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 11X8X2CM, PACOTE COM NO MÍNIMO 3 UNIDADES.	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	2321/2023 2321/2023	55,000	1,4700	80,85
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SAPONÁCEO MULTIUO CREMOSO COM CLORO ATIVO.COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIÔNICO, AGENTE DEBRANQUEAMENTO, VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. DEVE APRESENTAR ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 800 CP) E NÃO POSSUIR GRUMOS. FRASCO COM NO MÍNIMO 250ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE. PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	2321/2023 2321/2023	24,000	3,0000	72,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BALANÇA PEDRIATRICA DIGITAL	HUBNET E-COMMERCE LTDA	23.217.514/0001-07	2322/2023 2322/2023	4,000	635,0000	2.540,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGULHA DESCARTAVEL 40/12	TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI	22.862.531/0001-26	2323/2023 2323/2023	500,000	6,4400	3.220,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LÁPIS GRAFITE, RESISTENTE, PRETO, Nº 02. KIT COM 5 CAIXAS, CADA CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES DE LÁPIS. (CIN11235)	JULIANO MEINSCHIN EIRELI	38.613.730/0001-30	2324/2023 2324/2023	10,000	16,9000	169,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUDESONIDA, AEROSSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2325/2023 2325/2023	50,000	12,2000	610,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 250 MCG/DOSE SPRAY INALAÇÃO ORAL	LICIMED DIST MED CORRELATOS E PROD MED E HOSP LTDA	04.071.245/0001-60	2326/2023 2326/2023	70,000	20,0000	1.400,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TELA CELULAR MOTOROLA E6	MGS SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA	08.650.816/0001-72	2327/2023	1,000	230,0000	230,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2345/2023	1,000	142,6900	142,69
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIARIAS	TAQUARA AUTO MECANICA E GUINCHO LTDA - ME	72.124.498/0001-05	2339/2023	5,000	20,9300	104,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇO DE GUINCHO	GUINCHO LTDA - ME	72.124.498/0001-05	2339/2023	1,000	141,8700	141,87
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2346/2023	1,000	142,6900	142,69
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2347/2023	1,000	142,6900	142,69
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2348/2023	1,000	142,6900	142,69
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIPIRONA SODICA 500MG	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	2334/2023	500,000	1,2359	617,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CEFALEXINA 500 mg	ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA	05.439.635/0004-56	2333/2023	3.600,000	0,4600	1.656,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMANTADINA 100MG COMPRIMIDO	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	04.470.877/0001-05	2335/2023	1.500,000	0,7600	1.140,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENOTEROL BROMIDRATO, 100 MCG/DOSE, SOLUÇÃO AEROSOL, ALENDRONATO DE SODIO 70 MG COMP	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.355.394/0001-51	2332/2023	50,000	14,4400	722,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARVEDILOL 12,5 MG COMP	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2336/2023	0,000	0,1589	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENITOINA SÓDICA 100 MG. COMPR.	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2336/2023	0,000	0,1099	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LORATADINA, 1 MG/ML, XAROPE, COM 100 ML.	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2336/2023	0,000	3,0800	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG COMP LIBERAÇÃO CONTROLADA	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2336/2023	0,000	0,2254	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ONDANSETRONA CLORIDRATO 8 MG, COMPRIMIDO, ORODISPERSIVEL	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2336/2023	0,000	0,5289	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VALPROATO DE SÓDIO, 50 MG/ML,	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2336/2023	0,000	4,6499	0,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	XAROPE, FRASCO COM 100 ML IBUPROFENO 50MG/ML GOTAS; 30ML	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	02.520.829/0003-02	2331/2023 2331/2023	300,000	2,3850	715,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DETECTOR FETAL PORTATIL DIGITAL	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	07.626.776/0001-60	2380/2023 2380/2023	4,000	345,0000	1.380,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FÓRMULA INFANTIL SEMIELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA PARA LACTENT	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.	03.612.312/0004-97	2379/2023 2379/2023	6,000	100,0000	600,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUCENTIS, 10MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASC-AMPOLA COM 0,23ML	PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	13.485.130/0001-03	2376/2023 2376/2023	2,000	3.142,0000	6.284,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + PREDNISONA 20 MG	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2381/2023 2381/2023	100,000	4,1700	417,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVODOPA, ASSOCIADA À BENSERAZIDA, 100 MG + 25 MG,	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	2382/2023 2382/2023	7.000,000	0,1358	950,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 200 MG + 50 MG.	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2383/2023 2383/2023	5.490,000	0,9296	5.103,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2383/2023 2383/2023	1.500,000	2,2900	3.435,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GLICAZIDA 60 MG PROLONGADA	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51	2384/2023 2384/2023	3.600,000	0,3130	1.126,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOPROLOL, SAL SUCCINATO 50MG COM LIBERAÇÃO CONTROLADA	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51	2384/2023 2384/2023	15.000,000	0,3650	5.475,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IBUPROFENO 600MG COMPRIDO	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	2385/2023	8.500,000	0,1640	1.394,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METFORMINA CLORIDRATO, 500 MG	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	2385/2023	30.000,000	0,0999	2.997,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENOBARBITAL SÓDICO 100 MG	MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	05.912.018/0001-83	2386/2023	2.000,000	0,1300	260,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ARIPIPRAZOL 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 30 ML	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	04.470.877/0001-05	2387/2023 2387/2023	4,000	329,9999	1.320,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS, PARA USO ADULTO	METROMED COM MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	2423/2023	500,000	0,7400	370,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER NASAL PARA OXIGENIO TIPO ÓCULOS - PEDIATRICO	METROMED COM MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	2423/2023	500,000	0,9200	460,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO 24	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2422/2023	500,000	0,5400	270,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROPAFENONA 150 MG	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	83.002.360/0004-00	2421/2023	6.030,000	1,0157	6.124,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMEN	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2420/2023	10,000	178,0000	1.780,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUCAO DE IRRIGACAO DE FERIDAS	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2419/2023	40,000	49,9000	1.996,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RESINA COMPOSTA FLOW, FLUIDA, DE MEDIA VISCOSIDADE	LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	2404/2023	95,000	19,9100	1.891,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PILHA RECARREGÁVEL AAA (PILHA PALITO) 1,2 VOLT, FORMATO CILI	POLEX COMERCIAL LTDA	26.373.592/0001-80	2418/2023	20,000	10,5700	211,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADA COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO MODELO SACRAL	CIRURGICA FLORIANOPOLIS COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	11.754.622/0001-21	2417/2023	10,000	103,5300	1.035,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CURATIVO ADESIVO MULTICAMADA COM ESPUMA CENTRAL DE POLIURETANO MODELO SACRAL	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2407/2023	8,000	142,4000	1.139,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CURATIVO ADESIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO COM CARBOXIMEN	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2414/2023	10,000	52,5000	525,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Álcool Etilico, hidratado 92,8° INPM, embalagem de 01 litro.	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	2415/2023	300,000	5,8900	1.767,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FITA CORRETIVA COM BOA ADERENCIA AO PAPEL E CORREÇÃO	ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	31.167.879/0001-94	2408/2023	20,000	2,7800	55,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO DE PAPEL KRAFT - 2 KG.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	2410/2023	2,000	38,5000	77,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GAZE NAO ADERENTE CONFECCIONADA EM RAYON TAMANHO MINIMO 7CMX 10CM E MAXIMO 8CM X 15CM	FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2412/2023	480,000	5,4500	2.616,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALGODÃO HIDROFILO 100% ALGODÃO	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2416/2023	500,000	13,7500	6.875,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CANETA CORRETIVA , 7 ML	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO	29.222.667/0001-10	2411/2023	10,000	2,7000	27,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CREME DE BARREIRA COM NO MINIMO	BINSNAGA FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	2411/2023	20,000	37,0000	740,00
				2413/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMPASSO ESCOLAR METÁLICO, SEM TIRA-LINHAS, DOBRAVEL. DEVE ESCRITORIO LTDA C	ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	31.167.879/0001-94	2409/2023	10,000	5,4000	54,00
				2409/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AZITROMICINA, 500 MG	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2403/2023	3,300,000	0,7150	2.359,50
				2403/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METRONIDAZOL 400MG	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	2401/2023	3,984,000	0,3714	1.479,66
				2401/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FINASTERIDA 5 MG	NOVA MEDICAMENTOS LTDA	41.365.113/0001-78	2402/2023	16,980,000	0,2865	4.864,77
				2402/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PILHA RECARREGÁVEL AA, 1,2 VOLT, AGM BIDDING COMERCIAL LTDA FORMATO CILÍNDRICO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 2700MAH	AGM BIDDING COMERCIAL LTDA	36.657.293/0001-21	2424/2023	25,000	20,0000	500,00
				2424/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE OLEO 24588463	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2455/2023	1,000	94,3200	94,32
				2455/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANEL DE VEDAÇÃO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2455/2023	1,000	24,3700	24,37
				2455/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DO AR CONDICIONADO	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2455/2023	1,000	103,0000	103,00
				2455/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR DO MOTOR	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2455/2023	1,000	124,4100	124,41
				2455/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHA.	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2455/2023	1,000	950,0000	950,00
				2455/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA COM 0,9% DE CLORETO DE SÓDIO	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2450/2023	1,500,000	1,5800	2.370,00
				2450/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA COM 0,9% DE CLORETO DE SÓDIO. USO EXTERNO COM BICO GOTEJADOR. GRASCO COM 250 ML	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2450/2023	1,000,000	2,0800	2.080,00
				2450/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA COM 0,9% DE CLORETO DE SÓDIO USO EXTERNO COM BICO GOTEJADOR. FRASCO COM 500ML	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2450/2023	1,000,000	2,7100	2.710,00
				2450/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓLEO DE MOTOR 5W30	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2456/2023	4,000	87,5400	350,16
				2456/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREDIÇÃS PARA GAVETAS	DIEGO GEANDERSON SAURIN 05252443955	27.566.999/0001-97	2449/2023	42,000	18,0000	756,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MÃO DE OBRA TROCA DO JOGO DE PASTILHAS DO FREIO DIANT	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2457/2023	1,000	100,0000	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PASSE NOS DISCOS	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2457/2023	1,000	150,0000	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3R terceira revisão	AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA	10.582.050/0003-40	2457/2023	1,000	290,8100	290,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FREETSYE SENSOR	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	83.002.360/0004-00	2453/2023	6,000	389,9000	2.339,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOXAZOSINA 2 MG	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2501/2023	130,020,000	0,0980	12.741,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOTREXATO 25MG/ML APLICAR 0,4 ML SUB 1X NA SEMANA	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	83.002.360/0004-00	2504/2023	4,000	46,0700	184,28
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GAZE HIDROFILA EM COMPRESSA 13 FIOS 10X10CM FECHADA E 20X40CM	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2619/2023	0,000	56,1600	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GAZE HIDRÓFILA EM COMPRESSA CONFECCIONADA EM 13 FIOS/CM2. EM TAMANHO 7,5X7,5CM FECHADA E ABERTA 15X30CM	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2619/2023	0,000	29,5100	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMPRESSA ALGODONADA 10 CM X 15 CM TIPO ZOBEC	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2619/2023	0,000	0,6400	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMPRESSA DE GAZE EM ROLO TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS POR CM2, MEDINDO 91CM X 91M. NÃO ESTÉRIL TECIDO 100% ALGODÃO COM 08 CAMADAS, COR BRANCA, DE GRAMATURA 22.3GM2, ISENTA DE MANCHAS, FALHAS E IMPERFEIÇÕES. ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO NÚMERO DE LOTE, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE E DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME NBR 14108:2017. PESO MÍNIMO DE 1850G POR ROLO. APRESENTAR REGISTRO	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA	06.194.440/0001-03	2528/2023	50,000	117,9000	5.895,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SAÚDE/ANVISA. CURATIVO CIRURGICO ESTERIL SUPERABSORVENTE CONFEC	CIRURGICA HEALTH IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	44.282.585/0001-55	2505/2023 2505/2023	1.000,000	0,7100	710,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GAZE HIDRÓFILA EM COMPRESSA, CONFECIONADA COM 13 FIOS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2620/2023 2620/2023	2.400,000	0,3300	792,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA ESTERIL CONFECIONADA COM 13 FIOS/CM2 EM TAM 10X10CM FECHADA 20X40CM ABERTA	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2620/2023 2620/2023	720,000	0,9800	705,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RETEMIC, 5 MG.	PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	13.485.130/0001-03	2511/2023 2511/2023	450,000	0,7901	355,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG COMP	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2508/2023 2508/2023	1.200,000	0,1589	190,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARVEDILOL, 12,5 MG.	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2508/2023 2508/2023	6.690,000	0,1099	735,23
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENITOINA SODICA, 100 MG.	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2508/2023 2508/2023	6.000,000	0,0919	551,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ONDANSETRONA CLORIDRATO 8 MG, COMPRIMIDO, ORODISPERSÍVEL	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2508/2023 2508/2023	5.790,000	0,5289	3.062,33
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VALPROATO DE SÓDIO, 50 MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100 ML	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	12.889.035/0001-02	2508/2023 2508/2023	150,000	4,6499	697,48
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CETOCONAZOL XAMPU 20MG/G FRASCO COM 100 ML	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2510/2023 2510/2023	190,000	5,8000	1.102,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENOBARBITAL 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS	NOVA MEDICAMENTOS LTDA	41.365.113/0001-78	2509/2023 2509/2023	80,000	3,8490	307,92
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VISTORIA DE VEÍCULOS	PAOLA TATIANE CESA	24.147.017/0001-34	2506/2023 2506/2023	1,000	90,0000	90,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CILOSTAZOL 100 MG COMP	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13	2507/2023 2507/2023	6.960,000	0,4600	3.201,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	2518/2023 2518/2023	3.000,000	0,3000	900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIPIRONA SODICA 500MG	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	73.856.593/0001-66	2518/2023 2518/2023	40.000,000	0,1199	4.796,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIOSMINA, ASSOCIADA À HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2518/2023	54.000,000	0,5240	28.296,00
				2519/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG COMPRIMIDO	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2519/2023	16.500,000	0,0640	1.056,00
				2519/2023			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEGURO RCO DE PASSAGEIROS	AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS	67.865.360/0001-27	2520/2023	1,000	1.489,8800	1.489,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1 PLACA COM LACRE E TARJETA	JOACABA PLACAS EIRELI	26.179.487/0001-05	2522/2023	2,000	110,0000	220,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRANQUIA DE VEICULO	SPACE CAR CENTER SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA	34.663.162/0001-21	2522/2023	1,000	3.500,0000	3.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DI-HIDROERGOCRISTINA MESILATO ASSOCIADA COM FLUNARIZINA	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	04.470.877/0001-05	2538/2023	4.000,000	3,1237	12.494,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFATIAZINA DE PRATA 1%- POMADA USO TOPICO	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0003-32	2573/2023	200,000	4,3494	869,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO Á TRIMETOPRIMA 40 MG + 8 MG/ML FRASCO COM 100 ML	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	12.418.191/0001-95	2573/2023	50,000	4,8700	243,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PERMETRINA, 10MG/ML, FRASCO COM 60 ML.	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	12.418.191/0001-95	2604/2023	250,000	1,9500	487,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMITRIPTILINA 25 MG - COMPR.	MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	04.470.877/0001-05	2605/2023	33.990,000	0,0389	1.322,21
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MANUTENÇÃO DE RELOGIO PONTO	COMPE SOLUCOES LTDA	43.243.006/0001-00	2606/2023	1,000	250,0000	250,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMPLEMENTO - SESSÕES FISIOTERAPIA	C.E.R SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA LTDA	07.332.304/0001-03	2607/2023	1,000	9.550,1000	9.550,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMPLEMENTO - SESSÕES FISIOTERAPIA	CLINICA SANTA CLARA S/C LTDA	05.746.405/0001-97	2608/2023	1,000	4.717,2000	4.717,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMPLEMENTO - SESSÕES FISIOTERAPIA	FERNANDA BAGATINI STEFANES	05.145.944/0001-70	2609/2023	1,000	7.507,7000	7.507,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2610/2023	1,000	174.9400	174,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PLATAFORMA OMNICHANNEL COM 2 ATHOSTEC SOLUCOES		16.822.965/0001-08	2611/2023	1,000	809,7000	809,70

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CANAL DE WHATSA	TECNOLOGICAS LTDA					
	ANTISSÉPTICO BUCAL À BASE DE GLUCONATO DE CLOREXIDINA A0,12%, SEM ÁLCOOL, SABOR MENTA. FRASCO COM 1000ML CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	10.807.173/0001-70	2631/2023	8,000	19,1000	152,80
	TESOURA GOLDMAN FOX, 13CM	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA	05.077.346/0001-01	2657/2023 2657/2023	5,000	31,9000	159,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PEG 4000- SACHE COM 10 G.	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	83.002.360/0004-00	2632/2023 2632/2023	1,000	156,0000	156,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LICOCAÍNA CLORIDRATO	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA	06.194.440/0001-03	2640/2023	11,000	87,4900	962,39
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA	06.194.440/0001-03	2640/2023	50,000	6,7500	337,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BANDA MATRIZ 0,05MMX5MMX50CM CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDAVEL	CENTRAL LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	41.774.511/0001-48	2635/2023 2635/2023	141,000	1,0700	150,87
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESCOVA DE ROBSON, PLANA, COR BRANCA	CENTRAL LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	41.774.511/0001-48	2635/2023	130,000	1,2000	156,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPELHO CLÍNICO ODONTOLÓGICO Nº5, PARA REPOSIÇÃO. PRIMEIRO P	CENTRAL LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	41.774.511/0001-48	2635/2023	38,000	4,0200	152,76
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MANDRIL PARA ADAPTAÇÃO DE DISCOS E SERRAS POP-ON NO CONTRA ÂNGULO	CENTRAL LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	41.774.511/0001-48	2635/2023 2635/2023	15,000	4,8700	73,05
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TIRA ABRASIVA DE POLIESTER PARA ACABAMENTO E POLIMENTO	CENTRAL LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	41.774.511/0001-48	2635/2023	11,000	6,7400	74,14
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TIRA DE LIXA PARA ACABAMENTO 4MM. FABRICADA EM AÇO INOXIDÁV	CENTRAL LIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	41.774.511/0001-48	2635/2023	11,000	5,8700	64,57
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL À BASE DE MEPIVACAÍNA 2% (20MG/ML)	LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	2633/2023 2633/2023	5,000	126,1000	630,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PORTA AGULHA CASTROVIEJO COM	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS	05.948.061/0001-07	2634/2023	5,000	194,4000	972,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VIDEA CONFECIONADA INOXIDAVEL	HOPITALARES EIRELI					
	SUGADOR ODONTOLOGICO	DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS	21.596.355/0001-65	2636/2023	20.000	7.5500	151,00
	DESCARTAVEL, TUBO PVC ATOXICO , TRANS	ODONTOLOGICOS LTDA		2636/2023			
Total Geral:							227.677,75


EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 06/2023 - PREFEITURA MUN. CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 5091974

Página: 1 / 13

Data: 24/08/2023

Mês / Ano de Referência
6/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

RUA EXPEDICIONARIO J. B. DE ALMEIDA, 323 - CENTRO - Campos Novos - SC
CEP: 89620-000 CNPJ: 82.939.232/0001-74 Telefone: (49) 3541-6200
E-mail: camposnovos@camposnovos.sc.gov.br Site: /www.camposnovos.sc.gov.br/

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Junho/2023.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	INSCRIÇÃO DE SEMINÁRIO	ESCOLA DE GESTAO PUBLICA	08.940.383/0001-90	3675/2023	4,000	300,0000	1.200,00
	ESTADUAL DE HABITAÇÃO, DIREITO A CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 13 E 14 DE JUNHO EM TREZE	MUNICIPAL - EGEM		3675/2023			
	TÍLIAS/SC EVENTO ACONTECERÁ NO CENTRO DE EVENTOS AV. ANTÔNIO CARLOS ALTENBURGER, 46 CIDADE: TREZE TÍLIAS, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.650-000: SERVIDORES PARTICIPANTES: ADELAR VIEIRA ALVES DA SILVA, CAMILA GIRARDI BORGES, MAGDOLNA CARLESSO DE LIMA, PAULO ARQUIMES MARTINS.						
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PASTA CATÁLOGO CAPA PLÁSTICA NA COR PRETA, FORMATO OFÍCIO, COM COLCHETES, COM 50 FOLHAS DE PLÁSTICO (CIN16899)	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3681/2023	15,000	11,5000	172,50
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PASTA COM ELÁSTICO, LOMBO 3CM, TRANSPARENTE, TAMANHO335MMX246MMX30MM. (CIN16901)	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	3681/2023	10,000	2,8800	28,80
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3700/2023	1,000	142,6900	142,69
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3679/2023	1,000	142,6900	142,69
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	PAGAMENTO DE DE TAXAS	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE BOCHA E BOLÃO	83.169.946/0001-03	3676/2023	2,000	300,0000	600,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	ANUIDADE ATLETISMO	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ATLETISMO - FCA	75.886.689/0001-00	3699/2023	1,000	2.250,0000	2.250,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA	ALFA NEGOCIOS IMOBILIARIOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI	42.172.250/0001-59	3677/2023	1,000	700,0000	700,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	Camara de ar para pneu 1000-20 (CIM 1260)	SCHWAB COMERCIO DE PNEUS LTDA	09.505.958/0001-09	3702/2023	40,000	95,9000	3.836,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	Protetor 1000-20 (CIM1250)	PITAKE DO SUL COMERCIO DE PECAS LTDA	00.975.230/0001-76	3701/2023	25,000	24,0000	600,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 128GB; MEMORIA: 4GB; TELA: 6.4"; BATERIA: 5000 MAH). ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN17054)	CRATIVA PAPELARIA E ARMARINHOS LTDA	43.877.098/0001-72	3701/2023	0,000	1.097,0000	0,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CADEIRA FIXA (DE APROXIMAÇÃO), ESTOFADA E COM BASE TIPO 'A'	GM INDUSTRIA E COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS LTDA	12.614.761/0001-12	3741/2023	4,000	221,1400	884,56
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CADEIRA COM ESPALDAR SUPER ALTO (PRESIDENTE), COM ASSENTO E	EDER LUIS PAIANO	24.788.985/0001-20	3751/2023	5,000	1.000,0000	5.000,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	MONTAGENS PENUS	CAMISA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	80.679.947/0001-00	3739/2023	2,000	21,7800	43,56
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BALANCEAMENTO	CAMISA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	80.679.947/0001-00	3739/2023	1,000	17,6300	17,63
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	VULCANIZAÇÃO	CAMISA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	80.679.947/0001-00	3739/2023	1,000	96,8100	96,81
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	BALANCEAMENTO	CAMISA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	80.679.947/0001-00	3738/2023	4,000	17,6300	70,52
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	MONTAGEM DE PNEU	CAMISA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	80.679.947/0001-00	3738/2023	1,000	21,7800	21,78
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	GEOMETRIA	CAMISA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	80.679.947/0001-00	3738/2023	1,000	99,5800	99,58
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	VULCANIZAÇÃO	CAMISA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	80.679.947/0001-00	3738/2023	1,000	96,8100	96,81
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3740/2023	1,000	142,6900	142,69
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM; ARMAZENAMENTO: 128GB; MEMORIA: 4GB; TELA: 6.4"; BATERIA: 5000 MAH). ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN17054)	CRATIVA PAPELARIA E ARMARINHOS LTDA	43.877.098/0001-72	3748/2023	1,000	1.097,0000	1.097,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
GERENCIA DE MERENDA ESCOLAR	Manutenção e limpeza de fogões in loco	NEW GAS LTDA	04.038.002/0001-20	3747/2023	16,000	350,0000	5.600,00
GERENCIA DE MERENDA ESCOLAR	Instalação de fogão	NEW GAS LTDA	04.038.002/0001-20	3747/2023	3,000	450,0000	1.350,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3749/2023	4,000	142,6900	570,76
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO EMBALADO A VÁCUO. PACOTE COM 500 G. COM NÍVEL MÍNIMO DE QUALIDADE 4.5N CONFORME RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS ABIC. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN 16019)	ANJU INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFE EIRELI	08.483.483/0001-34	3746/2023	60,000	10,9700	658,20
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3773/2023	1,000	142,6900	142,69
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3774/2023	1,000	142,6900	142,69
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	LICENCIAMENTO ANUAL 2023	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3771/2023	9,000	142,6900	1.284,21
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	WEBCAM (COM MICROFONE; RESOLUÇÃO FULLHD)	GARTEN TECNICA E COMERCIO LTDA	46.314.581/0001-37	3832/2023	10,000	160,0000	1.600,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	ADAPTADOR PARA MONITOR DE HDMI PARA VGA	ALITECH IMPORTACAO E DISTRIBUIDORA LTDA	06.019.631/0001-39	3828/2023	5,000	17,0000	85,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CABO ADAPTADOR VGA PARA HDMI	ALITECH IMPORTACAO E DISTRIBUIDORA LTDA	06.019.631/0001-39	3828/2023	5,000	24,0000	120,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	PAGAMENTO ANUIDADE	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE TÊNIS DE MESA - F.C.T.M	83.747.352/0001-32	3830/2023	1,000	1.500,0000	1.500,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	TAXA DE INSCRIÇÃO E ATLETAS	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE TÊNIS DE MESA - F.C.T.M	83.747.352/0001-32	3833/2023	14,000	130,0000	1.820,00
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	SPRAY DESODORIZADOR DE AMBIENTES EM AEROSSOL. FRASCOM 360ML. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS.JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ	OTHALA COMERCIO LTDA	45.747.626/0001-02	3831/2023	24,000	7,8500	188,40

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	SERFORNECIDO (CIN11664)						
	LIMPADOR PERFUMADO COM ALCOOL, COMPOSIÇÃO BÁSICA LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, ÁGUA, CORANTES, ESSÊNCIA E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. ACONDICIONADO EM GALÃO COM 5 LITROS CONTENDO MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE ESSÊNCIAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A ESSÊNCIA QUE SERÁ FORNECIDA (CIN 11613).	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	3835/2023 3835/2023	24,000	28,5900	686,16
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PACOTE DE SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 100L. FAB	CARLOS E. LAZZAROTTO LTDA	20.315.327/0001-60	3836/2023	10,000	32,2800	322,80
	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 50L. FABRICADO EMPOLIETILENO, COM ESPESSURA MINIMA DE 5 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 63 X 80CM. PACOTE COM 100 UNIDADES	CARLOS E. LAZZAROTTO LTDA	20.315.327/0001-60	3836/2023 3836/2023	11,000	14,6900	161,59
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	SABÃO EM PÓ PARA ROUPAS, COMPOSIÇÃO BÁSICA	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	3837/2023	10,000	20,0000	200,00
	ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO OUDODECILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, CORANTES, ESPESANTES, CONSERVANTES, CORANTES, FRAGRÂNCIAS, ENZIMAS, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. CAIXA COM NO MÍNIMO 1,8KG, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, PANO DE CHÃO ALVEADO.	ZOOM COMERCIAL SAO PAULO	47.729.996/0001-34	3838/2023	20,000	2,9900	59,80

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	COMPOSIÇÃO DE NO MÍNIMO 85%ALGODÃO. COR BRANCA. TRAMA FECHADA. DIMENSÕESAPROXIMADAS 50 X 80CM. ACEITANDO VARIAÇÃO DE ±10CM EM CADA MEDIDA. (CIN17399	LTDA		3838/2023			
	PANO DE CHÃO DO TIPO SACO ALVEJADO. COMPOSIÇÃO DE NO MÍNIMO 85% ALGODÃO. COR BRANCA. TRAMA FECHADA. DIMENSÕES APROXIMADAS 40X60CM FECHADO. ACEITANDO VARIAÇÃO DE +OU - 10CM EM CADA MEDIDA.	ZOOM COMERCIAL SAO PAULO LTDA	47.729.996/0001-34	3838/2023 3838/2023	20,000	1,9900	39,80
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS							
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PANO DE CHÃO. COMPOSIÇÃO DE NO MÍNIMO 85% ALGODÃO. TRAMA FECHADA. DIMENSÕES APROXIMADAS 50 X 80CM, ACEITANDO VARIAÇÃO DE ±10CM EM CADA MEDIDA. (CIN17402);	ZOOM COMERCIAL SAO PAULO LTDA	47.729.996/0001-34	3838/2023 3838/2023	10,000	2,9900	29,90
	PANO DE PRATO LISO. COMPOSIÇÃO DE NO MÍNIMO 85% ALGODÃOALVEJADO. BRANCO. COM BAINHA. TRAMA GROSSA E FECHADA.DIMENSÕES MÍNIMAS 40 X 70CM. (CIN15744)	ZOOM COMERCIAL SAO PAULO LTDA	47.729.996/0001-34	3838/2023 3838/2023	20,000	1,7100	34,20
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS							
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	LUVA DE LÁTEX MULTIUZO. FABRICADA EM LÁTEX NATURAL, NACOR AMARELA. FORMATO ANATÔMICO. TEXTURIZADA NA PALMA ENOS DEDOS PARA EVITAR DESLIZAMENTOS. DISPONÍVEL NOSTAMANHOS P. M E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO OTAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11621)M Quant: 50,00	CARLOS E. LAZZAROTTO LTDA	20.315.327/0001-60	3840/2023 3840/2023	100,000	2,0800	208,00
	PNEU 1000X20	JOAÇABA PNEUS LTDA	84.587.245/00016-33	3839/2023 3839/2023	2,000	1.536,0000	3.072,00
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR							
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	CAMARA DE AR 1000X20	JOAÇABA PNEUS LTDA	84.587.245/00016-33	3839/2023 3839/2023	4,000	140,0000	560,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
ESCOLAR DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	PROTETOR 1000X20	JOAÇABA PNEUS LTDA	84.587.245/0016-33	3839/2023	4,000	50,0000	200,00
				3839/2023			
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PAPEL CARTÃO, UM LADO COLORIDO E UM LADO KRAFT. TAMANHO48CMX66CM. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE CORESJUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NACONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SERFORNECIDA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 20 UNIDADES.(CIN16772)	ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	31.167.879/0001-94	3841/2023	8,000	21,0900	168,72
				3841/2023			
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	MEXEDOR DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ E DRINK, FABRICADO EM POLIESTILENO, ISENTO DE DEFEITOS E DEMAIS CARACTERÍSTICAS QUE PREJUDIQUEM A QUALIDADE DO PRODUTO, COR CRISTAL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 11CM. PACOTE COM NO MÍNIMO 240 UNIDADES.	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI	13.965.228/0001-68	3842/2023	17,000	9,0000	153,00
				3842/2023			
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PAPEL TOALHA INTERFOLHA COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 20X21CM. FABRICADO COM 100% FIBRAS DE CELULOSE. NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE 20G/M2, PACOTE COM 1000FOLHAS.	S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	26.889.274/0001-77	3843/2023	30,000	10,4800	314,40
				3843/2023			
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GÁS, VEDADA COM TAMP-LACRE DE ROSC	CASTILHOS & GAMBIA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	40.738.368/0001-76	3844/2023	156,000	1,0100	157,56
				3844/2023			
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 180ML. FABRICADO EMPOLIPROPILENO (PP), HOMOGÊNEO, ISENTO DE RACHADURAS,BOLHAS, DEFEITOS E DEMAIS CARACTERÍSTICAS	SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	20.222.787/0001-43	3869/2023	3,000	101,0000	303,00
				3869/2023			

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	QUEPREJUIQUEM A QUALIDADE DO PRODUTO. COR BRANCA	BOM RETIRO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA	34.054.368/0001-54	3868/2023 3868/2023	72,000	3,0000	216,00
	OU CRISTAL. APROVADO PELO INMETRO. CAIXA COM 2.500 COPOS.(CIN15725						
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	SAPONAÇÃO MULTUISO CREMOSO. COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIÔNICO, AGENTE DE BRANQUEAMENTO, FRAGRÂNCIA VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. DEVE APRESENTAR ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 800CP) E NÃO POSUIR GRUMOS. FRASCO COM NO MÍNIMO 250ML, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DEFRAGRÂNCIAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A FRAGRÂNCIA QUE DEVERÁ SER FORNECIDA.	FRANCIS MIGUEL KUHLSCHWEITZER 04953386990	17.304.855/0001-09	3866/2023 3866/2023	3,000	100,0000	300,00
	PAGAMENTO DE DE TAXAS						
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRAÇÃO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUNTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 25MM. APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIN9872)	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	3899/2023	4,000	2.369,9900	9.479,96
DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO	PAGAMENTO DE 04 INSCRIÇÕES DO EVENTO SUMMIT CIDADES 2023 QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 26,27 E 28	PAGAR ME INSTITUICAO DE	18.727.053/0001-74		1,000	1.568,0000	1.568,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.863, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	DE JUNHO EM FLORIANÓPOLIS SC						
	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO LEITE INTEGRAL TIPO UHT.	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	39.649.812/0001-06	3877/2023 3877/2023	2.000,000	5.0000	10.000,00
	EMBALAGEM CARTONADA DE 1 LITRO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN13045);						
	MANUTENÇÃO PURIFICADOR INDUSTRIAL (PRÉ-FILTRO)	HOKEN INTERNATIONAL COMPANY LTDA	02.174.059/0001-21	3898/2023 3898/2023	1,000	150.0000	150,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	Aquisição de peças através do processo do Cincatarina empenh	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	3914/2023 3914/2023	0,400	50.000.0000	20.000,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARAUTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: INDICE DE CARGA 146, INDICE DEVELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 20MM, APROVADOPELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DEFABRICAÇÃO. (CIM9864)	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	3912/2023	6,000	2.365.0000	14.190,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 15MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICA.(CIM9862)	BELLENZIER PNEUS LTDA	73.730.129/0016-05	3913/2023 3913/2023 3913/2023	8,000	2.199.0000	17.592,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 180ML. FABRICADO EMPOLIPROPILENO (PP), HOMOGÊNEO, ISENTO DE RACHADURAS,BOLHAS, DEFEITOS E DEMAIS CARACTERÍSTICAS QUEPREJUDIQUEM A QUALIDADE DO PRODUTO. COR BRANCA	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	3944/2023 3944/2023	5,000	99.5000	497,50

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
SUSECRETARIA SERV. URBANOS DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	OU CRISTAL. APROVADO PELO INMETRO. CAIXA COM 2.500 COPOS.(CIN15725	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	3944/2023	50,000	2,3900	119,50
	PANO PARA LIMPEZA E POLIMENTO FABRICADO EM MICROFIBRA. DIME	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	1,000	271,7000	271,70
	BPA 2 - KIT COMPLETO.	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	2,000	81,7000	163,40
	BPA - 2 CONJUNTO DE APLICAÇÕES A/C/D VOL.2, 3, 4 (25).	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	1,000	513,0000	513,00
	BFP - BATERIA FATORIAL DE PERSONALIDADE	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	2,000	53,3500	106,70
	BFP - PROTOCOLO DE RESPOSTAS (25FOLHAS).	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	1,000	370,0200	370,02
	PALOGRAFICO - KIT COMPLETO.	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	2,000	47,0200	94,04
	PALOGRAFICO - LIVRO DE APLICAÇÃO VOL. 2.	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	1,000	393,9800	393,98
	IHS 2 - INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS 2.	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	1,000	1,559,5200	1,559,52
	WASI - ESCALA WECHSLER ABREVIADA	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	1,000	275,5000	275,50
	STAXI 2 - KIT COMPLETO.	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	14,000	37,0500	518,70
	STAXI II - LIVRO DE APLICAÇÃO AUTOCOPIADORA VOL. 3.	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	65,000	26,6700	1,733,55
	WASI - PROTOCOLO DE REGISTRO.	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	2,000	47,5000	95,00
	IHS 2 - BLOCO DE RESPOSTA.	PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI	03.597.752/0001-70	3964/2023	4,000	481,0000	1,924,00
	PNEU 215/65R16 COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:ÍNDICE DE CARGA 98, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELOINMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. (CIM9832)	DPA COMERCIO DE PNEUS LTDA	10.432.113/0001-10	3957/2023			
	Casinha para cães em madeira de	ERIC COMERCIO DE MADEIRAS	17.382.107/0001-44	3975/2023	9,000	210,0000	1,890,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
	pinus, tamanho médio, 60cm X 80 cm, com telhado de zinco.	LTD A		3975/2023			
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	Casinha para cães em madeira de pinus, tamanho grande, 80cm X 90 cm, com telhado de zinco.	ERIC COMERCIO DE MADEIRAS LTD A	17.382.107/0001-44	3975/2023 3975/2023	30,000	310,0000	9.300,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	ALCOOL EM GEL, PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS.: 240,00 FRASCO DE ALCOOL EM GEL 70º INPM. AÇÃO ANTISSEPTICA. INSTANTÂNEA E SEM ENXÁGUE. UTILIZADO PARA ASSEPSIA TÓPICA DE MÃOS E PELE. EMBALAGEM COM 1KG OU 1L, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIN15663)	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTD A	39.649.812/0001-06	3974/2023 3974/2023	240,000	8,8900	2.133,60
GABINETE	FRANQUIA DE VEICULO	SPACE CAR CENTER SERVICOS AUTOMOTIVOS LTD A	34.863.162/0001-21	3965/2023 3965/2023	1,000	1.500,0000	1.500,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	TELA DE PROJEÇÃO (ÁREA DE PROJEÇÃO: 180X180CM; FORMATO: QUADRADO; COM TRIPÉ)	ELTEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E ELETRONICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTD A	18.828.894/0003-30	3973/2023 3973/2023	1,000	626,2900	626,29
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO	CENTRAL DE PUBLICACOES LEGAIS LTD A ME	02.343.306/0001-76	3972/2023 3972/2023	1,000	480,0000	480,00
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PAPEL TOALHA INTERFOLHA COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 20 X 21CM. FABRICADO COM 100% FIBRAS DE CELULOSE. NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA. GRAMATURA MÍNIMA DE 20G/M². PACOTE COM 1000 FOLHAS. (CIN15721)	S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTD A	26.889.274/0001-77	3982/2023 3982/2023	70,000	10,4800	733,60
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	CONDICIONADOR DE AR SPLIT INVERTER 12.000 BTU/H ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)	GO VENDAS ELETRONICAS LTD A	36.521.392/0001-81	3987/2023 3987/2023	7,000	2.349,9800	16.449,86
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	CONDICIONADOR DE AR SPLIT INVERTER 12.000 BTU/H.	GO VENDAS ELETRONICAS LTD A	36.521.392/0001-81	3988/2023 3988/2023	8,000	2.349,9800	18.799,84

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)	GO VENDAS ELETRONICAS LTDA	36.521.392/0001-81	3989/2023 3989/2023	3,000	2.349,9800	7.049,94
	INVERTER 12.000 BTU/H.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)						
	CONDICIONADOR DE AR SPLIT INVERTER 12.000 BTU/H.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)						
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)	GO VENDAS ELETRONICAS LTDA	36.521.392/0001-81	3990/2023 3990/2023	3,000	2.349,9800	7.049,94
	INVERTER 12.000 BTU/H.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)						
	CONDICIONADOR DE AR SPLIT INVERTER 18.000 BTU/H.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16067)						
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)	VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA	17.417.928/0001-79	3991/2023 3991/2023	2,000	2.965,8600	5.931,72
	INVERTER 18.000 BTU/H.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16067)						
	CONDICIONADOR DE AR SPLIT INVERTER 12.000 BTU/H.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)						
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)	GO VENDAS ELETRONICAS LTDA	36.521.392/0001-81	3986/2023 3986/2023	5,000	2.349,9800	11.749,90
	INVERTER 12.000 BTU/H.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)						
	CONDICIONADOR DE AR SPLIT INVERTER 12.000 BTU/H.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)						
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)	GO VENDAS ELETRONICAS LTDA	36.521.392/0001-81	3985/2023 3985/2023	5,000	2.349,9800	11.749,90
	INVERTER 12.000 BTU/H.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)						
	CONDICIONADOR DE AR SPLIT INVERTER 12.000 BTU/H.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS.(CIN16065)						
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	TELEFONE COM FIO	R. S. VAREJO EIRELI	31.322.368/0001-08	3984/2023 3984/2023	5,000	50,0000	250,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	PNEU 275/80R22.5 TIPO RADIAL, DESENHO DE TRACÇÃO, PARAUTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 25MM, APROVADOPELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	4004/2023	10,000	2.369,9900	23.699,90

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	DEFEITOS DEFABRICAÇÃO. (CIM9872)	RSUL EIRELI	14.066.477/0001-84	3995/2023 3995/2023	20,000	9,0900	181,80
	GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO, COM ESTRUTURA METÁLICA, APOIO DA B						
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE MONITORAMENTO NA 26ª DELEGACIA	MAI COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ELETRONICOS EIRELI - ME	07.936.711/0001-11	4009/2023 4009/2023 4009/2023	2,000	194,0000	388,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CABO HD 4019 HD4 4MM	MONITORE COMERCIO E INSTALACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA ELETR	23.141.488/0001-72	4007/2023 4008/2023 4007/2023 4008/2023	25,000	3,0900	77,25
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	FIO 2 X 0.40 MM	MONITORE COMERCIO E INSTALACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA ELETR	23.141.488/0001-72	4007/2023 4008/2023 4007/2023 4008/2023	10,000	2,5200	25,20
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CONECTOR TIPO BNC PARA CABO HD 8035 BETACAVI	MONITORE COMERCIO E INSTALACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA ELETR	23.141.488/0001-72	4007/2023 4008/2023 4007/2023 4008/2023	2,000	24,9000	49,80
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	PLUG P4 MACHO C/ BORNE DE ALIMENTAÇÃO	MONITORE COMERCIO E INSTALACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA ELETR	23.141.488/0001-72	4007/2023 4008/2023 4007/2023 4008/2023	1,000	3,6000	3,60
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	CAIXA 5 ENTRADAS P/ CONDULETE	MONITORE COMERCIO E INSTALACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA ELETR	23.141.488/0001-72	4007/2023 4008/2023 4007/2023 4008/2023	1,000	6,9500	6,95
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	TAMPA P/ CAIXA CONDULETE 3/4	MONITORE COMERCIO E INSTALACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA ELETR	23.141.488/0001-72	4007/2023 4008/2023 4007/2023 4008/2023	1,000	2,9900	2,99
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	MÃO DE OBRA A SER UTILIZADA PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO	MONITORE COMERCIO E INSTALACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA ELETR	23.141.488/0001-72	4007/2023 4008/2023 4007/2023 4008/2023	1,000	100,0000	100,00
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E VEÍCULO AUTOMOTOR PICK-UP APOIO OPERACIONAL	VEÍCULO AUTOMOTOR PICK-UP UTILITÁRIO CABINE DUPLA TIPO S,	TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	44.257.157/0001-72	4013/2023 4013/2023	2,000	113.750,0000	227.500,00

Relação Mensal das Compras

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Junho/2023**.

Órgão	Material	Fornecedor	CNPJ / CPF	Empenho	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DEDADOS. (CIN17373)						
	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO PROJETOR (RESOLUÇÃO NATIVA: XGA; BRILHO: 3400 LUMENS; PORTAS: 01 HDMI E 01 VGA). ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN19881);	REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS	65.149.197/0002-51	4011/2023 4011/2023	3,000	2.800,0000	8.400,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	NOTEBOOK (TELA: 15,6"; RESOLUÇÃO: FULL HD; CPU: 2 NÚCLEOS; 4 THREADS; MEMÓRIA: 8GB; ARMAZENAMENTO: 256GB [SSD]; MICROSOFT WINDOWS E OFFICE; CONECTIVIDADE: WI-FI). ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN18255);	L2 TECNOLOGIA LTDA	44.189.336/0001-10	4012/2023 4012/2023	3,000	3.010,0000	9.030,00
	ADESIVOS E PERSONALIZAÇÃO DE VEÍCULOS	GABRIEL BORTOLI DA SILVA	49.662.991/0001-67	4021/2023 4021/2023	1,000	2.500,0000	2.500,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	PAGAMENTO DE FRANQUIA PARA GENTE SEGURADORA DO CAMINHÃO MLD4A56	MECANICA AUTOPECAS TRENTIN LTDA	82.756.164/0001-08	4149/2023	0,000	5.000,0000	0,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	IMPEREALIZAÇÃO DA PAREDE LATERAL	MARIO RICARDO DA SILVA IMPERMEABILIZANTES	17.587.176/0001-94	4147/2023 4147/2023	1,000	13.300,0000	13.300,00
	CARIMBOS CONFORME DESCRIÇÃO EM ANEXO	EDITORA GRAFICA BRINDES LTDA	22.434.124/0001-18	4148/2023 4148/2023	4,000	70,0000	280,00
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COOD. GERA	INSCRIÇÃO DE CURSO	NOVA LICITA TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA	35.167.767/0001-94	4153/2023 4153/2023	1,000	1.500,0000	1.500,00
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	FOGÃO A GÁS COM QUATRO BOCAS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN12622);	R.S. ELETRO LTDA	34.887.479/0001-41	4241/2023	2,000	600,0000	1.200,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	MESA DE TRABALHO ALTURA REGULÁVEL 120,0 CM	MARCO ANTONIO DA LUZ JUNIOR DISTRIBUIDORA	46.528.017/0001-17	4268/2023	4,000	710,0000	2.840,00
SUSECRETARIA SERV. URBANOS	MESA REUNIÃO RETANGULAR 200,0 CM MONTADA	MARCO ANTONIO DA LUZ JUNIOR DISTRIBUIDORA	46.528.017/0001-17	4268/2023	1,000	900,0000	900,00
Total Geral:						508.788,65	

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2097/2023

Publicação Nº 5089177



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 2097/2023

MARIA HERMÍNIA MORESCHI, Secretária Municipal de Assistência Social, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º - Fica autorizado a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro do servidor **DEIVISSON LUIZ SOARES**, efetivo no cargo de Educador Social Masculino, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, conforme o Memorando nº 19.043 /2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2023.

MARIA HERMÍNIA MORESCHI
Secretária Municipal de Assistência Social

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

PORTARIA Nº 2100/2023

Publicação Nº 5089987



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 2100/2023

ALEXANDRA LAVINA IGLIKOWSKI, Secretária Municipal interina de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º - Fica autorizado a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro da servidora **MARIA PAULA GRACIANO**, no cargo comissionado de Chefe de Setor da Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, conforme o Memorando nº 18.427/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2023.

ALEXANDRA LAVINA IGLIKOWSKI,
Secretária Municipal Interina de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

PORTARIA Nº 2101/2023

Publicação Nº 5089780



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 2101/2023

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, em conformidade com a Lei Complementar nº. 0038 de 14/11/2011 Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistério, Lei 6.664/2021 e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas, Lei nº. 4.851 de 14/11/2011 Sistema Municipal de Ensino do Município de Canoinhas, Lei nº 5.528 de 25/03/2015 e Processo Seletivo Simplificado nº 05/SME/2021, resolve:

**CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO NO ANO LETIVO/2023**

Art.1º - Fica Contratada, **MARIA ROSÂNGELA TEMCHESZEN PENSIN**, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com 30 horas semanais, no período matutino e vespertino, para atuar no Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, em vaga temporária/transitória anteriormente ocupada pela servidora ACT Rafaela Hatschbach, a qual realizou pedido de demissão, junto à Secretária Municipal de Educação, a partir de 23/08/2023 a 14/12/2023, conforme o Memorando nº 19.100/SME/2023.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2023.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina (DOM/SC)

PORTARIA Nº 2102/2023

Publicação Nº 5089790



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 2102/2023

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

EXONERAÇÃO A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a servidora **ALINE GOMES**, contratada no cargo de Monitora de Educação Infantil, com 30 horas semanais, no período vespertino, a qual atua no Centro de Educação Infantil Vinícius de Moraes, em vaga temporária/ transitória, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/08/2023, conforme o Memorando nº 19.251 /SME/2023.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de agosto de 2023

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF

Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR



PORTARIA Nº 2103/2023

Publicação Nº 5089798



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 2103/2023

ALEXANDRA LAVINA IGLIKOWSKI, Secretária Municipal interina de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º - Fica autorizado a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro do servidor **LINDOMAR EMIDIO FERREIRA**, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, conforme o Memorando nº 18.934/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de agosto de 2023.

ALEXANDRA LAVINA IGLIKOWSKI,
Secretária Municipal Interina de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

PORTARIA Nº 2104/2023

Publicação Nº 5089801



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 2104/2023

ALEXANDRA LAVINA IGLIKOWSKI, Secretária Municipal interina de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO REMUNERADA

Art. 1º - Fica autorizada a conversão de 30 (trinta) dias de Licença-prêmio em Dinheiro da servidora **SIMONE MARIA WENDT**, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao exercício de 2008/2013, conforme o Memorando nº 19.033/SMS/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de agosto de 2023.

ALEXANDRA LAVINA IGLIKOWSKI

Secretária Municipal Interina de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

PORTARIA Nº 2105/2023

Publicação Nº 5090714



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 2105/2023

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

RETIFICAÇÃO

Art. 1º - Fica retificado, o artigo 2º, da Portaria nº 309/2023, passando a vigorar a seguinte redação:

*“Art. 2º -Fica contratada DANIELE DE FREITAS PARMA, Professora de Ciências, sem regência, 10 horas semanais, período matutino e vespertino, para atuar na Escola Básica Municipal Presidente Castelo Branco, **passando a vigorar, a partir de 10/08/2023, a seguinte justificativa: vaga vinculada a licença tratamento de saúde da servidora efetiva Petronila Gurzynski Oliskowski, data de término do contrato em 13/09/2023, conforme o Memorando nº 18.944/SME/2023**”.*

Art. 2º - Fica retificado, o artigo 9º, da Portaria nº 309/2023, passando a vigorar a seguinte redação:

*“Art. 9º - Fica contratada REJANE APARECIDA FIGURA PRUST, Professora de Ciências, sem regência, 10 horas semanais, período matutino e vespertino, para atuar na Escola Básica Municipal Severo de Andrade, **passando a vigorar, a partir de 10/08/2023, a seguinte justificativa: vaga vinculada a licença tratamento de saúde da servidora efetiva Petronila Gurzynski Oliskowski, data de término do contrato em 13/09/2023, conforme o Memorando nº 18.944/SME/2023**”.*

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de agosto de 2023.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário
Oficial dos Municípios de Santa
Catarina (DOM/SC)

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR

CANOINHAS
É BOM VIVER AQUI

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº PMC 34/2023

Publicação Nº 5090189



Prefeitura Municipal de Canoinhas
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

Chave de Autenticação Digital
2344-0885-175

Página
1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: DL34/2023 **Modalidade:** Dispensa por Justificativa **Julgamento:** Por item **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA DE SUPERFÍCIE DE ALVENARIA, METÁLICA E COBERTURA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, DESTINADO A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Fornecedor: 13718 - 23.365.070 JOEL ADRIANO DE PAULA PINTO **CPF/CNPJ:** 23.365.070/0001-49 **Valor total (R\$):** 13.000,00

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
24/08/2023	1	72575 - SERVIÇO DE PINTURA DE SUPERFÍCIE DE ALVENARIA, METÁLICA E COBERTURA.	SERVIÇO	1,00000	13.000,00000	13.000,00
					Total Adjudicado (R\$):	13.000,00

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 13.000,00

Juliane Muchaloski Slabadack Ferraz
Secretária de Administração, Finanças e Orçamento

Assinado por 1 pessoa: JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/8339-9CD2-3D51-9CD2> e informe o código 8339-9CD2-3D51-9CD2





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8339-9C0E-3D51-9CD2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ (CPF 053.XXX.XXX-02) em 24/08/2023 11:08:59
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://canoinhas.1doc.com.br/verificacao/8339-9C0E-3D51-9CD2>

Capinzal

PREFEITURA

0082/2023

Publicação Nº 5092649

PORTARIA Nº 0082, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Graciele Helt Tiepo, matrícula nº 329070/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7 referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais, a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0006/2023

Publicação Nº 5089441

PORTARIA Nº 0006, DE 02 DE JANEIRO DE 2023

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 01 de janeiro de 2023, a servidora Cleia Mara Demin, matrícula nº 327387/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de janeiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário interino da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0065/2023

Publicação Nº 5092555

PORTARIA Nº 0065, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Marcia Carolina M-Iler, matrícula nº 324051/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a partir de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0066/2023

Publicação N° 5092595

PORTARIA N° 0066, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Marcia Maria Benetti Marques, matrícula nº 314510/16 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0067/2023

Publicação N° 5091763

PORTARIA N° 0067, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Gisele Aparecida Szemanski, matrícula nº 322903/01 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais, a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0068/2023

Publicação N° 5091745

PORTARIA N° 0068, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Lilian Mendes Moreira Dalamaria, matrícula nº 323721/01 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Creche Municipal Mundo Colorido.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0069/2023

Publicação N° 5092586

PORTARIA N° 0069, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Mavis Capeleti, matrícula nº 138207/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a partir de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0070/2023

Publicação N° 5092602

PORTARIA N° 0070, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Karla Luciana Vicari Menegás, matrícula nº 323560/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0071/2023

Publicação Nº 5092604

PORTARIA Nº 0071, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Karen Alberti Helt, matrícula nº 312835/11 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0074/2023

Publicação Nº 5092608

PORTARIA Nº 0074, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Enilce Machado Merib, matrícula nº 328316/01 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Creche Municipal Primeiros Passos.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0075/2023

Publicação Nº 5092612

PORTARIA Nº 0075, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Cleciane da Silva, matrícula nº 307610/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Creche Municipal Primeiros Passos.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a partir de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0076/2023

Publicação Nº 5092620

PORTARIA Nº 0076, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Wilzieline Franco Sobral da Costa, matrícula nº 334383/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a partir de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0077/2023

Publicação Nº 5092636

PORTARIA Nº 0077, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Fatima Spielmann da Silva, matrícula nº 328588/01 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0078/2023

Publicação Nº 5091813

PORTARIA Nº 0078, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Sandra Mara Turatto Rosseti, matrícula nº 333174/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0079/2023

Publicação Nº 5092640

PORTARIA Nº 0079, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Mariza Lucia Sonogo, matrícula nº 331830/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Creche Municipal Primeiros Passos.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais, a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0080

Publicação Nº 5092544

PORTARIA Nº 0080, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Jocineia Lukacviz, matrícula nº 329916/05 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Secretaria da Educação.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais, a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0081/2023

Publicação N° 5092645

PORTARIA N° 0081, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Jocilei Dorigon Helt, matrícula nº 323365/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7 referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais, a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0087/2023

Publicação N° 5092653

PORTARIA N° 0087, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Charly Marcon, matrícula nº 327212/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0088/2023

Publicação N° 5092655

PORTARIA N° 0088, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Joelice Mascarello, matrícula nº 329924/02 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Belisário Pena.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0089/2023

Publicação Nº 5092660

PORTARIA Nº 0089, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Lidiane Koch, matrícula nº 330680/02 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0090/2023

Publicação Nº 5092663

PORTARIA Nº 0090, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Mariza Eli Dalla Maria Casara, matrícula nº 315613/22 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0091/2023

Publicação Nº 5092668

PORTARIA Nº 0091, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Elisangela Jaensch, matrícula nº 322601/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0118/2023

Publicação Nº 5092543

PORTARIA Nº 0118, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso II do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, pelo edital 041/22, o servidor Andre Luiz da Luz, matrícula nº 410099/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Ernesto Hachmann para a Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, pelo período de 01 de fevereiro de 2023 a 21 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0121/2023

Publicação Nº 5091787

PORTARIA Nº 0121, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso II do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, pelo edital 041/22, a servidora Sandra Mara Turato Rosseti, matrícula nº 333174/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Ernesto Hachmann para a Escola Municipal Viver e Conhecer, pelo período de 01 de fevereiro de 2023 a 21 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0130/2023

Publicação Nº 5091756

PORTARIA Nº 0130, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera área de atuação do servidor

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no artigo 5º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Alterar a área de atuação, em caráter definitivo, da servidora Gisele Aparecida Szemanqui, matrícula nº 322903/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Educação Infantil para os Anos Iniciais, na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0131/2023

Publicação Nº 5091750

PORTARIA Nº 0131, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera área de atuação do servidor

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no artigo 5º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Alterar a área de atuação, em caráter definitivo, da servidora Lilian Mendes Moreira Dalamaria, matrícula nº 313343/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 8, referência E, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Educação Infantil para Anos Iniciais, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0133/2023

Publicação Nº 5091740

PORTARIA Nº 0133, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera área de atuação do servidor

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no artigo 5º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Alterar a área de atuação, em caráter definitivo, da servidora Rosane Rodrigues da Silva de Souza Duarte, matrícula nº 332933/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Educação Infantil para Anos Iniciais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0134/2023

Publicação Nº 5092578

PORTARIA Nº 0134, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera área de atuação do servidor

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no artigo 5º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Alterar a área de atuação, em caráter definitivo, da servidora Sandra Mara Turatto Rosseti, matrícula nº 333174/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Educação Infantil para Anos Iniciais, nas Escolas Municipais Bernardo Moro Sobrinho e Ernesto Hachmann.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0319/2023

Publicação Nº 5091830

PORTARIA Nº 0319, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 02 de fevereiro de 2023, Pamela Stracke Zezak, matrícula nº 332542/03, para exercer o cargo de provimento efetivo de Orientador Social, nível 401, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação no CRASS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

SAMARA LEORATO
Secretária da Assistência Social

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Pamela Stracke Zezak

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, compareceu a Srª. Pamela Stracke Zezak, matrícula nº 332542/03, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Orientador Social, nível 401, referência A, nomeada pela Portaria nº 0319/2023.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2023

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 0397/2023

Publicação Nº 5092590

PORTARIA Nº 0397 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Cleusa de Lurdes Bernardi Genaro, matrícula nº 327425/18, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 07 de fevereiro a 18 de dezembro de 2023, em substituição às servidoras Wlizieline Franco Sobral da Costa, que está à disposição da Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Viver e Conhecer e Jocilei Dorigon Helt, que está à disposição da Direção do CMEI Crescendo Juntos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0639/2023

Publicação Nº 5091723

PORTARIA Nº 0163, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, e conforme o requerimento protocolado sob o nº 179/2022, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em 10 (dez) horas semanais, da servidora Elizangela Montibeller Weber, matrícula nº 309265/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 8, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1004/2023

Publicação Nº 5092539

PORTARIA Nº 1004, DE 02 DE MAIO DE 2023

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 02 de maio de 2023, Leonardo Henrique Klein, matrícula nº 410899/01, para exercer o cargo de provimento efetivo Escriturário, nível 153, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação no CRAS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de maio de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

SAMARA LEORATO
Secretária da Assistência Social

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Leonardo Henrique Clein

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, compareceu o Sr. Leonardo Henrique Clein, matrícula nº 410899/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Escriurário, nível 153, referência A, nomeada pela Portaria nº 1004/2023.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Munícipes.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 02 de maio de 2023

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA0072/2023

Publicação Nº 5092605

PORTARIA Nº 0072, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em vinte (20) horas semanais, em caráter definitivo, da servidora Gecy Terezinha Debastiani Dambros, matrícula nº 322849/01 ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a partir de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

CÂMARA MUNICIPAL**OFÍCIO Nº 408/2023/GAB - RETIRADA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8/2023**

Publicação Nº 5091012

Ofício nº 408/2023/GAB
Capinzal - SC, 16 de agosto de 2023.

Ao Senhor
Jairo Luiz Hoffmann
Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal
89665-000 - Capinzal – SC

Assunto: Retirada do Projeto de Lei Complementar nº 008/2023.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o inicialmente, considerando o Projeto de Lei Complementar nº 08/2023, que tramita nessa Casa Legislativa, temos as seguintes considerações:

Considerando que tramita perante a 2ª Vara da Comarca de Capinzal o Mandado de Segurança autuado sob o nº 5001060-26.2023.8.24.0016, em que se discute a interpretação e aplicação da Lei Complementar Municipal nº 264/2022, notadamente seu art. 3º, o qual constitui objeto de alteração de sua redação pelo Projeto de Lei Complementar nº 008/2023.

Considerando que constou da justificativa do respectivo projeto de lei que “apenas faz adequações redacionais para os requisitos para exercer o cargo de “Professor de Educação Especial”;

Considerando o princípio da segurança jurídica e do interesse público, bem como que foi proferida sentença pelo juízo de primeiro grau denegando os pedidos das impetrantes, constando no teor da referida decisão que “a Lei Complementar nº 264/2022 do Município exige para o cargo habilitação em educação especial ou habilitação em pedagogia com especialização em educação especial, de forma alternativa.”

Considerando que as impetrantes interpuseram recurso de apelação, o qual está pendente de julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça.

Considerando que no PLC nº 008/2023, em seu artigo 2º, consta matéria sobre os requisitos para o cargo de Agentes de Combate às Endemias, o qual poderá ser apresentado oportunamente, em Projeto de Lei específico.

Pelo exposto, requer-se a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 008/2023 que tramita nesta Casa Legislativa, em razão da matéria encontrar-se judicializada, ainda pendente de julgamento de recurso de apelação.

Atenciosamente,

Nilvo Dorini
Prefeito de Capinzal.

Capivari de Baixo

PREFEITURA

EXTRATO 4º TERMO CRED. CH Nº 01 (CFM PEDIATRA)

Publicação Nº 5092494

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

4º TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2023/FMS

Credenciante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Credenciada.. CFM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Vigência : Início: 22/08/2023 Término: 31/12/2023.

Licitação : Chamada Pública Nº.: 01/2023

Objeto A presente seleção tem por objetivo a possível contratação de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas, prestadoras de serviços de saúde especializadas na realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", disponível por meio eletrônico no SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM). (Disponível em: www.sigtap.datasus.gov.br).

Capivari de Baixo, 22/08/2023.

PR 46/2023/PMCB

Publicação Nº 5089720

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2023/PMCB

A Prefeita Municipal de Capivari de Baixo/SC, torna público para o conhecimento de quem possa interessar que as 09hs00min do dia 06/09/2023 na sala de Licitações do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo/SC, Rua Ernani Cotrin, 187, Centro, estará reunida para executar o PR nº 46/2023/PMCB, tipo Menor preço por item Contratação de empresa especializada para locação parcelada de palco, iluminação, sonorização, banheiros químicos e demais estruturas necessárias para organização de eventos a serem realizados pelo Município de Capivari de Baixo, suas secretarias, fundos e entidades conveniadas. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (48) 3621-4400 no período das 07hs às 13hs.

Capivari de Baixo/SC, 24 de agosto de 2023.

Marcia Roberg Cargnin - Prefeita Municipal.

Catanduvas

PREFEITURA

ATA PMC RP N° 0073/2023

Publicação N° 5092490

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0073/2023 PMC

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC, torna pública a Ata de Registro de Preços n° 0073/2023, relativa ao Pregão Presencial n° 0028/2023 PMC - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual fornecimento de sacos plásticos, com capacidade de 100 litros, conforme necessidade da Secretaria de Infraestrutura do Município de Catanduvas - SC.

Fornecedor: VISION EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA

CNPJ: 26.635.695/0001-71

Valor: R\$192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais).

Vigência: 25/08/2023 a 24/08/2024.

A Ata de Registro de Preços estará, na íntegra, disponível no site do Município de Catanduvas – SC.

Catanduvas - SC, 25 de agosto de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PR N° 0028/2023

Publicação N° 5092489

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Homologado em 25 de agosto de 2023.

Processo Licitatório n° 0092/2023 - Pregão Presencial n° 0028/2023

Sistema Registro de Preços

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual fornecimento de sacos plásticos, com capacidade de 100 litros, conforme necessidade da Secretaria de Infraestrutura do Município de Catanduvas - SC.

O Prefeito Municipal de Catanduvas – SC, no uso de suas atribuições em conformidade com a legislação em vigor, mediante a Adjudicação pelo Pregoeiro deste Município e sua equipe de apoio, torna público e decide HOMOLOGAR o processo licitatório supracitado em favor do seguinte participante:

Vision Embalagens Plásticas Ltda – 26.635.695/0001-71: R\$192.000,00.

Catanduvas – SC, 25 de agosto de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2023, DE 21 DE AGOSTO DE 2023, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO

Publicação Nº 5090016

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2023, DE 21 DE AGOSTO DE 2023, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO

Dispõe sobre Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no âmbito do Poder Executivo do Município de Catanduvas - SC.

**CAPÍTULO I
DA FINALIDADE**

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar normas procedimentais, para padronizar a rotina interna de providências a serem executadas em sindicância e processo administrativo disciplinar, com vistas à eficácia, eficiência, legalidade e transparência dos atos públicos do Poder Executivo do Município.

**CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA**

Art. 2º Esta Instrução Normativa abrange a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o Setor de Recursos Humanos, o Gabinete do Chefe do Poder Executivo, a Assessoria Jurídica do Município, Controle Interno, Comissão Processante (sindicância e processo administrativo disciplinar) e Unidades Setoriais.

**CAPÍTULO III
DA BASE LEGAL**

Art. 3º Fundamenta-se no art. 25, II, da Lei Orgânica do Município de Catanduvas, na Lei Complementar nº 19/02, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais normas vigentes.

**CAPÍTULO IV
DOS CONCEITOS**

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I- **Autoridade Competente:** agente público que pode aplicar sanção disciplinar ao servidor subordinado: chefe do Poder Executivo e secretários municipais (art. 149, LC 19/02);

II- **Denúncia:** comunicação de irregularidade a ser apurada;

III- **Representação:** petição de servidor público levando ao conhecimento da autoridade administrativa a existência de abusos e irregularidades no exercício de um serviço público;

IV- **Sindicância Preliminar Investigativa:** procedimento preparatório para a instauração de um processo administrativo disciplinar ou mesmo de uma sindicância processual – caso haja materialidade e possível autoria –, ou para a propositura de arquivamento da denúncia – no caso de inexistirem indícios de irregularidades ou de não se encontrar nenhum suspeito pela prática do fato, procedimento que dispensa autoria e materialidade definidas, prescinde do contraditório e da ampla defesa, pode ser conduzida por um ou mais sindicantes e não possui etapas pré-definidas.

V- Sindicância Processual (Rito Sumário): conjunto de atos e de averiguações formais promovidas na intenção de se obter elementos de elucidação dos fatos contidos na denúncia, já identificados em Sindicância Preliminar Investigativa de forma a permitir à autoridade competente concluir sobre as medidas disciplinares aplicáveis ao caso, admissível quando a comissão de apuração estiver convencida de que a falha funcional seja de advertência ou não alcance penalidade superior a 30 dias de suspensão.

VI- Processo Administrativo Disciplinar (Rito Ordinário): instrumento destinado a apurar as faltas funcionais ou responsabilidade do Servidor Público, por infração praticada no exercício de suas atribuições, cominando e aplicando a penalidade cabível, na forma do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

VI- Demissão: desligamento de Servidor Público dos quadros da administração, determinada pelo poder público, por motivo decorrente de faltas graves ou crimes funcionais;

VII – Notificação: ato através do qual a Administração científica o servidor processado da instauração de sindicância preliminar, sindicância processual ou processo administrativo disciplinar;

VIII – Defesa prévia: ônus que incumbe ao servidor processado, antes do indiciamento, através do qual exerce o seu direito ao contraditório e à ampla defesa;

IX - Citação: ato através do qual a Administração comunica o servidor processado de seu indiciamento;

X – Termo de indiciamento: decisão da Comissão Processante que aponta as infrações imputadas ao indiciado e as provas que sustentam a acusação, seguidas do respectivo enquadramento;

XI – Defesa: encargo que incumbe ao servidor processado após sua citação, através do qual exerce o seu direito ao contraditório e à ampla defesa;

XII - Afastamento preventivo: como medida cautelar e a fim de que o funcionário não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração;

XIII – Infração disciplinar: é toda ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Pública;

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º São responsabilidades do Setor de Recursos Humanos, como Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

I- promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e à disposição de todos os servidores relacionados ao Sistema de Recursos Humanos, orientando as Unidades Executoras e supervisionando sua aplicação;

II- promover discussões técnicas com as Unidades Executoras e demais órgãos da Prefeitura, para fins de definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de apuração de denúncias de irregularidades que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão, visando constante aprimoramento desta Instrução Normativa.

Art. 6º São responsabilidades das Secretarias Municipais:

- I - solicitar abertura de processo administrativo com a narrativa dos fatos que, em tese, tipificam infrações disciplinares;
- II - Apurar os fatos, autoria e materialidade de infrações disciplinares em sindicância preliminar investigativa;
- III - Nomear servidor (es) para conduzir (em) sindicância preliminar investigativa;
- IV - Encaminhar conclusão da sindicância preliminar investigativa para a Secretaria Municipal de Administração de Finanças.

Art. 7º São responsabilidades das Comissões de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância Processual e dos servidores ou comissão encarregada de Sindicância Preliminar Investigativa:

- I - receber o processo e iniciar os trabalhos de apuração;
- II - elaborar o relatório conclusivo e encaminhar para a autoridade competente;
- III - dar cumprimento a todos os procedimentos do processo até a sua conclusão; IV - cumprir os prazos estipulados nessa Instrução Normativa.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS

Seção I

Das Providências Preliminares

Art. 8º A Autoridade competente que tiver ciência de irregularidade no serviço público, diretamente, com base em uma denúncia ou por meio de Representação, deverá designar através de Portaria servidor(es) ou Comissão para a apuração da irregularidade em Sindicância Preliminar Investigativa.

§ 1º A Representação deverá ser formulada por escrito e conter, no mínimo, a identificação e o endereço do denunciante, bem como a narrativa da(s) irregularidade(s) apontada(s).

§ 2º Quando tratar-se de denúncia anônima, o servidor que a receber deverá de pronto buscar identificação dos elementos mínimos de plausibilidade.

Art. 9º O(s) servidor(es) ou a Comissão Processante, designado(s) pela Autoridade competente, de posse da denúncia ou Representação, uma vez esgotada a Sindicância Preliminar Investigativa deve elaborar o juízo de admissibilidade da acusação.

Art. 10 Apresentando a denúncia ou representação os requisitos de admissibilidade e havendo indícios de autoria e materialidade, deve o(s) servidor(es) ou a Comissão Processante designada encaminhar comunicação interna ao Secretário de Administração e Finanças ou ao Prefeito para solicitar publicação da Portaria de Instauração.

§ 1º Caso a denúncia ou representação não apresente os requisitos de admissibilidade e materialidade, o servidor ou a Comissão Processante deve emitir decisão fundamentada de arquivamento.

§ 2º Entendendo pelo arquivamento da denúncia ou representação, o(s) servidor(es) ou a Comissão Processante designada deve encaminhar comunicação interna para ciência do Secretário de Administração e Finanças, que discordando da decisão, poderá, com as suas razões, encaminhar para decisão do Chefe do Poder Executivo.

Art. 11 Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração de irregularidade ou alterar e impactar efeitos das atribuições do próprio cargo, a autoridade instauradora do inquérito, sempre que julgar necessário, poderá ordenar o seu afastamento preventivo do cargo pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 156 da LC nº 19/02.

Seção II

Da Sindicância Processual – Rito Sumário

Art. 12 O processo administrativo disciplinar de sindicância, dito Sindicância Processual, destina-se a apurar a autoria ou a existência de irregularidade praticada no serviço público que possa resultar na aplicação de penalidade.

Parágrafo único. A sindicância não é pré-requisito do processo administrativo disciplinar, podendo a autoridade, dependendo da gravidade da infração, decidir pela sua imediata instauração, ainda que desconhecida a autoria, busca esta que deverá ser percorrida em sede da Sindicância Preliminar Investigativa, vindo aos autos os elementos identificados.

Art. 13 Publicada a portaria de instauração, deve a Comissão Processante elaborar os atos inaugurais, notificar o servidor e realizar as diligências que julgar necessárias para a elucidação dos fatos, bem como:

I- colher depoimento pessoal;

II- colher oitiva de testemunhas;

III- requisitar perícias e documentos;

IV- requisitar e examinar todos os documentos relacionados com o objeto da investigação;

V- realizar inspeção *in loco*.

Parágrafo único. O prazo de conclusão da Sindicância Processual será de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias mediante autorização da autoridade competente, nos termos do art. 154 da LC nº 19/02.

Art. 14 A Comissão Processante ordenará a notificação do Servidor, entregando-lhe cópia da portaria, para, querendo, responder à acusação, apresentando defesa prévia por escrito, no prazo máximo de 03 (três) dias.

Parágrafo único. Deve-se conceder vista dos autos ao Servidor indiciado e/ou advogado habilitado na repartição, disponibilizando-lhe cópia do processo quando solicitado.

Art. 15 A defesa prévia é o momento processual em que o acusado poderá requerer a produção de provas e arrolar as suas testemunhas, sob pena de preclusão.

Art. 16 Logo após o recebimento da defesa prévia, caso se constate que não há indícios suficientes de irregularidade, a Comissão Processante deve encaminhar o relatório ao Secretário de Administração e Finanças sugerindo o arquivamento sumário do feito.

§ 1º Acompanhando o parecer de arquivamento da Comissão Processante, o Secretário de Administração e Finanças ordenará o encerramento do feito.

§ 2º Caso o Secretário de Administração e Finanças não acompanhe o parecer de arquivamento da Comissão Processante, ordenará a remessa ao Chefe do Poder Executivo que poderá ordenar o arquivamento ou o prosseguimento do feito.

Art. 17 Recebida a defesa prévia e não sendo o caso de arquivamento sumário, a Comissão determinará a instrução do feito, ouvindo as testemunhas arroladas e interrogando o acusado.

Art. 18. Concluída a instrução, caso a Comissão opine fundamentadamente pelo indiciamento do servidor, determinará a sua citação para que no prazo de 5 (cinco) dias apresente defesa.

Art. 19 Após a defesa do Servidor indiciado a Comissão de Sindicância Processual formará sua convicção pela livre apreciação das provas produzidas e confeccionará minucioso relatório sugerindo:

I- arquivamento do processo;

II- aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III- instauração de processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. O relatório final deverá ser encaminhado, juntamente com os autos, à autoridade competente para aplicar sanção disciplinar (art. 149, LC 19/02).

Art. 20 Havendo indícios suficientes de irregularidade que possa ensejar penalidade de suspensão pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, demissão cassação de aposentadoria ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

Parágrafo único. Caso se identifique que o autor dos fatos é pessoa que não esteja sujeita ao regime disciplinar, deverá ser remetida cópia do processo concluso aos órgãos ou empresas, a que esteja vinculado, para fins de adoção das providências cabíveis de acordo com a respectiva legislação.

Art. 21 Será declarada a revelia do Servidor indiciado que citado, deixar de apresentar defesa sem motivo justificado.

Parágrafo único. Declarada a revelia do Servidor indiciado, o Secretário de Administração Finanças deverá nomear-lhe Defensor Dativo.

Seção III

Do Processo Administrativo Disciplinar (Inquérito Administrativo) - Rito Ordinário

Art. 22 A Portaria instauradora do Processo Administrativo Disciplinar conterá o nome, cargo e matrícula do Servidor e especificará, de forma resumida e objetiva, as irregularidades a serem apuradas, bem como determinará a apuração de outras infrações conexas que porventura emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único O prazo de conclusão do processo administrativo será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 60 (sessenta) dias mediante autorização da autoridade competente, nos termos do art. 161 da LC nº 19/02.

Art. 23 A instauração do Processo Administrativo Disciplinar se dará por meio de publicação da Portaria que designará seus integrantes e indicará, dentre eles, o Presidente da Comissão.

Parágrafo único. A Comissão Processante formará sua convicção pela livre apreciação das provas produzidas nos autos.

Art. 24 Os autos da Sindicância Preliminar Investigativa e/ou Sindicância Processual integrarão o Processo Administrativo Disciplinar, como peça informativa da instrução.

Art. 25 A Comissão Processante ordenará a notificação do servidor, entregando-lhe cópia da portaria, para, querendo, responder à acusação (defesa prévia), por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 1º Em havendo dois ou mais servidores processados, a defesa prévia será apresentada no prazo comum de 20 (vinte) dias.

§ 2º Deve-se conceder vista dos autos ao servidor e/ou advogado habilitado na repartição, disponibilizando-lhe(s) cópia do processo, quando solicitado.

Art. 26 O Servidor poderá alegar na defesa prévia/resposta à acusação tudo quanto interesse à sua defesa, apresentar documentos, justificações, arrolar as testemunhas e especificar as demais provas que pretender produzir, sob pena de preclusão.

Art. 27 O Presidente da Comissão, após receber a defesa prévia do Servidor, designará dia e hora para a realização de audiência e providenciará a intimação/notificação do servidor, colhendo-se a sua ciência.

Parágrafo único. Havendo procurador habilitado nos autos, deve este também ser intimado para comparecimento à audiência, colhendo-se a sua ciência.

Art. 28 As provas serão produzidas em audiência una, podendo o Presidente da Comissão indeferir as provas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.

Art. 29 No dia da audiência será ouvido o denunciante, se houver, tomando-se, a seguir, o depoimento das testemunhas apresentadas pelo denunciante ou arroladas pela Comissão e, então, o das testemunhas nomeadas pelo acusado, interrogando-se o acusado ao final.

Art. 31 Inquiridas as testemunhas, o Servidor poderá requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.

Art. 32 Concluída a instrução, não havendo requerimento de diligências, ou em sendo estas indeferidas motivadamente pelo Presidente da Comissão, o Servidor deverá apresentar alegações finais, por escrito, no prazo de 05(cinco) dias.

Art. 33 Após as alegações finais, concluindo a Comissão pelo não indiciamento, deverá encaminhar relatório ao Secretário de Administração e Finanças sugerindo o arquivamento sumário do feito.

§ 1º Acompanhando o parecer de arquivamento da Comissão Processante, o Secretário de Administração e Finanças ordenará o encerramento do feito.

§ 2º Caso o Secretário de Administração e Finanças não acompanhe o parecer de arquivamento da Comissão Processante, ordenará a remessa ao Chefe do Poder Executivo que poderá determinar o arquivamento sugerido ou, fundamentadamente, determinar o indiciamento.

Art. 34 Havendo indiciamento pela Comissão ou pelo Chefe do Poder Executivo, será elaborado Termo de Indiciamento, devendo a Comissão citar o indiciado ou notificar o defensor dativo para que apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 35 Será decretada a revelia do Servidor indiciado que citado, deixar de apresentar defesa sem motivo justificado.

Parágrafo único. Declarada a revelia do Servidor indiciado o Chefe do Poder Executivo deve nomear-lhe um Defensor dativo.

Art. 36 Analisada a defesa, a Comissão Processante confeccionará minucioso relatório do processo, citando as provas colhidas na instrução, e emitirá parecer sugestivo fundamentado, opinando pela absolvição, arquivamento ou aplicação de penalidade.

Parágrafo único. O relatório final deve ser encaminhado, juntamente com os autos, à autoridade competente para aplicar a sanção disciplinar.

Seção V

Da Aplicação das Penalidades

Art. 37 As autoridades competentes para a aplicação das penalidades disciplinares são:

- I- Prefeito, nos casos de demissão e cassação de disponibilidade ou aposentadoria e quando se tratar de destituição de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo;
- II- Secretário da pasta, nos casos de advertência ou suspensão com sanção não superior a 30 (trinta) dias;

Art. 38 Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela decorrerem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os antecedentes funcionais do Servidor infrator.

Art. 39 Realizado o julgamento pela autoridade competente, a Comissão Processante deverá publicar o ato e encaminhar os autos ao Setor de Recursos Humanos para cumprimento da decisão.

Seção VI

Da Revisão do Processo

Art. 40 O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando a decisão recorrida for contrária ao texto de Lei ou à evidência dos autos; quando a decisão se fundar em provas falsas ou eivadas de vícios insanáveis; ou quando surgirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou da inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 41 O processo revisional será processado perante a autoridade que aplicou a pena, tramitando em apenso ao processo originário.

§ 1º O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Chefe do Poder Executivo, que determinará a constituição de comissão revisora.

§ 2º Será impedido de funcionar na revisão quem houver composto a comissão de processo disciplinar.

Art. 42 A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo originário.

§ 1º O ônus da prova cabe ao requerente.

§ 2º Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

Art. 43 Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couberem, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para a Comissão Revisora concluir os trabalhos será de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual prazo quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 44 O julgamento caberá à autoridade que aplicou a pena.

§ 1º O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade poderá determinar diligências.

§ 2º Concluídas as diligências, será renovado o prazo para julgamento.

Art. 45 Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos atingidos, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

CAPÍTULO VII

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 46 Qualquer omissão ou dúvida gerada por esta Instrução Normativa deverá ser dirimida junto à Secretaria de Administração e Finanças ou Assessoria de Controle Interno.

Art. 47 Os termos contidos nesta Instrução Normativa não eximem a observância das demais normas pertinentes.

Art. 48 Integram a presente Instrução Normativa o anexo I - "Fluxograma de Procedimento de Processos Administrativos Disciplinares – Rito Ordinário", o anexo II- "Fluxograma de Procedimento de Processos Administrativos Disciplinares – Rito Sumário" e o anexo III - Organização processual.

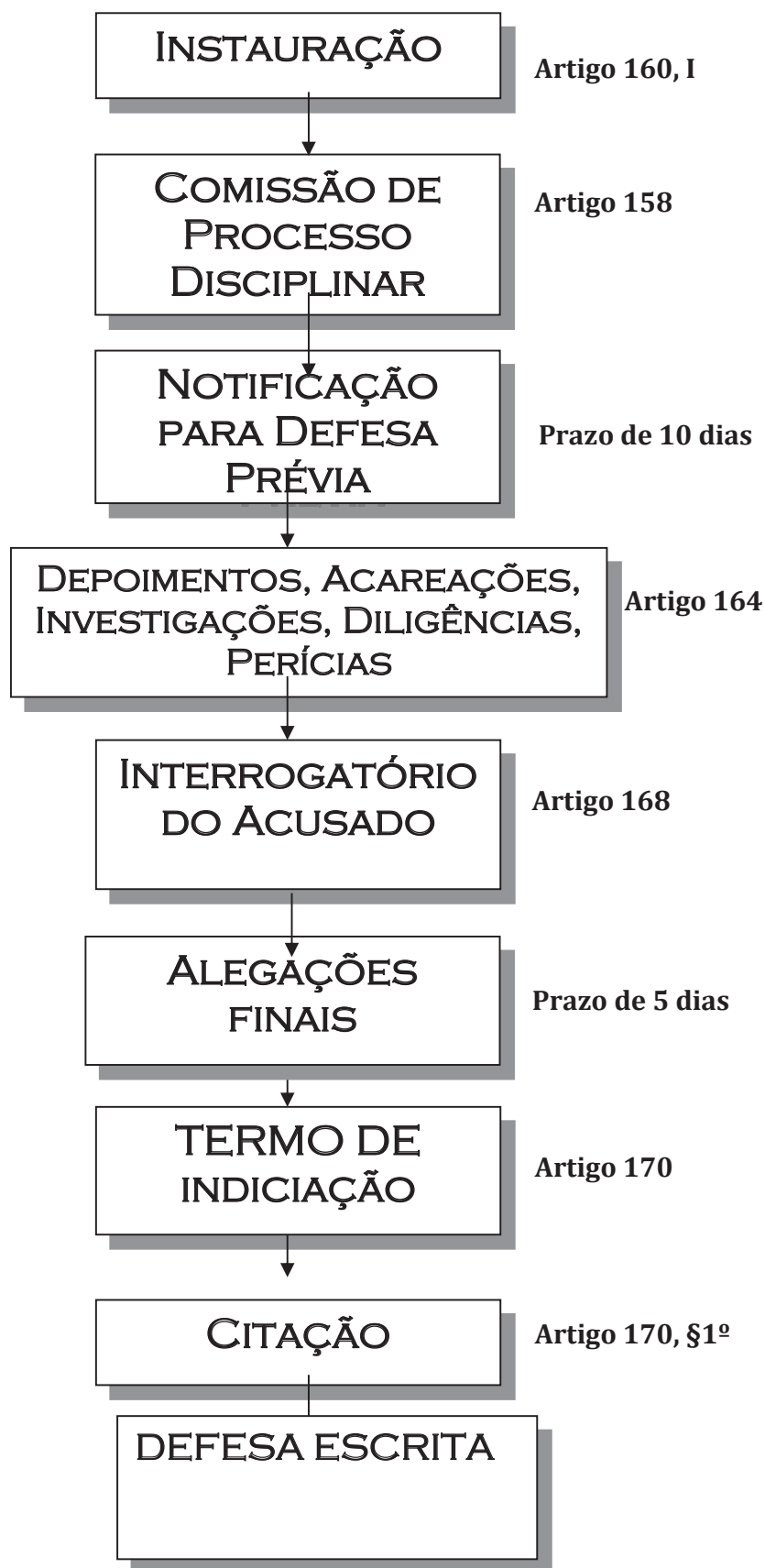
Art. 49 Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Catanduvas, 21 de agosto de 2023.

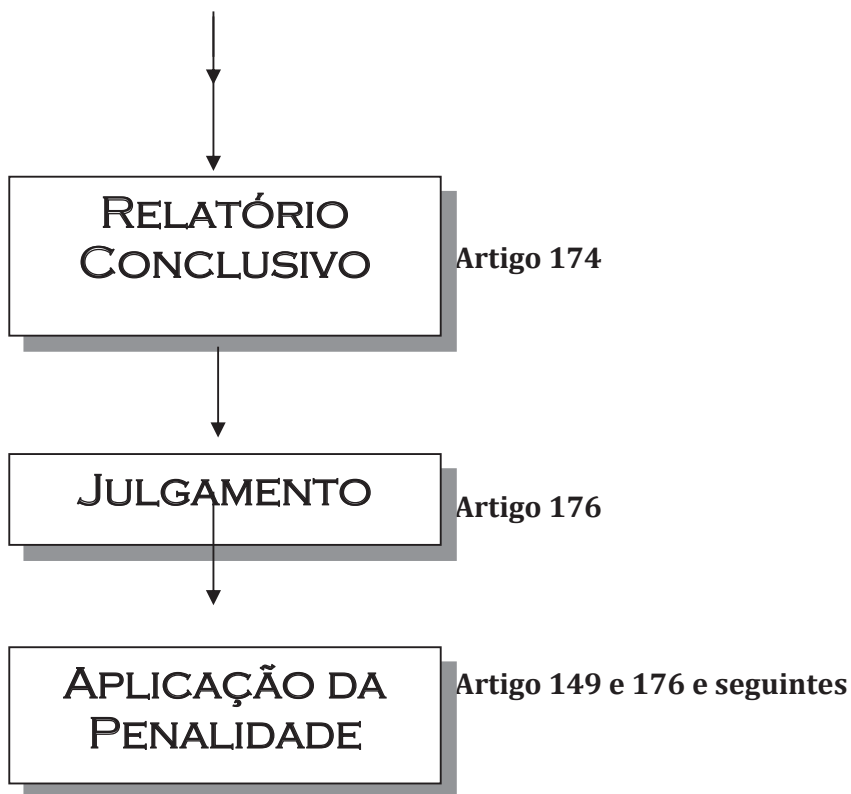
LUCIMARI SPADER

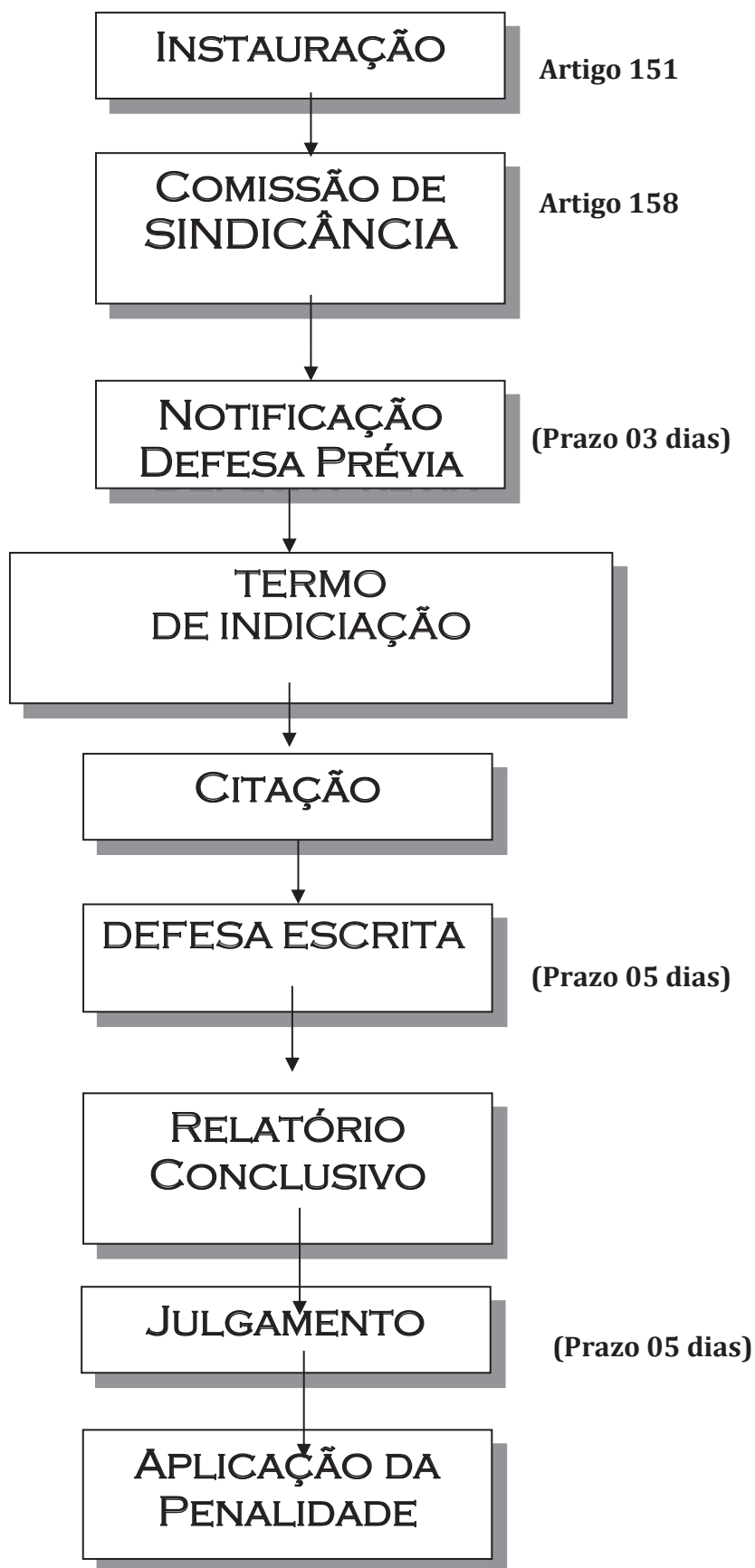
Secretária Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

Publicado no Mural da Prefeitura nesta data.

ANEXO I - RITO ORDINÁRIO (LC nº 19/02)

Artigo 170, §1º - Prazo de 10 dias



ANEXO II - RITO SUMÁRIO (LC nº 19/02)

ANEXO III – ORGANIZAÇÃO PROCESSUAL**ATENTAR PARA OS DEVIDOS CUIDADOS E ORGANIZAÇÃO:**

- a) Impedimento de juntada aos autos de mensagens e documentos transmitidos via fax, em vista da qualidade precária do material (recomendando-se a cópia do documento em papel de maior durabilidade). *Ex: extratos, etc.*
- b) Numeração das folhas em ordem crescente, sem rasuras, com aposição de carimbo próprio para colocação do número, no canto superior direito da página.
- c) Correção de numeração de qualquer folha dos autos registrada mediante inutilização da anterior, com aposição de um “X” sobre o carimbo incorreto e renumeração das folhas seguintes, sem rasuras e com certificação da ocorrência.
- d) Volumes dos autos com até 200 folhas cada, observada a distância, na margem esquerda, de cerca de 2 cm para fixação dos colchetes.
- e) Ao juntar aos autos qualquer peça ou documento, deverá apor assinatura e a data da juntada na última página do documento juntado.

LEI Nº 2.816/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089966

LEI Nº 2.816/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso das atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial do Orçamento do Município no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13.000 SEC MUN DE AGRICULTURA, IND, COMERCIO E TURISMO

Unidade: 13.001 Diretoria de Turismo

Projeto/Atividade: 2.050 – Ações de Promoção e Desenvolvimento do Turismo Modalidade: 127 – 3.3.50.00.00.00.00.00.1.500.0000.000

0 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Valor a Suplementar: R\$ 5.000,00

Órgão: 13.000 SEC MUN DE AGRICULTURA, IND, COMERCIO E TURISMO

Unidade: 13.001 Diretoria de Turismo

Projeto/Atividade: 2.050 – Ações de Promoção e Desenvolvimento do Turismo Modalidade: 128 – 3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.000

0 – Outras Despesas Correntes

Valor a Suplementar: R\$ 10.000,00

Órgão: 13.000 SEC MUN DE AGRICULTURA, IND, COMERCIO E TURISMO

Unidade: 13.001 Diretoria de Turismo

Projeto/Atividade: 2.050 – Ações de Promoção e Desenvolvimento do Turismo Modalidade: 129 – 4.4.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.000

0 – Investimentos

Valor a Suplementar: R\$ 5.000,00

Art. 2º Para o atendimento da Suplementação que trata o Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 03.001 SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.001 – Secretaria de Adm, Gestão e Planejamento

Projeto/Atividade: 2.043 – Promoção e Desenvolvimento do Turismo

Modalidade: 16 – 3.3.50.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Valor a Anular: R\$ 5.000,00

Órgão: 03.001 SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.001 – Secretaria de Adm, Gestão e Planejamento

Projeto/Atividade: 2.043 – Promoção e Desenvolvimento do Turismo

Modalidade: 17 – 3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.0000.0000 – Outras Despesas Correntes Valor a Anular: R\$ 10.000,00

Órgão: 03.001 SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.001 – Secretaria de Adm, Gestão e Planejamento

Projeto/Atividade: 2.043 – Promoção e Desenvolvimento do Turismo

Modalidade: 18 – 4.4.90.00.00.00.00.1.500.0000.0000 – Investimentos

Valor a Anular: R\$ 5.000,00

Art. 3º Pela abertura do crédito especial previsto nos artigos da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adequar os anexos da Lei 2.790/2022, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2023 – LDO e dá outras providências, nos limites da modalidade de aplicação e fonte de recursos.

Art. 4º Pela abertura do crédito especial previsto nos artigos da presente Lei fica o Poder Executivo autorizado a alterar a Lei 2.756/2021, de 25/10/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2022-2025.

Art. 5º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/SC, 24 de agosto de 2023.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PE Nº 0034/2023

Publicação Nº 5092492

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0125/2023

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0034/2023

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Catanduvas – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 2.651/2020, de 02/09/2020, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto até as 08h30min do dia 12 de setembro de 2023, Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual fornecimento de materiais de construção e equipamentos de proteção, conforme anexo “I”. As propostas e demais documentos solicitados deverão ser encaminhadas via Internet pelo site do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da disputa das propostas classificadas se dará a partir das 08h40min do dia 12 de setembro de 2023. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvas – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000. Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.catanduvas.sc.gov.br, ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Catanduvas – SC, 25 de agosto de 2023.

Código de Registro TCE/SC: 1E096074A7E49B3AA6E1ED8A7FF28339EB475705

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

EDITAL 041/2023

Publicação Nº 5089420

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2023

O Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO o candidato (a) aprovado no Concurso Público nº 001/2021, para comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Caxambu do Sul, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 615, Centro, conforme se especifica a seguir:

CARGO: Operador de Máquinas			
Nº DE CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	NOME
9º	678	40 HS SEMANAIS	OROZIMBO ALTAIR FELICIANO DOS SANTOS

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da Administração Municipal;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Caxambu do Sul/SC, 24 de agosto de 2023.

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO N. 3165

Publicação Nº 5090185

DECRETO Nº 3165 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

APROVA O PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB DO NÚCLEO URBANO INFORMAL E CONSOLIDADO MARTINELLI NESTE MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC

LUIZANGELO GRASSI, Prefeito do Município de Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e, considerando, que o artigo 28 da Lei Federal n.º 13.465/2017 dispõe que:

- Art. 28. A Reurb obedecerá às seguintes fases:
- I - requerimento dos legitimados;
 - II - processamento administrativo do requerimento, no qual será conferido prazo para manifestação dos titulares de direitos reais sobre o imóvel e dos confrontantes;
 - III - elaboração do projeto de regularização fundiária;
 - IV - saneamento do processo administrativo;
 - V - decisão da autoridade competente, mediante ato formal, ao qual se dará publicidade;

Considerando que ante o requerimento de um dos legitimados a REURB foi devidamente instaurada nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 13.465/2017;

E, considerando que consta no projeto o preenchimento das fases I, II, III e IV do artigo 28 acima citado, assim como consta preenchido o rol do artigo 35 da Lei Federal nº 13.365/2017, DECRETO:

Art. 1º - Fica aprovado o Projeto de Regularização Fundiária Urbana – REURB do núcleo urbano informal e consolidado Martinelli, neste Município de Celso Ramos.

Parágrafo primeiro: Nos termos do art. 40, I da Lei Federal nº 13.465/2017 as intervenções a serem realizadas no núcleo são as constantes do Cronograma anexo, conforme art. 35, IX da Lei em questão.

Parágrafo segundo: Conforme caput deste artigo, o Projeto de REURB fica devidamente aprovado, nos termos do art. 40, II da Lei Federal nº 13.465/2017.

Parágrafo terceiro: Nos termos do artigo 40, III da Lei Federal nº 13.465/2017 os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada, e os respectivos direitos reais são os constantes no anexo único deste decreto.

Parágrafo quarto: Todos os beneficiários tiveram deferida sua regularização através de LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA.

Art. 2º - Por consequência, expeçam-se as Certidões de Regularização Fundiária.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto nº 3.140 de 22 de maio de 2023.

Celso Ramos, 15 de agosto de 2023.

LUIZANGELO GRASSI
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

Identificação e declaração dos ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada mediante Legitimação Fundiária.

NÚCLEO URBANO INFORMAL E CONSOLIDADO MARTINELLI	CPF	LOTE
Raimundo Kunen e Maria do Carmo de Oliveira Kunen	***.272.***-** ***.426.***-**	01 Q1
Luiz Pedroso e Neiva Baratieri Pedroso	***.644.***-** ***.341.***-**	02 Q1
Helio dos Santos e Helena Rudiak dos Santos	***.216.***-** ***.288.***-**	04 Q1

Adriane Muterle da Luz	***.313.***-**	05 Q1
José Antonio Cassini	***.327.***-**	06 Q1
Carina Aparecida dos Santos	***.164.***-**	08 Q1
Luis Alberto Steckling e Marilene Fatima Xavier Alves Steckling	***.135.***-** ***.750.***-**	11 Q1
Edson Carlos Cesa e Dircema Deolinda Tonietto Cesa	***.291.***-** ***.696.***-**	13 Q1
Osmarin Zanoni e Zenilde Grassi Zanoni	***.326.***-** ***.741.***-**	01 Q2
Jurema dos Santos	***.686.***-**	02 Q2
Alcione Francisco Junho e Maricelda Aparecida Xavier Alves Junho	***.371.***-** ***.715.***-**	03 Q2
Alcimar José Prato	***.926.***-**	04 Q2
Adão Jassir Alves Ferreira	***.372.***-**	06 Q2
Francisco Assis Santos	***.271.***-**	07 Q2
Adilson Rudiak	***.808.***-**	01 Q3
Deunir José Sttumer e Diequessandra da Silva Furtado Sttumer	***.942.***-** ***.650.***-**	02 Q3
Antonio Alves da Silva e Cleuseli Gonçalves Silva	***.849.***-** ***.571.***-**	04 Q3
Marciano Luvison Dalcortivo	***.368.***-**	05 Q3
Dirceu Dalcortivo e Marta Marlene Dalcortivo	***.115.***-** ***.595.***-**	06 Q3
Carlos Laurenes da Silva Lessa e Marcia Aparecida Rodrigues Lessa	***.717.***-** ***.086.***-**	07 Q3
Raimundo Kunen e Maria do Carmo de Oliveira Kunen	***.272.***-** ***.426.***-**	01 Q4
Rosa Amelia Mascarello e Luiz Paulo Kunen	***.253.***-** ***.322.***-**	02 Q4
Adriano José da Silva	***.858.***-**	03 Q4
Amelho Carlo Recalcatti e Edinete Mari Greim Recalcatti	***.345.***-** ***.560.***-**	04 Q4

126-DISPENSA TACOGRAFO

Publicação Nº 5091495

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8D63C83A989E7CBB163AA512AB7301AE5555B26E

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**
8D63C83A989E7CBB163AA512AB7301AE5555B26E

Processo de Licitação n. 126/2023
Dispensa de Licitação n. 58/2023

CONTRATADA: AUTO ELÉTRICA DEVILLA LTDA

CNPJ nº 79.824.793/0001-13

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TACÓGRAFO DIGITAL COM A RESPECTIVA INSTALAÇÃO PARA O VEÍCULO ÔNIBUS MARCA VW DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR TOTAL: R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 24, II da Lei 8666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA:

Cumprir destacar inicialmente o valor proposto no orçamento enquadra-se no disposto no art. 24, inciso II, alínea "a" da Lei nº. 8.666/93, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras em razão do valor do contrato.

Destaca-se que há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, para realizar a presente contratação.

A empresa a ser contratada com o menor valor, encontra-se apta para o fornecimento do objeto a ser contratado conforme certidões negativas apensadas.

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina

www.celsoramos.sc.gov.br



Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetiva-se atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

Isto posto, opta-se pela dispensa da licitação por considerar que o valor da contratação não compensa os custos da Administração com o procedimento licitatório.

Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei nº. 8.666/93 apresenta-se a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Celso Ramos, 23 de agosto de 2023.

Adriana Siqueira de Souza Grassi
Secretária Municipal de Educação

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina

www.celsoramos.sc.gov.br

**ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo de Licitação n. 126/2023
Dispensa de Licitação n. 57/2023

CONTRATADA: AUTO ELÉTRICA DEVILLA LTDA

CNPJ nº 79.824.793/0001-13

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TACÓGRAFO DIGITAL COM A RESPECTIVA
INSTALAÇÃO PARA O VEÍCULO ÔNIBUS MARCA VW DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO.

VALOR TOTAL: R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 24, II da Lei 8666/93.

Celso Ramos, 23 de agosto de 2023.

Luizangelo Grassi
Prefeito Municipal

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina

www.celsoramos.sc.gov.br



PARECER JURÍDICO

Processo de Licitação n. 126/2023
Dispensa de Licitação n. 58/2023

EMENTA: Dispensa de licitação em razão do valor do contrato

A contratação por dispensa de licitação com fulcro no artigo 24, II da Lei 8666/93, deve ser precedida de definição do objeto e motivação da dispensa, quanto ao ato legal e quanto às especificações do objeto.

Além disso, deve haver previsão orçamentária para tanto.

Quanto ao contrato, é necessário exigir as certidões de regularidade fiscal.

Considerando que todos os requisitos foram observados e cumpridos, o parecer é pela legalidade do processo em apreço.

Após a elaboração do ato de dispensa, o mesmo deve ser submetido à autoridade competente para homologação. Em seguida, deve ser providenciada a publicação do contrato, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei 8666/93.

É nosso parecer salvo melhor entendimento.

Celso Ramos, 23 de agosto de 2023.

João Guilherme Biscaro
OAB – SC 28.375

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina

www.celsoramos.sc.gov.br

181/2023 CONTRATO-PROCESSO DE LICITAÇÃO 126/2023 - DISPESA DE LICITAÇÃO 58/2023

Publicação Nº 5091762

Página: 1 / 1

Contrato Nº 181/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL CELSO RAMOS

Contratada: AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA

Valor: 2.950,00

Vigência: Início: 24/08/2023 Término: 22/01/2024

Licitação: 59/2023

Objeto da Contratação: AQUISIÇÃO DE TACÓGRAFO DIGITAL
COM A RESPECTIVA INSTALAÇÃO PARA O VEÍCULO ÔNIBUS
MARCA VW DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Celso Ramos/PM, 24 de Agosto de 2023.

LUIZANGELO GRASSI

Diretor de Compras

ATO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PROCESSO DE LICITAÇÃO 107/2023 - PREGÃO PRESENCIAL 35/2023

Publicação Nº 5089560



DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO PARCIAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2023

Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para efetuar a manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de peças para os poços artesanais do Município.

LUIZANGELO GRASSI, Prefeito Municipal de Celso Ramos – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei 8.666/1993;

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no art. 49 *caput* da Lei Federal 8.666/93;

CONSIDERANDO a prerrogativa de autotutela assegurada à Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e o dever de obedecer à Lei e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica;

CONSIDERANDO que, no presente caso, conforme diligência realizada pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, verificou-se divergência entre os orçamentos obtidos para estabelecer a cesta de preços do processo e o termo de referência do pregão, tendo em vista que a Administração constituiu no processo o valor do item conforme horas de serviço, ao passo que o correto seria ter estabelecido o referencial de preço de acordo com o pacote completo do serviço de instalação e manutenção corretiva e preventiva dos poços, independentemente da quantidade de horas, situação que causou divergência dos preços registrados;

CONSIDERANDO que o procedimento licitatório se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais a Administração Pública que pretende contratar analisa as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratados e escolhe, dentre

Rua Dom Daniel Hosten, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina

www.celsoramos.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Celso Ramos

elas, a mais vantajosa para os cofres públicos, mediante o competente controle por parte do poder público;

CONSIDERANDO que esse controle que a Administração exerce sobre os seus atos caracteriza outro princípio administrativo: o da autotutela administrativa. Esse instituto foi firmado legalmente pela súmula 473 do STF, a saber:

*Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – "A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; **ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade**, respeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". (grifamos)*

CONSIDERANDO que a autoridade competente deverá efetuar um controle de todo o processo, verificando por meio do seu poder de autotutela, a legalidade dos atos praticados e a permanência dos motivos que levaram ao desenvolvimento da licitação;

CONSIDERANDO que o procedimento licitatório está sujeito a autotutela, podendo ser revogado ou anulado, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 49 – A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Diante do exposto, decide REVOGAR, por interesse da administração, o item 01 do Processo de Licitação nº 107/2023, Pregão Presencial nº 35/2023, em atendimento

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina

www.celsoramos.sc.gov.br

*Estado de Santa Catarina***Prefeitura Municipal de Celso Ramos**

aos princípios da autotutela, da legalidade e da supremacia do interesse público, com o consequente apostilamento contratual para supressão do respectivo item revogado, concedendo prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventual recurso, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea c, da Lei Federal 8.666/93.

Celso Ramos, 23 de agosto de 2023.

Luizangelo Grassi
Prefeito Municipal

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina

www.celsoramos.sc.gov.br

CONTRATO 180/2023 - PROCESSO DE LICITAÇÃO 125/2023

Publicação Nº 5091193

Página: 1 / 1

Contrato Nº 180/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL CELSO RAMOS

Contratada: CETEC EQUIPAMENTOS PARA PINTURA LTDA

Valor: 17.500,00

Vigência: Início: 24/08/2023

Término: 31/12/2023

Licitação: 58/2023

Objeto da Contratação: AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE PINTURA E
DEMARCAÇÃO VIÁRIA SISTEMA AIRLESS

Celso Ramos/PM, 24 de Agosto de 2023.

LUIZANGELO GRASSI


Diretor de Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO 126/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 58/2023

Publicação N° 5091731

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8D63C83A989E7CBB163AA512AB7301AE5555B26E

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL CELSO RAMOS Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Centro - Celso Ramos - SC CEP: 88598-000 CNPJ: 78.493.343/0001-22 Telefone: (49) 3547-1211 E-mail: gabinete@celsoramos.sc.gov.br	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr° 59/2023
	Processo Adm.: 126/2023 Data do Processo: 24/08/2023

AVISO DE LICITAÇÃO - NÚMERO 126/2023

A Comissão Permanente de Licitações, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere ao DECRETO - 29332021/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que irá realizar no dia 24/08/2023 as 09:00, no endereço, RUA DOM DANIEL HOSTIN, 930, Celso Ramos - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° 59/2023, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Informamos que a íntegra do edital encontra-se disponível no endereço supracitado.

Objeto do processo:

AQUISIÇÃO DE TACÓGRAFO DIGITAL COM A RESPECTIVA INSTALAÇÃO PARA O VEÍCULO ÔNIBUS MARCA VW DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Celso Ramos, 24 de Agosto de 2023


.....
Presidente da Comissão de Licitação

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 125/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.58/2023

Publicação N° 5091160

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1CF2E84BAC242B412547644F40D100476306CF7D

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL CELSO RAMOS Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Centro - Celso Ramos - SC CEP: 88598-000 CNPJ: 78.493.343/0001-22 Telefone: (49) 3547-1211 E-mail: gabinete@celsoramos.sc.gov.br	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr° 58/2023
	Processo Adm.: 125/2023 Data do Processo: 24/08/2023

AVISO DE LICITAÇÃO - NÚMERO 125/2023

A Comissão Permanente de Licitações, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere ao DECRETO - 29332021/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que irá realizar no dia 24/08/2023 as 17:00, no endereço, RUA DOM DANIEL HOSTIN, 930, Celso Ramos - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° 58/2023, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Informamos que a íntegra do edital encontra-se disponível no endereço supracitado.

Objeto do processo:

AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE PINTURA E DEMARCAÇÃO VIÁRIA SISTEMA AIRLESS

Celso Ramos, 24 de Agosto de 2023

.....
Presidente da Comissão de Licitação

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2023

Publicação Nº 5090029



MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação
Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 212 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 62 codigoCliente: 212 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial
Para Aquisição de bens
36/2023
Processo Administrativo: 62/2023

Ao Sr(a). VORLI CHIQUIO tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria n. 359/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Presencial nº. 36/2023, o(s) participante(s):

Cotação dos Lotes

73849 - AGROMASTER PEÇAS E SERVIÇOS LTDA			
73849 - AGROMASTER PEÇAS E SERVIÇOS LTDA			
Lote	Qtde	Valor Unitário	Desconto(%)
Manutenção Onibus, Microônibus e Caminhões (Mecânica em geral) FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUSO JÁ VALOR DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAR A TROCA DE TODOS OS TIPOS DE ACESSÓRIOS (PARABRISA, ESPELHOS, PALHETAS, BORRACHA DE PORTA, ENTRE OUTROS), SENDO JULGAMENTO C/ DESCONTO DE NO MINIMO DE 10% TANTO NAS PEÇAS, QUANTO NA MÃO DE OBRA. OS DESCONTOS OFERTADOS DEVEM INCLUIR MÃO DE OBRA E PEÇAS.	1	R\$510000,00	22
Manutenção Onibus, Microônibus e Caminhões (Elétrica) FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUSO JÁ VALOR DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAR A TROCA DE TODOS OS TIPOS DE ACESSÓRIOS (PARABRISA, ESPELHOS, PALHETAS, BORRACHA DE PORTA, ENTRE OUTROS), SENDO JULGAMENTO C/ DESCONTO DE NO MINIMO DE 10% TANTO NAS PEÇAS, QUANTO NA MÃO DE OBRA. OS DESCONTOS OFERTADOS DEVEM INCLUIR MÃO DE OBRA E PEÇAS.	1	R\$170000,00	20
Manutenção Maquinas/Equipamentos/ (Mecânica em geral) Carregadeira, Retroescavadeira, Motoniveladoras, Escavadeira Hidráulica, Tratores, Britador e roçadeiras. FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUSO JÁ VALOR DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAR A TROCA DE TODOS OS TIPOS DE ACESSÓRIOS (PARABRISA, ESPELHOS, PALHETAS, BORRACHA DE PORTA, ENTRE OUTROS), SENDO JULGAMENTO C/ DESCONTO DE NO MINIMO DE 10% TANTO NAS PEÇAS, QUANTO NA MÃO DE OBRA. OS DESCONTOS OFERTADOS DEVEM INCLUIR MÃO DE OBRA E PEÇAS.	1	R\$300000,00	15
78930 - DW MECÂNICA DE CAMINHÕES LTDA			
78930 - DW MECÂNICA DE CAMINHÕES LTDA			
Lote	Qtde	Valor Unitário	Desconto(%)
Manutenção Onibus, Microônibus e Caminhões (Mecânica em geral) FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUSO JÁ VALOR DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAR A TROCA DE TODOS OS TIPOS DE ACESSÓRIOS (PARABRISA, ESPELHOS, PALHETAS, BORRACHA DE PORTA, ENTRE OUTROS), SENDO JULGAMENTO C/ DESCONTO DE NO MINIMO DE 10% TANTO NAS PEÇAS, QUANTO NA MÃO DE OBRA. OS DESCONTOS OFERTADOS DEVEM INCLUIR MÃO DE OBRA E PEÇAS.	1	R\$510000,00	20
Manutenção Onibus, Microônibus e Caminhões (Elétrica) FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUSO JÁ VALOR DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAR A TROCA DE TODOS OS TIPOS DE ACESSÓRIOS (PARABRISA, ESPELHOS, PALHETAS, BORRACHA DE PORTA, ENTRE OUTROS), SENDO JULGAMENTO C/ DESCONTO DE NO MINIMO DE 10% TANTO NAS PEÇAS, QUANTO NA MÃO DE OBRA. OS DESCONTOS OFERTADOS DEVEM INCLUIR MÃO DE OBRA E PEÇAS.	1	R\$170000,00	18,5

Vencedores dos Lotes

73849 - AGROMASTER PEÇAS E SERVIÇOS LTDA			
73849 - AGROMASTER PEÇAS E SERVIÇOS LTDA			
Lote	Qtde	Valor Unitário	Desconto(%)
Manutenção Onibus, Microônibus e Caminhões (Mecânica em geral) FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUSO JÁ VALOR DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAR A TROCA DE TODOS OS TIPOS DE ACESSÓRIOS (PARABRISA, ESPELHOS, PALHETAS, BORRACHA DE PORTA, ENTRE OUTROS), SENDO JULGAMENTO C/ DESCONTO DE NO MINIMO DE 10% TANTO NAS PEÇAS, QUANTO NA MÃO DE OBRA. OS DESCONTOS OFERTADOS DEVEM INCLUIR MÃO DE OBRA E PEÇAS.	1	R\$510000,00	22%
Manutenção Onibus, Microônibus e Caminhões (Elétrica) FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUSO JÁ VALOR DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAR A TROCA DE TODOS OS TIPOS DE ACESSÓRIOS (PARABRISA, ESPELHOS, PALHETAS, BORRACHA DE PORTA, ENTRE OUTROS), SENDO JULGAMENTO C/ DESCONTO DE NO MINIMO DE 10% TANTO NAS PEÇAS, QUANTO NA MÃO DE OBRA. OS DESCONTOS OFERTADOS DEVEM INCLUIR MÃO DE OBRA E PEÇAS.	1	R\$170000,00	20%
Manutenção Maquinas/Equipamentos/ (Mecânica em geral) Carregadeira, Retroescavadeira, Motoniveladoras, Escavadeira Hidráulica, Tratores, Britador e roçadeiras. FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUSO JÁ VALOR DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAR A TROCA DE TODOS OS TIPOS DE ACESSÓRIOS (PARABRISA, ESPELHOS, PALHETAS, BORRACHA DE PORTA, ENTRE OUTROS), SENDO JULGAMENTO C/ DESCONTO DE NO MINIMO DE 10% TANTO NAS PEÇAS, QUANTO NA MÃO DE OBRA. OS DESCONTOS OFERTADOS DEVEM INCLUIR MÃO DE OBRA E PEÇAS.	1	R\$300000,00	15%

Chapadão do Lageado, 24 de agosto de 2023.

VORLI CHIQUIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2023

Publicação Nº 5089627



MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 212 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número - Minuta - Licitação: 64 códigoCliente: 212 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág

1

/

1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial

Para Contratação de serviços

38/2023

Processo Administrativo: 64/2023

Ao Sr(a). VORLI CHIQUIO tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria n. 359/2023..

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Presencial nº. 38/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

77240 - SCHEILA APARECIDA WEISS ME						
77240 - SCHEILA APARECIDA WEISS ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO DE SELETIVO NO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DP LAGEADO - SC, PARA CONTRATAÇÃO EM CARATER TEMPORARIO.	SERVIÇO		1	R\$18.500,00	R\$18.500,00
Total do Fornecedor:						R\$18.500,00

Chapadão do Lageado, 24 de agosto de 2023.

VORLI CHIQUIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO 46.021

Publicação Nº 5091973

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

DECRETO Nº. 46.021, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a homologação de Resoluções do Conselho Municipal de Turismo de Chapecó – COMTUR e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, CONSIDERANDO o Memorando nº 67.611/2023.

DECRETA :

Art. 1º Ficam homologadas as Resoluções nºs 920, 921, 922, 923 e 924, de 03 de agosto de 2023, do Conselho Municipal de Turismo de Chapecó – COMTUR, as quais integram o presente Decreto, conforme arquivo em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO nº. 920, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº. 5.502, de 02 de março de 2009, na forma que lhe faculta os incisos II, XI, XXI e XXIII do Artigo 2º, resolve:

Art. 1º - Aprovar pagamento de 50% (cinquenta por cento) da taxa locação do Salão Nobre Nelson Galina do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, no período de 21 a 23 de setembro de 2023, para realização do evento "IMERSÃO GET CHURCH", o evento ocorrerá no período 21 a 23 de setembro de 2023, promovida pela Igreja Getsêmani;

Art. 2º - A Igreja Getsêmani, deverá efetuar o pagamento da taxa de locação dos espaços, com redução de 50% do valor conforme tabela constante na legislação vigente;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no diário oficial dos municípios.

Sala das sessões, 03 de agosto de 2023.

Carlos Roberto Klaus

Presidente

RESOLUÇÃO nº. 921, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº. 5.502, de 02 de março de 2009, na forma que lhe faculta os incisos II, XI, XXI e XXIII do Artigo 2º, resolve:

Art. 1º - Aprovar pagamento de 50% (cinquenta por cento) da taxa locação do Salão Nobre Nelson Galina do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, no período de 28 de agosto a 04 de setembro de 2023, para realização do evento "INSPIRA MULHER", o evento ocorrerá no período 01 a 03 de setembro de 2023, promovida pela Sonna Eventos;

Art. 2º - A Sonna Eventos, deverá efetuar o pagamento da taxa de locação dos espaços, com redução de 50% do valor conforme tabela constante na legislação vigente;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no diário oficial dos municípios.

Sala das sessões, 03 de agosto de 2023.

Carlos Roberto Klaus

Presidente

RESOLUÇÃO nº. 922, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº. 5.502, de 02 de março de 2009, na forma que lhe faculta os incisos II, XI, XXI e XXIII do Artigo 2º, resolve:

Art. 1º - Aprovar pagamento de 50% (cinquenta por cento) da taxa locação do Teatro Municipal do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, no dia 20 de setembro de 2023, para realização do evento "DIA DO CORRETOR", o evento ocorrerá no dia 20 de setembro de 2023, promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis -11º Região-SC-COFECI-CRECI

Art. 2º - O Regional de Corretores de Imóveis -11º Região-SC-COFECI-CRECI, deverá efetuar o pagamento da taxa de locação dos espaços, com redução de 50% do valor conforme tabela constante na legislação vigente;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no diário oficial dos municípios

Sala das sessões, 03 de agosto de 2023.

Carlos Roberto Klaus
Presidente

RESOLUÇÃO nº. 923, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº. 5.502, de 02 de março de 2009, na forma que lhe faculta os incisos II, XI, XXI e XXIII do Artigo 2º, resolve:

Art. 1º - Aprovar a utilização do Teatro Municipal, salas Ciro Sosnoski e Agostinho Duarte do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, para o período de 31 de agosto a 02 de setembro de 2023, para realização do evento "CONVENÇÃO MASTER EKO 7", o evento ocorrerá nos dias 01 e 02 de setembro de 2023, promovido pela Souza Industria e Comércio de Colchões Ltda-EKO7;

Art. 2º - A Souza Industria e Comércio de Colchões Ltda-EKO7, deverá efetuar o pagamento da taxa de locação, de acordo com a legislação vigente;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no diário oficial dos municípios.

Sala das sessões, 03 de agosto de 2023.

Carlos Roberto Klaus
Presidente

RESOLUÇÃO nº. 924, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº. 5.502, de 02 de março de 2009, na forma que lhe faculta os incisos II, XI, XXI e XXIII do Artigo 2º, resolve:

Art. 1º - Aprovar pagamento de 50% (cinquenta por cento) da taxa locação do Teatro Municipal do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, no dia 02 de outubro de 2023, para realização do evento "PALESTRA TENDÊNCIAS DO VAREJO COM CAITO MAIA", o evento ocorrerá no dia 02 de outubro de 2023, promovida pela Câmara de Dirigentes Legistas-CDL

Art. 2º - A Câmara de Dirigentes Legistas-CDL, deverá efetuar o pagamento da taxa de locação dos espaços, com redução de 50% do valor conforme tabela constante na legislação vigente;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no diário oficial dos municípios

Sala das sessões, 03 de agosto de 2023.

Carlos Roberto Klaus
Presidente

DECRETO 46.022

Publicação Nº 5092399

DECRETO Nº. 46.022, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre exoneração(a) de servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado(a), a partir de 28 de agosto de 2023, a pedido, o(a) servidor(a) público(a) municipal CLEUSA LUCIA BACKES PERSCH, código nº 90575, ocupante do cargo provimento efetivo de Consultor Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 46.023

Publicação Nº 5092400

DECRETO Nº. 46.023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Define o valor da Tarifa Urbana do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos IV e VI do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto nos §§ 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 9º da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e os incisos II e VIII do artigo 24 da Lei Complementar Municipal nº 467, de 20 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO o item 12 do Anexo VIII do Edital de Concorrência nº. 207/2018 e o disposto no relatório técnico nº01/023 da CGM da Controladoria Geral do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a Tarifa Urbana do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Chapecó, nas modalidades:
I – tarifa antecipada e vale transporte, no valor de R\$ 4,55 (quatro reais e cinquenta e cinco centavos);
II – tarifa embarcado, no valor de R\$ 4,55 (quatro reais e cinquenta e cinco centavos);
III – tarifa estudante, no valor de R\$ 2,27 (dois reais e vinte e sete centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da 0h00min de 27 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 145/2023

Publicação Nº 5091525

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 145/2023

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO para tomar posse, através de regime de contratação temporária, no respectivo cargo, junto à Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2023			
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA			
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	
03º	02	FELIPE MARIANI DALTROZZO	

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação;

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 146/2023

Publicação Nº 5091527

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 146/2023

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, através de regime de contratação temporária, no respectivo cargo, junto à Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2023			
CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS- Patrola			
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	
01º	004	DEOCLECIO TEIXEIRA	
02º	007	IVO FLORIANO PIMENTEL	

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação;

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº. 1055

Publicação Nº 5090136

EXTRATO DO TERMO DE Autorização DE USO Nº. 1055

AUTORIZANTE: Município de Chapecó.

AUTORIZATÁRIO: POLICIA CIENTIFICA - PCI

OBJETO: 1.1 O presente termo tem por objeto a AUTORIZAÇÃO DE USO, a título oneroso, do imóvel do espaço público que será utilizado pelo AUTORIZATÁRIO (expositor) para a exposição/ou comercialização de seus produtos em espaço interno ou externo em um dos PAVILHÕES do Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves, em Chapecó, Estado de Santa Catarina, na XXI edição da EFAPI 2023, ocorrerá no período de 06 a 15 de outubro de 2023, em favor do AUTORIZATÁRIO, transferindo- lhe, por conseguinte, a gestão do bem, em caráter provisório e precário.

DAS DISPOSIÇÕES INTEGRAIS – 7.1 Considerar-se-á rescindido o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO, independentemente de ato especial, retornando a área do imóvel à AUTORIZANTE, sem direito do AUTORIZATÁRIO a qualquer indenização, inclusive pelos pagamentos já realizados se: f) O TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO pode ser extinto por vontade do AUTORIZATÁRIO, mediante comunicação à Administração, em até 30 dias anterior a realização da feira; g) O prazo para encerramento dos efeitos deste TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO será com o encerramento da Feira Efapi 2023, de acordo com o Regulamento Geral.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 03 de Abril de 2023 – Isabel Cristina Trierveiler Machado, Coordenador(a) geral da EFAPI 2023, ANDRESSA BOER FRONZA, Responsável do Autorizatário.

HOMOLOGAÇÃO FINAL - EDITAL DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 002/2023

Publicação Nº 5090568

HOMOLOGAÇÃO FINAL

João Rodrigues, Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PUBLICO, para o conhecimento dos interessados, CLASSIFICAÇÃO FINAL dos servidores públicos municipais classificados para ampliação de carga horária DEFINITIVA, diante de ausência de recursos apresentados, e a HOMOLOGAÇÃO do resultado final do Edital de Ampliação de Carga Horária nº 002/2023, conforme classificação abaixo:

CARGO: INSTRUTOR DESPORTIVO JUDÔ- 20 horas semanais		
CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1º	001	LEANDRO CARLOS LIMA
2º	002	FERNANDA ANDRESSA MARAFON DE SOUZA

CARGO: INSTRUTOR DESPORTIVO JUDÔ- 10 horas semanais		
CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1º	003	CARLOS FRANCIS KONISHI

Chapecó(SC), 24 de agosto de 2023.

Joao Rodrigues
Prefeito de Chapecó

PORTARIA 14.555

Publicação Nº 5090076

PORTARIA Nº. 14.555, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Prorroga Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018, e CONSIDERANDO o Memorando nº 67.295/2023.

RESOLVE:

I – Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 16 de julho de 2023, a Portaria n. 14.258, de 19 de maio de 2023, que constituiu o Processo de Sindicância, em face do ex-servidor público municipal, matrícula funcional n. 80418, que ocupava o cargo efetivo de Médico, para apurar denúncia em que supostamente deixou de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; deixou de ser leal às instituições a que servir; deixou de observar as normas legais e regulamentares; deixou de cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; deixou de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; deixou de ser assíduo e pontual ao serviço; de opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; de proceder de forma desidiosa; de exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; de insubordinação grave em serviço; conforme Julgamento do Processo Administrativo de Estágio Probatório, instaurado pela Portaria n. 12.695, de 16 de agosto de 2022 e demais documentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

PORTARIA 14.556

Publicação Nº 5090081

PORTARIA Nº. 14.556, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Prorroga Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018, e CONSIDERANDO o Memorando nº 67.301/2023.

RESOLVE:

I – Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 15 de agosto de 2023, a Portaria n. 14.258, de 19 de maio de 2023, que constituiu o Processo de Sindicância, em face do ex-servidor público municipal, matrícula funcional n. 80418, que ocupava o cargo efetivo de Médico, para apurar denúncia em que supostamente deixou de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; deixou de ser leal às instituições a que servir; deixou de observar as normas legais e regulamentares; deixou de cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; deixou de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; deixou de ser assíduo e pontual ao serviço; de opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; de proceder de forma desidiosa; de exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; de insubordinação grave em serviço; conforme Julgamento do Processo Administrativo de Estágio Probatório, instaurado pela Portaria n. 12.695, de 16 de agosto de 2022 e demais documentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

PORTARIA 14.557

Publicação Nº 5090090

PORTARIA Nº. 14.557, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Prorroga Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018, e CONSIDERANDO o Memorando nº 67.279/2023.

RESOLVE:

I – Prorrogar, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir de 16 de julho de 2023, a Portaria n. 12.848, de 05 de outubro de 2023, que constituiu o Processo Administrativo Disciplinar Sumário, em face da empregada pública municipal, matrícula funcional n. 41026, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, para apurar abandono de cargo, configurado pela ausência intencional ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou seja, no período de 04 de abril de 2022 a 05 de maio de 2022, inassiduidade habitual, demonstrada pela falta ao serviço, sem causa justificada, no período de 04 de abril de 2022 a 29 de julho de 2022, totalizando 81 (oitenta e um) dias interpolados, conforme disposto no art. 482, alíneas “e”, “h” e “i”, da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho; em consonância com o Memorando 1Doc n. 63.447/2022, cópia dos cartões-ponto, relação de afastamentos e demais documentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

PORTARIA 14.558

Publicação Nº 5090097

PORTARIA Nº. 14.558, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Prorroga Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018, e CONSIDERANDO o Memorando nº 67.280/2023.

RESOLVE:

I – Prorrogar, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir de 30 de julho de 2023, a Portaria n. 12.848, de 05 de outubro de 2023, que constituiu o Processo Administrativo Disciplinar Sumário, em face da empregada pública municipal, matrícula funcional n. 41026, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, para apurar abandono de cargo, configurado pela ausência intencional ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou seja, no período de 04 de abril de 2022 a 05 de maio de 2022, inassiduidade habitual, demonstrada pela falta ao serviço, sem causa justificada, no período de 04 de abril de 2022 a 29 de julho de 2022, totalizando 81 (oitenta e um) dias interpolados, conforme disposto no art. 482, alíneas “e”, “h” e “i”, da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho; em consonância com o Memorando 1Doc n. 63.447/2022, cópia dos cartões-ponto, relação de afastamentos e demais documentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

PORTARIA 14.559

Publicação Nº 5090103

PORTARIA Nº. 14.559, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Prorroga Portaria Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018, e CONSIDERANDO o Memorando nº 67.285/2023.

RESOLVE:

I – Prorrogar, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir de 14 de agosto de 2023, a Portaria n. 12.848, de 05 de outubro de 2023, que

constituiu o Processo Administrativo Disciplinar Sumário, em face da empregada pública municipal, matrícula funcional n. 41026, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, para apurar abandono de cargo, configurado pela ausência intencional ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou seja, no período de 04 de abril de 2022 a 05 de maio de 2022, inassiduidade habitual, demonstrada pela falta ao serviço, sem causa justificada, no período de 04 de abril de 2022 a 29 de julho de 2022, totalizando 81 (oitenta e um) dias interpolados, conforme disposto no art. 482, alíneas "e", "h" e "i", da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho; em consonância com o Memorando 1Doc n. 63.447/2022, cópia dos cartões-ponto, relação de afastamentos e demais documentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

PORTARIA 14.560

Publicação Nº 5090110

PORTARIA Nº. 14.560, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.
Dispõe sobre a revogação de Portaria de Sobrestamento.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e observando o disposto na Lei Complementar nº. 617/2018, e CONSIDERANDO o Memorando nº 67.287/2023.

RESOLVE:

I – Revogar, a partir de 23 de agosto de 2023, a Portaria nº. 14.310, de 15 de junho de 2023, que sobrestou o Processo de Sindicância, constituído pela Portaria n. 13.484, de 30 de março de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 925, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090829

RESOLUÇÃO nº 925, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar isenção dos valores para Autorização de Uso de Espaço Público dos estandes nºs 133 e 134, totalizando 40,00 m2, sem montagem, no Pavilhão I, do Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves, a ser utilizado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS no período de 06 a 15 de outubro, durante a realização da XXI edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó - EFAPI 2023.

Art. 2º – Condicionar a isenção do pagamento dos valores dos estandes, com a execução da proposta de contra partida, constante no Ofício nº 109/2023 – GR, datado de 03 de julho de 2023, conforme segue:

"1. Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos para análise do Conselho Municipal de Turismo de Chapecó, pleito da Universidade Federal da Fronteira Sul, pela gratuidade na utilização dos espaços na EFAPI 2023.

2. Conforme ofício 42.2023 – GR, encaminhamos à CCO da feira, solicitação de reserva dos espaços 143 e 144 do Pavilhão I da EFAPI para os stands da UFFS.

3. Justificamos, ainda, conforme mencionado no ofício Nº 43/2023 – GR, que a Universidade não dispõe de orçamento, previsão orçamentária, ou autorização para tal gasto, como locação de espaço, e, sendo fiel parceria do município de Chapecó em diversas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, gostaria de participa da Feira e expor para toda a comunidade o potencial do Ensino Superior Público e de Qualidade que a UFFS oferece, considerando, em especial, o impacto e relevância nacional da EFAPI.

4. Em tratativas com a Comissão de Tecnologia e Inovação da Feira, visamos, neste espaço, ser parte do projeto de Inovação da EFAPI, onde teremos além da exposição da Universidade, participação da Agência de Inovação e Internacionalização da UFFS – AGIITEC. Nossas contribuições para o espaço serão em forma de parcerias a serem realizadas conjuntamente com a Comissão e demais instituições presentes no local.

5. Nossa contrapartida, em especial para a EFAPI 2023, está em fase de viabilidade, na forma de concessão, instalação e disponibilidade de, através da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), serviço de internet dedicada para o pavilhão de inovação. Através da PARC-Chapecó disponibilizamos via Rede Metropolitana Comunitária de Educação e Pesquisa de Chapecó, internet de alta velocidade para atender aos eventos de inovação, além de acesso federado à Rede CAFE a toda a comunidade acadêmica nacional, propiciando uma integração entre as universidades e a sociedade.

6. Neste sentido, gostaríamos de contar com o apoio do Conselho nesta demanda, e nos mantermos à disposição para eventuais esclarecimentos.”

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2023.

CARLOS ROBERTO KLAUS
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 926, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090839

RESOLUÇÃO nº 926, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar isenção dos valores para Autorização de Uso de Espaço Público dos estandes nºs 127 e 128, totalizando 40,00 m2, sem montagem, no Pavilhão I, do Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves, a ser utilizado pelo INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – CAMPUS CHAPECÓ, no período de 06 a 15 de outubro, durante a realização da XXI edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó - EFAPI 2023.

Art. 2º – Condicionar a isenção do pagamento dos valores dos estandes, com a execução da proposta de contra partida constante na Correspondência do IFSC, datada de 23 de junho de 2023, conforme segue:

“[...] 1. Capacitação Desbrave Chapecó – Destinada aos integrantes da Rota de Turismo Rural: Camping Sitio Pousada, Café Colonial Sabor do Campo, Recanto dos Pinhais, Giardino Viel, Spa dos Pinhais, Da Casa Amarela e Indústria de Alimentos Malagutti. Em data a serem marcadas posteriormente. Os proprietários e colaboradores destes empreendimentos receberão importantes formações, um dos temas será a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Introdução a cultura surda, alfabeto, números, cumprimentos, verbos, vocabulário específico, ministrado pelas tradutoras e intérpretes de libras do IFSC: Tatieli Lui Meneghini e Rochiane dos Anjos. Outra temática relativa ao atendimento ao público será abordada pela nossa professora Roberta Cajaseiras de Carvalho que é Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco (2002), Mestre em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul (2005) e Doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo (2019). Ela possui experiência nas áreas de Turismo e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo, patrimônio cultural, educação e educação profissional. Dessa maneira entendemos que a atividade destas nossas profissionais contribuirá para tornar o atendimento da Rota Turística mais acessível a todos os públicos. Além dessa atividade junto ao COMTUR, ressaltamos também, a integração que o IFSC mantém atualmente com o poder público municipal.

2. Integração de escolas municipais em eventos promovidos pelo IFSC – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2023. em outubro vamos atender estudantes do 9º ano da rede municipal com oficinas práticas e atividades culturais.

3. Participação do IFSC em eventos organizados pela Prefeitura - (*) Empreende e Emprega por meio do Simplifica Chapecó; (*) Cidade em Movimento promovido pela Fundação de Esportes; (*) Domingo Amigo organizado pela Diretoria de Segurança Pública; (*) Semana de Orientação Profissional da Secretaria Municipal de Educação. [...]”

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2023.

CARLOS ROBERTO KLAUS
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 927, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090843

RESOLUÇÃO nº 927, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar isenção dos valores para Autorização de Uso de Espaço Público do lote nº 676, com 238,80 m2, com edificação mista de 284,63 m2, no Setor Agropecuário do Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves, a ser utilizado pelo NÚCLEO CATARINENSE DE CAVALO QUARTO DE MILHA, no período de 06 a 15 de outubro, durante a realização da XXI edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó - EFAPI 2023.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2023.

CARLOS ROBERTO KLAUS
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 928, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090845

RESOLUÇÃO nº 928, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar isenção dos valores para Autorização de Uso de Espaço Público dos lotes nºs 677 e 678, totalizando 100,00 m2, com área edificada de 80,00 m2, no Setor Agropecuário do Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves, a ser utilizado pelo NÚCLEO DE CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos DO OESTE CATARINENSE, no período de 06 a 15 de outubro, durante a realização da XXI edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó - EFAPI 2023.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2023.

CARLOS ROBERTO KLAUS
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 929, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090848

RESOLUÇÃO nº 929, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar isenção dos valores para Autorização de Uso de Espaço Público dos lotes com edificações conforme segue abaixo, localizadas no Setor Agropecuário do Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves, a ser utilizado pelo NÚCLEO DE CRIADORES DE BOVINOS DE CHAPECÓ, no período de 06 a 15 de outubro, durante a realização da XXI edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó - EFAPI 2023:

- a) Edificação denominada Casa do Criador, em alvenaria, com área de 716,00 m2;
- b) Pavilhão de Leilão, em alvenaria, com área de 815,43 m2;
- c) Alojamento de Peões, em alvenaria, com edificação de 150,85 m2;
- d) Balança em área coberta, com área construída de 250,00 m2;
- e) Pavilhão em pré-moldado denominado de mangueiras, com área de 2.349,80 m2.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2023.

CARLOS ROBERTO KLAUS
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 930, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090855

RESOLUÇÃO nº 930, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar isenção dos valores para Autorização de Uso de Espaço Público dos stands institucionais, totalizando 30 m2, no pavilhão da Ovinocultura/Setor Agropecuário do Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves, a ser utilizado pela ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE OVINOS - ACCO, no período de 06 a 15 de outubro, durante a realização da XXI edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó - EFAPI 2023.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2023.

CARLOS ROBERTO KLAUS
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 931, DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090862

RESOLUÇÃO nº 931, de 03 de agosto de 2023.

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, através da sessão plenária realizada no dia 03 de agosto de 2023, com amparo na Lei nº 5.502, de 02 de março de 2009, incisos I, II, XII, XVIII, XX e XXIII do Artigo 2º, Resolve:

Art. 1º – Aprovar isenção dos valores para Autorização de Uso de Espaço Público do estande institucional, totalizando 60 m2, no pavilhão da Piscicultura/Setor Agropecuário do Parque de Exposições Tancredo de Almeida Neves, a ser utilizado pela ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE AQUICULTURA, no período de 06 a 15 de outubro, durante a realização da XXI edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó - EFAPI 2023.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2023.

CARLOS ROBERTO KLAUS
Presidente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2023

Publicação Nº 5092401

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2023

A Prefeitura Municipal de Chapecó, no uso de suas atribuições, por meio da Fundação de Esporte de Chapecó - FEC, torna público o Edital de Chamamento Público n.º 01/2023 para seleção de propostas das Organizações da Sociedade Civil - OSC com interesse público na celebração de termo de colaboração para executar, em regime de cooperação mútua e recíproca, o fomento esportivo no município de Chapecó, período de **outubro à dezembro de 2023**. As OSC interessadas em apresentar Projetos de Representação Esportiva, segundo a Lei Federal n.º 13.019/2014, redação dada pela Lei n.º 13.204/2015 e Decreto Municipal 33.801, de 10 de março de 2017, que normatizam procedimentos a serem adotados para este tipo de parceria com recursos ordinários municipais e OSCs, devem seguir os critérios estabelecidos neste Edital.

CONSIDERANDO que o objeto do presente Edital será formalizado sob a égide da Lei Federal n.º 13.019 de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, define as diretrizes para a política de colaboração e altera as Leis n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 9.615/1998, e suas alterações, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 7.654 de 08 de junho de 2022 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023;

CONSIDERANDO a Lei Orçamentária Anual n.º 7.749 de 12 de dezembro 2022 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício de 2023;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 33.801, de 10 de março de 2017, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO as determinações das Instruções n.º 13 e 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e IN 001/2014 e 002/2014, da Controladoria Geral do Município de Chapecó.

RESOLVE:

1. DAS INSTRUÇÕES AO PROPONENTE

- a) As instruções ao proponente têm o objetivo de determinar procedimentos que orientarão o presente processo de chamamento público para seleção de projetos das entidades sem fins lucrativos denominadas Organizações da Sociedade Civil – OSC, vinculadas ao esporte no município de Chapecó, para parceria com a FEC até a formalização dos respectivos Termos de Colaboração;
- b) Quaisquer alegações acerca do desconhecimento dessas instruções não serão aceitas como razões válidas para justificar eventual, incompreensão ou divergências encontradas na apresentação dos Projetos;
- c) O Proponente deverá seguir rigorosamente as instruções deste Edital, e, a não observância de quaisquer de suas disposições poderá levar à desclassificação do Projeto, independentemente dos motivos que possam ser alegados;
- d) É responsabilidade do Proponente certificar-se periodicamente quanto à emissão de eventuais avisos, aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este Edital. Os quais serão disponibilizados através do e-mail informado no Projeto;
- e) Não serão aceitas, em hipótese alguma, inscrição e entrega do Projeto de forma diferente que a prevista nas instruções estabelecidas neste Edital;
- f) A correção de eventual erro deverá ser feita através de nova inscrição do mesmo Projeto, não sendo aceito nenhum acréscimo de material ou informações após a entrega do mesmo;
- g) A inscrição do Projeto será realizada a partir da entrega do envelope com toda a documentação, conforme definido nas instruções deste Edital;
- h) O Projeto e os documentos solicitados deverão ser encadernados e/ou grampeados na sequência apresentada e exigida neste Edital, com numeração sequencial das páginas e rubrica do responsável em todas as páginas;
- i) Não será aceita a inclusão de documentos e/ou anexos para compor o Projeto, que difira ou altere o previsto nas instruções durante ou após o encerramento do prazo de publicação deste Edital;
- j) Os direitos autorais relativos a estudos, relatórios, fotos, vídeos e outros produtos intelectuais, ou afins ao Projeto e nele utilizados, serão considerados propriedade dos autores, reservando-se à Prefeitura Municipal de Chapecó o direito de utilizar estas obras, no todo ou em parte, na divulgação do programa, na disseminação dos métodos e nas estratégias empregados no Projeto;

- k) Os casos omissos serão deliberados pelo Presidente da Fundação de Esporte de Chapecó – FEC, em conjunto com a Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias das OSC para os Projetos e Planos de Trabalho deste Edital;
- l) A FEC não se responsabilizará pelo fornecimento de e-mails inconsistentes para a comunicação com o Proponente durante o período de avaliação e/ou seleção dos Projetos. É responsabilidade do Proponente verificar seus e-mails diariamente e retornar prontamente, seguindo os prazos estipulados neste Edital;
- m) Se mesmo ante a todos os detalhamentos, ainda houver dúvidas do Proponente em relação ao presente Edital e seus anexos, este deverá requerer à FEC, ao Gestor de parcerias com as OSC, interpretação e esclarecimentos antes da apresentação e entrega dos documentos, respeitando-se os prazos legais, no e-mail esporte@chapeco.sc.gov.br

2. DO OBJETO

2.1. O presente Edital de chamamento público tem por finalidade a seleção de propostas e projetos de representação esportiva para celebração de parceria entre as OSC e o município de Chapecó, com intermédio da FEC, referente às modalidades descritas no **Anexo VIX**, a partir da formalização do termo de colaboração para consecução com finalidade de interesse público e recíproco, envolvendo a transferência de recursos financeiros provenientes de Recursos Ordinários da Prefeitura Municipal de Chapecó, conforme condições estabelecidas neste Edital.

2.2. Poderão ser apresentadas propostas destinadas ao trabalho e desenvolvimento esportivo municipal dentro da linha de ação: **“Esporte de Rendimento e Formação Esportiva”**.

2.2.1. Esporte de Rendimento e Formação Esportiva são as manifestações esportivas praticadas segundo a Lei Federal n.º 9.615 de 24 de março de 1998, e suas alterações, bem como as regras difundidas pelas entidades nacionais de administração esportiva, com a finalidade de obter resultados, integrar pessoas e comunidades do país e estas com outras nações.

2.2.2. Entende-se por Projetos de Representação Esportiva, para promoção do Esporte de Rendimento e Formação Esportiva, àqueles executados segundo as regras e regulamentos esportivos estaduais, nacionais e internacionais, com objetivo de obter resultados de performance, desempenho e superação relacionados às modalidades específicas que integrem e contribuam para o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico dos cidadãos junto à comunidade.

2.3. Os projetos de Esporte de Rendimento e Formação Esportiva deverão contemplar Esporte de Rendimento e Esporte Comunitário, com equipes competitivas nas categorias principal, de acesso à principal e nas pré-equipes de formação esportiva, que representem Chapecó em competições oficiais, nas modalidades de acordo com a respectiva OSC contemplada neste

Edital;

2.4. As equipes de Chapecó, representadas por suas OSC, deverão se integrar às ações da FEC na realização de eventos, auxiliar e apoiar a organização e execução dos trabalhos em Jogos Comunitários, Jogos Escolares, Festivais do Programa Atleta do Futuro - PAF, Jogos Paradesportivos, Rua de Lazer, etc., que constem no calendário e programação de atividades da FEC para o ano de 2023;

2.5. As modalidades com as respectivas equipes, ora representadas por cada OSC, deverão possuir domicílio no município de Chapecó, oportunizando e auxiliando ao máximo a participação dos cidadãos da cidade, nascidos e/ou domiciliados;

2.6. A seleção das OSC interessadas em executar Projetos de Representação Esportiva, será realizada no sentido de atender aos anseios e demandas públicas do município de Chapecó, com objetivo de formar equipes para representar a cidade em competições do calendário esportivo da Fesporte: Olimpíada Estudantil Catarinense (OLESC), Joguinhos Abertos de Santa Catarina (JOGUINHOS) e os Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC) e outras competições de alto nível, de rendimento técnico qualificado, com investimentos específicos, por meio de celebração de Termos de Colaboração no ano de 2023.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1. Poderão participar deste chamamento público as entidades denominadas Organizações da Sociedade Civil - OSC definidas pelo Art. 2º, inciso I, alínea "a" da Lei Federal nº 13.019/2014:

I – Organização da Sociedade Civil (OSC):

- a) Entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

4. DOS REPASSES E DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APLICAÇÃO NOS PROJETOS

4.1. Para o desenvolvimento dos projetos esportivos, “**Esporte de Rendimento e Formação Esportiva**”, em conformidade com o Edital 01/2023, durante a vigência da parceria no período de março à novembro de 2022, serão repassados o total de até **R\$ 90.000,00** com rateio estabelecido no quadro **Anexo IX**.

4.2. Os recursos propostos para os projetos, de acordo com cada OSC, estão dispostos no **Anexo IX**;

4.3. Os projetos devem incluir previsão de dispêndio e gastos financeiros no Plano de Trabalho, com ações nas equipes principais, de rendimento, de formação e de transição, com sessões de treinamentos regulares, para qualificação na modalidade solicitante, as quais constituem contrapartida obrigatória dos projetos de Representação Esportiva em eventos do Calendário Oficial da Fesporte 2023, Federação, Confederação, Ligas, Jogos e Festivais municipais, etc;

4.4. Os projetos podem incluir previsão legal de gastos próprios, com taxas e custos de federações, confederações e ligas, desobrigando assim, a FEC de quaisquer encargos com as mesmas;

4.5. Os projetos apresentados com proposta superior ao disposto no quadro anexo IX serão automaticamente desclassificados desta seleção;

4.6. Os recursos destinados aos projetos apresentados serão referentes ao período de outubro à novembro de 2023, totalizando o repasse de até 10 parcelas conforme cronograma de cada OSC;

4.7. Os roteiros dos Planos de Trabalho, nos projetos apresentados, deverão ser propostos conforme cronograma de desembolso descrito por cada OSC, considerando e adequando assim, o valor total do projeto proporcionalmente distribuído para sua execução no ano e calendário esportivo de 2023;

4.8. As despesas decorrentes do atendimento aos dispostos neste edital correrão por conta da dotação orçamentária na modalidade de aplicação 3.3.50, “transferências à instituições privadas sem fins lucrativos” (lei n.º 7.749 de 12 de dezembro 2022), da Fundação de Esporte de Chapecó – FEC para o ano de 2023.

5. DA PROPOSTA

SEÇÃO I - FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

5.1. As Organizações da Sociedade Civil - OSC, interessadas em enviar projetos, deverão apresentar e protocolar propostas na Fundação de Esporte de Chapecó - FEC, **até o dia 25 de setembro de 2023, no máximo até às 17:00.**

A documentação exigida deverá estar em consonância com os termos deste Edital, não será aceito protocolo de quaisquer documentos em separado. A ordem documental segue abaixo:

I – Ficha de Inscrição (Anexo I) e Ofício dirigido ao Presidente da FEC, Sr. Agnaldo Veriato Pereira, em 2 (duas) vias (Anexo II – modelo A)

a) uma para o projeto e outra para o Protocolo de entrega do Projeto

- b) em papel timbrado da OSC, indicando o número do Edital de Chamamento e a modalidade;

II - Plano de trabalho (Anexo V);

III - Planilha orçamentária do plano de trabalho (Anexo VI);

IV - Cópia do Estatuto Social e suas alterações registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica e eventuais normas de organização interna, em razão do disposto no art. 33 da Lei n.º 13.019/2014;

V - Cópia da última ata de eleição que conste a direção atual da OSC registrada em cartório, que comprove sua regularidade jurídica;

VI - Cópia do RG, CPF e comprovante de endereço do Presidente da OSC;

VII - Relação nominal atualizada de todos os dirigentes da organização da sociedade civil em papel timbrado da organização, com endereço residencial, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles (Anexo II – modelo B);

VIII - Comprovação de que a OSC funciona no endereço por ela declarado, no município de Chapecó (Declaração de Funcionamento emitida pela Câmara de Vereadores – Presidente da Câmara);

IX - Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, disponível em:

www.receita.fazenda.gov.br/

X - Certidão negativa de débitos de qualquer origem da Prefeitura Municipal de Chapecó, disponível em: www.chapeco.sc.gov.br

XI - Certidão negativa de débitos Estaduais, disponível em: www.sef.sc.gov.br

XII - Certidão conjunta de débitos relativos a créditos tributários federais, INSS e à dívida ativa da União, disponível em: www.receita.fazenda.gov.br

XIII - Certidão de regularidade fiscal junto ao FGTS, disponível em: <https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao>

XIV - Certidão negativa de débitos trabalhistas, disponível em: <http://www.tst.jus.br/certidao>

XV - Declaração (Anexo II – modelo C) de que a entidade não financia o projeto com recursos provenientes da lei de incentivo ao esporte, programa federal e programa estadual para os mesmos itens apresentados na previsão de receitas e despesas;

XVI - Declaração de que a organização da sociedade civil não tenha como dirigente membro de

Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau (Anexo II – modelo B);

XVII - Declaração de que a organização da sociedade civil não possua entre seus dirigentes pessoas (Anexo II – modelo B):

- a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992.

XVIII - Declaração que possui condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas na parceria e para o cumprimento das metas estabelecidas (Anexo II– modelo D);

XIX - Filiação da Entidade junto à respectiva Entidade de Administração Esportiva;

XX - Declaração de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela Organização da Sociedade Civil, com os recursos repassados, de vereador, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta e indireta municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade (Anexo II – E);

XXI - Declaração de que a Organização da Sociedade Civil - OSC (Anexo II– modelo F):

- a) Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, que não tenham sido sanadas e/ou quitados os débitos, reconsiderada ou revista a decisão de rejeição, ou ainda a referida decisão esteja pendente de recurso com efeito suspensivo;
- b) Não foi punida com nenhuma das sanções estabelecidas nas alíneas "a" a "d" do inciso V, do artigo 39, da Lei Federal n.º 13.019/2014, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parcerias;
- c) Não teve as contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível nos últimos 08 (oito) anos;
- d) Declaração de que a organização da sociedade civil não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz (Anexo II, modelo G);

e) Declaração de que a organização da sociedade civil está ciente e concorda com as disposições previstas neste Edital e que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados (Anexo III).

XXII - Comprovante de Endereço;

XXIII - Declaração de regularidade de prestação de contas, expedida pela Fundação de Esporte de Chapecó - FEC, referente ao ano de 2022, caso não tenha recebido recursos públicos municipais no período.

Parágrafo único: Todas as declarações de que trata o presente artigo deverão ser subscritas pelo(s) representante(s) legal(is) da Organização da Sociedade Civil e impressas em seu papel timbrado.

XXIV - Alvará de funcionamento.

SEÇÃO II - PLANO DE TRABALHO

5.2. O Plano de Trabalho (Anexo V) previsto no artigo subscrito, deverá conter no mínimo:

I – A descrição da realidade a qual será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre tal realidade, as atividades e metas a serem atingidas;

II – A descrição das metas nas atividades a serem executadas;

III – A forma de execução das atividades e o cumprimento das metas a elas atreladas;

IV – A definição dos parâmetros a serem utilizados para possibilitar a aferição do cumprimento das metas;

V – A previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades abrangidas pela parceria;

VI – A indicação e a quantificação da contrapartida quando for o caso.

VII – No item 11 do Plano, o preenchimento deve ser feito de acordo com o gasto previsto no mês, não sendo necessário que as parcelas sejam divididas no mesmo valor.

Durante o período de vigência, a OSC, caso necessário, pode fazer através de ofício e com 30 (trinta) dias de antecedência da próxima parcela, a alteração para mais ou para menos do valor a ser repassado, juntamente com a atualização da tabela com os novos valores pretendidos nos meses subsequentes.

Parágrafo único: O Plano de Trabalho deverá ser impresso em papel timbrado da Organização da Sociedade Civil, devidamente rubricado em todas as suas folhas, assinado por seu(s) representante(s) legal(is) e encaminhado juntamente à proposta, nos termos indicados no artigo 5º deste Edital.

SEÇÃO III – PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

Art. 7º Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria (Anexo VI):

I – Despesas com serviços e normas gerais:

a) contratação de profissionais para as seguintes funções: treinador e/ou professor, preparador físico, auxiliar técnico, fisioterapeuta, psicólogo e contador;

a.1 Fica vedada a cedência de Servidores admitidos em caráter temporário.

a.2 A contratação e/ou pagamento por prestação de serviços de treinador, professor, preparador físico, auxiliar técnico, fisioterapeuta, psicólogo, contador, estagiário etc., fica submetida ao parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias com OSC e gestores da FEC.

b) contratação de estagiário, transporte, locação de ônibus, van, passagem rodoviária, ferroviária e aérea, alimentação, hospedagem, taxas e serviços de arbitragem, taxas de inscrição em campeonatos, taxas de filiação e anuidade de Associação, Federação e Confederação, seguro e plano de saúde;

c) incentivo de patrocínio para atletas, de acordo com o artigo 3º, parágrafo único, inciso II da Lei Federal n.º 9.615 de 24 de março de 1998, com alteração da Lei n.º 9.981 de 14 de julho de 2000, benefício exclusivo para os atletas pertencentes ao projeto: - *O atleta poderá receber auxílio financeiro da entidade de prática desportiva, sob a forma de bolsa auxílio, sem que seja caracterizado contrato de trabalho.*

c.1 O atleta vinculado à OSC, que for beneficiado com uma ou mais parcelas do repasse e, que por algum motivo venha solicitar sua transferência para representar outro município ou clube do estado de Santa Catarina, terá sua liberação concedida mediante avaliação pela Comissão Monitoramento e Avaliação de parcerias com OSC e gestores da FEC.

c.2 O atleta vinculado à OSC (modalidade), que for beneficiado com uma ou mais parcelas do repasse deverá ser imediatamente cadastrado e inscrito nos eventos do calendário oficial da Fesporte, eventos dos quais o município de Chapecó e as respectivas modalidades deverão participar com representatividade.

II – Despesas com custeio:

a) aquisição de material esportivo, uniformes de competição e treinamento;

b) despesas médicas ou primeiros socorros;

c) recolhimento de impostos, taxas federativas, confederativas, ligas e, se for o caso, anuidade conselho regional da área para a OSC;

d) energia elétrica, água e locação de espaços para treinamento, se for o caso.

SEÇÃO IV - COMPROVAÇÕES

5.6. As Organizações da Sociedade Civil – OSC deverão comprovar ainda:

I – Possuir objetivos estatutários voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e esportiva, em consonância com o objeto deste Edital;

II – Ter previsão em seu Estatuto Social ou em normas de organização interna de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos para celebração de parcerias com a administração pública e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização da sociedade civil extinta;

III – Possuir normas de organização interna de escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade; (anexo II, modelo J)

IV – No mínimo 1 (um) ano de existência com cadastro ativo, até a data de apresentação da proposta, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

V – Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, como por exemplo, instrumento de parceria e relatório de cumprimento do objeto firmados com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil; relatório de atividades desenvolvidas; notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas; publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento, prêmios locais ou internacionais recebidos, dentre outros;

VI – Possuir condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas na parceria e para o cumprimento das metas estabelecidas, conforme declaração constante no Anexo II – Modelo D, deste Edital;

VII – Contratar seguro de vida/saúde (para treinamentos e competições) para os atletas que representam a Organização da Sociedade Civil.

6. DA CONTRAPARTIDA

I – Representar o Município em competições oficiais da FESPORTE (Olesc, Joguinhos, Jasc), Federações e Confederações;

II - Usar as cores verde e branca do Município nos uniformes das equipes quando atuarem em competições Oficiais da FESPORTE, bem como a logomarca da Prefeitura Municipal de Chapecó, conforme regulamento da FESPORTE (Fundação Catarinense de Esporte). Nas demais competições, os uniformes também devem apresentar a logomarca do Município e da Fundação de Esporte, tendo um tamanho padrão de 20cm/8cm;

III – Levar e apresentar a bandeira do município em todas as competições e/ou jogos;

IV – Repassar todas as informações para o responsável do setor de comunicação (assessoria de imprensa) da FEC, fotos, vídeos, áudios, bem como prévia programação, antes e depois dos eventos do calendário esportivo da modalidade durante o ano de 2023.

7. DOS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA PONTUAÇÃO

7.1 Será selecionado apenas um projeto esportivo de **Esporte de Rendimento e Formação Esportiva**, que deverá compreender o atendimento de uma modalidade, podendo atender os naipes masculino e feminino.

7.2. Cumpridos os requisitos deste edital, na sequência serão analisados os Planos de Trabalho de cada entidade pela Comissão de Seleção de parcerias com OSC. Será considerado vencedor o projeto que atingir o maior número de pontos, na soma total, de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Seleção para Edital de Chamamento Público 002/2022

Critério de Avaliação	Item de Avaliação	Método de Avaliação	Pontuação Máxima
Participação JASC	No ano de 2022	Classificação de 1º a 3º na Fase Final (6,0) Classificação de 4º a 6º na Fase Final (4,0) Participação na Fase Final (2,0)	6,0 pontos
Participação Joguinhos	No ano de 2022	Classificação de 1º a 3º na Fase Final (6,0) Classificação de 4º a 6º na Fase Final (4,0) Participação na Fase Final (2,0)	6,0 pontos
Participação Olesc	No ano de 2022	Classificação de 1º a 3º na Fase Final (6,0) Classificação de 4º a 6º na Fase Final (4,0) Participação na Fase Final (2,0)	6,0 pontos
Projeto de Escolinhas (gratuito/PAF)	No ano de 2022	Com mais de 200 participantes (3,0) Com mais de 100 participantes (2,0) Com menos de 100 participantes (1,0)	3,0 pontos
Participação Campeonatos Internacionais	No ano de 2022	Participou (3,0)	3,0 pontos
Participação Campeonatos Nacionais	No ano de 2022	Participou (2,0)	2,0 pontos
Participação Campeonatos Estaduais	No ano de 2022	Participou categoria da idade dos JASC (1,0) Participou categoria da idade dos Joguinhos (1,0) Participou categoria da idade da OLESC	3,0 pontos

		(1,0)	
Participação em Ligas	No ano de 2022	Participou categoria da idade dos JASC (1,0) Participou categoria da idade dos Joguinhos (1,0) Participou categoria da idade da OLESC (1,0)	3,0 pontos
Participação (item 2.4 do Objeto)	No ano de 2022	Participação nos eventos da FEC	1,0 pontos
Pontuação Máxima Global			33,0 pontos

7.3. Os critérios acima serão comprovados através de boletins de resultados oficiais emitidos pela Fesporte e respectivas Federações, Confederações e Ligas e inscrições de alunos nas Escolinhas Esportivas, com base nos anos de 2021 e 2022.

7.4. Serão desclassificadas as propostas com valores superiores ao limite fixado para a categoria.

7.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base nos critérios de participação em jogos oficiais da Fesporte, de acordo com a tabela acima e pela ordem sequencial.

8. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. As Organizações da Sociedade Civil – OSC, participantes do certame, poderão interpor recurso (Anexo IV) ao resultado da classificação dos projetos esportivos **Esporte de Rendimento e Formação Esportiva**, endereçando suas razões de inconformidade ao Presidente da Fundação de Esporte de Chapecó, através de documento subscrito pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is), a ser protocolizado no Departamento de Gestão de Compras da Prefeitura Municipal de Chapecó, em 03 (três) dias úteis contados da publicação do resultado preliminar no Diário Oficial do Município.

8.1.1. Em caso de recurso, não serão aceitas e analisadas informações, novos documentos ou complementações que não estejam contidos na proposta originalmente apresentada.

8.1.2. A decisão dos recursos terá por base manifestação técnica da Comissão de Seleção de parcerias com OSC.

8.1.3. Será concedido vistas dos autos às OSC no mesmo prazo de apresentação dos recursos.

8.2. A Comissão de Seleção de parcerias com OSC analisará os recursos em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir do encerramento do prazo previsto no *caput* do artigo 15, publicando no Diário Oficial do Município de Chapecó a decisão à cerca dos mesmos.

8.3. A Comissão de Seleção de parcerias com OSC homologará o resultado final de classificação e seleção dos projetos esportivos aprovados e os valores que serão concedidos para cada projeto, no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único: A homologação do resultado não gera direito para a Organização da Sociedade Civil – OSC à celebração da parceria.

9. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

9.1. Para a celebração do termo de colaboração a organização da sociedade civil deverá, ainda:

I - Manter atualizados, até a celebração, bem como durante toda a vigência da parceria, as comprovações e os documentos previstos nos artigos antecedentes;

II – Estar em dia com a prestação de contas de recursos públicos recebidos anteriormente;

III – Não constarem cadastro municipal, estadual e federal de apenadas e ou inadimplentes;

IV – Afixar em local visível uma Placa contendo os dados descritivos da parceria. Dar publicidade principalmente nos locais de desenvolvimento das atividades.

9.2. Os termos de colaboração serão celebrados e formalizados na forma da minuta que integra o presente Edital de Chamamento (Anexo VII).

10. DOS IMPEDIMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

10.1. Fica impedida de participar do presente chamamento e, conseqüentemente celebrar parceria com a administração municipal, a organização da sociedade civil - OSC que:

I – Não esteja regularmente constituída, tenha sido constituída a menos de um ano, ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II – Não possua domicílio no município de Chapecó;

III – Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

IV – Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta do município de Chapecó, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral e por afinidade até o segundo grau, ou como dirigentes aqueles previstos no Parágrafo único, inciso II, do artigo 37 do Decreto Municipal n.º 33.801, de 10 de março de 2017;

V – Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, salvo se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão de rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

VI – Tenha sido punida com uma das sanções estabelecidas no artigo 39, V, da Lei Federal n.º 13.019/2014, pelo período que durar a penalidade;

VII – Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

VIII – Tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade administrativa, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429/92;

10.2. Nas hipóteses deste artigo é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do Presidente da Fundação de Esporte de Chapecó - FEC, sob pena de responsabilidade solidária.

10.3. Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo persiste o impedimento para a celebração de parcerias enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

10.4. Para fins do disposto na alínea "a" do inciso V e § 2º deste artigo, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular de parcelamento.

10.5. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

11. DO GESTOR DA PARCERIA E DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

11.1. A gestão das parcerias será realizada por agente público com poderes de controle e fiscalização, designado por ato publicado no Diário Oficial do Município, em data anterior à celebração dos termos de colaboração, cujas obrigações serão aquelas determinadas pelo artigo 61 da Lei Federal n.º 13.019/2014.

11.2. A administração pública designará, em ato a ser publicado no Diário Oficial do

Município em data anterior à celebração do termo de colaboração, Comissão de Monitoramento e Avaliação, que terá como atribuição a homologação do relatório emitido pelo órgão técnico da administração, independentemente da apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

12. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PARCERIAS COM OSC

12.1. Os projetos esportivos que compuserem os termos de colaboração terão sua execução devidamente monitorada e avaliada pela administração pública.

12.1.1. O acompanhamento da execução dos projetos citados no caput, compreendem as seguintes atribuições:

- I. Coordenar, articular e avaliar o processo de execução das ações de cada um dos projetos aprovados;
- II. Assegurar a execução dos objetivos e metas de acordo com o plano de trabalho e das obrigações do Município e da Organização da Sociedade Civil, conforme descrito no Termo de Colaboração.

12.2. As ações de monitoramento e avaliação do gestor público compreendem a verificação:

- I – Do cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas no plano de trabalho;
- II – Dos resultados obtidos em competições;
- III – Do número de atletas ou participantes beneficiados;
- IV – Do cumprimento da contrapartida, se for o caso.

12.3. Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:

- I – Análise de dados, coletados através de instrumentos específicos, da execução das ações desenvolvidas;
- II – Visitas técnicas *in loco*, que poderão, ou não, ser previamente agendadas;
- III – Reuniões de monitoramento e avaliação, individuais e/ou coletivas;
- IV – A Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias com OSC e Gestores da FEC poderá solicitar em qualquer tempo súmulas, fotos, vídeos, reportagens, listas de atletas, dirigentes etc., para fins de comprovação e acompanhamento durante o desenvolvimento do Projeto.

12.4. É dever das organizações da sociedade civil – OSC selecionadas, durante toda a execução da parceria:

- I - Responsabilizar-se pela execução e organização do Projeto aprovado;
- II - Responsabilizar-se para que os atletas e comissão técnica, integrantes do Projeto aprovado, representem somente a cidade de Chapecó em jogos, campeonatos e competições e eventos

durante o período de vigência do Termo de Colaboração;

III - Prestar informações e esclarecimentos ao Gestor da Parceria, bem como ao Presidente da Fundação de Esporte de Chapecó e Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias com OSC sempre que solicitados, necessários ao acompanhamento, avaliação, controle e transparência relativos à execução do Projeto;

IV - Executar todas as atividades inerentes à implementação do objeto, observando os critérios de qualidade técnica, operacionalização, prazos e custos previstos;

V - Responsabilizar-se de forma exclusiva pelas eventuais obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias decorrentes da execução do Projeto;

VI - Apresentar na Fundação de Esporte de Chapecó, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas, os relatórios mensal e anual das atividades executadas;

VII – Relatar, de modo breve ou em tempo hábil, à Fundação de Esporte de Chapecó quaisquer fatos que comprometam a correta execução das metas e objetivos traçados no Projeto da OSC.

13. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DURANTE A EXECUÇÃO DA PARCERIA E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

SEÇÃO I - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

13.1. As contratações de bens e serviços pelas Organizações da Sociedade Civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade, economicidade, probidade, publicidade, transparência e eficiência na aplicação dos recursos e na busca permanente de qualidade dos serviços.

13.2. As organizações da sociedade civil que formalizarem Termo de Colaboração com a administração pública deverão:

I – Aplicar integralmente os valores recebidos em virtude da parceria estabelecida, no atendimento do objeto do termo de colaboração firmado, em estrita consonância com o plano de aplicação financeira e cronograma de desembolso apresentados;

II – Efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, dentro da vigência do termo de colaboração, indicando no corpo dos documentos originais das despesas - inclusive na nota fiscal eletrônica - o número do termo, fonte de recurso e o órgão público a que se referem;

III – Realizar a despesa, após a liberação dos recursos, e, em até 30 dias de seu recebimento;

IV – Encaminhar ao Município a prestação de contas dos recursos recebidos, conforme disposto em Manual de Prestação de Contas;

V – Não repassar ou distribuir a outra organização da sociedade civil, ainda que com finalidade semelhante, bem como a qualquer outra pessoa jurídica, recursos oriundos da

parceria celebrada;

VI - Devolver à Prefeitura Municipal de Chapecó eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os obtidos com aplicações financeiras, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta), em caso de denúncia, rescisão ou extinção da parceria, ou ainda, na data de prestação de contas parcial ou no final, no caso de conclusão da parceria, devendo comprovar tal devolução, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

VII - Não contratar ou remunerar, a qualquer título, pela organização da sociedade civil com os recursos repassados, vereador, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

13.2.1. Em caso de necessidade de alteração na aplicação dos recursos financeiros aprovados, as organizações da sociedade civil poderão solicitar, por meio de ofício endereçado ao Presidente da Fundação de Esporte de Chapecó, a alteração necessária e sua justificativa, para posterior avaliação do gestor da parceria e, em caso de aprovação, a organização da sociedade civil encaminhará a planilha orçamentária com as devidas alterações.

13.2.2. A Organização da Sociedade Civil deverá manter e movimentar os recursos em uma conta bancária específica, apresentada na proposta de parceria, sendo uma conta para cada termo de colaboração celebrado, em instituição financeira pública, preferencialmente Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

SEÇÃO II - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.3. As Organizações da Sociedade Civil - OSC deverão prestar contas dos recursos recebidos de acordo com as datas estabelecidas no termo de colaboração.

13.3.1. A prestação de contas de que trata o *caput* obedecerá às condições assinaladas pelas normativas expedidas pelo órgão gestor e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em vigência à época da prestação, sob pena de suspensão dos repasses.

13.4. Deverão ser apresentados, na prestação de contas, os seguintes documentos comprobatórios, entre outros:

I – Demonstrativo de receitas e despesas, contendo as despesas pagas por fonte de recurso, em modelo padrão, pelo Tesoureiro, pelo Presidente da entidade, e, preferencialmente, também por um contador;

II – Cópia simples do extrato bancário da conta corrente específica utilizada exclusivamente para o recebimento do recurso público aprovado, onde deverá ser comprovada toda a movimentação financeira dos recursos;

III - Cópia simples dos comprovantes das despesas realizadas e previstas na planilha

orçamentária aprovada;

III– Cópia simples dos comprovantes de recolhimentos de impostos, dos encargos trabalhistas e previdenciários oriundos da parceria;

V– Comprovante de devolução do recurso público não utilizado para a Prefeitura Municipal de Chapecó, quando for o caso;

VI – Balancete de Prestação de contas de Recursos;

VII – Relatório Fotográfico dos materiais adquiridos e das reformas, bem como de participação nos eventos, pertinentes ao Projeto;

VIII – Prova de divulgação dos recursos recebidos e utilizados na internet.

13.4.1. A Administração Pública entregará, no ato da assinatura do Termo de Colaboração, um Manual de Prestação de Contas que servirá como orientação dos encaminhamentos relativos à prestação de contas das Organizações da Sociedade Civil.

SEÇÃO III – DA PERIODICIDADE E DOS PRAZOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.5. A entrega da prestação de contas deverá ser realizada mensalmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso com tolerância de 10 dias, conforme disposto no Manual de Prestação de Contas.

13.5.1. No caso de parcela única, o prazo para a prestação de contas será de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento dos mesmos, com tolerância máxima de 10 dias.

13.6. Caberá à administração pública, Diretoria de Captação de Recursos, conforme disposto no Manual de Prestação de Contas anexo, analisar por meio do Gestor da parceria, Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias e presidente da Fundação de Esporte de Chapecó, a prestação de contas encaminhada pela Organização da Sociedade Civil contemplada, visando o acompanhamento e avaliação da execução, bem como a forma do dispêndio do recurso financeiro conforme plano de trabalho aprovado no termo de colaboração.

13.7. Constatada a irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo, a ser determinado pelo Município, para que a Organização da Sociedade Civil possa saná-la ou retificá-la, conforme as disposições do artigo 70 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.8. A prestação de contas deverá obedecer e estar em conformidade com as normativas do órgão gestor e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, durante a vigência e período de execução do Projeto.

13.9. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a Organização da Sociedade Civil deverá manter em seu arquivo os documentos originais que a compuseram o período da execução do Projeto.

14. DA VIGÊNCIA

14.1. As parcerias a serem celebradas em virtude da seleção de propostas neste Edital, para a execução de projetos esportivos no Município de Chapecó, “**Esporte de Rendimento e Formação Esportiva**”, terão vigência a partir da data de assinatura do termo de colaboração até 31/12/2023.

14.1.1. Excepcionalmente, em virtude de situações que possam ocorrer durante a tramitação de processo administrativo, as parcerias poderão ter o prazo de início posterior à data prevista no *caput* do Edital, tendo, nesse caso, a vigência e repasses diminuídos proporcionalmente, mantendo-se, todavia, a obrigatoriedade do prazo de término.

15. DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

15.1. A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial, site na rede mundial de computadores, a relação das parcerias celebradas e respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o encerramento dos mesmos.

15.2. A Organização da Sociedade Civil deverá divulgar na rede mundial de computadores (internet), e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública.

15.2.1. As informações de que tratam este Artigo e o Art. 11 deverão incluir, no mínimo:

I – Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II – Nome da organização da sociedade civil - OSC e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;

III – Descrição do objeto da parceria;

IV – Valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V – Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VI – Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

15.3. A administração pública deverá divulgar, pela internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

16.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho apresentado, com a Lei

Federal n.º 13.019/2014 e demais legislações que regulamentem a matéria, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I – Advertência formal;

II – Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades municipais, por prazo não superior a dois anos;

III – Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II supracitado;

16.1. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

16.1.2. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

17. DOS ANEXOS

17.1. Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os anexos:

1. Anexo I - Ficha de inscrição;
2. Anexo II - Modelos A a J;
3. Anexo III - Declaração de Ciência e Concordância com o Edital;
4. Anexo IV - Modelo Recurso;
5. Anexos V - Plano de trabalho;
6. Anexo VI - Planilha Orçamentária do Plano de Trabalho;
7. Anexo VII - Minuta do Termo de Colaboração;
8. Anexo VIII - Modelo de relatório de execução;
9. Anexo VIX – Quadro de valores para as OSC;
10. Anexo X – Manual de Prestação de Contas

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

18.1. O presente Edital poderá ser impugnado no prazo de 03 (três) dias úteis anteriores a data marcada para a apresentação da Proposta e Documentos, por meio de manifestação endereçada à Comissão de Seleção de parcerias com OSC, referente ao Chamamento Público Edital n.º

002/2022 e protocolizada na Diretoria de Gestão de Compras da Prefeitura Municipal de Chapecó.

18.1.1. A análise das eventuais impugnações caberá à Comissão de Seleção de parcerias com OSC, referente ao Chamamento Público edital 002/2022, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, subsequentes ao prazo assinalado no *caput*.

18.1.2. A decisão poderá ser precedida de manifestação técnica, a critério da autoridade julgadora.

18.1.3. Não serão respondidas dúvidas referentes ao edital por telefone e nem pessoalmente.

18.1.4. Qualquer dúvida deve ser encaminhada ao e-mail esporte@chapeco.sc.gov.br aos cuidados da Comissão de Seleção de parcerias com OSC em **até 05 dias úteis** antes da data de abertura.

18.1.5. O prazo para resposta da Comissão de Seleção de parcerias com OSC é de até 2 (dois) dias após a confirmação do e-mail Recebido.

18.2. A administração pública, por meio da Fundação de Esporte de Chapecó - FEC, oferecerá orientação não obrigatória às organizações da sociedade civil que pretendam apresentar propostas, em até 03 dias antes da data de entrega as propostas.

18.3. A administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada, do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

18.4. A organização da sociedade civil é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas nos documentos apresentados em qualquer fase do chamamento público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações neles contidos poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, com aplicação de sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso seja evidenciado a falsidade ou inverdade de documentos e atos após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do termo de Colaboração, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei n.º 13.019/2014.

18.5. Este Edital, bem como seus anexos, estará disponível pelo endereço eletrônico do sítio da Prefeitura Municipal de Chapecó: www.chapeco.sc.gov.br

Chapecó, 24 de agosto de 2023.

Agnaldo Veriato Pereira

Presidente da Funda de Esportes de Chapecó - FEC

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

Este anexo é parte integrante e indissociável do Edital de Chamamento Público nº 01/2023

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC):			
ENDEREÇO:		CEP:	
CNPJ:		ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL):	
CIDADE: Chapecó	UF: SC	DDD/FONE:	DDD/CELULAR:
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:			
RG/ÓRGÃO EMISSOR:	CPF:	DDD/CELULAR:	
ENDEREÇO:		CEP:	
NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO:			
RG/ÓRGÃO EMISSOR:	CPF:	DDD/CELULAR:	
ENDEREÇO:		CEP:	

Na qualidade de representante legal da Associação, DECLARO conhecer o inteiro teor do Edital de Chamamento Público nº 01/2023 e seus anexos. DECLARO ainda que ACEITO os termos do referido Edital e que as informações aqui prestadas são verídicas e de minha inteira responsabilidade, estando ciente das penalidades do art. 299, do Código Penal Brasileiro. Sendo a Associação, DECLARAMOS que cumprimos com o disposto na Lei n.º 13.019/2014, no Decreto n.º 33.801/2017 e demais disposições legais.

Chapecó,de 2023

PRESIDENTE

PAPEL TIMBRADO DA OSC**ANEXO II – MODELO A****(EXIGÊNCIA CONSTANTE NO INCISO I DO ART. 5º DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2021)****CHAPECÓ, ____ DE _____ DE 2023.****OFÍCIO Nº.: ____ / 2023.**

**AO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ESPORTE DE CHAPECÓ
SR. MAURO LUIZ JOHANN
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ/SC**

EM ATENÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ EM, ENCAMINHAMOS A VOSSA SENHORIA O PROJETO **(NOME DO PROJETO)**, DENTRO DA LINHA DE AÇÃO DE **(NOME DA LINHA DE AÇÃO)**, ACOMPANHADA DA DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NO ART. 5º DO REFERIDO CHAMAMENTO, PARA ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO DE ACORDO COM AS REGRAS DO REFERIDO CHAMAMENTO.

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC**ANEXO II – MODELO B****(RELAÇÃO E DECLARAÇÕES CONSTANTES, RESPECTIVAMENTE, NOS INCISOS VII, XVII E XVIII DO ART. 5º DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2023)**

1 – EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS INCISOS VII, XVII E XVIII, DO ART. 5º, DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023, RELACIONO A SEGUIR, EM NOME DA **(NOME DA OSC)**, A RELAÇÃO DE TODOS OS DIRIGENTES DA NOSSA ENTIDADE COM ENDEREÇO RESIDENCIAL, NÚMERO E ÓRGÃO EXPEDIDOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE, NÚMERO DE REGISTRO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS E FORMAS DE CONTATO:

NOME:

CARGO QUE OCUPA NA OSC:

RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR:

CPF:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

TELEFONE (FIXO E CELULAR COM DDD):

E-MAIL:

2 – DECLARO QUE NÃO HÁ, NO QUADRO DE DIRIGENTES, MEMBROS DE PODER OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO, OU DIRIGENTES DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA MESMA ESFERA GOVERNAMENTAL NA QUAL SERÁ CELEBRADO O TERMO DE FOMENTO, ESTENDENDO-SE A VEDAÇÃO AOS RESPECTIVOS CÔNJUGES OU COMPANHEIROS, BEM COMO PARENTES EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O SEGUNDO GRAU.

3 – DECLARO AINDA QUE NÃO POSSUIMOS ENTRE NOSSOS DIRIGENTES PESSOAS:

A) CUJAS CONTAS RELATIVAS A PARCERIAS TENHAM SIDO JULGADAS IRREGULARES OU REJEITADAS POR TRIBUNAL OU CONSELHO DE CONTAS DE QUALQUER ESFERA DA FEDERAÇÃO, EM DECISÃO IRRECORRÍVEL, NOS ÚLTIMOS 08 (OITO) ANOS;

B) JULGADA RESPONSÁVEL POR FALTA GRAVE E INABILITADA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA, ENQUANTO DURAR A INABILITAÇÃO;

C) CONSIDERADA RESPONSÁVEL POR ATO DE IMPROBIDADE, ENQUANTO DURAREM OS PRAZOS ESTABELECIDOS NOS INCISOS I, II E III DO ART. 12 DA LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.

CHAPECÓ, ____/____/____

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC

ANEXO II – MODELO C**(EM ATENDIMENTO AO INCISO XVI DO ART. 5º DO EDITAL DE CHAMAMENTO N° 01/2023)****DECLARAÇÃO**

PARA FINS DE ATENDIMENTO DO INCISO XVI, DO ART. 5º, DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2023, DECLARO QUE A **(NOME E CNPJ DA OSC)** NÃO FINANCIA O PROJETO **(NOME DO PROJETO)**, DA LINHA DE AÇÃO DE **(NOME DA LINHA DE AÇÃO)**, COM RECURSOS PROVENIENTES DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE, PROGRAMA FEDERAL E PROGRAMA ESTADUAL PARA OS MESMOS ITENS APRESENTADOS NA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS DO PLANO DE TRABALHO APRESENTADO.

CHAPECÓ, ____/____/____

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC

ANEXO II – MODELO D

(EM ATENDIMENTO AO INCISO XIX DO ART. 5º DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2023)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DE ATENDIMENTO DO INCISO XIX, DO ART. 5º, DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023, DECLARO QUE A **(NOME E CNPJ DA OSC)** POSSUI INSTALAÇÕES, CONDIÇÕES MATERIAIS E CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PLANO DE TRABALHO APRESENTADO.

CHAPECÓ, ____/____/____

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC

ANEXO II – MODELO E

(EM ATENDIMENTO AO INCISO XXI DO ART. 5º DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2023)

PARA FINS DE ATENDIMENTO DO INCISO XXI, DO ART. 5º, DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023, DECLARO QUE A **(NOME E CNPJ DA OSC)** NÃO REALIZARÁ CONTRATAÇÃO OU REMUNERAÇÃO A QUALQUER TÍTULO, COM OS RECURSOS REPASSADOS, DE VEREADOR, SERVIDOR OU EMPREGADO PÚBLICO, INCLUSIVE AQUELE QUE EXERÇA CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA MUNICIPAL, BEM COMO SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES, COMPANHEIROS OU PARENTES, ATÉ O SEGUNDO GRAU, EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE.

CHAPECÓ, ____/____/____

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC

ANEXO II – MODELO F

(EM ATENDIMENTO AO INCISO XXII DO ART. 5º DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2023)

PARA FINS DE ATENDIMENTO DO INCISO XXII, DO ART. 5º, DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023, DECLARO QUE A **(NOME E CNPJ DA OSC)**:

A) NÃO TEVE AS CONTAS REJEITADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, QUE NÃO TENHAM SIDO SANADAS E/OU QUITADOS OS DÉBITOS, RECONSIDERADA OU REVISTA A DECISÃO DE REJEIÇÃO, OU AINDA A REFERIDA DECISÃO ESTEJA PENDENTE DE RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO;

B) NÃO FOI PUNIDA COM NENHUMA DAS SANÇÕES ESTABELECIDAS NAS ALÍNEAS "A" A "D" DO INCISO V, DO ARTIGO 39, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, NEM ESTÁ EM CUMPRIMENTO DE PENALIDADE PASSÍVEL DE IMPEDIMENTO DE CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS;

C) NÃO TEVE AS CONTAS DE PARCERIAS JULGADAS IRREGULARES OU REJEITADAS POR TRIBUNAL OU CONSELHO DE CONTAS DE QUALQUER ESFERA DA FEDERAÇÃO, EM DECISÃO IRRECORRÍVEL NOS ÚLTIMOS 08 (OITO) ANOS.

CHAPECO, ____/____/____

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC

ANEXO II- MODELO G

(EM ATENDIMENTO AO INCISO XXII, “ALÍNEA D”, DO ART. 5º DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2023)

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE A **(NOME E CNPJ DA OSC)**, NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENORES DE 16 (DEZESSEIS) ANOS, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ.

CHAPECO, ____/____/____

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC**ANEXO II- MODELO H****(EM ATENDIMENTO AO ART. 3º, INCISO I DO EDITAL DE CHAMAMENTO N° 01/2023)****DECLARAÇÃO DA FINALIDADE NÃO LUCRATIVA DO PROJETO/EVENTO**

DECLARA-SE, SOB AS PENAS DO ART. 299, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE A (RAZÃO SOCIAL DA OSC) E (NOME DO PROJETO/EVENTO) NÃO POSSUEM FINALIDADE LUCRATIVA E QUE OS RECURSOS FINANCEIROS COM ELE ARRECADADOS SERÃO DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE À SUA REALIZAÇÃO, SENDO QUE EVENTUAL SALDO REMANESCENTE SERÁ DESTINADO AO CUMPRIMENTO DO OBJETO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

CHAPECÓ, _____.

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC**ANEXO II- MODELO I****(EM ATENDIMENTO AO ART. 5º, INCISO XXI, DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2023)****DECLARAÇÃO - VEDAÇÕES DO ART. 39, DA LEI Nº 13.019/2014**

DECLARA-SE, SOB AS PENAS DO ART. 299, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE A [RAZÃO SOCIAL DA OSC E SEUS DIRIGENTES, NÃO INCORREM EM QUALQUER DAS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 39 DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 2014, OU NO DECRETO MUNICIPAL Nº 33.801, DE 2017, E NÃO SE ENQUADRAM NAS SEGUINTE SITUAÇÃO: EXISTÊNCIA DE ADMINISTRADOR, DIRIGENTE OU ASSOCIADO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL COM PODER DE DIREÇÃO QUE SEJA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE, EM LINHA RETA OU COLATERAL, POR CONSANGUINIDADE OU AFINIDADE, ATÉ O SEGUNDO GRAU, DE AGENTE PÚBLICO:

I - COM CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA LOTADO NA UNIDADE RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DA SELEÇÃO PROMOVIDA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; OU

II - CUJA POSIÇÃO NO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DISTRITAL SEJA HIERARQUICAMENTE SUPERIOR AO CHEFE DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DA SELEÇÃO.

CHAPECO, ____/____/____

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC**ANEXO II – MODELO J****(EM ATENDIMENTO AO ART. 8º, INCISO III, DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2023)****DECLARAÇÃO DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL REGULAR**

Declaramos, sob as penas da lei, que a [RAZÃO SOCIAL DA OSC], CNPJ , possui escrituração contábil regular, de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

CHAPECÓ, _____.

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC

ANEXO III

**(EM ATENDIMENTO AO INCISO XXII, “ALÍNEA E” DO ART. 5º DO EDITAL DE CHAMAMENTO
01/2023)**

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

DECLARO, COMO REPRESENTANTE LEGAL DA **(NOME E CNPJ DA OSC)**, ESTAR CIENTE
CONCORDO COM AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
02/2022, DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS CC
RECURSOS ORDINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ E, EM SEUS ANEXOS, BEM COMO A
RESPONSABILIDADE, SOB AS PENAS DA LEI, PELA VERACIDADE E LEGITIMIDADE DAS
INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS APRESENTADOS DURANTE O PROCESSO DE SELEÇÃO.

CHAPECÓ, ____/____/____

NOME E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA OSC

PAPEL TIMBRADO DA OSC**ANEXO IV****(EM ATENDIMENTO AO ART. 14. DO EDITAL DE CHAMAMENTO N° 01/2023)******SOMENTE EM CASO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO******AO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ESPORTE DE CHAPECÓ****Sr.****PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ/SC**

PREZADO SENHOR,

EU, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC), (CARGO DO REPRESENTANTE NA OSC) DA (NOME DA OSC), PROPONENTE DO PROJETO (NOME DO PROJETO), INSCRITO NA LINHA DE AÇÃO DE (LINHA DE AÇÃO), VENHO COM BASE NO ART. 14 DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2023, APRESENTAR O SEGUINTE RECURSO EM FACE DO RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO E SELEÇÃO DOS PROJETOS ESPORTIVOS E PARADESPORTIVOS PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO EM / / :

1) MOTIVO DO RECURSO:

2) JUSTIFICATIVA FUNDAMENTADA

3) SOLICITAÇÃO (com base na justificativa, apresente o que você pretende que seja reconsiderado)

DECLARO ESTAR CIENTE QUE NÃO SERÃO ACEITAS E ANALISADAS INFORMAÇÕES, NOVOS DOCUMENTOS OU COMPLEMENTAÇÕES QUE NÃO ESTEJAM CONTIDOS NA PROPOSTA ORIGINALMENTE APRESENTADA.

CHAPECÓ, ____ / ____ / ____.

NOME E ASSINATURA DO PRESIDENTE DA OSC

ANEXO V – PLANO DE TRABALHO

NOME DO PROJETO:**1 – IDENTIFICAÇÃO**

1.1 – Nome da Organização da Sociedade Civil (OSC):

1.2 – Endereço da OSC:

Rua/Avenida:

Bairro:

CEP:

Site:

E-mail da OSC:

Telefone da OSC:

1.3 – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica:

Número do CNPJ:

Data de abertura do CNPJ:

Atividade econômica principal:

Atividade econômica secundária:

1.4 – Finalidade Estatutária (conforme descrito no Estatuto Social):

1.5 – Vigência do mandato da diretoria atual: DD/MM/AAAA até DD/MM/AAAA

1.6 – Dados do Presidente da OSC:

Nome do presidente:

RG:

CPF:

Endereço residencial:

Telefone do presidente (celular e fixo):

E-mail do presidente:

1.7 – Responsável Técnico das Atividades:

Nome completo:

RG:

CPF:

Número do Registro Profissional:

Validade do Registro Profissional:

Telefone de contato (celular e fixo):

E-mail:

1.8 – Responsável pela Prestação de Contas

Nome completo:

RG:

CPF:

Telefone de contato (celular e fixo):

E-mail:

2 – OBJETIVO (descrição da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas)

3 – AÇÕES (descrever as ações a serem executadas)

4 – METAS – O município espera as seguintes Metas para o ano de 2023:

PARTICIPAÇÃO NO JASC, OLESC, JOGUINHOS E ESCOLINHAS.

5 – EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DAS METAS (definir a forma de execução das ações e do cumprimento das metas a elas atreladas)

JASC:

OLESC:

JOGUINHOS:

ESCOLINHAS:

6 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PARA CUMPRIMENTO DAS METAS

A OSC deverá cumprir com o Calendário vigente no ano da FESPORTE.

7 – LOCAL DE DESENVOLVIMENTO (separar por local se for mais de um)

Nome do Local:

Endereço do Local:

Responsável pelo Local:

Local: ☐ Próprio

☐ Privado

☐ Público

9 – GRADE HORÁRIA DAS ATIVIDADES (informar por local se for mais de um)

10 – RECURSOS HUMANOS (Relacionar todas as pessoas envolvidas na execução da parceria, independente se será remunerada ou não, excetuando-se os atletas)

Nome	Função	Escolaridade	Carga Horária Semanal	Forma de contratação: (ex: CLT, RPA, MEI, Voluntário)
------	--------	--------------	-----------------------------	--

11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (EM R\$)**CONCEDENTE**

META	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
META	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

Chapecó, ____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do(s) responsável(is) legal(is) da OSC

ANEXO VI – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

NOME DO PROJETO:

1 - EXECUÇÃO

I CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS- contratação de profissionais , para as seguintes funções: treinador e professor; preparador físico, auxiliar técnico, fisioterapeuta, psicólogo , contador e bolsa auxílio atleta.

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	MÊS (ES) DE DESEMBOLSO
1	TREINADOR / PROFESSOR			
2	AUXILIAR TÉCNICO			
3	PREPARADOR FÍSICO			
4	FISIOTERAPEUTA			
5	PSICÓLOGO			
6	CONTADOR			
7	BOLSA AUXÍLIO ATLETA			

SUBTOTAL (I) DE

II DESPESA COM SERVIÇOS- despesas aceitas: estagiário, bolsa aprendizagem, transporte (locação de ônibus, van, passagem rodoviária, aérea), taxas e serviços de arbitragem, inscrição em campeonatos, taxas de filiação e anuidade e hospedagem.

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	MÊS(ES) DE DESEMBOLSO
------------	-----------	------------	-------------	--------------------------

1 ESTAGIÁRIO


2 BOLSA APRENDIZAGEM

4	TRANSPORTE			
5	TAXAS E SERVIÇOS DE ARBITRAGEM			
6	INSCRIÇÃO EM CAMPEONATOS			
7	TAXAS DE FILIAÇÃO E ANUIDADE			
8	HOSPEDAGEM			
	SUBTOTAL (II) DE			

III DESPESAS COM CUSTEIO- despesas aceitas: material esportivo, uniformes de competição e treino e impostos trabalhistas.

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	MÊS(ES) DE DESEMBOLSO
1	MATERIAL ESPORTIVO			
2	UNIFORMES DE COMPETIÇÃO			
3	UNIFORMES DE TREINO			
4	IMPOSTOS			
5	DESPESAS MÉDICAS OU PRIMEIROS SOCORROS			
6	IMPOSTOS			
7	ENERGIA ELETRICA/ÁGUA			
8	ESPAÇO PARA TREINAMENTO			

SUBTOTAL DE (III)**TOTAL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO (I+II+III)**

			
	ESTADO DE SANTA CATARINA		
	MUNICÍPIO DE CHAPECÓ		
	CHAPECÓ, (SC) de 2023.		

Presidente da OSC



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023

ANEXO VII

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº... 2023

Pelo presente, de um lado, o MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º , com sede na Av. Getúlio Vargas, n.º 957, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Esportes, Juventude e Lazer, Sr. Agnaldo Veriato Pereira, inscrito no CPF nº. e RG. , em razão da competência de delegação atribuída pelo artigo 4º, do Decreto Municipal nº 33.801, de 10 de março de 2017, e, de outro lado, a(o) **(nome da OSC)** doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), inscrita no CNPJ sob n.º **(nº CNPJ)** situado à **(endereço)**, representada por seu(s) responsável(is) legal(is) **(nome do(s) responsável(is))**, inscritos no CPF nº **(nº do CPF)**, celebram este Termo de Colaboração com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, na Lei Federal nº 9.615/1998 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 33.801, de março de 2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual, bem como na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e no Edital de Chamamento Público n.º 02/2021 publicado no Diário Oficial do Município em

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

1.1 – Constitui objeto do presente termo de colaboração a execução do projeto **(conforme o caso)**, na área de **(saúde, educação, assistência social, ESPORTE)**, intitulado **(nome do projeto)**, devidamente selecionado através do Edital de Chamamento Público nº 01/2023, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado, com repasse de recursos ordinários do Município de Chapecó **(ou Fundo quando for o caso)**

1.2 – O plano de trabalho referido na cláusula acima é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

1.3 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.4 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

1.5 – Este Termo de Colaboração é vinculado ao processo administrativo de chamamento público nº 01/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer informações detalhadas para a prestação de contas à entidade por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela entidade;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ENTIDADE:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração, observando o que dispõe o Manual de Prestação de Contas, em anexo;

c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

i) não possuir entre seus dirigentes pessoas:

- cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992;

j) não contratar ou remunerar, a qualquer título, com os recursos repassados, vereador, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta e indireta municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do projeto, objeto do presente Termo de Colaboração, é de até R\$ (mil reais), dividido em parcelas mensais, de acordo com o Plano de Aplicação.

3.2 - A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor de até R\$ (mil reais), correndo as despesas por conta das dotações orçamentárias aprovadas para o exercício de 2023.

3.3 - Os repasses serão realizados somente se a organização da sociedade civil estiver em dia com a prestação de contas de repasses concedidos anteriormente, independente do exercício.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** transferirá os recursos em favor da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)**, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da entidade em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;
- III - quando a entidade deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4 - Em caso de retenção das parcelas subsequentes, pela ocorrência de um dos itens acima, o município, decidirá sobre a retomada ou não dos repasses, bem como quanto ao pagamento ou não das parcelas retidas, que só poderão ser liberadas em caso de manutenção das atividades previstas no plano de trabalho e após a regularização de pendências identificadas.

4.5 - Por ocasião da conclusão, utilização do recurso em desconformidade com as normas aplicáveis, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas, as normas de regência e conforme manual entregue pela Administração, na data da assinatura deste instrumento, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da **ENTIDADE**, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do termo de colaboração, e/ou em data anterior a liberação da parcela mensal e/ou posterior aos 30 (trinta) dias concedidos para a utilização do recurso, (60 dias para o caso de parcela única), conforme IN 02/2014, da Controladoria Geral do Município de Chapecó;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, vereador, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta e indireta municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2023, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da **ENTIDADE** devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela entidade na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da entidade, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela entidade até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, bem como com observância ao que dispõe o Manual de Prestação de Contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da entidade e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos, relatórios ou outros suportes;

V – comprovante de publicação na internet.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A entidade prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos no prazo de 30 (trinta) dias a contar do depósito para o caso de duas ou mais parcelas e dentro de 60 (sessenta) dias para o caso de parcela única, e, em ambos os casos, com tolerância máxima de 10 dias após este período, sob pena de bloqueio das parcelas subsequentes, e/ou devolução do recurso e/ou rescisão deste instrumento.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil (OSC), contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a entidade sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 15 (quinze dias) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a entidade parceira as seguintes sanções:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a entidade ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração/Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, serem doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização doatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este Termo de Colaboração serão remetidas por correspondência ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

II - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa ser.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

cos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Chapecó - SC, de 2023.

Agnaldo Veriato Pereira

Presidente da Fundação de Esporte de Chapecó

Presidente da Organização da Sociedade Civil (OSC)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

**ANEXO VII
MODELO DE RELATÓRIO DO CUMPRIMENTO DE OBJETO
(Prestação de Contas)**

Número do Termo de Colaboração:	Período de Execução: (período/mês) de 2023
Nome da Organização de Sociedade Civil:	
CNPJ:	Telefone:
E-mail:	
Objeto do Plano de Trabalho:	
1. Relatório Execução das Metas:	
1.1. Ações Programadas (de acordo com o plano de trabalho):	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

1.2. Ações executadas (Implantação do projeto, comparando-se o previsto no Plano de Trabalho aprovado com o efetivamente executado)

1.3. Alcance dos Objetivos:

1.4. Conclusão (fazer uma conclusão no relatório descrevendo se o objetivo proposto no Planos de Trabalho foi atingido em sua totalidade):

Data

Presidente da OS



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Anexo IX

Valores a serem repassados pelo Município de Chapecó para as OSCs no ano de 2023.

1	Handebol Masculino	Até R\$ 90.000,00
	Total	Até R\$ 90.000,00

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 496/23

Publicação Nº 5089783

DECRETO SAF/N. 496/23, de 24 de agosto de 2023.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1.795, de 24 de agosto de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL		
ÓRGÃO	11	
Manutenção dos Serviços da Gestão em Saúde	2.021	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.71.00.00.00.00.00.1.500.1002.5002	Transferência à Consórcios Públicos	33.113,84
3.3.71.00.00.00.00.00.1.500.1002.5002	Transferência à Consórcios Públicos	15.207,94

TOTAL R\$ 48.321,78

Art. 2º Para dar suporte as suplementações acima, é reduzida no mesmo orçamento a seguinte dotação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL		
ÓRGÃO	11	
Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física de Saúde	1.006	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.1.500.1002.5002	Aplicações Diretas	48.321,78

TOTAL R\$ 48.321,78

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gadzinski, 24 de agosto de 2023.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

LEI 1.794

Publicação Nº 5089714

LEI N. 1.794, de 24 de agosto de 2023.
AUTORIZA A FIRMAR TERMO DE FOMENTO E A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS PARA FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Eu, FERNANDO DE FAVERI MARCELINO, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento com a Fundação Social Hospitalar de Içara, inscrita no CNPJ nº. 83.852.418/0001-54, para realização de cirurgias ortopédicas relacionadas a joelho, bem como procedimento pós-cirúrgicos, para pacientes de Cocal do Sul, conforme Plano de Trabalho parte integrante desta lei, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º As despesas inerentes ao Convênio citado no art. 1º correrão de dotação: Órgao 11 – Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul

– Ação: 2.021 – Manutenção do Bloco de Atenção Especializada em Saúde – 3.3.50.00.00.00.00.1.500.1002.5002 – Transfeências À Instituições Privadas s/Fins Lucrativos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de agosto de 2023.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

PLANO DE TRABALHO

I – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto de trabalho é a realização de correção de cirurgias ortopédicas, relacionadas a joelho, bem como procedimentos pós-cirúrgicos. As cirurgias serão realizadas nas dependências do Hospital São Donato de Içara - CNPJ: 83.665.380/0001-00 - Razão Social: Hospital São Donato LTDA, localizado à Rua Sete de Setembro nº 461, Centro, Içara/SC – telefone 48 3461-1200.

II – METAS A SEREM ATINGIDAS

METAS QUALITATIVAS:

- 1) Atendimento à pacientes encaminhados pela rede pública municipal, com indicação de cirurgia ortopédica, realizando o procedimento indicado a cada caso já previamente avaliado.
- 2) Disponibilizar atendimento através de equipe especializada.
- 3) Garantir a vigilância dos casos de infecções de pacientes submetidos a cirurgias, buscando índices nulos de infecção hospitalar.
- 4) Buscar a pronta recuperação, contribuindo para baixas taxas de permanência hospitalar.
- 5) Contribuir para a diminuição da demanda reprimida em cirurgias de ortopedia, ampliando a oferta e a capacidade de resolução dos casos eletivos.

METAS QUANTITATIVAS

Procedimentos cirúrgicos hospitalares:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	META FÍSICA
1	0408050063	Prótese de Joelho	05
		total	05

III – ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Etapas	Fases
1	Identificação dos pacientes que necessitam de correção de cirurgia ortopédica(joelho) após Convênio realizado com a Instituição em 2022
2	Início imediato de consultas médicas especializadas em ortopedia/cirurgia ortopédica, mediante agenda feita no Município.
3	Exames pré-operatórios.
4	Agendamento e realização da cirurgia, após cumprimento das etapas 1,2 e 3.
5	Realização de consulta médica pós-operatória.
6	Atendimento às intercorrências pós-operatórias, sempre que necessário.
7	Encaminhamento de exames e tratamentos pós-operatórios, incluindo fisioterapia de reabilitação.

IV – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Natureza/Especificações	Total orçado	Total máximo
Honorários médicos (cirurgião, auxiliar e anestesista)	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Serviços hospitalares	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Material	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Total	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00

V – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Orçamento Geral:

Orçamento procedimento	Quantidade de procedimentos	Valor unitário \$	Valor total \$
Prótese de Joelho	05	R\$ 20.000,00	R\$ 100.000,00
Total			R\$ 100.000,00

As Cirurgias terão o pagamento mensal, mediante a apresentação do relatório mensal de execução, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao atendimento.

Os repasses efetuados serão de dotação orçamentária do município de Cocal do Sul.

VI – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Previsão/Início	Previsão/Término
Agosto/2023	Dezembro/2023

LEI N. 1795

Publicação N° 5089718

LEI N. 1.795, de 24 de agosto de 2023.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, FERNANDO DE FAVERI MARCELINO, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL		
ÓRGÃO	11	
Manutenção dos Serviços da Gestão em Saúde	2.021	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.71.00.00.00.00.00.1.500.1002.5002	Transferência à Consórcios Públicos	33.113,84
3.3.71.00.00.00.00.00.1.500.1002.5002	Transferência à Consórcios Públicos	15.207,94

TOTAL R\$ 48.321,78

Art. 2º Para dar suporte as suplementações acima, é reduzida no mesmo orçamento a seguinte dotação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL		
ÓRGÃO	11	
Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física de Saúde	1.006	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.1.500.1002.5002	Aplicações Diretas	48.321,78

TOTAL R\$ 48.321,78

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gadzinski, 24 de agosto de 2023.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO 16/2023**

Publicação Nº 5091212

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 996FD89568356FECE7944FF28B831704AD7A2A66

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 16/2023
CONTRATADA: RGC LAMINADOS LTDA

OBJETO: TERMO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE COCAL DO SUL - SC E A EMPRESA RGC LAMINADOS LTDA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHICANAS E COMPLEMENTOS PARA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO NO FLOCULADOR DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL/SC.

PRAZO DO CONTRATO: O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO A SER ASSINADO COM A PROPONENTE VENCEDORA SERÁ DE 04 (QUATRO) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO SE NECESSÁRIO, SOMENTE MEDIANTE ADITIVO CONTRATUAL, NOS TERMOS ESTABELECIDOS PELA LEI FEDERAL N.º 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

VALOR ESTIMADO: R\$ 305.088,00 (TREZENTOS E CINCO MIL E OITENTA E OITO REAIS).

DATA DE ASSINATURA: 22 DE AGOSTO DE 2023.

ALISSON DA SILVA
DIRETOR DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 84/2023 - PMC

Publicação Nº 5089385

Contrato Nº : 84/2023
Aditivo Nº : 1Ap Ctr 84/2023
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CLECIANE MELANIA PASINATTO ME
Licitação : Dispensa de Licitação 15/2023
Objeto : Contratação de empresa para a prestação de serviço no ramo de transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino (Linhas 16 e 40).
Vigência : Início: 21/08/2023 Término: 07/02/2024
Assinatura : 21/08/2023
Valor R\$: 9.091,50 (nove mil, noventa e um reais e cinquenta centavos)

Dotação : 54 - 06.002.2015.33390392600000000000.154070000000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DARCI ANTONIO BOIANI

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 15/2022 - FMAS

Publicação Nº 5089887

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8ACEC01B87A555844649ABFD0FA0371AEB121185

Contrato Nº : 15/2022
Aditivo Nº : 1TA Ctr 15/2022
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA
Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI
Licitação : Pregão Presencial 6/2022
Objeto : contratação de empresa para execução do serviço de acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade com fornecimento de casa completa, para atender 10 pessoas, e os profissionais de serviço social, psicologia, tradutor bilíngue espanhol e cuidador 24 horas, com recursos federais e para prestação de serviço de cuidador e psicólogo, para o serviço de acolhimento institucional para famílias e indivíduos, na modalidade de casa de passagem, com recursos próprios, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital
Vigência : Início: 10/08/2023 Término: 09/08/2024
Assinatura : 09/08/2023
Valor R\$: 312.000,00 (Trezentos e Doze Mil Reais)

Dotação : 296 - 15.001.2623.33390340100000000000.150070000001

Dotação : 296 - 15.001.2623.33390395300000000000.150070000001

Dotação : 442 - 15.001.2201.33390395300000000000.250070000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DARINE GRACIELE POTTRATZ

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 150/2022 - PMC

Publicação Nº 5089475

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F78AA14035BF8F95DDDD44570BB547162814DF0E

Contrato Nº : 150/2022
Aditivo Nº : 1TA Ctr 150/2022
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BRANET GESTAO DE LOGISTICA EM SAUDE LTDA
Licitação : Pregão Presencial 61/2022
Objeto : Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de logística de armazenamento e distribuição de materiais (material de higiene, limpeza, consumo, expediente, medicamentos e materiais médico odontológicos, gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros, etc.) e gestão de almoxarifado das Unidades Administrativas (Secretarias e Fundos) do Município de Concórdia
Vigência : Início: 16/08/2023 Término: 15/08/2024
Assinatura : 15/08/2023
Valor R\$: 1.344.253,92 (Um Milhão, Trezentos e Quarenta e Quatro Mil, Duzentos e Cinquenta e Três Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 20 - 04.001.2007.3339039990000000000.150070000001
Dotação : 68 - 06.004.2018.3339039990000000000.150010010000

Fiscal Técnico-Administrativo: CHARLES KOPSEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: KELLY FATIMA HOCH

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 157/2023 - PMC

Publicação Nº 5089442

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B681E9911842B49F6007B98DAB4A3D1CAFDDBEB0B

Contrato Nº : 157/2023

Aditivo Nº : 1TA Ctr 157/2023

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 11/2023

Objeto : contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica em regime de empreitada global (material e mão de obra), para aquisição e instalação de equipamentos e postes de iluminação para quadras no Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana e para execução de readequação de trecho da rede elétrica em diversas ruas/localidades, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.As readequações elétricas contemplarão as seguintes ruas/localidades:1. Trecho Contorno Norte;2. Rua Yanomanis;3. SC 461 próximo a Embrapa;4. Rua José Fabrício das Neves;5. Trevo Acesso à Linha de Rancho Grande;6. Estrada Primo Daniele Chiossi;7. Estrada Distrito de Tamanduá;8. Estrada Linha São Paulo;9. Rua Ângelo Ary Biezus.

Vigência : Início: 31/12/2023 Término: 30/01/2024

Assinatura : 21/08/2023

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: GELSON LONGO

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 28/2023 - FMS

Publicação Nº 5089834

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D20FCC56FB45BFBF8E76A348CD1383EED8A097A9

Contrato Nº : 28/2023

Aditivo Nº : 1TA Ctr 28/2023

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FERRARI ENGENHARIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2023

Objeto : contratação de empresa, pelo regime de empreitada por preço máximo unitário, para execução dos serviços de desenvolvimento de projetos de unidades de saúde no município, considerando desde a concepção arquitetônica do anteprojeto até o projeto executivo com detalhamentos, bem como todos os projetos complementares, planilhas orçamentárias e demais documentos necessários para encaminhamento destes projetos para licitação, com compatibilização em Tecnologia Building Information Modeling (BIM), de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital

Vigência : Início: 07/12/2023 Término: 25/02/2024

Assinatura : 22/08/2023

Fiscal Técnico: DANIELA STRINGHINI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 56/2022 - FMS

Publicação Nº 5089859

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E93F97D73B115DE29170F61CEB70A8175704CFCA

Contrato Nº : 56/2022

Aditivo Nº : 1TA Ctr 56/2022

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BRANET GESTAO DE LOGISTICA EM SAUDE LTDA

Licitação : Pregão Presencial 61/2022

Objeto : Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de logística de armazenamento e distribuição de materiais (material de higiene, limpeza, consumo, expediente, medicamentos e materiais médico odontológicos, gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros, etc.) e gestão de almoxarifado das Unidades Administrativas (Secretarias e Fundos) do Município de Concórdia

Vigência : Início: 16/08/2023 Término: 15/08/2024

Assinatura : 15/08/2023

Valor R\$: 517.020,72 (Quinhentos e Dezessete Mil, Vinte Reais e Setenta e Dois Centavos)

Dotação : 213 - 13.001.2101.333903999000000000.150010020000

Fiscal Técnico-Administrativo: CHARLES EDUARDO TIEMANN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: ANDERSON DANIEL MULLER

Fiscal Técnico-Administrativo: LUANA MARA LONGO AGOSTINI

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 61/2022 - FMS

Publicação N° 5089846

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A104B31E05FCB1A2B2BF51B1CDC9FB5D4D7892F5

Contrato N° : 61/2022

Aditivo N° : 1TA Ctr 61/2022

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : NIEDERAUER CLINICA DE OLHOS HOSPITAL DIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 25/2022

Objeto : Prestação de serviços de saúde aos pacientes externos do Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos do Edital de Credenciamento nº 4/2022.

Vigência : Início: 01/09/2023 Término: 31/08/2024

Assinatura : 23/08/2023

Valor R\$: 5.443,20 (Cinco Mil, Quatrocentos e Quarenta e Três Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 228 - 13.001.2103.33390395000000000000.160070000003

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDGAR DA CRUZ BISSONI

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 9/2022 - FMAS

Publicação N° 5089884

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D1B5BDF8CD636EAB4D9704C6C0E2BD58E27F9FE1

Contrato N° : 9/2022

Aditivo N° : 1TA Ctr 9/2022

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Contratada : BRANET GESTAO DE LOGISTICA EM SAUDE LTDA

Licitação : Pregão Presencial 61/2022

Objeto : Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de logística de armazenamento e distribuição de materiais (material de higiene, limpeza, consumo, expediente, medicamentos e materiais médico odontológicos, gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros, etc.) e gestão de almoxarifado das Unidades Administrativas (Secretarias e Fundos) do Município de Concórdia

Vigência : Início: 16/08/2023 Término: 15/08/2024

Assinatura : 15/08/2023

Valor R\$: 206.808,36 (Duzentos e Seis Mil, Oitocentos e Oito Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 276 - 15.001.2202.33390399900000000000.150070000001

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 26º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 248/2019 - PMC

Publicação Nº 5089375

Contrato Nº : 248/2019
Aditivo Nº : 26AP Ctr248/2019
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
Licitação : Pregão Presencial 132/2019
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de seguros, visando ao atendimento dos veículos, máquinas e motocicletas, da frota do Município de Concórdia, Fundos e Fundações, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 23/08/2023 Término: 13/10/2023
Assinatura : 23/08/2023
Valor R\$: 391,58 (trezentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos)

Dotação : 127 - 08.001.2031.33390396900000000000.175270060000
Dotação : 191 - 12.001.2043.33390396900000000000.150070000008

Fiscal Técnico-Administrativo: ADEMIR RAMOS CUCHI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 176/2022 - PMC

Publicação Nº 5089387

Contrato Nº : 176/2022
Aditivo Nº : 2AP Ctr176/2022
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SALETE KAPP & CIA LTDA
Licitação : Pregão Presencial 77/2022
Objeto : contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de manutenção das estruturas da Diretoria de Esportes, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 21/08/2023 Término: 14/11/2023
Assinatura : 21/08/2023
Valor R\$: 57.937,50 (cinquenta e sete mil, novecentos e trinta reais e cinquenta centavos)

Dotação : 315 - 30.001.2451.33390340100000000000.150070000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDILENE CONTE CHITOLINA

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 5/2021 - FMAS

Publicação Nº 5089894

Contrato Nº : 05/2021
Aditivo Nº : 2TA Ctr 5/2021
Tipo Aditivo : Outros
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA
Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI
Licitação : Pregão Presencial 4/2021
Objeto : Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de agente de alimentação/nutrição, e de limpeza em geral, para atuação no Centro de Convivência Frei Samuel Both, e cuidador 24 horas, para o Abrigo Lar Anjo Gabriel, para atendimento à criança M.A.L.C, em decorrência da determinação judicial nº 5001693-96.2021.8.24.0019/SC, com recursos federais, estaduais e próprios, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 17/08/2023 Término: 07/09/2023
Assinatura : 17/08/2023

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DENISE JUSTI LOPES

EXTRATO 35º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 51/2020 - PMC

Publicação Nº 5092540

Contrato Nº : 51/2020
Aditivo Nº : 35AP Ctr 51/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : AGENCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA
Licitação : Concorrência para Contratação de Serviços 5/2018
Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade ao Município de Concórdia, seus Fundos, Fundações e IPRECON.
Vigência : Início: 25/08/2023 Término: 01/03/2024
Assinatura : 25/08/2023
Valor R\$: 20.000,00 (vinte mil reais)

Dotação : 128 - 08.001.2031.3449039880000000000.150070000009

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDILA GRACIELI SOUZA

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 16/2022 - FMAS

Publicação Nº 5089896

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8C27F1015B29F1FD59D9B0AD9CF939317B51B41C

Contrato Nº : 16/2022
Aditivo Nº : 3TA Ctr 16/2022
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA
Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI
Licitação : Pregão Presencial 6/2022
Objeto : contratação de empresa para execução do serviço de acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade com fornecimento de casa completa, para atender 10 pessoas, e os profissionais de serviço social, psicologia, tradutor bilíngue espanhol e cuidador 24 horas, com recursos federais e para prestação de serviço de cuidador e psicólogo, para o serviço de acolhimento institucional para famílias e indivíduos, na modalidade de casa de passagem, com recursos próprios, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital
Vigência : Início: 19/08/2023 Término: 18/08/2024
Assinatura : 17/08/2023
Valor R\$: 671.640,00 (Seiscentos e Setenta e Um Mil e Seiscentos e Quarenta Reais)

Dotação : 268 - 15.001.2201.3339034010000000000.166070000008
Dotação : 268 - 15.001.2201.3339039530000000000.166070000008
Dotação : 443 - 15.001.2201.3339034010000000000.266070000008
Dotação : 443 - 15.001.2201.3339039530000000000.266070000008

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JULIANA LUPATO ZUCCHI

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 75/2023 - PMC

Publicação Nº 5089432

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2BF2083D9AD69032A912F77F35182B7673F9CE4F

Contrato Nº : 75/2023
Aditivo Nº : 3TA Ctr 75/2023
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ECO CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2023
Objeto : contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para execução de reforma na edificação do GEM Petrópolis, localizado neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 21/08/2023 Término: 20/10/2023
Assinatura : 21/08/2023

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Fiscal Técnico: LUIZA BEDIN

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 92/2022 - PMC

Publicação Nº 5089395

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 74E064F8038465FE98C70042906CCEF7E2A6C8C0

Contrato Nº : 92/2022

Aditivo Nº : 3TA Ctr 92/2022

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NORTON ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 7/2022

Objeto : Contratação de serviços especializados para elaboração de estudos e projetos, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital. Para os locais indicados abaixo: 1. Edificação da Escola Básica Municipal Nações, Bairro Nações; 2. Edificação da Escola Básica Municipal Waldemar Pfeiffer, Bairro Industriários; 3. Edificação do Centro Municipal de Educação Infantil Regina Piola, Bairro São Cristóvão; 4. Edificação do Centro Municipal de Educação Infantil Tamanduá, Distrito de Tamanduá; 5. Barragem, localizada no Bairro Parque de Exposições; 6. Pontes, vários locais do Município.

Vigência : Início: 08/10/2023 Término: 06/01/2024

Assinatura : 14/08/2023

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Fiscal Técnico: TAMYRA HACK

Fiscal Técnico: LUIZA BEDIN

EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 24/2023 - PMC

Publicação Nº 5089383

Contrato Nº : 24/2023

Aditivo Nº : 4AP Ctr 24/2023

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLECIANE MELANIA PASINATTO ME

Licitação : Pregão Eletrônico 45/2022

Objeto : Contratação de empresas, do ramo de transporte coletivo de passageiros, para prestação dos serviços de transporte dos alunos das redes municipal e estadual de ensino e, professores da rede municipal de ensino, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 21/08/2023 Término: 07/02/2024

Assinatura : 21/08/2023

Valor R\$: 18.423,75 (dezoito mil, quatrocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos)

Dotação : 54 - 06.002.2015.33390392600000000000.154070000000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DARCI ANTONIO BOIANI

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 3/2021 - FMS

Publicação Nº 5089844

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3FC8B3923BFB503D80123289A3005C877377CAD6

Contrato Nº : 3/2021

Aditivo Nº : 4TA Ctr 03/2021

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ARAUJO FLORICULTURA E SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

Licitação : Pregão Eletrônico 30/2020

Objeto : contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra capacitada, para a função de auxiliar de serviços gerais (limpeza e jardinagem), visando satisfazer as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e as Unidades de Estratégia de Saúde da Família do Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 15/08/2023 Término: 31/08/2023

Assinatura : 15/08/2023

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

EXTRATO 6º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 173/2021 - PMC

Publicação N° 5089391

Contrato N° : 173/2021
Aditivo N° : 6AP Ctr 173/2021
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 8/2021
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia, para execução de obra de duplicação da Rua Tancredo de Almeida Neves, no regime de empreitada por preço unitário, com recursos estaduais oriundos do Programa 2021010410, Proposta SIGEF 25145, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 22/08/2023 Término: 16/12/2024
Assinatura : 22/08/2023
Valor R\$: 1.693.590,06 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa reais e seis centavos)

Dotação : 364 - 34.001.1009.3449051980000000000.170170000000

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 7º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 42/2023 - PMC

Publicação N° 5089381

Contrato N° : 42/2023
Aditivo N° : 7AP Ctr 42/2023
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TRANSPORTES SIDE LA LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 45/2022
Objeto : Contratação de empresas, do ramo de transporte coletivo de passageiros, para prestação dos serviços de transporte dos alunos das redes municipal e estadual de ensino e, professores da rede municipal de ensino, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 21/08/2023 Término: 07/02/2024
Assinatura : 21/08/2023
Valor R\$: 25.400,00 (vinte e cinco mil e quatrocentos reais)

Dotação : 54 - 06.002.2015.3339039260000000000.154070000000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DARCI ANTONIO BOIANI

EXTRATO 8º TA CONTRATO N° 10/2019 - FMAS

Publicação N° 5089900

Contrato N° : 10/2019
Aditivo N° : 8TA Ctr 10/2019
Tipo Aditivo : Outros
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA
Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI
Licitação : Pregão Presencial 2/2019
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de psicologia, serviço social, agente de alimentação e nutrição e cuidador para adolescente com deficiência para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 17/08/2023 Término: 31/08/2023
Assinatura : 17/08/2023

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DENISE JUSTI LOPES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E3C87B2382E2006EEA43F76B5C37AE907DE10E24

EXTRATO DE CONTRATO Nº 269/2023 - PMC

Publicação Nº 5089623

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1FE68AEA3EC5B159A7DC7CB5DB4E76CC9177B4F4

Contrato Nº : 269/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : HYDRO SERVICOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 49/2023

Objeto : contratação de empresa especializada para a execução de lombadas e faixas de pedestres elevadas em Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ, com reenquadramento e limpeza, para atender as necessidades da Diretoria de Trânsito do Município de Concórdia, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 18/08/2023 Término: 17/08/2024

Assinatura : 16/08/2023

Valor R\$: 900.000,00 (Novecentos Mil Reais)

Dotação : 126 - 08.001.2031.3339030510000000000.150070000009

Dotação : 126 - 08.001.2031.3339039990000000000.150070000009

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: RUDIMAR VITTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 271/2023 - PMC

Publicação Nº 5089580

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A051D4DAACD69272D1221D76E2A5A74EA02CFFB6

Contrato Nº : 271/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ARAUJO FLORICULTURA E SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 77/2023

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza, higienização e organização, antes, durante e após a Expo Concórdia 2023, que será realizada de 01 a 10 de setembro de 2023, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 21/08/2023 Término: 30/09/2023

Assinatura : 18/08/2023

Valor R\$: 91.584,80 (Noventa e Um Mil, Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 373 - 34.001.2003.3339039780000000000.150070000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DENILSON LORENSETTI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 272/2023 - PMC

Publicação Nº 5089562

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0CDBFE6A1854D23C36BEC56FA059AED57AED2DF2

Contrato Nº : 272/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BI SONORIZACAO E EVENTOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 52/2023

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de operacionalização e fornecimento, mediante locação, de iluminação, sonorização, painéis de led e caminhão palco, visando à realização dos shows artísticos nacionais e demais atrações para a Expo Concórdia 2023, de 1º a 10 de setembro de 2023, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 23/08/2023 Término: 30/09/2023

Assinatura : 22/08/2023

Valor R\$: 50.800,00 (Cinquenta Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 373 - 34.001.2003.3339039230000000000.150070000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: EDILA GRACIELI SOUZA

Fiscal Técnico: EMERSON LUCIANO BIESEK

EXTRATO DE CONTRATO Nº 274/2023 - PMC

Publicação Nº 5089554

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E2ED37B64757FE2ECC4C22767A4FAFC5CFC0DD41

Contrato Nº : 274/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JAIR CARLOS MALTAURO

Licitação : Pregão Eletrônico 52/2023

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de operacionalização e fornecimento, mediante locação, de iluminação, sonorização, painéis de led e caminhão palco, visando à realização dos shows artísticos nacionais e demais atrações para a Expo Concórdia 2023, de 1º a 10 de setembro de 2023, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 23/08/2023 Término: 30/09/2023

Assinatura : 22/08/2023

Valor R\$: 134.500,00 (Cento e Trinta e Quatro Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 373 - 34.001.2003.33390392300000000000.150070000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: EDILA GRACIELI SOUZA

Fiscal Técnico: EMERSON LUCIANO BIESEK

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2023 - FMS

Publicação Nº 5089852

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 42DC1F338F455770C09008B45A81A6964916BF08

Contrato Nº : 66/2023

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : OFTALMOLOGIA PELLIZZARO LTDA

Licitação : Inexigibilidade 28/2023

Objeto : Contratação de prestadores de serviços de saúde para consultas especializadas, procedimentos e exames, nos termos do edital de Credenciamento 01/2023 - FMS

Vigência : Início: 22/08/2023 Término: 21/08/2024

Assinatura : 21/08/2023

Valor R\$: 528.012,00 (Quinhentos e Vinte e Oito Mil e Doze Reais)

Dotação : 228 - 13.001.2103.33390395000000000000.160070000003

Dotação : 399 - 13.001.2103.33390395000000000000.250010020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: EDGAR DA CRUZ BISSONI

Fiscal Técnico: FRANCIELE FERNANDES DA SILVA BERNARDI

LEI Nº 5.824, DE 22 AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092547

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.824, DE 22 AGOSTO DE 2023.

Institui o uso do Colar de Girassol, um instrumento de identificação das pessoas com deficiências não visíveis, síndromes e doenças crônicas, no Município de Concórdia e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o uso do colar de girassol como instrumento auxiliar de orientação para identificação de pessoas com deficiências não visíveis, síndromes e doenças raras.

Art. 2º Para os fins de aplicação desta Lei, considera-se:

I – Pessoa com deficiências não visíveis: aquela cuja deficiência não é identificada de maneira imediata, por não ser fisicamente evidente; Como autismo, doença de Chron, esclerose múltipla, auditiva ou de fala, TDAH, entre outras.

II – Doenças crônicas: As doenças crônicas são aquelas que apresentam início gradual, com duração longa ou incerta, que, em geral, apresentam múltiplas causas e cujo tratamento envolva mudanças de estilo de vida, em um processo de cuidado contínuo que, não tem cura; Como fibromialgia, Lúpus, Alzheimer, doenças neuropáticas entre outras.

III – Colar de girassol: faixa estreita de tecido ou material equivalente, na cor verde, estampada com desenhos de girassóis, podendo ter um crachá com informações úteis, a critério da secretaria competente contendo dados da pessoa com as deficiências não visíveis ou de seus responsáveis.

Art. 3º Entende-se por pessoas com deficiências não visíveis aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 4º O uso do colar de girassol é facultado aos indivíduos que tenham deficiências não visíveis e doenças crônicas, bem como a seus acompanhantes e atendentes pessoais.

Parágrafo único. O uso do colar de girassol não constitui fator condicionante para o gozo de direitos assegurados à pessoa com deficiência.

Art. 5º As repartições públicas, estabelecimentos privados e empresas concessionárias de serviços devem orientar seus funcionários e colaboradores quanto à identificação de pessoas com deficiências não visíveis e doenças crônicas, a partir do uso do colar de girassol, bem como aos procedimentos que possam ser adotados para atenuar as dificuldades destas pessoas.

Parágrafo único. Entende-se como estabelecimentos privados:

I – bancos;

II – farmácias;

III – restaurantes;

IV – bares;

V – lojas em geral;

VI – supermercados;

VII – similares, atendendo ao disposto no Art. 1.142 do Código Civil.

Art. 6º O Cordão de Girassol poderá personalizado e produzido, conforme modelo do Anexo I desta Lei.

Art. 7º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará, no que couber, o disposto nesta Lei, mediante decreto.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Administração

LEIDE MARA BENDER
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

Cordão de Girassol - Especificações

1. Material em poliéster acetinado na cor verde estampado com girassóis da cor amarela;
2. Medidas de 15mm ou 20mm de largura por 85cm de comprimento;
3. Acabamentos: Fixador mosquete e trava de segurança.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 491/2023

Publicação Nº 5089636

DECRETO Nº 491/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal e nos termos do edital de Processo Seletivo 02/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado, a partir do dia 24 de agosto de 2023, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, o servidor JACKSON AUGUSTO BORTOLOTTI, no cargo de Médico Clínico Geral, com 40 horas semanais.

Art. 2º O servidor se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 224/2022 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e n. 93/2023 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 24 de agosto de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 493/2023

Publicação Nº 5090543

DECRETO Nº 493/2023, de 24 DE AGOSTO DE 2023

“RETIFICA O DECRETO N. 483/2023, QUE DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDOR POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº 483/2023:

Onde se lê: Fica contratada, a partir do dia 22 de agosto de 2023, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Água e Saneamento Básico, a servidora ALINE DE MATTOS, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 horas semanais.

Leia-se: Fica contratada, a partir do dia 22 de agosto de 2023, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Água e Saneamento Básico, a servidora ANA PAULA PEDROSO, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 24 de agosto de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 237/2023

Publicação Nº 5090533

PORTARIA Nº 237/2023

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR MARAFON, Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas competências atribuídas pelo Decreto nº 297/2021 de 11 de agosto de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor municipal FERNANDO LOTHARIO BECKER, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 10/05/2022 a 09/05/2023 que serão gozadas a partir do dia 18/09/2023.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de agosto de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 24 de agosto de 2023.

RUDIMAR MARAFON

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 238/2023

Publicação Nº 5090679

PORTARIA Nº 238/2023

“DISPÕE SOBRE A RELOTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 35, § 1º, da Lei Complementar nº 018/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Relotar, a partir do dia 24 de agosto de 2023, de ofício, no interesse da Administração, a servidora TATIANE ROSMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 24 de agosto de 2023.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2023**

Publicação Nº 5091074

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 01/2023

Processo Seletivo nº 01/2023.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, órgão legislativo com inscrição no CNPJ sob o nº 11.200.336/0001-14, com sede à Avenida Fermino Tozzo, nº 73, Centro, CEP 89819-000, na cidade de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, presente neste ato por meio de sua presidente, LAURA MARIA TECCHIO, xxxxxx, xxxxxxxxxxxx, devidamente inscrita no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx e RG nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliada a xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx.

CONTRATADA: EMANUELE ENGELAGE, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, portadora da cédula de identidade nº xxxxxxxxxxxx, expedida em xxxxxxxxxxxx, inscrita no CPF sob nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, n xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas celebram, entre si, o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, regido pelo inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal de 1988, pelo art. 78 da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar nº 224, de 08 de setembro de 2022, mediante as cláusulas a seguir descritas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de CONTADOR (A) com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, em conformidade com o disposto no Edital de Processo Seletivo nº 01/2023, que faz parte integrante deste contrato.

1.2. A prestação de serviços será personalíssima e obedecerá ao previsto neste contrato, à Lei Orgânica Municipal e à Lei Complementar nº 224, de 08 de setembro de 2022, e às disposições do Processo Seletivo nº 01/2023.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O presente contrato tem a duração de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por uma única vez, por mais 60 (sessenta) dias, mediante despacho motivado e justificado da Presidente da Câmara Municipal, conforme o item 1.4 do Edital de Processo Seletivo nº 01/2023 e art. 6º da Lei Complementar nº 224, de 08 de setembro de 2022.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS REQUISITOS.

3.1. A contratação observará a Lei Complementar nº 224, de 08 de setembro de 2022, e dependerá da comprovação do preenchimento dos requisitos básicos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 18, de 04 de julho de 2001, e demais requisitos estabelecidos em edital e na lei.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

4.1. A parte contratada exercerá as seguintes atribuições:

- a) Planejar e conduzir plano e programa de análise sobre o funcionamento correto dos controles financeiros e contábeis, transações, normas, rotinas e procedimentos no sentido de salvaguardar os interesses, bens e recursos da Câmara Municipal.
- b) Corrigir a escrituração dos livros contábeis, atentando para transcrição correta dos dados contidos nos documentos originais, utilizando sistema manual e mecanizado, a fim de cumprir as exigências legais.
- c) Elaborar balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis, aplicar técnica apropriada, apresentar resultado parcial e total da situação patrimonial da Câmara.
- d) Efetuar conciliação de contas, detectar erros para assegurar a correção da operação contábil.
- e) Examinar o considerado, verificar documentos quanto à correção dos lançamentos;
- f) Organizar relatório contábil referente à situação global do órgão, transcrever dados estatísticos.
- g) Orientar, supervisionar e efetuar cálculo de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis e instalações, baseando-se por índices adequados a cada caso.
- h) Coordenar e participar da elaboração de programa contábil, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado.
- i) Assessorar os órgãos da Câmara em assuntos de sua competência.
- j) Emitir parecer sobre assunto de sua especialidade.
- k) Assessorar a Presidência a Mesa, as Comissões Permanentes e especiais, inclusive nas atividades de Controle externo.
- l) Desempenhar outras tarefas determinadas pelo Presidente e próprias do cargo.

4.2. A parte contratada deverá cumprir com zelo as atribuições mencionadas neste contrato, e a observar os mesmos deveres, proibições e responsabilidades e, no que couber, as disposições disciplinares aplicáveis aos servidores efetivos, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 224, de 08 de setembro de 2022.

5. CLÁUSULA QUINTA – REMUNERAÇÃO.

5.1. Em pagamento à prestação dos serviços descritos neste contrato, a parte contratante pagará à parte contratada, a remuneração mensal de R\$ 3.359,52 (três mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

6. CLÁUSULA SEXTA – REGIME JURÍDICO.

6.1. A presente contratação terá regime jurídico administrativo especial de que trata o art. 7º da Lei Complementar nº 224, de 08 de setembro de 2022.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – EXTINÇÃO CONTRATUAL.

7.1. O presente contrato se extinguirá nas hipóteses previstas no art. 15 da Lei Complementar nº 224, de 08 de setembro de 2022:

- a) pelo término do prazo contratual;
- b) por iniciativa do contratado, devendo ser comunicada com antecedência mínima de cinco dias úteis;
- c) imediatamente, quando o contratado incorrer em infração aos deveres e proibições previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município;
- d) imediatamente, pelo término da causa que originou a contratação temporária;
- e) a qualquer tempo, por iniciativa do órgão ou da entidade contratante, em razão de conveniência administrativa, sendo assegurado, nessa hipótese, o pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia com relação ao restante do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios, entrando em vigor na data de sua publicação.

9. CLÁUSULA NONA – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas provenientes deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Item	Projeto/ Atividade	Classificação funcional Programática	Categoria Econômica	Elemento da Despesa	Complemento do Elemento
1	2001	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	Despesas Correntes	3.1.90.00.0 0.00.00.00	11.01 – Vencimentos e Salários
2	2001	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	Despesas Correntes	3.1.90.00.0 0.00.00.00	11.43 – 13º Salário
3	2001	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	Despesas Correntes	3.1.90.00.0 0.00.00.00	11.45 – Férias Abono Constitucional

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS.

10.1. Fica eleito o foro da comarca de Chapecó – SC, para dirimir as questões provenientes deste contrato.

10.2. Os casos omissos deste contrato serão regidos pela legislação em vigor que for aplicável à matéria, em especial a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 224, de 08 de setembro de 2022.

10.3. E, por estarem de acordo, as partes supramencionadas assinam o presente contrato, em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Cordilheira Alta – SC, 23 de agosto de 20223.

EMANUELE ENGELAGE
Contratada

LAURA MARIA TECCHIO
Presidente da Câmara Municipal
Representante legal da Contratante

Testemunhas:
Patrícia Kunz Amaro
Antonio Mateus

Coronel Martins

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 19 2023 EXONERA SERVIDORA

Publicação Nº 5090946

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 25 DE AGOSTO DE 2023.

Exonera Servidora da Câmara de Vereadores de Coronel Martins - SC.

ROSA MARIA CAMARGO, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 01 de setembro do presente ano a Servidora LORENIL RODRIGUES, para o Cargo de Diretor de Departamento da Câmara Municipal, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, enquadrado na Estrutura Administrativa pelo Cargo de Provimento em Comissão – CPC – anexo I, VM 06, da Resolução n. 002/2011.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins - SC, em 25 de agosto de 2023.

Rosa Maria Camargo
Vereadora Presidente

DECRETO LEGISLATIVO 20 2023 NOMEIA COMISSÕES PERMANENTES 2023 2024

Publicação Nº 5090959

DECRETO LEGISLATIVO Nº 020/2023, DE 25/08/2023.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR AS COMISSÕES PERMANENTES CONFORME DISPOSIÇÃO NO CAPÍTULO II SEÇÃO I DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL MARTINS-SC.

ROSA MARIA CAMARGO, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e pela Lei Orgânica Municipal, e pelo regimento interno especialmente nos artigos 46 e 47, em atenção ao disposto nas normas supralegais, em especial à Resolução da Assembleia da República n.º 59/2022 e considerando que constou de maneira equivocada a denominação dos membros que compõe as comissões no Decreto Legislativo nº 003/2023, resolve ratificar e decretar o seguinte:

DECRETAR:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para compor as comissões permanentes no período de fevereiro de 2023 à dezembro de 2024, conforme disposição no Art 47 do regimento interno, assim relacionado:

I – COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

PRESIDENTE: VALDECIR DE SOUZA

1º VICE-PRESIDENTE: ARLENIO CECATTO

2º VICE-PRESIDENTE: LUIZ CARLOS SAVI

II – COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS.

PRESIDENTE: ARLENIO CECATTO

1º VICE-PRESIDENTE: VALDECIR DE SOUZA

2º VICE-PRESIDENTE: ELPIDIO SANTETTI

III – COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PUBLICOS, AGRICULTURA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL:

PRESIDENTE: ANGELO RIBEIRO DOS SANTOS

1º VICE-PRESIDENTE: GIOVANI BOTTEGA

2º VICE-PRESIDENTE: EDI MARCOS SMANIOTTO

IV – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRESIDENTE: EDI MARCOS SMANIOTTO

1º VICE-PRESIDENTE: ARLENIO CECATTO

2º VICE-PRESIDENTE: LUIZ CARLOS SAVI

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Martins SC em, 25 de agosto de 2023.

Rosa Maria Camargo
Presidente

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 8.959/2023

Publicação Nº 5089499

PORTARIA Nº 8.959/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2023

CLAÚDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2023, a senhora JOSIMARA DE OLIVEIRA PEDRELLI, matrícula funcional nº 15535-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Setor, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, cujo o objeto deste Contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR VISANDO A AQUISIÇÃO DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS PELO SISTEMA DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, nas quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAÚDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

CÉSAR ANTÔNIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 8.960/2023

Publicação Nº 5090190

PORTARIA Nº 8.960/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO CONTRATO Nº 040/2023 HANSA TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

CLAUDIO FINTA Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato 040/2023, a senhora SIMONE GAUDETTE, matricula funcional nº 10478-9, ocupante do cargo de Chefe de divisão da merenda escolar e suprimentos, conforme decreto nº2141/2021, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cujo objeto consiste na aquisição estimada de 473.120 (quatrocentos e setenta e três mil, cento e vinte) passes escolares, para atendimento da demanda de estudantes do Município, das escolas municipais e estaduais, referente a estimativa de 96 (noventa e seis) dias letivos restantes no ano de 2023, sendo que os passes somente podem ser adquiridos da empresa HANSA TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, visto que esta empresa tem a Concessão para Operação do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, inclusive escolar no Município de Corupá/SC conforme Contrato 028/2010.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE CORUPÁ

CLARICE JUDACEFSKY
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTERINA

PORTARIA Nº 8.961/2023

Publicação Nº 5090193

PORTARIA Nº 8.961/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 041/2023.

CLAÚDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do CONTRATO Nº 041/2023, a senhora PAMELA NAYARA ANACLETO, matrícula funcional nº 15951-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Setor, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, cujo o objeto deste Contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MODALIDADE AMBULATORIAL - GRUPO 03 – PROCEDIMENTOS CLÍNICOS: SUB GRUPO 01 – CONSULTAS / ATENDIMENTOS / ACOMPANHAMENTOS E SUB GRUPO 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, DE CONSULTA, TERAPIA FONOAUDIOLÓGICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, INTERESSADAS EM PARTICIPAR, DE FORMA COMPLEMENTAR, DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAÚDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

CÉSAR ANTÔNIO RABOCK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 8.962/2023

Publicação Nº 5090746

PORTARIA Nº 8.962/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 077/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 077/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA JOÃO BANKHARDT, VINCULADA AO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA "NOSSA RUA", DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.473/2021, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSOS, COM RECURSOS DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA Nº SCC 00006986/2022 E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.963/2023

Publicação Nº 5090758

PORTARIA Nº 8.963/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 022/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 022/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste na PAVIMENTAÇÃO DA RUA ELSE GABLER, VINCULADA AO PROGRAMA NOSSA RUA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROCESSO SOB Nº SCC 00022592/2021 DE ACORDO COM A PORTARIA Nº535/2021 SEF E PORTARIA Nº321/2021.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.964/2023

Publicação Nº 5090769

PORTARIA Nº 8.964/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 028/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 028/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste na PAVIMENTAÇÃO DA RUA PEDRA DE AMOLAR, VINCULADA AO PROGRAMA NOSSA RUA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROCESSO SOB Nº SCC 00020200/2021 DE ACORDO COM A PORTARIA Nº444/SEF DE 2021 E RECURSOS DE EMENDAS PARLAMENTARES FEDERAL Nº202139290005, 202139530003 E 202139800001.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.965/2023

Publicação Nº 5090777

PORTARIA Nº 8.965/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 063/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 063/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL RECAPE DA RUA - 20 ANO BOM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTA PROCESSO,

COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO CONVÊNIO SOB Nº 2022TR000611 E CONTRAPARTIDA MUNICIPAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.966/2023

Publicação Nº 5090786

PORTARIA Nº 8.966/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 030/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 030/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste NA PAVIMENTAÇÃO DA RUA OTTO HILBRECHT, VINCULADA AO PROGRAMA NOSSA RUA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROCESSO SOB Nº SCC 00023521/2021 DE ACORDO COM A PORTARIA SEF Nº535/2021.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.967/2023

Publicação Nº 5090818

PORTARIA Nº 8.967/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 018/2023.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 018/2023, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste na EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL A PAVIMENTAÇÃO DA RUA PADRE VICENTE SCHMITZ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSOS, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROCESSO (SGPE) SOB Nº SCC17523/2022 DE ACORDO COM A PORTARIA SEF Nº 508/2022 E CONTRA-PARTIDA MUNICIPAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.968/2023

Publicação Nº 5090822

PORTARIA Nº 8.968/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 117/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 117/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste na PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA RUA CARLOS RUTZEN, VINCULADA AO PROGRAMA NOSSA RUA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS, POR EMPREITADA GLOBAL, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DE, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROCESSO SOB Nº SCC 00004156/2022 SEF DE ACORDO COM A PORTARIA SEF Nº 254/2022 E PORTARIA Nº 321/2021.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.969/2023

Publicação Nº 5090837

PORTARIA Nº 8.969/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 050/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 050/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA GUILHERME MELCHERT, VINCULADA AO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA "NOSSA RUA", DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.473/2021, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO FEDERAL Nº887901/2019 E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.970/2023

Publicação Nº 5090841

PORTARIA Nº 8.970/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 076/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 076/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste NA PAVIMENTAÇÃO COM DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NO ACESSO AO SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS NA RUA PE. GABRIEL LUX 2º ETAPA, ESTANDO A EXECUÇÃO DAS CALÇADAS VINCULADA AO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA "NOSSA RUA" DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº2.473/2021, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PORTARIA SEF 189/2022, PROCESSO SOB NºSCC00003686/2022 E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.971/2023

Publicação Nº 5090850

PORTARIA Nº 8.971/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 017/2023.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 017/2023, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste na EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL DA PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA ROTA DAS CACHOEIRAS, VINCULADA AO PROGRAMA NOSSA RUA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO CONVÊNIO 2022TR002163, PROCESSO SGPE SOB Nº SEF 5366/2022 E CONTRAPARTIDA MUNICIPAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.972/2023

Publicação Nº 5090944

PORTARIA Nº 8.972/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº027/2021.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato nº 027/2021, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cujo o objeto do contrato visa a EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA VICTOR SCHUTZE, VINCULADA AO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA "NOSSA RUA", DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.473/2021, COM RECURSOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37/2019 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL, Conforme Projetos, Memorial Descritivo e demais anexos deste contrato.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.973/2023

Publicação Nº 5090963

PORTARIA Nº 8.973/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 025/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII

do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 025/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste na PAVIMENTAÇÃO DA RUA WALDEMAR WERNER, VINCULADA AO PROGRAMA NOSSA RUA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROCESSO SOB Nº SCC 00020200/2021 DE ACORDO COM A PORTARIA Nº444/2021 SEF, EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº1999/2021.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.974/2023

Publicação Nº 5090967

PORTARIA Nº 8.974/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 079/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 079/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA ESTRADA FELIPE SCHMIDT, VINCULADA AO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA "NOSSA RUA", DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.473/2021, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTA PROCESSO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 907848/2020 E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.975/2023

Publicação Nº 5090974

PORTARIA Nº 8.975/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 009/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 009/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A PAVIMENTAÇÃO DA RUA PADRE ANSELMO SCHMITTER E EXECUÇÃO DE CALÇADA, VINCULADA AO PROGRAMA NOSSA RUA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROCESSO SOB Nº SCC 00017181/2021 DE ACORDO COM A PORTARIA SEF Nº415/2021 E PORTARIA Nº321/2021.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.976/2023

Publicação Nº 5090983

PORTARIA Nº 8.976/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 010/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 010/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A PAVIMENTAÇÃO DA RUA LINO WEIDNER, VINCULADA AO PROGRAMA NOSSA RUA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROCESSO SOB Nº SCC 00017181/2021 DE ACORDO COM A PORTARIA SEF Nº415/2021 E PORTARIA Nº321/2021.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 8.977/2023

Publicação Nº 5090990

PORTARIA Nº 8.977/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 027/2022.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 027/2022, o senhor Guilherme Germano Berner, matrícula funcional nº 15526-2, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, cujo objeto do contrato consiste NA PAVIMENTAÇÃO DA RUA FRANCISCO MEES- TRECHO 01 + MIRANTE E TRECHO 02, VINCULADA AO PROGRAMA NOS-SA RUA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS, COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROCESSO SOB Nº SCC 00017238/2021 DE ACORDO COM A PORTARIA Nº415/2021 SEF E PORTARIA Nº321/2021.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº038/2023

Publicação Nº 5091532

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9DCCD0BBDAB260B5D112E81BC32031124F4DD0A1

**MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2023
PREGÃO PRESENCIAL nº 038/2023
REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE UNIFORME PARA USO DAS MERENDEIRAS DA REDE DE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 15h do dia 25/08/2023 até 8h30min (oito horas e trinta minutos) do dia 06 de setembro de 2023.

**INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:
09h (nove horas) do dia 06 de setembro de 2023.**

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

**Atenção: NOVO ENDEREÇO para a entrega das propostas e realização da Sessão:
Rua Francisco Mees, n.º 1915, Bairro XV de Novembro, Corupá/SC CEP 89278-000.**

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO
LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de
Corupá – Rua Francisco Mees, n.º 1915, Bairro XV de Novembro, Corupá/SC CEP 89278-000 e também no site <https://corupa.atende.net/>**

HORARIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min - Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 24 de agosto de 2023

**CLAUDIO FINTA
Prefeito Municipal
Registrado com a chave
9DCCD0BBDAB260B5D112E81BC32031124F4DD0A1**

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2023

Publicação Nº 5090381



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Rua Francisco Mees, n.º 1915 - Bairro XV de Novembro

Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br**SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO 024/2023 - REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S-10 E S-500 PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, COM CESSÃO DE TANQUE, BOMBA E FILTRO EM REGIME DE COMODATO, conforme especificações do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.**

O **MUNICÍPIO DE CORUPÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede administrativa na Rua Francisco Mees, n.º 1915 - Bairro XV de Novembro, na Cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000, neste ato representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL**, o Sr. **CLAUDIO FINTA**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, estabelecida na Rua Marcionilo Dos Santos, nº 1426, Bairro Corticeira, município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Senhor **ROLF BAYERL**, inscrito no CPF sob o nº 311.413.829-20, portador da Carteira de Identidade nº 605.585 SSP/SC, doravante denominado de **CONTRATADA**, aditam com base na Lei 8.666/93 à referenciada **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2023, PREGÃO PRESENCIAL nº. 015/2023, PROCESSO LICITATÓRIO nº. 049/2023**, com as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste no valor da Ata de Registro de Preços nº 024/2023, em função do constante realinhamento de preço do valor do Óleo Diesel e seus derivados tanto para mais como para menos, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços em função deste não ser previsível no momento da contratação. O reajuste constante desta Cláusula **corresponde no aumento dos preços verificados** nas notas fiscais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Conforme disposto na Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços original e conforme o aumento nos preços verificados nas notas fiscais de compra do fornecedor, reajusta-se o valor dos seguintes itens:

Item	Produto	Unidade	Marca	Valor Final Vendido (ATA) Errata	1º Termo Aditivo	2º Termo Aditivo	% Aumento
1	ÓLEO DIESEL S-500	LITROS	PETROBRAS	R\$ 5,3760	R\$ 4,846	R\$ 5,709	17,63%
2	ÓLEO DIESEL S-10	LITROS	PETROBRAS	R\$ 5,4640	R\$ 4,912	R\$ 5,772	17,51%

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata de registro de preços que originou este aditivo.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os efeitos jurídicos e

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2023

1



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Rua Francisco Mees, n.º 1915 - Bairro XV de Novembro

Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br

legais pertinentes, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Corupá (SC), 24 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA
ROLF BAYERL

TESTEMUNHAS:

WILSON JEAN GESSNER
CPF: 866.631.869-49

ADEMAR POSSAMAI
CPF: 311.205.479-20

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2023

2

Cunhataí

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2021

Publicação Nº 5090765

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2021 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA OESTECOM SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 24 dias do mês de agosto de dois mil e vinte três, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa OESTECOM SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, doravante designada como CONTRATADA, , pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 683, Centro, na cidade de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob nº 06.025.299/0001-15, neste ato, representada pelo Sr. Juliano Delazzeri Ramos, residente e domiciliado na Rua Bom Senso, nº 98-E, Bairro São Cristóvão, na cidade de Chapecó/SC, portador do documento de identidade nº 4.453.685 e inscrito no CPF sob nº 029.798.499-36, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 19/2021 que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para locação de sistema de vídeo monitoramento através de câmeras de vigilância em imóveis e vias públicas do Município de Cunhataí –SC, conforme Processo de Licitação nº 33/2021, modalidade de Pregão Presencial nº 22/2021.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 19/2021 para o exercício de 2023/2024, digo, de 01 de setembro de 2023 a 31 de agosto de 2024, conforme prevê a “Cláusula Sétima – Da vigência” e de acordo com os termos constantes na Lei Federal nº 8.666/93, art. 57 1º e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 3,52% o valor contratual, conforme acordo prévio das partes, passando a aumentar R\$ 147,54 totalizando valor total mensal em R\$ 4.330,20 conforme prevê Contrato Administrativo nº 19/2017 para o exercício de 2022, exposto na “Cláusula Sexta – Do critério de Reajuste”.

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02(duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes. Cunhataí/SC, em 24 de agosto de 2023.

PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ
Luciano Franz
CONTRATANTE

OESTECOM SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA
Juliano Delazzeri Ramos
CONTRATADO

CÂMARA MUNICIPAL

CONCURSO 001/2023 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 5089712

Fundação
FAFIPA

CÂMARA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ - SC

CONCURSO PÚBLICO - 001/2023

ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76 | AVENIDA PARANÁ, 794 - PARANAÍ|PR



ANEXO III DO EDITAL N.º 05.001/2023 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES (AC)

5087 - CONTROLADOR INTERNO		
INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0038779	ADRIANE REMPEL	Ampla Concorrência
0038769	ANDRIELI PERSCH	Ampla Concorrência
0038794	AUGUSTO DIEL MARSHALL	Ampla Concorrência
0038788	BELONI GALVÃO FASSBINDER	Ampla Concorrência
0038784	BRUNA CAROLINA HOEHN	Ampla Concorrência
0038762	CRISTIANE CAVICHIOLI ROSSET	Ampla Concorrência
0038793	EDUARDO GARCIA FORNECK	Ampla Concorrência
0038771	EMILI KAROLAINI MACEDO GRACI	Ampla Concorrência
0038797	FABIANE RAQUEL WERLANG	Ampla Concorrência
0038786	FERNANDO CRISTYAN HANAUER	Ampla Concorrência
0038790	FRANCIELI APARECIDA MEZZOMO	Ampla Concorrência
0038792	GRACIELI COSTA DE OLIVEIRA	PcD - Pessoa com Deficiência
0038773	JEFERSON GENEVRO	Ampla Concorrência
0038780	JODELMA COSTA GONCALVES	Ampla Concorrência
0038798	KAUANE ELUIZA LAUX	Ampla Concorrência
0038781	LEOMIRO RAFAEL HOSS	Ampla Concorrência
0038772	MAIARA MUNZLINGER	Ampla Concorrência
0038791	MÁRCIA INÊS JANK	Ampla Concorrência
0038795	MARCIA REJANE MARKENDORF	Ampla Concorrência
0038767	MAURO DO CARMO	Ampla Concorrência
0038789	RENAN GOTZ	Ampla Concorrência
0038763	ROSELY PINTO VIANA	Ampla Concorrência
0038760	ROSEMAR SCHMELING	Ampla Concorrência
0038768	TAINARA CRISTINE WILD	Ampla Concorrência
0038782	TIAGO KLEIN LAND	Ampla Concorrência
0038766	YASMIN DE MEDEIROS BARBOSA	Ampla Concorrência

Curitibanos

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2023

Publicação Nº 5091269

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 86B99109207A95CB34A12E94D37A942C7809FA81
REPUBLICAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2023

Tipo de Licitação: Menor Preço por Lote

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, torna público, para quem interessar possa, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, do tipo Menor Preço por Lote o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal 5338/2020 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas respectivas alterações e legislação aplicável, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 426/2020, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RELÓGIOS PONTOS E BATERIA NOBREAK UTILIZADAS NOS RELÓGIOS PONTO PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIAS, BATERIA COMPATÍVEL COM RÁDIO HT PARA UTILIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, E PEÇAS PARA PROJETORES INTERATIVOS EPSON BRIGHTLINK 710 UI JUNTAMENTE COM A MÃO DE OBRA PARA CONserto PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL. Sendo que a proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 06/09/2023

HORÁRIO LIMITE: até 13h15 min.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 06/09/2023

HORÁRIO: às 13h16 min.

Curitibanos, 07 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 112/2023

Publicação Nº 5092374

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2CC0BDC25742BBC505153491CF8D7F451B321BE5

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 112/2023

TERMO ADITIVO Nº 1 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 112/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA – ME, REFERENTE A O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 220/2022.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 112/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência contratual será até 29/02/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O Município pagará à CONTRATADA pela adição do serviço objeto deste contrato, a importância total de R\$ 33.800,00 (trinta e três mil e oitocentos reais) conforme autorização de Fornecimento nº 2466/2023

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 24 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 24 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 1 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 333/2022

Publicação Nº 5092372

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 52085F1FD01EC5BBE05CCC9E4876A205E3BE1875

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 333/2022

TERMO ADITIVO Nº 1 REFERENTE AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 333/2022 QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E MOACIR FURTADO DE OLIVEIRA BORRACHARIA, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 143/2022.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 333/2022 alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO PARA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E OBRAS, QUANTIDADE REFERENTE A UM ANO, CONFORME ANEXO I E TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original até **21/12/2023**, o aditivo de prazo se faz necessário tendo em vista que há saldo nas solicitações de fornecimento, conforme justificativa da secretaria em anexo.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 23 de agosto de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

MOACIR FURTADO DE OLIVEIRA BORRACHARIA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 23 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 1 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 337/2022

Publicação Nº 5092373

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C82D59B160AE5BE71F2ADB2BDE55C84F21A6C29B

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 337/2022

TERMO ADITIVO Nº 1 REFERENTE AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 337/2023 QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E MOACIR FURTADO DE OLIVEIRA BORRACHARIA, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 143/2022.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 337/2022 alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO PARA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E OBRAS, QUANTIDADE REFERENTE A UM ANO, CONFORME ANEXO I E TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original até **21/12/2023**, o aditivo de prazo se faz necessário tendo em vista que há saldo nas solicitações de fornecimento, conforme justificativa da secretaria em anexo.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 23 de agosto de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

MOACIR FURTADO DE OLIVEIRA BORRACHARIA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 23 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 5 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 60/2022

Publicação Nº 5092331

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 306A288ECDC3260DCBCD703644048DB1ABF74B03

TERMO ADITIVO Nº 5 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 60/2022

TERMO ADITIVO Nº 5 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 60/2022 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS E LOGIC PISOS E ENGENHARIA EIRELI, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2022.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 60/2022, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADA NOS CEIS NEIDE ARIOTI, IR IRENE, SANTO ANTONIO E ALFREDO LENSER. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até 17/10/2023, a solicitação se faz necessária pois uma das calçadas licitadas está aguardando a finalização da obra do C.E.I Santo Antônio, para ser executada, conforme documento da fiscalização em anexo.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 24 de agosto de 2023.

Ismael Antonello Pereira
Presidente do Fundo

LOGIC PISOS E ENGENHARIA EIRELI
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 24 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ATA DA SESSAO PE 16.2023

Publicação Nº 5091828

ATA FINAL

Prefeitura Municipal de Curitibaanos
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Eletrônico - 16/2023

Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
08/08/2023 14:11	14/08/2023 08:00	21/08/2023 23:59	24/08/2023 13:15	24/08/2023 13:16

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001	SERVIÇO DE PLOTAGEM VEICULAR, IMPRESSÃO UV E REMOÇÃO DE ADESIVOS EXISTENTES, SEGUINDO AS NORMAS DO MOB SUAS	133,33	12	M²	Adjudicado

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
08/08/2023 - 13:27	Termo de referência PE 16.2023.pdf
08/08/2023 - 13:27	ANEXO 1 PE 16 2023.pdf
08/08/2023 - 13:27	editai_16_2023.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
24/08/2023 - 13:33	Negociação aberta para o processo 16/2023	Você recebeu um novo pedido de negociação no item 1 do processo 16/2023. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Valor de Referência	Quantidade	Valor Total
0001	SERVIÇO DE PLOTAGEM VEICULAR, IMPRESSÃO UV E REMOÇÃO DE ADESIVOS EXISTENTES, SEGUINDO AS NORMAS DO MOB SUAS	49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	SERVIÇO DE PLOTAGEM VEICULAR, IMPRESSÃO	PROPRIA/ STARGLOSS	126,00	12	1.512,00

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de Conhecimento do Edital	Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
Declaração de Inexistência de Impeditivos	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de Não-Emprego de Menores	Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Declaração de Veracidade	Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

Página 1 de 3



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br>
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 24/08/2023 às 16:41:35.
Código verificador: 63B687



0001 - SERVIÇO DE PLOTAGEM VEICULAR, IMPRESSÃO UV E REMOÇÃO DE ADESIVOS EXISTENTES, SEGUINDO AS NORMAS DO MOB SUAS

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Santos e Viegas Com e serv de acessórios automotivos LTDA ME	20.267.315/0001-07	14/08/2023 - 10:16:51	Impressão Uv	Própria	12	R\$ 133,33	R\$ 1.599,96	Sim
49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	49.605.859/0001-13	24/08/2023 - 08:39:29	SERVIÇO DE PLOTAGEM VEICULAR, IMPRESSÃO	PRÓPRIA/ STARGLOSS	12	R\$ 133,33	R\$ 1.599,96	Sim

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
Santos e Viegas Com e serv de acessórios automotivos LTDA ME	20.267.315/0001-07	60 dias
49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	49.605.859/0001-13	60 dias

Lances Enviados

0001 - SERVIÇO DE PLOTAGEM VEICULAR, IMPRESSÃO UV E REMOÇÃO DE ADESIVOS EXISTENTES, SEGUINDO AS NORMAS DO MOB SUAS

Data	Valor	CNPJ	Situação
14/08/2023 - 10:16:51	133,33 (proposta)	20.267.315/0001-07 - Santos e Viegas Com e serv de acessórios automotivos LTDA ME	Válido
24/08/2023 - 08:39:29	133,33 (proposta)	49.605.859/0001-13 - 49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	Válido
24/08/2023 - 13:22:45	131,99	20.267.315/0001-07 - Santos e Viegas Com e serv de acessórios automotivos LTDA ME	Válido
24/08/2023 - 13:26:19	130,00	49.605.859/0001-13 - 49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	Válido
24/08/2023 - 13:26:58	128,70	20.267.315/0001-07 - Santos e Viegas Com e serv de acessórios automotivos LTDA ME	Válido
24/08/2023 - 13:27:58	126,00	49.605.859/0001-13 - 49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	Válido

Documentos dos Fornecedores

Fornecedor	Data/Hora	Enviado por	Número	Órgão de Expedição	Data de Expedição	Dt. de Validade	Arquivo
49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	24/08/2023 - 08:25	MARIANA APARECIDA MANERICH	4960585900011	RFB	23/08/2023	-	CNPJ
49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	24/08/2023 - 08:26	MARIANA APARECIDA MANERICH	767000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA SC	23/08/2023	-	Certidão Negativa de Falência ou Concordata
49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	24/08/2023 - 08:26	MARIANA APARECIDA MANERICH	2301402386481	SEF	23/08/2023	19/02/2024	Certidão Negativa de Débitos Estaduais
49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	24/08/2023 - 08:27	MARIANA APARECIDA MANERICH	2023082200314	SEF	23/08/2023	19/08/2023	Certificado de Regularidade junto ao FGTS
49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	24/08/2023 - 08:29	MARIANA APARECIDA MANERICH	43048850/2023	JUSTIÇA DO TRABALHO	23/08/2023	19/02/2024	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	24/08/2023 - 08:29	MARIANA APARECIDA MANERICH	-	-	23/08/2023	-	Contrato Social
49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	24/08/2023 - 08:30	MARIANA APARECIDA MANERICH	-	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	23/08/2023	22/10/2023	Certidão Negativa de Débitos Municipais
49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	24/08/2023 - 08:31	MARIANA APARECIDA MANERICH	-	RFB	23/08/2023	19/02/2024	Certidão Negativa de Dívida Ativa da União

Página 2 de 3



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br>
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 24/08/2023 às 16:41:35.
Código verificador: 63B687



49.605.859 MARIANA
APARECIDA MANERICH24/08/2023 - 08:32 MARIANA APARECIDA
MANERICH[Documentos
Adicionais](#)

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
24/08/2023 - 16:31	--	--

Chat

Data	Apelido	Frase
24/08/2023 - 13:18:58	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
24/08/2023 - 13:19:22	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
24/08/2023 - 13:19:22	Sistema	Conforme Art. 32 do Decreto 10.024/2019, de que trata o inciso I do caput do art. 31. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
24/08/2023 - 13:19:22	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de 1,00 %. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
24/08/2023 - 13:19:22	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
24/08/2023 - 13:19:27	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
24/08/2023 - 13:19:27	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
24/08/2023 - 13:29:59	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
24/08/2023 - 13:33:23	Sistema	O item 0001 teve como arrematante 49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH - ME com lance de R\$ 126,00.
24/08/2023 - 13:33:23	Sistema	Iniciada a fase de negociação conforme decreto 10.024/2019, art. 38.
24/08/2023 - 13:34:26	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 24/08/2023 às 15:34.
24/08/2023 - 13:45:39	F. 49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH	Negociação Item 0001: SEM CONDIÇÕES DE MELHORAR NOSSA PROPOSTA
24/08/2023 - 13:45:50	Sistema	O fornecedor 49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH enviou uma nova proposta readequada para o item 0001.
24/08/2023 - 16:00:58	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor 49.605.859 MARIANA APARECIDA MANERICH.
24/08/2023 - 16:01:04	Sistema	A data limite de intenção de recursos foi definida pelo pregoeiro para 24/08/2023 às 16:31.
24/08/2023 - 16:40:50	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
24/08/2023 - 16:41:27	Sistema	O item 0001 foi adjudicado por MARILISE FRANÇA DA ROCHA.

MARILISE FRANÇA DA ROCHA

Pregoeiro

Natalia Heusser

Apoio

SILVIA MARIA DE OLIVEIRA CORREA

Apoio

Página 3 de 3



A autenticidade do documento pode ser verificada no site <https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br>
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 24/08/2023 às 16:41:35.
Código verificador: 63B687



TERMO DE CONTRATO Nº 114/2023 (SEQ. 10170)

Publicação Nº 5092358

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F19DA275B5EF94A7E71E38604AF11FEF38F2900A

TERMO DE CONTRATO Nº 114/2023**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURITIBANOS E AUTO MECANICA LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Roque Stanguerlin, doravante denominado de FUNDO e de outro lado, AUTO MECANICA LTDA com sede na cidade de Curitiba - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 83.750.703/0001-64 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 147/2023, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA LAVAÇÃO DE PEÇAS E MAQUINÁRIOS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE ARAME SÓLIDO COBREADO DESTINADO À SOLDAGEM DE AÇO CARBONO NO PROCESSO MIG/MAG PARA USO NA OFICINA DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, E SABONETE LÍQUIDO PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do objeto é em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da solicitação de fornecimento. A vigência de 1 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

15 06.001.10.301.8.2028.3.3.90.30.22.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **147/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), após a entrega dos materiais e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 147/2023.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei,

particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

- I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;
- II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1- Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3- Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;
- III. por via judicial, nos termos da legislação.
- IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **147/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 24 de agosto de 2023

Roque Stanguerlin
Presidente do Fundo

AUTO MECANICA LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 24 de agosto de 2023

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 324/2023 (SEQ. 16377)

Publicação Nº 5092367

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 238405647490A11A82A5635C7FF76CF298200311

TERMO DE CONTRATO Nº 324/2023**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AUTO MECANICA LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, AUTO MECANICA LTDA com sede na cidade de Curitiba - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 83.750.703/0001-64 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 147/2023, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA LAVAÇÃO DE PEÇAS E MAQUINÁRIOS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE ARAME SÓLIDO COBREADO DESTINADO À SOLDAGEM DE AÇO CARBONO NO PROCESSO MIG/MAG PARA USO NA OFICINA DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, E SABONETE LÍQUIDO PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do objeto é em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da solicitação de fornecimento. A vigência de 1 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

77 02.005.15.452.18.2061.3.3.90.30.22.00.00.00

77 02.005.15.452.18.2061.3.3.90.30.39.00.00.00

73 02.005.15.452.18.1018.4.4.90.52.38.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **147/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 26.265,00 (vinte e seis mil duzentos e sessenta e cinco reais), após a entrega dos materiais e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 147/2023.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

- I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;
- II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1- Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3- Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;
- III. por via judicial, nos termos da legislação.
- IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **147/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste

CONTRATO, com renuncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitibanos, 24 de agosto de 2023

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

AUTO MECANICA LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 24 de agosto de 2023

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 325/2023 (SEQ. 16382)

Publicação Nº 5092368

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6A598AE2D4E5875ECF7E5CDC0507A613CF53F909

TERMO DE CONTRATO Nº 325/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E MAICO PEREIRA DA ROCHA.

Pelo presente instrumento particular de compra e venda e prestação de serviços que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, MAICO PEREIRA DA ROCHA, com sede em CURITIBANOS/SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 22.360.809/0001-67 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 57/2023, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MANGUEIRAS, TERMINAIS PENSADOS E SERVIÇO DE TORNO PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E OBRAS DO MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO para prestação dos serviços de torno será de 24 (vinte e quatro) HORAS, contados a partir da solicitação do serviço. A vigência é de 01 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

77 - 02.005.15.452.18.2061.3.3.90.003.3.90.39.19.00.00.00

81 - 02.005.26.782.28.2072.3.3.90.003.3.90.39.19.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº 57/2023 conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 53.550,00 (Cinquenta e três mil quinhentos e cinquenta reais), após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº 57/2023.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3- Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão eletrônico nº 57/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 24 de agosto de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

MAICO PEREIRA DA ROCHA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal N°. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 24 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 326/2023 (SEQ. 16383)

Publicação Nº 5092369

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E99DFD02B0B4D13255D3B516D3CD47819C090F6A

TERMO DE CONTRATO Nº 326/2023

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E ADRIANA DICO CAMARGO RESTAURANTE.

Pelo presente instrumento particular de compra e venda e prestação de serviços que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, ADRIANA DICO CAMARGO RESTAURANTE com sede em Curitiba/SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 07.814.356/0002-99 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 215/2022, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFEÇÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS A SERVIÇO DA PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO de vigência é de 01 (um) ano a contar da data de homologação, e a entrega deverá ser imediata, após a solicitação da secretaria competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

177 - 02.005.15.452.18.2061.3.3.90.003.3.90.39.41.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **215/2022** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 37.050,00 (Trinta e sete mil e cinquenta reais), após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº 215/2022.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei,

particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO ciente para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão eletrônico nº 215/2022

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 24 de agosto de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

ADRIANA DICO CAMARGO RESTAURANTE
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 24 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

Dionisio Cerqueira**PREFEITURA****2º T.A. CONTRATO 19-2022 - PREGAO PRESENCIAL 27-2022 - PMDC**

Publicação Nº 5090925

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C6A74DAAA35CA14B2975697226710A68290908DD
Contrato Nº: 19/2022 Seq.: 2 Tipo: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada: DANIELE SAMPAIO COLVARA CLINICA MÉDICA EIRELI

Valor: R\$ 141.185,04

Vigência: Início: 28/09/2023 Término: 28/09/2024

Licitação: 27/2022

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SERVIÇOS MÉDICOS COM A SEGUINTE ESPECIALIDADE (GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA), COM CARGA HORARIA DE 35 HORAS SEMANAIS, PARA ATUAR NAS EQUIPES ESTRATEGICAS DE SAUDE DA FAMILIA (ESF)

THYAGO W G GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 73/2023 - PMDC

Publicação Nº 5089895

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2F5B7BAFE7E7AE599BDD7119828B551BB6B8E173
MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

MULTIENTIDADE

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2023

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 73/2023, Edital de Pregão Nº 73/2023, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRAFICOS (CARIMBOS, ENVELOPES, CERTIFICADOS, BOLETINS, DIPLOMAS, PASTAS, FOLDERS), PARA USO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL BOMBEIROS E POLICIA MILITAR, E DEMAIS SETORES INTERESSADOS. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 06/09/2023, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br.

Dionísio Cerqueira/SC.

THYAGO W. G. GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 74/2023 - PMDC

Publicação Nº 5090972

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C461E9A5B7F91FE8F6E20C47B4697BBDE47F2454
MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2023

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 74/2023, Edital de Pregão Nº 74/2023,

objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA LOCALIZADA NO DISTRITO DE IDAMAR, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC. Recebimento, abertura e julgamento às 11:00 horas do dia 06/09/2023, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br.

Dionísio Cerqueira/SC.

THYAGO W. G. GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 70-2023 - PMDC

Publicação Nº 5089540

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 04C4FC25B83579E022B8D28A83C38F997B9514FE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 70/2023

HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELHAS, GOIVOS, PARAFUSOS, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, PARA MANUTENÇÃO DE CANTEIROS, ROTATORIAS, TREVOS E DEMAIS LOCAIS, COM FORNECIMENTOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS (GRAMA, MUDAS DE PLANTAS...) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, BOMBEIROS MILITAR E DEMAIS SETORES INTERESSADOS

CONTRATADO: COMERCIAL DE FERRAGENS DRAGONE LTDA ME

VALOR DA DE DESPESA: R\$ 66.405,00

CONTRATADO: WILLIAN TIAGO SANTA CATHARINA 08427940939

VALOR DA DE DESPESA: R\$ 84.912,50

24/08/2023

THYAGO W G GONÇALVES
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 66/2023 - PREGAO PRESENCIAL 68/2022 - PMDC

Publicação Nº 5089533

Página: 1 / 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Processo Nº 70/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66 / 2023

No dia 24 do mês de Agosto do ano de 2023 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na Rua Santos Dumont, 413, bairro Centro, CEP nº 89950000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES inscrito no cpf sob o nº 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 70/2023, Processo licitatório nº 70/2023 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELHAS, GOIVOS, PARAFUSOS, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, PARA MANUTENÇÃO DE CANTEIROS, ROTATORIAS, TREVOS E DEMAIS LOCAIS, COM FORNECIMENTOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS (GRAMA, MUDAS DE PLANTAS...) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, BOMBEIROS MILITAR E DEMAIS SETORES INTERESSADOS, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
COMERCIAL DE FERRAGENS DRAGONE LTDA ME	1,2,3,4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 10.520/2002, Art. 1, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIAL DE FERRAGENS DRAGONE LTDA ME	72.328.222/0001-49	LUIZ HENRIQUE DRAGONE	083.995.959-18

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELHAS, GOIVOS, PARAFUSOS, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, PARA MANUTENÇÃO DE CANTEIROS, ROTATORIAS, TREVOS E DEMAIS LOCAIS, COM FORNECIMENTOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS (GRAMA, MUDAS DE PLANTAS...) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, BOMBEIROS MILITAR E DEMAIS SETORES INTERESSADOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: COMERCIAL DE FERRAGENS DRAGONE LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	TELHA CHAPA ONDULADA ETERNIT 2,44X1,10X6mm	UN	ETERNIT	450	66,80	30.060,00
2	TELHA CHAPA ONDULADA ETERNIT 1,83X1,10X6mm	UN	ETERNIT	400	54,80	21.920,00
3	GOIVO/CUMEIRA 5mm E 6mm 15° A 30°	UN	ETERNIT	250	53,80	13.450,00
4	PARAFUSO TELHEIRO	UN		1300	0,75	975,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do

Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

Página: 5 / 5

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Dionísio Cerqueira, 24 de Agosto de 2023

COMERCIAL DE FERRAGENS DRAGONE
CNPJ: 72.328.222/0001-49

**THYAGO
WANDERLAN
GNOATTO
GONCALVES:
79668917987**

Assinado digitalmente por THYAGO
WANDERLAN GNOATTO GONCALVES:
79668917987
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=14030336000101, OU=presencial,
CN=THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONCALVES:79668917987
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
aqui
Data: 2023.08.24 09:19:22-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.1.0

THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 67/2023 - PREGAO PRESENCIAL 68/2022 - PMDC

Publicação Nº 5089536

Página: 1 / 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Processo Nº 70/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67 / 2023

No dia 24 do mês de Agosto do ano de 2023 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na Rua Santos Dumont, 413, bairro Centro, CEP nº 89950000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES inscrito no cpf sob o nº 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 70/2023, Processo licitatório nº 70/2023 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELHAS, GOIVOS, PARAFUSOS, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, PARA MANUTENÇÃO DE CANTEIROS, ROTATORIAS, TREVOS E DEMAIS LOCAIS, COM FORNECIMENTOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS (GRAMA, MUDAS DE PLANTAS...) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, BOMBEIROS MILITAR E DEMAIS SETORES INTERESSADOS, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
WILLIAN TIAGO SANTA CATHARINA 08427940939	5,6,7,8

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 10.520/2002, Art. 1, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
WILLIAN TIAGO SANTA CATHARINA 08427940939	42.561.184/0001-09	WILLIAN TIAGO SANTA CATHARINA	084.279.409-39

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELHAS, GOIVOS, PARAFUSOS, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, PARA MANUTENÇÃO DE CANTEIROS, ROTATORIAS, TREVOS E DEMAIS LOCAIS, COM FORNECIMENTOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS (GRAMA, MUDAS DE PLANTAS...) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, BOMBEIROS MILITAR E DEMAIS SETORES INTERESSADOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: WILLIAN TIAGO SANTA CATHARINA 08427940939						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
5	GRAMA SEMPRE VERDE / ESMERALDA, MUDA SADIA, PLANTADA, COM REGA E ADUBAÇÃO NECESSÁRIA.	MTS		3475	21,00	72.975,00
6	MUDA DE QUARESMEIRA MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,50mX1,70m. PLANTADA, COM REGA E ADUBAÇÃO NECESSÁRIA.	UN		132	47,50	6.270,00
7	MUDA DE PAU FAVA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70cm. PLANTADA, COM REGA E ADUBAÇÃO NECESSÁRIA.	UN		126	34,50	4.347,00
8	BUSCUS GRANDE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 80cm. PLANTADA, COM REGA E ADUBAÇÃO	UN		19	69,50	1.320,50

NECESSÁRIA.

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

Página: 5 / 5

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Dionísio Cerqueira, 24 de Agosto de 2023

WILLIAN TIAGO SANTA CATHARINA
CNPJ: 42.561.184/0001-09

THYAGO
WANDERLAN
GNOATTO
GONCALVES
79668917987

Assinado digitalmente por THYAGO
WANDERLAN GNOATTO GONCALVES:
79668917987
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=14030336000101, OU=presencial,
CN=THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONCALVES:79668917987
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
aqui
Data: 2023.08.24 09:19:56-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.1.0

THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2023

Publicação Nº 5090167



MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO

CNPJ - 79.373.775/0001-62

RUA BRASILIA - 2

Fone: (47) 3388-0148

Site: www.doutorpedrinho.sc.gov.br – Email: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br

Pág. 1 / 2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão
Para Aquisição de Bens
40/2023
Processo Administrativo: 40/2023

Ao Sr(a). HARTWIG PERSUHN tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 239/2022.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 40/2023, o(s) participante(s):

822523 - ARTGIRO BRINDES E PRESENTES PERSONALIZADOS LTDA						
Lote: 1 - AQUISIÇÃO DE TROFÉUS DESTINADOS A PREMIAÇÃO DAS COMPETIÇÕES E EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	TROFÉUS EM MDF (MADEIRA) COM 60 CM DE ALTURA, COM PEÇAS FRONTAIS ACOPLADAS DE MDF (MADEIRA) DE 3 MM E 6 MM, LAMINADOS COLORIDO OU PRETO, VERSO PRETO OU COLORIDO, PEDESTAL (BASE) VAZADO NA COR PRETA COM RECORTE A LASER, COM ADESIVOS VINIL IMPRESSOS E RECORTE ELETRÔNICO COLADOS NA FRENTE DA PEÇA, ARTE A SE DEFINIR PELA SECRETARIA DE ACORDO COM O EVENTO.	UNID		23	R\$171,00	R\$3.933,00
2	TROFÉUS EM MDF (MADEIRA) COM 50 CM DE ALTURA, COM PEÇAS FRONTAIS ACOPLADAS DE MDF (MADEIRA) DE 3 MM E 6 MM, LAMINADOS COLORIDO OU PRETO, VERSO PRETO OU COLORIDO, PEDESTAL (BASE) VAZADO NA COR PRETA COM RECORTE A LASER, COM ADESIVOS VINIL IMPRESSOS E RECORTE ELETRÔNICO COLADOS NA FRENTE DA PEÇA, ARTE A SE DEFINIR PELA SECRETARIA DE ACORDO COM O EVENTO.	UNID		11	R\$154,00	R\$1.694,00
3	TROFÉUS EM MDF (MADEIRA) COM 40 CM DE ALTURA, COM PEÇAS FRONTAIS ACOPLADAS DE MDF (MADEIRA) DE 3 MM E 6 MM, LAMINADOS COLORIDO OU PRETO, VERSO PRETO OU COLORIDO, PEDESTAL (BASE) VAZADO NA COR PRETA COM RECORTE A LASER, COM ADESIVOS VINIL IMPRESSOS E RECORTE ELETRÔNICO COLADOS NA FRENTE DA PEÇA, ARTE A SE DEFINIR PELA SECRETARIA DE ACORDO COM O EVENTO.	UNID		18	R\$68,96	R\$1.241,28
4	TROFÉUS EM MDF (MADEIRA) COM 30 CM DE ALTURA, COM PEÇAS FRONTAIS ACOPLADAS DE MDF (MADEIRA) DE 3 MM E 6 MM, LAMINADOS COLORIDO OU PRETO, VERSO PRETO OU COLORIDO, PEDESTAL (BASE) VAZADO NA COR PRETA COM RECORTE A LASER, COM ADESIVOS VINIL IMPRESSOS E RECORTE ELETRÔNICO COLADOS NA FRENTE DA PEÇA, ARTE A SE DEFINIR PELA SECRETARIA DE ACORDO COM O EVENTO.	UNID		43	R\$54,00	R\$2.322,00
5	TROFÉUS EM MDF (MADEIRA) COM 25 CM DE ALTURA, COM PEÇAS FRONTAIS ACOPLADAS DE MDF (MADEIRA) DE 3 MM E 6 MM, LAMINADOS COLORIDO OU PRETO, VERSO PRETO OU COLORIDO, PEDESTAL (BASE) VAZADO NA COR PRETA COM RECORTE A LASER, COM ADESIVOS VINIL IMPRESSOS E RECORTE ELETRÔNICO COLADOS NA FRENTE DA PEÇA, ARTE A SE DEFINIR PELA SECRETARIA DE ACORDO COM O EVENTO.	UNID		18	R\$44,9844	R\$809,72
Lote: 2 - AQUISIÇÃO DE MEDALHAS DESTINADAS A PREMIAÇÃO DAS COMPETIÇÕES E EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	MEDALHAS FUNDIDAS EM METAL COM 70 MM, MOLDE EM 3 D (ALTO RELEVO) ESPESSURA APROX. DE 3 MM, VERSO DA PEÇA CAVADO COM RETÍCULAS, SEM PINTURA COM FITA DE POLIÉSTER, SUBLIMADA PERSONALIZADA NOS DOIS LADOS MEDINDO 20 MM OU 25 MM DE LARGURA POR 800 MM DE COMPRIMENTO. ARTE A DEFINIR PELA SECRETARIA RESPONSÁVEL DE ACORDO COM O EVENTO.	UNID		1.890	R\$10,8466	R\$20.500,00
Total do Fornecedor:						R\$30.500,00

**MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

Pág. 2 / 2

CNPJ - 79.373.775/0001-62

RUA BRASILIA - 2

Fone: (47) 3388-0148

Site: www.doutorpedrinho.sc.gov.br – Email: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br

Doutor Pedrinho, 24 de agosto de 2023.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal
CPF: 382.825.699-68

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 050, DE 17 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089154

DECRETO N.º 050, de 17 de agosto de 2023.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 524/2022, de 21/12/2022 (Lei Orçamentária Anual).

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), a saber:

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0012.1.002– Pavimentação de vias públicas e passeios públicos e aquisição de terrenos

4.4.90.00.00.00.00.0024 (46) – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

11.01 – SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

27.812.0028.2.011– Manutenção do Desporto Amador

3.3.90.00.00.00.00.0080 (74) – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, ocorreram por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios) no valor de R\$ 80.000,00 e excesso de arrecadação de recursos da fonte 0024 (Convênios) no valor de R\$ 500.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de agosto de 2023.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 051, DE 18 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092517

DECRETO N.º 051, de 18 de agosto de 2023.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 524/2022, de 21/12/2022 (Lei Orçamentária Anual).

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0021.004– Manutenção do Convênio Polícia Militar

3.3.90.00.00.00.00.0080 (14) – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios) no valor de R\$ 15.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de agosto de 2023.

PAULO DELLA VECCHIA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 259, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090015

PORTARIA Nº 259 de 24 de agosto de 2023.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, JHENIFER MATHEUS DE OLIVEIRA, Matrícula nº 1583, da função de PROFESSORA admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 032, de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de agosto de 2023.

PAULO DELLA VECCHIA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA 014/2023

Publicação Nº 5090494

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2023
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2023
Código registro TCE: 0E6DBE40890EF14847EA5D7CF1B07EF1E0FD7868
LEI Nº 14.133/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0E6DBE40890EF14847EA5D7CF1B07EF1E0FD7868

1. O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.422/0001-91, representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Severino Jaime Schmidt TORNA PÚBLICO que fará realizar LICITAÇÃO na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, a ser processada e julgada em conformidade com os termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril 2021, da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, através da Plataforma do www.portaldecompraspublicas.com.br,

1.1 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL : Art. 75, inciso IV

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 24/08/2023.
DATA DA SESSÃO: 30/08/2023.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Dia 30/08 das 11h59min até às 17h59min..
LINK: Portal de Compras do Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br.
Referência de tempo: Horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Dispensa Eletrônica está disponível na íntegra nos sítios do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br Portal Nacional de Contratações Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e do Município de Erval Velho www.ervalvelho.sc.gov.br.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Pelo site Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br

1.2 Referência de tempo: Todas as referências de tempo no Aviso de Dispensa, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

2 OBJETO

2.1 O objeto deste da presente DISPENSA ELETRÔNICA é a Contratação de empresa autorizada para a prestação de serviço de revisão programada com fornecimento de peças e acessórios de reposição, durante o período de garantia de fábrica do caminhão Iveco Tector 260E30CS 3690 Placa RAA1E27, veículo pertencente a frota do Município de Erval Velho/SC.

2.1.1 O objeto é composto pelo seguinte item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
1	Revisão Programada de 600 horas, Caminhão Iveco Tector 260E30CS 3690 Placa RAA1E27	01	R\$ 2.568,34	R\$ 2.568,34

2.2 O objeto está fundamentado no Termo de Referência (ANEXO I).

2.3 Valor estimado do objeto: R\$ 2.568,34 (Dois mil e quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

2.4 DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

2.4.1 A contratada deverá prestar os serviços no prazo de até 72 (setenta e duas) horas contados do recebimento da autorização de fornecimento.

2.4.2 Os serviços deverão ser executados na sede da contratada.

2.4.3 Constatada a necessidade de execução de qualquer outro serviço não especificado no orçamento apresentado, ou a necessidade de aplicação de outra peça necessária para o reparo, que não façam parte da revisão programada decorrente da garantia, a contratada deverá informar à prefeitura, discriminando detalhadamente a situação em orçamento complementar, através de relatório técnico.

2.4.4 O material necessário à revisão/manutenção deverá ser fornecido pela empresa contratada, devendo, para tanto, comprometer-se a fornecer as ferramentas e equipamentos necessários ao tipo de serviço a ser realizado.

2.4.5 Os serviços de revisão e manutenção preventiva durante o período de garantia de fabricação veículo oficial acima especificado constará de:

2.4.6 Mão-de-obra referente à execução de reparos, conservação e recuperação;

2.4.7 Fornecimento de peças genuínas (novas e originais de fábrica, com garantia dessas) e materiais específicos a serem utilizados na

execução de serviços de reparo, conservação e recuperação.

2.4.8 A revisão relacionada à quilometragem do veículo, de acordo com o manual do fabricante, deverá compreender, no mínimo:

2.4.8.1 Revisão de 600 horas do caminhão Iveco Tector 260E30CS 3690 Placa RAA1E27

itens examinados:

1- Verificação das correias dos órgãos auxiliares do motor.

2- Verificação do nível do óleo da caixa de câmbio/diferencial (mecânica).

3- Verificação dos níveis dos líquidos/fluidos de todos os sistemas: arrefecimento do motor, freios, embreagem, lavador do para-brisa etc.

4- Verificação das pastilhas de freio das rodas dianteiras. obs.: caso a espessura útil das pastilhas seja menor do que 5 mm, deve-se substituí-las.

5- Verificação e, se necessário, regulagem do freio de mão.

6- Verificação do esguicho e palhetas dos vidros do para-brisa e traseiro, cintos de segurança, comandos elétricos dos vidros das portas e sistema de abertura/fechamento das portas. sistema elétrico/eletrônico (rádio, alarme etc.) e iluminação interna e externa. quadro de instrumentos e indicadores.

7- Verificação do filtro do ar-condicionado. itens substituídos:

8- substituição do óleo do motor e filtros de óleo;

9- Substituição do filtro de combustível;

2.5 PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

ÓRGÃO 05.001 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJETO ATIVIDADE 2048. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

59 – 3.3.90.00.00.00.00 – 1.500.0000.0000.00 – RECURSOS DO TESOURO – ORDINÁRIOS

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, por meio do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

3.2 Vedações. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente: todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.3 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Aviso de Dispensa.

3.4 O licitante obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

4 CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

4.1 Os interessados em participar desta licitação deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, por meio do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

4.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3 Os interessados em se credenciar na plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS poderão obter maiores informações na página <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>. podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos 3003-5455/ 0800 730 5455 da Plataforma.

4.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Erval Velho/SC responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 O credenciamento junto à plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.8 A licitação será conduzida pelo agente de contratações do Município de Erval Velho/SC, com apoio técnico e operacional da plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

4.9 INCUMBIRÁ À LICITANTE ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO – DISPENSA ELETRÔNICA, RESPONSABILIZANDO-SE PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO AGENTE DE CONTRATAÇÕES, PELO SISTEMA, OU DE SUA DESCONEXÃO.

5. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

5.1 As microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

5.2 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

5.3 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na

Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.4 A condição de Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

5.4.1 A Certidão ou Certificado deverão estar ATUALIZADOS, ou seja, emitidos a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

5.4.2 Todo benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E.

5.5 Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais e houver proposta de microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta melhor classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

5.6 A microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto desta licitação;

5.7 Não sendo vencedora a microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.8 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

5.9 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

6 . PROPOSTA

6.1 Os proponentes encaminharão, EXCLUSIVAMENTE por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da fase de lances.

6.2 O envio da proposta, neste Aviso de Dispensa Eletrônica, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3 Os documentos que compõem a proposta do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratações e para acesso público após o encerramento do envio de lances conforme data e horário previsto no Preâmbulo deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 Para elaboração das propostas o licitante deve:

I - Apresentar sua proposta com valor não superior ao valor de referência indicado pela Administração Pública Municipal;

II - Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço.

7. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da fase de lances (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021).

7.1 O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da fase de lances, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

7.2 A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail.

7.3 Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada conforme o prazo da plataforma <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> após a convocação do agente de contratação.

7.4 A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo I – Termo de Referência deste Aviso de Dispensa e deverá conter, sob pena de desclassificação:

7.5 A identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que a agente de contratação possa facilmente constatar que as especificações da compra direta foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos anexos do presente Aviso de Dispensa Eletrônica;

7.6 O preço unitário e os preços totais cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

7.7 A identificação da marca e do modelo do objeto ofertado;

7.8 Até a abertura da fase de lances, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

7.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.10 Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

7.11 A partir do horário e data estabelecida no Preâmbulo deste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema do <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado também de forma automática no horário de finalização de lances também já previsto no Preâmbulo Aviso de Dispensa Eletrônica.

8 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Serão desclassificadas as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Aviso de Dispensa;

III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Aviso de Dispensa;

VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

8.2 A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

9 HABILITAÇÃO

9.1 De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, dos quais deverão ser enviados no prazo de 2 (duas) horas, após o envio de mensagem da Agente de Contratação/Comissão via sistema para tanto.

9.1.1. A Documentação de Habilitação da PROPONENTE VENCEDORA será verificada após o término da disputa de lances, mediante apresentação dos documentos abaixo, em formato PDF legível, os quais devem ser anexados no campo "Diligência" no sistema <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

9.2 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

9.3 O agente de contratação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

9.4 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

9.5 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

9.6. Em se tratando de licitante microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais, DESDE QUE CUMPRIDAS AS EXIGÊNCIAS DO ITEM 5.3 E 10.2 do Aviso de Dispensa havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

9.7. A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.8.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.9 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.9.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.9.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.3 Regularidade perante a Fazenda Federal;

9.9.4 Regularidade perante a Fazenda Estadual;

9.9.5 Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;

9.9.6 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.9.7 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);

9.9.8 Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Município de Erval Velho/SC.

Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

9.10 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

9.10.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

9.11 QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.11.1 Apresentação de, no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da Proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo serviços de complexidade similar ou superior à do objeto deste Aviso de Dispensa.

9.11.2 Apresentar comprovação da proponente ser Concessionária Autorizada Iveco para a prestação de serviço de revisão programada com fornecimento de peças e acessórios de reposição, durante o período de garantia de fábrica do caminhão

10. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

10.1 A proponente deverá DECLARAR em documento único (conforme modelo Anexo II):

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de

- 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Luzerna ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- g) Conhece na íntegra o Aviso de Dispensa, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- i) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

10.2 A proponente enquadrada como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, deverá apresentar a DECLARAÇÃO conforme Anexo IV, observando também o disposto no subitem 5.3 do Aviso de Dispensa.

10.3 CARTA DE APRESENTAÇÃO em conformidade com o modelo do Anexo IV deste Aviso de Dispensa.

11. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

11.1 Encerrado o tempo para envio de lances, o Agente de Contratações verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

II - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

III - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU

11.2 A consulta aos cadastros acima referidos será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

11.3 Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratações inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

12 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Encerrado o tempo de envio de lances e analisada a documentação para habilitação, o processo licitatório - DISPENSA ELETRÔNICA será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a Dispensa Eletrônica.

12.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subseqüentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado.

12.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório - DISPENSA ELETRÔNICA deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.4 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

12.5 A anulação do processo licitatório - DISPENSA ELETRÔNICA induz à do Termo de Contrato.

12.6 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório - DISPENSA ELETRÔNICA.

13 CONTRATO ADMINISTRATIVO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), preferencialmente por meio digital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

13.3. Alternativamente à convocação, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado também no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento

14. DAS OBRIGAÇÕES E EXTINÇÃO CONTRATUAL:

14.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Dispensa, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.2 Efetuar entregar os produtos em perfeitas condições, no prazo, quantidade e local indicado pela Secretaria Requisitante, em estrita

observância das especificações do Aviso de Dispensa e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente.

14.3 Acatar e atender as reclamações quanto às especificações e qualidade dos produtos fornecidos, sanando eventuais deficiências no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, o que não atenda às especificações do contrato e cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

14.4 Responsabilizar-se pelo atendimento às chamadas para fornecimento não previsto inicialmente decorrente de situações emergenciais no prazo máximo de 05 (cinco) horas a partir do registro comprovado do chamado junto à CONTRATADA, bem como pelas possíveis variações de demanda em conformidade com o prazo de entrega estabelecido pela CONTRATANTE;

14.5 Entregar os produtos objeto deste Aviso de Dispensa Eletrônica no prazo de 05 (cinco) dias, após o envio da requisição de compra.

14.6 Serão de inteira responsabilidade da proponente vencedora, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto deste Contrato, ficando ainda o Contratante, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

14.7 Obrigações do CONTRATANTE

14.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.9 Permitir o livre acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;

14.10 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato.

14.11 EXTINÇÃO CONTRATUAL:

14.12 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular do Aviso de Dispensa Eletrônica ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

g) Atraso na liberação das áreas sujeito a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.13 As hipóteses de extinção a que se referem os incisos b, c e d observarão as seguintes disposições:

a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

14.14 O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

d) Atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal e entrega à Administração, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

14.15 A extinção do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrita da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.16 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.17 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

c) Pagamento do custo da desmobilização.

14.18 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

c) Execução da garantia contratual para:

I) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

II) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

III) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

IV) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

V) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

14.19 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

14.20 Na hipótese do inciso II o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

14.21 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

15.1 A fiscalização e gestão do contrato será realizada por meio do servidor do Município: Fernando Luiz Conte, o qual realizará a conferência do recebimento do serviço.

15.1.1 Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente CONTRATO, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplimento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

15.1.2. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

15.1.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

15.1.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

15.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato.

16 RECEBIMENTO DO OBJETO

16.2 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Aviso de Dispensa, documento de formalização da demanda, termo de referência e estudo técnico preliminar.

16.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto deste nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.4 Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

16.5 O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade do objeto/serviço/bem, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

17 PAGAMENTO

17.1 Após o recebimento e aprovação dos bens/serviços, o Município autorizará a licitante/contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento, endereçando-a ao Município de Erval Velho, localizado no endereço Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, e-mail contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br

17.2 O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

17.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

17.4 Se durante a execução do contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a licitante/contratada deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

17.5 O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

18 PENALIDADES

18.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

- I – Advertência;
- II - Multa de 10%;
- III - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta.

18.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4 Para aplicação das sanções:

- I – do inciso II do item 18.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- II – do incisos III e IV do item 18.1:

- a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- b) O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e) A sanção prevista no inciso IV do item 18.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal;
- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

I) Interrupção pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

II) Suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III) Suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

18.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal.

18.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

18.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.9 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

18.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 18.2.

18.11 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

18.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, exigidos, cumulativamente.

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

18.12.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do caput do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

19 DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 É facultado a agente de contratação ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste Aviso de Dispensa, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

19.2 Caso os prazos definidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório - DISPENSA ELETRÔNICA.

19.3 Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Erval Velho, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

19.4 Para fins de garantir a ampla publicidade, este Aviso de Dispensa será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

II Página do Município <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/>

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM; <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>

IV - Plataforma <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

19.5 São anexos deste Aviso de Dispensa Eletrônica:

I) Termo de Referência – TR.

II) Modelo de Declaração ÚNICA.

III) Modelo Declaração LC 123/2006.

IV) Modelo Carta de Apresentação

V) Minuta de Contrato Administrativo.

19.6 As questões decorrentes das previsões deste aviso de licitação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Herval D'Oeste SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Erval Velho/SC, 24 de agosto de 2023.

SEVERINO JAIME SCHMIDT

Prefeito do Município de Erval Velho/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2023

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2023

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

O TERMO DE REFERÊNCIA poderá ser obtido gratuitamente nos endereços eletrônicos <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/> e <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2023

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2023

ANEXO II**MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA**

(Razão Social) _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____,
sediada no endereço _____, na cidade de _____, por seu representante legal,
CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve, DECLARA EXPRESSAMENTE a quem interessar possa e
para fins de atendimento do Aviso de Dispensa e processo em referência, QUE:

- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Inexistir quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Erval Velho ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- Conhece na íntegra o Aviso de Dispensa, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

i) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

j) Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2023
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2023
ANEXO III
APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____,

DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declaro, sob as penas da lei, não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.

Declaro ainda que, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2023
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2023

ANEXO IV

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO

Através da presente, indicamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, telefone (____) _____, e-mail _____, residente e domiciliado na _____, bairro _____, no Município de _____, _____, a participar do Processo de Licitação nº ____/2023 instaurado pelo Município de Erval Velho - SC, na modalidade de Dispensa Eletrônica nº ____/2023, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como, para assinatura do respectivo TERMO DE CONTRATO, caso a empresa seja vencedora neste processo.

Em caso de ser declarada como vencedora deste certame os pagamentos devidos deverão ser realizados na conta corrente nº _____, agência _____, Banco _____ de titularidade da empresa acima identificada.

_____, em ____ de _____ 20__.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Licitante

Observações:

1st. Caso o indicado seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, o mesmo deverá constar no ato constitutivo ou no contrato social, apresentado por ocasião da Habilitação neste processo, devendo estar expresso seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2nd. Caso o indicado seja preposto da empresa proponente, será solicitado instrumento procuratório, com a delegação de poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2023
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2023

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2023

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC, CNPJ nº 82.939.422/0001-91, doravante denominado simplesmente como MUNICÍPIO, neste ato devidamente representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal SEVERINO JAIME SCHMIDT, e de outro lado, a empresa -----, inscrita no CNPJ nº, com sede na, telefone e e-mail, neste ato devidamente representada pelo senhor(a), portador(a) do RG nº e CPF nº, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 0000/202X, (MODALIDADE) nº 000/202X, homologado em 00/00/202X, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1.1 O objeto deste contrato é a Contratação de empresa autorizada para a prestação de serviço de revisão programada com fornecimento de peças e acessórios de reposição, durante o período de garantia de fábrica do caminhão Iveco Tector 260E30CS 3690 Placa RAA1E27, veículo pertencente a frota do Município de Erval Velho/SC.

1.1.1 O objeto é composto pelo seguinte item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
1	Revisão Programada de 600 horas, Caminhão Iveco Tector 260E30CS 3690 Placa RAA1E27	01	R\$ 2.593,34	R\$ 2.593,34

1.2 DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

1.2.1 A contratada deverá prestar os serviços no prazo de até 72 (setenta e duas) horas contados do recebimento da autorização de fornecimento.

1.2.2 Os serviços deverão ser executados na sede da contratada.

1.2.3 Constatada a necessidade de execução de qualquer outro serviço não especificado no orçamento apresentado, ou a necessidade de aplicação de outra peça necessária para o reparo, que não façam parte da revisão programada decorrente da garantia, a contratada deverá informar à prefeitura , discriminando detalhadamente a situação em orçamento complementar, através de relatório técnico.

1.2.4 O material necessário à revisão/manutenção deverá ser fornecido pela empresa contratada, devendo, para tanto, comprometer-se a fornecer as ferramentas e equipamentos necessários ao tipo de serviço a ser realizado.

1.2.5 Os serviços de revisão e manutenção preventiva durante o período de garantia de fabricação veículo oficial acima especificado constará de:

1.2.6 Mão-de-obra referente à execução de reparos, conservação e recuperação;

1.2.7 Fornecimento de peças genuínas (novas e originais de fábrica, com garantia dessas) e materiais específicos a serem utilizados na execução de serviços de reparo, conservação e recuperação.

1.2.8 A revisão relacionada à quilometragem do veículo, de acordo com o manual do fabricante, deverá compreender, no mínimo:

1.2.8.1 Revisão de 600 horas do caminhão Iveco Tector 260E30CS 3690 Placa RAA1E27

itens examinados:

1- Verificação das correias dos órgãos auxiliares do motor.

2- Verificação do nível do óleo da caixa de câmbio/diferencial (mecânica).

3- Verificação dos níveis dos líquidos/fluidos de todos os sistemas: arrefecimento do motor, freios, embreagem, lavador do para-brisa etc.

4- Verificação das pastilhas de freio das rodas dianteiras. obs.: caso a espessura útil das pastilhas seja menor do que 5 mm, deve-se substituí-las.

5- Verificação e, se necessário, regulagem do freio de mão.

6- Verificação do esguicho e palhetas dos vidros do para-brisa e traseiro, cintos de segurança, comandos elétricos dos vidros das portas e sistema de abertura/fechamento das portas. sistema elétrico/eletrônico (rádio, alarme etc.) e iluminação interna e externa. quadro de instrumentos e indicadores.

7- Verificação do filtro do ar-condicionado. itens substituídos:

8- substituição do óleo do motor e filtros de óleo;

9- Substituição do filtro de combustível;

1.3. Este contrato é vinculado ao Aviso de Dispensa do Processo Licitatório nº 0000/202X, (MODALIDADE) nº 000/202X, homologado em 00/00/202X, e à proposta do licitante vencedor XXX.

1.4 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1.5. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA SEGUNDA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

2.1 Após o recebimento e aprovação dos bens/serviços, o Município autorizará a licitante/contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento, endereçando-a ao Município de Erval Velho, localizada no endereço Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, e-mail contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br

2.2 O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

2.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

2.4 Se durante a execução do contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a licitante/contratada deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

2.5 O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(uaisquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

2.6 Os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

2.7 O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a aquisição do bem/produto/serviço e somente será reajustado passado 12 meses do contrato, se renovado, utilizando-se o índice INPC.

2.8 PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.8.1 As despesas decorrentes deste Termo de Contrato, ocorrerão por conta do Orçamento Geral do Município, do seguinte programa:

ÓRGÃO 05.001 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJETO ATIVIDADE 2048. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

59 – 3.3.90.00.00.00.00 – 1.500.0000.0000.00 – RECURSOS DO TESOURO – ORDINÁRIOS

2.9 O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.

2.10 Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.

2.11 A CONTRATADA deverá obedecer aos itens dispostos no Aviso de Dispensa do Processo Licitatório - DISPENSA ELETRÔNICA e no Termo de Referência.

2.12 O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2.13 A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

2.14 Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

2.15 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Aviso de Dispensa em convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

2.16 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

2.17 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

2.18 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências legais.

2.19 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo.

2.20 Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

2.21 O contrato terá seu preço reajustado pelo índice INPC, no caso de prorrogação, desde que transcorrido o interregno mínimo de 1 (um) ano.

2.22 Obrigações da CONTRATADA:

2.22.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Dispensa, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

2.22.2 Executar o objeto deste contrato em perfeitas condições, no prazo, quantidade e local indicado pela Secretaria Requisitante, em estrita observância das especificações do aviso de licitação e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente.

2.22.3 Acatar e atender as reclamações quanto às especificações e qualidade do objeto executado, sanando eventuais deficiências no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, o que não atenda às especificações do contrato e cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

2.22.4 Responsabilizar-se pelo atendimento às chamadas para fornecimento não previsto inicialmente decorrente de situações emergenciais no prazo máximo de 05 (cinco) horas a partir do registro comprovado do chamado junto à CONTRATADA, bem como pelas possíveis

variações de demanda em conformidade com o prazo de entrega estabelecido pela CONTRATANTE;

2.22.5 Entregar o objeto desta licitação, nos locais, datas e horários determinados pelas Secretarias Municipais Solicitantes. O prazo máximo de entrega será de 05 (cinco) dias consecutivos, após o envio da requisição de compra. Os valores estimados incluem o custo do objeto/material, transporte, entrega e demais serviços necessários para o correto fornecimento dos objetos, nos locais e horários determinados pela administração.

2.22.6 O objeto deste contrato deverá ser executado pelo vencedor do certame e entregues nos locais conforme descrito na requisição de compra.

2.22.7 Serão de inteira responsabilidade da proponente vencedora, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto deste Contrato, ficando ainda o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

Obrigações do CONTRATANTE:

2.23 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

2.24 Permitir o acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;

2.25 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato;

2.3 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ

3.1 A CONTRATADA fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 A fiscalização e gestão do contrato será realizada por meio do servidor do Município: Fernando Luiz Conte, o qual realizará a conferência do recebimento do serviço.

4.1.1 Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente CONTRATO, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplimento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.1.2. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

4.1.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.1.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

4.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

5.2 As hipóteses de extinção a que se referem as letras "b", "c" e "d" do item anterior observarão as seguintes disposições:

a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

5.4 A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

5.5 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

5.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
 - b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
 - c) Execução da garantia contratual para:
 - I) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - II) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - III) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - IV) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 5.7 A aplicação das medidas previstas nas letras "a" e "b" do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

5.8 Na hipótese da letra "b", o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

5.9 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SEXTA: FORO

6. É declarado competente o foro da Comarca de Herval D'Oeste para dirimir qualquer questão contratual.

CLÁUSULA SETIMA: PUBLICAÇÃO

7.1 Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes.

7.2 Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município;
- II - Página do Município de Erval Velho/SC;
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM;
- IV - Plataforma: Portal de Compras Públicas.

(LOCAL), (DATA).

Prefeito do Município de Erval Velho/SC

CONTRATANTE

Empresa

CONTRATADO

1ª Testemunha Nome:

2ª Testemunha Nome:

Erval Velho/SC, xxxx de xxxx de 2023.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal de Erval Velho.

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 009/2023

Publicação Nº 5090910

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 506926E5294D665DFA8173CFA6717C9B707DAC38

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2023
Código registro TCE: 506926E5294D665DFA8173CFA6717C9B707DAC38

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21.

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Pagamento inscrição no curso realizado pela empresa JUNIOR J. CHISTE, CNPJ 26.355.056/0001-52, referente curso: Turma II um treinamento de desenvolvimento profissional dos funcionários públicos capacitando-os com habilidades e conhecimento para o aprimoramento dos serviços prestados à comunidade.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a realização do curso para capacitação dos servidores municipais da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e da Secretaria de Administração e Finanças com o objetivo de fortalecer a capacidade da equipe dos servidores municipais promovendo a excelência no serviço público e beneficiando diretamente a comunidade.

4. DO CONTRATANTE

Município de Erval Velho/SC - CNPJ nº 82.939.422/0001-91

5. DA RAZÃO DE ESCOLHA DA CONTRATADA E DO VALOR:

Contratada: Empresa JUNIOR J. CHISTE, CNPJ: 26.355.056/0001-52

De acordo a letra "f" do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/21, a capacitação profissional desenvolvida pela Empresa JUNIOR J. CHISTE. A contratação se enquadra no conceito de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Quanto as contratações de cursos abertos de capacitação deve-se contratar por Inexigibilidade de Licitação. No que tange a notória especialização tem-se que associar a singularidade que reside na pessoa física (instrutores) e a know how da pessoa física, onde requer-se: a) experiência de ambos; b) domínio do assunto por parte do professor; c) didática por parte do professor e infraestrutura por parte da contratada; d) experiência e habilidade na condução de grupos, frequentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional; e e) capacidade de comunicação.

Nessa toada é importante reforçar que os especialistas que compõe a equipe da empresa JUNIOR J. CHISTE possuem a notória especialização desejada, um corpo técnico com expertise em gestão administrativa, gestão pública, gestão de pessoas e outros conhecimentos correlatos; tudo a demonstrar ampla capacidade de execução e o perfeito atendimento de demanda do Município de Erval Velho/SC.

Quanto a justificativa de compatibilidade do preço com os praticados no mercado, o entendimento da jurisprudência é que não se podem comparar preços de serviço singular com serviços não singulares. Daí porque não foi realizada cotação de preços junto a outros potenciais prestadores dos serviços demandados, para justificar que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, eis que tal prática se mostra incompatível com a hipótese de inexigibilidade de licitação, caracterizada pela inviabilidade de competição (Acórdão 2.280/2019 – TCU 1ª Turma).

Detalhamento da proposta:

ITEM	QTD.	UN.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	3	UN	Inscrição em curso.	R\$ 1.280,00	R\$ 3.840,00

Os servidores que realização o curso são:

Simara Pedroso Vettori

Taciane Paula Téio

Wesley Felipe da Silva

Valor total do fornecedor: R\$ 3.840,00 (três mil, oitocentos e quarenta reais).

Os preços são fixos e irreajustáveis. 6. DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA DO CRÉDITO
As despesas desta licitação correrão pelos seguintes créditos:

ÓRGÃO 03.001 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.033 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

11 – 3.3.90.00.00.00.00 – 1.500.0000.0000.00 – RECURSOS DO TESOURO - ORDINÁRIOS.

ÓRGÃO 04.001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOSTO

PROJ/ATIV – 2.038 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

27 – 3.3.90.00.00.00.00 – 1.500.1001.0000.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

ÓRGÃO 04.002 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOSTO

PROJ/ATIV – 2.046 – MANUTENÇÃO DAS ESPORTIVAS E DE LAZER

50 – 3.3.90.00.00.00.00 – 1.500.0000.0000.00 – RECURSOS ORDINARIOS.

7. DA FORMA DE PAGAMENTO

Previamente à realização do curso, através de depósito bancário, em favor da CONTRATADA, a qual deverá indicar instituição bancária, agência, localidade e conta corrente para que seja realizada a operação correspondente, bem como emitir nota fiscal correspondente.

O contrato será substituído pela Nota de Empenho / Autorização de Compra / Ordem de Execução de serviço, por se tratar de entrega imediata e do qual não resulta obrigação futura, art 95. II, da Lei nº 14.133/2021.

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O objeto contratado deverá ser executado no dia 25/08 e 26/08.

Erval Velho/SC, 24 de agosto de 2023.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

PARECER JURÍDICO

Cumpra-se a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do processo administrativo licitatório bem como da apreciação da documentação anexa. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

Após análise, entendo que o presente processo administrativo de Inexigibilidade de Licitação está devidamente instruído, tendo justificativas técnicas e legais que o fundamentam. Assim sendo, reconheço tratar-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, com base no Art. 74, inc. III, alínea "f" da Lei nº 14.133/21. Contudo, encaminho à consideração da Autoridade Superior.

Erval Velho/SC, 24 de agosto de 2023.

Juliane Perotoni
OAB/SC 33.765
Assessora Jurídica

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Nos termos do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, ratifico a presente Inexigibilidade de Licitação e determino a imediata publicação na imprensa oficial, como condição indispensável para a eficácia destes atos administrativos.

Erval Velho/SC, 24 de agosto de 2023.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 010/2023

Publicação Nº 5090904

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2023

DE 23 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

Considerando que a lista de aprovados no Concurso Público Edital nº 01/2022 restou esgotada para a contratação temporária, nos termos do art. 7º da Lei Complementar municipal nº 20/2009;

Considerando a inexistência de lista de aprovados em Concurso Público anterior vigente;

Considerando inexistência de cadastro de reserva, por encontrar-se esgotada a lista de candidatos aprovados no Edital de Concurso/Teste Seletivo/Chamada Pública válido;

Considerando a iminência de processo licitatório visando a contratação de empresa que realizará concurso público/processo seletivo;

Considerando a necessidade temporária de contratação dos profissionais e a continuidade do serviço público;

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito Municipal, Excelentíssimo Sr. Severino Jaime Schmidt, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar normas para realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, visando a contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento da vaga temporária para o cargo de Agente de Serviços Gerais II, 40 Horas, sob o amparo do interesse público, observando os princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, regendo-se pelas Instruções contidas neste Edital, com base no art. 37, incisos II, IX da CF e Lei Complementar Municipal nº 43, de 29 de agosto de 2013.

O Processo Seletivo Simplificado destina-se à admissão em caráter temporário de Agente de Serviços Gerais II, 40 horas semanais, ante a inexistência de cadastro de reserva, por encontrarem-se esgotadas as listas de candidatos aprovados em Edital de Concurso/Teste Seletivo válido.

1. Ficam abertas as inscrições para a contratação temporária de Agente de Serviços Gerais II, 40 horas semanais, com as seguintes especificações:

2. O cargo, escolaridade/habilitação exigida, número de vagas, carga horária semanal, vencimento mensal e prazo de contratação, seguem dispostos no quadro abaixo:

Cargo	Habilitação mínima	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Prazo de Contratação
Agente de Serviços Gerais II	Alfabetizado - Executar serviços de limpeza, higienização, carga, descarga e acondicionamento de materiais, conservação e higienização dos espaços da administração pública dos serviços de saúde e educação, executando diretamente de trabalhos, de natureza física sob orientação, na conservação dos espaços mencionados e no preparo de alimentos, jardinagem e paisagismo, devendo cumprir rigorosamente os parâmetros técnicos informados para a execução do serviço, devendo quanto a si próprio observar todas as normas de segurança e salubridade no trabalho usando adequadamente os equipamentos de proteção individual - EPI.	01	40h	1.651,96	Até realização de Teste Seletivo e/ou Concurso Público, enquanto durar a substituição

3. Os candidatos interessados deverão protocolar a Ficha de Inscrição devidamente preenchida, acompanhada de envelope contendo os documentos exigidos, em cópias simples ou autenticadas, entre os dias 24 de agosto a 08 de setembro de 2023, no horário compreendido das 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min, na Secretaria do Gabinete, na sede da Prefeitura Municipal de Erval Velho, situada na Rua Nereu Ramos, nº 204, centro, Erval Velho/SC ou por meio do e-mail pessoal.rh@ervalvelho.sc.gov.br com o assunto "INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO", não se responsabilizando a municipalidade por e-mails não entregues, não confirmada a leitura ou qualquer outro erro que impossibilite o recebimento da inscrição.

4. A inscrição far-se-á mediante a apresentação de:

- Cópia de Documento de Identificação Oficial com foto;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Comprovante de Escolaridade conforme o cargo pretendido;
- Títulos, na forma do item 13, caso o candidato possua.

5. A cópia dos documentos relacionados no item anterior poderão ser cópias simples ou autenticadas.

6. Na falta de qualquer documento acima elencados nas alíneas "a" a "d", o candidato será desclassificado no ato da abertura dos envelopes/e-mail das inscrições.

7. A inscrição será feita por entrega de envelope ou e-mail com a documentação necessária, devendo a ficha de inscrição estar fixada por fora do envelope lacrado ou, no caso de e-mail, anexada. Não será feita conferência de documentos no momento da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato a documentação entregue.

8. Não serão aceitas inscrições por outro meio que não o estabelecido no presente edital.

9. A inscrição será realizada pelo receptor em formulário próprio, no local e horário constante do ANEXO II do presente Edital.

10. Preenchido o formulário de inscrição, o candidato deverá revisá-lo, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações nele contidas.

11. As inscrições serão gratuitas.

12. Os candidatos admitidos e classificados na forma deste Edital receberão retribuição pecuniária mensal equivalente aos vencimentos fixados em lei para o cargo.

13. Havendo dois ou mais candidatos interessados na vaga será adotado o seguinte critério de avaliação, nesta ordem:

a) Para o cargo de Agente de Serviços Gerais II

- Curso de Pós-graduação *latu sensu* na área específica com registro no órgão competente: 0,5 ponto para cada especialização;
- Curso de Mestrado ou Doutorado na área específica com registro no órgão competente: 1 ponto para cada título;
- Cursos de aperfeiçoamento e atualização, na área específica: 0,5 ponto para curso frequentado (presencial ou não) de no mínimo 40h;
- Certificado de conclusão de Ensino Médio: 0,5 ponto;
- Certificado de Conclusão de ensino fundamental: 0,5 ponto;
- Apuração de tempo de serviço, de no mínimo 6 meses, na área pretendida, comprovada através de CTPS, contrato de trabalho, trabalho autônomo, certidão de tempo de serviço, ou portaria de nomeação: 0,5 ponto para cada período de 6 meses;
- Maior idade do candidato.

14. O resultado preliminar será divulgado no dia 13 de setembro de 2023, até às 17h00min, no site do Município no endereço eletrônico www.ervalvelho.sc.gov.br, tendo os candidatos os dias 14 e 15 de setembro de 2023 para interpor recurso.

14.1. Os recursos deverão ser apresentados por protocolo na Secretaria do Gabinete da Prefeitura Municipal de Erval Velho ou por e-mail pessoal.rh@ervalvelho.sc.gov.br, conforme modelo identificado no anexo III deste Edital.

15. A homologação final será divulgada no dia 19 de setembro de 2023, até às 17h00min, no site do Município no endereço eletrônico www.ervalvelho.sc.gov.br.

16. A inscrição no Processo Seletivo Simplificado, implica, desde logo, no conhecimento e aceitação tácita pelos candidatos das condições estabelecidas neste Edital.

17. Todas as publicações referentes a este Processo Seletivo Simplificado serão efetuadas no site do Município de Erval Velho, no endereço eletrônico www.ervalvelho.sc.gov.br.

18. A realização do Processo Seletivo Simplificado, proveniente deste Edital, ficará a cargo de Comissão, especialmente nomeada, composta por três servidores municipais, a qual compete, inclusive a resolução dos casos omissos.

Erval Velho/SC, 23 de agosto de 2023.

SEVERINO JAIME SCHMIDT
Prefeito Municipal

ANEXO I ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Cargo: Agente de Serviços Gerais II
Habilitação: Alfabetizado

Descrição das Atribuições:

Executar serviços de limpeza, higienização, carga, descarga e acondicionamento de materiais, conservação e higienização dos espaços da administração pública dos serviços de saúde e educação, executando diretamente de trabalhos, de natureza física sob orientação, na conservação dos espaços mencionados e no preparo de alimentos, jardinagem e paisagismo, devendo cumprir rigorosamente os parâmetros técnicos informados para a execução do serviço, devendo quanto a si próprio observar todas as normas de segurança e salubridade no trabalho usando adequadamente os equipamentos de proteção individual - EPI.

ANEXO II FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome completo:			
RG:		CPF:	
Endereço:			
Complemento:	Bairro:	Cidade:	UF:
Telefone:		E-mail:	
Cargo pleiteado:			

Declaro, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Local e Data: _____, ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO III MODELO DE RECURSO

Edital nº 010/2023

Nome _____

Cargo _____

Número da Inscrição _____

Justificativa/Razões do Recurso

*Digitar e entregar em duas vias, sendo uma devolvida como protocolo.

Data: ____/____/2023

Assinatura:

PORTARIA 4736/2023

Publicação Nº 5090884

PORTARIA 4736, de 24 de agosto de 2023.

Contrata servidora por tempo determinado e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, e em especial o disposto no Processo Seletivo nº 008/2023, de 14 de julho de 2023.

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário a Senhora Marcia Antonia Dadalt Fedrigo, para ocupar o cargo de Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais, nível 02 MAG - A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme prevê a legislação vigente, limitando-se até 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 24 de agosto de 2023.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Simara Pedroso Vettori
Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

PORTARIA 4737/2023

Publicação Nº 5091210

PORTARIA 4737, de 24 agosto de 2023.

Exonera Servidora do Cargo que especifica e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXV do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a pedido a Senhora Estela Hoffmann, do cargo efetivo de Fonoaudióloga, nomeada pela Portaria nº 3774, de 03 de fevereiro de 2020, lotado no Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 24 de agosto de 2023.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

João Luis Wiest
Secretário de Saúde.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ADITIVO 04 CONTRATO 50/2023 FMS

Publicação Nº 5091882

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2B1F9DFCD929FFB74AAF1CD570C5A4AD31481730



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR N. 04 AO,
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 050/2020 - FMS**

Código registro TCE: 2B1F9DFCD929FFB74AAF1CD570C5A4AD31481730

O **MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, cidade que lhe empresa o nome, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.009.910/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **GILBERTO ANGELO LAZZARI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob n. 251.194.519-34, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **BETHA SISTEMAS LTDA - FILIAL CHAPECÓ**, com sede na rua João Pessoa, 134 - 10º andar - centro - Município de Criciúma/SC, inscrita no cnpj sob nº 00.456.865/0001-67, representada neste ato por seu Gerente de Filial, senhor **MATIAS MEIER**, inscrito no CPF/MF sob nº 042.536.629-43, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal no artigo 65, II, “d” da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolvem aditar o Contrato Administrativo originário e seu quarto Termo Aditivo, com fundamento no item 18.2 do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0047/2020**, na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N. 0026/2020**, homologado em **04/10/2020**, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N. 8.666, de 21/06/93 e suas posteriores alterações, o faz em conformidade com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pela locação do sistema de informação e pelos serviços prestados, objeto deste Contrato, o preço proposto anual, acrescido e corrigido pelo índice IPCA, referente ao acumulado dos últimos 12 meses, ao qual segundo o sítio oficial do IBGE resulta em um aumento de 3,16%, sendo assim o valor passa de R\$ **17.610,98** (dezassete mil seissentos e dez reais com noventa e oito centavos).

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução será da data de 03/09/2023, por mais um período de doze (12) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso IV c/c o artigo 65 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 15 dias antes do término

Código registro TCE: 2B1F9DFCD929FFB74AAF1CD570C5A4AD31481730



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis n. 8.666/93 e 8.883/94 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o contrato originário, e com o presente Termo Aditivo n.01 ao 03 permanecem em pleno vigor.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo Aditivo n. 04, em quatro vias de igual teor e forma, os representantes das partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 24 de Agosto de 2023.

GILBERTO ANGELO LAZZARI**Prefeito Municipal****BETHA S. LTDA - FILIAL CHAPECÓ****Gerente de Filial****MATIAS MEIER****Testemunhas:****Rikelvin Acalan Dall Acqua****CPF/MF sob n. 078.***.***-36****Ledemir Dos Santos****CPF/MF sob n. 085.***.***-63**

Código registro TCE: 2B1F9DFCD929FFB74AAF1CD570C5A4AD31481730

ADITIVO 05 CONTRATO 50/2020 SMAS

Publicação Nº 5091842

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7436565921FC597FFFAA2FAA57F33426A7ADEC76



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR N. 05 AO,
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 050/2020 - FMAS**

Código registro TCE: 7436565921FC597FFFAA2FAA57F33426A7ADEC76

O **MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, cidade que lhe empresa o nome, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.009.910/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **GILBERTO ANGELO LAZZARI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob n. 251.194.519-34, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **BETHA SISTEMAS LTDA - FILIAL CHAPECÓ**, com sede na rua João Pessoa, 134 - 10º andar - centro - Município de Criciúma/SC, inscrita no cnpj sob nº 00.456.865/0001-67, representada neste ato por seu Gerente de Filial, senhor **MATIAS MEIER**, inscrito no CPF/MF sob nº 042.536.629-43, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal no artigo 65, II, “d” da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolvem aditar o Contrato Administrativo originário e seu quarto Termo Aditivo, com fundamento no item 18.2 do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0047/2020**, na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N. 0026/2020**, homologado em **04/10/2020**, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N. 8.666, de 21/06/93 e suas posteriores alterações, o faz em conformidade com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pela locação do sistema de informação e pelos serviços prestados, objeto deste Contrato, o preço proposto anual, acrescido e corrigido pelo índice IPCA, referente ao acumulado dos últimos 12 meses, ao qual segundo o sítio oficial do IBGE resulta em um aumento de 3,16%, sendo assim o valor passa de R\$ **18.268,19** (dezoito mil duzentos e sessenta e oito reais com dezenove centavos).

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução será da data de 03/09/2023, por mais um período de doze (12) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso IV c/c o artigo 65 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 15 dias antes do término

Código registro TCE: 7436565921FC597FFFAA2FAA57F33426A7ADEC76



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis n. 8.666/93 e 8.883/94 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o contrato originário, e com o presente Termo Aditivo n.01 ao 04 permanecem em pleno vigor.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo Aditivo n. 05, em quatro vias de igual teor e forma, os representantes das partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 24 de Agosto de 2023.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

BETHA S. LTDA - FILIAL CHAPECÓ
Gerente de Filial
MATIAS MEIER

Testemunhas:

Rikelvin Acalan Dall Acqua
CPF/MF sob n. 078.***.***-36

Ledemir Dos Santos
CPF/MF sob n. 085.***.***-63

Código registro TCE: 7436565921FC597FFFAA2FAA57F33426A7ADEC76

ADITIVO 08 CONTRATO 050/2020

Publicação Nº 5091861

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 50C35D9386E876EC9C9A6A423CEC2C499E4218C3



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR N. 08 AO,
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 050/2020**

Código registro TCE: 50C35D9386E876EC9C9A6A423CEC2C499E4218C3

O **MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, cidade que lhe empresa o nome, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.009.910/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **GILBERTO ANGELO LAZZARI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob n. 251.194.519-34, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **BETHA SISTEMAS LTDA - FILIAL CHAPECÓ**, com sede na rua João Pessoa, 134 - 10º andar - centro - Município de Criciúma/SC, inscrita no cnpj sob nº 00.456.865/0001-67, representada neste ato por seu Gerente de Filial, senhor **MATIAS MEIER**, inscrito no CPF/MF sob nº 042.536.629-43, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal no artigo 65, II, “d” da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolvem aditar o Contrato Administrativo originário e seu quarto Termo Aditivo, com fundamento no item 18.2 do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0047/2020**, na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N. 0026/2020**, homologado em **04/10/2020**, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N. 8.666, de 21/06/93 e suas posteriores alterações, o faz em conformidade com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pela locação do sistema de informação e pelos serviços prestados, objeto deste Contrato, o preço proposto anual, acrescido e corrigido pelo índice IPCA, referente ao acumulado dos últimos 12 meses, ao qual segundo o sítio oficial do IBGE resulta em um aumento de 3,16%, sendo assim o valor passa de R\$ **284.997,98** (duzentos e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e sete reais com noventa e oito centavos).

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução será da data de 03/09/2023, por mais um período de doze (12) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso IV c/c o artigo 65 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 15 dias antes do término

Código registro TCE: 50C35D9386E876EC9C9A6A423CEC2C499E4218C3



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis n. 8.666/93 e 8.883/94 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o contrato originário, e com o presente Termo Aditivo n.01 ao 07 permanecem em pleno vigor.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo Aditivo n. 08, em quatro vias de igual teor e forma, os representantes das partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 24 de Agosto de 2023.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

BETHA S. LTDA - FILIAL CHAPECÓ
Gerente de Filial
MATIAS MEIER

Testemunhas:

Rikelvin Acalan Dall Acqua
CPF/MF sob n. 078.***.***-36

Ledemir Dos Santos
CPF/MF sob n. 085.***.***-63

Código registro TCE: 50C35D9386E876EC9C9A6A423CEC2C499E4218C3

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 86/2023 DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE LEILÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA A ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS OU DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS OU LEGALMENTE APREENDIDOS, E INSTITUIR O SISTEMA DE LEILÃO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5090646

DECRETO Nº. 86/2023

REGULAMENTA O ART. 31 DA LEI Nº 14.133, D

DECRETO Nº. 86/2023

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE LEILÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA A ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS OU DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS OU LEGALMENTE APREENDIDOS, E INSTITUIR O SISTEMA DE LEILÃO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Considerando a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de Setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

Considerando o inciso XL do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 que dispõe que leilão é modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;

Considerando o art. 31 da Lei Federal nº 14.133/2021 que dispõe que o leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais;

Considerando que a União editou Decreto nº 11.461, de 31 de Março de 2023 que Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos operacionais para realização do processo licitatório na modalidade Leilão pela Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Flor do Sertão/SC.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, conforme inciso XL do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º Nos termos do art. 76, caput da Lei nº 14.133/2021, a alienação de bens da Administração Pública é subordinada à:

I - Bens móveis:

- a) Existência de interesse público devidamente justificado;
- b) Prévia avaliação dos bens;

II - Bens imóveis:

- a) Existência de interesse público devidamente justificado;
- b) Prévia avaliação dos bens;
- c) Autorização legislativa, exceto se a aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, conforme § 1º do art. 76 da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Conforme art. 17, § 2º e art. 31, § 2º, IV da Lei nº 14.133/2021, o Leilão será realizado sob a forma eletrônica, sendo admitida, excepcionalmente, a forma simultânea (eletrônico e presencial) e/ou presencial, com prévia justificativa do Prefeito e comprovação da inviabilidade técnica ou a desvantagem para o Município, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

§ 3º É dispensada a realização de Leilão conforme o previsto no art. 76 da Lei nº 14.133/2021:

I - Inciso I;

II - Inciso II;

III - Parágrafo 3º;

IV - Parágrafo 6º.

CAPÍTULO II DO COMETIMENTO DO LEILÃO

Art. 3º O leilão poderá ser cometido a servidor designado pela autoridade competente ou

a leiloeiro oficial.

§ 1º A opção por leiloeiro oficial deverá ser justificada em face de seus benefícios, considerando-se aspectos como:

I - disponibilidade de recursos de pessoal da Administração para a realização do leilão; II - complexidade dos serviços necessários para a preparação e execução do leilão;

III - necessidade de conhecimentos específicos para a alienação; IV - custo procedimental para a Administração; e

V - ampliação prevista da publicidade e competitividade do leilão.

§ 2º Ao leiloeiro oficial poderão ser designadas tarefas como a vistoria e a avaliação de bens, o loteamento, a verificação de ônus e débitos, o desembaraço de documentos, a organização da visitação, o atendimento integral aos interessados e arrematantes, entre outros.

§ 3º É vedado o pagamento de comissão ao servidor designado para atuar como leiloeiro.

Art. 4º Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a seleção será mediante credenciamento.

§ 1º O credenciamento de que trata o caput observará, como parâmetro máximo da taxa de comissão a ser paga pelos arrematantes a todos os credenciados, o montante de cinco por cento do valor do bem arrematado.

2º É vedada a previsão de taxa de comissão a ser paga pelos comitentes.

Etapas

sucessivas:

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO

Art. 5º A realização do leilão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas - publicação do edital;

II - apresentação da proposta inicial fechada;

III - abertura da sessão pública e envio de lances; IV - julgamento;

V - recursal;

VI - pagamento pelo licitante vencedor; e VII - homologação.

Critério de julgamento das propostas

Art. 6º O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração será o de maior lance, devendo constar obrigatoriamente do edital.

Órgão ou entidade promotora do leilão

Art. 7º O órgão ou entidade, ou o leiloeiro oficial, deverá inserir no sistema as seguintes informações para a realização do leilão:

I - a descrição do bem, com suas características;

II - o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, despesas relativas à armazenagem incidentes sobre as mercadorias arrematadas, valor da caução e a comissão do leiloeiro oficial;

III - a indicação do lugar onde estão localizados os móveis, os veículos, os semoventes ou os eventuais bens a serem alienados, a fim de que os eventuais interessados possam conferir o estado dos itens que serão leiloados, com data e horário estabelecidos;

IV - o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;

V - a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados;

VI - o critério de julgamento das propostas pelo maior lance;

VII - o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando necessário, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

VIII - a data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.

Parágrafo único. O prazo fixado para abertura do leilão e envio de lances, de que trata o Capítulo IV, não será inferior a quinze dias úteis, contado a partir da data de divulgação do edital.

Divulgação

Art. 8º Deverá ser divulgado nos seguintes locais, com seus anexos (se houver), bem como eventuais alterações:

a) Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP;

- b) Site da Prefeitura e/ou sítio eletrônico oficial do Município, no caso de locais distintos;
- c) Local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração, conforme determina o § 3º do art. 31 da Lei nº 14.133/2021;
- d) Jornal diário de grande circulação, conforme determina o art. 54, § 1º e o art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021;
- e) Também pode ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação, como autoriza o § 3º do art. 31 da Lei nº 14.133/2021.

Licitante

Art. 9º Após a divulgação do edital, o licitante interessado em participar do leilão eletrônico deverá encaminhar, exclusivamente via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, devendo, ainda, declarar em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;

II - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e

III - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras.

IV - Demais declarações previstas em edital;

Parágrafo único. As informações declaradas no sistema referidas no caput permitem a participação dos interessados no leilão promovido pelo órgão ou entidade, na forma eletrônica, não constituindo registro cadastral prévio.

Art. 10º O licitante, quando do registro da proposta, nos termos do disposto no art. 13, poderá parametrizar o seu valor final máximo e deverá obedecer às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, se houver, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I do caput.

§ 1º O valor final máximo de que trata o caput poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior ao lance já registrado por ele no sistema.

§ 2º O valor máximo parametrizado na forma do caput possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Art. 11º Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

CAPÍTULO IV

DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E DO ENVIO DE LANCES

Abertura

Art. 12º A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período nunca inferior a três horas ou de, no máximo, de seis horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

Parágrafo único. O procedimento, imediatamente após o encerramento do prazo estabelecido nos termos do caput, será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

Envio de lances

Art. 13º O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, se houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Parágrafo único. O licitante poderá oferecer lances sucessivos, desde que superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Art. 14º Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Art. 15º O licitante será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

Desconexão do sistema na etapa de lances

Art. 16º Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo único. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas úteis após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO

Verificação da conformidade da proposta

Art. 17º O leiloeiro ou o servidor designado, encerrada a etapa de envio de lances, nos termos do disposto no art. 13º, realizará a verificação da conformidade da proposta, devendo considerar vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem ou desde que maior que o mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

Art. 18º O órgão ou a entidade, definido o resultado do julgamento, poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, por meio do sistema, quando a sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

Parágrafo único. Concluída a negociação, se couber, o resultado será registrado na ata do procedimento de licitação, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Art. 19º A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preçominimo estipulado pela Administração para arrematação, observado o disposto no parágrafo único do art. 13º

Procedimento fracassado ou deserto

Art. 20º No caso de o procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá: I - republicar o procedimento; ou II - fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

Parágrafo único. O disposto no inciso I do caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

CAPÍTULO VI DO RECURSO

Intenção de recorrer e prazo para recurso

Art. 21º Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a dez minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 1º As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 3º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO VII DO PAGAMENTO

Pagamento pelo arrematante

Art. 22º O leiloeiro ou o servidor designado, após a declaração do vencedor, encaminhará a forma de pagamento, para que o licitante vencedor proceda imediatamente ao pagamento do bem e o arremate, salvo disposição diversa em edital, arrematação a prazo ou outra forma prevista em lei ou regulamentação específica.

§ 1º O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao leiloeiro ou ao servidor designado, por meio do sistema.

§ 2º O leiloeiro ou o servidor designado, não sendo realizado o pagamento pelo arrematante, examinará os lances imediatamente subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda à Administração.

CAPÍTULO VIII DA HOMOLOGAÇÃO

Homologação

Art. 23º O processo, encerradas as etapas de recurso e pagamento, será encaminhado à

autoridade superior para homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IX DO CONTRATO

Formalização do contrato de compra e venda

Art. 24º Nos contratos decorrentes do disposto neste Decreto, deverão constar as cláusulas elencadas no art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021,

no que couber, observadas, ainda, as regras previstas em lei ou regulamentação específica.

Parágrafo único. O arrematante pessoa jurídica, previamente à celebração do contrato, deverá comprovar, no sistema, a regularidade perante a seguridade social, nos termos do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição.

CAPÍTULO X DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicação das sanções

Art. 25º O licitante vencedor, em caso de infração aos dispositivos contidos neste Decreto,

estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e às demais cominações legais, bem como à perda de caução, se houver, em favor da Administração, revertendo o bem a novo leilão, do qual não será admitida a participação do arrematante, conforme disposto no art. 897 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

CAPÍTULO XI DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

Revogação e anulação

Art. 26º A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata este Decreto por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º A autoridade, ao pronunciar a nulidade, indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Art. 27º Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

Art. 28º Os órgãos e as entidades, seus dirigentes e servidores, que utilizem o Sistema de Leilão Eletrônico responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades deverão assegurar o sigilo e a integridade dos dados e informações da ferramenta informatizada de que trata este Decreto, protegendo-os contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

Art. 29º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de agosto de 2023.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

ROSMARI ZANELLA
Secretária de Administração

REGULAMENTA A PRÉ-QUALIFICAÇÃO PREVISTA NO ART. 80 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5091146

DECRETO Nº. 88/2023

REGULAMENTA A PRÉ-QUALIFICAÇÃO PREVISTA NO ART. 80 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Considerando a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de Setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

Considerando que a Pré-Qualificação é um dos procedimentos auxiliares das licitações e das contratações;

Considerando que, conforme § 1º do art. 78, os procedimentos auxiliares obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a pré-qualificação, procedimento auxiliar previsto no art. 80 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Flor do Sertão/SC.

Art. 2º Conforme inciso XLIV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, pré-qualificação é o procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto.

§ 1º A pré-qualificação selecionará previamente:

I - Licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos;

II - Bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração.

§ 1º A pré-qualificação poderá ser realizada em grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores.

§ 2º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, com alguns ou todos os requisitos técnicos ou de habilitação necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

Art. 3º O procedimento da pré-qualificação ocorrerá da seguinte forma:

I - Definição da pré-qualificação, conforme incisos do § 1º do art. 2º;

II - Justificativa para realização da pré-qualificação, informando objetivamente o motivo de não deixar para o momento do processo licitatório;

III - Autorização da autoridade competente para abertura do procedimento de pré-qualificação;

IV - Elaboração de Edital de Chamamento Público, que conterà, no mínimo, de acordo com cada hipótese prevista no art. 2º:

a) Informações mínimas necessárias para definição do objeto;

b) Modalidade, forma da futura licitação e os critérios de julgamento;

c) Documentos para pré-qualificação a fim de demonstrar as condições de habilitação a serem cumpridas por licitantes ou as exigências técnicas ou de qualidades que precisam ser atendidas pelos bens;

d) A necessidade de amostra ou prova de conceito do bem;

e) Local/forma de apresentação dos documentos;

f) Comissão técnica que fará avaliação;

g) Critérios de avaliação que a comissão técnica utilizará para análise dos documentos e, se for o caso, da amostra ou prova de conceito do bem, sendo que o julgamento deverá observar, no que couber, o Capítulo V (Do Julgamento) do Título II (Das Licitações);

V - Análise e emissão de parecer jurídico para controle prévio da legalidade; VI - Publicação/divulgação do Edital de Chamamento Público tanto no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP quanto no sítio eletrônico oficial do Município, devendo ainda ser mantido à disposição do público;

VII - Feita a apresentação de documentos, deverá a Comissão examiná-los no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis e determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, com vistas à ampliação da competição;

VIII - A análise pela Comissão deverá ser registrada em ata, com texto objetivo e técnico, discorrendo sobre os critérios de avaliação previstos no edital, devendo ao final ser assinada pela comissão e pelos demais participantes, se for o caso;

IX - Para aceitação da pré-qualificação, a Comissão deverá elaborar parecer técnico fundamentado com a demonstração e garantia que o procedimento da pré-qualificação é adequado e suficiente, de que as premissas adotadas são compatíveis com o anseio da Administração Pública Municipal e de que a metodologia proposta para pré-qualificação é a que propicia maior segurança técnica entre as demais possíveis, devendo o parecer ser publicado nos mesmos termos do edital;

X - Homologação pela autoridade competente quanto ao parecer da Comissão, devendo a homologação ser publicada nos mesmos termos do edital;

XI - Os licitantes e os bens pré-qualificados serão obrigatoriamente divulgados e mantidos à disposição do público;

XII - Os bens e os serviços pré-qualificados deverão integrar o catálogo de bens e serviços da Administração.

§ 1º Na pré-qualificação observar-se-á o seguinte:

I - Quando aberta a licitantes, poderão ser dispensados os documentos que já constarem do registro cadastral;

II - Quando aberta a bens, poderá ser exigida a comprovação de qualidade.

§ 2º O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição de interessados.

Art. 4º A pré-qualificação de licitante:

I - Não o define vencedor do processo licitatório;

II - Não atribuirá direito de preferência;

III - Não implicará em pagamento/remuneração, nem mesmo ressarcimento de qualquer gasto para a realização da pré-qualificação;

IV - Não o torna contratado.

Art. 5º A pré-qualificação de bem:

I - Não implicará em ressarcimento de qualquer gasto para a realização da pré-qualificação, inclusive se solicitada amostra ou prova de conceito do bem.

Art. 6º Quanto ao prazo, a pré-qualificação terá validade:

I - De 1 (um) ano, no máximo, e poderá ser atualizada a qualquer tempo;

II - Não superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.

Art. 7º A licitação que se seguir ao procedimento da pré-qualificação poderá ser restrita a licitantes ou bens pré-qualificados.

Art. 8º Conforme art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, cabe:

I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado, sua alteração ou cancelamento;

II - Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso.

§ 1º O recurso de que trata o inciso I será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 2º O acolhimento do recurso de que trata o inciso I implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 3º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 4º Será assegurado ao recorrente vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

§ 5º O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

§ 6º Na elaboração da decisão a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Art. 9º Os casos omissos serão dirimidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, com o auxílio das unidades de assessoramento jurídico e de controle interno.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de agosto de 2023.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

ROSMARI ZANELLA
Secretária de Administração

CONTRATO Nº 060/2023

Publicação Nº 5090973

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3BD7FE9B8012EE9B827C32A3B66BF04A6A01186D

**CONTRATO Nº. 060/2023**

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, doravante denominado **CONTRATANTE**, resolve, em face das propostas apresentadas da Pessoa Jurídica **TUANI BUZATTO 10841146900**, inscrita no CNPJ sob o nº 45.900.245/0001-03 estabelecido na Est. Linha Bela Vista, S/N Interior do Município de Tigrinhos Estado de Santa Catarina, doravante denominado **CONTRATADA**, sujeitando-se as partes ao Processo nº. 1582/2023 na modalidade de Dispensa por Justificativa nº. 1396/2023, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM OFICINAS NO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO – SCFV, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	160,00	HR	SERVIÇOS DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA MINISTRAR AULA DE DANÇA E COREOGRAFIAS INCLUINDO BALLET, COM PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO EM EVENTOS.	R\$ 55,00

II - As quantidades descritas acima serão ministradas conforme demanda apresentada através de cronograma elaborado pela Secretaria de Assistência Social. As aulas serão ministradas pela Professora **TUANI BUZATTO**, não podendo ser substituído sem aviso e autorização prévia da Secretaria de Assistência Social.

III - O controle das horas será efetuado por funcionário do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV, através de planilha onde será assinada pelo profissional e a funcionaria no final de cada mês, para efetuar o pagamento.

IV – A hora começará a ser contada a partir do início dos serviços no município, sendo o deslocamento, para a conclusão dos serviços é por conta da empresa e/ou proponente vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a **FORNECEDORA** a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos serviços, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 609/2022, com cláusulas regidas pelas determinações das Leis nº. 8.666/93.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo **MUNICÍPIO** ao local de fornecimento dos Serviços.

VI – Os serviços deverão ser realizados em local e horários estipulados pela Secretaria de Assistência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Av. Flor do Sertão, 696,
Centro - CEP: 89878-000
CNPJ: 01566621/0001-08



Tel: (49) 3668-1000

www.flordosertao.sc.gov.br

administracao@flordosertao.sc.gov.br

[facebook.com/turismoflor](https://www.facebook.com/turismoflor)



I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **FORNECEDORA**;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização dos serviços realizados (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o serviço é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos serviços a serem realizados a Servidora Aline Mara Engel.

III - O gestor deste contrato, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos serviços para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado no contrato não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2023.

07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
082430015.2.036400 – Serv. de Conv. e Fortalecimento de Vínculos - SCFV
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.
Fonte de recurso – 1500

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - O presente contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2023, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A **FORNECEDORA** poderá ter seu registro cancelado:



Av. Flor do Sertão, 696,
Centro - CEP: 89878-000
CNPJ: 01566621/0001-08



Tel: (49) 3668 -1000



www.flordosertao.sc.gov.br



administracao@flordosertao.sc.gov.br



facebook.com/turismoflor



I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na realização dos serviços sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Av. Flor do Sertão, 696,
Centro - CEP: 89878-000
CNPJ: 01566621/0001-08

Tel: (49) 3668 -1000

www.flordosertao.sc.gov.br

administracao@flordosertao.sc.gov.br

[facebook.com/turismoiflor](https://www.facebook.com/turismoiflor)



I – A **FORNECEDORA** é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A **FORNECEDORA** fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 25 dias do mês de agosto de 2023.

MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO
CONTRATANTE

TUANI BUZATTO 10841146900
CONTRATADA

MOACIR SCHWERTZ
TESTEMUNHA

PAULO ROBERTO BEGNINI
TESTEMUNHA

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar o cumprimento deste contrato.

ALINE MARAR ENGEL
Secretaria de Assistência Social

Após análise do conteúdo do contrato acima, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela legislação vigente, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.

MARIA LOIVA DE ANDRADE
Procurador/Advogado do Município
OAB/SC nº. 8264



Av. Flor do Sertão, 696,
Centro - CEP: 89878-000
CNPJ: 01566621/0001-08



Tel: (49) 3668 -1000

www.flordosertao.sc.gov.br

administracao@flordosertao.sc.gov.br

[facebook.com/turismoflor](https://www.facebook.com/turismoflor)

DECRETO Nº. 87/2023

Publicação Nº 5091663

DECRETO N.º 087/2023.**SUPLEMENTA VERBAS DO
ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0760 /2022.

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Administração, a importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 – Departamento de Administração	
06.181 – Policiamento	
06.181.0005 – Flor do Sertão Segura	
06.181.0005.2.062 – Manut. Conv. Radio Patrulha/Conv.Transito/Prefeitura e Funrebom	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	35.000,00
Fonte: 1752 – Convênio de Trânsito – Militar	
TOTAL FONTE	35.000,00

ART. 2º - O recurso para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º é proveniente de anulação de dotação do orçamento vigente, conforme a seguir:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 – Departamento de Administração	
06.181 – Policiamento	
06.181.0005 – Flor do Sertão Segura	
06.181.0005.2.062 – Manut. Conv. Radio Patrulha/Conv.Transito/Prefeitura e Funrebom	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	35.000,00
Fonte: 1752 – Convênio de Trânsito – Militar	
TOTAL FONTE	35.000,00

ART. 3º - Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Saúde, a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE	
06.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301 – Atenção Básica	
10.301.0013 – Saúde Nota 1000	
10.301.0013.2.023 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos	
TOTAL FONTE	100.000,00

ART. 4º - O recurso para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo 2º é proveniente de anulação de dotação do orçamento vigente, conforme a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE	
06.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301 – Atenção Básica	
10.301.0013 – Saúde Nota 1000	
10.301.0013.2.023 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos	
TOTAL FONTE	100.000,00

ART. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 24 dias de agosto de 2023.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

Formosa do Sul

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 878 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089704

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 878 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DE PADRONIZAÇÃO DOS PASSEIOS NO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de padronização dos passeios, que obedecerão às especificações técnicas dispostas no Anexo I desta lei.

Art. 2º Considera-se sujeito passivo da Contribuição de Melhoria o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel localizado nos lotes mencionados no anexo I desta Lei.

§1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores.

§2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

Art. 3º Em decorrência da execução pelo Poder Executivo Municipal das obras de padronização dos passeios nos imóveis especificados no anexo I desta lei, será cobrada a Contribuição de Melhoria, observados os seguintes critérios:

I - Serão considerados beneficiados pela obra os imóveis que ainda não possuem calçadas;

II - O valor da contribuição de melhoria terá como Limite Total a despesa realizada com a execução da obra e como Limite Individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§1º No custo total da obra poderão ser incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, administração, desapropriação, execução e financiamento, inclusive os respectivos encargos, bem como valores dos materiais e da mão de obra.

Art. 4º Para cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração Pública publicará edital de execução das obras, contendo, entre outros elementos julgados convenientes, os seguintes:

I - Delimitação das áreas diretamente beneficiadas e a relação dos proprietários de imóveis nelas compreendidos;

II - Memorial descritivo do projeto;

III - Orçamento total do custo da obra;

IV - Determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 5º Os proprietários dos imóveis beneficiados pela obra terão o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do Edital referido no artigo 4º, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§1º As impugnações deverão ser apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Fazenda, o qual pode requisitar a manifestação de outras secretarias, devendo proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

§2º A comunicação ao interessado da decisão referida no §1º deste artigo pode ser feita:

I – Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

II – Pela Agência dos Correios, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP), se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR), se contribuinte pessoa jurídica;

III – Por publicação no Diário Oficial do Município.

§3º A impugnação não impedirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão somente terá efeitos para o impugnante.

Art. 6º Executada a obra, na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança, proceder-se-á o lançamento referente a esses bens depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 7º O órgão encarregado do lançamento deverá escriturar, em registro próprio, o débito da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o proprietário, diretamente ou por edital, com as seguintes informações:

I - Identificação do sujeito passivo e o valor da Contribuição de Melhoria;

II - Modalidades de pagamento;

III - prazo para reclamação e impugnação.

Art. 8º A Contribuição de Melhoria será arrecadada em até 30 (trinta) dias após o seu lançamento.

§ 1º Ao contribuinte que efetuar o recolhimento total da contribuição de Melhoria até a data do vencimento será concedido um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do tributo.

§ 2º O pagamento parcelado, que não excederá a 24 (vinte e quatro) parcelas, poderá ser concedido mediante prévio requerimento do contribuinte.

§ 3º As parcelas serão corrigidas monetariamente no dia do efetivo recolhimento pela unidade fiscal do Município.

§4º O atraso no pagamento das prestações fixadas no lançamento sujeitará o contribuinte à multa de mora de 12% (doze por cento) ao ano.

Art. 9º No lançamento, sua notificação e demais aspectos não especificados nesta Lei, serão observadas as normas e procedimentos estabelecidos na Lei Complementar nº 010, de 12 de dezembro de 2001, que instituiu a Código Tributário do Município de Formosa do Sul, no Decreto-Lei 195, de 24 de fevereiro de 1967 e no Código Tributário Nacional.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 24 de agosto de 2023.

JORGE ANTONIO COMUNELLO
Prefeito Municipal

ANEXO I RELAÇÃO DOS IMÓVEIS

IMÓVEIS CONTEMPLADOS COM AS BENFEITORIAS DA PADRONIZAÇÃO DAS CALÇADAS		
OBRA:	PADRONIZAÇÃO DOS PASSEIOS - BENFEITORIAS	Área = 1.482,78 m²
LOCALIZAÇÃO	COMPRIMENTO DE CALÇADA (m)	
AV. GETÚLIO VARGAS (2,00 m de passeio)	245,32	
QUADRA 50	80,00	
LOTE 12	14,00	
LOTE 13	14,00	
LOTE 08	20,00	
LOTE 01	32,00	
QUADRA 13	60,40	
LOTE 10'	60,40	
LOTE 10	52,60	
QUADRA 41	77,92	
LOTE 8	17,00	
LOTE 19	16,50	
LOTE 24	16,50	
LOTE 25	27,92	
QUADRA 6	27,00	
LOTE 2	27,00	
RUA GOVERNADOR IVO SILVEIRA (2,00 m de passeio)	128,00	
QUADRA 48	82,00	
LOTE 9	22,00	
LOTE 8	15,00	

LOTE 7	15,00
LOTE 5	15,00
LOTE 3	15,00
QUADRA 7	30,00
LOTE 10	30,00
QUADRA 51	16,00
LOTE 9	16,00
RUA ANTONIO CELLA (2,00 m de passeio)	95,02
QUADRA 14	70,02
LOTE 1	16,66
LOTE 3/2	33,36
LOTE 4	20,00
QUADRA 5	25,00
LOTE 2	25,00
RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA (1,50 m de passeio)	122,00
QUADRA 11	32,00
LOTE 12	16,00
LOTE 4	16,00
QUADRA 10	30,00
LOTE 9	30,00
QUADRA 5	16,00
LOTE 13	16,00
LOTE 3	16,00
QUADRA 6	20,00
LOTE 7	20,00
QUADRA 7	24,00
LOTE 7	15,00
LOTE 9	9,00
RUA SANTA CATARINA (2,00 m de passeio)	78,00
QUADRA 13	30,00
LOTE 10A	30,00
QUADRA S/N	20,00
LOTE 10	20,00
QUADRA 10	48,00
LOTE 1	24,00
LOTE 1A	24,00

TERMO ADITIVO N.º 06/2023 AO CONTRATO SUPERIOR N.º 44/2022 FIRMADO EM 28/06/2022

Publicação Nº 5091620

TERMO ADITIVO N.º 06/2023 AO CONTRATO SUPERIOR N.º 44/2022 FIRMADO EM 28/06/2022.

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL pessoa jurídica de direito público, Estado de Santa Catarina, com endereço na Avenida Getúlio Vargas nº580, inscrita no CNPJ sob o nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor JORGE ANTÔNIO COMUNELLO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado à empresa URBANIZAÇÃO NELSON VIEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.281.305/0001-75, com sede na Rua João XXIII, cidade de Novo Horizonte/SC neste ato representada por seu representante legal, Senhor NELSON VIEIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, celebram entre si o presente contrato, que será regido pela Lei nº 8.666/1993, pelo Processo Licitatório nº 44/2022, na Modalidade Tomada de Preços p/Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2022 e pelas cláusulas e condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA– DO PRAZO DE VIGÊNCIA

0.1 Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Quinta do Contrato Originário por mais 30 (trinta) dias, passando a vigorar do dia 28 de agosto de 2023 à 27 de setembro de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato firmado e que não tenha sido por este alterado. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, assim, por estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Formosa do Sul- SC, 24 de agosto de 2023.

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO NELSON VIEIRA
Prefeito Municipal Representante Legal

ANDERSON TISSIANI VEDANA
Advogado
OAB/SC 24031

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 37/2023

Publicação Nº 5090686

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 37/2023
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADA – ND MARCELINO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para Reconstrução da cozinha, 56,61m², e Reforma Geral, 246,00m², do Centro Comunitário Santa Clara, Localizado na Rua Clara Hoepers Heerdt, no Bairro Santa Clara, Município de Forquilha – SC.

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 13.615,97 (treze mil, seiscentos e quinze reais e noventa e sete centavos) ao Contrato 37/PMF/2023, a fim de efetivar os pagamentos dos serviços aditados, conforme solicitação do Setor de Engenharia.

DO ORÇAMENTO – As despesas decorrentes deste aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Aquisição de área, Construção, Ampliação e Reforma de Edificações Públicas e Praças. | Dotação: 78 – 2.500.0000.0705 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários | Elemento de Despesa: 4.4.90.51.91.00 – Obras em Andamento.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Artigo nº 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 24 de agosto de 2023.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

COMUNICADO IR

Publicação Nº 5091156

COMUNICADO AOS FORNECEDORES EM GERAL RETENÇÃO DO IR

O Município de Galvão/SC, comunica a seus fornecedores de bens e prestadores de serviços – por força do Tema 1.130 do Supremo Tribunal Federal; do artigo 158 inciso I da Constituição de 88; da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal, do Decreto Municipal 239/2023, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Improbidade Administrativa e dos princípios que regem a Administração Pública – que os pagamentos dos documentos fiscais que forem emitidos a partir de 28 de agosto de 2023, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal.

A sistemática de retenção do imposto de renda na fonte, quando do fornecimento de bens ou prestação de serviços ao Município, será a mesma da adotada pela União, porém agora pelo Município. A diferença reside no fato de que os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta de Galvão-SC, reterão apenas os valores referentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), enquanto que no âmbito da União, além da retenção do IRPJ, são retidos também os valores relativos ao Pis, ao Cofins e à CSLL.

A retenção do IRPJ pelo Município não representa criação ou majoração do tributo, constituindo-se apenas na antecipação do valor que deverá ser pago a título de IRPJ, pela pessoa jurídica, à Receita Federal.

De acordo com o art. 9º da Instrução Normativa 134/12, o valor do IRPJ retido poderá ser compensado ou deduzido pelo fornecedor ou prestador que sofreu a retenção, conforme regras descritas na instrução normativa de regência.

No envio de faturas ou boletos com pagamentos através de código de barras ou código pix, o valor a ser pago constante nessas faturas ou boletos deverá levar em consideração o valor a ser retido, gerando assim o valor líquido a ser pago (valor bruto, menos o valor da retenção).

Essa sistemática garante que os recursos da retenção do IR fiquem 100% em nosso Município.

O Município de Galvão agradece a atenção e compreensão de todos.

Galvão – SC, 24 de agosto de 2023.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Leonídio Levinski
Contador Municipal

DECRETOS 2023 - 239

Publicação Nº 5091106

DECRETO Nº 239/2023**DISPÕE SOBRE A ADOTAÇÃO A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.234/2012 E SUAS ALTERAÇÕES DE BENS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE GALVÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o estabelecido na Constituição Federal, art. 158, inciso I, o qual preconiza que pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO a tese fixada no Recurso Extraordinário nº 1.293.453, Tema nº 1130, publicado em 21 de outubro de 2021, da Repercussão Geral que deu interpretação conforme à Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 1996 para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços e possibilitar a utilização do mesmo regramento aplicado pela União, no caso, a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Imposto de Renda Retido na Fonte é de competência mensal, o que exige a imediata adequação dos procedimentos para fins de aplicação do novo regramento aos contratos em curso com vistas a assegurar o cumprimento do disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 04 de junho de 2000 (LRF);

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações a Receita Federal do Brasil e a Receita do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município de Galvão-SC, em todas as suas contratações com pessoas físicas e jurídicas, deverá observar o disposto no artigo 64 da Lei Federal nº 9.430, 27 de dezembro de 1996 e, também, na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.

Art. 2º Em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores, os órgãos e entidades da administração pública municipal direta, indireta e fundações ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do IR sobre os documentos emitidos a partir do dia 28 de agosto de 2023, conforme tabela de retenção constante no Anexo I.

§ 1º Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem como os Impostos sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), sobre os pagamentos efetuados, conforme Instrução Normativa RFB 1234/2012, suas posteriores alterações ou outra norma que venha a substituí-la, onde será obrigação da CONTRATADA o destaque destes impostos no corpo das suas notas fiscais emitidas.

§ 2º Não haverá a retenção prevista no §1º caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317/96, ou encontre-se em uma das situações elencadas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, suas alterações posteriores ou outra norma que venha a substituí-la.

§ 3º Igualmente, não haverá retenção sobre pagamentos a instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532 de 1997, e as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, em relação às suas receitas próprias.

§ 4º As entidades enquadradas no §2º e §3º deste artigo deverão informar no documento fiscal, apontando a fundamentação legal ou apresentar junto a nota fiscal aos órgãos e entidades contratantes, respectivamente conforme seu enquadramento, as declarações constantes nos anexos II, III e IV para fins de não retenção do IR na fonte, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto de renda do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

§ 5º As entidades referidas no caput não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio com a Receita Federal do Brasil nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 10.833, de 2003.

Art. 3º. A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 2º, inclusive convênios com o terceiro setor.

Parágrafo Único. Em relação às novas contratações, os órgãos e entidades mencionados no art. 2º devem adequar os editais e minutas padrão dos contratos administrativos.

Art. 4º. A contar do dia 28 de agosto de 2023, os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir documentos fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 2012 e suas alterações, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 2º.

§ 1º Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à CONTRATANTE.

§ 2º Os documentos fiscais emitidos em desacordo com o previsto no caput deste artigo, caso não possam ser substituídos ou retificados por meio de Carta de Correção e para fins exclusivos de indicar a retenção, igualmente incorrerão na retenção do Imposto de Renda, na forma prevista neste Decreto.

Art. 5º. Fazem parte do presente Decretos os seguintes documentos em anexo:

ANEXO I - NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO E ALIQUOTAS APLICADAS;

ANEXO II - DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELAS PARA EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL;

ANEXO III - DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS, A QUE SE REFERE O ART. 12 DA LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997;

ANEXO IV - DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELAS INSTITUIÇÕES DE CARÁTER FILANTRÓPICO, RECREATIVO, CULTURAL, CIENTÍFICO E ÀS ASSOCIAÇÕES CIVIS, A QUE SE REFERE O ART. 15 DA LEI Nº 9.532, DE 1997.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de agosto de 2023.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

ANEXO I

NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO	PERCENTUAL A SER RETIDO APLICADO AO IRPJ
---	---

<ul style="list-style-type: none"> ● Alimentação; ● Energia elétrica ● Serviços prestados com emprego de materiais; ● Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; ● Serviços hospitalares de que trata o art. 30 da IN RFB 1234/2012; ● Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31 da IN RFB 1234/2012. ● Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767, art. 5º da IN RFB 1234/2012; ● Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767, art. 5º da IN RFB 1234/2012; e ● Mercadorias e bens em geral 	1,2
<ul style="list-style-type: none"> ● Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19 da IN RFB 1234/2012; ● Álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20 da IN RFB 1234/2012; ● Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21 da IN RFB 1234/2012. 	0,24
<ul style="list-style-type: none"> ● Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas; ● Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista; ● Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas; ● Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). 	0,24
<ul style="list-style-type: none"> ● Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; ● Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; ● Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22 da IN RFB 1234/2012, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas; 	1,2

<ul style="list-style-type: none">• Produtos a que se refere o § 2º do art. 22 da IN RFB 1234/2012;• Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k" do inciso I do art. 5º da IN RFB 1234/2012;• Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º da IN RFB 1234/2012.	
<ul style="list-style-type: none">• Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850.	2,40
<ul style="list-style-type: none">• Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	2,40
<ul style="list-style-type: none">• Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas cooperativas	0,00
<ul style="list-style-type: none">• Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;• Seguro saúde.	2,40
<ul style="list-style-type: none">• Serviços de abastecimento de água• Telefone;• Correio e telégrafos;• Vigilância;• Limpeza;• Locação de mão de obra;• Intermediação de negócios;• Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;• Factoring;• Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal;• Demais serviços.	4,80

ANEXO II**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELAS EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL***

Ilmo. Sr.
(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº
DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na
fonte do IRPJ, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de
1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação
de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno
Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de
14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará,

com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

*A presente declaração poderá ser substituída pela identificação da condição de "**Simples Nacional**" em nota fiscal ou pela **Certidão de Simples Nacional**.

ANEXO III**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS, A QUE SE REFERE O ART. 12 DA LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997;**

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

(Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº
DECLARA

à (nome da entidade pagadora), que não está sujeita à retenção, na fonte, do IRPJ, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, por se enquadrar em uma das situações abaixo:

I - INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO:

1. () Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, por cumprir os requisitos previstos no art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.
2. () Entidade de ensino superior, em gozo regular da isenção prevista no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, por ter aderido ao Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, conforme Termo de Adesão vigente no período da prestação do serviço ou do fornecimento do bem (doc. Anexo).

II - ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- 1.() Instituição educacional em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério da Educação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.
- 2.() Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério de sua área de atuação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009.

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e para fins do art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, que:

- a) é representante legal da entidade e assume o compromisso de informar, imediatamente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao órgão ou à entidade contratante, qualquer alteração na situação acima declarada;
- b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO IV**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELAS INSTITUIÇÕES DE CARÁTER FILANTRÓPICO, RECREATIVO, CULTURAL, CIENTÍFICO E ÀS ASSOCIAÇÕES CÍVIS, A QUE SE REFERE O ART. 15 DA LEI Nº 9.532, DE 1997;**

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

(Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº D
ECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IR, a que se refere o art.64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter, a que se refere o art 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) é entidade sem fins lucrativos;
- b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;
- c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;
- d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- g) apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), quando se encontra na condição de obrigado e em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
- h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art.299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO 068/2023 PORTAL

Publicação Nº 5090120

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE GALVÃO****CNPJ:** 83.009.902/0001-16**Telefone:** (49) 3342-1111**Endereço:** Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro**CEP:** 89838-000 - Galvão**TOMADA DE PREÇOS****Nr.: 7/2023****Processo Adm.: 68/2023****Data do Processo: 27/07/2023****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 22, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 68/2023
b) **Nr. Licitação:** 7/2023 - TP
c) **Modalidade:** Tomada de preços
d) **Data de Homologação:** 24/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM PORTAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS, COM RECURSOS FINANCEIROS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM, ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 0639/2021.

Participante: ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM PORTAL TURÍSTICO - NO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, PROJETOS E MEMORIAL DESCRITIVOS, COM RECURSOS FINANCEIROS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM, ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 0639/2021. Marca: ELETRO	1,000	UND	99.329,95	99.329,95

Total do Participante: 99.329,95**Total Geral: 99.329,95**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA	06.001.15.451.1501.1013.4.4.90.00.00	R\$ 99.329,95

Galvão, 24/08/2023

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO

Assinatura do Responsável

PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023

Publicação Nº 5090664

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7B7F188720401DBAE99FBC0B377E323CA73B973D

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO****PROCESSO LICITATÓRIO 081/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2023
7B7F188720401DBAE99FBC0B377E323CA73B973D****1. PREÂMBULO**

1.1 O Prefeito Municipal Senhor **ADMIR EDI DALLA CORT**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na **MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** para contratação da empresa **LUCIANO RICARDO MACIEL GONÇALVES 04959192925**, inscrita no CNPJ 18.820.344/0001-02, com sede na Rua Castro, 59, Bairro Miniguaçu no município de Francisco Beltrão – PR CEP 85.605-180, representada neste ato pela sua representante legal **LUCIANO RICARDO MACIEL GONÇALVES**, brasileira, portador do CPF nº 00*.***.9*9-3* e do RG 3***.3*6 SSP/PR, regendo-se este Processo Licitatório pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações.

2. OBJETO

2.1 – Trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA O DIA DAS CRIANÇAS E AS FESTIVIDADES NATALINAS A SEREM REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC**, através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para realização dos serviços conforme solicitação da Administração e ANEXO I.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Conforme justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Educação surgiu a necessidade dos serviços de locação, considerando que Município de Galvão, neste ano de 2023, em atenção às comemorações do dia das crianças e as festividades natalinas, tem o intuito de disponibilizar brinquedos para as crianças do Município de Galvão, na praça municipal Vereador Miguel Oligini como forma de ofertar momentos de descontração e lazer, além de que atenderão todas as crianças em diversas faixa etárias, possibilitando que todas brinquem gratuitamente, neste dia.

Desta feita, realizada a pesquisa de mercado para formalização de contratação pelo menor preço ofertado, foi realizada a seleção da empresa contratada por atender também as exigências legais e possuir histórico de prestação de serviços com qualidade, segurança e eficiência.

4. ENQUADRAMENTO LEGAL

4.1 O presente processo de dispensa de licitação encontra-se fundamentado no Artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, "II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)" consolidada, com documentação apensa aos autos deste processo, fatos estes então ora enumerados e justificados que caracterizam claramente a contratação.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br

Página 1 de 6



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO

Dotação: 17 - 33.90.30.99.00.00

Fonte: 1.500.1001.0000

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1 A mesma será contratada considerando que se averiguou que os preços praticados são condizentes com o mercado. **O valor total da proposta é de R\$ 12.530,00 (doze mil quinhentos e trinta reais).** Onde a empresa apresentou o menor valor dos orçamentos.

7. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

7.1 Tendo em vista a empresa **LUCIANO RICARDO MACIEL GONÇALVES 04959192925** foi escolhida, devido à mesma demonstrar interesses em fornecer os serviços de locação dos brinquedos em tempo hábil, que seja de qualidade, segurança e satisfatório ao município.

7.2 Os brinquedos serão instalados em local a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação, devendo estar disponíveis para utilização até as 14h00, em ambos os dias programados.

8. DO PREÇO

8.1 O valor total do presente CONTRATO, que representa a soma do valor da prestação de serviço é de **R\$ 12.530,00 (doze mil quinhentos e trinta reais); sendo R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais) para os brinquedos a serem utilizados em comemoração ao Dia das crianças, no dia 07 de outubro e, R\$ 4.430,00 (quatro mil quatrocentos e trinta reais) para as festividades natalinas.**

9. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;

9.2 A locação deve estar em conformidade estabelecida no Edital em referencia, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias;

9.3 Dar plena garantia sobre a qualidade da prestação de serviço;

9.4 Cumprir rigorosamente todas as especificações contidas no Edital e na Proposta apresentada.

9.5 A nota fiscal deverá ser emitida conforme o número da autorização de fornecimento que a originou e encaminhada previamente para o e-mail: **compras@galvao.sc.gov.br**

9.6 Apresentar todos os documentos para o Processo licitatório:

- a) Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- c) Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- e) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g) Falência e concordata e recuperação Judicial.
- h) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- i) CPF e ID do responsável pela assinatura do contrato.

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVÃO

j) Contrato social / Ata da Posse / Estatuto / documento MEI

10. DA VIGÊNCIA

10.1 O prazo da locação tem seu início na assinatura do contrato até **31 de dezembro de 2023**.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - Da Forma de Pagamento

11.1.1 - Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo prazo máximo 40 (quarenta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

11.1.2 - O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de objetos efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade.

11.1.3 - Nos pagamentos serão retidos os valores devidos ao Município, conforme a legislação vigente.

11.1.4 - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de atualização monetária, aplicando-se o INPC.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

12.1 - A EMPRESA, por seus responsáveis e prepostos, obrigar-se-á em:

12.1.1 Realizar a prestação dos serviços, dentro do prazo estabelecido pela Administração do Município, disponibilizando 04 (quatro) monitores, em cada dia, para acompanhamento das crianças durante o uso dos brinquedos.

12.1.2 Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena a aplicação das penalidades previstas no presente contrato e cancelamento do mesmo;

12.1.3 Arcar pelos danos que possam afetar o município ou terceiros em qualquer caso, durante a prestação de do serviço, bem como a recuperação ou indenização sem ônus ao Município em todas as esferas administrativas e jurídicas;

12.1.4 Cumprir com responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, e ainda todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

12.1.5 Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

12.1.6 Fornecer nota fiscal dos serviços a ser emitida de acordo com cada pedido a qual deverá impreterivelmente apresentar o número da autorização de fornecimento que a originou e encaminhada previamente para o e-mail: compras@galvao.sc.gov.br

12.1.7 A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Contratante Sra. **Zoleide Marconsoni, Secretária de Educação** nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br

Página 3 de 6



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO

13.1 - O Município ficará obrigado a:

- a) promover, por seu responsável o Sra. **Zoleide Marconsoni, Secretária de Educação**, para o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.
- b) efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

14. DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 a 99 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito de qualquer indenização.

14.2 A rescisão contratual poderá ser:

14.2.1 Determinada por ato unilateral da administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

14.2.2 Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a administração;

14.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

14.3 A aplicação das penalidades previstas no item anterior não eximirão a concessionária da restituição aos cofres públicos dos danos causados a administração pública em face a inexecução total ou parcial do objeto.

14.4 O Município reserva o direito de rescindir o presente contrato independentemente de interpelação extrajudicial, sem que caiba a empresa o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

14.4.1 Quando a empresa falir, for dissolvido ou por superveniente incapacidade técnica;

14.4.2 Quando a empresa transferir, no todo ou em parte o contrato;

14.4.3 Quando houver paralisação das atividades comerciais da empresa pelo prazo de 30 (trinta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo contratante.

15. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

15.1 Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, numerado em ordem crescente, respeitados os valores máximos que caracterizam a referida dispensa de licitação.

16. PENALIDADES

Se a contratada não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

16.1 Advertência;

16.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Galvão – SC;

16.3 Pagamento de multa equivalente a 20 % (vinte por cento) do valor total inicial do contrato;

16.4 Declaração de inidoneidade;

16.5 Rescisão contratual em caso de três faltas e infrações cometidas.

16.6 As demais penalidades previstas no Art. 81 a 99 da Lei nº 8.666/93;

16.7 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br

Página 4 de 6



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO

Município de Galvão – SC, em favor da empresa. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

16.8 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestado a mesma, até o julgamento do pleito

17. DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

17.1 Os fatores não delineados no presente instrumento serão regidos de acordo com as normas constantes na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

17.2 Fica eleito o Foro da **Comarca de São Domingos - SC**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Integram este Contrato, para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, a prestação de serviço do Processo Licitatório nº 081/2023 na Dispensa de Licitação nº 014/2023, do Município de Galvão - SC.

18.2 E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Galvão, 24 de agosto de 2023.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

ZOLEIDE MARCONSSONI
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/GESTORA/FISCAL

LUCIANO RICARDO MACIEL GONÇALVES 04959192925
LUCIANO RICARDO MACIEL GONÇALVES

Assessor Jurídico.

Advº **Evandro Fernandes Andre** OAB/SC 29159 _____

Testemunhas:

1. Roberval Dalla Cort. CPF 02*.***.1*9-0* _____

2. Juliane Baldissera CPF 0*3.***.5*9-4* _____

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br

Página 5 de 6



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS BRINQUEDOS LOCADOS POR PROGRAMAÇÃO

1. Para o dia **07 de outubro de 2023** a contratação representa uma despesa total de **R\$ 8.100,00** (oito mil e cem reais), com início às 15h00min até 20h30min. constando a locação dos seguintes brinquedos:
 - 1 Cama elástica multicolorida 3,15 mts;
 - 1 Cama elástica gigante multicolorida 4,30 mts;
 - 1 Kid Play fazenda inflável 5x5 mts;
 - 1 Futebol no sabão inflável 10 C x 5L mts;
 - 1 Carrossel 8 pôneis 5 x 5 mts;
 - Tobogã inflável gigante;
 - Touro mecânico trifásico modelo rodeio 5 x 5 mts;
 - Big jump 4 módulos;
 - Carreta kid play;
 - 4 monitores.
2. Para o dia **02 de dezembro de 2023** a contratação representa uma despesa total de **R\$ 4.430,00** (quatro mil, quatrocentos e trinta reais), com início às 15h00min até 20h30min, constando a locação dos seguintes brinquedos:
 - 1 Cama elástica gigante multicolorida 4,30 mts;
 - 1 Kid Play fazenda inflável 5x5 mts;
 - 1 Futebol no sabão inflável 10 C x 5L mts;
 - Tobogã inflável gigante;
 - Touro mecânico trifásico modelo rodeio 5 x 5 mts;
 - Carreta kid play;
 - 4 monitores.
3. **Das obrigações para a prestação dos serviços:**
 - 3.1 Todos os brinquedos deverão estar instalados e prontos pra uso com, **no mínimo, 01 (uma) hora de antecedência do horário previsto para o início das atividades com as crianças**, devendo ser verificado todas as condições necessárias para garantir a prestação dos serviços ora contratados e, principalmente, preservar a integridade e segurança dos participantes;
 - 3.2 Todos os documentos para liberação de utilização dos brinquedos são de responsabilidade da empresa contratada.

Garopaba

PREFEITURA

ERRATA PORTARIA Nº. 2770/2023

Publicação Nº 5090846

MUNICÍPIO DE GAROPABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS

ERRATA: Portaria n.º 2770/2023

O Município de Garopaba por sua Secretaria de Administração e Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna pública a seguinte alteração na Portaria Municipal n.º 2770/2023, datada de 23/08/2023:

Onde se lê: "Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, a servidora BRUNA GONÇALVES PEREIRA, matrícula n.º 7658-04, Diretor Administrativo de Administração, para responder interinamente e sem ônus, pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, no período de 25/08/2023 a 30/09/2023."

Leia-se: "Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, a servidora BRUNA GONÇALVES PEREIRA, matrícula n.º 7658-04, Diretor Administrativo de Administração, para responder interinamente e sem ônus, pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, no período de 25/08/2023 a 30/08/2023."

Garopaba, 24 de agosto de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Errata no DOM/SC em 25/08/2023, de acordo com a Lei Municipal nº 2.446 de 26/08/2022.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 500.2023 - FERNANDA MENDES VIANA

Publicação Nº 5091293

Processo Seletivo 03/2023

O Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 500/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: FERNANDA MENDES VIANA

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 2.640,00 (dois mil e seiscentos e quarenta reais) mensais

Vigência: De 16/08/2023 até 16/02/2025, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 502.2023 - GISELE SABRINI ROBIM BANDEIRA

Publicação Nº 5091305

Processo Seletivo 03/2023

O Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 502/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GISELE SABRINI ROBIM BANDEIRA

Objetivo: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - ESF

Valor: R\$ 1.915,14 (um mil e novecentos e quinze reais e quatorze centavos) mensais

Vigência: De 21/08/2023 até 21/02/2025, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 503.2023 - MAIRA SALETTE MAZUTTI

Publicação Nº 5091301

Processo Seletivo 03/2023

O Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 503/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MAIRA SALETTE MAZUTTI

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 2.640,00 (dois mil e seiscentos e quarenta reais) mensais

Vigência: De 23/08/2023 até 23/02/2025, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 504.2023 - ALINSUE GROSSER FERREIRA

Publicação Nº 5091296

Processo Seletivo 03/2023

O Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 504/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALINSUE GROSSER FERREIRA

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 2.640,00 (dois mil e seiscentos e quarenta reais) mensais

Vigência: De 23/08/2023 até 23/02/2025, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 505.2023 - GEAN RICARDO CORREIA LEITE

Publicação Nº 5090209

Processo Seletivo 03/2023

O Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 505/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GEAN RICARDO CORREIA LEITE

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 2.640,00 (dois mil e seiscentos e quarenta reais) mensais

Vigência: De 01/09/2023 até 01/03/2025, prorrogável conforme legislação vigente

PORTARIA Nº. 2772/2023

Publicação Nº 5092334

PORTARIA Nº. 2772, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR DO QUADRO GERAL DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E RENUMERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

Considerando o ato nº. 239 da Comissão Permanente do Processo de Comissão;

RESOLVE:

Art. 1º. NÃO CONCEDER A PROGRESSÃO VERTICAL conforme prevê

o art. 34 da Lei Complementar nº. 2.383, de 28 de dezembro de 2021, com a redação dada pela Lei Complementar nº. 2.453, de 29 de setembro de 2022, ao (a) servidor (a) ALEXANDRE GERMANI XAVIER, matrícula funcional nº. 8225-1, detentor (a) do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de agosto de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/08/2023, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2773/2023

Publicação Nº 5092335

PORTARIA Nº. 2773, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR DO QUADRO GERAL DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E RENUMERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

Considerando o ato nº. 236 da Comissão Permanente do Processo de Comissão;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ELEVAÇÃO DE GRAU ao (a) servidor (a) JOSIMERE MARIA DA SILVA, matrícula funcional nº. 8251-08, cargo efetivo em carreira de MERENDEIRA, do Grupo de Ensino Alfabetizado, Subgrupo I, do Padrão NIVEL I GRAU 2 para o Padrão NIVEL I GRAU 3.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor e com efeitos remuneratórios a partir de 26/08/2023.

Garopaba, 24 de agosto de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/08/2023, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2774/2023

Publicação Nº 5092337

PORTARIA Nº. 2774, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR DO QUADRO GERAL DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E RENUMERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

Considerando o ato nº. 237 da Comissão Permanente do Processo de Comissão;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ELEVAÇÃO DE GRAU ao (a) servidor (a) ROBERTO LUIZ ALVES FERRAZ JUNIOR, matrícula funcional nº. 8234-01, cargo efetivo em carreira de ALMOXARIFE, do Grupo de Ensino Fundamental, Subgrupo I, do Padrão NIVEL II GRAU 2 para o Padrão NIVEL II GRAU 3.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor e com efeitos remuneratórios retroativos a 12/08/2023.

Garopaba, 24 de agosto de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/08/2023, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2775/2023

Publicação Nº 5092350

PORTARIA Nº. 2775, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR DO QUADRO GERAL DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E RENUMERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

Considerando o ato nº. 238 da Comissão Permanente do Processo de Comissão;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ELEVAÇÃO DE GRAU ao (a) servidor (a) FABIO RAMOS DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº. 8224-01, cargo efetivo em carreira de VIGILANTE, do Grupo de Ensino Fundamental, Subgrupo II, do Padrão NIVEL II GRAU 2 para o Padrão NIVEL II GRAU 3.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor e com efeitos remuneratórios retroativos a 01/08/2023.

Garopaba, 24 de agosto de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/08/2023, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2787/2023

Publicação Nº 5092353

PORTARIA Nº. 2787, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº. 2291/2022, DE 08 DE AGOSTO DE 2022, ALTERADA PELA 3561/2022, 018/2023, 612/2023, 1589/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR o Artigo 1º da Portaria nº 2291/2022, alterada pela portaria nº. 3561/2022, 018/2023, 612/2023 e 1589/2023, que constitui a Comissão de Regularização Fundiária, designada através da portaria nº. 2291/2022, passando a ser composta por:

I. Representantes da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente:

Mariana Furtado Pacheco, Karenina Urriola Mendez, Werner Eduardo Bondan Ribeiro e Ana Claudia do Nascimento Silva, sob a presidência do primeiro e vice-presidência do segundo.

II. Representante da Secretaria de Infraestrutura:

Ricardo Luiz Pereira

III. Representante da Procuradoria Geral do Município:

Francielli Cararo

IV. Representante da Secretaria de Administração:

Marcos André Cascaes

V. Representante da Defesa Civil:

Rafael dos Santos Ulysea.

VI. Representante do Poder Legislativo Municipal:

João Julião Luz Lopes

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de agosto de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/08/2023, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2788/2023

Publicação Nº 5092355

PORTARIA Nº. 2788, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 2406/2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 2406/2023.

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Administrativo, instituído pela Portaria nº. 2406/2023, nos seguintes termos:

I – JULGAMENTO: Fica, nos termos do Art. 193 da Lei Municipal nº. 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da comissão de Processo Administrativo, portaria nº. 2599/2022, pela aplicação de DEMISSÃO ao Servidor R***** J*** C*****, matrícula nº 7205-6, conforme Inciso II e III do Art. 163 da Lei nº. 1000/2005, incompatibilizando também o servidor para o exercício de cargo pelo período de 03 (três) anos, conforme estabelece o Parágrafo Único, Inciso I, do Art. 163 da Lei Complementar nº. 1000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de agosto de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/08/2023, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2023 | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2023

Publicação Nº 5090388

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E VASILHAMES. O Município de Gaspar torna público, para conhecimento geral, que a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 97/2023 | Processo Administrativo nº 126/2023, realizada no dia 24/08/2023, restou DESERTA.

Gaspar (SC), 24 de agosto de 2023.
LUIS CARLOS SPENGLER FILHO
Chefe de Gabinete
MARCOS ROBERTO DA CRUZ
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa
SANTIAGO MARTIN NAVIA
Secretário Municipal de Saúde
CLEVERSON FERREIRA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura
SALÉSIO ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO
Secretário Municipal de Assistência Social
RAFAELE VANCINI
Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FMEL

EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 79/2023

Publicação Nº 5089121

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2023
EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 79/2023

Início da Vigência: 24/08/2023 | Vencimento: 23/08/2024
Objeto do Contrato: Contratação de Empresa objetivando a Prestação de Serviços de Coletas e Análises Laboratoriais Para as ETA'S e ETE'S.
Contratado: LABB LABORATORIOS LTDA (CNPJ nº 81.322.141/0001-22).
Valor do Contrato: R\$ 121.899,98 (cento e vinte e um mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Gaspar(SC), 24 de agosto de 2023.
JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023/53 CREDENCIAMENTO FMS Nº 004/2023 EXTRATO DO CONTRATO Nº 2023/2075

Publicação Nº 5089309

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023/53
CREDENCIAMENTO FMS Nº 004/2023
EXTRATO DO CONTRATO Nº 2023/2075

Início da vigência: 18/08/2023. Vencimento: 17/08/2024 Credenciamento nº 004/2023. Objeto: Contratação de entidades privadas ou filantrópicas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Consultas Especializadas, Procedimentos com a Finalidade Diagnóstica ou Cirúrgica, Hospitalar e Ambulatorial, de Média e Alta Complexidade, discriminados (constantes) na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS," através do sistema de gerenciamento da tabela SIGTAP. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ nº 11.436.906/0001-70). Contratado: CLÍNICA DI DOMÊNICO E SILVA LTDA (CNPJ nº 23.047.212/0001-20).

Gaspar/SC, 18 de agosto de 2023.
SANTIAGO MARTIN NAVIA
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023/97 CREDENCIAMENTO FMS Nº 005/2023 EXTRATO DO CONTRATO Nº 2023/2077

Publicação Nº 5089787

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023/97
CREDENCIAMENTO FMS Nº 005/2023
EXTRATO DO CONTRATO Nº 2023/2077

Início da vigência: 22/08/2023. Vencimento: 21/08/2024 Credenciamento nº 005/2023. Objeto: Contratação de entidades privadas ou filantrópicas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Consultas Especializadas, Procedimentos com a Finalidade Diagnóstica ou Cirúrgica, Hospitalar e Ambulatorial, de Média e Alta Complexidade, discriminados (constantes) na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS," através do sistema de gerenciamento da tabela SIGTAP. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ nº 11.436.906/0001-70). Contratado: RAMA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ nº 31.492.219/0001-89).

Gaspar/SC, 22 de agosto de 2023.
SANTIAGO MARTIN NAVIA
Secretário Municipal de Saúde

Gravatal

PREFEITURA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2018 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2018 - RENAN GUINCHOS EIRELI - PMG

Publicação Nº 5089633

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B753EA3B218947107E32218D82539C971832DDD5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

Contrato Nº: 46/2018
Aditivo Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2018
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICÍPIO DE GRAVATAL
Contratada: RENAN GUINCHOS EIRELI
Licitação: Concorrência para Concessões 2/2018
Objeto: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA REMOÇÃO, GUARDA, DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS, REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO, BEM COMO SOBRE O SERVIÇO DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E INFRAÇÕES PENAIAS NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.856/2017 E LEI MUNICIPAL Nº 1.909/2018.
Vigência: Início: 15/08/2023 Término: 13/11/2023
Assinatura: 15/08/2023

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2021 - VERSA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA - PMG

Publicação Nº 5089310

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C8C7693E66F7CC269D567ACFBCFA67085916738A

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

Contrato Nº: 32/2021
Aditivo Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2021
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICÍPIO DE GRAVATAL
Contratada: VERSA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Contratação de Serviços 2/2021
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia sanitária de disposição final em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos competentes para recebimento dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e outros compactáveis. Os serviços prestados deverão obedecer às normas técnicas aplicáveis e legislação pertinente, contemplando a operação e manutenção de Aterro Sanitário devidamente licenciado; A disposição final dos resíduos deverá ser realizada em Aterro Sanitário devidamente licenciado pelos órgãos competentes.
Vigência: Início: 24/08/2023 Término: 23/08/2024
Assinatura: 22/08/2023
Valor R\$ 368.865,00 (Trezentos e Sessenta e Oito Mil e Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais)
Dotação: 96 - 02.006.2037.3339039990000000000.150070000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2022 - AGRONEVES AGROPECUÁRIA LTDA - FMS

Publicação Nº 5089786

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EC8075708B25B77B86DA227487981E47341B7262

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL
Contrato Nº: 12/2023
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada: AGRONEVES AGROPECUARIA LTDA

Licitação: Pregão Presencial 17/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSUMOS DIVERSOS À PREFEITURA DE GRAVATAL, FUNDO(S) E AOS ÓRGÃOS CONVENIADOS - TAIS COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS E TINTAS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL-SINAPI, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Vigência: Início: 04/08/2023 Término: 04/08/2024

Assinatura: 04/08/2023

Valor R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Dotação: 157 - 03.001.2019.3339030990000000000.160070000064 - Outros materiais de consumo

MARIA PEREIRA CALEGARI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2022 - CATARINENSE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - FMS

Publicação Nº 5089839

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C184730CC09EA6B059B0728615137E8DE6C45253

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL

Contrato Nº: 13/2023

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: CATARINENSE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

Licitação: Pregão Presencial 17/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSUMOS DIVERSOS À PREFEITURA DE GRAVATAL, FUNDO(S) E AOS ÓRGÃOS CONVENIADOS - TAIS COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS E TINTAS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL-SINAPI, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Vigência: Início: 04/08/2023 Término: 04/08/2024

Assinatura: 04/08/2023

Valor R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação: 157 - 03.001.2019.3339030990000000000.160070000064 - Outros materiais de consumo

MARIA PEREIRA CALEGARI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2022 - AGRONEVES AGROPECUÁRIA LTDA - PMG

Publicação Nº 5089725

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 26CC55257FBFAD3BDF3F9A1BCB75C2EACF30ADEE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

Contrato Nº: 30/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE GRAVATAL

Contratada: AGRONEVES AGROPECUARIA LTDA

Licitação: Pregão Presencial 17/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSUMOS DIVERSOS À PREFEITURA DE GRAVATAL, FUNDO(S) E AOS ÓRGÃOS CONVENIADOS - TAIS COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS E TINTAS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL-SINAPI, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Vigência: Início: 04/08/2023 Término: 04/08/2024

Assinatura: 04/08/2023

Valor R\$ 265.910,09 (Duzentos e Sessenta e Cinco Mil, Novecentos e Dez Reais e Nove Centavos)

Dotação 93 - 02.006.2036.3339030990000000000.150070000000 - Outros materiais de consumo

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2022 - CATARINENSE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - PMG

Publicação Nº 5089820

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9497BE87693C705E9B2BBA34CC4FBA5989B89837

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

Contrato Nº 31/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE GRAVATAL

Contratada: CATARINENSE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Licitação: Pregão Presencial 17/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSUMOS DIVERSOS À PREFEITURA DE GRAVATAL, FUNDO(S) E AOS ÓRGÃOS CONVENIADOS - TAIS COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS E TINTAS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL-SINAPI, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Vigência: Início: 04/08/2023 Término: 04/08/2024

Assinatura: 04/08/2023

Valor R\$ 617.005,90 (Seiscentos e Dezessete Mil, Cinco Reais e Noventa Centavos)

Dotação: 93 - 02.006.2036.3339030990000000000.150070000000 - Outros materiais de consumo

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação Nº 5090300



DECRETO N° 100, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal,
Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela
legislação em vigor. DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros Titulares e Suplentes abaixo relacionados para compor o Novo Conselho Municipal da Cidade - COMCI do Município de Gravatal/SC, com prazo de 02 (dois) anos, conforme disposto na Lei nº 1647/2013, de 17 de setembro de 2013, a saber:

I - Representantes de associações representativas dos moradores locais:

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA LOCALIDADE DE TIRADENTES:

Titular: Jucinei Salazar Cardoso.

Suplente: Genetti Carvalho Martins.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA LOCALIDADE DE CAETÉ

Titular: Marineusa Fermino.

Suplente: Gabriel Vicenço

II - Representante do comércio local, CDL:

Titular: Maiana Mendes Pereira

Suplente: Mirelli Lunardi Agostinho

III - Representante do setor imobiliário local:

Titular: Carina Silveira de Andrade.

Suplente: Raul Philippi lung.

IV- Representante do setor industrial local, ASSEG:

Titular: Amaraia de Souza Beltrame.

Suplente: Essandro Wiggers.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 24/08/2023 11:56 - 03-00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSO: <https://ic.atende.net/p64e7698c41c5>.
POR CLEINILIS RODRIGUES DA SILVA-03707225909 EM 24/08/2023 11:56





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL
RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 121 – CENTRO – CEP 88.735-000
FONES: (48) 3648-80.00 / FAX: (48) 3648-80.01 - E-MAIL – www.gravatal.sc.gov.br
CNPJ: 82.926.569/0001-47

V - Representantes das Secretárias Municipais, escolhidos pelo Prefeito Municipal:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Titular: Alexsandro Magaroto de Oliveira

Suplente: George Fernandes Vitor

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA:

Titular: Valcir Fileti Roussenq.

Suplente: Edson Cardoso dos Santos.

VI - Representante dos produtores rurais, Sindicato Rural:

Titular: Murilo Fernandes Esmeraldino..

Suplente: Edson Brunel

VII - Representante dos trabalhadores rurais:

Titular: Renato Marcon Correa.

Suplente: Aroldo de Oliveira Albino.

VIII- Representante da Câmara Municipal de vereadores:

Titular: Rayron Antério Cardoso .

Suplente: Marcelo Réus Silva Mozerle.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 13, de 18 de fevereiro de 2022.

Gravatal/SC, 24 de agosto 2023.



Assinado Eletronicamente:
CLEINILS RODRIGUES DA
SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE
GRAVATAL
24/08/2023 11:56:16 -03:00

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 24/08/2023 11:56:16 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://rca.atenda.net/p64e7f698e41c5>
POR CLEINILS RODRIGUES DA SILVA 03707225909 EM 24/08/2023 11:56



Guaraciaba

PREFEITURA

DECRETO 163/2023 APROVA REGULAMENTO FACIG 2023

Publicação Nº 5092357

DECRETO Nº 163/2023

REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DA FACIG EDIÇÃO 2023 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDECIR DORIGON, Prefeito do município de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes e;

CONSIDERANDO as resoluções aprovadas pelos Conselho Municipal de Indústria e Comércio e Conselho Municipal Agrícola;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização e retificação de algumas informações sobre o andamento da FACIG edição 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Geral da FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023, que se realizará entre os dias 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2023, conforme:

- a) Anexo I – Regulamento Geral da Feira;
- b) Anexo II - Ficha de inscrição expositor;
- c) Anexo III - Termo de compromisso de patrocínio geral;
- d) Anexo IV - Termo de compromisso de patrocínio modelo específico;
- e) Anexo V - Contrato particular de locação de estande da FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023;
- f) Anexo VI - Contrato particular de locação de estande para animais na FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023;

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial ao Decreto nº 74/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC EM 21 DE AGOSTO DE 2023.

VANDECIR DORIGON

PREFEITO DE GUARACIABA/SC

ANEXO I

REGULAMENTO FACIG – FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARACIABA/SC – EDIÇÃO 2023

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º A FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023, evento oficial do Município de Guaraciaba/SC, aprovada realização por meio do Plano Plurianual e é um evento de caráter comercial que tem a finalidade de fomentar o desenvolvimento da agricultura, comércio e das indústrias locais.

CAPÍTULO II

DA PROMOÇÃO

Art. 2º A FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023 será promovida pelo Município através da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico com a participação da sociedade civil e de empresas públicas e privadas, podendo, ainda, mediante acordo, convênio ou parcerias, ser fomentada também a participação e o apoio de órgãos ou entidades públicas estaduais e federais.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023:

- I - fomentar e impulsionar o desenvolvimento econômico do município, oferecendo prioritariamente a comerciantes, indústrias e produtores rurais locais acesso a consumidores finais e novas oportunidades de negócios;
- II – promover a cultura do desenvolvimento sustentável entre expositores, público e comunidade em geral, através da divulgação de conceitos, produtos e projetos que abordem o uso de novas tecnologias, bem como de ações voltadas ao uso alternativo e racional dos recursos naturais.
- III – promover a economia criativa e o empreendedorismo, oferecendo ao público em geral, palestras, apresentações culturais, apresentações de artistas locais oficinas e shows nacionais;

CAPÍTULO IV

DOS PATROCINADORES



Art. 4º Poderão patrocinar a FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023, com recursos diretos, bens, serviços ou outras formas de apoio, empresas públicas ou privadas e entidades municipais, estaduais e federais.

I - os patrocínios tratados neste Capítulo terão classificação única e apresentação da marca em todos os materiais gráficos referentes ao evento, acesso às atividades e disponibilidade de um estande para exposição.

II - os patrocinadores gozarão do direito de ter sua imagem e marca vinculada à Feira, sendo que ficará estabelecido em contrato anexo as bases das contrapartidas, nos fundamentos do presente regulamento.

Art. 5º Para classificação dos benefícios a serem ofertados ao patrocinador, criou-se 3 (três) cotas, conforme segue:

COTAS	DIAMANTE	OURO	PRATA
Logomarca no Vídeo Institucional de 5 min da Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC, se o contrato for assinado até 20/04/2023	X		
Citação em Spots Publicitários	X		
Logotipo nos materiais do evento: folders, cartazes, banners, entre outros materiais impressos.	X (em destaque)	X (em destaque)	X (em destaque tamanho reduzido)
Logomarca utilizada na divulgação em Jornal	X	X (Menor tamanho)	
Logomarca divulgada nos vídeos contratados para TV/ Canais na Internet	X	X	X
Logomarca nos dois Pórticos de Entrada Tamanho 0,50cmx0,50cm, oportunidade de escolha do local priorizando Patrocínio cota Diamante.	X	X	
Divulgações de sua Logomarca, entrevistas e outras oportunidades de divulgação na Internet/Instagram/Facebook	X	X	X
Opção de escolha de uma modalidade de estande, que estiver disponível, limitado a até dois estandes internos os quais totalizarão no máximo 24m² com toda a estrutura básica disponível aos expositores OU um estande externo (espaço mais estrutura) de um dos tamanhos disponíveis no momento da assinatura do Termo de Patrocínio.	X		
Opção de escolha de uma modalidade de estande, que estiver disponível, limitado a um estande interno com toda a estrutura básica disponível aos expositores OU um estande externo (só espaço, pagará estrutura) de um dos tamanhos disponíveis no momento da assinatura do Termo de Patrocínio.		X	
Opção de escolha de um espaço de estande, que estiver disponível, no momento da assinatura do Termo de Patrocínio. Porém realizará pagamento do espaço e da estrutura.			X
Pórtico da empresa no espaço da Feira.	X		
Banner adicional nos Shows (até três banners) - Tamanho a ser definido pela comissão após montagem das estruturas	X	X	
Banner adicional na Feira (até três banners)	X		
Balão ou boneco inflável da empresa no espaço da Feira.	X		
Plataforma 360º no espaço da feira	X	X	
Disponibilidade de apresentação de material institucional em eventos durante a feira. Exemplo: Vídeo da instituição patrocinadora antes do show principal ou em palestras e seminários e banner próprios e ou materiais similares em locais estratégicos da feira.	X		
Show – valor que será convertido em ingressos aos patrocinadores	R\$ 600,00	R\$ 400,00	R\$ 200,00
Investimento para a cota de patrocínio	R\$ 30.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 10.000,00

§ 1º Os pagamentos dos contratos de patrocínio firmados antes de 20/04/2023 deverão ser realizados até 30/08/2023, sendo que estes patrocinadores terão suas logomarcas no vídeo institucional de lançamento da FACIG edição 2023.

§ 2º Os pagamentos dos contratos de patrocínio firmados após 20/04/2023 deverão ser realizados em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

§ 3º A falta de realização de pagamento é motivo para rescisão do contrato de patrocínio e ocorrerá imediatamente após o término do prazo de pagamento sem o devido pagamento.

§ 4º Ficam estabelecidos dois modelos de contrato de patrocínio, conforme aprovados pelos Conselhos Municipais e anexos a este Decreto.

Art. 6º Além de patrocínio com contrapartida financeira, conforme descrito no art. 5º, poderão ser aceitos patrocínios de empresas em troca de produtos ou serviços que serão utilizados nos dias da Feira, devendo a empresa patrocinadora apresentar memorial de cálculo do custo dos produtos e/ou serviços ofertados e de qual cota de patrocínio possuem interesse, sendo que a comissão referente a Portaria nº 270/2023 de 20 de fevereiro de 2023 emitirá parecer a respeito das solicitações em até dois dias após a manifestação da empresa.

CAPÍTULO V

DA DATA DO EVENTO E PROGRAMAÇÃO

Art. 7º O evento se realizará entre os dias 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2023 e terá sua programação oficial divulgada em 06/05/2023 durante o evento de entrega do Troféu Destaque 2021.

Art. 8º Poderão participar como expositor qualquer pessoa física ou jurídica, desde que cumpram os requisitos contidos neste Regulamento, bem como realizem o pagamento do valor do espaço de exposição.

Art. 9º Nos pavilhões internos deverão ser comercializados produtos embalados, podendo ser alimentos, mas não se pronto consumo.

Art. 10 A programação do evento poderá sofrer alterações, todavia fica estipulada como programação oficial a seguinte:

SEXTA-FEIRA (29)

14h: Abertura da visitação aos estandes

19h: Evento de abertura oficial da FACIG 2023 – Local: Palco secundário

23h: Encerramento da visitação aos estandes
23h: Show nacional com Lucas Reis e Thacio – Palco principal

SÁBADO (30)

9h: Abertura da visitação aos estandes
10h: Palestra promovida pela Coacig
22h: Encerramento da visitação aos estandes
22h15: Show acústico - Palco secundário
23h30: Show nacional com Guilherme e Santiago - Palco principal (após terá DJ)

DOMINGO (01)

9h: Abertura da visitação aos estandes
17h: Show Banda Pérola Negra – Palco Principal
19h: Encerramento da visitação aos estandes
21h: Fechamento do parque

CAPÍTULO VI

DA ENTRADA NOS ESPAÇOS, VALOR DOS SHOWS E DA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES

Art. 10. A entrada no parque de exposição da FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023 será gratuita, com exceção do Show que se realizará no sábado, dia 30 de setembro de 2023, o qual será cobrado ingresso de acordo com os valores propostos pela Comissão Central Organizadora e aprovados no Conselho Municipal de Indústria e Comércio.

§ 1º Os pagamentos dos contratos de patrocínio firmados antes de 20/04/2023 deverão ser realizados até 30/04/2023, sendo que estes patrocinadores terão suas logomarcas no vídeo institucional de lançamento da FACIG edição 2023.

§ 2º Os pagamentos dos contratos de patrocínio firmados após 20/04/2023 deverão ser realizados em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

§ 3º A falta de realização de pagamento é motivo para rescisão do contrato de patrocínio e ocorrerá imediatamente após o término do prazo de pagamento sem o devido pagamento.

Art. 11. Ficam estabelecidos os seguintes lotes de ingresso para o Show Nacional com Guilherme e Santiago:

- a) Primeiro lote pista 50 ingressos a R\$ 35,00; segundo lote pista 200 ingressos a R\$ 50,00; terceiro lote pista 650 ingressos a R\$ 50,00.
- b) Primeiro lote VIP 100 ingressos a R\$ 50,00; segundo lote VIP 300 ingressos a R\$ 70,00; terceiro lote VIP 1000 ingressos a R\$ 80,00.
- c) 42 mesas no Front Stage, sendo cada uma com seis ingressos, no valor de R\$ 900,00 a mesa.
- d) 20 camarotes, sendo 10 de cada lado, para 16 pessoas cada um, com valor de R\$ 2.400,00 o camarote.

§ 1º Quem adquirir camarote e mesas poderá utilizar os espaços na sexta dia 29/09 e sábado dia 30/09.

§ 2º As mesas e camarotes serão vendidos na CDL de Guaraciaba, em dinheiro ou por PIX direto na conta do município, sendo os demais ingressos vendidos nos postos de venda da região:

- a. Pizzaria Biscaya - São José Do Cedro;
- b. Posto Avenida I – Anchieta;
- c. Agápio Lanches – Guaraciaba;
- d. CDL – Guaraciaba;
- e. Posto Maratona – Maravilha;
- f. Loja Diference - São Miguel Do Oeste;
- g. Iporã Do Oeste - Conveniência Hora Certa;

§ 3º A responsabilidade pela recolha dos valores de ingressos é da empresa contratada para gerenciamento dos ingressos, conforme contrato vigente.

Art. 12. Quanto a política de meia entrada, está será comercializada somente no dia 30/09 para a pista, conforme segue:

a) Sobre o benefício da meia-entrada:

1) O direito à meia-entrada é garantido por leis federais e regionais. As leis federais têm abrangência em todo território nacional e as leis regionais têm eficácia restrita ao território onde foram publicadas.

2) As leis federais atualmente em vigor garantem o benefício da meia entrada para idosos (mais de 60 anos); estudantes (com carteirinha); pessoas com deficiência e acompanhantes quando necessário; jovens de baixa renda (CAD), com idade entre 15 e 29 anos e professores da Educação Básica que estiverem em exercício.

3) É obrigatória a apresentação no estabelecimento, quando do acesso ao evento, da documentação que comprove o direito ao benefício de acordo com a legislação em vigor.

b) O estatuto do Idoso

1) De acordo com a Lei Federal no. 10741/2003, mais conhecida como Estatuto do Idoso, as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos tem direito à Meia-Entrada para eventos artísticos e de lazer.

Parágrafo único: dos documentos que serão solicitados:

a) Carteira de Identificação Estudantil (CIE), emitida pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), entidades estudantis estaduais e municipais, Diretórios Centrais dos Estudantes, Centros e Diretórios Acadêmicos de nível médio e superior, conforme modelo único nacionalmente padronizado que você pode conferir neste link. (Art. 3º, §1º do Decreto 8.537/15). Os elementos indispensáveis da CIE são (Art. 3º, §2º e 2º, VI do Decreto 8.537/15):

I - nome completo e data de nascimento do estudante;

II - foto recente do estudante;

III - nome da instituição de ensino na qual o estudante esteja matriculado;

IV - grau de escolaridade; e

V - data de validade até o dia 31 de março do ano subsequente ao de sua expedição.

b) Lei Federal 12.933/13, Decreto Federal 8.537/15 e Medida Cautelar Provisória concedida pelo STF em 29/12/2015.

c) Para concessão do benefício de meia entrada nos termos da Lei Estadual n. 16.448/14, serão considerados professores da Educação

Básica os habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos Ensinos Fundamental e Médio.

d) Para fins de comprovação do efetivo exercício profissional requerido para a concessão do benefício, deverá ser apresentado, além do documento de identidade oficial com foto, um contracheque, que identifique o órgão e/ou o estabelecimento de ensino empregador, o funcionário e o cargo que ocupa.

CAPÍTULO VII DAS RECEITAS

Art. 13. As receitas da FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023 serão por meio de patrocínio, venda de espaços e de estruturas para expositores, concessões e comercialização de ingressos.

Art. 14. As contribuições, doações e patrocínios, de qualquer natureza, feitas por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, destinadas à promoção da FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023, serão recebidas e processadas nos termos da legislação aplicável as receitas Municipais.

CAPÍTULO VIII DAS DESPESAS

Art. 15. Para a realização da FACIG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC – Edição 2023, o Município através da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico poderá realizar despesas, através dos recursos orçamentários com observância da legislação vigente, indispensáveis para viabilizar o evento, conforme o rol exemplificado abaixo, devidamente submetida à contratação na forma da Lei Federal nº 8666/93 ou pela Lei Federal nº 14.133/21, conforme segue:

I - promoção e divulgação por qualquer meio;

II - segurança;

III- sonorização;

IV - contratação de recursos humanos;

V - infraestrutura e logística;

VI- alimentação, transporte e hospedagem de convidados, patrocinadores, forças de segurança pública, trânsito, autoridades, soberanas e demais profissionais envolvidos no evento;

VII- reforma, manutenção (elétrica, hidráulica, predial e outra) e limpeza do espaço;

VIII- ornamentação e decoração do espaço;

IX- sinalização de trânsito;

X- utilização dos veículos, equipamentos, máquinas, servidores públicos ou locação de horas de empresas que prestam serviços necessários à realização do evento

XI- locação de espaços para realização de evento ou de obrigações acessórias ao evento;

XII- contratação de shows, artistas ou apresentações e todas as despesas que possam ocorrer devido a estas contratações;

XIII- pagamentos de taxas, alvarás e adequações necessárias para realização do evento;

XIV- despesas com exposição de animais, tais como deslocamento, exames e outras necessárias aos expositores do município de Guaraciaba/SC;

XV- despesas não relacionadas anteriormente que tenham relação direta com o evento.

Parágrafo único. Os patrocinadores e as empresas que assumirem diretamente obrigações com terceiros serão responsáveis pelos pagamentos correspondentes, sendo vedada à organizadora a assunção de qualquer obrigação dessa natureza.

CAPÍTULO IX DA COMERCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E ESTRUTURAS

Art. 16. As vendas dos estandes ocorrerão conforme cronograma, sendo estabelecido:

a) Os patrocinadores e premiados no Troféu Destaque 2021 terão preferência na aquisição de espaços e/ou estrutura;

b) Inicia no dia 24/04/2023 a comercialização dos espaços e estruturas para empresas com matriz ou filial no município de Guaraciaba/SC.

c) Inicia no dia 08/05/2023 a comercialização dos espaços e estruturas para o público em geral;

Art. 17. A comercialização ocorrerá no Gabinete do Prefeito, localizada na Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro, de Guaraciaba/SC, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

Art. 18. No ato da inscrição o Expositor deverá apresentar os seguintes documentos:

I Consulta na Receita do CNPJ;

II Contrato Social;

III CND municipal quando a sede ou filial da empresa for em Guaraciaba/SC;

IV RG e CPF ou habilitação do representante da empresa com poderes para assinar o contrato;

V Formulário de inscrição devidamente preenchido, que deverá ser retirado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico ou obtido diretamente no endereço <https://guaraciaba.atende.net/cidadao/pagina/facig-2023>.

Art. 19. As condições de pagamento dos expositores que adquirirem espaços e/ou estruturas será a seguinte:

a) Aquisições em abril e maio – pagamento em até 4 (quatro) vezes, sendo o primeiro pagamento em até 3 (três) dias após a assinatura do contrato e os 3 (três) pagamentos restantes até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente;

b) Aquisições em junho – pagamento em até 3 (três) vezes, sendo o primeiro pagamento em até 3 (três) dias após a assinatura do contrato e os 2 (dois) pagamentos restantes até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente;

c) Aquisições em julho – pagamento em até 2 (duas) vezes, sendo o primeiro pagamento em até 3 (três) dias após a assinatura do contrato e o pagamento restante até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente;

d) Aquisições em agosto e setembro – pagamento em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

§ 1º Os pagamentos serão efetuados por meio de boleto bancário (caso locatário opte por parcelamento) entregues no ato de assinatura do contrato ou por meio de transferencia bancária ou pix (caso o pagamento seja à vista) cuja chave é e-mail, sendo tesouraria@guaraciaba.

sc.gov.br, em Conta em nome do Município de Guaraciaba – FACIG 2023, no Banco do Brasil 001, Agência 1388-9, Conta Corrente nº 19.866-8

§ 2º O ato de assinatura do contrato configura um compromisso entre o locatário e o Município de Guaraciaba, devendo imediatamente o Município reservar o espaço descrito no contrato.

§ 2º O atraso no pagamento acarretará no pagamento de juros de 1% e mora de 2% ao mês.

Caso não ocorra o pagamento em até 10 dias após a data do vencimento o espaço e/ou estruturas ficam novamente disponíveis a comercialização e o valor pago será perdido pelo comprador não cabendo qualquer tipo de ressarcimento;

§ 3º A conferência dos pagamentos se dará pelo setor de tesouraria do município e acontecerá em até dois dias úteis após a data de pagamento estipulada em contrato;

Art. 20. Para fins de comercialização e organização do evento os espaços serão distribuídos da seguinte forma:

a) Os estandes no pavilhão 1 e pavilhão 2, varandas, cobertos e alimentação compreende espaço mais estrutura;

b) Os estandes do espaço externos com 25m²; com estrutura de 5mx5m;

c) Os espaços com área superior a 121m² poderão locar estrutura adicional; com dimensão de 10mX10m no valor de R\$ 2.210,00 (dois mil e duzentos e dez reais) ou de 5mX5m no valor de R\$ 1.680,00 (hum mil seiscentos e oitenta reais).

d) Os espaços reservados para animais serão de 3X5m ou 8X5m ou 8X2,5m de acordo com o layout de organização do evento e abrigarão bovinos, caprinos, ovinos, equinos, bubalinos, cunicultura, apicultura e peixes.

§ 1º Descrição de cada espaços:

a) PAVILHÃO 01 - Estandes básicos com pé direito de 2,20m, composto por painéis TS branco, estruturado em sistema de alumínio anodizado fosco Laterais e fundo com 2,20m. Iluminação através de lâmpada led (mínimo 02 Spots de iluminação). 01 tomadas do tipo universal, com instalação elétrica de baixa tensão. Com 01 testeira frente do estande. Com carpete grafite.

b) PAVILHÃO 02 - Estandes básicos com pé direito de 2,20m, composto por painéis TS branco, estruturado em sistema de alumínio anodizado fosco Laterais e fundo com 2,20m. Iluminação através de lâmpada led (mínimo 02 Spots de iluminação). 01 tomadas do tipo universal, com instalação elétrica de baixa tensão. Com 01 testeira frente do estande. Com carpete grafite.

c) COBERTOS E VARANDAS - Estandes básicos com pé direito de 2,20m, composto por painéis TS branco, estruturado em sistema de alumínio anodizado fosco Laterais e fundo com 2,20m. Iluminação através de lâmpada led (mínimo 02 Spots de iluminação). 01 tomadas do tipo universal, com instalação elétrica de baixa tensão. Com 01 testeira frente do estande. Com carpete grafite.

d) ALIMENTAÇÃO - Estandes básicos com pé direito de 2,20m, composto por painéis TS branco e vidro, estruturado em estrutura metálica, altura das laterais e fundo com 2,20m, 02 tomadas do tipo universal, com instalação elétrica de baixa tensão. Com 01 testeira frente do estande e com guichê de atendimento.

e) EXTERNOS 25 M² - Pirâmides 05x05m com cobertura em lona blackout KP 1.000. Cor branca. Antichama. Com proteção UV. Com base em estrutura metálica. Composta de calhas inteiriças laterais para captação de escoamento de água. Sustentação em seus pés laterais fixados com mãos francesas em estrutura metálica nas 04 (quatro) laterais.

f) EXTERNOS – espaços com área mínima de 121,00m². Podendo ser adicionado Pirâmides 10x10m com cobertura em lona blackout KP 1.000; Cor branca; Antichama; Proteção UV; Estilo piramidal com base em estrutura metálica galvanizada, composta de calhas inteiriças laterais para captação e escoamento de água; Cobertura superior, sustentação em seus pés laterais, fixados com mãos francesas em estrutura metálica nas 04 (quatro) laterais. Ou Pirâmides 05x05m com cobertura em lona blackout KP 1.000. Cor branca. Antichama. Com proteção UV. Com base em estrutura metálica. Composta de calhas inteiriças laterais para captação de escoamento de água. Sustentação em seus pés laterais fixados com mãos francesas em estrutura metálica nas 04 (quatro) laterais.

g) ANIMAIS – conforme layout haverá os espaços 01, 02, 03, 04, 05, 10, 11 e 12 com 8X5m, totalizando 40m² cada; os espaços 06, 07, 08 e 09 com 8x2,5m, totalizando 20m² cada e os espaços 13,14, 15 e 16 com 3X5, totalizando 15m². Cada espaço será do tipo baia, com estrutura para animais de grande porte ou pequenos animais, de acordo com a escolha. Fica definido que as baias serão disponibilizadas para os produtores de Guaraciaba sem custos para exposição de seus animais, com subsídio do município no que se refere aos exames, transporte e estrutura. As demais baias serão comercializadas aos expositores de fora do município, com valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) cada uma independentemente do tamanho da mesma.

§ 2º Valores a serem praticados, levando em consideração que quem possui sede ou filial ou reside em Guaraciaba (PF) poderá adquirir o espaço com desconto de 10% (dez por cento), conforme segue:

		REGIONAIS		CIDADE	
PAVILHÃO 01				DESCONTOS	VALOR FINAL
ESTANDES	M²	VALOR/M²	VALOR ESTANDE		
01	12,00	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00	10,00%	R\$ 4.320,00
02	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
03	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
04	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
05	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
06	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
07	12,00	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00	10,00%	R\$ 4.320,00
08	8,00	R\$ 375,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
09	8,00	R\$ 375,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
10	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
11	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
12	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00

13	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
14	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
15	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
16	8,00	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00	10,00%	R\$ 2.880,00
17	8,00	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00	10,00%	R\$ 2.880,00
18	8,00	R\$ 375,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
19	8,00	R\$ 375,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
20	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
21	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
22	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
23	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
24	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
25	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
26	8,00	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00	10,00%	R\$ 2.880,00
27	8,00	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00	10,00%	R\$ 2.880,00
28	4,00	R\$ 312,50	R\$ 1.250,00	10,00%	R\$ 1.125,00
29	4,00	R\$ 312,50	R\$ 1.250,00	10,00%	R\$ 1.125,00
30	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
31	4,00	R\$ 312,50	R\$ 1.250,00	10,00%	R\$ 1.125,00
32	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
33	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
34	4,00	R\$ 312,50	R\$ 1.250,00	10,00%	R\$ 1.125,00
35	8,00	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00	10,00%	R\$ 2.880,00
36	8,00	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00	10,00%	R\$ 2.880,00
37	4,00	R\$ 312,50	R\$ 1.250,00	10,00%	R\$ 1.125,00
38	8,00	R\$ 312,50	R\$ 2.500,00	10,00%	R\$ 2.250,00
39	8,00	R\$ 375,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
40	8,00	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00	10,00%	R\$ 2.880,00
41	4,00	R\$ 375,00	R\$ 1.500,00	10,00%	R\$ 1.350,00
42	4,00	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00	10,00%	R\$ 1.440,00
43	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
44	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
45	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
46	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
47	6,00	R\$ 375,00	R\$ 2.250,00	10,00%	R\$ 2.025,00
48	6,00	R\$ 400,00	R\$ 2.400,00	10,00%	R\$ 2.160,00
49	4,00	R\$ 375,00	R\$ 1.500,00	10,00%	R\$ 1.350,00
50	4,00	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00	10,00%	R\$ 1.440,00
51	4,00	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00	10,00%	R\$ 1.440,00
52	8,00	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00	10,00%	R\$ 2.880,00
53	8,00	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00	10,00%	R\$ 2.880,00
54	4,00	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00	10,00%	R\$ 1.440,00

ESTANDE DE ESQUINA DE FRENTE

ESTANDE DE ESQUINA FUNDOS

		REGIONAIS		CIDADE	
PAVILHÃO 02				DESCONTOS	VALOR FINAL
ESTANDES	M²	VALOR/M²	VALOR ESTANDE		

01	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
02a	4,00	R\$ 375,00	R\$ 1.500,00	10,00%	R\$ 1.350,00
02b	4,00	R\$ 375,00	R\$ 1.500,00	10,00%	R\$ 1.350,00
03	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
04	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
05	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
06	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
07	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
08	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
09	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
10* com decoração	8,00	R\$ 2.500,00	R\$ 20.000,00	10,00%	R\$ 18.000,00
11	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
12	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
13	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
14	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
15	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
16	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
17	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
18	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
19	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
20	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
21	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00
22	4,00	R\$ 320,00	R\$ 1.280,00	10,00%	R\$ 1.152,00
23	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00	10,00%	R\$ 2.304,00

		REGIONAIS		CIDADE	
VARANDAS					
ESTANDES	M²	VALOR/M²	VALOR ESTANDE	DESCONTOS	VALOR FINAL
01	12,00	R\$ 420,00	R\$ 5.040,00	10,00%	R\$ 4.536,00
02	12,00	R\$ 420,00	R\$ 5.040,00	10,00%	R\$ 4.536,00
03	12,00	R\$ 420,00	R\$ 5.040,00	10,00%	R\$ 4.536,00
04	12,00	R\$ 420,00	R\$ 5.040,00	10,00%	R\$ 4.536,00
05	12,50	RADIO FEIRA – CONCESSÃO			
COBERTOS					
ESTANDES	M²	VALOR/M²			
01	12,00	R\$ 375,00	R\$ 4.500,00	10,00%	R\$ 4.050,00
02	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
03	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
04	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
05	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
06	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
07	12,00	R\$ 375,00	R\$ 4.500,00	10,00%	R\$ 4.050,00
08	12,00	R\$ 375,00	R\$ 4.500,00	10,00%	R\$ 4.050,00
09	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
10	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
11	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
12	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
13	12,00	R\$ 312,50	R\$ 3.750,00	10,00%	R\$ 3.375,00
14	12,00	R\$ 375,00	R\$ 4.500,00	10,00%	R\$ 4.050,00

ALIMENTAÇÃO					
ESTANDES	M²	VALOR/M²	VALOR ESTANDE	DESCONTOS	VALOR FINAL
01	12,00	R\$ 625,00	R\$ 7.500,00	10,00%	R\$ 6.750,00
02	20,00	R\$ 625,00	R\$ 12.500,00	10,00%	R\$ 11.250,00
03	12,00	R\$ 625,00	R\$ 7.500,00	10,00%	R\$ 6.750,00
04	12,00	R\$ 625,00	R\$ 7.500,00	10,00%	R\$ 6.750,00
05	20,00	R\$ 625,00	R\$ 12.500,00	10,00%	R\$ 11.250,00
06	12,00	R\$ 625,00	R\$ 7.500,00	10,00%	R\$ 6.750,00
CAPETA	125,00	R\$ 200,00	R\$ 25.000,00	OBS. CAPETA 01 ESPAÇO 10X10 EXTERNO	OBS. CAPETA 01 ESPAÇO 5X5 SHOW

EXTERNOS 5x5 – RUA				DESCONTOS	VALOR FINAL
01	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
02	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
03	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
04	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
05	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
06	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
07	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
08	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
09	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
10	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
11	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
12	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
13	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
14	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
15	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
16	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
17	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
18	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
19	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
20	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
21	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
22	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00

REGIONAIS				CIDADE	
EXTERNOS				DESCONTOS	VALOR FINAL
ESTANDES	M²	VALOR/M²	VALOR ESTANDE		
01	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
02	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
03	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
04	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
05	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
06	165,00	R\$ 36,36	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
07	165,00	R\$ 36,36	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
08	165,00	R\$ 36,36	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
09	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
10	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
11	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
12	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
13	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00

14	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
15	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
16	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
17	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
18	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
19	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
20	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
21	121,00	R\$ 49,59	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
22	121,00	R\$ 49,59	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
23	121,00	R\$ 49,59	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
24	121,00	R\$ 49,59	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
25	121,00	R\$ 49,59	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
26	121,00	R\$ 49,59	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
27	121,00	R\$ 49,59	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
28	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
29	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
30	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
31	75,00	R\$ 43,50	R\$ 3.262,50	10,00%	R\$ 2.936,25
32	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
33	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
34	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
35	121,00	R\$ 33,06	R\$ 4.000,00	10,00%	R\$ 3.600,00
36	121,00	R\$ 49,59	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
37	121,00	R\$ 49,59	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
38	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
39	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
40	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
41	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
42	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
43	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
44	150,00	R\$ 40,00	R\$ 6.000,00	10,00%	R\$ 5.400,00
45	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
46	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
47	25,00	R\$ 120,00	R\$ 3.000,00	10,00%	R\$ 2.700,00
48	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
49	121,00	CAPETA CONFORME CONTRATO			
50	121,00	R\$ 41,32	R\$ 5.000,00	10,00%	R\$ 4.500,00
51	25,00	INDIGENAS			

§ 3º Fica reservado o espaço e estrutura nº 51 para abrigar indígenas e demais povos que vierem expor/comercializar sua produção ou arte no evento, não tendo custo para estes expositores.

DO FUNCIONAMENTO PARA EXPOSITORES

Art. 21. A liberação dos espaços para quem adquiriu somente o espaço e montará sua pirâmide será a partir do dia 25 de setembro, nos dias úteis das 7h30 às 17h30min.

Art. 22. A liberação dos espaços para quem adquiriu espaço interno com estrutura será a partir do dia 22 de setembro, nos dias úteis das 7h30min às 17h30min.

Art. 23. A desmontagem dos estandes ocorrerá a partir do dia 02 de outubro de 2023, sendo que daquele momento em diante os expositores deverão ter retirado seus pertences do local.

Art. 24. Os expositores deverão obedecer as seguintes determinações:

I Cada expositor é responsável pelo PPCI - plano de prevenção e proteção de combate a incêndio, sendo que o mesmo deverá estar em poder do expositor para fins de fiscalização;

II Cada expositor é responsável por toda parte elétrica, incluindo instalações e equipamentos, sendo que deverá ser aprovada previamente pela Comissão Central Organizadora qualquer alteração na carga elétrica que a empresa deseja realizar;

- III É de responsabilidade de cada expositor providenciar um extintor PQS em cada estande, que será vistoriado pelo Corpo de Bombeiros.
- IV Caso o expositor deseje mais pontos de tomada ou luz, deverá contratar particularmente com alguma empresa de instalação elétrica ou eletricitista;
- V O piso dos Pavilhões não poderá, em hipótese alguma, ser demarcado, pintado, furado ou escavado pelo expositor.
- VI A projeção horizontal de qualquer elemento da montagem, decoração de pro dutos expostos deverá, obrigatoriamente, estar totalmente contida nos limites da área do espaço adquirido. Não serão aceitas projeções sobre estandes contínuos ou sobre a passagem do público.
- VII Estão terminantemente proibidas demonstrações sonoras com equipamentos de áudio incompatíveis com o trabalho que é realizado em uma feira comercial, e mesmo no interior dos estandes, o som deve ser ambiente, de forma a não perturbar outros expositores. Os expositores que realizarem programa musical (música ambiente) deverão pagar as taxas correspondentes aos Direitos Autorais de acordo com a Lei nº 9610/98 (ECAD).
- VIII Vias de circulação: Fica absolutamente proibido fazer depósito de materiais, ferramentas, caixas ou produtos, nas vias de circulação. Toda operação deve ser dentro dos limites dos estandes. As empresas contratadas para montagem e/ou decoração dos stands são responsáveis pela remoção do entulho e material não utilizado, até as 11h do dia 29 de setembro de 2023, antes da abertura dos portões a visitação.
- IX O acesso à área de carga e descarga dos Pavilhões será conforme identificação de cada setor, conforme informações aos expositores, durante a montagem, desmontagem ou reposição de mercadorias até as 8h da manhã de cada dia de visitação a Feira. O organizador, não dispõe de carrinhos para transporte de carga. Todo e qualquer produto, seja de pequeno ou de grande porte, somente poderá ser retirado dos pavilhões até as 8h da manhã ou após o fechamento da visitação do parque.
- X Fixação de materiais em estandes locados do município: material promocional, quadros ou objetos de decoração, só poderão ser afixados nas paredes dos stands com fios de nylon, pregos, percevejos, colas ou qualquer tipo de material que cause dano aos painéis não poderão ser utilizados.
- XI É expressamente proibida a utilização de motores de combustão, bem como a utilização de produtos inflamáveis, dentro do recinto da feira. Motores, veículos e outros equipamentos que necessitem ficar ligados para demonstração dos produtos ficam autorizados, porém a responsabilidade civil e criminal de alguma adversidade é da empresa expositora, conforme contrato.
- XII A Organizadora reserva o direito de transferir ao Expositor, os custos gerados por danos ao material de Montagem Básica.
- XIII As saídas de Emergência e Extintores não poderão estar obstruídos;
- XIV A Organizadora manterá um serviço de limpeza geral do Evento. O serviço de limpeza atuará nas áreas de circulação, de administração e sanitários. Os Expositores deverão cuidar da limpeza de seus estandes, bem como de seus serviços de copa, não depositando o lixo produzido nos cestos de lixo dentro dos estandes ou nos corredores, visando o bem-estar dos visitantes. Reabastecimento e limpeza devem ocorrer fora do horário de realização do evento. Os detritos de cada estande devem estar acondicionados em sacos plásticos especiais, sen do que somente poderão ser colocados nas vias de circulação após o encerramento das atividades do dia.
- XV Através de sua Assessoria de Imprensa, a Organizadora promoverá, periodicamente, a divulgação do Evento nos meios de comunicação, inclusive redes sociais, sem custo adicional para o Expositor.
- XVI A fim de evitar que os visitantes sintam-se prejudicados e recorram ao Código de Defesa do Consumidor, não será permitido o encerramento das atividades nos estandes antes do término do horário de realização do Evento, às 21h.
- XVII Será permitida a comercialização de produtos/serviços pelos expositores, conforme descrito no formulário de inscrição.
- XVIII Poderão ser comercializados produtos para efeito de promoção e divulgação da marca do expositor.
- XIX A Rádio Feira estará fazendo transmissões durante todos os dias da feira, possuímos valores especiais para pacotes de spots, que serão divulgados em até 10 (dez) dias antes do evento;
- XX Cada expositor tem uma vaga de estacionamento para veículo que deve ser cadastrado (placa a especificações do veículo) com um representante do Município, até dia 29/09 às 10h. Não será permitido à troca do veículo durante os dias da realização da Feira, casos específicos serão analisados pela organização.
- XXI O estacionamento será em local específico, informado no momento do cadastramento do veículo e conduzido por orientadores de trânsito e seguranças até o local. O horário do funcionamento será a partir das 7h do dia 29 de setembro de 2023 até as 00h do dia 02 de outubro 2023.
- XXII Informamos que com relação à troca e reposição de produto será permitida a entrada do veículo cadastrado pelo município, no horário de 6h30min às 8h de cada dia da feira. Fica expressamente proibida a entrada de veículos para reposição durante o horário de visitação da feira.
- XXIII Não haverá área de camping para montagem de barracas, porém haverá espaço com banheiro e chuveiro, para os expositores que desejarem se estabelecer no parque de exposições. Além disso, o município conta com o San Diego Hotel – Rua Duque de Caxias, 572 - Centro · (49) 3645-0573 e com a Pousada Bianchi R. Nossa Sra. de Fátima, 104 – Centro -(49) 3645-0167.
- XXIV Os expositores externos poderão instalar churrasqueiras, desde que a fumaça não atrapalhe seus vizinhos.
- XXV As bebidas somente poderão ser adquiridas com a empresa vencedora da concessão, a qual possuirá chopeiras para locação e outros produtos disponíveis, sendo informado aos expositores em até 10 (dez) dias antes do evento; Fica expressamente proibido a entrada de qualquer outro tipo de bebidas no Parque.
- XXVI O fechamento dos estandes e posterior retirada da decoração e materiais só deverá ser feita após às 19h do dia 01/10, sendo que após o encerramento da Feira não haverá mais segurança.

DO FUNCIONAMENTO PARA EXPOSITORES DE ANIMAIS

Art. 25. Os espaços para exposição de animais serão baias de 3X5m ou 6x5m ou 8X5m ou 8X2,5m, onde poderão ser expostos abrigarão bovinos, caprinos, ovinos, equinos, bubalinos, cunicultura, apicultura e peixes durante os dias da Feira.

Art. 26. Para os produtores do município que demonstrarem interesse em expor seus animais não haverá custos de estande e serão pagas as despesas de deslocamento dos animais, exames de tuberculose, brucelose, anemia/infecções equinas, moro e outros necessários conforme normas existentes na data.

§ 1º As despesas com alimentação dos animais será por conta do expositor;

§ 2º Não será exigido seguro dos animais, porém qualquer caso de ocorrência será por conta do expositor;

§ 3º A desistência do expositor após sua inscrição, se não for por motivo de força maior, incidirá em multa de R\$ 1.000,00 (mil reais).

§ 4º O Município irá dispor de um técnico responsável

Art. 27. O município abrirá edital de credenciamento dos produtores rurais que tenham propriedade no município e quiserem expor seus animais sem custos e caso não seja atingido o número de expositores referentes as baias disponíveis, será aberto ao público de outros municípios, tendo o valor mínimo fixado em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) o estande/baia.

I) Para os expositores de animais é obrigatório acompanhar em período integral os animais, a fim de garantir sua segurança e a segurança dos visitantes, bem como ser responsável pela alimentação dos animais e limpeza do local.

II) Não realizar a retirada dos animais de grande porte das baias sem a aprovação prévia da subcomissão e do médico veterinário do município e apenas animais de pequeno porte poderão ser comercializados com pronta entrega ao comprador, ficando as guias e outros documentos por conta dos EXPOSITORES.

III) Os expositores deverão ser responsáveis na íntegra pela forma de manuseio, transporte, bem como exames e demais exigências da legislação vigente, ficando isentos somente os expositores de animais contemplados pelos editais realizados pelo Município de Guaraciaba por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 28. A municipalidade poderá realizar parceria com instituições públicas ou privadas de ensino para que realizem o monitoramento dos animais durante o evento.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. Os casos omissos serão resolvidos pelos representantes da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico.

Guaraciaba/SC, aos 21 de agosto de 2023.

VANDECIR DORIGON
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II FACIG – FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARACIABA/SC – EDIÇÃO 2023 MODELO DE FICHA DE INSCRIÇÃO EXPOSITOR

Inscrição nº _____

Razão Social	
CNPJ	
Nome que deseja na Placa de Identificação do espaço	
Nome da Pessoa Responsável pelos contatos durante a Feira	
Telefone Celular WhatsApp	
E-mail	
Ramo de atividade	
Localização do estande que pretende adquirir	() Interno – pavilhão 1 () Interno – pavilhão 2 () Varanda () Cobertos () Alimentação () Externos só espaço () Capeta () Externos com estrutura
Número do estande	

() DECLARO SEREM VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PREENCHIDAS NESTE CADASTRO E O CONTEÚDO DE SEUS ANEXOS.

() DECLARO ESTAR CIENTE DAS NORMAS CONSTANTES NO REGULAMENTO ANEXO AO DECRETO MUNICIPAL Nº ____/2023.

() AUTORIZO A UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS AOS FINS A QUE FORAM CONCEDIDAS, SENDO TODOS OS TRÂMITES INTERNOS E COMPARTILHAMENTO PARA PROMOÇÃO DE MINHA EMPRESA COMO EXPOSITORA DA FACIG EDIÇÃO 2023.

() TENHO CIÊNCIA DE QUE ESTE FORMULÁRIO POSSUI FINALIDADE DE DEMONSTRAR INTERESSE EM ADQUIRIR ESPAÇO/ESTANDES PARA EXPOSIÇÃO NA FACIG 2023, NÃO GERANDO OUTROS DIREITOS.

Guaraciaba/SC, aos ____ de _____ de 2023.

Expositor

ANEXO III

MODELO GERAL DE CONTRATO DE COMPROMISSO DE PATROCÍNIO

FACIG 2023

Pelo presente instrumento celebram entre si, o MUNICÍPIO DE GUARACIABA, Estado de Santa Catarina, com sede à Rua Ademar de Barros, 85, na cidade de Guaraciaba, CNPJ nº 82.821.216/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Vandecir Dorigon, inscrito no CPF nº 914.976.399-72, doravante denominado PATROCINADO, de outro lado a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por seus representantes legais infra-assinados, doravante denominado de PATROCINADOR, tendo ajustado entre si as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

0.1 O presente termo de compromisso tem por objeto a realização de compromisso entre o PATROCINADO e o PATROCINADOR durante a FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARACIABA – FACIG/2023, que se realizará no período de 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2023, no Centro de Eventos Municipais.

0.2 O PATROCINADO cederá ao PATROCINADOR acima qualificado, o espaço e a estrutura do estande nº _____ localizado na área interna ou externa, sem custos ao PATROCINADOR.

0.3 O PATROCINADOR opta pela modalidade de patrocínio tipo PRATA, OURO DIAMANTE contribuindo, assim, com a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) que deverá ser depositada até 30/04/2023, em parcela única, por meio de depósito identificado com o Nome e CPF/CNPJ da empresa em Conta em nome do Município de Guaraciaba FACIG 2023, no Banco do Brasil 001, Agência 1388-9, Conta Corrente nº 19.866-8 ou por meio de pix, cuja chave é e-mail, sendo: tesouraria@guaraciaba.sc.gov.br.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS BENEFÍCIOS DO PATROCINADOR

1.1 Os benefícios a serem ofertados aos PATROCINADOR, de acordo com a cota escolhida, serão:

COTAS	DIAMANTE	OURO	PRATA
Logomarca no Vídeo Institucional de 5 min da Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Guaraciaba/SC.	X		
Citação em Spots Publicitários	X		
Logotipo nos materiais do evento: folders, cartazes, banners, entre outros materiais impressos.	X (Na parte da frente)	X (No verso com destaque)	X (No verso com tamanho reduzido)
Logomarca utilizada na divulgação em Jornal	X	X (Menor tamanho)	
Logomarca divulgada nos vídeos contratados para TV/ Canais na Internet	X	X	X
Logomarca nos dois Pórticos de Entrada Tamanho 0,50cmx0,50cm, oportunidade de escolha do local priorizando Patrocínio cota Diamante.	X	X	
Divulgações de sua Logomarca, entrevistas e outras oportunidades de divulgação na Internet/Instagram/Facebook	X	X	X
Opção de escolha de uma modalidade de estande que estiver disponível limitado a até dois estandes internos os quais totalizarão no máximo 24m² com toda a estrutura básica disponível aos expositores OU um estande externo (espaço mais estrutura) de um dos tamanhos disponíveis no momento da assinatura do Termo de Patrocínio.	X		
Opção de escolha de uma modalidade de estande que estiver disponível limitado a até dois estandes internos os quais totalizarão no máximo 16m² com toda a estrutura básica disponível aos expositores OU um estande externo (espaço mais estrutura) de um dos tamanhos disponíveis no momento da assinatura do Termo de Patrocínio.		X	
Opção de escolha de um espaço de estande sem estrutura que estiver disponível no momento da assinatura do Termo de Patrocínio.			X
Pórtico da empresa no espaço da Feira.	X		
Banner adicional nos Shows (até três banners) - Tamanho a ser definido pela comissão após montagem das estruturas	X	X	
Banner adicional na Feira (até três banners)	X		
Balão ou boneco inflável da empresa no espaço da Feira.	X		
Plataforma 360º no espaço da feira	X	X	
Disponibilidade de apresentação de material institucional em eventos durante a feira. Exemplo: Vídeo da instituição patrocinadora antes do show principal ou em palestras e seminários e banner próprios e ou materiais similares em locais estratégicos da feira.	X		
Show – valor que será convertido em ingressos aos patrocinadores	R\$ 600,00	R\$ 400,00	R\$ 200,00
Investimento para a cota de patrocínio	R\$ 30.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 10.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

2.1 A vigência do presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á na data de encerramento do evento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES

3.1 Ao assinar o presente Termo de compromisso o PATROCINADOR deverá disponibilizar material de divulgação nas dimensões solicitadas pela PATROCINADA, bem como cede a autorização de uso de imagem da empresa, logomarcas, dingles e outros materiais que possam ser solicitados ou venham a ser produzidos pela PATROCINADA.

3.2 Autoriza a total divulgação dos dados que disponibilizar à PATROCINADA, incluindo imagens, logomarcas, dados, materiais visuais,

sonoros e quaisquer outros que serão compartilhados ao longo do patrocínio, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.
3.3 Fica autorizada a PATROCINADA caso não ocorra o pagamento até a data prevista a disponibilizar o estande reservado pelo PATROCINADOR, desde que comunicado previamente, sem prejuízo a nenhum dos assinantes do Termo de Compromisso.

Guaraciaba/SC, XX de XXXXX de 2023.
VANDECIR DORIGON
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Patrocinador

ANEXO IV
MODELO ESPECÍFICO DE CONTRATO DE COMPROMISSO DE PATROCÍNIO
FACIG 2023

PARTES:
XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXX, situada à XXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seus representantes legais infra-assinados, na forma de seu Estatuto Social, doravante simplesmente denominada PATROCINADORA, de um lado; e de outro,
MUNICÍPIO DE GUARACIABA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.821.216/0001-/82, com sede à Rua Ademar de Barros, nº 85, no Município de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seus dirigentes infra-assinados, doravante simplesmente denominada PATROCINADO.
PATROCINADORA e PATROCINADO, conjuntamente denominadas como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte", têm entre si, justo e acertado, firmar o presente Termo de Patrocínio (o "Termo"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo é a participação da PATROCINADORA na Ação abaixo descrita e nos demais termos deste instrumento e em seus Anexos. Qualquer serviço, valor ou ação que não esteja especificamente incluído no Termo e Anexos será considerado fora do escopo do presente documento, sujeitando-se à negociação específica entre as Partes.

1.2. Patrocínio e participação na FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIALEINDUSTRIAL DE GUARACIABA – FACIG/2023, que será realizado no período de 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2023, nas dependências do Centro de Tradições Gaúchas – CTG Fronteira do Oeste.

1.3. O PATROCINADO cederá ao PATROCINADOR acima qualificado, o espaço e a estrutura dos estandes nº XXXXX localizado na área XXXXXXXX, sem custos ao PATROCINADOR.

1.4. Os Anexos, assinados e rubricados pelas Partes tornam-se parte integrante e complementar deste Termo para todos os efeitos legais (os "Anexos"). Prevalecerão os termos deste, caso venham a divergir em relação aos termos constantes nos Anexos.

1.5. Caso ocorram mudanças de escopo, prazo ou custo, deverão ser negociadas entre as Partes e formalizadas por aditivo contratual, apresentando detalhadamente as alterações que serão realizadas, sendo certo que qualquer mudança somente poderá ser executada após aprovação da PATROCINADORA. Alterações realizadas de outra forma serão consideradas nulas e sem efeito.

1.6. O presente Termo e seus Anexos constituem os únicos documentos que regulam direitos e obrigações das Partes, ficando expressamente revogado todo e qualquer ajuste anteriormente existente, que não seja explicitamente aqui avençado.

2. DA CONTRAPARTIDA

2.1. Os benefícios a serem ofertados ao PATROCINADOR, serão de acordo com a cota escolhida, qual seja a cota Diamante, os quais estarão descritos no Anexo I – Benefícios do Patrocinador.

2.2. O presente Termo não confere qualquer exclusividade para qualquer das Partes, podendo as mesmas receber e promover COTAS ÚNICAS DE PATROCÍNIO de outras empresas para a mesma Ação.

3. PRAZO E RESCISÃO

3.1. O Termo vigorará a partir da assinatura das partes até o encerramento do evento.

3.2. Qualquer das Partes poderá rescindir este Termo mediante notificação extrajudicial à outra Parte, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem incidência de quaisquer multas ou indenização.

3.3. Considerar-se-á rescindido o Termo, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial por qualquer das Partes, nos seguintes casos:

a) Não realização da Ação, por quaisquer atos ou fatos, sejam eles decorrentes de ação ou omissão da PATROCINADO ou qualquer terceiro envolvido ou não na Ação;

b) Desistência da PATROCINADORA, observado o disposto na Cláusula 3.5;

c) Por descumprimento de qualquer condição do presente Termo ou infração de norma legal, infra-legal ou regulamento, a que esteja a Parte sujeita e/ou cuja observância seja necessária para a plena execução do objeto ora acordado;

d) Ajuizamento por uma Parte de qualquer ação, execução ou medida judicial, de qualquer natureza, contra a outra Parte, que possa afetar os direitos e obrigações desse Termo;

e) Nos demais casos previstos na legislação em vigor.

3.4. Na hipótese de rescisão prevista no item "a" acima, o PATROCINADO deverá devolver a PATROCINADORA o valor integral pago a título de COTA ÚNICA DE PATROCÍNIO.

3.5. Na hipótese de rescisão prevista no item "b", da cláusula 3.3., o PATROCINADO não terá a obrigação de devolver os valores a título de COTA ÚNICA DE PATROCÍNIO que já tenham sido pagos pela PATROCINADORA.

3.6. Para fins de extinção do Termo com base na alínea "c", da cláusula 3.3., a Parte prejudicada enviará uma notificação preliminar à Parte inadimplente, informando tal descumprimento e solicitando a respectiva adequação às obrigações contratuais pactuadas, no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento pela Parte inadimplente da notificação preliminar. Caso a Parte inadimplente deixe de observar a notificação preliminar, a Parte prejudicada comunicará a Parte inadimplente acerca da extinção do presente Termo.

3.7. Ocorrendo qualquer das hipóteses especificadas na cláusula 3.3. acima ficarão facultados a PATROCINADORA exigir as quantias especificadas a seguir:

a) Exigir total ou parcialmente a devolução do valor pago em razão do presente patrocínio, atualizado desde a data do desembolso levado

a efeito pela PATROCINADORA até a data de sua efetiva devolução, acrescido de juros de 12% a.a. e multa de 2% sobre o valor da COTA ÚNICA DE PATROCÍNIO, atualizado desde a formalização deste até a data da satisfação da referida penalidade;

b) O valor apurado em conformidade com o disposto no item anterior, sem prejuízo da incidência da multa e dos juros estipulados, será atualizado pelo IGP-M, calculado "pro-rata die".

3.8. O PATROCINADO tem ciência e concorda com o fato de que a rescisão deste Termo, por descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui prevista, em decorrência de ato ou omissão do PATROCINADO, poderá ensejar, a critério exclusivo da PATROCINADORA, a rescisão dos demais termos porventura existentes com a PATROCINADORA.

3.9. Após a rescisão ou resilição do Termo, as Partes procederão a devolução dos documentos, materiais e outras propriedades em posse da outra Parte, em até 05 (cinco) dias, exceto se as Partes acordarem expressamente pela destruição.

3.10. A PATROCINADORA poderá reter eventuais créditos para pagamento, total ou parcial, de multas porventura impostas ao PATROCINADO, independente da extinção desse termo.

4. PAGAMENTO DO PATROCÍNIO

4.1. A PATROCINADORA adquire através deste termo COTA ÚNICA em contrapartida à Ação.

4.2. Pela COTA ÚNICA indicada neste Termo e Anexos, a PATROCINADORA pagará ao PATROCINADO em moeda corrente nacional o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), através de crédito na Conta Corrente nº 19866-8, Agência 1388-9, Banco 001, de titularidade do PATROCINADO, até o dia XXXXXXXXXXXX.

4.3. O PATROCINADO se compromete a encaminhar a PATROCINADORA o Recibo de COTA ÚNICA DE PATROCÍNIO, referente ao objeto do presente Termo.

4.4. A PATROCINADORA, por este Termo, obriga-se única e exclusivamente a efetuar o pagamento da importância correspondente a COTA ÚNICA DE PATROCÍNIO na forma convencionada, correndo por conta exclusiva do PATROCINADO, as despesas decorrentes do presente termo e, em especial, a título meramente ilustrativo, as obrigações trabalhistas, fundiárias, previdenciárias, securitárias, tributárias e aquelas relacionadas a direitos autorais e direitos de imagem.

4.5. Todos os tributos, taxas, seguros, contribuições previdenciárias e quaisquer outros incidentes sobre o Termo, estão incluídos no valor indicado no item 4.2.

5. DESPESAS

5.1. Caso exista despesas adicionais, estas serão suportadas pelo PATROCINADO, não sendo repassadas a PATROCINADORA.

6. TRIBUTOS

6.1. Tendo em vista o objeto do presente Termo ser a aquisição de uma Cota de Patrocínio, não ocorrerá a incidência de tributos sobre a mesma. Todavia, o PATROCINADO deverá em todas as contratações ou aquisições observar e seguir na íntegra a legislação tributária, trabalhista e fiscal vigente no que se refere aos tributos de toda e qualquer ordem, os quais serão por sua conta e constituem ônus de responsabilidade única e exclusivamente do PATROCINADO.

7. PATROCINADO

7.1. Além das obrigações previstas neste Termo e em seu(s) Anexo(s), competirá ao PATROCINADO:

a) Assumir integralmente, por sua conta e risco, todas as obrigações inerentes a realização da Ação, respondendo por quaisquer danos sofridos direta ou indiretamente pela PATROCINADORA, decorrentes da Ação desenvolvida pelo PATROCINADO;

b) Indicar pessoa encarregada pelo acompanhamento do presente termo, a qual atenderá a PATROCINADORA em todas as questões e assuntos relacionados a este Termo, sendo a Srta. Lais Fernanda Bianchi, Secretária de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico do Município de Guaraciaba/SC (industriaecomercio@guaraciaba.sc.gov.br);

c) Obter as licenças e autorizações necessárias à realização da Ação, bem como cumprir todas as obrigações e requisitos legais para tanto exigíveis, inclusive no que concerne à legislação federal, estadual e/ou municipal aplicável ao incentivo da Ação, se for o caso;

d) Cumprir com todas as obrigações tributárias, fiscais, contábeis, trabalhistas, fundiárias e previdenciárias que lhe são imputadas, oriundas de leis, medidas provisórias, decretos, portarias, ordens de serviços e demais obrigações legais ora existentes ou que vierem a ser editadas durante a vigência do presente Termo, bem como manter toda a sua documentação fiscal em ordem, pelo prazo exigido pela legislação aplicável, inclusive em relação ao recolhimento de quaisquer tributos;

e) Assegurar e tomar as cautelas necessárias para que a PATROCINADORA possa utilizar imagens, voz e escritos referentes à Ação patrocinada, ficando o PATROCINADO responsável diretamente por qualquer reclamação envolvendo direitos autorais, inclusive aqueles conexos, bem como direitos de imagem;

f) Assegurar que a realização da Ação esteja revestida da segurança adequada, inclusive, quando for o caso, requisitando a intervenção das autoridades públicas e/ou atendendo as suas normas e exigências, ficando claro que não assiste qualquer responsabilidade ou obrigação da PATROCINADORA nesse sentido;

g) Efetuar o pagamento de todas as taxas devidas para a realização da Ação, bem como obter as licenças, alvarás e autorizações necessárias à realização;

h) Utilizar o valor pago pela PATROCINADORA exclusivamente para o desenvolvimento da Ação;

i) Responsabilizar-se por qualquer ato ou fato que cause prejuízo à PATROCINADORA e/ou imagem decorrente do presente Termo;

j) Devolver, imediatamente após sua ciência do fato, a PATROCINADORA, o valor pago a título deste Termo caso a Ação, por qualquer motivo deixe de ocorrer;

k) Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer atraso, irregularidade, fato ou situação que possa impactar a realização da Ação;

8. PATROCINADORA

8.1. Além das obrigações previstas neste Termo e em seu(s) Anexo(s), competirá à PATROCINADORA:

a) Realizar os pagamentos, de acordo com os prazos e valores previamente estabelecidos, em atendimento ao disposto no Termo;

b) Comunicar ao PATROCINADO o nome de um responsável que lhe sirva de contato durante a execução do Termo, sendo XXXXXXXX (XXXXXXXXXX@XXXXXXXXXX).

c) Acompanhar e fiscalizar a realização da Ação, na forma que entender necessária ou convenientemente, sendo-lhe assegurado o livre acesso ao local de sua realização.

d) Ao assinar o presente Termo de compromisso o PATROCINADOR deverá disponibilizar material de divulgação nas dimensões solicitadas pela PATROCINADA, bem como cede a autorização de uso de imagem da empresa, logomarcas, dingles e outros materiais que possam ser solicitados ou venham a ser produzidos pela PATROCINADA.

e) Autoriza a total divulgação dos dados que disponibilizar à PATROCINADA, incluindo imagens, logomarcas, dados, materiais visuais,

sonoros e quaisquer outros que serão compartilhados ao longo do patrocínio, em conformidade com a Lei Geral de proteção de Dados.

f) Fica autorizada a PATROCINADA caso não ocorra o pagamento até a data prevista a disponibilizar o estande reservado pelo PATROCINADOR, desde que comunicado previamente, sem prejuízo a nenhum dos assinantes do Termo de Compromisso.

9. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

9.1. Este Termo não estabelece vínculo ou relação de emprego com os empregados, prepostos ou subcontratados do PATROCINADO. O PATROCINADO assume, para todos os fins de direito, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis, fiscais ou securitárias decorrentes do vínculo empregatício existente entre ela e o(s) profissional(is) prestador(es) dos Serviços.

9.2. Caso a PATROCINADORA seja acionada judicial ou administrativamente, como polo passivo, por empregados ou prepostos do PATROCINADO, ou de empresa subcontratada, ainda que a PATROCINADORA seja declarada empregadora desses empregados pela sentença transitada em julgado, o PATROCINADO deverá:

a) Requerer a exclusão da PATROCINADORA, desde a contestação da reclamatória até última instância.

b) Realizar o pagamento ou ressarcir a PATROCINADORA de toda e qualquer despesa relacionadas ao processo administrativo ou judicial, incluindo honorários advocatícios, custas processuais, depósitos recursais ou de garantia do juízo, bem como o pagamento de toda e qualquer condenação que a PATROCINADORA venha a sofrer nas reclamações trabalhistas decorrentes da prestação de serviços;

9.3. Não sendo realizado o pagamento pelo PATROCINADO de alguma das obrigações referidas no nos itens acima, a PATROCINADORA poderá retê-los até o limite dos valores devidos.

9.4. O PATROCINADO responderá, exclusivamente, por quaisquer danos a terceiros ocasionados e por qualquer acidente de trabalho ocorrido com seus empregados ou da subcontratada, na execução do presente Termo.

9.5. São de responsabilidade PATROCINADORA todos os empregados, prepostos e/ou colaboradores contratadas por esta.

10. CONFIDENCIALIDADE

10.1. As informações obtidas pelas partes em decorrência do objeto deste Termo serão consideradas, para todos os fins de direito, como confidenciais (as "Informações Confidenciais"). Entende-se por Informações Confidenciais toda e qualquer informação e documentos de qualquer espécie que sejam entregues a uma das Partes pela outra Parte, ou por seus consultores, auditores, contadores, advogados, representantes e empregados, que sejam relativos aos negócios das Partes ou aos negócios de seus clientes, fornecedores e associados, incluindo, mas sem qualquer limitação, dados de gestão, dados financeiros e estratégias de mercado.

10.2. Obriga-se as partes por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter sigilo quanto às Informações Confidenciais que venha a receber da PATROCINADORA e ou PATROCINADO, ou que tome conhecimento, durante a execução e após o encerramento do Termo, devendo ao término ou rescisão devolver imediatamente todo o material recebido.

10.3. As partes declaram-se ciente de que na violação das obrigações assumidas nesta cláusula, responsabilizar-se-á, civil e criminalmente, por seus atos ou omissões e pelas perdas e danos a que der causa, seja diretamente ou através de seus empregados, prepostos, contratados, subcontratados e/ou terceiros a ela relacionados.

10.4. As partes obrigam-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados, subcontratados e/ou terceiros a ela relacionados, sobre o caráter sigiloso das Informações Confidenciais, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam preservadas, não divulgadas e utilizadas tão somente para os propósitos deste Termo e restrito às pessoas que estejam diretamente envolvidas na execução dos Serviços, e não possam prescindir dessas informações para a realização do serviço.

10.5. Se o PATROCINADO, por conta de ordem judicial, for obrigada a revelar qualquer das informações a que tiver acesso: (a) dará notícia a PATROCINADORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, por escrito, a respeito da ordem do juiz; (b) fornecerá todas as informações e os subsídios que possam ser necessários para que a PATROCINADORA, a seu exclusivo critério, defenda-se contra a divulgação de qualquer das informações; e (c) o PATROCINADO permanecerá obrigada ao cumprimento do disposto neste subitem mesmo após a extinção deste Termo pelo prazo de 5 (cinco) anos, com exceção das informações sujeitas à Lei do Sigilo Bancário, que devem ser mantidas por prazo indeterminado.

10.6. As obrigações aqui estabelecidas não se aplicam a qualquer das Informações que: (a) que possam ser comprovadas através de documentação como tendo sido do conhecimento do PATROCINADO antes de fornecido pela PATROCINADORA; (b) esteja disponível ao público independentemente de ato do PATROCINADO; (c) tenha sido legitimamente recebida de terceiros sem dever de confidencialidade que não obtiveram ou revelaram tais informações por meio de ato ilícito; (d) seja revelada por exigência legal; (e) seja revelada pelo PATROCINADO com prévia aprovação escrita da PATROCINADORA; e (f) que possam ser comprovadas através de documentação como tendo sido desenvolvidas independentemente pelo PATROCINADO anteriormente ao fornecimento pela PATROCINADORA.

10.7. As obrigações de confidencialidade decorrentes do presente Termo, tanto quanto as responsabilidades e obrigações derivadas, vigorarão durante o período de 5 (cinco) anos após a extinção do Termo, com exceção das informações sujeitas à Lei do Sigilo Bancário, que devem ser mantidas por prazo indeterminado.

11. DIREITOS AUTORAIS

11.1. O PATROCINADO obriga-se a respeitar e fazer respeitar permanentemente os direitos autorais, patentes, marcas, segredos de negócios e outros direitos de propriedade intelectual da PATROCINADORA e de terceiros, informando a PATROCINADORA, de imediato, qualquer violação de que venha a ter conhecimento.

11.2. O PATROCINADO garante que a Ação e/ou os produtos e/ou serviços a serem desenvolvidos no âmbito deste Termo não infringem qualquer marca, patente, direito autoral, segredo comercial ou quaisquer outros direitos de propriedade, ficando certo de que o PATROCINADO responsabilizar-se-á perante a PATROCINADORA por qualquer ação, processo, notificação ou reclamação nesse sentido, arcando com eventuais indenizações, despesas judiciais, extrajudiciais e custas.

11.3. O PATROCINADO obriga-se, ainda, a não utilizar ou permitir o uso, exceto mediante prévia e expressa autorização por escrito da PATROCINADORA, de qualquer nome, marca, logotipo ou sinais distintivos da PATROCINADORA, nem fazer qualquer declaração ou referência que indique a existência de qualquer vínculo ou relação jurídica ou negocial além do expressamente permitido pela PATROCINADORA, na forma deste Termo.

11.4. Fica claro que as autorizações porventura concedidas pela PATROCINADORA devem ser entendidas como restritivas e exclusivamente para os fins a que se destinam, não podendo ser interpretadas como concedidas em caráter genérico. Para fins desta cláusula as PARTES poderão formalizar adendo estabelecendo a forma e especificação para utilização de suas marcas.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

12.1. As Partes obrigam-se a cumprir todas as normas e exigências legais relativas à política nacional do meio ambiente, emanadas das esferas Federal, Estadual e Municipal, especialmente quanto:

a) À utilização racional de recursos naturais, evitando o desperdício;

b) À correta disposição do resíduo gerado, descartando-o corretamente, viabilizando a reciclagem, evitando a manipulação incorreta e a ocorrência de acidentes ambientais ou pessoais;

12.2. As Partes reconhecem a importância de adoção de práticas de não discriminação negativa e limitativas ao acesso ao emprego ou à sua manutenção e, obrigam-se a adotar políticas de respeito às diferenças também políticas de inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais, disseminando tais preceitos entre seus empregados e fornecedores.

12.3. As Partes devem cumprir as determinações legais relativas às normas de Segurança e Medicina no Trabalho, bem como as convenções e acordos trabalhistas e sindicais referentes às categorias de trabalhadores empregados pelas Partes. Ainda, as Partes devem manter todas as instalações onde serão prestados os Serviços em conformidade com as exigências e padrões mínimos estabelecidos pela legislação brasileira.

12.4. Ainda, as Partes se comprometem a não contratar ou permitir que seus subcontratados contratem mão de obra que envolva exploração de trabalhos forçados ou trabalho infantil, exigindo a adoção desta prática também por seus fornecedores.

12.5. As Partes declaram que reconhecem a importância do desenvolvimento adequado do jovem empregado, se comprometendo especialmente a:

a) Não empregar trabalhadores menores de dezoito anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 e da Consolidação das Leis do Trabalho;

b) Não empregar adolescentes menores de dezoito anos em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e Serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h e 5h.

12.6. O PATROCINADO autoriza desde já que a PATROCINADORA, por meio de pessoas por ela indicadas, possa realizar auditorias a fim de certificar se as práticas adotadas estão em conformidade com as declarações deste instrumento. O PATROCINADO declara ainda que, nessa hipótese, durante as auditorias, cumprirá com os deveres de colaboração, fornecendo documentos solicitados, desde que não protegidos por sigilo legal ou contratual.

12.7. As Partes comprometem-se a observar os princípios de responsabilidade socioambiental indicados nesta cláusula em sua rotina de negócios, sendo que o descumprimento destas obrigações, por uma das Partes, poderá, a critério da outra, dar ensejo à rescisão motivada deste instrumento, nos termos deste Termo.

13. PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

13.1. O PATROCINADO obriga-se a observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e Prepostos (agentes públicos e terceiros, incluindo prestadores de serviços) toda e qualquer Lei Anticorrupção, em especial a Lei 12.846/13 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977, conforme aplicável, bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas, entre elas, mas não limitadas a:

a) utilizar de recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas;

b) realizar pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros;

c) praticar quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida;

d) violar qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública.

13.2. Para tanto, o PATROCINADO deverá:

a) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção;

b) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, da PATROCINADORA;

c) comunicar imediatamente à PATROCINADORA, qualquer situação envolvendo o PATROCINADO, seus representantes, diretores, sócios/acionistas, caso venham a ser citados e/ou envolvidos/relacionados com os crimes financeiros amparados pela legislação mencionada nesta cláusula, ou que tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas;

d) comunicar imediatamente à PATROCINADORA da existência, manutenção e/ou início de relacionamento com empresas cadastradas nas listas do Portal de Transparência do Governo Federal, quais sejam: (i) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e (ii) Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP).

13.3. O PATROCINADO declara, que conhece, atende e atenderá integralmente às práticas anticorrupção, contribuindo para os processos de prevenção e combate a condutas ilícitas, a fraudes e à lavagem de dinheiro, bem como assumirá todos os ônus e consequências de suas práticas ilegais, inclusive o ressarcimento de perdas e danos que atingirem a PATROCINADORA.

13.4. O PATROCINADO declara, ainda, de forma irrevogável, que não praticou, não pratica e não praticará, direta ou indiretamente, qualquer ato ou conduta que possa ser qualificado como nocivo aos pressupostos anticorrupção, nacionais e/ou estrangeiros. Dessa forma, o PATROCINADO declara que conhece, cumpre e cumprirá integralmente e rigorosamente à legislação brasileira e internacional anticorrupção, em especial à Lei 12.846/2013 e ao Decreto nº 8.420/2015, bem como a Lei 9.613/1998, que trata dos crimes de lavagem de dinheiro, abstendo-se de qualquer prática que constitua violação aos permissivos legais anticorrupção, responsabilizando-se civil e criminalmente, sob pena de rescisão imediata pela PATROCINADORA, sem implicar para este, quaisquer ônus ou indenizações.

14. RESPONSABILIDADE SOCIAL

14.1. O PATROCINADO obriga-se a promover e incentivar ações de desenvolvimento social, como políticas de diversidade e ações afirmativas, visando a inclusão e igualdade de pessoas de diferentes raças e cores (negras - pardas e pretas - e indígenas), pessoas estrangeiras ou em situação migratória (refugiados), pessoas com deficiência, equidade de gênero (mulheres e outras identidades de gênero), orientação sexual, etc., bem como outras iniciativas de inclusão à diversidade, por meio de suas políticas internas e incentivo de ações sociais que legitimem a disseminação da igualdade material.

14.2. As obrigações descritas nesta cláusula aplicam-se aos prepostos do PATROCINADO.

14.3. O descumprimento desta cláusula poderá, a critério da PATROCINADORA, ensejar a rescisão motivada deste instrumento, nos termos deste Termo.

15. ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. O PATROCINADO se obriga a garantir o cumprimento da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (a "LGPD"), de acordo com, mas não limitado aos seguintes critérios:

a) não realizar qualquer tratamento de dados pessoais, entendidos como informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável vinculadas ao Termo, sem o enquadramento em uma das bases legais para o tratamento de dados pessoais;

- b) adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais;
- c) realizar o tratamento desses dados com o propósito exclusivo de cumprir as suas obrigações; e
- d) não permitir ou facilitar o tratamento de informações pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja a de cumprir as obrigações previstas no presente Termo.

16. RESPONSABILIDADE CIVIL

16.1. Em caso de ações judiciais ou extrajudiciais que envolvam uma das Partes em virtude de alegação de que os conteúdos, dados pessoais ou sistemas utilizados nos Serviços, infrinjam a propriedade intelectual de terceiro e/ou tenha resultado em qualquer infração administrativa, injúria, prejuízo ou danos de qualquer natureza, tal como entendido pela legislação brasileira, a Parte infratora estará obrigada a: a) ressarcir a Parte afetada por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de ações judiciais, extrajudiciais e administrativas, que venha a ser responsabilizada; e

b) exonerar a Parte afetada da relação processual e de seus efeitos e buscar substituí-la.

16.2. Se o juízo não aceitar a substituição processual, a outra Parte dará o pleno acesso e acompanhamento do processo à Parte infratora, que arcará com todas as despesas que a outra Parte vier a incorrer, inclusive eventuais condenações e honorários advocatícios que venham a ser devidos, desde que previamente tenha havido notificação à Parte infratora para que assuma a defesa da causa.

17. CESSÃO

17.1. Fica expressamente vedada:

a) a cessão, a constituição de ônus real ou a alienação, mesmo fiduciária, dos direitos de crédito decorrentes deste Termo, sem a prévia e expressa concordância das Partes por escrito, sendo esta disposição oponível contra terceiros;

b) a emissão de duplicatas representativas dos direitos de crédito originados neste Termo, os quais serão pagos diretamente ao credor original, na forma estabelecida neste Termo;

17.2. A vedação que trata esta cláusula não se aplica quando o cessionário ou endossatário se tratar de cooperativa de crédito integrante do Sistema Cooperativo XXXXXXXXX, quando bastará a comunicação expressa à PATROCINADORA.

18. CASOS FORTUITOS

18.1. Os casos fortuitos e de força maior, serão excludentes de responsabilidade das Partes, conforme disposto no artigo 393 e parágrafo único do Código Civil.

18.2. A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados, deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Termo.

18.3. Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original, sob pena de rescisão.

19. NOTIFICAÇÃO

19.1. Todos os eventos deste Termo deverão ser notificados à outra Parte, através de qualquer meio admitido em direito, tais como correspondência registrada com aviso de recebimento, e-mail com confirmação de leitura, Cartório de Títulos e Documentos, etc., para os endereços constantes no Termo.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A Assessoria de Imprensa do PATROCINADO trabalhará em conjunto com a Assessoria de Imprensa da PATROCINADORA nas seguintes hipóteses:

a) Quando a atividade envolver a divulgação da COTA ÚNICA DE PATROCÍNIO ora adquirida;

b) Quando houver a participação de representante da PATROCINADORA em coletiva de imprensa referente ao EVENTO. O PATROCINADO fica ciente de que é proibida qualquer espécie de contato com a mídia em geral, seja impressa, falada, televisiva ou virtual para falar de qualquer assunto ligado a PATROCINADORA, sem sua expressa anuência prévia.

20.2. O PATROCINADO declara ter ciência de que a PATROCINADORA (i) em razão de suas vinculações societárias submete-se ao cumprimento da Lei Sarbanes-Oxley. Nesse sentido, o PATROCINADO reconhece que é assegurada a PATROCINADORA o direito de realizar auditoria no PATROCINADO, a qualquer tempo, de forma a atestar o cumprimento da totalidade das obrigações previstas neste Termo, seus anexos e aditivos, incluindo análise de documentos e rotinas de controle de serviço, controles internos, segurança de informação, sigilo, obrigações trabalhistas ou quaisquer outras pertinentes ao presente Termo, fazendo-a, inclusive, nas dependências do PATROCINADO, que se compromete a colaborar com os representantes da PATROCINADORA em tudo que se fizer necessário. Fica resguardado, ainda, a PATROCINADORA, o direito de notificar, por escrito, o PATROCINADO, se alguma irregularidade for detectada, sempre respeitando o prazo de 30 (trinta) dias para regularização da ocorrência, pelo PATROCINADO, que, neste ato, obriga-se a colaborar no que for necessário para o cumprimento destas disposições, facilitando, inclusive, o acesso às suas instalações, em dia e hora previamente combinados com a PATROCINADORA.

20.3. Exceto através de anuência prévia e expressa da Parte contrária, nenhuma das Partes deverá usar o nome, marcas e logos da outra Parte em materiais promocionais, notas publicitárias, propagandas e outras publicações ou comunicações similares

20.4. As cláusulas deste Termo que por sua natureza tenham caráter perene, especialmente, mas não limitado às relativas a responsabilidade civil, trabalhista, tributária, previdenciária, e de confidencialidade, permanecerão válidas mesmo após o encerramento do Termo.

20.5. Os casos omissos, assim como as questões supervenientes e eventuais modificações nos termos e nas condições contratados, serão resolvidos de comum acordo entre as Partes, mediante a assinatura de aditivo.

20.6. Qualquer tolerância quanto ao descumprimento de quaisquer termos ou condições deste instrumento ou a irregularidades no exercício dos direitos deles decorrentes não constituirá renúncia a tais disposições e direitos, não prejudicando, assim, a faculdade das Partes exigirem o seu cumprimento e exercerem o seu direito de ação, a qualquer tempo.

20.7. Os representantes legais das Partes possuem plena capacidade para celebrar o presente Termo e realizar todas as operações aqui previstas, independentemente de qualquer outra autorização, tendo tomado todas as medidas de natureza societária e outras eventualmente necessárias para autorizar a sua celebração.

20.8. As Partes declaram que a celebração deste Termo e as obrigações aqui previstas: (i) não violam qualquer disposição dos seus estatutos; (ii) não infringem qualquer disposição de lei, decreto, norma ou regulamento, ordem administrativa ou judicial; (iii) não exigem qualquer consentimento, aprovação ou autorização junto a qualquer pessoa física ou jurídica, tribunal ou autoridade governamental; e (iv) foram previamente discutidas, representando fielmente o negócio jurídico entabulado pelas Partes.

20.9. As Partes resolverão eventuais divergências, conflitos, lacunas ou ambiguidades na interpretação ou no cumprimento deste Termo, com base nos princípios da boa-fé, probidade, equidade, razoabilidade e economicidade, preenchendo as lacunas com estipulações que,

presumivelmente, teriam correspondido à vontade das Partes na ocasião, de acordo com a legislação brasileira. Salvo quando claramente impedido pela natureza do conflito, as Partes obrigam-se a continuar cumprindo suas respectivas obrigações nos termos deste Termo enquanto um conflito estiver sendo dirimido.

20.10. As Partes obrigam-se por si, herdeiros e sucessores, ao fiel cumprimento deste Termo.

20.11. Em caso de descumprimento deste Termo serão aplicadas as disposições do Código Civil brasileiro, não excluindo outros dispositivos pactuados neste instrumento.

20.12. As Partes ajustam que o Termo, Anexos e os documentos correlatos, bem como eventuais aditivos poderão ser assinados digital ou eletronicamente, produzindo todos os efeitos legais. Nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, as Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem certificado digital emitido no padrão ICP- Brasil, incluindo assinaturas eletrônicas em plataforma específica disponibilizada pela PATROCINADORA diretamente ou por terceiros. A formalização das avenças dessa forma será suficiente para a validade e integral vinculação das Partes ao Termo, seus Anexos, documentos e aditivos.

21. DO FORO

21.1. As PARTES elegem o Foro de São Miguel do Oeste/SC para dirimir quaisquer questões advindas do presente Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que venha a se tomar.

Assim, as PARTES assinam o presente instrumento e seus anexos em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Guaraciaba/SC, XXXX de XXXXX de 2023.

XXXXXXXXXXXX
PATROCINADORA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA
PATROCINADO

TESTEMUNHAS

Testemunha 1	Testemunha 2
CPF	CPF

ANEXO V

MODELO DE CONTRATO PARTICULAR DE LOCAÇÃO DE ESTANDE DA FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIALEINDUSTRIAL DE GUARACIABA.

Instrumento particular de Contrato, que entre si fazem de um lado o MUNICÍPIO DE GUARACIABA, Estado de Santa Catarina, com sede Rua Ademar de Barros, 85, na cidade de Guaraciaba, SC, CNPJ nº 82. 821.216/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Vandecir Dorigon, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 914.976.399-72, residente e domiciliado na Linha Caravaggio, S/N Zona Rural, município de Guaraciaba, SC, doravante denominado ORGANIZADOR, de outro lado inscrita sob o CPF/CNPJ situada a rua Bairro na cidade de, devidamente inscrita por seu proprietário, infra-assinado doravante denominado de EXPOSITOR, tem justo e contratado entre si:

1 - O ORGANIZADOR cede ao EXPOSITOR acima qualificado, uma área de m2 (..... metros quadrados) representados pelo (s) Estande (s) nºs. para expor seus produtos e serviços na FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIALEINDUSTRIAL DE GUARACIABA, que se realizará no período de 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2023, no CTG Fronteira Oeste de Guaraciaba, na Rua Primeiro de Maio, Centro de Guaraciaba/SC.

2 - O ORGANIZADOR receberá pela locação desse (s) estande (s) básico (s) a importância de R\$ (.....), utilizando como forma de pagamento as seguintes condições:

() Pagamento a vista por Pix, na chave: tesouraria@guaraciaba.sc.gov.br;

() Pagamento com boleto que vencerá em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato;

() Pagamento a vista por transferência bancária na conta corrente em nome do Município de Guaraciaba – FACIG 2023, no Banco do Brasil 001, Agência 1388-9, Conta Corrente nº 19.866-8;

() Parcelamento em 2 (duas) vezes, sendo o primeiro pagamento em até 3 (três) dias após a assinatura do contrato, e o pagamento restantes até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, conforme boletos entregues nesta data;

() Parcelamento em 3 (três) vezes, sendo o primeiro pagamento em até 3 (três) dias após a assinatura do contrato, e os pagamentos restantes até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, conforme boletos entregues nesta data;

() Parcelamento em 4 (quatro) vezes, sendo o primeiro pagamento em até 3 (três) dias após a assinatura do contrato, e os pagamentos restantes até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, conforme boletos entregues nesta data;

() Locação estrutura de 10mx10m possuem valor de R\$ 2.210,00 (dois mil e duzentos e dez reais), a ser pago em conjunto com o espaço;

() Locação estrutura de 5mx5m possuem valor de R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais), a ser pago em conjunto com o espaço.

§ 1º O ato de assinatura do contrato configura um compromisso entre o EXPOSITOR e o Município de Guaraciaba, devendo imediatamente o Município reservar o espaço descrito no contrato.

§ 2º O atraso no pagamento acarretará no pagamento de juros de 1% e mora de 2% ao mês.

§ 3º Caso não ocorra o pagamento em até 10 dias após a data do vencimento o espaço e/ou estruturas ficam novamente disponíveis a comercialização e o valor pago será perdido pelo comprador não cabendo qualquer tipo de ressarcimento;

§ 4º A conferência dos pagamentos se dará pelo setor de tesouraria do município e acontecerá em até dois dias úteis após a data de pagamento estipulada em contrato.

2 - DESISTÊNCIA E OU INADIMPLENCIA, – Caso o EXPOSITOR, por qualquer motivo, a qualquer tempo, venha a desistir de participar do EVENTO, fica estabelecido que não serão devolvidas as importâncias pagas do estande.

4 - OBRIGAÇÕES DO ORGANIZADOR - O ORGANIZADOR disponibilizar para o EXPOSITOR, durante todo o período do evento, com a

montagem básica, correspondente ao estande comercializado, localizado na Planta Geral da Feira, que passa a ser parte deste contrato. Disponibilizar o Estande citado no item "1" acima, no prazo máximo de 25/09/2023, para arrumação e decoração a ser efetuada pelo EXPOSITOR. Pequenas alterações poderão ocorrer para garantir a mobilidade do Evento.

5- OBRIGAÇÕES DO EXPOSITOR:

a) A liberação dos espaços para quem adquiriu somente o espaço e montará sua pirâmide será a partir do dia 25 de setembro, nos dias úteis das 7h30 às 17h30min.

b) A liberação dos espaços para quem adquiriu espaço interno com estrutura será a partir do dia 22 de setembro, nos dias úteis das 7h30 às 17h30min.

c) A desmontagem dos estandes ocorrerá a partir do dia 02 de outubro de 2023, sendo que daquele momento em diante os expositores deverão ter retirado seus pertences do local.

d) Os expositores deverão obedecer às seguintes determinações:

I Cada EXPOSITOR é responsável pelo PPCI - plano de prevenção e proteção de combate a incêndio, sendo que o mesmo deverá estar em poder do expositor para fins de fiscalização;

II Cada EXPOSITOR é responsável por toda parte elétrica, incluindo instalações e equipamentos, sendo que deverá ser aprovada previamente pela Comissão Central Organizadora qualquer alteração na carga elétrica que a empresa deseja realizar;

III É de responsabilidade de cada EXPOSITOR providenciar um extintor PQS em cada estande, que será vistoriado pelo Corpo de Bombeiros.

IV Caso o EXPOSITOR deseje mais pontos de tomada ou luz, deverá contratar particularmente com alguma empresa de instalação elétrica ou eletricitista;

V O piso dos Pavilhões não poderá, em hipótese alguma, ser demarcado, pintado, furado ou escavado pelo expositor.

VI A projeção horizontal de qualquer elemento da montagem, decoração de produtos expostos deverá, obrigatoriamente, estar totalmente contida nos limites da área do espaço adquirido. Não serão aceitas projeções sobre estandes contínuos ou sobre a passagem do público.

VII Estão terminantemente proibidas demonstrações sonoras com equipamentos de áudio incompatíveis com o trabalho que é realizado em uma feira comercial, e mesmo no interior dos estandes, o som deve ser ambiente, de forma a não perturbar outros expositores. Os expositores que realizarem programa musical (música ambiente) deverão pagar as taxas correspondentes aos Direitos Autorais de acordo com a Lei nº 9610/98 (ECAD).

VIII Vias de circulação: Fica absolutamente proibido fazer depósito de materiais, ferramentas, caixas ou produtos, nas vias de circulação. Toda operação deve ser dentro dos limites dos estandes. As empresas contratadas para montagem e/ou decoração dos stands são responsáveis pela remoção do entulho e material não utilizado, até as 11h do dia 29 de setembro de 2023, antes da abertura dos portões a visitação.

IX O acesso à área de carga e descarga dos Pavilhões será conforme identificação de cada setor, conforme informações aos expositores, durante a montagem, desmontagem ou reposição de mercadorias até as 8h da manhã de cada dia de visitação a Feira. O ORGANIZADOR, não dispõe de carrinhos para transporte de carga. Todo e qualquer produto, seja de pequeno ou de grande porte, somente poderá ser retirado dos pavilhões até as 8h da manhã ou após o fechamento da visitação do parque.

X Fixação de materiais em estandes locados do município: material promocional, quadros ou objetos de decoração, só poderão ser afixados nas paredes dos stands com fios de nylon, pregos, percevejos, colas ou qualquer tipo de material que cause danos aos painéis não poderão ser utilizados.

XI É expressamente proibida a utilização de motores de combustão, bem como a utilização de produtos inflamáveis, dentro do recinto da feira. Motores, veículos e outros equipamentos que necessitem ficar ligados para demonstração dos produtos ficam autorizados, porém a responsabilidade civil e criminal de alguma adversidade é da empresa expositora, conforme contrato.

XII O ORGANIZADOR reserva o direito de transferir ao EXPOSITOR, os custos gerados por danos ao material de Montagem Básica.

XIII As saídas de Emergência e Extintores não poderão estar obstruídos;

XIV O ORGANIZADOR manterá um serviço de limpeza geral do Evento. O serviço de limpeza atuará nas áreas de circulação, de administração e sanitários. Os EXPOSITORES deverão cuidar da limpeza de seus estandes, bem como de seus serviços de copa, não depositando o lixo produzido nos cestos de lixo dentro dos estandes ou nos corredores, visando o bem-estar dos visitantes. Reabastecimento e limpeza devem ocorrer fora do horário de realização do evento. Os detritos de cada stand devem estar acondicionados em sacos plásticos especiais, sendo que somente poderão ser colocados nas vias de circulação após o encerramento das atividades do dia.

XV Através de sua Assessoria de Imprensa, O ORGANIZADOR promoverá, periodicamente, a divulgação do Evento nos meios de comunicação, inclusive redes sociais, sem custo adicional para o Expositor.

XVI A fim de evitar que os visitantes se sintam prejudicados e recorram ao Código de Defesa do Consumidor, não será permitido o encerramento das atividades nos estandes antes do término do horário de realização do Evento, às 21h.

XVII Será permitida a comercialização de produtos/serviços pelos expositores, conforme descrito no formulário de inscrição.

XVIII Poderão ser comercializados produtos para efeito de promoção e divulgação da marca do EXPOSITOR.

XIX A Rádio Feira estará fazendo transmissões durante todos os dias da feira, possuímos valores especiais para pacotes de spots, que serão divulgados em até 10 (dez) dias antes do evento;

XX O estacionamento será em local específico, informado no momento do cadastramento do veículo e conduzido por orientadores de trânsito e seguranças até o local. O horário do funcionamento será a partir das 7h do dia 29 de setembro de 2023 até as 00h do dia 02 de outubro 2023.

XXI Informamos que com relação à troca e reposição de produto será permitida a entrada do veículo cadastrado pelo município, no horário de 6h30min às 8h de cada dia da feira. Fica expressamente proibida a entrada de veículos para reposição durante o horário de visitação da feira.

XXII Haverá área de camping para montagem de barracas e banheiro com chuveiro, para os expositores que desejarem se estabelecer no parque de exposições. Além disso, o município conta com a Pousada Bianchi R. Nossa Sra. de Fátima, 104 – Centro -(49) 3645-0167.

XXIII Os EXPOSITORES externos poderão instalar churrasqueiras, desde que a fumaça não atrapalhe seus vizinhos.

XXIV As bebidas somente poderão ser adquiridas com a empresa vencedora da concessão, a qual possuirá choperias para locação e outros produtos disponíveis, sendo informado aos expositores em até 10 (dez) dias antes do evento; fica expressamente proibido a entrada de qualquer outro tipo de bebidas no Parque.

XXV O fechamento dos estandes e posterior retirada da decoração e materiais só deverá ser feita após às 19h do dia 01/10, sendo que após o encerramento da Feira não haverá mais segurança.

6 - VIGÊNCIA – O presente contrato é firmado por prazo determinado tendo seu início na data de sua assinatura e seu término no dia

02/10/2023.

7 – DO CANCELAMENTO DO EVENTO – Na hipótese de o EVENTO, por qualquer motivo, não se realizar, O ORGANIZADOR se compromete a devolver ao EXPOSITOR, no prazo de 5 dias contados da comunicação do cancelamento, o valor total pago, devidamente corrigido com base no índice de correção da caderneta de poupança nos meses de referência, calculada desde a data do pagamento até a data efetivada da devolução.

8- DA CESSÃO OU SUBLOCAÇÃO – O ORGANIZADOR terá direito de explorar dentro de seu ramo de atividade principal a divulgação e comercialização de seus produtos. Ficando vedada a cessão total ou parcial dos direitos ou obrigações oriundas do presente contrato, ressaltado a cessão para suas empresas coligadas, controladas e afiliadas.

9- DA MULTA – Fica convencionada multa equivalente 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, a ser aplicada a parte que infringir qualquer cláusula aqui pactuada, independente da responsabilidade por perdas e danos a que der causa, além da faculdade de a parte inocente considerar imediatamente rescindindo o presente contrato, independentemente de qualquer notificação.

10- DA RESPONSABILIDADE CIVIL – O ORGANIZADOR e o expositor comprometem-se a ressarcir de imediato, os danos causados à outra parte, desde que devidamente comprovados.

11- DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO –Nenhuma das partes será responsável ou será considerada faltosa pelo descumprimento de qualquer cláusula deste contrato, se impedida de desempenhar suas obrigações por motivos de força maior ou casos fortuitos, incluindo, mas não se limitando a greves, incêndios, terremotos, guerras ou contingência além da previsão ou controle das partes.

12- DA DESVINCULAÇÃO TRABALHISTA –não se estabelece, por força do presente contrato, nenhum vínculo empregatício entre o EXPOSITOR e seus empregados, subcontratados ou terceiros relacionado ao expositor, cabendo ao expositor todas as responsabilidades trabalhistas, securitárias, previdenciárias e fiscais, incluindo aquelas decorrentes de modificações na legislação em vigor, relativamente aos seus empregados e /ou subcontratados envolvidos na organização, montagem e execução do EVENTO, vinculados direta ou indiretamente ao expositor, devendo o EXPOSITOR ser o único responsável por quaisquer despesas em decorrência de reclamações trabalhistas, ações judiciais diversas e processos administrativos, de qualquer natureza, inclusive os relativos a acidentes de trabalho.

13- TRIBUTOS - O EXPOSITOR se responsabilizará por todo e qualquer produto exposto em seu stand, assim como pela comercialização dos mesmos. O participante/expositor responsabilizar-se-á integralmente pela situação jurídica e fisco - contábil de sua empresa, bem como pelos tributos e obrigações decorrentes de sua atividade.

14- BEBIDAS -Será permitido ao EXPOSITOR utilizar bebidas no stand para uso próprio, tais como: (cerveja, refrigerante e água), não invólucro de material de vidro. Sendo de inteira responsabilidade do EXPOSITOR qualquer incidente que ocorra no local.

15- SEGURANÇA - O ORGANIZADOR disponibilizará equipe de segurança que será responsável por todo e quaisquer equipamentos, produtos, maquinários que permanecerão no interior do Pavilhão Municipal. Fica estipulado o horário das 00:00 horas do dia 02/10/2023 como limite.

16- PLACAS E PASSES- Logomarcas, placas e qualquer material alusivo do EXPOSITOR não pode ultrapassar as dimensões do stand para as laterais. O EXPOSITOR terá direito a 01 PASSE LIVRE para automóvel utilitários e de passeio que lhe dará acesso ao estacionamento. Sendo o EXPOSITOR um PATROCINADOR oficial do evento, terá direito a 2 vagas.

17 – PRODUTOS E SERVIÇOS - Será de responsabilidade única do EXPOSITOR, o ressarcimento de qualquer dano que venha a causar ao público, no local do evento devido à construção do stand, material em exposição ou demonstração de máquinas e equipamentos.

18- MATERIAIS INFLAMAVÉIS- É expressamente proibida a utilização de motores de combustão, bem como a utilização de produtos inflamáveis, dentro do recinto da feira.

19- DO FORO – Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, ficando desde já eleito o foro da comarca de São Miguel do Oeste – SC, para dirimir as questões, dele não podendo declinar para outro foro, por mais especial que seja.

E por assim estarem justos e contratados, assinam as partes, o presente instrumento em duas vias de igual teor.

GUARACIABA - SC, _____ de _____ de 2023.

ORGANIZADOR VANDECIR DORIGON

CPF: 914.976.399-72

EXPOSITOR

CPF:

TESTEMUNHAS

Testemunha 1

CPF

Testemunha 2

CPF

ANEXO VI

MODELO DE CONTRATO PARTICULAR DE LOCAÇÃO DE ESTANDE PARA ANIMAIS NA FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIALEINDUSTRIAL DE GUARACIABA

Instrumento particular de Contrato, que entre si fazem de um lado o MUNICÍPIO DE GUARACIABA, Estado de Santa Catarina, com sede Rua Ademar de Barros, 85, na cidade de Guaraciaba, SC, CNPJ nº 82. 821.216/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Vandecir Dorigon, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 914.976.399-72, residente e domiciliado na Linha Caravaggio, S/N Zona Rural, município de Guaraciaba, SC, doravante denominado ORGANIZADOR, de outro lado inscrita sob o CPF/CNPJ situada a rua Bairro na cidade de, devidamente inscrita por seu proprietário, infra-assinado doravante denominado de EXPOSITOR NO LOCAL DESTINADO A ANIMAIS, tem justo e contratado entre si:

1 - O ORGANIZADOR cede ao EXPOSITOR acima qualificado, uma área de m2 (..... metros quadrados) representados pelo (s) Estande (s) nºs. para expor seus produtos e serviços na FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIALEINDUSTRIAL DE GUARACIABA, que se realizará no período de 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2023, no CTG Fronteira Oeste de Guaraciaba, na Rua Primeiro de Maio, Centro de Guaraciaba/SC.

2 - O ORGANIZADOR receberá pela locação desse (s) estande (s) básico (s) a importância de R\$ (.....), utilizando como forma de pagamento as seguintes condições:

() Pagamento a vista por Pix, na chave: tesouraria@guaraciaba.sc.gov.br;

() Pagamento com boleto que vencerá em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato;

() Pagamento a vista por transferência bancária na conta corrente em nome do Município de Guaraciaba – FACIG 2023, no Banco do Brasil 001, Agência 1388-9, Conta Corrente nº 19.866-8;

() Parcelamento em 2 (duas) vezes, sendo o primeiro pagamento em até 3 (três) dias após a assinatura do contrato, e o pagamento restantes até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, conforme boletos entregues nesta data;

() Parcelamento em 3 (três) vezes, sendo o primeiro pagamento em até 3 (três) dias após a assinatura do contrato, e os pagamentos restantes até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, conforme boletos entregues nesta data;

§ 1º O ato de assinatura do contrato configura um compromisso entre o EXPOSITOR e o Município de Guaraciaba, devendo imediatamente o Município reservar o espaço descrito no contrato.

§ 2º O atraso no pagamento acarretará no pagamento de juros de 1% e mora de 2% ao mês.

§ 3º Caso não ocorra o pagamento em até 10 dias após a data do vencimento o espaço e/ou estruturas ficam novamente disponíveis a comercialização e o valor pago será perdido pelo comprador não cabendo qualquer tipo de ressarcimento;

§ 4º A conferência dos pagamentos se dará pelo setor de tesouraria do município e acontecerá em até dois dias úteis após a data de pagamento estipulada em contrato.

3 - DESISTÊNCIA E OU INADIMPLENCIA, – Caso o EXPOSITOR, por qualquer motivo, a qualquer tempo, venha a desistir de participar do EVENTO, fica estabelecido que não serão devolvidas as importâncias pagas do estande.

4 - OBRIGAÇÕES DO ORGANIZADOR - O ORGANIZADOR disponibilizar para o EXPOSITOR, durante todo o período do evento, com a montagem básica, correspondente ao estande comercializado, localizado na Planta Geral da Feira, que passa a ser parte deste contrato. Disponibilizar o Estande citado no item "1" acima, no prazo máximo de 25/09/2023, para arrumação e decoração a ser efetuada pelo EXPOSITOR. Pequenas alterações poderão ocorrer para garantir a mobilidade do Evento.

4.1 - Os eventos acontecerão no Centro de Tradição Gaúchas Fronteira do Oeste, situado na Rua 1º de Maio, Centro de Guaraciaba/SC. A FACIG Edição 2023, ocorrerá nos dias 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2023. Os produtores que desejarem expor seus animais deverão acomodá-los nas baias até o meio dia do dia 29 de setembro e retirá-los no dia 01 somente após as 18h.

4.2 - A organização do Parque de Exposição no que tange à exposição de animais será feita pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente, a qual poderá estabelecer parcerias sem o repasse de recursos financeiros com outras instituições para realização dos trabalhos.

5- OBRIGAÇÕES DO EXPOSITOR:

5.1 - Acompanhar em período integral os animais, a fim de garantir sua segurança e a segurança dos visitantes;

4.2 - Ser responsável pela alimentação dos animais e limpeza do local;

4.3 - Não realizar a retirada dos animais de grande porte das baias sem a aprovação prévia da subcomissão e do médico veterinário do município;

5.3.1 Animais de pequeno porte poderão ser comercializados com pronta entrega ao comprador, ficando as guias e outros documentos por conta dos EXPOSITORES.

5.4 Os expositores deverão obedecer às seguintes determinações:

I Cada EXPOSITOR é responsável pelo PPCI - plano de prevenção e proteção de combate a incêndio, sendo que o mesmo deverá estar em poder do expositor para fins de fiscalização;

II Cada EXPOSITOR é responsável por toda parte elétrica, incluindo instalações e equipamentos, sendo que deverá ser aprovada previamente pela Comissão Central Organizadora qualquer alteração na carga elétrica que a empresa deseja realizar;

III É de responsabilidade de cada EXPOSITOR providenciar um extintor PQS em cada estande, que será vistoriado pelo Corpo de Bombeiros.

IV A estrutura da baia e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente estará disponível aos expositores, todavia, caso o EXPOSITOR deseje mais pontos de tomada ou luz, deverá contratar particularmente com alguma empresa de instalação elétrica ou eletricista;

V A projeção horizontal de qualquer elemento da montagem, decoração de produtos expostos deverá, obrigatoriamente, estar totalmente contida nos limites da área do espaço adquirido. Não serão aceitas projeções sobre estandes contínuos ou sobre a passagem do público.

VI Estão terminantemente proibidas demonstrações sonoras com equipamentos de áudio incompatíveis com o trabalho que é realizado em uma feira comercial, e mesmo no interior dos estandes, o som deve ser ambiente, de forma a não perturbar outros expositores. Os expositores que realizarem programa musical (música ambiente) deverão pagar as taxas correspondentes aos Direitos Autorais de acordo com a Lei nº 9610/98 (ECAD).

VII Vias de circulação: Fica absolutamente proibido fazer depósito de materiais, ferramentas, caixas ou produtos, nas vias de circulação. Toda operação deve ser dentro dos limites dos estandes. As empresas contratadas para montagem e/ou decoração dos stands são responsáveis pela remoção do entulho e material não utilizado, até as 11h do dia 29 de setembro de 2023, antes da abertura dos portões a visitação.

VIII O acesso à área de carga e descarga dos Pavilhões será conforme identificação de cada setor, conforme informações aos expositores, durante a montagem, desmontagem ou reposição de mercadorias até as 8h da manhã de cada dia de visitação a Feira. O ORGANIZADOR, não dispõe de carrinhos para transporte de carga. Todo e qualquer produto, seja de pequeno ou de grande porte, somente poderá ser retirado dos pavilhões até as 8h da manhã ou após o fechamento da visitação do parque.

IX Fixação de materiais em estandes locados do município: material promocional, quadros ou objetos de decoração, só poderão ser afixados nas paredes dos stands com fios de nylon, pregos, percevejos, colas ou qualquer tipo de material que cause danos aos painéis não poderão ser utilizados.

X É expressamente proibida a utilização de motores de combustão, bem como a utilização de produtos inflamáveis, dentro do recinto da feira. Motores, veículos e outros equipamentos que necessitem ficar ligados para demonstração dos produtos ficam autorizados, porém a responsabilidade civil e criminal de alguma adversidade é da empresa expositora, conforme contrato.

XI O ORGANIZADOR reserva o direito de transferir ao EXPOSITOR, os custos gerados por danos ao material de Montagem Básica.

XII As saídas de Emergência e Extintores não poderão estar obstruídos;

XIII O ORGANIZADOR manterá um serviço de limpeza geral do Evento. O serviço de limpeza atuará nas áreas de circulação, de administração e sanitários. Os EXPOSITORES deverão cuidar da limpeza de seus estandes, bem como de seus serviços de copa, não depositando o lixo produzido nos cestos de lixo dentro dos estandes ou nos corredores, visando o bem-estar dos visitantes. Reabastecimento e limpeza devem ocorrer fora do horário de realização do evento. Os detritos de cada stand devem estar acondicionados em sacos plásticos especiais,

sendo que somente poderão ser colocados nas vias de circulação após o encerramento das atividades do dia.

XIV Através de sua Assessoria de Imprensa, O ORGANIZADOR promoverá, periodicamente, a divulgação do Evento nos meios de comunicação, inclusive redes sociais, sem custo adicional para o Expositor.

XV A fim de evitar que os visitantes se sintam prejudicados e recorram ao Código de Defesa do Consumidor, não será permitido o encerramento das atividades nos estandes antes do término do horário de realização do Evento, às 21h.

XVI Será permitida a comercialização de produtos/serviços pelos expositores, conforme descrito no formulário de inscrição.

XVII Poderão ser comercializados produtos para efeito de promoção e divulgação da marca do EXPOSITOR.

XVIII A Rádio Feira estará fazendo transmissões durante todos os dias da feira, possuímos valores especiais para pacotes de spots, que serão divulgados em até 10 (dez) dias antes do evento;

XIX O estacionamento será em local específico, informado no momento do cadastramento do veículo e conduzido por orientadores de trânsito e seguranças até o local. O horário do funcionamento será a partir das 7h do dia 29 de setembro de 2023 até as 00h do dia 02 de outubro 2023.

XX Informamos que com relação à troca e reposição de produto será permitida a entrada do veículo cadastrado pelo município, no horário de 6h30min às 8h de cada dia da feira. Fica expressamente proibida a entrada de veículos para reposição durante o horário de visitação da feira.

XXI Haverá área de camping para montagem de barracas e banheiro com chuveiro, para os expositores que desejarem se estabelecer no parque de exposições. Além disso, o município conta com a Pousada Bianchi R. Nossa Sra. de Fátima, 104 – Centro -(49) 3645-0167.

XXII Os EXPOSITORES externos poderão instalar churrasqueiras, desde que a fumaça não atrapalhe seus vizinhos.

XXIII As bebidas somente poderão ser adquiridas com a empresa vencedora da concessão, a qual possuirá choperias para locação e outros produtos disponíveis, sendo informado aos expositores em até 10 (dez) dias antes do evento; fica expressamente proibido a entrada de qualquer outro tipo de bebidas no Parque.

XXIV O fechamento dos estandes e posterior retirada da decoração e materiais só deverá ser feita após às 19h do dia 01/10, sendo que após o encerramento da Feira não haverá mais segurança.

XXV Todos os custos de transporte, vacinas, alimentação, cuidados em geral são de responsabilidade do EXPOSITOR, sendo que o ORGANIZADOR, por meio de comissão especial coibirá qualquer ação de maus tratos ou de condições adversas.

6 - DOS ESPAÇOS

6.1 - O parque de exposições contará com um espaço coberto de 300 m² que será destinado a exposição dos animais.

6.1.1 - As baias 13 à 19 serão comercializadas aos expositores de fora do município, sendo que cada baia custará o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), devendo ser comercializada conforme as normativas dispostas no Regulamento aprovado pelo Decreto Municipal nº 74 de 24 de abril de 2023 ou o que vier a substituí-lo.

7 - São obrigações do Município de Guaraciaba:

7.1 - Disponibilizar o espaço aos EXPOSITORES conforme este contrato.

8 - VIGÊNCIA – O presente contrato é firmado por prazo determinado tendo seu início na data de sua assinatura e seu término no dia 02/10/2023.

9 – DO CANCELAMENTO DO EVENTO – Na hipótese de o EVENTO, por qualquer motivo, não se realizar, O ORGANIZADOR se compromete a devolver ao EXPOSITOR, no prazo de 5 dias contados da comunicação do cancelamento, o valor total pago, devidamente corrigido com base no índice de correção da caderneta de poupança nos meses de referência, calculada desde a data do pagamento até a data efetivada da devolução.

10 - DA CESSÃO OU SUBLOCAÇÃO – O ORGANIZADOR terá direito de explorar dentro de seu ramo de atividade principal a divulgação e comercialização de seus produtos. Ficando vedada a cessão total ou parcial dos direitos ou obrigações oriundas do presente contrato, ressalvado a cessão para suas empresas coligadas, controladas e afiliadas.

11 - DA MULTA – Fica convencionada multa equivalente 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, a ser aplicada a parte que infringir qualquer cláusula aqui pactuada, independente da responsabilidade por perdas e danos a que der causa, além da faculdade de a parte inocente considerar imediatamente rescindindo o presente contrato, independentemente de qualquer notificação.

12 - DA RESPONSABILIDADE CIVIL – O ORGANIZADOR e o expositor comprometem-se a ressarcir de imediato, os danos causados à outra parte, desde que devidamente comprovados.

13 - DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO –Nenhuma das partes será responsável ou será considerada faltosa pelo descumprimento de qualquer cláusula deste contrato, se impedida de desempenhar suas obrigações por motivos de força maior ou casos fortuitos, incluindo, mas não se limitando a greves, incêndios, terremotos, guerras ou contingência além da previsão ou controle das partes.

14 - DA DESVINCULAÇÃO TRABALHISTA –não se estabelece, por força do presente contrato, nenhum vínculo empregatício entre o EXPOSITOR e seus empregados, subcontratados ou terceiros relacionado ao expositor, cabendo ao expositor todas as responsabilidades trabalhistas, securitárias, previdenciárias e fiscais, incluindo aquelas decorrentes de modificações na legislação em vigor, relativamente aos seus empregados e /ou subcontratados envolvidos na organização , montagem e execução do EVENTO, vinculados direta ou indiretamente ao expositor, devendo o EXPOSITOR ser o único responsável por quaisquer despesas em decorrência de reclamações trabalhistas, ações judiciais diversas e processos administrativos, de qualquer natureza, inclusive os relativos a acidentes de trabalho.

15 - TRIBUTOS - O EXPOSITOR se responsabilizará por todo e qualquer produto exposto em seu stand, assim como pela comercialização dos mesmos. O participante/expositor responsabilizar-se-á integralmente pela situação jurídica e fisco - contábil de sua empresa, bem como pelos tributos e obrigações decorrentes de sua atividade.

16 - BEBIDAS -Será permitido ao EXPOSITOR utilizar bebidas no stand para uso próprio, tais como: (cerveja, refrigerante e água), não invólucro de material de vidro. Sendo de inteira responsabilidade do EXPOSITOR qualquer incidente que ocorra no local.

17 - SEGURANÇA - O ORGANIZADOR disponibilizará equipe de segurança que será responsável por todo e quaisquer equipamentos, produtos, maquinários que permanecerão no interior do Pavilhão Municipal. Fica estipulado o horário das 00:00 horas do dia 02/10/2023 como limite.

18 - PLACAS E PASSES- Logomarcas, placas e qualquer material alusivo do EXPOSITOR não pode ultrapassar as dimensões do stand para as laterais. O EXPOSITOR terá direito a 01 PASSE LIVRE para automóvel utilitários e de passeio que lhe dará acesso ao estacionamento. Sendo o EXPOSITOR um PATROCINADOR oficial do evento, terá direito a 2 vagas.

19 – PRODUTOS E SERVIÇOS - Será de responsabilidade única do EXPOSITOR, o ressarcimento de qualquer dano que venha a causar ao público, no local do evento devido à construção do stand, material em exposição ou demonstração de máquinas e equipamentos.

20- MATERIAIS INFLAMAVÉIS- É expressamente proibida a utilização de motores de combustão, bem como a utilização de produtos inflamáveis, dentro do recinto da feira.

21 - DO FORO – Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, ficando desde já eleito o foro da comarca de São Miguel do Oeste – SC, para dirimir as questões, dele não podendo declinar para outro foro, por mais especial que seja. E por assim estarem justos e contratados, assinam as partes, o presente instrumento em duas vias de igual teor.

GUARACIABA - SC, _____ de _____ de 2023.

ORGANIZADOR VANDECIR DORIGON
CPF: 914.976.399-72

EXPOSITOR
CPF:

TESTEMUNHAS
Testemunha 1 Testemunha 2
CPF CPF

EDITAL Nº 52/2023

Publicação Nº 5092354

EDITAL Nº 52/2023 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA EXPOSITORES DE ANIMAIS NA FACIG EDIÇÃO 2023

O Município de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, de ordem da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, vem por meio deste tornar público que estão abertas as inscrições para exposição de animais de forma gratuita na Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Guaraciaba – FACIG edição 2023.

I – DA ORGANIZAÇÃO E SEUS FINS

Art. 1º A organização do Parque de Exposição no que tange à exposição de animais será feita pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente, a qual poderá estabelecer parcerias sem o repasse de recursos financeiros com outras instituições para realização dos trabalhos.

II – DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 2º Poderão se inscrever produtores rurais, que possuem propriedade no município de Guaraciaba/SC, com inscrição estadual de produtor rural ativa e que cumpram os requisitos deste edital.

III – DO LOCAL E DATA DA EXPOSIÇÃO

Art. 3º Os eventos acontecerão no Centro de Tradição Gaúchas Fronteira do Oeste, situado na Rua 1º de Maio, Centro de Guaraciaba/SC. A FACIG Edição 2023, ocorrerá nos dias 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2023. Os produtores que desejarem expor seus animais deverão acomodá-los nas baias até o meio dia do dia 29 de setembro e retirá-los no dia 01 somente após as 18h.

IV – DOS ESPAÇOS

Art. 4º O parque de exposições contará com um espaço coberto que será destinado a exposição dos animais.

§ 1º Ficam reservadas para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente as baias de 1 à 16 para que sem custos de estrutura, exames e transporte os produtores do Município exponham e comercializem seus animais.

§ 2º As baias que não tiverem produtores interessados serão comercializadas aos expositores de fora do município, sendo que cada baia custará o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), devendo ser comercializada conforme as normativas dispostas no Regulamento aprovado pelo Decreto Municipal nº 165 de 21 de agosto de 2023 ou o que vier a substituí-lo.

Art. 4º Segue mapa dos estandes com metragem de cada espaço:

V – DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇOS E OBRIGAÇÕES

Art. 5º São objetos deste edital as baias disponíveis no layout acima, sendo:

a) As baias de números 01 a 05 e 10, 11 e 12, terão 40m² cada e serão destinadas para:

I) bovinos de leite com idade de 5 à 18 meses, e terão capacidade entre 5 à 10 animais por baia, de acordo com a avaliação da subcomissão da Secretaria;

II) ovinos ou caprinos ou bubalinos, capacidade de 1 à 10 animais por baia, de acordo com a avaliação da subcomissão da Secretaria;

III) equinos ou bovinos de corte, capacidade de 1 à 10 animais por baia, de acordo com a avaliação da subcomissão da Secretaria

b) As baias de números 06 à 09, terão 20m² cada e serão destinadas para equinos ou bovinos de corte, cada baia terá capacidade para até 5 animais, de acordo com a avaliação da subcomissão da Secretaria.

c) A baias de números 13 à 16 terão 15m² cada e serão destinadas a apicultores ou cunicultores ou proprietários de pequenos animais, tendo a capacidade para exposição de acordo com a avaliação da subcomissão da Secretaria.

Art. 6º Em até 10 (dez) dias antes do início da Feira e após efetivadas as inscrições, a subcomissão responsável fará visitas às propriedades e indicará a quantidade de animais deferida por inscrição.

Art. 7º São obrigações do Município de Guaraciaba:

- a) Realizar este procedimento de chamamento público com transparência e zelo;
- b) Disponibilizar profissional médico veterinário no horário de visitação para dar suporte em caso de incidentes;
- c) Auxiliar na emissão de guias de GTA e/ou outros documentos em caso de necessidade de substituição de animais durante a exposição;
- d) Disponibilizar o espaço para a alocação dos animais, com estrutura de baia, água potável encanada, cochos de alimentação, maravalha e placa de identificação;
- e) Organizar roteiro de transporte dos animais, com veículo adequado, sem custo algum aos expositores;
- f) Verificar se a propriedade é certificada como livre de brucelose e tuberculose, e caso não seja, disponibilizar de forma gratuita os exames de brucelose, tuberculose, anemia/infecções equinas e moro, conforme o caso.
- g) Ofertar por meio de parcerias com Entidades, pessoal para zelar pela limpeza do espaço e cuidados com animais durante a realização evento;
- h) Ofertar espaço de armazenagem de comida aos expositores;

Art. 8º São obrigações do expositor:

- a) Acompanhar em período integral os animais, a fim de garantir sua segurança e a segurança dos visitantes;
- b) Ser responsável pela alimentação dos animais e limpeza do local;
- c) Não realizar a retirada dos animais das baias sem a aprovação prévia da subcomissão e do médico veterinário do município.

Art. 9º Não haverá nenhum custo de estrutura para o expositor, porém o expositor que se inscrever e desistir do processo ou não expuser, será aplicada multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), sem prejuízos às demais sanções cabíveis.

VI – DA INSCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES

Art. 10 Estão aptos a inscrição os produtores rurais que desejam expor animais (bovinos, ovinos, caprinos, equinos e bubalinos) e que preencham os seguintes requisitos:

- a) Possuir residência/propriedade no município de Guaraciaba/SC;
- b) Ter bloco de produtor e ter emitido notas fiscais de produtor rural referente a venda de sua produção no ano de 2022, sendo:
 - I) Para venda de leite uma nota por mês nos últimos 12 meses;
 - II) Demais atividades no mínimo uma nota fiscal de produtor nos últimos 12 meses;
- c) Não possuir débitos com a administração municipal;
- d) Entregar todos os documentos nos prazos previstos neste edital.

Art. 11. São documentos obrigatórios para comprovação dos requisitos no momento da inscrição:

- a) Documento de identificação, cópia de RG ou Carteira de habilitação;
- b) Comprovante de residência (conta de luz, telefone, água, fatura ou outro que comprove endereço);
- c) Relatório de movimentação econômica do produtor do ano de 2022;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- e) Ficha de inscrição, autorização e declaração conforme Anexo I.

Art. 12 Os interessados deverão entregar os documentos para habilitação junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente no período de 25 à 31 de agosto de 2023. Devendo preencher a ficha de inscrição em Anexo e apresentar cópias ou originais dos documentos constantes no art. 11.

Parágrafo único: As inscrições realizadas nos editais de Chamamento Público nº 24/2023 e nº 47/2023 terão preferência sobre as inscrições realizadas neste edital, sendo homologadas em conjunto com o Decreto de Homologação deste edital que ocorrerá em 01 de setembro de 2023.

VII – DA ESCOLHA DOS ESPAÇOS

Art. 13 No momento de entrega dos documentos, estando todos regulares, um membro da Comissão Organizadora demonstrará os espaços disponíveis em croqui e em conjunto com o expositor farão a escolha, sempre respeitada a ordem de inscrição.

§ 1º No momento da inscrição o expositor fará a escolha de um dos estandes disponíveis.

§ 2º Em caso de inscrições acima da capacidade, ficará o habilitado na fila de espera, sendo chamado por ordem de inscrição na vacância de qualquer um dos espaços.

§ 3º Após o preenchimento de todas as vagas ou após o término do prazo para inscrição, será publicado em diário oficial dos municípios a listagem dos expositores habilitados e classificados.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 O município de Guaraciaba/SC se isenta de qualquer ocorrência que possa haver no recinto da feira, bem como por acidentes, sendo de responsabilidade do expositor realizar seguro dos animais e contra terceiros se assim desejar.

Art. 15 O regulamento foi discutido e aprovado no Conselho Municipal de Agricultura.

Art. 16 Questões omissas serão avaliadas por uma comissão formada por membros do Conselho Municipal de Agricultura e da Administração Municipal.

Guaraciaba/SC, 24 de agosto de 2023.
VANDECIR DORIGON
Prefeito Municipal

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA EXPOSITOR DE ANIMAIS NA FACIG EDIÇÃO 2023

INSCRIÇÃO Nº		NÚMERO DO ESTANDE ESCOLHIDO:	
NOME:			
CPF:			
INSCRIÇÃO ESTADUAL:			
ENDEREÇO:			
TELEFONE:			
DESCRIPTIVO DOS ANIMAIS PARA PLACA:			
É BENEFICIADO COM PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO? () SIM () NÃO			

DECLARAÇÃO:

EU, _____, PORTADOR DO CPF Nº _____, DECLARO PARA DEVIDOS FINS QUE LI E RECEBI UMA CÓPIA DO EDITAL Nº ____/2023 DE CHAMAMENTO PARA EXPOSITORES DE ANIMAIS NA FACIG EDIÇÃO 2023 E ESTOU DE ACORDO E CIENTE DAS OBRIGAÇÕES COMO EXPOSITOR, BEM COMO DE TODAS AS RESPONSABILIDADES. GUARACIABA/SC, AOS ____ DE _____ DE 2023.

ASSINATURA

AUTORIZAÇÃO:

EU, _____, PORTADOR DO CPF Nº _____, POR MEIO DESTA AUTORIZO O TRANSPORTE E A REALIZAÇÃO DE EXAMES OBRIGATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, NOS ANIMAIS DE MINHA PROPRIEDADE COM INTUITO DE PARTICIPAR DO EDITAL Nº ____/2023 DE CHAMAMENTO PARA EXPOSITORES DE ANIMAIS NA FACIG EDIÇÃO 2023. GUARACIABA/SC, AOS ____ DE _____ DE 2023

ASSINATURA

(VERSO)
PARA DESPACHO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:
Cópia de RG ou Carteira de habilitação;
Cópia de comprovante de residência no município de Guaraciaba/SC;
Cópia de Notas de produtor rural;
CND municipal;
Preencher ficha de inscrição anexa do Anexo I.

O PRODUTOR ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL Nº ____/2023 DE CHAMAMENTO PARA EXPOSITORES DE ANIMAIS NA FACIG EDIÇÃO 2023	() SIM () NÃO
ESTANDE ESCOLHIDO ESTÁ	() DISPONÍVEL () RESERVA

COMISSÃO TÉCNICA RESPONSÁVEL COMISSÃO TÉCNICA RESPONSÁVEL
COMISSÃO TÉCNICA RESPONSÁVEL
DATA: _____

EXTRATO CONTRATO 129.2023 - PMGBA

Publicação Nº 5089515

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A1E019BE31B62695368E9B9D6B6B1A34472386A2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 129/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
Contratada: POTENTI - SOLUCOES EM ELETRO ENERGIA LTDA
Valor: 65.064,00 (sessenta e cinco mil e sessenta e quatro)
Vigência: Início: 24/08/2023 Término: 31/12/2023

Licitação: Pregão Presencial p/ Contratação de Serviços Nº.: 98/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO / REMOÇÃO DE TRANSFORMADORES, VERIFICAÇÃO E REVISÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES E LOCAL DO SHOW, COM FORNECIMENTO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA; INSTALAÇÃO DE QUADRO EM POSTE PARA DERIVAÇÃO DE ENERGIA DOS TRANSFORMADORES EM BAIXA TENSÃO, COM PLANTÃO TÉCNICO, COM DOIS ELETRICISTAS E CAMINHÃO CESTO ÁREO ISOLADO NR-12, PARA OS TRÊS DIAS DE EVENTO DA FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIALEINDUSTRIAL DE GUARACIABA - FACIG EDIÇÃO 2023, QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 29 E 30 DE SETEMBRO E 01 DE OUTUBRO, NA RUA 1º DE MAIO, CENTRO DE EVENTOS, GUARACIABA/SC. VANDECIR DORIGON

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 138.2023 - PMGBA

Publicação Nº 5089513

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9209D7730738524A6460DA318A91B823F3A5B35B

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2023

PROCESSO Nº 138/2023 HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO / REMOÇÃO DE TRANSFORMADORES, VERIFICAÇÃO E REVISÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES E LOCAL DO SHOW, COM FORNECIMENTO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA; INSTALAÇÃO DE QUADRO EM POSTE PARA DERIVAÇÃO DE ENERGIA DOS TRANSFORMADORES EM BAIXA TENSÃO, COM PLANTÃO TÉCNICO, COM DOIS ELETRICISTAS E CAMINHÃO CESTO ÁREO ISOLADO NR-12, PARA OS TRÊS DIAS DE EVENTO DA FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIALEINDUSTRIAL DE GUARACIABA - FACIG EDIÇÃO 2023, QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 29 E 30 DE SETEMBRO E 01 DE OUTUBRO, NA RUA 1º DE MAIO, CENTRO DE EVENTOS, GUARACIABA/SC..

CONTRATADO: POTENTI - SOLUCOES EM ELETRO ENERGIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 65.064,00 (sessenta e cinco mil e sessenta e quatro reais)

VANDECIR DORIGON

Prefeito

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2018 – FMS

Publicação Nº 5090479

AVISO DE PRORROGAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2018 – FMS

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE COLETA E ANÁLISE PARA EXAMES DE BIÓPSIA RENAL, IMUNOFLUORESCÊNCIA DE BIÓPSIA RENAL E MEIO DE TRANSPORTE PARA FIXAÇÃO DA BIÓPSIA RENAL.

O Município de Guaramirim (SC) torna público para conhecimento dos interessados a PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2018 – FMS.

O PRAZO PARA CREDENCIAMENTO fica prorrogado por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 27 de agosto de 2023 à 26 de agosto de 2024.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 13h às 17h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 25 de agosto de 2023.

Oswaldo Devigili
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 1811/2023

Publicação Nº 5090949

DECRETO Nº. 1811/2023

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Oswaldo Devigili, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura
001 - Secretaria de Infraestrutura
0015.0451.0011.1014 - Construção, Melhoria de Calçadas (passeios Públicos)
34000000000000000000 - Despesas de capital
34400000000000000000 - Investimentos
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos – R\$ 135.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, na fonte 250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos, no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de agosto de 2023.

Oswaldo Devigili
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2023 – PMG

Publicação Nº 5089296

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2023 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 139/2023 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico.

Base Legal: Lei nº 14.133/21

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS DE GUARAMIRIM, DE SANTA CATARINA, DO BRASIL PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, POLÍCIA MILITAR E DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Fornecedor: ELIO LUIZ DE CONTO - MEI, inscrita no CNPJ sob o nº 46.081.408/0001-36, estabelecida na Com Rio Azul, s/n, interior, município de Aratiba/RS.

Fornecedor: 30771676 - ELIO LUIZ DE CONTO 23512660053

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	80	UN	BANDEIRA DO BRASIL	TANDER	47,0000	3.760,00
2	80	UN	BANDEIRA DE GUARAMIRIM	TANDER	47,0000	3.760,00
3	80	UN	BANDEIRA DE SANTA CATARINA	TANDER	47,0000	3.760,00
Total					R\$11.280,00	

Vigência: Início: 21/08/2023 Término: 20/08/2024.

Guaramirim (SC), 24 de agosto de 2023.

OSVALDO DEVIGILI

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 61/2018 – FMS

Publicação Nº 5090836

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 61/2018 – FMS
Processo Licitatório nº 51/2018 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE COLETA E ANÁLISE PARA EXAMES DE BIÓPSIA RENAL, IMUNOFLUORESCÊNCIA DE BIÓPSIA RENAL E MEIO DE TRANSPORTE PARA FIXAÇÃO DA BIÓPSIA RENAL.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: CENTRO DE DIAGNÓSTICOS ANATOMO PATOLÓGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.046.691/0001-27 e Inscrição Estadual Isento, estabelecida na Rua Mário Lobo, nº 61, bairro Centro, município de Joinville, estado de Santa Catarina, CEP 89.201-330.

Vigência: Início: 27/08/2023 Término: 26/08/2024

Guaramirim (SC), 25 de agosto de 2023.

OSVALDO DEVIGILI

Prefeito Municipal

Guarujá do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 27/2023

Publicação Nº 5092644

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 27/2023.

CONCEDE DIÁRIAS AOS VEREADORES: VOLNEI LUIS GOSSLER, RODRIGO ANDRÉ LUNKES, E MARCIA ANDRÉIA FERNANDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, DALVÂNI ROBERTA LERMEN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Concede aos Vereadores VOLNEI GOSSLER, RODRIGO ANDRÉ LUNKES, E MARCIA ANDRÉIA FERNANDES, a percepção de 4 (quatro) diárias com destino a BRASÍLIA – SC, a fim de acompanhar o Prefeito e Vice Prefeito do Município em viagem a Capital Federal, para participar de agendas ministeriais, as quais envolvem Ministério da Saúde, do Desenvolvimento Regional, da Cultura entre outros, também a Câmara e Senado Federal junto aos gabinetes do Parlamentares Catarinenses, e agenda junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT).

Art. 2º A saída será dia 28 de agosto de 2023, às 15:00 horas e o retorno dia 01 de setembro de 2023, às 15:00 horas, conforme roteiros de viagem em anexo.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária o art. 111, § 2º da Lei Complementar nº 47/2018, tendo como valor das diárias com destino a Florianópolis/SC, 146 UFRM perfazendo um total de R\$ 3.042,64 (três mil, e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), para cada vereador, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 28/2016.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato, correrão à conta do orçamento vigente do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 24 de agosto de 2023.

Em sua 15ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 2º período, 60º ano de sua Instalação Legislativa.

DALVÂNI ROBERTA LERMEN
PRESIDENTE

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

SABRINA DILLMANN RODRIGUES
SECRETÁRIA EXECUTIVA

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 170 / 2023

Publicação Nº 5090043

DECRETO N. 170/2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, ANULA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com A Lei Municipal 1.216 de 21 de Dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no orçamento do Município, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), na conta abaixo relacionada:

Órgão: 40.00 – Secretaria de Educação, cultura e esporte

Unidade Orçamentária: 40.01 – Departamento de educação

Função: 12 – Educação

Sub Função: 365 – Ensino Infantil

Programa: 0004 – Educação de qualidade para todos

Projeto/Atividade: 2.10– Manutenção da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicações diretas – FR 101, com o valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil reais)

Art. 2º - Para suplementação das contas de que trata o artigo 1º, serão deduzidos os recursos conforme especifica abaixo.

Órgão: 40.00 – Secretaria de Educação, cultura e esporte

Unidade Orçamentária: 40.01 – Departamento de educação

Função: 12 – Educação

Sub Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0004 – Educação de qualidade para todos

Projeto/Atividade: 1.12 – Construção/Ampliação/Reformas da Rede Física do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicações diretas – FR 101, com o valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu, 25 de Maio de 2023.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 171 / 2023

Publicação Nº 5090050

DECRETO N. 171/2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com A Lei Municipal 1.216 de 21 de Dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito suplementar, pelo Superávit do Exercício Anterior no orçamento do Município, no valor de R\$ 24.381,02 (Vinte e quatro mil trezentos e oitenta e um reais e dois centavos), na conta abaixo relacionada:

Órgão: 80.00 – Secretaria de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 80.01 – Fundo de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Sub Função: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 014 – Acesso a Direitos Sociais

Projeto/Atividade: 2.38 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicações diretas – FR 365 – IGD com o valor de R\$ 24.381,02 (Vinte e Quatro mil trezentos e oitenta e um reais e dois centavos)

Art. 2º - Para suplementação das contas de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu, 25 de Maio de 2023.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 368/2023

Publicação Nº 5090880

PORTARIA Nº 368/2023 de 25 de agosto de 2023

CONCEDE DIÁRIAS AO VEREADOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno do Poder Legislativo,

Considerando que será realizado 1º Encontro de Lideranças Municipais Catarinenses de 28 a 31 de agosto de 2023 em Brasília – DF.

RESOLVE:

Art. 1º. FIXAR, ao Vereador ANDERSON MATEUS GIACOMELLI, a percepção de 4 (quatro) diárias, para participar do 1º Encontro de Lideranças Municipais Catarinenses de 28 a 31 de agosto de 2023 em Brasília – DF, tendo como partida prevista dia 28 de agosto às 18h e retorno previsto para o dia 01 de setembro de 2023, às 19h40min, através de transporte aéreo custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Conforme previsto, o valor da diária fica definido em R\$ 1.189,57 (um mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), perfazendo o total de R\$ 4.758,28 (quatro mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Guatambu, SC 25 de agosto de 2023

Valdecir de Arruda

Presidente

Altemir Baranzelli

1º Secretário

PORTARIA 369/2023

Publicação Nº 5090882

PORTARIA Nº 369/2023 de 25 de agosto de 2023

CONCEDE DIÁRIAS AO VEREADOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno do Poder Legislativo,

Considerando que será realizado 1º Encontro de Lideranças Municipais Catarinenses de 28 a 31 de agosto de 2023 em Brasília – DF.

RESOLVE:

Art. 1º. FIXAR, ao Vereador Valdecir de Arruda, a percepção de 4 (quatro) diárias, para participar do 1º Encontro de Lideranças Municipais Catarinenses de 28 a 31 de agosto de 2023 em Brasília – DF, tendo como partida prevista dia 28 de agosto às 18h e retorno previsto para o dia 01 de setembro de 2023, às 19h40min, através de transporte aéreo custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Conforme previsto, o valor da diária fica definido em R\$ 1.189,57 (um mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), perfazendo o total de R\$ 4.758,28 (quatro mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Guatambu, SC 25 de agosto de 2023

Valdecir de Arruda

Presidente

Altemir Baranzelli

1º Secretário

Ibiam**PREFEITURA****CONTRATO Nº 037/2023 - RH**

Publicação Nº 5090674

CONTRATO Nº 037/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal e, como contratada, a Sra. ARIANE LERIA, brasileira, solteira, CI 4.98X.XXX, CPF nº 069.XXX.XXX-XX, residente neste Município, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira – O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999; bem como o resultado do Processo Seletivo - Edital nº 004 de 02.03.2023, homologado pelo Decreto nº 4066, de 16.03.2023 e, considerando a existência de vaga não ocupada em concurso público em função da servidora Izabel Aparecida Bazen ter solicitado exoneração do cargo; e, com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. ARIANE LERIA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria da Educação.

Cláusula Segunda – A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.591,95 (hum mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único – A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira – O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público, ou a critério da administração municipal em decisão fundamentada.

Cláusula Quarta – Poderá haver a prorrogação do contrato desde que persistam os motivos da contratação e não extrapole a validade do Processo Seletivo - Edital nº 004/2023.

Cláusula Quinta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 05.000 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade orçamentária: 05.001 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2040 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de aplicação: 31900000 – 0101 – Aplicações Diretas

Cláusula Sexta - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo – Edital nº 004, de 02 de março de 2023, Decreto Municipal nº 4066, de 16 de março de 2023 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Sétima - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 22 de agosto de 2023.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal
CPF – 894.XXX.XXX-XX

ARIANE LERIA
CPF – 069.XXX.XXX-XX

Testemunhas:

ELIANE DISSEGNA DA COSTA
CPF – 023.XXX.XXX-XX

ALCINDO PEROSA
CPF – 637.XXX.XXX-XX

HENRIQUE GRASSI ROSSATO
Advogado – OAB/SC 34.173

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

DECRETO Nº 4177/2023

Publicação Nº 5090676

DECRETO Nº 4.177, DE 23 DE AGOSTO DE 2023
“HOMOLOGA A 2ª ETAPA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JOARES TREVISOL, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

DECRETA:

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologada a 2ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório do servidor Claudir Cordeiro Moraes, admitido por Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2022, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 340, de 29 de novembro de 2017, e seu conteúdo estão amparados no Decreto nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal, anotarà na ficha funcional das servidoras a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 23 DE AGOSTO DE 2023.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

PREGÃO 26 - 2023 AQUISIÇÃO DE MOVEIS

Publicação Nº 5090791

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B8931B05F6A5A4A959C96FDFC6C3660FFDDF87D4

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATORIO Nº 54/2023 PMI

EDITAL PREGÃO Nº 26/2023 PMI

Código TCE: B8931B05F6A5A4A959C96FDFC6C3660FFDDF87D4

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GINFRANCO VOLPATO, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 008/2006 e alterações, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de moveis para a Creche Municipal.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Ibicaré, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 09 horas do dia 14 de setembro de 2023, e será conduzido pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 24 de agosto de 2023

Gianfranco Volpato

Prefeito Municipal

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº 92/2023

Publicação Nº 5090874

Contrato Nº: 92/2023

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: VALE AÇO LTDA - 25.037.658/0001-07

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 94/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia para a construção de uma quadra esportiva coberta no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz do município de Ibirama, tudo conforme condições, especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas.

Vigência: Início: 24/08/2023 Término: 24/08/2024

Assinatura: 24/08/2023

Valor R\$: 87.900,00 (oitenta e sete mil e novecentos reais)

Dotação: 287 - 07.001.2058.34490519800000000000.271032100200 - Obras contratadas

FISCAL: MAIRA JENNRICH DA COSTA

DECRETO Nº 5.173, DE 24 DE AGOSTO DE 2023 - NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC - PARA O BIÊNIO 2023/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5090643

DECRETO Nº 5.173, de 24 de agosto de 2023.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – CMC – PARA O BIÊNIO 2023/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.735, de 29 de junho de 2010 e suas posteriores alterações, que "dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura, e dá outras providências",

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros governamentais e representantes da sociedade civil, eleitos na IV Conferência Municipal de Cultura de Ibirama, convocada através do Decreto Municipal nº 5.168, de 08 de agosto de 2023, para comporem o Conselho Municipal de Cultura de Ibirama – CMC – Biênio 2023/2025, sendo:

I – 6 (seis) representantes governamentais:

a) 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular – Aline da Silva;

Suplente – Letícia Evers;

b) 1 (um) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:

Titular – Norberto Weinrich;

Suplente – Anderson Fozina Kruger;

c) 1 (um) da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Titular – Josilene Matias Gonçalves De Araújo;

Suplente – Tayla Fernanda Correa;

d) 1 (um) da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular – Cristiane Schattenberg;

Suplente – Daiani Franciély Andreani Wilhelm;

e) 1 (um) do Departamento Municipal de Cultura:

Titular – Grégory Peter Kietzer;

Suplente – Erick Luiz Sasse;

f) 1 (um) do Setor de Patrimônio Cultural:

Titular – Sandra Maria Secchi;

Suplente – Sarita Martins Camiña Reinecke;

II – 6 (seis) representantes da sociedade civil:

a) 1 (um) da área de Cultura Popular:

Titular – Claudete Zwang;

Suplente – Rafaela Reich Frech;

b) 1 (um) da área de Artes Visuais:

Titular – Alice Kriek Bonetti;

Suplente – Liana Geisa Leal;

c) 1 (um) da área da Música:

Titular – Mariluce Bianca Koepsel;

Suplente – Vivian Graciana Mohr Janetzky;

d) 1 (um) da área do Teatro:

Titular – Lucas Alberti Da Costa;

Suplente – Silvana Mara Cristóvão Da Silva;

e) 1 (um) da área da Dança:

Titular – Priscila Regina Dallabona Meneghelli;

Suplente – Tarcísia Christóvão Da Silva Baucke;

f) 1 (um) da área de Literatura:

Titular – Célia Beltramini;

Suplente – Adriana Meneghelli Dos Santos.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Cultura – CMC – de Ibirama será de 2 (dois) anos.

Art. 3º O exercício da função de conselheiro não será remunerado e será considerado como serviço de relevante interesse público.

Art. 4º O Departamento Municipal e Cultura de Ibirama prestará o apoio técnico e administrativo indispensável ao exercício das funções e atividades do Conselho Municipal de Cultura de Ibirama – CMC.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 4.709, de 14 de julho de 2021.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, 24 de agosto de 2023.

JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto na data supra.

VALDUR RICARDO ROSENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.174, DE 24 DE AGOSTO DE 2023 - NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 195, DE 08 DE JULHO DE 2022 (LEI PAULO GUSTAVO) NO MUNICÍPIO DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5090660

DECRETO Nº 5.174, de 24 de agosto de 2023.

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 195, 08 DE JULHO DE 2022 (LEI PAULO GUSTAVO) NO MUNICÍPIO DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de identificar a Comissão de Organização e Acompanhamento do Edital de Chamamento Público da Lei Complementar Federal nº 195, de 08 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), e visando sua plena execução,

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023, que regulamenta a Lei Paulo Gustavo e o Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre mecanismos de fomento de financiamento à cultura,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Cultura – CMC – de Ibirama, em sua quadragésima terceira reunião plenária, em 27 de julho de 2023, acerca da indicação de nomes para composição da Comissão de Organização e Acompanhamento do Edital de Chamamento Público da Lei Paulo Gustavo,

CONSIDERANDO as áreas técnicas e de controle necessárias a regular a condução de todas as fases do Edital de Chamamento Público Lei Paulo Gustavo,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme deliberação do Conselho Municipal de Cultura – CMC – de Ibirama, em sua quadragésima terceira reunião plenária, de 27 de julho de 2023, os seguintes servidores para comporem a Comissão de Organização e Acompanhamento do Edital de Chamamento Público da Lei Paulo Gustavo – COA-LPG-Ibirama/SC:

- a) Cristiane Schattenberg – Mat. 5673;
- b) Grégory Peter Kietzer – Mat. 7544;
- c) Fabiani Tenfen Soberanski – Mat. 33227.

Art. 2º Será de responsabilidade da comissão descrita no art. 1º apresentar ao Executivo Municipal a elaboração de Edital, assumindo também outras responsabilidades previstas no edital homologado.

Art. 3º Caberá ao Departamento Municipal de Cultura de Ibirama realizar os encaminhamentos técnicos necessários a operacionalização do Edital de Chamamento Público da Lei Paulo Gustavo no Município de Ibirama.

Art. 4º Os demais órgãos da Administração Pública Municipal disponibilizarão apoio técnico complementar à operacionalização do Edital de Chamamento Público da Lei Paulo Gustavo, em especial, os setores jurídico, contábil, financeiro e de controle interno.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Ibirama, 24 de agosto de 2023.

JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto na data supra.

VALDUR RICARDO ROSENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.175, DE 24 DE AGOSTO DE 2023 - FIXA TABELAS DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO FUNERÁRIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, NA FORMA DO ART. 11 E SEGUINTE DA LEI MUNICIPAL Nº 3.610, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5090669

DECRETO nº 5.175, de 24 de agosto de 2023.

“FIXA TABELAS DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO FUNERÁRIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, NA FORMA DO ART. 11 E SEGUINTE DA LEI MUNICIPAL Nº 3.610, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no art. 11 e seguintes da Lei Municipal nº 3.610, de 27 de fevereiro de 2023, que “dispõe sobre o serviço funerário no âmbito do Município de Ibirama e dá outras providências”,

DECRETA:

Art. 1º A prestação de serviços funerários, a venda e locação de paramentos, no âmbito do Município de Ibirama, seguirá os seguintes preços e especificações:

Anexo I	Tabela de Preços de Urnas para Adultos
Anexo II	Tabela de Preços de Urnas para Crianças
Anexo III	Tabela de Preços de Urnas Personalizadas
Anexo IV	Tabela de Preços de Preparação do Corpo
Anexo V	Tabela de Preços de Translado Terrestre
Anexo VI	Tabela de Preços de Serviços Facultativos
Anexo VII	Tabela de Preços de Locação de Paramentos Complementares
Anexo VIII	Tabela de Preços de Ornamentação da Urna
Anexo IX	Tabela de Preços de Coroa de Flores
Anexo X	Tabela de Preços de Obtenção de Documentos para Sepultamento
Anexo XI	Tabela de Preços de Divulgação do Falecimento
Anexo XII	Tabela de Preços de Utilização de Capela Mortuária

Art. 2º Nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 3.610/2023, os valores poderão ser revistos e atualizados anualmente, para mais ou para menos, de modo a garantir a modicidade das tarifas.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 24 de agosto de 2023.

JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto na data supra.

VALDUR RICARDO ROSENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

Anexo I

Tabela de Preços A – Urnas para Adultos

Item	Grupo	Especificação	Valor-R\$
1	Assistencial (A)	Urna de Madeira/ Sem Verniz/ Sem Visor/ 4 Alças Duras	1.330,00
2		Urna de Madeira/ Com Verniz/ Sem Visor/ 4 Alças Duras	2.129,00
3		Urna de Madeira/ Com Verniz/ Sem Visor/ 6 Alças Duras	2.767,00
4	Social (S)	Urna de Madeira/ Com Verniz/ Com Visor/ 6 Alças Duras	3.990,00
5		Urna de Madeira/ Com verniz/ Sem Visor/ Alça Parreira	4.290,00
6		Urna de Madeira/ Com Verniz/ Com Visor/ Alça Parreira	4.596,00
7	Especial (E)	Urna de Madeira/ Com Verniz/ Com Visor/ Alça Varão	5.467,00
8		Urna de Madeira/ Com Verniz/ Com Visor/ Alça Varão/ Tampa Gravada	5.824,00
9		Urna de Madeira/ Com Verniz/ Com Visor/ Alça Varão/ Detalhes da Tampa	6.459,00
10		Urna de Madeira/ Com Verniz/ Com Visor/ Alça Varão/ Sobre Tampo	7.600,00
11	Personalizado (P)	Urna de Madeira/ Com Verniz/ Sextavada/ Varãozinho/ Com Imagem	7.900,00
12		Urna de Madeira/ Com Verniz/ Sextavada sobre Tampo Inteiro	9.620,00
13		Urna de Madeira/ Com Verniz/ Destavada com sobre Tampo e Entalhes	11.500,00
14		Urna de Madeira/ Com Verniz/ Destavada em Relevô	12.572,00
15		Urna de Madeira/ Redonda	14.800,00
16	Personalizado (P1) Comercializado Livrementemente com o Usuário	Urna de Madeira/ Com Visor sobre Tampo/ Destavada	16.050,00
17		Urna de Madeira/ Argolão Dourado/ Destavada/ Sobre Tampo Entalhado	17.424,00
18		Urna de Madeira/ Argolão Dourado/ Sobre Tampo	18.904,00
19		Urna de Madeira/ Argolão Dourado/ Sobre Tampo/ Cristo	19.700,00
20		Urna de Madeira/ Varão Duplo Luxo Dourado/ Detalhes em Relevô	21.300,00
21		Urna de Madeira/ Argolão Dourado/ Sobre Tampo Entalhado/ Luxo	23.100,00
22		Urna de Madeira/ Modelo Italiano	25.200,00
23		Urna de Madeira/ Oval Luxo/ Sobre Tampo/ Crucifixo	27.400,00
24		Urna de Madeira/ Sextavada/ Alça Varão/ Visor com Vidro	30.170,00
25		Urna de Madeira/ Oval/ Luxo	32.800,00
26		Urna de Madeira/ Luxo/ Serigrafada	35.800,00
27		Urna de Madeira/ Varão Luxo/ Madeira Maciça	39.000,00
28		Urna de Madeira/ Destavada/ Luxo	42.500,00
29		Urna de Madeira/ Luxo/ Faraó/ Modelo Americano	45.900,00
30		Super Luxo	47.200,00

Anexo II

Tabela de Preços B – Urnas para Crianças

Item	Tamanho (centímetros)	Grupo	Valor-R\$
31	0,60	Assistencial (A)	948,00
32	0,80		1.018,00
33	1,00		1.070,00
34	1,20		1.220,00
35	1,40		1.337,00
36	1,60		1.508,00
37	0,60	Social (S)	1.796,00
38	0,80		1.749,00
39	1,00		1.970,00
40	1,20		2.204,00
41	1,40		2.527,00
42	1,60		2.783,00

43	0,60	Especial (E)	2.740,00
44	0,80		2.783,00
45	1,00		3.200,00
46	1,20		3.230,00
47	1,40		3.596,00
48	1,60		3.833,00

Anexo III

Tabela de Preços C – Urnas Personalizadas

Item	Grupo	Singularidade*	Valor-R\$
49	Assistencial (A)	Obeso (A)	365,00
50	Social (S)		1.140,00
51	Especial (E)		2.108,00
52	Personalizado (P)	Comprida (B)	2.900,00
53	Assistencial (A)		278,00
54	Social (S)		1.140,00
55	Especial (E)		2.108,00
56	Personalizado (P)	Cor Branca (C)	2.900,00
57	Assistencial (A)		278,00
58	Social (S)		1.140,00
59	Especial (E)		2.108,00
60	Personalizado (P)	Zincada (D)	2.900,00
61	Assistencial (A)		772,00
62	Social (S)		2.285,00
63	Especial (E)		4.218,00
64	Personalizado (P)		5.800,00

(*) acrescido ao preço da urna.

Anexo IV

Tabela de Preços D – Preparação do Corpo

Item	Especificação	Valor-R\$
65	Higienização do Corpo	438,45
	Tamponamento	
	Conservação do Corpo (24 horas)	
	Necromaquiagem	

Anexo V

Tabela de Preços E – Translado Terrestre

Item	Quilometro Rodado	Unidade	Valor-R\$
66	Dentro do Território Municipal	fixo	200,00
67	Até 100 km	km	8,10
68	De 101 a 300 km	km	7,60
69	De 301 a 600 km	km	7,40
70	De 601 a 1.000 km	km	7,10
71	Mais de 1.000 km	km	6,60

Anexo VI

Tabela de Preços F – Serviços Facultativos de Tanatopraxia

Item	Especificação	Valor-R\$
72	Até 24 horas	1.250,00
73	Até 72 horas	2.500,00
74	Para Translado Nacional	1.800,00
75	Translado com mais de 24 horas	3.100,00
76	Translado com mais de 48 horas	3.750,00
77	Embalsamento	6.700,00

Anexo VII

Tabela de Preços G – Locação de Parâmetros Complementares

Item	Especificação*	Valor-R\$
------	----------------	-----------

78	Altars	381,95
	Mesas	
	Castiçais incluindo as Velas	
	Suporte para Ataúde	
	Suporte para Coroa	
	Suporte para Livro de Presença incluindo o Livro	

(*) em conformidade com o credo religioso.

Anexo VIII

Tabela de Preços H – Ornamentação da Urna

Item	Especificação	Valor-R\$
79	Flores Naturais	388,11
	Véu	

Anexo IX

Tabela de Preços I – Coroa de Flores

Item	Especificação	Valor-R\$
80	Pequena Artificial	350,00
81	Pequena Natural	470,00
82	Média Artificial	580,00
83	Média Natural	690,00
84	Grande	810,00

Anexo X

Tabela de Preços J – Obtenção de Documentos para Sepultamento

Item	Especificação	Valor-R\$
85	Certidão de Óbito*	154,01
	Registros do Óbito**	

(*) desembaraçado e com fornecimento de documentação necessária ao sepultamento.

(**) em cartórios, delegacias, IML, hospitais, clínicas, casas de saúde, órgãos e repartições públicas.

Anexo XI

Tabela de Preços K – Divulgação do Falecimento

Item	Especificação*	Valor-R\$
86	Noticiário de Falecimento	129,37
	Ofícios Religiosos Fúnebres	

(*) rádios, televisões e mídias sociais locais e em jornais de grande circulação no Município.

Anexo XII

Tabela de Preços K – Taxa de Utilização da Capela Mortuária

Item	Especificação	Valor-R\$
87	Tarifa de Utilização por Velório Sala Assistência – Tipo 01	742,00
88	Tarifa de Utilização por Velório Sala Personalizada – Tipo 02	2.400,00

DECRETO Nº 5.176, DE 24 DE AGOSTO DE 2023 - ALTERA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA NOMEADOS PELO DECRETO Nº 4.408, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5090678

DECRETO nº 5.176, de 24 de agosto de 2023.

“ALTERA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA NOMEADOS PELO DECRETO Nº 4.408, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 1º do Decreto Municipal nº 4.408, de 09 de outubro de 2019, que nomeia membros para comporem a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório com a finalidade de avaliar o desempenho dos Servidores, a saber:

"Iago Felipe Tottene – Presidente
Rogério Eskelsen – Secretário
Franciele Romina Radloff – Membro."

Art. 2º Ficam mantidas as demais determinações constantes no Decreto Municipal nº 4.408, de 09 de outubro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 4.901, de 24 de junho de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Ibirama, 24 de agosto de 2023.
JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto na data supra.

VALDUR RICARDO ROSENBROCK
Secretário de Administração e Finanças

ERRATA Nº 01 DE 24/08/2023 - ALTERAÇÕES NA DATA DE REALIZAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 106/2023

Publicação Nº 5091509

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 55057957D2E02023CA4A6F694DBBCF1DE3D8B020

MUNICIPIO DE IBIRAMA

ERRATA N. 01 de 24/08/2023
Alterações na data de realização
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº 106/2023.

Objeto: Contratação de empresa especializada em OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA para a execução das obras de cercamento e proteção perimetral das unidades educacionais do município de Ibirama/SC.

Recebimento das propostas: até o dia 12 de setembro de 2023 às 08h59min. Abertura: às 09h00min da mesma data. Local: Portal de Compras Públicas na Internet – www.portaldecompraspublicas.com.br - Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 23 de agosto de 2023. Jucélio José de Andrade – Prefeito em exercício.

Registrado no TCE com a chave:

55057957D2E02023CA4A6F694DBBCF1DE3D8B020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO Nº 94/2023

Publicação Nº 5091517

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 MUNICIPIO DE IBIRAMA | Ibirama - SC | Cep 89.140-000
Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37
e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal de Ibirama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) **Processo Nr.:**94 / 2023

b) **Licitação Nr.:**94 / 2023

c) **Modalidade:** Concorrência

d) **Data Homologação:** 24/08/2023

e) **Data da Adjudicação:** 24/08/2023

f) **Objeto da Licitação:** contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia para a construção de uma quadra esportiva coberta no Centro de Educação Infantil Abelhinha Feliz do município de Ibirama, tudo conforme condições, especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas.

g) **Fornecedores e Itens Vencedores:**

672831 - VALE AÇO LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS / INSUMOS: ESTRUTURAS QUADRA DE ESPORTES; CONSTRUÇÃO DO PISO EM CONCRETO; COBERTURA.	SERVIÇO		1	R\$87.900,00	R\$87.900,00
Total do Fornecedor:						R\$87.900,00

Total da Homologação:	87.900,00
-----------------------	-----------

Ibirama, 24 de agosto de 2023.

JUCELIO JOSE DE ANDRADE
Prefeito em Exercício
CPF: 834.460.799-04

Içara

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049.PMI.2023 - PE. 090.PMI.2023 - CONCRETO USINADO

Publicação Nº 5090542

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 049.PMI.2023 – PE.090.PMI.2023

OBJETO: REGISTRAR PREÇO para contratação de empresa para, sob demanda, prestar serviços de fornecimento de concreto usinado, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil - Sinapi 2023 - em edificações administradas pela prefeitura municipal de Içara, distribuídos em toda a extensão do município de Içara, atendendo, de forma específica, a secretaria municipal de educação, ciência e tecnologia de Içara. VENCEDORA: KF ENGENHARIA LTDA. Percentual de Desconto: 1%. Valor total: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Data de assinatura: 23 de agosto de 2023.

VIGÊNCIA: 12 meses

MUNICÍPIO DE IÇARA

Dalvania Cardoso

Prefeita Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/PMI/2023

Publicação Nº 5090814

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BC29E11E3E20D7895A146A1A3A8B6862DD5EACD7

MUNICÍPIO DE IÇARA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/PMI/2023

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 06/09/2023 às 09:00 horas.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de vestimentas e acessórios para alunos da Rede Municipal de Ensino que fazem parte do Projeto de Musicalização nas Escolas e desta maneira a atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia do Município de Içara. Maiores informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Departamento de Licitações do Município de Içara. Retirada do Edital através do endereço eletrônico: <http://icara.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site <https://www.icara.sc.gov.br/> no link Licitações/Editais.

Içara – SC, 24 de agosto de 2023.

Dalvania Cardoso

Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº07/2023, APÓS PREGÃO PRESENCIAL Nº002/IÇARAPREV/2023

Publicação Nº 5090712

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0BD3278B51823CBD73121974BE21BE017F80375F

EXTRATO CONTRATO Nº07/2023, APÓS PREGÃO PRESENCIAL Nº002/IÇARAPREV/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO WEB PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM ARMAZENAMENTO EM NUVEM POR CONTA DA CONTRATADA E NÚMERO DE USUÁRIOS ILIMITADOS, INCLUINDO NO OBJETO OS SERVIÇOS DE CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO LEGAL, CORRETIVA E EVOLUTIVA E SUPORTE TÉCNICO, OBEDECENDO INTEGRALMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES E DETERMINAÇÕES PREVISTAS NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS, EM FAVOR DA CONTRATANTE. BEM COMO, FARÃO PARTE DO OBJETO A PRESTAÇÃO DOS SEGUINTE SERVIÇOS CORRELATOS: O LICENCIAMENTO COMPREENDE A MANUTENÇÃO LEGAL, CORRETIVA E EVOLUTIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, ESTA ÚLTIMA DEFINIDA DE ACORDO COM CRITÉRIOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, CONVENIÊNCIA E ADEQUAÇÃO MERCADOLÓGICA AFERIDOS EXCLUSIVAMENTE PELA CONTRATADA. DE ACORDO COM A PROPOSTA DE PREÇOS VENCEDORA, TAMBÉM FARÃO PARTE DO OBJETO A PRESTAÇÃO DOS SEGUINTE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS: A) CONFIGURAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO CONFORME PROCEDIMENTOS DO CONTRATANTE. B) TREINAMENTO PARA OS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS CONTRATADOS. C) SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, EXCLUSIVAMENTE NOS SISTEMAS CONTRATADOS, COM POSSIBILIDADE DE ESTABELECIMENTO DE TÉCNICO RESIDENTE ONEROSAMENTE CEDIDO. D) SERVIÇOS DE ALTERAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE, QUANDO SOLICITADO. E) CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES PARA FUNCIONAMENTO NOS NOVOS SISTEMAS A SEREM IMPLANTADOS. O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, TENDO POR TERMO INICIAL A DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO, SER PRORROGADO MEDIANTE INSTRUMENTALIZAÇÃO DE TERMOS ADITIVOS, COM OBJETIVO DE OBTER DE PREÇOS E CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS PARA A ADMINISTRAÇÃO. O PERÍODO DE VIGÊNCIA A QUE SE REFERE O ITEM ANTERIOR NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR O LIMITE DE 48 (QUARENTA E OITO) MESES, CONFORME PREVISTO NO INCISO IV, DO ARTIGO 57, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES. O PERÍODO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL ESTIPULADO NOS TERMOS DO ITEM 1 NÃO EXIME A ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE DA COMPROVAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS APROVADOS POR LEI, NOS TERMOS DO ARTIGO 167, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA EFETIVA CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS NOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES AO DA ASSINATURA DO CONTRATO. AS PRORROGAÇÕES AUTORIZADAS E DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS SERÃO ANOTADAS E EXPEDIDAS POR ESCRITO PELO ÓRGÃO COMPETENTE DO CONTRATANTE.

PRESTADOR DE SERVIÇO: BETHA SISTEMAS LTDA.
CNPJ: 00.456.865/0001-64
VALOR GLOBAL: R\$ 127.880,00
VIGÊNCIA: 01 de agosto a 31 de julho de 2024.
Marcos Roberto Rossi de Jesus
Diretor Presidente
Içara(SC), 24 de agosto de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO N° 063/PMI/2023

Publicação N° 5089817

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B4FA7382E187A9AE8BD4CB9A16F961FB383DA74A
ESTADO DE SANTA CATARINAPREFEITURAMUNICIPALDEICARAEXTRATOCONTRATUAL
ContratoN°...:063/2023
Contratante...:PREFEITURA MUNICIPALDEICARA
Contratada...:SERVICONACIONAL DE APRENDIZAGEMCOMERCIAL -SENAC
Valor :27.600,00(vinte e sete mil e seiscentos reais)Vigência :Início:23/08/2023Término:23/01/2024
Licitação :Dispensade Licitação p/Comprase ServiçosN°.:97/2023Recursos :Dotação:2.029.3.3.90.00.00.00.00 (53),
2.030.3.3.90.00.00.00.00(72)
Objeto :CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DEAPRENDIZAGEMCOMERCIAL - SENAC ,PARAFORMAÇÃOCONTINUADACOMAS-
MERENDEIRASEAGENTESDESERVIÇOSGERAISDDASUNIDADESESCOLARESDO MUNICÍPIO.
Içara,24deAgostode2023DALVANIAPEREIRACARDOSO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 090/PMI/2023

Publicação N° 5090575

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4A742682D6881191E40EB7198D61D89E9B1B4601
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90/2023
PROCESSO N° 90/2023 HOMOLOGAÇÃO: 23/08/2023 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO, NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI 2023 - EM EDIFICAÇÕES ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA, DISTRIBUÍDOS EM TODA A EXTENSÃO DO MUNICÍPIO DE IÇARA, ATENDENDO, DE FORMA ESPECÍFICA, A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONTRATADO: KF ENGENHARIA LTDA VALOR DO DESCONTO: 1% (UM POR CENTO)

Içara, 24/08/2023
DALVANIA PEREIRA CARDOSO - Prefeita Municipal

LEI N.º 4.884, DE 22 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5089903

LEI N.º 4.884, DE 22 DE AGOSTO DE 2023.
Denomina Rua Albertino Jesuíno Mendes no Loteamento Jardim dos Lírios no Bairro Liri.

Art. 1.º Passa a denominar-se Rua "Albertino Jesuíno Mendes" a Rua Projetada 2 "A" e "B" no loteamento Jardim dos Lírios, no Bairro Liri, com início na Avenida Procópio Lima, seguindo até a Rua Projetada 3.

Art. 2.º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publicada no Paço Municipal Ângelo Lodetti em Içara, 22 de agosto de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente lei na Secretaria da Fazenda em 22 de agosto de 2023.
ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretora de Gestão de Recursos

SEGUNDO AVISO RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/FMS/2023

Publicação N° 5090582

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA
AVISO RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/FMS/2023

O Município de Içara/SC torna público que retifica o edital do Pregão Eletrônico nº 019/FMS/2023, conforme abaixo:

ONDE SE LÊ:

O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

LEIA-SE:

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

Diante disso fica prorrogado a data do presente certame para dia 11/09/2023 com abertura prevista para às 09:00h e fim do recebimento das propostas até as 08h:45min.

Içara, 24 de agosto de 2023.

Dalvânia Cardoso

Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO Nº 017 12 DE JULHO DE 2023 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Publicação Nº 5089883

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE IÇARA****RESOLUÇÃO Nº 017
12 de julho de 2023****Dispõe sobre a inclusão de item no Plano de Ação
do CREAS para aquisição de materiais para o
Serviço de Abordagem Social**

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, do município de Içara/SC, no exercício de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferidas pela Lei municipal nº 3.849 de 10 de maio de 2016, e demais disposições vigentes, e

CONSIDERANDO:

A deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Içara em Plenária Ordinária realizada no dia 12 de julho de 2023, conforme consta na ata nº 05/2023

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar alteração no Plano de Ação do CREAS que prevê a aquisição de materiais para a execução do Serviço de Abordagem Social de acordo com ofício encaminhado a este Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da data da aprovação em Plenária.

Içara, 12 de julho de 2023.

Cristiane Levati de Souza
Presidente do CMAS

Imarui

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 085, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090210

LEI COMPLEMENTAR Nº. 085, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.

ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 26, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE INSTITUÍU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ EUCLIDES DA ROCHA, Prefeito Municipal de Imaruí em Exercício, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Imaruí, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido parágrafo único ao inciso I do Art.399 da Lei Complementar nº 26, de 23 de dezembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 399

I – A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP incidirá sobre os imóveis, edificadas ou não, situados em logradouros servidos, de forma efetiva ou potencial, de iluminação pública.

Parágrafo único. Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a prover de claridade as vias e logradouros públicos, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum, de forma periódica, contínua ou eventual, inclusive a iluminação transitória de eventos realizados em datas festivas e naquelas constantes no calendário oficial do Município de Imaruí, assim como de atividades acessórias de instalação, aprimoramento, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação.”

Art. 2º Fica alterado o inciso VII do Art. 399 da Lei Complementar nº 26, de 23 de dezembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 399

VII – O Poder Executivo poderá firmar convênios, ajustes e acordos com a concessionária/permissionária, no intento de repassar valores para as entidades responsáveis pela realização eventos referidos no inciso 1º deste artigo.

Parágrafo único. Para o aprimoramento da rede de iluminação pública, em observância ao princípio da atualidade, que compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e sua conservação, assim como a melhoria e expansão do serviço, fica autorizado ao Poder Executivo, nos convênios firmados para a cobrança da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, conveniar que os serviços de instalação, expansão da rede elétrica e substituição de equipamentos possam ser realizados diretamente pela conveniada, conforme projeto apresentado pelo Município, e às suas expensas.”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí SC, 16 de agosto de 2023.

JOSÉ EUCLIDES DA ROCHA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

LEI Nº. 2.365, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090208

LEI Nº. 2.365, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO, NO EXERCÍCIO DE 2023, À REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ EUCLIDES DA ROCHA, Prefeito Municipal de Imaruí, em exercício, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de subvenção social, mediante a celebração de Termo de Colaboração ou de Fomento, no exercício de 2023, à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imaruí, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.787.651/0001-80, com sede neste Município de Imaruí/SC.

I – O valor mencionado no caput deste artigo será repassado em até 5 (cinco) parcelas, em valores não inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais)

e limitado ao valor autorizado na presente Lei.

II – O repasse será realizado, mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada, que deverá ser enviada/informada ao Poder Executivo no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo.

III – A efetividade do repasse financeiro fica condicionada à existência de recursos consignados no Orçamento Municipal.

Art. 2º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear as despesas advindas da manutenção dos serviços prestados pela entidade.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Fundo Municipal de Saúde, Projeto Atividade 2.104, conforme segue: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.5002.

Art. 4º A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria, sobretudo em consonância com as disposições do Decreto nº 01/2014 e a Lei nº 13.019/2014.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 16 de agosto de 2023.

JOSÉ EUCLIDES DA ROCHA

Prefeito Municipal, em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

RESOLUÇÃO CMAS N 009-2023

Publicação N° 5089308



PREFEITURA DE IMARUI
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 009 DE 10 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre A 14º Conferencia Municipal de Assistência Social de Imaruí e dá outras providências.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Imaruí/SC - CMAS**, em Lei nº 2.055, de 12 de fevereiro de 2019, no uso de suas atribuições legais, e consideramos a necessidade de dar cumprimento ao disposto no artigo 23, inciso II, da referida lei, resolve:

Art. 1º Convocar a 14º Conferencia Municipal de Assistência Social com finalidade de realizar um debate que construirá a base do Plano Municipal de Assistência Social, com estratégias e metas a curto, médio e Longo prazo.

Art.2º A 14º Conferencia Municipal de Assistência Social será realizada no município de Imaruí, nas dependências da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –APAE no dia 17 de maio de 2023, às 13:00horas.

Art.3º O evento terá como tema: “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”.

Art.4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí-SC de 10 de maio de 2023.

Ana Paula Westrup Luiz
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS N 010-2023

Publicação Nº 5089312



PREFEITURA DE IMARUI
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 010 DE 28 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre Relatório da 14ª Conferência
Municipal de Assistência Social

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Imaruí/SC - CMAS**, em reunião ordinária realizada no dia 28/06/2023, no uso de sua competência que lhe confere pela lei nº 2.055, de 12 de fevereiro de 2019, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos da Ata 006/2023, da Reunião Ordinária conforme data citada acima, a aprovação de Relatório da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Imaruí.

Art.2º Fica arquivado na secretaria executiva do CMAS, o Relatório da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Imaruí aprovado em reunião do dia 28/06/2023.

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí-SC de 28 de Junho de 2023.

Ana Paula Westrup Luiz
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS N 011-2023

Publicação N° 5089313



PREFEITURA DE IMARUI
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 011 DE 28 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre o Plano de Ação e Aplicação
2023/2024 do Fundo Municipal de Assistência
Social

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Imaruí/SC - CMAS**, em reunião ordinária realizada no dia 28/06/2023, no uso de sua competência que lhe confere pela lei nº 2.055, de 12 de fevereiro de 2019, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos da Ata 006/2023, da Reunião Ordinária conforme data citada acima, a aprovação do Plano de Ação e Aplicação 2023/2024 do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art.2º Fica arquivado na secretaria executiva do CMAS, o Plano de Ação e Aplicação 2023/2024 do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí-SC de 28 de Junho de 2023.

Ana Paula Westrup Luiz
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS N 012-2023

Publicação N° 5089321



PREFEITURA DE IMARUI
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 012 DE 12 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre o Plano de Ação Municipal de Assistência Social 2023 (Estado), modificação.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Imaruí/SC - CMAS**, em reunião ordinária realizada no dia 12/07/2023, no uso de sua competência que lhe confere pela lei nº 2.055, de 12 de fevereiro de 2019, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos da Ata 007/2023, da Reunião Ordinária conforme data citada acima, a aprovação do Plano de Ação Municipal de Assistência Social 2023 (Estado), modificado.

Art.2º Fica arquivado na secretaria executiva do CMAS, o Plano de Ação e Aplicação 2023 do Fundo Municipal de Assistência Social, aprovada em reunião do dia 12 de julho de 2023.

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí-SC de 12 de Julho de 2023.

Ana Paula Westrup Luiz
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS N 013-2023

Publicação Nº 5089335



PREFEITURA DE IMARUI
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 013 DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre a aprovação da utilização do Micro-ônibus utilizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Imaruí/SC - CMAS**, em reunião ordinária realizada no dia 23/08/2023, no uso de sua competência que lhe confere pela lei nº 2.055, de 12 de fevereiro de 2019, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos da Ata 008/2023, da Reunião Ordinária conforme data citada acima, a aprovação da utilização de um micro-ônibus, utilizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE.

Art.2º Fica arquivado na secretaria executiva do CMAS.

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí-SC de 23 de Agosto de 2023.

Ana Paula Westrup Luiz
Presidente do CMAS

Imbituba**PREFEITURA****EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 37/2023 A00 – PROCESSO 71/2023**

Publicação Nº 5092128

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3207ACC13DD28ECBF7A9E2DA51C619BA85AD353A

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Contrato : 37/2023 A00
Processo : 71/2023
Modalidade : Pregão Presencial 50/2023
Contratante : Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratada : J.B. DECORAÇÕES E EVENTOS LTDA
Vigência : 12 meses.
Valor : R\$ 26.500,00
Objeto : "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SOB DEMANDA DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS DE BUFFET PARA ATENDER O EVENTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO "AO MESTRE COM CARINHO" PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES"

Imbituba, 22 de agosto de 2023.
RAFAELA PEREIRA DE MELLO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 42/2021 A03 – PROCESSO 101/2021

Publicação Nº 5090988

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 91B3B6FE1D0597ACFBA9FF987CC82649E417549A

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Aditivo : 03
Contrato : 42/2021
Processo : 101/2021
Modalidade : Dispensa 23/2021
Contratante : Secretaria Municipal de Desenv. Econômico, Turístico e Portuário
Contratada : RENATO JACQUES TEIXEIRA
Vigência : 12 meses
Valor : R\$ 52.833,60
Objeto : É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência por 12 meses (24/08/2023 a 24/08/2024).
Refere-se ao Contrato PMI SEDETUR 42/2021 – A/00, cujo objeto é "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA INSTALAÇÃO DA NOVA SEDE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURÍSTICO E PORTUÁRIO."

Imbituba, 15 de agosto de 2023.
ALEXSANDRO LUIS BONDAN DA SILVA
Secretário Municipal de Desenv. Econômico, Turístico e Portuário

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 47/2021 A02 – PROCESSO 100/2021

Publicação Nº 5091062

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CD27DEC69829713468B65BD45B68ABE4AA573817

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO

Aditivo : 02
Contrato : 47/2021
Processo : 100/2021
Modalidade : Pregão Eletrônico 69/2021
Contratante : Secretaria Municipal de Administração

Contratada : DOTFILE SOLUÇÕES LTDA

Vigência : 12 meses

Valor : R\$ 22.800,00

Objeto É objeto deste Termo Aditivo, a prorrogação de prazo de vigência do Contrato por 12 meses (24/09/2023 a 24/09/2024) "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE BACK-UP EM NUVEM, INCLUINDO PERMISSÃO DO DIREITO DE USO DE SOFTWARES, ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO PERMANENTE E ATUALIZAÇÕES, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO DE 5 TERABYTES DE ESPAÇO HOT EM SERVIDOR REMOTO (CLOUD OU NUVEM) PARA BACKUP DE SERVIDOR CLUSTER COM 2 HOSTS DE VIRTUALIZAÇÃO HYPER-V, LICENÇAS PARA 13 MÁQUINAS VIRTUAIS COM OPÇÃO DE DESASTRE RECOVERY LOCAL E MAIS 1 LICENÇA PARA SERVIDOR DE BANCO DE DADOS FÍSICO".

Imbituba, 21 de Agosto de 2023.
HENRIQUE FRANCISCO DE MELO
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA 112/2023 PP 51/2023 – PROCESSO 72/2023

Publicação Nº 5092365

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA

Ata de registro de preço...: 112/2023
Pregão Presencial : 51/2023
Contratante : POLÍCIA MILITAR (SEFIC)
Contratada : AVB DO BRASIL COMERCIAL LTDA
Vigência : 12 meses
Valor : R\$ 32.028,00
Objeto : "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE: ITEM 01 COLDRE ADMINISTRATIVO EM POLÍMERO PRETO; ITEM II COLDRE VELADO EM KYDEX PRETO FOSCO; ITEM III LANTERNA DEDICADA PARA O 34º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR EM IMBITUBA, SANTA CATARINA"

Imbituba, 23 de agosto de 2023.
ISRAEL NASCIMENTO DAMAZIO
MAJOR PM – CHEFE DO P4

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 71/2023

Publicação Nº 5092125

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 71/2023
Licitação 50/2023
Modalidade Pregão Presencial
Data homologação 22/08/2023
Fornecedores J.B. DECORAÇÕES E EVENTOS LTDA
Valor : R\$ 26.500,00
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SOB DEMANDA DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS DE BUFFET PARA ATENDER O EVENTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO "AO MESTRE COM CARINHO" PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES"

Imbituba, 22 de agosto de 2023.
RAFAELA PEREIRA DE MELLO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 72/2023

Publicação Nº 5092361

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 72/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0CFDF517E6751AAB662566CE9153C6B15FDE9727

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A33C1F1441243075EFB487F31541717EF6759C31

Licitação 51/2023

Modalidade Pregão Presencial

Data homologação 23/08/2023

Fornecedores AVB DO BRASIL COMERCIAL LTDA

Valor R\$ 32.028,00

Objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE: ITEM 01 COLDRE ADMINISTRATIVO EM POLÍMERO PRETO; ITEM II COLDRE VELADO EM KYDEX PRETO FOSCO; ITEM III LANTERNA DEDICADA PARA O 34º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR EM IMBITUBA, SANTA CATARINA"

Imbituba, 23 de agosto de 2023.

ISRAEL NASCIMENTO DAMAZIO

MAJOR PM – CHEFE DO P4

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO Nº 4471903

Publicação Nº 5092263

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE ERRATA DA PUBLICAÇÃO

Edição 4091

Página 979

Data 12/01/2023

Publicação nº 4471903

Contratante Secretaria Mun. de Desenvolv. Econômico, Turístico e Portuário

Contratada Satélite Construções e Engenharia Ltda

Contrato 48/2021 A01

Processo 109/2021

Tomada de Preço 06/2021

Onde lê-se

Objeto : "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA - PRAÇA DE EVENTOS, LOCALIZADO NO TERRENO, COM ÁREA DE 28.370,54M², ENTRE AS RUAS TRÊS DE OUTUBRO E JOÃO HIPÓLITO NASCIMENTO E AV. NICOLAU B. DA ROSA MATOS, FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA. A OBRA ABRANGE SERVIÇOS INICIAIS, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, MOBILIÁRIO, MURA DE PROTEÇÃO, QUADRA POLIESPORTIVA, QUADRA DE VÔLEI DE AREIA E PAISAGISMO."

Leia-se

Objeto : É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência por 180 dias (04/10/2022 a 04/04/2023).

Refere-se ao Contrato PMI SEDETUR 48/2021 - A/00, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA - PRAÇA DE EVENTOS, LOCALIZADO NO TERRENO, COM ÁREA DE 28.370,54M², ENTRE AS RUAS TRÊS DE OUTUBRO E JOÃO HIPÓLITO NASCIMENTO E AV. NICOLAU B. DA ROSA MATOS, FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA. A OBRA ABRANGE SERVIÇOS INICIAIS, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, MOBILIÁRIO, MURA DE PROTEÇÃO, QUADRA POLIESPORTIVA, QUADRA DE VÔLEI DE AREIA E PAISAGISMO.

Imbituba, 24 de agosto de 2023.

ALEXSANDRO LUIS BONDAN DA SILVA

Secretário Municipal de Desenvolv. Econômico, Turístico e Portuário

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1016/2023

Publicação Nº 5090470

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1016, de 24 de agosto de 2023.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda o disposto no Memorando nº 22.119/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. LUIZ LUAN DA COSTA, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o n.º 059.992.319-90, matrícula n.º 7944, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 01 de dezembro de 2023, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2022.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Henrique Francisco de Melo

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1017/2023

Publicação Nº 5090561

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1017, de 24 de agosto de 2023.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 23.608/2023, ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. IARA PITTIGLIANI CARVALHO MENDES, Agente Administrativa, inscrita na matrícula sob o n.º 8619, admitida em 22/02/2016, referente ao q-inq-ênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2016 a 2021	16/11/2026 a 15/12/2026 05/01/2027 a 03/02/2027	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2023.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Henrique Francisco de Melo
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1018/2023

Publicação Nº 5090728

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1018, de 24 de agosto de 2023.
Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Progressão Horizontal dos servidores municipais de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999 e considerando o Decreto PMI nº 164/2021 e todo o disposto na legislação em vigor;

Considerando que a Evolução Funcional mediante Progressão Horizontal, dar-se-á através do Sistema de Avaliação de Desempenho;
Considerando que os servidores abaixo nominados foram avaliados na forma das normas citadas, tendo eles atingido a pontuação necessária para a concessão da progressão;
Considerando, por último, que os servidores abaixo numerados preencheram também os demais requisitos exigidos nas normas citadas, para fins de progressão horizontal;
Considerando todo o exposto no Memorando nº 24.990/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Progredir, os servidores municipais de carreira abaixo relacionados, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Servidor	Cargo	Ref. Anterior	Nova Ref.
7860	ANDERSON NASCIMENTO GUILHERME	Arquivista	J	K
10062	CAMILA DA SILVA	Técnico de Enfermagem	B	C
7864	CRISTINA PACHECO COELHO	Servente Merendeira	D	E
10053	ELENIRA DA SILVA	Técnico de Enfermagem	B	C
7881	HECTOR PACHECO SIDURO	Engenheiro Civil	K	L
10060	INGRID SCHROEDER PINEIRO	Técnico de Enfermagem	B	C

10069	JOCELI DA COSTA MARQUES	Servente Merendeira	B	C
8965	MAIARA DE GUIMARAES ROCHO	Professor II Educação Infantil	A	B
10072	MAYARA PACHECO CORREA	Técnico de Enfermagem	B	C
7886	REGIANE MIGUEL RODRIGUES	Psicopedagogo	J	K
10058	ROSICLEA IGNACIO DA SILVA GONCALVES	Servente Merendeira	B	C
7862	SOLANGE PALADINI	Servente Merendeira	D	E
7883	VIVIANE ALVES PACHECO	Servente Merendeira	D	E

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2023.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Henrique Francisco de Melo
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1019/2023

Publicação Nº 5090771

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1019, de 24 de agosto de 2023.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical de servidor(a) municipal de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor e considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Promover, o(a) servidor(a) municipal de carreira abaixo relacionado(a), através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Nome	Matrícula	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Prot./ Mem.
Joice Andrade Marcelino Leopoldo	12337	Professora Educação Infantil	002-A	003-A	14.617/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2023.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Henrique Francisco de Melo
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos e Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1020/2023

Publicação Nº 5090799

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1020, de 24 de agosto de 2023.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical de servidor(a) municipal de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor e considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Promover, o(a) servidor(a) municipal de carreira abaixo relacionado(a), através do instituto da Evolução Funcional mediante PRO-MOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Nome	Matrícula	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Prot./ Mem.
Dagmar Fernandes Borges	12607	Servente Merendeira	1.1 A	1.2 A	14.801/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2023.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Henrique Francisco de Melo
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos e Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 361/2023

Publicação Nº 5090441

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**PPE - PMI/SEAD Nº 361/2023**

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar n.º 5.395, de 30 de março de 2023, EMPOSSA nesta data, o(a) servidor(a) nomeado(a) pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1015, de 23 de agosto de 2023, para exercer o cargo de provimento em comissão, junto ao órgão superior correspondente.

Art. 1º O(a) servidor(a) abaixo descrito(a), apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

CARGOS	ÓRGÃO	NOME	CPF	POSSE
Assessor(a) Especial de Empreendedorismo	SEDETUR	Eduardo Pinho Damazio	096.165.159-85	25/08/2023

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o(a) servidor(a) entra em exercício na data acima citada.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2023.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Henrique Francisco de Melo
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos e Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 362/2023

Publicação Nº 5090969

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**PPE - PMI/SEAD Nº 362/2023**

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar n.º 5.395, de 30 de março de 2023, EMPOSSA nesta data, o(a) servidor(a) nomeado(a) pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1012, de 22 de agosto de 2023, para exercer o cargo de provimento em comissão, junto ao órgão superior correspondente.

Art. 1º O(a) servidor(a) abaixo descrito(a), apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

CARGOS	ÓRGÃO	NOME	CPF	POSSE
Diretor(a) de Esportes	SEDUCE	Priscila Mello Alexandre	042.988.929-13	25/08/2023

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o(a) servidor(a) entra em exercício na data acima citada.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2023.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Henrique Francisco de Melo
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

RESOLUÇÃO CMS N.º 00205/2023

Publicação Nº 5091820

RESOLUÇÃO CMS N.º 00205 de 12 , de Julho de 2023

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Aprova solicitação de afastamento temporariamente do Presidente por questões de saúde e ao mesmo tempo aprova que os Membros da Comissão de Finanças respondam pelas ações do Conselho até retorno sua Presidente. Aprova ainda que permaneçam os mesmos conselheiros na Comissão de finanças como também sua Coordenadora. (membros Josina, Raquel, Eraldo, Luiz Paulo Lourdes). Sendo a coordenadora dessa Comissão Lourdes Pires.

Art.2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires
Presidente

Raquel Delfino
2º Secretaria

Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito

RESOLUÇÃO CMS N.º 00207/2023

Publicação Nº 5091836

RESOLUÇÃO CMS N.º 00207 de 10 , de Agosto de 2023

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Aprova em sua reunião ordinária encaminhamento a esse Conselho Municipal de Saúde Memorial Discriptivo individual dos gastos dos investimentos nas Unidades de saúde e da policlínica no prazo de 10 dias.

Art.2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires
Comissão de Finanças

Raquel Delfino
2ª Secretaria

Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito

RESOLUÇÃO CMS N.º 00208/2023

Publicação Nº 5091845

RESOLUÇÃO CMS N.º 00208 de 10 , de Agosto de 2023

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Aprova em sua reunião ordinária solicitação Transposição e Transferencia de saldos financeiros de contas abertas antes de 2018 para uso de compra de medicamentos para Farmacia Publica. Que a relação da medicação comprada seja encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Art.2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires
Comissão de Finanças

Raquel Delfino
2ª Secretaria

Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito

RESOLUÇÃO CMS N.º 00209/2023

Publicação Nº 5091856

RESOLUÇÃO CMS N.º 00209 de 10 , de Agosto de 2023

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, instituído pela Lei Municipal nº 1.199/92 e com redação revisada e alterada pelas Leis Municipais nº 2.112/2000 e nº 2.182/2001 e nº 2.297/2002, com base na suas competências regimentais e no uso de suas atribuições e atendendo o disposto no art. 3º do seu Regimento Interno em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Aprova em sua reunião ordinária que a Secretaria Municipal de saúde solicite a empresa Comercial Preço Bom Z&C Ltda a devolução do valor de 13.440,000 referente ao valor de Geladeira de vacina CSV 280ELBER ao fundo Municipal de Saude.

Justificativa da Resolução: Nota Fiscal de nº 000.016.802 Serie 002 folha 1\1 da conta que foi efetuado pelo Fundo Municipal de saúde a quantidade de 06 geladeiras e a nota fiscal mencionada acima fez a cobrança de 07 geladeiras, motivo esse que se aprova que se efetuei no prazo de 10 dias úteis a devida devolução.

Art.2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial do Município.

Maria de Lourdes Souza Pires
Comissão de Finanças

Raquel Delfino
2ª Secretaria

Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito

Imbuia

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 133, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090122

LEI COMPLEMENTAR Nº 133, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre o disposto no art. 15-C da Lei Federal n. 7.498/1986 (Piso Nacional da Enfermagem), aos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteiras fica instituído o direito à percepção de Parcela Variável de Complementação Remuneratória e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL: Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Em decorrência do disposto no art. 15-C da Lei n. 7.498/1986 (Piso Nacional da Enfermagem), aos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteiras, fica instituído o direito à percepção de Parcela Variável de Complementação Remuneratória (PVCR), observadas as seguintes condições:

I - A base de cálculo da remuneração do integrante das carreiras abrangidas por essa norma, para fins de verificação do alcance da remuneração mínima garantida pela lei federal, engloba o somatório de todas as espécies remuneratórias percebidas pelo servidor;

II - A Parcela Variável de Complementação Remuneratória (PVCR) será apurada com base na diferença entre o valor do piso salarial nacional (fixada pela Lei n. 7.498/1986) e o montante da remuneração do servidor apurado nos termos do inciso anterior;

III - O valor a ser repassado ao servidor poderá ser reduzido proporcionalmente na hipótese de os valores necessários ao pagamento das despesas globais com a PVCR excederem os valores repassados pela União, a título de "assistência financeira complementar", nos termos do art. 198, §§ 13 e 14 da CF/88.

§ 1º Para fins do cálculo da remuneração global do servidor, definido no inciso I, serão computadas as seguintes parcelas remuneratórias:

- I - Vencimento Básico;
- II - Progressão Funcional;
- III - Adicional de insalubridade;
- IV - Adicional de Graduação e Pós-Graduação;
- V - Adicional por Formação Profissional.

§ 2º As verbas de caráter indenizatório instituídas em lei municipal e recebidas pelos servidores não devem ser incluídas no cômputo de sua remuneração total prevista no inciso I deste artigo.

§ 3º Eventual diferença paga aos servidores a título de PVCR não integra a base de cálculo de qualquer outra vantagem, ressalvados o décimo terceiro salário e o terço constitucional de férias.

§ 4º A suspensão, ou redução, do repasse das verbas de "assistência financeira complementar", por ato unilateral da União, ensejará a imediata suspensão do pagamento pelo Município de valores relativos à PVCR.

§ 5º A majoração dos valores do piso nacional depende da edição de lei específica a ser editada pela União que o atualize, ou ainda, que venha a fixar critério de correção a ser empregado para sua fixação.

Art. 2º Para fins de cálculo da redução da PVCR previsto no inciso III do art. 1º desta lei, o setor competente deverá aferir o índice de suficiência dos valores transferidos pela União a título de "assistência financeira complementar".

§ 1º Para fins do índice de suficiência devem ser adotadas os seguintes parâmetros:

I - Cálculo da Estimativa de Aumento de Despesa (CEAD): consiste no cálculo do impacto financeiro decorrente da implementação do piso nacional, com base nos critérios fixados pelo art. 1º, inc. II desta lei, tendo como referência os valores a serem pagos a esse título em relação à totalidade do exercício corrente.

II - Repasses de Assistência Financeira Complementar (RAFC): consiste no cálculo do valor total a ser repassado pela União no exercício corrente, com fundamento em instrumento normativo próprio.

§ 2º Se o montante de "Repasses de Assistência Financeira Complementar" (RAFC) for inferior ao "Cálculo de Estimativa de Aumento de Despesa" (CEAD), o setor competente deverá calcular o índice de redução a ser aplicado à parcela descrita no inc. II do art. 1º desta lei.

§ 3º Para o cálculo do índice de desconto deverá ser aplicada a seguinte fórmula: $(RAFC \times 100\%) / CEAD$.

§ 4º O índice obtido na forma do parágrafo anterior deverá ser aplicado como fator de redução do montante apurado nos termos do inciso II deste artigo.

Art. 3º O gestor municipal poderá atualizar o repasse de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, que participam de forma complementar ao SUS, com base nos valores recebidos da União a título de repasse de assistência financeira complementar (RAFC) e nos termos dos instrumentos de pactuação com elas firmados.

Parágrafo único. O repasse às entidades privadas previstas no caput somente poderá ser feito se o cálculo realizado com base no § 1º do art. 2 afastar a incidência do redutor.

Art. 4º As despesas com pessoal resultante da complementação do disposto nesta norma, nos termos do § 2 do art. 38 do ADCT, serão registradas em rubrica apartada e serão contabilizadas, para os fins dos limites previstos no art. 169 da CF/88, da seguinte forma:

I - Até o fim do exercício financeiro de 2023, não serão contabilizadas para esses limites;

II - No segundo exercício financeiro subsequente, serão deduzidas em 90% (noventa por cento) do seu valor;

III - Entre o terceiro e o décimo segundo exercício financeiro subsequente, a dedução de que trata o inciso II deste parágrafo será reduzida anualmente na proporção de 10% (dez por cento) de seu valor.

5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbuia, em 24 de agosto de 2023.

DENY SCHEIDT

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 134, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090134

LEI COMPLEMENTAR Nº 134, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 112, de 3 de novembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Imbuia e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL: Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera dispositivos da Lei Complementar nº 112, de 3 de novembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Imbuia e dá outras providências.

Art. 2º Fica alterado o Anexo 3 - Mapa de Zoneamento Urbano, da Lei Complementar nº 112, de 3 de novembro de 2021, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 3º Fica alterado o Anexo 4 - Tabela de Índices Urbanísticos, da Lei Complementar nº 112, de 03 de novembro de 2021, de acordo com a tabela em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 4º Fica alterado o Anexo 10 - Detalhamento das Características e do Gabarito das Vias Existentes, da Lei Complementar nº 112, de 3 de novembro de 2021, de acordo com a lista em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbuia, 24 de agosto de 2023.

DENY SCHEIDT

Prefeito Municipal

Indaial

PREFEITURA

ALTERAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2023

Publicação Nº 5090879

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

ALTERAÇÃO DE EDITAL

Processo Administrativo nº 131/2023

Edital de Pregão Eletrônico nº 037/2023-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: contratação de profissional ou empresa na área de prestação de serviços contínuos de assessoria em cobrança extrajudicial e higienização de informações cadastrais no banco de dados do Município de Indaial. As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 13/09/2023 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 13/09/2023 - 08h31min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic4@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

DECRETO 6331/2023

Publicação Nº 5089439

. DECRETO Nº 6331/23

. De 24 de agosto de 2023

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR / MUNICÍPIO DE INDAIAL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida, pelo Município de Indaial, as seguintes despesas de competência de Exercício anterior, conforme abaixo:

ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
O.U.	10.001.
P.A.	2402
ELEMENTO/CTA	333909237000000
VINCULO	150170000000
CREDOR	SIM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI
VALOR	R\$ 3.219,69
N.FISC/FAT./REC.	REFERÊNCIA 12/2022
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
O.U.	10.002.
P.A.	2411
ELEMENTO/CTA	333909237000000
VINCULO	150170000000
CREDOR	SIM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI
VALOR	R\$ 4.887,73
N.FISC/FAT./REC.	REFERÊNCIA 12/2022
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
O.U.	10.003
P.A.	2420
ELEMENTO/CTA	333909237000000

VINCULO	150170000000
CREDOR	SIM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI
VALOR	R\$ 4.599,57
N.FISC/FAT./REC.	REFERÊNCIA 12/2022

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto 6318/2023.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO 6333/2023

Publicação Nº 5089518

. DECRETO Nº 6333/23

. De 24 de agosto de 2023

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 013/2023 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - APROVAÇÃO PAS – PLANO ANUAL DE SAÚDE 2024.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a resolução nº 013/2023 do Conselho Municipal de Saúde - CMS – APROVAÇÃO PAS – PLANO ANUAL DE SAÚDE 2024, sendo a resolução parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

Indaial, 11 de agosto 2023.

RESOLUÇÃO Nº 013/2023

APROVAÇÃO PAS – PLANO ANUAL DE SAÚDE 2024.

O Conselho Municipal de Saúde de Indaial. em Reunião Ordinária realizada em 07 de agosto de 2023, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2360/1994, pelo Regimento Interno Decreto nº 3146/21 e por unanimidade de seus conselheiros,

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR o Plano Anual de Saúde 2024 (PAS) da Secretaria Municipal de Saúde de Indaial.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Alberto Tonet

Presidente CMS

Indaial/ SC

DECRETO 6334/2023

Publicação Nº 5089959

. DECRETO Nº 6334/23

. De 24 de agosto de 2023

NOMEIA COMISSÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 027/2023 - SECRETARIA DE SAÚDE

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 223/2023 da Secretaria de Saúde,

DECRETA:

Art.1º - Ficam designados para compor a Comissão para Realização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 027/2023 da Secretaria de Saúde para cargos no SAMU, os seguintes servidores:

- Eliane Cristina ALemida
- Roberto Mathiussi
- Edson Calson
- Josilene Darugna

Art. 2º - Fica estipulada gratificação de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) aos integrantes da Comissão nomeada pelo artigo 1º, de acordo com o disposto no artigo 53, parágrafo 4º, da Lei Complementar 105/10, a ser requerido ao final do processo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO 6335/2023

Publicação Nº 5090739

. DECRETO Nº 6335/23

. De 24 de agosto de 2023

DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE INDAIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentado o Fundo Municipal do Idoso de Indaial, o qual será gerido e administrado na forma deste Decreto.

Art. 2º - O Fundo Municipal do Idoso, consiste em um instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações dirigidos à pessoa idosa do Município de Indaial.

TÍTULO I

ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º - O Fundo Municipal do Idoso ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e terá como gestor o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social.

Parágrafo único. Sua estrutura de execução está vinculada ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, que através do gestor do fundo, administrará os recursos segundo o Plano de Aplicação Anual elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, conforme Lei Orçamentária Anual, constituindo parte integrante do orçamento do Município.

TÍTULO II

RECEITAS DO FUNDO

Art. 4º - Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal do Idoso:

I. As transferências do Município;

II. As transferências da União, do Estado, de seus órgãos e suas respectivas autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista;

III. As receitas de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha receber de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

IV. O produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V. Multas aplicadas nos termos previstos na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003- Estatuto do Idoso, Título IV, Capítulo IV; Título V, Capítulo III, art. 83 a 84 e Parágrafo; e Título VI;

VI. Contribuições de governos e organismos internacionais;

VII. Doações de pessoas físicas ou jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos da Lei 12.213, de 20 de janeiro de 2010, alterada pela Lei 13.797, de 3 de janeiro de 2019, e da Instrução Normativa RFB 1.131, de 21 de fevereiro de 2011;

VIII. As demais receitas destinadas ao Fundo Municipal do Idoso;

§1º - Não se isentam as respectivas secretarias de políticas específicas, de preverem os recursos necessários para as ações voltadas à pessoa idosa, conforme determina a legislação em vigor.

§2º- Os recursos que compõem o Fundo Municipal do Idoso serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação - Fundo Municipal do Idoso e sua destinação será deliberada por meio de programas, projetos e ações aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.

TÍTULO III

DESPESAS DO FUNDO

Art. 5º - A despesa do Fundo Municipal do Idoso constituir-se-á:

- I. do financiamento total, ou parcial de programas, projetos e ações, constantes no Plano de Aplicação;
- II. do atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, considerando a proteção social do idoso no município.

Parágrafo único. A execução orçamentária da receita se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas neste Decreto e será depositada e movimentada através da rede bancária oficial, em conta especial aberta para esse fim.

Art. 6º - Os recursos do Fundo Municipal do Idoso serão destinados ao financiamento de programas, projetos e ações, governamentais e não governamentais, que:

- I. visem ao protagonismo da pessoa idosa;
- II. visem à integração e ao fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;
- III. promovam o envelhecimento ativo da pessoa idosa;
- IV. fomentem a prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa;
- V. promovam acessibilidade, inclusão e reinserção social da pessoa idosa;
- VI. financiem pesquisas, estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa;
- VII. fomentem a capacitação e a formação profissional continuada dos operadores do sistema de garantia dos direitos dos idosos;
- IX. desenvolvam programas, projetos e ações de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações, de promoção, proteção defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa; e
- X. fortaleçam o sistema de garantias dos direitos do idoso, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da pessoa idosa.

XI – O plano deverá ser elaborado e discutido com o CMDI e gestão.

Parágrafo único. O Plano de Aplicação anual deverá conjuntamente contemplar programas, projetos e ações a idosos em vulnerabilidade social, a ser observado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Art. 7º- É vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal do Idoso para:

- I. despesas que não sejam diretamente relacionadas ao financiamento de programas, projetos e ações relacionados à pessoa idosa;
- II. financiamento de políticas públicas de caráter continuado, nos termos definidos pela legislação pertinente.

Art. 8º - Os recursos financeiros para cobertura dos programas, projetos e ações aprovados pelo CMDI, serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido pelo CMDI com anuência do Gestor do Fundo.

TÍTULO IV

CONTABILIDADE DO FUNDO

Art. 9º - A contabilidade do Fundo Municipal do Idoso será organizada e processada pelo Departamento de Contabilidade, de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subseq-ente, observados os padrões mínimos e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§1º - A Secretaria de Desenvolvimento Social dará vistas ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, sobre a contabilidade do Fundo Municipal do Idoso, mensalmente ou quando for solicitado pelo CMDI.

§2º - A contabilidade tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do Fundo, observados padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º - Deverá ser organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar os custos dos serviços e interpretar e analisar os resultados obtidos.

TÍTULO V

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 10 - A prestação de contas da gestão do Fundo está sujeita ao CMDI, ao Poder Legislativo ao Tribunal de Contas do Estado e União, quando houver repasse de recursos.

Art. 11 - As organizações governamentais e não governamentais que receberem recursos transferidos do Fundo a título de execução de programas, projetos e ações dirigidos à pessoa idosa, serão obrigadas a comprovar aplicação dos recursos recebidos, segundo os fins a que se destinarem, sob pena de suspensão de novos recebimentos, além de responsabilização civil, criminal e administrativa.

Art. 12 - A prestação de contas de organizações governamentais e não governamentais que receberem recursos transferidos do Fundo a título de execução de programas, projetos e ações dirigidos à pessoa idosa, seguirão as normas e legislações específicas, conforme orientação do setor de licitação e ou convênio da Prefeitura Municipal de Indaial.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 - O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá vigência indeterminada.

Art.14 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO 6336/2023

Publicação N° 5090776

. DECRETO N° 6336/23

. De 24 de agosto de 2023

HOMOLOGA RESOLUÇÃO 08/2023 DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE INDAIAL QUE DISPÕE SOBRE A MINUTA DE REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor, DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado a resolução nº 08/2023 do Conselho Municipal do Idoso de Indaial - CMDI, que DISPÕE SOBRE A MINUTA DE REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO, sendo a resolução parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE INDAIAL CMDI	RESOLUÇÃO N° 08/2023 DISPÕE SOBRE A MINUTA DE REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO.
---	---

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Indaial no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, conferidas pela Lei Municipal nº 3.296 de 20 de agosto de 2004, Decreto Municipal nº5923/23; e

CONSIDERANDO:

- A Lei 8.842 de Janeiro de 1.994 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso;
- A Lei 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;
- A Lei 5981/2021 que dispõe sobre o Fundo Municipal do Idoso e dá outras providências;
- A Plenária Extraordinária realizada no dia 17 de agosto de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovação da Minuta da regulamentação do Fundo Municipal do Idoso.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Indaial, 18 de agosto de 2023.

Ana Lucia Suchara

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Indaial

DECRETO 6337/2023

Publicação N° 5090868

. DECRETO N° 6337/23

. De 24 de agosto de 2023

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO ANUAL, ANO BASE 2023, PARA ENVIO DAS INFORMAÇÕES DE GERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

André Luiz Moser, prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º- Fica estabelecido o calendário anual para envio das informações de geração da folha de pagamento dos servidores públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal:

Mês de Setembro

Evento	Prazo
Data limite de envio das variáveis para o Departamento de Gestão de Pessoal	11/09
Data de fechamento das informações pelo Departamento de Gestão de Pessoal	19/09
Envio das informações da folha de pagamento para o setor de Contabilidade	21/09
Envio das informações da folha de pagamento para o setor de Tesouraria	25/09
Envio do arquivo final com as informações bancárias à instituição financeira	26/09
Data do crédito do pagamento para os servidores	28/09

Mês de Outubro

Evento	Prazo
Data limite de envio das variáveis para o Departamento de Gestão de Pessoal	06/10

Data de fechamento das informações pelo Departamento de Gestão de Pessoal	20/10
Envio das informações da folha de pagamento para o setor de Contabilidade	23/10
Envio das informações da folha de pagamento para o setor de Tesouraria	25/10
Envio do arquivo final com as informações bancárias à instituição financeira	26/10
Data do crédito do pagamento para os servidores	30/10

Mês de Novembro

Evento	Prazo
Data limite de envio das variáveis para o Departamento de Gestão de Pessoal	10/11
Data de fechamento das informações pelo Departamento de Gestão de Pessoal	21/11
Envio das informações da folha de pagamento para o setor de Contabilidade	22/11
Envio das informações da folha de pagamento para o setor de Tesouraria	24/11
Envio do arquivo final com as informações bancárias à instituição financeira	27/11
Data do crédito do pagamento para os servidores	29/11

Segunda Parcela Gratificação Natalina (décimo terceiro salário)

Evento	Prazo
Data limite de envio das variáveis para o Departamento de Gestão de Pessoal	05/12
Data de fechamento das informações pelo Departamento de Gestão de Pessoal	08/12
Envio das informações da folha de pagamento para o setor de Contabilidade	11/12
Envio das informações da folha de pagamento para o setor de Tesouraria	12/12
Envio do arquivo final com as informações bancárias à instituição financeira	13/12
Data do crédito do pagamento para os servidores	15/12

Mês de Dezembro

Evento	Prazo
Data limite de envio das variáveis para o Departamento de Gestão de Pessoal	08/12
Data de fechamento das informações pelo Departamento de Gestão de Pessoal	14/12
Envio das informações da folha de pagamento para o setor de Contabilidade	15/12
Envio das informações da folha de pagamento para o setor de Tesouraria	19/12
Envio do arquivo final com as informações bancárias à instituição financeira	20/12
Data do crédito do pagamento para os servidores	22/12

Art. 2º - As informações enviadas em desacordo com os prazos previstos no artigo anterior serão processadas na folha de pagamento do mês subsequente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

PORTARIAS RH 2543/2023

Publicação Nº 5092487

PORTARIA Nº 2543/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/

Alexandro Prates Correa Soares

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Secretário Escolar do quadro de pessoal do Município de Indaial, Alexandro Prates Correa Soares, aprovado em 3º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2544/2023

Publicação Nº 5092499

PORTARIA Nº 2544/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Ivanilde Hafemann

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor AEE – 40h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Ivanilde Hafemann, aprovado em 7º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoMARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal**PORTARIAS RH 2545/2023**

Publicação Nº 5092500

PORTARIA Nº 2545/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Francisco Silva de Moura

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor Informática Pedagógica – 40h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Francisco Silva de Moura, aprovado em 2º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoMARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal**PORTARIAS RH 2546/2023**

Publicação Nº 5092501

PORTARIA Nº 2546/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Ana Paula Muller Rodrigues

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Geografia – 20h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Ana Paula Muller Rodrigues, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoMARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2547/2023

Publicação Nº 5092509

PORTARIA Nº 2547/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Flávio Cristóvão Junior

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de História – 20h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Flávio Cristóvão Junior, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2548/2023

Publicação Nº 5092512

PORTARIA Nº 2548/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Leandro Lopes Costa

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de História – 20h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Leandro Lopes Costa, aprovado em 2º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2549/2023

Publicação Nº 5092514

PORTARIA Nº 2549/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Eduardo Mauro Vicente

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Religioso – 20h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Eduardo Mauro Vicente, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2550/2023

Publicação Nº 5092518

PORTARIA Nº 2550/23
24 de agosto de 2023
Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Felipe da Cruz Marques

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Religioso – 40h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Felipe da Cruz Marques, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2551/2023

Publicação Nº 5092520

PORTARIA Nº 2551/23
24 de agosto de 2023
Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Boris Messala Nunes

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Bandas e Fanfarras do quadro de pessoal do Município de Indaial, Boris Messala Nunes, aprovado em 4º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2552/2023

Publicação Nº 5092522

PORTARIA Nº 2552/23
24 de agosto de 2023
Nomeia para provimento de cargo efetivo/
José Carlos Bentes Monteiro Junior

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Bandas e Fanfarras do quadro de pessoal do Município de Indaial, José Carlos Bentes Monteiro Junior, aprovado em 5º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2553/2023

Publicação Nº 5092524

PORTARIA Nº 2553/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/

Eduardo Roberto de Oliveira Jorge Melem

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Bandas e Fanfarras do quadro de pessoal do Município de Indaial, Eduardo Roberto de Oliveira Jorge Melem , aprovado em 6º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2554/2023

Publicação Nº 5092526

PORTARIA Nº 2554/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/

Rúbia Alexandra Baron

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Português – 40h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Rúbia Alexandra Baron, aprovado em 3º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2555/2023

Publicação Nº 5092528

PORTARIA Nº 2555/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/

Ledia Augusta de Souza

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Português – 40h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Ledia Augusta de Souza, aprovado em 4º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2556/2023

Publicação Nº 5092529

PORTARIA Nº 2556/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/

Meyri Hellen Maestri

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Português – 20h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Meyri Hellen Maestri, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2557/2023

Publicação Nº 5092531

PORTARIA Nº 2557/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/

Andreza Barros Oliveira

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Matemática – 20h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Andreza Barros Oliveira, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG

Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2558/2023

Publicação Nº 5092532

PORTARIA Nº 2558/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/

Júlia Wolff

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Matemática – 40h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Júlia Wolff, aprovado em 2º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2559/2023

Publicação Nº 5092534

PORTARIA Nº 2559/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Sandra Pacheco Fidelis

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Matemática – 40h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Sandra Pacheco Fidelis, aprovado em 3º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2560/2023

Publicação Nº 5092664

PORTARIA Nº 2560/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Stephanie Weege de Mello

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Atendente de Biblioteca – 40h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Stephanie Weege de Mello, aprovado em 6º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2561/2023

Publicação Nº 5092665

PORTARIA Nº 2561/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Andreia Engel

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física – 20h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Andreia Engel, aprovado em 3º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoMARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal**PORTARIAS RH 2562/2023**

Publicação Nº 5092667

PORTARIA Nº 2562/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Caroline Heying

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física – 20h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Caroline Heying, aprovado em 4º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoMARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal**PORTARIAS RH 2563/2023**

Publicação Nº 5092669

PORTARIA Nº 2563/23

24 de agosto de 2023

Nomeia para provimento de cargo efetivo/
Soraya Cristina Tkotz

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 002/2023, homologado pelo Decreto nº 6185/23, de 30 de junho de 2023, Comunicação Interna nº206/SED/2023 de 16 de agosto de 2023 autorizada pelo Prefeito, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física – 40h do quadro de pessoal do Município de Indaial, Soraya Cristina Tkotz, aprovado em 13º lugar no Concurso Público 002/2023, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, da LC 105/10, alterado pelo artigo 2º da LC 257/21.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoMARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 139/2023

Publicação Nº 5089555

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FDF0664CFC95A3E59517923A60DDB7FE2C88778E

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 139/2023**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE INDIAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**CONTRATADA:** JOACIR BORTOLATTO**CNPJ:** 26.489.946/0001-57**PROCESSO:** Processo Administrativo nº 103/2023 – Edital de Pregão nº 027/2023 - 10430**OBJETO DO CONTRATO:** Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte escolar, sob a forma de fretamento, com fornecimento de veículos acessíveis, convencionais, abastecidos de combustível, com motorista/conductor, dos alunos matriculados nas escolas e unidades do Município de Indaial, as rotas serão fornecidas pela secretaria municipal de educação.**VALOR:** R\$500.000,00**PRAZO:** 14/08/2023 até 14/08/2024**DATA DA ASSINATURA:** 14/08/2023

FDF0664CFC95A3E59517923A60DDB7FE2C88778E

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 140/2023

Publicação Nº 5090671

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C7BCF0439D3ECAB49BAED5B2A9B48D9396F448AB

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 140/2023**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE INDIAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**CONTRATADA:** TIBÉRIO BUSARELLO FILHO**CPF:** 692.372.639-53**PROCESSO:** Processo Administrativo nº 122/2023 – Termo de Dispensa nº 022/2023 - 10430**OBJETO DO CONTRATO:** Locação de 01 (um) imóvel localizado na Rua Maceió, esquina com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca nº 41, Bairro Tapajós, o imóvel ora locado será utilizado para o funcionamento da Unidade de Educação Infantil Espaço de Crescer.**VALOR:** R\$165.600,00 anual – R\$13.800,00 mensal**PRAZO:** 17/08/2023 até 17/08/2024**DATA DA ASSINATURA:** 17/08/2023

C7BCF0439D3ECAB49BAED5B2A9B48D9396F448AB

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 141/2023

Publicação Nº 5089159

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 10940D34FE7E4DE780975A471EAFB3597B7E19C

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 141/2023**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE INDIAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**CONTRATADA:** ASSOCIAÇÃO DE BANDAS E FANFARRAS DO VALE DO ITAJAÍ**CNPJ:** 07.609.553/001-95**PROCESSO:** Processo Administrativo nº 130/2023 – Termo de Dispensa nº 026/2023-10430**OBJETO DO CONTRATO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO XV CAMPEONATO ESTADUAL DE FANFARRAS DE SANTA CATARINA, PROMOVIDO PELA ABAVAFI - ASSOCIAÇÃO DE BANDAS E FANFARRAS DO VALE DO ITAJAÍ E PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAIAL, VISANDO TROCA DE EXPERIÊNCIAS E APRIMORAMENTO ARTISTICO E CULTURAL.**VALOR:** R\$40.000,00**PRAZO:** 18/08/2023 até 18/08/2024**DATA DA ASSINATURA:** 18/08/2023

10940D34FE7E4DE780975A471EAFB3597B7E19C

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 005 CONTRATO Nº 153/2021

Publicação Nº 5089631

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0330CF9940274166CF9B6EA867E07F4827A7CF2B

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO nº 005 CONTRATO Nº 153/2021**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE INDAL – INDAPREV**CONTRATADA:** SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTO LTDA**CNPJ:** 11.882.190/0001-34**OBJETO DO ADITIVO:** Prorrogação pelo prazo de 12 meses (17/08/2023 até 16/08/2023), e o valor fica reajustado para R\$65.083,08 anual, sendo R\$5.423,59 mensal.**DATA DA ASSINATURA:** 07/08/2023

0330CF9940274166CF9B6EA867E07F4827A7CF2B

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 2243/2023

Publicação Nº 5091262

DECRETO Nº. 2243 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 1040/2022 de 25 de novembro de 2022, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 5º da lei nº 1040/2022 de 25 de novembro de 2022, e art. 24, incisos III, IV, parágrafo único, da lei 1029/2022 de 14 de outubro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Município de Iomerê, no valor de R\$ 216.200,00 (Duzentos e dezesseis mil, duzentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria M. de Educação. Esportes e Turismo
04.003 Departamento de Esportes
2046 Manutenção das Atividades Esportivas
31900000 Aplicações Diretas
2.500.0000.1300 Recursos Não Vinculados - Exercício Anterior
R\$ 39.200,00

04.00 Secretaria M. de Educação. Esportes e Turismo
04.003 Departamento de Esportes
2046 Manutenção das Atividades Esportivas
33900000 Aplicações Diretas
2.500.0000.1300 Recursos Não Vinculados - Exercício Anterior
R\$ 30.000,00

04.00 Secretaria M. de Educação. Esportes e Turismo
04.003 Departamento de Esportes
2046 Manutenção das Atividades Esportivas
33900000 Aplicações Diretas
1.500.0000.1100 Recursos Não Vinculados de Impostos
R\$ 7.000,00

05.00 Secret. M. da Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente
05.001 Secret. M. da Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente
1010 Aquisição de Máquinas, Veículos e Equip. Agrícolas
44900000 Aplicações Diretas
1.710.3210.1179.00 Emendas Parlamentares Impositivas
R\$ 100.000,00

05.00 Secret. M. da Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente
05.001 Secret. M. da Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente
2048 Manutenção das Atividades Agropecuárias
33900000 Aplicações Diretas
2.500.0000.1300 Recursos Não Vinculados - Exercício Anterior
R\$ 20.000,00

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura
06.001 Secretaria M. de Infraestrutura
2051 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
33930000 Aplicações Diretas Decorrente de Op. entre Órgãos
2.751.0000.1308 COSIP - Exercício Anterior
R\$ 20.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente, pelo Superávit Financeiro do exercício de 2022 e pela anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria M. de Educação. Esportes e Turismo
04.003 Departamento de Esportes
2046 Manutenção das Atividades Esportivas
44900000 Aplicações Diretas
1.500.0000.1100 Recursos Não Vinculados de Impostos

R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iomerê, 24 de agosto de 2023.

LUCI PERETTI

Prefeita Municipal

Ipira

PREFEITURA

CONTRATO 081/2023

Publicação Nº 5090131

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
EXTRATO CONTRATUAL

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará contratando através do contrato nº 081/2023 a empresa JP ASSISTENCIA TECNICA E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PE, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), que objetiva a contratação de empresa para fornecimento de bicos injetores, retentores, junta e substituição das peças na Escavadeira JCB JS210 da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Informações, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (49) 3558 0423 – E-mail: licitacao@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 24 de agosto de 2023.
Marciana de Mello
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

EDITAL 113/2023

Publicação Nº 5091179

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113/2023
Inexigibilidade de Licitação nº 031/2023 – PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, para contratação de empresa de sistema de acompanhamento e de controle de processos de vistoria e reparação de veículos automotores CILIA, ferramenta de orçamentação via web para reparo/manutenção de veicular com sugestão de preço de peças e mão de obra onde conta ativa tem a possibilidade de cadastrar veículo que deseja, bem como catalogar para este veículos códigos de peças com nome e preços utilizando estes dados em qualquer orçamento futuro. O sistema também permite a integração do setor público com a oficina, permitindo a transferência de informação e aprovação online. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: licitacao@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), em 24 de agosto de 2023.
MARCELO BALDISSERA
Município de Ipira

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 107/2023

Publicação Nº 5090129

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2023 – PMI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023- PMI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Ipira, através da Prefeitura Municipal, nos termos dos relatórios finais apresentado, referente ao Pregão Presencial nº 21/2023, que objetiva a contratação, de empresa para fornecimento de bicos injetores, retentores, junta e substituição das peças na Escavadeira JCB JS210 da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. ADJUDICO E HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor da empresa JP ASSISTENCIA TECNICA E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PE, no valor de R\$ 21.000,00.

Ipira (SC), 24 de agosto de 2023.
Marciana de Mello
Secretario de Agricultura e Meio Ambiente.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 113/2023

Publicação Nº 5091190

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113/2023
Inexigibilidade de Licitação nº 031/2023 – PMI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO


O Município de Ipira nos termos dos relatórios finais apresentado, referente ao Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 031/2023, que objetiva a contratação de sistema de acompanhamento e de controle de processos de vistoria e reparação de veículos automotores CILIA, ferramenta de orçamentação via web para reparo/manutenção de veicular com sugestão de preço de peças e mão de obra onde conta ativa tem a possibilidade de cadastrar veículo que deseja, bem como catalogar para este veículos códigos de peças com nome e preços utilizando estes dados em qualquer orçamento futuro. O sistema também permite a integração do setor público com a oficina, permitindo a transferência de informação e aprovação online. ADJUDICO E HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor da empresa: CILIA TECNOLOGIA LTDA, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Ipira (SC), em 24 de agosto de 2023.
Marcelo Baldissera
Município de Ipira

REVOGAÇÃO DO PROCESSO 111/2023

Publicação Nº 5089629

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL IPIRA Rua XV de Agosto, 342 - Centro - Ipira - SC CEP: 89669-000 CNPJ: 82.814.260/0001-65 Telefone: (49) 3558-0451 E-mail: compras@ipira.sc.gov.br Site: www.ipira.sc.gov.br	Inexigibilidade de licitação Nr.: 30/2023 - IL
	Nr. do Processo: 111/2023 Data do Processo: 22/08/2023

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.:30/2023

OBJETO: Contratação tem por objeto a execução de serviços técnicos especializados em matéria de contabilidade e planejamento orçamentário de entes públicos, na eSocial e na implantação gradativa e execução das novas regras do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, compreendendo o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – E-SOCIAL e o Sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e outras informações Fiscais – EFD-REINF.

MOTIVO: Processo Licitatório revogado devido cadastro com objeto incorreto.

Ipira, 24 de Agosto de 2023

Iporã do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 152/2023

Publicação Nº 5090981

DECRETO Nº 152 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

RECONHECE COMO DE INTERESSE PÚBLICO O PERÍMETRO PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FEIRA AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL E COMERCIAL DE IPORÃ DO OESTE – FAIC 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO a realização da Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Iporã do Oeste – FAIC 2023 no período de 7 a 10 de setembro;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e ordenar o fluxo de veículos e pessoas no perímetro de realização da Feira;

DECRETA:

Art. 1º O presente decreto grava como de interesse público para fins de realização do evento denominado FEIRA AGROPECUÁRIA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE IPORÃ DO OESTE – FAIC 2023, pelo período de 7 a 10 de setembro de 2023, os imóveis devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mondaí – SC, sob Matrículas nº 9.687, 7.318, 7.301, 6.502 e parte da Matrícula nº 15.100, bem como as vias públicas – incluindo o passeio público, que se situam no entorno do parque de exposição e que estão devidamente delimitadas em mapa anexo, parte integrantes do presente Decreto.

Art. 2º Na área e pelo período referenciado no art. 1º, fica proibida a comercialização de quaisquer tipos de produtos ou serviços, em especial por ambulantes, sem prévia e expressa autorização específica concedida pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A regra disposta no caput, não se aplica aos estabelecimentos comerciais regularmente constituídos no local, ficando vedado, no entanto, que tais estabelecimentos se utilizem de vias públicas, ruas e calçadas, mesmo que defronte seu estabelecimento, para comercializar seus produtos ou serviços.

Art. 3º Para fins de logística de acesso ao parque de exposição da FAIC 2023 e facilitar o fluxo de veículos e pessoas nas vias públicas ao seu entorno fica estabelecido o seguinte:

I- Trânsito interrompido:

a) Rua José Scalabrin, trecho entre a Rua 1º de Junho e Rua dos Pinhais.

II- Trânsito parcial de veículos, sentido único e proibido o estacionamento:

a) Rua José Scalabrin, trecho entre a Rua Frederico Back, até a Rua dos Pinhais, fluxo de trânsito sentido Rua dos Pinhais.

III- Trânsito de veículos sentido único e estacionamento nos dois lados:

a) Rua dos Pinhais a partir da Rua José Scalabrin; Rua Tiradentes sentido Rua Frederico Back; Rua das Orquídeas sentido Rua Frederico Back e Rua Frederico Back, (sentido Rua José Scalabrin/Avenida Gustavo Fetter);

b) Rua José Scalabrin (a partir da Rua Camões) seguindo pela Rua 1º de Junho até Avenida;

c) Rua Bertila Friedrich (sentido Rua Camões).

d) Rua Camões, Entre a Rua Rio de Janeiro até a Rua José Scalabrin.

e) Rua Camões a partir da Avenida Gustavo Fetter até a esquina que faz com a Rua José Scalabrin, seguindo Pela Rua José Scalabrin.

f) Rua Simões, a partir da Rua Camões até a Rua Rio de Janeiro.

III- Trânsito de veículos duas vias e estacionamento de um dos lados:

a) Rua Lourenço M-Iler, trecho entre a Rua Rio de Janeiro e Rua Bertila Friedrich (saída sentido Rua Camões);

IV- Trânsito de veículos mão única e estacionamento de um dos lados:

a) Rua Simões, entre a Rua Camões e Rua Rio de Janeiro.

b) Rua Camões, entre Rua José Scalabrin e Avenida Gustavo Fetter;

V- Trânsito exclusivo de veículos de expositores, coordenação e/ou autorizados e estacionamento de um dos lados:

a) Rua Lourenço M-Iler: a partir da Rua Bertila Friedrich até o estacionamento da Feira FAIC/Debarba;

b) Rua Rio de Janeiro: a partir da Rua Lourenço M-Iler até o estacionamento da Feira FAIC/De Marchi.

c) Trânsito de veículo de expositores, coordenação e/ou autorizados, sentido estacionamento FAIC/De Marchi, saindo por trás do complexo esportivo (ginásios municipais de esportes) acessando a Rua José Scalabrin, saindo sentido único pela Rua dos Pinhais, seguindo fluxo programado.

Parágrafo Único: O condutor infrator a estas normas está sujeito a pena de remoção do veículo por guincho e custos ficarão por sua responsabilidade.

Art. 4º Poderão as vias públicas localizadas dentro do perímetro descrito no art. 4º, sofrerem alteração de sentido ou serem gravadas como de mão única, de acordo com a necessidade e conveniência da administração municipal, mediante regular sinalização.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Iporã do Oeste – SC, 24 de agosto de 2023.
Registre-se e publique-se
ADELIO MARX
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL
Secretário de Administração e Finanças

EDITAL 001/2023 - 2º SEMESTRE - BOLSA DE ESTUDOS

Publicação Nº 5089879

EDITAL Nº 001/2023 – 2º SEMESTRE
PROGRAMA MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS PARA ESTUDANTES DE
ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO, PROFISSIONALIZANTE E ENSINO SUPERIOR

COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA
HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS – RESULTADO PRELIMINAR

A homologação do Resultado Final será no dia 30 de agosto de 2023, a partir das 16h:00.

Nº	NOME	CURSO	Nº DE DIAS	SITUAÇÃO
01	Alice Beatriz Slompo	Enfermagem	03	Inscrição Deferida
02	Alisson Wesley Vogt	Educação Física	03	Inscrição Deferida
03	Aline da Chaga	Ciências Contábeis	05	Inscrição Deferida
04	Ana Carolina Heck Lorenzet	Farmácia	05	Inscrição Deferida
05	Andréia Kist	Ciências Contábeis	03	Inscrição Deferida
06	Andréia Renata Reinehr	Fisioterapia	05	Inscrição Deferida
07	Ana Cláudia Gayardo	Educação Física	03	Inscrição Deferida
08	Ana Paula Dantas Pelizzer	Ciências Contábeis	03	Inscrição Deferida
09	Ana Paula Fritsch	Biomedicina	03	Inscrição Deferida
10	Amanda Paula Spironello	Eletromecânica	05	Inscrição Deferida
11	Bianca Gregory Jantsch	Técnico em Administração	05	Inscrição Deferida
12	Bianca Schwab Thomas	Eletromecânica	05	Inscrição Deferida
13	Bruno Lucas Bisolo	Engenharia Elétrica	04	Inscrição Deferida
14	Camilla Altevogt	Medicina Veterinária	05	Inscrição Deferida
15	Camile Gruetzmann Kroetz	Pedagogia	05	Inscrição Deferida
16	César Henrique Immig da Silva	Psicologia	04	Inscrição Deferida
17	Cleiton André Wink	Técnico em Agropecuária	05	Inscrição Deferida
18	Daiane Maldaner	Farmácia	05	Inscrição Deferida
19	Daniel Eduardo Zanol	Técnico em Eletromecânica	05	Inscrição Deferida
20	Diulia Berres Godoi	Educação Física	04	Inscrição Deferida
21	Djeniffer Casagrande	Medicina Veterinária	05	Inscrição Deferida
22	Eduardo Orth	Agronomia	05	Inscrição Deferida
23	Elves Ricardo Reinehr	Ciências Contábeis	05	Inscrição Deferida
24	Estéfani Konflanz	Medicina Veterinária	05	Inscrição Deferida
25	Evilyn Carolina Kumm	Técnico em Agropecuária	05	Inscrição Deferida
26	Fernando Junges	Medicina Veterinária	05	Inscrição Deferida
27	Gabriela Maria Pesamosca	Medicina Veterinária	05	Inscrição Deferida
28	Gabriela Tonoli Simch	Técnico em Eletromecânica	05	Inscrição Deferida
29	Gabrielle Thaís Berti	Farmácia	05	Inscrição Deferida
30	Isabel Maria Siquelero Feo	Fisioterapia	05	Inscrição Deferida
31	Jamile Klein	Farmácia	05	Inscrição Deferida
32	Jaqueline Klein	Biomedicina	04	Inscrição Deferida
33	Jéssica Andressa Nottar Arcari	Pedagogia	05	Inscrição Deferida
34	Júlio César Ritter	Ciências Contábeis	05	Inscrição Deferida
35	Júlio Luiz Triches Berti	Direito	04	Inscrição Deferida
36	Jussara Gabriele Delasari	Educação Física	03	Inscrição Deferida
37	Jussara Nottar Ritter	Psicologia	03	Inscrição Deferida
38	Kauana Bauermann	Arquitetura e Urbanismo	05	Inscrição Deferida
39	Karlin Schmidt	Odontologia	05	Inscrição Deferida
40	Kauany Derosso	Odontologia	05	Inscrição Deferida
41	Kayan Meazza Marx	Administração	03	Inscrição Deferida

42	Kelly Beatriz Lipreri	Odontologia	05	Inscrição Deferida
43	Ketlin Zancht	Pedagogia	04	Inscrição Deferida
44	Lara ciangue Engler Brancalione	Eletromecânica	05	Inscrição Deferida
45	Leonardo Klunk	Medicina Veterinária	05	Inscrição Deferida
46	Luana Ribeiro de Freitas	Enfermagem	05	Inscrição Deferida
47	Lucas Guilherme Balbinot Simon	Educação Física	05	Inscrição Deferida
48	Lucas Reis	Direito	03	Inscrição Deferida
49	Lucas Santos Tavares da Silva	Fisioterapia	05	Inscrição Deferida
50	Luciane Marieli Zanini Staudt	Fisioterapia	05	Inscrição Deferida
51	Maiara Bruna Lutz	Pedagogia	04	Inscrição Deferida
52	Marine Lauschner	Direito	04	Inscrição Deferida
53	Mateus Busa	Processos Gerenciais	05	Inscrição Deferida
54	Mateus Mistura Kosmann	Técnico em Agropecuária	05	Inscrição Deferida
55	Michel Arthur Colling	Psicologia	02	Inscrição Deferida
56	Monik Oliveira Capellari	Engenharia Civil	05	Inscrição Deferida
57	Rafael Bordignon	Medicina Veterinária	05	Inscrição Deferida
58	Raieli Ludwig	Técnico em Enfermagem	05	Inscrição Deferida
59	Samuel Goergen	Técnico em Eletromecânica	05	Inscrição Deferida
60	Sara Carine de Souza	Direito	04	Inscrição Deferida
61	Tainara Ghilardi	Odontologia	05	Inscrição Deferida
62	Tainára Preis Weschnfelder	Direito	04	Inscrição Deferida
63	Tainara Taís Carminatti	Psicologia	03	Inscrição Deferida
64	Taís Luana Vogt	Ciências Contábeis	04	Inscrição Deferida
65	Thais Maria Neitzel	Medicina Veterinária	05	Inscrição Deferida
66	Victor Miotto	Agronomia	03	Inscrição Deferida
67	Vanessa Schwengber	Psicologia	05	Inscrição Deferida
68	Vinicius Klunk	Agronomia	05	Inscrição Deferida
69	Vitória Berti	Odontologia	05	Inscrição Deferida
70	Yasmin Sulzbacher Hoff	Odontologia	05	Inscrição Deferida

A Comissão Municipal de Acompanhamento do Programa Municipal de Concessão de Bolsa de Estudos - Edital nº 001/2023 - 2º semestre 2023 foi designada pelo Decreto Municipal nº 089 de 11 de abril de 2022 e é composta pelos seguintes membros:

Leandro Magnaguagno (Presidente), Janete Wuitschick, Diana Carla Barth, Michel Arthur Colling e Ana Caroline Schaefer.

Iporã do Oeste-SC, 24 de agosto de 2023

Assinatura dos membros da Comissão de Avaliação:

Ipuauçu

PREFEITURA

CT PREF 123/2023

Publicação Nº 5090169

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 858E9CCC6848CF7A856076A025714D34E425A972

Estado de Santa Catarina

Município de Ipuauçu

EXTRATO DO CONTRATO N. 123/2023**Contratante: Município de Ipuauçu****Contratado: JOSE ARLEI BARBOZA****Objeto:** Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros para a prestação, em regime de fretamento, para prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede pública (municipal e estadual) de ensino, residentes na zona rural do município de Ipuauçu- SC**Valor:** R\$: 70.581,96 (setenta mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos).**Licitação:** Processo Licitatório PREF n. 112/2021 Pregão Presencial PREF n. 59/2021.

Ipuauçu/SC, 24 de agosto de 2023.

CLORI PEROZA. Prefeita Municipal

858E9CCC6848CF7A856076A025714D34E425A972

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA 439-2023 - EXONERA NEUDI RIZZO

Publicação Nº 5089806

PORTARIA Nº 439/2023 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO COMISSONADO DE CONSULTOR JURÍDICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

EXONERA

EXONERA, sob a Matrícula 3203, Neudi Luiz Rizzo, cargo caráter temporário de Consultor Jurídico, com carga horária semanal de 40h, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS).

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 31 de Agosto de 2023.

Ipumirim/SC, 24 de Agosto de 2023.

GILSON CONTE

Prefeito em exercício

PORTARIA 440-2023 - AFASTA MARCIANO CASAGRANDE

Publicação Nº 5090033

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 440/2023 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

AFASTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOMEADO POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

GILSON CONTE, Prefeito de Ipumirim em Exercício – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

Marciano Casagrande, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, CPF 037.473.999-40, para o cargo de provimento efetivo de Operador de Motoveladora, constante no Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo II, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 60, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: DMER, afastamento por auxílio doença pelo prazo de 45 (quinze) dias, a partir da data de 19/08/2023 conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de Agosto de 2023.

Ipumirim – SC, 24 de Agosto de 2023.

Gilson Conte

Prefeito em Exercício

PORTARIA 441-2023 - LICENÇA PREMIO GILSON BARBIERI

Publicação Nº 5090031

PORTARIA Nº. 441/2023 de 24 de agosto de 2023.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Gilson Conte, Prefeito em Exercício do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A Gilson Barbieri, matrícula 1991, Licença Premio de 30 (trinta) dias, a partir do dia 24 de Agosto a 22 de Setembro de 2023.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 24 de Agosto de 2023.

Ipumirim - SC, 24 de Agosto de 2023.

GILSON CONTE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

PORTARIA 442-2023 - LICENÇA PREMIO MARIA ALZIRA

Publicação Nº 5091640

PORTARIA Nº. 442/2023 de 24 de Agosto de 2023.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Gilson Conte, Prefeito do Município de Ipumirim em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A Maria Alzira Alves de Mello Schroder, matrícula 514, Licença Premio de 30 (trinta) dias, sendo 25 dias de gozo a partir do dia 28 de Agosto a 21 de Setembro 2023 e 05 dias ficarão em banco de horas.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 28 de Agosto de 2023.

Ipumirim - SC, 24 de Agosto de 2023.

GILSON CONTE

PREFEITO MUNICIPAL em exercício

Irani

PREFEITURA

6º TAC 017/2023 FMS CLINICA MÉDICA VIDALI LTDA

Publicação Nº 5090419

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

6º TAC CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2021 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: CLÍNICA MÉDICA VIDALI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.853.148/0001-50, com sede na Rua Julia da Silva, nº 518, bairro Alto Irani, Irani/SC,

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a aplicação do REJUSTE anula previsto no contrato cláusula sexta, sendo o índice previsto para atualização deste aditivo é de 3,99% (julho/2023), acumulado dos últimos 12 meses (<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>).

Valor R\$ 27.485,05 (vinte sete mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinco centavos)

Irani/SC, 21 de agosto de 2023.

BERNARDETE LUCIA GRISA

Gestora Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2023 - FACHIM COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA

Publicação Nº 5091228

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº30/2023

Contratante: MUNICÍPIO IRANI

Contratada: FACHIN COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida no Município de Irani, SC, na Avenida Ozorio de Oliveira Vargas, 238 Centro – Irani-SC CEP: 89680-000 inscrito no CNPJ: 21.595.985/0001-15.

Objeto: Concessão remunerada de uso de espaço público, destinada à comercialização de produtos alimentícios e de bebidas, durante os eventos: Show Aniversário de 60 anos do Município a ser realizado no dia 11 de setembro de 2023 no estacionamento do ginásio municipal, e no XXXIII FIMUSI - Festival de Interpretação da Música de Irani a ser realizado nos dias 13 a 16 de setembro de 2023, no Ginásio Modesto Tortelli.

Valor: R\$ 21.700,00 (VINTE UM MIL E SETECENTOS REAIS)

Validade: 31/12/2023

Irani/SC, 24 de agosto de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 531/ 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089498

PORTARIA Nº. 531/2023 de 21 de agosto de 2023.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares ao servidor Flavio de Melo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Administração, matrícula nº 4329, atuando na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2020 a 1º de outubro de 2021, para serem gozadas no período de 21 de agosto de 2023 a 09 de setembro de 2023 (vinte dias de férias- segunda etapa).

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 21 de agosto de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 532/ 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089508

PORTARIA Nº. 532/2023 de 21 de agosto de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Thamara Cristine Huf Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 32297, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2022 a 17 de fevereiro de 2023, para serem gozadas no período de 21 de agosto de 2023 a 19 de setembro de 2023.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 21 de agosto de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 533/ 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089511

PORTARIA Nº 533/2023 de 21 de agosto de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Daniela Aparecida Vicenci, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, matrícula nº 32333, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 27 de agosto de 2021 a 26 de agosto de 2022, para serem gozadas no período de 21 de agosto de 2023 a 04 de setembro de 2023 (15 dias de férias-1º etapa).

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 21 de agosto de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 534/ 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089514

PORTARIA Nº. 534/2023 de 21 de agosto de 2023.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR a pedido o servidor William Fernando de Sousa, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo (V), carga horária de 40 horas semanais, atuando na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, matrícula nº 5635, nomeado através da Portaria nº 282/2023 de 03 de abril de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 21 de agosto de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 535/ 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089517

PORTARIA Nº. 535/2023 de 21 de agosto de 2023.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Elizangela de Jesus, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, matrícula nº 21833, atuando na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, referente ao período aquisitivo de 16 de novembro de 2021 a 15 de novembro de 2022, para serem gozadas no período de 21 a 30 de agosto de 2023 (10 dias de férias- 1ªetapa).

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 21 de agosto de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 26/2023 FMS

Publicação Nº 5090297

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A9F6861DBEAD047C68A6C480F9245615D3D29B5E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 26/2023

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS.

CONTRATADA: CLINICA MATER GIN SOCIEDADE SIMPLES PURA EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE GERIATRIA, A SEREM PRESTADOS NOS LOCAIS INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 4.430/2023, PROMOVIDO POR ESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

SERÁ PAGO A CONTRATADA CONFORME A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, SENDO OS VALORES DETERMINADOS, CONFORME TABELA ABAIXO:

ITEM	QUANTIDADE (MÊS)	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL PELOS 12 MESES R\$
01	32	CONSULTA	CONSULTA MÉDICA DE GERIATRIA	200,00	6.400,00	76.800,00
VALOR TOTAL R\$ 76.800,00 (SETENTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS)						

VIGÊNCIA: 24.08.2023 A 23.08.2024.

BASE LEGAL – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº 10/2023 - FMS

LEI 8.666/93 CONSOLIDADA

LADEMIR FERNANDO ARCARI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 10/2023 FMS

Publicação Nº 5090295

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 33E5CC053A5EA08191E487D3972B630D163DE565

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 10/2023
INEXIGIBILIDADE Nº. 10/2023

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: CLINICA MATER GIN SOCIEDADE SIMPLES PURA EPP.

Irineópolis, 24 de agosto de 2023.

Lademir Fernando Arcari

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.237/2023, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091548

LEI Nº 2.237/2023 DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ORDINÁRIA Nº 2.164 DE 21/12/2021 QUE – AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA “TRAINEE” NO MUNICÍPIO E A ADMITIR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, EM SUAS AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, JOVENS GRADUADOS OU ALUNOS, DENTRO DESSA CATEGORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LADEMIR FERNANDO ARCARI, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte,

LEI:

Art. 1º O Artigo 5º constante da Lei nº 2.164 de 21/12/2021, que –“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA “TRAINEE” NO MUNICÍPIO E A ADMITIR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, EM SUAS AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, JOVENS GRADUADOS OU ALUNOS, DENTRO DESSA CATEGORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, passa a vigorar com modificação no seu Art. 5º, e com a inserção de seu parágrafo único, os quais terão a seguinte redação:

Art. 5º A Prefeitura Municipal pagará mensalmente aos treinandos uma bolsa auxílio no valor correspondente de até 01 (um) salário inicial

do cargo em que será treinado, sem qualquer outra retribuição ou auxílio financeiro, com carga horária idêntica à fixada para o referido cargo.

Parágrafo único. O valor a ser estipulado será definido pelo órgão requisitante, que levará em conta o nível da necessidade do TRAINEE, como também a demanda de profissionais existentes para a atividade, e, será fixado através do Edital de Teste Seletivo, aberto para a seleção.

Art. 2º Permanecem sem alteração as demais disposições da Lei nº 2.164, de 21/12/2021.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), em 23 de Agosto de 2023.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeita Municipal.

LEI Nº 2.238/2023, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091566

LEI Nº 2.238/2023 DE 23 DE AGOSTO DE/2023.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REALIZAR PARCELAMENTO DE DÍVIDAS COM O INSS, JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, NO INTUITO DE QUITAR DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LADEMIR FERNANDO ARCARI, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Município de Irineópolis, por meio do Chefe do Poder Executivo Municipal, a firmar acordo de parcelamento de dívida para com o INSS, de contribuições da Administração Direta e Indireta do Município, no valor de R\$ 1.879.402,89 (um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e dois reais e oitenta e nove centavos), junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, acrescidos dos respectivos encargos necessários ao parcelamento do débito.

Parágrafo Único – Referido parcelamento poderá ser realizado em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas sendo que o valor de cada prestação, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

Art. 2º Fica autorizada a retenção de quotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM para o pagamento das parcelas, considerando o valor principal e seus acessórios, bem como nas outras receitas municipais e estaduais depositadas em quaisquer instituições financeiras, na hipótese em que os recursos de referido Fundo sejam insuficientes para quitação dessas obrigações.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º O valor total dos débitos incluídos no parcelamento poderá ser revisto a qualquer tempo, de ofício ou mediante solicitação do devedor, ainda que já concedido o parcelamento, para fins de ajustes ou para serem feitas as correções necessárias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), 23 de Agosto de 2023.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 432/2023

Publicação Nº 5091531

PORTARIA Nº 432/2023.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A SUA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, e fundamentado nas disposições do artigo 169, combinado com o artigo 175 da Lei Complementar nº 01/97 de 30/12/1997 e,

Considerando que a Senhora CHAIANE HEDIVIG BORUCH, é servidora do Município, ocupante do cargo público de Farmacêutica, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, neste Município de Irineópolis - SC;

Considerando que, de acordo com o Ofício nº 366/2023 assinado por Equipe de Saúde composta por Enfermeiras, Técnicas de Enfermagem e pela Coordenadora da ESF, endereçado a Secretária Municipal de Saúde e outros relatos, através de Memorando nº 2.591/2023, via 1 DOC, a servidora Chaiane Hedivig Boruch, vem apresentando comportamento recorrente de descompromisso e falta de envolvimento com o trabalho, o que compromete e dificulta o trabalho das equipes de ESF, que necessitam de suas atividades, quando na dispensação de medicamentos e materiais, entre outras solicitações feitas pelas equipes;

Considerando também, o relato feito por cidadã através de áudio a Secretária de Saúde, comunicando a sua indignação pela forma como foi atendida por servidora da farmácia da Unidade Sanitária do Centro, pela qual a farmacêutica Chaiane é a responsável.

Considerando assim, a situação acima relatada e o encaminhamento desses relatos a este Executivo Municipal pela Secretária de Saúde, através do Ofício nº 445/2023 e, tudo o mais que consta no Memorando nº 2.591/2023 da plataforma 1 DOC, as situações apresentadas obrigam o Poder Executivo Municipal a determinar a averiguação dos fatos, com a finalidade de apurar a responsabilidade da servidora CHAIANE HEDIVIG BORUCH, que pode estar infringido dispositivos legais, no exercício profissional,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a veracidade dos fatos relatados e a responsabilidade da servidora Chaiane Hedivig Boruch, Matrícula nº 1583, titular do cargo público de Farmacêutica, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, quanto aos fatos acima descritos, investigando e averiguando se houve o descumprimento de dever(es) ou de obrigação(ões) de ordem funcional previstos nos artigos 144 e 145 da Lei Complementar nº 01/97 de 30/12/1997 e, se esses corroboram a aplicação de penalidade (s), estabelecida (s) no art. 153, da mesma Lei Complementar:

Art. 144 São deveres do funcionário:

...

V. urbanidade;

VI. observância das normas legais e regulamentares;

VII. obediência às ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais;

IX. zelar pela economia e a conservação do material que lhe for confiado;

XI. manter, nas relações de trabalho, comportamento condizente com a sua qualidade de funcionário público e de cidadão.

Art. 145 Ao funcionário público é proibido:

...

IV. opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processos ou execução de serviços;

VI. referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso as autoridades Públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, no recinto da repartição;

XV - proceder de forma desidiosa.

Art. 2º Fica constituída a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº. 06/2023 e designados os servidores efetivos Andressa Teska, matrícula nº 2746, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativa; Everli Baggenstoss, matrícula nº 2563, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa e Vanderlei da Costa Júnior, matrícula nº 2781, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, com a finalidade de apuração, análise e julgamento dos fatos acima descritos.

Parágrafo único. Fica designada como Relatora da Comissão a servidora Andressa Teska, como Secretária a servidora Everli Baggenstoss e para atuar na condição de membro da Comissão o servidor Vanderlei da Costa Júnior.

Art. 3º A Comissão tem o prazo de até 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação das sanções legais cabíveis.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 23 de Agosto de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2023

Publicação Nº 5089561

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP Nº 007/2023

O Município de Itá – SC, inscrito no CNPJ nº 83.024.240/0001-53, com base no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal que Regulamenta o Registro de Preço nº 043/2023, vem a público convidar órgãos interessados a participar de processo licitatório com o procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços – SRP para aquisição do(s) seguinte(s) objeto(s) a seguir discriminado(s):

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total Máximo
01	Hora de serviço de vigilância desarmada – vigia ou porteiro – nas Escolas da Rede de Ensino do Município de Itá/SC, conforme necessidade e solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.	Hora	10.000	R\$ 29,95	R\$ 299.500,00
02	Serviço de segurança privada, desarmada, diurna e noturna, para atuar nos diversos eventos e locais públicos, conforme necessidade do Município.	Hora	7.300	R\$ 36,30	R\$ 264.990,00
03	Serviço de vigilante desarmado para atendimento em prédios e praças públicas, estruturas de eventos e demais locais/festividades, nos períodos diurno e noturno, conforme necessidade do Município.	Hora	1.700	R\$ 32,70	R\$ 55.590,00

Aos órgãos interessados em integrar a futura ata, como participantes, solicita-se o encaminhamento de manifestação formal, contendo as seguintes informações/documentos:

- Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência – TR;
- Estimativa de consumo (quantidade a ser registrada);
- Endereço do local de entrega;
- Concordância com o objeto a ser licitado;
- Documento formal contendo aprovação da autoridade competente;

Ainda, fica definido:

a) Número máximo de participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento: será aceito no máximo 2 participantes, pois não temos capacidade para gerenciamento, não temos quadro de funcionários para atender a demanda.

b) Não serão aceitos quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens.

O prazo limite para envio da manifestação será de 08 (oito) dias úteis a contar da data da publicação.

Por fim, informa-se que eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas por e-mail (licitacao@ita.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 3458-9506.

Itá – SC, 24 de agosto de 2023.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito de Itá-SC

PORTARIA 0492/23

Publicação Nº 5091292

PORTARIA Nº 0492/23

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Inciso IX do art. 69 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o Servidor EDERSON MARCOS ROSA DE OLIVEIRA, do cargo efetivo de Operador, a partir do dia 18/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 22 DE AGOSTO DE 2023.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA 0493/23

Publicação Nº 5091850

PORTARIA Nº 0493/23

JULIANA APARECIDA BATISTA, Secretária Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso I do Artigo 1º do Decreto Nº 0141 de 26 de Outubro de 2022.

RESOLVE:

CONCEDER 10 dias de férias a servidora SANDRA PAULA TOMAZELLI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Matrícula 90.094-01, conforme período aquisitivo de 02/11/2021 a 01/11/2022, usufruídos no período de 04/09/2023 a 13/09/2023, conforme artigo 68 da LC 35/2006 de 11 de Dezembro de 2006.

ITÁ SANTA CATARINA, 23 DE AGOSTO DE 2023.

JULIANA APARECIDA BATISTA

Secretária Municipal de Saúde

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA 0494/23

Publicação Nº 5091309

PORTARIA Nº 0494/23

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Inciso IX do art. 69 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a Servidora TALITA CANEI, do cargo efetivo de Auxiliar de Creche, a partir do dia 23/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE AGOSTO DE 2023.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretária de Administração e Fazenda

HOMOLOGAÇÃO PL 125/2023

Publicação Nº 5089392



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 36AC68F8463E26F09996B805EF1A20D67AD5D6EF

MUNICIPIO DE ITÁ

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2190 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número - Minuta - Licitação: 129 códigoCliente: 2190 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico
Para Contratação de serviços
51/2023
Processo Administrativo: 125/2023

Ao Sr(a). CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 38/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 51/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

888362 - VITAE - CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CURSO MUNDO DIGITAL PARA IDOSOS	UNIDADE		2	R\$3.430,35	R\$6.860,70
					Total do Fornecedor:	R\$6.860,70
888370 - MAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SESSÕES DE YOGA EM GRUPO	MESES		12	R\$1.190,00	R\$14.280,00
3	OFICINA DE ARTESANATO	MESES		12	R\$1.280,00	R\$15.360,00
					Total do Fornecedor:	R\$29.640,00

Itá, 24 de agosto de 2023.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 127/2023

Publicação Nº 5090718



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AB2C8F56EA55284B8CCAB2CD0E2C5310CDB17C79

MUNICIPIO DE ITÁ

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2190 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número - Minuta - Licitação: 131 códigoCliente: 2190 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico
Para Aquisição de bens
52/2023
Processo Administrativo: 127/2023

Ao Sr(a). CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 38/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 52/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

376736 - RODA BRASIL PNEUS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PNEU 1400 R24 - MOTONIVELADORA	UNIDADE		8	R\$4.446,00	R\$35.568,00
Total do Fornecedor:						R\$35.568,00

Itá, 24 de agosto de 2023.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3003/2023

Publicação Nº 5090932

DECRETO Nº 3.003, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, conforme disposto no artigo 13, inciso I, da Lei Municipal nº 1.043, de 07 de dezembro de 2022;

Considerando a assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem definida pela Portaria GM/MS nº 1.135/, por excesso de arrecadação por tendência no exercício financeiro o valor para os meses de maio, junho, julho e agosto conforme anexo da portaria;

Considerando que o parágrafo único do artigo 4º, da Portaria GM/MS nº 1.135/2023, prevê que, no prazo de 30 (trinta) dias após o FNS creditar nas contas bancárias dos fundos de saúde dos estados, Distrito Federal e municípios, deverão os respectivos entes efetuar o pagamento dos recursos financeiros aos estabelecimentos de saúde.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 49.851,00 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e um reais), destinado a reforçar a seguinte dotação do orçamento vigente:

11.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

11.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 Saúde

301 Atenção Básica

9 Saúde para Todos

2.098 PISO DE ATENÇÃO BÁSICA AMPLIADO - PABA

3.1.90.00.00 (19) Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações R\$ 49.851,00

Fonte de Recurso: 1541 – Assistência financeira da União destinada à complementação ao pgto dos pisos salariais para profissionais da enfermagem - 1.605.0000

Art. 2º Para suprimimento da abertura do crédito adicional mencionado no artigo anterior, fica autorizado o uso de recursos apurados pelo Excesso de Arrecadação por tendência sobre a especificação da fonte de recursos oriundos de Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

Art.3 º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 23 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEWSKI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1209/2023

Publicação Nº 5090936

PORTARIA Nº 1.209, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito Municipal de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos incisos II, III e XI, do art. 78, da Lei Complementar nº 16, de 13 de dezembro de 2011, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023 e;

Considerando o Processo Seletivo Simplificado nº 023/2022, homologado em 24 de janeiro de 2023:

RESOLVE

Admitir MARIA ANGELITA SELENKO LANG, PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais para, no período compreendido entre os dias 28 de agosto a 21 de dezembro de 2023, atuar em vaga excedente no CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA

ERCI e na ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS, em substituição ao professor regente em hora-atividade.

Itaiópolis, 24 de agosto de 2023.
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1210/2023

Publicação Nº 5090939

PORTARIA Nº 1.210, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023 e;

Considerando o requerimento protocolado pela agente pública municipal Ivete Hirtz junto ao Departamento de Pessoal do Município de Itaiópolis sob nº 1771, em 24 de agosto de 2023, solicitando o desligamento do vínculo trabalhista com o Município de Itaiópolis:

RESOLVE

Dispensar a pedido, a contar de 25 de agosto de 2023, a agente pública municipal IVETE HIRTZ, Auxiliar de Centro de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, o qual fora admitido por meio da Portarias nº 249, de 03 de fevereiro de 2023, para atuar em vaga vinculada no Centro de Educação Infantil Lucena.

Itaiópolis, 24 de agosto de 2023.
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1211/2023

Publicação Nº 5090943

PORTARIA Nº 1.211, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 55 da Lei Municipal nº 053, de 22 de outubro de 2002, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 075, de 05 de maio de 2020 e;

Considerando a apresentação de Atestado Médico junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 24 de agosto de 2023, bem como a servidora pública municipal Andréa Kuchler Gonçalves de Lima deverá se submeter à perícia médica do Município:

RESOLVE

Conceder auxílio-doença no período compreendido entre os dias 25 de agosto a 22 de setembro de 2023 ou até a data prevista no laudo da perícia médica, para a servidora pública municipal ANDRÉA KUCHLER GONÇALVES DE LIMA, Professora – Anos Iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Semeando o Saber.

Itaiópolis, 24 de agosto de 2023.
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2022

Publicação Nº 5090106

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

Fornecedora: RUDIPEL – RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento o valor dos itens da Ata de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
1	LITROS	ÓLEO DIESEL COMUM B S-500 - Abastecimento à granel	R\$ 4,737	R\$ 5,485
2	LITROS	ÓLEO DIESEL S-10 - Abastecimento à granel	R\$ 4,789	R\$ 5,535

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base o pedido de reajuste de preços do fornecedor RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA., datado em 21 de agosto de 2023.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes da Ata de Registro de Preços nº 108/2022 que não contradizem com as modificações no presente instrumento.

Itaiópolis, 22 de agosto de 2023
MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RUDIPEL – RUDNICK PETRÓLEO LTDA.
ROLF BAYERL
Sócio Administrador
FORNECEDORA

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2023

Publicação Nº 5091138

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F833041EF30C59E03CD2DDDB4A97976358766E8F

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLANTAS, FLORES E OUTROS MATERIAIS DESTINADOS PARA ORNAMENTAÇÃO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento de Propostas: até 08h30min do dia 12/09/2023

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 24 de agosto de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

PREFEITO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2023

Publicação Nº 5091672

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FB130E9C424D1B8BD394B88596556DC634D4BC8D

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS "GLP" P-13 E P-45, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento de Propostas: até 08h30min do dia 13/09/2023

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 24 de agosto de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

PREFEITO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2023

Publicação Nº 5090460

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 13605BAD5BE5B7C29B3EC697117EA0E02EB610E

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 103/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: CONFEITARIA ITAPIRANGA LTDA EPP

Licitação: Pregão Presencial 127/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ COLONIAL) PARA A FESTA DA MELHOR IDADE DOS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EM COMEMORAÇÃO A 44ª OKTOBERFEST CONFORME AUTORIZA A LEI MUNICIPAL N. 3.167/2018.

Vigência: Início: 24/08/2023 Término: 31/10/2023

Assinatura: 24/08/2023



Valor R\$: 90.250,00 (Noventa Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)
Dotação: 236 - 08.002.2045.3339030070000000000.150070000000 - Gêneros de alimentação
Itapiranga, 24 de agosto de 2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2023

Publicação Nº 5090555

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D73AEFDE163976D685E199289BED6138C592D632

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 104/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: CONFEITARIA ITAPIRANGA LTDA EPP
Licitação: Inexigibilidade 125/2023

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES PARA AS SOBERANAS DA OKTOBERFEST, QUANDO EM COMPROMISSOS OFICIAIS E DIVULGAÇÃO DA FESTA, COM A VALIDADE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023, CONFORME AUTORIZAM AS LEIS MUNICIPAIS Nºs 1.336/90, 3.085/2017 E 3.668/2023.

Vigência: Início: 24/08/2023 Término: 31/12/2023

Assinatura: 24/08/2023

Valor R\$: 2.520,00 (Dois Mil e Quinhentos e Vinte Reais)

Dotação: 370 - 03.001.2056.3339039410000000000.150070000000 - Fornecimento de alimentação
Itapiranga, 24 de agosto de 2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2023/RH

Publicação Nº 5089125

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2023/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CHARLINI WEBER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2022

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 1318/2023 onde altera o prazo de vigência de 29/08/2023 para 30/08/2023, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil – Educação Infantil, em 40 horas semanais.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: B - 01

VIGÊNCIA: 29/08/2023 a 30/08/2023

Itapiranga – SC, 24 de agosto de 2023.

Alexandre Gomes Ribas - Prefeito

PORTARIA Nº 264/2023

Publicação Nº 5090143

Portaria nº 264, de 23 de agosto de 2023.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a partir de 23/08/2023 designação da servidora municipal Jarline Hofer, matrícula nº 14901/03 que esteve em substituição de Janete Frantz Baumann, ocupante do cargo de Diretora de Licitações, durante o auxílio doença.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 23 de agosto de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 266/2023

Publicação Nº 5090142

Portaria nº 266, de 24 de agosto de 2023

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora JANETE FRANTZ BAUMANN matrícula nº 11824/02, pelo período de três meses iniciando-se em data de 24/08/2023 até 23/11/2023, referente ao período aquisitivo de 01/04/2012 até 31/03/2017.

Art. 2º. Converter o período de 24/09/2023 até 23/11/2023 correspondente a 2/3 (dois terços) da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 24 de agosto de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 267/2023

Publicação Nº 5090141

Portaria nº 267, de 24 de agosto de 2023.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal Jarline Hofer, matrícula nº 14901/03 para substituir Janete Frantz Baumann, ocupante do cargo de Diretora de Licitações, durante a Licença Prêmio no período de 24/08/2023 até 23/09/2023.

Parágrafo único. A designação prevista no caput deste artigo acarretará ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 01 de agosto de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 268/2023

Publicação Nº 5090135

Portaria nº 268, de 24 de agosto de 2023.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Remover a partir de 24 de agosto de 2023, a Servidora MARLOVA APARECIDA ROSSI BERNARDI matrícula nº 14793/01, da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 24 de agosto de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

QUADRO VENCEDORES PREGAO PRESENCIAL Nº 121/2023

Publicação Nº 5090034

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote

Pág 1 / 1



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 121 / 2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR A EXECUÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA NO SISTEMA DE VENDAS DE INGRESSO ONLINE (WEB) E FÍSICO, CASHLESS E CONTROLE DE ACESSO PARA A 44ª EDIÇÃO DA OKTOBERFEST DE ITAPIRANGA, QUE OCORRERÁ DE 13 A 15 DE OUTUBRO DE 2023.

Fornecedor: 1165364 - IMPLY RENTAL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA				
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR A EXECUÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA NO SISTEMA DE VENDAS DE INGRESSO ONLINE (WEB) E FÍSICO, CASHLESS E CONTROLE DE ACESSO PARA A 44ª EDIÇÃO DA OKTOBERFEST DE ITAPIRANGA, QUE OCORRERÁ DE 13 A 15 DE OUTUBRO DE 2023, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, COM PREÇOS FIXADOS PELO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DE SOFTWARE DISPONÍVEL VIA INTERNET, BILHETERIA FÍSICA E POSTOS DE AUTOATENDIMENTO, COM BANCO DE DADOS LOCAL, INTEGRADO ONLINE COM TODOS OS SEUS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO, INCLUINDO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO, CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO E CLÁUSULAS E ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.		UNI	1
			Valor Unitário	58.481,00
			58.481,00	
			Total por Fornecedor:	58.481,00
			Total Geral:	58.481,00

Resumo dos Fornecedoros

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
1165364 - IMPLY RENTAL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA	:1	58.481,00

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE RP Nº 95/2023

Publicação Nº 5089158

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: LUIZ CARLOS MENON, com sede à Rua Clarice Soares Cerqueira, nº 1000, Bairro: Amadori, na cidade de Pato Branco/PR, CEP: 85.502-230, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.567.863/0001-61, e Inscrição Estadual nº 90851491-29, representada neste ato pelo Representante legal, o Sr. LUIZ CARLOS MENON, portador do CPF/MF nº 029.332.729-70 e do CI.RG nº 7.312.304-6 SESP/PR.

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2023 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2023 - PROCESSO Nº 77/2023

Objeto: Constitui o objeto desta Ata de Registro de Preço a Contratação de empresa especializada para confecção de figurinos e acessórios para as apresentações de Natal, do evento Dança Itapoá e da Fanfarra Municipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

VALOR R\$: 334.277,81 (trezentos e trinta e quatro mil duzentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos)

DATA DA ASSINATURA: 24/08/2023

PRAZO DE VIGÊNCIA: 24/08/2024

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 24 de agosto de 2023.

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO ATAS DE RP Nº 96 À 102/2023

Publicação Nº 5089898

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2023 – REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2023 - PROCESSO Nº 68/2023.

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar, Escolas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

DATA DA ASSINATURA: 24/08/2023

PRAZO DE VIGÊNCIA: 24/08/2024

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 96/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, com sede à Rua Joao Olczewski, nº 381, Bairro Atlântico, na cidade de Erechim/RS, CEP 99705-550, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 28.719.518/0001-07, e Inscrição Estadual n.º 039/0177636, representada neste ato pelo sócio administrador, Sr. CHARLEI BONI, portador do CPF/MF nº 031.021.890-08, e do CI.RG nº 6097597634, SJS/RS.

Valor total R\$: 1.122,00 (um mil, cento e vinte e dois reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 97/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CARLOS E. LAZZAROTTO EIRELI, com sede à Rua João Tortelli, nº 32, bairro Centro, na cidade de Jacutinga/RS, CEP: 99730-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.315.327/0001-60, e Inscrição Estadual n.º 201/0008124, representada neste ato pelo titular, Sr. CARLOS EDUARDO LAZZAROTTO, portador do CPF/MF nº 982.014.330-68, e do CI.RG nº 3082842695 - SJS/RS.

Valor total R\$: 11.191,40 (onze mil, cento e noventa e um reais e quarenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 98/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CASARÃO FS PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, com sede à Rua Gonçalves Junior, nº 196, bairro Centro, Anitápolis/SC, CEP 88475-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 49.017.735/0001-17, e Inscrição Estadual n.º 262069695, representada neste ato pelo sócio administrador, Sr. FELIPE SEBOLD, portador do CPF/MF nº 069.246.659-26, e do CI.RG nº 5688521 SSP/SC.

Valor total R\$: 474,00 (quatrocentos e setenta e quatro reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 99/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: COMERCIAL MULTVILLE LTDA, com sede à Rua João Adolfo Muller, nº 53, Sala 02, Bairro Costa e Silva, CEP 89218-590, inscrita

no CNPJ/MF sob o nº. 06.220.022/0001-43, e Inscrição Estadual n.º 255975015, representada neste ato pela sócia administradora, Sr. MARILI APARECIDA DA SILVA CRISPIM, portadora do CPF/MF nº 708.259.559-04, e do CI.RG nº 1.998.079-05 - SSP/SC.

Valor total: R\$ 76.756,70 (setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 100/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: FABIANO ALEXANDRE LTDA, com sede à Rua do Peixe nº 1597, Bairro Itapema do Norte Gleba II, Itapoá/SC, CEP 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 46.014253/0001-15, e Inscrição Estadual n.º 261647474, representada neste ato pelo sócio administrador, Sr. FABIANO ALEXANDRE, portador do CPF/MF nº 008.891.689-89, e do CI.RG nº 66229440, - SESP/PR.

Valor total R\$: 5.175,00 (cinco mil, cento e setenta e cinco reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 101/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: KF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, com sede à Oscar Clock nº 200, bairro Nova Rússia, na cidade de Ponta Grossa/PR, CEP: 84.053-500, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.755.673/0001-33, e Inscrição Estadual n.º 90773454-40, representada neste ato pelo titular, Sr. KELLY CRISTINA CRUZ, portador do CPF/MF nº 034.384.359-50, e do CI.RG nº 8.008.378-5 – SSP/PR.

Valor total R\$: 7.241,00 (sete mil, duzentos e quarenta e um reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 102/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI, com sede à Rua Adolfo Konder nº 279, sala 03, Bairro São Rafael, Rio Negrinho/SC, CEP nº 89295-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 26.716.048/0001-94, e Inscrição Estadual n.º 258204982, representada neste ato pelo sócio administrador, Sr. LUIZ AMARILDO MUELLER, portador do CPF/MF nº 516.501.429-00, e do CI.RG nº 00001646471 SSP/SC.

Valor total R\$: 12.294,70 (doze mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta centavos).

Itapoá, 24 de agosto de 2023.

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Ituporanga

PREFEITURA

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO 107/2023/PMI TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023/PMI

Publicação Nº 5090851

MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO 107/2023/PMI TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023/PMI

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA:

ROTATÓRIA GABIROBA - RUA PREF. VIRGÍLIO SCHELLER X RUA CARLOS THIESEN X RUA JOSÉ PETRY

RUA JOÃO BACK COM TREVO ALEMÃO NA RODOVIA SC-350

TREVO ALEMÃO - RUA PREF. VIRGÍLIO SCHELLER X RUA FREI GASPAR

PROCESSO DIGITAL Nº 14777/2023

AS OBRAS SERÃO EXECUTADAS COM RECURSOS FINISA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA – CNPJ: 83.102.640/0001-30

CONTRATADA: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA - CNPJ: 06.145.928/0001-40

VALOR: R\$ 772.178,19 (setecentos e setenta e dois mil cento e setenta e oito reais e dezenove centavos).

Data da Adjudicação: 24 de agosto de 2023 – Geison Kurtz – Prefeito em exercício.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 107/2023/PMI TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023/PMI

Publicação Nº 5090832

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 44805D69D31746179875413F843D3AB57D4E4DE1

MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 107/2023/PMI TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023/PMI

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA:

ROTATÓRIA GABIROBA - RUA PREF. VIRGÍLIO SCHELLER X RUA CARLOS THIESEN X RUA JOSÉ PETRY

RUA JOÃO BACK COM TREVO ALEMÃO NA RODOVIA SC-350

TREVO ALEMÃO - RUA PREF. VIRGÍLIO SCHELLER X RUA FREI GASPAR

PROCESSO DIGITAL Nº 14777/2023

AS OBRAS SERÃO EXECUTADAS COM RECURSOS FINISA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA – CNPJ: 83.102.640/0001-30

CONTRATADA: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA - CNPJ: 06.145.928/0001-40

VALOR: R\$ 772.178,19 (setecentos e setenta e dois mil cento e setenta e oito reais e dezenove centavos).

Data da homologação: 24 de agosto de 2023 – Geison Kurtz – Prefeito em exercício.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2023/PMI TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023/PMI

Publicação Nº 5090861

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7EA574C1E7449D931BC28235B5F85193037854F5

MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2023/PMI TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023/PMI

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA:

ROTATÓRIA GABIROBA - RUA PREF. VIRGÍLIO SCHELLER X RUA CARLOS THIESEN X RUA JOSÉ PETRY

RUA JOÃO BACK COM TREVO ALEMÃO NA RODOVIA SC-350

TREVO ALEMÃO - RUA PREF. VIRGÍLIO SCHELLER X RUA FREI GASPAR

PROCESSO DIGITAL Nº 14777/2023

AS OBRAS SERÃO EXECUTADAS COM RECURSOS FINISA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA – CNPJ: 83.102.640/0001-30

CONTRATADA: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA - CNPJ: 06.145.928/0001-40

VALOR: R\$ 772.178,19 (setecentos e setenta e dois mil cento e setenta e oito reais e dezenove centavos).

Data da Assinatura: 24 de agosto de 2023 – Geison Kurtz – Prefeito em exercício.

PROCESSO Nº 37142023/PMI– PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 123/2023/PMI

Publicação Nº 5090447

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 37B635128401DCEE8B88B46022CE991C91115165

ENTIDADE PMI

PROCESSO Nº 37142023/PMI– PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 123/2023/PMI

CONTRATADA: FLORA AMANDA COM. DE MUDAS E FLORES LTDA ME CNPJ: 05.781.930/0001-43	79.233.003/0001-25
---	--------------------

VALOR: R\$ 5.950,00



OBJETO: PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA AQUISIÇÃO DE DE 1.700 (MIL E SETECENTAS) MUDAS DE HORTÊNSIAS PARA AJARDINAMENTO DE PARQUES, PRAÇAS E RUAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, COM O OBJETIVO DE DEIXAR O MUNICÍPIO MAIS BONITO E COLORIDO E AMBIENTALMENTE MAIS SAUDÁVEL, PARA OS HABITANTES DE HOJE E PARA VISITANTES E TURISTAS FUTUROS. AQUISIÇÃO PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 60800/2023.
VIGÊNCIA: 10/08/2023 a 09/09/2023.
10 DE AGOSTO de 2023.
GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

PROCESSO Nº 3950/2023/PMI– PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 124/2023/PMI

Publicação Nº 5090468

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5F7ADDA6B6B0E072FF72ADDE9A8596D58E0BB248

ENTIDADE PMI

PROCESSO Nº 3950/2023/PMI– PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 124/2023/PMI

CONTRATADA: DJALMA SCHAFER CNPJ: 19.794.806/0001-27	79.233.003/0001-25
--	--------------------

VALOR: R\$ 1.250,00

OBJETO: PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO NO DIA 07.09.2023 COM OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS: 04 CAIXAS SUB GRAVES; 08 CAIXA MÉDIOS E AGUDOS COM TRIPÊ; 02 CAIXAS DE RETORNO; MESA DE SOM 16 CANAIS; 02 MICROFONES DE FIO; 02 MICROFONES SEM FIO; 08 PEDESTAIS; 01 NOTEBOOK; CABOS, AMPLIFICADORES E ACESSÓRIOS PARA COMPLETO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA, PARA O DESFILE CÍVICO NA PRAÇA FREI GABRIEL NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 61120/2023.
VIGÊNCIA: 16/08/2023 a 15/09/2023.
16 DE AGOSTO de 2023.
GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

PROCESSO Nº 3984/2023/PMI– PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 125/2023/PMI

Publicação Nº 5090485

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A265322DF87BF0C6A7DCC7D656EBBAFF6F3B4393

ENTIDADE PMI

PROCESSO Nº 3984/2023/PMI– PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 125/2023/PMI

CONTRATADA: GC DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 18.531.205/0001-69	79.233.003/0001-25
---	--------------------

VALOR: R\$ 15.780,00

OBJETO: PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA AQUISIÇÃO DE 3.000 FRASCOS DE ÓLEO DE SOJA REFINADO, OBTIDO DE ESPÉCIE VEGETAL, ISENTO DE RANÇO E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONANDO EM FRASCO PLÁSTICO COM 900ML, CONTENDO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA - SIMILAR A MARCA COAMO/SOYA. TAL AQUISIÇÃO SE DÁ EM FUNÇÃO DA EMPRESA PARTICIPANTE DO PREGÃO 39/2023 TER DECLINADO DO FORNECIMENTO DO REFERIDO ITEM.
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 61261/2023.
VIGÊNCIA: 21/08/2023 a 20/09/2023.
21 DE AGOSTO de 2023.
GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

PROCESSO Nº 4006/2023/PMI– PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 126/2023/PMI

Publicação Nº 5090500

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7B2F65E6382D9B97527D28B7698FA1C22AFDFD78

ENTIDADE PMI

PROCESSO Nº 4006/2023/PMI– PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 126/2023/PMI

CONTRATADA: VALFRIDO HAMM CNPJ: 18.531.205/0001-69	79.233.003/0001-25
---	--------------------

VALOR: R\$ 5.155,00

OBJETO: PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA AQUISIÇÃO DE 71 RÉGUAS PARA

REBOCO, 02 BASCULANTES, 02 FOLHAS DE PORTAS EXTERNA, 01 PORTA INTERNA COMPLETA, 01 PORTA EXTERNA COMPLETA, 18 VISTAS COM REBAIXO E 01 TUBO DE COLA. MATERIAS UTILIZADOS NO CAMARIM DO PALCO ALTERNATIVO LOCALIZADO NO PARQUE DA CEBOLA. AQUISIÇÃO PELA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E EVENTOS.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 61265/2023.

VIGÊNCIA: 21/08/2023 a 20/09/2023.

21 DE AGOSTO de 2023.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

PROCESSO Nº 4012/2023/PMI– PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 127/2023/PMI

Publicação Nº 5090513

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 106E1DB5EB679074E0B0B98A1F8DB66709E5A4E6

ENTIDADE PMI

PROCESSO Nº 4012/2023/PMI– PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 127/2023/PMI

CONTRATADA: E3 EVENTOS LTDA	79.233.003/0001-25
CNPJ: 10.607.178/0001-59	

VALOR: R\$ 9.120,00

OBJETO: PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE 01 PALCO COBERTO COM MEDIDAS 12MX04M, COM ESCADA DE ACESSO E GUARDA CORPOS, NO DIA 07/09/2023 PARA COMPLETO FUNCIONAMENTO DO DESFILE CÍVICO.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 61271/2023.

VIGÊNCIA: 21/08/2023 a 20/09/2023.

21 DE AGOSTO de 2023.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ANEXO I FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO EDITAL 005/2023

Publicação Nº 5089773

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO EDITAL 005/2023

HORARIO VESPERTINO

CURSOS QUE PODERÃO PARTICIPAR DO PROCESSO:

- Técnico em Química;
- Técnico em Saneamento;
- Engenharia Química;
- Engenharia Ambiental e Sanitária; e
- Biologia.

NOME DO CANDIDATO:
CURSO:
FASE MATRICULADA:
DATA PREVISTA PARA TERMINO DO CURSO:
TURNO DISPONÍVEL PARA O ESTÁGIO:
E-MAIL DE CONTATO:
TELEFONE DE CONTATO:
INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO
PROFESSOR ORIENTADOR DO ESTÁGIO:
CARGO:
TELEFONE:
E-MAIL:

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 149/2023

Publicação Nº 5092639

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 149/2023

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, com início às nove horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, nº 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 17.295/2023, formada pelos membros Paola Medeiros Buso, Maurício Huberto Ranguetti e Edenilson Alves da Silva, para sob a presidência da primeira, procederem à abertura dos envelopes referentes a TOMADA DE PREÇOS Nº 149/2023, que tem como objeto a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para intervenções na cobertura, instalação elétrica e instalações de prevenção e combate a incêndio do patrimônio cultural edificado e demais benfeitorias necessárias à segurança dos alunos e servidores da EMEB Ricieri Marcatto, no prédio antigo, localizado à Rua: Richard Viergutz nº 177, Bairro: Rio Cerro I, em Jaraguá do Sul/SC. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
3S GCON CONSTRUTORA LTDA	Moisés Costa de Souza	221.483.158-46
R.S.A PLANEJAMENTO & CONSTRUÇÃO LTDA	Rogério Silvano André	781.463.309-59

A Comissão realizou a consulta dos CNPJs das empresas participantes no site <https://certidoes.cgu.gov.br/> e constatou que não possuem restrições. Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01 – Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
3S GCON CONSTRUTORA LTDA	58	Não Numeradas
R.S.A PLANEJAMENTO & CONSTRUÇÃO LTDA	55	Não Numeradas

A Comissão realizou a consulta do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED apresentado no envelope da habilitação de todas as empresas participantes, no site <http://www.sped.fazenda.gov.br/appConsultaSituacaoContabil/ConsultaSituacao/CNPJAno> e constatou que os documentos apresentados estão com a Escrituração Ativa. Após análise criteriosa das Habilitações à Comissão declara as proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital, o Sr. Fernando Moscon, contador do município de Jaraguá do Sul, esteve presente na sessão para analisar o Balanço Patrimonial das empresas participantes, e após analisar o Balanço das mesmas, aprovou os balanços, da forma apresentada. A seguir foi colocada a palavra livre aos representantes presentes, que teve manifestação de não concordância com o julgamento da Comissão. Diante da não concordância de todos os Representantes presentes, a Comissão informa a todos, que está suspendendo a sessão e Na forma da Lei, abre-se o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis “concedendo-se vistas as partes”, ao julgamento das habilitações. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos representantes presentes. Jaraguá do Sul, Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.

Paola Medeiros Buso	
Maurício Huberto Ranguetti	
Edenilson Alves da Silva	
Moisés Costa de Souza	
Rogério Silvano André	

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019/SEMED

Publicação Nº 5091122

CONVOCAÇÃO

Concurso Público nº 001/2019/SEMED

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) CONVOCADA(S) para comparecer junto a Diretoria de Gestão de Pessoas desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16h do dia 28 de agosto de 2023, na Rua Walter Marquardt, nº 1.111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Concurso Público nº 001/2019/SEMED, conforme segue:

Nome: MARCELA LETICIA ALBRECHT
Cargo: AUXILIAR DE SALA – 30h
Secretaria: SEMED
Classificação: 93º lugar

Nome: PRISCILA PEREIRA GONÇALVES
Cargo: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – 40h
Secretaria: SEMED
Classificação: 24º lugar

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019/PMJS

Publicação Nº 5091124

CONVOCAÇÃO

Concurso Público nº 002/2019/PMJS

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) CONVOCADA(S) para comparecer junto a Diretoria de Gestão de Pessoas desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16h do dia 28 de agosto de 2023, na Rua Walter Marquardt, nº 1.111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Concurso Público nº 002/2019/PMJS, conforme segue:

Nome: THAISE DE QUADROS

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL – 30h

Secretaria: SEMASH

Classificação: 28º lugar

Nome: LEONARDO SPIZZIRRI BOLSONI

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL – 30h

Secretaria: SEMASH

Classificação: 29º lugar

Nome: JULIANA MARANGONI

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL – 30h

Secretaria: SEMASH

Classificação: 30º lugar

Nome: ANA CAROLINE FERRARI

Cargo: AUXILIAR DE ARQUIVO – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 3º lugar

Nome: PRISCILA BITENCOURT GARCIA

Cargo: CIRURGIÃO DENTISTA – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 14º lugar

Nome: GUILHERME KREIN

Cargo: CIRURGIÃO DENTISTA – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 15º lugar

Nome: JOSIANE DE OLIVEIRA SCHLOTEFELDT

Cargo: CONTADOR – 40h

Secretaria: SEMFAZ

Classificação: 12º lugar

Nome: VIVIANE CARINE BRUNETTO

Cargo: CONTADOR – 40h

Secretaria: SEMFAZ

Classificação: 13º lugar

Nome: ELLEN CRISSIANE DE OLIVEIRA CILIÃO

Cargo: CONTROLADOR INTERNO – DIREITO – 40h

Secretaria: SEMTIP

Classificação: 2º lugar

Nome: DANIEL DAL AGNOL GROSSMANN

Cargo: CONTROLADOR INTERNO – ENGENHARIA CIVIL – 40h

Secretaria: SEMTIP

Classificação: 2º lugar

Nome: ANELISE BONALDI KLOPPPEL

Cargo: CUIDADOR SOCIAL – 40h

Secretaria: SEMASH

Classificação: 24º lugar

Nome: JOELCIO LANGA

Cargo: FISCAL DE TRANSPORTES URBANOS – 40h

Secretaria: SEMPLU

Classificação: 3º lugar

Nome: VAGNER NUNES
Cargo: FISCAL TRIBUTARISTA – 40h
Secretaria: SEMFAZ
Classificação: 3º lugar

Nome: MAÍSA NAOMI IRIE
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20h
Secretaria: SEMAD
Classificação: 24º lugar

Nome: VERONICA DEL CARMEN COWEN PINTO
Cargo: MÉDICO ESPECIALISTA – PEDIATRA – 20h
Secretaria: SEMSA
Classificação: 8º lugar

Nome: DIOGO DE SOUZA
Cargo: MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS E AMBULÂNCIA – 40h
Secretaria: SEMOP
Classificação: 10º lugar

DECRETO Nº 17.407/2023

Publicação Nº 5091211

D E C R E T O Nº 17.407/2023
Designa Fiscal de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 162/2023, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, para realizar a ampliação de rede de distribuição, baixa e média tensão, e ampliação de rede de distribuição, baixa e média tensão, e iluminação pública, na Est. Tifa Wendelin, JGS 506, na localidade de Garibaldi, no Município de Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal DIONE ANTONIO DE SOUZA, matrícula 115392, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 162/2023 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição a Marcelo Elias da Silveira.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 17.352/2023, de 28/07/2023.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.408/2023

Publicação Nº 5091217

D E C R E T O Nº 17.408/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais NATÁLIA ERNST KIELLING CERON, matrícula 114678; BRUNO DE MELO BERHMANN, matrícula 116055; e EDENILSON ALVES DA SILVA, matrícula 11404, para comporem a Comissão que, sob a presidência da primeira, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas a esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 184/2023, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de Sistemas Eletrônicos, com a finalidade de controlar e restringir o acesso nos Centros Municipais de Ensino Integrado - CMEI's e Escolas Municipais de Ensino Básico - EMEB's da Rede Municipal de Educação de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.409/2023

Publicação Nº 5091219

D E C R E T O Nº 17.409/2023
Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 184/2023, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para instalação de Sistemas Eletrônicos, com a finalidade de controlar e restringir o acesso nos Centros Municipais de Ensino Integrado - CMEI's e Escolas Municipais de Ensino Básico - EMEB's da Rede Municipal de Educação de Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal BRUNO DE MELO BEHRMANN, matrícula 116055, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 184/2023 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal JACIRA ROZZA BUZZARELLO, matrícula 82144, Diretora Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 184/2023 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.410/2023

Publicação Nº 5091223

D E C R E T O Nº 17.410/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 17, do Decreto Municipal Nº 11.528/2017, de 15/09/2017, alterado pelo Decreto Municipal Nº 14.633/2021, de 08/02/2021; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 356/2023/Semash, de 22/08/2023, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal RAQUEL PEDROTTI FIAMONCINI, matrícula 10203, para presidir a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, constituída pelo Decreto Municipal Nº 13.595/2020, de 17/02/2020, e alterações, em substituição à Caroline Bitencourt Goularte.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogado o Decreto Municipal Nº 13.595/2020, de 17/02/2020, no que se refere a designação de Caroline Bitencourt Goularte.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.411/2023

Publicação Nº 5091226

D E C R E T O Nº 17.411/2023

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 9.231/2022, de 13/12/2022, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 9.231/2022, de 13 de dezembro de 2022,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.122.300.2.302 - Manutenção Patrimonial - Obras

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

09.001.198 3.3.90 - Aplicações Diretas

1.501.0000.0080 - Recursos Próprios - PMJS - Outras receitas R\$ 150.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do Excesso de Arrecadação do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA Nº 005/2023/SAMAE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Publicação Nº 5089759

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA Nº 005/2023/SAMAE**INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR**

A Comissão Especial de Seleção de Estagiários, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei Municipal nº 5.922 de 28 de março de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 7.968 de 25 de junho de 2019, designada pela Portaria SAMAEJSU Nº 1003/2022 de 27 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 4038, torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa de Estágio para Estudantes do Ensino Superior, para atuarem no âmbito desta Autarquia:

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O procedimento de inscrição e classificação de estudantes de nível superior para atuarem no programa de estágio reger-se-á pelas disposições contidas neste edital, pela Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.2 O estágio de Ensino Superior compreende o exercício transitório de funções auxiliares junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Jaraguá do Sul ou esta Autarquia.

1.3 A duração do estágio de Ensino Superior não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados.

1.4 A jornada de atividades do estágio de Ensino Superior é de 20 (vinte) horas semanais, limitado a 4 (quatro) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da Instituição Concedente.

1.5 As atribuições básicas do estagiário de Ensino Superior estão previstas no anexo II da Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.6 O valor da bolsa de estágio de Ensino Superior para o corrente ano é de R\$ 1.045,26 (mil, quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos), equivalente a 4,45 (quatro vírgula quarenta e cinco) UPMs (Unidade Padrão Municipal).

1.7 O estagiário que comprovar a necessidade de transporte coletivo para deslocamento até o local de estágio fará jus ao auxílio-transporte, nos termos da Lei Municipal nº 2.113/1996.

1.8 A seleção de que trata o presente Edital terá validade até 30 de junho de 2024, ou até o término dos acadêmicos classificados, o que vier primeiro.

1.9 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

1.10 Comprovada a falsidade das informações prestadas, a Administração Municipal reserva-se o direito de indeferir a inscrição do candidato ou mesmo rescindir o contrato a qualquer tempo.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições estarão abertas no período de 25 de agosto até 15 de setembro de 2023, através do envio da Ficha de Inscrição (Anexo I), Atestado de Matrícula e Histórico Escolar para o endereço eletrônico: estagio@samaejs.com.br;

2.2 Para confirmar sua inscrição, o estudante deverá apresentar os documentos no item 2.1 do presente edital.

2.2.1 Feita a inscrição, o candidato ficará inteiramente responsável pelas informações fornecidas.

3 DOS REQUISITOS

3.1 Estar regularmente matriculado entre o terceiro e o penúltimo semestre, ou equivalente, e com frequência efetiva em curso de Ensino Superior conveniada ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul.

3.1.1 Estar cursando o curso Superior ou Técnico: (Técnico em Química, Técnico em Saneamento, Engenharia Química, Engenharia Ambiental e Sanitária, Biologia). (01 vaga vespertina);

3.2 Apresentar os seguintes documentos no ato da contratação, solicitado após o processo seletivo aos classificados pelo RH do SAMAE:

a) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);

b) Fotocópia do CPF;

c) Fotocópia do Certificado de Reservista/Dispensa Militar (para homens);

d) Comprovante de residência atualizado em nome do estudante, dos pais ou responsáveis (caso o comprovante esteja em nome de outra pessoa que não seja os pais ou responsável, é obrigatório preenchimento da declaração de residência – disponibilizada pela Coordenadoria de Recursos humanos);

e) Fotocópia do boletim escolar do estudante do último semestre cursado e o apresentado no ato da inscrição, ou declaração do índice acadêmico;

f) Atestado/declaração de frequência escolar do estudante com data atualizada;

g) Cartão do PIS;

h) Cartão da empresa que presta Transporte Público se assim necessitar, conforme o item 1.7

3.3 A contratação será realizada através de agendamento com a Coordenadoria de Recursos Humanos.

4 DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á de acordo com:

a) índice de desempenho acadêmico das disciplinas cursadas com aprovação, comprovado através da média de notas do histórico escolar ou através de declaração emitida pela faculdade;

b) percentual de frequência do último semestre cursado.

4.2 No caso de empate, terá preferência, o candidato com maior idade.

4.3 Serão desclassificados do processo seletivo os candidatos que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:

a) obtiverem a média de notas do disposto no item 4.1, a, inferior a 60% (sessenta por cento);

b) obtiverem o percentual de frequência do disposto 4.1, c, inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

4.4 A classificação final será divulgada no dia 20 de setembro de 2023 após as 13 horas, por e-mail para todos os inscritos.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A classificação obtida pelo candidato não gerará direito de ingresso em vaga de estágio, mas tão somente de figurar na lista de classificados.

5.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção de Estagiários.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.

Madeline Durgant Tesser Espanhol

Presidente

Jean Francisco Hackbarth

Membro

Morgana Decker

Membro

EDITAL TERMO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL Nº 4645/2023

Publicação Nº 5091234

EDITAL

TERMO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL Nº 4645/2023

Os Fiscais Tributaristas Fabio Luis Klug, matrícula 10932, e Élio Vergílio Ludvig, matrícula 9880, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no art. 55-A, caput, inciso III, da Lei Complementar nº 35/2003, já que não localizaram o contribuinte no endereço constante no Cadastro Municipal e informado como sede da empresa no Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, qual seja, Rua Max Nicolau Wilhelm Schmidt, 370, Vila Lenzi, Jaraguá do Sul/SC, em vistoria realizada em 24/08/2023, CIENTIFICAM o contribuinte JBL Montagem Industrial Ltda, Inscrição Municipal 32978, CNPJ n.º 12.843.648/0001-09, de que encontra-se sob regime de fiscalização tributária do Município de Jaraguá do Sul para fins de homologação do Imposto sobre Serviço (ISS). Fica o contribuinte acima qualificado intimado a apresentar os documentos abaixo relacionados, do período de 01/02/2019 até 31/07/2023, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da ciência deste ato.

1. Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços Prestados e Tomados (arquivos digitais em pdf);

2. Livros Eletrônicos de Registro de Serviços Prestados e Tomados (arquivos digitais em pdf);

3. Livros Razão ou Caixa;

4. Guias e comprovantes de recolhimento do ISS;

5. Contrato Social e última alteração.

Nos termos do art. 55-A, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº. 35/2003, considerar-se-á cientificado o contribuinte em 30 dias da data da publicação do presente edital.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.

Fabio Luis Klug
Fiscal Tributalista
Matrícula 10932

Élio Vergílio Ludvig
Fiscal Tributalista
Matrícula 9880

EXTRATO DO CONTRATO 246/2023

Publicação Nº 5089444

EXTRATO DO CONTRATO 246/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 137/2023; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Máquinas Hidráulicas Hidrosul Ltda.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AERADORES HIDROSUL; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 43.100,00 (quarenta e três mil e cem reais); O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Dotação orçamentária: Os recursos orçamentários, decorrentes das despesas deste contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2023, com recursos próprios, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	35	Arrecadados pelo Samae

Data da assinatura: 23/08/2023; Prazo de Fornecimento: Até 30 (trinta) dias após recebimento da Autorização de Fornecimento; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC; Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Contratada: Rodrigo Auzani.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

PORTARIA Nº 1427/2023

Publicação Nº 5091131

PORTARIANº 1427/2023
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária (Magistério) da servidora pública municipal ELIANE FRANCESCI, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 422;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 418/2023/Semad-DGP, de 23/08/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária (Magistério) da servidora pública municipal ELIANE FRANCESCI, concedida através da Portaria Nº 103/2023, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 14/08/2023.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/08/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1428/2023

Publicação Nº 5091135

PORTARIANº 1428/2023
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária da servidora pública municipal DENIZE SCHULTZ, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 245;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 418/2023/Semad-DGP, de 23/08/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de MÉDICA, em virtude da aposentadoria voluntária da servidora pública municipal DENIZE SCHULTZ, concedida através da Portaria Nº 097/2023, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 15/08/2023.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/08/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1429/2023

Publicação Nº 5091136

PORTARIANº 1429/2023
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (Magistério) da servidora pública municipal CARLA HELBERT DIEFENTHALER, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 425;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 418/2023/Semad-DGP, de 23/08/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (Magistério) da servidora pública municipal CARLA HELBERT DIEFENTHALER, concedida através da Portaria Nº 105/2023, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 14/08/2023.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/08/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1430/2023

Publicação Nº 5091137

PORTARIANº 1430/2023
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária (Magistério) da servidora pública municipal ROSANE VIEIRA ALFLEN, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 420;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 418/2023/Semad-DGP, de 23/08/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO SUPERIOR, em virtude da aposentadoria voluntária (Magistério) da servidora pública municipal ROSANE VIEIRA ALFLEN, concedida através da Portaria Nº 100/2023, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 14/08/2023.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/08/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.
JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1431/2023

Publicação Nº 5091142

PORTARIANº 1431/2023
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (Magistério) da servidora pública municipal VERANI TEREZINHA TREMEA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 423;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 418/2023/Semad-DGP, de 23/08/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO SUPERIOR, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição (Magistério) da servidora pública municipal VERANI TEREZINHA TREMEA, concedida através da Portaria Nº 104/2023, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 14/08/2023.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/08/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1432/2023

Publicação Nº 5091152

PORTARIANº 1432/2023
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária da servidora pública municipal INALDA BRUNS PEREIRA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 108;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 418/2023/Semad-DGP, de 23/08/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, em virtude da aposentadoria voluntária da servidora pública municipal INALDA BRUNS PEREIRA, concedida através da Portaria Nº 096/2023, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/08/2023.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1433/2023

Publicação Nº 5091162

PORTARIANº 1433/2023
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária da servidora pública municipal IVANI QUANDT BERSCH, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 1184;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 418/2023/Semad-DGP, de 23/08/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, em virtude da aposentadoria voluntária da servidora pública municipal IVANI QUANDT BERSCH, concedida através da Portaria Nº 098/2023, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 08/08/2023.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/08/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 27/2023/SEMED

Publicação Nº 5090187

PORTARIA Nº 27/2023/Semed
Instaura Sindicância Administrativa a fim de apurar denúncia sobre conteúdo de arquivos encontrados em computador da EMEB Maria Nilda Salai Stahelin

Comissão Processante: TERCEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, composta pelas servidoras públicas municipais CAMILA SOUZA DA ROSA, matrícula 11065, lotada na Secretaria Municipal da Administração, KARLA FINGER OECHSLER, matrícula 9501, lotada no Gabinete do Prefeito e SINARA ADRIANA LEMOS, matrícula 7897, lotada no Gabinete do Prefeito, para, sob a presidência da primeira, promover a apuração de fatos ensejadores de possível(eis) falta(s) disciplinar(es), nos termos constantes da presente Portaria.

A presente publicação está de acordo com o Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019.

O servidor investigado terá acesso aos autos completos a partir da citação, conforme artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019, e Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, não tendo prejuízo aos direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2023.
EMANUELA CHRISTIAN WOLFF
Secretária Municipal de Educação

TERMO ADITIVO Nº 243/2023

Publicação Nº 5090207

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 243/2023
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 229/2020

Processo: Pregão Presencial nº 089/2020; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Hidrogeron Tratamento de Água e Esgoto Ltda.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA GERADOR DE SOLUÇÃO OXIDANTE/DESINFETANTE PARA POTABILIZAÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO; Da Prorrogação do Prazo de Execução e Vigência: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de execução do contrato nº 229/2020, por mais 12 (doze) meses, com início em 27/08/2023 e término em 26/08/2024; O prazo de vigência será igual ao prazo de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias; Do Reajuste: O presente aditivo também objetiva o reajuste do valor do contrato nº 229/2020 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre os meses de setembro/2022 e agosto/2023, cujo percentual será apurado e registrado via apostilamento ao contrato tão logo o índice supra citado for divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundamento Legal: A prorrogação do prazo de execução é firmada com base na justificativa do Gestor do contrato, constante do Memorando nº 1.070/2023 e tem fundamento legal no art. 57, inc. IV da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no item 13.1 da Cláusula Décima Terceira do contrato original; O reajuste é firmado com base na justificativa do Gestor do contrato, constante do Memorando nº 1.070/2023, e tem fundamento legal no art. 40, inciso XI, c/c inciso III do art. 55, todos da Lei Federal 8.666/93, no art. 18 da Lei Federal nº 8.245/91, bem como no subitem 12.1 da Cláusula Décima Segunda do contrato original; Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo correm por conta das seguintes dotações orçamentárias de 2023 e 2024, como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.512.1400.4406	Manutenção das Atividades Técnicas e Operacionais	3.3.90 – Aplicações Diretas	46	Arrecadados pelo Samae
25.003.17.512.1400.4406	Manutenção das Atividades Técnicas e Operacionais	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2024	Arrecadados pelo Samae

Data da assinatura: 24/08/2023; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC. Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Contratada: Wagner Duarte Rosseto Ribeiro dos Santos.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

DECISÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2023

Publicação Nº 5091424



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE CONSULTORIA

DECISÃO

0001031000.000045/2023-48

Vistos, ETC.

I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada junto a plataforma BBMNET pela empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, ao certame Pregão Eletrônico nº173/2023 que tem por objeto *a contratação de serviços de pessoa jurídica especializada em seguro veicular para a frota de veículos, máquinas e equipamentos oficiais do Município de Jaraguá do Sul e do Fundo Municipal de Saúde com cobertura Responsabilidade Civil e Total (Compreensiva) contra danos materiais resultantes de sinistro, roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e a terceiros, incluindo assistência 24 (vinte e quatro) horas, com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência e Anexo VII - Identificação dos Lotes.*

As razões da impugnação foram recebidas através da plataforma BBMNET em 21/08/2023, na qual a ora impugnante aduz em síntese, que devido ao fato do certame se dar por lote, este critério pode vir a reduzir a competitividade do certame, frisa ainda que os tribunais recomendam ser a adjudicação por item, aumentando assim a competitividade. Desta forma, pleiteia a ora impugnante que o edital seja revisto a fim de que a adjudicação seja item e neste caso amplie a competitividade no certame.

Com relação ao alegado houve a manifestação efetivada pela Diretoria de Administração da Secretaria Municipal de Administração conforme denota-se do Ofício nº 165/2023/Semad-DA subscrito pelo Sr. Rafael Peggau - Diretoria de Administração, ao final recomendado pela não provimento à impugnação apresentada.

Vieram os autos. É o relatório.

II - DA TEMPESTIVIDADE

As razões da impugnação foram recebidas pela plataforma BBMNET em 21/08/2023 e, considerando o disposto no Item V - Da impugnação do certame em comento, informando que:

"5. - DA IMPUGNAÇÃO:

5.1 - *Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, em consonância ao disposto no artigo 24 do Decreto Federal 10.024/2019.*

5.2 - ***Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas ou seja, até o dia 22/08/2023 às 16:00 horas.***

5.3 - ***Serão aceitas impugnações inseridas no BBMNET ou pelo Setor de Protocolo deste Município no endereço protocologeral@jaraguadosul.sc.gov.br.***

5.4 - ***Não serão consideradas impugnações recebidas fora do prazo estipulado acima, ou seja, serão julgadas intempestivas.***" (grifado)

Deste modo, como a peça impugnatória foi inserida na plataforma BBMNET em 21/08/2023 têm-se a mesma por TEMPESTIVA.

Decisão PMJS 0014526

SEI 0001031000.000045/2023-48 / pg. 1

III - FUNDAMENTAÇÃO

Dada a tempestividade da impugnação apresentada, passa-se a análise do mérito das alegações.

Pleiteia em síntese, a ora impugnante que o edital seja revisto fim de que seja alterado para prever a possibilidade de adjudicação por item, vez que no seu entender a adjudicação de uma única seguradora por Lote, restringe a competição e prejudica a seleção da proposta mais vantajosa. Aduz ainda, que a Súmula 247 TCU é plenamente aplicável ao caso do presente certame.

Para tanto colaciona-se a Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União, à saber:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” (grifado)

Do acima alegado, a Diretoria de Administração da Secretaria Municipal de Administração se manifestou através do Ofício nº 165/2023/Semad-DA subscrito pelo Sr. Rafael Peggau - Diretor de Administração, justificando a adoção do critério por lote, e sugerindo ainda o improvimento da peça impugnatória, a qual transcreve-se abaixo:

“Ofício nº 165/2023/Semad-DA

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2023

Ao senhor

Benedito Carlos Noronha
Procurador-Geral do Município

Assunto: **Impugnação do Pregão Eletrônico nº 173/2023.**

Atestamos o recebimento de impugnação protocolada na plataforma BBMNET pela empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS.

Em relação à impugnação apresentada, a empresa declara que:

A) A formação do certame em lotes prejudica o caráter competitivo frustrando a seleção da proposta mais vantajosa. Devendo a disputa ser por item;

B) A formação em lotes diminui a competitividade pois poucas seguradoras estão aptas a apresentar propostas para todas as coberturas de seguro descritos no edital;

C) As pretendidas exigências, que não são prática comum no mercado segurador, podem ensejar afronta direta ao princípio da competitividade e da isonomia;

Item A) **Justifica-se a formação em lotes** (Lote 1 – Veículos do Município de Jaraguá do Sul, Lote 2 – Veículos do Fundo Municipal de Saúde e Lote 3 – Máquinas e Tratores do Município de Jaraguá do Sul), os quais atrairão maior competição entre os Licitantes, **oferecerão maior economia ao Município por conterem alto número de veículos, bem como facilitarão a gestão e fiscalização do contrato, pois como são 330 (trezentos e trinta) veículos cujo objeto é a contratação de seguro, há o risco do Município possuir vários contratos, dificultando assim a gestão, fiscalização e acompanhamento da execução contratual.**

Item B) Não prospera a alegação de que poucas seguradoras estão aptas a apresentar propostas para todas as coberturas descritas no edital. As coberturas de seguro a serem contratadas são: Seguro Total e Responsabilidade Civil. Ambas com assistência 24 horas, ou seja, modalidades comuns. **Reiteramos que tanto a formação por disputa/contratação em lotes quanto as coberturas a serem contratadas foram utilizadas nos editais mais recentes para a contratação de seguro veicular do Município de Jaraguá do Sul e sempre houve ampla disputa.**

Item C) Não ficou clara quais seriam as exigências que não seriam prática comum no mercado segurador. As coberturas, a assistência e as garantias básicas são usuais em contratações públicas.

Sendo desfavorável à impugnação, solicitamos análise jurídica do pedido.

Atenciosamente,

RAFAEL PEGGAU
Diretor de Administração” (grifado)

Decisão PMJS 0014526

SEI 0001031000.000045/2023-48 / pg. 2

Do acima verifica-se que de fato a Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União se aplica ao caso do presente certame, pois traz em seu teor a ressalva: desde que não haja prejuízo para o conjunto e, consoante a explicação da Diretoria de Administração acima, a municipalidade ao adotar a licitação para o seguro da frota dividido em lotes, se faz necessário a fim otimizar a prestação do serviço assim como da gestão e fiscalização contratual por parte da Municipalidade. Sustentando ainda que neste tipo de certame sempre houve competitividade.

Assim, cumpre salientar à ora impugnante que, em que pese haver orientações dos tribunais de contas de que as licitações ocorram por item para o fim de possibilitar uma maior competitividade, há também ressalvas a esta "obrigatoriedade", vez que dependendo das especificidades de cada certame, a adjudicação por lote ou global caracteriza uma maior vantajosidade para a municipalidade, como se amolda ao presente certame.

Nessa esteira, o Tribunal de Contas da União - TCU - no Acórdão no 732/2008, se pronunciou no sentido de que: "a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada fornecimento tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

Isto posto, esta municipalidade optou por adotar um pregão do tipo menor preço por lote, ao invés de um pregão com base no menor preço por item, por entender que a contratação dessa forma é a mais conveniente, não demandando diversas contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando, ainda, em maior gasto de tempo e de pessoal envolvido, aumentando a ocorrência de possíveis sanções administrativas quando da execução contratual, o que geraria maiores incertezas na definição das responsabilidades em razão da multiplicidade de prestadores do objeto do presente certame.

Além disso, na adjudicação por lote a municipalidade não corre o riscos de existirem itens desertos por não serem vantajosos às seguradoras, o que poderia refletir em prejuízo à administração, e até mesmo aos munícipes, onde por exemplo: um determinado veículo por ausência de seguro seria sub utilizado e poderia a vir a impactar na prestação de serviços diretamente aos munícipes.

Dito isso, não se vislumbra qualquer prejuízo ao certame com o critério escolhido, o julgamento resguardará princípios fundamentais, tais como, igualdade e competitividade, e em conformidade com as exceções tratadas em lei, sendo, portanto, mantida a adjudicação por menor preço por lote conforme acima explanado.

Por derradeiro, cumpre observar que é imprescindível, para a regularidade do certame, que os princípios norteadores do instituto das licitações insculpidos no art. 3º da Lei nº. 8666/93 sejam observados, além dos princípios previstos no art. 37, XXI, da CR/88, os quais, em conjunto, constituem os alicerces do procedimento licitatório, haja vista que têm por escopo não só possibilitar à Administração Pública a escolha da melhor proposta, como também resguardar a igualdade de direitos a todos os interessados.

A propósito, a mencionada Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, é cristalina ao dispor acerca da proibição em questão:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

l — admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;"(grifo nosso)

Face ao exposto, pela leitura do termo convocatório, pode-se concluir que esta Administração através Diretoria de Administração, buscou confeccionar um edital que definisse de maneira precisa escolhas condizentes com suas necessidades que venham a afastar do certame aqueles que não possuam o atendimento destas. Mas isto não significa violação ao princípio da isonomia.

Corroborando com que se argumenta, cita-se o entendimento do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho ^[1]:

"Há equívoco em supor que a isonomia veda diferenciação entre os particulares para contratação com a Administração. A Administração necessita contratar terceiros para realizar seus fins. Logo, deve escolher o contratante e a proposta. Isso acarreta inafastável diferenciação entre os particulares. Quando a Administração escolhe alguém para contratar, está

Decisão PMJS 0014526

SEI 0001031000.000045/2023-48 / pg. 3

efetivando uma diferenciação entre os interessados."(grifado)

E, mais adiante em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (13. ed. São Paulo: Dialética, 2009), aduz que:

"Assegura-se tratamento igualitário aos interessados que apresentem condições necessárias para contratar com a Administração. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter 'competitivo' da licitação." (grifado)

Cumpra ainda trazer à baila o entendimento do Tribunal de Contas da União, a através do Enunciado de Decisão nº 351 - TCU, a saber:

"A proibição de cláusulas ou condições restritivas do caráter competitivo da licitação não constitui óbice a que a Administração estabeleça os requisitos mínimos para participação no certame considerados necessários à garantia da execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público (fundamentação legal, art. 3º, § 1º, inciso I, Lei 8.666/1993)." (destaca-se)

E, invocando a Corte Superior de Justiça, cita-se o seguinte julgado que corrobora o alegado:

"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ATESTADO TÉCNICO. COMPROVAÇÃO. AUTORIA. EMPRESA. LEGALIDADE.

Quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa, não está sendo violado o art. 30, §1º, II, caput, da Lei nº 8.66/93. É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade e eficiência, objetivando não só a garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo -a lei - mas com dispositivos que busquem resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa. Recurso provido (Resp. nº 44.750-SP, rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T., unânime, DJ de 25.9.00)" (sem grifo no original).

Deste modo, em que pese as alegações da impugnante, esta municipalidade entende que conforme acima explanado tanto as especificações como o critério de adjudicação ser por lote contidos no edital ora impugnado, visam evitar a frustração de algum item que não seja vantajoso às seguradoras, não restringindo portanto a competitividade e atendendo as necessidades do Ente Público.

V - DISPOSITIVO

Diante do exposto, por tudo mais que dos autos consta e do direito aplicável à espécie, seguindo a manifestação da Diretoria de Administração, colacionada ao processo acima, **RECEBO** e **CONHEÇO** da peça impugnatória, tendo em vista que tempestiva, e, **NO MÉRITO** conforme acima fundamentado **JULGO** e **DECIDO** por **NEGAR PROVIMENTO** à impugnação apresentada pela empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, **MANTENDO** o edital e Pregão Eletrônico nº 173/2023 assim como, a data de sua abertura.

Encaminhe-se esta decisão à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos para que se tome as devidas providências legais.

[1] Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., São Paulo, Dialética, p. 67, 2009.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Benedito Carlos Noronha, Procurador-Geral do Município**, em 24/08/2023, às 09:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Antonio Conceição, Secretário Municipal**, em 24/08/2023, às 09:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Decisão-PMJS-0014526 SEI-0001031000.000045/2023-48 / pg. 4



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.jaraguadosul.sc.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0014526** e o código CRC **54922372**.

Referência: Processo nº 0001031000.000045/2023-48

SEI nº 0014526

Rua Walter Marquardt, 1111 - Bairro Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC | CEP 89259-565 | Telefone: (47) 2106-8042

Decisão PMJS 0014526

SEI 0001031000.000045/2023-48 / pg. 5

ISSEM - INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**PORTARIA 113/2023**

Publicação Nº 5089390

PORTARIA N.º 113/2023-ISSEM

Averba tempo de contribuição e aposentadoria a(o) segurado(a) ROSA SALETE DE ANDRADE BUSCH.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Previdenciário n.º 429,

RESOLVE:

Art. 1º Averbar 3.963 dias de tempo de contribuição do RGPS/INSS.

Art. 2º Conceder o benefício de Aposentadoria voluntária, a partir de 01/09/2023, a(o) segurado(a) ROSA SALETE DE ANDRADE BUSCH, servidor(a) do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Biblioteca, matriculado(a) sob o n.º 8691 (referência salarial: Classe 5, letra "F", triênio de 36%), carga horária de 200h/m (40h/sem), nos termos do Art. 87 da LCM n.º 217/2018 (redação dada pela LCM n.º 264/2020).

§ 1º Os proventos serão na ordem de 80% sobre a média aritmética simples de 100% das contribuições e serão reajustados sem paridade.

§ 2º As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM n.º 217/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2023.

Assinado digitalmente

Márcio Erdmann

Presidente

PORTARIA 114/2023

Publicação Nº 5089394

PORTARIA N.º 114/2023-ISSEM

Averba tempo de contribuição e concede aposentadoria a(o) segurado(a) FRANCINEIDE MARIA DOS SANTOS VICTOR.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Previdenciário n.º 430,

RESOLVE:

Art. 1º Averbar 1.302 dias de tempo de contribuição do RGPS/INSS e 5.247 dias de tempo de contribuição do RPPS/SPPREV, totalizando 6.549 dias.

Art. 2º Conceder o benefício de Aposentadoria voluntária, a partir de 14/09/2023, a(o) segurado(a) FRANCINEIDE MARIA DOS SANTOS VICTOR, servidor(a) do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Pedagogo, matriculado(a) sob o n.º 9364 (referência salarial: Classe 7, letra "E", triênio de 30%), carga horária de 200h/m (40h/sem), nos termos do Art. 88 da LCM n.º 217/2018 (redação dada pela LCM n.º 264/2020).

§ 1º Os proventos serão na ordem de 100% sobre a média aritmética simples de 100% das contribuições e serão reajustados sem paridade.

§ 2º As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM n.º 217/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2023.

Assinado digitalmente

Márcio Erdmann

Presidente

PORTARIA 115/2023

Publicação Nº 5089412

PORTARIA N.º 115/2023-ISSEM

Averba tempo de contribuição e concede aposentadoria a(o) segurado(a) ELAINE GRAFFUNDER.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Previdenciário n.º 431,

RESOLVE:

Art. 1º Averbar 6.056 dias de tempo de contribuição do RGPS/INSS.

Art. 2º Conceder o benefício de Aposentadoria voluntária, a partir de 14/09/2023, a(o) segurado(a) ELAINE GRAFFUNDER, servidor(a) do Município de Jaraguá do Sul/SC, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, matriculado(a) sob o n.º 8695 (referência salarial: Classe 5, letra "G", triênio de 36%), carga horária de 200h/m (40h/sem), nos termos do Art. 88 da LCM n.º 217/2018 (redação dada pela LCM n.º 264/2020).

§ 1º Os proventos serão na ordem de 100% sobre a última remuneração de contribuição no cargo efetivo e serão reajustados com paridade.

§ 2º As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM n.º 217/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2023.

Assinado digitalmente

Márcio Erdmann

Presidente

PORTARIA 116/2023

Publicação Nº 5089448

PORTARIA N.º 116/2023-ISSEM

Concede o benefício de pensão por morte em virtude do falecimento do(a) segurado(a) INGO JOAO BENKENDORFF.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Previdenciário n.º 438,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte, retroativo a 27/03/2023, ao(à/s) beneficiário(a/s) VALERIA TOMASIA FREIBERGER VEIGA, matriculado(a) sob o n.º 2002, Companheiro(a) do(a) segurado(a) INGO JOAO BENKENDORFF, servidor(a) do Município de Jaraguá do Sul/SC, matriculado(a) sob o n.º 4179, nos termos do Art. 89 da LCM n.º 217/2018.

§1º O benefício: será retroativo a 27/03/2023; terá duração Vitalícia; será retroativo a 27/03/2023; corresponderá à 60% dos proventos de aposentadoria do(a) segurado(a); terá cotas na ordem de 100% para cada beneficiário(a); e será reajustado Sem paridade.

§ 2º As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM n.º 217/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2023.

Assinado digitalmente

Márcio Erdmann

Presidente

PORTARIA 117/2023

Publicação Nº 5089452

PORTARIA N.º 117/2023-ISSEM

Concede o benefício de pensão por morte em virtude do falecimento do(a) segurado(a) WALDI HAFEMANN.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Previdenciário n.º 442,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte, retroativo a 18/04/2023, ao(à/s) beneficiário(a/s) MARLISE KRAUSE HAFEMANN, matriculado(a) sob o n.º 2003, Cônjuge do(a) segurado(a) WALDI HAFEMANN, servidor(a) do Município de Jaraguá do Sul/SC, matriculado(a) sob o n.º 5079, nos termos do Art. 89 da LCM n.º 217/2018.

§1º O benefício: será retroativo a 18/04/2023; terá duração Vitalícia; corresponderá à 60% dos proventos de aposentadoria do(a) segurado(a); terá cotas na ordem de 100% para cada beneficiário(a); e será reajustado Sem paridade.

§ 2º As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM n.º 217/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2023.

Assinado digitalmente

Márcio Erdmann

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.892 DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092409

DECRETO Nº 6.892 DE 23 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 33, INCISO V DA LEI MUNICIPAL Nº 5.529 DE 29/09/2022 (LDO), EM CONCORDÂNCIA COM O ART 14 DA LEI 5551 DE 23/12/2022 (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 1.882.051,19 (hum milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, cinquenta e um reais e dezenove centavos), destinado à suplementação das dotações abaixo descritas, por conta do provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários do Município:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO DE SAÚDE

UNIDADE: 01 – FUNDO DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 1.065 - BLINV - CONSTRUÇÃO, REFORMA/AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ESF - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - 1.500.1002.0000 (5)

Valor: R\$ 1.882.051,19

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 23 de agosto de 2023.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

DECRETO Nº 6.894 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092411

DECRETO Nº 6.894 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 33, III E IV DA LEI MUNICIPAL 5.529 DE 30/09/22 (LDO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), destinado à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Fundo de Saúde vigente:

Órgão 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JOAÇABA

Unidade Orçamentária 001 – FUNDO DE SAUDE

Projeto/Atividade 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BASICA

Modalidade Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1002.0000 – 15

Valor: R\$ 200.000,00

Órgão 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JOAÇABA

Unidade Orçamentária 001 – FUNDO DE SAUDE

Projeto/Atividade 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BASICA

Modalidade Aplicação/Recurso: 3.3.91.00.00.00.00.00.1.500.1002.0000 – 16

Valor: R\$ 16.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita:

Órgão 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JOAÇABA

Unidade Orçamentária 001 – FUNDO DE SAUDE

Projeto/Atividade 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BASICA

Modalidade Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.1.500.1002.0000 – 13

Valor: R\$ 216.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 24 de agosto de 2023.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

ORDEM DE PARALISAÇÃO N.79/2023 ASSINADA EM 07/07/2023

Publicação Nº 5090817

ORDEM DE PARALISAÇÃO N. 079/2023

DETERMINO à empresa CONSTRUTORA MODULAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 38.730.403/0001-69, a paralisação dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma do terceiro andar do Centro de Inovação, localizado na Rua Antônio Adolpho Maresch, no Bairro Flor da Serra, no Município de Joaçaba/ SC, objeto do Contrato n. 34/2023/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 116/2022/PMJ – Edital TP n. 17/2022/PMJ, cuja Ordem de Serviço inicial n. 432/2023 foi recebida em 19 de junho de 2023. A paralisação faz-se necessária em virtude das divergências e inconsistências entre o projeto, orçamento e memorial descritivo da obra, que inviabilizam a continuidade da obra.

Caso a fiscalização da obra consiga realizar os trâmites cabíveis em prazo inferior ao solicitado, a mesma solicitará o retorno da obra.

A paralisação iniciará em 07 de julho de 2023 e perdurará pelo período de 60 (sessenta) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba (SC), 07 de julho de 2023.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Assinatura:

JORGE LUIZ DRESCH

Secretário de Desenvolvimento e Inovação

Contratada: CONSTRUTORA MODULAR LTDA

Representante: Luiz Paulo Di Domênico

Assinatura: _____

CPF n. 063.xxx.xxx-48

RECEBI EM: / /

PL 109/2023/PMJ - PE 32/2023/PMJ - EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 5092246

EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 109/2023/PMJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2023/PMJ

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de concreto usinado e argamassas, para utilização dos diferentes setores do Município de Joaçaba/SC.

DETENTORA(S):

Ata de Registro de Preços nº 124/2023/PMJ

Empresa: PEDREIRA TRIANGULO EXTRACAO E COMERCIALIZACAO

Valor total da Ata: R\$ 1.457.380,00

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FISCAIS:

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Luciano Osmar da Silva e Luan Antônio Marcon;

FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO: Iracema Milagres Martins Ferri;

FUNDO DE SAÚDE: Valmor João Reisdorfer e Sandra Andréia Stefanés;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Edoardo Trindade dos Santos;

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA: Luciano Osmar da Silva e Marcos Aurélio Dallapria;

POLÍCIA AMBIENTAL: Vitor Angelo Titon;

POLÍCIA CIVIL: Magalí Vanin;

POLÍCIA MILITAR: Edilson Luiz Tarniowicz;

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Caroline Klauz, Luciano Osmar da Silva e Luan Antônio Marcon;

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS: Leocir Jose Parizotto; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO: Severino Luis de Dea

GESTOR: Michelli Camila Dacheri

Joaçaba (SC), 23 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

TÂNIA APARECIDA DURIGON - Secretária

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43-2023-FMS - EDITAL TP Nº 03-2023-FMS - HABILITAÇÃO

Publicação Nº 5090417

Ao vigésimo primeiro dia do mês de agosto de 2023, às 14h:00min, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura de Joaçaba, os membros da Comissão de Licitações para dar continuidade ao Processo de Licitação nº 43/2023/FMS, TP 03/2023/FMS, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada para a para a execução, em regime de empreitada por preço global, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma, ampliação e adequação da acessibilidade do prédio do ESF Santa Tereza, no Município de Joaçaba, SC. Após prazo para realização de diligência, e melhor análise dos documentos apresentados, a comissão decide da seguinte forma: Na ata do dia 08 de agosto de 2023, foi mencionado que a ART prevista no item 4.1.11, apresentada por algumas licitantes, não correspondia ao CAT, desta forma, tendo em vista que a Resolução nº 1.137/2023/CONFEA¹, em seu art. 9º, prevê a ART de cargo ou função, relativa ao vínculo com pessoa jurídica para desempenho de cargo ou função técnica, sendo assim, não há como exigir qualquer vínculo com alguma obra específica. Quanto à exigência do item 4.1.1, tendo em vista que os contratos consolidados reúnem e comprovam todas as informações e alterações efetuadas no histórico da empresa, fica desnecessária a apresentação do contrato social com todas as alterações. A licitante Strahl Construções Ltda, apresentou apenas a última alteração contratual, a qual não consta averbação na certidão simplificada, sendo assim, a comissão realizou diligência, juntando o contrato social faltante. Importante ressaltar que a realização de diligência, encontra amparo no entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, expressada em decisão no processo PAP 22/80070205, publicada no Diário Oficial Eletrônico nº 3500, de 22 de novembro de 2022. Passando à análise dos documentos apresentados, diligências realizadas pelas licitantes e pela própria comissão, segue decisão: Considerando os entendimentos supracitados, e os novos documentos juntados, ficam HABILITADAS as seguintes empresas, Traços Comércio e Serviços Ltda, Construmais Engenharia e Obras Ltda, M&S Construtora Ltda, Construtora Santa Tereza, Strahl Construções EIRELI ME, Tetris Construções Ltda, Novátel Construtora Ltda, Traços Serviços Ltda. Assim, fica aberto o prazo para apresentação de possível recurso na forma e no prazo previsto no artigo 109, inciso I, da Lei 8.666/93, a contar da intimação pelo Diário Oficial dos Municípios. O processo ficará aguardando o transcurso do prazo ou a renúncia do mesmo. As científicas dos atos futuros se darão pelo site do Município (www.joacaba.sc.gov.br) ou pelo DOM - Diário Oficial dos Municípios. Todas as informações referentes ao processo serão disponibilizadas no site do Município (www.joacaba.sc.gov.br). Não havendo recurso, fica definido o dia 04 de setembro de 2023, às 14h:00min, para abertura das propostas. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes. Joaçaba, 23 de agosto de 2023.

André Luiz Dri _____
Jane Terezinha Balbinoti _____
Luana Ratti da Silva _____
Tuaine Vieceli _____

1 <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=76099>

CONTRATO 02/2023/PMJ - TA 03

Publicação Nº 5092366

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F73EBCE8FD4DC54BBD1B76AF7AF9DE325B5A641F

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA**CONTRATO Nº 02/2023/PMJ – TA 03**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado **CONTRATANTE**, por intermédio do **GABINETE DO PREFEITO**, representada neste ato pelo Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI e a Empresa **IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.256.172/0001-58 estabelecida na Rua Santos Saraiva, nº 1964, Bairro Capoeiras, Município de Florianópolis/SC, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Adão dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 223.XXX.XXX-49, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o Processo de Licitação nº 94/2021/PMJ – Edital CC nº 04/2021/PMJ, homologado em 22/12/2021, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, prestação de serviços de elaboração de projetos de engenharia arquitetura, serviços topográficos, saneamento, sondagens, controle tecnológico e estudos ambientais em atendimento às necessidades da administração pública municipal e demais órgãos municipais, conforme constantes no Edital e anexos da Concorrência nº 04/2022/PMJ, o qual integra o presente instrumento em todos os seus termos, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO**

Em virtude da adequação nos quantitativos, o valor global do contrato fica acrescido em R\$ 8.649,07 (oito mil seiscentos e quarenta e nove reais e sete centavos), corresponde a 7,42% do montante inicialmente contratado, nos termos do art. 65, §1º da Lei 8.666/93.

A alteração dos valores se deu de acordo com a solicitação da CONTRATADA, devidamente analisado pelo fiscal do contrato, com emissão de Parecer Técnico, ratificado por Parecer Jurídico.

LOTE 1 – PROJETOS PARA EDIFICAÇÕES E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS					
ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
2	28,85	m²	Proj. arquitet./levant.de layout existente	6,09	175,70
7	382,07	m²	Projeto de fundações	6,55	2.502,56
8	279,26	m²	Projeto hidrossanitário	5,36	1.496,83
11	59,86	m²	Proj. prev.e segurança contra incêndio e pânico	7,63	456,73
12	122,22	m²	Projeto elétrico de baixa e média tensão	5,63	688,10
13	213,55	m²	Projeto de paisagismo	5,13	1.095,51
18	531,82	m²	Projeto de impermeabilização	4,20	2.233,64
VALOR TOTAL - R\$					8.649,07

O Contratante pagará à Contratada pelo objeto contratual o valor total de R\$ 125.124,97 (cento e vinte e cinco mil cento e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 24 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
GABINETE DO PREFEITO
DIOCLÉSIO RAGNINI – Prefeito

IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
ADÃO DOS SANTOS
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

CONTRATO 02/2023/PMJ - TA 04

Publicação Nº 5092370

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 786E7F3E565C9250084D1B4E6AF458329F955855

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA**CONTRATO Nº 02/2023/PMJ – TA 04**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado **CONTRATANTE**, por intermédio do **GABINETE DO PREFEITO**, representada neste ato pelo Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI e a Empresa **IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.256.172/0001-58 estabelecida na Rua Santos Saraiva, nº 1964, Bairro Capoeiras, Município de Florianópolis/SC, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Adão dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 223.XXX.XXX-49, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o Processo de Licitação nº 94/2021/PMJ – Edital CC nº 04/2021/PMJ, homologado em 22/12/2021, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, prestação de serviços de elaboração de projetos de engenharia arquitetura, serviços topográficos, saneamento, sondagens, controle tecnológico e estudos ambientais em atendimento às necessidades da administração pública municipal e demais órgãos municipais, conforme constantes no Edital e anexos da Concorrência nº 04/2022/PMJ, o qual integra o presente instrumento em todos os seus termos, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO**

Em virtude da adequação nos quantitativos, o valor global do contrato fica suprimido em R\$ 7.967,32 (sete mil novecentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), corresponde a 6,83% do montante inicialmente contratado, nos termos do art. 65, §1º da Lei 8.666/93.

A alteração dos valores se deu de acordo com a solicitação da CONTRATADA, devidamente analisado pelo fiscal do contrato, com emissão de Parecer Técnico, ratificado por Parecer Jurídico.

LOTE 1 – PROJETOS PARA EDIFICAÇÕES E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS					
ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	313,07	m²	Projeto arquitetônico	14,80	4.633,44
3	24,20	m²	Proj. arquitet./reforma/readequação existente	12,98	314,12
14	450,20	m²	Projeto de urbanismo	6,52	2.935,30
16	15,19	m²	Projeto de climatização	5,56	84,46
VALOR TOTAL - R\$					7.967,32

O Contratante pagará à Contratada pelo objeto contratual o valor total de R\$ 117.157,65 (cento e dezessete mil cento e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 24 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
GABINETE DO PREFEITO
DIOCLÉSIO RAGNINI – Prefeito

IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
ADÃO DOS SANTOS
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

CONTRATO 07/2021/FMS - TA 03

Publicação Nº 5092363

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DDA932BE0E2862D6C9E54725D4A370C38BDC721F



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 07/2021/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA**, com sede à Avenida Rua Getúlio Vargas, 205, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a Empresa **JOAÇABA SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.037/0001-99, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº. 275, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, neste ato representada pelo Sr. CARLOS FRAZATTO NETTO, conforme instrumento de procuração anexo aos autos do processo de inexigibilidade de licitação, portador do RG nº. 5.XXX.990, inscrito no CPF/MF sob o nº 265.XXX.XXX-10, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato 07/2021/FMS, firmado em 20/01/2021, proveniente Edital de Credenciamento nº 01/2021/FMS e Anexos, lançado no dia 11 de janeiro de 2021, Processo de Licitação 02/2021/FMS – Inexigibilidade 02/2021/FMS, cujo objeto é a *realização pela CREDENCIADA dos procedimentos constantes no Grupo 0207 – Diagnóstico por Ressonância Magnética do TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO – PPI AMBULATORIAL, com a finalidade de suprir às necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba e de outros municípios da região (população referenciada), incluídos no TCGA*, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 42.084,30 (quarenta e dois mil e oitenta e quatro reais e trinta centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Diante do acréscimo, o valor global contratado para execução do objeto passa totalizar R\$ 210.421,50 (duzentos e dez mil quatrocentos e vinte e um reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Joaçaba, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

JOAÇABA, SC, 24 de agosto de 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE
VALMOR JOÃO REISDORFER - Secretário

JOAÇABA SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS LTDA
CARLOS FRAZATTO NETTO
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

CONTRATO 195/2020/PMJ - TA 10

Publicação Nº 5092375

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 023FBC7F67EE3894B18AF1C634399AA0F017B208

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE JOAÇABA**CONTRATO Nº 195/2020/PMJ – TA 10**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de novembro, nº 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pela Secretária, ROSANE KUNEN, e a empresa **TRANSPORTES AMARAL EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.269.637/0001-08, estabelecida na Linha Quioca, Bairro INTERIOR, no Município de Joaçaba/SC, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. JULIA DO AMARAL, sócia administradora da empresa, portadora do documento de Identidade nº 7438929, inscrita no CPF sob o nº 118.001.079-51, residente e domiciliada na Linha Quioca, na cidade de Joaçaba/SC, a qual outorga poderes de representação ao seu bastante procurador, LEONIR DO AMARAL, portador do RG nº. 3149464, inscrito no CPF sob o nº. 019.470.839-02, celebram entre si o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 195/2019/PMJ, firmado em 05/03/2020, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2020/PMJ – Edital PP nº 06/2020/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela **CONTRATADA**, dos serviços de transporte escolar em linha do Município de Joaçaba, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 27 de agosto de 2023, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a ser de 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO, DA REVISÃO E DO REAJUSTE**

O valor do contrato fica reajustado em 3,544280% relativos à variação do INPC/IBGE no período de 06/2022 a 07/2023, passando para R\$ 5,54 (cinco reais e cinquenta e quatro centavos) por km, passando os mesmos a vigorar conforme discriminado a seguir:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR POR KM ATUAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1	22.400	KM	Transporte escolar no seguinte itinerário: LINHA ROCHEDO / BONITINHO / LINHA TIGRE Manhã: <ul style="list-style-type: none">Saída: 5h50min – Granja / Vila Nova Petrópolis6h25min – Bonitinho até a granja Osmar De Marco – Alto Rochedo – Linha Tigre – Vila Nova Petrópolis.Chegada: 7h40min. Tarde: <ul style="list-style-type: none">Saída: 17 horas – Vila Nova Petrópolis – Bonitinho até a granja Osmar De Marco – Alto Rochedo – Linha Tigre.Chegada: 18h50min. <ul style="list-style-type: none">Veículo: Van – 15 lugaresQuilometragem: 112 km/diaNúmero aproximado de alunos: 15 alunos por viagemPeríodo: Manhã / tarde.	5,54	124.096,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 24 de agosto de 2023

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ROSANE KUNEN - SECRETÁRIA

LEONIR DO AMARAL
PROCURADOR
TRANSPORTES AMARAL EIRELI

Testemunhas: 1 _____ 2 _____

CONTRATO 52/2023/PMJ

Publicação Nº 5090756

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AAB9FF8DCB39BC4621536CEB8777E4AE4E21E481

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**CONTRATO N. 52/2023/PMJ**

TERMO DE CONTRATO, que entre si celebram o Município de Joaçaba (SC), por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, denominado Contratante e a empresa PUBLIC JOB SELECAO E TREINAMENTO LTDA, denominada Contratada, para execução de obras e serviços de engenharia e em conformidade com o Pregão Eletrônico n. 75/2023 – Processo Licitatório n. 22/2023.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**, na qualidade de **CONTRATANTE**, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representada pela Secretária, Sra. TÂNIA APARECIDA DURIGON e a Empresa **PUBLIC JOB SELECAO E TREINAMENTO LTDA**, na qualidade de **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 50.580.541/0001-04 estabelecida na rua Pedro Ferreira, nº 333 sala 1206 box 149, Bairro Centro, no Município de Itajaí/SC, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr. LEANDRO PHABIO LUCINDA, inscrito(a) no CPF sob o nº 086.xxx.xxx-70, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, em consonância com as regras gerais da Lei federal n. 14.133/2021, Lei Federal Complementar n. 123 de 17/12/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, dentre outras cominações legais, ficando justas e acordadas as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pela CONTRATADA, de serviços especializados para a realização de Teste Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário, no Município de Joaçaba/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 1.1. Os serviços, objeto do presente instrumento, deverão compreender a elaboração de editais, conteúdos programáticos, elaboração, aplicação e correção das provas objetivas e práticas, análise da titulação, disponibilização dos fiscais e análise dos eventuais recursos, conforme os cargos e vagas apresentadas.
- 1.2. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações e cronograma constantes do **Anexo I – Termo de Referência**, deste instrumento.
- 1.3. A forma de seleção será através de prova objetiva, prova objetiva + prática e prova objetiva + títulos, ocorrendo a classificação em ordem crescente.
- 1.3.1. As provas serão realizadas em locais indicados e cedidos pelo Município.
- 1.4. A contratada deverá em todas as etapas do processo seletivo:
 - 1.4.1. Primar pela observância dos princípios norteadores da administração pública, em especial da legalidade, tendo em vista a legislação municipal em vigor, obedecendo aos preceitos constantes na Lei Orgânica Municipal, na Lei 2.369/10, na Lei Complementar Municipal nº 118/11 e alterações, na Lei nº 001/1993 e demais legislação pertinente;
 - 1.4.2. Manter sigilo em todos os aspectos pertinentes à elaboração e aplicação das provas e tomar as providências que julgar necessárias, além das impostas pela lei e por este termo de referência, visando à garantia de que todos os candidatos participem em igualdades de condições;
 - 1.4.3. Objetivar a classificação do candidato com as melhores condições de desempenho no cargo pretendido, a fim de oferecer serviços de boa qualidade aos cidadãos.
- 1.5. A contratada elaborará o edital de abertura das inscrições, incluindo todos os elementos normativos do teste

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

1

Estado de
Santa Catarina



PREFEITURA DE
Joaçaba

seletivo, conteúdo programático e bibliografia, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas, tendo a prévia aprovação do Município.

- 1.6. A impressão das provas deverá ser em ambiente altamente sigiloso, com qualidade e em quantidade suficiente, incluindo reservas.
- 1.7. As provas deverão ser acondicionadas em envelope lacrado e indevassável e serem entregues no dia e horário estipulado para a realização do Teste Seletivo, nas salas determinadas para tal. Os envelopes deverão ser abertos na presença dos fiscais e dos candidatos. Ao término da aplicação das provas, os cartões respostas deverão ser lacrados, na presença dos fiscais e dos 03 (três) candidatos remanescentes na sala.
- 1.8. Todo o processo seletivo deverá ser divulgado na *home page* da Prefeitura de Joaçaba, assim como, na *home page* da contratada.
- 1.9. A contratada deverá disponibilizar a estrutura necessária para a realização das inscrições, por meio eletrônico, que deverão ser pagas através de boleto bancário, direcionando o valor diretamente para a conta fornecida pelo Município.
- 1.10. As salas destinadas à realização das provas deverão conter, no mínimo, 02 (dois) fiscais, os quais deverão ser escolhidos e remunerados pela contratada.
- 1.11. O teste seletivo para contratação temporária deverá possuir uma Comissão Fiscalizadora a ser nomeada pelo Município.
- 1.12. O objeto do presente instrumento não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte, para terceiros.
- 1.13. A contratada deverá estabelecer contato com o Município imediatamente após a homologação do Processo de Licitação para iniciar a elaboração dos editais e adotar todas as medidas cabíveis para que as ações aconteçam dentro dos prazos previstos.
- 1.14. A contratada deverá entregar em tempo hábil os arquivos eletrônicos necessários para o cumprimento de obrigações acessórias referente ao *e-Sfinge* do Tribunal de Contas, nos moldes e formatos do *layout* da Betha Sistemas.
- 1.15. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.
- 1.15.1. Serão de total responsabilidade da contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- 1.16. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.
- 1.16.1. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

- 3.1. O presente contrato terá **vigência de 12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, na forma da lei a critério da Administração.
- 3.2. Todos os prazos são em dias corridos e em sua contagem excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

2

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. O Contratante compromete-se a pagar à Contratada os valores abaixo especificados:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
1	1	SVÇ	Serviços especializados para realização de Teste Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário.	26.990,00	26.990,00
TOTAL					26.990,00

4.1.1. No preço já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.

4.2. O pagamento será efetuado em duas parcelas da seguinte forma:

- 25% (vinte e cinco por cento) após a homologação das inscrições; e
- 75% (setenta e cinco por cento) após o encerramento do seletivo com a devida homologação do resultado final pela autoridade competente.

4.2.1. O pagamento só poderá ser efetuado após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado.

4.2.2. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, cujos dados (banco, agência, nº da conta), deverão ser informados pela contratada na Nota Fiscal.

4.2.3. Caso não seja mencionado na Nota Fiscal os dados bancários da empresa, o pagamento será por meio de boleto bancário.

4.2.4. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95.

4.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, CNPJ/MF 82.939.380/0001-99, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

4.3.1. A contratada deverá mencionar na nota fiscal o número da conta bancária da contratada, uma vez que o pagamento será efetuado através de crédito bancário, bem como o número do empenho e do processo licitatório.

4.3.2. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E REALINHAMENTO DE PREÇOS

5.1. Não haverá reajuste de preços no período em vigor do Contrato.

5.2. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, será obtida mediante a solicitação da Contratada ao Contratante, através de protocolo acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que eventuais alterações deferidas serão aplicadas a partir do primeiro dia útil do mês posterior ao pedido.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.3. Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO: 04.001 – SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Despesa: 20

Projeto Atividade: 2.030 – Encargos Gerais do Município

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.2.500.0000.0000 – Aplicações Diretas

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

3

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 7.1. O Contratante, através dos Servidores, acompanhará e fiscalizará a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. Conforme segue:
- ✓ Secretaria de Infraestrutura e Agricultura - Valdecir Valentin Darold, Leonardo Pohl e Luciano Osmar.
 - ✓ Secretaria de Saúde - Fiscal: Sandra Andreia Stefanos, Chaiane Dal Pra e Karla Vanessa Simas.
 - ✓ Secretaria de Educação - Fiscal: Chayanne de Freitas e Ana Paula Vanz Oneda.
 - ✓ Fundo de Assistência Social - Fiscal: Francieli Patrícia dos Santos Alexandretti.
 - ✓ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação - Fiscal: Jorge Luiz Dresch.
- 7.2. A fiscalização de que trata o subitem acima, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.4. A Gestão deste contrato será realizada pelas Sras. Tânia Durigon e Rosane Kunnen.
- 7.5. O Fiscal e Gestor de contratos contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que entender necessário.
- 7.5.1. O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.
- 7.6. O objeto licitado será recebido:
- 7.6.1. Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- 7.6.2. Definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.
- 7.7. Constatada alguma irregularidade no serviço executado, o município poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

- 8.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
- 8.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.1.2. Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- 8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- 8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 8.1.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

- 8.1.9. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 06 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do Art. 25, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.1.10. Apontar, previamente a publicação do edital, qualquer ilegalidade ou irregularidade que julgue existente no presente termo de referência, para viabilizar a correção em tempo hábil;
- 8.1.11. Elaborar os Editais do Processo Seletivo, a ser submetido à avaliação da Prefeitura Municipal de Joaçaba;
- 8.1.12. Observar quando da elaboração os Editais a legislação municipal vigente;
- 8.1.13. Elaborar termos aditivos e/ou retificações dos editais, caso necessários;
- 8.1.14. Estabelecer o número de vagas destinadas aos candidatos portadores de necessidades especiais observando o percentual mínimo previsto em Lei, observada ainda a legislação Municipal;
- 8.1.15. Prever no Edital os casos de isenção de inscrições de acordo com a legislação federal e Municipal;
- 8.1.16. Publicar os Editais (na íntegra) em seu site institucional devendo registrá-lo em lugar próprio e de fácil acesso a todos os interessados, mantendo-o, inclusive até 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) dias após o encerramento de suas atividades;
- 8.1.17. Encaminhar os cadernos de provas referentes a todos os cargos, em formato PDF, após a realização e divulgação da classificação, para que sejam publicados no site do Município;
- 8.1.18. Definir os conteúdos programáticos de acordo com as peculiaridades de cada cargo. Os conteúdos programáticos deverão ser elaborados com estrita observância das atribuições previstas para cada cargo, a fim de selecionar o candidato mais preparado para o exercício das funções;
- 8.1.19. Gerenciar, analisar e avaliar as inscrições do Processo Seletivo dando-lhes deferimento ou não;
- 8.1.20. Relacionar os candidatos com inscrição deferida e as indeferidas para publicação;
- 8.1.21. Recrutar professores e/ou profissionais de cada área específica, com a necessária capacidade técnica, para elaboração das provas a serem aplicadas no Processo Seletivo;
- 8.1.22. Elaborar as provas observando estritamente o ineditismo, bem como aplicá-las, observado o mais absoluto sigilo até a entrega dos resultados;
- 8.1.23. Recrutar fiscais com nível de instrução compatível, sendo em número suficiente para o acompanhamento das provas, no mínimo 2 por sala;
- 8.1.24. Realizar o treinamento dos fiscais, com a antecedência necessária, repassando aos mesmos todas as orientações quanto às suas atribuições no dia da prova, ressaltando que toda e qualquer anormalidade deve ser anotada em ata e comunicada à contratada e à comissão do Processo Seletivo;
- 8.1.25. Digitar, revisar, duplicar, montar e acondicionar as provas;
- 8.1.26. Aplicar e corrigir todos os tipos de provas aplicadas;
- 8.1.27. Utilizar meio eletrônico para a correção das provas objetivas;
- 8.1.28. Responsabilizar-se quanto à elaboração e aplicação do Processo Seletivo, observando o mais absoluto sigilo, até a entrega dos resultados;
- 8.1.29. Tratar das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais do pessoal de sua responsabilidade, envolvido na execução do Processo Seletivo;
- 8.1.30. Emitir listagens dos resultados finais, com os candidatos aprovados e reprovados por Categorias Funcionais, em ordem crescente de classificação, constando a nota obtida em cada matéria objeto de avaliação e nota final, devendo ainda ser relacionado apenas o número de inscrição dos candidatos reprovados;
- 8.1.31. Responder oficialmente aos recursos propostos, em todas suas etapas, devendo ainda, comunicar os candidatos acerca da resposta dos mesmos;
- 8.1.32. Observar rigorosamente o calendário definido no Edital do Processo Seletivo;
- 8.1.33. Cumprir a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis para encaminhar à Prefeitura Municipal de Joaçaba, todo e qualquer ato que necessite de publicação oficial, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, assegurando desta forma, tempo hábil para revisão e publicação dos referidos atos;
- 8.1.34. Encaminhar todos os documentos que necessitem de publicação oficial, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, em formato editável (.DOC), tais como, listagem de inscrições e resultado preliminar e final, em razão de que tais documentos são homologados pelo Município, por meio de Decreto e, para tanto, necessário se faz que o arquivo seja editável, a fim de formatá-lo nos padrões utilizados pelo Município;
- 8.1.35. Repassar à Prefeitura Municipal de Joaçaba, quando do encerramento do Processo Seletivo Simplificado, cadastro atualizado contendo o endereço completo e telefone de todos os candidatos aprovados, conforme indicado pelos mesmos na ficha de inscrição, a fim de possibilitar a convocação dos mesmos;
- 8.1.36. Encaminhar, por meio de correspondência com aviso de recebimento, relatório final contendo todos os atos realizados no Processo Seletivo Simplificado;
- 8.1.37. Suprir qualquer lacuna ou resolver situações não previstas neste termo de referência concernentes às suas obrigações;

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

5

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

8.1.38. A contratada deverá entregar em tempo hábil os arquivos eletrônicos necessários para o cumprimento de obrigações acessórias referente ao "e-Sfinge" do Tribunal de Contas, SC, nos moldes e formatos do layout da Betha Sistemas.

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 8.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.2.6. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 8.2.7. Conferir e publicar os Editais do Processo Seletivo Simplificado;
- 8.2.8. Publicar os resultados de: homologação das inscrições, gabaritos e homologação dos resultados parcial e final, bem como, dos demais atos pertinentes;
- 8.2.9. Supervisionar o Processo Seletivo Simplificado, por meio da Prefeitura Municipal de Joaçaba e por intermédio de Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo Simplificado nomeada pela contratante;
- 8.2.10. Efetuar o pagamento dos serviços;
- 8.2.11. Suprir qualquer lacuna ou resolver situações não previstas neste termo de referência concernentes às suas obrigações;
- 8.2.12. Providenciar espaço físico dentro do município, para a aplicação das provas do Processo Seletivo Simplificado;
- 8.2.13. Disponibilizar, os veículos e materiais pertinentes às provas práticas.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:
 - a. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c. der causa à inexecução total do contrato;
 - d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - 9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 9.2.2. Multa:
 - 9.2.2.1. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - a. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
 - c. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.
 - 9.2.2.2. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

6

Estado de
Santa Catarina



PREFEITURA DE
Joaçaba

- a. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.
 - b. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 9.2.2.3. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada:
- a. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.
 - b. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b. as peculiaridades do caso concreto;
 - c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

- 9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 10.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 10.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 10.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - Indenizações e multas.
- 10.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Contratante se compromete a publicar o extrato do presente Contrato, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS E CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa, e ainda, os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 12.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 12.2.1. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, a proposta da CONTRATADA e o Edital com seus anexos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

- 10.1. Fica eleito o foro da comarca de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

8

Estado de
Santa Catarina



PREFEITURA DE
Joaçaba

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA(SC), 24 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
TÂNIA APARECIDA DURIGON - Secretária

PUBLIC JOB SELECAO E TREINAMENTO LTDA
LEANDRO PHABIO LUCINDA
CONTRATADA

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

9

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**CONTRATO 52/2023/PMJ****ANEXO I – DAS VAGAS****1. OBJETO:**

A presente contrato tem por objeto a contratação de serviços especializados para a realização de Teste Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**2.1. AS VAGAS TEMPORÁRIAS DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM O DESCRITO:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VAGAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA	TIPO DE PROVA	CH
1	Agente Comunitário de Saúde	CR	Ensino Fundamental Completo.	Prova Objetiva.	40h
2	Agente de combate às Endemias	CR	Ensino Médio completo. Conclusão, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas; Carteira Nacional de Habilitação categoria "B".	Prova Objetiva.	40h
3	Arquiteto	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	35h
4	Assistente Social	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	40h
6	Atendente de Farmácia	CR	Ensino Médio Completo, curso de atendente/balconista ou técnico em farmácia com carga horaria mínima de 240 horas/aula, em instituição reconhecida pelo MEC.	Prova Objetiva.	40h
7	Auxiliar de Enfermagem	CR	Ensino Médio Completo e Curso de Auxiliar de Enfermagem e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	40h
9	Auxiliar de Serviços Externos	CR	No ato da nomeação 4ª série do ensino fundamental e no término do estágio probatório, comprovante de conclusão de ensino fundamental.	Prova Objetiva.	40h
11	Auxiliar de Serviços Internos	CR	No ato da nomeação 4ª série do ensino fundamental e no término do estágio probatório, comprovante de conclusão de ensino fundamental.	Prova Objetiva.	40h
12	Auxiliar em Saúde Bucal	CR	Ensino Médio completo e Curso de Auxiliar em Saúde Bucal e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	40h
13	Cirurgião Dentista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no	Prova Objetiva.	40h

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

10

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

			Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.		
14	Cuidador	CR	Ensino fundamental completo e curso de cuidador com duração de no mínimo 100 (cem) horas de duração.	Prova Objetiva.	40h
15	Enfermeiro	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	40h
16	Engenheiro Civil	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	35h
17	Farmacêutico	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	35h
18	Farmacêutico Bioquímico - Análises Clínicas	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	35h
19	Fiscal de Obras e Posturas	CR	Ensino Superior Completo em Engenharia Civil ou Arquitetura.	Prova Objetiva.	35h
20	Fiscal de Tributos	CR	Ensino Superior completo em Direito, Ciências Contábeis ou Economia.	Prova Objetiva.	35h
21	Fiscal de Vigilância Sanitária	CR	Ensino Superior completo em Engenharia Sanitária, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária, Medicina, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem, Biologia ou Química.	Prova Objetiva.	35h
22	Fiscal Sanitarista	CR	Ensino Superior completo em Engenharia Sanitária, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária, Medicina, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem, Biologia ou Química.	Prova Objetiva.	35h
23	Fisioterapeuta	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	40h
24	Fonoaudiólogo	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	35h
25	Médico	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	40h
26	Médico Dermatologista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	10h
27	Médico Geriatra	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no	Prova Objetiva.	10h

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

11

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

			Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.		
28	Médico Ginecologista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	20h
29	Médico Pediatra	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	15h
30	Médico Pneumologista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	10h
31	Médico Psiquiatra	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	20h
32	Médico Urologista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	10h
33	Motorista	CR	Ensino Fundamental completo e Carteira Nacional de Habilitação categoria "D".	Prova Objetiva e Prática.	40h
34	Motorista Socorrista Samu	CR	Ensino Médio Completo; Experiência mínima comprovada de dois anos de trabalho como motorista; Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito) tendo a Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D". Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva. Estar uniformizado em todo o período de trabalho no SAMU. Cumprir escala de serviço estabelecida na forma 12/36. Fica autorizada a disponibilização de outros servidores para atender as necessidades do programa. O servidor será lotado no SAMU básico, e em caso de devolução da base para o SAMU estadual o servidor será realocado nas unidades da Secretaria de Saúde.	Prova Objetiva e Prática.	180h Mensais (Escala)
35	Nutricionista	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	35h
36	Operador de Máquinas	CR	Ensino Fundamental completo e Carteira Nacional de Habilitação.	Prova Objetiva e Prática.	40h
37	Pedagogo	CR	Habilitação legal para o exercício da profissão.	Prova Objetiva.	35h

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

12

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

38	Professor de Artes	CR	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de Artes.	Prova objetiva + títulos.	20h/40h
39	Professor de Ciências	CR	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de Ciências.	Prova objetiva + títulos.	20h/40h
40	Professor de Educação Especial	CR	Licenciatura em Educação Especial. Inexistindo profissionais com tal formação, poderá ocorrer contratação temporária de profissionais com formação em Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação Especial; ou Licenciatura em Pedagogia com 120 horas de curso comprovadas na área da educação especial.	Prova objetiva + títulos.	20h/40h
41	Professor de Educação Física	CR	Licenciatura em Educação Física + carteira do CREF.	Prova objetiva + títulos.	20h/40h
42	Professor de Geografia	CR	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de Geografia.	Prova objetiva + títulos.	20h/40h
43	Professor de História	CR	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de História.	Prova objetiva + títulos.	20h/40h
44	Professor de Informática	CR	Licenciatura em Informática, com no mínimo 300 horas de curso de aperfeiçoamento em Informática.	Prova objetiva + títulos.	20h/40h
45	Professor de Língua Inglesa	CR	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de Língua Inglesa.	Prova objetiva + títulos.	20h/40h
46	Professor de Matemática	CR	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de Matemática.	Prova objetiva + títulos.	20h/40h
47	Profissional de Apoio Escolar	CR	Ensino Médio completo.	Prova objetiva.	20h/40h
48	Profissional de Educação Física	CR	Curso superior em Educação Física, bacharelado ou bacharelado/licenciatura, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova objetiva + títulos.	40h
49	Psicólogo	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	35h
50	Técnico de Enfermagem Samu	CR	Ensino Médio Completo; Certificado de conclusão de curso de técnico de enfermagem (ensino regular); Registro do órgão responsável - COREN-SC	Prova Objetiva.	180h mensais (Escala)
51	Técnico em Administração	CR	Ensino Médio completo.	Prova Objetiva.	35h
52	Técnico em Enfermagem	CR	Ensino Médio completo e curso Técnico em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	Prova Objetiva.	40h
53	Técnico em Laboratório	CR	Ensino Médio completo e curso técnico profissionalizante na	Prova Objetiva.	35h

13

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

			área, com habilitação legal para o exercício da profissão.		
54	Terapeuta Ocupacional	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	35h
55	Terapeuta Oriental	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	35h
56	Veterinário	CR	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	Prova Objetiva.	35h

2.1.1. ESPECIFICAÇÕES DA EDUCAÇÃO:

Para os cargos de Professor, caso não haja candidato com a habilitação específica completa para assumir a vaga, deverá haver uma lista de classificados secundária com candidatos cursando no mínimo a quinta fase do curso de graduação específico.

O candidato que, ao ser convocado para assumir a vaga, não aceitar, passará automaticamente para o final da lista de espera, ou seja, os candidatos com habilitação completa que recusarem a vaga passarão para o final da lista dos candidatos com habilitação, caso não sejam supridas as demandas para as vagas existentes habilitará a **segunda lista** com os candidatos que estão cursando a quinta fase do curso de graduação específico.

2.1.2. ESPECIFICAÇÕES AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Para o cargo de agente comunitário de saúde, as mesmas tem a contratação por emprego público regulamentado pela LC n. 140/2007, tendo vínculo empregatício regido pela CLT, sendo regidas pelo Regime Geral de Previdência Social.

2.1.2.1. Notas Explicativas:

Ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, em conformidade com a Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, é requisito essencial para a assunção do cargo público conforme Art.6º, que o candidato em questão resida na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público.

2.1.2.2. Endereços das unidades para contratação dos agentes de saúde:

LOCAL
Agente Comunitário de Saúde Centro 2 - Rua Getúlio Vargas, 645 – Centro.
Agente Comunitário de Saúde ESF Centro 1 - Avenida XV de Novembro, 223.
Agente Comunitário de Saúde ESF Vila Pedrini - Rua Antonio Nunes Varella, s/n – Bairro Vila Pedrini.
Agente Comunitário de Saúde ESF Vila Remor - Rua Rosa Heberle, s/n – Bairro Vila Remor.
Agente Comunitário de Saúde ESF São Brás - Estrada Mun. Orestes Genuíno Grando, s/n – Bairro São Brás.
Agente Comunitário de Saúde ESF Nossa Senhora de Lourdes - Avenida Santa Luzia, s/n – Bairro Nossa Senhora de Lourdes.
Agente Comunitário de Saúde ESF Santa Terezinha - Avenida Santa Terezinha, 453, Centro.
Agente Comunitário de Saúde ESF Frei Bruno - Avenida Caetano Natal Branco, s/n – Bairro Frei Bruno.
Agente Comunitário de Saúde ESF Santa Tereza - Rua Pedro Kunz, s/n – Bairro Santa Tereza.
Agente Comunitário de Saúde UBS Santa Helena – Rua Joeli Zibetti, s/n – Interior.
Agente Comunitário de Saúde UBS Nova Petrópolis – Rua 03 de Outubro, s/n – Interior.
Agente Comunitário de Saúde UBS Clara Adélia- Rua Hamilton Rossin, s/n – Interior.

3. REQUISITOS NECESSÁRIOS:**3.1. DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS:**

A empresa contratada, em todas as etapas do processo seletivo, deve:

- Primar pela observância dos princípios norteadores da administração pública, em especial da legalidade, tendo em vista a legislação municipal em vigor, obedecendo aos preceitos constantes na Lei Orgânica

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

14



Municipal, na Lei 2.369/10, na Lei Complementar Municipal nº 118/11 e alterações, na Lei nº 001/1993 e demais legislação pertinente;

- Manter sigilo em todos os aspectos pertinentes à elaboração e aplicação das provas e tomar as providências que julgar necessárias, além das impostas pela lei e por este termo de referência, visando à garantia de que todos os candidatos participem em igualdades de condições;
- Objetivar a classificação do candidato com as melhores condições de desempenho no cargo pretendido, a fim de oferecer serviços de boa qualidade aos cidadãos.

3.2. DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições serão de responsabilidade da empresa contratada e serão admitidas exclusivamente via internet, no site da empresa. A Prefeitura Municipal de Joaçaba não se responsabilizará por solicitações de inscrição não recebidas por quaisquer motivos de ordem técnica ou por procedimento indevido dos usuários.

A proponente vencedora terá até 05 (cinco) dias úteis, após a homologação final das inscrições, para repassar o valor das inscrições ao Município, por meio de depósito bancário em conta indicada pela contratante.

São condições para a inscrição:

- a. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;
- c. Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- d. Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;
- e. Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;
- f. Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

Será indeferida a inscrição do candidato que indicar cargo público cuja vaga não esteja prevista, deixar de indicá-lo ou que indicar mais de um cargo.

Ao efetuar a inscrição o candidato está declarando formalmente que preenche as condições de inscrição exigidas no edital.

Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local da realização das provas, desde que a deficiência não seja óbice ao desempenho das atividades do cargo.

Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

Os candidatos que necessitem de condições especiais para a realização de provas deverão mencionar no momento da inscrição, indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas. A decisão desses requerimentos caberá à Empresa que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

3.2.1. VALORES DE INSCRIÇÃO

Os valores a serem pagos pelos candidatos, a título de inscrição, constituir-se-ão em receita ao erário municipal, sendo:

- a. Valor de R\$ 30,00 (Trinta) reais, para os cargos de Nível Fundamental;
- b. Valor de R\$ 50,00 (Cinquenta) reais, para os cargos de Nível Médio;
- c. Valor de R\$ 80,00 (Oitenta) reais, para os cargos de Nível Superior.

A proponente vencedora deverá disponibilizar a estrutura necessária para a realização das inscrições, por meio eletrônico, que deverão ser pagas através de boleto bancário, direcionando o valor diretamente para a conta fornecida pelo Município.

4. FORMA DE EXECUÇÃO:

4.1. PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NO DIA DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a. As provas deverão ser realizadas obrigatoriamente em um domingo;
- b. A empresa deverá disponibilizar lista de presença com nome e respectivo número de inscrição para a assinatura dos candidatos;
- c. O espaço físico do local de realização da prova, definido pelo município, deve estar devidamente sinalizado possibilitando aos candidatos a fácil identificação da sala onde irá realizar o processo seletivo;
- d. Os pacotes contendo as provas devem estar lacrados, sendo abertos nos respectivos locais de aplicação das provas e no testemunho de três candidatos;
- e. Na realização das provas objetivas os três últimos candidatos deverão deixar o local de prova ao mesmo

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

tempo, após presenciarem o lacre dos cartões resposta;

- f. As provas objetivas deverão observar o limite máximo de 04 (quatro) horas, podendo os candidatos ausentarem-se da sala somente após decorrido 01 (uma) hora do início das provas;
- g. As provas práticas deverão obedecer ao limite mínimo de 10 (dez) minutos e máximo de 20 (vinte) minutos por candidato;
- h. As provas práticas deverão conter critérios objetivos de julgamento a fim de manter a isonomia do certame;
- i. A realização das provas objetivas deverá anteceder a prova prática quando for o caso;
- j. Todo e qualquer evento estranho à realização das provas deverá ser registrado em ata pelos fiscais.

4.2. DA FISCALIZAÇÃO:

A empresa deve providenciar, nos locais onde serão realizadas as provas, no mínimo, dois fiscais por sala, mais fiscais em quantidade suficiente nos corredores e banheiros disponíveis no estabelecimento.

Cabe a empresa contratada o recrutamento e treinamento, com antecedência necessária, de todos os fiscais de provas.

A empresa deverá disponibilizar, em cada local em que as provas serão realizadas, profissionais de segurança física e eletrônica, habilitados para a realização de suas tarefas emergenciais no processo seletivo simplificado e em todas as suas etapas.

4.3. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PELA EMPRESA CONTRATADA:

A empresa contratada deverá seguir os prazos previstos no cronograma abaixo descrito, respeitando o prazo de 2 (dois) dias úteis de antecedência para encaminhamento à Prefeitura Municipal de Joaçaba de documentos que necessitem de publicação.

Na data definida para a entrega do Edital Provisório para aprovação a empresa contratada deverá apresentar cronograma próprio contendo as datas previstas para cada etapa do Processo Seletivo.

DESCRIÇÃO DA ETAPA/FASE	PRAZO
Elaboração os Editais Provisórios para aprovação.	Até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.
Elaboração os Editais Definitivos.	Até 05 (cinco) dias úteis após a aprovação/devolução do Edital provisório.
Período de Inscrições.	De 20 dias.
Data limite para expedição de ato específico indicando as inscrições deferidas e indeferidas.	Até 05 (cinco) dias úteis após o término das inscrições.
Período de recurso referente ao indeferimento de Inscrição.	02 dias úteis após a publicação das inscrições.
Data da realização das provas.	Máximo de 15 (quinze) dias úteis após o término das Inscrições.
Divulgação do conteúdo das provas objetivas e respectivo gabarito provisório (quanto a este item não há a necessidade de encaminhamento oficial ao Município, podendo apenas ser repassado por e-mail e publicado no site da empresa).	Até 02 dias úteis após a realização da prova.
Período de Recursos.	02 dias úteis após a divulgação do gabarito provisório.
Divulgação do gabarito definitivo.	Até 5 (cinco) dias úteis após o julgamento dos recursos.
Divulgação da lista de candidatos aptos a realizarem a prova prática.	Até 03 (três) dias úteis após a divulgação do gabarito Definitivo.
Prova prática.	Domingo seguinte a divulgação da listagem dos candidatos aptos à prova prática e aptidão física.
Período de recurso prova prática.	2 (dois) dias úteis após a realização da prova.
Data limite para homologação do resultado final.	Até 5 (cinco) dias úteis após recursos da prova prática.

5.4. DA ELABORAÇÃO DAS PROVAS:

a) Prova Objetiva:

As questões deverão ser originais, elaboradas por banca constituída exclusivamente por profissionais devidamente qualificados com experiência em concursos/processos seletivos, com notório saber, nos seus

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

16



respectivos campos de conhecimento.

As questões da prova objetiva devem visar à identificação do raciocínio lógico e a capacidade de interpretação dos enunciados discursivos dos candidatos.

No caso de divergência interpretativa doutrinária, no enunciado da questão deverá estar indicada a fonte doutrinária a que faz referência, que obrigatoriamente constará da bibliografia básica indicada aos candidatos, a fim de se reduzir recursos e possíveis anulações de questões.

b) Prova Prática:

No caso das provas de conhecimentos práticos específicos, deverá haver indicação dos instrumentos, aparelhos ou das técnicas a serem utilizadas, bem como da metodologia de aferição para avaliação dos candidatos.

As provas práticas deverão conter critérios objetivos de julgamento a fim de manter a isonomia do certame.

As provas práticas deverão compor 60% da nota do candidato. Assim, a prova prática deverá ter peso 6,0, enquanto a prova objetiva deverá ter peso 4,0, aplicável apenas aos cargos em que forem exigidas provas objetivas e práticas.

A banca julgadora das provas práticas deverá ser composta de, no mínimo, dois avaliadores indicados pela empresa, com amplo conhecimento técnico na área a ser avaliada.

Nas provas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município ou da entidade que realiza o certame, poderá ser procedida, a critério da fiscalização, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los.

Deverão ser definidos critérios objetivos de desempate para a prova prática.

c) Prova de Títulos:

Conforme definido na legislação Municipal, além dos definidos em Edital, em conjunto com a Prefeitura de Joaçaba. Deverão ser analisados os títulos apenas para os candidatos que alcançarem a nota mínima estabelecida.

4.4. DAS PROVAS:

Deverão ser desclassificados os candidatos que não obtiverem nota de conjunto igual ou superior a:

- 05 (cinco) para os cargos de nível superior, técnico e nível médio;
- 04 (quatro) para o cargo de nível fundamental
- 03 (três) para os cargos de professor.

O processo seletivo consistirá, de acordo com as especificações, na aplicação de prova objetiva, prova prática e de títulos.

a) Prova Objetiva:

Para os cargos de nível Médio, Técnico e Superior: 40 (quarenta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais, 05 (cinco) questões de Legislação e 20 (vinte) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

Para os cargos de Nível Fundamental: 20 (vinte) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática e 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais.

As questões referentes à conhecimentos específicos devem levar em consideração as atividades a serem desempenhadas pelos profissionais, dentro de suas áreas específicas.

Para cada cargo deverão ser elaboradas questões voltadas especificamente a modalidade correspondente.

b) Prova prática:

Na prova prática deve o candidato executar atividades inerentes à modalidade prevista no cargo, utilizando os materiais pertinentes para a realização das tarefas propostas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento e ou material utilizado.

Fatores mínimos a serem avaliados, devendo a empresa contratada exigir outros fatores, caso entenda necessários e pertinentes:

- I. Correta utilização do equipamento e ou material de trabalho;
- II. Habilidades ao executar a tarefa proposta;
- III. Aproveitamento do equipamento e ou material;
- IV. Produtividade;

Estado de
Santa Catarina



PREFEITURA DE
Joaçaba

V. Técnica/Aptidão/Eficiência.

Duração da Prova Prática: mínimo de 10 minutos e máximo de 20 minutos por candidato.

A prova prática terá peso 10,0 (dez) e será de caráter eliminatório, sendo eliminados os candidatos que obtiverem média inferior a 5,0 (cinco).

A prova prática corresponderá a 60% da nota final. O Resultado final será a média aritmética das provas objetiva e prática.

c) Prova de títulos:

Deverá ser aplicada e avaliada de acordo com o determinado na Lei Complementar nº 129/12.

Os títulos a serem considerados estão descritos no §8º, do art. 15, da Lei Complementar nº 129/12, bem como a outros definidos em Edital, em conjunto com o Município, devendo a empresa contratada estabelecer, no edital, a pontuação a ser aplicada a cada um dos títulos.

Os títulos serão computados, para fins exclusivos de classificação, apenas para os candidatos aprovados na prova objetiva, essa de caráter eliminatório.

CONTRATO 69/2022/PMJ - TA 01

Publicação Nº 5090957

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B1E72AA407E0F583849D8061472C898CA9A6702B

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA****CONTRATO Nº 69/2022/PMJ – TA 01**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado **CONTRATANTE**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, representada neste ato pela Secretária, Sra. ROSANE KUNEN, e a Empresa **CONSTRUTORA WDD LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.256.305/0001-08 estabelecida na Militão Costa Filho, 110 TV 214, Bairro Vigolo, no Município de Nova Trento SC, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr. DOUGLAS GUILHERME DALLABRIDA, inscrito(a) no CPF sob o nº 046.xxx.xxx-80 e pelo Sr. VAGNER DALLABRIDA, inscrito(a) no CPF sob o nº 927.xxx.xxx-87, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o Processo de Licitação nº 76/2022/PMJ – Edital RDC nº 02/2022/PMJ, homologado em 28/10/2022, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, de serviços de engenharia para elaboração de projetos e execução de obra de construção de Creche no Bairro Anzolin, no Município de Joaçaba/SC, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e outros serviços afins e correlatos, conforme Anteprojeto e demais especificações e condições expressas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Em face à dilação de prazo de 84 (oitenta e quatro) dias solicitado pela CONTRATADA, devidamente analisada pelo Fiscal do Contrato e deferida pela Secretária de Educação, o subitem 2.2 do instrumento contratual passa a ter a seguinte redação:

2.3. A CONTRATADA deverá entregar a obra, completamente executada, em até 344 (trezentos e quarenta e quatro) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

O subitem 3.1 do contrato, passa a ter a seguinte redação:

3.1. O presente contrato terá **vigência de 12 (doze) meses e 14 (quatorze) dias**, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

Diante disto, a vigência do contrato fica prorrogada para 25 de novembro de 2023, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 23 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ROSANE KUNEN - Secretária

CONSTRUTORA WDD LTDA
DOUGLAS GUILHERME DALLABRIDA

CONSTRUTORA WDD LTDA
VAGNER DALLABRIDA

Testemunhas:


1 _____

2 _____

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 89/2023/PMJ - PE 27/2023/PMJ

Publicação Nº 5090892

Página: 1 / 4

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 27/2023	
	CNPJ: 82.939.380/0001-99 Telefone: (49) 3527-8800 Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Processo Adm.: 89/2023 Data do Processo: 21/06/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 1 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 89/2023
b) **Nr. Licitação:** 27/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 24/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *A presente licitação destina-se ao Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de aquisição de testes psicológicos e afins para uso nos processos de avaliação psicológica de alunos da rede municipal de ensino.*

Participante: AVALIAR PSICOLOGIA - EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FDT - Five Cognitive Test - Kit completo: Objetivo do instrumento: Avaliar a velocidade do processamento cognitivo, a capacidade de focar e reorientar a atenção e a capacidade de lidar com interferências. Uma de suas principais vantagens é que ele pode ser utilizado em pessoas com baixa instrução, incluindo pessoas com baixo domínio da língua ou analfabetas. Marca: HOGREFE	1,000	UNIDA	340,17	340,17
2	Vineland-3 (Escala de Comportamento Adaptativo Vineland - Kit completo) Objetivo: A escala adaptativa Vineland-3 é um instrumento utilizado mundialmente para avaliar o comportamento adaptativo das pessoas desde o nascimento até a idade adulta (90 anos). O instrumento consiste em uma entrevista semiestruturada em formato de questionário, a importância da avaliação está relacionada a compreender as necessidades individuais de cada pessoa, considerando os aspectos de toda vida. Associado a testes de inteligência a Vineland-3 fornece dados críticos que ajudam no diagnóstico de deficiências intelectuais e de desenvolvimento, apoia com informações valiosas para a elaboração de planos educacionais e de Intervenção. Com a Vineland-3 é possível medir o comportamento adaptativo de indivíduos com deficiências intelectuais e de desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), lesão cerebral pós-traumática, deficiência auditiva e visual, doença de Alzheimer. O tempo de aplicação pode variar de 30min a 1:30min dependendo de quais formulários serão utilizados na avaliação. Formulários: Entrevista e Formulário de Pais / Cuidadores do nascimento aos 90 anos, Formulário de professor de 3 a 21 anos. Marca: PEARSON	1,000	UN	865,14	865,14
3	BPA-2 - Bateria Psicológica Para Avaliação de Atenção - 2 - Kit Completo: tem por objetivo mensurar a capacidade geral de atenção, bem como realizar uma avaliação de tipos de atençãoespecíficos, quais sejam: <ul style="list-style-type: none">• Atenção Alternada (AA)• Atenção Concentrada (AC)• Atenção Dividida (AD)	1,000	UN	285,98	285,98

A Atenção Alternada indica a capacidade que um indivíduo tem em focalizar sua atenção ora em um estímulo, ora em outro. A Atenção Concentrada é definida como a capacidade de um indivíduo selecionar apenas uma fonte de informação em detrimento de outros estímulos, ao passo que a Atenção Dividida se refere à capacidade de uma pessoa buscar dois ou mais estímulos simultaneamente.

Marca: VETOR

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
4	SSRS - Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para crianças - Kit completo: Objetivo: O Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica (SSRS), permite mapear estas três áreas do comportamento em crianças do 1o a 5o ano do Ensino Fundamental (6 a 13 anos). Pode ser utilizado como instrumento de rastreio que, com base nas respostas dos pais, professores e da própria criança, permite avaliar o repertório de habilidades sociais e indicadores de problemas de comportamento e de competência acadêmica de crianças. Marca: PEARSON	1,000	UN	330,34	330,34
8	CONFIAS - Consciência Fonológica Instrumento de Avaliação Sequencial (a partir de 4 anos). Marca: PEARSON	150,000	UN	415,99	62.398,50
9	WISC IV - Protocolo de Resposta 1 - Subteste Código e Procurar Símbolos (Formas A e B) Marca: PEARSON	150,000	UN	26,63	3.994,50
10	WISC IV - Protocolo de Registro Geral Marca: PEARSON	150,000	UN	43,12	6.468,00
12	FDT - Bloco Com 25 Folhas - Teste Dos 5 Dígitos Marca: HOGREFE	5,000	UN	65,89	329,45
13	Víneland-3 - Formulário de Entrevista de domínios Marca: PEARSON	20,000	UN	12,00	240,00
14	Víneland-3 - Formulário Professores de domínios Marca: PEARSON	20,000	UN	12,00	240,00
15	Víneland-3 - Formulário Pais/Cuidadores de domínios Marca: PEARSON	20,000	UN	12,00	240,00
21	Coleção PROTEA-R - Instrumento interdisciplinar que sistematiza as entrevistas com os responsáveis e a observação clínica do desenvolvimento infantil, através de situações semiestruturadas de brincadeira, com o objetivo de rastreamento da presença de comportamentos inerentes à sintomatologia do transtorno do espectro autista (TEA). Marca: VETOR	1,000	UN	350,99	350,99
22	Protea-R - Protocolo de Aplicação c/10 und. Marca: VETOR	50,000	UN	84,99	4.249,50
24	SRS-2 - Kit Completo - Escala de Responsividade Social - A SRS-2 é uma escala destinada a mensurar sintomas associados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como a classificá-los em níveis leves, moderados ou severos. Sua avaliação se faz de forma global e específica, já que agrupa os sintomas em subcategorias (Escala Compatíveis ao DSM-5 e Subescalas de Intervenção).	1,000	UN	431,17	431,17

A avaliação do autismo é substancialmente clínica e o profissional deve utilizar de diferentes recursos para compor o seu processo de avaliação. Esse instrumento pode ser utilizado para iniciar processos diagnósticos (rastreio) e para o planejamento de intervenções clínicas e ocupacionais. Desta forma, a escala é uma ferramenta importante para o raciocínio clínico do profissional, apoiando sua tomada de decisão.

Público-Alvo: Destina-se a avaliar crianças (a partir de dois anos e meio), adolescentes e adultos.

Marca: HOGREFE

Página: 3 / 4

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
25	SRS-2 - Escala de Responsividade Social - Protocolo Pré Escolar (10 folhas) Marca: HOGREFE	50,000	UN	109,97	5.498,50

Total do Participante: 86.262,24**Participante: CASA DO PSICOPEDAGOGO LTDA**

6	IAR - instrumento de avaliação do repertório básico para a alfabetização (5-6 anos). Marca: edicon	200,000	UN	12,80	2.560,00
7	Provas Operatórias Piagetianas: Avaliação do raciocínio e construção de conhecimento de crianças na fase escolar. Investiga e avalia o nível cognitivo da criança e constata se este realmente corresponde a sua idade cronológica ou se existe alguma defasagem (6-12 anos). Marca: própria	1,000	UN	368,00	368,00
17	PROADE-Proposta de Avaliação das Dificuldades Escolares Anos Iniciais do Ensino Fundamental Marca: booktoy	200,000	UN	155,00	31.000,00
18	folhas de registro I.A.R Marca: edicon	200,000	UN	16,30	3.260,00

Total do Participante: 37.188,00**Participante: PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI**

11	WISC IV - Protocolo de Resposta 2 - Subteste Cancelamento (Itens 1 e 2) Marca: PEARSON/CASA DO PSICÓLOGO	150,000	UN	26,45	3.967,50
16	BPA-2 - CONJUNTO DE APLICAÇÃO AA/AC/AD Marca: VETOR EDITORA	5,000	UN	85,99	429,95
19	Coruja - kit completo oteiro para a sondagem das habilidades matemáticas nos anos iniciais do ensino fundamental. Seu objetivo é verificar se as competências numéricas básicas foram adquiridas e, em caso de defasagem indicar a(s) área(s) de concentração das dificuldades. Marca: PEARSON/CASA DO PSICÓLOGO	100,000	UN	530,00	53.000,00
20	Coruja - respostas Marca: PEARSON/CASA DO PSICÓLOGO	150,000	UN	114,47	17.170,50
26	SRS-2 - Escala de Responsividade Social - Protocolo Escolar Marca: HOGREFE	50,000	UN	109,99	5.499,50
27	Coleção IDADI - Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil - O IDADI é um instrumento multidimensional de avaliação do desenvolvimento infantil, com foco em sete domínios: Cognitivo, Socioemocional, Comunicação e Linguagem Receptiva, Comunicação e Linguagem Expressiva, Motricidade Ampla, Motricidade Fina e Comportamento Adaptativo. O inventário inclui itens que descrevem comportamentos e habilidades esperadas para cada faixa etária e que podem ser respondidos pelos pais ou responsáveis, tanto no formato autoadministrado quanto como entrevista a ser conduzida pelo profissional. Marca: VETOR EDITORA	1,000	UN	723,99	723,99
28	IDADI - Livro de Aplicação 4 a 35 meses Marca: VETOR EDITORA	20,000	UN	76,99	1.539,80
29	IDADI - Livro de Aplicação 36 a 72 meses Marca: VETOR EDITORA	20,000	UN	76,99	1.539,80
30	IDADI - Livro de Avaliação Marca: VETOR EDITORA	20,000	UN	27,32	546,40
31	IDADI - Curvas de Desenvolvimento Marca: VETOR EDITORA	20,000	UN	26,99	539,80

Total do Participante: 84.957,24

Página: 4 / 4

Total Geral: 208.407,48

Joaçaba, 24 de Agosto de 2023

ROSANE KUNEN


Assinatura do Responsável

REPUBLICAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 27/2023/FMS - PE 03/2023/FMS

Publicação Nº 5092211

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ED3353301057512C277B6A0104ABACE7956D1776

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 3/2023	
	CNPJ: 10.594.533/0001-00 Telefone: (49) 3521-1555 Endereço: Rua Getúlio Vargas, 205 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Processo Adm.: 27/2023 Data do Processo: 19/06/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 37, XXI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 27/2023
b) **Nr. Licitação:** 3/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 10/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de oxigênio que visa atender pacientes domiciliares que utilizam oxigênio medicinal para tratamento de doenças, bem como para uso nas Unidades de Saúde, CAPS, ambulâncias da SERINTER e ambulâncias USB do SAMU de Joaçaba*

Participante: OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Oxigênio Medicinal de 1 a 3 m3 - Oxigênio medicinal de 1 a 3m³, destinado a recarga de cilindros utilizados para oxigenoterapia, conforme necessidade da Secretaria de Saúde de Joaçaba. O cilindro, bem como seus acessórios, fluxômetro e regulador deverão ser fornecidos pela empresa contratada, em regime de comodato, a todos os cilindros disponibilizados durante o período de utilização do mesmo. Deve apresentar registro junto a ANVISA e AFE do fabricante. Marca: MESSER	4.000,0	M³	75,50	302.000,00
2	Oxigênio Medicinal de 6, 7 e 10 m3 - Oxigênio medicinal de 6, 7 e 10m³, destinado a recarga de cilindros utilizados para oxigenoterapia, conforme necessidade da Secretaria de Saúde de Joaçaba. O cilindro, bem como seus acessórios, fluxômetro e regulador deverão ser fornecidos pela empresa contratada, em regime de comodato, a todos os cilindros disponibilizados durante o período de utilização do mesmo. Deve apresentar registro junto a ANVISA e AFE do fabricante. Marca: MESSER	6.000,0	M³	36,50	219.000,00

Total do Participante: 521.000,00

Total Geral: 521.000,00

Joaçaba, 10/08/2023

VALMOR JOÃO REISDORFER

Assinatura do Responsável

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO CONTRATO JH 0108/2023 - SIMAE**

Publicação Nº 5090666

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0108/2023
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0030/2023
TOMADA DE PREÇO JHL 0007/2023
PROTOCOLO Nº 0523/2023

Data: 24/08/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de elevatória de esgoto – EEH-010 - na Rua Nereu Ramos, Bairro Morada do Sol, em Herval d'Oeste/SC.

Contratado: Construções Herval Ltda EPP

Valor: R\$ 367.818,67 (trezentos e sessenta e sete mil oitocentos e dezoito reais e sessenta e sete centavos)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.5120028

Projeto/Atividade: 1052

Prazo de vigência: 28/08/2023 a 28/06/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora-Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0107/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5090650

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0107/2023
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0030/2023
TOMADA DE PREÇO JHL 0007/2023
PROTOCOLO Nº 0523/2023

Data: 24/08/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de estação elevatória de esgoto – EEH-009, na Rua do Progresso, Bairro Morada do Sol, em Herval d'Oeste/SC

Contratado: Apom Construções Ltda

Valor: R\$ 230.423,12 (duzentos e trinta mil quatrocentos e vinte e três reais e doze centavos)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.5120028

Projeto/Atividade: 1052

Prazo de vigência: 28/08/2023 a 28/06/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora-Presidente

Jupia

PREFEITURA

AVISO DE LICITACAO PREGAO PRESENCIAL N° 21-2023

Publicação N° 5090749

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E8F4DF8F3F99D0DD979D0DFC39FC322B9CB5ACAE

PROCESSO LICITATÓRIO n° 27/2023
PREGÃO PRESENCIAL n° 21/2023

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preço, para a aquisição de materiais elétricos devidamente instalados, para destinação à reestruturação e melhorias da rede de iluminação pública do perímetro urbano do município de Jupia - SC conforme descrição dos itens, sendo que as propostas serão abertas no dia 15 de setembro de 2023 às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001 e/ou pelos endereços eletrônicos: licitacao@jupia.sc.gov.br e/ou compras@jupia.sc.gov.br, e ainda publicadas no Site: www.jupia.sc.gov.br no Link LICITAÇÕES - Pregão.

Jupia SC, em 24 de agosto de 2023.
VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

ADITIVO 04 - 01/2023 FMS

Publicação Nº 5091846

TERMO ADITIVO N. 04

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 01/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 01/2022

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 01/2022

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 11.417.744/0001-22, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, Ticianá Goreti Moreira.

CONTRATADA: DE LUCCA PARK LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n. 45.155.466/0001-02, com sede à rua KM 415 Linha Jacutinga, interior, na cidade de Catanduvas-SC, representada neste ato pelo sócio Marcio Jucélio De Lucca, doravante simplesmente designada contratada.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Contratação, com recursos próprios e/ou vinculados através da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis) de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços engenharia e o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para a realização de obras de construção e reforma consistente na adequação às normas de acessibilidade e ampliação da Unidade Básica de Saúde Municipal, localizada na Rua Sete de Setembro, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, conforme documentos que fazem parte integrante do edital e contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de quantidades e valores, conforme documentos do setor de engenharia anexos.

O(a) Engenheira Ana Júlia Ungericht de Carvalho (CREA/SC 105295-8) que pertence a AMMOC, órgão técnico do setor de engenharia que presta serviços ao município, é o responsável técnico pelos projetos e orçamentos que compõem o preço final da obra.

Tal profissional e órgão também é, juntamente com servidores do município, o responsável pela fiscalização das obras.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALORES

O valor global, inicial e total da obra corresponde a R\$ 583.001,25 (quinhentos e oitenta e três mil, um real e vinte e cinco centavos).

Houve acréscimo (termo aditivo 01) e o valor atual do contrato passou a ser R\$ 632.305,33 (seiscentos e trinta e dois mil, trezentos e cinco reais e trinta e três centavos).

O valor total do acréscimo atual corresponde à R\$ 64.728,65 (sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos), que corresponde a quantia aproximada de mais 10,23% (dez vírgula vinte e três por cento) do valor total e atual do contrato.

O valor final e total do contrato agora passa a ser R\$ 697.033,98 (seiscentos e noventa e sete mil, trinta e três reais e noventa e oito centavos).

O percentual total e atual de acréscimo ao valor inicial do contrato corresponde a 18,68% (dezoito vírgula sessenta e oito por cento).

Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir da publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

s prazos de execução e vigência foram alterados, conforme termo aditivo 02.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE empenhará as despesas decorrentes deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

ORGAO 10-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01-SERVIÇOS DE SAÚDE

Proj/At. 10.301.1012.1.031 – AMPLIA., CONSTRUÇÃO E/OU REF. UNID. SANITÁRIA

Elemento 4.4.90.51.07.00.00.00 - Reforma

Recursos 0002-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde CLÁUSULA SEXTA– AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social (Fiscal e Gestor do contrato) e pela Fiscal de Obras do Município, além de encontrar amparo legal no art. 57 da Lei n. 8.666/93, além da cláusula nona do contrato.

A empresa contratada apresentou toda a documentação comprovando a regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, os quais estão anexos.

CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Município de Lacerdópolis/SC, 24 de agosto de 2023.

Ticiane Goreti Moreira Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis	DE LUCCA PARK LTDA Marcio Jucélio De Lucca Representante legal e Administrador
CONTRATANTE FISCAL E GESTOR DO CONTRATO	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.014/2023

Publicação Nº 5090958

DECRETO Nº 7.014, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.
ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 2.282, DE 14 DE JANEIRO DE 2008.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Samir Ahmad, no uso das atribuições legais a si conferidas pelo artigo 68, incisos III e XXV da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único, do art. 1º, do Anexo Único, do Decreto nº 2.282, de 14 de janeiro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

Parágrafo único. A Fundação Irmã Vera é pessoa jurídica de direito público, com sede e foro nesta cidade de Laguna, vinculada ao gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

SAMIR AHMAD
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATOS 63 - PML - CT 63/2023 - BOX MOTOCICLETAS

Publicação Nº 5091056

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8B9C8B6C2B801001963BE3830DD19EE9CF1D5B78

EXTRATO CONTRATOS 63 – CT 63/2023
Código registro TCE: 8B9C8B6C2B801001963BE3830DD19EE9CF1D5B78

CONTRATO 63/2023 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: BOX MOTOCICLETAS LTDA

CNPJ: 01.XXX.XXX/0000-64

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a aquisição de uma motocicleta para ser utilizada pela Secretaria de Planejamento Urbano.
DOTAÇÃO:

Órgão: 09.000 PODER EXECUTIVO

Unidade: 09.018 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Funcional: 04.121.0001 Planejamento e orçamento

Projeto/Atividade: 2.069 Manutenção da Secretaria do Planejamento

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00

Código Reduzido: 120

VIGÊNCIA: O período de vigência do contrato será a partir da data de sua assinatura até o dia 26/05/2024.

VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 21.966,00 (vinte e um mil e novecentos e sessenta e seis reais).

DATA: 26 de Maio de 2.023.

EXTRATO CONTRATOS 64 - CT 64/2023 - PML - JÚLIO CÉSAR CENTENO

Publicação Nº 5091130

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3E14F104B5C2F6D42DFCFE8C130DBFFB136BC8F5

EXTRATO CONTRATOS 64 – CT 64/2023
Código registro TCE: 3E14F104B5C2F6D42DFCFE8C130DBFFB136BC8F5

CONTRATO 64/2023 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: JULIO CESAR MARQUES CENTENO

CNPJ: 40.XXX.XXX/0000-00

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada na locação de totens, digital multi informativo com gerenciamento, desenvolvimento, manutenção e suporte assistido.

DOTAÇÃO:

Órgão: 09.000 PODER EXECUTIVO

Unidade: 09.015 SECRETARIA DE TURISMO E LAZER

Funcional: 23.695.0001 Turismo

Projeto/Atividade: 2.093 Manutenção da Secretaria de Turismo e Lazer
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00
Código Reduzido: 116
VIGÊNCIA: O período de vigência do contrato será 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.
VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 66.000,00 ((sessenta e seis mil reais).
DATA: 28 de Junho de 2.023.

EXTRATO CONTRATOS 65 - CT 65/2023 - PML - VILLA BETANIA

Publicação Nº 5091617

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A556749A301753E6339DF44AE79B0F65085EF22F

EXTRATO CONTRATOS 65 – CT 65/2023
Código registro TCE: A556749A301753E6339DF44AE79B0F65085EF22F

CONTRATO 65/2023 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: RESIDENCIAL GERIÁTRICO VILLA BETANIA LTDA

CNPJ: 30.XXX.XXX/0000-06

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços para acolhimento de José Carlos de Souza Marinho, conforme determinação judicial exarada no processo nº. 5003938-46.2023.8.24.0040, garantido condições básicas de saúde, alimentação, higiene, convivência e bem-estar, conforme documentos que se encontram anexados aos processos.

DOTAÇÃO:

Entidade: Prefeitura Municipal de Laguna

09.012 – Poder Executivo/Secretaria de Assistência Social e Habitação

Funcional 08.244.0001.2.071 – Manutenção de Assistência Social e Habitação

(106) 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas

VIGÊNCIA: O período de vigência do contrato será 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 47.976,00 (quarenta e sete mil e novecentos e setenta e seis reais).

DATA: 12 de Julho de 2.023.

EXTRATO CONTRATOS 66 - CT 66/2023 - PML - JANAÍNA VOLPI

Publicação Nº 5091862

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C71D7BD3CD0FFBE2060F87866550F2F73EDFE42D

EXTRATO CONTRATOS 66 – CT 66/2023
Código registro TCE: C71D7BD3CD0FFBE2060F87866550F2F73EDFE42D

CONTRATO 66/2023 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: JANAINA SARETO VOLPI

CNPJ: 32.XXX.XXX/0000-62

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para aquisição de medicamentos para a Unidade de Bem-Estar e Proteção Animal DOTAÇÃO:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA

19.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.732 – INVESTIMENTO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: O período de vigência do contrato será 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 19.668,50 (dezenove mil e seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)

DATA: 20 de Julho de 2.023.

EXTRATO CONTRATOS 67 - CT 67/2023 - PML - TURVOMED

Publicação Nº 5091937

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2616BE590FB7743DC4A5B5E9E94EF6810C6F65AF

EXTRATO CONTRATOS 67 – CT 67/2023
Código registro TCE: 2616BE590FB7743DC4A5B5E9E94EF6810C6F65AF

CONTRATO 67/2023 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: TURVOMED DISTRIBUIDORAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 26.XXX.XXX/0000-00

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para aquisição de medicamentos para a Unidade de Bem-Estar e Proteção Animal DOTAÇÃO:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA

19.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.732 – INVESTIMENTO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: O período de vigência do contrato será 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 15.186,03 (quinze mil e cento e oitenta e seis reais e três centavos).

DATA: 20 de Julho de 2.023.

EXTRATO CONTRATOS 68 - CT 68/2023 - PML - CLÍNICA VETERINÁRIA VETS E PETS LTDA

Publicação Nº 5091971

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6C29B8351F73A5720F5BCB83E9397DDAE279C320

EXTRATO CONTRATOS 68 – CT 68/2023

Código registro TCE: 6C29B8351F73A5720F5BCB83E9397DDAE279C320

CONTRATO 68/2023 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: EDUARDO PAULO LINHARES LOCKS CLÍNICA VETERINÁRIA VETS E PETS LTDA

CNPJ: 17.XXX.XXX/0000-09

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para aquisição de medicamentos para a Unidade de Bem-Estar e Proteção Animal DOTAÇÃO:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA

19.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.732 – INVESTIMENTO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: O período de vigência do contrato será 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 1.629,00 (hum mil e seiscentos e vinte e ove reais).

DATA: 20 de Julho de 2.023.

EXTRATO CONTRATOS 69 - CT 69/2023 - PML - PET SHOP DA ROSA

Publicação Nº 5092032

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7137B5E1CC86D34B665BC6DF7C38BFBC428CA7CC

EXTRATO CONTRATOS 69 – CT 69/2023

Código registro TCE: 7137B5E1CC86D34B665BC6DF7C38BFBC428CA7CC

CONTRATO 69/2023 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA

CNPJ: 81.XXX.XXX/0000-32

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para aquisição de medicamentos para a Unidade de Bem-Estar e Proteção Animal DOTAÇÃO:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA

19.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.732 – INVESTIMENTO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: O período de vigência do contrato será 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 515,34 (quinhentos e quinze reais e trinta e quatro centavos)

DATA: 20 de Julho de 2.023.

EXTRATO CONTRATOS 70 - CT 70/2023 - PML - DIASVET

Publicação Nº 5092382

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3E1183B000E9729FB960436D0BECA65FE75A4CD6

EXTRATO CONTRATOS 70 – CT 70/2023

Código registro TCE: 3E1183B000E9729FB960436D0BECA65FE75A4CD6

CONTRATO 70/2023 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: DIASVET PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA

CNPJ: 34.XXX.XXX/0000-52

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para aquisição de medicamentos para a Unidade de Bem-Estar e Proteção Animal DOTAÇÃO:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA

19.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.732 – INVESTIMENTO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: O período de vigência do contrato será 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 3.180,00 (três mil e cento e oitenta reais).

DATA: 20 de Julho de 2.023.

PORTARIA Nº 1123/2023

Publicação Nº 5092414

**Secretaria da
Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC

☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1123/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

ADMITIR DAIANA DOZOL DE ANDRADE GOULART para exercer o Cargo de Médico, nível ANSS 1, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 22/08/2023, em conformidade com a Lei Complementar nº 479/2023 e Edital de Chamamento Público Nº 001/2023, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

www.laguna.sc.gov.br

comunicacao@laguna.sc.gov.br

@prefeituradelaguna

@prefeituragalaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1124/2023

Publicação Nº 5092416



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1124/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 6.359/2023;

R E S O L V E:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. **GRAZIELLA CRISTINA MARTINS DA SILVA**, Agente Comunitário, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 22/08/2023, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituradelaguna

📺 @prefeituragaluna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1125/2023

Publicação Nº 5092417



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1125/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E

DEMITIR A PEDIDO, ELIZANDRA RIBEIRO MADEIRA do Cargo de Professor Corregente, 10 horas, no CEI. Pequeno Príncipe, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1126/2023

Publicação Nº 5092418



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1126/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E

DEMITIR A PEDIDO, ELIZANDRA RIBEIRO MADEIRA do Cargo de Professor Corregente, 10 horas, na EEB Elizabeth Ulyssea Arantes, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Laguna, SC, 22 de Agosto de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1127/2023

Publicação Nº 5092419

**Secretaria da
Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC

☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1127/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

Fazer cessar a Portaria 965/2023, que designou, **AROISA GUEDES DE ARAÚJO**, Assistente de Administração, de provimento efetivo, para exercer a função especial de confiança de Assistente Administrativo no Núcleo Fiscal da Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Agosto de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

www.laguna.sc.gov.br

comunicacao@laguna.sc.gov.br

@prefeituradelaguna

@prefeituragaluna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1128/2023

Publicação Nº 5092420



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1128/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

EXONERAR A PEDIDO, AROISA GUEDES DE ARAUJO do cargo de Assistente de Administração, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Laguna, SC, 23 de Agosto de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1129/2023

Publicação Nº 5092421



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1129/2023

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5.214/2023;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 23 de Agosto de 2023 a 20 de Novembro de 2023, a Servidora **KATIE DORIS BENEDET**, Enfermeira, referente ao período 2017/2022, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Agosto de 2023.

GABRIELLE SIQUEIRA DA CUNHA
Secretário Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1130/2023

Publicação Nº 5092422



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1130/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

ADMITIR, SIMONE MENDES para exercer o Cargo de Professor Corregente, HAB 300, 20 horas, a partir de 21/08/2023, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 479/2023 e Edital SEDUC nº 01/2021.

Laguna, SC, 23 de Agosto de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituradelaguna

📘 @prefeiturallaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

EXTRATO CONTRATOS 71 - CT 71/2023 - PML - VALENTES DE DAVI

Publicação Nº 5092428

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C2704117EC55C1AB2C494ECB23E906600EF02463

**CONTRATO Nº. 71/2023 – PML**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAGUNA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO CASA LAR ESPECIAL VALENTES DE DAVI EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 8.666/93

Pelo presente contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE LAGUNA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.928.706/0001-82, com sede na Avenida Engenheiro Colombo Machado Salles, nº. 145, Centro, CEP: 88790-000, Laguna/SC, através da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, representado no presente instrumento por sua Secretária, FERNANDA DE OLIVEIRA NOBRE, brasileira, residente e domiciliado neste município, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Associação Casa Lar Especial Valentines de Davi, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 05.XXX.XXX/XXXX-02, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº. XXX, bairro XXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXX-665, Criciúma/SC, na pessoa de seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, tem justo presente contrato em conformidade com o estabelecido no memorando nº. 7.539/2023 (1doc), processo licitatório nº. 54/2023, inexigibilidade de licitação nº. 7/2023 – PML, **homologado em 01/08/2023**, de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e respectivas alterações, que mutuamente convencionam e outorgam, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços para acolhimento de Izoete Frederico Fogaça, conforme determinação judicial exarada no processo nº. 5003433-55.2023.8.24.0040, garantido condições básicas de saúde, alimentação, higiene, convivência e bem-estar, conforme documentos que se encontram anexado ao processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO E PRAZO DE INÍCIO

2.1. A CONTRATADA colocará à disposição do CONTRATANTE, para o acolhimento de Izoete Frederico Fogaça suas instalações, bem como o pessoal técnico e administrativo necessário para tal fim no tempo de sua permanência no local, além de todas as ações descritas no plano de trabalho que encontra-se anexado no processo.

2.2. A CONTRATADA compromete-se a prestar os seguintes serviços:

- a) Serviço de hotelaria;
- b) Serviço de limpeza de quarto e lavanderia;
- c) Serviço de nutricionista;
- d) Serviço de cuidadores 24 horas;
- e) Serviço de assistência social;
- f) Serviço de enfermagem;
- g) Serviço com profissional de lazer.

2.3. O início dos serviços será realizado imediatamente após a celebração e assinatura do presente contrato.

2.4. O responsável técnico pelo objeto deste contrato, acompanhará a execução dos serviços prestados, estando apto para dirimir dúvida e analisará as características técnicas do serviço ofertado na proposta. Havendo a possibilidade também, conforme conveniência administrativa de delegação dessa função para outro profissional do Município:

Responsável p/ recebimento e fiscalização do objeto – nome e matrícula:	FERNANDA DE OLIVEIRA NOBRE Secretária de Assistência Social e Habitação	Telefones: (48) 3644-4947
---	--	------------------------------

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerado infração passível de aplicação das penalidades;

3.2. A CONTRATADA assume o compromisso formal de executar todas as tarefas objeto do presente contrato, com perfeição e acuidade, mobilizando para tanto, profissionais capacitados e submetidos a prévio treinamento;

3.3. A CONTRATADA deverá manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação, como salários de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da CONTRATADA a responsabilidade por qualquer acidente que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes asseguram;

3.4. Apresentar quando da prestação de contas do serviço prestado, certidões de regularidade junto ao INSS e ao FGTS, certidões negativas de débito Municipal, Estadual e Federal, bem como extrato analítico da folha de pagamento mensal, comprovante de pagamento do INSS e do FGTS referentes ao mês de competência do serviço prestado;

3.5. Fornecer os serviços nas condições, no preço e no prazo estipulado na proposta;

www.laguna.sc.gov.br
comunicacao@laguna.sc.gov.br
3644-1455

@prefeitura.laguna
@prefeitura.laguna





**Procuradoria
Geral**
Av. Carlos Roberto de Almeida, 585
Centro Administrativo, 88040-000
Laguna, SC
Fone: (51) 3644-0401
E-mail: procuradoria@laguna.sc.gov.br
www.laguna.sc.gov.br

- 3.6.** Entregar os serviços em conformidade com o solicitado na minuta contratual, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 3.7.** Recebido os serviços, estes serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa poderá sofrer as sanções cabíveis a espécie, sendo-lhe oportunizado o contraditório e ampla defesa;
- 3.8.** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- 3.9.** Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentado o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício e/ou obrigações previdenciárias no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1.** A CONTRATANTE se compromete a efetuar o pagamento mensal do valor acordado conforme as cláusulas contratuais pactuadas;
- 4.2.** Fornecer à CONTRATADA todos os elementos que se fizerem necessários à compreensão das condições contratuais, colaborando com a mesma, quando solicitada, no seu estudo e interpretação;
- 4.3.** Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos serviços, por intermédio de prepostos seus, devidamente credenciados;
- 4.4.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito ou outro meio digital, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na entrega dos serviços, para que sejam corrigidos/substituídos;
- 4.5.** Acompanhar os prazos de entrega, exigindo que a CONTRATADA tome as providências necessárias para regularização do fornecimento do serviço, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/1993 e demais cominações legais;
- 4.6.** Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1.** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da minuta contratual, que servirá como ordem de serviço, podendo ser prorrogado a pedido da CONTRATANTE por conveniência administrativa fundamentada, observado o artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

- 6.1.** Os preços especificados serão absolutamente líquidos, já com todas as despesas com impostos, taxas, frete, transporte, seguro, etc.
- 6.2.** É vedada à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que porventura venham a ser contratadas em sua proposta ou ainda decorrentes das variações das quantidades previstas no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1.** O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura acompanhada da respectiva comprovação de fornecimento atestadas pelo Setor Responsável e fiscal do contrato, e em conformidade ao discriminado na proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 7.2.** O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal na cidade de Laguna/SC, postergando-se, em caso negativo, para o 1º (primeiro) dia útil subsequente.
- 7.3.** Deverá constar da nota fiscal, número de conta bancária para depósito do(s) respectivo(s) pagamento(s) como também o número e data deste termo contratual.
- 7.4.** Nenhum pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA exiba, nas datas de liquidação, o CND do INSS e o CRS do FGTS, devidamente atualizados.

CLAUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇO

- 8.1.** Os valores pactuados serão reajustados após decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, com base no **IPCA/IBGE**, acumulado desde a data da assinatura do contrato até o mês de aplicação do reajuste, a menos que seja criado índice setorial oficial, obrigatoriamente imposto pela União.

CLÁUSULA NONA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1.** A despesa do objeto deste contrato correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Prefeitura Municipal de Laguna
09.012 – Poder Executivo/Secretaria de Assistência Social e Habitação
Funcional 08.244.0001.2.071 – Manutenção de Assistência Social e Habitação
(106) 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR

- 10.1.** O valor total do contrato é de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, sendo que o valor mensal será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme contido no processo.

www.laguna.sc.gov.br
comunicacao@laguna.sc.gov.br
Fone: (51) 3644-1655

[@prefeituralaguna](https://www.instagram.com/prefeituralaguna)
[@prefeituralaguna](https://www.facebook.com/prefeituralaguna)



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO**

11.1. Este Termo Contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas elencadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

12.2. Unilateralmente pela CONTRATANTE;

a) quando houver modificação dos serviços ou das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

12.3. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação do serviço.

12.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitando os termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste contrato, erros de execução, mora na entrega dos serviços ou produtos, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

a) Se a CONTRATADA não entregar os produtos ou serviços no prazo estipulado, a não ser por motivo de força maior definido em Lei e reconhecido pela CONTRATANTE, ficará sujeito a multa diária de 1% (um por cento) do valor total do contrato até o 10º (décimo) dia;

b) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Laguna pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Laguna, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

d) O valor da multa referido no subitem “b” será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão, não se efetuando qualquer pagamento de fatura, enquanto referida multa houver sido paga ou relevada a penalidade aplicada.

13.2. Não serão aplicadas as multas decorrentes de “casos fortuitos” ou “força maior”, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior aquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O presente instrumento considerar-se-á rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer notificação, judicial ou extrajudicial, uma vez verificada a ocorrência de uma dos seguintes eventos:

a) falência ou pedido de concordata da CONTRATADA;

b) a dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO, se for firma individual ou pessoa física;

c) a insolvência da CONTRATADA, caracterizada pelo protesto de títulos;

d) o não cumprimento de qualquer das cláusulas do presente contrato, desde que não tomadas as devidas providências dentro de 30 (trinta) dias, a contar do envio, pela CONTRATANTE, da notificação de tal evento;

e) a sub-contratação, do objeto deste contrato;

15.2. A rescisão contratual, nos casos acima especificados acarretará a CONTRATADA;

a) responsabilidade financeira pelos prejuízos causados a CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do contrato, até a apuração dos prejuízos causados a CONTRATANTE, a seus servidores ou a terceiros;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DOCUMENTOS QUE FAZEM PARTE

www.laguna.sc.gov.br
comunicacao@laguna.sc.gov.br
3344-1656

@prefeituradellaguna
@prefeituradellaguna





**Procuradoria
Geral**
Av. Carlos Roberto Mattoso Salgado, 585
Centro Administrativo, 8º andar
Laguna, Santa Catarina 88040-000
Fone: (51) 3544-0401
E-mail: procuradoria@laguna.sc.gov.br
www.laguna.sc.gov.br

16.1. Fazem parte integrante o presente contrato, independentemente da transcrição, a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Laguna, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, assim por estarem ajustados e contratados, após lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo.

Laguna, 1º de agosto de 2023.

CONTRATANTE:

SAMIR AHMAD
Prefeito Municipal de Laguna

FERNANDA DE OLIVEIRA NOBRE
Secretária de Assistência
Social e Habitação

CONTRATADA:

ASSOCIAÇÃO CASA LAR ESPECIAL
VALENTES DE DAVI
CNPJ nº. 05.XXX.XXX/XXXX-02

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO HENRIQUE
CPF nº XXX.XXX.XXX-60

LIZANDRA AMBROSINI
CPF nº. XXX.XXX.XXX-57



Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2023 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 5089641

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 004/2023
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES – LISTAGEM OFICIAL

O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, faz saber a quem possa interessar a publicação da HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2023, conforme segue:

POSIÇÃO	DATA NASCIMENTO	CANDIDATO	TÍTULOS	EXPERIÊNCIA COM- PROVADA	MÉDIA FINAL
1	30/01/1988	FERNANDA ALVES CAMACHO	0,0	3,5	3,5
2	01/01/1972	ANDREA DE SOUZA RITA PEREIRA	1,0	2,0	3,0

Lauro M-ller, 25 de agosto de 2023.
MORGANA FERNANDES
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Lindóia do Sul

PREFEITURA

CONVOCA AUDENCIA PÚBLICA LOA 2024

Publicação Nº 5090621

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.
Convoca Audiência Pública

O Prefeito do Município de Lindóia do Sul no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar Audiência Pública Municipal em atendimento ao parágrafo único do Art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Municipal nº 378/2001 e demais disposições legais aplicáveis, com a finalidade de prestar contas e definir ações e metas com vistas à elaboração:

I – da Lei Orçamentaria Anual – LOA, para o exercício 2024;

II – Prestação de contas II Quadrimestre de 2023;

Art. 2º. Para os fins do disposto no art. 1º deste edital, a Audiência Pública será realizada no dia 12 de setembro de 2023 as 17:30 horas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Ficam convocados todos os cidadãos lindoienses, sociedade civil organizada, conselhos municipais e representações públicas em geral.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, 24 de agosto de 2023.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.981, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090461

DECRETO Nº 3.981, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Abre Créditos Adicionais Suplementares no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município no inciso I do § 4º, do Art. 122 e,

Considerando o disposto no Art. 6º c/c Art. 7º e 9º da Lei nº 1.575, de 05 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para 2023 – LOA e dá outras providências e Lei Municipal Nº 1.601, de 24 de agosto de 2024,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Créditos Adicionais Suplementares das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura e Ambiente

Unid: 002 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade: 2.030 - Apoio Administrativo - Funderural

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.00– Transf. a instituições Privadas sem fins Lucrativos

Recurso: 1.500.0000.0104 – Recursos Ordinários.....R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 2.032 – Promoção a Produção Animal na Inseminação

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00– Aplicações Diretas

Recurso: 1.500.0000.0104 – Recursos Ordinários.....R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura e Ambiente

Unid: 002 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade: 2.032 – Promoção a Produção Animal na Inseminação

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00– Aplicações Diretas

Recurso: 1.500.0000.0104 – Recursos Ordinários.....R\$ 53.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 24 de agosto de 2023.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.982, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090464

DECRETO Nº 3.982, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Abre Créditos Adicionais Suplementares no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município no inciso I do § 4º, do Art. 122 e,

Considerando o disposto no Art. 6º c/c Art. 7º e 9º da Lei nº 1.575, de 05 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para 2023 – LOA e dá outras providências e Lei Municipal Nº 1.600, de 24 de agosto de 2024,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Unid: 003 – Diretoria de Cultura e Turismo

Projeto/Atividade: 2.018 – Manutenção das atividades Culturais

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Recurso: 2.500.0000.00000– Recursos Ordinários.....R\$ 180.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022, alocado na seguinte fonte de recurso:

Recurso: 2.500.0000.00000– Recursos Ordinários.....R\$ 180.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 24 de agosto de 2023.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 03/2023

Publicação Nº 5090493

EDITAL Nº 03/2023

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Convocar Audiência Pública, a ser realizada no dia 12 de setembro de 2023, às 17h00min., tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no § 4º, do Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2023.

Art. 2º. Para a Audiência Pública, ficam convocados os titulares e suplentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, os representantes do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul e convidados todos os demais Vereadores e cidadãos Lindoienses maiores de 16 anos.

Lindóia do Sul, 24 de agosto de 2023.

Vanderlei Dal Bello

Presidente

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 186/2022

Publicação Nº 5091742

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 186/2022

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte Termo de Apostilamento.

Processo Licitatório 70/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2022

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S. A

Objeto: Para melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, suprime-se o valor de R\$ 250.000,00 do recurso nº0.1.64.0379, e o valor

de R\$78.313,78 do recurso nº0.1.64.0366, previstos no contrato 186/22, e inclui-se os recursos de nº1.706.3110.0254 no valor de R\$ 260.135,92; recurso nº 1.706.3110.0253 no valor de R\$22.387,39, e o recurso nº2.706.3110.0253 no valor de R\$ 45.790,47, relativos, respectivamente, a nova emenda parlamentar, bem como, superavit e rendimentos de aplicação financeira.

Assinatura: 24 de agosto de 2023.

Neudi Angelo Bertol
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 377, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090444

LEI COMPLEMENTAR Nº 377, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Altera a Lei Complementar nº 179/2011, de 24 de outubro de 2011 que dispõe sobre o plano de carreira, cargos e remuneração dos servidores efetivos ocupantes de cargos de carreira do magistério público municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam renumerados os incisos do o Art 4º da Lei Complementar nº 179/2011, de 24 de outubro de 2011 que dispõe sobre o plano de carreira, cargos e remuneração dos servidores efetivos ocupantes de cargos de carreira do magistério público municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º.....

.....
I – 45 (quarenta e cinco) vagas de Professor;
II – 04 (quatro) vagas de Analista Pedagógico;
III – 03 (três) vagas de Gestor Escolar.
.....

Art. 2º Fica revogado o art 1º da Lei Complementar N. 365/2023 e demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as disposições em contrário.

NEUDI ANGELO BERTOL
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 378, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090448

LEI COMPLEMENTAR Nº 378, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Aprova a atualização de metas do plano municipal de saneamento básico dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovada a atualização de metas do plano municipal de saneamento básico realizado pela Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul e Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico – ARIS e ratificado em audiência pública.

Parágrafo único. O relatório técnico é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NEUDI ANGELO BERTOL
Prefeito Municipal

Conferido e registrado.
Para publicação no DOM/SC.

_____/_____/____.

Maurício Isaac Roberto
Assistente Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 379, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090450

LEI COMPLEMENTAR Nº 379, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Autoriza o Município a receber imóvel em doação e dá providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Lindóia do Sul a receber em doação parte do imóvel registrado no Registro Geral do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia com transcrição nº 16.199, com área total de 6.390 m² (seis mil, trezentos e noventa metros quadrados) e área a desmembrar de 735,73 m² (setecentos e trinta e cinco metros e setenta e três centímetros quadrados, de propriedade da Mitra Diocesana de Joaçaba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as disposições em contrário.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

Conferido e registrado.

Para publicação no DOM/SC.

_____/_____/____.

Maurício Isaac Roberto

Assistente Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 380, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090453

LEI COMPLEMENTAR Nº 380, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Altera a Lei Complementar Nº 214/2013, que dispõe sobre o parcelamento e remembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do Art. 1º da Lei Complementar Nº 214, de 16 de maio de 2013 que dispõe sobre o parcelamento e remembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade disciplinar o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos, sendo elaborada na observância da Lei Federal nº 6766/79, modificada pela Lei Federal nº 9785/99, Lei Federal nº 10.932/04, Código Florestal e suas alterações, Resolução nº 369 do CONAMA, Lei nº 11.483/07, Lei Federal nº 14.285/2021, Lei do Plano Diretor Municipal e demais normas federais e estaduais relativas à matéria e visando assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as disposições em contrário.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.599, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090124

LEI ORDINÁRIA Nº 1.599, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Define e regulamenta os benefícios eventuais no âmbito da política municipal de assistência social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL.

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º - Os benefícios eventuais consistem em uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário, não contributiva, que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fundamentados nos princípios

da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos direitos sociais e das seguranças socioassistenciais.

§ 1º - O benefício eventual deve integrar a rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas.

§ 2º - Entende-se que as pessoas com menores rendimentos, dadas às condições de vida, são as mais afetadas por contarem com menos possibilidades de enfrentamento a tais adversidades.

Art. 3º - Os benefícios eventuais deverão ser:

- a) Distributivos, gratuitos e não sujeitos a condicionais ou contrapartidas;
- b) Desfocalizados da indigência, da idade mínima de 65 anos e deficiências;
- c) Desburocratizados;
- d) Interpretados como direitos e terem divulgadas amplamente e periodicamente as condições e a oportunidade para acessá-los e usufruí-los;
- e) Desvinculados de testes e de meios ou comprovações rigorosas, complexas e constrangedoras.

Parágrafo único: Os requerentes de Benefícios Eventuais, com renda per capita de ½ salário mínimo e/ou de até 3 (três) salário mínimo familiar, deverão ser encaminhados para inscrição e/ou atualização do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal).

CAPÍTULO II

DESTINAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 4º - O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias em situação de vulnerabilidade social, com impossibilidade de arcar, por conta própria, com as necessidades urgentes e com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 1º - Vulnerabilidade social compreende situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos - situações essas que têm origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é somente financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade de os indivíduos ou grupos sociais acessarem esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

§ 2º - Contingências sociais devem ser entendidas como situações que podem deixar as famílias ou indivíduos em situações de vulnerabilidade e fazem parte da condição real da vida em sociedade, tais como: acidentes, nascimentos, mortes, desempregos, enfermidades, situação emergencial, estado de calamidade pública, entre outros.

Art. 5º - Os benefícios eventuais serão prestados aos cidadãos em razão de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporárias e de calamidade pública, não estando restritos a prestações únicas, casos de nascimento, morte e perdas e danos.

Art. 6º - Não farão jus aos benefícios eventuais descritos nesta norma, aqueles cidadãos já atendidos, por outras políticas públicas setoriais, de abrangência municipal, estadual ou federal, programas e ou projetos, pontuais, com o mesmo objeto, no mesmo período do requerimento.

Parágrafo único. Os benefícios/programas de transferência direta de renda do Programa Bolsa Família e/ou o que vier a suceder, não se enquadram no critério disciplinado no caput deste artigo.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA A OBTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 7º - Os benefícios eventuais correspondentes ao nascimento, morte e vulnerabilidade temporária terão como critério objetivo para acesso, renda per capita de ½ salário mínimo e/ou, renda familiar de até 3 (três) salários mínimo nacional, considerados para este cálculo todos os membros da família, e será concedido mediante a avaliação disposta no art. 8º desta lei.

§ 1º - Em situações excepcionais, nas quais as famílias não se enquadrem no critério disciplinado no caput deste artigo, poderá a equipe técnica de referência flexibilizar a exigência dos critérios e prazos para casos em que for constatada a situação de vulnerabilidade temporária.

§ 2º - Ocorrendo a situação disciplinada no parágrafo anterior, a equipe técnica deverá dar ciência ao Conselho Municipal de Assistência Social na primeira reunião ordinária subsequente.

§ 3º - Os benefícios/programas de transferência direta de renda do Programa Bolsa Família e/ou o que vier a suceder, no âmbito da Política de Assistência Social, não serão contabilizados no cálculo de renda familiar.

Art. 8º - A concessão dos benefícios eventuais caracteriza-se por atividade a ser realizada por profissionais de nível superior que compõem as equipes de referência dos serviços socioassistenciais integrantes dos equipamentos da Política de Assistência Social a nível local, com o devido e obrigatório registro em conselhos de classe, conforme resolução do CNAS Nº. 17/2011.

§ 1º - Quando os equipamentos forem os locais de oferta dos Benefícios Eventuais, e a demanda justificar, deverá ser ampliado o número de profissionais que compõe obrigatoriamente as equipes de referência (Resolução CNAS 17/2011) e contar com espaço físico adequado para além daqueles necessários para a oferta dos serviços, visando não prejudicar a oferta dos principais serviços dos equipamentos, ou seja, Serviço de Atendimento Integral a Família – PAIF; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAFI.

§ 2º - Os dados coletados durante o atendimento terão validade de 06 (seis) meses, caso, não tenha ocorrido nenhuma mudança de endereço, composição familiar e de renda familiar.

§ 3º - O documento utilizado para entrevista e parecer para a concessão dos Benefícios Eventuais pode ser Relatório e/ou Formulário, ou sistema informatizado, adotado pelo município.

§ 4º - Quanto ao documento contábil pode ser utilizado recibo, termo de entrega ou ainda listas assinadas pelos beneficiários.

§ 5º - O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta Lei.

§ 6º - Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais: a criança, o adolescente, a gestante, a nutriz, a pessoa com deficiência, a pessoa idosa e as famílias em situação de calamidade pública.

§ 7º - A concessão dos Benefícios Eventuais ocorrerá nos serviços socioassistenciais, especificamente nas Unidades do CRAS e na gestão, através da equipe da PSB e PSE, no âmbito do trabalho social com famílias, nas ações de atendimento, acompanhamento e demanda espontânea, sendo que caberá a gestão local definir, preferencialmente com as equipes e regulamentar os fluxos de referência e contra referência, quando se optar pela oferta de benefícios eventuais em todas as unidades socioassistenciais públicas; ou, em uma unidade específica, enquanto outras unidades concedem apenas a família e indivíduos em acompanhamento

Art. 9º - De acordo com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda do SUAS à família ou pessoa beneficiada deverá ser encaminhada para cadastrar-se no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CADÚNICO.

CAPÍTULO IV DA ESPÉCIES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 10º - Serão concedidos benefícios eventuais em casos de:

I - Natalidade;

II - Morte;

III - Vulnerabilidade temporária;

IV - Calamidade Pública;

V - Outros benefícios eventuais dispostos sob forma de lei ou regulamentados pelo Conselho Municipal de Assistência Social e mediante apresentação de demanda pela equipe técnica devidamente justificada.

Seção I Benefício Eventual Natalidade

Art. 11º - O benefício eventual em razão de natalidade constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, no valor de um salário mínimo nacional, a ser ofertado em bens materiais e/ou em pecúnia, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

Parágrafo único. Quando se tratar de bens materiais, será do enxoval do recém-nascido, incluindo vestuário, utensílios para alimentação, higiene e demais itens de necessidade básica, observada a dignidade e o respeito à família beneficiária.

Art. 12º - O benefício pode ser solicitado 90 (noventa) dias após o nascimento, sendo que a avaliação para a concessão do benefício será feita em até 30 (trinta) dias após o requerimento.

Art. 13º - O benefício eventual, em razão de natalidade, será devido à família em número igual ao da ocorrência do evento.

§ 1º - Em caso de parto múltiplo, o benefício será concedido a cada uma das crianças.

§ 2º - É vedada a concessão de auxílio por nascimento para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, g, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 14º - O benefício eventual em razão de nascimento atenderá preferencialmente aos seguintes aspectos:

I - Necessidades do nascituro ou recém-nascido;

Art. 15º - O critério de renda estabelecido no art. 7º considerará o nascituro no cálculo da renda per capita.

Seção II Benefício Eventual Morte

Art. 16º - O benefício eventual concedido em razão de morte constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em pecúnia, destinados a reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 17º - O benefício eventual concedido em razão de morte atenderá:

I - Ao custeio das despesas de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária;

II - Ao custeio das necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou

membros;

III - Para o cumprimento do disposto neste artigo, levar-se-á em conta o seguinte:

- a) Em caso de falecimento de mais de um integrante do mesmo grupo familiar, poderá ser concedido um benefício em razão de cada pessoa falecida;
- b) Em caso de natimorto (morte de um feto após 20 semanas de gravidez) ou morte do recém-nascido, a família poderá requerer o benefício para suprir necessidades decorrentes.
- c) Em caso das despesas a família pode requerer o benefício até 30 (trinta) dias após o óbito;
- d) Quando se tratar de usuário da política de assistência social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inserido nos serviços socioassistenciais da proteção social especial de alta complexidade, os responsáveis pelos serviços poderão solicitar o benefício eventual concedido em razão de morte;
- e) O valor do auxílio funeral, quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social em situação de abandono, morador de rua, ou indivíduo sem vínculo familiar conhecido, será o total dos custos das despesas decorrentes do funeral, sendo gerido pelo órgão gestor municipal de Assistência Social;
- f) Em situações excepcionais, nas quais as famílias apresentem situação de vulnerabilidade extrema, porém não sendo considerada como situação de abandono, pessoa em situação de rua ou indivíduo sem vínculo familiar conhecido, a equipe técnica de referência através de avaliação, poderá flexibilizar o valor já definido no artigo 19, até o valor máximo de 4 salários mínimos.

Parágrafo único: Os casos em que for identificada a necessidade de flexibilizar os preceitos acima descritos, serão considerados como CASOS DE LIBERAÇÕES EXCEPCIONAIS e deverão ser encaminhados informação ao CMAS para ciência e deliberação.

Art. 18º - Os benefícios eventuais em razão de nascimento e/ou morte poderão ser concedidos diretamente a um integrante da família beneficiária ou pessoa autorizada mediante procuração.

Art. 19º - O valor conferido a título de auxílio-funeral será de um salário mínimo nacional vigente no país.

Seção III

Benefício Eventual de Vulnerabilidade Temporária

Art. 20º - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I - Riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II - Perdas: privação de bens e de segurança material;
- III - Danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - Da falta de:

- a) Acesso a condições e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;
- b) Documentação;
- c) Domicílio.

II - Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 21º - Serão ofertados para essas situações, dentre outros:

- I - Cesta de gêneros alimentícios;
- II - Documentação;
- III - Passagens/transporte;
- IV - Acolhimento;
- V - Aluguel social;
- VI - Custeio de tarifas de energia elétrica e abastecimento de água;

Art. 22º - A caracterização dos benefícios ofertados, de acordo com artigo 21, se configura:

I - Cesta de gêneros alimentícios e/ou itens de higiene, em que o fornecimento contemple alimentação saudável, acessível e de qualidade, desde que não tenham recebido esses itens no mesmo mês em razão de outro benefício e/ou projeto vigente, sendo que durante o ano vigente poderá ser concedido no prazo máximo de quatro (04) meses;

II - Documentação consistente no custeio de foto, para casos de idade inferior a 3 anos, para confecção da primeira via da carteira de identidade;

III - Passagens para transporte que serão concedidas nos casos de pessoas em situação de rua e/ou trânsito no âmbito da Política de Assistência Social, e indígenas, por vias terrestres, cujo pagamento não poderá exceder ao valor equivalente a distância da capital do Estado de Santa Catarina (Florianópolis) apenas uma vez;

a) O benefício transporte consiste na concessão de passagens intermunicipais para acessar os serviços e programas socioassistenciais

vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social, e para atender às situações emergenciais e pontuais identificadas, no âmbito do acompanhamento familiar, para encaminhamentos referentes à política de assistência social.

IV - Acolhimento consistente no pagamento de hotel para a vítima, nos casos de perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares com presença de violação de direitos,

a) O auxílio será concedido pelo prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;

b) O auxílio poderá ser concedido por prazo superior àquele estabelecido na alínea anterior, desde que devidamente justificada a necessidade e avaliada por técnico de referência do serviço.

V - Aluguel Social é um benefício eventual concedido para custear, integral ou parcialmente, a locação de imóvel residencial situado no Município de Lindóia do Sul, objetivando disponibilizar o acesso à moradia segura em caráter emergencial e temporário, às famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, através do repasse de recurso financeiro, de 1/2 salário mínimo nacional vigente;

§ 1º - O aluguel social deve ser ofertado no campo das seguranças sociais, não podendo ser confundido com a provisão de moradia no campo da habitação, espaço em que o cidadão deve ter sua demanda atendida de forma definitiva.

§ 2º - Serão beneficiárias do Aluguel Social as famílias privadas de sua moradia nas seguintes hipóteses:

I - Em situação de vulnerabilidade social relevante, especialmente em casos de violência doméstica, hipótese onde os membros encontram-se em situação de risco pessoal e social;

II - Em situação de emergência, estado de emergência e calamidade pública, devidamente reconhecida, hipótese em que o Aluguel Social poderá, excepcionalmente, ser disponibilizado sem comprovação de tempo mínimo de moradia no município

III - Excepcionalmente, o aluguel social poderá ser concedido para pessoas que residam no município de Lindóia do sul com período inferior a um ano, mediante avaliação da equipe técnica.

§ 3º - São requisitos para a concessão do benefício de Aluguel Social às famílias privadas de sua moradia, cumulativamente:

a) Residir no município há pelo menos 12 (doze) meses ou, excepcionalmente, estar em alojamento/abrigo provisório por intermédio de programas/projetos públicos;

b) Locar imóvel que não esteja situado em área pública, em área de preservação permanente ou de risco;

c) Não possuir imóvel no município de Lindóia do Sul, ou fora dele, exceto nos casos de situação de emergência e/ou calamidade pública devidamente reconhecidos.

§ 4º - O titular do benefício concedido será preferencialmente a mulher, salvo nos casos de incapacidade comprovada desta, onde outro integrante do núcleo familiar será o titular do benefício.

§ 5º - Terá prioridade na concessão do Aluguel Social a família que:

I - Possuir menor renda per capita;

II - For chefiada preferencialmente por mulher;

III - Possuir maior número de dependentes.

§ 6º - O benefício do Aluguel Social será concedido pelo período máximo de até 03 (três) permitida a prorrogação por igual período, mediante avaliação e parecer da equipe técnica de referência do serviço socioassistencial (conforme § 7º do artigo 8º), caso mantidas as condições de vulnerabilidade e risco social, conforme estabelecido no artigo 2º desta Lei.

§ 7º - O valor do benefício concedido deverá ser utilizado integralmente para locação de moradia transitória, situada em área segura e salubre, sendo vedada a sua utilização para outros fins;

§ 8º - Caso o valor do aluguel mensal contratado seja inferior ao valor do benefício, este ficará limitado ao valor do aluguel do imóvel locado e, na hipótese do aluguel mensal contratado ser superior ao valor do benefício é de responsabilidade do beneficiário o complemento do valor;

§ 9º - A Administração Pública Municipal não faz parte de qualquer ajuste ou relação entre locador e locatário e não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao imóvel locado, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula prevista em contrato ou ajustada verbalmente.

VI - Custeio de tarifas de energia elétrica e abastecimento de água

a) O auxílio para custeio de energia elétrica e abastecimento de água permitirá atender situações emergenciais de regularização do fornecimento de água, luz em casos de suspensão e/ou aviso de corte, devidamente justificadas, a fim de atender prioritariamente famílias com crianças, idosos, gestantes e nutrízes em condição de vulnerabilidade e/ou risco social;

b) Também poderá atender situações de desligamento dos serviços de acolhimento institucional da assistência social, auxiliando no processo de reconstrução de seus vínculos familiares;

c) Terá um limite de pagamento de até 22% (vinte e dois por cento) do salário mínimo vigente, sendo concedido apenas 01 (uma) vez no período de 01 (um) ano.

VII – Cobertores e Similares

a) Se destinam a indivíduos e famílias que não podem satisfazer suas necessidades básicas com recursos próprios, necessitando da concessão de benefícios que atendam a necessidade de cobertores e/ou similares para ajudar a amenizar o frio;

b) O benefício eventual, aqui definido, deve ser concedido na forma de bens de consumo, em caráter provisório;

c) Devem ser ofertados de forma integrada com os serviços da política de Assistência Social, além dos programas, projetos e demais benefícios do SUAS;

d) A equipe técnica responsável pela concessão de benefícios eventuais de cobertores, deve avaliar a forma mais adequada da prestação do benefício, assegurando sua integração às ações da rede socioassistencial e ações de outras políticas públicas, mediante articulação feita pela gestão local.

Seção IV

Benefício Eventual de Situação de Emergência e Calamidade Pública

Art. 23º - Para o atendimento em razão de situação de emergência e estado de calamidade pública devidamente reconhecido, o benefício eventual deve assegurar, complementarmente e de forma intersetorial com as demais políticas públicas, a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do art. 22 da Lei 8.742, de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 2011.

Art. 24º - O Benefício Eventual por Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública consiste no apoio e proteção à população através da oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Parágrafo Único. Nos casos de oferta de alojamentos provisórios coletivos, as equipes técnicas, das Políticas setoriais municipais deverão assistir os beneficiários de modo a assegurar a garantia da salubridade dos locais e prevenir a saúde mental dos beneficiários.

Art. 25º - O órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social deverá assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

Art. 26º - A Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública caracteriza-se quando há reconhecimento pelo poder público de situações anormais como: temperaturas excessivamente baixas/altas, tempestades, enchentes, inversões térmicas, estiagens, desabamentos, incêndios e epidemias, causando sérios danos à comunidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 27º - Para atendimento das vítimas de Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública, o benefício eventual deverá ser gerenciado de forma articulada com o serviço de proteção socioassistencial de alta complexidade.

Art. 28º - São consideradas provisões compatíveis com o Benefício Eventual por Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública, as destinadas para:

I - Aquisição de materiais para alojamento;

II - Aquisição de materiais de limpeza e desinfecção;

III - Vestuário, agasalhos, colchões e cobertores;

IV - Alimentação;

V - Estrutura para guarda de pertences e documentos;

VI - Outras necessidades que atendam às particularidades da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 29º - A forma de acesso ao Benefício Eventual por Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública se dará através de notificação de órgãos da Administração Pública Municipal e da Defesa Civil, conforme protocolo de situação de emergência e calamidade pública.

§ 1º - O Benefício Eventual por Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública será concedido de forma ágil ou conforme determinado juntamente com a família, a partir de avaliação da equipe técnica de referência dos serviços socioassistenciais (conforme § 7º do artigo 8º).

§ 2º - A concessão de itens de ajuda humanitária da Defesa Civil depende do reconhecimento do poder público, via decreto municipal, o que não ocorre com os benefícios eventuais, que podem ser concedidos mediante necessidade da população e regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§ 3º - A gestão municipal deverá observar para não haver sobreposição de itens de ajuda humanitária e benefícios eventuais, mediante trabalho integrado da política da Defesa Civil e da Assistência Social.

CAPÍTULO V

Da documentação

Art. 30º - São documentos essenciais para concessão dos benefícios eventuais (vulnerabilidade temporária, natalidade, morte, ou situação de calamidade pública):

I - Comprovante de residência no município, (fatura/boleto de energia elétrica, água, telefone, contrato de locação de imóvel residencial, dentre outros),

II - Comprovante de renda de todos os membros do grupo familiar, no caso de agricultor apresentação de DAP;

III - Documentos pessoais do requerente, bem como, do demais integrantes do grupo familiar residam no mesmo domicílio.

§ 1º - Em razão de natalidade:

I - O benefício será concedido após o nascimento, o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

§ 2º - No caso de benefício eventual em virtude de morte:

I - Declaração de morte presumida ou certidão de óbito;

II - Nota fiscal referente aos serviços funerários;

III - Dados bancários do requerente para depósito (pessoa física).

§ 3º - No caso de aluguel social:

- I - Cópia do contrato de locação do imóvel com a qualificação completa do locador e do locatário e/ou declaração do proprietário de locação do imóvel assinada em cartório.
- II - Comprovante de endereço do imóvel,
- III - Vigência e valor pago a título de aluguel;
- IV - Dados bancários do locador.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CASOS OMISSOS

Art. 31º - Compete ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

- a) Coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento e a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento total ou compartilhado com outras esferas de governo;
- b) Elaboração, pelos serviços socioassistenciais, de um plano de acompanhamento e monitoramento das famílias beneficiárias, quando necessário;
- c) Articulação com as políticas sociais setoriais e de defesa de direitos socioassistenciais, para o atendimento integral da família beneficiária;
- d) O órgão gestor de Assistência Social Municipal deverá promover ações que viabilizem e garantam a ampla e periódica divulgação dos benefícios eventuais e dos critérios para sua concessão;
- e) Planejar e programar, de acordo com o ano anterior, a quantidade de benefícios eventuais necessários ao atendimento da população beneficiária, anteriormente ao período de elaboração dos projetos de Lei Orçamentária Anual, visando estimativa financeira, excetuando situações adversas que possam ocorrer.

Art. 32º - Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) a fiscalização da aplicação dos recursos destinados aos benefícios eventuais, bem como a eficácia deste no Município, propondo ao órgão gestor, sempre que necessário, a revisão anual da regulamentação de concessão e valor dos mesmos.

Parágrafo único: A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais, deverá ser regulamentada através de alteração da Lei que o normatiza, mediante aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS e transitorias

Art. 33º - Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros, cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 34º - As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais do Sistema Único de Assistência Social.

Art. 35º - Demais critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais não previstos nesta Lei serão disciplinados em Resolução específica do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art. 36º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro

Art. 37º - Em caso de ocorrência de calamidade pública, os recursos financeiros deverão ser complementados e articulados com os recursos destinados à defesa civil.

Art. 38º - Ficam revogadas as Leis Nº 1.033/2011 e 1.485/2021.

Art. 39º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 24 de agosto de 2023.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.600, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090130

LEI ORDINÁRIA Nº 1.600, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Abre Créditos Adicionais Suplementares no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL
Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Unid: 003 – Diretoria de Cultura e Turismo
Projeto/Atividade: 2.018 – Manutenção das atividades Culturais
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Recurso: 2.500.0000.00000– Recursos Ordinários.....R\$ 180.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022, alocado na seguinte fonte de recurso:

Recurso: 2.500.0000.00000– Recursos Ordinários.....R\$ 180.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 24 de agosto de 2023.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.601, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090133

LEI ORDINÁRIA Nº 1.601, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Abre Créditos Adicionais Suplementares no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Créditos Adicionais Suplementares das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura e Ambiente
Unid: 002 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.030 - Apoio Administrativo - Funderural
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.00– Transf. a instituições Privadas sem fins Lucrativos
Recurso: 1.500.0000.0104 – Recursos Ordinários.....R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 2.032 – Promoção a Produção Animal na Inseminação
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00– Aplicações Diretas
Recurso: 1.500.0000.0104 – Recursos Ordinários.....R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura e Ambiente
Unid: 002 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.032 – Promoção a Produção Animal na Inseminação
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00– Aplicações Diretas
Recurso: 1.500.0000.0104 – Recursos Ordinários.....R\$ 53.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 24 de agosto de 2023.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.602, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090137

LEI ORDINÁRIA Nº 1.602, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Altera a Lei Ordinária Nº 1.387/2017, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos econômicos a empresas vencedoras de processo licitatório, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da Lei Ordinária Nº 1.387/2017, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos econômicos a empresas vencedoras de processo licitatório, e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Os incentivos terão o objetivo de possibilitar a instalação de empresas nos ramos metal-mecânica, construção civil e madeireira, chapeação automotiva, mecânica agrícola, mecânica pesada, equipamentos agropecuários, processamento de resíduos sólidos recicláveis e bebidas.

Art. 2º Fica revogada a Lei Municipal nº 1.583/2023 e demais as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 24 de agosto de 2023.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

PORTARIA Nº 549/2023

Publicação Nº 5090161

PORTARIA Nº 549/2023
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90 e,

CONSIDERANDO que a servidora foi designada para responder pela função de contador;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada III (FGIII) para o (a) servidor (a) IVONE VARGAS FERRARI, ocupante do cargo de AUDITORA CONTÁBIL, com efeitos retroativos a partir de 08/08/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 21 de agosto de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 551/2023

Publicação Nº 5090138

PORTARIA Nº 551/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) GILMAR LUIZ BORGES FORNARI, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, referente ao período aquisitivo 2016/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 552/2023

Publicação Nº 5090145

PORTARIA Nº 552/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) MICHELE JOSIANE OLSSON, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, referente ao período aquisitivo 2016/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 553/2023

Publicação Nº 5090166

PORTARIA Nº 553/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) ALDORI LIERMANN, ocupante do cargo de MOTORISTA, referente ao período aquisitivo 2014/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 554/2023

Publicação Nº 5090188

PORTARIA Nº 554/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) SILMARA KLEMME, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS BRAÇAIS, referente ao período aquisitivo 2017/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 555/2023

Publicação Nº 5090192

PORTARIA Nº 555/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) LAURITA DEMARCH, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo 2017/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 556/2023

Publicação Nº 5090196

PORTARIA Nº 556/2023
CONCEDE FÉRIAS EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias em pecúnia para o (a) servidor (a) ALTAMIR PENSA, ocupante do cargo de GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 557/2023

Publicação Nº 5090203

PORTARIA Nº 557/2023
CONCEDE FÉRIAS EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias em pecúnia para o (a) servidor (a) JAISON SCHULZ, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 558/2023

Publicação Nº 5090205

PORTARIA Nº 558/2023
CONCEDE FÉRIAS EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias em pecúnia para o (a) servidor (a) JEAN CARLO CIESIELSKI, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 559/2023

Publicação Nº 5090206

PORTARIA Nº 559/2023
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 07 dias de férias para o (a) servidor (a) CATIA SULAMITA MULLER, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a partir do dia 22/08/2023 a 28/08/2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023, com retorno dia 29/08/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2023.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

Luiz Alves

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 13/2023 - FME

Publicação N° 5090649

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8AFFF614E725CE8D9AFE56E2FA9EE1CDB07CEA19



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

EXTRATO DO CONTRATO N.º 13/2023
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 02/2023
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 21/2023

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratada: HR CONSTRUTORA E COMÉRCIO DE TELAS LTDA – CNPJ/MF sob o n.º 15.484.657/0001-49

Do objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA READEQUAÇÃO DE MUROS E GRADIS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA.

Do valor: O valor total da contratação é de **R\$ 178.000,00** (cento e setenta e oito mil reais).

Da vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Luiz Alves, 24 de agosto de 2023.

Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
Fone/ Fax (47) 3377 – 8650 - CNPJ: 19.578.710/0001-21

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N.º 26/2020 - FME

Publicação Nº 5091728

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6504E13EE72F3F56FA1F0861DB6A97F687530F75



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N.º 26/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2020**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob o n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – CNPJ sob n.º 00.521.113/0001-32.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR A CONTINUAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO EDUCATIVO URBANO COM 12 SALAS DE AULA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, NA LOCALIDADE VILA DO SALTO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Do Distrato: Conforme pedido da empresa e autorização da autoridade competente, rescinde-se o contrato 26/2020, de forma amigável, com base na cláusula onze, parágrafo segundo, inciso II do contrato principal, bem como art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, pelos fatos e fundamentos apresentados e anexados neste termo de rescisão.

Luiz Alves, 24 de agosto de 2023.

Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
Fone/ Fax (47) 3377 – 8650 - CNPJ: 19.578.710/0001-21

Macieira

PREFEITURA

PORTARIA 5353

Publicação Nº 5089848

PORTARIA Nº 5353/2023
CONTRATA SERVIDORES APROVADOS EM CHAMADA PÚBLICA 13/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos da Lei Complementar 87, de 26 de junho de 2019,

RESOLVE:
Art. 1º CONTRATAR em caráter temporário, conforme nome, cargo e carga horária, lotação, início e fim do contrato.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	INICIO DE CONTRATO	FIM DO CONTRATO
MATEUS RIBEIRO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	40H	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	28/08/2023	31/12/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 28 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 24 de Agosto de 2023.
EDGARD FARINON
Prefeito Municipal

PORTARIA 5354

Publicação Nº 5089849

PORTARIA Nº 5354/2023
NOMEIA SERVIDORES PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO CONFORME ESPECIFICA

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 68/2014 que prevê o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e o disposto na Lei nº 111 de 29 de novembro de 2022.

RESOLVE
Art. 1º NOMEAR os servidores abaixo relacionados para ocuparem os respectivos cargos:

NOME	CARGO	CARGO
CARMEN APARECIDA ABATTI GOMES	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar do dia 28 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 24 de Agosto de 2023
EDGARD FARINON
PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.256

Publicação Nº 5090498

DECRETO Nº 5.256
DE 07 DE AGOSTO DE 2023.

CANCELAMENTO DO LOTEAMENTO VILA JOSÉ SCHULTZ, LOCALIZADO NO BAIRRO RESTINGA .

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e Memorando nº 6875/2023 de 10 de Julho de 2023;

Considerando que não foi detectada infraestrutura implantada dentro do referido loteamento, não sendo o loteamento implantado e/ou executado;

DECRETA
Art. 1º Fica Cancelado o Loteamento Vila José Schultz, Localizado no Bairro Restinga, Aprovado pelo Município em 08 de Junho de 1979, conforme averbado pelo 1º ofício de Registro de Imóveis de Mafra junto à transcrição imobiliária n. 10.689.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Mafra, 07 de Agosto de 2023.
EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

LUIZ VIDAL DA SILVA JUNIOR
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO Nº 125/2023

Publicação Nº 5090734

EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO Nº 125/2023

Contratante:MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: MELANY KARLA DE OLIVEIRA KIELTYKA
CNPJ sob o nº 46.351.010/0001-72

Origem: Processo Licitatório n.º 102/2023, Credenciamento nº 005/2023

Objeto: O presente contrato tem por objeto a seleção de prestadores de serviços (MEIs) para execução de demandas variáveis de reparos e manutenções em imóveis públicos, por meio da Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cidadania do Credenciamento nº 005/2023, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 03/06/2023, devidamente homologado pelo CREDENCIADOR, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

ATIVIDADE 2 - PEDREIRO				
ITENS	COD SINAPI	Descrição da atividade	Unidade medida	Valor Unitário R\$
2.1	00004750	Serviços de vigas e pilares, levante de parede.	Hora	R\$ 23,18
2.2	00004750	Serviços de reboco de estruturas, paredes, tetos, muros e pisos.	Hora	R\$ 23,18
2.3	00004750	Serviços de pavimentação de calçadas e meios-fios, assentamento de meios-fios.	Hora	R\$ 23,18
2.4	00004750	Serviços de assentamento de cerâmicas, azulejos e porcelanatos ou material similar.	Hora	R\$ 23,18
2.5	00004750	Reparo e troca de manilhas, aparelhos sanitários, e outras peças, chumba bases danificadas.	Hora	R\$ 23,18
2.6	00004750	Ajudante de pedreiro.	Hora	R\$ 23,18

Data de Assinatura: 23 de agosto de 2023.

Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável até o término da vigência do edital.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO Nº 126/2023

Publicação Nº 5090748

EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO Nº 126/2023

Contratante:MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: BRUNO RUBIANO PIRES DA SILVA

CNPJ sob o nº 51.528.785/0001-00

Origem: Processo Licitatório n.º 102/2023, Credenciamento nº 005/2023

Objeto: O presente contrato tem por objeto a seleção de prestadores de serviços (MEIs) para execução de demandas variáveis de reparos e manutenções em imóveis públicos, por meio da Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cidadania do Credenciamento nº 005/2023, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 03/06/2023, devidamente homologado pelo CREDENCIADOR, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

ATIVIDADE 4 - JARDINAGEM				
ITENS	COD SINAPI	Descrição da atividade	Unidade medida	Valor Unitário R\$
4.1	00044503	Capina manual ou mecânica,	Hora	16,93
4.2	00044503	Aplicação de larvicidas (produtos químicos que combatem as larvas de insetos), aplicação de herbicidas (substâncias químicas para destruir ervas daninhas).	Hora	16,93
4.3	00044503	Poda e corte de árvores de pequeno, médio ou grande porte.	Hora	16,93
4.4	00044503	Plantio, tratamento e manutenção de jardins e gramados mobilizações de terra, preparo de terra, escavando, e irrigando, e efetuando outros tratos que se fizerem necessários.	Hora	16,93
4.5	00044503	Manutenção de jardins, Limpeza de arbustos e plantas e retirada de ervas daninhas. Conservação de áreas verdes.	Hora	16,93
4.6	00044503	Serviços de paisagismo, limpeza, manutenção, plantio de jardins.	Hora	16,93
4.7	00044503	Plantio de grama para recomposição de áreas.	Hora	16,93
4.8	00044503	Plantio, tratamento e manutenção de plantas para outras atividades paisagísticas voltadas à manutenção do solo como: criação de zonas de retenção, melhoria de terreno, prevenção de inundações, etc.	Hora	16,93

Data de Assinatura: 23 de agosto de 2023.

Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável até o término da vigência do edital.

Foro: Comarca de Mafra

Major Gercino

PREFEITURA

2 ADTV. DO CONTRATO 44/2021

Publicação Nº 5092541

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0DEA2F21F427A4F9A950B0787DDEA1E99910F703

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 44/2021 - PROC. 71/2022

OBJETO: O objeto do presente instrumento é PRORROGAR o prazo da vigência do Contrato nº 44/2021 por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 26/08/2023 a 25/08/2024, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666, de 1993.

PRAZO: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: O valor global contratual importa em R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Art. 57 da Lei 8666/1993.

Para maiores informações, solicite no e-mail licitacoes@majorgercino.sc.gov.br.

VALMOR PEDRO KAMMERS
PREFEITO MUNICIPAL

DISP. LIC. 57/2023, PROC51/23

Publicação N° 5092495

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1BFEE9DE99104316949EE24686C468EB97A30207

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO N° 51/2023**

A Prefeitura Municipal de MAJOR GERCINO-SC, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na da Lei Federal nº 8.666/93 em seu art. 24, II, RESOLVE: realizar a dispensa de licitação referente ao PROCESSO LICITATÓRIO N° 51/2023, cujo objeto é contratação de empresa prestação de serviço de Assessoria a comissão de regularização fundiária nas instruções dos processos de REURB. (REGULARIDADE FUNDIÁRIA URBANA - LEI 13.465/2017) Na Prefeitura Municipal de Major Gercino. Para maiores informações, solicite no e-mail licitacoes@majorgercino.sc.gov.br.

Major Gercino, 24 de agosto de 2023.

HOMOLOGAÇÃO DA TP 54/2023, PROC. 48/23

Publicação Nº 5092465

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 420F8002E6896019624467D75D97FF61F96841FA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO CNPJ: 82.845.744/0001-71 PRAÇA GERÔNIMO SILVEIRA ALBANAES, 78 C.E.P.: 88260-000 - Major Gercino - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 54/2023 - TP
	Processo Administrativo: 50/2023 Processo de Licitação: 48/2023 Data do Processo: 03/08/2023

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALMOR PEDRO KAMMERS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 48/2023
b) Licitação Nr.: 54/2023-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 24/08/2023
e) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a execução de pavimentação, drenagem da rua Nossa Senhora Aparecida.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008676 - ANDRADE & AMORIM PAVIMENTACAO E DRENAGEM	1	0,0000	247.824,65
	1		247.824,65

Major Gercino, 24 de Agosto de 2023.

VALMOR PEDRO KAMMERS
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DO PE 52/2023, PROC. 47/23

Publicação Nº 5089095

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 174BE39F2CEAE160CC353024DDD9D38BDFCEF02E

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO CNPJ: 82.845.744/0001-71 PRAÇA GERÔNIMO SILVEIRA ALBANAES, 78 C.E.P.: 88260-000 - Major Gercino - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 53/2023 - PE Processo Administrativo: 47/2023 Processo de Licitação: 47/2023 Data do Processo: 02/08/2023
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALMOR PEDRO KAMMERS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 47/2023
b) Licitação Nr.: 53/2023-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 23/08/2023
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATAMENTO DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO PELO ÓRGÃO AMBIENTAIS, PARA O MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007838 - RECYCLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA	1	0.0000	118.000,00
	1		118.000,00

Major Gercino, 23 de Agosto de 2023.

VALMOR PEDRO KAMMERS
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PE 47/2023, PROC. 42/23

Publicação Nº 5089502

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 05C9CD02E12B1C1B6C4E50B000BFBFAB683BA1B6

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO CNPJ: 82.845.744/0001-71 PRAÇA GERÔNIMO SILVEIRA ALBANAES, 78 C.E.P.: 88260-000 - Major Gercino - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 47/2023 - PE Processo Administrativo: 39/2023 Processo de Licitação: 42/2023 Data do Processo: 05/07/2023
---	--

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALMOR PEDRO KAMMERS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 42/2023
b) Licitação Nr.: 47/2023-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 23/08/2023
e) Objeto da Licitação Abertura de Processo de Licitação para a contratação de mão de obra especializada de serviços de pequenos reparos, pintura pelo período de 12 meses para a administração geral do município de Major Gercino.

		(em Reais R\$)		
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):		<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
Lote: 1	- 010230 - RS CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	3	0,0000	200.205,00
Lote: 2	- 010230 - RS CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	1	0,0000	46.200,00
Total por Fornecedor:		4		246.405,00
Total:		4		246.405,00

Major Gercino, 23 de Agosto de 2023.

VALMOR PEDRO KAMMERS
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PP 55/2023, PROC. 49/23

Publicação Nº 5089129

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AD7FB1496A9E4C609BE92660C589C876D40CFAF6

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO CNPJ: 82.845.744/0001-71 PRAÇA GERÔNIMO SILVEIRA ALBANAES, 78 C.E.P.: 88260-000 - Major Gercino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2023 - PR Processo Administrativo: 51/2023 Processo de Licitação: 49/2023 Data do Processo: 09/08/2023
---	--

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALMOR PEDRO KAMMERS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 49/2023
b) Licitação Nr.: 55/2023-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/08/2023
e) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a locação de caminhão caçamba e trator esteira para serviços emergenciais no município de Major Gercino. Os serviços serão realizados após assinatura do convenio com o governo do Estado, referente a manutenção das rodovias estaduais que cortam o município ou casos emergenciais.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010230 - RS CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	2	0,0000	249.690,00
- 009388 - TERRAPLENAGEM E MATERIAL CONSTRUCAO	2	0,0000	90.000,00
	4		339.690,00

Major Gercino, 23 de Agosto de 2023.

VALMOR PEDRO KAMMERS
PREFEITO MUNICIPAL

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO Nº 108/2023

Publicação Nº 5091705

DECRETO Nº 108 DE 23 DE AGOSTO DE 2023.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE RECURSO PRÓPRIO, NO ORÇAMNETO GERAL DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do Artigo 75 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Artigo 7º da Lei Municipal nº 1341 de 20 de dezembro de 2022 - LOA 2023 e nos termos do Inciso III, do § 1º do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e;
CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:
Art. 1º Fica o chefe do poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de Dotação Orçamentária, no valor de R\$ 581.360,00 (quinhentos e oitenta um mil, trezentos e sessenta reais), para suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2023 do Município de Maracajá, como segue:

ÓRGÃO	02001	Gabinete do Prefeito	
PROJETO/ATIVIDADE	2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
ELEMENTO	3.3.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	2	Recurso	500
VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)			

ÓRGÃO	03001	Secretaria de Administração e Finanças	
PROJETO/ATIVIDADE	0001	Amortização do Principal, Encargos da dívida, Precatórios e PASEP	
ELEMENTO	3.2.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	5	Recurso	500
VALOR: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)			

ÓRGÃO	03001	Secretaria de Administração e Finanças	
PROJETO/ATIVIDADE	0001	Amortização do Principal, Encargos da dívida, Precatórios e PASEP	
ELEMENTO	4.6.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	7	Recurso	500
VALOR: R\$ 271.360,00 (duzentos e setenta e um mil, trezentos e sessenta reais)			

ÓRGÃO	05001	Depto. de Educação, Cultura e Esportes	
PROJETO/ATIVIDADE	2013	Manutenção do Ensino Fundamental	
ELEMENTO	3.3.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	47	Recurso	500
VALOR: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)			

ÓRGÃO	05001	Depto. de Educação, Cultura e Esportes	
PROJETO/ATIVIDADE	2016	Manutenção do Transporte Escolar	
ELEMENTO	3.3.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	50	Recurso	500
VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)			

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se anulação parcial e total da dotação do Orçamento do Município de Maracaja, no valor de R\$ 581.360,00 (quinhentos e oitenta um mil, trezentos e sessenta reais), nos termos do Inciso III, do §1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964, como segue:

ÓRGÃO	02001	Gabinete do Prefeito	
PROJETO/ATIVIDADE	2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
ELEMENTO	4.4.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	3	Recurso	500
VALOR: R\$ 341.360 (trezentos e quarenta e um mil, trezentos e sessenta reais)			

ÓRGÃO	05001	Depto. de Educação, Cultura e Esportes	
PROJETO/ATIVIDADE	2013	Manutenção do Ensino Fundamental	
ELEMENTO	3.1.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	44	Recurso	500
VALOR: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)			

ÓRGÃO	07001	Depto. de Obras, Habitação e Serv. Urbanos	
PROJETO/ATIVIDADE	1018	Construção de Abrigos de Passageiros	
ELEMENTO	4.4.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	82	Recurso	500
VALOR: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 23 de Agosto de 2023.

ANIBAL BRAMBILA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 23 de Agosto de 2023.

REJANE PEREIRA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI Nº 1.366/2023

Publicação Nº 5090517

LEI Nº 1.366, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

ESTABELECE O PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL DE ENFERMEIRO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E AUXILIAR DE ENFERMAGEM QUE SE REFERE A LEI FEDERAL Nº 14.434, DE 04 DE AGOSTO DE 2022.

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o piso salarial profissional nacional para o cargo de Enfermeiro e de Enfermeiro/ESF no Município de Maracajá, no valor de R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais), de acordo com a Lei Federal nº 14.434/22.

Art. 2º Fica estabelecido o piso salarial profissional nacional para o cargo de Técnico de Enfermagem no Município de Maracajá, no valor de R\$ 3.325,00 (três mil, trezentos e vinte e cinco reais), de acordo com a Lei Federal nº 14.434/22.

Art. 3º Fica estabelecido o piso salarial profissional nacional para o cargo de Auxiliar de Enfermagem no Município de Maracajá, no valor de R\$ 2.375,00 (dois mil, trezentos e setenta e cinco reais), de acordo com a Lei Federal nº 14.434/22.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 24 de agosto de 2023.

ANIBAL BRAMBILA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal da Administração em 24 de agosto de 2023.

REJANE PEREIRA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI Nº 1.367/2023

Publicação Nº 5090511

LEI Nº 1.367, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEIS PERTENCENTES AO ESTADO DE SANTA CATARINA.

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal de Maracajá fica autorizado a receber, a título de doação, bem imóvel pertencente ao Estado de Santa Catarina, com a seguinte descrição:

I - Terreno sito na localidade de Barro Vermelho, no Município de Maracajá, Comarca de Araranguá – SC, com área de 3.567,31 m² (três mil, quinhentos e sessenta e sete metros e trinta e um decímetros quadrados), com construção não averbada, matriculado sob o nº 32.405 no 1º Tabelionato de Notas e de Protestos e Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá - SC e cadastrado sob o nº 5127 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA), com as seguintes confrontações: ao leste, com terras de

João Pedro Ramos, onde mede 75,50m; ao oeste, com terras da Igreja Local, onde mede 30,50m; ao sul, com a Estrada Geral de Rodagem, onde mede 86,00m e ao norte, com terras da Igreja, onde mede 60,00m.

§1º Sobre terreno está edificada a antiga Escola de Ensino Fundamental Encruzo do Barro Vermelho, cujo prédio é parte integrante da doação, podendo o mesmo ser objeto de reforma ou demolição, para dar espaço a nova construção.

§2º Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

§3º A doação de que trata o caput foi autorizada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina pela Lei Estadual nº 18.434, de 7 de julho de 2022.

Art. 2º O recebimento da doação do imóvel de que trata esta Lei tem por finalidade e encargo o desenvolvimento de atividades educacionais por parte do Município.

Art. 3º O Município não poderá, sob pena de reversão:

I - deixar de utilizar o imóvel;

II - desviar a finalidade da doação, deixando de cumprir o encargo de que trata o art. 2º desta Lei no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da Lei Estadual nº 18.434, de 7 de julho de 2022; ou

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º As despesas oriundas desta Lei correrão por conta de itens próprios do orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 24 de agosto de 2023.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal da Administração em 24 de agosto de 2023.

REJANE PEREIRA DOS SANTOS
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N.153/2023

Publicação Nº 5090563

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D5770F6BCD3F6C428980BEEBE6D77C98B9464593

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 153/2023 - Modalidade Tomada de Preço n. 153/2023. O Senhor Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Maravilha - SC, PEDRO GILBERTO IORIS, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preço, a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica na Linha Barro Preto, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo menor preço global, em regime de empreitada por preço unitário, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 18 de setembro de 2023. A data de abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente propostas será realizada no dia 19/09/2023, com início às 09 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 24 de agosto de 2023. PEDRO GILBERTO IORIS – Secretário de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

DECRETO N. 0198-2023 - PONTO FACULTATIVO 7 DE SETEMBRO

Publicação N° 5089897

DECRETO N° 0198/2023

DE 24/08/2023

DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MAURI DAL BELLO, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município de Marema,

CONSIDERANDO a data comemorativa do feriado de 7 de setembro;

DECRETA

Art. 1º - Ponto facultativo aos Servidores Públicos Municipais, com exceção dos serviços emergenciais no dia 08/09/2023.

Parágrafo Único – Os serviços emergenciais e urgentes serão atendidos em regime de plantão.

Art. 3º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de agosto de 2023.

MAURI DAL BELLO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

EXTRATO III TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 74/2022

Publicação N° 5090010

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ECB0832A6FF1B35C2CB8AA9491444DF6399A7CB1

EXTRATO DO III TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 074/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: METTAL OESTE CONTRUÇÕES EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada para Execução de Obra de Edificação de 2 (dois) Barracões Industrial com área de 405m² cada, com fornecimento de material e mão de obra, a ser construído na área industrial na SC 156 no Município de Marema, com recursos financeiro oriundo de Operação de Crédito do Programa Badesc Cidades, Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC.

Valor do Termo: Acréscimo o valor de R\$ 14.529,67 (quatorze quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos), correspondente a 2,10% do valor contratual

Aditivo: Terceiro termo aditivo de acréscimo de valor, com fundamentação legal inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações e cláusula nona do Contrato.

Vinculação: Processo Licitatório n° 101/2022, modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia n° 09/2022.

Foro: Comarca da cidade de Xaxim – SC

Marema/SC, 24 de agosto de 2023.

Mauri Dal Bello

Prefeito Municipal

SELETIVO 02 - GABARITO DEFINITIVO - FONOAUDIÓLOGO

Publicação N° 5089139

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2023
MUNICÍPIO DE MAREMA/SC****GABARITO DEFINITIVO**

FONOAUDIÓLOGO	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	C
5	D
6	C
7	D
8	C
9	B
10	C
11	B
12	D
13	D
14	C
15	C
16	C
17	A
18	C
19	C
20	D

SELETIVO 02 - GABARITO DEFINITIVO - MOTORISTA

Publicação N° 5089144

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2023
MUNICÍPIO DE MAREMA/SC****GABARITO DEFINITIVO**

MOTORISTA	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	A
3	B
4	C
5	A
6	D
7	C
8	B
9	B
10	A
11	A
12	D
13	C
14	B
15	B
16	C
17	D
18	A
19	B
20	A

SELETIVO 02 - GABARITO DEFINITIVO - PROFESSOR LICENCIATURA

Publicação N° 5089148

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2023
MUNICÍPIO DE MAREMA/SC****GABARITO DEFINITIVO**

PROFESSOR LICENCIATURA	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	C
5	D
6	C
7	D
8	C
9	B
10	C
11	A
12	D
13	A
14	B
15	A
16	A
17	B
18	C
19	C
20	D

SELETIVO 02 - GABARITO DEFINITIVO - PSICÓLOGO

Publicação N° 5089151

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2023
MUNICÍPIO DE MAREMA/SC****GABARITO DEFINITIVO**

PSICÓLOGO	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	C
5	D
6	C
7	D
8	C
9	B
10	C
11	A
12	C
13	B
14	D
15	B
16	C
17	A
18	B
19	D
20	C

Matos Costa

PREFEITURA

AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 66/2023 - PMMC

Publicação Nº 5091140

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2576A167B66835E11AF35A597BE1375BF8F3F9

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023 – PMMC

Código registro TCE: 2576A167B66835E11AF35A597BE1375BF8F3F9

O MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para futura e eventual prestação de serviços de recapagens e vulcanização de pneus, com as demais características constantes do Termo de Referência deste Edital.

INFORMAÇÕES: Data e horário do início da sessão de disputa: 06/09/2023 - a partir das 08hs:30.

Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada no endereço supramencionado a partir do dia 25 de agosto de 2023, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.matoscosta.sc.gov.br.

Matos Costa, 24 de agosto de 2023. Eliane Aparecida Castilho - Pregoeira.

DECRETO Nº 087/2023

Publicação Nº 5091506

DECRETO N.º087/2023 – de 24 de agosto de 2023.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal autorização contida na Lei Municipal 002376/2022 de 25 de outubro de 2022:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Saúde, que especifica:

ORGÃO	14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
UNIDADE	14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PROJ/ATIV	2.056	Manutenção das Atividades da Saúde	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1.500.1002	Aplicações Diretas – 7	250.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
UNIDADE	14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PROJ/ATIV	2.056	Manutenção das Atividades da Saúde	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1.500.1002	Aplicações Diretas – 4	250.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 24 de agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Oderlaine N S Moraes

Assistente Administrativo II

DECRETO Nº 088/2023

Publicação Nº 5091514

DECRETO N.º088/2023 – 24 de agosto de 2023.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal autorização contida na Lei Municipal 002376/2022 de 25 de outubro de 2022:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 28,01 (Vinte e oito reais e um centavo), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da PrefeituraMunicipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	2.047	Manutenção da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.2.500.0000	Aplicações Diretas – 62	28,01

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado pelo superávit financeiro de recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Matos Costa, 24 de agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Oderlaine N S Moraes

Assistente Administrativo II

DECRETO Nº 090/2023

Publicação Nº 5091521

DECRETO N.º090/2023 – de 24 de agosto de 2023.

Súmula: Nomeia a comissão de credenciamento para o devido acompanhamento das deliberações dos recursos advindos da Lei Federal 195/2022 – “Lei Paulo Gustavo” e dá outras providências.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - A nomeação da Comissão de Credenciamento e Acompanhamento das deliberações a respeito da aplicação dos recursos advindos da Lei Complementar Federal nº. 195/2022 (Lei Paulo Gustavo).

Art. 2º - À Comissão de Credenciamento e Acompanhamento compete conferir se as inscrições dos projetos destinados ao recebimento dos recursos provenientes da Lei Federal 195/2022 obedecem às exigências expressas no Edital de Chamamento Público.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Especial de Credenciamento e Acompanhamento mencionada no artigo 1º deste Decreto:

- a) Bruna Gomes;
- b) Fabiana Granemann;
- c) Guilherme Gonçalves dos Santos;
- d) João Vitor Pires.

Art. 4º - Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município de Matos Costa.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Matos Costa, 24 de agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Oderlaine N S Moraes

Assistente Administrativo II

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 003/2023 AO CONTRATO Nº 001/2022 - SAÚDE

Publicação Nº 5089217

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2023 (Acréscimo de valor)
Contrato nº. 001/2023
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2023.
Valor Acrescido: R\$ 9.750,00 (nove mil e setecentos e cinquenta reais).
Data da assinatura: 13 de agosto de 2023.

EXTRATO ADITIVO Nº 003/2023 AO CONTRATO Nº 003/2023

Publicação Nº 5089206

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo nº 003/2023 (Acréscimo de valor)
Contrato nº. 003/2023
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2023.
Valor Acrescido: R\$ 108.772,95 (cento e oito mil e setecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos).
Data da assinatura: 13 de agosto de 2023.

EXTRATO ADITIVO Nº 012/2023 AO CONTRATO Nº 032/2022

Publicação Nº 5089213

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo nº 012/2022 (Acréscimo de valor)
Contrato nº. 032/2022
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA MEL-255 (TRECHO 01) – INÍCIO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA SC 108 (KM 412, 478m), SEGUINDO PELA MEL 255 ATÉ A ESTACA 233+00,00M EM JUNDIÁ, COM EXTENSÃO TOTAL DE 4.660,00M LINEARES, CONFORME TRANSFERENCIA DE RECURSOS ESPECIAIS ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 082/SEF – 18/02/2022, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA DO ANEXO I DO EDITAL.
Valor Acrescido: R\$ 96.923,89 (noventa e seis mil e novecentos e vinte e três reais e oitenta e nove centavos).
Data da assinatura: 13 de agosto de 2023.

PORTARIA Nº 354-2023

Publicação Nº 5090735

PORTARIA n.º 354/2023
TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009 de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, determina:

PRORROGAR

Art. 1.º A portaria nº 347/2023 que concede licença saúde à servidora TEREZINHA TEZZA REZIN, ocupante do cargo de Professor Act, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social, conforme atestado

médico.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de agosto de 2023.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 355-2023

Publicação Nº 5090763

PORTARIA n.º 355/2023

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011 de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, determina:

CONCEDER

Art. 1.º Licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal TADEU ROGERIO BONFANTE, ocupante do cargo de Analista de Recursos Humanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de junho de 2010 à 31 de maio de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal, e a Licença Prêmio será convertida em pecúnia.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de agosto de 2023.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 272/2023 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089549

DECRETO Nº 272/2023 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS – ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CESAR MEURER, Prefeito Municipal em exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.607/2023, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, Considerando o interesse e necessidade pública;

Considerando a classificação no Processo Seletivo Simplificado - Chamada Pública Nº 003/2023, homologada pelo Decreto 191/2023; Considerando que a presente contratação é temporária e visa atender demanda urgente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir desta data, Daiane Vanessa Rintzel, inscrita sob o CPF nº xxx.xxx.019-71 classificada no Processo Seletivo Simplificado - Chamada Pública Nº 003/2023, para desempenho do Cargo de Auxiliar De Serviços Gerais Internos - 40 horas semanais, com lotação no Departamento Municipal de Educação.

Art. 2º- A vigência do contrato é de 24.08.2023 a 20.12.2023, percebendo os vencimentos previstos na Lei Municipal nº 2.607/2023.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, aos 24 de agosto de 2023.

CESAR MEURER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado na Data Supra:

CLEBER EBERHART

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 273/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091321

DECRETO Nº 273/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CESAR MEURER, Prefeito Municipal em exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nºs 970/90, 1.513/2004, 2.607/2023 e demais normas legais que sobre a matéria,

Considerando a Lei Municipal nº 2.414/2019, que dispõe sobre o Adicional de Insalubridade ou Periculosidade,

Considerando em especial o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT – elaborado para o Município de Modelo pela Empresa SESI – Serviço Social da Indústria, definidos os graus e riscos em laudo próprio,

Considerando que o servidor ira exercer atividades consideradas insalubres, conforme definido no referido LTCAT.

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido o Adicional de Insalubridade a Servidora público municipal Daiane Vanessa Rintzel (27994-1) nomeada pelo decreto 272/2023 de 24.06.2023, no cargo de Auxiliar de serviços gerais internos - ACT, nos graus e percentuais (sobre o vencimento base do Município) de 40%.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 24 de agosto de 2023.

CESAR MEURER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado na Data Supra:

CLEBER EBERHART

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Mondaí

PREFEITURA

PORTARIA 590/2023

Publicação Nº 5090364

ATOS DO PODER EXECUTIVO
PORTARIA nº 590, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE LOCATAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no inciso IV do artigo 56 da Lei Orgânica do Município de Mondaí, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica autorizada a transferência do veículo Fiat Cronos Drive 1.3, ano e modelo 2020/2020, 05 passageiros, placa RDS7I29, Chassis nº 8AP359A1DLU105601, do Fundo Municipal de Educação, para a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º. A utilização do veículo e todas as despesas inerentes à sua manutenção deverão ser suportados pelo Órgão cessionária do veículo que ora se transfere.

Art. 3º. Fica a Secretaria Municipal de Administração responsável em promover a troca de lotação do veículo acima descrito nos Registros Constantes do Patrimônio Municipal.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Mondaí, 23 de agosto de 2023.

VALDIR RUBERT Prefeito Municipal		MARCOS FELIPE DA SILVA Órgão Cessionário Secretário de Administração e Fazenda
SANDRA REGINA CALLAI SCHUH Órgão Cedente Fundo Municipal de Educação		

PORTARIA 591/2023

Publicação Nº 5090369

ATOS DO PODER EXECUTIVO
PORTARIA Nº. 24 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, EUNICE RODRIGUES PADILHA ALBERTI, matrícula nº 3815, ocupante do cargo de provimento comissionado de CHEFE DE DIVISÃO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01/09/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 24 de agosto de 2023.
VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí

MARCOS FELIPE DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 592/2023

Publicação Nº 5090370

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 592 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 dias a servidora Sra. MARTA IRMA KLAUMANN, matrícula nº 3411, ocupante do cargo de MOTORISTA.

Art. 2º. A licença prêmio será gozada em períodos de 30 dias, de 01/09/2023 a 30/09/2023, de 01/10/2023 a 30/10/2023 e de 31/10/2023 a 29/11/2023, correspondente ao período aquisitivo de 04/04/2016 a 12/09/2022, devendo a funcionária retornar aos trabalhos normais no dia 30/11/2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 24 de agosto de 2023.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Monte Carlo

PREFEITURA

DECISÃO TRATA-SE DE INSTRUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 64/2023, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023, ATRAVÉS DE JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES REFERENTE AO PROCESSO EM EPÍGRAFE, PELAS RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO A SEGUIR EXPOSTAS: P

Publicação Nº 5090412

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0064/2023 – PMMC

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO PEDRA BRITA Nº 01, Nº 02 Nº 03 E PEDRISCO PARA O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO SC CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

DECISÃO

Trata-se de instrumento de solicitação de revogação do Processo Administrativo Licitatório 64/2023, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023, através de justificativa apresentada pelo Departamento de Licitações referente ao processo em epígrafe, pelas razões de interesse público a seguir expostas:

Preliminarmente, cabe destacar que o Processo Licitatório em questão teve todos seus atos devidamente publicados, ocorreu em perfeita sintonia com os ditames legais.

Ainda, a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei Federal nº 8.666/93, no tocante à modalidade e ao procedimento.

No entanto, após melhor análise dos itens licitados, constatou-se que há uma licitação vigente de material de construção, que dentre eles consta pedra brita.

Assim, em razão do exposto, a Pregoeira decidiu exarar justificativa para revogação da referida licitação, a fim de garantir que não haja duplicidade de licitação para um mesmo item.

Desta forma, tendo em vista que a Administração Pública atua em prol do interesse público, primando pela observância aos princípios que norteiam o processo licitatório e a fim de evitar qualquer ocorrência que possa ensejar futuros vícios no certame, viemos fundamentar o pedido de revogação de licitação.

Assim, as razões que ensejaram a presente Revogação são plenamente justificáveis, em razão do poder-dever de autotutela.

I – DAS RAZÕES DA REVOGAÇÃO

Quanto às razões que ensejaram a presente Revogação, é plenamente justificável por razões acima mencionadas.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade de revogar o presente processo licitatório a fim de não haver duplicidade de licitação com mesmo item.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Cabe ressaltar que a Revogação de uma licitação não decorre da existência de vício ou defeito no processo, mas sim diante da conveniência e da oportunidade administrativa e por motivo de relevante interesse público.

Neste contexto, destacam-se as palavras do professor Marçal Justen Filho:

Na revogação, o desfazimento do ato administrativo não decorre de vício ou defeito. Aliás, muito pelo contrário. Somente se alude à revogação se o ato for válido e perfeito: se defeituoso, a Administração deverá efetivar sua anulação. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse sob tutela do Estado... Após praticado o ato, a Administração verifica que o interesse coletivo ou supra- individual poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior. A isso denomina-se revogação. (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 12ª edição, São Paulo, 2008, pág. 614/616).

O ato de revogação de um processo de licitação deve fundamentar-se no que dispõe o art. 49 da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores que prevê o que segue:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Desta forma, resta a Administração Pública utilizar o instituto da revogação, a fim de rever os seus atos e consequentemente revogá-los, para

garantir os fins a que se destina o processo licitatório.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, sumulou o entendimento a respeito, senão vejamos o enunciado da Súmula nº 473:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Destaca-se também que no presente caso não será necessário abrir prazo para contraditório e ampla defesa aos licitantes interessados, pois, conforme assente na doutrina e jurisprudência pátria, não há direito adquirido antes da homologação. Veja-se:

Agravo de Instrumento. Concorrência Pública n. 247/2013. Revogação do certame pelo ente Público Municipal. Suposta violação ao § 3º do artigo 49 da lei 8666/93. Inocorrência. Licitação ainda não homologada e objeto não adjudicado. Mera expectativa de direito. Desnecessidade de contraditório no caso. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Alegação de motivação inábil a justificar a abertura de novo procedimento licitatório. Estudos que demonstram a inviabilidade da manutenção do objeto do certame anterior. Agravo de instrumento desprovido. A revogação pode ser praticada a qualquer tempo pela autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório. [...] diante de fato novo e não obstante a existência adjudicação do objeto a um particular, a Administração tem o poder de revogação. Poderá revogar a adjudicação e a homologação anteriores, evidenciando que a nova situação fática tornou-se inconveniente ao interesse coletivo ou supra-individual a manutenção do ato administrativo anterior (Marçal Justen Filho). O vencedor do processo licitatório não é titular de nenhum direito antes da assinatura do contrato. Tem mera expectativa de direito, não se podendo falar em ofensa ao contraditório e à ampla defesa, previstos no § 3º do artigo 49 da Lei n. 8.666/93. Precedentes (STJ. Ministra Eliana Calmon). Com a devida fundamentação, pode a administração pública revogar seus próprios atos, sendo legal a anulação de processo licitatório quando o edital do certame está eivado de irregularidades. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Súmula 473 do STF) (TJSC. Rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz). (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4005547-51.2016.8.24.0000, de Palhoça, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. 24-01-2017).

Ante todo o exposto;

DECIDO pela revogação do Processo Licitatório 64/2023, Pregão eletrônico 31/2023, pelas razões acima mencionadas.

Monte Carlo (SC), 17 de agosto de 2023.

1 SONIA SALETE VEDOVATTO

2 Prefeita Municipal

DECRETO Nº 124/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089825

DECRETO Nº 124/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

"AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

OSMAR MARQUES DA SILVA Prefeito Municipal em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Monte Carlo, autorizado a promover a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 24.737,25 (vinte quatro mil setecentos e trinta e sete reais e vinte cinco centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Infra-Estrutura

Unidade Orçamentária: 03 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

Projeto. /Atividade: 2.023 – Manutenção das Ativ. Da Secretaria de Infra-Estrutura

Elemento de Despesa 95 - 3.3.90.00.00.00.00.1.701.7000.0310

Valor: R\$ 24.737,25(vinte quatro mil setecentos e trinta e sete reais e vinte cinco centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 24 de agosto de 2023.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal Em Exercício

**EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROCESSO ADMINISTRATIVO – 64/2023 PPMC
PREGÃO ELETRÔNICO – 31/2023**

Publicação Nº 5090418

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO – 64/2023 PPMC

PREGÃO ELETRÔNICO – 31/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO PEDRA BRITA Nº 01, Nº 02 Nº 03 E PEDRISCO PARA O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO SC CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

MOTIVO: RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Monte Carlo, 17 de agosto de 2023.

Navegantes

PREFEITURA

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA

Publicação Nº 5091225

CERTIDÃO

Certifico para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na pensão por morte, que o servidor efetivo CÉLIO PEREIRA, ex-portador do C.P.F n.º 076.***.***-72, instituidor do processo de pensão por morte, adquiriu direito à incorporação da seguinte verba:

Adicional de Insalubridade na fração de 3/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de pensão nº 2023.07.08895P, que demonstra contribuições nos anos 2019 (10 meses), 2018 (12 meses), 2017 (12 meses) e 2016 (12 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 24 de agosto de 2023.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

Prefeito Municipal

IGOR FRETTE NOGUEIRA DE LIMA

Diretor-Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA

Publicação Nº 5091231

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva SANDRA REGINA DOS SANTOS MOTA, inscrita no C.P.F n.º 755.***.***- 87, adquiriu direito à incorporação das vantagens abaixo, conforme relatório constante no processo de aposentadoria nº 2021.02.08752P, que demonstra contribuições nos anos seguintes:

- 1) Adicional de Insalubridade na fração de 4/5: 2015 (04 meses), 2016 (12 meses), 2017 (12 meses), 2018 (12 meses), 2019 (11 meses).
- 2) Estímulo Assiduidade na fração de 2/5: 2015 (01 mês), 2016 (06 meses), 2017 (08 meses), 2018 (09 meses), 2019 (09 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de dezembro de 2021, para subsidiar resposta à Diligência DAP 5389/2023, no bojo do processo @APE 22/00034320.

Navegantes, 24 de agosto de 2023.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

Prefeito Municipal

IGOR FRETTE NOGUEIRA DE LIMA

Diretor-Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

NAVEGANTES (PM) -ISENÇÕES APÓS RECURSOS- CP 023-2023_24_08_2023

Publicação Nº 5092413

EDITAL DE RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO APÓS RECURSOS

O Superintendente do Instituto Ambiental de Navegantes (IAN), usando de suas atribuições legais nos termos da Constituição Federal, após o prazo recursal, torna público o resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição do Concurso Público Edital nº 023/2023, conforme segue:

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
15018	ALEXANDRE JÚLIO PROENÇA	Analista Ambiental – Engenharia Sanitária	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
15039	DANIELA NASCIMENTO DA SILVA	Analista Ambiental – Biologia	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
15035	GUILHERME MOREIRA PACÍFICO PEREIRA	Analista Ambiental – Engenharia Sanitária	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
15251	ISMAEL POSSAMAI	Analista Ambiental – Engenharia Sanitária	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
15081	ISSARIE INA BUSSMANN DA SILVA PINHEIRO	Analista Ambiental – Biologia	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
15152	Janete Teresinha Camargo	Analista Ambiental – Biologia	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
15209	NICOLI BARBIERI ALVES	Analista Ambiental – Engenharia Química	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
15117	PATRÍCIA DA SILVA PAULINO	Analista Ambiental – Engenharia Sanitária	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
15017	RAISA PAMPLONA	Analista Ambiental – Biologia	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.

Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos, para efetivar a sua inscrição no Concurso Público, deverão acessar o endereço eletrônico www.concursosrbo.com.br, imprimir a segunda via do respectivo boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição e pagá-lo até a data de seu vencimento.

Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção deferidos estarão automaticamente inscritos no certame.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Navegantes, 25 de agosto de 2023.

MARCOS ZALESKI DE MATOS

Superintendente do Instituto Ambiental de Navegantes (IAN)

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

Prefeito do Município de Navegantes/SC

NAVEGANTES (PM) -ISENÇÕES APÓS RECURSOS- CP 031-2023_24_08_2023

Publicação Nº 5092415

EDITAL DE RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO APÓS RECURSOS

O Prefeito do Município de Navegantes/ SC, usando de suas atribuições legais nos termos da Constituição Federal, após o prazo recursal, torna público o resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição do Concurso Público Edital nº 031/2023, conforme segue:

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
9224	ADRIANA SILVEIRA	PSICÓLOGO DO CREA/SUAS	DEFERIDO	
12032	ALANYS DALMUT SCARIOT	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA DA SAÚDE)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13227	ALDAIR JOSÉ JUTTEL	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12126	ALEXANDRA AMIN LINEBURGER	MÉDICO CLÍNICO GERAL 10H	DEFERIDO	
9410	ALEXSANDRA DE OLIVEIRA MATOS Bittencourt	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12669	ALINE DUSI CALIXTO LEAL	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12836	ALTAIR JOÃO FERNANDES	ENGENHEIRO ELETRICISTA	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12067	AMANDA CRISTINE BARCARO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	DEFERIDO	
13338	AMANDA CRISTINE BORGES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12905	AMANDA ROCHA FERREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12900	AMANDA ROCHA FERREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MACHADOS)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13254	AMANDA ROCHA FERREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12634	ANA BEATRIZ COSTINHA CARIOCA	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11778	ANA KELLY FONSECA ARAUJO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12878	ANA KELLY FONSECA ARAUJO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10715	ANA LARISSA PAVESI	ASSISTENTE SOCIAL DO CREAS/SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
11599	ANA PAULA CARVALHO	ASSISTENTE SOCIAL DO CREAS/SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10444	ANDERSON DA SILVA FELIPE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO PAULO)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10450	ANDERSON DA SILVA FELIPE	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9790	ANDRÉ ÁLVARO MARTINEZ DA CAMARA	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12654	ANDRÉ PHILIP JUNCKES	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9588	ANDRÉA DO SOCORRO MACHADO LOUREIRO DOMINCZUK	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MACHADOS)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11889	ANDRÉA MENDES	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9176	ANDRESSA SPENGLER GESUMINO	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13448	ANGELA CRISTINA STRINGARI	PSICÓLOGO DA GESTÃO SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10971	ANGELO MARIANO DE CASTRO TAVARES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	DEFERIDO	
12969	ARTHUR BRUNO DORNELLES RAMOS ALVES	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9253	BIANCA QUEIROZ	ODONTÓLOGO PACIENTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9596	BRENDA MAIA DE LIMA	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13379	BRUNO HENRIQUE JAGUSEWSKI MORAIS	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	DEFERIDO	
12276	CARINA SILVA BORGHETTI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MEIA PRAIA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13370	CARLA ANDRESKI VIANA	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	DEFERIDO	
11924	CARLOS FERNANDO PLASTER JÚNIOR	ENGENHEIRO ELETRICISTA	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10488	CARLOS HENRIQUE MAURER	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10228	CECILIA FERREIRA SAMPAIO	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA DA SAÚDE)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13339	CEDENIR MINUZZI	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA SANITÁRIA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9448	CHRISTOPHER BIANCO STOCO	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10693	CIBELE GONÇALVES SANTOS	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11705	CINTIA REGINA LOPREATO FACHINI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO PAULO)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11706	CINTIA REGINA LOPREATO FACHINI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO PAULO)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12522	CIRLENE SILVA DA COSTA	PSICÓLOGO DA GESTÃO SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10679	CLAITON GOBEL FILHO	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	DEFERIDO	
11203	CRISTIANA SILVEIRA MIRA	PSICÓLOGO DA GESTÃO SUAS	DEFERIDO	
9409	DAIANE CRISTINA DE ASSIS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MEIA PRAIA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9672	DANIEL DAMMSKI HACKBART	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11505	DANIEL DE JESUS VALENTIM	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11508	DANIEL VEITEX PRATES	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9442	DANIEL VEITEX PRATES	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9217	DARLIANE DA SILVA MODESTO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MACHADOS)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
10953	DAYANE DA SILVA CAVALCANTE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PORTO DAS BALSAS)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10469	DENIZE DERENGOSKI	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA SANITÁRIA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12136	DIANA CRUZETA	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9475	EDESON OSTROSKI	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11125	EDILENE FERREIRA DA COSTA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13324	EDSON LUIZ REINERT	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13265	EDUARDA PEDROSO ROHLING	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA DA SAÚDE)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11708	EDUARDA PERES TEIXEIRA	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11709	EDUARDA PERES TEIXEIRA	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9066	EDUARDO LUCAS SEVERO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12515	EDUARDO MAURO VICENTE	PSICÓLOGO DO CREA/SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10835	ELIANE CRISTINA DE OLIVEIRA	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA DE ALIMENTOS)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10759	ELISANGELA APARECIDA BECHTOLD	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10755	ELISANGELA APARECIDA BECHTOLD	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12394	ELISEU DE BORBA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DEFERIDO	
10258	EMANUEL FERNANDO DE OLIVEIRA GUIMARÃES	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11258	EMMANUEL DE JESUS BISPO FERREIRA	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10592	EMMANUELLE DE CARVALHO SANTIAGO	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	DEFERIDO	
12504	ERIC MOTTA DE CARVALHO	ENGENHEIRO ELETRICISTA	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11009	ERNANDO OLIVEIRA RIBEIRO JUNIOR	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10006	FABIANE JUVENAL DE LIMA RODRIGUES	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13331	FÁBIO COELHO DIAS	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10804	FABRÍCIO RODRIGUES	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10288	FELIPE EDUARDO KLOWASKI	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12228	FERNANDO CLAROS DOS SANTOS	ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9697	FILIFE DE ANDRADE MARTINS ALVES	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9107	FILLIPE ALFREDO NEVES	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10818	FLORIANO SOUZA DOS SANTOS	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11115	FRANCISCA GERMANA DE SOUSA BEZERRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MEIA PRAIA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9797	GERALDO DE ALMEIDA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	DEFERIDO	
10369	GERALDO DE ALMEIDA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	DEFERIDO	
9309	GERUSA MOURA PINHEIRO BRANDAO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12574	GILMAR DO NASCIMENTO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
9872	GILMARA ZIMDARS	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11155	GILMARA ZIMDARS	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13213	GISELLE NUNES CASAGRANDE	PSICÓLOGO DO CREA/SUAS	DEFERIDO	
13336	GLAUBER LUIZ DE SOUZA	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	DEFERIDO	
11054	GRACIELE MENDES BARBOSA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MACHADOS)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9602	GUILHERME MOREIRA PACÍFICO PEREIRA	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA SANITÁRIA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13349	HELEN CASTILHOS SCHITTLER	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10511	HELEN GIOVANNA ARAUJO GOMES	ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10973	HELENA MAGALHÃES PINTO	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9893	ISABELA RUFINO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	DEFERIDO	
9559	ISABELLA SANTOS DE CASTILHO	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9557	ISABELLA SANTOS DE CASTILHO	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10208	JAQUELINE LOURENÇO DE JESUS	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10418	JESSICA CAROLINE COSTA SILVA	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11676	JESSICA NUNES GULARTE	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11677	JESSICA NUNES GULARTE	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10379	JESSICA SANTOS GEMELLI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	DEFERIDO	
12846	JESSICA SANTOS GEMELLI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	DEFERIDO	
11510	JHONATAN WILLIAM DA ROCHA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11511	JHONATAN WILLIAM DA ROCHA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9268	JICIARA DA HORA MELO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12078	JOÃO JOSÉ DE MELLO	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10002	João Marcos Branco Bellini	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12250	JOCIELI LOURENÇA VAIZ MARTINS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9230	JONATHA MELLO	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11566	JORDANA CAROLINO GIRARDI	PROCURADOR MUNICIPAL	DEFERIDO	
13323	JOSÉ AUGUSTO DA SILVA	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13320	JOSÉ AUGUSTO DA SILVA	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11645	JOSIAS GAMA DOS SANTOS	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11011	JULIO BARBOSA	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	DEFERIDO	
12498	KALLANA MEZZOMO FACCIN	ODONTÓLOGO PACIENTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10800	KATIA MARTINS JULIÃO	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA DE ALIMENTOS)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9638	KATIANE CERINO SOARES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MEIA PRAIA)	DEFERIDO	
13278	KATIANE CERINO SOARES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	DEFERIDO	

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
12598	KATIANE CERINO SOARES	FISCAL DE POSTURAS	DEFERIDO	
11316	KEILA KAROLINE HEIDE-MANN	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11529	KELLI APARECIDA DA SILVA FERNANDS	PSICÓLOGO DA GESTÃO SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11527	KELLI APARECIDA DA SILVA FERNANDS	PSICÓLOGO DO CREA/SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10678	KEVIN DE CARVALHO ROZZA	AGENTE JURÍDICO	DEFERIDO	
10675	KEVIN DE CARVALHO ROZZA	PROCURADOR MUNICIPAL	DEFERIDO	
9956	LAÍS LONGO DE MORAIS TEIXEIRA	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12917	LARA ESTEFANI DE OLIVEIRA	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12918	LARA ESTEFANI DE OLIVEIRA	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11624	LARISSA RODRIGUES DE SOUZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11500	LARISSA RODRIGUES DE SOUZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11603	LAUTHER DA SILVA SERRA JUNIOR	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11304	LETÍCIA PEREIRA CORRÊA	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA DE ALIMENTOS)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9914	LETICIA SILVA AVILA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO DOMINGOS I)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11121	LILIA CRISTINA BALELO	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10975	LÍVIA TAVARES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	DEFERIDO	
9911	LUCAS DE JESUS DOMINGUES	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12497	LUCAS FERREIRA DE BARROS	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11073	MADELANE ARAUJO SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13194	MAIKON CORRÊA DE LIZ	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10447	MÁIRA BIANCA SODRÉ DA SILVA SARMAHNO	ASSISTENTE SOCIAL DO CREAS/SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12644	MARCELO VARGAS DA ROSA	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13436	MARCIELLO DAMIÃO DE OLIVEIRA MELLO	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9798	MARIA ELOIZA PORTO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9411	MARÍLIA CARRARO GABRIELI	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12949	MARIONEI SCHUH	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DEFERIDO	
9399	MARTILENE DE OLIVEIRA SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13465	MILTON VAGNER BEVILAQUA	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13466	MILTON VAGNER BEVILAQUA	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10632	MOISÉS FIGLESKI	ASSISTENTE SOCIAL DO CREAS/SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13426	MOISES MACIEL DA COSTA	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10089	Murilo esser franco	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11824	MURILO HENRIQUE DOS SANTOS NOVAES	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
9969	NATÁLIA GONÇALVES BENTO	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11859	NATÁLIA IGNÁCIO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	DEFERIDO	
13044	NATÁLIA IGNÁCIO	FISCAL DE POSTURAS	DEFERIDO	
11933	OSEIAS MOREIRA SCHEFER	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11928	OSEIAS MOREIRA SCHEFER	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13020	PRISCILLA SILVA DO NASCIMENTO	AGENTE JURÍDICO	DEFERIDO	
13022	PRISCILLA SILVA DO NASCIMENTO	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	DEFERIDO	
13023	PRISCILLA SILVA DO NASCIMENTO	PROCURADOR MUNICIPAL	DEFERIDO	
10941	QUEZIA SOUZA MARTINS ROZZA	AGENTE JURÍDICO	DEFERIDO	
10940	QUEZIA SOUZA MARTINS ROZZA	PROCURADOR MUNICIPAL	DEFERIDO	
11577	RAFAEL HENRIQUE MARTINS ZANG	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9641	RAFAEL MENDES DOS SANTOS	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10572	RAFAEL MENDES DOS SANTOS	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9036	RAFAELA MARIA REBELLO PEREIRA	ODONTÓLOGO ENDODONTISTA	DEFERIDO	
10169	RAQUEL BOTARELI SALOMAO	ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE	DEFERIDO	
10167	RAQUEL BOTARELI SALOMAO	FISCAL DE POSTURAS	DEFERIDO	
11001	RAQUEL DE FREITAS VALEGA	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11010	RAQUEL DE FREITAS VALEGA	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10593	REBECA BUCKER DE FARIAS	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10602	REBECA BUCKER DE FARIAS	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9488	RENAN PLINIO LINHARES	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10209	RENATA FLACH	ODONTÓLOGO CIRURGIÃO/TRAUMATOLOGISTA	DEFERIDO	
10775	RENATO BARBOSA DA SILVA	AGENTE JURÍDICO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11473	RICKSON ALAN NASSIN	AGENTE JURÍDICO	DEFERIDO	
11251	RISONETE SABINO DE SOUZA	ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9307	RODRIGO NAZARIO	AGENTE JURÍDICO	DEFERIDO	
9300	RODRIGO NAZARIO	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	DEFERIDO	
13454	ROGERIO SCHNEIDER	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	DEFERIDO	
10299	ROMULO RAMOS RODRIGUES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10302	ROMULO RAMOS RODRIGUES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12417	RONALDO PEDRO RODRIGUES	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13411	SANTIAGO DE FRANÇA KERSCHER	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9022	SARA LINDNER	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VERDE MAR)	DEFERIDO	
11271	SAYLON WERNER SIQUEIRA	ENGENHEIRO ELETRICISTA	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.

INSC	NOME	CARGO	RESULTADO	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
10186	SIDNEIA INÁCIO DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
12993	SILMARA DE OLIVEIRA DA LUZ	PROCURADOR MUNICIPAL	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11976	TALIA CÁSSIA BOFF	MÉDICO CLÍNICO GERAL 40H	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11460	TALITA POLIANE DE PAULA MORENO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10422	TASSIANE CASTAMANN ALGAYER	PROCURADOR MUNICIPAL	DEFERIDO	
11642	TATIANA MATIAS LOPES	PSICÓLOGO DO CREA/SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9891	THAIRINE SANTANA DE JESUS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO PAULO)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
13459	THAÍS SOARES SIAS	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	DEFERIDO	
13460	THAÍS SOARES SIAS	FISCAL DE POSTURAS	DEFERIDO	
10502	THYAGO HENRIQUE OZUNA DE OLIVEIRA	FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ÁREA JURÍDICA)	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10982	THYAGO LOPES TAVARES	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS	DEFERIDO	
9211	TIAGO JOSE CRISPIM	AGENTE JURÍDICO	DEFERIDO	
9205	TIAGO JOSE CRISPIM	PROCURADOR MUNICIPAL	DEFERIDO	
11987	UANDERSON COUTINHO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11369	VANESSA FERNANDES CESARI	FISCAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
9952	VIVIANE APARECIDA DE JESUS	FISCAL DE POSTURAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
10943	WILLIAN DIAS DO ROSÁRIO	PSICÓLOGO DO CREA/SUAS	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.
11759	WILLIAN VINICIUS CAVALCANTE FERNANDES	PROCURADOR MUNICIPAL	DEFERIDO	
10019	WYLLIANE QUEIROZ DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	INDEFERIDO	Candidato(a) não enviou a documentação como consta no Edital.

Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos, para efetivar a sua inscrição no Concurso Público, deverão acessar o endereço eletrônico www.concursosrbo.com.br, imprimir a segunda via do respectivo boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição e pagá-lo até a data de seu vencimento.

Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção deferidos estarão automaticamente inscritos no certame.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Navegantes, 25 de agosto de 2023.

Libardoni Lauro Claudino Fronza

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC

PORTARIA 2559-2023

Publicação Nº 5091805

PORTARIA Nº 2559/2023

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, a servidora abaixo relacionada, a dirigir os veículos oficiais para a execução de serviços da Administração Pública de Navegantes, observada a habilitação específica na CNH:

I) LUDYMILLA FERNANDA RIBEIRO SOARES – matrícula nº63722901.

Art. 2º O servidor público autorizado a dirigir deverá obter autorização específica do Gestor da pasta para utilização do veículo naquele dia, não podendo:

- Ceder à direção do veículo a terceiros;
- Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais deverá cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC Nº 03/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 24 de agosto de 2023.

DAGMAR DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

PORTARIA 2561 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091873

PORTARIA N º 2561 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei a Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a THAIS PEREIRA DA SILVA, matrícula 63523004 ocupante do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO com carga horária de 30 horas semanais. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início em 23.08.2023 e término em 18.02.2024, conforme art.82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Os 60 (sessenta) dias de prorrogação já incluídos no período de gozo de que trata o art.1º desta portaria estão amparados pela lei municipal 2088/2007

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23.08.2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2023.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA

Médico do Trabalho

PORTARIA Nº 2558 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091730

PORTARIA Nº 2.558/2023

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SECRETÁRIO DE SAÚDE, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, o servidor abaixo relacionado, a dirigir os veículos oficiais para a execução de serviços da Administração Pública de Navegantes, observada a habilitação específica na CNH:

I) GERSON PEREIRA DA SILVA LOURENÇO – matrícula nº637175501.

Art. 2º O servidor público autorizado a dirigir deverá obter autorização específica do Gestor da pasta para utilização do veículo naquele dia, não podendo:

a) Ceder à direção do veículo a terceiros;

b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;

c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais deverá cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC Nº 03/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 24 de agosto de 2023.

PABLO SEBASTIAN VELHO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 2436 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092488

PORTARIA Nº 2436 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o processo Nº 132/2022 PMN, contrato 170/2022, cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL/GALPÃO PARA SEDIAR O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA MARIA LOPES BORBA, Nº474, CENTRO - NAVEGANTES.

FISCAIS DE CONTRATO

Fiscais: LUCIANA SALES BALLARIN – (titular)

GABRIELA SOUTHER LOTTERMANN - (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2023.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2437 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092515

PORTARIA Nº 2437 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA GESTOR DE PARCERIA CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para ser gestor de parceria no processo Nº 13/2023 FMS, contrato 114/2023, cujo objeto INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO VISANDO A CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE NAVEGANTES – AMA, PARA A EXECUÇÃO DO RECURSO REPASSADO VIA EMENDA IMPOSITIVA, PROCEDIMENTO REALIZADO POR MEIO DO ÓRGÃO GESTOR SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

GESTOR DE PARCERIA

HELENA DOS SANTOS SOARES

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2023.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2023**

Publicação Nº 5089772

Título: HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2023

Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 04/2023

Fundamentação: Art. 25, I da Lei 8.666/93

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – NAVEGANTESPREV

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO 22º CONGRESSO NACIONAL DE PREVIDÊNCIAS, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 11, 12 E 13 DE SETEMBRO DE 2023 EM BELO HORIZONTE/MG, DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: Associação Nacional de Entidades de Previdência de Estados e Municípios - ANEPREM

CNPJ: 08.869.624/0001-75

Valor: R\$ 2.097,00 (Dois mil e noventa e sete reais).

Navegantes, 23 de agosto de 2023.

IGOR FRETTE NOGUEIRA DE LIMA

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 048 DE 25 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5057169

PORTARIA N º 048 DE 25 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 37, I, II, III da Lei Complementar nº 99/2011 que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social;

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade à segurada NORAIDES JUSTINO DE FREITAS, inscrita no CPF sob o nº 302.***.***-04, efetiva no cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2023.02.08886P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2023.

IGOR FRETTE NOGUEIRA DE LIMA

DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA 1134-2023 - AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 1119-2023

Publicação Nº 5089863

PORTARIA 1.134/2023
Retificação

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

RETIFICAR, a Portaria nº 1.119/2023, de 17 de agosto de 2023, publicada em 21 de agosto de 2023 no DOM/SC, edição 4307, página nº 952.

Onde se lê: Art. 1º - Fica reconhecida a aquisição da Estabilidade do Estágio Probatório ao (a) servidor (a) ROMILDO SEHN, matrícula nº 6781, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, a contar de 17 de agosto de 2023.

Ricardo Bittencourt - Secretário Municipal de Transporte, Obras, Serviços Públicos.

Leia-se: Art. 1º - Fica reconhecida a aquisição da Estabilidade do Estágio Probatório ao (a) servidor (a) ROMILDO SEHN, matrícula nº 6781, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, a contar de 17 de agosto de 2023.

Ademar Murceski - Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de agosto de 2023.
Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA 1135-2023 - EXONERAÇÃO MICHEL CIPRIANI BOTTAMEDI

Publicação Nº 5089871

PORTARIA Nº 1.135/2023
Dispõe sobre Exoneração

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, Inciso I, da Lei nº 2.912, de 22 de março de 2023 (Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar de Nova Trento).

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, o ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Nova Trento, MICHEL CIPRIANI BOTTAMEDI, matrícula nº 20423, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Conselho Tutelar Municipal, a contar de 22 de agosto de 2023.

Nova Trento, 23 de agosto de 2023.
Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA 1136-2023 - PRORROGA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE - SUELEN DO BELEM DE OLIVEIRA

Publicação Nº 5090337

PORTARIA Nº 1.136/2023
Prorroga Licença Tratamento de Saúde

Larissa Battisti, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 118, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 1.121/2023, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, à SUELEN DO BELEM DE OLIVEIRA, matrícula nº 9152, ocupante do cargo Monitor de Educação Infantil - ACT, com 30 (trinta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal De Educação

Infantil Pe. Rossi - Centro, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias com efeitos a contar de 23 de agosto de 2023 até 20 de novembro de 2023, conforme atestado médico datado de 23/08/2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2023.

Larissa Battisti

Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Eliane Tomaz

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA 1137-2023 - READAPTAÇÃO - JAIR SILVA DOS SANTOS

Publicação Nº 5090339

PORTARIA Nº 1.137/2023

Concede Readaptação

Larissa Battisti, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 35, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

Conceder Readaptação, ao Servidor Público Municipal, JAIR SILVA DOS SANTOS, matrícula nº 7473, ocupante do cargo em Provimento Efetivo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com efeitos a contar de 23 de agosto de 2023 até 22 de agosto de 2024, conforme resultado pericial datado de 23 de agosto de 2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2023.

Larissa Battisti

Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Eliane Tomaz

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 80/2023 - PROCESSO N° 74/2023 - PP 48/2023

Publicação N° 5090372

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 467DC37F82E908980B6413ADDEF78CEC293F2431



PREFEITURA DE NOVA TRENTO
CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000
Fone: 48 32673215

**TERMO ADITIVO DE VALOR (QUILOMETRAGEM)*****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 080/2023***

Pelo presente Termo, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito TIAGO DALSSASSO, inscrito no CPF n° 069.433.949-08, doravante denominado de “**CONTRATANTE**” e de outro lado o senhora **PAULA GRACIELI DE LINO MARTINS ZARDIN**, portadora do CPF n° 102.244.309-71, neste ato denominado CONTRATADO, tem entre si ajustado o presente contrato, **RESOLVEM** entre si e na melhor forma de direito ADITAR o Contrato n° 080/2023, para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Contrato, tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA COBERTURA DA ZONA URBANA E RURAL DE NOSSO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2023, CONFORME ITINERÁRIOS E QUILOMETRAGENS CONSTANTES NO ANEXO I.

ITEM	QTDE KM ANUAL	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT./K M (R\$)	VALOR TOTAL ANO (R\$)
20	8.320	Km/ano	Linha: Ponta Fina Norte / Oratório Santo Antonin. Período: Matutino / Vespertino / Noturno. Veículo com capacidade para transportar 04 alunos. Km diários estimados: 40	3,00	24.960,00

Justificativa:

Altera-se a Quilometragem estimativa diária, de 32 Km para 40 Km, conforme solicitações do Conselho Tutelar de Nova Trento – Ofício n. 074/2023, datado em 18 de agosto de 2023 e da Secretaria Municipal de Nova Trento – Ofício n. 706/2023, datado em 21 de agosto de 2023. O novo percurso, será realizado a partir do dia 22 de agosto de 2023.

Pág. 1/2

**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**

CNPJ 82.925.025/0001-60

Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Fone: 48 32673215

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 080/2023, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 22 de agosto de 2023.

Tiago Dalsasso
Prefeito
Contratante

PAULA GRACIELI DE LINO MARTINS
ZARDIN
Contratado

Larissa Battisti
Secretário Municipal de Educação

Testemunhas:

1. _____
Fernando Sens

2. _____
Fabio de Freitas

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2023 - PROCESSO Nº 102/2023

Publicação Nº 5089186

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A100CC1314664564A84E1DAB40527D401105590

Página: 1 / 3

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 65/2023	
	CNPJ: 82.925.025/0001-60 Telefone: (48) 3267-3205 Endereço: Praça del Comune, 126 - Centro CEP: 88270-000 - Nova Trento	Processo Adm.: 102/2023 Data do Processo: 21/07/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 37, XXI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 102/2023
b) **Nr. Licitação:** 65/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 24/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I

Lote: 1

Participante: AMILTO MICHALSKI - ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LAVAÇÃO DUCHA(UNO/PALIO/PARATI/CLIO/SIENA/SAVEIRO)	300,000	UND	50,00	15.000,00
2	LAVAÇÃO COMPLETA-COM MOTOR(UNO/PALIO/GOL/PARATI/SIENA/SAVEIR	30,000	UND	133,50	4.005,00
3	LAVAÇÃO COMPLETA-MENOS MOTOR(UNO/PALIO/GOL/PARATI/CLIO/SIN	0 120,000	UND	96,70	11.604,00
4	LAVAÇÃO DUCHA - KOMBI	50,000	UND	60,00	3.000,00
5	LAVAÇÃO COMPLETA-COM MOTOR - KOMBI	20,000	UND	146,50	2.930,00
6	LAVAÇÃO COMPLETA - MENOS MOTOR-KOMBI	25,000	UND	113,50	2.837,50
7	LAVAÇÃO DUCHA - ONIBUS	200,000	UND	190,00	38.000,00
8	LAVAÇÃO COMPLETA-COM MOTOR / ONIBUS	40,000	UND	350,00	14.000,00
9	LAVAÇÃO COMPLETA-SEM MOTOR/ONIBUS	40,000	UND	283,50	11.340,00
10	LAVAÇÃO DUCHA - MICRO ONIBUS	50,000	UND	140,00	7.000,00
11	LAVAÇÃO COMPLETA-COM MOTOR/MICRO ONIBUS	24,000	UND	250,00	6.000,00
12	LAVAÇÃO COMPLETA-SEM MOTOR - MICRO ONIBUS	20,000	UND	203,50	4.070,00
13	LAVAÇÃO COMPLETA-COM MOTOR/MOTONIV.PATROLA	6,000	UND	376,70	2.260,20
14	LAVAÇÃO COMPLETA-SEM MOTOR/MOTONIV.PATROLA	20,000	UND	283,50	5.670,00
15	LAVAÇÃO COMPLETA-COM MOTOR/RETROESCAVADEIRA	12,000	UND	303,50	3.642,00
16	LAVAÇÃO COMPLETA-SEM MOTOR/RETROESCAVADEIRA	50,000	UND	250,00	12.500,00
17	LAVAÇÃO DUCHA - PÁ CARREGADEIRA	12,000	UND	183,50	2.202,00
18	LAVAÇÃO COMPLETA-COM MOTOR/PÁ CARREGADEIRA	6,000	UND	310,00	1.860,00
19	LAVAÇÃO COMPLETA-SEM MOTOR/PÁ CARREGADEIRA	6,000	UND	243,50	1.461,00
20	LAVAÇÃO DUCHA - L200	12,000	UND	70,00	840,00
21	LAVAÇÃO COMPLETA-COM MOTOR/ L200	6,000	UND	176,70	1.060,20
22	LAVAÇÃO COMPLETA-SEM MOTOR / L200	8,000	UND	126,70	1.013,60
23	LAVAÇÃO DUCHA - CAÇAMBA 2 EIXOS	36,000	UND	193,50	6.966,00

Página: 2 / 3

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
24	LAVAÇÃO COMPLETA-COM MOTOR/CAÇAMBA 2 EIXOS	12,000	UND	300,00	3.600,00
25	LAVAÇÃO COMPLETA-SEM MOTOR/CAÇAMBA 2 EIXOS	36,000	UND	243,50	8.766,00
26	LAVAÇÃO DUCHA - CAÇAMBA 3 EIXOS	12,000	UND	200,00	2.400,00
27	LAVAÇÃO COMPLETA-COM MOTOR/CAÇAMBA 3 EIXOS	6,000	UND	316,70	1.900,20
28	LAVAÇÃO COMPLETA-SEM MOTOR/CAÇAMBA 3 EIXOS	20,000	UND	263,50	5.270,00
29	LAVAÇÃO COMPLETA -C/MOTOR - TRATOR	24,000	UND	243,50	5.844,00
30	LAVAÇÃO - ENCILHADEIRA	15,000	UND	116,70	1.750,50
31	LAVAÇÃO COMPLETA SEM MOTOR - AMBULANCIA SAMU	100,000	UND	96,70	9.670,00
32	LAVAÇÃO COMPLETA C/ MOTOR - AMBULANCIA SAMU	8,000	UND	200,00	1.600,00
33	LAVAÇÃO COMPLETA-SEM MOTOR -AMBUL.+VANS+SAMU	50,000	UND	153,50	7.675,00
34	LAVAÇÃO DUCHA - MOTOS	20,000	UND	28,50	570,00
35	LAVAÇÃO COMPLETA - COM MOTOR (MOTOS)	20,000	UND	38,50	770,00
36	LAVAÇÃO DUCHA - VAN	100,000	UNID.	90,00	9.000,00
37	LAVAÇÃO COMPLETA COM MOTOR - VAN	8,000	UND	140,00	1.120,00
38	LAVAÇÃO COMPLETA SEM MOTOR - VAN	50,000	UND	193,50	9.675,00
39	LAVAÇÃO DUCHA - MINI VAN DOBLO	100,000	UND	70,00	7.000,00
40	LAVAÇÃO COMPLETA COM MOTOR - MINI VAN DOBLO	8,000	UND	110,00	880,00
41	LAVAÇÃO COMPLETA SEM MOTOR - MINI VAN DOBLO	50,000	UND	153,50	7.675,00
42	Mini Carregadeira Bobcat - LAVAÇÃO DUCHA	6,000	SERV	140,00	840,00
43	Mini Carregadeira Bobcat - LAVAÇÃO COMPLETA - com motor	6,000	SERV	203,50	1.221,00
44	Mini Carregadeira Bobcat - LAVAÇÃO COMPLETA - sem motor	12,000	SERV	170,00	2.040,00
45	Caminhão Prancha - LAVAÇÃO DUCHA	6,000	SERV	166,70	1.000,20
46	Caminhão Prancha - LAVAÇÃO COMPLETA - com motor	6,000	SERV	250,00	1.500,00
47	Caminhão Prancha - LAVAÇÃO COMPLETA - sem motor	12,000	SERV	213,50	2.562,00
48	Escavadeira Hidráulica 18T - LAVAÇÃO DUCHA	6,000	SERV	283,50	1.701,00
49	Escavadeira Hidráulica 18T - LAVAÇÃO COMPLETA - com motor	6,000	SERV	410,00	2.460,00
50	Escavadeira Hidráulica 18T - LAVAÇÃO COMPLETA - sem motor	12,000	SERV	330,00	3.960,00

Total do Participante: 261.711,40**Lote: 2****Participante: AMILTO MICHALSKI - ME**

51	LUBRIFICAÇÃO KOMBI	84,000	UND	38,50	3.234,00
52	LUBRIFICAÇÃO L200	12,000	UND	28,45	341,40
53	LUBRIFICAÇÃO ONIBUS/MICRO ONIBUS	220,000	UND	53,50	11.770,00
54	LUBRIFICAÇÃO CAÇAMBA - 2 e 3 EIXOS	120,000	UND	73,50	8.820,00
55	LUBRIFICAÇÃO PÁ CARREGADEIRA	20,000	UND	93,50	1.870,00
56	LUBRIFICAÇÃO RETROESCAVADEIRA	80,000	UND	100,00	8.000,00
57	LUBRIFICAÇÃO MOTONIVELADORA/PATROLA	36,000	UND	66,70	2.401,20
58	LUBRIFICAÇÃO TRATOR	72,000	UND	53,50	3.852,00
59	LUBRIFICAÇÃO GRADE TRATOR	28,000	UND	41,70	1.167,60
60	LUBRIFICAÇÃO ENCILHADEIRA TRATOR	20,000	UND	41,70	834,00
61	PULVERIZAÇÃO DA ENCILHADEIRA	15,000	UND	58,50	877,50
62	LUBRIFICAÇÃO ARADO DO TRATOR	24,000	UND	58,50	1.404,00
63	LUBRIFICAÇÃO - AMBUL+VANS+SAMU	12,000	UND	31,70	380,40

Total do Participante: 44.952,10

Página: 3 / 3

Total Geral: 306.663,50

Nova Trento, 24/08/2023	
.....	Assinatura do Responsável
TIAGO DALSASSO PREFEITO	

Nova Veneza

PREFEITURA

3º BIMESTRE DA RREO DO EXERCÍCIO DE 2023

Publicação N° 5090170

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Administração Municipal comunica aos interessados, que o RREO do 3º Bimestre do exercício de 2023, previstos na Lei Complementar nº 101/00, de 04 de maio 2000, foram devidamente publicados no sítio eletrônico oficial desta instituição <http://www.novaveneza.sc.gov.br> no dia 24/08/2023.

Nova Veneza (SC), 24 de agosto de 2023.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO PAULO CESAR GARCIA
Prefeito Municipal CRC/SC 026748/O-4

DECRETO SAF N.º 032, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5090703

DECRETO SAF N.º 032, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 113.409,15, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso III, da Lei Municipal n.º 3.001, de 21 de dezembro de 2022

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 3.001, de 21 de dezembro de 2022), em favor da Prefeitura Municipal de Nova Veneza, crédito suplementar no valor de R\$ 113.409,15 (cento e treze mil, quatrocentos e nove reais e quinze centavos), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender as programações abaixo discriminadas:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
05.001 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO / DEPT. PLANEJ. / DESENV. URBANO / CADASTRO
Proj./Ativ. 2.084: Manutenção do Departamento de Trânsito
Aplicação: (98) 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas – 2.752.7006.0012 – Convênios de trânsito – Superávit exercício anterior R\$ 113.409,15

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do artigo 1º decorrem do superávit financeiro verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 24 de agosto de 2023.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 24 de agosto de 2023.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

FELIPE NIEHUES FURLAN
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

DECRETO SAF N.º 033, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090705

DECRETO SAF N.º 033, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 36.590,85, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso I, da Lei Municipal n.º 3.001, de 21 de dezembro de 2022

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 3.001, de 21 de dezembro de 2022), em favor da Prefeitura Municipal de Nova Veneza, crédito suplementar no valor de R\$ 36.590,85 (trinta e seis mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos), por conta de excesso de arrecadação, para atender a programação abaixo discriminada:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
05.001 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO / DEPT. PLANEJ. / DESENV. URBANO / CADASTRO
Proj./Ativ. 2.084: Manutenção do Departamento de Trânsito
Aplicação: (98) 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas – 1.752.7006.0012 – Convênios de trânsito R\$ 36.590,85

Parágrafo único - As despesas por conta do provável excesso de arrecadação de que trata este artigo fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nas contas bancárias correspondentes.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 24 de agosto de 2023.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 24 de agosto de 2023.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

FELIPE NIEHUES FURLAN

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 281/2023 - PMNV

Publicação Nº 5090663

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9E22E8BEBDFC3EE98AF9D7F6C07F75FE13E6DE1E

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 281/2023

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: FRANCIELE MAZZORANA ZUCHINALI

Valor : R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Vigência : Início: 24/08/2023 Término: 31/12/2023.

Licitação : Pregão Presencial n.º 170/2023

Recursos : (62) 09.001.2.076.3.3.90.00.00.00.00 (Recursos Ordinários).

Objeto : contratação de Condutor ou Guia Local para execução das atividades para o Projeto Turismo nas Escolas do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 24 de agosto de 2023.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

LEI COMPLEMENTAR N.º 028, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090711

LEI COMPLEMENTAR N.º 028, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 27, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE ESTABELECE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO DE NOVA VENEZA/SC, REESTRUTURA OS CARGOS COMISSIONADOS, ESTABELECE ATRIBUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Revoga o inciso III, do § 1º, do art. 30 da Lei Complementar n.º 27, de 21 de dezembro de 2022.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 23 de agosto de 2023.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 23 de agosto de 2023.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL N° 173/2023 - PMNV

Publicação N° 5089840

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 217CAC4031F19463A9AE82327418A65F6CA200AA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 173/2023

OBJETO: Aquisição de material de construção para manutenção de diversas obras que são realizadas pela Secretaria de Transporte, Obras e serviços Urbanos do Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 09:00 horas do dia 05/09/2023

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 24 de agosto de 2023.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N° 175/2023 - PMNV

Publicação N° 5089638

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B9BB41BB7C75F7A638058EDEAA614163D2C27D30

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 175/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de caminhão munck e serviços de perfuração de solo para atender as demandas da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 05/09/2023

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 24 de agosto de 2023.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N° 176/2023 - PMNV

Publicação N° 5090026

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 94E57FCCEA9F4C39852A5636991539D70FCA0520

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 176/2023

OBJETO: Aquisição de itens diversos para equipar a nova creche do Distrito de Caravaggio do Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 11/09/2023

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.


Nova Veneza, SC, 24 de agosto de 2023.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

DESERTO - PREGÃO ELETRONICO Nº 38/2023 - FMS

Publicação Nº 5090125

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65DE61F4E2922EF626A1D352C10B4B3F50C6A764

Página: 1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAÚDE NOVA VENEZA

CNPJ: 10.485.444/0001-18

Endereço: Tv. Osvaldo Búrigo, 44 - centro

CEP: 88865-000 - Nova Veneza / SC

Telefone: (48) 3436-1115

PREGÃO ELETRÔNICO

38/2023

Número Processo: 38/2023

Data do Processo: 31/07/2023

Edital de Licitação Nº 38

Ata da Sessão Pública - Licitação Deserta

ATA Nº 1 - 2023

Reuniram-se no dia 17/08/2023, as 08:15, no(a) FUNDO MUNICIPAL SAÚDE NOVA VENEZA, o(a) PREGOEIRO e sua equipe de apoio como objetivo de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tratando do Edital de Licitação Nº 38 destinado a:

AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE PRODUTOS DE USO E CONSUMO FISIOTERAPÊUTICOS PARA CLINICA DE FISIOTERAPIA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA/SC.

A Comissão de Licitação por unanimidade de seus membros resolve DECLARAR DESERTO esta Licitação, que pelo não comparecimento de nenhum interessado em participar do certame, será publicado a repetição da Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, a(o) Pregoeiro(a) da Licitação suspendeu os trabalhos para lavratura da ATA, que lida e estando todos de acordo, pede a(o) Pregoeiro(a) que todos assinem-a.

Assinatura do(a) pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ANGELICA EYNG PREIS

PREGOEIRO

JOANA MACCARINI TORQUATO

MEMBRO

IURI DE SOUZA POLICARPI

MEMBRO

JULIA RODRIGUES GAVA

MEMBRO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023 – LEI FEDERAL PAULO GUSTAVO – NOVA VENEZA/SC

Publicação Nº 5091743



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023 – LEI FEDERAL PAULO GUSTAVO – NOVA VENEZA/SC

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM RECURSOS DA COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) - AUDIOVISUAL

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.

É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Nova Veneza/SC.

Deste modo, o Município de Nova Veneza/SC torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, Lei 13.019/2014, no Decreto 11.525/2023, no Decreto 11.453/2023 e no Decreto Municipal 075/2017.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

1.1 O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais de AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Colaboração com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Nova Veneza.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$ 102.541,03 (cento e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e três centavos), dividido entre as categorias de apoio descritas no Anexo I deste edital.

2.2 A despesa do objeto deste Edital correrá à conta das seguintes Ações Orçamentárias do Orçamento vigente: 2.082 – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura e 2.021 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, com recursos vinculados às Fontes 715 – Transferências Destinadas ao Setor Cultural da LC 195/2022, art 5º - Audiovisuais e, 716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural da LC 195/2022, art 8º - Demais Setores da Cultura, nas modalidades de aplicação estabelecidas na Lei Federal Nº 4.320/64 e demais normas contábeis pertinentes.

2.3 Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no Município de Nova Veneza.

3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.

3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Colaboração e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

3.6 O Anexo I deve ser consultado para fins de verificação das condições de participação de todos os proponentes.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I – tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1

4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

- a) no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
- b) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados na vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.6 , as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VII.

5.8 Para fins de verificação da autodeclaração, serão realizados os seguintes procedimentos complementares:

- I - procedimento de heteroidentificação;
- II - solicitação de carta consubstanciada;
- III - outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras (pretas e pardas)

5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

- I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
- II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;
- III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e
- IV – outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve encaminhar toda documentação obrigatória relatada no item 7, entre os dias 25 de agosto a 08 de setembro de 2023.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2 por meio do formulário virtual: <https://forms.gle/SyKmmBciDxp8CFVR8>

7.2 O proponente pessoa física deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

- a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
- b) Currículo/Portfólio do proponente;
- c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos Federal;
- g) Comprovante de residência em Nova Veneza/SC;
- h) Currículo dos integrantes do projeto, quando houver;
- i) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
- j) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto (utilidade pública, moções, certificados, etc).

7.3 O proponente pessoa jurídica deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

- a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
- b) Currículo/Portfólio do proponente;
- c) Cartão de Inscrição do CNPJ;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos Federal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) Certidão Negativa de FGTS;



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



i) Certidão Negativa de Falência ou Concordata (emissão pelo site: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>);

j) Estatuto, Contrato Social atualizado;

k) Comprovante de residência em Nova Veneza/SC;

l) Currículo dos integrantes do projeto, quando houver;

m) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;

n) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto (utilidade pública, moções, certificados, etc).

7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

7.4 Cada Proponente poderá concorrer neste edital com, no máximo 1 (um) e poderá ser contemplado com no máximo 1 (um).

7.5 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.

7.6 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.

7.7 As inscrições deste edital são gratuitas.

7.8 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Formulário de Inscrição, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.

8.2 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.

8.3 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

8.4 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

8.5 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



8.6 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou

II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

9.5 Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

9.6 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:

I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e

II - sempre que possível, exposições com interação popular por meio da internet ou exposições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.

10.2 As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas até a finalização do projeto, devendo constar no relatório de execução.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

I – Inscrição e Habilitação: fase de inscrição e análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no tópico 14.

II – Análise das propostas: fase de análise das propostas, por equipe de pareceristas externos.

III – Resultado parcial: fase de divulgação do resultado parcial do edital.

IV – Resultado final: fase de divulgação do resultado final do edital.

12. ANÁLISE DOS PROJETOS

12.1 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por avaliadores externos, contratados especificamente para avaliação das propostas.

12.2 A Comissão de Seleção será coordenada por um membro da comissão, definido em ofício da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

12.3 Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

I - tenham interesse direto na matéria;

II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.4 O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.5 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo III.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



12.6 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

12.7 Os recursos de que tratam o item 12.18 deverão ser apresentados no prazo de três (3) a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

12.8 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

12.9 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Nova Veneza/SC.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme definição da comissão.

13.2 Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital com mesma fonte de recursos.

14. ETAPA DE INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO

14.1 O proponente terá o prazo entre os dias XX e XX para se inscrever e para apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1 PESSOA FÍSICA

I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;

II - certidões negativas de débitos relativos ao créditos tributários estaduais e municipais;

III - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

IV – RG

V - CPF

VI - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência

14.2.1.1 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

III - que se encontrem em situação de rua.

14.1.2 PESSOA JURÍDICA

I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

III - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



- IV - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- V - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
- VI - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- VII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
- VIII – Relação nominal de dirigentes;
- IX – Comprovante de residência;

14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Colaboração, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

15.2 O Termo de Colaboração corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Município de Nova Veneza/SC contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

15.3 Após a assinatura do Termo de Colaboração, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único.

15.4 A assinatura do Termo de Colaboração e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

15.6 O recebimento de recursos terá recolhimento de IR conforme legislação federal vigente.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Governo Municipal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e emitidas pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Nova Veneza.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



16.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

16.7 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto, em casos específicos, e também pela lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V e relatório de execução financeira conforma Anexo VII, com as respectivas cópias de todas as Notas Fiscais e comprovantes de pagamentos relacionados à execução do Termo de Colaboração. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 dias após ao fim da vigência do Termo de Colaboração.

17.3 O Monitoramento e Avaliação dos Contratos executados através do presente Edital serão realizados pelo Gestor da Parceria, pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site da Prefeitura Municipal de Nova Veneza e nas mídias sociais oficiais.

18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site www.novaveneza.sc.gov.br

18.3 Demais informações podem ser obtidas através do e-mail cultura@novaveneza.sc.gov.br e telefone (48) 3436-5757

18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Município de Nova Veneza/SC de qualquer responsabilidade civil ou penal.

18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), Lei 13.019/2014, no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

18.9 O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31 de dezembro de 2023

18.10 Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio;

Anexo II - Critérios de seleção

Anexo III - Termo de Colaboração;

Anexo IV - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e

Anexo V - Declaração étnico-racial;

Anexo VI - Relatório de Execução do Objeto;

Anexo VII – Relatório de Execução financeira

Anexo VIII – Cronograma

Nova Veneza, 24 de agosto de 2023.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

CAROLINA WARMLING GHISLANDI

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

ANEXO I

CATEGORIAS DE APOIO - AUDIOVISUAL

1. RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R\$ 102.541,10 (cento e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e dez centavos) distribuídos da seguinte forma:

- a) Até R\$ 76.322,00 (setenta e seis mil, trezentos e vinte e dois reais) para apoio a produção de obras audiovisuais, de curta-metragem e/ou videoclipe e desenvolvimento de roteiro;
- b) Até R\$ 17.454,00 (dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais) para apoio à realização de ação de Cinema Itinerante ou Cinema de Rua;
- c) Até R\$ 8.765,10 (oito mil, setecentos e sessenta e cinco reais e dez centavos) para apoio à realização de ação de Formação Audiovisual ou de Apoio a Cineclubes; e Pesquisa em Audiovisual

2.DESCRICÃO DAS CATEGORIAS

A) Inciso I do art. 6º da LPG: apoio a produção de obras audiovisuais, de curta-metragem e/ou videoclipe

Produção de curtas-metragens:

Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de **curta-metragem** com duração de até **15 minutos**, de **[ficção, documentário, animação etc]**.

OU

Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de **curta-metragem** com duração de até **30 minutos**, de **[ficção, documentário, animação etc]**.

Os recursos fornecidos podem ser direcionados para financiar todo o processo de produção, desde o desenvolvimento do projeto até a distribuição do filme.

Produção de videoclipes:

Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de **videoclipe** de **artistas locais** com duração de **3 a 6 minutos**.

O fomento à produção de videoclipes envolve o suporte para a criação e produção de vídeos musicais, geralmente para fins de divulgação de artistas e suas músicas. Isso pode incluir recursos financeiros para a contratação de diretores, equipes de produção, locações, equipamentos, pós-produção e distribuição. O objetivo é impulsionar a produção de videoclipes criativos e de qualidade, estimulando a colaboração entre a música e o audiovisual.

Desenvolvimento de roteiro:

Este edital refere-se ao apoio para o **desenvolvimento de roteiro de curtas ou médias-metragens**, com duração de até **70 minutos**, de **[ficção, documentário, animação etc.]**

A iniciativa visa incentivar a criação de projetos sólidos, com narrativas bem estruturadas e conteúdo relevante.

B) Inciso II do art. 6º da LPG: apoio à realização de ação de Cinema Itinerante ou Cinema de Rua

Apoio à realização de ação de Cinema Itinerante:

Para este edital, **cinema itinerante** é uma estratégia de política pública cultural que visa levar a experiência do cinema a comunidades e regiões que possuem acesso limitado a salas de cinema convencionais. Por meio de um cinema móvel, equipado com projeção e som de qualidade, é possível levar filmes de diferentes gêneros e estilos a locais distantes, como áreas rurais, periferias urbanas e comunidades carentes, criando oportunidades para que as pessoas se engajem com a sétima arte.

Apoio à realização de ação de Cinema de Rua:

Para este edital, **cinema de rua** é um serviço de exibição aberta ao público de obras audiovisuais para fruição coletiva em espaços abertos, em locais públicos e em equipamentos móveis, de modo gratuito.

C) Inciso III do art. 6º da LPG: apoio à realização de ação de Formação Audiovisual ou de Apoio a Cineclubes

Apoio à realização de ação de Formação Audiovisual

Neste edital, a **Formação Audiovisual** refere-se ao apoio concedido para o desenvolvimento de **oficinas** voltadas para profissionais, estudantes e interessados na área audiovisual. Esse tipo de fomento tem como objetivo promover o aprimoramento das habilidades técnicas, criativas e gerenciais dos profissionais, bem como estimular a formação de novos talentos.

A **Formação Audiovisual** deverá ser oferecida de forma gratuita aos participantes.

Deverá ser apresentado:

I - Detalhamento da metodologia de mediação/formação; e

II - Apresentação do currículo dos profissionais mediadores/formadores.

Apoio a cineclubes

Neste edital, o **Apoio a cineclubes** refere-se a ações de criação e/ou manutenção de cineclubes.

Entende-se por **cineclube** grupo de pessoas ou associação sem fins lucrativos que estimula os seus membros a ver, discutir e refletir sobre o cinema. O objetivo é estimular a formação de públicos, o acesso a produções audiovisuais diversificadas e a reflexão crítica sobre o cinema.

Em caso de **proposta de criação de cineclube** é necessária a apresentação de prova da existência de local viável à instalação do cineclube e adequado para realização das sessões e demais ações – que poderá ser comprovada através de fotos e outros documentos.

No caso de **propostas de itinerância** deverá ser apresentada justificativa e previsão dos locais onde ocorrerão as sessões.

Em caso de propostas de **manutenção** deve ser apresentada comprovação de que o cineclube está em atividade há pelo menos três meses, devendo a comprovação ser feita por meio de folders, matérias de jornais, sites, material de divulgação e/ou lista de presença de público e/ou fotos/imagens e/ou estatuto e/ou regimento interno dos membros da comissão de diretoria que norteará as atividades do cineclube.

Apoio à Pesquisa sobre o audiovisual

Neste edital, a **Pesquisa sobre o audiovisual** refere-se ao estudo sistemático de temas relacionados à produção, distribuição, consumo e impactos da produção audiovisual em uma determinada **realidade local e/ou regional**. A pesquisa audiovisual pode abranger diversos aspectos, como análise de tendências e padrões de consumo, estudos de público e mercado, análise de impacto econômico e social da produção audiovisual, mapeamento de cadeias produtivas, estudos de viabilidade de projetos, entre outros.

É preciso apresentar:

- Problema de pesquisa: formulação clara e objetiva do problema que será investigado, delimitando os aspectos específicos do audiovisual a serem abordados.
- Objetivos: delimitar os objetivos gerais e específicos da pesquisa.
- Revisão da literatura: apresentar um levantamento dos estudos e pesquisas já realizados sobre o tema.
- Metodologia: descrever os métodos e procedimentos que serão utilizados para coletar e analisar os dados.
- Cronograma: elaborar um cronograma que estabeleça as etapas da pesquisa.
- Resultados esperados: possíveis contribuições e resultados que se espera obter com a pesquisa.

3. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

OPÇÃO 1

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PESSOAS NEGRAS	COTAS INDÍGENAS	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
Inciso I	2	1	1	4	R\$ 19.080,50	R\$ 76.322,00
Inciso II	2	1	1	4	R\$ 4.363,50	R\$ 17.454,00

Inciso III	3	1	1	1	R\$ 1.753,02	R\$ 8.765,10
-------------------	---	---	---	---	-----------------	-----------------

ANEXO II**CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL**

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural de Nova Veneza. A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades	10

	dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	
E	Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente - Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
H	Contrapartida - Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

- A pontuação final de cada candidatura será por média das notas dos membros da comissão.
- Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.

- Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
- Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
 - Data de nascimento/data de criação de entidade
 - Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
 - Serão desclassificados os projetos que:
 - I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
 - II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
 - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

TERMO DE FOMENTO N.º XX/2023/PMNV

Origem: Edital de Chamamento Público n.ºXXX/2023

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Travessa Oswaldo Búrigo, nº 44, Centro, Nova Veneza/SC, inscrito no CNPJ sob nº. 82.916.826/0001-60, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, doravante denominada simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e o **(NOME DA ENTIDADE/PESSOA)**, pessoa jurídica de direito privado/pessoa física, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, resolvem celebrar o presente termo de fomento, após a realização de processo de Chamamento Público, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Lei Complementar Federal 195/2022, no Decreto Federal 11.525/2023 e no Decreto Federal 11.453/2023, lei federal 13.019/2014 e decreto municipal 75/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1 - O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução de projeto visando o fomento da produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão de trabalhos artísticos e culturais de Nova Veneza, SC, conforme Plano de Trabalho apresentado, que devidamente aprovado pela Comissão de Seleção, constitui parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC:

2- São compromissos da OSC/PESSOA, desenvolver a execução de projeto visando o fomento da produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão de trabalhos artísticos e culturais de Nova Veneza, SC, conforme Plano de Trabalho apresentado;

2.1- Permitir o livre acesso dos servidores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, facilitando a obtenção de informações junto à OSC/PESSOA;

2.2- Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

2.3 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sob pena de rescisão deste Termo;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

- 2.4- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;
- 2.5 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- 2.6- Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela OSC;
- 2.7- Prestar contas, perante a administração Municipal, anualmente, até 30 dias após os 12 meses de vigência deste contrato, em relação aos recursos recebidos e aplicados.
- 2.8- Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 2.9- Utilizar a verba a ser repassada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:
- a) despesas na forma prevista no Plano de Trabalho;
 - b) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela OSC na realização da presente parceria;
 - c) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
 - d) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
 - e) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
 - f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- 2.10- Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;
- 2.11- Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da OSC e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- 3- São compromissos do Município:
- 3.1- Transferir os recursos à OSC/PESSOA, no valor equivalente a R\$XXXX,XX
 - 3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:
 - 3.3- Apreciar a prestação de contas apresentada pela OSC/PESSOA;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

- 3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC/PESSOA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 3.5- Comunicar formalmente à OSC/PESSOA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
- 3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;
- 3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à OSC/PESSOA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;
 - b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;
 - c) Não cumprimento do Plano de Trabalho;
 - d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos;
- 3.8- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:
- a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior;
 - b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a OSC/PESSOA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão;
 - c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 4 - O ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará à OSC/PESSOA, o montante de R\$XXXX,XX cujo será repassado em parcela única
- 4.1- A OSC/PESSOA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto a entidade financeira.
- 4.2 – O pagamento à pessoa física será retido IR, direto na fonte, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

- 5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela OSC/PESSOA;
- 5.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

- 6- O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 12 (doze) meses.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas de cada exercício financeiro, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.9, observado o disposto nos arts. 26 e seguintes do Decreto Municipal n.º 075/2017;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.1.a- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.1.b- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.2 – Em caso de pessoa física será observado a forma de prestação de contas conforme decreto federal Decreto Federal 11.525/2023 e no Decreto Federal 11.453/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC/PESSOA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10- A despesa do objeto deste Edital correrá à conta da seguinte Ação Orçamentária do Orçamento vigente: **2.XXXXXX** – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura, com recursos vinculados às Fontes 715 – Transferências Destinadas ao Setor Cultural da LC 195/2022, art 5º - Audiovisuais e, 716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural da LC 195/2022, art 8º - Demais Setores da Cultura, nas modalidades de aplicação estabelecidas na Lei Federal Nº 4.320/64 e demais normas contábeis pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

11- As ações de monitoramento e avaliação serão realizadas pela comissão de monitoramento e avaliação designada por ato publicado em meio oficial, e terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular desta parceria, nos moldes do art. 58 da Lei Federal n.º 13.019/14 e arts. 24 e 25 do Decreto Municipal n.º 075/2017, Decreto Federal 11.525/2023 e no Decreto Federal 11.453/2023.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS ATRIBUÍDAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

12- A administração pública municipal poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto desta parceria, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

12.1- A OSC/PESSOA garantirá o livre acesso dos agentes da administração pública municipal, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas, aos documentos e às informações relacionadas a este termo de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13- Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 075/2017, Decreto Federal 11.525/2023 e no Decreto Federal 11.453/2023

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

14- Os partícipes elegem o Foro da comarca de Criciúma - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Nova Veneza, SC, XX de XXXXXXXX de 2023.

MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

ENTIDADE/PESSOA

NOME

CARGO

Testemunhas:

1. _____
CPF:

2. _____
CPF:

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO**

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:**NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:****DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]**

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo “REPRESENTANTE” como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]

[DATA]

ANEXO V**DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF
nº _____, RG nº _____, DECLARO para fins
de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou
_____(informar se é NEGRO OU
INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de
declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções
criminais.

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VI**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO****1. DADOS DO PROJETO**

Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:

Nº do Termo de Execução Cultural

Vigência do projeto:

Valor repassado para o projeto:

Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO**2.1. Resumo:**

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

- () Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
- () Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
- () Uma parte das ações planejadas não foi feita.
- () As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre as eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:

- META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
- OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOVER):

- META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
- Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
- Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)

- Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
- Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.

() Sim

() Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

() Publicação

() Livro

() Catálogo

() Live (transmissão on-line)

() Vídeo

() Documentário

() Filme

() Relatório de pesquisa

() Produção musical

() Jogo

() Artesanato

() Obras

() Espetáculo

() Show musical

() Site

() Música

() Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele ...

(Você pode marcar mais de uma opção).

- ☐ Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
- ☐ Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
- ☐ Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
- ☐ Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
- ☐ Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
- ☐ Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
- ☐ Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
- ☐ Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO**5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?**

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

☐ Sim ☐ Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUMNS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

- ☐ 1. Presencial.
- ☐ 2. Virtual.
- ☐ 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Youtube
- ☐ Instagram / IGTV
- ☐ Facebook
- ☐ TikTok
- ☐ Google Meet, Zoom etc.
- ☐ Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

- ☐ 1. Fixas, sempre no mesmo local.
- ☐ 2. Itinerantes, em diferentes locais.
- ☐ 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Zona urbana central.
- ☐ Zona urbana periférica.

- ☐ Zona rural.
- ☐ Área de vulnerabilidade social.
- ☐ Unidades habitacionais.
- ☐ Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
- ☐ Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
- ☐ Áreas atingidas por barragem.
- ☐ Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
- ☐ Outros: _____

6.8 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Equipamento cultural público municipal.
- ☐ Equipamento cultural público estadual.
- ☐ Espaço cultural independente.
- ☐ Escola.
- ☐ Praça.
- ☐ Rua.
- ☐ Parque.
- ☐ Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Zona urbana central.
- ☐ Zona urbana periférica.
- ☐ Zona rural.
- ☐ Área de vulnerabilidade social.
- ☐ Unidades habitacionais.
- ☐ Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).

☐ Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).

☐ Áreas atingidas por barragem.

☐ Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

☐ Outros: _____

6.11 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

☐ Equipamento cultural público municipal.

☐ Equipamento cultural público estadual.

☐ Espaço cultural independente.

☐ Escola.

☐ Praça.

☐ Rua.

☐ Parque.

☐ Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

☐ Zona urbana central.

☐ Zona urbana periférica.

☐ Zona rural.

☐ Área de vulnerabilidade social.

☐ Unidades habitacionais.

☐ Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).

☐ Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).

☐ Áreas atingidas por barragem.

☐ Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

()Outros: _____

6.14 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

()Equipamento cultural público municipal.

()Equipamento cultural público estadual.

()Espaço cultural independente.

()Escola.

()Praça.

()Rua.

()Parque.

()Outros _____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

UNIDADE CONCEDENTE		ORDENADOR DA DESPESA			
ENTIDADE BENEFICIADA		CNPJ			
ENDEREÇO		CIDADE/ESTADO	CEP		
RESPONSÁVEL		CPF			
HISTÓRICO DA FINALIDADE		NOTA DE EMPENHO			
		Nº	DATA	VALOR	
		CONTA ORÇAMENTÁRIA			
		PROJETO	ITEM	FONTE	
DATA	Nº NOTA	HISTÓRICO (Credor)		RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS
		Valor Recebido			
TOTAL					
LOCAL E DATA					
PRESIDENTE DA ENTIDADE		CONTADOR/TEC. CONTABILIDADE			

**CRONOGRAMA – LEI PAULO GUSTAVO
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA - SC**

	DATA
Publicação do edital	25/08/2023
Inscrições	25/08/2023 a 08/09/2023
Pareceres	11/09/2023 a 25/09/2023
Resultado Parcial	26/09/2023
Recursos	26/09/2023 a 29/09/2023
Resultado Final	02/10/2023

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023 – LEI FEDERAL PAULO GUSTAVO – NOVA VENEZA/SC

Publicação Nº 5091746



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023 – LEI FEDERAL PAULO GUSTAVO – NOVA VENEZA/SC

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM RECURSOS DA COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – DEMAIS ÁREAS CULTURAIS

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.

É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Nova Veneza/SC.

Deste modo, o Município de Nova Veneza/SC torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, Lei 13.019/2014, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

1.1 O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais de diversas áreas culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Colaboração, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Nova Veneza.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$ 41.520,04 (quarenta e um mil e quinhentos e vinte reais e quatro centavos), dividido entre as categorias de apoio descritas no Anexo I deste edital.

2.2 A despesa do objeto deste Edital correrá à conta das seguintes Ações Orçamentárias do Orçamento vigente: 2.082 – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura e 2.021 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, com recursos vinculados às Fontes 715 – Transferências Destinadas ao Setor Cultural da LC 195/2022, art 5º - Audiovisuais e, 716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural da LC 195/2022, art 8º - Demais Setores da Cultura, nas modalidades de aplicação estabelecidas na Lei Federal Nº 4.320/64 e demais normas contábeis pertinentes.

2.3 Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no Município de Nova Veneza.

3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.

3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Colaboração e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

3.6 O Anexo I deve ser consultado para fins de verificação das condições de participação de todos os proponentes.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I – tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1

4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

- a) no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
- b) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados na vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.6 , as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VII.

5.8 Para fins de verificação da autodeclaração, serão realizados os seguintes procedimentos complementares:

- I - procedimento de heteroidentificação;
- II - solicitação de carta consubstanciada;
- III - outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras (pretas e pardas)

5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

- I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
- II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;
- III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e
- IV – outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve encaminhar toda documentação obrigatória relatada no item 7, entre os dias 25 de agosto a 08 de setembro de 2023.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2 por meio do formulário virtual: <https://forms.gle/zZ7PushoraTn4Doq6>

7.2 O proponente pessoa física deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

- a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
- b) Currículo/Portfólio do proponente;
- c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos Federal;
- g) Comprovante de residência em Nova Veneza/SC;
- h) Currículo dos integrantes do projeto, quando houver;
- i) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
- j) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto (utilidade pública, moções, certificados, etc).

7.3 O proponente pessoa jurídica deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

- a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
- b) Currículo/Portfólio do proponente;
- c) Cartão de Inscrição do CNPJ;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos Federal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) Certidão Negativa de FGTS;
- i) Certidão Negativa de Falência ou Concordata (emissão pelo site: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>);
- j) Estatuto, Contrato Social atualizado;
- k) Comprovante de residência em Nova Veneza/SC;



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



- l) Currículo dos integrantes do projeto, quando houver;
- m) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
- n) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto (utilidade pública, moções, certificados, etc).
- 7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
- 7.4 Cada Proponente poderá concorrer neste edital com, no máximo 1 (um) e poderá ser contemplado com no máximo 1 (um).
- 7.5 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
- 7.6 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.
- 7.7 As inscrições deste edital são gratuitas.
- 7.8 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

- 8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Formulário de Inscrição, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
- 8.2 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
- 8.3 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
- 8.4 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
- 8.5 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
- 8.6 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou

II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

9.5 Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

9.6 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e

II - sempre que possível, exposições com interação popular por meio da internet ou exposições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.

10.2 As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas até a finalização do projeto, devendo constar no relatório de execução.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

I – Inscrição e Habilitação: fase de inscrição e análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no tópico 14.

II – Análise das propostas: fase de análise das propostas, por equipe de pareceristas externos.

III – Resultado parcial: fase de divulgação do resultado parcial do edital.

IV – Resultado final: fase de divulgação do resultado final do edital.

12. ANÁLISE DOS PROJETOS

12.1 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por avaliadores externos, contratados especificamente para avaliação das propostas.

12.2 A Comissão de Seleção será coordenada por um membro da comissão, definido em ofício da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

12.3 Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

I - tenham interesse direto na matéria;

II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.4 O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.5 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo III.

12.6 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



12.7 Os recursos de que tratam o item 12.18 deverão ser apresentados no prazo de três (3) a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

12.8 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

12.9 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Nova Veneza/SC.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme definição da comissão.

13.2 Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital com mesma fonte de recursos.

14. ETAPA DE INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO

14.1 O proponente terá o prazo entre os dias XX e XX para se inscrever e para apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1 PESSOA FÍSICA

- I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
- II - certidões negativas de débitos relativos ao créditos tributários estaduais e municipais;
- III - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
- IV – RG
- V - CPF

VI - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência

14.2.1.1 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

- I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
- III - que se encontrem em situação de rua.

14.1.2 PESSOA JURÍDICA

- I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
- III - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



IV - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;

VI - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

VIII – Relação nominal de dirigentes;

IX – Comprovante de residência;

14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Colaboração, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

15.2 O Termo de Colaboração corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Município de Nova Veneza/SC contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

15.3 Após a assinatura do Termo de Colaboração, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único.

15.4 A assinatura do Termo de Colaboração e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

15.6 O recebimento de recursos terá recolhimento de IR conforme legislação federal vigente.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e Governo Municipal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Nova Veneza.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



16.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

16.7 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto, em casos específicos, e também pela lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V e relatório de execução financeira conforme Anexo VII, com as respectivas cópias de todas as Notas Fiscais e comprovantes de pagamentos relacionados à execução do Termo de Colaboração. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 dias após ao fim da vigência do Termo de Colaboração.

17.3 O Monitoramento e Avaliação dos Contratos executados através do presente Edital serão realizados pelo Gestor da Parceria, pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site da Prefeitura Municipal de Nova Veneza e nas mídias sociais oficiais.

18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site www.novaveneza.sc.gov.br

18.3 Demais informações podem ser obtidas através do e-mail cultura@novaveneza.sc.gov.br e telefone (48) 3436-5757

18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o Município de Nova Veneza/SC de qualquer responsabilidade civil ou penal.

18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.



MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO



18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

18.9 O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31 de dezembro de 2023

18.10 Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio;

Anexo II - Critérios de seleção

Anexo III - Termo de Colaboração;

Anexo IV - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e

Anexo V - Declaração étnico-racial;

Anexo VI - Relatório de Execução do Objeto;

Anexo VII – Relatório de Execução financeira

Anexo VIII – Cronograma

Nova Veneza, SC, 24 de agosto de 2023.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

CAROLINA WARMLING GHISLANDI

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

ANEXO I**DEMAIS ÁREAS CULTURAIS****DETALHAMENTO DO OBJETO E FINANCIAMENTO****CATEGORIAS DE APOIO****1. RECURSOS DO EDITAL**

O presente edital possui valor total de R\$ 41.520,04 (quarenta e um mil e quinhentos e vinte reais e quatro centavos) distribuídos da seguinte forma:

- a) Até R\$ 21.825,00 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais) para dança, música ou teatro;
- b) Até R\$ 5.695,04 (cinco mil seiscentos e noventa e cinco reais e sete centavos) para artesanato;
- c) Até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para Leitura, escrita e oralidade;
- d) Até R\$ 10.000,00 (quatorze mil reais) para Patrimônio cultural, Cultura Popular ou Manifestações Tradicionais;

1. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS**1.1. Dança**

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de dança, em qualquer modalidade, a exemplo de: dança contemporânea; danças urbanas; danças populares e tradicionais; dança moderna; dança clássica, entre outras.

Os projetos podem ter como objeto:

I – produção de espetáculos de dança;

II – ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;

III - realização de eventos, mostras, festas e festivais de dança;

IV – publicações na área da dança ou

V– outro objeto com predominância na área da dança.

1.2. Música

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de música, envolvendo a criação, difusão e acesso de uma maneira ampla, incluindo os diversos gêneros musicais e estilos.

Os projetos podem ter como objeto:

I – produção de eventos musicais: produção e realização de espetáculos musicais de músicos, bandas, grupos;

II – formação musical: ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;

III – gravações de álbuns musicais;

IV – criação de obras musicais;

V – realização de eventos, mostras, festas e festivais musicais;

VI – publicações na área da música; ou

VII - outro objeto com predominância na área da música.

1.3. Teatro

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de artes cênicas (teatro), incluindo teatro infantojuvenil, teatro musical, dentre outros.

Os projetos podem ter como objeto:

I – montagem, produção e circulação de espetáculos teatrais;

II - ações de capacitação, formação e qualificação tais como oficinas, cursos, ações educativas;

III – realização de mostras e festivais;

IV – publicações na área do teatro; ou

V – outro objeto com predominância na área de teatro.

1.4. Artesanato

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de artesanato, que compreende a produção artesanal de objetos, obras e bens.

Os projetos podem ter como objeto:

I – realização de feiras, mostras, exposições;

II – produção de peças artesanais;

III – ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;

IV – publicações na área de artesanato; ou

V – outro objeto com predominância na área do artesanato.

1.5. Leitura, escrita e oralidade

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área da leitura, escrita e oralidade.

Os projetos podem ter como objeto:

I – publicação de textos inéditos, em diversos gêneros e/ou formatos;

II - organização de eventos e demais atividades com foco na difusão da literatura, do Livro, da leitura e da oralidade, tais como feiras, mostras, saraus e batalhas de rimas;

III – projetos de formação, como a realização de oficinas, cursos, ações educativas;

IV - apoio à modernização e qualificação de espaços e serviços em bibliotecas comunitárias e pontos de leitura, ampliando o acesso à informação, à leitura e ao livro;

V – formação e circulação de contadores de histórias, mediador de leitura em bibliotecas, escolas, pontos de leitura ou espaços públicos;

VI - outro objeto com predominância nas áreas de leitura, escrita e oralidade.

1.6. Patrimônio Cultural

Podem concorrer nesta categoria projetos que disponham sobre patrimônio cultural material ou imaterial, bens tombados e registrados, imóveis de relevância histórica e arquitetônica, ou as diversas manifestações, celebrações e saberes considerados expressões das tradições culturais que integram a Região.

Os projetos podem ter como objeto:

I – pesquisa, incluindo a elaboração de inventários;

II - publicação de trabalhos já concluídos, que visem à difusão e preservação da memória das várias identidades da região;

III – educação patrimonial, por meio da realização de seminários, fóruns, palestras, minicursos e cursos, aulas, oficinas, simpósios, congressos, encontros, exposições, apresentações culturais, ou quaisquer ações comunitárias que visem à difusão, promoção e preservação da memória das várias identidades que constituem;

IV – exposições, criação de catálogo;

V – elaboração de material educativo; ou

VI – outro objeto relacionado ao patrimônio cultural material ou imaterial.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
Dança/música/teatro	2	1	1	4	5.456,25	21.825,00
Artesanato	2	1	1	4	1.423,76	5.695,04
Leitura escrita e oralidade	2	1	1	4	1.000,00	4.000,00
Patrimônio cultural	2	1	1	4	2.500,00	10.000,00

ANEXO II**CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL**

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural de Nova Veneza. A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades	10

	dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	
E	Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	Trajatória artística e cultural do proponente - Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
H	Contrapartida - Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

- A pontuação final de cada candidatura será por média das notas dos membros da comissão.
- Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.

- Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
- Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
 - Data de nascimento/data de criação de entidade
 - Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
 - Serão desclassificados os projetos que:
 - I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
 - II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
 - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

TERMO DE FOMENTO N.º XX/2023/PMNV

Origem: Edital de Chamamento Público n.ºXXX/2023

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Travessa Oswaldo Búrigo, nº 44, Centro, Nova Veneza/SC, inscrito no CNPJ sob nº. 82.916.826/0001-60, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, doravante denominada simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e o **(NOME DA ENTIDADE/PESSOA)**, pessoa jurídica de direito privado/pessoa física, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, resolvem celebrar o presente termo de fomento, após a realização de processo de Chamamento Público, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Lei Complementar Federal 195/2022, no Decreto Federal 11.525/2023 e no Decreto Federal 11.453/2023, lei federal 13.019/2014 e decreto municipal 75/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1 - O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução de projeto visando o fomento da produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão de trabalhos artísticos e culturais de Nova Veneza, SC, conforme Plano de Trabalho apresentado, que devidamente aprovado pela Comissão de Seleção, constitui parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC:

2- São compromissos da OSC/PESSOA, desenvolver a execução de projeto visando o fomento da produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão de trabalhos artísticos e culturais de Nova Veneza, SC, conforme Plano de Trabalho apresentado;

2.1- Permitir o livre acesso dos servidores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, facilitando a obtenção de informações junto à OSC/PESSOA;

2.2- Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

2.3 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sob pena de rescisão deste Termo;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

- 2.4- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;
- 2.5 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- 2.6- Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela OSC;
- 2.7- Prestar contas, perante a administração Municipal, anualmente, até 30 dias após os 12 meses de vigência deste contrato, em relação aos recursos recebidos e aplicados.
- 2.8- Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 2.9- Utilizar a verba a ser repassada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:
- a) despesas na forma prevista no Plano de Trabalho;
 - b) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela OSC na realização da presente parceria;
 - c) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
 - d) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
 - e) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
 - f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- 2.10- Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;
- 2.11- Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da OSC e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- 3- São compromissos do Município:
- 3.1- Transferir os recursos à OSC/PESSOA, no valor equivalente a R\$XXXX,XX
 - 3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:
 - 3.3- Apreciar a prestação de contas apresentada pela OSC/PESSOA;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

- 3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC/PESSOA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 3.5- Comunicar formalmente à OSC/PESSOA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
- 3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;
- 3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à OSC/PESSOA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;
 - b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;
 - c) Não cumprimento do Plano de Trabalho;
 - d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos;
- 3.8- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:
- a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior;
 - b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a OSC/PESSOA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão;
 - c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 4 - O ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará à OSC/PESSOA, o montante de R\$XXXX,XX cujo será repassado em parcela única
- 4.1- A OSC/PESSOA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto a entidade financeira.
- 4.2 – O pagamento à pessoa física será retido IR, direto na fonte, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

- 5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela OSC/PESSOA;
- 5.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

- 6- O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 12 (doze) meses.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas de cada exercício financeiro, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.9, observado o disposto nos arts. 26 e seguintes do Decreto Municipal n.º 075/2017;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.1.a- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.1.b- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.2 – Em caso de pessoa física será observado a forma de prestação de contas conforme decreto federal Decreto Federal 11.525/2023 e no Decreto Federal 11.453/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC/PESSOA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10- A despesa do objeto deste Edital correrá à conta da seguinte Ação Orçamentária do Orçamento vigente: **2.XXXXXX** – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura, com recursos vinculados às Fontes 715 – Transferências Destinadas ao Setor Cultural da LC 195/2022, art 5º - Audiovisuais e, 716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural da LC 195/2022, art 8º - Demais Setores da Cultura, nas modalidades de aplicação estabelecidas na Lei Federal Nº 4.320/64 e demais normas contábeis pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

11- As ações de monitoramento e avaliação serão realizadas pela comissão de monitoramento e avaliação designada por ato publicado em meio oficial, e terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular desta parceria, nos moldes do art. 58 da Lei Federal n.º 13.019/14 e arts. 24 e 25 do Decreto Municipal n.º 075/2017, Decreto Federal 11.525/2023 e no Decreto Federal 11.453/2023.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS ATRIBUÍDAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

12- A administração pública municipal poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto desta parceria, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

12.1- A OSC/PESSOA garantirá o livre acesso dos agentes da administração pública municipal, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas, aos documentos e às informações relacionadas a este termo de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13- Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 075/2017, Decreto Federal 11.525/2023 e no Decreto Federal 11.453/2023

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

14- Os partícipes elegem o Foro da comarca de Criciúma - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Nova Veneza, SC, XX de XXXXXXXX de 2023.

MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

ENTIDADE/PESSOA

NOME

CARGO

Testemunhas:

1. _____
CPF:

2. _____
CPF:

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO**

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:**NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:****DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]**

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo “REPRESENTANTE” como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]

[DATA]

ANEXO V**DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF
nº _____, RG nº _____, DECLARO para fins
de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou
_____(informar se é NEGRO OU
INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de
declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções
criminais.

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VI

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:

Nº do Termo de Execução Cultural

Vigência do projeto:

Valor repassado para o projeto:

Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

- () Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
- () Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
- () Uma parte das ações planejadas não foi feita.
- () As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre as eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:

- META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
- OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOVER):

- META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
- Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
- Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)

- Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
- Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.

() Sim

() Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

() Publicação

() Livro

() Catálogo

() Live (transmissão on-line)

() Vídeo

() Documentário

() Filme

() Relatório de pesquisa

() Produção musical

() Jogo

() Artesanato

() Obras

() Espetáculo

() Show musical

() Site

() Música

() Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele ...

(Você pode marcar mais de uma opção).

- ☐ Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
- ☐ Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
- ☐ Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
- ☐ Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
- ☐ Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
- ☐ Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
- ☐ Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
- ☐ Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO**5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?**

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

☐ Sim ☐ Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUMNS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

- ☐ 1. Presencial.
- ☐ 2. Virtual.
- ☐ 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Youtube
- ☐ Instagram / IGTV
- ☐ Facebook
- ☐ TikTok
- ☐ Google Meet, Zoom etc.
- ☐ Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

- ☐ 1. Fixas, sempre no mesmo local.
- ☐ 2. Itinerantes, em diferentes locais.
- ☐ 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Zona urbana central.
- ☐ Zona urbana periférica.

- ☐ Zona rural.
- ☐ Área de vulnerabilidade social.
- ☐ Unidades habitacionais.
- ☐ Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
- ☐ Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
- ☐ Áreas atingidas por barragem.
- ☐ Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
- ☐ Outros: _____

6.8 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Equipamento cultural público municipal.
- ☐ Equipamento cultural público estadual.
- ☐ Espaço cultural independente.
- ☐ Escola.
- ☐ Praça.
- ☐ Rua.
- ☐ Parque.
- ☐ Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

- ☐ Zona urbana central.
- ☐ Zona urbana periférica.
- ☐ Zona rural.
- ☐ Área de vulnerabilidade social.
- ☐ Unidades habitacionais.
- ☐ Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).

☐ Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).

☐ Áreas atingidas por barragem.

☐ Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

☐ Outros: _____

6.11 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

☐ Equipamento cultural público municipal.

☐ Equipamento cultural público estadual.

☐ Espaço cultural independente.

☐ Escola.

☐ Praça.

☐ Rua.

☐ Parque.

☐ Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

☐ Zona urbana central.

☐ Zona urbana periférica.

☐ Zona rural.

☐ Área de vulnerabilidade social.

☐ Unidades habitacionais.

☐ Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).

☐ Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).

☐ Áreas atingidas por barragem.

☐ Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

()Outros: _____

6.14 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

()Equipamento cultural público municipal.

()Equipamento cultural público estadual.

()Espaço cultural independente.

()Escola.

()Praça.

()Rua.

()Parque.

()Outros _____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

UNIDADE CONCEDENTE			ORDENADOR DA DESPESA		
ENTIDADE BENEFICIADA			CNPJ		
ENDEREÇO			CIDADE/ESTADO		CEP
RESPONSÁVEL			CPF		
HISTÓRICO DA FINALIDADE			NOTA DE EMPENHO		
			Nº	DATA	VALOR
			CONTA ORÇAMENTÁRIA		
			PROJETO	ITEM	FONTE
DATA	Nº NOTA	HISTÓRICO (Credor)		RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS
		Valor Recebido			
TOTAL					
LOCAL E DATA					
PRESIDENTE DA ENTIDADE			CONTADOR/TEC. CONTABILIDADE		

**CRONOGRAMA – LEI PAULO GUSTAVO
MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA - SC**


	DATA
Publicação do edital	25/08/2023
Inscrições	25/08/2023 a 08/09/2023
Pareceres	11/09/2023 a 25/09/2023
Resultado Parcial	26/09/2023
Recursos	26/09/2023 a 29/09/2023
Resultado Final	02/10/2023

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2023 - PMNV

Publicação Nº 5090661

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9B34DEEFD0C9D25E18695F5C036A568EC214DBA6

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 Telefone: (48) 3471-1766 Endereço: TRAVESSA OSWALDO BÚRIGO, 44, 44 - CENTRO CEP: 88865-000 - Nova Veneza	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 170/2023
	Processo Adm.: 170/2023 Data do Processo: 07/08/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 37, XXI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 170/2023
b) **Nr. Licitação:** 170/2023 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 24/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de Condutor ou Guia Local para execução das atividades para o Projeto Turismo nas Escolas do Município de Nova Veneza, SC.*

Participante: FRANCIELE MAZZORANA ZUCHINALI 04733850905

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Condutor ou guia local	150,000	HRS	40,00	6.000,00
Total do Participante:					6.000,00
Total Geral:					6.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Ações de Apoio e Cultura à Criança e Adolescente	09.001.27.812.0009.2076.3.3.90.00.00	R\$ 6.750,00

Nova Veneza, 24/08/2023

ROGERIO JOSE FRIGO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 113/2023-2 PREFEITURA

Publicação Nº 5090586

ADITIVO DE PRAZO E VALOR

Aditivo Nº 113/2023-2 - Contrato Nº: 113/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: GN ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA

Valor: R\$ 37.902,12 (trinta e sete mil novecentos e dois reais e doze centavos).

Vigência: Início: 27/08/2023 Término: 27/09/2023

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2023

Recursos: Dotação: 85/2023 – PAVIMENTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS – RECURSOS ORDINÁRIOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SARJETAS DE CONCRETO PARA DRENAGEM DO TRECHO RECENTEMENTE PAVIMENTADO NA COMUNIDADE DE SESMARIAS CONFORME ANEXOS.

Orleans, 24 de Agosto de 2023

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 113/2023-1 PREFEITURA

Publicação Nº 5090584

ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 113/2023

Aditivo Nº 113/2023-1 - Contrato Nº: 113/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: GN ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA

Valor Suprimido: R\$ 10.507,32 (dez mil quinhentos e sete reais e trinta e dois centavos).

Licitação: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 5/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SARJETAS DE CONCRETO PARA DRENAGEM DO TRECHO RECENTEMENTE PAVIMENTADO NA COMUNIDADE DE SESMARIAS CONFORME ANEXOS.

Orleans, 24 de Agosto de 2023

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

Otacílio Costa**PREFEITURA****DECRETO 3.588/2023**

Publicação Nº 5091227

DECRETO Nº 3.588/2023

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO AVALIADORA DO PROJETO RECRIANDO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 86, inciso VIII, e 113, inciso I, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão Avaliadora do Projeto Recriando, conforme Lei nº 3.101, de 21 de junho de 2023, vinculado à Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º. A Comissão terá como integrantes os seguintes membros:

I – Avaliadores Titulares:

- a) Robson Moreira Barbosa – Klabin;
- b) Luciano Simones Coelho - Vosko do Brasil - Engenheiro de Controle e Automação - Coordenador de Manutenção Elétrica e Manutenção;
- c) Mateus Simones Coelho – Tecnólogo em Automação;
- d) Vera Lucia Luz Erthal – Educação;
- e) Adenilson Francisco Mariano – Sudato – Supervisor de Manutenção e Elétrica.

II - Avaliadores Suplentes:

- a) Pricilla Josefa Soltovsk – Klabin - Analista de Responsabilidade Social e Relações com a Comunidade;
- b) Carlos Eduardo Wolff – Sudati;
- c) Jania Maier – Academia de Letras.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 18 de agosto de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 18 de agosto de 2023.

luiz carlos marchiori

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>**DECRETO 3.590/2023**

Publicação Nº 5091230

DECRETO Nº 3.590/2023

NOMEIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA - CCO, PARA A REALIZAÇÃO DA SEMANA DA PÁTRIA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso das competências que lhe são atribuídas pelos artigos 86, incisos II, VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Central Organizadora - CCO, para as comemorações alusivas a Semana da Pátria, nos termos do §2º, do art. 1º, da Lei Municipal nº 2.962, de 04 de agosto de 2023.

Art. 2º. A Comissão Central Organizadora- CCO, será composta pelos seguintes membros:

- I. Ana Luzia dos Santos de Liz;
- II. Luiz Fernando Ramos Souza;
- III. Oclério Barbosa da Silva;
- IV. Rodrigo de Oliveira Velho;
- V. Rodrigo Barth Pereira;
- VI. Sérgio Martins Pinheiro;
- VII. Muriel Weber;
- VIII. Oneide Aparecida Coelho de Farias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 23 de agosto de 2023.
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

O presente decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 23 de agosto de 2023.
LUIZ CARLOS MARCHIORI
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

LEI Nº 3.113/2023

Publicação Nº 5091302

LEI Nº 3.113/2023

ALTERA A LEI 1.927, DE 02 DE JUNHO DE 2011 QUE DENOMINA VIA PÚBLICA DE RUA DOMINGOS VARGAS NETO.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 1º da lei 1927 de 02 de junho de 2011 que passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica denominada de RUA DOMINGOS VARGAS NETO, a Rua n. 228 trecho 2, da rua Adolfo Floriani que vai até a divisa do terreno do senhor Arnaldo da Silva no bairro Santa Catarina, Município de Otacílio Costa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Otacílio Costa (SC), 22 de agosto de 2023.
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

A presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 22 de agosto de 2023.
LUIZ CARLOS MARCHIORI
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

LEI Nº 3.114/2023

Publicação Nº 5091307

LEI Nº 3.114/2023

DENOMINA VIA PÚBLICA DE: "RUA: HIGOR TELLES VARGAS".

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "RUA: HIGOR TELLES VARGAS", o trecho 1 da Rua: Domingos Vargas Neto, com início na SC 114 e vai até o trecho 2 da Rua: Domingos Vargas Neto, no Bairro Santa Catarina, Município de Otacílio Costa.

Art. 2º. Na placa conterá os seguintes dizeres:
"RUA: HIGOR TELLES VARGAS".

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 22 de agosto de 2023.
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

A presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 22 de agosto de 2023.
LUIZ CARLOS MARCHIORI
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PL_081_PE_026_MUDAS DE FLORES

Publicação Nº 5090541

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ABA320FD6E7824F5343E36E90059E8209F043F95

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023

O MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 75.326.066/0001-75, com sede na Av. Vidal Ramos Junior, 228, na cidade de Otacílio Costa – SC, por meio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, comunicam aos interessados que farão realizar licitação para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo objeto é a “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE MUDAS DE FLORES PARA AS ESTAÇÕES INVERNO E VERÃO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NOS ANEXOS I e II DESTA EDITAL.” A sessão de disputa ocorrerá no dia 06/09/2023. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada no endereço supramencionado a partir do dia 25 de agosto de 2023, nos endereços eletrônicos: <http://www.bll.org.br> e <http://www.otaciliocosta.sc.gov.br>. Otacílio Costa/SC, 24 de agosto de 2023. FABIANO BALDESSAR DE SOUZA – Prefeito.

PORTARIA 214/2023

Publicação Nº 5091325

PORTARIA Nº 214/2023

Determina a instauração de Processo Administrativo para apurar a situação, certificar PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, a existência de despesa e autorizar o pagamento do valor efetivamente devido a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e designa servidores públicos municipais para compor a respectiva Comissão.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a existência dos contratos administrativos nº 64/2021 e 128/2021 e seus respectivos aditivos formalizados entre o Município, Fundações e Fundos Municipais de Otacílio Costa e a empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, através do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – Cincatarina;

CONSIDERANDO a existência de notas fiscais encaminhadas pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda ao município sem a emissão das respectivas autorizações de fornecimento e/ou empenhos;

CONSIDERANDO a necessidade de certificar a prestação dos serviços, a existência de despesa e autorizar o pagamento a empresa;

CONSIDERANDO que é interesse público primário do Município solver suas obrigações;

CONSIDERANDO o princípio da oportunidade o qual é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública;

CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios norteadores da Administração Pública insertos no art. 37 da Constituição Federal, dentre os quais destacam-se os princípios maiores da MORALIDADE e da RAZOABILIDADE;

CONSIDERANDO, por fim, o Poder de Revisão dos atos do Poder Público (Súmula 473/STF);

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinada a instauração de Processo Administrativo e formada a respectiva Comissão Processante, nos termos do art. 113, inciso II, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, para certificar a prestação dos serviços, a existência de despesa e autorizar o pagamento do valor efetivamente devido à empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ: Fornecedor: 05.340.639/0001-30.

Art. 2º. A Comissão Processante que trata esta Portaria será constituída pelos seguintes integrantes:

- I - KARINA FARIA DE SOUZA - Presidente;
- II - VANESSA IZIDORO VELHO - Secretária;
- III - JOFFREI FABIAN NIGRIN - Membro;
- IV - JOARES FILAGRANA - Membro.

Art. 3º. A Comissão Processante deverá elaborar as respectivas atas de suas reuniões e elaborar relatório conclusivo, com indicação dos serviços que foram prestados, a existência de despesa e autorizar o pagamento do valor efetivamente devido à empresa, que deverá ser

assinados por todos os membros.

Art. 4º. A Comissão Processante, a partir da sua instalação, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão de seus trabalhos, podendo ser prorrogado, se as circunstâncias assim exigirem.

Art. 5º. Os Secretários Municipais devem disponibilizar servidores suficientes à obtenção dos resultados que se esperam da Comissão.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 07 de agosto de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 07 de agosto de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 215/2023

Publicação Nº 5091338

PORTARIA Nº 215/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "G" PARA REFERÊNCIA "H" à SERVIDORa De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, ADOLEIA MEURER KOERICH CALHARI

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 67, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192337,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ADOLEIA MEURER KOERICH CALHARI, servidora da carreira do magistério, port. n. 178/02, promoção da referência "G" para referência "H".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 09 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 216/2023

Publicação Nº 5091348

PORTARIA Nº 216/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "G" PARA REFERÊNCIA "H" à SERVIDORa De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, ANA PAULA PADILHA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 71, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192311,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ANA PAULA PADILHA, servidora da carreira do magistério, port. n. 187/02, promoção da referência "G" para referência "H".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 03 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 217/2023

Publicação Nº 5091363

PORTARIA Nº 217/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "G" PARA REFERÊNCIA "H" à SERVIDORa De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, ANA LUZIA DOS SANTOS DE LIZ

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 70, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192341,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ANA LUZIA DOS SANTOS DE LIZ, servidora da carreira do magistério, port. n. 186/02, promoção da referência "G" para referência "H".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 10 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 218/2023

Publicação Nº 5091373

PORTARIA Nº 218/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "g" PARA REFERÊNCIA "h" à SERVIDORa De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, angélica aparecida rosa dos santos

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 73, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192361,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ANGÉLICA APARECIDA ROSA DOS SANTOS, servidora da carreira do magistério, port. n. 189/02, promoção da referência "G" para referência "H".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 11 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.
LUIZ CARLOS MARCHIORI
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 219/2023

Publicação Nº 5091384

PORTARIA Nº 219/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "G" PARA REFERÊNCIA "H" à SERVIDORA De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, BERENICE DE LIZ DE CAMPOS FARIAS

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 65, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192300,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a BERENICE DE LIZ CAMPOS DE FARIAS, servidora da carreira do magistério, port. n. 190/02, promoção da referência "G" para referência "H".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 02 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.
LUIZ CARLOS MARCHIORI
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 220/2023

Publicação Nº 5091394

PORTARIA Nº 220/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "G" PARA REFERÊNCIA "H" à SERVIDORA De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, CLAUDETE DA LUZ DE OLIVEIRA FARIAS

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 69, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192317,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a CLAUDETE DA LUZ DE OLIVEIRA FARIAS, servidora da carreira do magistério, port. n. 191/02, promoção da referência "G" para referência "H".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 07 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.
LUIZ CARLOS MARCHIORI
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 221/2023

Publicação Nº 5091400

PORTARIA Nº 221/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "E" PARA REFERÊNCIA "F" à SERVIDORa De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, IRIAN FRUTUOSO DE LIZ

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 72, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192316,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a IRIAN FRUTUOSO DE LIZ, servidora da carreira do magistério, port. n. 124/01, promoção da referência "E" para referência "F".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 07 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.
LUIZ CARLOS MARCHIORI
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 222/2023

Publicação Nº 5091404

PORTARIA Nº 222/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "E" PARA REFERÊNCIA "F" à SERVIDORa De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, IRIAN FRUTUOSO DE LIZ

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 72, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192316,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a IRIAN FRUTUOSO DE LIZ, servidora da carreira do magistério, port. n. 199/02, promoção da referência "E" para referência "F".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 07 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.
LUIZ CARLOS MARCHIORI
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 223/2023

Publicação N° 5091411

PORTARIA N° 223/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "g" PARA REFERÊNCIA "h" à SERVIDORa De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, MONAINA RECH MARIANO

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 74, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192357,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a MONAINA RECH MARIANO, servidora da carreira do magistério, port. n. 145/01, promoção da referência "G" para referência "H".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 11 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 224/2023

Publicação N° 5091414

PORTARIA N° 224/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "G" PARA REFERÊNCIA "H" à SERVIDORa De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, RITA APARECIDA DA SILVA CAMPAGNARO

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 66, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192296,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a RITA APARECIDA DA SILVA CAMPAGNARO, servidora da carreira do magistério, port. n. 215/02, promoção da referência "G" para referência "H".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 02 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 225/2023

Publicação Nº 5091417

PORTARIA Nº 225/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "G" PARA REFERÊNCIA "H" à SERVIDORa De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, SIMONE TEREZINHA VARGAS BERTONCELLI

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 68, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192344,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a SIMONE TEREZINHA VARGAS BERTONCELLI, servidora da carreira do magistério, port. n. 219/02, promoção da referência "G" para referência "H".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 10 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PORTARIA 226/2023

Publicação Nº 5091420

PORTARIA Nº 226/2023

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "E" PARA REFERÊNCIA "F" à SERVIDORa De CARREIRA DO MAGISTÉRIO, SIRLEI COELHO KUSTER

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, §3º, da Lei Complementar nº 49/03, e nos termos do Parecer Jurídico da Secretaria de Educação n. 64, e requerimento através do protocolo nº 1624.000192197,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a SIRLEI COELHO KUSTER DA LUZ, servidora da carreira do magistério, port. n. 073/08, promoção da referência "E" para referência "F".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do requerimento, dia 13 de julho de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 17 de agosto de 2023.

LUIZ CARLOS MARCHIORI

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº4016

Publicação Nº 5090040

DECRETO Nº 4016/2023

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº 1178/2022.

Decreta:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir credito Suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) apurado pelo Superávit do Exercício Anterior, para as seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão Orçam.	15000	FUNDO DA CULTURA
Unidade Orçam.	15001	FUNDO DA CULTURA
Função	13	Cultura
Subfunção	392	Difusão Cultural
Programa	1301	Desenvolvimento Cultural
Ação	2.71	Manutenção do Fundo Municipal da Cultura
Fonte	0300	Recursos Ordinários - Superávit
Valor	R\$	70.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior nas Fontes de Recursos acima identificada.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 21 de agosto de 2023.

MOACIR MOTTIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA

Vice-Prefeita Municipal

LEI Nº1190

Publicação Nº 5090045

LEI Nº 1190/2023

ALTERA Os ARTIGOS 3º e 12. DA LEI 1076/2019, PARA modificar O PRAZO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO REAL DE IMOVEIS URBANOS PERTENCENTES AO MUNICIPIO NO LOTEAMENTO POPULAR OURO VERDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 3º., o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º. A Concessão de direito real de uso será outorgada, pelo prazo de 03 (três) anos contados da assinatura do contrato Administrativo, ao final do qual, cumpridos os requisitos previstos nesta Lei e no Contrato celebrado com o(s) cessionário (s), será efetuada a titulação definitiva, através de doação efetivada por ato próprio.

Art. 2º - Fica alterada a redação do caput do art. 12, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 12. Resilir-se-á de pleno direito a concessão, antes do decurso do prazo de 3 (três) anos de que trata o art. 3º, além de outras hipóteses previstas nesta Lei ou no Contrato Administrativo a ser firmado, retornando o imóvel e as acessões e benfeitorias de qualquer natureza nele realizadas ao domínio da Administração concedente, sem direito do concessionário a retenção ou indenização, quando o(s) cessionário(s):

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE OURO VERDE/SC, 22 DE AGOSTO DE 2023.

MOACIR MOTTIN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DATA SUPRA:

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA

VICE PREFEITA MUNICIPAL

LEI Nº1191

Publicação Nº 5090048

LEI Nº 1191/2023

"Institui o 'Programa REFORMA LEGAL' e autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro visando à melhoria das habitações no município de ouro verde, e dá outras providências.

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e as disposições da Lei Federal nº 13.913/2019 e nº 6.766/1979, Lei Municipal nº 615/2008, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Ouro Verde/SC, o Programa Reforma Legal, que tem por finalidade a concessão de subsídio para aquisição de materiais de construção e mão de obra, destinada à ampliação e/ou reforma de unidades habitacionais, exceto área externa da residência.

Art. 2º - O Fundo Municipal de Habitação fica autorizado a conceder subsídio para a aquisição de material de construção e mão de obra mediante utilização de recursos próprios, observada a disponibilidade orçamentária.

§ 1º Os recursos financeiros deverão ser aplicados exclusivamente no imóvel indicado pelo beneficiário, por ocasião da inscrição para participação no programa.

§ 2º O subsídio financeiro de que trata o caput somente poderá ser concedido uma vez, por beneficiário e por imóvel.

Art. 3º - A gestão e operacionalização do Programa Reforma Legal fica a cargo do Fundo Municipal de Habitação, nos termos da Lei Municipal nº 614/2008.

Art. 4º - O Chefe do Poder Executivo designará Comissão, composta por 3 (três) servidores, lotados na assistência social, engenharia e planejamento, a quem incumbirá expedir as normas que se fizerem necessárias à regulamentação do 'Programa Reforma Legal', bem como a operacionalização e fiscalização da sua execução.

Art. 5º - Para participar do Programa, o candidato a beneficiário deverá se inscrever pessoalmente no CRAS do Município, e deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Ser proprietário ou possuidor de imóvel residencial, urbano ou rural, localizado no Município de Ouro Verde;

II - Ter renda mensal familiar de até 3 (três) salários mínimos em caso de imóvel urbano, e até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) anual de movimento econômico no grupo familiar, sendo a média calculada dos últimos 12 meses que antecedem o requerimento, para imóveis rurais.

III - Ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado;

IV - Não possuir débitos com o Município, inclusive em relação ao imóvel, ressalvados os que estiverem com sua exigibilidade suspensa na forma da lei.

V- Apresentar pelo menos um orçamento com assinatura e carimbo, com descritivo das melhorias a serem realizadas no imóvel.

Parágrafo único: Outros requisitos para participação no Programa poderão ser definidos em regulamento ou pela Comissão a ser criada, conforme art. 4º desta lei.

Art. 6º - É vedada a realização de financiamento para aquisição de material de construção ou mão de obra para imóveis de natureza exclusivamente comercial.

Art. 7º - O valor máximo a ser liberado será a quantia de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, em até 30 dias após o parecer final da Comissão de que trata o art. 4º desta lei.

§ 1º A análise da documentação caberá à Comissão, que emitirá um parecer social e um parecer de engenharia.

§ 2º Após os pareceres, a comissão técnica avaliadora emitirá parecer final, onde deve conter a justificativa do deferimento ou indeferimento e valor a ser liberado ao beneficiário.

Art. 8º - O prazo de parcelamento do valor do financiamento será de, no máximo, 40 (quarenta) meses, a ser definido pelo beneficiário.

Parágrafo único: As parcelas terão vencimento sempre no 10 (dez), ou no primeiro dia útil subsequente, iniciando-se no mês posterior ao recebimento do subsídio.

Art. 9 - Em caso de impontualidade e de inadimplência, será aplicado multa de 2% do valor da parcela, acrescido de correção pela taxa

SELIC.

Art. 10 – Ocorrendo a prestação de contas acerca da aplicação dos recursos e o pagamento de 50% do subsídio em dia e em até 12 (doze) meses, o saldo remanescente será automaticamente remido.

§ 1º Perderá o direito de remissão do saldo remanescente, o beneficiário que atrasar 03 (três) parcelas.

§ 2º Deixando o beneficiário de pagar 05 parcelas, vencerá automaticamente as parcelas vincendas, e o valor, devidamente atualizado conforme art. 9, será inscrito em dívida ativa, para fins de protesto e execução judicial.

Art. 11 – A aplicação indevida dos recursos do financiamento de que trata esta Lei ou a ausência de prestação de contas junto ao Fundo Municipal de Habitação sujeitará o beneficiário às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas e penais cabíveis:

I - Vedação ao recebimento de recursos ou benefícios associados a qualquer programa habitacional em âmbito municipal;

II - Obrigação de devolver integralmente os recursos recebidos, em valor corrigido monetariamente pela Taxa SELIC.

Parágrafo único - Não efetuado o ressarcimento de que trata o inciso II do "caput" deste artigo, no prazo fixado na notificação expedida pelo Poder Público, o valor será inscrito em dívida ativa, para fins de protesto e execução judicial.

Art. 12 - As obras e serviços realizados nos imóveis contemplados pelo 'Programa Reforma Legal', deverão ser concluídos no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados da disponibilização dos valores ao beneficiário, sendo que, findo o prazo, o beneficiário deverá prestar contas à Comissão acerca dos valores e serviços realizados, protocolando todos os comprovantes junto ao CRAS, no prazo máximo de 30 dias, a contar do término das obras.

Art. 13 – Fica autorizado o Poder Público, para fins de implantação e manutenção do Programa Reforma Legal, a firmar convênios ou parcerias com instituições públicas e privadas.

Art. 14 – O Poder Executivo regulamentará a presente lei, inclusive nomeando comissão que deverá fiscalizar a destinação dos recursos e o cumprimento dos termos desta norma.

Art. 15 - A presente lei será regulamentada através de decreto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE OURO VERDE/SC, 22 de agosto de 2023.

MOACIR MOTTIN

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA

VICE PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº070

Publicação Nº 5090037

PORTARIA N.º 070/2023

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. EDIVANI SANTIN MASSONI, lotada junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, período aquisitivo de 05/09/2022 a 04/09/2023, que serão gozadas no período de 01/09/2023 a 30/09/2023, retornando aos seus trabalhos no dia 01/10/2023.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 23 de agosto de 2023.

MOACIR MOTTIN

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA

VICE-PREFEITA MUNICIPAL

Paial

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO AMERICO CONTRATO 53-2019

Publicação Nº 5089642

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2019
MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL Nº 053/2019
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N 053/2019

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PAIAL-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.376.0001-59, com sede na rua Goiás 400, Centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. NEVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, residente e domiciliado neste município e estado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa AMERICO DA SILVA LOPES 345806106949 Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.186.962/0001-82, com sede na Avenida Tancredo Neves 2484- Bairro Mirante Município de Ita/SC, CEP 89760-000, neste ato representada por seu Representante legal VALDENIR JOSE DA SILVA LOPES, portador(a) do CPF/MF sob nº 027.***.***-25, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem de comum acordo e com amparo nas Leis Federais nºs. 10.520/2002, 8.666/1993, 8.883/1994 e demais legislação correlata, entre si, certos e ajustados, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas e condições:

Considerando a necessidade ampliar quantidade de horas das aulas aula de acordeon e teclado, e aula de violão, viola caipira, guitarra e vocal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação para atendimento ao programa de Quero Música em parceria com o Instituto Bouganville patrocinado pela Foz do Chapecó;

Considerando ainda a disposição prevista no § 1º, alínea d, do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93: "§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% vinte e um reais e quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato, (...)."

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo visa o adiantamento do valor contratual, em R\$ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais), referente ampliação da prestação de serviços contratados, para atendimento as demandas do projeto da Secretarial Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Ao valor já pago anteriormente fica acrescido o importe de 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais), correspondentes ao acréscimo de itens ora contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 053/2019 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Paial, SC, 23 de agosto de 2023.
NÉVIO ANTONIO MORTARI
PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL
CONTRATANTE

AMERICO DA SILVA LOPES 345806106949
VALDENIR JOSE DA SILVA LOPES
CONTRATADA

Testemunhas:

Bibiane Brock Ferreira
CPF 0**.*.*.*-76

Amaurí José Auziliero
CPF 5**.*.*.*-04

PROCESSO 085-2023 DL 053-2023 REFORMA EMERGENCIAL

Publicação N° 5091121

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 51C8B8A2B9D4169C50F3E06FE2E5384440E596B1

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL Rua AVENIDA JULIO BENDER - 765 Paial - SC Cep 89.765-000 Fone: (49)3451-0045 CNPJ: 01.614.376/0001-59 e-mail: contabil@paial.sc.gov.br
---	--

MUNICÍPIO DE PAIAL

EXTRATO DO CONTRATO N° 080/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 85/2023**DATA CONTRATO:** 24 de agosto de 2023.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PAIAL - Estado Santa Catarina, com endereço Rua AVENIDA JULIO BENDER, nº 765, inscrito no CNPJ/MF nº 01.614.376/0001-59**CONTRATADO:** ADEMIR JOSE DO NASCIMENTO, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 28.573.623/0001-72.**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA DO TELHADO DO PRÉDIO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE PAIAL (CEMPA), BEM COMO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A REFERIDA OBRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PAIAL, CONFORME QUANTIDADES E DESCRIÇÕES ABAIXO RELACIONADAS..**VALOR:** Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$28.897,89 (vinte e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.**EXECUÇÃO:** Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.**VIGÊNCIA:** Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 4 (quatro) meses, a partir da sua assinatura.

NEVIO ANTONIO MORTARI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

PROCESSO 085-2023 DL 053-2023 REFORMA EMERGENCIAL

Publicação Nº 5091126

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0CBED57D79DDC21A1929D3B6F04A83D51E9FF6

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº: 085/2023

Edital: DISPENSA P/COMPRAS E SERV. - Nº 053/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA DO TELHADO DO PRÉDIO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE PAIAL (CEMPA), BEM COMO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A REFERIDA OBRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PAIAL, CONFORME QUANTIDADES E DESCRIÇÕES ABAIXO RELACIONADAS.

Contratado: ADEMIR JOSE DO NASCIMENTO

CNPJ nº 28.573.623/0001-72

Contratado: SICHELERO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

CNPJ nº 06.166.124/0001-28

Valor: O valor Total da presente contratação é de R\$ 8.983,99 (oito mil novecentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos), que serão pagos em até 30 dias após a emissão da nota fiscal referente aos serviços prestados.

Justificativa: Fund. no art. Artigo 75, inciso VIII da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Vigência: até 31.12.2023

NEVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito Municipal

Paial/SC, 24 de agosto de 2023.

RESUMO CONTRATO 081-2023

Publicação Nº 5090747

MUNICÍPIO DE PAIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 75/2023

DATA CONTRATO: 24 de agosto de 2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAIAL - Estado Santa Catarina, com endereço Rua AVENIDA JULIO BENDER, nº 765, inscrito no CNPJ/MF nº 01.614.376/0001-59, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. NEVIO ANTONIO MORTARI.

CONTRATADO: ISMAEL ISAC THEODORO, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 29.092.439/0001-73, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ISMAEL ISAC THEODORO, Administrador, com endereço à Rua MATO GROSSO, SN, Centro - 89.765-000, Paial - SC.

OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA OU CONSTRUÇÃO CIVIL POR EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DO PÁTIO E COBERTURA DO CRAS MUNICIPAL DE PAIAL SC, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO ANEXO A ESTE EDITAL..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$79.982,87 (setenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 6 (seis) meses, a partir da sua assinatura.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 075-2023 TP 002-2023 AMPLIAÇÃO CRAS

Publicação Nº 5089828



MUNICÍPIO DE PAIAL

Compras e Contratos

Termo de Adjudicação

Adj Seq - Adjudicação - Item Adjudicação: 1 Ano - Minuta - Adjudicação: 2023 Número - Minuta -
Adjudicação: 75 Cliente - Minuta - Licitação - Participante Licitação - Cota Credenciamento: 2193
codigoCliente: 2193 anoMinuta: 2023 numeroMinuta: 75 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Tomada de Preços

2/2023

Processo Administrativo: 75/2023

Adjudicação: 1

O(a) Sr(a). PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, conforme o parecer da comissão de licitação resolve:

Adjudico a presente licitação nos termos e autorizo a emissão das notas de empenho das adjudicações abaixo:

Recurso: 75						
Órgão: 5 - SEC DE DESENV. SOCIAL E DA FAMÍLIA						
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Ação: 1010 - Construção, Ampliação e Reforma de Edificações do Social						
Elemento: 3449051980000000000 - Obras contratadas						
Vínculo: 150070000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS						
Fornecedor: 23604 - ISMAEL ISAC THEODORO						
Sem Lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DO PÁTIO E COBERTURA DO CRAS MUNICIPAL DE PAIAL SC.	SER		0,24984	R\$79.982,87	R\$19.982,87
Total do Fornecedor:						R\$19.982,87
Total do Adjudicado para o Recurso:						R\$19.982,87

Recurso: 261						
Órgão: 5 - SEC DE DESENV. SOCIAL E DA FAMÍLIA						
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Ação: 1010 - Construção, Ampliação e Reforma de Edificações do Social						
Elemento: 3449051980000000000 - Obras contratadas						
Vínculo: 266170000000 - SUPERÁVIT - TRANSF. ESTADO - FEAS/ FUNDO DE ASSIST. SOCIAL						
Fornecedor: 23604 - ISMAEL ISAC THEODORO						
Sem Lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DO PÁTIO E COBERTURA DO CRAS MUNICIPAL DE PAIAL SC.	SER		0,75016	R\$79.982,87	R\$60.000,00
Total do Fornecedor:						R\$60.000,00
Total do Adjudicado para o Recurso:						R\$60.000,00

Paial, 24 de agosto de 2023

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 075-2023 TP 002-2023 AMPLIAÇÃO CRAS

Publicação Nº 5089824



MUNICÍPIO DE PAIAL

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2193 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número - Minuta - Licitação: 75 códigoCliente: 2193 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços
Para Obras e Serviços de Engenharia
2/2023
Processo Administrativo: 75/2023

Ao Sr(a). NEVIO ANTONIO MORTARI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela TEXTO JURÍDICO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÃO CADASTRADO..

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº. 2/2023, o(s) participante(s):

23604 - ISMAEL ISAC THEODORO						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DO PÁTIO E COBERTURA DO CRAS MUNICIPAL DE PAIAL SC.	SERVIÇO		1	R\$79.982,87	R\$79.982,87
Total do Fornecedor:						R\$79.982,87

Paial, 24 de agosto de 2023.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 231/2023 - RP 360/2023

Publicação Nº 5092063

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 231/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 360/2023 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRECISÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de vidros e demais acessórios necessários, incluindo mão de obra para instalação, nas Unidades de Ensino Fundamental, Centros de Educação Infantil, e demais setores da Secretaria de Educação, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 159.900,00 (cento e cinquenta e nove mil e novecentos reais). DATA: 23/08/2023 a 22/08/2024.

Fornecedor: 3900720 - PRECISAO COMERCIO E SERVICOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Vidro Miniboreal com colocação	M2		60	R\$ 125,00	R\$ 7.500,00
2	Perfil de alumínio (BG 202 e 204)	M		600	R\$ 4,00	R\$ 2.400,00
3	Vidro liso 4mm com colocação.	M2		700	R\$ 65,00	R\$ 45.500,00
4	Vidro liso temperado 6mm com colocação.	M2		100	R\$ 130,00	R\$ 13.000,00
5	Vidro liso temperado 8mm com colocação.	M2		300	R\$ 130,00	R\$ 39.000,00
6	Vidro liso temperado 10mm com colocação.	M2		300	R\$ 145,00	R\$ 43.500,00
7	Espelho Cristal - 4mm, coM moldura e colocação	M2		60	R\$ 150,00	R\$ 9.000,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 159.900,00

EDITAL DE APROVAÇÃO 13121-2021

Publicação Nº 5092360

PARECER APROVAÇÃO – PROCESSO 13121/2021

Trata-se de processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, instaurado em conformidade com a Lei nº 13.465/17, com o objetivo de regularizar o núcleo urbano VENTURA informal consolidado”, localizado no bairro BELA VISTA/ PALHOÇA - SC e nos termos do artigo 40, da Lei nº 13.465/17:

Conforme análise técnica constatou-se que o núcleo urbano VENTURA com area de 2.133,93 m², mencionado na planta topográfica e memorial descritivo assinado por técnico habilitado, RODRIGO DEODATO ALVES – CFT-SC 067.636.969-30, o terreno esta localizado na SERVIDAO JOSE ROGERIO VENTURA – BARRA DO ARIRIU/ PALHOÇA-SC, neste município possui as características constante na planta topográfica em anexo.

Sendo que a base de dados de informação utiliza-se o levantamento cadastral planimétrico georreferenciado feito pela empresa Canadas realizado nos meses de setembro e novembro de 1998 e o mapa de zoneamento consolidado da palhoça atualizado em 18 de setembro de 2017.

Conforme análise dos documentos entregues para está secretaria e consulta de imagens de satélites via (googleearth), constata-se que o núcleo urbano informal encontra-se consolidados anteriormente a data de 22/12/2016 de acordo Art 23 da Lei federal 13.465/17 - "A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016."

MEDIANTE ANALISE TÉCNICA E SEM OPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA REURB NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA (DEFESA CIVIL, FCAM, INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO), SEM RECUSA DOS EXTREMANTES E INTERESSADOS NOTIFICADOS, DECIDO pela APROVAÇÃO do LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO CADASTRAL para REURB.

OBSERVAÇÃO: Tendo em vista que não houve informações/pedido sobre a regularização das edificações no processo analisado, a aprovação serve somente para os terrenos sem a averbação das construções existentes.

Certificamos para os devidos fins que obedecemos ao cumprimento de todas as fases de notificação, nos termos do artigo 764-P,I do código de normas de Santa Catarina.

Palhoça, 24 de AGOSTO de 2023

EDITAL DE APROVAÇÃO 30302-2022

Publicação Nº 5092394

PARECER APROVAÇÃO – PROCESSO 30302/2022

Trata-se de processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, instaurado em conformidade com a Lei nº 13.465/17, com o objetivo de regularizar o núcleo urbano VISAO informal consolidado”, localizado no bairro ARIRIU/ PALHOÇA - SC e nos termos do artigo 40, da Lei nº 13.465/17:

Conforme análise técnica constatou-se que o núcleo urbano VISÃO com área de 687,58 m², mencionado na planta topográfica e memorial descritivo assinado por técnico habilitado, RODRIGO DEODATO ALVES – CFT-SC 067.636.969-30, o terreno está localizado na SERVIDÃO RUA DORLI SABADINI – ARIRIU/ PALHOÇA-SC, neste município possui as características constante na planta topográfica em anexo.

Sendo que a base de dados de informação utiliza-se o levantamento cadastral planimétrico georreferenciado feito pela empresa Canadas realizado nos meses de setembro e novembro de 1998 e o mapa de zoneamento consolidado da palhoça atualizado em 18 de setembro de 2017.

Conforme análise dos documentos entregues para esta secretaria e consulta de imagens de satélites via (googleearth), constata-se que o núcleo urbano informal encontra-se consolidados anteriormente a data de 22/12/2016 de acordo Art 23 da Lei federal 13.465/17 - "A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016."

MEDIANTE ANÁLISE TÉCNICA E SEM OPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA REURB NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA (DEFESA CIVIL, FCAM, INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO), SEM RECUSA DOS EXTREMANTES E INTERESSADOS NOTIFICADOS, DECIDO pela APROVAÇÃO do LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO CADASTRAL para REURB.

OBSERVAÇÃO: Tendo em vista que não houve informações/pedido sobre a regularização das edificações no processo analisado, a aprovação serve somente para os terrenos sem a averbação das construções existentes.

Certificamos para os devidos fins que obedecemos ao cumprimento de todas as fases de notificação, nos termos do artigo 764-P,I do código de normas de Santa Catarina.

Palhoça, 24 de AGOSTO de 2023

EDITAL DE APROVAÇÃO 32595/2023

Publicação Nº 5092333

PARECER APROVAÇÃO – PROCESSO 32595/2023

Trata-se de processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, instaurado em conformidade com a Lei nº 13.465/17, com o objetivo de regularizar o núcleo urbano VIDAL 1 informal consolidado”, localizado no bairro BELA VISTA/ PALHOÇA - SC e nos termos do artigo 40, da Lei nº 13.465/17:

Conforme análise técnica constatou-se que o núcleo urbano VIDAL 1 com área de 753,97 m², mencionado na planta topográfica e memorial descritivo assinado por técnico habilitado, RODRIGO DEODATO ALVES – CFT-SC 067.636.969-30, o terreno está localizado na RUA VIDAL – BELA VISTA/ PALHOÇA-SC, neste município possui as características constante na planta topográfica em anexo.

Sendo que a base de dados de informação utiliza-se o levantamento cadastral planimétrico georreferenciado feito pela empresa Canadas realizado nos meses de setembro e novembro de 1998 e o mapa de zoneamento consolidado da palhoça atualizado em 18 de setembro de 2017.

Conforme análise dos documentos entregues para esta secretaria e consulta de imagens de satélites via (googleearth), constata-se que o núcleo urbano informal encontra-se consolidados anteriormente a data de 22/12/2016 de acordo Art 23 da Lei federal 13.465/17 - "A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016."

MEDIANTE ANÁLISE TÉCNICA E SEM OPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA REURB NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA (DEFESA CIVIL, FCAM, INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO), SEM RECUSA DOS EXTREMANTES E INTERESSADOS NOTIFICADOS, DECIDO pela APROVAÇÃO do LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO CADASTRAL para REURB.

OBSERVAÇÃO: Tendo em vista que não houve informações/pedido sobre a regularização das edificações no processo analisado, a aprovação serve somente para os terrenos sem a averbação das construções existentes.

Certificamos para os devidos fins que obedecemos ao cumprimento de todas as fases de notificação, nos termos do artigo 764-P,I do código de normas de Santa Catarina.

Palhoça, 24 de AGOSTO de 2023

EDITAL DE APROVAÇÃO 5464-2021

Publicação N° 5092408

PARECER APROVAÇÃO – PROCESSO 5464/2021

Trata-se de processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, instaurado em conformidade com a Lei nº 13.465/17, com o objetivo de regularizar o núcleo urbano JOSE KIRCHNER 2 informal consolidado”, localizado no bairro ARIRIU/ PALHOÇA - SC e nos termos do artigo 40, da Lei nº 13.465/17:

Conforme análise técnica constatou-se que o núcleo urbano VISÃO com área de 2101,50 m², mencionado na planta topográfica e memorial descritivo assinado por técnico habilitado, RODRIGO DEODATO ALVES – CFT-SC 067.636.969-30, o terreno está localizado na SERVIDÃO JOSE KIRCHNER – ARIRIU/ PALHOÇA-SC, neste município possui as características constante na planta topográfica em anexo.

Sendo que a base de dados de informação utiliza-se o levantamento cadastral planimétrico georreferenciado feito pela empresa Canadas realizado nos meses de setembro e novembro de 1998 e o mapa de zoneamento consolidado da palhoça atualizado em 18 de setembro de 2017.

Conforme análise dos documentos entregues para esta secretaria e consulta de imagens de satélites via (googleearth), constata-se que o núcleo urbano informal encontra-se consolidados anteriormente a data de 22/12/2016 de acordo Art 23 da Lei federal 13.465/17 - "A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016."

MEDIANTE ANÁLISE TÉCNICA E SEM OPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA REURB NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA (DEFESA CIVIL, FCAM, INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO), SEM RECUSA DOS EXTREMANTES E INTERESSADOS NOTIFICADOS, DECIDO pela APROVAÇÃO do LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO CADASTRAL para REURB.

OBSERVAÇÃO: Tendo em vista que não houve informações/pedido sobre a regularização das edificações no processo analisado, a aprovação serve somente para os terrenos sem a averbação das construções existentes.

Certificamos para os devidos fins que obedecemos ao cumprimento de todas as fases de notificação, nos termos do artigo 764-P,I do código de normas de Santa Catarina.

Palhoça, 24 de AGOSTO de 2023

EXTRATO CONTRATO N° 290/2023

Publicação N° 5090257

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1B21D936683443E1C2CBAEB1A5ECEDCC352D3046

EXTRATO DE CONTRATO N° 290/2023

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços nº 290/2023, firmado em 21/08/2023, com a R2OH DIGITAL LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para disponibilização de plataforma de benchmarking de comunicação em redes sociais, com foco no setor público, por meio de assinatura de licença, para o município de Palhoça, conforme características, objetivos e metodologia apresentados na PROPOSTA COMERCIAL, de comum acordo entre as partes. Para realização dos serviços objeto deste instrumento, o CONTRATADO prestará os serviços de acordo com a proposta apresentada e Termo de Referência e Anexos deste processo.

PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 400/2023.

AMPARO: Art. 25, I, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

VIGÊNCIA: 21/08/2023 até 20/08/2024. (12 meses)

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "122" – 33904001.

Valor Total: O contrato terá o valor total de R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais); Sendo: R\$1.825,00 (mil oitocentos e vinte cinco reais) pagos mensalmente.

Signatários: pelo Contratante,

Pedro Henrique da Rosa

Secretário Executivo de Gestão e Governança

Pelo Contratado,

R2OH DIGITAL LTDA

Rodrigo Alexandro Abella

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 233/2023 - RP 379/2023

Publicação N° 5092162

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 233/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS N° 379/2023 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GOLDEN TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Serviços de Sondagem, trata-se de procedimento técnico necessário para o conhecimento das características do terreno que

permitirão projetar o tipo, as características e as dimensões da fundação da edificação a ser construída sobre determinado terreno. Conforme esclarece a NBR 6484/2001, que prescreve o método de execução de sondagens de simples reconhecimento de solos; NBR 7520/83, método de identificação de amostras de solos em Sondagens de simples reconhecimento dos Solos; NBR 6502/80, terminologia de rochas e Solos; NBR 8036/83, Programação de Sondagens de Simples reconhecimento dos Solos para Fundação de Edifícios; NBR 7250/82, Identificação e descrição de amostras de solo obtidas em sondagens de simples reconhecimento dos solos, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 304.000,00B(trezentos e quatro mil).
DATA: 23/08/2023 a 22/08/2024.

Fornecedor: 40451704 - GOLDEN TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Sondagem a Percussão.	M		1000	R\$ 54,90	R\$ 54.900,00
2	Mobilização e instalação de 01 equipamento de sondagem, distância até 10KM	UN		40	R\$ 249,50	R\$ 9.980,00
3	Mobilização e instalação de 01 equipamento de sondagem, distância de 10km a 20km.	UN		40	R\$ 319,00	R\$ 12.760,00
4	Mobilização e instalação de 01 equipamento de sondagem, distância acima de 20km	UN		40	R\$ 309,00	R\$ 12.360,00
5	Ensaio de índice de suporte calífornia - amostra não trabalhadas - energia normal - solos	UN		100	R\$ 450,00	R\$ 45.000,00
6	Ensaio de índice de suporte calífornia - amostra não trabalhadas - energia modificada - solos	UN		100	R\$ 700,00	R\$ 70.000,00
7	Ensaio de índices de suporte calífornia - amostra não trabalhadas - energia intermediária - solos	UN		100	R\$ 990,00	R\$ 99.000,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 304.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 234/2023 - RP 383/2023

Publicação Nº 5092133

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ATA Nº 234/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 383/2023 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DREDGING & MARINE SPECIALITY EIRELI
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de máquinas pesadas com operador e combustível dos tipos Escavadeira hidráulica 15 toneladas, acompanhada de balsa flutuante. A contratação dos serviços se faz necessária para desobstrução de córregos e de canais (limpeza de valas e rios), através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 1.317.465,00 (um milhão trezentos e dezessete mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais).
DATA: 23/08/2023 a 22/08/2024.

Fornecedor: 4646533 - DREDGING & MARINE SPECIALITY EIRELI						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de Escavadeira hidráulica 15 toneladas, acompanhado balsa flutuante, com operador da máquina e fornecimento de combustível.	HS		2700	R\$ 487,95	R\$ 1.317.465,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 1.317.465,00

EXTRATO DE ATA DE REGITRO DE PREÇOS N.º 230/2023 - RP 374/2023

Publicação Nº 5092123

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ATA Nº 230/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 374/2023 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MM EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial corretiva, preventiva e periódica com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, conforme especificação no Termo de Referência, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 1.287.860,00 (um milhão duzentos e oitenta e sete mil e oitocentos e sessenta reais).
DATA: 18/08/2023 a 17/08/2024.

Fornecedor: 1729799 - MM EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços de manutenção predial corretiva, preventiva e periódica com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra.	SERV		1400000	R\$ 0,92	R\$ 1.287.860,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 1.287.860,00

EXTRATO DE ATA Nº 232/2023 - RP 390/2023

Publicação Nº 5089705

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 232/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 390/2023 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRESTANI COMÉRCIO EIRELI

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de máquinas pesadas com operador e combustível, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 732.780,00 (setecentos e trinta e dois mil e setecentos e oitenta reais). DATA: 23/08/2023 a 22/08/2024.

Fornecedor: 3885356 - CRESTANI COMÉRCIO EIRELI						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	ESCAVADEIRA: Serviço de escavadeiras de no mínimo 15 toneladas de peso operacional, com operador e combustível para retirada de lixo/entulho pesado.	HS		2000	366,39	732.780,00
Total Geral dos Itens:						732.780,00

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 281/2023 RP 178/2021

Publicação Nº 5092351

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 25A8C278D547A058F18FD5E4C21A381975ABF822

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 281/2023

Termo de Aditamento – PRORROGAÇÃO E REEQUILIBRIO

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 358/2021, firmado em 16/08/2022, com a empresa CITYCAR ALUGUEL DE VEÍCULOS S.A.

OBJETO: CLÁUSULA I – Fica prorrogado até 15/08/2024 o prazo contratual conforme disposto na Cláusula Décima Quarta. CLÁUSULA II – O presente Termo Aditivo passa a ter vigência a partir de 16/08/2023. CLÁUSULA III – Devido ao reequilíbrio previsto na Cláusula Sétima do Contrato de Prestação de Serviços n.º 358/2021, o valor mensal do veículo tipo Sedan passará de R\$ 1.674,00 (hum mil seiscentos e setenta e quatro reais) para R\$ 2.658,33 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), ficando o valor anual do contrato atualizado em R\$ 95.699,88 (noventa e cinco mil seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), este valor entrará em vigor a partir do dia 01/09/2023

CLÁUSULA IV – A periodicidade para efeito de reajuste de preços será contada a partir da data da aplicação do reequilíbrio, setembro de 2023 ou seja, será concedido somente após 12 meses do reequilíbrio.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57 e art. 65 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL n.º 178/2021.

DATA: 15/08/2023.

Signatários: pelo Contratante,

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário Municipal de Educação

Pela Contratada,

CITYCAR ALUGUEL DE VEÍCULOS S.A.

PORTARIA Nº. 5236/2023

Publicação Nº 5090597

PORTARIA Nº. 5236/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BEATRIZ BAUER, matrícula nº. 210607-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/04/2017 a 03/04/2022, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/09/2023 a 01/10/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5237/2023

Publicação Nº 5090601

PORTARIA Nº. 5237/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SABRINA FORTKAMP, matrícula nº. 129038-7, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 02/02/2015 a 02/02/2020, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 01/09/2023 a 01/11/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5238/2023

Publicação Nº 5090604

PORTARIA Nº. 5238/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E OU PEDAGÓGICA para o (a) servidor (a) ANNY CAROLINY VIEIRA ISOPPO Matrícula nº. 3745384-1, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 21/08/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5239/2023

Publicação Nº 5090606

PORTARIA Nº. 5239/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E OU PEDAGÓGICA para o (a) servidor (a) CRISTIANE HILLESHEIM Matrícula nº. 800768-1, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 21/08/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5240/2023

Publicação Nº 5090608

PORTARIA Nº. 5240/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E OU PEDAGÓGICA para o (a) servidor (a) LUCILENE IRMA BERNARDO SILVEIRA Matrícula nº. 802033-18, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 21/08/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário de Educação designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5241/2023

Publicação Nº 5090609

PORTARIA Nº. 5241/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E OU PEDAGÓGICA para o (a) servidor (a) MARIA LUIZA BROERING GERMANO Matrícula nº. 802061-1, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 21/08/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário de Educação designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5242/2023

Publicação Nº 5090610

PORTARIA Nº. 5242/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E OU PEDAGÓGICA para o (a) servidor (a) SANDRA APARECIDA NOGUEIRA Matrícula nº. 801731-7, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 21/08/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário de Educação designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5243/2023

Publicação Nº 5090611

PORTARIA Nº. 5243/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E OU PEDAGÓGICA para o (a) servidor (a) SILVIA REGINA CITTADIM Matrícula nº. 210314-2, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 21/08/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário de Educação designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5244/2023

Publicação Nº 5090614

PORTARIA Nº. 5244/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E OU PEDAGÓGICA para o (a) servidor (a) SUSI NILZA GOUTART Matrícula nº. 121857-1, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 21/08/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário de Educação designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5245/2023

Publicação Nº 5090615

PORTARIA Nº. 5245/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIVETE HEIDEMANN DE MATTOS, matrícula nº. 801804-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 01/02/2016 a 01/02/2021, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/09/2023 a 01/10/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5246/2023

Publicação Nº 5090617

PORTARIA Nº. 5246/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANZE HELENA DE MELO, matrícula nº. 801803-8, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 01/02/2016 a 01/02/2021, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 01/09/2023 a 01/12/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5247/2023

Publicação Nº 5090618

PORTARIA Nº. 5247/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CORIA HELENA VIEIRA, matrícula nº. 3761288-1, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/10/2016 a 27/03/2022, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 01/09/2023 a 01/10/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5248/2023

Publicação Nº 5090620

PORTARIA Nº. 5248/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIE DUARTE, matrícula nº. 400994-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2015 a 01/09/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 01/09/2023 a 01/10/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5249/2023

Publicação Nº 5090622

PORTARIA Nº. 5249/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOAO BATISTA DA SILVA, matrícula nº. 800869-3, titular do cargo de Guarda Patrimonial, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2013 a 21/03/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 01/09/2023 a 01/10/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5252/2023

Publicação Nº 5090627

PORTARIA Nº. 5252/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARLENE DUTRA, matrícula nº. 210175-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 21/03/2018 a 24/07/2023, por 01 (um) mês, a contar de 01/09/2023 a 01/10/2023.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5253/2023

Publicação Nº 5090629

PORTARIA Nº. 5253/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ADRIANA NASCIMENTO DE SOUZA, matrícula nº. 400204-1, ocupante da categoria funcional de Psicólogo, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pela INSS, totalizando 880 (oitocentos e oitenta) dias: 02 (dois) anos e 05 (cinco) meses.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5254/2023

Publicação Nº 5090630

PORTARIA Nº. 5254/2023.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ISONAR AUGUSTA CORREA, matrícula nº. 500525-1, ocupante da categoria funcional de Arquiteto, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, totalizando 1579 (mil quinhentos e setenta e nove) dias: 04 (quatro) anos, 03 (três) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

EDSON GHIZONI

Secretário Municipal de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5255/2023

Publicação Nº 5090631

PORTARIA Nº. 5255/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) EDILENE MARIA GONZAGA, matrícula nº. 800584-1 ocupante da categoria funcional de Orientador Educacional, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, totalizando 2804 (dois mil oitocentos e quatro) dias: 07 (sete) anos, 08 (oito) meses e 09 (nove) dias.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário de Educação designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5256/2023

Publicação Nº 5090632

PORTARIA Nº. 5256/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SANDRA CRISTINA CLARINDO, matrícula nº. 802215-2 ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, totalizando 8512 (oito mil quinhentos e doze) dias: 23 (vinte e três) anos, 03 (três) meses e 27 (vinte e sete) dias.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário de Educação designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5258/2023

Publicação Nº 5090637

PORTARIA Nº. 5258/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 5172 de 17 de agosto de 2023, que CONCEDEU GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E OU PEDAGÓGICA da servidora RAFAELA MARIA FREITAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data de concessão que deverá ser 24/05/2023, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5259/2023

Publicação Nº 5090639

PORTARIA Nº. 5259/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA APARECIDA BITTENCOURT, matrícula nº. 802430-1, ocupante da categoria funcional de Guarda Parimonial, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pela INSS, totalizando 3293 (três mil duzentos e noventa e três) dias: 09 (nove) anos e 08 (oito) dias.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5260/2023

Publicação Nº 5091748

PORTARIA Nº. 5260/2023

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Nicolas Espindola	2406140422

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5250/2023

Publicação Nº 5090623



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 5250/2023.

MAURICIO ROQUE DA SILVA, Secretário de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para **ANDREIA VOGT MELLO DE LIMA**, matrícula nº. 100676-2 titular do cargo de **Monitor**, do Quadro de Pessoal da **Secretaria da Assistência Social**, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de **01/10/2014 a 01/10/2019**, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de **01/09/2023 a 01/10/2023**.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

MAURICIO ROQUE DA SILVA
Secretário de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

Prefeitura Municipal de Palhoça

Em 24/08/2023

Patricia Schmitz
SEGP - Expediente

Assinado por 2 pessoas: MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO e MAURICIO ROQUE DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoça1dpc.com.br/verificacao/E38A-2D27-09E9-D94D> e informe o código E38A-2D27-09E9-D94D





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E38A-2D27-09E9-D94D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO (CPF 004.608.739-70) em 24/08/2023 10:19:22 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MAURÍCIO ROQUE DA SILVA (CPF 716.339.609-00) em 24/08/2023 14:00:10 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/E38A-2D27-09E9-D94D>

PORTARIA Nº. 5251/2023

Publicação Nº 5090625



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 5251/2023.

MAURICIO ROQUE DA SILVA, Secretário de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para **ROSANGELA ZIMERMANN**, matrícula nº. 3745763-1 titular do cargo de **Monitor**, do Quadro de Pessoal da **Secretaria da Assistência Social**, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de **12/05/2015 a 12/05/2020**, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de **02/09/2023 a 02/10/2023**.

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

MAURICIO ROQUE DA SILVA
Secretário de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Prefeitura Municipal de Palhoça

Em 24/08/2023

Patricia Schmitz
SEGP - Expediente

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

Assinado por 2 pessoas: MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO e MAURICIO ROQUE DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoça1dpc.com.br/verificacao/4CE4-996B-CF0F-77F4>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4CE4-996B-CF0F-77F4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO (CPF 004.608.739-70) em 24/08/2023 10:18:48 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MAURÍCIO ROQUE DA SILVA (CPF 716.339.609-00) em 24/08/2023 14:00:48 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/4CE4-996B-CF0F-77F4>

PORTARIA Nº. 5257/2023

Publicação Nº 5090635



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 5257/2023.

PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) **ESTEFANO HUGO BROERING NETO**, matrícula nº. 600012-1, ocupante da categoria funcional de **Auditor Fiscal de Tributos**, lotado (a) na **Secretaria da Fazenda**, de acordo com **artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.**

Averbar tempo que contribuiu pelo **INSS**, totalizando 1587 (mil quinhentos e oitenta e sete) dias: **04 (quatro) anos, 04 (quatro) meses e 07 (sete) dias.**

Palhoça, SC, em 24 de agosto de 2023.

PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS
Secretária da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Prefeitura Municipal de Palhoça

Em 24/08/2021

Patricia Schmitz
SEGP - Expediente

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

Assinado por 2 pessoas: MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO e PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoça.1doc.com.br/verificacao/8586-A3AF-79E2-7646> e informe o código 8586-A3AF-79E2-7646





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8586-A3AF-79E2-7646

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO (CPF 004.608.739-70) em 24/08/2023 10:17:43 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS (CPF 056.892.779-67) em 24/08/2023 14:34:48 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/8586-A3AF-79E2-7646>

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 287/2023

Publicação Nº 5090964

Decreto 287/2023, de 22 de agosto de 2023

Convoca Classificada no Processo Seletivo 007/2023 realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica convocado o abaixo relacionado, classificado no Processo Seletivo 007/2023, na ordem de classificação para cada cargo específico, para comparecer na Prefeitura Municipal, munidos da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária de 20 horas semanais.

- Nutricionista

01º Nicole Yasmim Scholze Floss

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palma Sola, em 22 de agosto de 2023.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

DECRETO 288/2023

Publicação Nº 5091050

Decreto 288/2023, de 23 de agosto de 2023

Convoca Classificada no Processo Seletivo 007/2023 realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica convocado o abaixo relacionado, classificado no Processo Seletivo 007/2023, na ordem de classificação para cada cargo específico, para comparecer na Prefeitura Municipal, munidos da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária de 20 horas semanais.

- Nutricionista

02º Joceli Divina Vivian Paetzold

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palma Sola, em 23 de agosto de 2023.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

DECRETO 290/2023

Publicação Nº 5091055

Decreto 290/2023, de 23 de agosto de 2023

Convoca Classificada no Processo Seletivo 007/2023 realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina uso de suas atribuições legais,

Decreta:
Art.1º. Fica convocado o abaixo relacionado, classificado no Processo Seletivo 007/2023, na ordem de classificação para cada cargo específico, para comparecer na Prefeitura Municipal, munidos da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária de 20 horas semanais.

- Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental

36º Márcia da Rocha Gonçalves

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palma Sola, em 23 de agosto de 2023.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 41/2023 - MARCELI DE OLIVEIRA

Publicação Nº 5092000

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 41/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 83/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 11/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: 44.033.265 MARCELI DE OLIVEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A TRANSMISSÃO E NARRAÇÃO DE JOGOS ESPORTIVOS VIA FACEBOOK

VALOR TOTAL: 1.800,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/08/2023

FIM DA VIGÊNCIA: 24/09/2023

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93.

CLEOMAR JOSÉ MATELLI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRANTE

ATA DO PREGÃO Nº. 38/2023 - REGISTRO DE PREÇOS - MEDALHAS, TROFÉUS E OUTROS

Publicação Nº 5090139



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6C5A4AF36BF642B07D85526EA8FB8E105F766AE4

MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos

Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.30/2023

Processo Administrativo nº 79/2023

Pregão Presencial Nº 38/2023

O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cleomar José Mantelli, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 38/2023, homologadas no dia 24 de agosto de 2023, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS - PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA OS CAMPEONATOS E OUTROS EVENTOS MUNICIPAIS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES PARA 2023/2024, conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 535397 - DLZ DISTRIBUIDORA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
13	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 83 CM. LARGURA SUPERIOR - 31 CM. LARGURA INFERIOR - 21,20 CM. ALTURA DA BASE- 16,50 CM. PESO APROXIMADO - 2,20 KG CORES - DOURADO, PRATA TEXTURIZADO COR ALTERNATIVA: BOLA E CONE COM ALÇAS NA COR DOURADO TEXTURIZADO. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, BOLA COM ANEL, CONE COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$400,0000	R\$2.000,0000
1	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO. MEDIDAS: ALTURA - 89 CM. LARGURA SUPERIOR - 36 CM. LARGURA INFERIOR - 21,20 CM. ALTURA DA BASE- 16,50 CM. PESO APROXIMADO - 2,55 KG CORES- DOURADO, VERMELHA, PRETA. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA NAS CORES AZUL, VERDE, PRETO. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, CONE, TAMPA, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$485,0000	R\$2.425,0000
45	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM O TAMANHO DE 44,5 MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO COM 25 MM DE DIÂMETRO. COM DESCRIÇÃO DE HONRA AO MÉRITO EM BAIXO RELEVO, NA PARTE SUPERIOR ATÉ A METADE DO	UN	VITORIA	350,00000	R\$5,8000	R\$2.030,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 16

Fornecedor: 535397 - DLZ DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	CENTRO VAZADO ENVOLTO COM UM RAMO. ESPESSURA MÁXIMA DE 1,2 MM. METALIZADA NA COR PRATA. SUPORTE PARA FITA COM 1,5 CM DE LARGURA. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE COM 1,5 CM DE LARGURA.					
47	MEDALHA RETANGULAR FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM O TAMANHO DE 50 MM POR 60 MM E CENTRO LISO COM 35 MM DE DIÂMETRO. COM BORDAS RAIADAS E POLIDAS COM A FIGURA DE DOIS RAMOS E UMA TOCHA OLÍMPICA EM ALTO RELEVO. ESPESSURA MÁXIMA DE 2,5 MM. METALIZADA NA COR PRATA. SUPORTE PARA FITA COM 2,5 CM DE LARGURA. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE COM 2,5 CM DE LARGURA OU FITA DE GORGORÃO NAS CORES AZUL, AZUL-BRANCO-VERMELHA OU VERDE-AMARELA COM 2,5 CM DE LARGURA.	UN	VITORIA	350,00000	R\$8,9000	R\$3.115,0000
44	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM O TAMANHO DE 44,5 MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO COM 25 MM DE DIÂMETRO. COM DESCRIÇÃO DE HONRA AO MÉRITO EM BAIXO RELEVO, NA PARTE SUPERIOR ATÉ A METADE DO CENTRO VAZADO ENVOLTO COM UM RAMO. ESPESSURA MÁXIMA DE 1,2 MM. METALIZADA NA COR DOURADA. SUPORTE PARA FITA COM 1,5 CM DE LARGURA. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE COM 1,5 CM DE LARGURA.	UN	VITORIA	400,00000	R\$5,9000	R\$2.360,0000
40	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 64 CM. LARGURA SUPERIOR - 21 CM. LARGURA INFERIOR - 12,10 CM. ALTURA DA BASE- 9,10 CM. PESO APROXIMADO - 1,18 KG CORES-DOURADO E PRETO CORES ALTERNATIVAS - COPA NA COR VERMELHA, VERDE, AZUL OU PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OCTOGONAL, CONE, BOLA COM ANEL, CESTA COM ALÇAS, COPA INTERNA TAMPA E ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$249,0000	R\$1.245,0000
46	MEDALHA RETANGULAR FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM O TAMANHO DE 50 MM POR 60 MM E CENTRO LISO COM 35 MM DE DIÂMETRO. COM BORDAS RAIADAS E	UN	VITORIA	350,00000	R\$8,0000	R\$2.800,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 16

Fornecedor: 535397 - DLZ DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	POLIDAS COM A FIGURA DE DOIS RAMOS E UMA TOCHA OLÍMPICA EM ALTO RELEVO. ESPESSURA MÁXIMA DE 2,8 MM. METALIZADA NA COR DOURADA. SUPORTE PARA FITA COM 2,5 CM DE LARGURA. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE COM 2,5 CM DE LARGURA OU FITA DE GORGORÃO NAS CORES AZUL, AZUL-BRANCO-VERMELHA OU VERDE-AMARELA COM 2,5 CM DE LARGURA.					
9	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 56 CM. LARGURA SUPERIOR - 33 CM. LARGURA INFERIOR - 20,80 CM. ALTURA DA BASE- 8,50 CM. PESO APROXIMADO - CORES- DOURADO, VERMELHA. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA E BASE NAS CORES AZUL, VERDE OU DOURADA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, CONE, TAMPA, TAÇA COM ALÇA E PINTURA INTERNA. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$335,0000	R\$1.675,0000
24	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 36 CM. LARGURA SUPERIOR - 12 CM. LARGURA INFERIOR - 15 CM. ALTURA DA BASE- 10 CM. PESO APROXIMADO - 1,50 KG CORES - DOURADO COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE QUADRADA, SUPORTE COM ANEL, ESTATUETA FIXA DE LUVIA DE GOLEIRO DE FUTEBOL. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO	UN	VITORIA	20,00000	R\$148,0000	R\$2.960,0000
32	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 79 CM. LARGURA SUPERIOR - 31 CM. LARGURA INFERIOR - 26,50 CM. ALTURA DA BASE- 10,70 CM. PESO APROXIMADO - CORES - DOURADO E VERMELHA. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA COM ALÇAS NAS CORES AZUL, DOURADO, PRATA OU VERDE. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, ANEL, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$610,0000	R\$3.050,0000
7	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 72 CM. LARGURA SUPERIOR - 33 CM. LARGURA INFERIOR - 20,80 CM. ALTURA DA BASE- 14,80 CM. PESO APROXIMADO - CORES- DOURADO, VERMELHA. CORES	UN	VITORIA	5,00000	R\$397,0000	R\$1.985,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 16

Fornecedor: 535397 - DLZ DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	ALTERNATIVAS: TAÇA E BASE NAS CORES AZUL, VERDE OU DOURADA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, CONE, TAMPA, TAÇA COM ALÇA E PINTURA INTERNA. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.					
38	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 57 CM. LARGURA SUPERIOR - 15,50 CM. LARGURA INFERIOR - 21 CM. ALTURA DA BASE- 8,50 CM. PESO APROXIMADO -KG CORES-DOURADO, PRETO CORES ALTERNATIVAS - SUPORTES, TAÇA, TAMPA E ESTATUETA NA COR PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, TAÇA, TAMPA E ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$232,0000	R\$1.160,0000
3	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 72 CM. LARGURA SUPERIOR - 36 CM. LARGURA INFERIOR - 14,50 CM. ALTURA DA BASE- 11 CM. PESO APROXIMADO - 1,60 KG CORES-DOURADO, VERMELHA, PRETA. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA NAS CORES AZUL, VERDE, PRETO. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, CONE, TAMPA, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$410,0000	R\$2.050,0000
19	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 57 CM. LARGURA SUPERIOR - 22 CM. LARGURA INFERIOR - 12,10 CM. ALTURA DA BASE- 9,10 CM. PESO APROXIMADO - 1,20 KG CORES - DOURADO, AZUL CORES ALTERNATIVAS: BASE E COPA INTERNA NAS CORES DOURADO, VERMELHA OU VERDE. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, CONE, CESTA COM ALÇAS, COPA INTERNA COM TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$222,0000	R\$1.110,0000
14	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 76 CM. LARGURA SUPERIOR - 31 CM. LARGURA INFERIOR - 17,80 CM. ALTURA DA BASE- 13,40 CM. PESO APROXIMADO - 2,00 KG CORES - DOURADO, PRATA TEXTURIZADO COR ALTERNATIVA: BOLA E CONE COM ALÇAS NA COR DOURADO TEXTURIZADO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$355,0000	R\$1.775,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 5 / 16

Fornecedor: 535397 - DLZ DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, BOLA COM ANEL, CONE COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.					
26	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 32 CM. LARGURA SUPERIOR - 10 CM. LARGURA INFERIOR - 8,50 CM. ALTURA DA BASE- 6,20 CM. PESO APROXIMADO - 400 GR CORES - DOURADO, PRETO COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, ESTATUETA SUPERIOR DE CHAMA COM ESPAÇO PARA COLAGEM DE ADESIVO. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	20,00000	R\$81,0000	R\$1.620,0000
25	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 34 CM. LARGURA SUPERIOR - 10 CM. LARGURA INFERIOR - 10,10 CM. ALTURA DA BASE- 7,50 CM. PESO APROXIMADO - 650 GR CORES - DOURADO, PRETO COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, ESTATUETA SUPERIOR DE CHAMA COM ESPAÇO PARA COLAGEM DE ADESIVO. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	20,00000	R\$86,0000	R\$1.720,0000
27	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 31 CM. LARGURA SUPERIOR - 10 CM. LARGURA INFERIOR - 7,30 CM. ALTURA DA BASE- 5 CM. PESO APROXIMADO - 300 GR CORES - DOURADO, PRETO COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, ESTATUETA SUPERIOR DE CHAMA COM ESPAÇO PARA COLAGEM DE ADESIVO. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	20,00000	R\$75,0000	R\$1.500,0000
8	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 63 CM. LARGURA SUPERIOR - 33 CM. LARGURA INFERIOR - 20,80 CM. ALTURA DA BASE- 11 CM. PESO APROXIMADO - CORES- DOURADO, VERMELHA. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA E BASE NAS CORES AZUL, VERDE OU DOURADA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, CONE, TAMPA, TAÇA COM ALÇA E PINTURA INTERNA. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$355,0000	R\$1.775,0000
20	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A	UN	VITORIA	5,00000	R\$203,0000	R\$1.015,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 6 / 16

Fornecedor: 535397 - DLZ DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 52 CM. LARGURA SUPERIOR - 22 CM. LARGURA INFERIOR - 10,10 CM. ALTURA DA BASE- 7,50 CM. PESO APROXIMADO - 850 GR CORES - DOURADO, AZUL CORES ALTERNATIVAS: BASE E COPA INTERNA NAS CORES DOURADO, VERMELHA OU VERDE. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, CONE, CESTA COM ALÇAS, COPA INTERNA COM TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.					
48	MEDALHA RETANGULAR FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM O TAMANHO DE 50 MM POR 60 MM E CENTRO LISO COM 35 MM DE DIÂMETRO. COM BORDAS RAIADAS E POLIDAS COM A FIGURA DE DOIS RAMOS E UMA TOCHA OLÍMPICA EM ALTO RELEVO. ESPESSURA MÁXIMA DE 2,5 MM. METALIZADA NA COR BRONZE. SUPORTE PARA FITA COM 2,5 CM DE LARGURA. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE COM 2,5 CM DE LARGURA OU FITA DE GORGORÃO NAS CORES AZUL, AZUL-BRANCO-VERMELHA OU VERDE-AMARELA COM 2,5 CM DE LARGURA	UN	VITORIA	350,00000	R\$8,9000	R\$3.115,0000
18	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 64 CM. LARGURA SUPERIOR - 22 CM. LARGURA INFERIOR - 14,50 CM. ALTURA DA BASE- 11 CM. PESO APROXIMADO - 1,70 KG CORES - DOURADO, AZUL CORES ALTERNATIVAS: BASE E COPA INTERNA NAS CORES DOURADO, VERMELHA OU VERDE. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, CONE, CESTA COM ALÇAS, COPA INTERNA COM TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$244,0000	R\$1.220,0000
34	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 56 CM. LARGURA SUPERIOR - 27 CM. LARGURA INFERIOR - 26,50 CM. ALTURA DA BASE- 10,70 CM. PESO APROXIMADO - CORES - DOURADO E VERMELHA. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA COM ALÇAS NAS CORES AZUL, DOURADO, PRATA OU VERDE. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, ANEL, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS	UN	VITORIA	5,00000	R\$470,0000	R\$2.350,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 7 / 16

Fornecedor: 535397 - DLZ DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	PARA FIXAÇÃO.					
2	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 82 CM. LARGURA SUPERIOR - 36 CM. LARGURA INFERIOR - 17,80 CM. ALTURA DA BASE- 13,40 CM. PESO APROXIMADO - 2,25 KG CORES- DOURADO, VERMELHA, PRETA. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA NAS CORES AZUL, VERDE, PRETO. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, CONE, TAMPA, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$428,0000	R\$2.140,0000
39	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 68 CM. LARGURA SUPERIOR - 21 CM. LARGURA INFERIOR - 13,10 CM. ALTURA DA BASE- 10 CM. PESO APROXIMADO - 1,24 KG CORES- DOURADO E PRETO CORES ALTERNATIVAS - COPA NA COR VERMELHA, VERDE, AZUL OU PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OCTOGONAL, CONE, BOLA COM ANEL, CESTA COM ALÇAS, COPA INTERNA TAMPA E ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO	UN	VITORIA	5,00000	R\$258,0000	R\$1.290,0000
33	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 71 CM. LARGURA SUPERIOR - 29 CM. LARGURA INFERIOR - 26,50 CM. ALTURA DA BASE- 10,70 CM. PESO APROXIMADO - CORES - DOURADO E VERMELHA. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA COM ALÇAS NAS CORES AZUL, DOURADO, PRATA OU VERDE. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, ANEL, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$500,0000	R\$2.500,0000

Total do Fornecedor: R\$51.985,0000

Fornecedor: 535885 - AMARILDO LANZINI EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
22	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 22 CM. LARGURA SUPERIOR - 24 CM. LARGURA INFERIOR - 22,50 CM. ALTURA DA BASE- 5,6 CM. PESO APROXIMADO - CORES - DOURADO, PRETO, VERDE COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OVAL, SUPORTES, ESTATUETA FIXA DE JOGADOR DE SINUCA,	UN	VITORIA	5,00000	R\$95,0000	R\$475,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 8 / 16

Fornecedor: 535885 - AMARILDO LANZINI EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	ESTATUETA FIXA DE MESA DE SINUCA. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO					
5	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 83 CM. LARGURA SUPERIOR - 33 CM. LARGURA INFERIOR - 20,80 CM. ALTURA DA BASE- 11 CM. PESO APROXIMADO - 2,10 KG CORES- DOURADO, AZUL. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA E BASE NAS CORES VERMELHA, VERDE OU DOURADA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, CONE, TAMPA, TAÇA COM ALÇA E TAMPA E ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$416,0000	R\$2.080,0000
21	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 16 CM. LARGURA SUPERIOR - 9 CM. LARGURA INFERIOR - 7,50 CM. ALTURA DA BASE- 6 CM. PESO APROXIMADO - 300 GR CORES - DOURADO, PRATA CORES ALTERNATIVAS: SUPORTE E ESTATUETA DE BOLA DE FUTEBOL NAS CORES DOURADO OU BRONZE. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE QUADRADA, SUPORTE, ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL . OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO	UN	VITORIA	20,00000	R\$50,0000	R\$1.000,0000
16	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 65 CM. LARGURA SUPERIOR - 24 CM. LARGURA INFERIOR - 14,50 CM. ALTURA DA BASE- 11 CM. PESO APROXIMADO - 1,70 KG CORES - DOURADO E PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, CONE, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$260,0000	R\$1.300,0000
23	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 27 CM. LARGURA SUPERIOR - 13,40 CM. LARGURA INFERIOR - 15 CM. ALTURA DA BASE- 10 CM. PESO APROXIMADO - 1,50 KG CORES - DOURADO COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE QUADRADA, SUPORTE COM ANEL, ESTATUETA FIXA DE CHUTEIRA DE FUTEBOL. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	20,00000	R\$149,0000	R\$2.980,0000
4	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 92 CM. LARGURA SUPERIOR - 33 CM. LARGURA	UN	VITORIA	5,00000	R\$460,0000	R\$2.300,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 9 / 16

Fornecedor: 535885 - AMARILDO LANZINI EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	INFERIOR - 20,80 CM. ALTURA DA BASE- 14,80 CM. PESO APROXIMADO - 2,20 KG CORES- DOURADO, AZUL. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA E BASE NAS CORES VERMELHA, VERDE OU DOURADA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, CONE, TAMPA, TAÇA COM ALÇA E TAMPA E ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.					
15	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 69 CM. LARGURA SUPERIOR - 24 CM. LARGURA INFERIOR - 17,80 CM. ALTURA DA BASE- 13,40 CM. PESO APROXIMADO - 1,80 KG CORES - DOURADO E PRATA, COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, CONE, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$274,0000	R\$1.370,0000
36	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 71 CM. LARGURA SUPERIOR - 19,50 CM. LARGURA INFERIOR - 21 CM. ALTURA DA BASE- 14,80 CM. PESO APROXIMADO -KG CORES- DOURADO, PRETO CORES ALTERNATIVAS - SUPORTES, TAÇA, TAMPA E ESTATUETA NA COR PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, TAÇA, TAMPA E ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$298,0000	R\$1.490,0000
43	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 26 CM. LARGURA SUPERIOR - 5,70 CM. LARGURA INFERIOR - 7,83 CM. ALTURA DA BASE- 5 CM. PESO APROXIMADO - 0,210 KG CORES- DOURADO E PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OCTOGONAL, SUPORTES, CONE COM FRISOS, ANEL E ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	30,00000	R\$61,0000	R\$1.830,0000
35	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 71 CM. LARGURA SUPERIOR - 21 CM. LARGURA INFERIOR - 14,50 CM. ALTURA DA BASE- 11 CM. PESO APROXIMADO - 1,99 KG CORES- DOURADO E PRETO CORES ALTERNATIVAS - COPA NA COR VERMELHA, VERDE, AZUL OU PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE	UN	VITORIA	5,00000	R\$285,0000	R\$1.425,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 10 / 16

Fornecedor: 535885 - AMARILDO LANZINI EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	OCTOGONAL, CONE, BOLA COM ANEL, CESTA COM ALÇAS, COPA INTERNA TAMPA E ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.					
37	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 63 CM. LARGURA SUPERIOR - 17,50 CM. LARGURA INFERIOR - 21 CM. ALTURA DA BASE- 11 CM. PESO APROXIMADO -KG CORES- DOURADO, PRETO CORES ALTERNATIVAS - SUPORTES, TAÇA, TAMPA E ESTATUETA NA COR PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, TAÇA, TAMPA E ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$260,0000	R\$1.300,0000
30	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 62 CM. LARGURA SUPERIOR - 33 CM. LARGURA INFERIOR -21 CM. ALTURA DA BASE- 11 CM. PESO APROXIMADO - 1,90 KG CORES - DOURADO CORES ALTERNATIVAS: TAÇA COM ALÇAS NAS CORES VERMELHA, PRATA, VERDE OU AZUL. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTE, ANEL, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$358,0000	R\$1.790,0000
28	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 82 CM. LARGURA SUPERIOR - 45 CM. LARGURA INFERIOR - 26,50 CM. ALTURA DA BASE- 10,70 CM. PESO APROXIMADO - 2,90 KG CORES - DOURADO CORES ALTERNATIVAS: TAÇA COM ALÇAS NAS CORES PRATA, VERMELHA, VERDE OU AZUL. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, ANEL, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO	UN	VITORIA	5,00000	R\$590,0000	R\$2.950,0000
42	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 30 CM. LARGURA SUPERIOR - 5,70 CM. LARGURA INFERIOR - 7,80 CM. ALTURA DA BASE- 5,70 CM. PESO APROXIMADO - 0,240 KG CORES- DOURADO E PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OCTOGONAL, SUPORTES, CONE COM FRISOS, ANEL E ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. OUTROS	UN	VITORIA	30,00000	R\$70,0000	R\$2.100,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 11 / 16

Fornecedor: 535885 - AMARILDO LANZINI EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.					
10	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 74 CM. LARGURA SUPERIOR - 32 CM. LARGURA INFERIOR - 20,80 CM. ALTURA DA BASE- 11 CM. PESO APROXIMADO - 2,00 KG CORES- DOURADO, PRATA, PRETO. CORES ALTERNATIVAS: BOLA NAS CORES DOURADA, AZUL, VERMELHA, VERDE OU PRETA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, BOLA, ANEL, TAÇA COM ALÇA E TAMP A E ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$378,0000	R\$1.890,0000
12	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 55 CM. LARGURA SUPERIOR - 12,20 CM. LARGURA INFERIOR - 12,10 CM. ALTURA DA BASE- 9,10 CM. PESO APROXIMADO - 1,20 KG CORES - DOURADO, PRATA TEXTURIZADO COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, SUPORTE, CONE COM ALÇAS E TAMP A, BOLA COM ANEL, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$267,0000	R\$1.335,0000
41	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 32 CM. LARGURA SUPERIOR - 5,70 CM. LARGURA INFERIOR - 8,50 CM. ALTURA DA BASE- 6,20 CM. PESO APROXIMADO - 0,340 KG CORES- DOURADO E PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OCTOGONAL, SUPORTES, CONE COM FRISOS, ANEL E ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	30,00000	R\$72,0000	R\$2.160,0000
6	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 75 CM. LARGURA SUPERIOR - 33 CM. LARGURA INFERIOR - 20,80 CM. ALTURA DA BASE- 8,50 CM. PESO APROXIMADO - 2,00 KG CORES- DOURADO, AZUL. CORES ALTERNATIVAS: TAÇA E BASE NAS CORES VERMELHA, VERDE OU DOURADA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, CONE, TAMP A, TAÇA COM ALÇA E TAMP A E ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$396,0000	R\$1.980,0000
29	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 66 CM.	UN	VITORIA	5,00000	R\$319,0000	R\$1.595,0000

**MUNICÍPIO DE PALMA SOLA**

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 12 / 16

Fornecedor: 535885 - AMARILDO LANZINI EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	LARGURA SUPERIOR - 33 CM. LARGURA INFERIOR -21 CM. ALTURA DA BASE- 14,80 CM. PESO APROXIMADO - 2,00 KG CORES - DOURADO CORES ALTERNATIVAS: TAÇA COM ALÇAS NAS CORES VERMELHA, PRATA, VERDE OU AZUL. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTE, ANEL, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.					
11	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 69 CM. LARGURA SUPERIOR - 32 CM. LARGURA INFERIOR - 20,80 CM. ALTURA DA BASE- 8,50 CM. PESO APROXIMADO - 2,00 KG CORES- DOURADO, PRATA, PRETO. CORES ALTERNATIVAS: BOLA NAS CORES DOURADA, AZUL, VERMELHA, VERDE OU PRETA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTES, BOLA, ANEL, TAÇA COM ALÇA E TAMPA E ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$360,0000	R\$1.800,0000
31	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 59 CM. LARGURA SUPERIOR - 33 CM. LARGURA INFERIOR -21 CM. ALTURA DA BASE- 8,50 CM. PESO APROXIMADO - 1,80 KG CORES - DOURADO CORES ALTERNATIVAS: TAÇA COM ALÇAS NAS CORES VERMELHA, PRATA, VERDE OU AZUL. COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE REDONDA, SUPORTE, ANEL, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$335,0000	R\$1.675,0000
17	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO MEDIDAS: ALTURA - 63 CM. LARGURA SUPERIOR - 24 CM. LARGURA INFERIOR - 13,10 CM. ALTURA DA BASE- 10 CM. PESO APROXIMADO - 1,40 KG CORES - DOURADO E PRATA COMPOSIÇÃO: COMPONENTES FABRICADOS EM POLÍMERO: BASE OITAVADA, CONE, TAÇA COM ALÇAS E TAMPA, ESTATUETA SUPERIOR. OUTROS COMPONENTES: FERRAGENS PARA FIXAÇÃO.	UN	VITORIA	5,00000	R\$230,0000	R\$1.150,0000
Total do Fornecedor:						R\$37.975,0000
Total Geral dos Itens:						R\$89.960,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 13 / 16

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2 – DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Processo Administrativo nº 79/2023 - Pregão Presencial nº 38/2023 e seus anexos;

b) Proposta da(s) Licitante(s);

c) Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1. O Prazo de vigência desta ata é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. DA ENTREGA DOS BENS PERMANENTES

4.1. Os bens permanentes deverão ser entregues nas dependências das Secretarias Municipais, conforme solicitação, em dia de expediente normal.

4.2. Fornecer os equipamentos ora licitados, dentro de elevados padrões de qualidade, com os veículos e materiais apropriados.

4.3. Correrão por conta da licitante vencedora as despesas com frete, carga e descarregamento dos equipamentos até o local indicado pelo Município de Palma Sola/SC.

4.4. A licitante se obriga a fornecer os equipamentos num prazo de CONSECUTIVOS, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

4.5. A licitante, adjudicada no objeto do presente Edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos materiais permanentes, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

4.6. A não entrega do objeto conforme descrito neste edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

4.7. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

5 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS PERMANENTES



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 14 / 16

5.1. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o objeto desta licitação será recebido:

5.2. Provisoriamente, no ato da entrega do(s) bens permanente (s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;

5.3. Definitivamente em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o (s) bens permanentes (s) adquirido (s) encontram-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado.

5.4. O CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) bens permanentes(s) que não atender (em) as especificações do objeto contratado no prazo de 03 (três) dias corridos após solicitação.

6 - DA GARANTIA TÉCNICA/ E DE FUNCIONAMENTO

6.1. Período de Garantia

6.1.1. O período de Garantia Técnica deverão ser de no mínimo 01 (hum) ano e será contado a partir da data do RECEBIMENTO DEFINITIVO DA NOTA FISCAL.

6.1.2. No caso de os bens permanentes apresentarem defeitos de fabricação até o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento definitivo da nota fiscal, a CONTRATADA obriga-se a substituir os bens por novos, sem ônus para a Administração Municipal.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega do material e o recebimento definitivo dos mesmos, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

7.2. O Município de Palma Sola não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não entregar os materiais de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.

7.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda o fornecimento dos bens permanentes não entregues ao município e realize a cobrança financeira dos que não tenham sido autorizados pelo responsável pela Secretaria.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Palma Sola/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

9. RESPONSABILIDADES

9.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

9.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

9.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA

9.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

9.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

10. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

10.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais/bens fornecidos;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 15 / 16

11. DA INEXEÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

11.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

11.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

11.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

11.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

12. PENALIDADES

12.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Palma Sola poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 16 / 16

da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

13.2. Elegem as partes contratantes a Comarca de Dionísio Cerqueira-SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Palma Sola (SC), 24 de Agosto de 2023

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
Prefeito Municipal

DLZ DISTRIBUIDORA LTDA

AMARILDO LANZINI EIRELI

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
Prefeito Municipal
CPF: 760.741.889-04

DECRETO 289/2023

Publicação Nº 5091052



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200 planejamento@palmasola.sc.gov.br
www.palmasola.sc.gov.br

Decreto 289/2023, de 23 de agosto de 2023

**Convoca Classificada no Processo Seletivo 007/2023 realizado pelo
Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.**

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa
Catarinano uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica convocado o abaixo relacionado, classificado no Processo Seletivo
007/2023, na ordem de classificação para cada cargo específico, para comparecer na
Prefeitura Municipal, munidos da documentação exigida em edital, para preenchimento de
vaga temporária de 20 horas semanais.

➤ **Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental**

35º Karoline Schnem

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palma Sola, em 23 de agosto de 2023.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.



Palmitos

PREFEITURA

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2020

Publicação Nº 5091069

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 926CEDF9582BE7F045BC9239B91AFE469BFA0CE7

MUNICÍPIO DE PALMITOS

13º Termo Aditivo ao Contrato: nº 11/2020. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo Décima Primeira - VALOR E FISCALIZAÇÃO. Contratada: Gilberto Transportes e Agência de Viagens. Aumento de 128 KM /dia para 132 KM/dia Vigência: 31/12/2023. Palmitos 24/08/2023. Dair Jocely Enge – PREFEITO DE PALMITOS.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2023

Publicação Nº 5090811

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3D7792A3A02D62457E4AB0896ABD875143EB5DEE

MUNICÍPIO DE PALMITOS

1º Termo Aditivo ao Contrato: nº 54/2023. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO E CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E FISCALIZAÇÃO. Contratada: ALEXANDRE LUIZ KLEINERT. TRAJETO 39 AUMENTO DE R\$ 8,90 POR KM PARA R\$ 9,61 POR KM, TRAJETO 41 R\$ 8,80 POR KM PARA R\$ 9,50 POR KM E DO TRAJETO 41 DE 58 KM POR DIA PARA 61 KM POR DIA. VIGÊNCIA 31/07/2024. Palmitos 24/08/2023. DAIR JOCELY ENGE – PREFEITO DE PALMITOS.

CONTRATO Nº 57/2023

Publicação Nº 5089185

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 428B01F0EEA941A6FA6596FBB59D26923F7EF149

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 57/2023. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de recursos de tecnologia da informação, visando a promoção e divulgação de leilão público por meio de plataforma de transação via web, para venda de bens. CONTRATADA: ECKERT TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA. VALOR MÁXIMO A SER PAGO POR CADA PERCENTUAL ARREMATADO: * Valor arrematado R\$ 0,01 até R\$ 49.999,99 - VALOR MÁXIMO: R\$ 2.375,00; * Valor arrematado R\$ 50.000,00 até R\$ 99.999,99 - VALOR MÁXIMO: R\$ 4.750,00. * Valor arrematado R\$ 100.000,00 até R\$ 149.999,99 - VALOR MÁXIMO: R\$ 7.505,00. * Valor arrematado R\$ 150.000,00 até R\$ 199.999,99 - VALOR MÁXIMO: R\$ 11.400,00. * Valor arrematado R\$ 200.000,00 até R\$ 299.999,99 - VALOR MÁXIMO: R\$ 16.625,00. * Valor arrematado R\$ 300.000,00 até R\$ 399.999,99 - VALOR MÁXIMO: R\$ 21.850,00. * Valor arrematado R\$ 400.000,00 até R\$ 499.999,99 - VALOR MÁXIMO: R\$ 26.600,00. * Valor arrematado Acima de R\$ 500.000,00 - VALOR MÁXIMO: R\$ 31.350,00.. Vigência: 24/08/2023 a 23/08/2024. Palmitos-SC, 24/08/2023. Dair Jocely Enge – Prefeito.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2023

Publicação Nº 5089128

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FB966A31468663B22BB01C76A81B484F7E71255C

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 82/2023. Modalidade: Pregão Presencial nº 38/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO À AQUISIÇÃO DE MADEIRA (TIPOS: PRANCHA, ROLIÇA, TABUA, RIPÃO E PALANQUE). Data da entrega dos envelopes: 06/09/2023 até as 08:30 horas. Data da abertura: 06/09/2023 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 24 de agosto de 2023. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**PROMULGAÇÃO DECRETO LEGISLATIVO 001/2023**

Publicação Nº 5092371

PROMULGAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 001 DE 17 DE AGOSTO DE 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS, no uso de suas atribuições, com fulcro no artigo 22, IV da Lei Orgânica Municipal, promulga o presente Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2023

REGULAMENTA A LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMITOS-SC.

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos-SC.

Art. 2º O disposto neste decreto abrange exclusivamente as compras e contratações do Poder Legislativo, não se estendendo aos demais órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal de Palmitos-SC, autarquias, fundações, fundos especiais, que existam ou venham a ser instituídos, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º Na aplicação deste, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

CAPÍTULO II**DA ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

Art. 4º Caberá ao agente de contratação, ou conforme o caso, a Comissão de Contratação:

I - acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, de acordo com o calendário de contratação, que deverá ser editado por esta Casa Legislativa, cumprindo assim a data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, em especial na confecção dos seguintes artefatos:

- a) estudos técnicos preliminares
- b) anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;
- c) pesquisa de preços; e
- d) minuta do edital e do instrumento do contrato.

II - conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

- a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- b) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- c) coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- d) verificar e julgar as condições de habilitação;
- e) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- f) encaminhar à comissão de contratação os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;
- g) indicar o vencedor do certame;
- h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- i) encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

§1º A Comissão de Contratação conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§2º Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§ 3º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§ 4º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão com auxílio de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, ficando facultada a designação de servidores efetivos e/ou comissionados da Câmara de Vereadores para composição da equipe de apoio, conforme a necessidade.

§ 5º No caso de municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes, o art. 176 prevê que os requisitos descritos neste §3º somente serão obrigatórios

após 6 (seis) anos, contado da data de publicação da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021. Dessa forma, no âmbito desse município, o agente de contratação, durante o prazo mencionado, não precisará ser ocupante de cargo efetivo ou emprego público dos quadros permanentes da Câmara de Vereadores.

§ 6º Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

Art. 5º Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade legislativa observará o seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto

contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III – previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

CAPÍTULO III

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 6º A Câmara de Vereadores poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Parágrafo único. Na elaboração do Plano de Contratações Anual da Câmara de Vereadores, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

CAPÍTULO IV

DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 7º. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 8º.

Art. 8º. No âmbito da Câmara Municipal de Palmitos-SC, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

I. Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II. Dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III. Contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV. Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

CAPÍTULO V

DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Art. 9º A Câmara de Vereadores de Palmitos poderá elaborar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de

maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos. Parágrafo único. Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

Art. 10. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas da Câmara de Vereadores deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º Na especificação de itens de consumo, a o Poder Legislativo buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º Considera-se bem de consumo de luxo o que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Câmara Municipal de Palmitos.

CAPÍTULO VI

DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 11. No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

Art. 12. Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º A partir dos preços obtidos a partir dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Câmara Municipal de Palmitos, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 3º A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

Art. 13. Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Art. 14. Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial 13.395, de 5 de junho de 2020.

CAPÍTULO VII

DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 15. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, adotando-se como parâmetro normativo para a elaboração do programa e sua implementação, no que couber, o disposto no Capítulo IV do Decreto Federal nº

8.420, de 18 de março de 2015.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 6 (seis) meses indicado no caput sem o início da implantação de programa de integridade, o contrato será rescindido pela Câmara de Vereadores, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas em função de inadimplemento de obrigação contratual, observado o contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO VIII

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 16. Nas licitações para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital poderá, a critério da autoridade que o expedir, exigir que até 5% (cinco por cento) da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, ou oriundos ou egressos do sistema prisional, permitida a exigência cumulativa no mesmo instrumento convocatório.

Art. 17. Nas licitações municipais, não se preverá a margem de preferência referida no art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO IX

DO LEILÃO

Art. 18. Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I – realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação.

II – designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no § 6º do art. 4º deste regulamento, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame.

III – elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.

IV – realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.

§ 2º A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

CAPÍTULO X

DO CICLO DE VIDA DO OBJETO LICITADO

Art. 19. Desde que objetivamente mensuráveis, fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Administração Legislativa Municipal.

§ 1º A modelagem de contratação mais vantajosa para a Câmara Municipal, considerado todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculo usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

CAPÍTULO XI

DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Art. 20. Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único. Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

CAPÍTULO XII

DA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO

Art. 21. O processo de gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado na Câmara de Vereadores deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiança, a usabilidade e considerar ainda a relação custo- benefício, devendo a contratação de licenças ser alinhada às reais necessidades da Câmara de Vereadores com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

Parágrafo único. Em âmbito municipal, a programação estratégica de contratações de software de uso disseminado na Câmara de Vereadores deve observar, no que couber, o disposto no Capítulo II da Instrução Normativa nº 01, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, bem como, no que couber, a redação atual da Portaria nº 778, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

CAPÍTULO XIII

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 22. Como critério de desempate previsto no art. 60, III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para efeito de comprovação de desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, poderão ser consideradas no edital de licitação, desde que comprovadamente implementadas, políticas internas tais como programas de liderança para mulheres, projetos para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e o preconceito dentro das empresas, inclusive ações educativas, distribuição equânime de gêneros por níveis hierárquicos, dentre outras.

Parágrafo único. No processo de licitação poderá ser estabelecida margem de preferência conforme o disposto no art. 26, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO XIV

DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS MAIS VANTAJOSOS

Art. 23. Na negociação de preços mais vantajosos para a administração, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá oferecer contraproposta.

CAPÍTULO XV DA HABILITAÇÃO

Art. 24. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 25. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações.

Art. 26. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

CAPÍTULO XVI PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

Art. 27. Para efeito de participação de empresas estrangeiras nas licitações municipais, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber e quando previsto em edital, o disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

CAPÍTULO XVII DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 28. Em âmbito da Câmara Municipal de Vereadores, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 29. As licitações do Poder Legislativo processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§ 1º Em âmbito do Poder Legislativo Municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§ 2º O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

Art. 30. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de Intenção de Registro de Preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado mediante justificativa.

§ 2º Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

§ 3º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

Art. 31. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Art. 32. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 33. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 34. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO XVIII DO CREDENCIAMENTO

Art. 35. O credenciamento poderá ser utilizado quando o Poder Legislativo, pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º O Poder Legislativo fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º Quando a escolha do prestador for feita pela Poder Legislativo, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 6º O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

CAPÍTULO XIX

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 36. Adotar-se-á, em âmbito municipal, o Procedimento de Manifestação de Interesse observando-se, como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015.

CAPÍTULO XX

DO REGISTRO CADASTRAL

Art. 37. Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previsto no art. 87 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o sistema de registro cadastral de fornecedores da Câmara de Vereadores será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese as licitações realizadas pela Câmara de Vereadores serão restritas a fornecedores previamente cadastrados na forma do disposto no caput deste artigo, exceto se o cadastramento for condição indispensável para autenticação na plataforma utilizada para realização do certame ou procedimento de contratação direta.

CAPÍTULO XXI

DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 38. Os contratos e termos aditivos celebrados entre a Câmara de Vereadores e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

CAPÍTULO XXII

DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 39. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 3º No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XXIII

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 40. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

§ 1º O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis ao Poder Legislativo de Palmitos.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, consideram-se objetos de pequeno valor aqueles enquadráveis nos incisos I e II do art. 73 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO XXIV

DAS SANÇÕES

Art. 41. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pela autoridade máxima da respectiva entidade.

CAPÍTULO XXV

DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Art. 42. O Presidente da Câmara de Vereadores regulamentará, por ato próprio, o disposto no art. 169 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto à responsabilidade da alta administração para implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para

avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos dos procedimentos de contratação, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

CAPÍTULO XXVI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Em âmbito municipal, enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que se refere o art. 174. da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a divulgação dos atos será promovida da seguinte forma:

I- publicação em diário oficial das informações que a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilização da versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Art. 44. O presidente da Câmara poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.

Art. 45. Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação deste Decreto.

Art. 46. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Palmitos, SC, 22 de agosto de 2023

Caciano Sartori

Presidente

PROMULGAÇÃO DECRETO LEGISLATIVO 002/2023

Publicação Nº 5092380

PROMULGAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 002 DE 17 DE AGOSTO DE 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS, no uso de suas atribuições, com fulcro no artigo 22, IV da Lei Orgânica Municipal, promulga o presente Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2023

Regulamenta o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Poder Legislativo de Palmitos-SC, nas categorias de qualidade comum e de luxo.

Art. 1º – O presente Decreto regulamenta os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo, nos termos do disposto no artigo 20, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos citados bens a serem adquiridos para suprir as demandas da Câmara Municipal de Palmitos-SC.

Art. 2º – Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I – bem de luxo: bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:

a) ostentação: demonstração de pompa, luxo, esplendor, em atos públicos ou particulares;

b) opulência: abundância de riqueza, requintada, luxuosa, esplendorosa;

c) forte apelo estético: chamamento para o lindo, para o maravilhoso;

d) requinte: excesso de refinamento, transbordamento de delicadeza;

II – bem de qualidade comum: bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;

III – bem de consumo: todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

a) durabilidade: em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;

b) fragilidade: facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;

c) perecibilidade: sujeito a modificações químicas ou físicas que levem à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;

d) incorporabilidade: destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou

e) transformabilidade: adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem; e

IV – elasticidade-renda da demanda: razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média, levando a classificação de bens normais, inferiores ou superiores.

Art. 3º – A Câmara Municipal de Palmitos, considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso I, do artigo anterior, as seguintes variáveis:

I – relatividade econômica – variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística de acesso ao bem;

II – relatividade temporal – mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:

a) evolução tecnológica;

b) tendências sociais;

c) alterações de disponibilidade no mercado;

d) modificações no processo de suprimento logístico.

Art. 4º – Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I, do artigo 2º, do presente Decreto:

I – for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza;

II – tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do solicitante.

Art. 5º – É vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos deste Decreto, em atendimento ao disposto no artigo 20, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, salvo se plenamente justificada a sua necessidade.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Palmitos, SC, 22 de agosto de 2023

Caciano Sartori

Presidente

PROMULGAÇÃO DECRETO LEGISLATIVO 003/2023

Publicação Nº 5092381

PROMULGAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 003 DE 17 DE AGOSTO DE 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS, no uso de suas atribuições, com fulcro no artigo 22, IV da Lei Orgânica Municipal, promulga o presente Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2023

DESIGNA SERVIDORES EM OBSERVANCIA AO PRINCIPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES COM BASE NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NA CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS.

Art. 1º. Fica designado como agente de contratação o servidor Rodrigo Trennepohl, para a realização de compras, a apuração do valor estimado com base no melhor preço aferido.

Parágrafo único. O Agente de Contratação em caso de licitação na modalidade Leilão será designado como Leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio, ou, alternativamente, contratação de um Leiloeiro Oficial para conduzir o certame;

Art. 2º. Fica designada como responsável pela pesquisa de preço conforme Decreto 001/2023, a servidora Joseane Cauvilla Kaipper.

Art. 3º. Fica designado como responsável pela realização do estudo técnico preliminar o servidor Verenice Francieli Franken.

§1º Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

I - Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - Dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - Contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

Art. 4º. - Fica designado como responsável pela realização do termo de referência o servidor Matheus da Silva.

Art. 5º - Fica facultada a contratação de novos servidores, conforme a necessidade de apoio ao processo licitatório, cabendo a eles, dentre outros.

I – A elaboração da pesquisa de preços segundo a normativa feita por esta Câmara de Vereadores;

II – A elaboração do termo de referência após o recebimento do estudo técnico preliminar (ETP) pelo demandante;

III - Integrar equipe de apoio aos agentes de contratação nos termos do artigo 8.º da Lei 14.133 de 21.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Palmitos, SC, 22 de agosto de 2023

Caciano Sartori

Presidente

PROMULGAÇÃO DECRETO LEGISLATIVO 004/2023

Publicação Nº 5092385

PROMULGAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 004 DE 17 DE AGOSTO DE 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS, no uso de suas atribuições, com fulcro no artigo 22, IV da Lei Orgânica Municipal, promulga o presente Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2023

REGULAMENTA A DISPENSA FÍSICA, DE ACORDO COM LEI 14.133/2021 de 1º DE ABRIL 2021 E O DECRETO LEGISLATIVO 001/2023 NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS-SC.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Decreto tem por objetivo regulamentar o quanto disposto na Lei 14.133 de 2021 que trata das Licitações e Contratações no âmbito do Poder Legislativo de Palmitos.

DA DISPENSA FÍSICA

Art. 2º. Dentro do prazo fixado no artigo 176, inciso II da Lei 14.133/2021, a Câmara adotará a dispensa de licitação, na forma física, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

- II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;
- III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível; e
- IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.
- § 1º. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites, referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
- I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e
- II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.
- § 2º. Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.
- § 3º. O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- § 4º. Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 337-E do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (código penal).
- § 5º. Fica facultado o uso da dispensa eletrônica, que caso adotado, deverá seguir regulamento próprio.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO

- Art. 3º. O procedimento de dispensa de licitação, na forma física, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:
- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão de escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço, se for o caso; e
- VIII - autorização da autoridade competente.
- § 1º. Na hipótese de registro de preços, de que dispõe o inciso IV do art. 2º, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários, nos termos do inciso IV do caput, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.
- § 2º. O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade promotora do procedimento.

Do Edital

- Art. 4º. O órgão ou entidade deverá publicar edital com as seguintes informações para a realização do procedimento de contratação, objetivando o recebimento de propostas adicionais de eventuais interessados:
- I - a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;
- II - as quantidades e o preço estimado de cada item, nos termos do disposto no inciso II do art. 3º, observada a respectiva unidade de fornecimento;
- III - o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;
- IV - a observância das disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- V - as condições da contratação e as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- VI - a data e o horário máximo de envio da documentação e proposta/cotação de preços, respeitado o horário comercial.
- VII - endereço eletrônico (e-mail) para envio da documentação e proposta/cotação de preços, sendo facultado a previsão de entrega da documentação e proposta/preços no setor de licitações, mediante protocolo.
- § 1º. O prazo fixado para abertura e julgamento do procedimento, não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta, na imprensa oficial do Município.
- § 2º. Nas contratações cujo valor total não ultrapasse 40% (quarenta por cento) do valor previsto no artigo 2º, incisos I e II deste decreto, fica facultado a Administração Pública a publicação do edital de que trata o "caput" ou a realização de estimativa de preços concomitantemente à seleção da proposta mais vantajosa.

Divulgação do Edital

- Art. 5º. O aviso de edital será divulgado no Diário Oficial do Município, bem como será disponibilizado sua íntegra no site oficial do órgão.

Fornecedor

- Art. 6º. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no setor de licitações, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declarações com as seguintes informações:
- I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- IV - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
- V - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 7º. Caberá ao fornecedor certificar do efetivo recebimento da proposta e documentação pelo órgão licitante, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio, caso a documentação não seja recebida dentro do prazo máximo fixado no edital.

CAPÍTULO III

DO JULGAMENTO E DA HABILITAÇÃO

Art. 8º. Encerrado o prazo para envio da proposta e documentação, o órgão ou entidade realizará a verificação da conformidade das propostas recebidas, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, ordenando a ordem de classificação.

Art. 9º. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas.

§ 1º. Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do §2º do art. 4º deste decreto, bem como Norma Municipal e Federal, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.

§ 2º. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Art. 10. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 9º.

Art. 11. Definida a proposta vencedora, o órgão ou a entidade deverá solicitar, o envio da proposta, adequada conforme negociação, e, se necessário, de documentos complementares.

Parágrafo único. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada com os respectivos valores readequados à negociação.

Habilitação

Art. 12. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º. Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados concomitantemente a proposta, via email ou protocolado no setor de licitação, até a data e horário devidos no edital.

Art. 13. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

Art. 14. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no art. 12, o fornecedor será habilitado.

Parágrafo único. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

Procedimento fracassado ou deserto

Art. 15. No caso do procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

I - republicar o procedimento;

II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e III caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

CAPÍTULO IV

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 16. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO V

DAS SANÇÕES

Art. 17. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pela autoridade máxima da respectiva entidade.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Palmitos, SC, 22 de agosto de 2023

Caciano Sartori

Presidente

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087-2023

Publicação Nº 5091237

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2023.

OBJETO: Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 2023, o Sr. JEFERSON CHUPEL, Prefeito Municipal, resolve Homologar o PREGÃO ELETRÔNICO 087/2023 – qual teve como vencedores: VERSA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. Valor total de R\$ 185.640,00 (cento e oitenta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais). Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos através de e-mail: compras@papanduva.sc.gov.br e/ou diretamente na Sede da Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00hs e das 13:30 às 17:00hs, situada na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 24 de agosto de 2023 – JEFERSON CHUPEL - PREFEITO MUNICIPAL.

PREGÃO ELETRONICO Nº 089/2023 - SERVIÇOS GERAIS

Publicação Nº 5091155

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2023

Objeto: A presente licitação tem por objetivo contratação de empresa especializada para dispor de forma terceirizada, profissionais de Serviços Gerais (Limpeza e Cozinha), para suprir as necessidades da Secretaria de Educação em especial a Rede Municipal de Ensino, e também das demais Secretarias Municipais. O recebimento das propostas se dará das 08:00hs do dia 25 de Agosto de 2023 até as 14:00hs do dia 06 de Setembro de 2023, sendo que o início da sessão de disputa de lances se dará as 14:05hs do mesmo dia, (horário referência: Brasília DF). Conforme edital as propostas devem ser cadastradas via site da plataforma utilizada, sendo esta acessada através do link www.portaldecompraspublicas.com.br, - Base legal: Lei n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Plataforma, no Site da Prefeitura, via e-mail licitacao@papanduva.sc.gov.br e diretamente na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva/SC, 24 de Agosto de 2023 – Jeferson ChupeL – Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2023 - COMBUSTIVEIS

Publicação Nº 5091214

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2023

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Combustíveis Líquidos, sendo: GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 e ÓLEO DIESEL S10, destinados ao abastecimento da frota municipal. O recebimento das propostas encerrar-se-á as 09:00hs do dia 06 de Setembro de 2023, com início da sessão de disputa de lances as 09:05hs do mesmo dia e local. Base legal: Lei n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Site da Prefeitura, Portal da Transparência Municipal e na Sede Física da Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva/SC, 24 de Agosto de 2023 – Jeferson ChupeL – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0022/2023 - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)
(PARECER)**

Publicação Nº 5089744

**Parecer N.º 56/2023
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
(CLJRF)****PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0022/2023**

**ASSEGURA AOS MORADORES DO
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA A
INSTITUIÇÃO DE UM BANCO DE
ARMAÇÃO DE ÓCULOS PARA
FORNECIMENTO GRATUITO DE
ARMAÇÕES DE ÓCULOS, PROVENIENTES
DE DOAÇÕES, AS QUAIS SERÃO
DESTINADAS ÀS PESSOAS CARENTES, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Autor: **Moises dos Passos**Relator: **Mariângela Silveira Senna (MDB)****I - Relatório**

A presente proposição tem por finalidade **assegurar aos moradores do município de Papanduva a instituição de um banco de armação de óculos para fornecimento gratuito de armações de óculos, provenientes de doações, as quais serão destinadas às pessoas carentes, e dá outras providências.**

O presente projeto foi discutido e votado sem apresentação de emendas.

É o relatório.

II - Fundamentação e Conclusão

Em suma, esta proposição foi regimentalmente discutida e aprovada pelos Senhores Vereadores desta Casa Legislativa.

Sendo assim, analisando-se ainda o Parecer já relatado nesta mesma Comissão, entendemos que a Redação Final do Projeto ora em questão deva ser exatamente aquele que já foi aprovado.

É o parecer

III - Deliberação da Comissão

Votaram o **RELATÓRIO/PARECER:**

[Assinado
Bernadete

digitalmente]
Wilikzinski

(PP)

Presidente
(☒) Favorável ao relatório/parecer **(Sim)**
() Contrário ao relatório/parecer **(Não)**
() Abstenção

[Assinado digitalmente]

Adolfo Geraldi (PSD)
Membro
(☒) Favorável ao relatório/parecer **(Sim)**
() Contrário ao relatório/parecer **(Não)**
() Abstenção

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 2023.

[Assinado

Mariângela
Relator

Silveira

Senna

digitalmente]

(MDB)

Ata da Reunião da Comissão Permanente de Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se na Sala das Comissões, nesta Casa Legislativa, os seguintes Vereadores: **Bernadete Wiliczinski, Adolfo Geraldi e Mariângela Silveira Senna**. Sob a Presidência da Vereadora **Bernadete Wiliczinski** efetuou-se a apreciação do **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0022/2023** de autoria de **Moises dos Passos** que: "**ASSEGURA AOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA A INSTITUIÇÃO DE UM BANCO DE ARMAÇÃO DE ÓCULOS PARA FORNECIMENTO GRATUITO DE ARMAÇÕES DE ÓCULOS, PROVENIENTES DE DOAÇÕES, AS QUAIS SERÃO DESTINADAS ÀS PESSOAS CARENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**". Ato contínuo procedeu-se à leitura do parecer elaborado pelo Senhor Relator, dispostos e firmados em favor do parecer da relatoria pela Presidente e membros, respectivamente. Face ao exposto, a matéria em questão foi encaminhada ao Presidente para declaração de aprovação da Redação Final em Plenário. Sala das comissões em, 23 de agosto de 2023.

Presidente: Bernadete Wiliczinski (Progressistas)

Membro: Adolfo Geraldi (PSD)

Relatora: Mariângela Silveira Senna (MDB)

Paraíso

PREFEITURA

550/2023 - MÁRCIA CASTAGNA

Publicação Nº 5089669

PORTARIA Nº 550/2023

Altera o horário de trabalho do(a) servidor(a) público(a) municipal MÁRCIA CASTAGNA.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público em razão da adoção do HORÁRIO ESPECIAL, para adequação e preenchimento dos horários de expediente da Secretaria Municipal de Saúde, RESOLVE:

Art. 1º Alterar o horário de trabalho do(a) servidor(a) público(a) municipal MÁRCIA CASTAGNA, matrícula funcional nº 069-01 titular do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro(a), lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paraíso (SC), o qual passará a ser prestado das 07:00 horas até as 13:00 horas, tendo em vista a necessidade de adequação de horários em conformidade com o que consta na Portaria nº 466/2023 de 10 de julho de 2023.

Art. 2º Durante a vigência desta Portaria, os vencimentos, direitos e deveres do(a) servidor(a) ficarão inalterados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 25 de agosto de 2023.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 24 de agosto de 2023.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Eunice Adriana Bacin

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, 24 de agosto de 2023.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

DECRETO N 2939/2023

Publicação Nº 5091215

DECRETO Nº 2939/2023

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE"

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.620, de 19 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 14.404,55 (quatorze mil, quatrocentos e quatro reais com cinquenta e cinco centavos), no orçamento do Município, distribuídos nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

05.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.002 – Gestão Descentralizada do SUAS

0008.0244.1080.2030 – Assistência Social Geral

3.3.90.00.00.00.1.660.7000.0011 – Aplicações Diretas (343)R\$ 12.404,55

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.002 – Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

0008.0241.1085.2035 – Proteção Social Básica ao Idoso

3.3.90.00.00.00.1.500.7000.0000 – Aplicações Diretas (110)R\$ 2.000,00

Art. 2º – Os recursos no valor de R\$ 14.404,55 (quatorze mil, quatrocentos e quatro reais com cinquenta e cinco centavos), para atender o Crédito Suplementar acima especificado decorrerão da utilização do excesso de arrecadação apurado segundo a fonte de recurso abaixo indicada:

1.500.7000.0000 – Recursos Ordinários	R\$	2.000,00
1.660.7000.0011 – FNAS – Programa de Fortalecimento Emerg. do Atendimento do Cadastro Único no SUAS – PROCAD-SUAS	R\$	12.404,55

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), 17 de agosto de 2023

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e Publicado na data supra

Servidor Responsável

DECRETO N 2940/2023

Publicação N° 5091311

DECRETO N° 2940/2023

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.620, de 19 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º– Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 192.344,52 (cento e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais com cinquenta e dois centavos), no orçamento do Município, distribuídos nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

05.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.002 – Gestão Descentralizada do SUAS

0008.0244.1080.2029 – Gestão Descentralizada do Bolsa Família

3.3.90.00.00.00.2.660.7000.0003 – Aplicações Diretas (261)R\$ 21.157,39

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.002 – Diretoria De Serviços Urbanos

0015.0451.1040.1015 – Obras de Pavimentação de Ruas, Acessos e Passeios

4.4.90.00.00.00.2.704.7000.0001 – Aplicações Diretas (344)R\$ 171.187,13

Art. 2º. Os recursos no valor de R\$ 192.344,52 (cento e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais com cinquenta e dois centavos), para atender o Crédito Suplementar acima especificado decorrerão da redução do superávit financeiro apurado no exercício anterior segundo a fonte de recurso abaixo indicada:

2.660.7000.0003 – FNAS – Índice de Gestão Descentralizado	R\$	21.157,39
2.704.7000.0001 – FEP – Transferências da União	R\$	171.187,13

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), 17 de agosto de 2023

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e Publicado na data supra

Servidor Responsável

DECRETO N 2941/2023

Publicação N° 5091318

DECRETO N° 2941/2023

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.620, de 19 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 3.232,48 (três mil, duzentos e trinta e dois reais com quarenta e oito centavos), no orçamento do Município, distribuídos nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.001 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

0010.0301.1071.2045 – Serviços de Atenção Básica em Saúde

3.3.90.00.00.00.1.621.7000.0004 – Aplicações Diretas (172)R\$ 3.232,48

Art. 2º – Os recursos no valor de R\$ 3.232,48 (três mil, duzentos e trinta e dois reais com quarenta e oito centavos), para atender o Crédito Suplementar acima especificado decorrerão da utilização do excesso de arrecadação apurado segundo a fonte de recurso abaixo indicada:

1.621.7000.0004 – SUS – Estado – Programa de Próteses Dentárias	R\$	3.232,48
---	-----	----------

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), 18 de agosto de 2023

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e Publicado na data supra

Servidor Responsável

DECRETO N 2942/2023

Publicação Nº 5091328

DECRETO Nº 2942/2023

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.620, de 19 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º– Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), no orçamento do Município, distribuídos nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.001 – Gabinete do Prefeito

0004.0122.1010.2002 – Manutenção Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice

3.3.90.00.00.00.1.500.7000.000 – Aplicações Diretas (007)R\$ 1.000,00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO

03.001 – Divisão de Administração e Fazenda

0004.0122.1030.2009 – Divisão de Administração e Fazenda

3.3.90.00.00.00.1.500.7000.000 – Aplicações Diretas (023)R\$ 14.000,00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.001 – Diretoria de Transportes Rodoviários e Obras de Infraestrutura

0026.0782.1120.2041 – Departamento de Serviços Viários

3.3.90.00.00.00.1.500.7000.000 – Aplicações Diretas (135)R\$ 40.000,00

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a reduzir saldos de dotações orçamentárias no orçamento vigente, para atender o Crédito Suplementar acima especificado, segundo classificações abaixo discriminadas:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.001 – Gabinete do Prefeito

0004.0122.1010.2002 – Manutenção Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.90.00.00.00.1.500.7000.000 – Aplicações Diretas (006)R\$ 1.000,00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO

03.001 – Divisão de Administração e Fazenda

0004.0122.1030.2009 – Divisão de Administração e Fazenda

3.1.90.00.00.00.1.500.7000.000 – Aplicações Diretas (020)R\$ 14.000,00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.001 – Diretoria de Transportes Rodoviários e Obras de Infraestrutura

0026.0782.1120.2041 – Departamento de Serviços Viários

3.1.90.00.00.00.1.500.7000.000 – Aplicações Diretas (134)R\$ 40.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), 18 de agosto de 2023

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e Publicado na data supra

Servidor Responsável

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA

Publicação Nº 5091421

OF. GAB/PREF/Nº 65/2023
Paraíso (SC), 24 de Agosto de 2023.
Ao Setor de Tesouraria
Município de Paraíso/SC

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Considerando o disposto do art 5 da Lei nº 8.666/93, justificamos para fins de quebra da ordem cronológica e determino que se faça o pagamento dos fornecedores abaixo elencados, aos quais referem-se à aquisição realizada para pagamento com recursos provenientes da fonte 15007000000 Recursos Livres e 150010010000000 Recursos Livres – Educação.

FORNECEDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL

FORNECEDOR	DATA LIQUIDAÇÃO	NOTA FISCAL	EMPENHO	VALOR A PAGAR EM R\$
CELESC DISTRIBUICAO S.A	15/08/2023	1535.92/07	2/2023	1.886,36
	15/08/2023	1563.46/07	3/2023	390,99
	26/07/2023	55093440/07	1/2023	312,86
	26/07/2023	55909890/07	1/2023	133,37
	26/07/2023	12261942/07	8/2023	79,28
	15/08/2023	1532.40/07	1/2023	571,60
	15/08/2023	1538.35/07	4/2023	462,81
	15/08/2023	1540.50/07	5/2023	713,27
	15/08/2023	1529.44/07	6/2023	674,37
	15/08/2023	1569+31/07	7/2023	125,74
			TOTAL	5.350,65

FORNECEDOR	DATA LIQUIDAÇÃO	NOTA FISCAL	EMPENHO	VALOR A PAGAR EM R\$
ABASTECEDORA PEPERI LTDA	11/08/2023	003.295	3140/2023	455,40
		003.284	3140/2023	1.075,56
		003.283	3140/2023	338,11
		003.289	3363/2023	177,75
		003.286	3363/2023	798,49
		003.292	3363/2023	454,38
		003.291	3363/2023	372,47
		003.285	3363/2023	977,77
		003.288	3363/2023	625,78
		003.287	3363/2023	518,24
		003.290	3363/2023	377,99
	17/08/2023	003.303	3140/2023	252,09
		003.304	3140/2023	1.095,25
		003.305	3140/2023	1.242,41
		003.298	3140/2023	862,49
		003.299	3140/2023	391,12
		003.300	3140/2023	386,30
		003.301	3140/2023	401,33
		003.306	3363/2023	592,75
		003.309	3363/2023	977,79
		003.312	3363/2023	473,29
		003.310	3363/2023	278,44
		003.311	3363/2023	355,05
		003.308	3363/2023	591,91
		003.307	3363/2023	385,91
			TOTAL	14.458,07

FORNECEDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FORNECEDOR	DATA LIQUIDAÇÃO	NOTA FISCAL	EMPENHO	VALOR A PAGAR EM R\$
CELESC DISTRIBUICAO S.A	14/08/2023	1467.51/07	1/2023	2.618,49
			TOTAL	2.618,49

MOTIVO 05 - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço

público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

JUSTIFICATIVA

A Administração Pública de Paraíso tem conhecimento da legalidade e importância da ordem cronológica nos pagamentos dos fornecedores e prestadores de serviços ao Município.

Porém, nem todos os fatos que ocorrem na dinâmica administrativa podem ser previstos, justificando, esporadicamente, atitudes que fogem à regra nos trabalhos da administração.

Assim vem justificar a necessidade de alteração da ordem cronológica de pagamentos pela continuidade e necessidade de fornecimento de energia elétrica nos prédios públicos do município de Paraíso/SC, bem como o seu atraso acarretaria em juros e multa, gerando um prejuízo imensurável a este órgão, o qual oportunizo a justificativa do pagamento da empresa de combustíveis, pois o combustível é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços, para abastecimentos das máquinas, veículos e caminhões da frota do Município de Paraíso, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento dos fornecedores supra identificados.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Atenciosamente

Marlene Furlan Giacomini

Prefeita Municipal de Paraíso/SC

Passos Maia**PREFEITURA****PORTARIA Nº 330 - ALTERA PORTARIA Nº 275 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 5091863

PORTARIA Nº 330, de 18 de agosto de 2023.**“ALTERA O ART. 1º, DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 275, DE 21 DE JUNHO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a servidora passou a desempenhar as funções de responsável pelo Bolsa Família e Coordenação de Grupo de Terceira Idade;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o art. 1º, da Portaria nº 275, de 21 de junho de 2023, passando este a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º CONCEDE gratificação de função transitória de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento base do cargo, a servidora **CAMILA TOBIAS**, para o cargo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e lotação junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme disposto no art. 35, da Lei Complementar nº 073, de 25 de outubro de 2022, a partir do dia 01 de agosto de 2023”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2023, ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 275 de 21 de junho de 2023.

Passos Maia SC, 03 de abril de 2023.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

ANA CAROLINA KUBENECK DAL BEM
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 331 - CONCEDE FÉRIAS A NILBERTO BORTOLINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5091866

PORTARIA Nº 331, de 21 de agosto de 2023.**“CONCEDE FÉRIAS A PEDIDO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia SC, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor sob protocolo nº 4708/2023 junto a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS**, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor **NILBERTO BORTOLINI**, matrícula nº 9027, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015, para serem gozadas do dia 04/09/2023 a 18/09/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia SC, em 21 de agosto de 2023.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

ANA CAROLINA KUBENECK DAL BEM
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 332 - CONCEDE FÉRIAS A ELISIANE FREITAS DENARDIN BORTOLINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5091871

PORTARIA Nº 332, de 21 de agosto de 2023.**“CONCEDE FÉRIAS A PEDIDO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia SC, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da mesma sob protocolo nº 4709/2023 junto a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS**, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, a servidora **ELISIANE DE FREITAS DENARDIN BORTOLINI**, servidora pública municipal, matrícula nº 9046, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo de 15/03/2021 a 14/03/2022, para serem gozadas do dia 04/09/2023 a 18/09/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia SC, em 21 de agosto de 2023.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

ANA CAROLINA KUBENECK DAL BEM
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 333 - EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA IONARA ALVES NUNES CORONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5091877

PORTARIA Nº 333, de 24 de agosto de 2023.**“EXONERA A PEDIDO SERVIDORA QUE ESPECIFICA, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia SC, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento entregue pela servidora junto a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, protocolo nº 4715/2023.

RESOLVE:

Art. 1º **EXONERAR** a pedido a servidora **IONARA ALVES NUNES CORONA**, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de **DIRETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, **Código DAS-20**, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, a partir do dia 21 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de agosto de 2023, ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 24 de agosto de 2023.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

ANA CAROLINA KUBENECK DAL BEM
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 334 - REDUZ CARGA HORARIA DA SERVIDORA SOLANGE APARECIDA PAVESKI SANTIN E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 5091880

PORTARIA Nº 334, de 24 de agosto de 2023.**“REDUZ A CARGA HORÁRIA A PEDIDO DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015,

Considerando a solicitação da Servidora protocolada junto a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento sob nº 4714/2023;

Considerando o disposto no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

Considerando a redução da carga horária e também a redução salarial.

RESOLVE:

Art. 1º **REDUZIR A CARGA HORÁRIA SEMANAL** da servidora **SOLANGE APARECIDA PAVESKI SANTIN**, ocupante do cargo de Atendente de Farmácia ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais a partir de 01 de setembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 24 de agosto de 2023.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

ANA CAROLINA KUBENECK DAL BEM
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 47º

Publicação Nº 5089457

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 25/08/2023 as 9:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 28/08/2023, das 13:30 às 17:00, conforme Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

47º. 5356 GEOVANA FATIMA DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino Médio completo.
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral.

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitida pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- a) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- b) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 24 de Agosto de 2023.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

Bairro: _____ Cidade de _____/SC,

telefone: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura

Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 48º

Publicação Nº 5089459

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 25/08/2023 as 9:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 28/08/2023, das 13:30 às 17:00, conforme Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

48º. 7545 TIAGO FERREIRA DA COSTA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino Médio completo.

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho

(agendado pelo setor de Recursos Humanos);

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);

k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

l) Fotocópia Título Eleitoral.

CERTIDÕES

a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitida pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

a) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

b) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 24 de Agosto de 2023.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
COR: () Branco - () Preto - () Amarelo - () Parda - () Indígena
CPF nº. _____, RG nº. _____,
Rua= _____, nº. _____,
Bairro: _____ Cidade de _____/SC,
telefone: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 49º

Publicação Nº 5089462

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 25/08/2023 as 9:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 28/08/2023, das 13:30 às 17:00, conforme Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

49º. 6198 RAFAELA ALESSANDRA PAULINA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino Médio completo.
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral.

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitida pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- a) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- b) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no

emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 24 de Agosto de 2023.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

Bairro: _____ Cidade de _____/SC,

telefone: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 50º

Publicação Nº 5089465

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 25/08/2023 às 9:00 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 28/08/2023, das 13:30 às 17:00, conforme Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

50º. 3229 JAIANE BARROS DE FREITAS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; **NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;**
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino Médio completo.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral.

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitida pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 24 de Agosto de 2023.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.



Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

Bairro: _____ Cidade de _____/SC,

telefone: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MOTORISTA DE VEÍCULOS 34º

Publicação Nº 5089099

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala 22 – (piso superior do Banco Caixa Econômica) - Centro, até o dia 28/08/2023, das 13:30 às 17:00, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MOTORISTA DE VEÍCULOS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

34º. 83021-6 JAIR MOTTA BARROS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Saber ler e escrever e Carteira Nacional de Habilitação categoria "B" com registro EAR.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente.
- Fotocópia Título de Eleitor

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.jus.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.gov.br/esocial na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos

termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 24 de Agosto de 2023.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena – () Outros

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MOTORISTA DE VEÍCULOS 35º

Publicação Nº 5089104

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala 22 – (pisos superior do Banco Caixa Econômica) - Centro, até o dia 28/08/2023, das 13:30 às 17:00, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MOTORISTA DE VEÍCULOS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

35º. 91266-2 ANA CLAUDIA WILBERT

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Saber ler e escrever e Carteira Nacional de Habilitação categoria "B" com registro EAR.
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente.
- l) Fotocópia Título de Eleitor

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.jus.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- e) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.gov.br/esocial na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 24 de Agosto de 2023.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena – () Outros

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de

assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO TESOUREIRO Nº 4

Publicação Nº 5090594

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala 22 – (piso superior do Banco Caixa Econômica) - Centro, até o dia 28/08/2023, das 13:30 às 17:00, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: TESOUREIRO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 90473-2 LUIZ ROBERTO CUNHA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Diploma de Conclusão do Ensino Médio.

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos);

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);

k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente.

l) Fotocópia Título de Eleitor

CERTIDÕES

a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.jus.br;

c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
e) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.gov.br/esocial na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 24 de Agosto de 2023.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

Bairro: _____ Cidade de _____/SC,

telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____
() Contratado (ACT) Cargo: _____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
() Efetivo em função gratificada Cargo: _____
() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:
DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

PORTARIA Nº 1622/2023

Publicação Nº 5089832

PORTARIA N.º 1.622/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. ANA MARIA DA SILVA, para exercer a função de Estagiária, no período de 28/08/2023 a 27/08/2024, de acordo com o Termo de Compromisso de Estágio nº 29/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 24 de Agosto de 2023.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 1623/2023

Publicação Nº 5089833

PORTARIA N.º 1.623/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. BARBARA LUIZA DOS ANJOS NENEVE, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 02/2022, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE INGLÊS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 28/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 24 de Agosto de 2023.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 1624/2023

Publicação Nº 5089836

PORTARIA N.º 1.624/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. VALDETE AMORIM, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 02/2022, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE INGLÊS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 28/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 24 de Agosto de 2023.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 1625/2023

Publicação Nº 5089838

PORTARIA N.º 1.625/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. CRISTINA BURATTO GROSS, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 02/2022, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE GEOGRAFIA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 28/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 24 de Agosto de 2023.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 1626/2023

Publicação Nº 5089841

PORTARIA N.º 1.626/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. ELAINE WILBERT, aprovada em Concurso Público de Emprego Público - ESF, Edital Nº 01/2022, para ocupar o cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 31/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 24 de Agosto de 2023.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 1627/2023

Publicação Nº 5089842

PORTARIA N.º 1.627/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. JÉSSICA LOPES SANTA ANNA NUNES, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 02/2022, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 28/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 24 de Agosto de 2023.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 1628/2023

Publicação Nº 5091956

PORTARIA N.º 1.628/2023

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PASSAR A DISPOSIÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, a funcionária efetiva, Sra. JENNIFER DOS SANTOS MEIRELES, Matrícula nº 9384-2, Servente/Merendeira, com carga horária de 40 horas semanais, para desempenhar suas funções, conforme memorando 1doc nº 11485/2023, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1587/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 24 de Agosto de 2023.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 20/2023 - CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 01/2023 - FMS

Publicação Nº 5090683

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que está efetuando Credenciamento para contratação de serviços conforme especificado abaixo, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Processo de Licitação nº 20/2023 Credenciamento nº 01/2023 – FMS.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o credenciamento de empresa especializada para realização de exames laboratoriais especificados na tabela SUS, para atendimento à população do Município de Peritiba conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 11 de setembro de 2023, com data prevista para encerramento em 31 de dezembro de 2023.

Edital na íntegra está disponível no site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 24 de agosto de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

DECRETO 209/2023

Publicação Nº 5090119

DECRETO N.º 209/2023

NOMEIA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DE AMOSTRAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009.

Considerando o Processo Licitatório nº 115/2023, Pregão Eletrônico nº PE 30/2023, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de materiais esportivos, instrumentos musicais, utensílios de cozinha e itens diversos destinados a atender as demandas das diversas secretarias, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados para acompanhar os trabalhos de análise de amostras referentes ao Processo Licitatório acima citado, constituída pelos seguintes:

ANGELA LUCIA SIMON

LUIS ENRIQUE FINGER

PAULA ROBERTA GERHARDT DEITOS

Parágrafo Único: Os membros da equipe em conjunto ou individualmente terão poderes para aprovar ou rejeitar os produtos amostrados conforme critérios usuais de mercado e conhecimento do uso destes produtos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 21 de agosto de 2023

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em., 21/agosto/2023.

IVETE FRANCISCA FINGER

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 210/2023

Publicação Nº 5090121

DECRETO N.º 210/2023
PRORROGA NOMEAÇÃO EM CARATER TEMPORARIO DE CRISTIANE ERNZEN

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009, e, na forma do Capítulo II, Seção III, Inciso II, art. 14, da Lei n.º 1223 de 02 de dezembro de 1999 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Considerando: a comunicação interna nº 115/2023 emitida pelo Secretário de Saúde e Bem Estar Social.

DECRETA:

Art. 1.º Fica prorrogado o Decreto nº 189/2022 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Edital de Processo Seletivo 05/2021 de 26 de setembro de 2021 e homologado em 15 de outubro de 2021, CRISTIANE ERNZEN, matrícula nº 1248, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, 40(quarenta) horas semanais, atuante Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, até 04 de setembro de 2024.

Art. 2.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3.º Nos termos do art. 29 da Lei Orgânica do Município, o servidor contribuirá para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social).

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 22 de agosto de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em 22/agosto/2023

IVETE FRANCISCA FINGER

Secretaria de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO 16/2023 - FMS

Publicação Nº 5090886

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo de Licitação nº 05/2022 Credenciamento Universal nº 02/2022 e Processo Licitatório nº 09/2022, Inexigibilidade de licitação nº 04/2022 do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba – FMS.

Objeto: O objeto do presente contrato é prorrogar por mais 12 (Doze) meses, de 27/08/2023 até 26/08/2024, o prazo de vigência do contrato original nº 18/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais especificados na tabela SUS, e outros exames, para atendimento à população do Município de Peritiba conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2023 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2022

Contratada: LABORATÓRIO PERITIBA LTDA ME

CNPJ: 20.009.472/0001-12

Valor para Fins Contábeis: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

Data de Vigência: 27/08/2023 até 26/08/2024.

Município de Peritiba – SC., 23 de agosto de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 564/2023

Publicação Nº 5090056

PORTARIA Nº 564/2023
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a servidora CLAUDIA SCHNEIDER, ocupante das funções do cargo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "A", 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA MATERNIDADE, contando do dia 22 de agosto de 2023 a 17 de fevereiro de 2024, conforme atestado em anexo, em conformidade com (Seção III – DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, Capítulo IV – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA), Art. 28, Parágrafo 2.º, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009).

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 22 de agosto de 2023.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 22/agosto/2023	
--	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 565/2023

Publicação N° 5090057

PORTARIA N° 565/2023
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Estagiário MATHEUS GABRIEL MORAIS, Afastamento Para Tratamento de Saúde no dia 21 de agosto de 2023, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 22 de agosto de 2023.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 22/agosto/2023	
--	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

Pescaria Brava

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 020/FC- DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089303

PORTARIA nº. 020/FC- 21 de agosto de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal do termo de colaboração Nº 01/2022 PMPB, cujo objeto é CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES QUE, PARTICULARMENTE NESTE TERMO, VEM A SER O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM IDADE ESCOLAR, OU MESMO A ADULTOS DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, QUE NÃO PUDEREM SE BENEFICIAR DA INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR OU QUE SE APRESENTEM EM CONDIÇÕES QUE GEREM DESVANTAGENS PESSOAIS RESULTANTES DE DEFICIÊNCIAS OU DE INCAPACIDADES, a Servidora Raquel Fernandes Costa da Silva, matrícula: 308.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;

IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;

VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designada como Gestora do Contrato a Secretária de Educação e Transportes, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidária na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;

IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 21 de agosto de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 021/FC- DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089311

PORTARIA nº. 021/FC- 21 de agosto de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal do termo de colaboração Nº 02/2022 PMPB, cujo objeto é a parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPIVARI DE BAIXO-SC, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco,

mediante a execução de atividades que, particularmente neste Termo, vem a ser o atendimento educacional especializado a crianças e adolescentes em idade escolar, ou mesmo a adultos do Município de Pescaria Brava, com deficiência intelectual, que não puderem se beneficiar da inclusão no ensino regular ou que se apresentem em condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, tal como se especifica no Plano de Trabalho anexo a este Termo, a Servidora Raquel Fernandes Costa da Silva, matrícula: 308.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

- I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;
- III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;
- IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);
- VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;
- VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;
- VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;
- IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;
- X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;
- XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designada como Gestora do Contrato a Secretária de Educação e Transportes, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidária na fiscalização do contrato no que se refere a:

- I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;
- II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;
- III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;
- IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 21 de agosto de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 022/FC- DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089327

PORTARIA nº. 022/FC- 21 de agosto de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal do contrato de inexigibilidade Nº 01/2022 PMPB, Processo licitatório Nº 25/2022 PMPB, cujo objeto aquisição de passes escolares para transporte dos alunos regularmente matriculados na rede municipal e estadual de ensino de Pescaria Brava/SC, no deslocamento das suas residências para a escola e vice versa, em atendimento às necessidades da secretaria municipal de educação, durante o exercício do ano de 2022, a Servidora Renata S. Germano, matrícula: 324.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;

IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;

VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designada como Gestora do Contrato a Secretária de Educação e Transportes, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidária na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;

IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 21 de agosto de 2023.
LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 023/FC- DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089352

PORTARIA nº. 023/FC- 21 de agosto de 2023.
DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal da ata de registro de preços Nº 36/2022 PMPB oriunda do Processo de Licitação nº 58/2022 PMPB- PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e estética de mecânica, elétrica, eletrônica, capotaria, vidraçaria, lanternagem, pintura, funilaria, troca de óleo e lubrificantes, limpeza, higienização, equipamentos auxiliares e demais serviços que se fizerem necessários ao bom funcionamento dos veículos quando necessário, como também fornecimento de peças em geral, a Servidora Renata S. Germano, matrícula: 324.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

- I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;
- III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;
- IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);
- VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;
- VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;
- VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;
- IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;
- X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;
- XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria,

cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designada como Gestora do Contrato a Secretária de Educação e Transportes, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidária na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;

IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 21 de agosto de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 024/FC- DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089366

PORTARIA nº. 024/FC- 21 de agosto de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal do contrato Nº 05/2019 PMPB oriunda do Processo de Licitação nº 13/2019 PMPB-DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica por dispensa de licitação para locação de imóvel localizado no bairro de Santiago para funcionamento do conselho tutelar do município de pescaria brava, a Servidora Renata S. Germano, matrícula: 324.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

- I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;
- III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;
- IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);
- VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;
- VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;
- VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;
- IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;
- X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;
- XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designada como Gestora do Contrato a Secretária de Educação e Transportes, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidária na fiscalização do contrato no que se refere a:

- I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;
- II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;
- III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;
- IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 21 de agosto de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 025/FC- DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089369

PORTARIA nº. 025/FC- 21 de agosto de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal do contrato Nº 05/2021 PMPB oriunda do Processo de Licitação nº 11/2021 PMPB-DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de gestão escolar e social em nuvem, incluindo: ferramentas e módulos, inclui ainda serviços de migração de dados, implantação, parametrização e configurações, treinamento

de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem da solução em data center(nuvem) e todas as demais condições constantes nos termos de referência, a Servidora Renata S. Germano, matrícula: 324.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;

IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;

VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designada como Gestora do Contrato a Secretária de Educação e Transportes, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidária na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;

IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 21 de agosto de 2023.
LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 026/FC- DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089370

PORTARIA nº. 026/FC- 21 de agosto de 2023.
DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal do contrato Nº 25/2021 PMPB oriunda do Processo de Licitação nº 46/2021 PMPB-PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de vigilância eletrônica com monitoramento a distância de alarme e circuito fechado de tv, para as unidades de saúde gerenciadas pelo fundo municipal de saúde e para as unidades escolares gerenciadas pela secretaria municipal de educação, ambas do município de pescaria brava, o Servidor Deivid Monteiro Torquato, matrícula: 1873.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

- I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;
- III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;
- IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);
- VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;
- VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;
- VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;
- IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;
- X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designada como Gestora do Contrato a Secretária de Educação e Transportes, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidária na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;

IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 21 de agosto de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 027/FC- DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089374

PORTARIA nº. 027/FC- 21 de agosto de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal do contrato Nº 06/2022 PMPB oriunda do Processo de Licitação nº 04/2022 PMPB-PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2022, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços terceirizados de Agentes de Serviços Gerais (Limpeza e Serviços Gerais), para a Secretaria de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, o Servidor Deivid Monteiro Torquato, matrícula: 1873.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;

IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;

VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designada como Gestora do Contrato a Secretária de Educação e Transportes, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidária na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;

IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 21 de agosto de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 028/FC- DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089376

PORTARIA nº. 028/FC- 21 de agosto de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal da ata de registro de preços Nº 86/2022 PMPB oriunda do Processo de Licitação nº 72/2022 PMPB- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2022, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º 6 de 08/05/2020, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE objetivando a oferta da Alimentação Escolar no âmbito das unidades escolares pertencentes a Rede Municipal de Ensino de Pescaria Brava, a Servidora Ana Paula Ferreira Gomes, matrícula: 2647.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

- I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;
- III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;
- IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);
- VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;
- VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;
- VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;
- IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;
- X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;
- XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.
- Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
- Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.
- Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.
- Art. 5º Fica designada como Gestora do Contrato a Secretária de Educação e Transportes, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidária na fiscalização do contrato no que se refere a:
- I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;
- II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;
- III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;
- IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;
- VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;
- VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;
- VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 21 de agosto de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 029/FC- DE 21 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089380

PORTARIA nº. 029/FC- 21 de agosto de 2023.

DESIGNA FISCAL E ATRIBUI RESPONSABILIDADE AO GESTOR DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal de regulamentação do manual de gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, Lei de Licitação e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado por esta Portaria como Fiscal da ata de registro de preços Nº 56/2022 PMPB oriunda do Processo de Licitação nº 58/2022 PMPB- PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e estética de mecânica, elétrica, eletrônica, capotaria, vidraçaria, lanternagem, pintura, funilaria, troca de óleo e lubrificantes, limpeza, higienização, equipamentos auxiliares e demais serviços que se fizerem necessários ao bom funcionamento dos veículos quando necessário, como também fornecimento de peças em geral, a Servidora Renata S. Germano, matrícula: 324.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato designado no artigo anterior, será garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 8.666/93 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Geral do Município;

IV - comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

V - antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), devendo solicitar a juntada no respectivo processo licitatório;

VII - exigir do contratado sempre que necessário a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas à unidade de compras da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º A Unidade Administrativa de Contratos e Convênios (ou equivalente) disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º Fica designada como Gestora do Contrato a Secretária de Educação e Transportes, Sra. Talita Santos Cornélio, autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidária na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - atestar e solicitar o pagamento de faturas/notas fiscais;

IV - fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

V - comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

VI - cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VII - elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VIII - alimentar os banco de dados do Governo, os sistemas informatizados do Tribunal de Contas, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas ou solicitadas;

IX - negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

X - procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

XI - formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

XII - solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XIII - deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º Nenhum pagamento de valores ou parcelas decorrentes do contrato mencionado no caput do art. 1º desta Portaria poderá ocorrer sem o devido ateste do Fiscal do Contrato, sob pena de responsabilidade de quem der causa ao ato.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, 21 de agosto de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06 2023 - FMAS - LAISI BENNERT LONGEN

Publicação Nº 5089546

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 14/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de registro de preços REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Empresa LAISI BENNERT LONGEN 07099898906, inscrita no CNPJ: 39.576.618/0001-30, valor R\$ 17.040,00. Data: 24/08/2023. Vigência: 12 meses. Petrolândia, 25 de agosto de 2023. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 07 2023 - FMAS

Publicação Nº 5089534

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 62111DC65AC59E9990D341654177CD964E90C51A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia torna público que nesta data homologa e adjudica o Edital de Licitação nº 14/2023, Pregão Presencial nº 07/2023 do Fundo Municipal de Assistência Social, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Valor total: R\$ 17.040,00. Data: 24/08/2023. Vigência: 12 meses. Petrolândia, 25 de agosto de 2023. Irone Duarte – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO - LICITAÇÃO DESERTA E REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 007/2023 - FMEC

Publicação Nº 5090183

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PINHALZINHO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2023 – FMEC

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A MODALIDADE DE PARADESPORTO, MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO "A" DESTE EDITAL.

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor Preço por Item
Recebimento das propostas: até as 13:30h do dia 12/09/2023.
Abertura: dia 12/09/2023, às 14:00h
A sessão pública será realizada no site www.bll.org.br.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: licitacao@pinhalzinho.sc.gov.br ou licitacao01@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 24 de agosto de 2023.
Flavio Both
Diretor de Esporte e Cultura

AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO 061/2023 - PMP

Publicação Nº 5090123

MUNICIPIO DE PINHALZINHO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 061/2023 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A MÁQUINA DE CAFÉ PHEDRA SAECO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO "A" DESTE EDITAL.

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor Preço por Item
Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 12/09/2023.
Abertura: dia 12/09/2023, às 09:00h
A sessão pública será realizada no site www.bll.org.br.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: licitacao@pinhalzinho.sc.gov.br ou licitacao01@pinhalzinho.sc.gov.br

Pinhalzinho, SC, 24 de agosto de 2023.
Neuro Francisco Ozelame
Secretário de Administração e Planejamento

AVISO DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 015/2023 - PMP

Publicação Nº 5091304

MUNICÍPIO DE PINHALZINHO - SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - Nº 015/2023 – PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REVESTIMENTO DE VEÍCULOS, PARA O FURGÃO PEUGEOT BOXER BUSINESS L3H2, A SER UTILIZADO NA ENTREGA DE MATERIAIS E MERCADORIAS DESTINADAS ÀS ESCOLAS E CEIMÓIS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC. DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "A" DESTE EDITAL.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 13/09/2023

Sessão Pública: às 09:00h do dia 13/09/2023

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhaltinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: licitacao01@pinhaltinho.sc.gov.br ou licitacao@pinhaltinho.sc.gov.br

Pinhalzinho, SC, 24 de agosto de 2023.

Karen Cristina Bitarello Ecco

Secretária de Educação

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023 - PMP

Publicação Nº 5090011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 058/2023 – PMP

Fica REVOGADO, a pedido da Secretaria solicitante, o Pregão Eletrônico nº 058/2023 para inclusão de novo item e adequações na descrição dos itens, que iria ocorrer em 28 de agosto de 2023, onde teve por objeto "REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HERBICIDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO "A" DESTE EDITAL".

Pinhalzinho, SC, 24 de agosto de 2023

Josimara Fusqueira Antunes

Pregoeira

PL 155 - PE 60 - PMP

Publicação Nº 5089792



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2023 - PMP
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023 – PMP

1 - PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE PINHALZINHO** pessoa jurídica de direito público interno, situada Av. São Paulo, nº 1615, Centro, nesta Cidade, por meio do Responsável pela Secretaria de Desenvolvimento e Mobilidade Urbana, **Sr. Roberto Reolon**, realizará licitação na **MODALIDADE PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1.2 - LOCAL, DATA E HORA

1.2.1 - A sessão pública será realizada no site www.bl.org.br no dia **11 de setembro de 2023**, com início às **09:00h**, horário de Brasília - DF.

1.2.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.2.1, até as **08:30h** do dia **11 de setembro de 2023**.

1.2.3 - Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

Documentos do processo disponível em:

<https://pinhalzinho.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>
<https://pinhalzinho.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA URBANA EM VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO – SANTA CATARINA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO “A” DESTE EDITAL.**

2.2 - A licitação será por menor preço mensal, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2.3 - O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR MENSAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4 - São partes integrantes deste Edital:

- ⇒ Termo de Referência (**Anexo A**);
- ⇒ Declaração Inexistência Trabalho do Menor (**Anexo B**);
- ⇒ Modelo Declaração de Informações Complementares (**Anexo C**);
- ⇒ Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos (**Anexo D**);
- ⇒ Minuta do contrato (**Anexo E**);

2.5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.5.1 - As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação: 270/2023 – subelemento 34.01.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

2.6 - DOS PREÇOS DO REAJUSTAMENTO E DA PRORROGAÇÃO

2.6.1 - Os preços, durante a vigência do contrato, serão fixos e irrevogáveis, **exceto** nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de **situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93** ou de redução dos preços praticados no mercado.

a) Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

2.6.2 - Somente serão concedidos reajustamento dos valores decorridos 12 meses da assinatura do contrato, com base no **Índice oficial do município**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

2.6.3 - O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

2.7 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.7.1 - A Administração efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao(s) licitante(s) vencedor(es) **no prazo de até 30 (trinta) dias** mediante apresentação das notas fiscais. As notas serão devidamente atestadas pelas fiscais de contrato e deverão ser encaminhadas com o relatório dos dias e horários em que os serviços foram executados, e os funcionários remanejados;

2.7.2 - No corpo da Nota fiscal deverá constar:

Processo Licitatório nº **155/2023** / Pregão Eletrônico **060/2023 – PMP**

2.7.3 – A nota deve ser enviada juntamente com os seguintes documentos:

1. Retenção de INSS, ISS e IRRF, conforme legislações;
2. Relatório dos profissionais que prestaram os serviços no período informado na nota fiscal;
3. Cadastro do funcionário/prestador que consta no relatório acima, no E-Social;
4. Comprovante do pagamento, via depósito bancário ou holerites/rescisões/recibos assinados pelos funcionários/profissionais relacionados no relatório acima;
5. GFIP Completa, com relação de empregados/prestadores, ou declaração que a substitua quanto a comprovação da relação de funcionários/prestadores para fins de recolhimento do FGTS e INSS, juntamente do protocolo de transmissão;
6. Declaração Completa da DCTFWeb, juntamente com o protocolo de transmissão; - Guia de recolhimento do FGTS;
7. DARF de recolhimento do INSS;
8. Certidão Negativa de Débitos Federal, Certidão Negativa de Débitos Estadual, Certidão Negativa de Débitos Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Regularidade do FGTS

2.7.4 – O pagamento da nota fiscal ficará condicionado a apresentação dos documentos comprobatórios de vínculo de emprego, bem como, as respectivas retenções relativas a débitos pertinentes a Seguridade Social e Trabalhistas.

2.7.4 - Ficará a cargo da contratante a retenção do Imposto de Renda incidente sobre o fornecimento de bens, prestação de serviço ou obras que advirem deste processo, sendo assim, a retenção respeitará o disposto no Decreto Municipal nº 158/2023, e o procedimento aplicável ao Imposto de Renda Retido na Fonte da IN RFB nº 1.234/2012.

- a) A alíquota aplicável observará o Anexo I – Tabela de Retenção da IN 1.234/2012 e suas alterações, ou outra norma que venha a substituí-la;
- b) Não ocorrerá a retenção do imposto federal caso a contratada seja optante do Simples Nacional, ou instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532 de 1997, ou, ainda, instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, em relação às suas receitas próprias;

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no www.bll.org.br, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

3.2 - Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar através do site www.bll.org.br. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível obtidos através do site www.bll.org.br.

3.3 - O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones **41 - 3097 - 4601** ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

3.4 - As pessoas jurídicas ou empresários individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no www.bll.org.br.

3.5 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.6 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Pinhalzinho a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.8 - Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

3.9 - nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambos os licitantes representados.

4 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.1.1 - os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.3 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2 - NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.2.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.2.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 - Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 - Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio; A experiência prática demonstra que as licitações que permitem participação de consórcios são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Logo, este não é o caso desta licitação o que consignou se a vedação acima."

4.2.7 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 - Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3 - Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

- 4.3.1.** - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.3.1.1.** - Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.3.1.2.** - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.3.2.** - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.3.3.** - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.3.4.** - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.3.5.** - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.6.** - Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.3.7.** - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.8.** - Que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.4.** - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico através do site www.bll.org.br, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2** - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3** - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de possíveis sanções penais cabíveis.
- 5.4** - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5** - **Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**
- 5.6** - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7** - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.8** - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.
- 5.9** - O proponente deverá comunicar imediatamente a **BLL** (Órgão provedor do sistema) qualquer



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.10 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.11 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - A proposta de preços escrita deverá ser apresentada preferencialmente em papel datilografado ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado e, apresentada em uma via contendo identificação, endereço, telefone, fax e e-mail. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.1.1 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.1.2 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado.

a) a identificação do item ofertado, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital, informando as características e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas;

b) o preço unitário e preço total deverão ser cotados em Reais (R\$), com no máximo 02 (duas) casas após a vírgula, e neles estarem incluídas todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes, encargos sociais, remuneração e outros pertinentes ao objeto licitado;

c) o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão.

6.3 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

6.4 - Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros pertinentes ao serviço, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s).

6.5 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por **SOBREPREGO** na execução do contrato.

6.7 - Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

6.8 - O valor total orçado pela Administração para o objeto a ser contratado, **é de R\$ 829.791,36 (oitocentos e vinte e nove mil, setecentos e noventa e um reais com trinta e seis centavos).**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo site, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2.1 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.2.2 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.2.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

7.2.4 - Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lance.

7.2.4.1 - Os lances enviados em desacordo serão descartados automaticamente pelo sistema. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.2.4.2 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

7.2.4.3 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.2.4.4 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.2.4.5 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.2.4.6 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.2.4.7 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.2.4.8 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.2.4.9 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.2.4.10 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.2.4.11 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.2.4.12 - O Critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR MENSAL, conforme definido neste Edital e seus anexos.**

7.2.4.13 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.2.4.14 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO**

Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

7.2.4.15 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.2.4.16 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.2.4.17 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.2.4.18 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.4.19 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.2.4.20 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.2.4.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- a) no país;
- b) por empresas brasileiras;
- c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.2.4.22 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteadada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.2.4.23 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.2.4.24 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.2.4.25 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.2.4.26 - Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

7.2.4.27 - Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.2.4.28 - Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.2.4.29 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteadada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.2.4.30 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.2.4.31 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.2.4.32 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 - O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.6.2 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

8.7 - Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

8.7.1 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes. (Quando for o caso)

8.8 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

FI 8/34



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO**

Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

8.10 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>);

9.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.2 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.3 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.4 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.6 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.6.1 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.7 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas [*mínimo de duas horas*], sob pena de inabilitação nos e-mails licitacao01@pinhalzinho.sc.gov.br , licitacao@pinhalzinho.sc.gov.br

9.8 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.9 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

9.10 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11 - Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.12 - DOCUMENTAÇÃO para HABILITAÇÃO:

- a) **Ato constitutivo**, Estatuto ou Contrato Social e **última alteração**, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores (**Cópia Autenticada**);
- b) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União (de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014);
- c) **Certidão Negativa** (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Estaduais**;
- d) **Certidão Negativa** (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Municipais**, relativa ao Município da sede do licitante;
- e) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- f) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT** (perante a Justiça do Trabalho, www.tst.jus.br);
- g) **Declaração expressa** do responsável pela firma, de **inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação**, de acordo com o **Anexo "D"** deste Edital;
- h) **Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor (Art 7º, inciso XXXIII, CF) (Anexo "B")**.
- i) **Declaração de informações complementares (Anexo "C")**;
- j) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo Distribuidor da sede Licitante, com data de emissão de até 60 (sessenta) dias antes da sessão;
- k) **Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, com êxito, serviços compatíveis com o objeto desta licitação;
- l) **Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado total da contratação**.
- m) **Balanco patrimonial**, acompanhado de notas explicativas e demonstrações contábeis do último exercício social (2022), na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (conforme IN02/2010 da SLTI):

$$\text{Índice de Liquidez Geral (ILG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (ILC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

FI 10/34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{Grau de Endividamento (GE)} = \frac{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo total}}$$

Serão julgadas inabilitadas as licitantes que apresentarem resultado igual ou menor que 1,00 (um) exceto no Grau de Endividamento que deverá ser menor ou igual a 1,00:

9.13 - Os documentos solicitados, referentes Habilitação e Qualificação Técnica deverão obedecer à ordem descrita no Edital.

9.13.1. - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

9.13.2 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **item 1.2.1** deste Edital.

9.13.3. - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em **documento extraído diretamente da Internet**, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

9.13.4. - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

a - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

c - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.13.5 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no **item 9.12**, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

9.13.6. - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 9.12**, mesmo que os documentos **relativos à regularidade fiscal**, apresentem alguma restrição.

9.13.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** (Art. 43, §1º, LC 147/2014), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

a - A não regularização da documentação, no prazo previsto no **Item 9.13.7**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.14 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.14.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

9.14.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

a) **Certidão Simplificada** emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de **30 (trinta) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b) **Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006**, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.14.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação referente a regularidade fiscal do **item 9.12**, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

9.14.4 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.14.5 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (DUAS) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.2 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.3 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.4 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.5 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11 - DOS RECURSOS

11.1 - declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 1 hora, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

- 11.3** - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
11.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública poderá ser reaberta:

- 12.1** - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
12.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
12.3 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
12.3.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
12.3.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no site da BLL, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1** - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
13.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 - DO TERMO DE CONTRATO - MINUTA CONTRATUAL ANEXO "E"

- 14.1.** - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato. Conforme minuta contratual anexo "E"
14.2 - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Contrato*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
14.2.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
14.2.2 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
14.3 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
14.3.1 - Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
14.3.2 - A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
14.4 - A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
14.5 - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
14.6 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
14.7 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15 - DAS PENALIDADES

15.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la.

15.1.1 - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando o item do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

15.2 - A penalidade de multa, prevista no **item 15.1** deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, garantida a prévia defesa aos licitantes e/ou adjudicatários.

15.3 - A Administração Municipal de Pinhalzinho poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

15.4 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.4.1. - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não assinar o contrato, quando cabível;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não mantiver a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo;

16 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

16.2 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

16.3 - Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

16.4 - Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine o contrato ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

17 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

17.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao01@pinhalzinho.sc.gov.br, licitacao@pinhalzinho.sc.gov.br

17.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

17.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

17.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

17.6 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

17.7 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.8 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.9 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

18.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.11 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico licitacao01@pinhalzinho.sc.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço licitacao@pinhalzinho.sc.gov.br nos dias úteis, no horários de expediente, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Pinhalzinho, SC, 22 de agosto de 2023.

Roberto Reolon
Secretario de Desenvolvimento e Mobilidade Urbana

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

FI 15/34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023 - PMP**ANEXO "A"****TERMO DE REFERÊNCIA****1 - OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA URBANA EM VIAS E ESPÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO – SANTA CATARINA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO "A" DESTE EDITAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	<p>SERVIÇOS GERAIS: O objeto licitado, compreende os serviços de:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Varrição manual de vias e logradouros públicos;2) Roçada mecanizada nos espaços públicos;3) Pinturas de meio fios;4) Serviços de jardinagem e capina manual;5) Podas de pequeno e médio porte;6) Dentre outros que forem necessários. <p>A empresa vencedora, deverá fornecer no MÍNIMO 10 (Dez) funcionários. Estando eles disponíveis de segunda-feira a sexta, em horário comercial (07h30-11h30, 13h30-17h30).</p> <p>Na ausência de um trabalhador por motivos de saúde, ou alguma outra adversidade a fornecedora deverá alocar outro funcionário para substituição. A fornecedora além dos funcionários, deverá fornecer o material necessário para o serviço.</p>	Serviço mensal	12	R\$ 69.149,28	R\$ 829.791,36
Total				R\$ 829.791,36	

1.1 – ESPECIFICAÇÕES GERAIS SOBRE OS SERVIÇOS:**Serviços compreendidos:**

- 1) Varrição manual de vias e logradouros públicos;
- 2) Roçada mecanizada nos espaços públicos;
- 3) Pinturas de meio fios;
- 4) Serviços de jardinagem e capina manual;
- 5) Podas de pequeno e médio porte;
- 6) Dentre outros que forem necessários.

A empresa vencedora, deverá fornecer no MÍNIMO 10 (Dez) funcionários. Estando eles disponíveis de segunda-feira a sexta, em horário comercial (07h30-11h30, 13h30-17h30). Na ausência de um trabalhador por motivos de saúde, ou alguma outra adversidade a fornecedora

FI 16/34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

deverá alocar outro funcionário para substituição.

Obs: Caso a administração pública queira, poderá propor de mudar os dias de trabalho em situações específicas, exemplo: Os funcionários folgaram segunda-feira para trabalhar no sábado. Mediante acordo voluntário de ambas as partes (Contratante e contratada).

A fornecedora além dos funcionários, deverá fornecer o material necessário para o serviço, sendo no mínimo:

1.2 – EQUIPAMENTOS E CAMINHÃO EM QUANTIDADE MÍNIMA

Soprador de folhas e gramas = 2
Roçadeira tipo costal = 5
Motosserras = 1
Cortador de grama = 1
Motopoda = 1
Veículo para transporte = 1
Caminhão Basculante toco = 1

As ferramentas e materiais de EPI'S também são de responsabilidade da empresa.

1.3 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) Os serviços a serem executados são de varrição manual, roçada, raspagem e capina de vias públicas centrais e Praças;
- b) Remoção de resíduos sólidos dos passeios, sarjetas e pistas de tráfego de veículos dos logradouros públicos. São compreendidos como resíduos sólidos o lixo de qualquer natureza, embalagens, teco de cigarro, papéis, dejetos humanos ou de animais mortos de pequeno porte, folha e galhos de árvores, areia, terra e barro.
- c) Esvaziamento e reposição dos sacos plásticos das lixeiras/papeleiras;
- d) Retirada de lixo de cestos coletores públicos e das aberturas para captação de águas pluviais;
- e) Raspagem: Remoção manual de terra, areia, barro e pedras nas vias públicas, que se depositam após as chuvas ou enxurradas;
- f) Capina: Remoção de vegetação rasteira e gramíneas com suas raízes junto ao meio fio de ruas e avenidas pavimentadas, na pista de trânsito de veículos, ao redor de árvores, postes, canteiros e tampas de caixas pluviais localizadas em passeio públicos;
- g) Roçada: Aparo de vegetação rasteira, com utilização de roçadeiras mecânicas portáteis, em canteiros centrais de avenidas, canteiros dos passeios públicos, rotulas, taludes, junto ao meio-fio, nos interstícios da pavimentação, passeios públicos não pavimentados, e outras áreas verdes contínuas às vias públicas.
- h) Os locais a serem roçados devem ser previamente inspecionados, de forma a retirar pedras ou os detritos que possam ser arremessados pelas roçadeiras contra pessoas ou bens materiais;
- i) Os resíduos resultantes da varrição e de limpeza de cestos coletores públicos (lixeiras), deverão ser acondicionados de forma a não prejudicar o tráfego de veículos e o trânsito de pedestres. Embalados em sacos plásticos resistentes separadamente e encaminhado ao destino final;
- j) Na execução dos serviços, o sistema de varrição deverá ser estruturado de forma eficiente, levando-se em conta, além da quantidade de varredores, a qualidade do serviço e a sua avaliação por parte da Contratante;
- k) Os serviços de Varrição Manual, Roçada, Raspagem e Capina de Vias Públicas Centrais deverão ser diários, passando por todo o perímetro estipulado.
- l) Os serviços de Varrição Manual, Roçada, Raspagem e Capina de Vias Públicas na Praça Central deverão ser diários, de segunda a sexta.
- m) Os serviços prestados nas Praças Públicas deverão ser executados mensalmente.
- n) Os profissionais deverão executar os serviços com carga horária de 40 horas semanais.

FI 17/34



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO**

Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

- o) Serviços de jardinagem será executado em áreas externas de prédios públicos, Praças, Centro Administrativo, rótulas e canteiros centrais. Será utilizado a roçada mecanizada em áreas determinadas pela Administração Pública.
- p) Corte de grama com recolhimento e destinação adequada dos resíduos;
- q) Remoção e Eliminação de plantas daninhas dos gramados;
- r) Nivelamento de gramados;
- s) Limpeza de vegetação perene;
- t) Realização de plantios e replantios de forrações perenes e arbustivas;
- u) Realização de plantios e replantios de flores sazonais em rótulas, flor da "época"; (As mudas serão disponibilizadas pelo município);
- v) Execução de remanejo de vegetais;
- w) Irrigação dos canteiros, conforme necessidade;
- x) Podas em vegetação arbustiva conforme a orientação técnica de profissional especializado;
- y) Limpeza das vegetações dos vasos e floreiras;
- z) Auxílio na implantação de novos jardins;
- aa) Acompanhamento técnico periódico;
- bb) Adubação (mineral e orgânica);
- cc) Afofamento do solo nos vasos e jardineiras;
- dd) Análise química do solo;
- ee) Aplicação de produtos químicos, com a devida proteção ambiental de funcionários e pessoas;
- ff) Condução de trepadeira;
- gg) Controle fitossanitário: programação e execução permanente de prevenção, combate e/ou controle de pragas e doenças específicas a cada espécie vegetal;
- hh) Coroamento em plantas ou colocação de cobertura morta;
- ii) Correção do solo: quantificar carências e excessos que o solo apresente por meio da acidez do solo e deficiências de macro e micronutrientes para aplicação adequada e a racionalização dos insumos agrícolas;
- jj) Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;
- kk) Cortes de cercas vivas;
- ll) Desinçamento dos gramados e canteiros;
- mm) Manejo e controle das plantas invasoras;
- nn) Irrigação com água de reuso;
- oo) Limpeza e reposição de folhagens e flores, com colocação de terra e adubo nos vasos e floreiras;
- pp) Limpeza geral: limpeza de toda a área, com varredura e retirada de folhas, flores e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e qualquer outro tipo de detrito;
- qq) Pequenos acertos de terreno para desvio de águas pluviais, utilizando métodos para conservação do solo;
- rr) Rastelagem e remoção dos restos vegetais, resultantes do corte;
- ss) Reformulação de canteiro de flores e folhagens;
- tt) Reposição de terra nos canteiros, vasos e jardineiras;
- uu) Reposição ou troca de pedrisco;
- vv) Roçada;
- ww) Transplante de folhagens e flores existentes e Tratamento das plantas nos vasos internos (poda de limpeza, afofamento do solo, adubação e aplicação de óleo mineral).
- xx) E ainda a fazer a varrição e recolhimento de lixo nas áreas indicadas.
- yy) Pintura dos meio fios
- zz) Poda de pequeno e grande porte

OBS: A coleta dos resíduos da varrição será feita pelos caminhões da empresa contratada, devendo a empresa contratada dispor os resíduos em embalagens apropriadas e separadamente para destinação final;

1.4 - DO SALÁRIO BASE

FI 18/34



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO**

Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

1.2.1 - Para formulação da proposta de preço e posterior contratação dos funcionários, a contratada deverá utilizar como salário base, o estabelecido pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação – SEAC/SC 2023. Deverá a contratada seguir a tabela em sua integralidade.

1.2.2 - Deverão ser pagos os salários estipulados na Convenção Coletiva do Trabalho.

1.2.3 - Considerar para fins de proposta de preço todos os encargos, tributos, vale alimentação, vale transporte, EPI's, salário família, e demais despesas, benefícios, prêmios e bonificações previstos nas Convenções Coletivas dos sindicatos de cada categoria

2- JUSTIFICATIVA

2.1 - A realização da presente licitação para a contratação de uma empresa especializada em serviços gerais de limpeza urbana tem como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida da população, preservação ambiental, promoção da saúde pública, valorização do espaço público e atendimento à demanda da comunidade.

A limpeza urbana desempenha um papel fundamental na qualidade de vida dos cidadãos, pois contribui para a preservação do meio ambiente, a saúde pública e o bem-estar da população em geral. Por meio da varrição, roçada, pinturas de meio-fio, serviços de jardinagem, capina, podas e outras atividades, busca-se manter um ambiente limpo, organizado e agradável para os moradores e visitantes do município. Além disso, a limpeza urbana adequada desempenha um papel importante na preservação ambiental, evitando a poluição do solo, dos rios e dos recursos naturais.

O manejo correto de resíduos sólidos, a remoção adequada de materiais descartados indevidamente e a conservação de áreas verdes são medidas essenciais para promover a sustentabilidade ambiental do município. A realização regular dos serviços de limpeza urbana, como varrição e capina, também contribui para a prevenção de doenças transmitidas por vetores, garantindo a saúde pública. A falta de limpeza adequada pode levar à proliferação de pragas e vetores de doenças, como a dengue, representando riscos à saúde da população. Portanto, a execução eficiente desses serviços é fundamental para manter um ambiente saudável e seguro. A valorização do espaço público é outro aspecto importante proporcionado pela limpeza urbana adequada.

A manutenção adequada de vias, logradouros, praças e parques contribui para a valorização dessas áreas, tornando-as mais agradáveis para o convívio social, o lazer e a prática de atividades físicas. A realização de pinturas de meio-fio, por exemplo, auxilia na demarcação de áreas de tráfego, melhorando a segurança viária. A licitação em questão visa atender à demanda da população por serviços gerais de limpeza urbana de qualidade, garantindo a continuidade e a regularidade dessas atividades. Por meio da contratação de uma empresa especializada, com recursos humanos e equipamentos adequados, busca-se assegurar a eficiência e a eficácia na realização dos serviços, atendendo às expectativas dos cidadãos. Além disso, a realização de uma licitação transparente e competitiva busca otimizar o uso dos recursos públicos. A contratação de uma empresa especializada em serviços gerais de limpeza urbana por meio desse processo licitatório permite selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública, considerando critérios como preço, qualidade, capacidade técnica e garantia dos serviços públicos. Os serviços que serão contratados não são os mesmos prestados pelos serviços municipais, agente de manutenção e conservação, pois tratam de serviços técnicos específicos, tais como serviço de pintor, serviço de poda em árvore em altura.

Necessidade de Manutenção e Melhoria da Infraestrutura Urbana: Com uma densidade populacional alta, como é o caso da cidade de Pinhalzinho-SC com aproximadamente 171 pessoas por metro quadrado, é provável que a infraestrutura urbana, como parques, jardins, edifícios públicos e espaços comunitários, precise de manutenção constante para garantir um ambiente agradável e seguro para os cidadãos.

Justifica-se, ainda, a contratação, vez que, não há no plano de cargos efetivos do município função com qualificação para desempenhar as atividades descritas no respectivo termo, necessárias à administração pública municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

3 - FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - A aquisição do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal, integralmente, na Lei 10.520/02 e alterações posteriores, Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, subsidiariamente com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4 - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1 - A licitante vencedora deverá iniciar a execução dos serviços relacionadas no Anexo "A" deste Edital, em **até 20 dias corridos** após a assinatura do contrato e recebimento do empenho.

4.2 - Os serviços devem ser prestados de segunda a sexta-feira, no período matutino e vespertino, das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas com duração de 8 (oito) horas diárias, nos espaços onde a Secretaria indicar a realização do respectivo trabalho no município de Pinhalzinho.

4.3 - As descrições e orçamentos ficaram a cargo do servidor **Sr. Roberto Reolon**.

4.3.2 - Não serão aceitos, serviços, diferentes daqueles constantes na proposta vencedora, ou que as fiscais de contrato considerem insatisfatórios ou em desacordo com o Termo de Referência "Anexo A". Sendo que os mesmos serão imediatamente rejeitados pelas fiscais de contrato, e os serviços deverão ser executados novamente de imediato.

5 - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1 - O recebimento e fiscalização objeto desta licitação fica a cargo do fiscal de contrato **Sr. Leandro Simon, Sr. Alci Pinheiro Filho e Sr. Michael Nathan Krieser**;

6 - DAS PENALIDADES

6.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la.

6.1.1 - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

6.2 - A penalidade de multa, prevista no **item 7.1** deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, garantida a prévia defesa aos licitantes e/ou adjudicatários.

6.3 - A Administração Municipal de Pinhalzinho poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela (s) licitante (s) vencedora (s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

7 - DOS PREÇOS DO REAJUSTAMENTO E DA PRORROGAÇÃO

7.1 - Os preços, durante a vigência do contrato, serão fixos e irreajustáveis, **exceto** nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de **situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93** ou de redução dos preços praticados no mercado.

a) Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

7.2 - Somente serão concedidos reajustamento dos valores decorridos 12 meses da assinatura do contrato, com base no **Índice oficial do município**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

7.3 - O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

8 - DOS VALORES

8.1 - Os valores orçados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Pinhalzinho, para fornecimento dos serviços, objeto desta licitação, são os constantes no **anexo "A"** deste Edital.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - Caberá a **CONTRATANTE**:

FI 20/34



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO**

Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

- A) Emitir a autorização de fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- B) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato com base nas disposições estabelecidas neste termo de referência, e ainda, em consonância com a legislação em vigor e suas alterações;
- C) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação de serviços
- D) Atestar as faturas correspondentes a prestação do serviço, por intermédio dos fiscais de contrato;
- E) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

9.2 - Caberá à CONTRATADA:

- A) Tomar todas as providências necessárias a fiel execução do objeto deste termo de referência;
- B) Manter, durante o período da vigência do contrato/ata de registro de preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- C) Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- D) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- E) Adotar medidas para a execução dos serviços solicitados, observando todas as condições e qualificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- F) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de execução dos serviços solicitados;
- G) Providenciar o imediato reparo ou refazer o serviço julgado inadequado ou que não atenda as especificações;
- H) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente e bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados/profissionais por ocasião das entregas efetuadas;
- I) Encaminhar a CONTRATANTE a nota fiscal eletrônica correspondente aos itens entregues;
- J) A fornecedora será inteiramente responsável pela execução adequada e oportuna dos serviços gerais de limpeza urbana, conforme especificações estabelecidas neste contrato;
- K) A fornecedora deverá garantir que todos os funcionários designados para realizar os serviços possuam as qualificações necessárias, treinamento adequado e experiência prévia na realização das tarefas atribuídas. A fornecedora será responsável por assegurar que os funcionários estejam devidamente capacitados para executar suas funções de forma segura e eficiente;
- L) Em caso de ausência de um funcionário por motivo de saúde, licença ou qualquer outra adversidade, a fornecedora deverá providenciar imediatamente um substituto qualificado para garantir a continuidade dos serviços. A substituição não deve comprometer a qualidade e a eficiência dos serviços prestados;
- M) A fornecedora será responsável por fornecer todos os equipamentos, ferramentas, veículos e materiais necessários para a realização dos serviços de limpeza urbana. Os equipamentos devem ser adequados, seguros e estar em boas condições de funcionamento. A fornecedora também será responsável pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para garantir a segurança e o bem-estar dos funcionários;
- N) A fornecedora será responsável por manter e realizar a manutenção regular de todos os equipamentos fornecidos, de forma a garantir sua operacionalidade. Em caso de quebra, dano ou desgaste excessivo dos equipamentos, a fornecedora deverá providenciar a substituição ou reparo imediato dos mesmos;
- O) A contratante terá o direito de realizar inspeções e fiscalizações periódicas para verificar a qualidade dos serviços prestados. Caso a qualidade não esteja de acordo com as especificações estabelecidas, a fornecedora deverá corrigir imediatamente as deficiências identificadas, sem ônus adicionais para a contratante. As inspeções serão de responsabilidade do fiscal de contrato supracitado;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

P) A fornecedora será responsável por cumprir os prazos estabelecidos e o cronograma de execução dos serviços, assegurando a regularidade e a continuidade das atividades contratadas.

10 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 - A Administração efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao (s) licitante(s) vencedor(es) **no prazo de até 30 (trinta) dias** mediante apresentação das notas fiscais. As notas serão devidamente atestadas pelas fiscais de contrato e deverão ser encaminhadas com o relatório dos dias e horários em que efetuou os serviços e os funcionários alocados.

10.2 - O pagamento da nota fiscal ficará condicionado a apresentação dos documentos comprobatórios de vínculo de emprego, bem como, as respectivas retenções relativas a débitos pertinentes a Seguridade Social e Trabalhistas.

10.3 - A (s) despesa (s) decorrente (s) do fornecimento do objeto desta licitação correrão às dotações informadas nas Autorizações de Fornecimento. Nº 270/2023 – subelemento 34.01.

10.4 - Ficará a cargo da contratante a retenção do Imposto de Renda incidente sobre o fornecimento de bens, prestação de serviço ou obras que advirem deste processo, sendo assim, a retenção respeitará o disposto no Decreto Municipal nº 158/2023, e o procedimento aplicável ao Imposto de Renda Retido na Fonte da IN RFB nº 1.234/2012.

a) A alíquota aplicável observará o Anexo I – Tabela de Retenção da IN 1.234/2012 e suas alterações, ou outra norma que venha a substituí-la;

b) Não ocorrerá a retenção do imposto federal caso a contratada seja optante do Simples Nacional, ou instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532 de 1997, ou, ainda, instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, em relação às suas receitas próprias;

10.5 – A nota emitida deve ser enviada juntamente com os seguintes documento:

1. Retenção de INSS, ISS e IRRF, conforme legislações;
2. Relatório dos profissionais que prestaram os serviços no período informado na nota fiscal;
3. Cadastro do funcionário/prestador que consta no relatório acima, no E-Social;
4. Comprovante do pagamento, via depósito bancário ou holerites/rescisões/recibos assinados pelos funcionários/profissionais relacionados no relatório acima;
5. GFIP Completa, com relação de empregados/prestadores, ou declaração que a substitua quanto a comprovação da relação de funcionários/prestadores para fins de recolhimento do FGTS e INSS, juntamente do protocolo de transmissão;
6. Declaração Completa da DCTFWeb, juntamente com o protocolo de transmissão; - Guia de recolhimento do FGTS;
7. DARF de recolhimento do INSS;
8. Certidão Negativa de Débitos Federal, Certidão Negativa de Débitos Estadual, Certidão Negativa de Débitos Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Regularidade do FGTS

12 - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

12.1 - A validade do prazo contratual é pelo período de 12 (doze) meses, após a data da homologação, assinatura do contrato e recebimento do empenho.

12.2 - O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Pinhalzinho, SC, 22 de Agosto de 2023.

Roberto Reolon
Secretario de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade

FI 22/34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023- PMP

ANEXO "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADOR MENOR

_____, CNPJ nº _____
sediada _____ **declara,**
sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

_____, _____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)

(nº RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023 - PMP

ANEXO "C"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço completo:

Contatos: (contendo nome, setor, telefone (whatsapp e e-mail)

Dados do representante legal para assinatura do contrato: (nome, CPF, qualificação)

DECLARAMOS para os devidos fins que o **endereço eletrônico**

(email) da empresa
é destinado ao recebimento de informações devidas do Procedimento Licitatório nº **155/2023 - PMP**, Pregão Eletrônico **nº 060/2023- PMP**.

DECLARAMOS ainda que se houver alterações dos contatos os mesmos serão informados para os e-mails: licitacao@pinhalzinho.sc.gov.br e licitacao01@pinhalzinho.sc.gov.br.

DECLARAMOS que ficará a cargo do Sr(a). _____,
a assinatura da ata/contrato que advir deste processo.

_____, em ____ de _____ 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(nº RG)

FI 24/34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2023 - PMP
ANEXO "D"
MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Pinhalzinho, SC, ____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023 - PMP**ANEXO "E"****MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE PINHALZINHO E A EMPRESA
_____, PARA
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE
LIMPEZA URBANA EM VIAS E ESPAÇOS
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO –
SANTA CATARINA. CONFORME
ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO "A"
DESTE EDITAL.**

O **MUNICÍPIO DE PINHALZINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 83.021.857/0001-15, com sede administrativa na Av. São Paulo, nº 1615, Centro, Pinhalzinho, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Mário Afonso Woitexem**, portador do RG nº 1.298.803-0 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 449.194.929-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, com sede na _____, representada neste ato pelo Senhor(a) _____, e inscrito(a) no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o **Processo de Licitação nº 155/2023** modalidade **Pregão Eletrônico nº 060/2023 - PMP**, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A CONTRATADA obriga-se a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA URBANA EM VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO – SANTA CATARINA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO "A" DESTE EDITAL.

1.1.1. - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de **Pregão Eletrônico nº. 060/2023 - PMP**, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVIÇOS GERAIS: O objeto licitado, compreende os serviços de: 1) Varrição manual de vias e logradouros públicos; 2) Roçada mecanizada nos espaços públicos; 3) Pinturas de meio fios; 4) Serviços de jardinagem e capina manual; 5) Podas de pequeno e médio porte; 6) Dentre outros que forem necessários. A empresa vencedora, deverá fornecer no MÍNIMO 10 (Dez) funcionários. Estando eles disponíveis de segunda-feira a sexta, em horário	Serviço mensal	12	R\$	R\$

FI 26/34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
 Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
 Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

	comercial (07h30-11h30, 13h30-17h30).				
	Na ausência de um trabalhador por motivos de saúde, ou alguma outra adversidade a fornecedora deverá alocar outro funcionário para substituição. A fornecedora além dos funcionários, deverá fornecer o material necessário para o serviço.				
Total			R\$		

1.1 – ESPECIFICAÇÕES GERAIS SOBRE OS SERVIÇOS:

1.1.1 Serviços compreendidos:

- Varrição manual de vias e logradouros públicos;
- Roçada mecanizada nos espaços públicos;
- Pinturas de meio fios;
- Serviços de jardinagem e capina manual;
- Podas de pequeno e médio porte;
- Dentre outros que forem necessários.

A empresa contratada deverá fornecer no MÍNIMO 10 (Dez) funcionários. Estando eles disponíveis de segunda-feira a sexta, em horário comercial (07h30-11h30, 13h30-17h30). Na ausência de um trabalhador por motivos de saúde, ou alguma outra adversidade a fornecedora deverá alocar outro funcionário para substituição.

Obs: Caso a administração pública queira, poderá propor de mudar os dias de trabalho em situações específicas, exemplo: Os funcionários folgaram segunda-feira para trabalhar no sábado. Mediante acordo voluntário de ambas as partes (Contratante e contratada). A fornecedora além dos funcionários, deverá fornecer o material necessário para o serviço, sendo no mínimo:

EQUIPAMENTO E QUAMINHÃO EM QUANTIDADE MÍNIMA

Soprador de folhas e gramas = 2
 Roçadeira tipo costal = 5
 Motosserras = 1
 Cortador de grama = 1
 Motopoda = 1
 Veículo para transporte = 1
 Caminhão Basculante toco = 1

As ferramentas e materiais de EPI'S também são de responsabilidade da empresa.

Obs: Caso a administração pública queira, poderá propor de mudar os dias de trabalho em situações específicas, exemplo: Os funcionários folgaram segunda-feira para trabalhar no sábado. Mediante acordo voluntário de ambas as partes (Contratante e contratada). A fornecedora além dos funcionários, deverá fornecer o material necessário para o serviço, sendo no mínimo:

1.2 – EQUIPAMENTOS E CAMINHÃO EM QUANTIDADE MÍNIMA

Soprador de folhas e gramas = 2
 Roçadeira tipo costal = 5
 Motosserras = 1
 Cortador de grama = 1

FI 27/34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

Motopoda = 1
Veículo para transporte = 1
Caminhão Basculante toco = 1

As ferramentas e materiais de EPI'S também são de responsabilidade da empresa.

1.3 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) Os serviços a serem executados são de varrição manual, roçada, raspagem e capina de vias públicas centrais e Praças;
- b) Remoção de resíduos sólidos dos passeios, sarjetas e pistas de tráfego de veículos dos logradouros públicos. São compreendidos como resíduos sólidos o lixo de qualquer natureza, embalagens, toco de cigarro, papéis, dejetos humanos ou de animais mortos de pequeno porte, folha e galhos de árvores, areia, terra e barro.
- c) Esvaziamento e reposição dos sacos plásticos das lixeiras/papeleiras;
- d) Retirada de lixo de cestos coletores públicos e das aberturas para captação de águas pluviais;
- e) Raspagem: Remoção manual de terra, areia, barro e pedras nas vias públicas, que se depositam após as chuvas ou enxurradas;
- f) Capina: Remoção de vegetação rasteira e gramíneas com suas raízes junto ao meio fio de ruas e avenidas pavimentadas, na pista de trânsito de veículos, ao redor de árvores, postes, canteiros e tampas de caixas pluviais localizadas em passeios públicos;
- g) Roçada: Aparo de vegetação rasteira, com utilização de roçadeiras mecânicas portáteis, em canteiros centrais de avenidas, canteiros dos passeios públicos, rotulas, taludes, junto ao meio-fio, nos interstícios da pavimentação, passeios públicos não pavimentados, e outras áreas verdes contínuas às vias públicas.
- h) Os locais a serem roçados devem ser previamente inspecionados, de forma a retirar pedras ou os detritos que possam ser arremessados pelas roçadeiras contra pessoas ou bens materiais;
- i) Os resíduos resultantes da varrição e de limpeza de cestos coletores públicos (lixeiras), deverão ser acondicionados de forma a não prejudicar o tráfego de veículos e o trânsito de pedestres. Embalados em sacos plásticos resistentes separadamente e encaminhado ao destino final;
- j) Na execução dos serviços, o sistema de varrição deverá ser estruturado de forma eficiente, levando-se em conta, além da quantidade de varredores, a qualidade do serviço e a sua avaliação por parte da Contratante;
- k) Os serviços de Varrição Manual, Roçada, Raspagem e Capina de Vias Públicas Centrais deverão ser diários, passando por todo o perímetro estipulado.
- l) Os serviços de Varrição Manual, Roçada, Raspagem e Capina de Vias Públicas na Praça Central deverão ser diários, de segunda a sexta.
- m) Os serviços prestados nas Praças Públicas deverão ser executados mensalmente.
- n) Os profissionais deverão executar os serviços com carga horária de 40 horas semanais.
- o) Serviços de jardinagem será executado em áreas externas de prédios públicos, Praças, Centro Administrativo, rótulas e canteiros centrais. Será utilizado a roçada mecanizada em áreas determinadas pela Administração Pública.
- p) Corte de grama com recolhimento e destinação adequada dos resíduos;
- q) Remoção e Eliminação de plantas daninhas dos gramados;
- r) Nivelamento de gramados;
- s) Limpeza de vegetação perene;
- t) Realização de plantios e replantios de forrações perenes e arbustivas;
- u) Realização de plantios e replantios de flores sazonais em rótulas, flor da "época"; (As mudas serão disponibilizadas pelo município);
- v) Execução de remanejo de vegetais;
- w) Irrigação dos canteiros, conforme necessidade;
- x) Podas em vegetação arbustiva conforme a orientação técnica de profissional especializado;

FI 28/34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

- y) Limpeza das vegetações dos vasos e floreiras;
- z) Auxílio na implantação de novos jardins;
- aa) Acompanhamento técnico periódico;
- bb) Adubação (mineral e orgânica);
- cc) Afofamento do solo nos vasos e jardineiras;
- dd) Análise química do solo;
- ee) Aplicação de produtos químicos, com a devida proteção ambiental de funcionários e pessoas;
- ff) Condução de trepadeira;
- gg) Controle fitossanitário: programação e execução permanente de prevenção, combate e/ou controle de pragas e doenças específicas a cada espécie vegetal;
- hh) Coroamento em plantas ou colocação de cobertura morta;
- ii) Correção do solo: quantificar carências e excessos que o solo apresente por meio da acidez do solo e deficiências de macro e micronutrientes para aplicação adequada e a racionalização dos insumos agrícolas;
- jj) Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;
- kk) Cortes de cercas vivas;
- ll) Desinçamento dos gramados e canteiros;
- mm) Manejo e controle das plantas invasoras;
- nn) Irrigação com água de reuso;
- oo) Limpeza e reposição de folhagens e flores, com colocação de terra e adubo nos vasos e floreiras;
- pp) Limpeza geral: limpeza de toda a área, com varredura e retirada de folhas, flores e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e qualquer outro tipo de detrito;
- qq) Pequenos acertos de terreno para desvio de águas pluviais, utilizando métodos para conservação do solo;
- rr) Rastelagem e remoção dos restos vegetais, resultantes do corte;
- ss) Reformulação de canteiro de flores e folhagens;
- tt) Reposição de terra nos canteiros, vasos e jardineiras;
- uu) Reposição ou troca de pedrisco;
- vv) Roçada;
- ww) Transplante de folhagens e flores existentes e Tratamento das plantas nos vasos internos (poda de limpeza, afofamento do solo, adubação e aplicação de óleo mineral).
- xx) E ainda a fazer a varrição e recolhimento de lixo nas áreas indicadas.
- yy) Pintura dos meio fios
- zz) Poda de pequeno e grande porte

OBS: A coleta dos resíduos da varrição será feita pelos caminhões da empresa contratada, devendo a empresa contratada dispor os resíduos em embalagens apropriadas e separadamente para destinação final;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

2.1 - A licitante vencedora deverá executar os serviços relacionadas no Anexo "A" deste Edital, em **até 20 dias corridos** após a assinatura do contrato e recebimento do empenho.

2.2 - Os serviços devem ser prestados de segunda a sexta-feira, no período matutino e vespertino, das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas com duração de 8 (oito) horas diárias, nos espaços onde a Secretaria indicar a realização do respectivo trabalho no município de Pinhalzinho.

2.3 - Esta contratação deverá ter duração pelo período de **12 (doze) meses, após a assinatura do contrato e recebimento do empenho**, acompanhado da respectiva **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, sob pena de aplicação das penalidades descritas no art. 86 e 87 lei 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

2.4 - A (s) empresa (s) vencedora (s) deverá fornecer **obrigatoriamente** NOTA ELETRÔNICA, **não sendo aceito** CUPON FISCAL, de acordo com o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A. Também deverá apresentar juntamente a nota fiscal relatório dos dias e horários em que efetuou os serviços e funcionários alocados;

FI 29/34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

2.5 - Não serão aceitos, serviços, diferentes daqueles constantes na proposta vencedora, ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência "Anexo A". Sendo que os mesmos serão imediatamente rejeitados pelas fiscais de contrato.

2.6 - O recebimento e fiscalização objeto desta licitação ficarão a cargo do fiscal de contrato **Sr. Leandro Simon, Sr. Alci Pinheiro Filho e Sr. Michael Nathan Krieser**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 - A vigência contratual é pelo período de 12 (doze) meses, após a data da homologação, assinatura do contrato e recebimento do empenho.

3.2 - Somente serão concedidos reajustamento dos valores decorridos 12 meses da assinatura do contrato, com base no **Índice oficial do município**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

3.3 - O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo fornecimento do bem previsto na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____).

4.2. A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto desta licitação correrão nas seguintes dotações: Nº 270/2023 – elemento 34.01.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Administração efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao (s) licitante (s) vencedor (es) **no prazo de até 30 (trinta) dias** mediante apresentação das notas fiscais. As notas serão devidamente atestadas pelas fiscais de contrato. E as NFs serão encaminhadas com o relatório dos dias e horários em que os serviços foram executados, e os funcionários remanejados;

5.2 - No corpo da Nota fiscal deverá constar:

Processo Licitatório nº **155/2023** / Pregão Eletrônico **060/2023 – PMP**

5.2.1 – A nota deve ser enviada juntamente com os seguintes documento:

1. Retenção de INSS, ISS e IRRF, conforme legislações;
2. Relatório dos profissionais que prestaram os serviços no período informado na nota fiscal;
3. Cadastro do funcionário/prestador que consta no relatório acima, no E-Social;
4. Comprovante do pagamento, via depósito bancário ou holerites/rescisões/recibos assinados pelos funcionários/profissionais relacionados no relatório acima;
5. GFIP Completa, com relação de empregados/prestadores, ou declaração que a substitua quanto a comprovação da relação de funcionários/prestadores para fins de recolhimento do FGTS e INSS, juntamente do protocolo de transmissão;
6. Declaração Completa da DCTFWeb, juntamente com o protocolo de transmissão; - Guia de recolhimento do FGTS;
7. DARF de recolhimento do INSS;
8. Certidão Negativa de Débitos Federal, Certidão Negativa de Débitos Estadual, Certidão Negativa de Débitos Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Regularidade do FGTS

5.3 - Ocorrendo a devolução da Nota Fiscal/Fatura por incorreções atribuídas à licitante, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da data da entrega da nova Nota Fiscal/Fatura escoimada dos erros ou rasuras.

5.4 - O número do CNPJ indicado na Nota Fiscal/Fatura deverá coincidir com o apresentado na proposta e na documentação de habilitação da proponente.

5.5 - Ficarà a cargo da contratante a retenção do Imposto de Renda incidente sobre o fornecimento de bens, prestação de serviço ou obras que advirem deste processo, sendo assim, a retenção respeitará o disposto no Decreto Municipal nº 158/2023, e o procedimento aplicável ao Imposto de Renda Retido na Fonte da IN RFB nº 1.234/2012.

a) A alíquota aplicável observará o Anexo I – Tabela de Retenção da IN 1.234/2012 e suas alterações, ou outra norma que venha a substituí-la;

b) Não ocorrerá a retenção do imposto federal caso a contratada seja optante do Simples Nacional, ou instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

refere o art. 12 da Lei nº 9.532 de 1997, ou, ainda, instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, em relação às suas receitas próprias;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. - Caberá à CONTRATANTE:

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação de serviços;
- d) Atestar as faturas correspondentes à realização dos serviços, por intermédio dos fiscais de contrato **Sr. Leandro Simon, Sr. Alci Pinheiro Filho e Sr. Michael Nathan Krieser**.
- e) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.
- f) Caberá ainda as fiscais de contrato comunicar a empresa vencedora sobre a data de início e a data de término do recesso da secretaria de assistência social.

6.2 - Caberá à CONTRATADA:

- A) Tomar todas as providências necessárias a fiel execução do objeto deste termo de referência;
- B) Manter, durante o período da vigência do contrato/ata de registro de preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- C) Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- D) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- E) Adotar medidas para a execução dos serviços solicitados, observando todas as condições e qualificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- F) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de execução dos serviços solicitados;
- G) Providenciar o imediato reparo ou refazer o serviço julgado inadequado ou que não atenda as especificações;
- H) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente e bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados/profissionais por ocasião das entregas efetuadas;
- I) Encaminhar a CONTRATANTE a nota fiscal eletrônica correspondente aos itens entregues;
- J) A fornecedora será inteiramente responsável pela execução adequada e oportuna dos serviços gerais de limpeza urbana, conforme especificações estabelecidas neste contrato;
- K) A fornecedora deverá garantir que todos os funcionários designados para realizar os serviços possuam as qualificações necessárias, treinamento adequado e experiência prévia na realização das tarefas atribuídas. A fornecedora será responsável por assegurar que os funcionários estejam devidamente capacitados para executar suas funções de forma segura e eficiente;
- L) Em caso de ausência de um funcionário por motivo de saúde, licença ou qualquer outra adversidade, a fornecedora deverá providenciar imediatamente um substituto qualificado para garantir a continuidade dos serviços. A substituição não deve comprometer a qualidade e a eficiência dos serviços prestados;
- M) A fornecedora será responsável por fornecer todos os equipamentos, ferramentas, veículos e materiais necessários para a realização dos serviços de limpeza urbana. Os equipamentos devem ser adequados, seguros e estar em boas condições de funcionamento. A fornecedora também será responsável pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para garantir a segurança e o bem-estar dos funcionários;
- N) A fornecedora será responsável por manter e realizar a manutenção regular de todos os

FI 31/34



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO**

Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

equipamentos fornecidos, de forma a garantir sua operacionalidade. Em caso de quebra, dano ou desgaste excessivo dos equipamentos, a fornecedora deverá providenciar a substituição ou reparo imediato dos mesmos;

O) A contratante terá o direito de realizar inspeções e fiscalizações periódicas para verificar a qualidade dos serviços prestados. Caso a qualidade não esteja de acordo com as especificações estabelecidas, a fornecedora deverá corrigir imediatamente as deficiências identificadas, sem ônus adicionais para a contratante. As inspeções serão de responsabilidade do fiscal de contrato supracitado;

P) A fornecedora será responsável por cumprir os prazos estabelecidos e o cronograma de execução dos serviços, assegurando a regularidade e a continuidade das atividades contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. - A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. - A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

7.2.2. - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

8.1 - A CONTRANTE / CONTRATADA, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, sendo certo que se adaptará, inclusive, à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

8.2 - A CONTRANTE e CONTRATADA se obrigam ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados.

8.3 - As partes de obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis ou não de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torna-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste Contrato, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.

8.4 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes.

8.5 - O município de Pinhalzinho não será, em qualquer hipótese, responsabilizado pelo uso indevido por parte da CONTRATADA e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados.

8.6 - A CONTRATANTE não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao município de pinhalzinho, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

8.7 - O município de Pinhalzinho não irá compartilhar nenhum dado das pessoas naturais, salvo as hipóteses expressas da lei nº 13.709/2018, que permitem o compartilhamento sem consentimento do titular.

8.8 - O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato.

8.9 - Eventuais violações externas que atinjam o sistema de proteção do município de Pinhalzinho, serão comunicadas aos titulares, bem como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

8.10 - Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

8.10.1 - Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

8.10.2 - Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

8.10.3 - Transferência à terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

8.10.4 - Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

CLÁUSULA NONA – DADOS BANCÁRIOS

9.1 – Todas as notas emitidas pela empresa deverão possuir em seu corpo o Banco, agência e conta corrente para pagamento, vincula ao CNPJ do contratante.

9.2 – Eventual alteração destes dados devem ser informados ao fiscal do contrato com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

10.1 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, **exceto** nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de **situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93** ou de redução dos preços praticados no mercado.

10.2 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

10.3 - Somente serão concedidos reajustamento dos valores decorridos 12 meses da assinatura do contrato, com base no **Índice oficial do município**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

10.4 - O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. - Pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste Contrato, se sujeita a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

11.1.1. - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

11.2. - Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) bem(ns) de não entregue(s).

11.3. - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1. - O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

13.1. - A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

14.1. - Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. - Fica eleito o Foro da Comarca de Pinhalzinho, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro - CEP 89870-000 - Pinhalzinho - SC
Fone: (0**49) 3366-6600 - CNPJ: 83.021.857/0001-15

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Pinhalzinho, SC, _____ de _____ de 2023.

MARIO AFONSO WOITEXEM
PREFEITO
CONTRATANTE

RESPONSÁVEL LEGAL
RAZÃO SOCIAL
CONTRATADA

LEANDRO SIMON
FISCAL DE CONTRATO

ALCI PINHEIRO FILHO
FISCAL DE CONTRATO

MICHAEL NATHAN KRIESER
FISCAL DE CONTRATO

Visto e aprovado pela Assessoria jurídica

FI 34/34

PL 156-2023 PP 16-2023 PMP

Publicação Nº 5089969



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2023 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 - PMP

LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 123/06, ARTIGO 48, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014 E ARTIGO 6º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 193/2012 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012
(Credenciamento de acordo com o disposto no item 5.7 do Edital)

1 - PREÂMBULO

1.1 - O Município de Pinhalzinho, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa, situada na Av. São Paulo, 1615, Centro – Pinhalzinho – SC, através do Comandante do Batalhão do Corpo de Bombeiros de Pinhalzinho, **Sr. Glaycon Jean Reitz, TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **PRESENCIAL**, para a aquisição do objeto indicado no **item 2** deste instrumento. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/13, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº **01 – PROPOSTA COMERCIAL** e nº **02 – DOCUMENTAÇÃO**, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às **14:00** do dia **06 de setembro de 2023**, no **Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situado na Av. São Paulo nº 1615, 1º andar, Centro**.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das **14:30** do dia **06 de setembro de 2023**, em sessão pública, realizada na Sala de Reuniões da Prefeitura de Pinhalzinho, situada no 1º andar do endereço citado no **item 1.2**.

Documentos do processo disponível em:

<https://pinhalzinho.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>
<https://pinhalzinho.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A EXECUÇÃO DE EXAMES MÉDICOS DO TIPO TOXICOLÓGICOS, DEVENDO SEREM COLETADOS MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS DE PINHALZINHO, SANTA CATARINA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO “A” DESTE EDITAL**.

2.2 – As quantidades constantes do **Anexo “A”** são **estimativas de consumo**, não se obrigando a Administração à aquisição total dos itens.

2.3 – A detentora da Ata de Registro de Preços, quando da solicitação pela Administração Municipal, deverá atender as seguintes exigências:

2.3.1 – Executar o serviço quando solicitado mediante Ordem de Fornecimento emitida pelo Município.

2.3.2 – A empresa vencedora deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto, estipular em sua proposta de preços, cota mínima ou máxima para fornecimento do produto ou serviço.

2.4 – São partes integrantes deste Edital:

- ⇒ Termo de Referência (**Anexo A**);
- ⇒ Modelo de Termo de Credenciamento (**Anexo B**);

Fl. 1/28



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

- ⇒ Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (**Anexo C**);
- ⇒ Modelo de Declaração de Atendimento ao Inc. VII, do Art. 4º, da Lei Nº 10.520/2002 (**Anexo D**);
- ⇒ Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos (**Anexo E**);
- ⇒ Modelo Declaração de Inexistência de Trabalho Menor (**Anexo F**);
- ⇒ Minuta Ata de Registro de Preços (**Anexo G**).
- ⇒ Tutorial para Preenchimento da Proposta Eletrônica (**Anexo H**).

2.5 - JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL

2.5.1 - A opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade.

2.5.2 - O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos.

2.5.3 - A opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/02.

2.5.4 - A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Somente poderão participar desta licitação empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante neste edital e seus anexos.

3.2 – Não será admitida nesta licitação a participação de:

3.2.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.2.2 – Empresas ou Sociedades Estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.3 – Empresas que estejam reunidas em Consórcio;

3.2.4 – Empresas impedidas de licitar ou contratar com Poder Público (Art. 7º da Lei 10.520/02), ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III da Lei 8.666/93);

3.2.5 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 72, § 8º, V, da Lei 9.605/98;

3.2.6 – Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.2.7 – Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.2.8 – Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.2.9 - Que possua entre seus sócios, dirigentes ou empregados, servidores do Município de Pinhalzinho nos termos do artigo 9º da Lei 8.666/93;

3.2.10 – O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, **desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2**, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

MUNICÍPIO DE PINHALZINHO - SC ENVELOPE Nº 01 PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 – PMP PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL) CNPJ: TELEFONE: EMAIL:	MUNICÍPIO DE PINHALZINHO - SC ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 – PMP PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL) CNPJ: TELEFONE: EMAIL:
--	---

4.2 - Em seguida, **realizará o credenciamento dos interessados** ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante **deverá comprovar**, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da **apresentação de procuração**, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do **Anexo “B”**, juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do **item 6.5**, **o representante** da licitante **deverá apresentar** o **documento de constituição da empresa** ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - Ainda como **CONDIÇÃO PRÉVIA** ao exame da proposta e habilitação do licitante, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ, na fase de credenciamento, trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação, nos termos do **Acórdão nº 1.793/2011 (Plenário- TCU)**.

4.5.1 - A consulta aos cadastros será realizada em **NOME DA EMPRESA LICITANTE** e também de **SEU SÓCIO MAJORITÁRIO**, nos termos do Art. 12 da Lei 8.429/92, que prevê dentre sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o poder público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.5.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

4.6 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no **item 1.2** deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Pinhalzinho e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no **item 1.2**, no Setor de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

4.7 - DO CREDENCIAMENTO OBRIGATÓRIO PARA ME E EPP

4.8 - As empresas interessadas em participar da presente licitação, **DEVERÃO APRESENTAR OBRIGATORIAMENTE NO CREDENCIAMENTO** os seguintes documentos:

a) **CERTIDÃO ATUALIZADA DE ENQUADRAMENTO no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**, fornecida pela Junta Comercial da sede da Licitante, **expedida com data não superior a 30 dias** (da data da sessão) de acordo com a instrução normativa DRNC nº 103/2007, ou **Declaração Atualizada** da Junta Comercial **expedida com data não superior a 30 dias** (da sessão), atestando seu enquadramento nas hipóteses da LC nº 123/2006.

a1) **DECLARAÇÃO** firmada pelo representante legal da empresa de **NÃO HAVER NENHUM DOS IMPEDIMENTOS PREVISTOS NO § 4º DO ARTIGO 3º DA LC 123/2006**. (MODELO ANEXO C).

b) As **Sociedades Simples**, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar **Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica atualizada**, expedida com **data não superior a 30 dias (da sessão)**, atestando seu enquadramento nas hipóteses do artigo 3º da LC nº 123/2006, acompanhada de **DECLARAÇÃO** firmada pelo representante legal da empresa de **NÃO HAVER NENHUM DOS IMPEDIMENTOS PREVISTOS NO § 4º DO ARTIGO 3º DA LC 123/2006**. (MODELO ANEXO C).

4.8.1 - Os documentados que comprovam a condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deverão ser apresentados **fora do envelope de habilitação**.

4.9 - A **pessoa física ou empresário individual (MEI)** enquadrado no limite definido pelo art. 3º da LC 123/06 receberá o mesmo tratamento dado as ME e EPP, mediante apresentação de Declaração 4.7 (a1) e Certidão fornecida pelo Órgão competente, expedida com data não superior a 30 dias da data da sessão.

5 - DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - O Envelope nº 01 – **PROPOSTA COMERCIAL**, deverá conter a **proposta impressa**, que será preenchida **EXCLUSIVAMENTE** em **planilha eletrônica específica**, através do site **pinhalzinho.atende.net**, conforme tutorial fornecido no **Anexo “H”** deste Edital.

5.1.1 - A proposta deverá ser impressa e devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

5.1.2 – Não serão aceitas propostas elaboradas fora do site **pinhalzinho.atende.net**, salvo em casos de mau funcionamento do sistema durante o período de abertura do Edital, desde que atestado pelo Pregoeiro.

5.1.3 - **Deverá constar obrigatoriamente a MARCA em todos os itens cotados.**

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com 02 (duas) casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação, bem como deslocamentos até o local de execução dos serviços, despesas salariais ou outras consideradas pelas licitantes.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

a) **Ato constitutivo**, Estatuto ou Contrato Social e **última alteração**, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores (Cópia Autenticada);

Observação: A licitante que apresentar o Ato Constitutivo no Credenciamento está dispensada de sua apresentação no envelope de habilitação.

b) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União (de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014);

c) **Certidão Negativa** (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Estaduais**;

d) **Certidão Negativa** (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Municipais**, relativa ao Município da sede do licitante;

e) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

f) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT** (perante a Justiça do Trabalho, www.tst.jus.br);

g) **Declaração expressa** do responsável pela empresa, de **inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação**, de acordo com o **Anexo “E”** deste Edital;

h) **Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor** (Art. 7º, inciso XXXIII, CF), **Anexo “F”**.

i) Documentos Comprobatórios de Formação na Especialidade (**diploma de Especialização e Registro de Qualificação de Especialista – RQE**).

j) **Registro do estabelecimento no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde**.

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas **alíneas “a” a “g”** do **item 6.1**, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Pinhalzinho.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao setor de cadastramento municipal. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes através do Cadastro de Licitantes do Município de Pinhalzinho, **inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência**.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no **item 6.1** e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº **02 – DOCUMENTAÇÃO**.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos** (exceto 4.7 “a” “b”), contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **item 1.3** deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de **cópia autenticada** por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - Não serão autenticados documentos por servidor da Administração Municipal no dia da sessão da Licitação, os interessados deverão fazê-lo com antecedência mínima de 24 horas.

6.5.2 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em **documento extraído diretamente da Internet**, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 6.1**, mesmo que os documentos exigidos nas **alíneas “b” a “e”, relativos à regularidade fiscal**, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, **alíneas “b” a “e”**, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** (Art. 43, §1º, LC 147/2014), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no **Item 6.9.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração **verbal ou escrita**, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do **Anexo “D”** deverá vir **anexada por fora do envelope da proposta, acompanhada de cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, conforme solicitado no subitem 4.2.2**), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

Fl. 6/28



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas, **item por item**, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de **desclassificação** as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos **itens 5.1 a 5.5** deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços por item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o **preço unitário do item** do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores orçados pelo Município, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.7 – Erros no preenchimento da planilha não é motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 6** e subitens, deste Edital.

7.9 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro **inabilitará** as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no **item 6 e seus subitens**, deste Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

7.10 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.10.1 - Ocorrendo a situação referida no **item 7.10**, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.13 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.13.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.13.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.14 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.14.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.15 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.16 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, **pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s)**, devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que apresentar (em) o **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido ao disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, **por sorteio, que será realizado na própria Sessão**.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, **PELO MENOR PREÇO POR ITEM**, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

9 – DO REGISTRO DOS PREÇOS

9.1 - Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e dos fornecedores correspondentes mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (**Anexo G**) pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pelas licitantes vencedoras do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

9.1.1 – É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.1.2 – A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços se fará através da comunicação oficial. Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas no **item 11 deste Edital**.

9.2 - Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, será considerado o simples fato de a empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, por esta Comissão, como ato concreto, tendo em vista a realização de Pregão Presencial. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado ao Órgão Gerenciador convocar a segunda colocada para, ao mesmo preço e condições da primeira colocada, estar em condições de fornecer materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços que terá validade **de 12 meses consecutivos**, contados a partir da sua data de assinatura.

9.4 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado.

9.5 - Os preços relacionados na Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art 65 da Lei 8.666/93, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

9.6 - Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão.

10 – DOS VALORES

10.1 - Os valores propostos deverão atender a referência de preços praticados no mercado do segmento dos itens objeto desta licitação.

11 – DAS PENALIDADES

11.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la, nos termos do **item 9.1.1** do presente instrumento convocatório.

11.1.1 - Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

11.2 - A penalidade de multa, prevista no **item 11.1** deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, garantida a prévia defesa aos licitantes e/ou adjudicatários.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

11.3 - A Administração Municipal de Pinhalzinho poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

12 – DO CONTRATO E DOS PREÇOS

12.1 - A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Autorização de Fornecimento e assinatura da Ata de Registro de Preços.

12.2 - A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.3 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, mediante negociações promovidas pelo ao órgão gerenciador, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 – Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

12.5 - Somente serão concedidos reajustamento dos valores nos contratos decorrentes da ata de registro de preços, quando decorridos 12 meses da assinatura do contrato, com base no Índice oficial do município, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

12.6 - O prazo de vigência da ata será de 12 meses, podendo, os contratos dela decorrentes ser prorrogados até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13 – DA ENTREGA

13.1 – O fornecimento dos itens relacionados no **ANEXO “A”** deste edital **deverá ser efetuado em até 03 (três) dias** da solicitação de agendamento, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, obedecendo a marca registrada na proposta de preços apresentada pela licitante.

13.1.1 – A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá fornecer **obrigatoriamente** NOTA ELETRÔNICA, **não sendo aceito** CUPON FISCAL, de acordo com o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A.

13.2 - Imediatamente após a entrega do produto, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes do **item 11 e seus subitens**.

14 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 – A Administração efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao(s) licitante(s) vencedor(es) **no prazo de até 30 (trinta) dias** mediante apresentação das **notas fiscais, relatório dos serviços realizados**, e das **certidões negativas** descritas abaixo:

Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014);

Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Estaduais**;

Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Municipais**, relativa ao Município da sede do licitante;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT (perante a Justiça do Trabalho, www.tst.jus.br);

14.2 - A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto desta licitação correrão às dotações informadas nas Autorizações de Fornecimento: 523 do ano de 2023 – subelemento 39.50.

15 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

15.1.1 - Automaticamente:

15.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

15.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

15.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

15.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

15.2.1 - A pedido, quando:

15.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

15.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

15.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

15.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

15.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6.1 do Edital;

15.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

15.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

15.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

15.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

15.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

15.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial do Município.

16 – DOS ORGÃOS E UNIDADES PARTICIPANTES

16.1 – Utilizará a Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão, a Corporação de Bombeiros de Pinhalzinho **Capitão Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**.

17 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

17.1 - Até o 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providenciais ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

17.1.1 - A impugnação será dirigida ao Departamento de Compras desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.1.2 – No caso de acolhimento da petição contra o Ato Convocatório, será designada nova data para realização do certame;

17.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

17.2.1 – Não serão acolhidas as impugnações e os recursos imotivados, apresentados intempestivamente e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

17.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

17.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

17.6 - Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – É facultado ao Pregoeiro, auxiliada pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

18.2 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3366-6614, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00.

18.3 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação **endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax**, bem como o **nome da pessoa indicada para contatos**.

18.4 - A Administração Municipal de Pinhalzinho reserva-se o direito de **filmar e/ou gravar** as Sessões Públicas deste Pregão.

18.5 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste pregão, sujeitando-se, o licitante, às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n. 8.666/93.

18.6 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

18.7 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) anulada ou revogada no todo ou em parte.
- c) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

18.8 - O Município de Pinhalzinho reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

18.9 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Pinhalzinho, SC, excluído qualquer outro.

Pinhalzinho, SC, 22 de agosto de 2023.

Gláycen Jean Reitz
Capitão Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 - PMP

ANEXO “A”

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO:

1.1- REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A EXECUÇÃO DE EXAMES MÉDICOS DO TIPO TOXICOLÓGICOS, DEVENDO SEREM COLETADOS MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS DE PINHALZINHO, SANTA CATARINA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO “A” DESTES EDITAL, conforme tabela abaixo:

ITEM	Especificação	Unid.	Quantidade Estimada	Preço Unit.	Preço total
01	EXAME TOXICOLÓGICO: destinado a verificação de consumo, ativo ou não, de substâncias psicoativas, com análise retrospectiva mínima de 90 (noventa) dias	SV	20	132,43	2.648,60
Valor total: 2.648,60					

Valor total estimativo: R\$ 2.648,60 (dois mil seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos).

1.2 – Observações dos serviços:

1.2.1 - Exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, destinado à verificação do consumo, ativo ou não, de substâncias psicoativas, com análise retrospectiva mínima de 90 (noventa) dias, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015, deverá ser realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 - Justifica-se a contratação do serviço para atender as necessidades exigidas para todos os motoristas com CNH (Carteira Nacional de Habilitação) nas categorias C, D ou E, e é exigido pela lei federal nº 13.103, de 02 de março de 2015, a motoristas do Batalhão de Bombeiros Militares do Município de Pinhalzinho, Santa Catarina.

3 - FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - A aquisição dos itens objeto deste Termo de Referência tem amparo legal, integralmente, na Lei 10.520/02 e alterações posteriores, Decreto 7.892/13 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações; artigo 48, I da Lei 123/06 e alterações posteriores; Lei Complementar 147/2014 e artigo 6º do Decreto Municipal nº 193/2012 de 09 de novembro de 2012.

4 - DA FORMA E PRAZO DE ENTREGA

4.1 – O fornecimento dos itens relacionados no **ANEXO “A”** deste edital **deverá ser efetuado em até 03 (três) dia útil** da solicitação de agendamento, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**.

4.1.1 – A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá fornecer **obrigatoriamente** NOTA ELETRÔNICA, **não sendo aceito** CUPON FISCAL, de acordo com o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A.

Fl. 14/28



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

4.2 - Imediatamente após a entrega do produto, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável, pelo fiscal de contrato Sr. **Jandreí Paludo**. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes do **item 11 e seus subitens**.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - Caberá à **CONTRATANTE**:

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação de serviços;
- d) Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;
- e) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

5.2 - Caberá à **CONTRATADA**:

- a) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência;
- b) Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação; ou seja, a empresa deverá manter seu cadastro de fornecedor atualizado, junto ao setor de compras com as certidões negativas atualizadas.**
- c) Promover a entrega dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- e) Adotar medidas para a entrega dos itens solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- f) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados.
- g) Providenciar a imediata troca do item julgado inadequado ou que não atenda as especificações.
- h) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas.
- i) Responsabilizar-se pela prestação dos itens solicitados.
- j) Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente aos itens juntamente com a mercadoria entregue com a descrição dos dados bancários no CNPJ da empresa contratada.
- k) A licitante obriga-se durante a vigência do contrato, a executar os serviços objeto desta licitação, realizando as atividades do anexo A, conforme demanda do Município;
- l) Os serviços relacionados deverão ser efetuados em até 03 (três) dias da data do recebimento da solicitação do serviço, no endereço comercial da contratada, em consultório no município de Pinhalzinho/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

6 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - A Administração efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao(s) licitante(s) vencedor(es) **no prazo de até 30 (trinta) dias** mediante apresentação das **notas fiscais** acompanhadas das **certidões negativas** descritas abaixo:

6.2 - A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto desta licitação correrão às dotações informadas nas Autorizações de Fornecimento: 523 do ano de 2023 – subelemento 39.50.

6.3 - Ficará a cargo da contratante a retenção do Imposto de Renda incidente sobre o fornecimento de bens, prestação de serviço ou obras que advirem deste processo, sendo assim, a retenção respeitará o disposto no Decreto Municipal nº 158/2023, e o procedimento aplicável ao Imposto de Renda Retido na Fonte da IN RFB nº 1.234/2012.

a) A alíquota aplicável observará o Anexo I – Tabela de Retenção da IN 1.234/2012 e suas alterações, ou outra norma que venha a substituí-la;

b) Não ocorrerá a retenção do imposto federal caso a contratada seja optante do Simples Nacional, ou instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532 de 1997, ou, ainda, instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, em relação às suas receitas próprias;

7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 - A proposta de preços deverá ser apresentada em planilha eletrônica específica, através do site **pinhalzinho.atende.net**, conforme tutorial fornecido no **Anexo “H”** deste Edital.

7.2 - Os valores propostos deverão ser cotados em moeda corrente nacional com no máximo 02 (duas) casas após a vírgula, já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto licitado, inclusive com as despesas de transporte, seguros, materiais/ferramentas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias ou outros decorrentes, ou venham a ser desenvolvidos em razão do Edital, não cabendo ao Município de Pinhalzinho quaisquer custos adicionais.

8 - DOS VALORES

8.1 - Os valores propostos deverão atender a referência de preços praticados no mercado do segmento dos itens objeto desta licitação.

Pinhalzinho, SC, 22 de agosto de 2023.

Gláycen Jean Reitz
Capitão Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2023 - PMP

ANEXO “B”

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Ao Município de Pinhalzinho, SC

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 016/2023 - PMP**, instaurado pelo Município de Pinhalzinho, para representar a empresa _____ na sessão de abertura dos Envelopes de nº 01 e 02, correspondentes, respectivamente à **1ª FASE/PROPOSTA** e à **2ª FASE/HABILITAÇÃO** da licitação em epígrafe e que está autorizado e apto para decidir sobre quaisquer eventualidades que possam surgir no certame.

Local, _____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2023 - PMP

ANEXO “C”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, representante legal da empresa
_____, CNPJ: _____, DECLARA sob as penas da
Lei não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

Pinhalzinho, SC, _____, de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

(Esta declaração somente terá validade se acompanhada da Certidão Simplificada, de acordo com o item 4.7 alínea “a” do Edital Convocatório)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2023 - PMP

ANEXO “D”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI N° 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope n° 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2023 – PMP**, instaurado pelo Município de Pinhalzinho, SC.

Local, _____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2023 - PMP

ANEXO “E”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Pinhalzinho, SC, ____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2023 - PMP

ANEXO “F”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADOR MENOR

_____, CNPJ n° _____

(nome da empresa)

sediada _____

(endereço completo)

declara, sob as penas da lei, que CUMPRE o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

_____, _____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 - PMP

ANEXO “G”

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023

O **MUNICÍPIO DE PINHALZINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 83.021.857/0001-15, com sede administrativa na Av. São Paulo, nº 1615, Centro, Pinhalzinho, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Mário Afonso Woitexem**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do fornecedor _____, inscrito no CNPJ nº _____, com sede na _____, aqui representada pelo Sr(a) _____, vencedor do certame licitatório referente ao **Pregão Presencial nº. 016/2023**, para eventual aquisição do objeto do presente termo, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/13, Decreto Municipal nº 166/2006, LC nº 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável, em conformidade com os itens, quantidades e especificações a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A EXECUÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS E COMPLEMENTARES, COM REALIZAÇÃO EM CONSULTÓRIO NO SEDIADO NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO - SC, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO, SECRETARIAS, FUNDO DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO “A” DESTA EDITAL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
Valor Total						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá **validade de 12 (doze) meses** consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 - O prazo de vigência da ata será de 12 meses, podendo, os contratos dela decorrentes ser prorrogados até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

2.3 – É possível que desta ata sejam gerados contratos, e estes contratos são passíveis de reajustamento e prorrogação.

2.4 - Somente serão concedidos reajustamento dos valores decorridos 12 meses da assinatura do contrato, com base no Índice oficial do município, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente. O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

2.5 – Preferencialmente que o pedido de reajuste seja feito pela empresa;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1 - A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, mediante negociações promovidas pelo ao órgão gerenciador, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.3 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4 - O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1- liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.5.2 - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7 - Somente serão concedidos reajustamento dos valores nos **contratos** decorrentes da ata de registro de preços, quando decorridos 12 meses da assinatura do contrato, com base no Índice oficial do município, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

3.8 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

3.9 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E PRAZO DE ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

4.1 – O fornecimento dos itens relacionados no **ANEXO “A”** deste edital **deverá ser efetuado em até 03 (três) dias após** a solicitação, através de ordem de serviço fornecida pelo Setor solicitante, devidamente acompanhado da **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, obedecendo a marca registrada na proposta de preços apresentada pela licitante.

4.1.1 – A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá fornecer **obrigatoriamente** NOTA ELETRÔNICA, **não sendo aceito** CUPON FISCAL, de acordo com o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A.

4.2 - Imediatamente após a prestação do serviço, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes da **Cláusula Sétima e seus subitens**.

4.3 – A fiscalização da devida e adequada prestação do serviço ficará a cargo do servidor Sr. Jandrei Paludo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - Caberá à **CONTRATANTE**:

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação de serviços;
- d) Acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos itens, através da unidade responsável por esta atribuição;
- e) Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do serviço;
- f) Atestar as faturas correspondentes à entrega dos itens, por intermédio do servidor competente;
- g) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

5.2 - Caberá à **CONTRATADA**:

- a) Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do objeto deste Termo de Referência;
- b) **Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação; ou seja, a empresa deverá manter seu cadastro de fornecedor atualizado, junto ao setor de compras com as certidões negativas atualizadas.**
- c) Promover a entrega dos itens dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

boa técnica;

- d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- e) Adotar medidas para o fornecimento dos itens solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- f) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega;
- g) Providenciar a imediata troca dos itens julgados inadequados ou que não atenda às necessidades da CONTRATANTE durante a realização dos eventos;
- h) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas.
- i) Encaminhar à CONTRATANTE a **Nota Fiscal Eletrônica** correspondente ao item entregue.
- j) Os serviços relacionados deverão ser efetuados em até 03 (três) dias da data do recebimento da solicitação do serviço, no endereço comercial da contratada, em consultório no município de Pinhalzinho/SC

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 - A administração municipal de Pinhalzinho efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao (s) licitante (s) vencedor (es) **no prazo de 30 (trinta) dias** mediante apresentação das notas fiscais.

6.2 - A despesa decorrente do fornecimento do objeto desta licitação correrão às dotações informadas nas Autorizações de Fornecimento. Nº 90, 97 e 104/2023, subelementos nº 52.10.

6.3 - Ficará a cargo da contratante a retenção do Imposto de Renda incidente sobre o fornecimento de bens, prestação de serviço ou obras que advirem deste processo, sendo assim, a retenção respeitará o disposto no Decreto Municipal nº 158/2023, e o procedimento aplicável ao Imposto de Renda Retido na Fonte da IN RFB nº 1.234/2012.

a) A alíquota aplicável observará o Anexo I – Tabela de Retenção da IN 1.234/2012 e suas alterações, ou outra norma que venha a substituí-la;

b) Não ocorrerá a retenção do imposto federal caso a contratada seja optante do Simples Nacional, ou instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532 de 1997, ou, ainda, instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, em relação às suas receitas próprias;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita (m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

7.1.2 - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

7.1.3 - pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA– DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

8.1 - A CONTRANTE / CONTRATADA, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, sendo certo que se adaptará, inclusive, à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

8.2 - A CONTRANTE e CONTRATADA se obrigam ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados.

8.3 - As partes se obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis ou não de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste Contrato, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.

8.4 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes.

8.5 - O município de Pinhalzinho não será, em qualquer hipótese, responsabilizado pelo uso indevido por parte da CONTRATADA e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados.

8.6 - A CONTRATANTE não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao município de Xaxim, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

8.7 - O município de Pinhalzinho não irá compartilhar nenhum dado das pessoas naturais, salvo as hipóteses expressas da lei nº 13.709/2018, que permitem o compartilhamento sem consentimento do titular.

8.8 - O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato.

8.9 - Eventuais violações externas que atinjam o sistema de proteção do município de Pinhalzinho, serão comunicadas aos titulares, bem como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

8.10 - Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

8.10.1- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

8.10.2 - Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

8.10.3 - Transferência à terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

8.10.4 - Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

CLÁUSULA NONA – DADOS BANCÁRIOS

9.1 – Todas as notas emitidas pela empresa deverão possuir em seu corpo o Banco, agência e conta



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

corrente para pagamento, vincula ao CNPJ do contratado.

9.2 – Eventual alteração destes dados devem ser informados ao fiscal do contrato com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1 - É vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

10.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 016/2023 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

10.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Pinhalzinho - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

10.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Pinhalzinho, SC ____ de ____ de 2023.

MÁRIO AFONSO WOITEXEM
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CONTRATADA

JANDREI EMERSON PALUDO
FISCAL DE CONTRATO

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Av. São Paulo, 1615, Centro – CEP 89870-000 – Pinhalzinho – SC
Fone: (0**49) 3366-6600 – CNPJ: 83.021.857/0001-15

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023 - PMP

ANEXO “H”

TUTORIAL PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

Para o preenchimento da Proposta Eletrônica deverão ser seguidos os seguintes passos:

1 - O licitante deverá acessar o Portal do Cidadão do Município de Pinhalzinho no endereço www.pinhalzinho.atende.net e localizar na página inicial o link “**AUTOATENDIMENTO**” (lado direito da página) ou na guia de “**Busca**” (topo da página), o tópico “**Enviar Proposta de Licitações**”.

1.1 - ou acessar diretamente o seguinte link:

<https://pinhalzinho.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/9/padrao/1/load/1>

2 - Clicando em “**ACESSAR**”, será solicitado o cadastro no Portal do Cidadão. Caso o licitante já possua cadastro no portal, será necessário informar apenas o CPF/CNPJ e a senha de usuário.

2.1 - Caso o licitante não possua cadastro no Portal do Cidadão do Município de Pinhalzinho, deverá clicar no botão “**CADASTRE-SE**” e preencher as informações requeridas. Ao final do cadastro, deverá marcar a opção para a Finalidade “**Licitações**”, e então “**CONFIRMAR**” o cadastro.

2.2 - A solicitação de cadastro será enviada para **Aprovação**. O licitante deverá solicitar sua liberação através do telefone (49) 3366-6622 ou ainda pelo email ti@pinhalzinho.sc.gov.br e após a liberação você será informado por e-mail para efetivar a confirmação.

3 - Efetuado o cadastro, o licitante terá acesso à página “**ENVIAR PROPOSTA DE LICITAÇÕES**” a qual disponibiliza filtros para auxiliar a localização do edital de interesse. Clicando em “**Consultar**” serão listadas as licitações que se encontram em aberto. Ao localizar a licitação desejada, deverá o licitante “**Marcar a Licitação**” e clicar no ícone “**Adiciona Proposta**”, no canto superior esquerdo (abaixo dos filtros de busca).

4 - O ícone “**Adiciona Proposta**” abrirá a janela **Incluir proposta do Atende.Net**, que deverá ser preenchida com a proposta do licitante. Caso seu navegador possua bloqueio de “Pop-ups”, será solicitado pelo sistema que este seja desativado.

4.1 - Será necessário preencher tão somente a **Marca e Modelo*** (*este quando solicitado no Edital convocatório) do produto e **Valor Unitário** deste.

4.2 - Produtos em que não haja interesse, basta deixar os campos em branco.

4.3 - Após finalizar o preenchimento da proposta, clicando em “**CONFIRMAR**”, o sistema gerará o **Relatório de Proposta da Licitação** com as informações que foram fornecidas, o **Número de Protocolo** e a **Senha**.

4.4 - **Este relatório deverá ser impresso, assinado e entregue no ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL** impreterivelmente, visto que a única forma de acessar os dados digitados será através da informação do **Número de Protocolo** e **Senha**.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: *Ao digitar a proposta o sistema criptografará simultaneamente todos os dados fornecidos, tornando as informações ilegíveis. A única forma de recuperar ou acessar esta informação será utilizando a chave de descryptografia (número de protocolo e senha) que será impressa no relatório das propostas que é gerado após o cadastro da proposta. Guarde em segurança o relatório, pois se for necessário realizar alguma alteração em sua proposta, será necessário informar esta chave ou digitar todos os valores novamente.*

5 - Qualquer dúvida no preenchimento da proposta poderá ser sanada pelo telefone 49 3366-6614.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 520 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091144

PORTARIA Nº 520, DE 24 De agosto de 2023.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA IZABELA PARENTI DA SILVA.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo nº 1.575/2023;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora IZABELA PARENTI DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Contabilidade, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 04/02/2022 a 03/02/2023, cujo gozo se dará de 28/08/2023 a 16/09/2023, devendo retornar as suas atividades em 18/09/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 28 de agosto de 2023.

Centro Administrativo Municipal, 24 de agosto de 2023.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 521, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091132

PORTARIA Nº 521, de 24 DE AGOSTO de 2023.

EXONERA ANDRESSA NEIS, dO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE COPA E COZINHA.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Protocolo nº 1.907/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 25 de agosto de 2023 ANDRESSA NEIS, brasileira, inscrita no CPF sob nº. 089.253.769-89, do cargo de provimento efetivo de "AUXILIAR DE COPA E COZINHA", lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela Portaria 97/2020, sendo o último dia de trabalho 25 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 25 de agosto de 2023.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 24 de agosto de 2023.

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL Nº 39/2023

Publicação Nº 5091480

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5F437448DB19162EF1D51ABD917B84473990A66C

**AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023**

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, torna público, que realizará através da plataforma eletrônica www.bll.org.br (Bolsa de Licitações do Brasil-BLL) certame licitatório, **PREGÃO ELETRONICO Nº 39/2023, PROCESSO LICITATÓRIO N. 91/2023 para PREGÃO ELETRONICO, AQUISIÇÃO DE UMA GRADE NIVELADORA DE (32x22x4,5mm), ESPECIFICAÇÃO PADRÃO, DE ARRASTO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO POR MEIO DO CONVÊNIO Nº 2021TR001048**, conforme especificações junto ao Edital Convocatório e anexos.

Declara aberta o acolhimento das propostas comerciais até às 08:15h do **dia 11/09/2023**, início da sessão na mesma data a partir das 08:30h.

Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br (Bolsa Licitações do Brasil) ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br com Sede Administrativa em Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000.

PINHEIRO PRETO-SC, 24 DE AGOSTO DE 2023.
GILBERTO CHIARANI
PREFEITO

DECRETO Nº 5971, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089199



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

DECRETO Nº 5.971, DE 23 DE AGOSTO DE 2023**DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PELOS AGENTES COMUNITÁRIOS
DE SAÚDE**

GILBERTO CHIARANI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto,
Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são
conferidas e;

CONSIDERANDO o fato de que os servidores que desempenham a função de Agentes
Comunitários de Saúde têm o dever de fazer seu registro de ponto diariamente na
Unidade Básica de Saúde de Pinheiro Preto/SC;

CONSIDERANDO que estes servidores realizam trabalho externo, visitando as famílias
que residem em toda extensão territorial do município;

RESOLVE

Art. 1º Disponibilizar 1 (um) veículo, o qual tenha sido adquirido com recursos próprios,
para que seja realizado o deslocamento dos Agente Comunitários de Saúde pela
extensão territorial do município.

Art. 2º A dinâmica da utilização do veículo será organizada e gerida pelo Secretário
Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PINHEIRO PRETO/SC, 23 de agosto de 2023

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2023 - PUBLICA ASS. E CTB - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO Nº 14.133/2021**

Publicação Nº 5092432



Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto



PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 002/2023

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento a ratificação/homologação procedida pelo Presidente, faz publicar o presente extrato.

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO.**CONTRATADA: **PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTAO LTDA - CNPJ 16.457.852/0001-42**OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFIS-
SIONAIS PARA IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO Nº 14.133/2021**VALOR TOTAL: **R\$ 7.500,00** (sete mil e quinhentos reais)DOTAÇÃO: **2.19 – 33.90.39**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.**

Pinheiro Preto- SC, 24 de agosto de 2023

ODAIR VAILATTI

Presidente Da Câmara Municipal De Vereadores De Pinheiro Preto

Av. Marechal Costa e Silva, 111 – Centro – Pinheiro Preto/SC – CEP: 89.570-000
Fone/Fax (49) 3562-2012 – e-mail: camara@pinheiropreto.sc.gov.br – CNPJ: 08.484.593/0001-10

Piratuba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO TP 01/2023 FMS

Publicação Nº 5090607

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PIRATUBA - SC
TOMADA DE PREÇO 001/2023 FMS
CONVOCAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações do Município Piratuba vem por meio deste, CONVOCA o representante legal da empresa M&S CONSTRUTORA LTDA, ML DEDETIZAÇÃO LTDA, ALCEAL INFRAESTRUTURA LTDA e M2HL CONSTRUTORA LTDA, para comparecer junto Sala de Licitações, anexa ao Departamento de Compras, situado à Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, Piratuba, SC, às 8h30min do dia 31 de agosto de 2023, visando a abertura dos envelopes de proposta das empresas.

Piratuba, SC, 23 de agosto de 2023.
KARLA RIFEL DA SILVA
Presidente da CPL

LEI ORDINARIA 1644/2023

Publicação Nº 5090721

LEI ORDINÁRIA Nº 1.644/2023, 24 de Agosto de 2023.
AUTORIZA PROCESSAMENTO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam reconhecidas as despesas de exercícios anteriores, em favor dos credores conforme abaixo relacionados, relativos ao Auto de Infração 2080725:

Credor	CNPJ	Descrição de Débitos	Valor
Nome do Fornecedor	Nº Cnpj		
CREA-SC Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina	82.511.643/0001-64	Auto de Infração 2080725	1.276,71

Parágrafo único. Fica o poder executivo autorizado a pagar multas e juros do boleto de cobrança que por ventura possam vir a ser cobrados pelo atraso de pagamento após o vencimento do mesmo.

Art. 2º Em conformidade com os prescritos no artigo anterior deste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder o empenhamento, liquidação e pagamento das respectivas dotações do orçamento 2023 na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 90.000 – ENCARGOS ESPECIAIS

Unidade: 90.001 – Encargos Especiais

Projeto/Atividade: 0.002 – Sentenças Judiciais-Precatórios e Pasep

Modalidade: 114 – 3.3.90.00.00.00.00.1.500.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 24 de Agosto de 2023.
OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93 Em 24 de Agosto de 2023	
--	--

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Mun. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 369/2023

Publicação Nº 5091627

PORTARIA Nº369/2023

CONCEDE FÉRIAS.

OLMIR PAULINHO, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar no 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	PERÍODO
Anilda da Silveira Hachmann	Aux. de Enfermagem	01/09/2023 a 30/09/2023
Edison Pilger	Operador de Máquina	01/09/2023 a 30/09/2023
Egon Hachmann	Motorista	01/09/2023 a 30/09/2023 converter 1/3 abono pecuniário, primeiros 10 dias.
Gislanda Antônia Machado	Técnica em enfermagem	01/09/2023 a 15/09/2023
Magrid Auler	Secretária Municipal de Educação e Esportes	01/09/2023 a 30/09/2023 converter 1/3 abono pecuniário, últimos 10 dias.
Márcia Regina ko Freitag Fabrin	Agente Comunitária de Saúde	01/09/2023 a 30/09/2023 converter 1/3 abono pecuniário, últimos 10 dias.
Marilaine Martinazzo Pooch	Agente Comunitária de Saúde	01/09/2023 a 30/09/2023 converter 1/3 abono pecuniário, últimos 10 dias.
Vagner Luiz da Silva	Diretor Dep. Turismo	01/09/2023 a 30/09/2023 converter 1/3 abono pecuniário, últimos 10 dias.
Vanderlei Antônio Herder	Agente de Serv. Gerais Externo	01/09/2023 a 30/09/2023
Vianeí Fritsch	Técnico em Tributos	01/09/2023 a 30/09/2023

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Piratuba, 24 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei nº 226/93 e Lei 1.388/2017 Em 24 de agosto de 2.023	Giovani Gelson Meneghel Secretário Municipal de Administração
--	--

RESCISÃO CONTRATUAL Nº 01/2023

Publicação Nº 5092041

RESCISÃO CONTRATUAL Nº 01/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2023

CONTRATADA: SILVA & DAL MOLIN PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA

CNPJ: 08.663.333/0001-02

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa (s) para locação de estruturas e coberturas de lona na cor branca, palcos e camarim, para os eventos à realizar no Município de Piratuba.

Considerando a emissão e encaminhamento para a empresa a Solicitação de Fornecimento n.º 1665/2023, de 06 de junho de 2023, para fornecimento de estrutura tipo tendas nos dias 23 e 24 de julho de 2023 no Evento do Município "14º Mostra da Novilha e 12º Feira de Máquinas e Equipamentos no Parque de Eventos do Município.

Considerando o recebimento de Notificação Extrajudicial, expedido pela empresa na data de 13 de julho de 2023, comunicando do não atendimento a Solicitação de Fornecimento n.º 1665/2023 e da impossibilidade por completo o cumprimento do referido contrato (Ata de Registro de Preço).

Desta forma, diante da Notificação Extrajudicial emitida e recebida da empresa Silva & Dal Molin Promoção de Eventos LTDA, decide-se pela rescisão unilateral da Ata de Registro de Preço 42/2023, com supedâneo no art. 78, I, c/c art. 79, I, ambos da Lei nº 8.666/93 e Item n.º 16 do Edital.

Fica Notificada a empresa Silva & Dal Molin Promoção de Eventos LTDA a manifestações e ou comprovações caso tenha interesse num prazo não superior a 10 (dez) dias contados a partir do recebimento deste, sob aplicação direta das penalidades e ou abertura de Processo Administrativo, considerando:

Considerando o documento recebido da empresa (Notificação Extrajudicial) não fica comprovada as alegações do não atendimento a Solicitação de Fornecimento n.º 1665/2023 e do não atendimento por completo da Ata de Registro de Preço cujo vencimento é 22 de maio de 2024.

O Município poderá aplicar as seguintes penalidades e sanções:

Diferença do valor pago entre a Solicitação de Fornecimento n.º 1665/2023 e o valor pago da Dispensa de Licitação executada para atender o Evento dos dias 22 e 23 de Julho de 2023;

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Edital, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Detentora da Ata a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado.

Declarado impedindo de licitar e/ou contratar com o Município de Piratuba, ser descredenciado do cadastramento de fornecedores do Município, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Isto posto, poderá apresentar recurso nos termos das alíneas "e" e "f", do inciso I, do Art. 109, da Lei nº. 8.666/93, sem efeito suspensivo.

Publique-se e Registre-se.

Piratuba SC, 11 de agosto de 2023.

LUCILENE TURRA DIAS

Secretaria Municipal de Turismo

Pomerode**PREFEITURA****CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 050/2022**

Publicação Nº 5092596

CONVOCAÇÃO

Concurso Público 050/2022

A Secretaria de Educação e Formação Empreendedora da Prefeitura Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe são conferidas, CONVOCA os candidatos classificados no Concurso Público 050/2022 (Cargo: Professor Educação Infantil), abaixo citado, para comparecer neste setor, no prazo de 05 (cinco) dias, sito a Rua Hildor Emmel, 67, Centro, Pomerode/SC, a fim de realizar a escolha da vaga e assumir o cargo.

Cargo	Carga Horária	Classificação	Nome
Professor Educação Infantil	40 horas	25º	Sabrina Demonti Stupp
Professor Educação Infantil	40 horas	26º	Patricia de Oliveira Pinheiro

Pomerode, 24 de agosto de 2023.

Jaqueline Beatriz Rahn

Diretoria Administrativa SEFE

Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Atendimento de segunda a sexta-feira

Das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h

(47) 3387-7231 ou 7277

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 050/2022

Publicação Nº 5092600

CONVOCAÇÃO

Concurso Público 050/2022

A Secretaria de Educação e Formação Empreendedora da Prefeitura Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe são conferidas, CONVOCA os candidatos classificados no Concurso Público 050/2022 (Cargo: Professor Educação Infantil), abaixo citado, para comparecer neste setor, no prazo de 05 (cinco) dias, sito a Rua Hildor Emmel, 67, Centro, Pomerode/SC, a fim de realizar a escolha da vaga e assumir o cargo.

Cargo	Carga Horária	Classificação	Nome
Professor Educação Infantil	40 horas	27º	Danieli Weiss

Pomerode, 24 de agosto de 2023.

Jaqueline Beatriz Rahn

Diretoria Administrativa SEFE

Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Atendimento de segunda a sexta-feira

Das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h

(47) 3387-7231 ou 7277

PORTARIA 051/2023- CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA MAGRIT MOHR

Publicação Nº 5092606

PORTARIA Nº 051/2023 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA MAGRIT MOHR.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos da Lei Complementar nº 269/2014, à servidora MAGRIT MOHR, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações II, com carga horária mensal de 200 (duzentas) horas, no período de 16 de agosto de 2023 até 14 de outubro de 2023, conforme avaliação médica datada de 22 de agosto de 2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 24 de agosto de 2023.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

1267/2023

Publicação Nº 5092496

**PORTARIA Nº 1.267/2023****CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR MARCIO VIEBRANTZ.**

O Secretário de Obras, Horst Lemke, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, **CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PREMIO**, ao servidor **MARCIO VIEBRANTZ**, ocupante do cargo de Servente, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo de 20.03.2020 a 21.03.2023, no período de 24 de agosto a 22 de setembro de 2023.

Município de Pomerode, em 23 de agosto de 2023.

HORST LEMKE
Secretário de Obras

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 24/08/2023 16:35:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p64e7b10b26dd3>
POR HORST LEMKE - (551.718.429-49) EM 24/08/2023 16:35



Assinado digitalmente por:
HORST LEMKE
24/08/2023 16:35:37

Assinatura digital avançada com certificado digital não IC
Brasil.

Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 024/2023 – PMPB

Publicação Nº 5089628

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 023/2023 - PMPB

CONTRATO Nº 024/2023 – PMPB

OBJETO: Locação de uma sala comercial, localizada na Rua Vanderlino Guerreiro, nº 590, no bairro Balneário Perequê, para utilização exclusiva do Procon.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: VULCÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

CNPJ: 03.845.920/0001-07

SÓCIOS: ALEXANDRE JOSÉ MOREIRA e CARLOS LEANDRO MOREIRA

VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

VIGÊNCIA DO ADITIVO: 24/08/2023 A 24/08/2024

DATA DA ASSINATURA: 24/08/2023

Porto Belo, 24 de agosto de 2023.

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023 - FMC

Publicação Nº 5090263

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023 - FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 005/2023, processo nº 015/2023 - FMC

OBJETO: Dispensa de licitação visando a contratação de empresa para a locação de gerador a diesel, suprimindo as necessidades do 5º Festival Gospel do Município de Porto Belo.

CONTRATADA: VOLT COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA.

CNPJ: 28.844.370/0001-24

SÓCIOS: CRISLEI CRISTINA PEREIRA ZEITZ, ANA JULIA PEREIRA ZEITZ e CRISTINA PEREIRA ZEITZ

VALOR: R\$ 6.200,00

HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2023

Porto Belo/SC, 24 de agosto de 2023

Cristiani de Jesus

Presidente da Fundação Municipal de Cultura

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023 - FMC

Publicação Nº 5090266

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2023 - FMC

O Município de Porto Belo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 006/2023, processo nº 016/2023 - FMC

OBJETO: Dispensa de licitação visando a contratação de empresa para a locação de painel em led, suprimindo as necessidades do 5º Festival Gospel do Município de Porto Belo.

CONTRATADA: EQUALIZASOM LTDA

CNPJ: 09.054.113/0001-44

SÓCIO: TIAGO JOÃO NESTOR

VALOR: R\$ 7.000,00

HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2023

Porto Belo/SC, 24 de agosto de 2023
Cristiani de Jesus
Presidente da Fundação Municipal de Cultura

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2023 - FMS

Publicação Nº 5090428

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2023 - FMS

O Município de Porto Belo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 011/2023, processo nº 068/2023 - FMS
OBJETO: Dispensa de licitação para locação de imóvel referente a 12 meses de uma sala comercial, localizada na Avenida Governador Celso Ramos, nº2990, Centro de Porto Belo. O imóvel será utilizado para implantação do Centro Integrado de atenção a pessoa atípica (CIAPA).
CONTRATADA: LOJA MICHAEL COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME
CNPJ: 00.107.248/0001-56
SÓCIO: TEREZINHA BARNABE AZEVEDO
VALOR: R\$ 13.500,00
HOMOLOGAÇÃO: 21/07/2023

Porto Belo/SC, 21 de julho de 2023
Jainara Soares Nordio
Secretária de Saúde

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2023 - PMPB

Publicação Nº 5090316

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2023 - PMPB

O Município de Porto Belo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 023/2023, processo nº 104/2023 - PMPB
OBJETO: Dispensa de licitação para locação de uma sala comercial, localizada na rua Vanderlino Guerreiro, nº 590, no bairro Balneário Perequê, para utilização exclusiva do Procon.
CONTRATADA: VULCAO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 03.845.920/0001-07
SÓCIO: ALEXANDRE JOSÉ MOREIRA e CARLOS LEANDRO MOREIRA
VALOR: R\$ 10.000,00
HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2023

Porto Belo/SC, 24 de agosto de 2023
Joel Orlando Lucinda
Prefeito Municipal de Porto Belo

EXTRATO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2022 - PMPB

Publicação Nº 5090171

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2021 - PMPB

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2022 - PMPB
OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura viária na Avenida Governador Celso Ramos, trecho 3, bairro Centro, no Município de Porto Belo/SC, conforme projetos, planilhas, memorial descritivo, especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA
SÓCIO: Hugo Sebastião Malagoli e Eduardo Schmitt Espindula
CNPJ: 00.820.854/0001-14
VALOR: R\$ 18.084,74 (dezoito mil, oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)
DATA DA ASSINATURA: 24/08/2023

Porto Belo, 24 de agosto de 2023.
Joel Orlando Lucinda
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº: 433/2023

Publicação Nº 5089931

Portaria Nº: 433/2023

"Designa membros para compor a Equipe Executora das Medidas Socioeducativas do Município de Porto Belo e dá outras providências".

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,
Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
Considerando a Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e a Lei do SINASE nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, as quais trazem recomendações sobre a execução das medidas socioeducativas em todo o território nacional, priorizando a aplicação de medidas em meio aberto, visando garantir a mínima intervenção e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo;
Considerando a Orientação da Diretoria de Direitos Humanos DIDH/SDS da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social nº 08/2020, de 6 de maio de 2020, referente orientações para o acesso e funcionamento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência módulo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SIPIA/SINASE) às Equipes das Medidas Socioeducativas em meio aberto do Estado de Santa Catarina;
Considerando o artigo 6º do Decreto Municipal nº 2517, de 26 de agosto de 2020;

Resolve:

Art. 1º Designar os seguintes membros para compor a Equipe Executora das Medidas Socioeducativas no Município de Porto Belo, responsáveis pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no Município de Porto Belo, a partir do dia 03 de julho de 2023.

Art. 2º A Equipe será composta pelos seguintes membros:

- I - Jaqueline M-ller Graeff - Assistente Social;
- II - Camila Gabriela Bortolotto Ziemczak - Psicóloga;
- III - Rafael Bandeira dos Santos - Advogado;
- IV – Alex Madeira Lopes- Orientador Social;
- V – Andre Machado Dewes- Psicólogo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 03 dias do mês de julho de 2023.
JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 126 - 2023 - EDUCAÇÃO FÍSICA - CHAMADA PÚBLICA

Publicação Nº 5092029

Edital de Convocação 126/2023

Chamada Pública nº. 002/2023

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), APROVADOS (as) na Chamada Pública nº. 002/2023 a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia 28 de agosto de 2023, às 9h00min, para a escolha de vagas, apresentando as fotocópias e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Item 2.4 (Edital 001/2021), para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2023:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Carteira de Trabalho e Comprovante do PIS/PASEP;
- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Comprovante de vacinação contra o Coronavírus, conforme Decreto Municipal nº 1.310/2021
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.
- Certidão Negativa Criminal do 1º Grau de Jurisdição expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Certidão Negativa Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
- Certidão Negativa Criminal 1º Grau pelo Poder Judiciário do Paraná;

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.

PROFESSOR DOCENTE 6º ao 9º ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA

POS	NOME	ASSINATURA	DATA
6º	DOUGLAS MACHADO DOS SANTOS		

Porto União (SC), 25 de agosto de 2023.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal de Porto União

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 96-2023

Publicação Nº 5091523

EXTRATO DE CONTRATO

Nº 96/2023

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
CONTRATADA:	MEQTAC CRONOTACOGRAFOS OESTE LTDA
OBJETO:	O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa especializada para a aferição de tacógrafos e emissão de certificados validos por dois (02) anos dos veículos das frotas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Presidente Castello Branco/SC
VALOR	O preço total ajustado para a aquisição do item objeto deste processo licitatório é a importância de R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta reais), sendo que o valor a ser pago será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e atestado do Fiscal de Contrato nomeado pelo Município nesta nota que será feito através de crédito em conta na Instituição Financeira indicada pela empresa.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Andressa Paula Borsatti, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº P/0889/2023 de 24 de agosto de 2023, nos termos da Lei de Licitações (Lei 14.133/21).
VIGÊNCIA:	31/12/2023.

EDMILSON CERVELIN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2023

Publicação Nº 5090502

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8F239734461F09DBB99DA4069AC88264AE4E21BD

CÓDIGO TCE: 8F239734461F09DBB99DA4069AC88264AE4E21BD

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADA:	MEQTAC CRONOTACOGRAFOS OESTE LTDA
OBJETO:	O objeto da presente dispensa de licitação consiste na contratação de empresa especializada para a aferição de tacógrafos e emissão de certificados validos por dois (02) anos dos veículos das frotas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O valor a ser pago à Contratada pela prestação dos serviços objeto desta dispensa é a importância de R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta reais), valor este que o Contratante pagará a Contratada em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, efetiva apresentação da nota fiscal e atestado do Fiscal de Contrato nomeado pelo Município nesta nota, que será feito através de crédito em conta na instituição Financeira indicada pela empresa.
FUNDAMENTO:	L14.133/21, Art.75 II, Decreto Municipal D/5.084/23.
HOMOLOGAÇÃO:	24/08/2023
VIGÊNCIA:	31/12/2023

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº 159, DE 22 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090965

DECRETO Nº 159, DE 22 DE AGOSTO DE 2023

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 3.471/2022, de 6 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	06.01	SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
PROGRAMA	070	Transporte e Obras
ATIVIDADE	2023	Manutenção da Secretaria de Obras e Serv. Urbanos
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	150070000000	Recursos não vinculados de impostos 700,00
TOTAL		700,00

Art. 2º Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	06.01	SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
PROGRAMA	070	Transporte e Obras
ATIVIDADE	2023	Manutenção da Secretaria de Obras e Serv. Urbanos
DESPESA	3.3.91	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos
FONTE DE RECURSO	150070000000	Recursos não vinculados de impostos 700,00
TOTAL		700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio (SC), em 22 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 161, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090978

DECRETO Nº 161, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Cria destinação de recursos e autoriza o Poder Executivo Municipal a suplementar por conta excesso de arrecadação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 3.471/2022, de 6 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada e suplementada, por conta do excesso de arrecadação, a destinação de recursos sob as codificações: 171570000000 – Transf. destinadas à cultura – LC 195, art. 5º e 171670000000 - Transf. destinadas à cultura – LC 195, art. 8º, no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	05.01	SEC. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	13	Cultura
SUBFUNÇÃO	392	Difusão Cultural
PROGRAMA	050	Desenvolvimento Cultural
ATIVIDADE	2009	Manutenção geral do Desenvolvimento Cultural
DESPESA	3.3.90	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	171570000000	Transf. destinadas à cultura – LC 195, art. 5º 126.259,65
FONTE DE RECURSO	171670000000	Transf. destinadas à cultura – LC 195, art. 8º 51.146,07
TOTAL		177.405,72

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio (SC), em 23 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.031/2023

Publicação Nº 5090907

PORTARIA Nº 1.031/2023
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 97, caput e parágrafo primeiro da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER:

A servidora CLAUDIA MAROLD, Professora, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de licença por motivo de doença de pessoa da família, com efeito retroativo ao dia 15 de agosto a 13 de setembro de 2023, conforme atestado médico e declarações anexas na pasta funcional.

Presidente Getúlio - SC em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 24 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº 1.032/2023

Publicação Nº 5090911

PORTARIA 1.032/2023
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

A servidora SUSANA DA CUNHA DOS SANTOS, Assistente Social ee., Nível 30, Classe F, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de licença prêmio em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2018 a 31 de março de 2023, no mês de julho de 2023. (Sendo esse o 2º mês de direito).

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.033/2023

Publicação Nº 5090913

PORTARIA 1.033/2023

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

A servidora SUSANA DA CUNHA DOS SANTOS, Assistente Social ee., Nível 30, Classe F, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de licença prêmio em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2018 a 31 de março de 2023, no mês de agosto de 2023. (Sendo esse o 3º mês de direito).

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.034/2023

Publicação Nº 5090914

PORTARIA 1.034/2023

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

A servidora ELKE DOPKE BARTH, Fiscal Sanitário, Nível 26, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de licença prêmio em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2018, no mês de agosto de 2023. (Sendo esse o 2º mês de direito).

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.035/2023

Publicação Nº 5090916

PORTARIA 1.035/2023

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

A servidora ANA LUCIA BITTENCOURT, Ecólogo, Nível 48, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de licença prêmio em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2018, no mês de agosto de 2023. (Sendo esse o 3º mês de direito).

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.036/2023

Publicação Nº 5090919

PORTARIA 1.036/2023
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

A servidora MARILEUSA TERESINHA FRARE BARBETTA, Técnico em Enfermagem, Nível 26, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de licença prêmio em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2018, no mês de agosto de 2023. (Sendo esse o 2º mês de direito).

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.037/2023

Publicação Nº 5090921

PORTARIA 1.037/2023
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor ANDREI IDEKER, Auxiliar Administrativo, Nível 30, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de Licença Prêmio convertidos em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 04 de março de 2004 a 03 de março de 2009, no mês de agosto de 2023. (Sendo esse o 2º mês de direito).

Presidente Getúlio - SC em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 24 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº 1.038/2023

Publicação Nº 5090922

PORTARIA 1.038/2023
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor ROBERTO TILLMANN, Operador de Maquinas, Nível 27, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de Licença Prêmio convertidos em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 11 de agosto de 2008 a 10 de agosto de 2013, no mês de agosto de 2023. (Sendo esse o 1º mês de direito).

Presidente Getúlio - SC em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 24 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº 1.039/2023

Publicação Nº 5090923

PORTARIA 1.039/2023
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor JAIME JOEL MICHELSON, Mecânico, Nível 37, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de licença prêmio em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 04 de agosto de 2008 a 03 de agosto de 2013, no mês de agosto de 2023. (Sendo esse o 1º mês de direito).

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.040/2023

Publicação Nº 5090924

PORTARIA 1.040/2023
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

A servidora JULIANA OLIANI, Auxiliar Administrativo, Nível 30, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de licença prêmio em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2018, no mês de agosto de 2023. (Sendo esse o 1º mês de direito).

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.041/2023

Publicação Nº 5090926

PORTARIA Nº 1.041/2023
EXONERA SERVIDOR TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município, resolve,

EXONERAR À PEDIDO:

BRENDA LEE FERNANDES, Auxiliar de Educação, contratado em Regime de Admissão em Caráter Contratual pela Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 15 de agosto de 2023.

Presidente Getúlio - SC em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.042/2023

Publicação Nº 5090928

PORTARIA 1.042/2023
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

A servidora MARILEI TOLFO AVI, Técnico em Enfermagem, Nível 26, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de licença prêmio em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2013 a 31 de julho de 2018, no mês de agosto de 2023. (Sendo esse o 1º mês de direito).

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.043/2023

Publicação Nº 5090927

PORTARIA 1.043/2023
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDO EM ABONO PECUNIÁRIO.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 210, inciso II da Lei Complementar nº 2456/2008 de 24 de maio de 2022, resolve,

CONCEDER:

A servidora DAIANA CARLA MULLER MAAS, Professora, Nível 2, Classe E, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de licença prêmio em pecúnia, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2008 a 31 de julho de 2013, no mês de agosto de 2023. (Sendo esse o 1º mês de direito).

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.044/2023

Publicação Nº 5090933

PORTARIA Nº 1.044/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA TEMPORARIA

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

A servidora LUCIANE WILHELM, Agente de Serviços Gerais, do Quadro de Cargos de Provimento Contratual da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 10 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 08 de setembro de 2021 a 07 de setembro de 2022, com efeitos retroativos, do dia 16 de agosto a 25 de agosto de 2023.

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.045/2023

Publicação Nº 5090934

PORTARIA Nº 1.045/2023
EXONERA SERVIDOR TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município, resolve,

EXONERAR À PEDIDO:

ELCI COLARES MONTAO, Agente Serviços Gerais, contratado em Regime de Admissão em Caráter Contratual pela Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 18 de agosto de 2023.

Presidente Getúlio - SC em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.046/2023

Publicação Nº 5090935

PORTARIA Nº 1.046/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

A servidora LILIAN ELIZABETH MARTINS, Enfermeira, Nível 48 Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 16 de dezembro de 2020 a 15 de dezembro de 2021 e do período aquisitivo de 16 de dezembro de 2021 a 15 de dezembro de 2022, a partir do dia 21 de agosto a 19 de setembro de 2023.

Presidente Getúlio/SC em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal.

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.047/2023

Publicação Nº 5090937

PORTARIA Nº 1.047/2023
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

A servidora VANIELE DEL SENT, Diretor Pecuária, do Quadro de Cargos de Provimento Comissionado da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 15 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023, a partir do dia 23 de agosto a 06 de setembro de 2023.

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 23 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.048/2023

Publicação Nº 5090938

PORTARIA Nº 1.048/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 44 da Lei Complementar nº 2.424 do dia 10 de março de 2020, resolve,

CONCEDER:

A servidora MAYARA ANDRADE ODORIZZI CEMBRANEL, Professora, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 08 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 11 de fevereiro de 2022 a 10 de fevereiro de 2023, a partir do dia 24 de agosto a 31 de agosto de 2023.

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.049/2023

Publicação Nº 5090941

PORTARIA Nº 1.049/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMISSIONADO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 44 da Lei Complementar nº 2.424 do dia 10 de março de 2020, resolve,

CONCEDER:

A servidora IASMYN KALLYANDRA FRARE, Gestor de Sistemas SECULDE, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Prefeitura

Municipal de Presidente Getúlio/SC, 10 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 22 de março de 2021 a 21 de março de 2022 e período aquisitivo de 22 de março de 2022 a 21 de março de 2023, a partir do dia 28 de agosto a 06 de setembro de 2023.

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.050/2023

Publicação Nº 5090945

PORTARIA Nº 1.050/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 44 da Lei Complementar nº 2.424 do dia 10 de março de 2020, resolve,

CONCEDER:

A servidora LUANA WEIDEMANN, Professora, Nível 2, Classe C, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 04 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2021 a 04 de fevereiro de 2022, a partir do dia 28 de agosto a 31 de agosto de 2023.

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.051/2023

Publicação Nº 5090947

PORTARIA Nº 1.051/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMISSIONADO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

A servidora CINTIA NUBIA MORAES, Assessor de Legislação, do Quadro de Cargos de Provimento Comissionado da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 15 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 17 de maio de 2021 a 16 de maio de 2022, a partir do dia 28 de agosto a 11 de setembro de 2023.

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 1.052/2023

Publicação Nº 5090948

PORTARIA Nº 1.052/2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

A servidora MARCELA LIMA LUCAS, Fonoaudióloga, do Quadro de Cargos de Provimento Contratual da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 20 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 19 de julho de 2021 a 18 de julho de 2022 e período aquisitivo de 19 de julho de 2022 a 18 de julho de 2023, a partir do dia 28 de agosto até 16 de setembro de 2023.

Presidente Getúlio/SC, em, 24 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 24 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

Quilombo

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 189/2023 - DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090883

LEI COMPLEMENTAR Nº 189/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE O PRÊMIO ASSIDUIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO REGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 030/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder prêmio por assiduidade mensalmente aos servidores públicos do município de Quilombo regidos pela Lei Complementar nº. 030/2001 que comparecerem a todos os dias úteis de trabalho, com cumprimento integral do horário, no valor correspondente a R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. O valor do prêmio por assiduidade de que trata o caput deste artigo poderá ser majorado por Decreto durante o período de vigência da presente lei.

Art. 2º O prêmio de que trata o artigo primeiro será pago concomitante com o fechamento da folha, não integrando o salário para nenhum efeito legal, sendo que:

- I** – não possui natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, em especial para pagamento de horas extras, 13º salário, férias, adicional noturno, indenização e outros benefícios;
- II** – não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária, de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e de Imposto de Renda.

Art. 3º Para efeito desta Lei entende-se por assiduidade o comparecimento com regularidade e pontualidade ao trabalho, não fazendo jus ao benefício o servidor que faltar ao trabalho, ainda que apresente justificativa ou falta abonada.

Parágrafo único – O servidor que compensar a falta com o banco de horas, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar Municipal n. 151/2019, não perderá o direito do prêmio por assiduidade.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes ou suplementadas se necessário.

Art. 5º Durante a vigência da presente lei, os servidores públicos do município de Quilombo regidos pela Lei Complementar nº. 030/2001 não farão jus ao prêmio previsto na Lei Complementar nº. 181/2022, retornando a fazer jus após o fim da vigência da presente lei.

Parágrafo único – A presente lei terá como vigência a data de início previsto no artigo 6º desta lei e data fim no dia 31 do mês de outubro de 2024.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar do mês de competência em que a presente lei for sancionada.

Gabinete do Executivo Municipal, em 24 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal de Quilombo

LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2023 - DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090885

LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PERCENTUAL DE PROGRESSÃO POR MÉRITO REFERENTE AO ANO BASE DE 2020 AOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o percentual de progressão por mérito referente ao ano base de avaliação de 2020 aos servidores efetivos do município de Quilombo, nos termos do artigo 14 da Lei Complementar n. 031/2001 e artigo 15 da Lei Complementar 030/2001.

Parágrafo único. Fica dispensada a avaliação prevista nos artigos mencionado no *caput* deste artigo, em razão do transcurso do prazo.

Art. 2º A concessão/pagamento do percentual descrito no artigo anterior terá efetividade a partir do mês de competência em que a presente lei for sancionada.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes e suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 24 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal de Quilombo

LEI COMPLEMENTAR N° 191/2023 - DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5090888

LEI COMPLEMENTAR N° 191/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023.**DISPÕE SOBRE O AUMENTO DE VAGAS NO CARGO DE MECÂNICO ALTERANDO A LEI COMPLEMENTAR N° 031/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ampliado em mais 01 (um) o número de vagas do cargo de provimento efetivo de Mecânico, alterando de 03 (três) para 04(quatro) a quantidade de vagas de cargos efetivos, previstas no Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, da Lei Complementar nº 031, de 05 de dezembro de 2001.

Art. 2º Fica atualizada a tabela do Anexo I da Lei Complementar 031/2001, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I**LEI COMPLEMENTAR N° 031/2001****QUADRO DE CARGOS PERMANENTES**

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	Nº VAGAS
I. SERVIÇOS GERAIS (SEG)	01.01	Auxiliar de serviços gerais	11	50
	01.02	Vigia	11	15
	01.03	Auxiliar administrativo	11	07
	01.05	Agente de Apoio Operacional	11	10
	01.06	Auxiliar de Serviços de Saúde Pública	11	05
	01.07	Agente Comunitário de Saúde	12	37
	02.01	Agente de Serviços Fazendários	11	03
II.SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	02.03	Agente Administrativo	14	10

	02.04	Agente de Saúde Pública	16	05
	02.05	Auxiliar de Enfermagem	21	20
	02.06	Motorista	21	35
	02.07	Operador de máquinas	23	25
III. SERVIÇOS AUXILIARES (SAL)	03.01	Assistente administrativo	13	06
	03.02	Assistente financeiro	17	02
	03.03	Assistente tributário	17	02
	03.04	Assistente de Promoção Social	17	05
	03.05	Assistente de Obras	18	01
	03.06	Fiscal Fazendário	18	03
	03.07	Fiscal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	20	04
	03.08	Mecânico	25	04
	03.09	Fiscal de Tributos e obras	24	03
IV. TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)	04.01	Técnico de Enfermagem	22	10
	04.02	Técnico em Controle Interno	30	03
	04.03	Técnico em agropecuária	27	05
	04.04	Técnico em contabilidade	29	02
	04.05	Técnico em Atividades Administrativas	30	08
	04.06	Técnico de Manutenção e Equipamentos de Informática	30	01
	04.07	Técnico em Saúde Bucal	19	04
	04.08	Técnico em Controle de Patrimônio	30	01
V. TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC).	05.01	Bioquímico e Farmacêutico 40 horas	32	01
	05.02	Enfermeiro	31	06
	05.03	Engenheiro Agrônomo	33	04
	05.04	Médico Veterinário	33	03

	05.05	Médico 20 horas	34	02
	05.08	Contador	35	02
	05.09	Médico 40 horas	37	Extinção
	05.10	Psicólogo	31	06
	05.11	Fonoaudiólogo	31	01
	05.12	Assistente de Serviço Social	28	04
	05.13	Odontólogo 40 horas	32	04
	05.14	Nutricionista 40 horas	31	03
	05.15	Advogado 20 horas	32	01
	05.17	Médico Clínico Geral 40 horas	36	07
	05.18	Arquiteto e Urbanista 40 horas	30	05
	05.19	Engenheiro Civil 40 horas	30	05
	05.20	Procurador Municipal 40 horas	30	05
	05.21	Farmacêutico 40 horas	26	03
	05.22	Médico Psiquiatra 20 horas	35	01

Art. 3º Os recursos orçamentários necessários para o cumprimento desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, ficando autorizada a suplementação se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 24 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

DECRETO Nº 101/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091622

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS
--	---

DECRETO Nº 101/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO (ÇÕES) DO ORÇAMENTO VIGENTE DA UG- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUN. DE RIO DAS ANTAS-FUMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na da Lei nº 2.230, de 07/12/2022 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 7.600,00 (SETE MIL E SEISCENTOS REAIS), a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUN. DE RIO DAS ANTAS-FUMAS, conforme abaixo:

20 – FUNDO DE ASSIST.SOCIAL DO MUN.DE RIO DAS ANTAS - FUMAS

20.01 – FUNDO DE ASSIST.SOCIAL DO MUN.DE RIO DAS ANTAS – FUMAS

Ação: 2023-Manut.do Suas e da Assist.Social Geral

20.001.0008.0244.0110.2023.3449000000.166070000000– Aplicações Diretas (013) R\$ 7.600,00

Art.2º - O crédito suplementar aberto no artigo 1º deste decreto corre no valor de R\$ 7.600,00 (SETE MIL E SEISCENTOS REAIS), por conta de recursos de anulação da dotação do orçamento vigente da UG- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUN. DE RIO DAS ANTAS-FUMAS para o corrente exercício, conforme abaixo:

20 – FUNDO DE ASSIST.SOCIAL DO MUN.DE RIO DAS ANTAS - FUMAS

20.01 – FUNDO DE ASSIST.SOCIAL DO MUN.DE RIO DAS ANTAS – FUMAS

Ação: 2023-Manut.do Suas e da Assist.Social Geral

20.001.0008.0244.0110.2023.3339000000.166070000000– Aplicações Diretas (010) R\$ 7.600,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 24 DE AGOSTO DE 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE

Secr.Mun. de Adm. e Finanças

DISPENSA 0069/2023 PMRA

Publicação Nº 5089288

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0069/2023 - PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público o Processo Licitatório Nº 0133/2023 na Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0067/2023 - PMRA de 24 de Agosto de 2023.

OBJETO: Dispensa de Licitação para contratação da empresa MONTESE ARTIGOS MILITARES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 25.434.062/0001-32 para fornecimento de equipamentos e acessórios de segurança e armamento em atendimento das necessidades da Polícia Militar de Rio das Antas/SC.



VALOR CONTRATADO: R\$ 4.578,40 (Quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

EMPRESA CONTRATADA: MONTESE ARTIGOS MILITARES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 25.434.062/0001-32.

Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações do Município, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 202, no horário de expediente.

Rio das Antas (SC), 24 de Agosto de 2023.

João Carlos Munaretto-Prefeito Municipal

DISPENSA 0070/2023 PMRA

Publicação Nº 5092635

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0070/2023 - PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público o Processo Licitatório Nº 0137/2023 na Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0070/2023 - PMRA de 25 de Agosto de 2023.

OBJETO: Dispensa de licitação para contratação de empresa Onevio Bettoni-EPP, inscrita no CNPJ: 83.686.238/0001-40, para o fornecimento de Collant para festividades da agenda da Secretaria Municipal de Educação, conforme condições constantes na requisição e termo de referência.

VALOR CONTRATADO: R\$ 3.504,00 (Três mil, quinhentos e quatro reais).

EMPRESA CONTRATADA: Onevio Bettoni EPP, inscrita no CNPJ: 83.686.238/0001-40.

Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações do Município, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 202, no horário de expediente.

Rio das Antas (SC), 25 de Agosto de 2023.

João Carlos Munaretto-Prefeito Municipal

LEI Nº 2.287, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092006

LEI Nº 2.287, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA UG-PREFEITURA MUN. DE RIO DAS ANTAS, POR CONTA DE RECURSOS DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NAS CONTAS QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Criação de Ação na LDO ao orçamento para 2023, na UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS sendo Ação 1103 – CONSTR. REFORMA, MELHOR. DE QUADRAS E CANCHAS, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC. CULTURA E ESPORTES- SMECE

FUNÇÃO – 0027 DESPORTO E LAZER

SUBFUNÇÃO – 0812 DESPORTO COMUNITARIO

PROGRAMA 0420 DESPORTO AMADOR

1103 - AÇÃO - CONSTR. REFORMA, MELHOR. DE QUADRAS E CANCHAS.

TIPO DE AÇÃO: 1 PROJETO

Modalidade de Aplicação: 4490 - Aplicações Diretas.

ID/Fonte de Recursos/Detalhamento: 17063110 (Transferência especial da União).R\$ 520.000,00

Parágrafo Único: O valor será aberto por decreto nas modalidades segundo as necessidades.

Art.2º - O crédito especial autorizado no artigo 1º desta lei corre no valor de até R\$ 520.000,00 (QUINHENTOS E VINTE REAIS), na Fonte de recurso 17063110 (Transferência especial da União Vinculado a Emenda n. 2022/ 3786 –Dep. Dário Berger no valor de R\$ 150.000,00 e Transf. Especial Dep. Federal Fábio Schiochet - Plataforma Transfere Gov. no valor de R\$ 370.000,00 B.Brasil ag. 5219 c/c 8048-9, sendo valor do rendimento da aplicação financeira, se houver.

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio das Antas, 23 de agosto de 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE

Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 2.288, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092016

LEI Nº 2.288, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA UG-PREFEITURA MUN. DE RIO DAS ANTAS, POR CONTA DE RECURSOS DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NAS CONTAS QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Criação de Ação e abrir crédito especial na LOA ao orçamento para 2023, na UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS sendo Ação 1103 – CONSTR. REFORMA, MELHOR. DE QUADRAS E CANCHAS, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC. CULTURA E ESPORTES- SMECE

FUNÇÃO – 0027 DESPORTO E LAZER

SUBFUNÇÃO – 0812 DESPORTO COMUNITARIO

PROGRAMA 0420 DESPORTO AMADOR

1103 - AÇÃO - CONSTR. REFORMA, MELHOR. DE QUADRAS E CANCHAS.

TIPO DE AÇÃO: 1 PROJETO

Modalidade de Aplicação: 4490 - Aplicações Diretas.

ID/Fonte de Recursos/Detalhamento: 17063110 (Transferência especial da União).R\$ 520.000,00

Parágrafo Único: O valor será aberto por decreto nas modalidades segundo as necessidades.

Art.2º - O crédito especial autorizado no artigo 1º desta lei corre no valor de até R\$ 520.000,00 (QUINHENTOS E VINTE REAIS), na Fonte de recurso 17063110 (Transferência especial da União Vinculado a Emenda n. 2022/ 3786 –Dep. Dário Berger no valor de R\$ 150.000,00 e Transf. Especial Dep. Federal Fábio Schiochet - Plataforma Transfere Gov. no valor de R\$ 370.000,00 B.Brasil ag. 5219 c/c 8048-9, sendo valor do rendimento da aplicação financeira, se houver.

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio das Antas, 23 de agosto de 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE

Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 2.289, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092035

LEI Nº 2.289, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR BENS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por compra os bens imóveis abaixo descritos:

I – imóvel matriculado sob o nº 31.921 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000D.0002, com área de 227,70m² (duzentos e vinte e sete metros e setenta centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 28.462,50 (vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos);

II - imóvel matriculado sob o nº 31.925 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000D.0006, com área de 227,70m² (duzentos e vinte e sete metros e setenta centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 28.571,80 (vinte e oito mil quinhentos e setenta e um reais e oitenta centavos);

III - imóvel matriculado sob o nº 31.926 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000D.0007, com área de 227,70m² (duzentos e vinte e sete metros e setenta centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 28.571,80 (vinte e oito mil quinhentos e setenta e um reais e oitenta centavos);

IV - imóvel matriculado sob o nº 31.881 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0004, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

V - imóvel matriculado sob o nº 31.882 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0005, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

VI - imóvel matriculado sob o nº 31.883 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0006, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

VII - imóvel matriculado sob o nº 31.884 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0007, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

VIII - imóvel matriculado sob o nº 31.885 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0008, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

IX - imóvel matriculado sob o nº 31.886 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0009, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

X - imóvel matriculado sob o nº 31.887 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0010, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

XI - imóvel matriculado sob o nº 31.890 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0013, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

XII - imóvel matriculado sob o nº 31.891 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0014, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

XIII - imóvel matriculado sob o nº 31.892 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0015, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

XIV - imóvel matriculado sob o nº 31.893 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0016, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

XV - imóvel matriculado sob o nº 31.894 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0017, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

XVI - imóvel matriculado sob o nº 31.895 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0018, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

XVII - imóvel matriculado sob o nº 31.896 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0019, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

XVIII - imóvel matriculado sob o nº 31.898 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000B.0021, com área de 235,08m² (duzentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 29.385,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais);

XIX - imóvel matriculado sob o nº 31.902 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0003, com área de 246,06m² (duzentos e quarenta e seis metros e seis centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.486,83 (trinta mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos);

XX - imóvel matriculado sob o nº 31.903 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0004, com área de 246,06m² (duzentos e quarenta e seis metros e seis centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.486,83 (trinta mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos);

XXI - imóvel matriculado sob o nº 31.901 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0002, com área de 246,06m² (duzentos e quarenta e seis metros e seis centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.486,83 (trinta mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos);

XXII - imóvel matriculado sob o nº 31.916 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0017, com

área de 246,06m² (duzentos e quarenta e seis metros e seis centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.486,83 (trinta mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos);

XXIII - imóvel matriculado sob o nº 31.917 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0018, com área de 246,06m² (duzentos e quarenta e seis metros e seis centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.486,83 (trinta mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos);

XXIII - imóvel matriculado sob o nº 31.906 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0007, com área de 246,06m² (duzentos e quarenta e seis metros e seis centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.757,50 (trinta mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos);

XXIV - imóvel matriculado sob o nº 31.907 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0008, com área de 246,06m² (duzentos e quarenta e seis metros e seis centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.757,50 (trinta mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos);

XXV - imóvel matriculado sob o nº 31.912 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0013, com área de 246,06m² (duzentos e quarenta e seis metros e seis centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.757,50 (trinta mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos);

XXVI - imóvel matriculado sob o nº 31.913 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0014, com área de 246,06m² (duzentos e quarenta e seis metros e seis centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.757,50 (trinta mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos);

XXVII - imóvel matriculado sob o nº 31.908 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0009, com área de 246,59m² (duzentos e quarenta e seis metros e cinquenta e nove centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.823,75 (trinta mil oitocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos);

XXVIII - imóvel matriculado sob o nº 31.911 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0012, com área de 246,59m² (duzentos e quarenta e seis metros e cinquenta e nove centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 30.823,75 (trinta mil oitocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos);

XXIX - imóvel matriculado sob o nº 31.910 no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, cadastro imobiliário 02.00.05.000C.0011, com área de 265,41m² (duzentos e sessenta e cinco metros e quarenta e um centímetros quadrados), pelo valor de R\$ 33.176,25 (trinta e três mil cento e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos);

Parágrafo Único: Os valores mencionados no caput deste artigo não sofrerão qualquer tipo de correção ou reajuste.

Art.2º - A aquisição dos bens imóveis descritos no artigo 1º poderá ser efetuada de forma direta, com base no art. 24, X, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art.3º - A aquisição será formalizada por intermédio da lavratura de escritura pública de compra e venda com cláusula ad corpus e posterior registro na matrícula no imóvel.

Art.4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art.5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio das Antas, 23 de agosto de 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 102/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089794

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS****DECRETO Nº 102/ 2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023****ANULA E SUPLEMENTA DOTACÕES DO
ORÇAMENTO VIGENTE DA UG - CAMARA DE
VEREADORES DE RIO DAS ANTAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na da Lei nº 2.230, de 07/12/2023 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de **R\$ 89.000,00 (OITENTA E NOVE MIL REAIS)** a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- CAMARA DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

ÓRGÃO: 01 - PODER LEGISLATIVO**UNIDADE: 01.001 – CAMARA DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS****FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO/ELEMENTO/ID/FONTE/DETALHAMENTO:****AÇÃO: 2001 – Manutenção da Câmara de Vereadores**

01.001.0001.0031.0010.2001.33390000000000000000.150070000000 - APLICAÇÕES DIRETAS (Ref. 56)..R\$ 85.000,00

01.001.0001.0031.0010.2001.33191000000000000000.150070000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos..... (Ref. 54)....R\$ 4.000,00

Art.2º - O crédito suplementar aberto no artigo 1º deste decreto corre no valor de **R\$ 89.000,00 (Oitenta e nove mil reais)**, por conta de recursos de anulação da dotação do orçamento vigente da UG-PREFEITURA para o corrente exercício, conforme abaixo:

ÓRGÃO: 01 - PODER LEGISLATIVO**UNIDADE: 01.001 – CAMARA DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS****FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO/ELEMENTO/ID/FONTE/DETALHAMENTO:****AÇÃO: 2001 – Manutenção da Câmara de Vereadores**

01.001.0001.0031.0010.2001.33190000000000000000.150070000000 - APLICAÇÕES DIRETAS (Ref. 53)..R\$ 54.000,00

01.001.0001.0031.0010.2001.34490000000000000000.150070000000 - APLICAÇÕES DIRETAS (Ref. 58)..R\$ 35.000,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 24 DE AGOSTO DE 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO**Prefeito Municipal**

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE**Secr.Mun. de Adm. e Finanças**

Rio do Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE_HESTEFANY MORAES DA CRUZ

Publicação Nº 5090847

CONVOCAÇÃO SUPLENTE CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Oeste/SC-CMDCA, Lei Federal 8.069/90- Lei Municipal nº 2.415, de 29 de março de 2023.

Considerando o período de afastamento para tratamento de saúde da conselheira tutelar Neusa Schiochet Heidemann,

CONVOCO:

Art. 1º – Nos termos do art. 11, da Lei 2.415/2023, convocar o 2º suplente ao cargo de Conselheiro Tutelar, a senhora Hestefany Moraes da Cruz, para no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação desta convocação, se apresentar perante a servidora Sra. Marilei Pessatti, no horário das 7h às 17h, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio do Oeste, manifestando seu interesse em exercer a função de Conselheira Tutelar suprimindo a vaga em vacância da Conselheira Tutelar Neusa Schiochet Heidemann por tempo indeterminado.

Parágrafo Único: O não comparecimento, no prazo determinado no caput deste artigo, implicará na convocação do próximo suplente.

Rio do Oeste, 11 de agosto de 2023.

Vanessa de Moraes Muniz
Presidente do CMDCA

CONVOCAÇÃO CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE_JOICE NOLLI

Publicação Nº 5090872

CONVOCAÇÃO SUPLENTE CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Oeste/SC-CMDCA, Lei Federal 8.069/90- Lei Municipal nº 2.415, de 29 de março de 2023.

Considerando o período de afastamento para tratamento de saúde da conselheira tutelar Neusa Schiochet Heidemann,

CONVOCO:

Art. 1º – Nos termos do art. 11, da Lei 2.415/2023, convocar o 4º suplente ao cargo de Conselheiro Tutelar, a senhora Joice Noll, para no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação desta convocação, se apresentar perante a servidora Sra. Marilei Pessatti, no horário das 7h às 17h, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio do Oeste, manifestando seu interesse em exercer a função de Conselheira Tutelar suprimindo a vaga em vacância da Conselheira Tutelar Neusa Schiochet Heidemann por tempo indeterminado.

Parágrafo Único: O não comparecimento, no prazo determinado no caput deste artigo, implicará na convocação do próximo suplente.

Rio do Oeste, 21 de agosto de 2023.

Vanessa de Moraes Muniz
Presidente do CMDCA

PORTARIA 9348/2023

Publicação Nº 5092497

PORTARIA Nº 9348 DE 25 DE AGOSTO DE 2023.

Torna sem efeito a nomeação de candidato aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e nos

termos do § 3º do Art. 17 da Lei Complementar nº 21/2006,

CONSIDERANDO a Portaria de nomeação 9343/2023,

CONSIDERANDO o Termo de Desistência preenchido e assinado,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação de James Severien para o cargo de provimento efetivo de Contador – Prefeitura, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Declarar extinto o direito do nomeado à posse no referido cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 25 de agosto de 2023.

DIOGO FERRARI
Prefeito de Rio do Oeste

PORTARIA 9349/2023

Publicação N° 5092498

PORTARIA N° 9349 DE 25 DE AGOSTO DE 2023

Nomeia Viviane Carine Brunetto para o cargo de provimento efetivo de Contador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei nº 1720/2007 e suas alterações,

CONSIDERANDO aprovação no Concurso Público N° 001/2020,

CONSIDERANDO o Protocolo N° 2526/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Viviane Carine Brunetto, inscrita sob o CPF N°. 047.642.489-56, para o cargo de provimento efetivo de Contador – Prefeitura, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A servidora nomeada, deverá até a data de 11 de setembro de 2023 apresentar os elementos legais e documentação necessária para o seu registro funcional, sob pena de ser tornada sem efeito sua nomeação e declarado extinto seu direito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 25 de agosto de 2023.

DIOGO FERRARI
Prefeito de Rio do Oeste

TERMO DE DESISTENCIA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE_HESTEFANY MORAES DA CRUZ

Publicação N° 5090867

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO OESTE - CMDCA

Rua: Vereador Quirino Pessatti, nº 199 – Bairro Gabiroba

RIO DO OESTE – SC CEP: 89180-000

Fone/Fax: (47) 3543 0546

e-mail: cmdca@riodooste.sc.gov.br

TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, Hestefany Moraes da Cruz

inscrito no CPF 104.184.369-08 residente e domiciliado(a) no município de Rio do Oeste, relacionado ao processo de escolha indireta de membros suplentes do Conselho Tutelar, apresento, Termo de Desistência e venho por meio deste, expressar minha decisão voluntária de desistir em definitivo do processo citado da convocação para assumir a vaga de conselheira tutelar suplente, assim como requeiro não constar em lista de suplentes em final da fila.

Rio do Oeste, 14 / 08 / 2023

Declaro estar ciente da decisão acima tomada.

Nome Completo: Hestefany Moraes da Cruz
Assinatura:

À
Presidente do CMDCA

*Termo assinado na presença de membro do CMDCA.

TERMO DE DESISTENCIA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE_JOICE NOLLI

Publicação Nº 5090877

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO OESTE - CMDCA
Rua: Vereador Quirino Pessatti, nº 199 – Bairro Gabiroba
RIO DO OESTE – SC CEP: 89180-000
Fone/Fax: (47) 3543 0546
e-mail: cmdca@riodooeste.sc.gov.br

TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, Joice Nelli
inscrito no CPF 033.621.659-90 residente e domiciliado(a) no município de Rio do Oeste, relacionado ao processo de escolha indireta de membros suplentes do Conselho Tutelar, apresento, Termo de Desistência e venho por meio deste, expressar minha decisão voluntária de desistir em definitivo do processo citado da convocação para assumir a vaga de conselheira tutelar suplente, assim como requiero não constar em lista de suplentes em final da fila.

Rio do Oeste, 23 / 08 / 2023

Declaro estar ciente da decisão acima tomada.

Nome Completo: Joice Nelli
Assinatura:

À
Presidente do CMDCA

*Termo assinado na presença de membro do CMDCA.

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº 03/2023 - INTERNET

Publicação Nº 5092412

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A12D3BD18D9E937D4560F5B8221758813483A8F9

Contratante: CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO OESTE – SC
(CNPJ: 83.783.209/0001-04)

Contratada: CITIVALE–CENTRO INTEGRADO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.
(CNPJ: 10.737.505/0001-97)

Objeto: Prestação de serviços de acesso a Internet via Fibra Óptica, com assistência técnica.

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores através do Processo Licitatório nº 031/2023 – Pregão Presencial nº 015/2023, multientidade da Prefeitura Municipal.

Dotação: 01.001.2001.333904004.150070000006.

Vigência: a partir de 24 de agosto de 2023 pelo período de 12 meses.

Valor global: R\$ 2.508,00 (dois mil, quinhentos e oito reais).

Rio do Sul

PREFEITURA

PORTARIA N. 1268/DGP

Publicação Nº 5090809

PORTARIA N. 1268/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOME, Prefeito do Município de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos II e X, do Artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora IVANIA TRAVAGLIA, matrícula 189154-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, para atuar, de 09/08/2023 até 14/09/2023, como Diretor do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria Substituto, na Secretaria Municipal de Saúde, em substituição da servidora Adalgisa Vendrami da Silva Feijó por motivo de afastamento para tratamento de saúde, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo que ocupa, acrescido do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) incidente sobre o valor do respectivo cargo em comissão, conforme artigo 12 da Lei Complementar n. 524, de 29/06/2023, e artigo 56 da Lei Complementar n. 522, de 29/06/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2023.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOME
Prefeito do Município de Rio do Sul

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 1273/DGP

Publicação Nº 5089443

PORTARIA N. 1273/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, por meio do Concurso Interno de Remoção do Magistério n.º 001/2022 - ano letivo 2023, conforme o artigo 20-B, da Lei Complementar nº 75, de 20 de novembro de 2001, e alterações, a servidora pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, PATRICIA DE DEUS, matrícula 2575264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, da Secretaria Municipal de Educação para o Centro de Educação Infantil Santa Galo, a partir de 15 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 1274/DGP

Publicação Nº 5089447

PORTARIA N. 1274/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, por meio do Concurso Interno de Remoção do Magistério n.º 001/2022 - ano letivo 2023, conforme o artigo 20-B, da Lei Complementar nº 75, de 20 de novembro de 2001, e alterações, a servidora pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público

Municipal, EDITE BORGHEZAN JASPER, matrícula 171174-6, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, do Centro de Educação Infantil Canta Galo para o Centro de Educação Infantil Titio Karan, a partir de 08 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA N. 1276/DGP

Publicação Nº 5090642

PORTARIA N. 1276/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947, de 03 de julho de 2023, e ainda Lei Complementar n. 521 e Lei Complementar n. 522, ambas de 29 de junho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 12/08/2023 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2023, designada pela Portaria n. 0945/DGP de 27 de junho de 2023 (publicada no DOM em 28 de junho de 2023), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2023.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 99 da Lei Complementar n. 521 de 29 de junho de 2023, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 09 P.A.D. 007/2023, de 09 de agosto de 2023, em razão da complexidade da situação e a quantidade de documentos acostados nos autos para análise.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Phb

PORTARIA N.1287/DGP

Publicação Nº 5090579

PORTARIA N.1287/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 11.943, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-natalidade à(ao) servidor(a) MARJORYE PINHEIRO DA COSTA ocupante do cargo de provimento Efetivo de MONITOR ESCOLAR, de acordo com o artigo 199, da Lei Complementar n. 522 de 29/06/2023, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2023 1 00149 027 0058321 65 do cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Rio do Sul/SC, onde encontra-se o assento de ISAÍAS LEVI DA COSTA ALVES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Srv

PORTARIA Nº. 027 DE 22 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091489

PORTARIA Nº. 027 DE 22 DE AGOSTO DE 2023.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria n. 026 de 17 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 18 de agosto de 2023, que dispôs sobre a reversão da aposentadoria por invalidez concedida a servidora Helga Maria Pobenga, em virtude da necessidade de condução e conclusão de atos para efetivar o procedimento de reversão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2023.

JORGE ELPÍDIO WISCHNESKI

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

PORTARIA Nº. 028 DE 22 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091497

PORTARIA Nº. 028 DE 22 DE AGOSTO DE 2023.

"CONCEDE PENSÃO POR MORTE AO SR.VINICIUS VERSINO DE SOUZA."

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a partir de 14/07/2023, pensão por morte ao menor VINICIUS VERSINO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n. 129.118.509-71, na qualidade de filho da servidora pública municipal aposentada Sra. ISOLETE VERSINO, falecida em 14/07/2023.

Art. 2º - Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da Lei Complementar n. 432 de 04 de outubro de 2019 com redação dada pela Lei Complementar n. 511 de 20 de dezembro de 2022, a pensão corresponderá a totalidade dos proventos da servidora, respeitada a cota familiar atual de 70%.

Art. 3º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2023.

JORGE ELPÍDIO WISCHNESKI

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

PORTARIA Nº. 029 DE 22 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091502

PORTARIA Nº. 029 DE 22 DE AGOSTO DE 2023.

"CONCEDE PENSÃO POR MORTE AO SR. LUIS WISNIESKI."

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a partir de 14/07/2023, pensão por morte ao Sr. LUIS WISNIESKI, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 659.225.149-20, na qualidade de companheiro da servidora pública municipal aposentada Sra. ISOLETE VERSINO, falecida em 14/07/2023.

Art. 2º - Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da Lei Complementar n. 432 de 04 de outubro de 2019 com redação dada pela Lei Complementar n. 511 de 20 de dezembro de 2022, a pensão corresponderá a totalidade dos proventos da servidora, respeitada a cota familiar atual de 70%.

Art. 3º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2023.

JORGE ELPÍDIO WISCHNESKI

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

PORTARIA Nº 1269/DGP

Publicação Nº 5089113

PORTARIA Nº 1269/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CELIO ALBINO, matrícula n. 265292-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Coveiro, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 08/08/2023 até 04/09/2023, com fundamento no disposto nos artigos 202 ao 207, da Lei Complementar n. 522 de 29 de junho de 2023 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER

Secretária Municipal de Administração

Lks

PORTARIA Nº 1270/DGP

Publicação Nº 5089117

PORTARIA Nº 1270/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947, de 03 de julho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SANDRA MARA WERLICH DE SOUZA, matrícula n. 267180-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, pelo período de 21/08/2023 até 12/10/2023, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0924/DGP, de 26/06/2023, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 28/06/2023, com fundamento no disposto nos artigos 202 ao 207, da Lei Complementar n. 522 de 29 de junho de 2023 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Lks

PORTARIA Nº 1271/DGP

Publicação Nº 5089119

PORTARIA Nº 1271/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora TAINARA DA SILVA KOLLERT, matrícula n. 2544245-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais II, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 14/08/2023 até 13/09/2023, com fundamento no disposto nos artigos 202 ao 207, da Lei Complementar n. 522 de 29 de junho de 2023 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Lks

PORTARIA Nº 1281/DGP

Publicação Nº 5090156

PORTARIA Nº 1281/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora BRUNA RAFAELA FACHINI, matrícula n. 137332-4, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 16/08/2023 até 01/09/2023, com fundamento no disposto nos artigos 202 ao 207, da Lei Complementar n. 522 de 29 de junho de 2023 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Lks

PORTARIA Nº 1282/DGP

Publicação Nº 5090157

PORTARIA Nº 1282/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947, de 03 de julho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora NATALIA WEISE SCHETINGER, matrícula n. 118222-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, pelo período de 22/08/2023 até 20/10/2023, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0926/DGP, de 26/06/2023, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 28/06/2023, com fundamento no disposto nos artigos 202 ao 207, da Lei Complementar n. 522 de 29 de junho de 2023 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Lks

Rio dos Cedros

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089123

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052, DE 24 DE AGOSTO DE 2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2023
Pregão Presencial nº 43/2023

Contrato Administrativo para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC, ASSIM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO, que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na Rua Nereu Ramos, n.205, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Jorge Luiz Stolf, brasileiro, portador do CPF nº 701.917.009-91, doravante denominado apenas de CONTRATANTE, e, de outro, SCHEILA APARECIDA WEISS, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Barão do Rio Branco, nº 471, Bairro Imigrantes, em Timbó, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 26.068.753/0001-22, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar Contrato, mediante cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC, ASSIM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital e do valor da proposta de vencedora do Processo Licitatório nº 43/2023 – Pregão Presencial nº 43/2023.

A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

A licitante fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem nas contratações, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 43/2023 – Pregão Presencial nº 43/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados de acordo com a solicitação da contratante.

O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

Todas as despesas com referente à execução dos serviços como multas e eventuais reparos que ocorrem no decorrer da viagem são por conta da empresa vencedora.

Apresentar periodicamente, e sempre que exigido, o veículo para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar qualquer irregularidade encontrada pelo Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento conforme disposto no edital;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93;
- b) Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução e entrega do objeto licitado, isentando o CONTRATANTE, de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- c) Fornecer, quando for solicitado pelo CONTRATANTE, elementos necessários à avaliação do objeto licitado, devidamente assinados;
- d) Manifestar, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pela CONTRATANTE, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto licitado;
- e) Estar ciente de que, em caso de não aceitação do objeto licitado, seja por estar em desacordo com as especificações ou com outras exigências deste Edital e da Relação de Proposta do objeto, todas as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos à empresa contratada;
- f) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- g) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- h) Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas para a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

Pela entrega e execução do objeto constante do presente contrato, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor global de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), conforme LOTE e valores a seguir:

Lote	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1	1	SERVIÇO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC, ASSIM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO.	R\$ 58.000,00	R\$ 58.000,00
			Total Geral		R\$58.000,00

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento pela prestação do serviço ocorrerá da seguinte forma: em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela referente a 50% do valor contratado após homologação das inscrições e segunda parcela de 50% do valor contratado após a Homologação Final.

Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da proponente vencedora.

O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

Obs.: Todos os fornecedores de bens e serviços que transacionam com o município de Rio dos Cedros deverão atender as exigências do Decreto Municipal nº 3.480/2023. A partir de uma determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012 e suas alterações, o município deve passar a reter o IR – Imposto de Renda, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. Maiores informações, poderão ser obtidas no link: <https://riodoscedros.sc.gov.br/ir-imposto-de-renda/>

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato é de 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado.

A inobservância aos prazos estabelecidos no cronograma de execução, caracteriza descumprimento as regras do edital/contrato, sujeitando o infrator às penas constantes deste instrumento convocatório e/ou contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização será exercida no interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos

O presente Contrato será fiscalizado pelo servidor Sr. DIONEI ZOBOLLI, que receberá posteriormente, cópia integral do Contrato, para o efetivo exercício de suas atribuições, na qual deverá acompanhar e registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços.

Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar o fornecimento, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, rejeitar os serviços em desacordo com as especificações do edital, bem como, dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento, dando ciência de tudo ao licitante adjudicado, conforme art. 67 da Lei n. 8.666/93.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Concurso Público a ser designada oportunamente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPA	PRAZOS
Publicação do Edital	Até 20 dias após o contrato
Inscrições	30 dias corridos (site da contratada)
Prazo de impugnação do Edital	03 dias após início das inscrições
Solicitação de isenção do pagamento da Taxa de Inscrição	15 dias corridos após início das inscrições
Publicação da relação das inscrições homologadas e divulgação dos locais para realização das provas objetivas.	05 dias CORRIDOS após encerramento das inscrições
Prazo para recurso quanto a homologação das inscrições	01 dia após publicação da relação de inscrições homologadas
Emissão dos Cartões de Inscrição (site da contratada)	No máximo, até 10 dias corridos antes da data de realização das provas
Execução da prova objetiva	01 dia
Publicação dos Gabaritos Preliminares	20 horas do dia da realização das provas escritas
Prazo de recursos contra questões da prova objetiva e Gabarito Preliminar	02 dias corridos
Publicação do Gabarito Oficial, classificação da prova objetiva e convocação para a prova de títulos	07 dias corridos
Recebimento de recurso contra a publicação da classificação final da prova objetiva	02 dias corridos
Envio de títulos	05 dias corridos
Publicação da classificação da prova de títulos	02 dias corridos
Recebimento de recursos contra classificação prova de títulos	02 dias corridos
Resultado preliminar do Concurso Público	03 dias corridos
Prazo de Interposição de Recurso do Resultado Preliminar do Concurso Público	02 dias corridos
Edital de homologação final	05 dias corridos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

O contrato terá vigência pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme permissivo contido no art. 57, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido a critério do CONTRATANTE, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) Pela inobservância de qualquer disposição do que estabelece este contrato;
- b) Pela inobservância do que dispõe a Lei n. 8.666/1993;
- c) Ficam reconhecidos e assegurados os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 e 78 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Não haverá reajuste de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA QUALIFICAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL

Fica a CONTRATADA obrigada a manter, durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666/1993, a Lei Federal n.º 10.520/2002, o Decreto Federal nº 10.024/2019 e demais legislação aplicável e pelos preceitos de direito público, aplicando supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

A contratada fica sujeita as sanções definidas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

A Contratada estará sujeita por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

- a) Advertência por escrito;
 - b) Multa de mora no valor de 5% (cinco por cento) do valor do por dia de atraso na entrega/execução do objeto e/ou conserto/adequação do mesmo, limitado à 20% do valor do contrato;
 - c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;
 - d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.
- Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Rio dos Cedros.

A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Timbó/SC, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a surgir com a execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.

E, por estarem às partes em pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Rio dos Cedros (SC), 24 de agosto de 2023.

CONTRATANTE	CONTRATADA
Jorge Luiz Stolf	Scheila Aparecida Weiss
Prefeito Municipal	

Fiscal do Contrato
DIONEI ZOBOLLI

ADVOGADO
Marcos Roberto Gretter
OAB/SC 33.595
Portaria 260/23

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Publicação Nº 5091047

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94

29 DE AGOSTO DE 2022

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE SAAS, PARA A ÁREA DE SAÚDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM o MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS E SINNC SOLUÇÕES – Ltda – ME.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na Rua Nereu Ramos, n.205, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor JORGE LUIZ STOLF e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS, situado na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros – SC, CEP 89121-000, inscrito no CNPJ N.º 10.596.772/0001-91, representado pela Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social, Senhora MIRIA ELIETE SCHMID FLORIANI, brasileira, Casada, portadora do CPF nº 539.225.909-00, doravante denominados CONTRATANTE e SINNC SOLUÇÕES – Ltda – ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede Rua Iguaçu, 277 - Centro - CEP: 85.501-062 - Pato Branco PR, inscrito no CNPJ sob o nº 13.809.328/0001-03, neste ato representado por Rodrigo Pimentel, inscrito no CPF nº 026.145.649-07, doravante denominado CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas, assim como pelas normas previstas no edital de convocação do pregão eletrônico nº 13/2022 (ata de registro de preços nº 132/2022), realizado de forma compartilhada, nos termos do artigo 24, XXVI e artigo 112, §1º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

Considerando que o objeto do Contrato originário é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE SAAS, PARA A ÁREA DE SAÚDE à Administração Pública Municipal, pregão eletrônico nº 13/2022 (ata de registro de preços nº 132/2022) e tendo em vista a necessidade da administração na continuidade da prestação dos serviços, com base na Cláusula Segunda que admite prorrogação, bem como do Item 5.3. da Cláusula Quinta que prevê reajuste, ambos do contrato originário e o disposto no artigo 57, inciso II da Lei Nacional 8.666/93 é celebrado o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Face a justificativa e fundamento legais acima mencionados, fica prorrogado o contrato administrativo nº 94/2022 por mais 12 (doze) meses, com início em 01/09/2023 e término de sua vigência previsto para 31.08.2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Tendo em vista o contrato administrativo ter atingido o lapso temporal de 12 (doze) meses quando da sua assinatura, fica o mesmo reajustado pelo índice do INPC no percentual de 3,53%, relativo ao período de 08/2022 a 07/2023, sendo que o novo valor mensal descrito no quadro abaixo será devido a contratada a partir de 01.09.2023, conforme o serviço contratado.

OBS: RIO DOS CEDROS - População IBGE 2021: 11.937

Item	Descrição do serviço	unidade	Nº	Valor Unitário	Valor Total MENSAL
2	LICENÇA DE USO SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE - Licenciamento na modalidade SaaS, contemplando manutenções legais, corretivas, adaptativas e suporte técnico. A quantidade licitada do item representa a população total dos municípios consorciados conforme item 2.4.2, assim ao formalizar o contrato se levará em consideração a população do município que estiver contratando multiplicado pelo valor unitário proposto se aferindo o valor mensal que constará no contrato individual do município contratante.	serviço	11.937	R\$ 0,21	R\$ 2.595,26
3	LICENÇA DE USO DO APLICATIVO E PORTAL PARA O CIDADÃO, constante no item 32.29 do termo de referência - A quantidade licitada do item representa a população total dos municípios consorciados conforme item 2.4.2, assim ao formalizar o contrato se levará em consideração a população do município que estiver contratando multiplicado pelo valor unitário proposto se aferindo o valor mensal que constará no contrato individual do município contratante.	serviço	11.937	R\$ 1.552,95	

5	MONITORAMENTO , ANÁLISE, ACOMPANHAMENTO E TREINAMENTO DE INDICADORES DE SAÚDE PARA APOIO A GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, informações da saúde do município e sua população, melhoria no processo de tomada de decisão com a utilização de ferramentas inteligentes, extração de informações para composição do B.I. (Business Intelligence), sistema de comunicação via WhatsApp com a população e alerta aos profissionais de saúde referente ao acompanhamento das metas do PREVINE BRASIL, Indicadores da Atenção Primária, DATASUS, Fundo a Fundo, Informatiza APS - A quantidade licitada do item representa a população total dos municípios consorciados conforme item 2.4.2, assim ao formalizar o contrato se levará em consideração a população do município que estiver contratando multiplicado pelo valor unitário proposto se aferindo o valor mensal que constará no contrato individual do município contratante.	serviço	11.937	R\$ 1.552,95
4	IMPLANTAÇÃO DOS INDICADORES DE INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIO PARA ACOMPANHAMENTO E SUPORTE AO APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO CONECTA SUS, INFORMATIZA APS, PRODUÇÃO PREVINE BRASIL (ATENÇÃO PRIMÁRIA) E DATASUS. (parcela única). NÃO SERÁ COBRADA PARA O MUNICÍPIO CONSORCIADO QUE VIER ADERIR A ATA NO QUAL JÁ POSSUA CONTRATO DE SERVIÇOS EM EXECUÇÃO COM O EVENTUAL VENCEDOR. Caso o sistema oferecido não seja atualmente utilizado pelo CISAMVI, este deverá implantar seu sistema SEM CUSTO ao CISAMVI – A quantidade licitada do item representa a população total dos municípios consorciados conforme item 2.4.2, assim ao formalizar o contrato se levará em consideração a população do município que estiver contratando multiplicado pelo valor unitário proposto se aferindo o valor mensal que constará no contrato individual do município contratante.	Serviço parcela única	11.937	R\$ 1.552,95
Total				R\$69.966,87

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUÍLIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO – REAJUSTE

A CONTRATADA declara, para todos os fins e efeitos, que as alterações oriundas do presente termo aditivo não afetam a equação econômico financeira do contrato, assumindo o dever de bem e fielmente executá-lo, renunciando a todo direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente contrato será publicado na forma regulamentar.

Permanecem em vigor as demais disposições do Contrato Originário.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Rio dos Cedros, 24 de agosto de 2023.

.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

Jorge Luiz Stolf

Prefeito de Rio dos Cedros

CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS

Miria Eliete Schmid Floriani

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

CONTRATANTE

Marcos Roberto Gretter

Advogado

OAB/SC 33.595

SINNC SOLUÇÕES – Ltda – ME

Por Rodrigo Pimentel

CONTRATADA

Paulo Bindelli

Secretário de Fazenda de Rio dos Cedros

Rio Fortuna

PREFEITURA

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 003/2023

Publicação Nº 5092642

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 003/2023

OBJETO: Em decorrência da variação do Índice do Governo Federal e em razão do aumento dos preços do combustível tipo Óleo Diesel Comum, fica reajustado o presente contrato.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: POSTO RICKEN LTDA

VALOR: O valor do litro do Óleo Diesel Comum fica reajustado em R\$ 0,83 (oitenta e três centavos), passando de R\$ 5,21 (cinco reais e vinte e um centavos), para R\$ 6,04 (seis reais e quatro centavos).

DATA DO APOSTILAMENTO: 24/08/2023

Rio Fortuna/SC, 24 de agosto de 2023.

NERI VANDRESEN

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 005/2023

Publicação Nº 5092613

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 005/2023

OBJETO: Em decorrência da variação do Índice do Governo Federal e em razão do aumento dos preços do combustível tipo Óleo Diesel Comum, fica reajustado o presente contrato.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: POSTO RICKEN LTDA

VALOR: O valor do litro do Óleo Diesel Comum fica reajustado em R\$ 0,83 (oitenta e três centavos), passando de R\$ 5,21 (cinco reais e vinte e um centavos), para R\$ 6,04 (seis reais e quatro centavos).

DATA DO APOSTILAMENTO: 24/08/2023

Rio Fortuna/SC, 24 de agosto de 2023.

NERI VANDRESEN

Prefeito Municipal

EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 004/2023

Publicação Nº 5092634

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 004/2023

OBJETO: Em decorrência da variação do Índice do Governo Federal e em razão do aumento dos preços do combustível tipo Gasolina Comum, fica reajustado o presente contrato.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: OENNING E CIA LTDA.

VALOR: O valor do litro da Gasolina Comum fica reajustado em R\$ 0,38 (trinta e oito centavos), passando de R\$ 5,62 (cinco reais e sessenta e dois centavos), para R\$ 6,00 (seis reais).

DATA DO APOSTILAMENTO: 24/08/2023

Rio Fortuna/SC, 24 de agosto de 2023.

NERI VANDRESEN

Prefeito Municipal

EXTRATO 7º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 002/2023

Publicação Nº 5092648

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

EXTRATO 7º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 002/2023



OBJETO: Em decorrência da variação do Índice do Governo Federal e em razão do aumento dos preços dos combustíveis tipo Gasolina Comum e Óleo Diesel S10, fica reajustado o presente contrato.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: OENNING & CIA LTDA.

VALOR: O valor do litro da Gasolina Comum fica reajustado em R\$ 0,38 (trinta e oito centavos), passando de R\$ 5,62 (cinco reais e sessenta e dois centavos), para R\$ 6,00 (seis reais); o valor do litro do Óleo Diesel S10 fica reajustado em R\$ 0,83 (oitenta e três centavos), passando de R\$ 5,27 (cinco reais e vinte e sete centavos), para R\$ 6,10 (seis reais e dez centavos).

DATA DO APOSTILAMENTO: 24/08/2023

Rio Fortuna/SC, 24 de agosto de 2023.

NERI VANDRESEN

Prefeito Municipal

Riqueza

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS

Publicação Nº 5090576



Estado de Santa Catarina
Município de Riqueza
Departamento de Licitações, Compras e Contratos

MUNICÍPIO DE RIQUEZA EXTRATO DO CONTRATOS

Contrato nº: 109/2023
Contratada: GABRIELA TORRES RAUBER GHIGGI – CNPJ: 08.829.940/0001-08.
Objeto: Aquisição de jogos destinados ao grupo de idosos do município de riqueza, conforme os termos do edital e seus anexos.
Validade: 22 de agosto de 2024.
Emissão: 22 de agosto de 2023.

Expropriado: POSTO AVENIDA RIQUEZENSE LTDA – CNPJ: 07.057.381/0001-94.
Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 161/2022, considerando o aumento do preço do combustível, as partes pactuam para promover o reequilíbrio do preço do combustível, para 5,74 (cinco reais setenta e quatro centavos) por litro.
Emissão: 22 de agosto de 2023.

Contratada: ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS RIQUEZA LTDA – CNPJ: 31.306.611/0001-96.
Objeto: SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2022, considerando o aumento do preço do combustível, as partes pactuam para promover o reequilíbrio do preço do Óleo Diesel S10 (Ipiranga), para 6,06 (seis reais e seis centavos) por litro.
Emissão: 22 de agosto de 2023.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC - CNPJ/MF: 95.988.309/0001-48
Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br

Rodeio

PREFEITURA

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 6106 DE 22 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092652

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 6106 DE 22 DE AGOSTO DE 2023

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR TER LHE SIDO CONCEDIDA APOSENTADORIA ATRAVÉS DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

VALCIR FERRARI, Prefeito de Rodeio/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que a servidora IVONETE CONCEIÇÃO PEGORETTI foi aposentada por tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, a partir de 06 de agosto de 2023;

Considerando que, estando a servidora aposentada pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS, a Lei impõe que a mesma seja exonerada,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 31 de agosto de 2023, a servidora pública municipal IVONETE CONCEIÇÃO PEGORETTI, do cargo de Auxiliar Administrativo Nível Médio, por ter-lhe sido concedida à aposentadoria por tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação do DOM/SC nos termos do Art. 3º do Decreto Nº 5068 de 04 de outubro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 22 de agosto de 2023.

VALCIR FERRARI

Prefeito Municipal de Rodeio/SC

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 6107 DE 22 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092654

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 6107 DE 22 DE AGOSTO DE 2023

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALCIR FERRARI, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que houve determinação judicial nos autos do Processo nº 5002479-07.2023.8.24.0073, para que o CIAPS providenciasse avaliação psiquiátrica do menor D.B.C, e o CIAPS solicitou ao Município a realização da avaliação;

Considerando que o Município não tem, em seus quadros, profissional médico para realizar a avaliação psiquiátrica, necessitando contratar consulta neste sentido;

Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde conseguiu marcar consulta para o próximo dia 25 de agosto de 2023, porém é exigido o pagamento antecipado para realização da mesma;

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 24 de agosto de 2023, do Empenho Nº 1700/2023, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) à CLÍNICA PSQUIÁTRICA FONTANA LTDA. ME. CNPJ 04.559.052/0001-53, situada à Rua Aquidaban nº 263 – Bairro Glória, Joinville - SC, 89216-295.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação do DOM/SC nos termos do Art.

3º do Decreto Nº 5068 de 04 de outubro de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 22 de agosto de 2023.

VALCIR FERRARI
Prefeito de Rodeio/SC

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO 75/2023, 76/2023, 77/2023, 78/2023, 79/2023 E 80/2023

Publicação Nº 5090600

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio – Extrato de atas de registro de preço - Modalidade: Pregão Presencial – 29/2023, Processo 49/2023. Órgão gerenciador: Município de Rodeio - SC. Vigência: até 25/08/2024. Objeto: contratação de empresa para serviços mecânicos, elétricos e afins em veículos da municipalidade para os veículos que compõe a frota do município. Ata de registro de preço 75/2023 - Auto Elétrica Rodeio Ltda Me, valor estimado: R\$ 30.400,00. Ata de registro de preço 76/2023 - Mecânica Bertoldi Ltda Me, valor estimado: R\$ 117.400,00. Ata de registro de preço 77/2023 - Lavação Tamanini Ltda Me, valor estimado: R\$ 44.680,00. Ata de registro de preço 78/2023 - Alexandre Pintarelli Auto Elétrica, valor estimado: R\$ 17.070,00. Ata de registro de preço 79/2023 - Agromaster Peças e Serviços Ltda, valor estimado: R\$ 26.100,00. Ata de registro de preço 80/2023 - R.T. Tratores Comércio de Peças e Serviços Ltda, valor estimado: R\$ 118.000,00. Rodeio 25 de agosto de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº 13751 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092583

PORTARIA MUNICIPAL Nº 13751 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO A SERVIDOR QUE ABAIXO NOMINA

VALCIR FERRARI, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando que ADRIANA DE FÁTIMA BUENO foi aprovada no Processo Seletivo Emergencial Nº 12/2021, para o cargo de Agente Educacional;
Considerando os dizeres da Comunicação Interna Nº 346 de 10 de julho de 2023 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
Considerando que a prorrogação do Contrato de Trabalho se faz necessária por não haver candidatos aprovados em Concurso Público,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o Contrato de Trabalho, a partir de 01 de agosto de 2023 da servidora ADRIANA DE FÁTIMA BUENO, que está exercendo as funções do cargo de Agente Educacional, 40 horas semanais, Turno Matutino/Vespertino, junto ao Centro de Educação Infantil Governador Heriberto Hulse, Bairro Centro, Município de Rodeio – SC.

Art. 2º - A prorrogação do Contrato de Trabalho se dará no período de 01 de agosto a 15 de dezembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC nos termos no Art. 3º do Decreto Nº 5068 de 04 de outubro de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio em 24 de agosto de 2023.

VALCIR FERRARI
Prefeito Municipal de Rodeio/SC

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 13752 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092610

PORTARIA MUNICIPAL Nº 13752 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VALCIR FERRARI, Prefeito Municipal de Rodeio, no uso de suas atribuições legais, e;
Considerando que o servidor ELIAS DE OLIVEIRA SOARES requereu as férias regulamentares referente ao período aquisitivo de 2023/2024,

através de Requerimento protocolizado sob o Nº 664 de 24 de agosto de 2023, Considerando que o setor de pessoal, informa que o requerente faz jus aos 10 (dez) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 2023/2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias regulamentares ao servidor ELIAS DE OLIVEIRA SOARES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo Nível Superior, período aquisitivo 2023/2024, a partir de 28 de agosto de 2023.

Art. 2º - As férias regulamentares serão usufruídas no período de 28 de agosto a 06 de setembro de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC nos termos do Art. 3º do Decreto Nº 5068 de 04 de outubro de 2019.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 24 de agosto de 2023.

VALCIR FERRARI

Prefeito Municipal de Rodeio/SC

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

PORTARIA MUNICIPAL Nº 13753 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092614

PORTARIA MUNICIPAL Nº 13753 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

AUTORIZA SERVIDOR QUE NOMINA A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DESTA MUNICÍPIO

VALCIR FERRARI, Prefeito Municipal de Rodeio/SC, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando que não há motoristas suficientes para atender a todos os servidores desta Prefeitura que precisam se locomover com veículos oficiais;

Considerando que há necessidade de restringir ao máximo novas contratações,

RESOLVE:

ART. 1º- Autorizar a servidora pública JESSICA ECHER FERRARINI, CPF 021...-

69, ocupante do cargo de Coordenadora Técnico-Pedagógica, a conduzir veículo oficial da Prefeitura Municipal de Rodeio/SC.

Parágrafo Único: a referida servidora só poderá conduzir veículos oficiais para os quais estiver habilitada em sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH.

ART. 2º- Quando a servidora acima estiver conduzindo veículo oficial, este estará sob sua total responsabilidade, respondendo a mesma por eventuais multas, de conformidade com o Decreto Executivo Municipal n.º 1925 de 25 de janeiro de 2005 e por eventuais avarias a que comprovadamente vier a dar causa.

ART. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC nos termos do Art. 3º do Decreto Nº 5068 de 04 de outubro de 2019.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 24 de agosto de 2023.

VALCIR FERRARI

Prefeito Municipal de Rodeio/SC

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.748

Publicação Nº 5091057

DECRETO Nº 4.748/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes, DECRETA:

ART. 1º. Fica nomeada sem ônus para o Município, pelo período de 24 de agosto até 31 de dezembro de 2023, a Comissão Permanente de Processamento e Julgamento de Licitações do Município de Romelândia que será composta dos seguintes membros Titulares e Suplentes:

PRESIDENTE: ÁLVARO ULISSES VIGANO

SUPLENTE: VALDINEI GREGOL

MEMBRO: RODRIGO JUNIOR SAUL

SUPLENTE: VALQUÍRIA GIOTTO GENZ

MEMBRO: ANA PAULA LORINI DO AMARAL

SUPLENTE: NILSON SCHAFFER

ART. 2º. Fica estabelecido que na ausência do membro Titular, o respectivo suplente assumirá as funções daquele, independente do ato.

ART. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

ART. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Romelândia, SC, 24 de agosto de 2023.

JUAREZ FURTADO

Prefeito Municipal de Romelândia

Publicado o presente Decreto em data supra.

Saul Fernando Ristow

Secretario de administração e fazenda

DECRETO Nº 4.749

Publicação Nº 5091060

DECRETO Nº 4.749/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE QUEM PODE DIRIGIR VEÍCULOS DO MUNICÍPIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, Chefe do Poder Executivo do Município de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o número reduzido de servidores municipais ocupantes do cargo de motorista; considerando a frequente necessidade de deslocamento de veículos a serviço, para comunidades diversas ou a outros Municípios, inclusive para que servidores e agentes políticos participem de cursos, palestras, reuniões e outros; considerando o prejulgado n. 704 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que orienta positivamente no sentido da possibilidade de outros servidores que não, especificamente os motoristas, poderem dirigir os veículos do Município em situações especiais, DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados a dirigir veículos pertencentes ao Município de Romelândia para serviço, quando houver necessidade e no interesse da Administração, os seguintes servidores:

I – Juarez Furtado – Prefeito Municipal;

II – Valdinei Gregol – Técnico Administrativo I;

III – Nadir Luiz Pandolfo – Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

IV – Andrieli Rotava – Procuradora do Município;

V – Leaini Britzke – Secretária Municipal de Saúde;

VI – Ivandro Roberto Moras – Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

VII – Lilian de Souza de Oliveira – Agente de Combate de Endemias;

VIII – Saul Fernando Ristow – Secretária Municipal de Administração e Fazenda;
IX – Jurema Maria Isaías – Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação;
X – Marcelo Furtado – Procurador Geral;
XI - Nilson Schaeffer - ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Externos;
XII – Jurandir de Souza Machado - ocupante do cargo de Zelador;
XIII- Robson Luiz Scholtze - ocupante do cargo de engenheiro agrônomo;
XIV – Leonir Marcos Rodrigues da Fonseca – operador de máquinas;
XV - Josenei Sasset - ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade;
XVI - Lucimar Luiz Ferrari - ocupante do cargo de Contador;
XVII – Valmor Giotto – Operador de Máquinas;
XVIII - Loide Maria Pereira – ocupante do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;
XIX – Daniel Mazon – Fiscal de Obras e Posturas;
XX- Daniel Roque Busa – operador de máquinas;
XXI- Simone Ceccheler - ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;
XXII – Viviane Gregol - ocupante do cargo de Conselheira Tutelar;
XXIII - Evandro Luiz Schaefer - ocupante do cargo de Controle;
XXIV – Airton Perondi – Operador de Máquinas;
XXV – Darci Dumke - ocupante do cargo de Coordenador do CRAS;
XXVI - Maico Evandro Scopel - operador de máquinas;
XXVII – Rodrigo Junior Saul – Diretor
XXVIII – Solange Fischer de Mattos - Agente de Combate de Endemias
XXIX – Adelar Vicente Ott – Operador de Máquinas;
XXX – Ana Paula Lorini do Amaral - Diretora
XXXI – Leila Cristina Bonamigo dos Santos Rampazzo – Conselheira Tutelar;
XXXII – Junior Lolato - ocupante do cargo de Mecânico;
XXXIII – Caroline Comin – Psicóloga;
XXXIV – Adriana Koch – Técnica de Enfermagem
XXXV – Jeferson Douglas Breitenbach - ocupante do cargo de Engenheiro;
XXXVI – Fabiani Camargo da Silva – Nutricionista;
XXXVII – Aline Gehrke Pessotto – Enfermeira;
XXXVIII- Fabrício Pizzatto Simon - Técnico Administrativo III;
XXXIX - Thais Regina Garlet – Farmacêutica;
XL - Monica Bernardi – Enfermeira;
XLI – Valério Inácio Mallmann - Operador de Máquinas
XLII – Paulino Ari Furtado – Secretário de Transporte, Obras e Urbanismo;
XLIII – Valdecir de Oliveira – Vice-Prefeito;
XLIV – Gabrieli Zanfonato – Agente de Recursos Humanos;
XLV – Ana Paula Schlickmann Giotto – Chefe de Setor;
XLVI – Valquíria Giotto Genz – Recepcionista;
XLVII - Jair Zimmer – Técnico Administrativo III;
XLVIII - Eugênio Ricardo Kuhn – Diretor Adjunto
XLIX – Marivete Cecilia Caye – Conselheira Tutelar;
L – Aldoir Carteri – operador de máquinas;
LI – Andrieli Rossa Dallagnol – Fisioterapeuta;
LII – Anderson Luiz Schuster – Sub-Diretor;
LIII – Álvaro Olisses Viganó – Coordenador de Licitações , compras e contratos
LIV – Sérgio Sasset – operador de máquinas;
LV – Gilson Garbo – Operador de Máquinas;
LVI – Fernando Darlei Royer – Motorista
LVII – José Agenor Ott – operador de máquinas;

LVIII – Maiara Paula Baldo – Fisioterapeuta.
LIX – Paulo Crestani – Pedreiro
LX – Claudiomiro Raimundo Puhl – Operador de Máquinas;
LXI – Cleiton de Souza – Assessor de Planejamento II;
LXII – Marcos Marques Moreira – Médico Clínico Geral;
LXIII – Willian Ezequiel Cortti– Médico Clínico Geral;
LXIV – Jenifer Rodrigues da Fonseca – Médico Veterinário.
LXV - Wilian Leonardo Rodrigues Popp – Assessor Administrativo I
LXVI - Josecleia de Fatima Otto – Assistente Social – Cras
LXVII – – Valdecir Ricardo Menon - Chefe de Gabinete.

Art. 2º - Para que a presente autorização surta efeitos o setor de recursos humanos deverá manter na pasta do servidor cópia atualizada da Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 4.727/2023.

Romelândia, SC, 24 de agosto de 2023.

JUAREZ FURTADO
Chefe do Executivo Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data Supra

Saul Fernando Ristow
Secretário da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 11265/2023

Publicação Nº 5090049

PORTARIA Nº 11265/2023

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar a Servidora Pública Municipal Sra. ROSINHA APARECIDA MARQUES, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação deste município, a partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 24 de agosto de 2023.

Juarez Furtado
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Gabrieli Zanfonato
Agente de Recursos Humanos

Salete

PREFEITURA

LICITACAO 47 2023

Publicação N° 5091892

MUNICIPIO DE SALETE

PUBLICAÇÃO: LICITAÇÃO N° 047/2023 Modalidade: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada do ramo pertinente para execução dos serviços necessários à realização da obra de construção de mirante no município de Salete. Entrega dos envelopes da documentação: Na Prefeitura de Salete, até as 09h00min, do dia 11/09/2023. Abertura dos Envelopes das propostas: Na Prefeitura de Salete, às 09h30min, do dia 11/09/2023. O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados na Prefeitura Municipal, Imprensa Oficial do Município, na Divisão de Compras, de segunda a sexta-feira no horário normal de expediente ou pelo telefone (047) 3563-0266. Sendo ainda que o edital poderá ser retirado no site: www.salete.sc.gov.br ou pelo e-mail: licitacoes@salete.sc.gov.br.

Salete, 25 de agosto de 2023.

Solange Aparecida Bitencourt Schlichting

Prefeita de Salete

PORTARIA N° 210/2023

Publicação N° 5089701

PORTARIA N.º 210/2023

Demite servidora a pedido.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe conferem o inciso VIII, do artigo n° 78, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR a partir de 18 de agosto de 2023, a pedido da servidora MARLI DE SOUZA CIPRIANI, matrícula n° 1028154-02, admitida em caráter temporário – ACT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais I, nível 58, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, regida pelo Regime Estatutário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Salete, 18 de agosto de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING

Prefeita Municipal de Salete

PORTARIA N° 211/2023

Publicação N° 5089702

PORTARIA N° 211/2023

Concede Licença para Tratamento de Saúde.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING, Prefeita do Município de Salete, Estado de Santa Catarina;

NO USO das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo artigo 80 da Lei Complementar n.º 001, de 02 de dezembro de 1993,

RESOLVE :

Art. 1º - CONCEDER, licença para tratamento de saúde, pelo período de 02 de agosto de 2023 a 02 de agosto de 2024 (conforme Laudo de Exame Médico Pericial n.º 01, de 18 de julho de 2023), para a servidora ZELI MARCELINO, matrícula n° 89079-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Salete, 18 de agosto de 2023.

SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING

Prefeita do Município de Salete

Saltinho

PREFEITURA

DECRETO EXECUTIVO Nº 5009/2023, DE 24/08/2023

Publicação Nº 5090046

DECRETO Nº. 5009/2023, de 24 de Agosto de 2023.

Homologa Resolução nº. 008/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo o art. 59, VII da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 963/2019, de 05 de Abril de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto Homologada a Resolução nº. 008/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, datada de 24 de Agosto de 2023, anexo a este decreto, que define os mesmos membros da Comissão Especial para Escolha Suplementar de Membro do Conselho Tutelar para mandato até 09 de janeiro de 2024.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Saltinho - SC, 24 de Agosto de 2023.

EDIMAR NORONHA DE FREITAS

Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDO PACASSA

Secretário de Administração e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.

Elisângela Sganzerla

Agente de Administração

RESOLUÇÃO CMDCA nº 08 de 24 de agosto de 2023.

Dispõe sobre as regras para realização de processo de escolha suplementar do conselho tutelar de Saltinho, SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da criança e adolescente do município de Saltinho SC,

CONSIDERANDO a emergência para escolha suplementar de membro do conselho tutelar do município de Saltinho, SC;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação imediata, tendo em vista a vacancia de uma vaga e suplencia para o cargo de conselheiro (a) tutelar para o mandato até 09 de janeiro de 2024.

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos a forma de escolha dar-se-á pelo voto indireto dos membros do CMDCA de Saltinho, SC, em data a ser definida

RESOLVE:

Art. 1º Definir os membros da Comissão Especial para Escolha Suplementar de Membro do Conselho Tutelar para mandato até 09 de janeiro de 2024.

Claudenir Marcelo Simões Pires - Presidente

Nerli Fátima Gomes de Oliveira Generalli

Marta Judite Debona Gregolin

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Saltinho, 24 de agosto de 2023

Elisangela Sganzerla

Presidente do CMDCA

Sangão

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 003/2023 - FMAS - PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2023

Publicação N° 5091615

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6D6975B98BF14E51D052FE516F3F70525A632950

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOC DE SANGAO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 003/2023

Contratante.: FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOC DE SANGAO

Contratada.: ADNAEL CARDOSO DE AGOSTIN 07285989908

Valor : 4.912,44 (quatro mil novecentos e doze reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 25/08/2023 Término: 25/08/2024

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 43/2023

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGAO

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.39.00.00.00.00 (12)

Objeto : A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa especializada para prestação de serviços continuados de jardinagem, nos bens de uso comum, especial e dominical do Município de Sangão/SC, conforme as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos.

Sangão, 24 de Agosto de 2023

EXTRATO DO CONTRATO N° 008/2023 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2023

Publicação N° 5091392

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8F49CDEFDB42C5C9EF774E7261B2D0336DB099B2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANGAO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 008/2023

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANGAO

Contratada.: ADNAEL CARDOSO DE AGOSTIN 07285989908

Valor : 8.390,04 (oito mil trezentos e noventa reais e quatro centavos)

Vigência : Início: 25/08/2023 Término: 25/08/2024

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 43/2023

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGAO

Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.39.00.00.00.00 (20)

Objeto : A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa especializada para prestação de serviços continuados de jardinagem, nos bens de uso comum, especial e dominical do Município de Sangão/SC, conforme as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos.

Sangão, 24 de Agosto de 2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2023 - PMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2023 - PMS

Publicação Nº 5091229

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65C2ABB04EDD8743A78557118A8D21D31B5E7D52

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGAO		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº...: 041/2023</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGAO</p> <p>Contratada....: ADNAEL CARDOSO DE AGOSTIN 07285989908</p> <p>Valor : 48.497,52 (quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e sete reais e cinq-enta e dois centavos)</p> <p>Vigência : Início: 25/08/2023 Término: 25/08/2024</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2023</p> <p>Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.39.00.00.00.00 (22), 2.019.3.3.90.39.00.00.00.00 (127), 2.021.3.3.90.39.00.00.00.00 (143), 2.028.3.3.90.39.00.00.00.00 (223)</p> <p>Objeto : A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa especializada para prestação de serviços continuados de jardinagem, nos bens de uso comum, especial e dominical do Município de Sangão/SC, conforme as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos.</p>		
Sangão, 24 de Agosto de 2023		

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 082/2022 - PREGÃO PRESENCIAL 039/PMS/2022

Publicação Nº 5091264

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65BB9BE25DED15EF4E9CF3455F2E3BF70F3628CF

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGAO		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Aditivo Nº : 1-082/2022 - Contrato Nº: 082/2022</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGAO</p> <p>Contratada....: SERRA GERAL SOLUCOES PARA INTERNET LTDA</p> <p>Valor : 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)</p> <p>Vigência : Início: 26/08/2023 Término: 26/08/2024</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2022</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : O presente pregão tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura e eventual Contratação de empresa para disponibilização de plataforma tecnológica, baseada em aplicativo web, incluindo fornecimento de recursos tecnológicos de segurança, equipamentos de monitoramento de imagens (em regime de comodato), plataforma de comunicação digital e rede social privada, conforme detalhamento do objeto, detalhamento dos serviços, quantitativos e demai</p>		
Sangão, 24 de Agosto de 2023		

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2023 - PMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2023 - PMS

Publicação Nº 5091218

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1CD5607265F486B2601E748EF404A072047A11A5

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGAO CNPJ: 95.780.458/0001-17 Rodovia SC 443, Km 02 C.E.P.: 88717-000 - Sangão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2023 - PR Processo Administrativo: 73/2023 Processo de Licitação: 73/2023 Data do Processo: 08/08/2023
--	--

Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, CASTILHO SILVANO VIEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 73/2023
b) Licitação Nr.: 43/2023-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/08/2023
e) Objeto da Licitação

A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa especializada para prestação de serviços continuados de jardinagem, nos bens de uso comum, especial e dominical do Município de Sangão/SC, conforme as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**ADNAEL CARDOSO DE AGOSTIN 07285989908 (10035)**

1	SERVIÇO DE JARDINAGEM COM MANUTENÇÃO DA ÁREA TOTAL DO MÓDULO ESPORTIVO JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, LOCALIZADO NA RUA 30 DE MARÇO, S/Nº, SANGÃO/SC, INCLUINDO ROÇAGEM, VARRIÇÃO, PODAS E DESCARTE ADEQUADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS.	MES	12,00	0,0000	396,32	4.755,84
2	SERVIÇO DE JARDINAGEM COM MANUTENÇÃO NA PRAÇA DE SANGÃO, LOCALIZADA NA RUA 27 DE SETEMBRO, CENTRO, E NA PRAÇA DA VILA DO SOL, LOCALIZADA NA RUA DOTINO JOSÉ LUIZ, AMBAS EM SANGÃO/SC, INCLUINDO ROÇAGEM, VARRIÇÃO, PODAS E DESCARTE ADEQUADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS.	MES	12,00	0,0000	311,55	3.738,60

Sangão, 24 de Agosto de 2023.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGAO****CNPJ:** 95.780.458/0001-17
Rodovia SC 443, Km 02
C.E.P.: 88717-000 - Sangão - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 43/2023 - PR****Processo Administrativo:** 73/2023
Processo de Licitação: 73/2023
Data do Processo: 08/08/2023

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 1****ADNAEL CARDOSO DE AGOSTIN 07285989908 (10035)**

3	SERVIÇO DE JARDINAGEM COM MANUTENÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGÃO, LOCALIZADA NA RODOVIA SC 443, KM 2, 850, CENTRO, SANGÃO/SC, INCLUINDO ROÇAGEM, VARRIÇÃO, PODAS E DESCARTE ADEQUADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS.	MES	12,00	0,0000	403,56	4.842,72
4	SERVIÇO DE JARDINAGEM COM MANUTENÇÃO NA RODOVIA SC 443 (8KM), INCLUINDO ROÇAGEM, VARRIÇÃO, PODAS E DESCARTE ADEQUADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS.	MES	12,00	0,0000	1.673,67	20.084,04
5	SERVIÇO DE JARDINAGEM COM MANUTENÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO DE SANGÃO/SC E SUAS UNIDADES VINCULADAS (ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NÚCLEO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL - NCE E PRAÇA DO MUSEU), INCLUINDO ROÇAGEM, VARRIÇÃO, PODAS E DESCARTE ADEQUADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS.	MES	12,00	0,0000	1.003,49	12.041,88
6	SERVIÇO DE JARDINAGEM COM MANUTENÇÃO NAS RÓTULAS: DA PREFEITURA DE SANGÃO, LOCALIZADA NA RODOVIA SC 443, KM 2, CENTRO, SANGÃO/SC; DA RUA ALCINO ROCHA; E DA RUA DORVALINO, AMBAS NO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC, INCLUINDO ROÇAGEM, VARRIÇÃO, PODAS E DESCARTE ADEQUADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS.	MES	12,00	0,0000	165,92	1.991,04
7	SERVIÇO DE JARDINAGEM COM MANUTENÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC, INCLUINDO ROÇAGEM, VARRIÇÃO, PODAS E DESCARTE ADEQUADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS.	MES	12,00	0,0000	699,17	8.390,04
8	SERVIÇO DE JARDINAGEM COM MANUTENÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, INCLUINDO ROÇAGEM, VARRIÇÃO, PODAS E DESCARTE ADEQUADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS.	MES	12,00	0,0000	409,37	4.912,44

Sangão, 24 de Agosto de 2023.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGAO****CNPJ:** 95.780.458/0001-17
Rodovia SC 443, Km 02
C.E.P.: 88717-000 - Sangão - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 43/2023 - PR****Processo Administrativo:** 73/2023
Processo de Licitação: 73/2023
Data do Processo: 08/08/2023

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 1****ADNAEL CARDOSO DE AGOSTIN 07285989908 (10035)**

9	SERVIÇO DE JARDINAGEM COM MANUTENÇÃO NO GINÁSIO DE ESPORTES JONAS GOULART, LOCALIZADO NA RUA JONAS GOULART, S/Nº, CENTRO, SANGÃO/SC, INCLUINDO ROÇAGEM, VARRIÇÃO, PODAS E DESCARTE ADEQUADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS.	MES	12,00	0,0000	86,95	1.043,40
---	---	-----	-------	--------	-------	----------

Total do Fornecedor: 61.800,00
Total Geral: 61.800,00

Sangão, 24 de Agosto de 2023.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

DECRETO EXECUTIVO Nº 56/2023

Publicação Nº 5092658

DECRETO MUNICIPAL Nº 56/2023
DE 03 DE JULHO DE 2023

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE LIMA/SC A PROCEDER A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR DO TIPO ORIGINAL NO ORÇAMENTO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

Prefeito do Município de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe conferem a Constituição Federal, Constituição Estadual a Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Municipal nº 2.422/22.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar dotação orçamentária suplementar do tipo original no Orçamento do Município no exercício de 2023 ate o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para atender a seguinte dotação orçamentária e suplementação da dotação abaixo descrita:

SUPLEMENTA-SE A SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Entidade	01	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA			
Órgão	01.06	PODER EXECUTIVO			
Unidade	01.01.06.03	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO			
Proj/Ativi.	2.017	Transporte Escolar Ensino Fundamental			
59	3.3.90.00.00.00.00.01.0553.(0553)	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00	
Total				R\$	40.000,00

Entidade	01	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA			
Órgão	01.06	PODER EXECUTIVO			
Unidade	01.01.06.03	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO			
Proj/Ativi.	2.018	Transporte Escolar – Educação Infantil			
88	3.3.90.00.00.00.00.01.0571.(0571)	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00	
Total				R\$	100.000,00

Entidade	01	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA			
Órgão	01.06	PODER EXECUTIVO			
Unidade	01.01.06.01	GABINETE DO PREFEITO			
Proj/Ativi.	2.005	Apoio as Polícias Civil e Militar			
146	3.3.90.00.00.00.00.02.5140.(0752)	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00	
Total				R\$	10.000,00

Art. 2º - Os recursos para a cobertura do valor descrito no Art. 1º proveram de Adição de dotação por Excesso de arrecadação:

ANULAM-SE PARCIALMENTE AS SEGUINTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

DOTAÇÃO	ELEMENTO	R\$	VALOR	
Excesso de Arrecadação				
Excesso de Arrecadação	00.01.0553.(0553)	R\$	40.000,00	
Excesso de Arrecadação	00.01.0571.(0571)	R\$	100.000,00	
Excesso de Arrecadação	00.02.5140.(0752)	R\$	10.000,00	
TOTAL				150.000,00
..... R\$				

Art. 4º - Considera-se alterado através desta Lei o PPA LDO e LOA do Município de Santa Rosa de Lima.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrario.

SANTA ROSA DE LIMA, Estado de Santa Catarina, 03 de julho de 2023.

SALÉSIO WIEMES SEBASTIÃO VANDERLINDE
Prefeito Municipal Sec. Municipal Adm. Finan. Planejamento

Eu, _____ ANDRE AVILA BIANCHINI, ocupante do Cargo Efetivo de jornalista, No 708, Certifico e dou fé, que o presente Decreto foi registrada e publicada no mural eletrônico deste Município, no endereço eletrônico www.santarosadelima.sc.gov.br na data de ____/____/_____, conforme determina a Lei Municipal no 2.145/2016 de 07/12/2016.

DECRETO EXECUTIVO Nº 59/2023

Publicação Nº 5092661

DECRETO MUNICIPAL Nº 59/2023
DE 03 DE JULHO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2023 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Prefeito do Município de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe conferem a Constituição Federal, Constituição Estadual a Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Municipal nº 2.422/22.
DECRETA:

Art. 1º	Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder no orçamento vigente, a abertura de CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) Dotação proveniente de Excesso de Arrecadação do Sistema Único de Assistência Social:
---------	--

SUPLEMENTA-SE A SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Entidade		03	FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE SANTA ROSA DE LIMA		
Órgão		03.08	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade		03.08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL		
Proj/Ativi.		2036	Proteção Básica - social		
7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.6060(0000)		Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.6060(0000)		Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
44	3.3.90.00.00.00.00.00.01.6060(0000)		Aplicações Diretas	R\$	5.000,00

TOTAR R\$ 35.000,00

Entidade		03	FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE SANTA ROSA DE LIMA		
Órgão		03.08	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade		03.08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL		
Proj/Ativi.		2036	Proteção Básica - social		
17	313.90.00.00.00.00.00.00.01.0500(0500)		Aplicações Diretas	R\$	60.000,00

TOTAR R\$ 60.000,00

Art. 2º	Para cobertura do crédito referido no Art.1º, serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação do Fundo Municipal de Assistência Social conforme, especificado na legislação e em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e o disposto na Lei nº 4.320/64, ficando assim descritas:
---------	--

DOTAÇÃO	ELEMENTO	R\$	VALOR	
Excesso Arrecadação				
Excesso Arrecadação	00.01.6060(0000)	R\$	25.000,00	
Excesso Arrecadação	00.01.6060(0000)	R\$	5.000,00	
Excesso Arrecadação	00.01.6060(0000)	R\$	5.000,00	
Excesso Arrecadação	00.01.0500(0500)	R\$	60.000,00	

TOTAL		95.000,00
..... R\$		

Art. 3º	Considera-se alterado através desta Lei o PPA LDO e LOA do Município de Santa Rosa de Lima.
Art. 4º	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrario

SANTA ROSA DE LIMA, Estado de Santa Catarina em 03 de julho de 2023.

SALÉSIO WIEMES SEBASTIÃO VANDERLINDE
Prefeito Municipal Sec. Municipal Adm. Finan. Planejamento

Eu, _____ ANDRE AVILA BIANCHINI, ocupante do Cargo Efetivo de jornalista, No 708, Certifico e dou fé, que a presente Decreto foi registrada e publicada no mural eletrônico deste Município, no endereço eletrônico www.santarosadelima.sc.gov.br na data de ____/____/_____, conforme determina a Lei Municipal no 2.145/2016 de 07/12/2016.

DECRETO EXECUTIVO Nº 60/2023

Publicação Nº 5092666

DECRETO MUNICIPAL Nº 60/2023
DE 03 DE JULHO DE 2023

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)”.

Prefeito do Município de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe conferem a Constituição Federal, Constituição Estadual a Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Municipal nº 2.422/22.

DECRETA:

Art. 1º	Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder no orçamento vigente, a abertura de CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL, até o montante de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), proveniente de Excesso de Arrecadação – Recurso de Alienação de bens, para atender a seguinte dotação Orçamentária:
---------	--

SUPLEMENTA-SE A SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Entidade		02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ROSA DE LIMA			
Órgão		02.07	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Unidade		02.07.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Proj/Ativi.		2.032	Desenvolvimento de Ações do Grupo de Atenção Primária			
9	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500(0500)		Aplicações Diretas	R\$	120.000,00	
34	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500(0500)		Aplicações Diretas	R\$	100.000,00	
7	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0600(0600)		Aplicações Diretas	R\$	100.000,00	

TOTAR R\$ 320.000,00

Art. 2º	Para cobertura do crédito referido no Art.1º, serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação com o previsto na LOA – Lei de Diretrizes Orçamentárias e o disposto na Lei nº 4.320/64 abaixo descritas:
---------	--

DOTAÇÃO	ELEMENTO	R\$	VALOR	
Excesso de Arrecadação				
Excesso de Arrecadação	00.01.0600(0600)	R\$	100.000,00	
Excesso de Arrecadação	00.01.0500(0500)	R\$	100.000,00	
Excesso de Arrecadação	00.01.0500(0500)	R\$	120.000,00	
TOTAL			320.000,00	
..... R\$				

Art. 3º	Considera-se alterado através desta Lei o PPA LDO e LOA do Município de Santa Rosa de Lima.
---------	---

Art. 4º

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrario

SANTA ROSA DE LIMA, Estado de Santa Catarina em 03 de julho de 2023.

SALÉSIO WIEMES SEBASTIÃO VANDERLINDE

Prefeito Municipal Sec. Municipal Adm. Finan. Planejamento

Eu, _____ ANDRE AVILA BIANCHINI, ocupante do Cargo Efetivo de jornalista, No 708, Certifico e dou fé, que a presente Decreto foi registrada e publicada no mural eletrônico deste Município, no endereço eletrônico www.santarosadelima.sc.gov.br na data de ____/____/_____, conforme determina a Lei Municipal no 2.145/2016 de 07/12/2016.

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 054, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089727

DECRETO Nº 054, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Aprova o Projeto de Regularização Fundiária, na modalidade REURB-E, resultante do procedimento administrativo de regularização fundiária por interesse específico nº 004/2023, do imóvel objeto das matrículas nºs 263, 462, 1.536 e 5.522 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul - SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 28, inciso V e 40, incisos II e III da Lei Federal 13.465/2017, Decreto nº 18 de 28/03/2019 e Decreto nº 25 de 24/04/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Regularização Fundiária, na modalidade REURB-E, resultante do procedimento administrativo de regularização fundiária urbana nº 004/2023, do imóvel objeto das matrículas nºs 263, 462, 1.536 e 5.522 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul - SC, que o Município identifica e declara como ocupantes do "núcleo urbano informal consolidado" denominado "VILA FREITAS - SETOR 09" situado no Bairro Vila Freitas neste Município de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º Os beneficiários adquiriram os imóveis objeto da Certidão de Regularização Fundiária - CRF do Núcleo Urbano objeto do art. 1º deste Decreto por meio da Legitimação Fundiária, não havendo intervenções a serem executadas no presente caso.

Art. 3º Fica revogado na íntegra o Decreto nº 053, de 22 de agosto de 2023.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de agosto de 2023.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE,

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N. 039/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO N. 039/2018 - CONTRATO N. 103/2018

Publicação Nº 5089252

NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N. 039/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO N. 039/2018 - CONTRATO N. 103/2018

NOTIFICADA: JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME, CNPJ n.º 13.442.044/0001-13, estabelecida na Rua Telegrafista Adolfo Coelho, no 1308, Bairro São Luiz, CEP: 88.960-000, Sombrio/SC,

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para execução de ampliação da Unidade Básica

de Saúde, área total de 210,40m², tudo em conformidade com projeto, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo.

O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ no 80.989.965/000-98, CONSIDERANDO que a necessidade de finalização da prestação de contas do contrato e até o presente momento a empresa não efetuou o encerramento da CNO junto a Receita Federal, é a presente para Notificá-la que proceda o imediato cadastramento e encerramento ou comprove que já realizou a CNO junto a Receita Federal, apresentando documento que demonstre o cumprimento desta obrigação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da publicação desta Notificação no DOM.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, no DOM.

Santa Rosa do Sul, 28 de julho de 2023.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 002/CMDCA/2023

Publicação Nº 5090539



Estado de Santa Catarina
Município de Santa Rosa do Sul

Edital n. 002/2023

Edital de convocação dos eleitores do Município de Santa Rosa do Sul para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Santa Rosa do Sul, para o período de 2024 a 2028.

A Comissão Especial para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, constituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santa Rosa do Sul, na forma da Resolução n. 010/2023, **CONVOCA** todos os eleitores do Município para participarem do processo de escolha que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL.

I – A votação do processo de escolha ocorrerá no dia 01/10/2023, no horário de 8h às 17h, no E. E. B. João dos Santos Areão, localizada a Rua XV de Novembro, 161 - Centro, Santa Rosa do Sul - SC, 88965-000;

II – Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no Município ou cuja transferência do título tenha ocorrido até 90 (noventa) dias antes do pleito¹;

III – O voto é facultativo;

IV – Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de documento oficial de identidade com foto (RG, CNH, CTPS etc);

V – Cada eleitor poderá votar em 1 (um) candidato;²






VI – Não será permitido o voto por procuração;






VII – Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

VIII – Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:

¹ Verificar prazo acertado com a Justiça Eleitoral.

² Verificar o número de candidatos na Lei Municipal. A Resolução n. 231/2022 do CONANDA indica que o voto uninominal é preferencial.

Número	Nome	Foto
101	BRUNA	
102	GRAZIELA	
103	KELEN	
104	LIZI	
105	RITA SILVA	

106	ROSA ENI	
107	TAMIRES	
108	VANDA	
109	VIANEI	
110	VOLNEI GATANHÃO	

Santa Rosa do Sul, 24 de agosto de 2023.

CLEONICE BITENCOURT CABRAL
Presidente do CMDCA

PORTARIA 244/2023

Publicação Nº 5090484

PORTARIA N.º 244, DE 22 DE AGOSTO DE 2023.
PROMOVE SERVIDOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo 17, da Lei n.º 117, de 30/06/92, e alterações posteriores, e Art. 17 da Lei nº 45, de 20/08/90, e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Promover o Servidor José Nivaldo Serafim Bitencourt, ocupante do Cargo Permanente de Motorista, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, nomeado pela Portaria n.º 053, de 29/02/2008, pelo critério de merecimento, da Referência A004, para Referência A005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de agosto de 2023.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA
Prefeito Municipal

EDSON DE OLIVEIRA BORBA
Secretário Municipal Geral de Governo

Registrada e Publicada Nesta Secretaria na Data Supra.

ROSANE FERREIRA EMERIM
Responsável pelo Departamento Pessoal

PORTARIA 245/2023

Publicação Nº 5090486

PORTARIA N.º 245, DE 22 DE AGOSTO DE 2023.
PROMOVE SERVIDOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo 17, da Lei n.º 117, de 30/06/92, e alterações posteriores, e Art. 17 da Lei nº 45, de 20/08/90, e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Promover o Servidor Josimar Paulo dos Santos, ocupante do Cargo Permanente de Operador de Equipamento II, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, nomeado pela Portaria n.º 014, de 15/01/2020, pelo critério de merecimento, da Referência A002, para Referência A003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de agosto de 2023.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA
Prefeito Municipal

EDSON DE OLIVEIRA BORBA
Secretário Municipal Geral de Governo

Registrada e Publicada Nesta Secretaria na Data Supra.

ROSANE FERREIRA EMERIM
Responsável pelo Departamento Pessoal

PORTARIA 246/2023

Publicação Nº 5090487

PORTARIA N.º 246, DE 22 DE AGOSTO DE 2022.
PROMOVE SERVIDORA QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo 17, da Lei n.º 117, de 30/06/92, e alterações posteriores, e Art. 17 da Lei nº 45, de 20/08/90, e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Servidora Cleonice Bitencourt Cabral, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo I, do Grupo Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, nomeado pela Portaria n. 0151, de 25/06/2008, pelo critério de merecimento, da Referência A005, para Referência A006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de agosto de 2023.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA
Prefeito Municipal

EDSON DE OLIVEIRA BORBA
Secretário Municipal Geral de Governo

Registrada e Publicada Nesta Secretaria na Data Supra.

ROSANE FERREIRA EMERIM
Responsável pelo Departamento Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 010/CMDCA/2023

Publicação Nº 5090534

Estado de Santa Catarina
Município de Santa Rosa do Sul

Resolução nº 010/2023

Dispõe sobre a convocação dos Eleitores para o Processo de Escolha dos membros para Conselheiro Tutelar no Município de Santa Rosa do Sul/SC.

A Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha do Conselho Tutelar, instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santa Rosa do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 231/2022 e na Lei Municipal nº1274/2023;

Resolve:

Tornar público o Edital de Convocação dos Eleitores, para participarem do processo de escolha que definirá os novos membros do Município de Santa Rosa do Sul.

Santa Rosa do Sul, 24 de agosto de 2023.

CLEONICE BITENCOURT CABRAL
Presidente do CMDCA

Santa Terezinha do Progresso

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 18/2023

Publicação Nº 5090648

PORTARIA Nº 18 de 24 de agosto de 2023.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo principalmente aquelas atribuídas no Art. 68 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença Maternidade à funcionária PAULA TAISA COSTA, Matrícula 650/04, ocupante do cargo de ASSESSORA JURIDICA, lotada na Câmara Municipal de Vereadores, pelo período de 120 dias a contar do dia 22 de agosto a 19 de dezembro de 2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de agosto de 2023

Santa Terezinha do Progresso, SC, 24 de agosto de 2023.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 282/2023 - DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090896

Decreta PONTO FACULTATIVO pelo falecimento de IDILIA MARIA MATTIELLO LORENZETTI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e

CONSIDERANDO o falecimento da Sra. IDILIA MARIA MATTIELLO LORENZETTI, ocorrido na manhã de quinta-feira, dia 24 de agosto de 2023; e

CONSIDERANDO também, que a falecida era Avó do Vereador e Servidor Público Municipal ARNALDO ZAT, Avó da Servidora Pública Municipal ANA PAULA ZAT e Sogra do Servidor Público Municipal CONSTANTINO FURLAN;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais no período matutino do dia 25 de agosto de 2023, pelo falecimento da Sra. IDILIA MARIA MATTIELLO LORENZETTI.

Parágrafo único: Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão funcionando em regime de plantão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília/DF para Santiago do Sul/SC.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Edivan Mattiello

Assessor de Secretaria – Sec. Administração

PORTARIA Nº299/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090795

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº299/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Interrompe Férias do Servidor Público Municipal IRINEU RICARDO DO CARMO.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º INTERROMPE a partir desta data, as férias do Servidor Público Municipal IRINEU RICARDO DO CARMO, ocupante do Cargo de CONTADOR, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar 09 (nove) Dias de férias, concedidas pela PORTARIA Nº274/2023 - DE 27 DE JULHO DE 2023, quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

PORTARIA Nº300/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090810

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº300/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023.
Concede falta a Servidora Pública Municipal IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 40, Inciso I, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FALTA, a Servidora Pública Municipal IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA, ocupante do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, que seja descontado 04 (quatro) horas, período vespertino, referente ao dia 21 de agosto de 2023, ou seja, pois, a mesma não compareceu ao local de trabalho por motivo particular no dia acima especificado, conforme requerimento em anexo.

Parágrafo Único. Fica autorizado o afastamento, devendo ser procedido o desconto da remuneração no dia de afastamento, no presente mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

PORTARIA Nº301/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090813

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº301/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023.
Concede falta a Servidora Pública Municipal SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 40, Inciso I, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FALTA, a Servidora Pública Municipal SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON, ocupante do Cargo de ENFERMEIRA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, que seja descontado 04 (quatro) horas, Período Vespertino, referente ao dia 18 de agosto de 2023, ou seja, pois, a mesma não compareceu ao local de trabalho no dia acima, para tratar de assuntos particulares, conforme especificado no requerimento em anexo.

Parágrafo Único. Fica autorizado o afastamento, devendo ser procedido o desconto da remuneração no dia de afastamento, no presente

mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

PORTARIA N°302/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5090816

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N°302/2023 – DE 24 DE AGOSTO DE 2023.
Concede falta a Servidora Pública Municipal ALANA LOPES e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 40, Inciso I, da Lei Complementar N°009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FALTA, a Servidora Pública Municipal ALANA LOPES, ocupante do Cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, que seja descontado 08 (oito) horas referente ao dia 23 de agosto de 2023, ou seja, pois, a mesma não compareceu ao local de trabalho no dia acima especificado, conforme requerimento em anexo.

Parágrafo Único. Fica autorizado o afastamento, devendo ser procedido o desconto da remuneração no dia de afastamento, no presente mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de agosto de 2023.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 182/2023

Publicação Nº 5091109

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C116D1C3C429E64DAD74C2E0BFC2F7816AC35792

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 182/2023

O Secretário Municipal de Assistência Social público a homologação do EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 182/2023, tendo como objeto: Contratação de Editora para o Fornecimento de Revistas Informativas de Combate a Violência contra a Mulher, para distribuição gratuita para a população nos CRAS e CREAS da Secretaria de Assistência Social, para a empresa EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, vencedora dos itens 01, 02 e 03, no valor de R\$ 11.297,00. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net
São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

GILMAR LUIS POLLUM

Secretário Municipal de Assistência Social

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2023

Publicação Nº 5091473

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6BCAD2D99945119CE34CFABFE0FD09E9CE33574A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2023

O Secretário de Educação torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2023, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÕES EM MUROS E CERCAS, INSTALAÇÕES DE PORTAS COM TRAVA DE SEGURANÇA, SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO E INSTALAÇÕES DE GLP GÁS E ELÉTRICA PREVENTIVA NAS UNIDADES ESCOLARES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO, PELO PERÍODO DE 12(DOZE)MESES, para a empresa LN CONSTRUÇOES LTDA - EPP totalizando em R\$ 74.000,00 para o Lote 5, para a empresa SILVEIRA METALURGICA LTDA totalizando em R\$ 650.368,00 para os Lotes 2 e 3, para a empresa SERRALHERIA NOVA LTDA totalizando em R\$ 136.990,00 para o Lote 7, para a empresa MARHEN CONSTRUCTORA LTDA Totalizando em 1.240.172,20 para o Lote 1, para a empresa - L C DA LUZ BUHRER TELAS totalizando em R\$ 112.768,00 para o Lote 6 e para a empresa BELLATOR OBRAS E SERVICOS LTDA totalizando em R\$ 163.448,00 para os lotes 8 e 10. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 24 de Agosto de 2023.

JOSIAS TERRES

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 177/2023

Publicação Nº 5089189

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ECD39E3C1355AA0E45C2DEC74F62B948322C0CDD

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 177/2023

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 10 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017;

Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DISPOSITIVOS (UNIDADES DE DISCO SSD EXCLUSIVO PARA USO EM SERVIDOR) PARA ARMAZENAMENTO DE DADOS DO PROJETO GEOBENSUL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 12/09/2023

Início da sessão: dia 12/09/2023, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316032.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2023

BRUNO SEEFELD
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 148/2023

Publicação Nº 5090560

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 148/2023

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através deste, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 14.133/21, a SUSPENSÃO do Edital de Concorrência Eletrônica nº 148/2023, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EBM PREFEITO ALFREDO DIENER, LOCALIZADA NA RUA CARLOS MANOEL LINZMEYER, 08 - BAIRRO SERRA ALTA, EM SÃO BENTO DO SUL/SC, FASE 1 E FASE 2, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS EM ANEXO, devido a questionamentos de terceiros e por interesse da Administração.

A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, do Município de São Bento do Sul, fone: (47) 3631-6032, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h:00min.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2023

JOSIAS TERRES
Secretário de Educação

DECRETO Nº 2251/2023

Publicação Nº 5090505

DECRETO Nº 2251, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A LEI FEDERAL Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 51, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013,

DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto 2013, pela prática de atos contra a Administração Pública municipal.

CAPÍTULO II
DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
Seção I
Disposições gerais

Art. 2º A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Art. 3º A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é da autoridade máxima do órgão ou da entidade municipal em face da qual foi praticado o ato lesivo.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida de ofício ou mediante provocação e poderá ser delegada, sendo vedada a subdelegação.

Seção II
Do Processo Administrativo de Responsabilização

Art. 4º O processo administrativo de que trata o artigo 2º deste decreto respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, e observará o disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Subseção I
Da instauração, tramitação e julgamento

Art. 5º A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa dar-se-á mediante portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:

I - o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da comissão;

II - a indicação do membro que presidirá a comissão;

III - o número do processo administrativo onde estão narrados os fatos a serem apurados; e

IV - o prazo para conclusão do processo.

Art. 6º O PAR será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo único. Em entidades da Administração Pública municipal cujos quadros funcionais não sejam formados por servidores públicos, a comissão a que se refere o caput será composta por dois ou mais empregados públicos.

Art. 7º O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por meio de solicitação do presidente da comissão à autoridade instauradora, que decidirá de forma fundamentada.

Art. 8º Instaurado o PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.

Parágrafo Único. Deverá constar no mandado de intimação:

I - a identificação da pessoa jurídica;

II - a indicação do órgão ou entidade envolvido na ocorrência e o número do processo administrativo de responsabilização;

III - a descrição objetiva dos atos lesivos supostamente praticados contra a Administração Pública municipal;

IV - a especificação das provas utilizadas pela comissão do PAR para imputar responsabilidade à pessoa jurídica;

V - a informação de que a pessoa jurídica tem o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa escrita e especificar provas; e

VI - a identificação da comissão com a indicação do local onde ela se encontra instalada.

Art. 9º As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.

Parágrafo único. Estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do caput, será feita nova intimação por meio de edital.

Art. 10. Na hipótese de a pessoa jurídica requerer a produção de provas em sua defesa, a comissão processante fixará prazo razoável para sua produção.

Parágrafo único. Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, provas propostas pela pessoa jurídica que sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Art. 11. O depoimento de testemunhas observará o procedimento previsto na legislação municipal que regulamenta a matéria, aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Civil.

Art. 12. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.

Art. 13. Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.

Art. 14. Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.

§ 1º O relatório final do PAR será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.

§ 2º A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

§ 3º Na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.

Art. 15. Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.

Art. 16. Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município e no respectivo sítio eletrônico.

Art. 17. A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor recurso, deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

Parágrafo único. Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no caput, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS

ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS

Seção I

Disposições gerais

Art. 18. As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013:

I – multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

II - publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

Seção II

Da Multa

Art. 19. A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 20. Para o cálculo da multa, devem ser considerados os elementos presentes no art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§1º A existência e quantificação dos elementos de dosimetria da multa devem estar evidenciadas no relatório final da comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.

§2º O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

Art. 21. O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

§2º Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três vezes) a vantagem pretendida ou auferida.

Art. 22. O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma do art. 17.

Seção III

Da publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora

Art. 23. A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meios de comunicação no município, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico, caso existente.

CAPÍTULO IV

DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 24. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal 12.846, de 2013.

CAPÍTULO V

DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 25. O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal nº 8.666, de 1993, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 26. Compete à autoridade máxima do órgão municipal responsável pelo controle interno celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo municipal, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 12.846, de 2013, sendo vedada a sua delegação.

Art. 27. O acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§1º A proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e tramitará em autos apartados do PAR.

§ 2º A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.

§3º A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e deverá conter, no mínimo:

I - a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;

II - o resumo da prática supostamente ilícita; e

III - a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.

§4º Uma vez proposto o acordo de leniência, a autoridade competente nos termos do art. 26 deste Decreto poderá requisitar cópia dos autos de processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública municipal relacionados aos fatos objeto do acordo.

Art. 28. Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por dois servidores estáveis para a negociação do acordo.

Art. 29. Compete à comissão responsável pela condução da negociação:

I - esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;

II - avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem:

a) ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;

b) a admissão de sua participação na infração administrativa;

c) o compromisso de ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo;

d) a efetividade da cooperação ofertada pela proponente às investigações e ao processo administrativo.

III - propor a assinatura de memorando de entendimentos;

IV - proceder à avaliação do programa de integridade, caso existente, nos termos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal;

V - propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, reputem-se necessárias para assegurar:

a) a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;

b) o comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;

c) a obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e

d) o acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.

Parágrafo único. O relatório conclusivo acerca das negociações será submetido pela comissão à autoridade competente, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos pelo art. 33 deste Decreto.

Art. 30. Após manifestação de interesse da pessoa jurídica em colaborar com a investigação ou a apuração de ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013, poderá ser firmado memorando de entendimentos com a autoridade competente para celebrar o acordo de leniência, a fim de formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo.

Art. 31. A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período, caso presentes circunstâncias que o exijam.

§ 1º A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social.

§ 2º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados em atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art. 32. A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação rejeitá-la.

§ 1º A desistência da proposta de acordo de leniência ou sua rejeição:

I - não importará em confissão quanto à matéria de fato nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica; e
II - implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a administração pública tiver conhecimento deles por outros meios.

§ 2º O não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente durante a etapa de negociação importará a desistência da proposta.

Art. 33. A celebração do acordo de leniência poderá:

I - isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso

II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

II - reduzir em até 2/3 (dois terços), nos termos do acordo, o valor da multa aplicável, prevista no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

III - isentar ou atenuar, nos termos do acordo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou em outras normas de licitações e contratos cabíveis.

§ 1º Os benefícios previstos no caput ficam condicionados ao cumprimento do acordo.

§ 2º Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

Art. 34. No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I - a pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;

II - o PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III - será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

Parágrafo único. O descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, administrado pelo Poder Executivo federal.

Art. 35. Concluído o acompanhamento do acordo de leniência, este será considerado definitivamente cumprido com a declaração da isenção ou cumprimento das respectivas sanções.

CAPÍTULO VI DOS CADASTROS

Art. 36. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública municipal, entre as quais:

I - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso III do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993;

III - impedimento de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 47 da Lei Federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011;

V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 33 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso V do caput do art. 33 da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

Art. 37. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP informações referentes:

I - às sanções impostas com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

II - ao descumprimento de acordo de leniência celebrado com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013, nos termos do parágrafo único do art. 34 deste Decreto.

Parágrafo único. As informações sobre os acordos de leniência celebrados com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão registradas no CNEP após

a celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Ficam revogados os Decretos nº 163, de 1º de fevereiro de 2021, e nº 2236, de 18 de agosto de 2023.

Art. 39. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2252/2023

Publicação Nº 5090519

DECRETO Nº 2252, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA FORMAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES, PELO DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO, ÀS EMPRESAS CONTRATADAS PELO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições insculpidas na Lei Orgânica Municipal, bem como diante dos ensinamentos da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º O procedimento para formação de processo administrativo, apuração e aplicação de penalidades decorrentes de descumprimento total ou parcial de contrato regulado pela Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, fica regulamentado por este Decreto, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, eficiência, transparência, contraditório e ampla defesa.

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para efeito deste Decreto, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre as partes, com outra denominação, mas que estabeleça obrigações de dar, fazer, entregar, dentre outras admitidas em direito.

Art. 3º As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o Município de São Bento do Sul ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III deste artigo;

Art. 4º Fica a cargo de cada Secretaria, Autarquia ou Fundação a apuração de responsabilidade em caso de inexecução parcial ou total de obrigações contratuais de suas respectivas competências e a aplicação das penalidades previstas nos incisos I, II, III do art. 3º deste Decreto.

Parágrafo único. O Prefeito Municipal aplicará a penalidade prevista no inciso IV do art. 3º deste Decreto.

Art. 5º A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Art. 6º Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I – a natureza e a gravidade da infração contratual;

II – os danos que o cometimento da infração ocasionar ao serviço e aos usuários;

III – a vantagem auferida em virtude da infração;

IV – as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

V – os antecedentes da contratada.

Art. 7º O valor da multa aplicada será:

I – retido dos pagamentos devidos pela Administração;

II – pago por meio do Documento de Arrecadação de Receitas – DARs;

III – descontado do valor da garantia prestada; ou

IV – cobrado judicialmente.

Parágrafo único. O Município de São Bento do Sul poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração

do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

Art. 8º A Administração poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

§1º Para fins deste Decreto será considerado irrisório valor igual ou inferior a 2% do previsto no:

I – art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, para obras e serviços de engenharia;

II – art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, para compras e serviços não referidos no inciso anterior.

§ 2º Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

§ 3º Para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos doze meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

§ 4º Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

Capítulo II

DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Seção I

Da Iniciativa e do Processo Administrativo Específico de Aplicação de Penalidade

Art. 9º É obrigatória a instauração do processo administrativo punitivo quando qualquer autoridade, no âmbito da Administração Pública Municipal, constatar que determinado fornecedor, licitante ou contratado:

I – convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrou o contrato;

II – deixou de entregar ou entregou falsa documentação exigida para o certame;

III – tenha praticado ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação;

IV – não manteve a proposta apresentada;

V – deu ensejo ao retardamento da execução do objeto do certame;

VI – descumpriu total ou parcialmente obrigação decorrente do contrato firmado com a Administração Municipal;

VII – fraudou a execução do contrato;

VIII – demonstrou não possuir idoneidade para contratar em virtude de ato ilícito praticado perante o Município de São Bento do Sul;

IX – sofreu condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

Art. 10 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial de obrigação contratual a que se refere o inciso VI do artigo anterior, dentre outras:

I – não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras, previstas em contrato ou instrumento equivalente;

II – retardamento imotivado de fornecimento de bens ou de execução de obra, serviço ou de suas parcelas;

III – paralisação de obra, serviço ou fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;

IV – entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V – alteração de substância, qualidade ou quantidade dos produtos fornecidos;

VI – prestação de serviço de baixa qualidade;

VII – não assinatura de contrato decorrente de Ata de Registro de Preços nos prazos estabelecidos em edital, frustrando ou retardando o fornecimento, ou execução.

Parágrafo único. O comunicado contendo o requerimento de abertura de processo administrativo conterá a descrição da conduta praticada pela contratada e as cláusulas contratuais infringidas.

Art. 11 A Secretaria Municipal de Administração – SECAD procederá à autuação de processo administrativo específico de aplicação de penalidade, tão logo seja comunicada, devendo o aludido processo ser instruído com os seguintes documentos:

I – identificação dos autos do processo administrativo da licitação ou do processo de dispensa ou inexigibilidade quando for o caso;

II – cópia de:

a) contrato ou outro instrumento de ajuste;

b) nota de empenho e da confirmação de entrega à contratada, quando o prazo para cumprimento da obrigação contar do seu recebimento;

c) manifestações expedidas pela unidade responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, nas quais conste data de entrega, recebimento e laudo técnico de avaliação, quando for o caso;

d) eventuais pedidos de prorrogação de prazo solicitados pela contratada e dos respectivos despachos de deferimento ou de indeferimento dos pedidos formulados;

e) comunicado emitido pelo gestor;

f) expediente emitido pela Secretaria Municipal de Finanças que informa a realização de glosas nos pagamentos efetuados, quando for o

caso;

g) ofícios de comunicação à contratada quanto ao descumprimento contratual registrado, às cláusulas contratuais infringidas e à abertura de prazo para apresentação de defesa prévia e recurso.

III – outros documentos considerados pertinentes para a instrução do processo.

Seção II

Da Defesa Prévia e das Notificações

Art. 12 A contratada será notificada para apresentar defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação, quando o descumprimento contratual ou o ato apontado como ilícito puderem ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 3º deste Decreto.

§ 1º No caso da sanção estabelecida no inciso IV do art. 3º deste Decreto, o prazo para a apresentação da defesa será de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

§ 2º A notificação citada no caput conterá:

I – identificação da contratada e da autoridade que instaurou o procedimento;

II – finalidade da notificação;

III – breve descrição do fato passível de aplicação de penalidade;

IV – citação das cláusulas contratuais infringidas;

V – comunicação da glosa, se for o caso;

VI – prazo para defesa e informação da continuidade do processo independentemente da manifestação da contratada;

VII – outras informações julgadas necessárias pela Administração.

§ 3º A contratada deverá ser notificada, também, nos casos em que a aplicação de penalidade de multa tiver a sua exigibilidade suspensa.

Art. 13 As notificações relativas às fases de defesa prévia e recurso far-se-ão por meio de ofício, encaminhado por carta registrada, com Aviso de Recebimento – AR ou, diretamente, por intermédio do representante da contratada.

Parágrafo único. As demais notificações poderão ser feitas via e-mail, fax ou qualquer outro meio de comunicação passível de comprovação de sua eficácia.

Art. 14 A notificação dos atos será dispensada:

I – quando praticados na presença do representante da contratada;

II – quando o representante da contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio no procedimento/processo.

Art. 15 A contratada sempre deverá ser notificada dos despachos ou decisões que lhe imponham deveres, restrições de direito ou sanções.

Art. 16 A notificação deverá ser feita no Diário Oficial do Município – DOM, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que a contratada se encontrar.

Art. 17 A Administração responderá quaisquer manifestações, questionamentos formulados pela contratada, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 18 Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Seção III

Da Instrução

Art. 19 Após o recebimento da defesa prévia, ou transcorrido o prazo sem manifestação da contratada, o processo será remetido à Assessoria Jurídica do Município.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração solicitará a manifestação do gestor ou do servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato antes de encaminhar o processo administrativo à Assessoria Jurídica do Município.

Art. 20 A Assessoria Jurídica emitirá parecer informativo e opinativo, que deverá conter o resumo do procedimento, acrescido da proposta fundamentada da decisão, e encaminhará os autos à Secretaria Municipal de Administração, que emitirá decisão ou submeterá os autos ao Prefeito Municipal quando se tratar da eventual aplicação da penalidade prevista no inciso IV do art. 3º deste Decreto.

Parágrafo único. O parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município poderá ser acolhido como fundamento da decisão, e, neste caso, passará a ser parte integrante do ato.

Art. 21. A contratada será notificada da decisão, devendo receber cópia do despacho em que foi proferida e do parecer emitido pela Assessoria Jurídica, se acolhido pela decisão.

Seção IV Do Recurso

Art. 22 Da decisão que aplica as sanções previstas nos incisos I, II, e III do art. 3º cabe recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo único. Da decisão que aplica a penalidade disposta no inciso IV do artigo 3º deste Decreto cabe pedido de reconsideração, dirigido ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

Art. 23 O recurso será analisado pela Assessoria Jurídica, que emitirá parecer, na forma do art. 19 deste Decreto.

§ 1º A Secretaria Municipal de Administração poderá, após analisado o parecer da Assessoria Jurídica, reconsiderar a decisão que aplicou a penalidade ou mantê-la, providenciando, neste último caso, a subida do recurso para deliberação do Prefeito Municipal.

§ 2º O ato decisório do Prefeito Municipal deverá observar as formalidades previstas nos artigos 18 a 21 deste Decreto.

Art. 24 Decidido o recurso ou analisado o pedido de reconsideração, mantida a decisão que aplica a sanção, o processo será encaminhado à:

I – Secretaria Municipal de Finanças, para recolhimento dos valores retidos aos cofres públicos, quando for o caso;

II – Secretaria Municipal de Administração, para registro da penalidade.

Parágrafo único. No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria Municipal de Finanças para devolução à contratada dos valores eventualmente retidos.

Art. 25 Com a decisão do recurso exaure-se a esfera administrativa, e apenas será conhecida nova interpelação se forem apresentados elementos novos capazes de reformar a decisão.

Seção V Dos Prazos

Art. 26 Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da Prefeitura.

Art. 27 Os prazos para cumprimento da obrigação por parte da contratada serão sempre contínuos, não se interrompendo nos sábados, domingos e feriados, salvo disposição contratual em sentido contrário.

Art. 28 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

§ 1º Os prazos fluirão a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação.

§ 2º O prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, quando não houver expediente na Prefeitura ou, ainda, quando o expediente for encerrado antes do horário normal de funcionamento.

§ 3º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 4º Nos casos de descumprimento de obrigações trabalhistas, a contagem do período de atraso será iniciada imediatamente após o exaurimento do prazo para cumprimento, ainda que o vencimento recaia em dias não úteis.

Capítulo III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 Na hipótese de a contratada praticar quaisquer dos atos lesivos previstos na Lei 12.846/2013, durante ou após a execução do contrato, aplicar-se-ão as penalidades e o procedimento nela previstos e no Decreto Municipal nº 2251/2023.

Art. 30 Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito Municipal.

Art. 31 Ficam revogados os Decretos nº 819, de 14 de setembro de 2021, nº 1049, de 19 de novembro de 2021, e nº 2237, de 18 de agosto de 2023.

Art. 32 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 2253/2023

Publicação Nº 5090531

DECRETO Nº 2253, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

abre crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais), na forma em que especifica abaixo

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4832, de 24 de agosto de 2023, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais), para criação no exercício financeiro de 2023 da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 10.002

Fundo de Assistência Social

Funcional Programática: 10.002.0008.0244.0010.2081

Atividade: FEAS - Gestão dos Serviços de Proteção Básica

Elemento de Despesa: 4490510000 - Obras e instalações

Fonte de Recurso: 266570000061 - Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência Social - Estado - superávit financeiro

Valor: R\$ 10.700,00

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão anuladas parcialmente as seguintes dotações especificadas:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 10.002

Fundo de Assistência Social

Funcional Programática: 10.002.0008.0244.0010.2081

Atividade: FEAS - Gestão dos Serviços de Proteção Básica

Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de consumo

Fonte de Recurso: 266570000061 - Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência Social - Estado - superávit financeiro

Valor: R\$ 7.500,00

Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 10.002

Fundo de Assistência Social

Funcional Programática: 10.002.0008.0244.0010.2081

Atividade: FEAS - Gestão dos Serviços de Proteção Básica

Elemento de Despesa: 3390400000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 266570000061 - Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência Social - Estado - superávit financeiro

Valor: R\$ 3.200,00

Art. 3º O crédito adicional especial, a ser aberto na conformidade desta lei, terá vigência até 31 de dezembro de 2023.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação Nº 5090053

Extrato Decisão Administrativa nº 009/2023.

Decisão Administrativa nº 009/2023. Auto de Infração nº 011/2020. Autuado: Reinaldo Grossl, CPF ***.***.**9-53. Confirmação do Auto de Infração nº 011/2020. Imposição de multa e obrigação de recuperar a área degradada. Homologação do Termo de Compromisso nº 002/2023. Redução da multa imposta em 90%.

José Ermínio Grein
Autoridade Ambiental Fiscalizadora
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação Nº 5090021

Extrato Decisão Administrativa nº 018/2023.

Decisão Administrativa nº 018/2023. Auto de Infração nº 010/2023. Autuada: Marilda Basília Hacke Nardelli, CPF ***.***.**9-68. Confirmação do Auto de Infração nº 010/2023. Imposição de multa e obrigação de recuperar a área degradada. Homologação do Termo de Compromisso nº 009/2023. Redução da multa imposta em 90%.

José Ermínio Grein
Autoridade Ambiental Fiscalizadora
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação Nº 5090025

Extrato Decisão Administrativa nº 015/2023.

Decisão Administrativa nº 015/2023. Auto de Infração nº 022/2020. Autuado: Silvino Muller, CPF ***.***.**9-34. Confirmação do Auto de Infração nº 022/2020. Imposição de multa e obrigação de recuperar a área degradada. Homologação do Termo de Compromisso nº 006/2023. Redução da multa imposta em 90%.

José Ermínio Grein
Autoridade Ambiental Fiscalizadora
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2023

Publicação Nº 5090759

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2023

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CLAUDOMIR VIEIRA CONSTRUÇÕES.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias para a reconstrução do muro e reforma do CEIM SONHO MEU, localizado na Rua Teodorico Kiem, 55 - Bairro Mato Preto, em São Bento do Sul/SC, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo ao Edital de Concorrência Eletrônica/Presencial nº 126/2023, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Valor R\$
1	1	Un.	Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias para a reconstrução do muro e reforma do CEIM SONHO MEU, localizado na Rua Teodorico Kiem, 55 - Bairro Mato Preto, em São Bento do Sul/SC, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo ao Edital de Concorrência Eletrônica/Presencial nº 126/2023.	R\$ 52.990,00
VALOR TOTAL				R\$ 52.990,00

DO VALOR: R\$ 52.990,00 – valor total.

DO PRAZO: O prazo para execução da obra será de 03 (três) meses, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será de 04 (quatro) meses, a contar de 15 de agosto de 2023 e a terminar em 15 de dezembro de 2023, para fins administrativos e financeiros, porém a conclusão da obra deverá ser realizada no prazo estipulado de 03 (três) meses.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2023.

ASS: TATIANE SCHROEDER ALVES, pela Secretaria de Educação Interina do Município.

CLAUDOMIR VIEIRA CONSTRUÇÕES, como Contratada.

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO

Publicação Nº 5090022

Extrato - Termo de Compromisso nº 006/2023

Termo de Compromisso nº 006/2023 firmado entre Silvino Muller, CPF ***,***,**9-34 e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, conforme apurado no Auto de Infração nº 022/2020. Vigência de 02 (dois) anos.

Silvino Muller
Compromissário

José Ermínio Grein
Autoridade Ambiental Fiscalizadora
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO

Publicação Nº 5090019

Extrato - Termo de Compromisso nº 009/2023

Termo de Compromisso nº 009/2023 firmado entre Marilda Basília Hacke Nardelli, CPF ***,***,**9-68 e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, conforme apurado no Auto de Infração

nº 010/2023. Vigência de 02 (dois) anos.

Marilda Basília Hacke Nardelli
Compromissária

José Ermínio Grein
Autoridade Ambiental Fiscalizadora
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO

Publicação Nº 5090028

Extrato - Termo de Compromisso nº 002/2023

Termo de Compromisso nº 002/2023 firmado entre Reinaldo Grossl, CPF ***.***.**9-53 e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, conforme apurado no Auto de Infração nº 011/2020. Vigência de 02 (dois) anos.

Reinaldo Grossl
Compromissário

José Ermínio Grein
Autoridade Ambiental Fiscalizadora
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIAS Nº 9102/2023 A 9121/2023

Publicação Nº 5090458

PORTARIA Nº 9102, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Memorando nº 95/2023 - SECAD, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor JOSÉ TADEU DE SANTANA JÚNIOR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Fundação Cultural, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Corsa, placas MJS 3059.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 23 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9103, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Retira Função Gratificada

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017 e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 18853/2023 RESOLVE:

Art. 1º RETIRAR, a partir de 23 de agosto de 2023, a Função Gratificada Nível I – FG 1, concedida ao servidor FAGNER DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9104, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51, da Lei nº 228/2001, e considerando o que consta no Processo nº 18853/2023,

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, por acordo, a partir de 23 de agosto de 2023, o servidor público FAGNER DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo o quadro da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9105, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012, do Decreto nº 1210/2005 e o que consta no Processo nº 23802/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 20 de julho de 2023, LEONICE ROSA MAIA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, Grupo Ocupacional 03, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe D para Classe E.

Art. 2º Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

		PATRICK VICENTE Assessor de Gabinete
JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	

PORTARIA Nº 9106, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2023 e considerando o que consta no Processo nº 23896/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, SOLANGE APARECIDA NUNES, para atuar no PEM Criança Feliz, na função de Atendente de Educação Inclusiva, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 25 de agosto de 2023, pelo período que perdurar a vacância do cargo, com a data limite de 21 de dezembro de 2023.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9107, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2023 e considerando o que consta no Processo nº 23896/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, CRISTIANE TERESINHA DO PRADO, para atuar no PEM Cantinho do Céu, na função de Atendente de Educação Inclusiva, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 25 de agosto de 2023, pelo período que perdurar a vacância do cargo, com a data limite de 21 de dezembro de 2023.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9108, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2023 e considerando que KELLY GRANDE LEAL encontra-se em licença por motivo de doença em pessoa da família e o que consta no Processo nº 23896/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ANA MARIA DE PAULA MATOS, para atuar no CEIM Nosso Mundo, na função de Professor Educação Infantil, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 25 de agosto de 2023, pelo período que perdurar a vacância do cargo, com a data limite de 21 de dezembro de 2023.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9109, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23898/2023,

DEMITE:

A partir de 17 de agosto de 2023, THAIS ADRIELE BAUER, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		

PORTARIA Nº 9110, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23898/2023,

DEMITE:

A partir de 21 de agosto de 2023, MARIA DA SILVEIRA SOARES CORREA, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		

PORTARIA Nº 9111, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23898/2023,

DEMITE:

A partir de 15 de agosto de 2023, VANESSA BONETT DE ANDRADE, do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		

PORTARIA Nº 9112, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23898/2023,

DEMITE:

A partir de 15 de agosto de 2023, NAYARA FRITZ, do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		

PORTARIA Nº 9113, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23898/2023,

DEMITE:

A pedido, a partir de 24 de agosto de 2023, ADRIANE CHRISTOFF MACHADO, do cargo de Fisioterapeuta, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9114, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23898/2023,

DEMITE:

A pedido, a partir de 22 de agosto de 2023, NICOLLI NOGUEIRA DE OLIVEIRA, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9115, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23898/2023,

DEMITE:

A pedido, a partir de 21 de agosto de 2023, ALUA APARECIDA ARBIGAUS, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9116, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23898/2023,

DEMITE:

A pedido, a partir de 21 de agosto de 2023, CLEONICE HAVRELHUK, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9117, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23898/2023,

EXONERA:

A pedido, a partir de 18 de agosto de 2023, DANIELE WALTER DA SILVA, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo

PORTARIA Nº 9118, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Revoga Portaria nº 8866/2023

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23907/2023,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 24 de agosto de 2023, a Portaria nº 8866, de 8 de agosto de 2023, que nomeou RAFAEL HENRIQUE SULSBACH, no cargo efetivo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo			

PORTARIA Nº 9119, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, e

Considerando o que consta no Processo nº 23908/2023,

Considerando o que consta nos Memorandos nº 777/2023 – RH e nº 106/2023 – SEMUS,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 25 de agosto de 2023, JORGE BRENNEISEN JUNIOR, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 008/2022, homologado em 13 de março de 2023, para exercer o cargo de Médico Clínico Geral, Grupo Ocupacional 8, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo

PORTARIA Nº 9120, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Constitui Comissão Especial para Acompanhar o Edital de Chamamento Público de Contratação Temporária nº 006/2023

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23910/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Edital de Chamamento Público de Contratação Temporária nº 006/2023.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

I – AIRTON NERY ROCHA: Representante do Departamento de Recursos Humanos;

II – JULIANA HAMMES: Representante do Departamento de Recursos Humanos;

III – LUCAS MUZIOL RUSZACK: Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

IV – MARINA APARECIDA DOS SANTOS: Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

V – NADIA MARCELA NIESPONGINSKI: Representante da Procuradoria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		

PORTARIA Nº 9121, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Designa Servidores para Compôr Comissão Julgadora

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o estabelecimento do Sistema de Acompanhamento e Controle do Plano Diretor Municipal, conforme o disposto no inciso III do art. 42 do Estatuto da Cidade e Título IV da Lei Complementar Municipal 10/2023, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de São Bento do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO JULGADORA, a fim de analisar e julgar os documentos referentes ao Edital de Chamada Pública para Cadastramento de Organizações da Sociedade Civil, para composição do Conselho da Cidade de São Bento do Sul:

I – Bruno Seefeld: Presidente;

II – Chiara Mariele Gurgacz Destro: membro;

III – Odirlei Dias: membro;

IV – Ricardo Callado: membro;

V – Schéliga Monia Foitt: membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO 50-2023**

Publicação Nº 5090064

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A5204EC0A0329ED6011C97CFC555104BE4E38E71

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**
SÃO BENTO DO SUL ♦ SANTA CATARINA**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente Interina, KARIN RANK LIEBL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

1 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 50/2023
b) Licitação Nr.: 50/2023
c) Modalidade: Pregão Eletrônico
d) Data Homologação: 24/08/2023
e) Data Adjudicação: 24/08/2023
f) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento de estudos técnicos em Geologia, Pedologia, Geotecnia e Hidrogeologia, objetivando a complementação de informações para projeto executivo de ampliação do Aterro Sanitário. A área objeto dos estudos é adjacente (nova célula) ao Aterro Municipal de São Bento do Sul/SC, com aproximadamente 33.800m², conforme quantidades, condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
g) Fornecedores e Itens Vencedores:

299688810 - BIO GS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ESTUDOS TÉCNICOS EM GEOLOGIA, PEDOLOGIA, GEOTECNIA E HIDROGEOLOGIA, OBJETIVANDO A COMPLEMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA PROJETO EXECUTIVO DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO. A ÁREA OBJETO DOS ESTUDOS É ADJACENTE (NOVA CÉLULA) AO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL/SC, COM APROXIMADAMENTE 33.800M2.	SERVIÇO	PRÓPRIA	1	R\$44.900,00000	44.900,00
Total do Lote:						R\$44.900,00
Total do Fornecedor:						R\$44.900,00
Total Geral:						R\$44.900,00

Obs.:

2 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotações Utilizada	
Código Dotação	Descrição
23	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
5	Sistema de Resíduos Sólidos
2069	Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos
3.449.051.800.000.000.000	Estudos e projetos
275370000200	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos

KARIN RANK LIEBL
DIRETORA PRESIDENTE INTERINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO 52-2023

Publicação Nº 5089537

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3931586F9D4F367A05C1597A0951DA1A2FF0D53F



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
SÃO BENTO DO SUL ♦ SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente Interina, KARIN RANK LIEBL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

1 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 52/2023
 b) Licitação Nr.: 52/2023
 c) Modalidade: Pregão Eletrônico
 d) Data: 24/08/2023
 Homologação:
 e) Data Adjudicação: 24/08/2023
 f) Objeto da Licitação: A Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de Blindagens Metálicas (escoramentos).
 g) Fornecedores e Itens Vencedores:

299688674 - ADAMANTIUM ESCORAMENTO DE VALA LTDA						
Lote: 1 - LOTE UNICO - BLINDAGENS.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONJUNTO BLINDAGEM AÇO 3,20X2,00M COM ESTRONCAS REMOVÍVEIS DE 1,05 M COM DIMENSÕES DE 2,00 M DE ALTURA POR 3,20 M DE COMPRIMENTO; COM SISTEMA SOBREPOSTO; CADA PRANCHA METÁLICA COM PELO MENOS 2 FUROS PARA IÇAMENTO; AS ESTRONCAS DEVERÃO PROVER LIBERDADE DE ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÕES COM DN ATÉ 400MM; OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR LAUDO COM CAPACIDADE DE CARGA E ART DO ENGENHEIRO TÉCNICO RESPONSÁVEL.	CONJUNTO	PRO Escoramentos	2	R\$20.000,00	40.000,00
2	CONJ. BLINDAGEM ALUMÍNIO 2,00X2,00M COM ESTRONCAS 2 CONJUNTOS DE ALUMÍNIO COM ESTRONCAS REMOVÍVEIS AJUSTÁVEIS DE 0,80 M A 1,50 M COM DIMENSÃO DE 2,00 M DE ALTURA POR 2,00 M DE COMPRIMENTO; COM SISTEMA SOBREPOSTO; CADA PRANCHA METÁLICA COM PELO MENOS 2 FUROS PARA IÇAMENTO; AS ESTRONCAS DEVERÃO PROVER LIBERDADE DE ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÕES COM DN ATÉ 400MM; OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR LAUDO COM CAPACIDADE DE CARGA E ART DO ENGENHEIRO TÉCNICO RESPONSÁVEL.	CONJUNTO	PRO Escoramentos	2	R\$20.000,00	40.000,00
					Total do Lote: R\$80.000,00	
					Total do Fornecedor: R\$80.000,00	
					Total Geral: R\$80.000,00	

Obs.:

2 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**
SÃO BENTO DO SUL ♦ SANTA CATARINA

Dotações Utilizada	
Código Dotação	Descrição
23	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
2	Abastecimento de Água
2064	Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água
3.339.030.480.000.000.000	Bens móveis não ativáveis
175370000200	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos

Código Dotação	Descrição
23	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
3	Sistema de Esgoto Sanitário
2065	Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário
3.339.030.480.000.000.000	Bens móveis não ativáveis
175370000200	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos

KARIN RANK LIEBL
DIRETORA PRESIDENTE INTERINA

Rua João Wenceslau Pscheidt, 811 – Cx Postal 422 – São Bento do Sul /SC - CEP 89.282-012 - Fone (47) 3631-3900 - CNPJ 86.050.978/0001-83
www.samaesbs.sc.gov.br



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Serviço Autônomo Municipal De Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAEPregão Eletrônico - 44/2023

Resultado da Homologação

0001 - LOTE ÚNICO - Unidade - Valor Referência: 1.420.531,20

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DESENTUPIDORA PROGRESSOLTA	N/C	1,00 Unidade	504.000,00	504.000,00	Homologado em 16/08/2023 10:16:49 Por:Karin Rank Liebl

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 157/2023

Publicação Nº 5089440

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2023

CONTRATO Nº 157/2023

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO BERNARDINO - SC.

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado PARTÍCIPE e a e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.647.541/0001-60, com sede na rua São Gregório, 911, centro, nesta cidade de São Bernardino, SC, representada pelo Sr. JAIR DOS SANTOS, inscrito no CPF 031.683.699-00 doravante denominado APAE, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, Lei nº 1.465/2023 de 21/06/2023, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Este Termo de Fomento, decorrente de Edital de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2023, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA APAE, QUE CONSISTE NO CUSTEIO DAS ATIVIDADES INERENTES AO TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA O ATENDIMENTO NOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS JUNTO A SUA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, conforme detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente Termo de Fomento.

1.2 - O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 - São obrigações da administração pública:

2.2 - Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;

2.3 - Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;

2.4 - Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;

2.5 - Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

2.5.1 - O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

2.5.1.1 - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

2.5.1.2 - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

2.5.1.3 - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

2.5.1.4 - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;

2.5.1.5 - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

2.6 - Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

2.7 - Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;

2.8 - Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

2.9 - Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 - São obrigações da organização da sociedade civil:

3.1.1 - informar ao Município de São Bernardino todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;

3.1.2 - divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

3.1.2.1 – data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

3.1.2.2 – nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

- 3.1.2.3 – descrição do objeto da parceria;
- 3.1.2.4 – valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
- 3.1.2.5 – situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;
- 3.1.2.6 – quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- 3.1.3 – responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- 3.1.4 – responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;
- 3.1.5 – a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou da conclusão do objeto proposto, qual ocorrer primeiro.
- 3.1.5.1 – manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subseq-ente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1 – O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de divulgação do município, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br, com poderes de controle e fiscalização.
- 4.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.
- 4.3 – São obrigações do Gestor:
 - 4.3.1 – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
 - 4.3.2 – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
 - 4.3.3 – emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;
 - 4.3.4 – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
 - 4.3.5 – comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.
- 4.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:
 - 4.4.1 – retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;
 - 4.4.2 – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 5.1 - Este Termo de Fomento terá vigência até dia 31 de dezembro de 2023, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.
- 5.2 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 – Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Fomento estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Município de São Bernardino para o exercício de 2023:
 - Órgão 04. Secretaria de Educação
 - 01. Secretaria de Educação
 - 12.367.0009.2.020 Apoio ao ensino Especial
 - Modalidade de Aplicação 33.50.00.00.0000000003.0009 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- 7.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.
- 7.2 - Os recursos financeiros serão transferidos em 01(uma) parcela sendo depositada em conta específica BANCO - 133 CRESSOL, AGENCIA 2550-0 CC 14.883-0, após a publicação do Termo, seguindo o seguinte cronograma:
 - Parcela Única: até 31 de Agosto de 2023, Valor R\$ 27.000,00;

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

- 8.1 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso.
- 8.2 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.
- 8.3 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- 8.4 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- 8.5 – Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.
- 8.6 – Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá ser admitida a realização de pagamentos em espécie, desde que seja devidamente identificados os fornecedores e prestadores de serviços que receberão.
- 8.6.1 – Quem receber os pagamentos em espécie deverá emitir recibo com a data em que a transação foi efetuada, e obrigatoriamente deve conter no recibo a assinatura de quem está pagando e recebendo, devidamente identificados.
- 8.7 – Os saldos dos recursos repassados, enquanto não utilizados serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de equivalente risco nestas mesmas condições.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 9.1 – O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas conseqüências da inexecução total ou parcial.
- 9.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
- 9.2.1 – datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.
- 9.3 – O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não- execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
- 9.3.1 – extrato da conta bancária específica;
- 9.3.2 – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;
- 9.3.3 – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- 9.3.4 – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;
- 9.3.5 – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.
- 9.4 – Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
- 9.5 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
- 9.5.1 – relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;
- 9.5.2 – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
- 9.6 – Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:
- 9.6.1 – os resultados já alcançados e seus benefícios;
- 9.6.2 – os impactos econômicos ou sociais;
- 9.6.3 – o grau de satisfação do público alvo;
- 9.6.4 – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
- 9.7 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da data de liberação de cada parcela do recurso e ao final do término da vigência da parceria, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.
- 9.7.1 – O prazo referido no item 9.7 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.
- 9.7.1.1 – O disposto no item 9.7.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.
- 9.8 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinq-enta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:
- 9.8.1 – aprovação da prestação de contas;
- 9.8.2 – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.
- 9.9 – As prestações de contas serão avaliadas:
- 9.9.1 – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- 9.9.2 – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- 9.9.3 – irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:
- 9.9.3.1 – omissão no dever de prestar contas;
- 9.9.3.2 – descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- 9.9.3.3 – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

9.9.3.4 – desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.10 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

9.10.1 – O prazo referido no item 9.10 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

9.10.2 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

10.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

12.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

12.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

12.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

13.1.1 – advertência;

13.1.2 – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

13.1.3 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de São Bernardino - SC, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Campo Erê - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

15.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

São Bernardino, SC, 24 de Agosto de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG JAIR DOS SANTOS
Prefeito Municipal Presidente da APAE

Município

Analisado e aprovado por:
LUIZ HENRIQUE MAZETTO ZANOVELLO
Assessor Jurídico
OAB-SC 33.076

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 33/2023

Publicação Nº 5090523

CONTRATO Nº 33/2023

O Fundo Municipal de Saúde de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pela Ordenadora da Despesa do Fundo de Saúde Sra. MARIVANI METLER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha São José, interior, s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 028.606.979-26, doravante denominado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, e a Empresa 50.059.985 SIRLEI ALVES PERAO inscrita no CNPJ nº 50059985000107, localizada na Rua EST LINHA SAO PAULINHO, SN, ANEXO CASA, na Cidade de São Bernardino-SC, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pela Sra. SIRLEI ALVES PERÃO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua EST LINHA SAO PAULINHO, SN, ANEXO CASA, na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CPF sob nº 078.156.129-97, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EM EDIFICAÇÕES, PARA PINTAR A PARTE EXTERNA DO PRÉDIO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM FORNECIMENTO DE TINTAS LÁTEX ACRÍLICO EMBORRACHADA PREMIUM, TINTA ESMALTE E DEMAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA DA SUPERFÍCIE A SER PINTADA E MATERIAIS NECESSÁRIOS CONFORME DESCRITO NOS ITENS ABAIXO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município através do Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino, adquire O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EM EDIFICAÇÕES, PARA PINTAR A PARTE EXTERNA DO PRÉDIO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM FORNECIMENTO DE TINTAS LÁTEX ACRÍLICO EMBORRACHADA PREMIUM, TINTA ESMALTE E DEMAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA DA SUPERFÍCIE A SER PINTADA E MATERIAIS NECESSÁRIOS CONFORME DESCRITO NOS ITENS ABAIXO, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 3/2023, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 3/2023, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	12,00	Und	TINTA LÁTEX ACRÍLICO EMBORRACHADA PREMIUM, PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, ACABAMENTO FOSCO, DILUÍVEL EM ÁGUA. GARANTIA DE NO MÍNIMO 3 ANOS. LATA DE 18 LITROS. COR CLARA CAMINHO DE BRITA	RENNER	570,00	6.840,00
2	3,00	Und	TINTA LÁTEX ACRÍLICO EMBORRACHADA PREMIUM, PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, ACABAMENTO FOSCO, DILUÍVEL EM ÁGUA. GARANTIA DE NO MÍNIMO 3 ANOS. LATA DE 18 LITROS. COR ESCURA " PÓ DE GRAFITE" OU SEMELHANTE.	RENNER	615,00	1.845,00
3	2,00	Und	TINTA ESMALTE PARA MADEIRA DILUIVEL EM SOLVENTE, LATA DE 3,6LITROS, COR ESCURA"- GRAFITE" OU SEMELHANTE.	RENNER	155,00	310,00

4	2,00	Und	SOLVENTE PAR DILUIÇÃO DE TINTA ESMALTE, LATA DE 1 LITRO	TINSUL	20,00	40,00
5	750,00	M2	SERVIÇO DE LIMPEZA (REMOVER MOFOS E SUJEIRAS COM LAVADORA DE ALTA PRESSÃO). PINTURA DE DUAS A TRÊS DEMÃOS.	SIRLEI PINTURAS	10,00	7.500,00
Total						16.535,00

O valor total do contrato é de R\$ 16.535,00 (dezesesseis mil quinhentos e trinta e cinco reais), assim distribuídas pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:

2.050.3390.00 - 5084 - 66/2023 - Manutenção do Bloco da Atenção Básica

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos materiais, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino.

O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores] (s) serão efetuados com recursos próprios em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal. Ressaltando de que é exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, número do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

Será efetuado a retenção de Imposto de Renda nos pagamentos efetuados a fornecedores, seja de venda de mercadoria ou prestação de serviços pelo Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino – SC, conforme os percentuais indicados na primeira coluna do Anexo I da Instrução Normativa nº 1.234 da Receita Federal do Brasil.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 24/08/2023 até 31/12/2023, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Fundo de Saúde descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos materiais ora contratados conforme solicitação por parte do Fundo.

II - Fornecer ao Município através do Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os materiais contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os materiais contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os materiais/produtos contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 3/2023 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer materiais/produtos de primeira qualidade.

VII - Os serviços de pintura com o fornecimento das tintas deverão se iniciados em até 08(oito) dias úteis após a solicitação e autorização da responsável.

VIII - As tintas látex acrílico emborrachada PREMIUM deverão ser de boa qualidade, devem possuir alta cobertura, antirrespingo, não descascar, e apresentar grande resistência e durabilidade.

IX - A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2023, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar os materiais contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 3/2023 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2023 do Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 3/2023, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO através do Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - Fica por desde já, designada a Sra. Marivani Metler, Secretária da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 24 de Agosto de 2023.

MARIVANI METLER
Secretária Municipal de Saúde
FUNDO

SIRLEI ALVES PERÃO
Fornecedor

Analisado e aprovado por:
LUIZ HENRIQUE MAZETTO ZANOVELLO
Assessor Jurídico
OAB-SC 33.076

Testemunhas: _____

PORTARIA 283/2023

Publicação Nº 5091741

PORTARIA Nº 283/2023 DE 24/08/2023

	CONCEDE ABONO POR AUSÊNCIA AO TRABALHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal, de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 104, III, da Lei Municipal nº 004/97 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal, Sra. ELIANE CHAGA, ocupante do cargo de Professor com Licenciatura - Temporário, matrícula nº 660/02- 20hs semanais, abono por ausência ao trabalho no período de 22/08/2023 a 28/08/2023 (07 dias), por motivo de falecimento de seu pai WALDEMAR DE MARIA CHAGA, conforme certidão em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 22/08/2023.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 24 de agosto de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Resp. Sec. de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 282/2023

Publicação Nº 5089590

PORTARIA Nº 282/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ATUAREM NO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTOS PÚBLICOS Nº 01 POSTERIOR CELEBRAÇÃO DOS TERMOS DE FOMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 57, da Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e Lei nº 1.465/2023 de 21/06/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para atuarem no processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2023, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades concessão de auxílio financeiro para manutenção das atividades da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.647.541/0001-60, com sede na rua São Gregório, 911, centro, nesta cidade de São Bernardino, SC, que consiste no custeio das atividades inerentes ao transporte dos alunos para o atendimento nos serviços disponibilizados junto a sua sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

I - Comissão de Monitoramento e Avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria a ser concretizada, formado pelos membros abaixo designados, com as seguintes atribuições:

LEONIR ANTONIO LUDWIG - CPF nº 603.309.379-87

FERNANDA APARECIDA LINK - CPF nº 080.132.979-50

CYNTHIA MARIA SCHROEDER – CPF nº 054.069.149-70

II - Gestor da Parceria: NEIVA DAS CHAGAS DAL PIZZOL, CPF nº 088.457.779-10, ocupante do cargo de Secretária da Educação Cultura e Esportes, agente público responsável pela gestão da parceria, com as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e executar a parceria
- b) Realizar vistorias
- c) Informar o Chefe do Poder Executivo acerca da existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.
- d) Emitir parecer conclusivo de análise de prestação de contas final, com dados do relatório técnico e monitoramento e avaliação;

Art. 2º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os servidores públicos municipais designados no art. 1º desta Portaria não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardino - SC, 24 de Agosto de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Adm. E Fazenda

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LIC. 3/2023 FMS

Publicação Nº 5089890

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO CNPJ: 11.431.615/0001-99 RUA VERÔNICA SCHEID C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2023 - PR
	Processo Administrativo: 3/2023 Processo de Licitação: 3/2023 Data do Processo: 10/08/2023 Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Ordenadora Da Despesa Do Fundo De Saúde, MARIVANI METLER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 3/2023
b) Licitação Nr.: 2/2023-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/08/2023
e) Data da Adjudicação: 24/08/2023 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EM EDIFICAÇÕES, PARA PINTAR A PARTE EXTERNA DO PRÉDIO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM FORNECIMENTO DE TINTAS LÁTEX ACRÍLICO EMBORRACHADA PREMIUM, TINTA ESMALTE E DEMAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA DA SUPERFÍCIE A SER PINTADA E MATERIAIS NECESSÁRIOS CONFORME DESCRITO NOS ITENS ABAIXO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R\$)

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1 50.059.985 SIRLEI ALVES PERAO (6184)

1	TINTA LÁTEX ACRÍLICO EMBORRACHADA PREMIUM, PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, ACABAMENTO FOSCO, DILUIVEL EM ÁGUA. GARANTIA DE NO MÍNIMO 3 ANOS. LATA DE 18 LITROS. COR CLARA CAMINHO DE BRITA - Marca: RENNER	Und	12,00	-	570,00	6.840,00
2	TINTA LÁTEX ACRÍLICO EMBORRACHADA PREMIUM, PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, ACABAMENTO FOSCO, DILUIVEL EM ÁGUA. GARANTIA DE NO MÍNIMO 3 ANOS. LATA DE 18 LITROS. COR ESCURA " PÓ DE GRAFITE" OU SEMELHANTE. - Marca: RENNER	Und	3,00	-	615,00	1.845,00
3	TINTA ESMALTE PARA MADEIRA DILUIVEL EM SOLVENTE, LATA DE 3,6LITROS, COR ESCURA"GRAFITE" OU SEMELHANTE. - Marca: RENNER	Und	2,00	-	155,00	310,00
4	SOLVENTE PAR DILUIÇÃO DE TINTA ESMALTE, LATA DE 1 LITRO - Marca: TINSUL	Und	2,00	-	20,00	40,00
5	SERVIÇO DE LIMPEZA (REMOVER MOFOS E SUJEIRAS COM LAVADORA DE ALTA PRESSÃO). PINTURA DE DUAS A TRÊS DEMÃOS. - Marca: SIRLEI PINTURAS	M2	750,00	-	10,00	7.500,00

Total por Fornecedor: 16.535,00
Total Geral: 16.535,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.050.3.3.90.00.00.00.00 (66) Saldo: 294.982,50

São Bernardino, 24 de Agosto de 2023.

MARIVANI METLER
Ordenadora da Despesa do Fundo de Saúde

São Bonifácio

PREFEITURA

858.2023 - NOMEAÇÃO MECÂNICO - EMANOEL HAWERROTH

Publicação Nº 5092332

Portaria n º 858/2023

Nomeia Mecânico.

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2022 e de acordo com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 6477/2023, deferido em 11/08/2023, RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO, EMANOEL HAWERROTH, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 078.731.429-30, RG 5.965.685– SSP/SC, residente e domiciliado a Estrada Geral Rio Bloemer – Rio Bloemer – s/n – São Bonifácio/SC, para exercer o cargo da categoria funcional de Mecânico, nível 2604-EP do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de São Bonifácio, a partir do dia 25 de agosto de 2023. São Bonifácio, 24 de agosto de 2023.

Laurino Peters
Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 115/2023 - ADM

Publicação Nº 5091442

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5772C26822FBB32E1609C700AF722DDBBD46CC64

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 115/2023 - ADM
Concorrência Pública nº 003/2023 - ADM
Tipo: Maior Oferta

Objeto: CONCESSÃO REMUNERADA DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL PARA FINS DE EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS, JUNTO A PRAÇA ARNOLD STHALL.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até às 08h00min – dia 04 de outubro de 2023.
Abertura dos Envelopes: 08h01min – dia 04 de outubro de 2023.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>.

SAO CARLOS/SC, 24 DE AGOSTO DE 2023.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

EXTRATO CONTRATUAL 075/2023 - ADM

Publicação Nº 5090483

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 86530B6C3C88438E56BF152A4D07E7F0EB96C32D

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato ADM Nº 075/2023 - ADM

Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada.: WE DO SOLUÇÕES E SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO ANO LETIVO DE 2024.

Valor : R\$ 11.200,00 (ONZE MIL E DUZENTOS REAIS)

Vigência : 30/11/2023

Processo : PROCESSO ADM. Nº 091/2023 - ADM
TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2023 - ADM

Dotação Orçamentária: 2.045.3390.00 - 136/2023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

SÃO CARLOS/SC, 24 DE AGOSTO DE 2023.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO



EXTRATO CONTRATUAL 076/2023 - ADM

Publicação Nº 5090489

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AE7C6EB4F85F3FE3E232A6097CDEBDFABF96A651

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato ADM Nº	076/2023 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	JLZ CONCURSOS E ASSESSORIA LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO VISANDO O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC
Valor :	R\$ 4.478,00 (quatro mil, quatrocentos e setenta e oito reais)
Vigência :	31/12/2023
Processo :	PROCESSO ADM. Nº 106/2023 - ADM TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2023 - ADM
Dotação Orçamentária:	2.003.3390.00 - 028/2023 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL.
SÃO CARLOS/SC, 24 DE AGOSTO DE 2023.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

PORTARIA Nº 0483/2023

Publicação Nº 5090054

PORTARIA Nº 0483/2023 de 24 de Agosto de 2023.
Dispõe sobre a Concessão de férias à Servidor Público Municipal.

O Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Concede ao(a) Servidor(a) Público(a) Municipal MARIA ROSELI DE SOUZA KOHNBORGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, com carga horária de 40 horas semanais, 15 dias de férias do período de 28 de Agosto de 2023 a 11 de Setembro de 2023, referente ao período aquisitivo de 29/11/2021 a 28/11/2022.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 24 de Agosto de 2023.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 091/2023 - ADM

Publicação Nº 5090477

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 779FAE85816EC4EEEE628E787D38708BADF65097



MUNICIPIO DE SAO CARLOS
Compras e Contratos
Termo Homologação - Demais Modalidades
Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 530 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 91 códigoCliente: 530 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços
Para Contratação de Serviços
16/2023
Processo Administrativo: 91/2023

O(a) Prefeito (a), RUDI MIGUEL SANDER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº. 16/2023, o(s) participante(s):

536059 - WE DO SOLUCOES E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE BANCA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO	SERVIÇO		1	R\$11.200,00	R\$11.200,00
Total do Fornecedor:						R\$11.200,00

São Carlos, 24 de agosto de 2023.

RUDI MIGUEL SANDER:86811924934
924934

Assinado de forma digital
por RUDI MIGUEL
SANDER:86811924934
Dados: 2023.08.24
11:16:24 -03'00'

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 106/2023 - ADM

Publicação Nº 5090482

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8FFEBE6145E1121F0B9576D7D742DC1E36DBB169

**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Compras e Contratos

Termo Homologação - Demais Modalidades

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 530 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 106 códigoCliente: 530 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Tomada de Preços
Para Contratação de Serviços
20/2023
Processo Administrativo: 106/2023**

O(a) Prefeito (a), RUDI MIGUEL SANDER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº. 20/2023, o(s) participante(s):

535940 - JLZ CONCURSOS E ASSESSORIA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - TODAS AS FASES	UNIDADE		1	R\$4.478,00	R\$4.478,00
Total do Fornecedor:						R\$4.478,00

São Carlos, 24 de agosto de 2023.

RUDI MIGUEL
SANDER:86811924
934

Assinado de forma digital por
RUDI MIGUEL
SANDER:86811924934
Dados: 2023.08.24 11:35:06
-03'00'

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

PP Nº 17/2023

Publicação Nº 5090982

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7836DCAC98E38BAA83467CB6B2E1EEF060465D3C

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2023

1. PREÂMBULO:

1.1. O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL-SC, através da Administração Municipal, com sede à Rua Juventino França de Moraes, 19, Centro, São Cristóvão do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.991.261/0001-27, inscrição estadual isenta, através do seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio nomeados pelo Decreto Nº 2.106/2023 de 13 de Janeiro de 2023, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal 330/2005, Decreto Municipal 402/2005 e 1.730/2019 e, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 06 DE SETEMBRO DE 2023, às 14:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, situada a Rua Juventino França de Moraes, 19, Centro, São Cristóvão do Sul/SC, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos

1.2. Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Rua Juventino França de Moraes, 19, Centro, São Cristóvão do Sul/SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

1.3. Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

1.4. A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 14:00 horas do dia 06 de setembro de 2023, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

2. DO OBJETO:

2.1- O presente pregão tem como objeto, receber proposta de pessoa jurídica, para:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VOLTADOS PARA A ÁREA DE FOLHA DE PAGAMENTO E RECURSOS HUMANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTA EDITAL.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.

3.2. As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão, no dia, hora e local estabelecidos neste edital, proceder ao credenciamento, entregar ao Pregoeiro os envelopes separados e lacrados, respectivamente, a "PROPOSTA" e "HABILITAÇÃO" contendo na parte externa a indicação do local onde será realizado o certame, nº do edital, nome da empresa proponente. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

3.3. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a PGR/MPF.

3.4. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

3.5. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.6. Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte

3.6.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

3.6.2. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar

123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo IV, do presente Edital.

3.6.3 - Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

4.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

4.2. Caberá à autoridade competente decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta, após o limite de envio das impugnações.

4.3. Se procedente e acolhida à impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

5.2. A empresa participante deste processo que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação:

a) Caso o representante seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar:

- Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- Cópia da cédula de identidade.
- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

b) Caso o representante seja preposto da empresa proponente, deverá apresentar:

- Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo III deste Edital, (Com assinatura reconhecida em cartório);
- Cópia da cédula de identidade.
- Cópia do ato constitutivo ou contrato social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações).
- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

5.3. A empresa que não se fizer representar deverá encaminhar, juntamente com os envelopes da proposta e da documentação, cópia do ato constitutivo ou do contrato social, bem como, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V. Tais documentos deverão ser encaminhados fora dos envelopes da Proposta e da Documentação, sob pena de impedimento em participar do certame.

5.4. O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

5.5. A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

5.6. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.

5.7. Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo, deverão ser entregues separadamente dos envelopes da Proposta e da Documentação.

5.8. Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

6. DA PROPOSTA:

6.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no Anexo V, fora dos envelopes nº 01 e 02.

6.2. Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, o Pregoeiro poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.

6.3. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC.

PREGÃO Nº 17/2023

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE N.º 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS".

6.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada redigida em língua portuguesa, salvo quando às expressões técnicas de uso corrente, com prazo de validade mínima de 60 dias, contendo especificação detalhada dos serviços. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n.º do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e a última rubricada pelo seu representante legal com carimbo do CNPJ da empresa;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços, limitados a 03 (Três) dígitos após a vírgula e os preços totais com somente 02 (dois) dígitos após a vírgula;
- f) Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas no Anexo I deste Edital.
- g) Sob risco de responder por superfaturamento, o proponente deve ofertar o valor de mercado, independente do preço fixado em edital (Acórdãos 1304/2017, 1455/2018 e 183/2019 - TCU).

6.5. Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

6.6. Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

6.7. A proposta que apresentar quantidades, valor unitário e total incorretos ou em desacordo com o edital, será desclassificada.

6.8. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

6.9. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

6.10. A proponente vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

6.11. O Pregoeiro considerará como formais erros que não impliquem em nulidade do procedimento.

6.12. Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

6.13. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser considerados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

6.14. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC.

PREGÃO Nº 17/2023

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2. Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no Envelope 02 - Documentos de Habilitação, os documentos a seguir relacionados:

- a) Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- b) O representante da empresa que apresentar o documento citado acima, no ato de credenciamento, conforme o disposto no subitem 5.2 do presente edital fica dispensado de apresentá-lo dentro do envelope dos documentos de habilitação.
- c) Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, atualizado.
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- f) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- g) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).
- i) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede ou domicílio da licitante com data de expedição de até 60 (sessenta) acompanhada da certidão de registro no sistema Eproc, se exigida. (Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, a certidão de "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverá ser solicitada tanto no sistema eproc quando no SAJ. Para licitantes de outros estados, verificar na certidão a exigência de documentação complementar para validação.
- j) Declaração de inexistência de menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.
- k) Declaração de que NÃO integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93.
- l) Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.
- m) Declaração de que a empresa conhece na íntegra o Edital e se submete às condições nele estabelecidas.
- n) Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, mediante atestado ou certidão emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado em papel timbrado, de que a empresa proponente forneceu, a qualquer tempo, serviços semelhantes aos que estão sendo licitados.

7.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

7.4. A Equipe de Apoio do Pregão poderá consultar o serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

7.5 - No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

7.6 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.2 e seguintes do presente Edital.

7.7 - A documentação deverá:

- a) Estar em nome do licitante;
- b) Referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz.

8. DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. No dia 06 de setembro de 2023, às 14:00 horas na sala de Licitações e Contratos conforme designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no item 5.

8.2. Verificadas as credenciais e declarada aberta à sessão, o Pregoeiro solicitará dos licitantes presentes, a "Declaração de cumprimento pleno aos requisitos de habilitação", conforme inciso VI, do art. 5, da Lei Municipal 330/2005 c/c o Decreto Municipal 402/2005, Decreto Municipal 1730/2019 e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

8.3. As microempresas e empresas de pequeno porte estão dispensadas de apresentar a declaração prevista no item 8.2, desde que, apresentem declaração de que cumprem os requisitos de habilitação, exceto quanto à regularidade fiscal, os quais serão cumpridos para fins de assinatura de contrato, caso seja declarada vencedora do certame.

8.4. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.5. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.6. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

8.7. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.8. A oferta dos lances deverá ser efetuada, por item, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, para tal poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente efetuar seu lance;

8.9. Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

8.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12. Finalizada a fase de lances e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

8.13. Ocorrendo empate previsto do Art. 44 § 2º da Lei Complementar N. 123/2006 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.13.1. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 (cinco) por cento superior à proposta mais bem classificada.

8.13.2. Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 8.13.2 a, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 8.13.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 8.13.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.13.3. Para as situações previstas no item 8.13 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.14. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas a obter proposta ainda mais vantajosa ao interesse público.

8.15. Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.16. No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.17. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

8.18. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

8.19. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9. DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

9.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por preço unitário, sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

9.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido à Exma. Prefeita Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, por item, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

9.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

9.6. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão,

constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

9.6.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções;

- a) advertência;
- b) multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

9.6.1.1. Pelo descumprimento, no todo ou em parte, dos termos e prazos estabelecidos neste edital, poderá a administração aplicar à infratora, além da multa de 10% (dez por cento) sob o valor global de sua proposta, a cumulação de:

9.6.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta administração por prazo de até 02 (dois) anos.

9.6.1.3. Declaração de inidoneidade de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a empresa contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior.

9.6.1.4. A multa aplicada conforme especificação deste edital deverá ser paga em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, sob pena de sujeitar-se à empresa infratora aos procedimentos judiciais cabíveis.1

9.6.1.5. As sanções previstas serão aplicadas depois de disponibilizado o exercício da prévia e ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, observadas as disposições pertinentes do artigo 87, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.6.1.6. A multa referente à recusa injustificada em assinar o contrato, é autônoma.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. A presente licitação será adjudicada e homologada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atenda às exigências deste Edital.

10.2. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas que não atendam às exigências deste Edital e seus anexos, bem como aquelas que ultrapassarem o valor máximo admitido para esta licitação, sendo este fixado ou com preço manifestamente inexequível, como também as licitantes consideradas impedidas e / ou inidôneas e que estiverem em regime de falência ou concordata.

11. DO CONTRATO

11.1. O contrato reger-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei N. 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital pelos preceitos do direito público.

11.2. O contrato poderá, com base nos preceitos do direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão as contas de dotação específica do orçamento do exercício de 2023.

13. DO PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, DO LOCAL DE ENTREGA

13.1. O empenhamento somente será efetuado, e consequentemente paga a despesa, na forma prevista neste instrumento convocatório e no contrato a ser assinado com a CONTRATADA, o pagamento será realizado de forma mensal, em até 15 dias após execução do objeto, de acordo com a Autorização expedida pelo órgão competente, por item fornecido, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente, através de crédito em conta corrente a ser fornecida pelo Contratado.

13.1.1 Para fins de pagamento deverá ser apresentado mensalmente o respectivo documento fiscal, o qual deverá vir acompanhado de todas as "Autorizações de Compras" referentes ao mês.

13.1.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL - CNPJ 95.991.261/0001-27.

13.1.3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.

13.1.4. Os preços somente serão revisados quando houver alterações dos valores, devidamente comprovadas, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento, devidamente instruído a ser formalizado pela CONTRATADA.

13.1.5. O objeto desta licitação deverá ser entregue mediante requisição do setor competente da prefeitura no Município de SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, livre de fretes e qualquer outro ônus, nas secretarias municipais, conforme informado no Termo de Referência.

13.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

14. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

14.1. Cabe a CONTRATANTE:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente processo.
- c) Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o previsto neste Edital.
- d) Providenciar a publicação resumida do Contrato, proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- e) Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa à proponente vencedora para a execução do objeto da presente licitação.

14.2. A licitante vencedora ficará obrigada a:

- a) Executar o objeto de acordo com o estipulado neste Edital;
- b) Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- c) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- d) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato.
- e) Exigir do órgão Licitante a Solicitação e a Nota de Empenho para o efetivo fornecimento dos produtos solicitados.
- f) Cumprir o Prazo de entrega estabelecido neste Edital.
- g) Comunicar ao Município, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

15. DA VIGÊNCIA

15.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, tendo seu início imediato a partir da assinatura e publicação do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos da lei vigente.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

16.2. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

16.3. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

16.4. Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

16.5. A Prefeita Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.6. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, através do telefone (49) 3253-1200, ou pessoalmente na Rua Juventino França de Moraes, 19, Centro, São Cristóvão do Sul/SC.

16.7. Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de referência;
- Anexo II – Modelo da Carta de Credenciamento;
- Anexo III – Modelos da declaração de enquadramento como EPP ou ME;
- Anexo IV – Modelo da declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- Anexo V – Declaração do quadro de funcionários;
- Anexo VI – Minuta do Contrato.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

17.3. Caberá à Prefeita, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

17.4. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá efeito de recurso.

17.5. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

17.6. No interesse do Município, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, atualizada.

17.7. Não serão aceitas quaisquer propostas em desacordo com o Edital ou com as normas vigentes e aplicáveis às licitações públicas.

17.8. Não serão admitidas para participar desta licitação, as empresas suspensas ou impedidas de licitar com o Poder Público.

17.9. A Equipe de Apoio dirimirá as dúvidas que o presente pregão suscitar, desde que arguidas até o prazo de 24 horas, antes da data fixada para o recebimento dos documentos e julgamento das propostas.

17.10. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal endereçado ao Pregoeiro da Prefeitura de São Cristóvão do Sul/SC.

17.11. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

17.12. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

17.13. Contatos preliminares relativos a este procedimento poderão ser feitos pelos telefones (49) 32531200 ou e-mail licitacao@saocris-tovao.sc.gov.br

17.14. Para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia relacionada com o presente Processo Licitatório, o foro competente será o da Comarca de CURITIBANOS-SC.

17.15. Este Edital entra em vigor na data da sua divulgação e publicação, conforme previsto no Artigo 21 da Lei Federal Nº 8.666/93, combinado com o Artigo 4º Inciso I da Lei Municipal 330/2005 c/c o Decreto Municipal 402/2005, Decreto Municipal 1730/2019.

SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, 24 DE AGOSTO DE 2023.

ILSE AMÉLIA LEOBET
PREFEITA MUNICIPAL

ASSESSOR JURÍDICO

O presente edital cumpre as exigências legais estando em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo que de acordo com o artigo 38 Parágrafo único da referida lei, e dou como aprovado.

LUCIANO DE MORAES
ASSESSOR JURÍDICO
Advogado-OAB-SC 15040

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2023

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VOLTADOS PARA A ÁREA DE FOLHA DE PAGAMENTO E RECURSOS HUMANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QTDE	VALOR UNIT. (máximo)	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VOLTADOS PARA A ÁREA DE FOLHA DE PAGAMENTO E RECURSOS HUMANOS. - Serviços técnicos especializados para regularização de informações do setor pessoal no sistema E-SOCIAL E ESFINGE, abrangendo cadastramento e configurações necessários dos eventos do sistema gestor de folha de pagamento, conforme exigência do sistema do governo federal e suporte necessário para as devidas conferências; - Assessoria no fechamento e envio dos dados ao ESFINGE TCE/SC.	MÊS	12	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A presente contratação justifica-se, em virtude ao atendimento das demandas de serviços especializados voltados para a área de recursos humanos e, devido as alterações exigidas pelo tribunal de contas, é necessário a contratação de assessoria para auxílio ao município, objetivando mais agilidade e segurança na prestação dos serviços executados, evitando pendências e ocasionais multas.

3. DO LOCAL, DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa deverá disponibilizar um profissional para atuar semanalmente junto à Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul – SC, no setor de recursos humanos, com carga horária de 08 horas semanais in loco e 40 horas semanais de forma remota, a contar do recebimento da Ordem de Serviço/SF.

3.2. A prestação dos serviços somente poderá ser efetuada pela proponente vencedora, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4. DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal eletrônica, em até 15 (Quinze) DIAS ÚTEIS após a entrega prestação dos serviços, com o devido ateste de recebimento.

4.2. O pagamento efetuado não isentará o licitante das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

4.3. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente, em nome da empresa licitante vencedora.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, tendo seu início imediato a partir da assinatura e publicação do instrumento contratual, podendo ser prorrogado em conformidade a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, art. 57 inciso II.

6. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

6.1. Será empregada a modalidade de licitação denominada PREGÃO (PRESENCIAL), a qual observará os preceitos de direito público e, em especial as disposições da Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Nº 3.555/2000, e, subsidiariamente da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

7.2. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições.

7.3. O preço proposto pela empresa licitante contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

7.4. O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

São Cristóvão do Sul, 24 de setembro de 2023.

ILSE AMÉLIA LEOBET
PREFEITA MUNICIPAL

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2023

ANEXO II**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, a participar do Processo de Licitação nº 33/2023, instaurado pelo Município de São Cristóvão do Sul -SC, na modalidade Pregão Presencial nº 17/2023, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer, assinar declarações relativas ao processo em questão e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 20__.

Carimbo e Assinatura

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2023

ANEXO III

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 20__.

(assinatura do responsável pela empresa)

Observação:

1. Assinalar com um "X" a condição da empresa.

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2023

ANEXO IV

MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no Processo de Licitação nº 33/2023 – Pregão Presencial nº 17/2023, do Município de São Cristóvão do Sul - SC, que _____, inscrito (a) no CNPJ/CPF sob o nº _____, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 7 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20__.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2023

ANEXO V

DECLARAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS
DECLARAÇÃO DE NÃO VÍCULO COM O ÓRGÃO LICITADOR

(preferencialmente em papel timbrado da empresa)

Eu, _____, RG _____, CPF _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, Representante Legal da empresa _____, CNPJ _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____,

DECLARO

Que a empresa não possui entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos ou empregados, qualquer pessoa que seja diretor ou servidor do Órgão Licitador.

Local e data.

DECLARANTE

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2023

ANEXO VI

CONTRATO Nº XX/2023

Contratante O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado à Rua Juventino França de Moraes, 19, Centro, São Cristóvão do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.991.261/0001-27, neste ato representada por seu PREFEITA, Senhora ILSE, CPF Nº 310.146.589-34 a seguir denominada CONTRATANTE

Contratado: XXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, Endereço: _____, neste ato representado pelo Seu representante legal _____, doravante denominada CONTRATADA.

Cláusula 1ª – Do objeto: O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VOLTADOS PARA A ÁREA DE FOLHA DE PAGAMENTO E RECURSOS HUMANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

Cláusula 2ª – Do preço e condições de pagamento: O valor total do presente contrato é de R\$ XXXXX; com parcelas mensais de R\$ XXXXXX, o pagamento será efetuado em até 15 dias após a execução do objeto, mediante nota fiscal.

Cláusula 4ª – Do reajuste e da Vigência: A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data em que o contrato for firmado, podendo ser prorrogado e renovado através de termo aditivo, nos termos do art. 57 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

Cláusula 5ª – Dos recursos orçamentários: As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão por conta de recursos próprios do orçamento vigente, com a seguinte classificação:

04 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto

01 – Departamento de Educação

2.209 – Manutenção das Ativ. De Ensino Fundamental

68 – Aplicações Diretas

33903979 – Compl. Elemento

Cláusula 6ª. – Dos direitos e responsabilidades das partes:

§ 1º - Constituem direito da Contratante exigir o cumprimento do presente contrato nas condições avençadas e, da Contratada, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações do Contratante:

a) Efetuar o pagamento ajustado;

b) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega do objeto licitado com vistas à execução do objeto deste contrato.

§ 3º - Constituem obrigações da Contratada:

a) Elaborar os serviços na forma ajustada, sujeitando-se à vistoria e aferição da qualidade pelo Contratante, observado o disposto no Edital, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades previstas em lei.

b) Atender os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais decorrentes da execução do presente contrato, ficando o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da Contratada, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;

c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

d) Responsabilizar-se por eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato;

e) As despesas com deslocamento e alimentação dos profissionais da Contratada, ficará ao encargo desta.

Cláusula 7ª. – Das penalidades: Se o Contratado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada ou conjuntamente, a critério da administração:

- Advertência;

- Multa de 5% sobre o valor da proposta;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Contratante por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratado.

Cláusula 8ª. – Das condições: O Contratado se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

Cláusula 9ª. – Dos Recursos Administrativos: Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

Parágrafo único – A Contratada reconhece os direitos do Contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da lei n.º 8.666/93.

Cláusula 10 – Da vinculação ao Edital: Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 33/2023, modalidade Pregão Presencial nº 17/2023, para todos os efeitos legais, especialmente em caso de dúvidas, contradições e omissões.

Cláusula 11 – Das disposições finais: Este contrato é intransferível, não podendo a Contratada, de forma alguma, sem anuência do

Contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

Cláusula 12 – Do foro: O Foro competente para solução das pendências deste instrumento é o da Comarca de Curitiba E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

São Cristóvão do Sul/SC, XX de XXXXXXXX de 2023.

MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

ILSE AMÉLIA LEOBET

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 1416 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089194

DECRETO Nº 1416 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; Lei 1972 de 15 de dezembro de 2022 – Lei Orçamentária para o exercício de 2023.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:

06.001 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade n. 06.181.0601.2.050 - Manut do Convênio com Segurança Pública

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1.752.7005.0011 – Convênio de Transito - Civil

Despesa: 46 – R\$ 1.085,74

Para a Programação de despesa:

06.001 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade n. 06.181.0601.2.050 - Manut do Convênio com Segurança Pública

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1.752.7005.0011 – Convênio de Transito - Civil

Despesa: 47 – R\$ 1.085,74

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de agosto de 2023.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos André Morschheiser

Secretário de Administração e Fazenda

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.324/2023

Publicação Nº 5090260

DECRETO Nº 4.324, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) ao orçamento do corrente exercício, em conformidade com o inciso I do art. 7º da Lei Municipal nº 2.626, de 21 de dezembro de 2022, que aprovou o orçamento para o exercício de 2023, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte dotação orçamentária:

14 - Secretaria Municipal de Educação
001 - Gerência de Ensino
1016 - Construção, Reforma, Ampliação e Manutenção dos CMEIS
3400000000000000000 - Despesas de capital
3440000000000000000 - Investimentos
3449000000000000000 - Aplicações diretas
155070000000 - Salário educação R\$ 40.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 40.000,00

Art. 2º Como recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, será utilizado os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

14 - Secretaria Municipal de Educação
001 - Gerência de Ensino
1016 - Construção, Reforma, Ampliação e Manutenção dos CMEIS
3300000000000000000 - Despesas correntes
3330000000000000000 - Outras despesas correntes
3339000000000000000 - Aplicações diretas
155070000000 - Salário educação R\$ 40.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 40.000,00

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias passa a incorporar as alterações deste Decreto, em conformidade com o art. 3º, da Lei nº 2.588, de 14 de outubro de 2022.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-la com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

ANA MARIA SCHIOCCHET
Secretária Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DECRETO Nº 4.234, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

A presente suplementação tem por finalidade adequar o orçamento da Secretaria Municipal de Educação, com o remanejamento de um elemento de despesa para outro dentro da mesma ação, no valor de R\$ 40.000,00 (cento e noventa e sete mil e quinhentos reais), para aditivo da obra de reforma e ampliação do CMEI Chapeuzinho Vermelho.

São Francisco do Sul – SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.325/2023

Publicação Nº 5090261



DECRETO Nº 4.325, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído no orçamento, do corrente exercício, a fonte de recurso 250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos, nas seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Governo	
Unidade Orçamentária: 06.003	Diretoria de Tecnologia da Informação
Funcional programática: 06.003.0004.0126.0027.2008	Ação: Manutenção das Atividades da Gestão de Tecnologia da Informação
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
Unidade Orçamentária: 18.003	Diretoria de Obras de Infraestrutura Viária
Funcional programática: 18.003.0017.0512.0043.1029	Ação: Drenagem Pluvial
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos
Unidade Orçamentária: 18.001	Gerência Administrativo Financeiro
Funcional programática: 18.001.0004.0122.0022.2098	Ação: Manutenção das Atividades da Sec. de Obras e Serviços Públicos
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R\$ 1.299.930,00 (um milhão e duzentos e noventa e nove mil e novecentos e trinta reais), para reforço no exercício financeiro de 2023 das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria Municipal de Governo		
Unidade Orçamentária: 06.003	Diretoria de Tecnologia da Informação	
Funcional programática: 06.003.0004.0126.0027.2008	Ação: Manutenção das Atividades da Gestão de Tecnologia da Informação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 54.000,00



Secretaria Municipal de Governo		
Unidade Orçamentária: 06.004	Diretoria de Segurança Pública	
Funcional programática: 06.004.0006.0181.0029.2012	Ação: Manutenção do Convênio com a Polícia Militar	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 23.640,00

Secretaria Municipal de Esporte		
Unidade Orçamentária: 15.002	Diretoria de Esporte e Lazer	
Funcional programática: 15.002.0027.0812.0016.1019	Ação: Infraestrutura para o Esporte	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 18.000,00

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
Unidade Orçamentária: 18.003	Diretoria de Obras de Infraestrutura Viária	
Funcional programática: 18.003.0017.0512.0043.1029	Ação: Drenagem Pluvial	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 350.000,00
Unidade Orçamentária: 18.003	Diretoria de Obras de Infraestrutura Viária	
Funcional programática: 18.003.0015.0451.0025.1036	Ação: Construção de Ponte Sobre o Rio Acaraí	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 102.000,00
Unidade Orçamentária: 18.003	Diretoria de Obras de Infraestrutura Viária	
Funcional programática: 18.003.0015.0452.0021.2094	Ação: Aquisição de Saibro	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 366.000,00

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
Unidade Orçamentária: 18.001	Gerência Administrativo Financeiro	
Funcional programática: 18.001.0004.0122.0033.2095	Ação: Manutenção da Frota da Secretaria Obras	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 163.290,00
4490000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 73.000,00



Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
Unidade Orçamentária: 18.001	Gerência Administrativo Financeiro	
Funcional programática: 18.001.0004.0122.0022.2098	Ação: Manutenção das Atividades da Sec. de Obras e Serviços Públicos	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 150.000,00

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 1.299.930,00

Art. 3º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2022, conformidade com o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 2.626, de 21 de dezembro de 2022, que aprovou o orçamento para o exercício de 2023, combinado com o inciso do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

ANA MARIA SCHIOCCHET
Secretária Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DECRETO Nº 4.325, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.**

Justificamos a presente suplementação, com base em superávit financeiro, no valor de R\$ 1.299.930,00 (um milhão e duzentos e noventa e nove mil e novecentos e trinta reais), para reforço no exercício financeiro de 2023, Aditivo da ponte monte de trigo, material de construção, saibro, tubos, prorrogação de contrato de caminhão pipa, manutenção dos balanços dos parquinhos infantis, aditivo com empresa de internet e aditivo de manutenção de prédio utilizado pelo batalhão da polícia militar.

São Francisco do Sul – SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.326/2023

Publicação Nº 5090262

**DECRETO Nº 4.326, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.****ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

O PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído no orçamento, do corrente exercício, a fonte de recurso 250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos, na seguinte dotação orçamentária:

Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA	
Unidade Orçamentária: 26.001	Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Funcional programática: 26.001.0008.0243.0013.2044	Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal da Infância e Adolescente
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2023 da seguinte dotação orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA		
Unidade Orçamentária: 26.001	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	
Funcional programática: 26.001.0008.0243.0013.2044	Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal da Infância e Adolescente	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	250070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 50.000,00

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 50.000,00

Art. 3º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2022, conformidade com o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 2.626, de 21 de dezembro de 2022, que aprovou o orçamento para o exercício de 2023, combinado com o inciso do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

ANA MARIA SCHIOCCHET
Secretária Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Centro | Tel: (47) 3471-2200
São Francisco do Sul - Santa Catarina
www.saofranciscodosul.sc.gov.br



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DECRETO N° 4.326, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.**

A presente despesa tem como objetivo a execução de ações de assistência às crianças e aos adolescentes do CMDCA, conforme previsto no plano de ação e aplicação dos recursos municipais da infância e adolescência. Para tanto, foi necessário suplementar o orçamento em R\$ 50.000,00, utilizando-se do superávit financeiro do exercício anterior.

São Francisco do Sul – SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Centro | Tel: (47) 3471-2200
São Francisco do Sul – Santa Catarina
www.saofranciscodosul.sc.gov.br

DECRETO Nº 4.327/2023

Publicação Nº 5090265

DECRETO Nº 4.327, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído no orçamento da Secretaria Municipal de Educação do corrente exercício o vínculo 255070000000 - Salário educação, na seguinte dotação orçamentária:

14 - Secretaria Municipal de Educação
001 - Gerência de Ensino
2056 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche
3300000000000000000 - Despesas correntes
3330000000000000000 - Outras despesas correntes
3339000000000000000 - Aplicações diretas
255070000000 - Salário educação

1016 - Construção, Reforma, Ampliação e Manutenção dos CMEIS.
3300000000000000000 - Despesas correntes
3330000000000000000 - Outras despesas correntes
3339000000000000000 - Aplicações diretas
255070000000 - Salário educação

Art. 2º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) ao orçamento do corrente exercício, em conformidade com o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 2.626, de 21 de dezembro de 2022, que aprovou o orçamento para o exercício de 2023, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte dotação orçamentária:

14 - Secretaria Municipal de Educação
001 - Gerência de Ensino
1015 - Construção, reforma, ampliação e manutenção das Escolas
3300000000000000000 - Despesas correntes
3330000000000000000 - Outras despesas correntes
3339000000000000000 - Aplicações diretas
255070000000 - Salário educação R\$ 190.000,00

1016 - Construção, Reforma, Ampliação e Manutenção dos CMEIS.
3300000000000000000 - Despesas correntes
3330000000000000000 - Outras despesas correntes
3339000000000000000 - Aplicações diretas
255070000000 - Salário educação R\$ 310.000,00

2056 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche
3300000000000000000 - Despesas correntes
3330000000000000000 - Outras despesas correntes
3339000000000000000 - Aplicações diretas
255070000000 - Salário educação R\$ 300.000,00

2060 - Manutenção das Atividade Ensino Fundamental
3300000000000000000 - Despesas correntes
3330000000000000000 - Outras despesas correntes
3339000000000000000 - Aplicações diretas
255070000000 - Salário educação R\$ 300.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 1.100.000,00

Art. 3º Os recursos necessários à execução do artigo anterior correrão por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior com a fonte 255070000000 - Salário educação.

Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias passa a incorporar as alterações desta Lei, em conformidade com o Art. 3º, da Lei 2.588, de 14 de outubro de 2022.

Parágrafo único. De acordo com o caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-la com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

ANA MARIA SCHIOCCHET
Secretária Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DECRETO Nº 4.327, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

A presente suplementação visa a manutenção das atividades escolares e dos centros de educação infantil, bem como a manutenção predial de escolas e CMEIs, incluindo a aquisição de material de expediente. Para isso, foi necessário suplementar o orçamento em R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), utilizando-se da fonte de recursos 255070000000 - Salário educação, proveniente do superávit financeiro do exercício anterior.

São Francisco do Sul – SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.328/2023

Publicação Nº 5090267

DECRETO Nº 4.328, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ao orçamento do corrente exercício, em conformidade com os incisos III do art. 9º da Lei Municipal nº 2.626, de 21 de dezembro de 2022, que aprovou o orçamento para o exercício de 2023, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte dotação orçamentária:

14 - Secretaria Municipal de Educação
001 - Gerência de Ensino
1016 - Construção, Reforma, Ampliação e Manutenção dos CMEIS
34000000000000000000 - Despesas de capital
34400000000000000000 - Investimentos
34490000000000000000 - Aplicações diretas
150010010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ R\$ 250.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 250.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão, por conta do provável excesso de arrecadação da receita – 41114511102000000000 - Imposto S/serviços de Qualquer Natureza, com o vínculo 150010010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

ANA MARIA SCHIOCCHET
Secretária Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DECRETO Nº 4.328, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

A presente suplementação tem como finalidade o aditivo de contrato referente à Construção do CMEI Bem Me Quer, uma obra de interesse público e social. Para isso, foi necessário suplementar o orçamento em R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), utilizando-se do provável excesso de arrecadação da receita; – 4111451110200000000 - Imposto S/serviços de Qualquer Natureza, com o vínculo 150010010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ.

São Francisco do Sul - SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

EDITAL N032 - CONVOCAÇÃO DE PROFESSORES

Publicação Nº 5090528

EDITAL Nº 32 /2023
CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 015/2022

Candidato (s) classificado (s) dentro do número de vagas oferecidas e critérios estabelecidos pelo processo seletivo 015/2022, devem se apresentar no dia 28 de agosto de 2023, conforme horário e data descrito abaixo na Secretaria Municipal de Educação, no Multiuso situado a rua Barão do Rio Branco – 217 - Centro, munidos de identidade e dos títulos que comprovem sua graduação. O processo iniciará conforme o horário descrito abaixo, obedecendo a classificação numérica do processo seletivo. A ausência do candidato no momento da chamada para a contratação acarretará sua reclassificação.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – (28/08/2023 às 09hrs)
Candidatos classificados do nº 299 ao 306 – habilitados

QUADRO DE VAGAS DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QT	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	CARGA HORÁRIA	VÍNCULO
01	EBM RAMIRO BUENO	40 H	EXCEDENTE

CANDIDATOS

MARIA CAROLINE DA SILVA ARPINI	299
NEUSA VIEIRA	300
PATRÍCIA LUCIANE CONSTANTINE ROSA	301
RAFAELA MACHADO	302
ANA MARIA CORRÊA	303
ÉVELYN CAROLINE CORRÊA OLIVEIRA	304
VANESSA CONSTANTINO GUTZMANN	305
RENATA MULLER	306

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2023.

Rodrigo Graf
Secretário Municipal de Educação

EDITAL Nº 02 CHAMADA DE PROFESSOR DE MATEMATICA

Publicação Nº 5091507

EDITAL Nº 002/2023**CHAMADA PÚBLICA 03/2023**

Candidato (s) classificado (s) dentro do número de vagas oferecidas e critérios estabelecidos pelo processo seletivo 015/2022, devem se apresentar no dia 25 de Agosto 2023, conforme horário e data descrito abaixo na Secretaria Municipal de Educação, no Multiuso situado a rua Barão do Rio Branco – 217 - Centro, munidos de identidade e dos títulos que comprovem sua graduação. O processo iniciará conforme o horário descrito abaixo, obedecendo a classificação numérica do processo seletivo. A ausência do candidato no momento da chamada para a contratação acarretará sua reclassificação.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA (25/08/2023 às 10h)

Candidatos classificados do nº 04 habilitados e 5º, 6º e 7º não habilitados

QUADRO DE VAGAS DE PROFESSOR DE MATEMÁTICA

QT	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	CARGA HORÁRIA	VÍNCULO
02	EM CARLOS DA COSTA + EM JOÃO DIAS	30H	EXCEDENTE

CANDIDATOS HABILITADOS

Classificação	Nome
4º	Sergio José Cardoso

CANDIDATOS NÃO HABILITADOS

Classificação	Nome
5º	RODRIGO AZEVEDO SILVA
6º	ANDRÉ CONTINI
7º	EROS DE FREITAS MARINHO PACHECO DOS REIS

São Francisco do Sul, 22 de agosto de 2023.

Rodrigo Graf
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONT. 097-2023 EDITORA DO LIVRO

Publicação Nº 5089506

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 097-2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: EDITORA DO LIVRO TÉCNICO LTDA – CNPJ Nº 11.314.780/0001-60

Processo Licitatório: Inexigibilidade nº 104/2023, de 23/08/2023

Base legal: Artigo 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO SABE E EJA, PARA SEREM UTILIZADOS COMO BASE NA APLICAÇÃO DE "PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS" DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EJA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

VIGÊNCIA: 23/08/2023 à 23/08/2024

VALOR: R\$ 390.630,18(Trezentos e noventa mil e seiscentos e trinta reais e dezoito centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 14001-2060-333903201-15001001000

São Francisco do Sul, 23 de Agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

EXTRATO CONT. 098-2023 SAVANA COM

Publicação Nº 5090503

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 098-2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: SAVANA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ 24.706.364/0003-11

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 105/2023 – Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, datado de 24/08/2023

BASE LEGAL: Inciso I do Artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01.04.2021 e suas alterações

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADO DE MECÂNICA, TROCA DE ÓLEO, SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO DE FILTRO E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS COM APLICAÇÃO DE LUBRIFICANTES E PEÇAS ORIGINAIS MANTENDO GARANTIA NA REVISÃO DOS 100KM, NOS CAMINHÕES MERCEDES-BENZ MODELO MB2730, PLACAS RAG-3070 E RAG 7410, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, LOTADA NA SECRETARIA DE OBRAS.

VALOR: R\$ 26.053,48 (Vinte e seis mil, cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

18001-2095-3339039190000000000-150070000000

18001-2095-3339030010000000000-150070000000

18001-2095-3339030390000000000-150070000000

VIGÊNCIA: 24/08/2023 À 24/10/2023

São Francisco do Sul, 24 de Agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº 18.862/2023**

Publicação Nº 5090068

PORTARIA nº 18.862, de 23 de agosto de 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e o Decreto 3.661, de 25 de junho de 2021, e conforme o art. 67 da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Fiscais dos Contratos abaixo discriminados, para acompanharem e fiscalizarem a execução dos referidos contratos, na forma e condições seguintes:

I - Contratos:

MODALIDADE PROCESSO	EMPRESA	CNPJ	OBJETO
Inexigibilidade de Licitação nº 226/2022	Auto Posto Vila da Glória Eireli	03.649.959/0001-40	"...Aquisição de 3.000 litros de gasolina comum, e 9.000 litros de óleo dieses comum (S50), para uso de caminhões e máquinas pesada, veículos e roçadeiras da Gerência do distrito do Saí (Vila da Glória)."
Pregão Eletrônico nº 042/2023 - SRP	Comércio de Materiais de Construção e Terraplanagem Paulinho Ltda	21.402.056/0001-42	"Sistema de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a aquisição de Materiais de construção afim de suprir as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, assim como suas gerências e setores,..."

II - Servidor Designado:

FISCAL	
SERVIDOR:	Jaime Ribeiro da Cunha
CARGO/FUNÇÃO:	Gerente do Distrito do Saí
MATRÍCULA:	148066 - 1
SECRETARIA QUE ATUA:	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA nº 18.862, de 23 de agosto de 2023.

III – Contratos:

MODALIDADE PROCESSO	EMPRESA	CNPJ	OBJETO
Pregão Eletrônico nº 087/2022	Edenilson James Cardoso ME	19.486.100/0001-06	"...contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mecânica e elétrica, com fornecimento de peças, para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, assim como suas respectivas gerências ,..." Elétrica de veículos leves.
Pregão Eletrônico nº 087/2022	Zilmar Samy EPP	83.162.081/0001-53	"...contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mecânica e elétrica, com fornecimento de peças, para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, assim como suas respectivas gerências ,..." Mecânica de veículos leves.

Pregão Eletrônico nº 087/2022	Auto Peças e Mecânica Oceano Sul Ltda	80.939.879/0001-70	"...contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mecânica e elétrica, com fornecimento de peças, para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, assim como suas respectivas gerências ,..." Mecânica máquinas, tratores, caminhão e ônibus e elétrica de veículos e máquinas à diesel.
Pregão Eletrônico nº 039/2023 – SRP (itens 1 e 9)	BPC - Indústria de Artefatos de Cimento Ltda	22.573.493/0001-91	"Sistema de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para aquisição de tubos de concreto de várias bitolas,...".
Pregão Eletrônico nº 039/2023 – SRP (itens 2,3,4,6,7 e 8)	Sólidos Indústria e Comércio de Pré-Fabricados em Concreto	06.957.836/0001-65	"Sistema de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para aquisição de tubos de concreto de várias bitolas,...".
Pregão Eletrônico nº 039/2023 – SRP (item 5)	CR Artefatos de Cimento Ltda	01.650.178/0001-40	"Sistema de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para aquisição de tubos de concreto de várias bitolas,...".
Pregão Eletrônico nº 040/2023 – SRP (itens 01 e 02)	CNS Comércio e Serviços Ltda	04.456.805/0001-03	"Sistema de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a aquisição de BICA CORRIDA – PEDRA A4,...".

PORTARIA nº 18.862, de 23 de agosto de 2023.

IV – Servidor Designado:

FISCAL	
SERVIDOR:	Fabio dos Santos Cunha
CARGO/FUNÇÃO:	Gerente de Obras e Serviços Públicos
MATRÍCULA:	230200 - 1
SECRETARIA QUE ATUA:	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

V – Contratos:

MODALIDADE PROCESSO	EMPRESA	CNPJ	OBJETO
Pregão Eletrônico nº 128/2022	Veneza Equipamentos Sul Comércio Ltda	29.644.666/0001-64	"...aquisição de máquina retroescavadeira, de fabricação nacional, para complemento da frota de maquinários do Município de São Francisco do Sul,...".
Pregão eletrônico nº 144/2022 – SRP (itens 4 e 5)	CPX Distribuidora S/A	10.158.356/0001-01	"...contratação de empresa especializada para a aquisição de pneus para os maquinários, caminhões e veículos leves da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".
Pregão eletrônico nº 144/2022 – SRP (itens 6 e 8)	Agua Comércio de Pneus Eireli	08.774.832/0001-77	"...contratação de empresa especializada para a aquisição de pneus para os maquinários, caminhões e veículos leves da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".
Pregão eletrônico nº 144/2022 – SRP (itens 2 e 14)	Só Pneus Comércio Automotivo Ltda	30.484.520/0001-88	"...contratação de empresa especializada para a aquisição de pneus para os maquinários, caminhões e veículos leves da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".
Pregão eletrônico nº 144/2022 – SRP (itens 7,11 e 13)	Milano Comércio de Pneumáticos Ltda	36.097.231/0001-02	"...contratação de empresa especializada para a aquisição de pneus para os maquinários, caminhões e veículos leves da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".

Pregão eletrônico nº 144/2022 – SRP (item 9)	Curitiba Comércio de Pneumáticos e tintas Ltda	47.270.248/0001-36	"...contratação de empresa especializada para a aquisição de pneus para os maquinários, caminhões e veículos leves da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".
--	--	--------------------	---

PORTARIA nº 18.862, de 23 de agosto de 2023.

Pregão eletrônico nº 144/2022 – SRP (itens 1,10 e 12)	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	39.859.999/0001-64	"...contratação de empresa especializada para a aquisição de pneus para os maquinários, caminhões e veículos leves da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".
Pregão eletrônico nº 144/2022 – SRP (item 3)	JMF Comércio e Serviços Eireli	11.036.136/0001-78	"Contratação de empresa especializada para aquisição, via sistema de registro de preços, de lubrificantes para fins de manutenção dos veículos da frota municipal,...".
Pregão Eletrônico nº 177/2022	Rudipel Rudnick Petróleo Ltda	75.415.075/0002-13	"...aquisição de combustíveis para os caminhões e máquinas pesada da Frota da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".
Pregão Eletrônico nº 021/2023	Esgocenter Limpeza de Efluentes Ltda	16.646.871/0001-17	"...contratação de empresa especializada para locação de caminhão pipa trucado para ser utilizado na região do bairro Vila da Glória, por um período de 06 (seis) meses,...".
Pregão Eletrônico nº 026/2023	Localiza Veículos Especiais S.A.	02.491.558/0001-42	"...contratação de empresa especializada para locação de 05 (cinco) veículos picapes, afim de serem utilizadas nas atividades diárias da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".
Pregão Eletrônico nº 042/2023 – SRP	CNS Comércio e Serviços Ltda	04.456.805/0001-03	"...contratação de empresa especializada para a aquisição de Materiais de Construção afim de suprir as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".
Pregão Eletrônico nº 047/2023 – SRP (itens 1 e 5)	Patricia Cristina de abreu - EPP	20.363.508/0001-61	"Contratação de empresa especializada para aquisição, via sistema de registro de preços, de lubrificantes para fins de manutenção dos veículos da frota municipal,...".
Pregão Eletrônico nº 047/2023 – SRP (itens 2 e 6)	Brambila Truck Center Ltda	24.012.349/0001-01	"Contratação de empresa especializada para aquisição, via sistema de registro de preços, de lubrificantes para fins de manutenção dos veículos da frota municipal,...".

PORTARIA nº 18.862, de 23 de agosto de 2023.

Pregão Eletrônico nº 047/2023 – SRP (itens 3 e 4)	Jomk – Comércio de Lubrificantes Ltda	42.838.558/0001-90	"Contratação de empresa especializada para aquisição, via sistema de registro de preços, de lubrificantes para fins de manutenção dos veículos da frota municipal,...".
Pregão Eletrônico nº 061/2023 – SRP	Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda	03.574.370/0001-20	"...contratação de empresa especializada para serviço de tapa buraco – Reenquadramento e limpeza de buraco, correção da base com substituição de material após a regularização e troca de base, aplicação de material para operação de tapa buraco..."

Pregão Eletrônico nº 062/2023 – SRP (item 2)	Lagb Peças e Acessórios Ltda	02.678.428/0001-13	"Contratação de empresa especializada para aquisição de pneus de máquinas da frota da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".
Pregão Eletrônico nº 062/2023 – SRP (itens 3 e 4)	Green Hill Comércio de Pneus Ltda	34.147.979/0001-47	"Contratação de empresa especializada para aquisição de pneus de máquinas da frota da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".
Pregão Eletrônico nº 062/2023 – SRP (item 1)	Aurora E-Commerce Ltda	44.545.120/0001-40	"Contratação de empresa especializada para aquisição de pneus de máquinas da frota da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,...".

VI – Servidor Designado:

FISCAL	
SERVIDOR:	Renato Anselmo Graf
CARGO/FUNÇÃO:	Gerente de Fiscalização de Serviços Públicos
MATRÍCULA:	148069 - 1
SECRETARIA QUE ATUA:	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA nº 18.862, 23 de agosto de 2023.

Art. 2º Os serviços de Fiscal de Contrato são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 23 de agosto de 2023.

CARLOS ROBERTO NUNES
Secretário Municipal

	Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.
--	--

PORTARIA Nº 18.863/2023

Publicação Nº 5090071

PORTARIA nº 18.863, de 23 de agosto de 2023.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e conforme Processo Administrativo nº 25487/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Averbar, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal BIANCA DE GOES BRANCO, matrícula nº 7958730, inscrita no CPF sob o nº 936.545.379-87, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos seguintes períodos:

INSS

01/10/1993	08/02/1994	DAL CRIS COMERCIO REPRESENTAÇÕES LTDA	TC: 0 ano(s), 4 mês(es), 08 dia(s) TA: 0 ano(s), 4 mês(es), 08 dia(s)
01/06/1994	30/07/1995	MARIA ANGELA DOS REIS CORREA	TC: 1 ano(s), 2 mês(es), 0 dia(s) TA: 1 ano(s), 2 mês(es), 0 dia(s)
01/08/2006	26/03/2007	GOES CIA LTDA	TC: 0 ano(s), 7 mês(es), 26 dia(s) TA: 0 ano(s), 7 mês(es), 26 dia(s)
04/02/2009	30/11/2009	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano(s), 9 mês(es), 27 dia(s) TA: 0 ano(s), 9 mês(es), 27 dia(s)
08/02/2010	06/12/2010	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano(s), 9 mês(es), 29 dia(s) TA: 0 ano(s), 9 mês(es), 29 dia(s)

14/03/2011	09/07/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 4 ano(s), 3 mês(es), 26 dia(s) TA: 4 ano(s), 3 mês(es), 26 dia(s)
Tempo de Contribuição (TC): 2.976 dias, correspondendo a 08 anos, 1 mês(es) e 26 dias. Tempo Aproveitado (TA): 2.976 dias, correspondendo a 08 anos, 1 mês(es) e 26 dias. Certidão de Tempo de Contribuição - Protocolo nº 19025020.1.00182/23-1, expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, no dia 14 de agosto de 2023.			

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 23 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
--	--

PORTARIA Nº 18.864/2023

Publicação Nº 5090259

PORTARIA nº 18.864, de 24 de agosto de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 120, de 02 de janeiro de 2023, que altera a Lei Complementar nº 72/2015 e a Lei Municipal nº 2.109/2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SAMMELLA CARINE MENDES DA ROCHA PIRES, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 063.191.939-21, para exercer o cargo de Diretora de Gestão de Pessoas e Suprimentos, nível CC01, da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 24 de agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
--	--

DECRETO Nº 4.328/2023 - ANEXO UNICO

Publicação Nº 5090269

MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL
Execução Orçamentária
Projeção Excesso de Arrecadação Por Vínculo
Vínculo: 150010010000 LOA: 2023 Período: Janeiro até Dezembro

Vínculo de Recurso: 150010010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ													
2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Total
Meta	6.853.855,33	8.324.484,46	5.214.061,66	5.727.918,01	5.572.588,62	5.348.454,42	5.057.127,76	3.475.634,51	2.647.538,98	3.203.681,23	2.831.322,35	523.302,67	54.779.970,00
Arrecadado	5.211.071,52	7.234.694,74	5.568.813,32	6.089.854,03	5.598.849,99	3.171.322,16	7.166.234,43	6.941.436,22	3.941.436,22	3.941.436,22	3.941.436,22	3.941.436,22	62.748.021,29
Excesso / Déficit	(1.642.783,81)	(1.089.789,72)	354.751,66	361.936,02	26.261,37	(2.177.132,26)	2.109.106,67	3.465.801,71	1.293.897,24	737.754,99	1.110.113,87	3.418.133,55	7.968.051,29
Sup. por Excesso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	894.000,00	776.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	1.920.000,00
Sup. por Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo	(1.642.783,81)	(1.089.789,72)	354.751,66	361.936,02	26.261,37	(2.177.132,26)	1.215.106,67	2.689.801,71	1.043.897,24	737.754,99	1.110.113,87	3.418.133,55	6.048.051,29

IPM Sistemas Ltda
Atende-Net - WEO v:2013.01

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**06 ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS 2023 - IPRESF**

Publicação Nº 5089275

**ATA DA 06ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPRESF**
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 06/2023

1 Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três (22/05/2023), às 11h00 na Sala de
2 Reuniões do IPRESF, situado à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no terceiro piso, sala 303, reuniram-se
3 os membros do Comitê de Investimentos: Sandra Heloisa de Biasi, Idelson Alves Porto, Ricardo Luiz
4 Fernandes e Abelard Helbling Junior, a Sra. Telma do Carmo Pacheco, justificou a sua ausência nesta data
5 para acompanhar a sua mãe em consulta médica previamente agendada. Como convidadas estavam
6 presentes Adriane Cristina Maia de Lima e Eliane Batista, membros do Conselho Fiscal, o convite foi
7 também estendido aos membros do Conselho Administrativo do IPRESF, com o intuito de acompanhar a
8 reunião sobre: 1 – Apresentação do Estudo ALM pelo consultor de investimentos Eduardo Barão; 2 –
9 Apresentação de como comprar Títulos Públicos pelo consultor de investimentos Rafael Demeneghi; 3 –
10 Deliberações Comitê de Investimentos. A Presidente agradeceu a presença de todos e passou a palavra
11 para o consultor de investimentos, o Sr. Eduardo Barão, que iniciou a sua fala agradecendo a todos pela
12 oportunidade de explanar sobre o Estudo ALM; o resultado que se obteve do presente estudo; como é feito
13 o estudo; como é a estrutura do Estudo de ALM; e como o resultado vai ser aplicado na carteira; quais
14 situações são preciso avaliar. **“Eduardo Barão (E.B): o estudo é feito com base na avaliação atuarial do**
15 **último ano, data base 31/12/2022, sendo fevereiro de 2023 a data base de avaliação do estudo de ALM”.**
16 Em seguida fez uma breve introdução do estudo, pontuou os fundamentos da legislação e o passo a passo
17 do estudo de ALM que tem como objetivo traçar, mostrar e apresentar uma carteira sugerida onde o
18 Instituto visualizará a melhor relação risco x retorno, onde o retorno esteja compatível com a meta do
19 RPPS. Alinhando essa alocação da carteira com o passivo do Instituto, isto é, com o fluxo do passivo.
20 **“(E.B): a avaliação atuarial é feita a com projeções a longo prazo, e não compromete o fluxo do passivo,**
21 **por exemplo: evitando que em 2050 o Instituto precise do recurso, e o recurso esteja alocado num ativo**
22 **que vai vencer só em 2060. Nisso, o estudo tenta casar com esse fluxo do passivo a carteira do RPPS**
23 **tendo como objetivo a melhor relação, risco x retorno, onde o retorno é a meta do Instituto. Desta forma,**
24 **o estudo vai parametrizando e alinhando vários requisitos. Em um primeiro momento o estudo verifica**
25 **a avaliação atuarial do RPPS, analisando o fluxo do passivo, e calcula uma reserva matemática que**
26 **seria o ideal para o cumprimento dos objetivos, e quais são os ativos que podem ser alocados”.** Eduardo
27 menciona que é calculado uma rentabilidade projetada para aqueles ativos. Os fundos apresentam previsão
28 de rentabilidade para esses ativos, assim como as taxas dos títulos públicos que são observadas diariamente
29 no mercado. Dado esse passivo e esse ativo, no estudo é montando uma fronteira eficiente, onde essa
30 fronteira eficiente vai mostrar quais são as melhores opções de carteira, com a melhor relação, risco x
31 retorno que seja compatível com a meta. Após a introdução do estudo, Eduardo prossegue explicando
32 como é que é feito esse estudo e as etapas. **“(E.B): No item dois do estudo a legislação vigente do Instituto**
33 **possui regras para seguir, é diferente de um ALM pra pessoa física ou para outro tipo de instituição**
34 **bancária que também utiliza bastante esse tipo de estudo. O instituto possui regras como a pela**



(47) 3449-0384



(47) 9 8491-7382



ipresf@ipresf.com.br

www.ipresf.com.br

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE
SÃO FRANCISCO DO SULRua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

2

35 *Resolução CMN 4.963/2021, pela Portaria MTP 1467/2022, como por exemplo, não puder alocar mais*
36 *de 30% por cento em renda variável, vocês não podem alocar mais de 10 % por cento em exterior, então*
37 *tem todas essas regras vão seguindo os limites estabelecidos pela Política de Investimento, e onde há*
38 *limites de alocação na tabela da Política de Investimento vigente, respeitando também os limites de*
39 *volatilidade. Todas essas regras também são trazidas para o presente estudo. E não se pode fazer uma*
40 *carteira sugerida de qualquer maneira, sem seguir essas regras. Então, no primeiro momento o estudo*
41 *demonstra como está a carteira do RPPS, e sua posição atualmente. Como verificado a carteira tem*
42 *61% por cento em CDI e IRFM, entra todos aqueles fundos que tem benchmark CDI, sejam eles*
43 *mercado ou renda fixa. Então todos que entram nessa nesse tipo de índice fundos em IMA B 5, tem*
44 *uma parte IMA B 5+ também que é pequeno, mas tem, e tem IMA Geral, 12% por cento, em fundos de*
45 *ações, exteriores, estruturados, e tem aqueles fundos com carência, fundos de vértice que é que são*
46 *aqueles fundos que tem o vencimento, se eu não me engano são aqueles fundos que foram criados no*
47 *ano de 2014/2013 que tenham investimentos em 2024, 2026, 2028, até 2030. Então tem essa posição*
48 *atual que também é analisada”. Eduardo pontua que no comparativo do estudo é apresentado como está*
49 *a carteira do RPPS, como vai ser a carteira e qual é a carteira sugerida. Pois, no primeiro momento é*
50 *apresentado a carteira em forma de representação gráfica da tabela verificada no estudo que mostra qual é*
51 *a situação do RPPS, ficando assim mais fácil de analisar e visualizar, sendo o passivo, o primeiro item que*
52 *se é estudado. Eduardo ressalta que nesse primeiro momento o estudo mostra através da projeção da*
53 *avaliação atuarial que o instituto não está utilizando o patrimônio, desta forma há mais receita do que*
54 *despesa. “(E.B): Então, vocês não precisam utilizar o patrimônio, até 2033 o fluxo é positivo, após esse*
55 *período chegará em um momento que o instituto começará a utilizar o patrimônio, pois o resultado*
56 *financeiro ficará menor, ou seja, a receita fica menor do que a despesa. Pelo que se pode acompanhar*
57 *no estudo, no ano de 2055 haverá um pico de pagamento de benefício que vai até 2093 praticamente*
58 *com o fluxo zerado. Dado esse fluxo avaliado é calculado a reserva matemática, a ideia é de ir montando*
59 *o patrimônio, onde no mesmo ano do pico do pagamento de benefício, o IPRESF precisa ter um pico*
60 *de patrimônio, de reserva matemática, e que logo seguindo o fluxo do passivo ele também vem para*
61 *baixo, não precisando ter muito patrimônio, os benefícios também vão caindo. Dado esse fluxo que*
62 *num primeiro momento o IPRESF não precisa utilizar o patrimônio, a SMI consultoria calcula a ideia*
63 *da carteira sugerido do ALM. Primeiramente é montado um cenário, as expectativas (boletim focus),*
64 *de acordo com esse cenário econômico é calculado em cima dos ativos e a possibilidade de aplicar em*
65 *fundos IRFM, IMA-B, IMA Geral, fundos de carência, IBOVESPA, fundos externos, é calculado a*
66 *ideia da rentabilidade média esperadas desses índices. Em média ao longo do tempo, por exemplo, um*
67 *fundo CDI terá uma rentabilidade próximo de 13,70%, um IMA-B em média a rentabilidade é de*
68 *11,96%, Ima Geral de 5,24%, exterior de 10,16%. No estudo é verificado o passivo, calculado e*
69 *apresentados em quais ativos serão alocados, a volatilidade de cada índice e a fronteira eficiente que*
70 *apresenta a melhor possibilidade de risco e retorno. Dado a utilização, é apresentado o resultado da*
71 *utilização. No estudo ALM é realizado um estudo comparativo da carteira atual do IPRESF, onde ela*



(47) 3449-0384



(47) 9 8491-7382



ipresf@ipresf.com.br

www.ipresf.com.br



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE
SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

72 *está e para onde o estudo está sugerindo ir. Atualmente, dado o retorno médio de todo os índices da*
73 *carteira, a carteira atual do IPRESF teria um retorno esperado próximo de 5,19%, com uma*
74 *volatilidade de 3,40%. O estudo demonstra que a carteira está em linha com a estratégia, com a*
75 *expectativa de 5,19% e a meta que é de 4,76%. Porém, o estudo demonstra uma carteira um ponto acima*
76 *da meta de 5,72% com uma volatilidade anualizada de 0,16%, ressaltando que o limite máximo pela*
77 *Política de Investimentos é de uma volatilidade anualizada de 9%. Dado esses resultados, o estudo*
78 *indica que o ideal é aplicar em Títulos Públicos nos seguintes percentuais: NTN-B 2040 de 12,55%;*
79 *NTN-B 2045 de 21,97%; NTN-B 2050 de 12,58%; NTN-B 2055 de 12,57% e NTN-B 2060 de 12,57%.*
80 *Sendo o estudo compatível com o fluxo do passivo. O estudo também indica as possibilidades de resgates*
81 *para a carteira sugerida. Eduardo ressaltava ainda que o estudo é uma ferramenta para a decisão e não*
82 *serve como uma única base, pois deve ser considerado todo um cenário de longo prazo e a curto prazo*
83 *(cenário atual). Dado essas informações, a migração da carteira sugerida é realizada aos poucos e*
84 *aumentando a posição gradualmente. Considerando que o estudo é realizado uma vez no ano, uma*
85 *nova avaliação será feita e a depender do novo cenário, o estudo será refeito. Após a fala foram sanadas*
86 *as dúvidas dos membros quanto a análise do cenário, alocações gradativas, sobre as possibilidades de*
87 *resgates”. A presidente questionou se após os Títulos Públicos forem marcados na curva, a Portaria n.º*
88 *1467/2021 possibilita o ajuste desses títulos que foram marcados na curva para marcação a mercado, caso*
89 *ocorrer alguma situação que necessita de liquidez imediata? “(E.B): sim, pois a avaliação atuarial muda*
90 *de ano para ano, exemplificando que se ocorrer uma situação que na avaliação atuarial de 2025, de*
91 *que a prefeitura não está repassando ou teve uma queda da arrecadação e o IPRESF está precisando*
92 *utilizar mais o patrimônio antecipando esse fluxo do passivo, o ajuste é possível. Por exemplo, foi*
93 *comprado uma NTN-B 2040 e necessita desse recurso, nesse caso é feito uma documentação, seja por*
94 *ofício ou carta, mencionando que ocorreu uma alteração no fluxo do passivo devido a situação relatada*
95 *na avaliação atuarial e o instituto está necessitando trocar a marcação na curva do Título 2040 para*
96 *marcação a mercado para revender no mercado”. Na sequência, Sr. Idelson, membro do comitê,*
97 *perguntou se haveria alguma implicação caso não fosse realizado o procedimento que o estudo está*
98 *mostrando? “(E.B): não tem implicação, o estudo não pode ser utilizado somente como única fonte, que*
99 *deve ser analisado o cenário atual também”. Sr. Idelson questionou também, se seria viável apenas*
100 *alocar as receitas mensais sem resgatar dos fundos IMA? “(E.B): é uma outra possibilidade, o ideal é*
101 *fazer essa movimentação para pegar uma taxa ainda atrativa”. O membro do comitê Sr. Abelard*
102 *comenta ter percebido que um dos Institutos vizinhos, o município de Itajaí, tem realizado*
103 *aproximadamente 55 % da migração da carteira para Títulos Públicos e que já fez quase toda a migração,*
104 *e reduziram ações, e questionou qual foi o benefício deles na redução de volatilidade da carteira deles?*
105 *“(E.B): a rentabilidade é positiva da carteira, eles podem entrar tranquilamente em renda variável,*
106 *porque 60 % da carteira está protegido de Títulos na curva, e com isso vai poder correr mais risco em*
107 *bolsa”. A convidada do Conselho Fiscal, Sra. Eliane Batista, perguntou sobre a margem de evolução*
108 *comparando, a exemplo do município de Itajaí, essa evolução leva em média mais ou menos 1 ano, 1 ano*



(47) 3449-0384



(47) 9 8491-7382



ipresf@ipresf.com.br

www.ipresf.com.br



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE
SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

4

109 e meio? *“(E.B): sim, às vezes menos. O Ipresf poderia entrar mais forte, pois a expectativa é as taxas*
110 *vir para baixa”.* O Sr. Idelson perguntou como que fica na carteira a estruturação dos Títulos, e como
111 ocorre a rentabilidade mensal? *“(E.B): os extratos vêm da corretora já precificados com os valores*
112 *mensalmente. Em um primeiro momento vem um pouquinho para baixo e depois vai subindo*
113 *gradualmente e constante o aumento da rentabilidade. No relatório de Gestão de Investimentos vem*
114 *separado e especificado”.* Sanada as dúvidas, Eduardo Barão agradeceu a atenção de todos e passou a
115 palavra para o Rafael Demeneghi, que abordou sobre algumas vantagens da comprar Títulos Públicos
116 sendo essa compra intensificada após a pandemia. Contextualizou o cenário da taxa Selic, as economias
117 abertas, aumento da taxa favorecendo os fundos DI. Porém é necessário olhar a carteira do RPPS não
118 somente a curto prazo. Em 2024 já iniciado o processo de corte da Selic, ficará mais complicado buscar a
119 meta atuarial no CDI, e por isso que agora é um cenário de aproveitar ainda que se tem juros real de NTN-
120 B acima da meta. *“Rafael Demeneghi (R.D): As vantagens de comprar Títulos Públicos, como o Eduardo*
121 *já colocou, é de reduzir a volatilidade da Carteira através da marcação na curva, com taxas acima da*
122 *meta você garante o cumprimento da meta por mais tempo. Por exemplo, comprando uma NTN-B*
123 *negociando-a IPCA + 5,90% você garantiu aquela taxa até o vencimento mais toda a correção do IPCA*
124 *até o vencimento do Título, independentemente do que acontecer na curva de juros. Alguns podem*
125 *pensarem de o porquê comprar um Título mais longo, se eu posso comprar um Título mais curto com*
126 *uma taxa muito parecida? É que existe no mercado financeiro um risco de reinvestimento, pouco*
127 *falado, mas quando se é olhado para a carteira do RPPS, pode-se verificar. Imagina que temos duas*
128 *opções uma NTN-B 2030 e uma NTN-B 2040, a primeira tem mais risco de reinvestimento, porque*
129 *quando receber esse recurso naquele ano, não se saberá qual será o cenário de taxa, pode acontecer de*
130 *em 2030 não ter mais uma NTN-B acima da meta, como pode acontecer também de a taxa estar mais*
131 *alta. Como pode-se verificar com o histórico da taxa Selic que bateu a 2%, e hoje está em um patamar*
132 *de 13,75% ano. Já se investir na de 2040 terá 10 anos a mais de taxa, pois quando alonga a carteira,*
133 *empurra-se esse risco de reinvestimento para mais à frente. Outra grande vantagem é a ausência do*
134 *custo com taxa de administração, por meio de um cálculo simples, hoje aqueles fundos vértices, que*
135 *são aqueles fundos que nada mais são que comprar uma NTN-B e colocar dentro do fundo, o banco*
136 *faz esse serviço para o instituto, eles compram uma NTN-B de um vencimento e colocam dentro do*
137 *fundo e você é o cotista, só que para isto você paga uma taxa de administração de aproximadamente*
138 *0,25% ao ano, além disso, o fundo vértice é marcado a mercado, ou seja, traz volatilidade para a*
139 *carteira. A exemplo para o cálculo, foi pego o valor que o estudo ALM sugeriu, para aplicação de forma*
140 *gradual, aqueles 116 milhões em comparação com o fundo de investimentos iria gerar mais ou menos*
141 *uma economia de 230 mil reais por ano para a carteira do RPPS, somente com a economia com taxa*
142 *de administração. Considerando esse valor estático, o que não é verdade porque à medida que o tempo*
143 *passo o Patrimônio Líquido vai aumentando, para uma simplificação de cálculo, esses 230 mil reais*
144 *quando se é multiplicado por 20 anos gera quase 5 milhões de economia. Quando se aloca em Título*
145 *ao invés de alocar em fundo de investimentos, por exemplo, se o fundo de vértice pagar IPCA + 6%, na*



(47) 3449-0384



(47) 9 8491-7382



ipresf@ipresf.com.br

www.ipresf.com.br



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE
SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

146 *prática irá receber 5,80%, por causa da taxa de administração. Ao mostrar um comparativo na época*
147 *que o IPCA + 6% em janelas de 5 anos, quando comparado ao CDI, o IPCA sempre ganhou do CDI.*
148 *Visando a capitalização de passivo torna-se importante ter Títulos Públicos na carteira do RPPS. É*
149 *importante mostrar que o CDI nem sempre consegue superar a meta atuarial, pois os momentos que o*
150 *CDI conseguiu superar uma meta atuarial de IPCA + 5%, isso só aconteceu desde 2010, em 2016, 2017,*
151 *2022, esse ano muito provável que o CDI ainda supera o IPCA + 5% por conta da elevação do CDI e a*
152 *inflação controlada, mas na maior parte do tempo o CDI não bate meta atuarial. Por isso que não dá*
153 *para ficar no CDI sempre, e importante aproveitar agora essa janela de oportunidade que pode estar se*
154 *encerrando. Já há uma sinalização de em setembro de o banco central começar a cotar os juros e pode*
155 *ser que em 2024 ou 2025 as taxas de NTN-B já não estejam tão atrativas e já imaginar um cenário de*
156 *talvez começar a desinvestir do próprio CDI para fazer alocações em NTN-B sugerido pelo Estudo”.*
157 Em seguida, após as suas considerações quanto ao cenário e exemplificações, Rafael comentou sobre o
158 roteiro para a compra de Títulos Públicos: 1. Primeiramente, o RPPS precisa ter uma conta de custódia
159 aberta, junto a uma instituição financeira (Corretora ou Banco). É importante verificar o procedimento
160 operacional para abertura de conta, bem como os custos incorridos para o serviço de custódia de títulos
161 públicos; 2. A corretora deve ser credenciada como Custodiante e Intermediária ANTES de comprar o
162 título. Caso a custódia seja feita por uma instituição diferente, será necessário credenciá-la também. 3.
163 Acompanhar as taxas dos títulos, podemos ter uma referência das taxas no link abaixo, ressaltando que a
164 cotação é do dia anterior: https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm; 4. A
165 taxa da NTN-B tem que estar compatível com a taxa da meta de rentabilidade estabelecida na Política de
166 Investimentos do Instituto; 5. Observar o estudo de ALM ou último cálculo atuarial para definição de
167 valores e vencimento dos títulos a serem adquiridos; 6. Para operacionalizar a compra, poderá ser
168 enviado e-mail para ao menos 3 casas (bancos, corretoras), solicitando uma cotação para compra de NTN-
169 B, mencionando o valor (R\$), o vencimento da NTN-B e a taxa pretendida. A presidente do Comitê, Sra.
170 Sandra, questionou se todos os players precisam estar credenciados? **“(R.D): Sim precisam, e a SMI dará**
171 **todo o suporte aos RPPS. E em relação aos horários para cotação, também é algo para se atentar pelo**
172 **RPPS, o ideal é que seja D+1”.** O membro do Comitê, Sr. Ricardo, questionou no caso da compra,
173 considerando que existem opções D+0 e D+1, no caso de D+1, ao fazer a cotação com as casas, eles têm
174 a obrigatoriedade de segurar a taxa que eles mandarem ou isso é a critério deles? ou se no dia que fizer a
175 liquidação tiver uma taxa diferente e eles vão aplicar a taxa do dia seguinte? **“(R.D): Considerando que a**
176 **liquidação seja D+1, casa deve garantir a taxa no momento que você aceita, por isso, se ele segurar o**
177 **P.U (preço de um ativo na data de hoje), o RPPS deverá assegurar a transferência desse recurso até o**
178 **dia seguinte para não haver transtornos futuros”.** Na sequência o membro do Comitê, Sr. Abelard,
179 questionou sobre se somente poderá investir Títulos até o passivo do RPPS, pode ir além desse passivo?
180 há algum RPPS que já fez? **“(R.D): Sim, há uma janela para isso”.** Sr. Abelard ainda pergunta se uma
181 janela de até 2060 não afetaria? **“(R.D): não porque o estudo já está avaliando o passivo do RPPS”. Tem**
182 **uma outra questão, um Título Público na prática, por exemplo, NTN-B 2040, correspondente a 17 anos,**



(47) 3449-0384



(47) 9 8491-7382




ipresf@ipresf.com.br

www.ipresf.com.br

07 ATA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS 2023 - IPRESF

Publicação Nº 5089886




FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

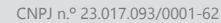
ATA DA 07ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPRESF
REUNIÃO ORDINÁRIA - 07/2023

1 Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três (15/06/2023), às 9:30h na
2 Sala de Reuniões do IPRESF, situado à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no terceiro piso,
3 sala 303, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Sandra Heloisa de Biasi,
4 Idelson Alves Porto, Ricardo Luiz Fernandes, Abelard Helbling Junior e Telma do Carmo
5 Pacheco. Com quórum a reunião teve seus trabalhos instaurados com os seguintes assuntos
6 em pauta: 1 - Leitura da Ata da Reunião Ordinária anterior; 2 - Apresentação de Relatório SMI,
7 e fechamento mês de maio/2023; 3 - Apresentação das APR'S mês de maio/2023; 5 - Carteira
8 Recomendada SMI; 6 - Recomendação SMI maio/2023; 7 - Previsão das Receitas e
9 Aplicações. A Presidente informou que a ata anterior está em fase ajustes, e logo já estará
10 disponível para assinaturas. Na sequência prosseguiu com a apresentação do relatório SIGA-
11 SMI informando o fechamento da carteira referente ao mês de maio/2023, o qual aponta os
12 seguintes dados de Distribuição da Carteira: 90,37% em Fundos de Renda Fixa; 6,63% em
13 Fundos de Renda Variável; 2,60% em Investimentos no Exterior; 0,22% em Fundos em
14 Participações; 0,17% em contas correntes, totalizando o PL (Patrimônio Líquido) em R\$
15 180.767.313,34 (cento e oitenta milhões, setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e treze
16 reais e trinta e quatro centavos). A Presidente comentou que a carteira do Instituto está bem
17 posicionada em relação ao cenário atual, e inclusive superando a meta acumulada nos últimos
18 05 (cinco) meses em 2023 em 0,77 pontos, conforme a tabela de indicadores do relatório SMI.>



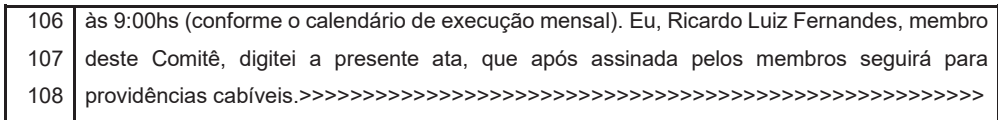
RENTABILIDADE DA CARTEIRA, INDICADORES E META ATUARIAL (INPC + 4,76% A.A.)							
MÊS	CARTEIRA	META	CDI	IMA-G	% META	% CDI	% IMA-G
Janeiro	1,48	0,85	1,12	0,70	174	132	212
Fevereiro	0,18	1,16	0,92	1,03	16	20	18
Março	1,02	1,03	1,17	1,86	99	87	55
Abril	1,00	0,92	0,92	1,25	109	109	80
Maio	1,78	0,75	1,12	1,77	237	158	100
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
TOTAL	5,57	4,80	5,37	6,78	116	104	82

CARTEIRA x INDICADORES EM 2023



60 Quanto as aplicações das receitas no mês de junho/2023, a Presidente informou que entrou
61 em contato com o Sr. Rafael, consultor da SMI Assessoria, que encaminhou a carteira
62 recomendada e fez as seguintes observações: “A carteira recomendada, e carteira da maioria
63 dos clientes da SMI estão posicionadas em NTN-B, com taxas posicionadas acima da meta
64 atuarial, fundos de vértice e IMA-B, e já estão captando com a queda dos juros futuros,
65 atualmente a alocação em CDI permanece com grandes chances de cumprir meta esse ano.
66 Com relação a carteira recomendada não faremos alterações no presente momento, e
67 seguimos monitorando a curva de juros a fins de aproveitar futuras oportunidades em IMA-B
68 5+. Para entrada de novos aportes sugerimos que sejam direcionados a fundos DI.”
69 Considerando o cenário, assim como as recomendações da SMI, a Presidente apresentou sua

CNPJ n.º 23.017.093/0001-62



4

TELMA DO CARMO PACHECO
MEMBRO

São João Batista

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 4251/2023

Publicação Nº 5089531

Lei Municipal 4.251, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Denomina de "Paulino de Oliveira" a rua que especifica.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "PAULINO DE OLIVEIRA" a rua que tem início no final da Rua Mario Cypriani, Rua Valdemiro Schmitt e Estrada Municipal Ivo Schmitt, Latitude 714687.104m E e Longitude 6980899.893m N, e fim em terras de Leorinc Holding LTDA, Latitude 714643.075m E e Longitude 6980482.420m N, localizada no bairro Ribanceira do Sul, medindo aproximadamente 420 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista - SC, 24 de agosto de 2023.

Pedro Alfredo Ramos
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4252/2023

Publicação Nº 5089543

Lei Municipal 4.252, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 300.000,00.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para a seguinte modalidade de aplicação:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.047 – Proteção Social Básica
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Recurso: 1.500.7000.000 – Recursos não vinculados de impostos
Valor – R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da anulação das seguintes modalidades de aplicação:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.044 – Proteção Especial de Alta Complexidade
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Recurso: 1.500.700.000 - Recursos não vinculados de impostos
Valor – R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
08.244.0005.2.046 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Recurso: 1.500.700.000 - Recursos não vinculados de impostos
Valor – R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista/SC 24 de agosto de 2023.

Pedro Alfredo Ramos
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4253/2023

Publicação Nº 5089547

Lei Municipal 4.253, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Autoriza o município a receber na forma de doação com encargos, o imóvel localizado na Praça Capitão Amorim, de propriedade do Estado de Santa Catarina.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, o imóvel com área de 1.479,00 m² (mil, quatrocentos e setenta e nove metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 13.912 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista, nos termos da Lei Estadual n. 18.410, de 29 de junho de 2022.

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidades e encargos a instalação das Secretarias Municipais de Educação, de Assistência Social e de Desenvolvimento Econômico e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos sociais da população.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I – deixar de utilizar o imóvel;

II – desviar a finalidade da doação, deixando de cumprir os encargos de que trata o art. 2º desta Lei no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da Lei Estadual n. 18.410, de 29 de junho de 2022; ou

III – hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do donatário, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista - SC, 24 de agosto de 2023.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

São João do Itaperiú

PREFEITURA

PE 10/2023 E PL 63/2023

Publicação Nº 5089545

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 10/2023****TIPO DE REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LAMINAS E OUTROS PARA ATENDER MAQUINAS PESADAS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOAO DO ITAPERIÚ. **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço. **VALOR MAXIMO:** R\$ 466.428,94. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 09:00:00 horas, do dia 24/08/2023, até às 08:00:00 horas do dia 11/09/2023. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 11/09/2023, às 08:00:00 horas, **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 11/09/2023 às 09:00:00 horas, no endereço eletrônico: www.bll.org.br – Bolsa de Licitações do Brasil - BLL. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, no site <https://saojoaodoitaperiu.atende.net/transparencia/>, no link Portal da Transparência. Demais informações poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (047) 3458-0010 ou através do e-mail: licitacao@pmsji.sc.gov.br, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h. São João do Itaperiú -SC, 24/08/2023.

CLÉZIO JOSÉ FORTUNATO

Prefeito

PR 11/2023 E PL 64/2023

Publicação Nº 5090768

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Presencial nº 11/2023****TIPO DE REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: O objeto é o REGISTRO DE PREÇOS, para contratação de serviços mecânicos para veículos leves; e serviços mecânicos e molejo de veículos pesados da frota da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde e conveniados, conforme quantidades e especificações constantes no edital.. **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço. **VALOR MAXIMO:** R\$ 787.905,00. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 08:00:00 horas, do dia 25/08/2023, até às 08:30:00 horas do dia 12/09/2023. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 12/09/2023, às 08:30:00 horas, **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 12/09/2023 às 09:00:00 horas, no endereço eletrônico: www.bll.org.br – Bolsa de Licitações do Brasil - BLL. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, no site <https://saojoaodoitaperiu.atende.net/transparencia/>, no link Portal da Transparência. Demais informações poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (047) 3458-0010 ou através do e-mail: licitacao@pmsji.sc.gov.br, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h. São João do Itaperiú -SC, 24/08/2023.

CLÉZIO JOSÉ FORTUNATO

Prefeito

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 74 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090556

DECRETO nº 74 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, afetadas por Tempestade Local/Convectiva - Granizo – COBRADE 1.3.2.1.3, conforme a Portaria n. 260 de 2 de fevereiro de 2022.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito do Município de São João do Sul, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art.55, V, da Lei orgânica do Município de São João do Sul e pelo inciso VI do artigo 8º da lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, decreto federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, a lei Estadual n 10.925, de 22 de setembro de 1998, Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, e pela Resolução nº 03 de 02.07.1999, do Conselho Nacional de Defesa Civil que aprova o manual para a decretação de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública.

CONSIDERANDO:

I – Que às 18h e 48min do dia 23 de agosto de 2023 ocorreu o evento Local/Convectiva - Granizo – COBRADE 1.3.2.1.3, por 15 minutos no território do Município de São João do Sul.

II- Que em decorrência do referido evento, ocorreram prejuízos nas residências, com a perfuração de telhas, e vidros, causando ainda as perdas de mobiliário, vestuário, colchões e roupas de cama. Além disso, ainda ocorreram prejuízos em prédios públicos como escolas, postos de saúde e outros, inclusive a sede da Prefeitura Municipal ficou danificada ocorrendo danos em computadores e documentos. Ainda constatamos prejuízos em lavouras, indústrias e comércios.

Como ação de resposta a Defesa Civil do município disponibilizou lonas e está realizando o cadastro de famílias que tiveram suas residências danificadas.

III – Que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal Proteção e Defesa Civil do Município de São João do Sul favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no § 4º do Art. 2º da Portaria nº 260 de 2 de fevereiro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a Situação de Emergência nas áreas do Município de São João do Sul registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Granizo – COBRADE 1.3.2.1.3.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de São João do Sul, nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de São João do Sul.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 7º. Este Decreto tem validade por, máximo de 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
23 de agosto de 2023.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 5090900

A Prefeitura Municipal de São Joaquim e a Empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades vêm convidar toda a população para participar da 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal

EXERÇA SUA CIDADANIA E AJUDE NO DESENVOLVIMENTO DO SEU MUNICÍPIO
PARTICIPE!

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentar aos presentes as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDDT, expor os projetos de leis urbanísticas do PDDT, também desenvolver sobre o sistema de planejamento e gestão do próprio PDDT e os ajustes necessários a estrutura organizacional municipal.

12.09

2023

terça-feira

18:30h oras

Local:

Casa da Cultura

Praça Cezário Amarante, SN – São Joaquim – SC

DECRETO Nº 414/2023

Publicação Nº 5091963

DECRETO Nº 414/2023

“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O
CONSELHO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO – C-PDD
E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 398/2023”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.090/12, de 18/12/12; Ficam NOMEADOS os MEMBROS abaixo relacionados para comporem o CONSELHO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO – C-PDD de São Joaquim:

I - 03 (três) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

- Maria de Fatima de Sousa Nunes Mune,
- Neri Antonio Chiodelli, e
- Cleber Otávio Castello Medeiros.

II – 03 (TRÊS) REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO

MUNICIPAL:

- Dione Medeiros Rodrigues,
- Marcio Eron de Souza e
- Teodoro Nunes de Jesus.

III – 01 (UM) REPRESENTANTE DO SETOR EMPRESARIAL - ACISJO:

- Felipe Vieira Nascimento.

IV – 01 (UM) REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL:

- Giovani Oliveira.

V – 01 (UM) REPRESENTANTE DO OBSERVATÓRIO:

- Everson Suzin.

VI – 04 (QUATRO) REPRESENTANTES PROFISSIONAIS LIBERAIS:

- Hyara Leticia Hugen - Arquiteta
- Juliano Martorano Vieira - Advogado,
- Gustavo Nunes Correa - Arquiteto
- Clovis Francisco de Oliveira – Técnico Agrimensor.

Art. 2º – A referida Comissão será válida por 02 (dois) anos, sendo que a Comissão Nomeada através do Artigo 1º, não receberá ônus do Município pela referida Nomeação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos Decreto Nº 398/2023, de 10/08/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de agosto de 2023.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 758/2023

Publicação Nº 5091958

PORTARIANº 758/2023

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora: - KARLA MORAIS DO CANTO, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, referente ao exercício de 2022/2023, a contar do dia 23/08/2023 à 06/09/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de agosto de 2023.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 11/2023

Publicação Nº 5092362

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 011/2023

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos e respectivos fiscais durante o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar e sobre o procedimento de sua apuração.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Joaquim/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº. 8.069/1990) e nas Leis Municipais nº. 2.783/2007 e nº. 5.057/2023, bem como pelo art. 7º da Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que lhe conferem a Presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar; e,

Considerando que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução n. 231/2022 do Conanda dispõe que ao CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos e membros do Conselho Tutelar;

Considerando, ainda, que o art. 11, § 7º, incisos III e IX, da Resolução n. 231/2022 do Conanda aponta ser atribuição da Comissão Especial do Processo de Escolha, criada por Resolução do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos durante a campanha e no dia da votação, bem como resolver os casos omissos,

RESOLVE:

Art. 1º - A campanha dos candidatos e membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos candidatos habilitados no Processo de Escolha e será encerrada à meia-noite da véspera do dia da votação.

Art. 2º - Serão consideradas condutas vedadas aos candidatos devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de São Joaquim e aos seus prepostos e apoiadores aquelas previstas no edital de abertura do certame, na Lei Municipal n. 5.057/2023 e na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com especial destaque ao seu art. 8º.

Art. 3º - O desrespeito às regras apontadas no art. 2º desta Resolução poderá caracterizar inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inc. I, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 4º - Qualquer cidadão ou candidato poderá representar à Comissão Especial contra aquele que infringir as normas estabelecidas no edital, na Resolução n. 231/2022 do Conanda ou na Lei Municipal n. 5.057/2023, instruindo a representação com provas da infração.

§1º Cabe à Comissão Especial registrar e fornecer protocolo ao representante, para acompanhamento do procedimento instaurado.

§2º Serão admitidas denúncias anônimas, desde que acompanhada de elementos mínimos de prova ou com indicação da forma que a Comissão Especial pode acessá-la.

§3º Caso o denunciante assim solicite, a Comissão Especial pode decretar, havendo fundamentos legítimos, o sigilo de seu nome, facultando acesso apenas ao Ministério Público e à autoridade judiciária, caso solicitado.

§4º As denúncias deverão ser encaminhadas, por escrito, entregues pessoalmente à Comissão Especial, que as receberá nos dias úteis na Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua Gasparino Dutra, s/nº. bairro Centro, São Joaquim, no horário de 13:00h às 19:00h.

§5º Caso qualquer membro do CMDCA tome conhecimento da prática de conduta vedada, por qualquer meio, deverá imediatamente comunicar o fato e as provas a que teve acesso à Comissão Especial, para instauração, de ofício, do respectivo procedimento administrativo.

§ 6º O Ministério Público será cientificado da instauração de todo e qualquer procedimento instaurado pela Comissão Especial.

Art. 5º - No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Especial deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Havendo motivo relevante e comprovado o perigo na demora do julgamento, a Comissão poderá determinar, fundamentadamente em medida liminar, a retirada imediata ou a suspensão da propaganda e o recolhimento do material de campanha considerado irregular.

Art. 6º - A Comissão Especial poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do término do prazo da defesa:

I – Arquivar o procedimento administrativo, se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;

II – Determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 5 (cinco) dias úteis contados do decurso do prazo previsto no caput;

§ 1º - No caso do inc. II, o representante e o representado serão intimados a, querendo, comparecerem à reunião designada e efetuarem perguntas para as testemunhas ouvidas.

§ 2º - Eventual ausência do representante ou do representado não impede a realização da reunião a que se refere o inc. II, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

§ 3º - As partes poderão ser representadas, durante todas as etapas do procedimento, por advogado, desde que junte procuração nos autos, porém a ausência de defesa técnica não acarretará nenhum tipo de nulidade.

Art. 7º - Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial decidirá, fundamentadamente, em até 5 (cinco) dias úteis, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 5 (cinco) dias úteis do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente.

§ 2º - No julgamento do recurso não será admitida reabertura da instrução, porém será facultada a sustentação oral aos envolvidos de até 10 (dez) minutos por parte, sendo dispensável a intimação destas para o julgamento.

Art. 8º - Os nomes dos candidatos cassados deverão permanecer nas cédulas ou inseminados nas urnas eletrônicas.

Parágrafo único. Os votos atribuídos ao candidato cassado serão considerados nulos.

Art. 9º - O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as reuniões da Comissão Especial e do CMDCA, com antecedência mínima de 72(setenta e duas), bem como de todas as decisões destes órgãos, no prazo de 2 (dois) dias de sua prolação.

Art. 10 - Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico e nas redes sociais da administração municipal, bem como noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha.

Art. 11 - A Comissão Especial fará reunião com todos os candidatos habilitados em 2 (dois) momentos do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

a) tão logo seja publicada a relação final dos(as) candidatos(as) considerados(as) habilitados(as);

b) na semana anterior ao dia da votação, com foco nas vedações específicas da votação, organização do pleito e participação de fiscais dos candidatos.

§ 1º - Em cada uma das solenidades será registrada ata da reunião assinatura dos candidatos e dos membros da Comissão Especial.

§ 2º - Eventual ausência não isenta o candidato do cumprimento das regras do processo de escolha.

Art. 12 - Os procedimentos administrativos de que tratam essa Resolução poderão ser instaurados após a data da eleição, inclusive para apuração de condutas vedadas praticadas na data da votação e deverão ser concluídos antes da posse dos membros do Conselho Tutelar eleitos pela comunidade.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, as disposições desta Resolução às eventuais irregularidades relativas à organização e condução do pleito em geral, cabendo à Comissão Especial processar e julgar as representações, com direito de recurso à Plenária do CMDCA.

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Resolução CMDCA nº. 010/2023.

São Joaquim, 22 de agosto de 2023.

Lusiane Zandonadi Nunes
Presidente do CMDCA

São José

PREFEITURA

AVISO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 089/2023

Publicação Nº 5091867

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CB90CB6D0AD4EA7B64F6C374473726F9827CB004

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 089/2023 – Proc. Adm. nº 251/2023 – Processo Digital nº 251/2023 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO DE BAIXO VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DE TAPETES DOS TEATROS HERMELINDA IZABEL E ADOLPHO MELLO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ. PERÍODO DA COTAÇÃO: Período de envio das propostas e lances: de 25 de agosto de 2023 às 13h30min até 30 de agosto de 2023 às 13h30min; Para todas referências de tempo será considerado o horário de Brasília/DF.

CONTRATO Nº 038/2023

Publicação Nº 5092124

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 138487D7C3512C0C5736417476F6654730D7AA72

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: Nº 038/2023 – TP 032/2022 – Processo Digital nº 41764/2022 – Proc. Adm. nº 421/2022. CONTRATADO: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA. DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA KOESA, NO BAIRRO KOBRASOL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, contados a partir da sua assinatura. VALOR: R\$1.377.819,81 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e um centavos). Data de assinatura: 22 de agosto de 2023.

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PRIVADAS Nº 001/2023/SME ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE Nº 01 - "HABILITAÇÃO"

Publicação Nº 5091054

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PRIVADAS Nº 001/2023/SME
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE Nº 01 – "HABILITAÇÃO"

No dia 23 de agosto de 2023, às 14h, reuniram-se na sala do Setor de Licitações da Secretaria de Educação do Município de São José – SME/SJ, localizado na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 1º andar, bairro Praia Comprida, CEP 88.103-790, São José/SC, os membros do Setor de Licitação da SME, Angelise Bedin da Silva e Gladys Soraia da Silva, para analisar os documentos e emitir o respectivo parecer referente à Etapa 1 (item 4.1.1.) correspondente à habilitação das Instituições Educacionais Privadas, prevista no Edital de Credenciamento nº 001/2023/SME.

Foi analisada a proposta de 01 (uma) proponente, relacionada a seguir:
CENTRO EDUCACIONAL CASA DE CORA INFANTIL E FUNDAMENTAL LTDA
CPNJ: 43.770.682/0001-14.

1 - ANÁLISE

A proponente CENTRO EDUCACIONAL CASA DE CORA INFANTIL E FUNDAMENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 43.770.682/0001-14, atendeu plenamente aos requisitos exigidos pelo item 6.2.1, do Anexo I do Edital de Credenciamento nº 001/2023/SME.

2 – CONCLUSÃO

Dessa forma, decide-se pela CLASSIFICAÇÃO para a Etapa 2 (item 6.2.2) da proponente: CENTRO EDUCACIONAL CASA DE CORA INFANTIL E FUNDAMENTAL LTDA - CPNJ: 43.770.682/0001-14.

São José, 23 de agosto de 2023.

GLADYS SORAIA DA SILVA
Coordenadora do Setor de Licitações/SME

LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO) Nº 1662/2022 - IBAMA

Publicação Nº 5089899

A Prefeitura Municipal de São José/SC torna público que recebeu do IBAMA a Licença de Operação (LO) Nº 1662/2022, válida por 10 anos, referente ao empreendimento ATERRO HIDRÁULICO MECÂNICO - ANGRA DE SÃO JOSÉ, localizada na Avenida Acioni Souza Filho

PORTARIA SMI/PMSJ Nº 024/2023

Publicação Nº 5090537

PORTARIA SMI/PMSJ nº 024, de 08 de agosto de 2023.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar o Servidor Jairo Souza Cunha, matrícula nº 436.165-9, para efetuar a fiscalização do Contrato nº 035/2023, decorrente da Tomada de Preços 031/2022, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Fábio Decarli Savi, matrícula nº 39.696-6, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nardi Francisco de Sousa Arruda
Secretário Municipal de Infraestrutura

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023

Publicação Nº 5090577

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AD5D3137759013BC76F3784C2E9C200ABD61AA14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 – Processo Digital nº 2922/2023 – Proc. Adm. 18/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC. Fornecedores: MOVESCO IND. COM. MOVEIS ESCOLARES LTDA, JEFERSON DA SILVEIRA ME, GM IND E COM VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA ME, DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA EPP, TECNOLAR LTDA ME, FRANO INDUSTRIA EIRELI, M L I L MARTINS MOVEIS, PRATIKA SOLUCOES LTDA, SHC COMERCIO DE MOVEIS E SERVICOS DE MONTAGEM LTDA, K&K DISTRIBUIDORA LTDA, AUDIOFRAHM INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA, REIFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, ECOMOB INDUSTRIA DE MÓVEIS ECOLÓGICOS LTDA e RG2 INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA. Valor Total: R\$ 6.965.348,37 (seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos). Priscilla Adriana Dutra – Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

CCA Nº 1.577/2023 - ROBERTO MARIN

Publicação Nº 5090852

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL PROTOCOLO Nº 1.577/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.577/2023 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até 23/08/2027, formulado pelo empreendedor ROBERTO MARIN, CPF 041.795.679-70, para a atividade de 33.13.05 – CANAIS DE IRRIGAÇÃO, no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Segundo Anibal Balbinot, 189, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

PORTARIA Nº 576/2023

Publicação Nº 5089145

PORTARIA Nº 576/2023

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o caput, do Art. 96, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Converter 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio – Assiduidade em pecúnia, o servidor público municipal, Cassiano Schneider, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, matrícula nº. 3.418-1, relativo ao quinquênio de 17/01/2017 a 16/01/2022, por motivo de exoneração sem o gozo desta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de agosto de 2023.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

CLEONEI EICH
Secretário Municipal da Fazenda/Administração

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 578/2023

Publicação Nº 5089142

PORTARIA Nº 578/2023

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 014/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário, Aline Justen dos Santos, para exercer o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste município, no período de 18 de agosto a 15 de dezembro 2023, em substituição à titular da vaga Carina Lemes de Souza que se encontra em licença maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de agosto de 2023.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 18 de agosto de 2023.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

SIMONE TREVISOL
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 579/2023

Publicação Nº 5089138

PORTARIA Nº 579/2023

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, Art. 12, III, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 014/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário, Roseli Schwab, para exercer o cargo de Monitor de Creche, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Nossa Senhora Aparecida, neste município, no período de 21 de agosto a 08 de setembro de 2023, em substituição à titular da vaga Rosani Passarin Zanardi que se encontra em Licença Prêmio Assiduidade neste período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação com efeitos retroativos a 21 de agosto de 2023.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 21 de agosto de 2023.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

SIMONE TREVISOL
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 580/2023

Publicação Nº 5089147

PORTARIA Nº 580/2023

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 85 e 86, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público municipal, Éderson Fábio Junges, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, matrícula nº. 3.715-1, referente ao período aquisitivo de 02/04/2020 a 01/04/2021, para serem gozadas no período de 23 de agosto a 1º de setembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 23 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 23 de agosto de 2023.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

CLEONEI EICH
Secretário Municipal da Fazenda/Administração

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 581/2023

Publicação Nº 5089157

PORTARIA Nº 581/2023

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 12, I, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor público municipal, Cleonei Eich, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal da Fazenda, matrícula nº. 4.131-1, para responder pela Secretaria Municipal de Administração, concomitantemente às suas atribuições naturais, sem ônus para o município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de agosto de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 24 de agosto de 2023.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 582/2023

Publicação Nº 5091498

PORTARIA Nº 582/2023

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 85 e 86, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal, Silvia Nardi, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, matrícula nº 2.450-1 referente ao período aquisitivo de 01/10/2019 a 30/09/2020, para serem gozados no período de 28 de agosto a 06 de setembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 28 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 24 de agosto de 2023.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

SHEILA PATRICIA DA LUZ
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 583/2023

Publicação Nº 5091500

PORTARIA Nº 583/2023

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 88, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, no período de 23 a 30 de agosto de 2023, as férias à servidora pública municipal, Emanuele Fernanda Fantinelli, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 3.486-2, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação com efeitos retroativos a 23 de agosto de 2023.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 24 de agosto de 2023.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

CLEONEI EICH
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 584/2023

Publicação Nº 5091504

PORTARIA Nº 584/2023

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 96, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio Assiduidade, à servidora pública municipal, Marilei de Mello, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, matrícula nº 2.400-1, relativa ao quinquênio de 01/06/2015 a 31/05/2020, para ser gozada no período de 23 de agosto a 21 de setembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação com efeitos retroativos a 23 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 24 de agosto de 2023.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE
Prefeito

CARLA PATRÍCIA SILVESTRI
Secretária Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra.

Daniela H. Ammon
Departamento Pessoal

São José do Cerrito

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2023

Publicação N° 5090819

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 35213BEB394C74E4CBEE0250E445236270532397

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 045/2023
PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2023

Objeto: Registro de Preços para possível Aquisição de epis, Ferramentas, Materiais de Construção, Elétricos e Hidráulicos, para as unidades administrativas do Município de São José do Cerrito.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 12/09/2023.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: às 09h00 do dia 12/09/2023.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.cerrito.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado Rua Anacleto da Silva Ortiz, 127, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3242-1111.

São José do Cerrito, SC, 24 de agosto de 2023.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA
Prefeito de São José do Cerrito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2023

Publicação N° 5090823

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 64865B2EBCD62C8DC22E8B4DAD8AC98DE9AC4289

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 046/2023
PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2023

Objeto: Registro de Preços para possível Aquisição de Diesel S10 e Diesel S500.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 11/09/2023.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: às 09h00 do dia 11/09/2023.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.cerrito.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado Rua Anacleto da Silva Ortiz, 127, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3242-1111.

São José do Cerrito, SC, 24 de agosto de 2023.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA
Prefeito de São José do Cerrito

EXTRATO ATA 046 E 047-2023

Publicação N° 5091484

<div>EXTRATO DO CONTRATO</div> <div>Contrato N° 46/2023 - Processo N° 41/2023 - Homologação 23/08/2023</div> <div>Vigência : 24/08/2023 até 23/08/2024</div> <div>Contratante : MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - 82.777.327/0001-39</div> <div>Contratada : CONFECTIL CONFECÇOES DE MALHAS E UNIFORMES LTDA - 28.072.275/0001-50</div> <div>Objeto : Registro de preços para possível aquisição de uniformes, fardamentos e artigos de vestuário.</div> <div>Despesa : Sem despesa cadastrada</div> <div>Valor : R\$6.499,50</div> <div>Data da Assinatura : 24/08/2023</div>	<div>EXTRATO DO CONTRATO</div> <div>Contrato N° 47/2023 - Processo N° 41/2023 - Homologação 23/08/2023</div> <div>Vigência : 24/08/2023 até 23/08/2024</div> <div>Contratante : MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - 82.777.327/0001-39</div> <div>Contratada : FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - 04.584.756/0001-86</div> <div>Objeto : Registro de preços para possível aquisição de uniformes, fardamentos e artigos de vestuário.</div> <div>Despesa : Sem despesa cadastrada</div> <div>Valor : R\$22.036,98</div> <div>Data da Assinatura : 24/08/2023</div>
---	---

EXTRATO CONTRATO 48-2023 - 51.781.329 ESTEFANE OLIVEIRA INACIO

Publicação N° 5091501

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 48/2023

Contratante.: São José do Cerrito

Contratada.: 51.781.329 ESTEFANE OLIVEIRA INACIO

Valor.....: 9,099.30 (Nove mil e noventa e nove reais e trinta centavos)

Vigência.....: Início: 24/08/2023 Término: 23/08/2024

Licitação.....: Pregão presencial

N°: 33/2023

Recursos.....: Dotação: (48),

Objeto.....: Contratação de Empresa para a prestação de Serviços de Monitor e Orientador no Transporte Escolar do Município de São José do Cerrito

São José do Cerrito, 24 de Agosto de 2023.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.160, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089165

DECRETO Nº 8.160, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Designa os membros do Conselho Municipal de Proteção aos Animais, COMPASLO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 55, VII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 2.427, de 12 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir relacionados para compor o Conselho Municipal de Proteção aos Animais - COMPASLO, órgão permanente, deliberativo, fiscalizador e colaborativo das políticas públicas e ações voltadas para a proteção dos animais e saúde da população no âmbito do Município de São Lourenço do Oeste/SC:

I - representantes de órgãos públicos:

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano:

1. Joel Begnini, servidor público municipal, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Infraestrutura Urbana, matrícula nº 1968/01 - titular;
2. Sérgio Pederssetti, servidor público municipal, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, matrícula nº 1263/04 - suplente;

b) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Francieli Maria Gava, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3322/01- titular;
2. Angela Maria Mesacasa, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 2004/01 - suplente;

c) Polícia Civil ou Militar:

1. Neilan Aurélio Canabarro, representante da Polícia Civil - titular;
2. Subtenente PM Fabiano André dos Santos, representante da Polícia Militar - suplente;

II - representantes da sociedade civil:

a) Profissional médico veterinário, representando as clínicas veterinárias instaladas no Município:

1. Hellen Luiza Rostirolla - titular;
2. Bruna Schell Leal - suplente;

b) Entidade sem fins lucrativos (ONG ou Associações de Protetores) com atuação na área animal no Município:

1. Heloísa Trautenm-Iler, representante da Associação Protetora dos Animais de São Lourenço do Oeste - Fênix - titular;
2. Pricila Nunes, representante da Associação Protetores Independentes de Animais São Francisco de Assis - suplente;

c) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, atuante no Município:

1. Renata Comunello - titular;
2. Morgana Olinda Kolling dos Santos - suplente.

Art. 2º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão escolhidos mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais, a cada novo mandato.

Parágrafo único. O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos.

Art. 3º O mandato dos conselheiros, ora designados, será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, desde que permaneçam desempenhando as funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

Art. 4º A função de membro do Conselho Municipal de Proteção aos Animais não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 5º O Conselho deverá cumprir com as disposições previstas na Lei Municipal nº 2.427, de 12 de novembro de 2018 e demais normas vigentes.

Art. 6º Ficam revogados o Decreto nº 7.075, de 05 de abril de 2021 e o Decreto nº 7.914, de 04 de janeiro de 2023.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.162, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091753

DECRETO Nº 8.162, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.781, de 24 de agosto de 2023, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 412.800,00 (quatrocentos e doze mil e oitocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01.15.451.4511.2.034 3.1.90.00.00.00.00.01.500 82 Aplicação Direta R\$ 120.000,00

09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01.15.451.4511.2.034 3.3.90.00.00.00.00.01.500 83 Aplicação Direta R\$ 262.800,00

22.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

22.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

22.01.08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.01.500 146 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, §1º, inciso IIII, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.781, de 24 de agosto de 2023, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01.26.782.4511.1.111 4.4.90.00.00.00.00.01.500 81 Aplicação Direta R\$ 193.750,00

09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01.26.782.4511.1.112 3.3.90.00.00.00.00.01.500 89 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01.25.752.4525.2.057 3.3.90.00.00.00.00.01.500 96 Aplicação Direta R\$ 52.300,00

09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

09.01.15.452.4525.2.081 3.3.90.00.00.00.00.01.500 86 Aplicação Direta R\$ 36.750,00

22.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

22.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

22.01.08.242.4509.2.091 3.3.90.00.00.00.00.01.500 152 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.163, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091758

DECRETO Nº 8.163, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.781, de 24 de agosto de 2023, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.01.10.302.4506.2.021 3.3.93.00.00.00.00.00.01.500 21 Aplicação Direta R\$ 300.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, §1º, inciso IIII, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.781, de 24 de agosto de 2023, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.1.109 4.4.90.00.00.00.00.00.01.500 1 Aplicação Direta R\$ 300.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.164, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091770

DECRETO Nº 8.164, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.781, de 24 de agosto de 2023, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10.01.20.606.4507.2.025 3.3.90.00.00.00.00.00.01.500 112 Aplicação Direta R\$ 350.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.781, de 24 de agosto de 2023, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10.01.20.606.4507.1.048 4.4.90.00.00.00.00.00.01.500 106 Aplicação Direta R\$ 105.000,00

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10.01.20.606.4507.1.105 3.3.90.00.00.00.00.00.01.500 109 Aplicação Direta R\$ 44.000,00

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10.01.26.782.4507.1.110 4.4.90.00.00.00.00.00.01.500 110 Aplicação Direta R\$ 201.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.165, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5091868

DECRETO Nº 8.165, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre o procedimento de Arquivamento Digital de Documentos no âmbito do Município de São Lourenço do Oeste – SC, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pelo art. 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de modernizar e agilizar os procedimentos administrativos no âmbito do município;

CONSIDERANDO os avanços tecnológicos que permitem a gestão mais eficiente e sustentável dos documentos públicos;

CONSIDERANDO a importância de preservar a integridade, autenticidade e confidencialidade dos documentos arquivados eletronicamente;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Arquivamento Digital de Documentos no âmbito do Município de São Lourenço do Oeste, com o objetivo de garantir a eficiência na gestão documental, a otimização de recursos e a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se Arquivamento Digital os processos digitais em formato eletrônico, por meio de sistema de gestão digital, visando a sua armazenagem, consultam e preservação em ambiente digital.

Art. 3º. Fica estabelecida a utilização de um sistema de gerenciamento de documentos digitais, que permitirá o cadastramento, organização, indexação e recuperação eficiente dos documentos arquivados eletronicamente.

Art. 4º. Todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta ficam obrigados a aderir ao Arquivamento Digital, observando as normas e procedimentos estabelecidos no presente Decreto.

Art. 5º. Os documentos arquivados digitalmente terão valor legal e probatório equivalente aos documentos físicos, desde que atendidos os requisitos de integridade, autenticidade e confidencialidade.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação será responsável pela coordenação e implementação do Arquivamento Digital, bem como pela elaboração das normas complementares necessárias à sua operacionalização.

Art. 7º. O Arquivamento Digital deverá observar as diretrizes de segurança da informação estabelecidas pela legislação em vigor, visando à proteção dos documentos contra acessos não autorizados, alterações indevidas e perda de dados.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 031/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089097

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 031/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e, nos termos do Decreto nº 8.091, de 28 de junho de 2023 e Decreto nº 8.154, de 22 de agosto de 2023.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Igreja Evangélica Assembleia de Deus, CNPJ nº 78.505.138/0001-30.

Objeto: Permissão de uso gratuita do restaurante, pertencente ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em virtude da realização da "Festa Gaúcha da Igreja Assembleia de Deus", a ser promovida no dia 19 de novembro de 2023, pelo(a) Permissonário(a).

Valor: A permissão de uso do espaço mencionado é gratuita, sujeita, tão somente, ao ressarcimento pelas despesas decorrentes da manutenção do local, no valor de R\$ 373,70 (trezentos e setenta e três reais e setenta centavos), correspondendo a 2,5 UFRMs (dois vírgula cinco Unidades Fiscais de Referência Municipal) conforme estabelecido no Decreto nº 8.091, de 28 de junho de 2023.

Pagamento: Por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento até o dia 17 de novembro de 2023.

Vigência: de 18 a 20 de novembro de 2023.

Data de assinatura: 24/08/2023.

Signatários: Agustinho Assis Menegatti (Prefeito Municipal) - pelo Permitente e Moisés Rocha Miranda - pela permissionária.

PORTARIA Nº 928 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092040

PORTARIA Nº 928 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010;

RESOLVE:

Art.1º Instituir Regime Individual de Trabalho para o servidor público municipal, LOEDIR TAVRES, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula 4016/01, carga horária 40 horas semanais, sendo em escala de plantão de 12 horas por 36 horas (12x36), das 06h às 18h;

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de Agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2023.

PORTARIA Nº 929 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092043

PORTARIA Nº 929 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010;

RESOLVE:

Art.1º Instituir Regime Individual de Trabalho para a servidora pública municipal, MARCIA REGINA DE ALMEIDA RODRIGUES, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula 3941/01, carga horária 40 horas semanais, sendo em escala de plantão de 12 horas por 36 horas (12x36), das 07h às 19h;

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de Agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2023.

PORTARIA Nº 930 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092045

PORTARIA Nº 930 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010;

RESOLVE:

Art.1º Instituir Regime Individual de Trabalho para a servidora pública municipal, SONIA MARA CARLIM DE MORAES, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula 3829/01, carga horária 40 horas semanais, sendo em escala de plantão de 12 horas por 36 horas (12x36), das 07h às 19h;

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de Agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2023.

PORTARIA Nº 931 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092047

PORTARIA Nº 931, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a servidora pública municipal ELOI DE LOURDES BONATTO, matrícula 3000/53, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atribuições junto à UBS de Presidente Juscelino, por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2023.

PORTARIA Nº 932 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092050

PORTARIA Nº 932, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a servidora pública municipal CAMILA MAURER, matrícula 3485/01, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atribuições junto à UBS de São Roque, por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2023.

PORTARIA Nº 933 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092053

PORTARIA Nº 933 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010;

RESOLVE:

Art.1º Instituir Regime Individual de Trabalho para a servidora pública municipal, MARLETE DE FATIMA BANDEIRA, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, matrícula 3000/94, carga horária 40 horas semanais, sendo Segunda, Quarta e Sexta-feira das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30 na Secretaria Municipal de Saúde; e na terça e quinta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h na UBS de São Roque;

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de Agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2023.

PORTARIA Nº 934 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092056

PORTARIA Nº 934 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010;

RESOLVE:

Art.1º Alterar o Regime Individual de Trabalho para o servidor pública municipal, THIAGO LUDOVICO CAVINATO, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 3400/01, carga horária 40 horas semanais, sendo Segunda, Quarta e Sexta-feira das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30 na UBS de Presidente Juscelino; e na terça e quinta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h na UBS de São Roque;

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de Agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2023.

RESOLUÇÃO COMSEA 002/2023

Publicação Nº 5091493

RESOLUÇÃO COMSEA 002/2023

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA/SC), em Reunião Ordinária realizada no dia 18 de Agosto de 2023, Cria Comissão Organizadora para planejamento da 4ª Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional convocada na Resolução 001/COMSEA/SLO/2023 no município de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Lourenço do Oeste – COMSEA, no uso suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Lei Nº 2.218 de 19 de maio de 2015, que dispõe sobre a estruturação do Conselho Municipal da Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, de São Lourenço do Oeste - SC

Resolve:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da 4ª. Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional composta de forma:

a) Representante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Lourenço do Oeste: André Luiz Simonetti;

b) Representantes Social dos municípios que farão parte da Conferência regionalizada: Rosane Battistella de Coronel Martins, Adrielle Bernardo de Galvão; Sérgio Riboldi de Irati; Eliane Zorzi de Jupia; Márcia N. Franchini de Novo Horizonte, Simone Walker de São Bernardino

c) Representantes da Secretária de Assistência Social de São Lourenço do Oeste: Anilson Spricigo, Manoela Galeazzi e Poliana S. Nascimento.

Art. 2º A Comissão Organizadora da 4ª. Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional tem caráter temporário para esta

finalidade de Organizar, Preparar, Promover, Propor e Divulgar a Conferencia.

Art. 3º - O evento terá como tema geral: "Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade"

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 24 de agosto de 2023.

André Luiz Simonetti
Presidente do COMSEA/SLO

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_FINANCEIRO_028_R_300_000_00_PROGRAMA_ESPECIAL_4_0_SUPERAVIT_FINANCEIRO

Publicação Nº 5091066

DECRETO FINANCEIRO Nº 028/2023
ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABER-
TURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são con-
feridas pela Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs. 8.066/2022, 7.994/2022, Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101, de
04/05/2000, Constituição Federal e demais dispositivos constitucionais e legais.

DECRETA:
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 7.897, de 10 de novembro de 2021, Plano Plurianual – PPA, para o exercício financeiro de 2023, em conformi-
dade com o disposto no presente ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 300.000,00 (trezentos
mil reais), objetivando reforçar ação do orçamento em execução para dar andamento ao Programa Especial 4.0, em prol da comunidade
migueloestina.

CAPÍTULO II
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº 7.994, de 27 de junho de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício financeiro de 2023,
através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), objetivando reforçar ação
do orçamento em execução para dar andamento ao Programa Especial 4.0, em prol da comunidade migueloestina.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº 8.066, de 20 de dezembro de 2022, Lei Orçamentária – LOA, para o exercício financeiro de 2023, mais pre-
cisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional
Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), objetivando reforçar ação do orçamento em execução para dar andamento ao
Programa Especial 4.0, em prol da comunidade migueloestina.

CAPÍTULO IV
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), objetivando a reforçar ação
orçamentária em execução, no presente orçamento, em conformidade com o disposto a seguir:

03.000 - SECRETARIA ADMINISTR, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS
03.001 - ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS
04.122.0021.1.977 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PROGRAMA
ESPECIAL 4.0
3.3.90.00.00.00.00.00.2.700.3110.0078 - APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 180.837,98
4.4.90.00.00.00.00.00.2.700.3110.0078 - APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 119.162,02
TOTAL R\$ 300.000,00 R\$

Art. 5º Para a cobertura do crédito constante do presente ato, fica utilizado o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patri-
monial do exercício anterior, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I, §2º, da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Municipal nº
8.066/2022, 7994/2022, 7897/2021 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificados:

UNIDADE PREFEITURA			
BANCO	CONTA	RECURSO	VALOR
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	71080-1	2.700.3110.0078	300.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
ELIZETE XAVIER DOS SANTOS
Secretária Adjunta de Finanças

[assinado digitalmente]
Gibson Ibaê Borges Posser
Contador Responsável

[assinado digitalmente]
Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral
Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial
dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 91/2023 - RETIFICADO - PREFEITURA

Publicação Nº 5089937

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FA2E595B29F452B77E888D11EDFC3DC34D601BE2

EDITAL RETIFICADO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2023

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir da Secretária Adjunta de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, E EXECUÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC) DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 28 de agosto de 2023 até às 8h15 do dia 11 de setembro de 2023.

Abertura da sessão pública: Às 8h30 do dia 11 de setembro de 2023.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631-2006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 24 de agosto de 2023.

THAÍS JALINE SIPPert COSTA
Secretária Adjunta de Administração

LEI 8.126 - DESAFETA E AFETA PARTE DA ÁREA DE TERRAS DA RUA PROJETADA LOCALIZADA ENTRE AS RUAS WILLY BARTH E CLAYTON PEDRO TIEZERINI, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Publicação Nº 5090726

LEI Nº 8.126/2023

DESAFETA E AFETA PARTE DA ÁREA DE TERRAS DA RUA PROJETADA, LOCALIZADA ENTRE AS RUAS WILLY BARTH E CLAYTON PEDRO TIEZERINI, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada de bem comum de uso do povo e afeta como bem dominical, parte da área de terras constante da chácara nº 20, pertencente a Rua Projetada, com área de 120,35m², localizada entre as Ruas Willy Barth e Clayton Pedro Tiezerini, Bairro São Gotardo, sob transcrição nº 10.897, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste/SC, passando de ora em diante a terem as seguintes características e confrontações:

I - "BEM DOMINICAL": a área de 120,35m², constante de parte da chácara nº 20, Bairro São Gotardo, originária da transcrição nº 10.897, pertencente a Rua Projetada, localizada entre as Ruas Willy Barth e Clayton Pedro Tiezerini de propriedade do Município de São Miguel do Oeste/SC, confrontando em conjunto: Ao Norte, com a Rua Clayton Pedro Tiezerini (Antiga Estrada Geral São Miguel do Oeste - Descanso), por linha seca de 2,19 metros; Ao Leste, com a Rua Projetada, do Município de São Miguel do Oeste, (Transcrição 10.897), por linha seca de

25,00 metros; Ao Sul, com Parte da Chácara Nº 20, (Matricula Nº 38.750) de propriedade de Elandir Dreon, por linha seca de 7,69 metros; Ao Oeste, com Parte da Chácara Nº 20, (Transcrição nº 15.176), de propriedade de Martim Weirick e Eliza Valar Wirick, por linha seca de 26,78 metros.

Art. 2º Fica lembrada ao imóvel lindeiro a área objeto do desafetamento e afetamento para "bem dominical" de que trata a presente Lei, constante de parte da chácara nº 20, com área de 120,35m², originário da transcrição nº 10.897, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste/SC, passando de ora em diante a ter as seguintes características e confrontações:

REMEMBRAMENTO:

I - A área de 120,35m², Bairro São Gotardo, originário da transcrição nº 10.897, constante de parte da chácara nº 20, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste - SC, e o imóvel lindeiro, de parte da chácara nº 20, com área de 683,45m², sob transcrição nº 15.176 de propriedade Martim Weirick e Eliza Valar Wirick, perfazendo uma área total de 803,80m², confrontando em conjunto: Ao Norte, com a Rua Clayton Pedro Tiezerini (Antiga Estrada Geral São Miguel do Oeste - Descanso), por linha seca de 33,00 metros; Ao Leste, com a Rua Projetada, do município de São Miguel do Oeste, (Transcrição 10.897), por linha seca de 25,00 metros; ao Sul: com Parte da Chácara Nº 20 (Matricula Nº 38.750) de propriedade de Elandir Dreon, por linha seca de 33,01 metros; ao Oeste: com a Rua Antonio Spenassato, por linha seca de 25,00 metros.

Art. 3º Fica autorizado o Município a alienar à terceiros lindeiros parte da área de terras da Rua Projetada, localizada entre as Ruas Willy Barth e Clayton Pedro Tiezerini, objeto da transcrição nº 10.897, sendo que o lindeiro deverá:

I - Indenizar a área objeto de bem dominical em questão, sendo aplicado no ato da transmissão, pelo valor venal lançado pelo fisco municipal para fins de lançamento do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), considerando como imóvel de base para cálculo, aqueles constantes da transcrição nº 15.176, sendo o valor atribuído pelo fisco municipal e calculado por metro quadrado relativo a área a ser transferida;

II - Arcar com as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, além dos emolumentos relacionados aos serviços notariais e de registro.

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, por ato próprio, a efetuar as alterações e correções necessárias a presente Lei em caso de exigências realizadas pelo Cartório do Registro de Imóveis dessa comarca.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
Luísa Cassol
Advogada Assessora

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI 8.127 - ALTERA A LARGURA DE VIA PÚBLICA QUE COMPÕE O PERÍMETRO URBANO DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - RUA ALEXANDRA TONET - BAIRRO SALETE

Publicação Nº 5090733

LEI Nº 8.127/2023

ALTERA A LARGURA DE VIA PÚBLICA QUE COMPÕE O PERÍMETRO URBANO DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reduzida a largura da Rua "Alexandra Claudia Tonet", a qual compõe o perímetro urbano do sistema viário anterior ao ano de 1991, localizada no Bairro Salete, perímetro urbano deste Município, passando de ora em diante a ter as seguintes características e dimensões:

LOGRADOURO	LARGURA/CAIXA	PASSEIO 1	PASSEIO 2	LARGURA TOTAL
Rua Alexandra Claudia Tonet	8,00 metros	2,00 metros	2,00 metros	12,00 metros

Art. 2º Eventuais sobras de áreas poderão ser incorporadas aos imóveis lindeiros que possuam divisa (testada) para a via objeto da presente Lei, mediante indenização ao Erário Público Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
ADRIANO STURMER
Secretário Municipal de Planejamento

[assinado digitalmente]
Luísa Cassol
Advogada Assessora

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI 8.128 - DESAFETA E AFETA AS SOBRAS DE ÁREAS DA TRAVESSA TUIUTI RESULTANTES DO ESTREITAMENTO DA VIA OBJETO DA LEI MUNICIPAL 7.990 DE 2022

Publicação Nº 5090737

LEI Nº 8.128/2023

DESAFETA E AFETA AS SOBRAS DE ÁREAS DA TRAVESSA TUIUTI, RESULTANTE DO ESTREITAMENTO DA VIA OBJETO DA LEI MUNICIPAL Nº 7.990, DE 27 DE JUNHO DE 2022, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam desapetadas de bem comum de uso do povo e afetadas como bem dominical, as sobras das áreas advindas do estreitamento da Travessa Tuiuti, objeto da Lei Municipal nº 7.990, de 27 de junho de 2022, constantes de parte da chácara nº 7, pertencente ao Loteamento Nossa Senhora Salete, originário do registro nº 1.834, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste, passando de ora em diante a terem as seguintes características e confrontações:

I - "BEM DOMINICAL": A área de 94,81m2, constante de parte da chácara nº 7, Loteamento Nossa Senhora Salete, originário do registro nº 1.834, resultante do estreitamento da Travessa Tuiuti, objeto da Lei Municipal nº 7.990, de 27 de junho de 2022, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste/SC, confrontando em conjunto: Ao Norte, com os lotes nºs 02 e parte do lote 04 sob (Matrícula nº 1.752), de propriedade de Hélio Higino Belló e Idalina Beló, medindo de 47,51 metros; Ao Leste, com a sobra de área, constante de parte da chácara nº 7, medindo 2,01 metros; Ao Sul, com a travessa Tuiuti, numa extensão de 47,30 metros; Ao Oeste, com a sobra de área, constante de parte da chácara nº 7, medindo 2,00 metros.

II - "BEM DOMINICAL": As áreas de 67,45m2 e 27,36m2, num total de 94,81m2, Loteamento Nossa Senhora Salete, originário do registro nº 1.834, constantes de parte da chácara nº 7, resultantes do estreitamento da Travessa Tuiuti, objeto da Lei Municipal nº 7.990, de 27 de junho de 2022, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste/SC, confrontando em conjunto: Ao Norte, com o lote nº 02 e com parte do lote nº 04, (Matrícula nº 1.752), de propriedade de Hélio Higino Belló e Idalina Belló, (Matrícula nº 1.752) medindo de 47,51 metros; Ao Leste, com a sobra de área, constante de parte da chácara nº 7, medindo 2,01 metros; Ao Sul, com a travessa Tuiuti, numa extensão de 47,30 metros; Ao Oeste, com a sobra de área, constante de parte da chácara nº 7, medindo 2,00 metros.

Art. 2º Ficam lembradas aos imóveis lindeiros as áreas objetos dos desapetamentos e afetamentos para "BEM DOMINICAL" de que trata a presente Lei, constantes de parte da chácara nº 7, Loteamento Nossa Senhora Salete, originário do registro nº 1.834, resultantes do estreitamento da Travessa Tuiuti, objeto da Lei Municipal nº 7.990, de 27 de junho de 2022, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste/SC, passando de ora em diante a terem as seguintes características e confrontações:

REMEMBRAMENTO:

I - As áreas de 67,45m2 e 27,36m2, num total de 94,81m2, loteamento Nossa Senhora Salete, originário do registro nº 1.834, constantes de parte da chácara nº 7, resultantes do estreitamento da Travessa Tuiuti, objeto da Lei Municipal nº 7.990, de 27 de junho de 2022, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste/SC e os imóveis lindeiros, constantes do lote urbano nº 2 e parte dos lotes nºs 3 e 4 da quadra 1, com áreas respectivas de 1.748,55m2, 456,00m2 e 272,64m2 (Matrícula 1.752) de propriedade de Helio Higino Belló e Idalina Beló, perfazendo uma área total de 2.572,00m2, confrontando em conjunto: Ao Norte e ao Noroeste, pelo Lajeado Guamerim; Ao Leste, com os mesmos lotes, nº 3 (Matrícula nº 25.478) de propriedade de Natal Ferreira, nº 4 (Matrícula nº 25.477) de propriedade de Jose Renbein

e com parte da chácara nº 7, por linha seca de 54,98 metros, Ao Sul, com a Travessa Tuiuti, numa extensão de 47,30 metros, Ao Oeste, com parte da chácara nº 07 e com o lote nº 1, (Matrícula nº 16.988) de propriedade de Vilmar da Silva, por linha seca de 38,53 metros.

Art. 3º Fica autorizado o Município a alienar à terceiros lindeiros as sobras de áreas da Travessa Tuiuti, resultantes do estreitamento da via, objeto da Lei Municipal nº 7.990, de 27 de junho de 2022, sendo que o lindeiro deverá:

I - Indenizar a área objeto de bem dominical em questão, sendo aplicado no ato da transmissão, pelo valor venal lançado pelo fisco municipal para fins de lançamento do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), considerando como imóvel de base para cálculo, aqueles constantes da matrícula 1.752 sendo atribuído pelo fisco municipal e calculado por metro quadrado relativo a área a ser transferida;

II - Arcar com as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, além dos emolumentos relacionados aos serviços notariais e de registro.

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, por ato próprio, a efetuar as alterações e correções necessárias a presente Lei em caso de exigências realizadas pelo Cartório do Registro de Imóveis dessa comarca.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 24 de agosto de 2023

[assinado digitalmente]

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

Luísa Cassol

Advogada Assessora

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI COMPLEMENTAR 0158 - ALTERA A LC 007 DE 2011 - ALTERA O ART. 2º E O ANEXO I DA REFERIDA NORMA

Publicação Nº 5090738

LEI COMPLEMENTAR Nº 0158/2023

ALTERA O ARTIGO 2º E O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 007/2011 - ACRESCENTANDO OS PONTOS 13-A E 13-B; ALTERA O PONTO 34; E ADICIONA O PONTO 34-A.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o perímetro urbano entre os pontos 13 e 14 e entre os pontos 33 e 36, passando o artigo 2º da Lei Complementar 007/2011, de 22 de dezembro de 2011, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Tem início a poligonal no ponto 1, com coordenadas geográficas (c.g) latitude 26º48' 01,25"S, longitude 53º30' 30,68"W, junto a SC 386, sobre a divisa municipal, deste segue sentido oeste com azimute de 268º06' 03,28" sobre a divisa municipal com 848,77m até o ponto 2 (c.g) latitude 26º48' 01,61"S, longitude 53º31' 01,40"W, deste segue com azimute de 356º11' 30,65" com 1.551,18 m até o ponto 2-A (c.g) latitude 26º47' 10,96"S, longitude 53º31' 3,98"W, deste segue com azimute de 269º45' 00" com 213,42 m até o ponto 2-B (c.g) latitude 26º47' 10,85"S, longitude 53º31' 11,70"W, deste segue com azimute de 271º56' 16" com 165,46m até o ponto 2-C (c.g) latitude 26º47' 10,59"S, longitude 53º31' 17,68"W, deste segue com azimute de 174º01' 09" com 146,55m até o ponto 2-D (c.g) latitude 26º47' 15,32"S, longitude 53º31' 17,22"W, deste segue com azimute 260º18' 23" com 370,25m até o ponto 2-E (c.g) latitude 26º47' 17,09"S, longitude 53º31' 30,48"W, deste segue com azimute 352º25' 16" com 140,17m até o ponto 2-F (c.g) latitude 26º47' 12,57"S, longitude 53º31' 31,05"W, deste segue com azimute 80º18' 38" com 182,85m até o ponto 2-G (c.g) latitude 26º47' 11,70"S, longitude 53º31' 24,51"W, deste segue com azimute 36º52' 05" com 93,03m até o ponto 2-H (c.g) latitude 26º47' 9,34"S e longitude 53º31' 22,45"W, deste segue com azimute 109º10' 29" com 71,34m até o ponto 2-I (c.g) latitude 26º47' 10,11"S e longitude 53º31' 20,01"W, deste segue com azimute 95º17' 47" com 64,34m até o ponto 2-J (c.g) latitude 26º47' 10,35"S, longitude 53º31' 17,70"W, deste segue com azimute 91º57' 33" com 166,25m até o ponto 2-k (c.g) latitude 26º47' 10,64"S. longitude, longitude 53º31' 11,69"W, deste segue com azimute 89º45' 27" com 212,89m até o ponto 2-L (c.g) latitude 26º47' 10,75"S, longitude 53º31' 3,99"W, deste segue com azimute 356º11' 30,65" com 868,17 até o ponto 3 (c.g) latitude 26º46' 42,91"S, longitude 53º31' 05,49"W, deste segue sentido noroeste com 977,18m sobre o lajeado existente até o ponto 4 (c.g) latitude 26º46' 25,49"S, longitude 53º31' 18,48"W, deste segue sentido noroeste com azimute de 322º52' 20,06" com 621,56m, até o ponto 5 (c.g) latitude 26º46' 09,15"S, longitude 53º31' 31,70"W, deste segue sentido sudoeste com azimute de 234º03' 46,20" com 146,63m, até o ponto 6 (c.g) latitude 26º46' 11,80"S, longitude 53º31' 35,93"W, deste segue sentido norte com azimute de 350º28' 11,64", com 645,63m até o ponto 7 (c.g) latitude 26º45' 51,05"S, longitude 53º31' 39,34"W, deste segue sentido leste com azimute de 82º46' 06,91" com 51,02m, até o ponto 8 (c.g) latitude 26º45' 50,88"S, longitude 53º31' 37,51"W, deste segue sentido norte com azimute de 354º41' 13,11" com 657,63m, até o ponto 9 (c.g) latitude 26º45' 29,57"S, longitude 53º31' 39,24"W, onde encontra o córrego

existente, deste segue sentido oeste sobre o córrego com 257,02m, até encontrar o Lajeado Guamirim no ponto 10 (c.g) latitude 26°45'28,42"S, longitude 53°31'47,91"W, deste segue sentido noroeste com azimute de 314°25'14,26" com 1.874,12m, até o ponto 11 (c.g) latitude 26°44'44,96"S, longitude 53°32'35,38"W, deste segue sentido norte com 2.155,44m paralelo ao contorno viário projetado da BR 282, distante de seu eixo 400m, até o ponto 12 (c.g) latitude 26°43'41,99"S, longitude 53°33'08,11"W, deste segue sentido oeste, com 1.203,19m paralelo a estrada de acesso a Bandeirantes distante de seu eixo 400m até o ponto 13 (c.g) latitude 26°43'42,05"S, longitude 53°33'49,31"W, deste segue sentido norte com azimute de 288°29'07" com 463,05m (eixo da SC 492), até o ponto 13-A (c.g) latitude 26°43'36,66"S e 53°34'5,04"W; deste segue sentido norte, pelo eixo da estrada geral de acesso à Linha Santa Ana, com 424,85m, até o ponto 13-B (c.g) latitude 26°43'31,52"S, e longitude 53°34'18,64"W; deste segue sentido oeste com 848,82, paralelo a estrada existente distante de seu eixo 400m até o ponto 14 (c.g) latitude 26°43'16,40"S, longitude 53°33'53,98"W, deste segue sentido oeste com 1.691,76m, paralelo a estrada existente distante de seu eixo 400m até o ponto 15 (c.g) latitude 26°43'18,44"S, longitude 53°32'55,65"W, deste segue sentido oeste com azimute de 67°42'01,15", com 147,93m até o ponto 16 (c.g) latitude 26°43'16,70"S, longitude 53°32'50,66"W, deste segue sentido norte com 3.037,72m, paralelo ao contorno viário projetado distante de seu eixo 400m até o ponto 17 (c.g) latitude 26°41'54,93"S, longitude 53°32'21,90"W, deste segue sentido noroeste com 1.704,49m, paralelo a BR 282 distante de seu eixo 400m até o ponto 18 (c.g) latitude 26°41'19,94"S, longitude 53°33'07,65"W, onde encontra o Rio Camboim, deste segue sentido norte com 1.242,12m, sobre o Rio até o ponto 19 (c.g) latitude 26°41'02,33"S, longitude 53°32'40,72"W, deste segue sentido oeste com 3.398,36m, paralelo a BR 282 distante de seu eixo 400m até o ponto 20 (c.g) latitude 26°42'10,94"S, longitude 53°31'12,69"W, deste segue sentido norte com azimute de 31°53'44,79" com 485,42m, até o ponto 21 (c.g) latitude 26°41'57,73"S, longitude 53°31'03,12"W, deste segue sentido norte, com 5.500,78m, paralelo a BR 163 distante de seu eixo 400m até o ponto 22 (c.g) latitude 26°39'06,57"S, longitude 53°31'15,79"W, onde encontra a divisa municipal norte, deste segue sentido leste com 567,29m, por sobre a divisa municipal até o ponto 23 (c.g) latitude 26°39'15,34"S, longitude 53°30'58,15"W, deste segue sentido leste com azimute de 83°36'34,01", com 971,06m até o ponto 24 (c.g) latitude 26°39'12,45"S, longitude 53°30'23,20"W, deste segue sentido sul com azimute de 181°01'22,91", com 246,36m, até o ponto 25 (c.g) latitude 26°39'20,45"S, longitude 53°30'23,53"W, deste segue sentido oeste com azimute de 263°09'28,05" com 559,08m, até o ponto 26 (c.g) latitude 26°39'22,25"S, longitude 53°30'43,64"W, deste segue sentido sul com 5.480,80m, paralelo a BR 163 distante de seu eixo 400m até o ponto 27 (c.g) latitude 26°42'12,93"S, longitude 53°30'31,18"W, deste segue sentido sul com azimute de 181°07'21,76" com 236,45m, até o ponto 27-A (c.g) latitude 26°42'20,28"S, longitude 53°30'31,51"W, deste segue sentido leste com azimute de 89°59'13,53" com 566,02m, até o ponto 28 (c.g) latitude 26°42'20,64"S, longitude 53°30'11,04"W, deste segue sentido sul com azimute de 180°00'00,00" com 343,29m, até o ponto 29 (c.g) latitude 26°42'32,10"S, longitude 53°30'11,29"W, deste segue sentido sul com azimute de 179°48'52,48", com 627,39m até o ponto 30 (c.g) latitude 26°42'41,32"S, longitude 53°30'11,46"W, deste segue sentido oeste com azimute de 251°00'44,55" com 435,75m, até o ponto 31 (c.g) latitude 26°42'45,66"S, longitude 53°30'26,46"W, deste segue sentido sul com azimute de 161°23'03,51" com 183,86m, até o ponto 32 (c.g) latitude 26°42'51,36"S, longitude 53°30'24,46"W, deste segue sentido oeste com azimute de 250°17'49,71" com 699,61m até o ponto 33 (c.g) latitude 26°42'45,48"S, longitude 53°30'48,44"W, deste segue sentido sul com azimute de 158°47'49,54" com 1.085,74m, até o ponto 34 (c.g) latitude 26°43'26,34"S, longitude 53°30'36,97"W, deste segue sentido leste com azimute de 81°43'34" com 245,14mm, até o ponto 34-A (c.g) latitude 26°43'25,35"S, longitude 53°30'28,19"W, deste segue sentido leste com azimute de 128°25'47" com 271,52m, até o ponto 35 (c.g) latitude 26°43'30,97"S, longitude 53°30'20,61"W, deste segue sentido sul com azimute de 177°42'58,41" com 211,69m, até o ponto 36 (c.g) latitude 26°43'38,17"S, longitude 53°30'20,50"W, deste segue sentido leste com azimute de 90°00'00,00" com 872,08m, até o ponto 37 (c.g) latitude 26°43'38,73"S, longitude 53°29'48,96"W, deste segue sentido leste com 2.063,71m, paralelo a estrada existente distante de seu eixo 250m até o ponto 38 (c.g) latitude 26°43'34,47"S, longitude 53°28'37,64"W, deste segue sentido sul com azimute de 190°00'22,43", com 357,25m até o ponto 39 (c.g) latitude 26°43'45,88"S, longitude 53°28'40,14"W, deste segue sentido oeste com 1.691,17m, paralelo a estrada existente distante de seu eixo 100m até o ponto 40 (c.g) latitude 26°43'46,24"S, longitude 53°29'39,16"W, deste segue sentido sul com azimute de 175°46'54,74", com 476,03m até o ponto 41 (c.g) latitude 26°44'01,68"S, longitude 53°29'38,23"W, deste segue sentido oeste com azimute de 250°45'31,31" com 203,53m, até o ponto 42 (c.g) latitude 26°44'03,74"S, longitude 53°29'45,23"W, deste segue sentido sul com azimute de 171°27'45,06" com 351,43m, até o ponto 43 (c.g) latitude 26°44'15,06"S, longitude 53°29'43,59"W, deste segue sentido sul com azimute de 183°21'02,63" com 149,27m, até o ponto 44 (c.g) latitude 26°44'19,89"S, longitude 53°29'44,01"W, deste segue sentido leste com 1.249,38m, paralelo a estrada existente distante de seu eixo 100m até o ponto 45 (c.g) latitude 26°44'35,13"S, longitude 53°29'03,21"W, deste segue sentido norte com azimute de 358°00'19,55" com 346,35m, até o ponto 46 (c.g) latitude 26°44'23,88"S, longitude 53°29'03,40"W, deste segue sentido leste com azimute de 87°31'16,36", com 609,42m até o ponto 47 (c.g) latitude 26°44'23,41"S, longitude 53°28'41,36"W, deste segue sentido sul com azimute de 175°34'02,39", com 683,08m, até o ponto 48 (c.g) latitude 26°44'45,56"S, longitude 53°28'39,93"W, deste segue sentido oeste com azimute de 252°00'45,60 com 659,79m, até o ponto 49 (c.g) latitude 26°44'51,78"S, longitude 53°29'02,77"W, deste segue sentido norte com azimute de 357°39'49,52" com 303,34m, até o ponto 50 (c.g) latitude 26°44'41,93"S, longitude 53°29'03,01"W, deste segue sentido oeste com 1.270,49m, paralelo a estrada existente distante de seu eixo 100m até o ponto 51 (c.g) latitude 26°44'26,79"S, longitude 53°29'44,61"W, deste segue sentido sul com azimute de 183°21'02,63", com 319,75m até o ponto 52 (c.g) latitude 26°44'37,14"S, longitude 53°29'45,52"W, deste segue sentido sul por com azimute de 137°38'11,39" com 215,98m, até o ponto 53 (c.g) latitude 26°44'42,42"S, longitude 53°29'40,37"W, deste segue sentido sul com azimute de 173°53'33,06", com 1.251,77m, onde encontra o córrego existente no ponto 54 (c.g) latitude 26°45'22,95"S, longitude 53°29'36,43"W, deste segue sentido oeste com 235,31m, sobre o córrego existente até o ponto 55 (c.g) latitude 26°45'26,46"S, longitude 53°29'43,11"W, deste segue sentido sul com azimute de 174°11'35,78" com 251,08m, até o ponto 56 (c.g) latitude 26°45'34,59"S, longitude 53°29'42,37"W, deste segue sentido sudeste com azimute de 128°54'36,21" com 436,40m, até o ponto 57 (c.g) latitude 26°45'43,70"S, longitude 53°29'30,28"W, deste segue sentido leste com 4.332,36m, paralelo a BR 282 distante 400m de seu eixo até a divisa municipal no ponto 58 (c.g) latitude 26°46'23,71"S, longitude 53°27'17,38"W, deste segue sentido oeste com azimute de 266°33'07,33" com 985,71m, até o ponto 59 (c.g) latitude 26°46'25,01"S, longitude 53°27'53,01"W, deste segue sentido oeste, com 3.489,51m, paralelo a BR 282 distante de seu eixo 400m até o ponto 60 (c.g) latitude 26°46'05,32"S, longitude 53°29'46,52"W, deste segue sentido sul com azimute de 232°32'02,24" com 207,20m, até o ponto 61 (c.g) latitude 26°46'09,30"S, longitude 53°29'52,57"W, deste segue com azimute de 173°54'16" com 347,22m até o ponto 61-A (c.g) latitude 53°29'51,52"O e longitude 26°46'20,21"W, deste segue com azimute 188°15'00" com 112,69m até o ponto 61-B (c.g) latitude 53°29'52,18" e longitude 26°46'23,82"W, deste segue com azimute 194°15'16" com 199,38m até o ponto 62 (c.g) latitude 26°46'30,08"S, longitude 53°29'55,12"W, deste segue sentido oeste azimute de 264°01'55,51" com 431,46m, sobre a divisa municipal até o ponto 63 (c.g) latitude 26°46'31,26"S, longitude 53°30'10,67"W, deste segue sentido sul com 2.949,52m, sobre a divisa municipal até o ponto 64 (c.g) latitude 26°48'01,20"S, longitude 53°30'26,89"W, deste segue sentido oeste ainda sobre a divisa municipal, com azimute de 268°06'03,28" com 104,80m, até encontrar o ponto inicial deste perímetro junto a SC 386".

Art. 2º O anexo I da Lei Complementar nº 007/2011 de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar na forma do anexo I da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
Luísa Cassol
Advogada Assessora

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI COMPLEMENTAR 0159 - ALTERA A LC 019 DE 2013 - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Publicação Nº 5090812

LEI COMPLEMENTAR Nº 0159/2023

ALTERA O ART. 47-A E CRIA O §5º AO ART. 48, DA LC 019/2013 - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 47-A da LC 019/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47-A. As atividades de Sindicância e Processo Disciplinar, de Avaliação de Patrimônio, de Concurso e de Avaliação de Estágio Probatório, de Ouvidoria Pública, de Gestão de Proteção de Dados, de Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio e de Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, serão realizadas por servidores efetivos do quadro permanente do Poder Legislativo especialmente designados para as funções.

- I. São Comissões Permanentes do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste;
- II. Comissão de Sindicância e Processo Disciplinar;
- III. Comissão de Avaliação de Patrimônio;
- IV. Comissão de Concurso e de Avaliação de Estágio Probatório; V. Comissão de Ouvidoria Pública;
- VI. Comissão Gestora de Proteção de Dados;
- VII. Agente de Contratação e Equipe de Apoio;
- VIII. Pregoeiro e equipe de apoio.

I. Ao servidor público efetivo da Câmara Municipal de Vereadores, designado para participar de Comissão Permanente, será concedida gratificação mensal, nas seguintes condições:

a. Ao Pregoeiro, Presidente de Comissão de Sindicância e Processo Disciplinar, Presidente de Comissão de Avaliação de Patrimônio, Presidente de Comissão de Concurso e de Avaliação de Estágio Probatório, Presidente da Comissão Gestora de Proteção de Dados, Presidente da Comissão de Ouvidoria Pública e o Agente de Contratação, receberão o valor de R\$ 1.216,74 (um mil e duzentos e dezesseis reais e setenta e quatro centavos);

b. Aos Membros de Comissão de Sindicância e Processo Disciplinar, da Comissão de Avaliação de Patrimônio, da Comissão de Concurso e de Avaliação de Estágio Probatório, da Comissão Gestora de Proteção de Dados, Comissão de Ouvidoria Pública, a equipe de apoio do Agente de Contratação e a equipe de Apoio do Pregoeiro, possuidores de diploma de nível superior, receberão o valor de R\$ 988,58 (novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos);

c. Aos Membros de Comissão de Sindicância e Processo Disciplinar, da Comissão de Avaliação de Patrimônio, da Comissão de Concurso e de Avaliação de Estágio Probatório, da Comissão Gestora de Proteção de Dados, Comissão de Ouvidoria Pública, a equipe de apoio do Agente de Contratação e a equipe de Apoio do Pregoeiro, não possuidores de diploma de nível superior, receberão o valor de R\$ 684,40 (seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

§1º Os critérios para a instituição e o funcionamento das Comissões Permanentes, assim como a designação de seus membros, serão disciplinadas por Ato da Mesa Diretora do Legislativo, por ocasião da edição de Portaria específica de designação, constando as respectivas funções na Comissão, oportunidade que deverá ser observado que a função de Presidente será exercida exclusivamente por servidor que detenha curso de nível superior.

§2º O valor da gratificação será corrigido nos mesmo índices aplicados à tabela de vencimentos dos servidores do legislativo.

§3º É vedado o acúmulo de Gratificações a que se refere o caput desse artigo, bem como com aquela prevista no art. 47 – B desta Lei.

§4º O pagamento da Gratificação pela Participação em Comissões Permanentes cessará por interesse administrativo ou quando o servidor deixar de exercer as funções para as quais foi designado.

§5º As gratificações previstas nesta lei, tem caráter indenizatório e, portanto, não se incorporam à remuneração dos servidores. (Redação dada pela LC nº 027/2015 - em 01/07/2015).

§6º As atribuições e funções das comissões permanentes serão aquelas previstas nas leis específicas, podendo ainda ser complementadas através de regulamentação da mesa diretora por ato próprio."

Art. 2º Cria o parágrafo 5º do artigo 48 da Lei Complementar nº 019 de 20 de fevereiro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48.

§5º. Por conveniência administrativa e interesse público, a critério exclusivo do Presidente do Poder Legislativo, poderá ser convertida em pecúnia equivalente à sua última remuneração, o (s) período (s) de licença prêmio a que faz jus o servidor em consonância com o art. 108 da Lei Complementar nº 009 de abril de 2012."

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
Luísa Cassol
Advogada Assessora

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

OFICIO_DE_CONVOCACAO_177_2023_ALTEIR_FERNANDES

Publicação Nº 5089797

São Miguel do Oeste/SC, 23 de agosto de 2023.

OFÍCIO Nº 177/2023 – SAGP – DDP

A(o) Senhor(a)
ALTEIR FERNANDES

Prezado(a) Senhor(a),

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CONTROLE DE ENDEMIAS (DENGUE), 40h (quarenta horas) semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2023 de 11 de abril de 2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-0012023>, Processo Seletivo Edital nº 001/2023, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas M

OFICIO_DE_CONVOCACAO_196_2023_NATHANA_CAMILE_KONZEN_REICHERT

Publicação Nº 5090462

São Miguel do Oeste SC, 24 de agosto de 2023.
OF. Nº 196/2023– SAGP-DDP-SME
A(o) Senhor(a)
NATHANA CAMILE KONZEN REICHERT

A Secretaria Adjunta de Gestão de Pessoas de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir a função de Auxiliar de creche, 40h (quarenta horas) aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 007/2023, cujo resultado foi homologado em 26 de junho de 2023.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-simplificado-0072023>, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 007/2023, importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

(Assinatura Digital)
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas
3

Ciente, em/ /.....

Este Ofício foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

OFICIO_DE_CONVOCACAO_197_2023_TALIA_TALITA_ROVEDA

Publicação Nº 5090465

São Miguel do Oeste SC, 24 de agosto de 2023.
OF. Nº 197/2023– SAGP-DDP-SME
A(o) Senhor(a)
TALIA TALITA ROVEDA

A Secretaria Adjunta de Gestão de Pessoas de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir a função de Auxiliar de creche, 40h (quarenta horas) aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 007/2023, cujo resultado foi homologado em 26 de junho de 2023.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-simplificado-0072023>, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 007/2023, importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

(Assinatura Digital)
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas
3

Ciente, em/ /.....

Este Ofício foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORT_1511_JAQUELINA_FATIMA_LOLATO_EXONERAR

Publicação Nº 5090356

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1511/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Memorando 21.886/2023, com a solicitação de exoneração da servidora Jaqueline Fátima Lolato.

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a servidora pública municipal contratada JAQUELINA FÁTIMA LOLATO, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 28 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1512_CAMILA_ALESSIO_EXONERAR_POR_TERMINO_DE_CONTRATO

Publicação Nº 5090359

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1512/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a servidora Camila Alessio fora contratada para o cargo de Enfermeiro para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, substituindo servidores em gozo de férias, conforme Portaria SAFGP/DDP n. 0775/2021;

Considerando que a servidora teve o contrato prorrogado, no período de 22 de julho de 2022 a 21 de julho de 2023, conforme Portaria SAGP/DDP Nº 1060/2022;

Considerando que Portaria SAGP/DDP n. 024/2023, designou temporariamente a servidora Camila Alessio, gestante, para passar a desempenhar atividades administrativas junto a Unidade Básica de Saúde do Centro, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 09 de janeiro de 2022 até o início da licença maternidade, nos termos do artigo 10, alínea "b" da ADCT de 1988;

Considerando o término da licença maternidade da servidora Camila Alessio em 28 de agosto de 2023.

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a servidora pública municipal contratada CAMILA ALESSIO, ocupante do cargo de Enfermeiro, 40 horas semanais, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1513_GABRIELI_DOS_SANTOS_EXONERAR_A_PEDIDO

Publicação Nº 5090360

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1513/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que

lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Protocolo 15.794/2023, com o pedido de exoneração da servidora Gabrieli dos Santos.

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora pública municipal contratada GABRIELI DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORT_1514_ELLEN_CAROLINE_PAVONI_NOMEAR_EFETIVO

Publicação Nº 5090409

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1514/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

CONSIDERANDO a classificação final do Concurso Público 008/2019;

CONSIDERANDO a vacância em decorrência da exoneração da servidora Marivane Degasperi, em 18/08/2023;

CONSIDERANDO o Memorando 31.581/2023 da Secretaria Municipal de Educação solicitando a nomeação de um Auxiliar de Creche;

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a redução do prazo da posse, conforme art. 24, § 7º, Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor).

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Ellen Caroline Pavoni pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escolar CEI Sonho Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 7º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Marialice Brassiani
Técnico Administrativo

PORT_1515_LEONARDO_CIMA_PROGRESSAO_FUNCIONAL

Publicação Nº 5090420

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1515/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional por desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 do mesmo diploma legal, asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Memorando 31.827/2023, exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 9.156/2019 e alterações, o qual solicita a progressão funcional do servidor Leonardo Cima;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho ao servidor público municipal efetivo LEONARDO CIMA, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo 04/01/2019 a 04/08/2023, a partir de 04 de agosto de 2023, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 04 de agosto de 2023.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1516_CELI_MAZIERO_PROGRESSAO_FUNCIONAL

Publicação Nº 5090427

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1516/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional por desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 do mesmo diploma legal, asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Memorando 31.819/2023, exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 9.156/2019 e alterações, o qual solicita a progressão funcional da servidora Celi Maziero;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho a servidora pública municipal efetiva CELI MAZIERO, ocupante do cargo de Arquiteto, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo 01/09/2018 a 01/04/2023, a partir de 01 de abril de 2023, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de abril de 2023.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORT_1517_SIRLANI_SARZI_PROGRESSAO_FUNCIONAL

Publicação Nº 5090442

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1517/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional por desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 do mesmo diploma legal, asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Memorando 31.860/2023, exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 9.156/2019, e alterações, o qual solicita a progressão funcional da servidora Sirlani Sarzi;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho a servidora pública municipal efetiva SIRLANI SARZI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 07 de julho de 2020 a 07 de julho de 2023, a partir de 07 de julho de 2023, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 07 de julho de 2023.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAINA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1518_CATARINA_FATIMA_GUTH_PROGRESSAO_FUNCIONAL

Publicação Nº 5090446

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1518/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional por desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 do mesmo diploma legal, asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Memorando 32.051/2023, exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 9.156/2019, e alterações, o qual solicita a progressão funcional da servidora Catarina Fatima Guth;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho a servidora pública municipal efetiva CATARINA FATIMA GUTH, ocupante do cargo de Agente de Limpeza Serviços Gerais, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 08 de maio de 2018 a 15 de maio de 2023, a partir de 15 de maio de 2023, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 15 de maio de 2023.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1519_PRORROGA_PRAZO_PORTARIA_N_1171_2023_COMISSAO_PAD_SERVIDOR_A_F_AMBITO_SECRETARIA_MUNICIPAL_DE_URBANISMO

Publicação Nº 5091616

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1519/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Art. 1º, IV, do Decreto 9.607/2021, que delega à Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições dos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 100-C da LCM 024/2013, e,

Considerando a Portaria SAGP/DDP n. 1171, 27 de junho de 2023, que instaurou Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis violações aos deveres funcionais por parte do servidor público municipal A.F., no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo;

Considerando os termos do artigo 152 da LCM n. 009/2012, que estabelece que o prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a Comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem;

Considerando o teor do Memorando 25.792/2023, no qual a presidente da Comissão justifica e solicita prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos;

Considerando os princípios da eficiência e do interesse público, aplicados à Administração.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de agosto de 2023, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instituído pela Portaria SAGP/DDP n. 1171, de 27 de junho de 2023, para apuração de possíveis violações aos deveres funcionais por parte do servidor público municipal A.F., no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1520_JIULIANO_LUIZ_MAZON_PROGRESSAO_FUNCIONAL

Publicação Nº 5091825

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1520/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional por desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 do mesmo diploma legal, asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Memorando 31.031/2023, exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 9.156/2019 e alterações, o qual solicita a progressão funcional do servidor JIULIANO Luiz Mazon;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho ao servidor público municipal efetivo JIULIANO LUIZ MAZON, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Nível II, para o Nível III, referente ao período aquisitivo 06 de janeiro de 2018 a 06 de agosto de 2022, a partir de 06 de agosto de 2022, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 06 de agosto de 2022.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMV/SMO Nº 0103/2023 - NOMEAÇÃO PROCURADORIA DA MULHER

Publicação Nº 5090532

PORTARIA CMV/SMO Nº 0103/2023

NOMEIA E DÁ POSSE AOS MEMBROS DA PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, em consonância com o Regimento Interno, Resolução nº 004, de 1º de dezembro de 1992 e em cumprimento a Resolução nº 004/2017 de 29 de novembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR e dar posse para compor a PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, a Vereadora MARLI DA ROSA, como Procuradora Especial, as Vereadoras ISLONA CLENI MEDEIROS e CRISTIANE REGINA ZANATTA e a Servidora NOELI BERTÉ, como Procuradoras Adjuntas.

Art. 2º As integrantes da presente Procuradoria ficam dispensadas de suas atividades normais nos dias e horários quando a serviço da referida Comissão.

Art. 3º Em decorrência do relevante interesse Público, a Procuradoria trabalhará sem ônus.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas na íntegra, a Portaria CMV/SMO Nº 0084/2021, a Portaria CMV/SMO Nº 0033/2022, e a Portaria CMV/SMO Nº 0034/2022.

Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, SC.
Em 24 de agosto de 2023.

Paulo Drumm
Presidente -
Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Flávio José de Ramos
Secretário Executivo

Schroeder

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.473/2023, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090524

PORTARIA Nº 10.473/2023, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal em Exercício de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença de 20/08/2023 a 21/08/2023 da servidora Sra. Paula Elena Rosa Voelz que desempenha a função de Auxiliar de Expediente, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos à 20 de agosto de 2023.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 23 de agosto de 2023.

LAURO TOMCZAK ARMELINDA WALZ SCHMITT
Prefeito Municipal e.e Secretária de Educação

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva de Gabinete

DECRETO Nº 6285/2023, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090514

DECRETO Nº 6285/2023, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.

ABRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2023.

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2635/2022 de 19 de dezembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 104.865,84 (cento e quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**04.001 -UNID. DE SAÚDE**

04.001.10.301.13.2055 -Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.94.00.00.00.00 - 1.500.1002.0500 -Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 21.500,00

04.001.10.302.13.2053 -Assistência Hospitalar e Ambulatorial

4.4.90.52.00.00.00.00 - 1.500.1002.0500 -Equipamentos e Material Permanente R\$ 75.000,00

09 -SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**09.002 -DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

09.002.8.244.15.2065 -Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 2.660.9027.0660 -Material de Consumo R\$ 800,00

09.002.8.244.15.2066 -Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 2.660.9018.0660 -Material de Consumo R\$ 124,74

3.3.90.39.00.00.00.00 - 2.660.9021.0660 -Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 5.251,10

3.3.90.39.00.00.00.00 - 2.661.9026.0661 -Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 1.890,00

09.002.8.244.15.2064 -Gestão SUAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - 2.660.9021.0660 -Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 300,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de Superavit Financeiro em acordo com as alterações orçamentárias objeto do decreto

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**04.001 - UNID. DE SAÚDE**

04.001.10.301.13.2055 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 1.500.1002.0500 -Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ R\$21.500,00

04.001.10.302.13.2053 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.50.85.00.00.00.00 - 1.500.1002.0500 -CONTRATO DE GESTÃO R\$ R\$75.000,00

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**09.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

09.002.8.244.15.2065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 2.660.9027.0660 -Material de Consumo R\$ R\$800,00

09.002.8.244.15.2066 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 2.660.9018.0660 -Material de Consumo R\$ R\$124,74

3.3.90.39.00.00.00.00 - 2.660.9021.0660 -Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R\$	R\$5.251,10
3.3.90.39.00.00.00.00 - 2.661.9026.0661 -Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R\$	R\$1.890,00
09.002.8.244.15.2064 - Gestão SUAS		
3.3.90.39.00.00.00.00 - 2.660.9021.0660 -Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R\$	R\$300,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos no Art. 2º da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de agosto de 2023.

LAURO TOMCZAK

Prefeito Municipal e.e

Publicado Por

RAFAELA SUSAN KIENEN

Secretária "ad hoc" de Gestão e
Finanças

TÂNIA MARIA ZOZ

Secretária Executiva de Gabinete

Seara

PREFEITURA

DECRETO N° 2880

Publicação N° 5090063

DECRETO N° 2880, de 24 de agosto de 2023

Nomeia comissão avaliadora das amostras do Processo Licitatório nº 194/2023 - Edital de Pregão Presencial – nº 060/2023, para aquisição de equipamentos de proteção individual.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Avaliadora das amostras do Processo Licitatório nº 194/2023 - Edital de Pregão Presencial – nº 060/2023.

- a) Bruno Nunes
- b) Enio Ernesto Braatz
- c) Selvino Garghetti

Art. 2º Os membros da Comissão acima, não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC, 24 de agosto de 2023

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 24 de agosto de 2023

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 69/2023

Publicação N° 5090066

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 069/2023
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2018

MUNICÍPIO DE SEARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ sob o nº 83.024.505/0001-13, com sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Centro, Município de Seara/SC – CEP 89.770-000; representado pelo Chefe do Poder Executivo, CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2018, conforme relação abaixo, com vistas à nomeação e posse do respectivo cargo de provimento efetivo, para manifestar no prazo de 03 (três) dias se tem interesse em assumir o cargo e apresentar a documentação exigida para a nomeação, em até 30 (trinta) dias, com fundamento nos termos do Edital (itens 9.1 a 9.7 e seus respectivos subitens) ou, não havendo interesse, apresentar sua carta de desistência, sendo que a ausência de manifestação do convocado dentro do prazo indicado (de 03 dias) é entendida como renúncia tácita.

CARGO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL – 20H		
Nº INSC	CANDIDATO	POSIÇÃO
1283266	Dirleia Benetti	33º

A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da expedição deste ato convocatório, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado. Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo legalmente previsto.

As informações sobre a documentação necessária para a posse e demais atos deverão ser buscadas perante o Departamento de Recursos Humanos, com endereço na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, Seara/SC – CEP 89770-000, telefone (49) 3452-8313, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17h30, de segunda a sexta-feira.

Seara - SC, 24 de agosto de 2023.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 24 de agosto de 2023.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 062/2023 - PL 198/2023 - DORACI

Publicação Nº 5089877



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.116/2023

Pregão Presencial Nº 62/2023

Validade: 11 meses e 30 dias

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e três o **MUNICÍPIO DE SEARA** por meio do(a) MUNICÍPIO DE SEARA, pessoa jurídica de direito público, situado na Aníta Garibaldi Nº. 371, Centro, cidade de Seara, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.024.505/0001-13, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/2023**, RESOLVE registrar os valores oferecidos para **SELEÇÃO DE PROPOSTAS E FORNECEDORES PARA LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS EM GERAL DO MUNICÍPIO DE SEARA/SC.**, pelo período de 11 meses e 30 dias, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
DORACI ALVES MAIA, neste ato representado por DORACI ALVES MAIA	11.255.439/0001-81

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS E FORNECEDORES PARA LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS EM GERAL DO MUNICÍPIO DE SEARA/SC.**, em um prazo que se estende 11 meses e 30 dias a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 127051 - DORACI ALVES MAIA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM PARA SONORIZAÇÃO DE DESFILES A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SEARA/SC, CONFORME DESCRITO NO ANEXO 6 (TERMO DE REFERÊNCIA)	DIAS		3,00000	R\$5.850,0000	R\$17.550,0000
Total do Fornecedor:						R\$17.550,0000
Total Geral dos Itens:						R\$17.550,0000

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 11 meses e 30 dias, contados a partir da sua assinatura, conforme o Edital da Licitação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial Nº. 62/2023**

3.1. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Presencial Nº. 62/2023** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4. As condições de pagamento correrão conforme estabelecido no Edital de Licitação **Pregão Presencial Nº. 62/2023**, mediante a emissão das Notas Fiscais correspondentes e encaminhamento à Prefeitura de Seara - SC.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato de Registro de Preços serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:



MUNICIPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
22	21	1	2276	3339039230000000000	-253855360
72	6	1	2221	3339039230000000000	-313844359
113	6	3	2225	3339039230000000000	-313844359
125	6	4	2224	3339039230000000000	-313844359
246	17	2	2259	3339039230000000000	-253855360

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues conforme os quantitativos solicitados pelo Município de Seara, no prazo estabelecido pelo Edital de Licitação **Pregão Presencial Nº. 62/2023**.

5.1. Local de entrega: Conforme estabelecido pelo Edital de Licitação **Pregão Presencial Nº. 62/2023**, e ainda na Ordem de Compra.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, não serão concedidos reajustes aos preços cotados na presente licitação.

7.1 Caso ocorram oscilações imprevisíveis que venham a ocasionar o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços praticados, os mesmos poderão ser revistos desde que devidamente comprovados.



MUNICIPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

7.1.1 Considera-se desequilíbrio econômico-financeiro apto a ensejar a revisão/repactuação/reequilíbrio do percentual de contraprestação adimplido pela administração, a existência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, conforme disposto no art. 65, II, alínea "d" da Lei 8.666/93.

7.1.2 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deve estar fundamentada em alterações extraordinárias nos custos dos serviços ou dos produtos. Alegações genéricas de aumento de preços e de exclusividade no fornecimento de um material são insuficientes para comprovar desequilíbrio econômico imprevisível, conforme jurisprudência conforme acórdão 7249/2016, da segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, de relatoria de Ana Arraes.

7.1.3 A demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro deve estar fundamentado em planilhas de custos comparativas e documentos auxiliares que demonstrem efetivamente a disparidade dos preços praticados no contrato e os preços sugeridos e, que expressem a existência de fatos supervenientes a relação contratual que impactem de forma acentuada a relação contratual e causem onerosidade excessiva no equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

7.1.4 O reequilíbrio somente será concedido se considerados presentes os requisitos enunciados pela teoria da imprevisão, quais sejam: 1. A imprevisibilidade (ou previsibilidade de efeitos incalculáveis), o impacto acentuado na relação contratual, a inexecução ou impedimento da execução contratual; 2. Haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos do contrato, ao menos os mais importantes em aspecto de materialidade, com a finalidade de identificar outras oscilações de preços enquadráveis na teoria da imprevisão que possam, de igual maneira, impactar significativamente o valor ponderado do contrato.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.7 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.8 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.9 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE SEARA, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos itens.

10.3 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.



MUNICIPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Oferecer garantia mínima conforme o edital.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de SELEÇÃO DE PROPOSTAS E FORNECEDORES PARA LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS EM GERAL DO MUNICÍPIO DE SEARA/SC. Nº. 62/2023, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.1 Fica eleito o foro de Seara (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Seara (SC), 24 de Agosto de 2023

EDEMILSON CANALE
Contratante

DORACI ALVES MAIA
DORACI ALVES MAIA
CONTRATADA

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO ADITIVO Nº 3/2023 AO CONTRATO Nº 2/2023

Publicação Nº 5092172

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 44077B146025AC3499F994C544500BCE2422CE2A

Aditivo nº 3/2023, de 24/08/2023, ao Contrato nº 2, de 14 de março de 2023. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA - Contratante e a empresa AMIGÃO 4 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. Contratada, CNPJ nº 35.356.315/0001-50. Objeto: reajuste valor do combustível, tipo gasolina comum. Valor litro gasolina R\$ 5,92. Total: R\$ 1.438,56. Prazo do contrato: até 31 de dezembro de 2023.

RESUMO CONTRATO Nº 8/2023

Publicação Nº 5091832

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F921AC2454C886942882BB238EABBA932387C910

Contrato nº 8/2023. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA - Contratante e a empresa MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI EPP, Contratada, CNPJ nº 05.245.502/0001-04. Objeto: Serviço de Internet, via Fibra Óptica, de no mínimo 500 Mbps, sendo 100% download e 50% upload, com IP fixo, instalada na sede da Câmara.
Valor total R\$ 2.160,00. Prazo: 12 meses. Data do Contrato: 24/08/2023.

Serra Alta

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 1.275, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092577

LEI MUNICIPAL Nº 1.275, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no Órgão e Unidade Orçamentária, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.244 de 17/11/2022.

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade: 1 – Câmara Municipal de Vereadores

Ação: 2.002 – PROGRAMA DE INCENTIVO AO VEREADOR MIRIM

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.90.00 – Aplicação Direta

Vínculo: 15007000000 – Recurso Ordinário

Valor:R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo anterior serão extraídos da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade: 1 – Câmara Municipal de Vereadores

Ação: 1.002 – MELHORIAS E REFORMAS DO PRÉDIO DO LEGISLATIVO

Modalidade de Aplicação: 3.4.4.90.00 – Aplicação Direta

Vínculo: 15007000000 – Recurso Ordinário

Valor:R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 23 de agosto de 2023.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

MARCONDES LEONARDO MULLER
Secretário Administração

PORTARIA Nº 152/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092563

PORTARIA Nº 152/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE FERNANDA SALETE ROSSI KREIN FERREIRA DO CARGO DE SERVENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 23 de agosto de 2023, a Sra. FERNANDA SALETE ROSSI KREIN FERREIRA, portadora do CPF nº. XXX.XXX.849-12, RG nº. X.XXX.944 SSP/SC, do Cargo de Servente, lotada junto à Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico, Nível 110, do Grupo I-SEG, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às

disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 24 de agosto de 2023.

RAFAEL MARIN Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER
Secretário de Administração

PORTARIA Nº. 153/2023 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5092575

PORTARIA Nº. 153/2023 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato referente ao Processo Licitatório nº054/2023, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2023 para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo 061/2023 na forma e condições abaixo relacionadas:

OBJETO:		CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO PELO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI POR MEIO DA UNIDADE REGIONAL DE PINHALZINHO/SC.	
CONTRATO		061/2023	
EMPRESA:		SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA – SESI PINHALZINHO	
CNPJ Nº:		03.777.341/0001-66	
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	MARCONDES LEONARDO MULLER		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	053.864.149-50	MATRÍCULA:	1240
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico		
E-MAIL:	administracao@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364-0092		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	VANDERLI RUI DE GASPARI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	418.827.760-20	MATRÍCULA:	1284
LOTAÇÃO:	Secretaria de Planejamento e Finanças		
E-MAIL:	administracao@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364-0092		

Art. 2º O serviço de fiscal de contrato titular e substituto são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de agosto de 2023.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

55/2023

Publicação Nº 5089565

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO PMS Nº 66/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2023

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, com sede na Rua Presidente Dutra, 01 – bairro Centro, Siderópolis/SC., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o Nº 82.929.407/0001-62, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, e a(s) empresa(s) TATIANE ANGELICA SOUZA 01010067990, com endereço à Rua Porfírio Feltrin, 485, Rio Fiorita, Siderópolis, CNPJ nº 24.980277/0001-96, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 46/2023, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Registro de preços para fornecimento parcelado de peças elétricas para manutenção dos veículos das Secretarias.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão dispostos no site: www.sideropolis.sc.gov.br.

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os produtos/serviços de forma parcelada, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da CONTRATADA em local pré-estabelecido pelo contratante no perímetro municipal, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.

2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

2.1. O objeto será solicitado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços de acordo com as necessidades, sendo que a empresa contratada deverá avaliar o veículo e realizar diagnóstico detalhado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da solicitação.

2.2. Após Autorização de Fornecimento do objeto, este deverá ser entregue, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da licitante no pátio de máquinas da Prefeitura Municipal de Siderópolis, Centro, Siderópolis/SC, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias.

2.3. Os serviços de mão de obra, quando solicitados pelo município, deverão ser executados por profissional especializado, sendo que os veículos serão transportados (deslocados) e devolvidos na sede desta municipalidade, sob responsabilidade da empresa contratada.

2.3.1. Os serviços deverão ser executados dentro do perímetro do Município de Siderópolis/SC, efetuando os serviços e devolvendo o veículo na sede desta municipalidade.

2.3.3. Se o veículo estiver parado, impossibilitado de se locomover, a proponente deverá se deslocar até o local onde estiver o referido veículo (a campo), coletar peças e realizar os serviços, promovendo posteriormente a substituição necessária, mantidos os prazos de execução pré-definidos neste edital.

3. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não realizar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Siderópolis, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

7.1. A quantidade de peças indicada no Pregão visa somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação potencial do objeto, sendo que tal quantitativo não constitui, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de serviço/fornecimento a ser requisitado.

7.2. Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos, descritos em cada item, em virtude de novas aquisições ou supressão como inservíveis ou desnecessários.

8. O Município não se obriga a contratar dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.

9. Diversos serviços poderão ser realizados pela própria mecânica do Município, eximindo a contratada pela responsabilidade sobre os mesmos, devendo fornecer somente as peças quando solicitado.
10. Será permitido o condicionamento de peças originais dos veículos, quando possível, desde que não venham a interferir na segurança dos mesmos e oferecida garantia, mediante prévia aprovação do Gestor/Fiscal da ata.
11. Quaisquer serviços pertinentes a manutenção preventiva e corretiva deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas e padrões de exigências da ABNT vigentes, órgãos técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes, para a prestação destes serviços, sendo obedecidas rigorosamente as instruções do veículo, cabendo a contratada buscar junto ao fabricante as informações necessárias conforme Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
12. Para os veículos que encontram-se em garantia, a manutenção deverá respeitar as exigências que possam interferir, preservando a continuação da garantia.
13. Para a orçamentação poderá ser utilizado como embasamento o sistema CILIA/AUDATEX até que o mesmo esteja vigente.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
 - 2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.
 - 1.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada dos respectivos relatórios que comprovem a execução dos serviços em conformidade ao discriminado na proposta contratada.
 - 1.2. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Siderópolis, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.
 - 1.3. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.
 - 1.4. Além do relatório de serviços e Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
 - A) Certidão Conjunta de Débito junto a Fazenda Federal e CND FGTS demonstrando sua regularidade;
 - B) Cópia de recolhimento dos seguintes pagamentos do mês anterior: guia de recolhimento do INSS e guia de recolhimento do FGTS;
 - C) Relação de Empregados - RE.
 - 4.1.1. A não apresentação dos documentos enunciados acima implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.
 - 1.5. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.
3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.
 - 1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:
 - 1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva a execução dos serviços desta ata;
 - 1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;
 - 1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
 - 1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;
 - 1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
2. Da Detentora da Ata:
 - 2.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
 - 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;
 - 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
 - 2.4. Executar o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
 - 2.5. Substituir, imediatamente, qualquer profissional cujo desempenho e conduta sejam considerados pelo Município como inconvenientes para o desempenho dos serviços;
 - 2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município, devidamente caracterizada a imperícia ou culpa de seus profissionais, cujos valores serão descontados de fatura seguinte da Contratada, sem prejuízo das demais sanções e procedimentos.

Cláusula Oitava – Da Garantia

1. A garantia a ser exigida nesta ata sobre as peças originais e de reposição fornecidas será de (um) ano sob defeitos de fabricação.
2. A garantia dos serviços de mão-de-obra não poderá ser inferior a 06 (seis) meses ou 20.000 (vinte mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

3. Constatado o fornecimento de materiais e serviços de má qualidade ou irregular, o órgão requisitante poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Nove – Da Subcontratação

1. Será permitida a terceirização dos serviços não disponibilizados pela contratada, mediante a prévia comunicação e autorização do Gestor/Fiscal da Ata. Será de inteira responsabilidade da contratada a execução dos serviços terceirizados por ela.
2. Fica previamente permitida a subcontratação de serviços de retífica, caso seja necessário, mantendo a responsabilidade dos serviços sob a empresa detentora da ata.
 - 2.1. A retífica, montagem e colocação de motor completo, deve ter a mesma garantia mínima estabelecida no item 2 da Cláusula Nona desta Ata.

Cláusula Dez – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - B) apresentar documentação falsa;
 - C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - E) não mantiver a proposta;
 - F) cometer fraude fiscal;
 - G) comportar-se de modo inidôneo.
2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - I - advertência;
 - II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
 - A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato
 - B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
 - C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
 - D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.
 - E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Onze – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:
 - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
 - 1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
 - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.
3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
 - 3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias,

facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Doze – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula treze – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. RAFAEL FRASSETTO, será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

Cláusula quatorze – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 46/2023, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Quinze – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Criciúma, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Siderópolis/SC, 24 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal
TATIANE ANGELICA SOUZA
Empresa Detentora da Ata

56/2023

Publicação Nº 5089566

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO PMS Nº 66/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 56/2023

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, com sede na Rua Presidente Dutra, 01 – bairro Centro, Siderópolis/SC., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o Nº 82.929.407/0001-62, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, e a(s) empresa(s) FICA FRIO COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, com endereço à Rua Engenheiro Loja, 140, sala 21, Próspera, Criciúma/SC, CNPJ nº 22.124.616/0001-00, doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 46/2023, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Registro de preços para fornecimento parcelado de peças elétricas para manutenção dos veículos das Secretarias.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão dispostos no site: www.sideropolis.sc.gov.br.

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os produtos/serviços de forma parcelada, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da CONTRATADA em local pré-estabelecido pelo contratante no perímetro municipal, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.

2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

- 2.1. O objeto será solicitado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços de acordo com as necessidades, sendo que a empresa contratada deverá avaliar o veículo e realizar diagnóstico detalhado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da solicitação.
- 2.2. Após Autorização de Fornecimento do objeto, este deverá ser entregue, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da licitante no pátio de máquinas da Prefeitura Municipal de Siderópolis, Centro, Siderópolis/SC, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias.
- 2.3. Os serviços de mão de obra, quando solicitados pelo município, deverão ser executados por profissional especializado, sendo que os veículos serão transportados (deslocados) e devolvidos na sede desta municipalidade, sob responsabilidade da empresa contratada.
- 2.3.1. Os serviços deverão ser executados dentro do perímetro do Município de Siderópolis/SC, efetuando os serviços e devolvendo o veículo na sede desta municipalidade.
- 2.3.3. Se o veículo estiver parado, impossibilitado de se locomover, a proponente deverá se deslocar até o local onde estiver o referido veículo (a campo), coletar peças e realizar os serviços, promovendo posteriormente a substituição necessária, mantidos os prazos de execução pré-definidos neste edital.
3. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.
- 3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação da não aceitação.
4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.
5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não realizar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.
6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Siderópolis, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.
7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.
- 7.1. A quantidade de peças indicada no Pregão visa somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação potencial do objeto, sendo que tal quantitativo não constitui, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de serviço/fornecimento a ser requisitado.
- 7.2. Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos, descritos em cada item, em virtude de novas aquisições ou supressão como inservíveis ou desnecessários.
8. O Município não se obriga a contratar dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.
9. Diversos serviços poderão ser realizados pela própria mecânica do Município, eximindo a contratada pela responsabilidade sobre os mesmos, devendo fornecer somente as peças quando solicitado.
10. Será permitido o condicionamento de peças originais dos veículos, quando possível, desde que não venham a interferir na segurança dos mesmos e oferecida garantia, mediante prévia aprovação do Gestor/Fiscal da ata.
11. Quaisquer serviços pertinentes a manutenção preventiva e corretiva deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas e padrões de exigências da ABNT vigentes, órgãos técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes, para a prestação destes serviços, sendo obedecidas rigorosamente as instruções do veículo, cabendo a contratada buscar junto ao fabricante as informações necessárias conforme Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
12. Para os veículos que encontram-se em garantia, a manutenção deverá respeitar as exigências que possam interferir, preservando a continuação da garantia.
13. Para a orçamentação poderá ser utilizado como embasamento o sistema CILIA/AUDATEX até que o mesmo esteja vigente.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.
- 1.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada dos respectivos relatórios que comprovem a execução dos serviços em conformidade ao discriminado na proposta contratada.
- 1.2. O CERTIFICADO pelo responsável do Município de Siderópolis, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.
- 1.3. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.
- 1.4. Além do relatório de serviços e Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
- A) Certidão Conjunta de Débito junto a Fazenda Federal e CND FGTS demonstrando sua regularidade;
- B) Cópia de recolhimento dos seguintes pagamentos do mês anterior: guia de recolhimento do INSS e guia de recolhimento do FGTS;
- C) Relação de Empregados - RE.
- 4.1.1. A não apresentação dos documentos enunciados acima implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.
- 1.5. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis/SC, postergando-se, em caso

negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva a execução dos serviços desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Executar o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Substituir, imediatamente, qualquer profissional cujo desempenho e conduta sejam considerados pelo Município como inconvenientes para o desempenho dos serviços;

2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município, devidamente caracterizada a imperícia ou culpa de seus profissionais, cujos valores serão descontados de fatura seguinte da Contratada, sem prejuízo das demais sanções e procedimentos.

Cláusula Oitava – Da Garantia

1. A garantia a ser exigida nesta ata sobre as peças originais e de reposição fornecidas será de (um) ano sob defeitos de fabricação.

2. A garantia dos serviços de mão-de-obra não poderá ser inferior a 06 (seis) meses ou 20.000 (vinte mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

3. Constatado o fornecimento de materiais e serviços de má qualidade ou irregular, o órgão requisitante poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Nove – Da Subcontratação

1. Será permitida a terceirização dos serviços não disponibilizados pela contratada, mediante a prévia comunicação e autorização do Gestor/Fiscal da Ata. Será de inteira responsabilidade da contratada a execução dos serviços terceirizados por ela.

2. Fica previamente permitida a subcontratação de serviços de retífica, caso seja necessário, mantendo a responsabilidade dos serviços sob a empresa detentora da ata.

2.1. A retífica, montagem e colocação de motor completo, deve ter a mesma garantia mínima estabelecida no item 2 da Cláusula Nona desta Ata.

Cláusula Dez – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

B) apresentar documentação falsa;

C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

D) ensejar o retardamento da execução do objeto;

E) não mantiver a proposta;

F) cometer fraude fiscal;

G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

- A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato
- B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
- C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.
- E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Onze – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:
- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.
3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
- 3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Doze – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula treze – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. RAFAEL FRASSETTO, será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

Cláusula quatorze – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 46/2023, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Quinze – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Criciúma, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Siderópolis/SC, 24 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal
FICA FRIO COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
PAULO RICARDO BOLSONI GOMES
Empresa Detentora da Ata

74/2023

Publicação Nº 5090873

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8ACBD13852085C332986EF8152FEDF189FD4BE51

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 74/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 50/2023
AVISO DE LICITAÇÃO

Código TC/SC 8ACBD13852085C332986EF8152FEDF189FD4BE51

1. Objeto: Fornecimento parcelado de materiais, equipamentos e acessórios de construção, conforme as necessidades das secretarias de Administração, Educação, Assistência Social, Desenvolvimento e Urbanismo, Obras, Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros, Famsid e Secretaria de Saúde.
 2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93
 3. Data da sessão pública: 11/09/2023 às 09h00 min
 4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
 5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
 6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
- Siderópolis, 24 de agosto de 2023.
ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO 133/2023

Publicação Nº 5090172

DECRETO Nº 133, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA", NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC, AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA-GRANIZO, COBRADE 1.3.2.1.3, CONFORME A PORTARIA N. 260 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no exercício das atribuições legais conferidas pelo Ítem VI, Art. 66 da Lei Orgânica do Município, de 06 de abril de 1990, combinado com o Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e

CONSIDERANDO que o Município de Sombrio, foi acometido pelo desastre natural Tempestade Local/Convectiva-granizo, Cobrade 1.3.2.1.3, "que se formou sobre a região do extremo sul de Santa Catarina, vindo a atingir, todos os bairros da cidade, inclusive localidades no interior, principalmente no dia 23 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO que em decorrência deste desastre, COBRADE 1.3.2.1.3, concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade resultando danos humanos e perdas consideráveis nos bens públicos, na agricultura e pecuária;

CONSIDERANDO que em decorrência dos danos em prédios públicos, indústrias, comércio, escolas municipais, ginásio de esportes, agricultura e residências nas quais deixaram pessoas desalojadas e a, foram prejudicadas;

CONSIDERANDO que como consequência desta Tempestade de Granizo resultaram principalmente os prejuízos econômicos e sociais constantes na FIDE (Formulário de informações de desastres);

CONSIDERANDO o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção da Defesa Civil, COMPDEC de Sombrio - SC, relatando a ocorrência deste evento desastroso, a qual é favorável à declaração de situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município de Sombrio, com informações contidas no Formulário de Informações do

Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva-granizo, Cobrade 1.3.2.1.3, IN nº 02/DCSC/2019 e Portaria nº 260/ MDR de 02 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, permitindo acesso as entidades federais e estaduais na busca de recursos para minimizar os prejuízos ocorridos, sob a coordenação do Coordenador da Defesa Civil Municipal.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Adentrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Parágrafo único – Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas,

obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Município de Sombrio – SC, 24 de agosto de 2023

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE SC.
NO DIA 25/08/2023.
NA EDIÇÃO Nº 4311.
WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR

PUBLICADO NO MURAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SOMBRIO – SC
EM 24/08/2023.

DECRETO 134/2023

Publicação Nº 5092245

DECRETO Nº. 134, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2667, de 22 de dezembro 2022 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.002 DIRETORIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

1.012 Pavimentação de Vias Públicas

DESP 43 4.4.90 1.754.0000.0093 R\$ 16.000.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta da Operação de Crédito junto ao BADESC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 24 de agosto de 2023.

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE SC.
NO DIA 25/08/2023.
NA EDIÇÃO Nº 4311.
WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR

LEI COMPLEMENTAR 092/2023

Publicação Nº 5092251

LEI COMPLEMENTAR Nº. 092, 07 DE JUNHO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A LIVRE INICIATIVA E AO LIVRE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA DE BAIXO RISCO, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO I, § 1º, DO ARTIGO 3º, DA LEI FEDERAL Nº 13.874/2019, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 E LEI ESTADUAL Nº 18.091/2021, DE 29 DE JANEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhora Gislane dias da cunha, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a regulamentação e a classificação das atividades econômicas de baixo risco em conformidade com o disposto no inciso I, do §1º, do artigo 3º, da Lei Federal Nº 13.874/2019, de 20/09/2019 e Lei Estadual nº 18.091/2021, de 29 de janeiro de 2021.

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei Complementar, consideram-se atividades econômicas de baixo risco aquelas que não necessitam de quaisquer atos públicos de liberação da atividade econômica.

§ 2º Para fins do disposto nesta Lei Complementar, consideram-se atos públicos de liberação a licença, a autorização, a concessão, a inscrição, a permissão, o alvará, o cadastro, o credenciamento, o registro e os demais atos exigidos, sob qualquer denominação, por órgão ou entidade da Administração Pública Municipal na aplicação de legislação, como condição para o exercício de atividade econômica, inclusive o início, a continuação e o fim para a instalação, a construção, a operação, a produção, o funcionamento, o uso, o exercício ou a realização, no âmbito público ou privado, de atividade, serviço, estabelecimento, profissão, instalação, operação, produto, equipamento, veículo, edificação e outros.

Art. 2º A aplicação dos artigos 1º ao 4º, da Lei Federal nº 13.874/2019, de 20/09/2019, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica, dar-se-á na forma desta Lei Complementar, ficando estabelecido que:

I - Serão observados pelo Executivo Municipal na aplicação e na interpretação do direito civil, empresarial, econômico, urbanístico e do trabalho, nas relações jurídicas que se encontrem no seu âmbito de aplicação e na ordenação pública sobre localização e funcionamento de atividades, proteção ao meio ambiente, controle do uso e da ocupação do solo, ordenamento territorial e todas as demais atividades de fiscalização e regulação;

II - Não se aplicam ao direito tributário e ao direito financeiro;

III - Constituem norma geral de direito econômico e serão observados para todos os atos públicos de liberação da atividade econômica.

Art. 3º As atividades econômicas de baixo risco deverão fazer parte da Lista de Atividades Econômicas de Baixo Risco, a ser instituída por Decreto.

Parágrafo único. Serão excluídos do Decreto, como atividades de baixo risco, as atividades econômicas que sejam consideradas passíveis de licenciamento prévio pelo Executivo Municipal, assim entendidas as atividades definidas pela Lei Estadual nº 17.071, de 12/01/2017, e suas regulamentações.

Art. 4º O registro dos atos constitutivos e de suas alterações e extinções deverão ser informados pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) do Município.

Art. 5º Pessoas físicas e jurídicas estabelecidas no Município de Sombrio, que exerçam atividades econômicas de baixo risco, deverão solicitar a inscrição, alteração e baixa do cadastro tributário municipal.

Art. 6º O Executivo Municipal, com base nas informações fornecidas pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) do Município pode realizar a inscrição, alteração e baixa do cadastro tributário municipal das pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades econômicas de baixo risco, mesmo que estas não tenham sido solicitadas pelo interessado.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Finanças, ou outro órgão ou unidade que a substituir, realizar a inscrição, alteração e baixa do cadastro tributário municipal de pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades econômicas de baixo risco.

Art. 8º A execução desta lei Complementar poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 07 de junho de 2023.

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE SC.
NO DIA 25/0/8023.
NA EDIÇÃO Nº 4311.
WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR

DATA DE ENVIO AO LEGISLATIVO 06/02/2023.
Nº DO PROTOCOLO 00006/2023.
DATA DA DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO 07/06/2023.
DATA DA APROVAÇÃO DA LEI 27/02/2023.
DATA DA PUBLICAÇÃO 25/08/2023.

PORTARIA 174/2023

Publicação Nº 5092247

PORTARIA Nº 174 DE 23 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE EXPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala, que segue:

CÓD.	NOME	PERIODO AQUISITIVO			PERIODO DE GOZO		
8968	Amanda Rocha Bernardino	25/03/2022	à	24/03/2023	29/08/2023	à	28/09/2023
7453	Bruno Scheffer Vargas	03/03/2021	à	02/03/2022	11/09/2023	à	01/10/2023
5730/0	Cintia A. B. da L. dos Santos	23/02/2021	à	22/02/2022	01/08/2023	à	30/08/2023
9489/0	Clarice da Silva	18/05/2022	à	17/05/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
8786	Danilo Romualda	11/02/2022	à	10/03/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
10030	Edna Aparecida Américo	01/07/2022	à	30/06/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
9445/0	Ema Virginia Lisboa	03/03/2022	à	02/03/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
11534	Enor Jailson Coelho	04/07/2020	à	03/07/2021	01/08/2023	à	30/08/2023
11851	Edimilson Pereira Colares	01/02/2022	à	31/01/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
8735	Felipe Marcelino Godinho	01/10/2021	à	30/09/2022	18/09/2023	à	17/10/2023
1300	Gean Natal P. da Silva	03/04/2022	à	02/04/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
8759	José Sidnei Januário	02/01/2021	à	01/01/2022	01/09/2023	à	20/09/2023
7855	Joacir Magnus Matias	07/07/2022	à	06/07/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
9047	Janice Cardoso Colares	20/05/2022	à	01/07/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
2868	Luiz Carlos Lopes	11/03/2021	à	30/04/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
6947/1	Lenita Petrs da Silva	18/04/2022	à	17/04/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
10034	Mariah Caetano Alves	05/07/2022	à	04/07/2023	10/08/2023	à	30/08/2023
8998	Marcela Carolina Bólico	02/04/2022	à	07/07/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
4566	Maria Regina Medeiros	02/12/2022	à	01/12/2022	01/08/2023	à	30/08/2023
7752	Roger Rodrigues Borges	29/12/2021	à	28/12/2022	01/08/2023	à	30/08/2023
7985	Rosangela Garcia Margute	02/01/2022	à	01/01/2023	01/08/2023	à	20/08/2023
7764/0	Rayssa Vieira Raul	19/05/2022	à	18/05/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
7706	Síndia Almeida Rech	28/04/2022	à	27/05/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
9496/0	Thalia da Silva Martins	23/06/2022	à	22/06/2023	01/08/2023	à	30/08/2023
9771	Volneci Moraes Baltazar	15/03/2021	à	14/03/2022	01/08/2023	à	30/08/2023

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 23 de agosto de 2023.

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE SC.

NO DIA 25/0/8023.
NA EDIÇÃO N° 4311.
WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR

PORTARIA 175/2023

Publicação N° 5092248

PORTARIA N° 175 DE 23 DE AGOSTO DE 2023
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei 1.416 de 20 de maio de 2003, (Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Sombrio).

RESOLVE:

Conceder a 3ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. SIRLENE MACIEL SILVEIRA, ocupante do cargo de Servente/Merendeira, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
3608	06/02/2016 à 06/08/2022	14/08/2023 à 13/10/2023

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 23 de agosto de 2023.

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE SC.
NO DIA 25/0/8023.
NA EDIÇÃO N° 4311.
WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR

EXTRATO DA RESCISÃO CONTRATO 03/2023

Publicação N° 5090013

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SOMBRIO****RESCISÃO DO CONTRATO N. ° 03/2023****CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SOMBRIO/SC****CONTRATADO: PAVIMENTAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**

DO OBJETO: O objeto do presente, trata-se da rescisão do **Contrato n° 03/2023**, decorrente do **Processo de Concorrência 091/2022** em virtude da revogação do processo, pela não prorrogação do convênio com o Estado de Santa Catarina, nos termos d o art. 79, inciso II da Lei Federal n° 8.666, de 1993

DATA DA RESCISÃO: 24/08/2023

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal

Taió

PREFEITURA

CONTRATO N. 80/2023

Publicação Nº 5091602

CONTRATO N. 80 DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5CE67E1AB987C79D8EF37F968D238D3037356679

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS, que celebram entre si o MUNICÍPIO DE TAIÓ (SC), e a Empresa L. FERNANDES LTDA.

O Município de Taió (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. Horst Alexandre Purnhagen, com sede à Avenida Luiz Bertoli, 44, inscrito no CNPJ/MF n. 82.765.488/0001-02, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa L. FERNANDES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n. 18.695.623/0001-91 estabelecida na Vila Colônia Formosa, s/n, interior, município de Santa Terezinha – SC, neste ato representada pela Sra. Lenoir Fernandes, portadora da Carteira de Identidade n. 2.922.585 e CPF n. 799.220.319-49 residente e domiciliada no município de Santa Terezinha - SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei n. 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação n. 112/2022, instaurado através do Edital de Pregão Presencial n. 112/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE AREIA MÉDIA PARA BASE DE PAVIMENTAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência a partir do vencimento até 05 de setembro de 2024, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

1. Os produtos deverão ser fornecidos de forma parcelada de acordo com a solicitação da contratante, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega dos mesmos conforme solicitação do setor requisitante, devidamente autorizado pela Secretaria responsável, sem a exigência de quantidade mínima e sem custos adicionais, de acordo com as especificações do Termo de referência do presente edital, que será retirado pela Administração Municipal, sendo que a empresa deverá ter sua sede no máximo a 100 km da sede da Secretaria de Obras, ou disponibilizar local para depósito desses materiais nessa mesma distância, para que o município faça a retirada quando necessário.
2. Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo setor requisitante.
3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria responsável, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.
4. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma se encontra com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.
5. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital PP n. 112/2022, verificadas posteriormente.
6. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
7. A CONTRATADA fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

1. O valor total estimado ora contratado é de até R\$ 312.805,29 (trezentos e doze mil oitocentos e cinco reais e vinte e nove centavos), de acordo com os preços consignados na proposta apresentada no Processo de Licitação n. 112/2022, importando os valores por itens vencedores, identificados pela cópia da Autorização de Fornecimento em anexo ao presente contrato, a qual é parte integrante do presente instrumento.
2. Nos preços contratados já estão inclusos além do lucro, taxas, fretes, impostos e descontos, quando for o caso, bem como todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente contratação.
3. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega do objeto, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante a apresentação do documento fiscal atestado por Servidor Municipal competente.
4. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do artigo 31, da Lei n. 9.032, de 28 de abril de 1995, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei n. 8.666/93.
5. Os preços não serão reajustados.
6. Os preços somente serão revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos do art. 65 da Lei n.

8.666/93 e alterações, mediante requerimento, devidamente instruído, a ser formalizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO DOCUMENTO FISCAL

1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá emitido para Prefeitura Municipal de Taió – Avenida Luiz Bertoli, 44, Centro – 89.190-000 – Taió – SC – CNPJ/MF 82.765.488/0001-02, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
2. Quando for emitido o documento fiscal, referente à mercadoria solicitada, a CONTRATADA deverá enviar com cópia ao e-mail nfeletronica@taio.sc.gov.br, liquidacao@taio.sc.gov.br; imediatamente após a emissão do mesmo, para a Secretaria de Administração e Finanças, aos cuidados do Setor de Contabilidade (Fone/Fax: (47)3562-8300).
3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- a) Os produtos deverão ser fornecidos de forma parcelada de acordo com a solicitação da contratante, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega dos mesmos conforme solicitação do setor requisitante, devidamente autorizado pela Secretaria responsável, sem a exigência de quantidade mínima e sem custos adicionais, de acordo com as especificações do Termo de referência do presente edital, que será retirado pela Administração Municipal, sendo que a empresa deverá ter sua sede no máximo a 100 km da sede da Secretaria de Obras, ou disponibilizar local para depósito desses materiais nessa mesma distância, para que o município faça a retirada quando necessário.
- b) Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria responsável, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.
- c) A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca dos produtos, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma se encontra com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.
- d) O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.
- e) Caso o material seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- f) A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.
- g) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- i) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- j) Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

2. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

- a) A definição do objeto deste Contrato;
- b) Tomar todas as providências necessárias à execução do presente Contrato;
- c) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a cláusula quarta do presente instrumento;
- e) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal da protocolado pela CONTRATADA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- f) Providenciar a publicação resumida do contrato até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- g) Emitir, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos itens objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n. 8.666/93, n. 10.520/02 e Decreto Municipal n. 6.781/19, aplicar as seguintes sanções:
 - a. Advertência;
 - b. Multa, de até 10 % (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do Edital PP n. 112/2022 ou do presente contrato;
 - c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
3. O atraso injustificado no fornecimento dos materiais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia de atraso.

4. A multa referida acima não impede que a CONTRATANTE aplique as outras sanções previstas em Lei.
5. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
 - Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei n. 8.666/93;
 - Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei n. 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

- Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei n. 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

- Fica eleito o foro da cidade de Taió (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes, a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Taió, 24 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
PREFEITO

L. FERNANDES LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Carlos Cava
CPF: 033.743.249-08

Marcelo Gramkow
CPF: 094.374.259-57

De Acordo:

Emerson de Figueredo
OAB-SC 47.288

INEXIGIBILIDADE N. 07/2023, CREDENCIAMENTO N. 02/2023

Publicação N° 5089950

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAIÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 07/2023
PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 07/2023
CREDENCIAMENTO N.º 02/2023

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público o procedimento auxiliar denominando CREDENCIAMENTO, através da modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO que tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE EXAMES DE IMAGENS ODONTOLÓGICAS PARA ATENDER O "PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - SORRIA"

DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 4.358/2023, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. Informações com Carlos ou pelo e-mail empenhos@taio.sc.gov.br. Documentação disponível no portal do Município: www.taio.atende.net

Taió, 24 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA Nº 17.320/2023

Publicação Nº 5090248

PORTARIA No 17.320, de 24/08/2023
CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro na Lei Complementar no 103/2008, de 08 de abril de 2008.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob o nº 11.069/2023.

RESOLVE:

conceder a servidora pública municipal MARIA APARECIDA DE SOUSA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, gratificação mensal equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base de seu cargo efetivo, tendo em vista a conclusão de curso de nível superior.

P.R.I.

Taió, 24 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA Nº 17.321/2023

Publicação Nº 5090249

PORTARIA No 17.321, de 24/08/2023
CONCEDE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no § 3º, do Art. 100, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob nº 11.167/2023.

RESOLVE:

conceder incorporação da vantagem progressão funcional a servidora pública municipal KAILA CRISTINA WOLSTEINER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Administrativo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Administração e Finanças.

P.R.I.

Taió, 24 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA Nº 17.322/2023

Publicação Nº 5090250

PORTARIA No 17.322, de 24/08/2023
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR REALIZAÇÃO DE TRABALHO ESPECIAL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro na Lei Complementar no 222, de 07 de março de 2019.

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/330/2023, protocolado sob n.º 11.262/2023.

RESOLVE:

conceder 20% (vinte por cento) de gratificação por realização de trabalho especial sobre o vencimento base do cargo, aos servidores

públicos municipais LEONARDO DE FRANÇA e FERNANDO DE ANDRADE, ocupantes do cargo de Operador de Equipamento, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 24 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA Nº 17.323/2023

Publicação Nº 5090251

PORTARIA No 17.323, de 24/08/2023

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR REALIZAÇÃO DE TRABALHO ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro na Lei Complementar no 222, de 07 de março de 2019.

CONSIDERANDO o Requerimento protocolado sob n.º 11.550/2023.

RESOLVE:

conceder 10% (dez por cento) de gratificação por realização de trabalho especial sobre o vencimento base do cargo, ao servidor público municipal ORLI JOSE MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Controlador Interno, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício no Gabinete do Prefeito.

P.R.I.

Taió, 24 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA Nº 17.324/2023

Publicação Nº 5090253

PORTARIA No 17.324, de 24/08/2023

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR REALIZAÇÃO DE TRABALHO ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro na Lei Complementar no 222, de 07 de março de 2019.

CONSIDERANDO o Ofício n.º 046/2023/SST, protocolado sob n.º 10.639/2023.

RESOLVE:

conceder 10% (dez por cento) de gratificação por realização de trabalho especial sobre o vencimento base do cargo, ao servidor público municipal TIAGO REIF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Segurança do Trabalho, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Administração e Finanças.

P.R.I.

Taió, 24 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA Nº 17.325/2023

Publicação Nº 5090254

PORTARIA No 17.325, de 24/08/2023

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, e com fulcro na Lei Complementar no 285, de 31 de janeiro de 2023.

CONSIDERANDO o Ofício n.º 227/2023/GAB, protocolado sob n.º 11.717/2023.

RESOLVE:

designar a servidora pública municipal LAISE BLOEMER STRINGARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a Função de Confiança de "Coordenador do Departamento de Recursos Humanos", com exercício na Secretaria de Administração e Finanças, percebendo mensalmente o vencimento e as vantagens do cargo que é titular, bem como, o nível 44 da Tabela de Vencimentos, contida no Decreto no 8.148, de 20 de janeiro de 2023.

P.R.I.

Taió, 24 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

TERMO DE FOMENTO N. 01/2023

Publicação Nº 5091134

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ADB369427F340A38EF164033AB66F709D3B74C23

TERMO DE FOMENTO N. 01/2023, DE 18 DE AGOSTO DE 2023

Processo Administrativo n. 74/2023

Inexigibilidade de Licitação n. 74/2023

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Luiz Bertoli, 44, centro, inscrito no CNPJ sob nº 82.765.488/0001-02, neste ato representado pelo prefeito o Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, juntamente com a Secretária de Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e CLUBE ESPORTIVO E RECREATIVO UNIÃO, associação privada, inscrita no CNPJ sob nº 83.148.460/0001-99, sediada na Rua Almerinda Trentini, n. 58, Bairro Centro, nesta cidade de Taió, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. JEAN CARLOS LUCHTENBERG, portador do CPF nº 048.000.319-07, residente e domiciliado na cidade de Taió - SC, resolvem celebrar o presente termo, dispensando-se a realização de Chamamento Público, considerando que a verba aplicada é oriunda de emenda parlamentar exclusiva para esta finalidade, bem como o disposto no Art. 2º da Lei Ordinária 4.365/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Fomento tem por objeto O REPASSE FINANCEIRO PARA O CLUBE ESPORTIVO E RECREATIVO UNIÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE SOCIAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2- São compromissos da CONTRATADA, desenvolver serviços descritos no plano de trabalho integrante do presente contrato;

2.1 - Dispor de corpo técnico necessário, para a consecução da atividade pretendida no plano de trabalho,

2.2 - Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;

2.3 - Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

2.4 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

2.5 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.6 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.7 - Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA;

2.8 - Prestar contas, perante a administração Municipal de Taió- SC, em relação aos recursos recebidos e aplicados ao fim da execução do objeto;

2.9 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.10 - Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:

a) despesas referentes a aquisição de materiais para a construção da sede;

b) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;

c) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

d) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

e) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde

que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

2.11 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados ou houver rejeição de contas;

2.12 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

2.13 – Cumprir as normativas e regras criadas pela controladoria interna do Município, as quais foram repassadas para a entidade.

2.14 – Prestar contas dos recursos repassados seguindo as regras estabelecidas nas portarias estaduais que regulamentam os repasses financeiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 - São compromissos do Município:

3.2 - Transferir os recursos à CONTRATADA, no valor equivalente a R\$ 300.00,00 (trezentos mil reais), em parcela única, a ser depositada diretamente em conta exclusiva para esta finalidade, seguindo o plano de trabalho que integra o presente termo de Fomento, bem como o projeto da obra.

3.3 - Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.4 - Apreçar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

3.5 - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.6 - Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.7 - Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;

3.8 - Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.9 - Para fins de interpretação do item 3.8 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, o montante global de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em parcela única, seguindo o plano de trabalho e projeto, que faz parte integrante deste termo;

3.2 – Cada valor repassado a entidade deverá realizar a prestação de contas, juntando fotos da obra, nota fiscal da empresa que está executando, planilha com os itens executados, e demais exigências se for solicitado;

3.3 - A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica.

CLÁUSULA QUINTA– DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

5.1 - O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2 - O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

5.3 - Ficará a critério da secretaria de Educação, Cultura e Esportes a indicação do Gestor do Termo de Fomento, que deverá ser elaborado uma portaria para designar o responsável, conforme previsto em Lei.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogável com o acordo entre as partes, e seguindo os requisitos previsto em Lei, se acaso a obra não terminar nesse período.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A ENTIDADE deverá apresentar a prestação, de cada valor recebido, até o decimo quinto dia posterior à finalização do objeto;
8.2- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:
8.2.a - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.2.b - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.2.c - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

8.2.d - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação;

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9.1 - O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.2 - Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária, consignadas na lei orçamentaria do exercício de 2023:

Órgão 5 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade 4 – Departamento de Esportes

Ação – 2027 – Manutenção do Esporte Amador

629 - 3.4.4.50.00.00.00.00.00.271032100007 – Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos – R\$ 300.000,00

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas nas leis aplicáveis ao acaso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

12.1 - Os partícipes elegem o Foro da comarca de Taió - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Prefeitura do Município de Taió (SC), 18 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

Prefeito

CLUBE ESPORTIVO E RECREATIVO UNIÃO

Entidade

Testemunhas:

Carlos Cava
CPF: 033.743.249-08

Elves Johny Schreiber
CPF: 824.726.379-34

De Acordo:

Emerson de Figueredo
OAB/SC – 47.288

Tangará

PREFEITURA

DECRETO Nº 084, DE 08 DE AGOSTO DE 2023. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 5091734

DECRETO Nº 084, DE 08 DE AGOSTO DE 2023.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com as Leis nº 2.635/22 e 2675/2023.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município de Tangará, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

07-SECRETRIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação 3.3.90.1.753.0000.0149

Aplicações Diretas R\$ 450.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a importância de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal da Saúde com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

09-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação 3.3.90.1.600.3110.0000

Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 3º. Fica anulada a importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério.

10-HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Projeto 1004

Modalidade de Aplicação 4.4.90.1.500.1002.0402

Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 4º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

09-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação 3.3.90.1.500.1002.0402

Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 08 DE AGOSTO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 090, DE 18 DE AGOSTO DE 2023. "DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E DELIBERAÇÕES À RESPEITO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195 DE 08 DE JULHO DE 2022 "PAULO GUSTAVO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5092383

DECRETO Nº 090, DE 18 DE AGOSTO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E DELIBERAÇÕES À RESPEITO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195 DE 08 DE JULHO DE 2022 "PAULO GUSTAVO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e o contido no art. 2º da Lei Municipal n.º 820/83,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo descritos para compor a comissão que acompanhará e deliberará a respeito dos trâmites da LEI COMPLEMENTAR Nº 195 DE 08 DE JULHO DE 2022 "PAULO GUSTAVO" destinadas ao setor de Cultura no âmbito do município de Tangará.

I. Representantes do Poder Executivo Municipal:

- A. Luciana Fatima Dos Santos
- B. Cleusa Aparecida Cantelli
- C. Janete Santana Longo
- D. Willian José Zen

II. Representantes da Sociedade Civil:

- A. Maria Fernanda Balbinot Ceron
- B. Lucimar Terezinha Tibola Zamboni
- C. Sergio Carlesso
- D. Lucia Aparecida Leidens Mayer

Parágrafo único. O período de atividades desta comissão será da data de assinatura deste decreto até o final das prestações de contas do município com a União.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 18 DE AGOSTO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL Nº 009/2023 PROCESSO SELETIVO DE TÍTULOS PARA O QUADRO DO MAGISTÉRIO ATRAVÉS DE CHAMADA ADICIONAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. (RETIFICADO)

Publicação Nº 5091754

**PREFEITURA DE
TANGARÁ****EDITAL Nº 009/2023****PROCESSO SELETIVO DE TÍTULOS PARA O QUADRO DO MAGISTÉRIO
ATRAVÉS DE CHAMADA ADICIONAL PARA CONTRATAÇÃO
TEMPORÁRIA. (RETIFICADO)**

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, objetivando a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, TORNA PÚBLICO a realização de Processo Seletivo de Títulos do quadro do magistério através da Chamada Adicional, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e na legislação vigente, com vigência para o corrente ano letivo.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Compreende-se como Processo Seletivo de Títulos através da Chamada Adicional: a classificação e a contratação para o cargo temporário das vagas a seguir estipuladas;

1.2. As contratações oriundas do presente Processo Seletivo de Títulos através da Chamada Adicional dar-se-ão unicamente para preenchimento de vagas de caráter excepcional e temporário, necessárias em razão de ter esgotado a lista classificatória do Processo Seletivo de Provas e Títulos, ou de restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interessado ou aprovado;

1.3. A análise da documentação será realizada pela comissão nomeada pela Portaria nº 716, de 21 de agosto de 2023, de acordo com as condições e os critérios de avaliação estabelecidos.

1.4. Durante toda a realização deste Processo Seletivo de Títulos através da Chamada Adicional, serão prestigiados, sem prejuízos de outros, os princípios estabelecidos no Art. 37, "caput" da Constituição Federal;

1.5. Os candidatos classificados neste processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuinte obrigatório do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e do contido na Lei Municipal nº 2.668/2023, e da Lei Complementar Municipal n.º 134/2022, 57/2012, e as alterações que houver.

1.6. O edital de abertura do presente Processo Seletivo de Títulos através da Chamada Adicional será publicado no site da Prefeitura Municipal de Tangará: www.tangara.sc.gov.br.

1.7. O presente Processo Seletivo de Títulos através da Chamada Adicional consistirá na avaliação de títulos, de caráter classificatório.

PREFEITURA DE TANGARÁAvenida Irmãos Piccoli, 267 - Centro Telefone: 49 3532.1522 www.tangara.sc.gov.br



**PREFEITURA DE
TANGARÁ**

2. DAS VAGAS:

VAGAS (QUANTIDADE)	LOCAL	CARGO	CH
01+ CR	Escolas da rede Municipal de Ensino	Professor de Educação Básica III – Ed. Física (Nível Superior)	20h
01 + CR	Escolas da rede Municipal de Ensino	Profissional de Apoio Escolar (Nível Médio)	40h
01	Escolas da rede Municipal de Ensino	Vigia (Nível Fundamental)	40h

Tabela 01

3. DAS ESCOLHAS DAS VAGAS:

3.1. Os candidatos que tiverem interesse nas seguintes vagas oferecidas **deverão comparecer no dia 29 de Agosto de 2023, às 14 horas, na Secretaria de Educação de Tangará**, munidos de seus documentos pessoais e de seus títulos, a fim de candidatar-se a vaga.

4. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

4.1. O presente Processo Seletivo será realizado mediante Avaliação de Títulos, através da pontuação dos Títulos apresentados, em uma escala de zero a dez pontos, conforme os seguintes critérios:

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Formação em curso superior de Licenciatura Plena na disciplina que pretende atuar	1,0	1,0
Formação em curso superior de Licenciatura Plena na área de educação	0,75	0,75
Formação em curso superior em qualquer área	0,50	0,50
Formação em curso superior de Licenciatura Plena na disciplina que pretende atuar a partir da 1ª fase.	0,25	0,25
Cursando Licenciatura Plena na área de educação a partir da 1ª fase.	0,20	0,20
Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (especialização) na disciplina que pretende atuar	1,0	1,0
Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (especialização), na área de educação.	0,75	0,75
Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (especialização), em qualquer área.	0,50	0,50

Tabela 02

PREFEITURA DE TANGARÁ

Avenida Irmãos Piccoli, 267 - Centro Telefone: 49 3532.1522 www.tangara.sc.gov.br

**PREFEITURA DE
TANGARÁ****4.2 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO E FUNDAMENTAL**

TITULAÇÃO	PONTUAÇÃO
Formação mínima exigida	1,0
Graduação	2,0
Pós-Graduação	3,0

Tabela 03

4.3 Para efeito de pontuação, NÃO serão aceitos mais de um certificado de Pós-graduação, NÃO sendo contabilizados “cumulativamente” os pontos da modalidade.

4.4 Para a contagem do tempo de serviço o candidato deverá apresentar o comprovante de tempo de serviço público na área de atuação do cargo pretendido e ou na área de educação; (se possuir); até a data limite de 10/08/2023 – contendo o cargo exercido, anos, meses e dias trabalhados em **papel timbrado e assinatura do responsável.**

TEMPO DE SERVIÇO NA ÁREA	PONTUAÇÃO
Abaixo de 1825 dias (05 anos)	0,5
De 1826 dias (05 anos) até 3.650 (10 anos)	1,0
De 3.651 dias (10 anos) até 5.475 dias (15 anos)	1,5
De 5.476 dias (15 anos) até 7.300 dias (20 anos)	2,0
Acima de 7.301 dias (20 anos)	2,5

Tabela 04

4.5 O(s) período(s) apresentado(s), trabalhados exclusivamente em área afim, serão convertidos em dias e enquadrado(s) na tabela acima. A pontuação para o tempo de serviço não é cumulativa, ou seja, conta-se somente a pontuação da linha correspondente. (Ex.: Se o candidato tiver 4.827 dias, conforme tabela receberá 1,5 de pontuação).

4.6 A nota final será a soma da pontuação obtida na “Titulação”, com a pontuação obtida no Tempo de serviço na área que pretende atuar.

4.6. Os comprovantes - títulos (diplomas, certificados, comprovante de escolaridade (fases), deverão ser apresentados no dia, horário e local

PREFEITURA DE TANGARÁAvenida Irmãos Piccoli, 267 - Centro Telefone: 49 3532.1522 www.tangara.sc.gov.br

**PREFEITURA DE
TANGARÁ**

designados neste Edital, em fotocópias simples.

4.7. Poderão ser exigidos os títulos originais, para conferência, em caso de dúvidas a respeito da veracidade do documento.

4.8. Os comprovantes – títulos, não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas;

4.9. O Candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc), deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração, sob pena de não obter pontuação relativa ao comprovante;

4.10. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos Títulos do Candidato, bem como, o encaminhamento de um comprovante - título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o Candidato será eliminado e, se for o caso, rescindido o Contrato.

4.11. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos.

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato com:

5.1.1. Maior titulação;

5.1.2. Maior tempo de serviço;

5.1.3. Maior idade;

5.2. Permanecendo o empate, será realizado sorteio em ato público;

5.2.1. O sorteio ocorrerá no mesmo dia, local e horário da realização da Chamada Adicional.

6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. O recebimento, análise e classificação dos títulos, tempo de serviço e demais documentos será feita pela comissão de que trata o item 1.3, encerrando-se no mesmo dia.

6.2. Obtida a ordem classificatória os candidatos serão indagados, na ordem de classificação, a respeito do aceite da vaga.

6.3. Preenchidas as vagas oferecidas o processo será encerrado não gerando lista de espera.

7. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

7.1. O interessado classificado, aceitando a vaga, será encaminhado para realização do exame admissional agendado pelo Departamento de Gestão de

PREFEITURA DE TANGARÁ

Avenida Irmãos Piccoli, 267 - Centro Telefone: 49 3532.1522 www.tangara.sc.gov.br

**PREFEITURA DE
TANGARÁ**

Pessoas.

7.2. Realizado o exame admissional o candidato deverá comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas, no prazo de 1 (um) dia útil, munido da documentação necessária, devendo iniciar as suas atividades, na data definida pelo Departamento de Gestão de Pessoas, sob pena de perda da vaga.

7.3. Não comparecendo o interessado no prazo estipulado no item 6.2, perderá automaticamente a sua vaga, sem direito a reclamá-la posteriormente.

7.4. O candidato deverá apresentar, para contratação, os seguintes documentos:

- CPF;
- Título de Eleitor;
- Carteira de Identidade RG;
- Carteira de Trabalho CTPS;
- Comprovante de residência;
- Certificado de Escolaridade ou Diploma;
- Histórico Escolar;
- Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria);
- Certificado Militar (se homem);
- Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
- 1 Foto 3X4 recente;
- Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais da esfera federal, estadual e da Comarca onde reside;
- Certidão Negativa de débitos Municipais;
- Comprovante de quitação eleitoral;
- Exame admissional;
- Declaração de Bens.

7.5 Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

7.6 Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, e no site oficial do município <http://www.tangara.sc.gov.br>.

**CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, EM 23 DE AGOSTO DE
2023.**

**ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL**

PREFEITURA DE TANGARÁ

Avenida Irmãos Piccoli, 267 - Centro Telefone: 49 3532.1522 www.tangara.sc.gov.br

Tijucas

PREFEITURA

CERTIFICADO 052.2023 ASMUT 18.120 CHANCELA CANTAR

Publicação Nº 5090296

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 052/2023
APROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL decorrente do TERMO DE FOMENTO CHANCELA nº 022/2023 PROJETO CHANCELA CANTAR – 1º TRIMESTRE - formalizado em 11/04/2023 com validade até 10/07/2023 da entidade abaixo qualificada e torna público a habilitação desta entidade a FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº 039/2023 EDITAL DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS CHANCELA Nº 003/2021 DO FIA TIJUCAS NO SEGUNDO TRIMESTRE DO ANO DE 2023.

ENTIDADE: ASMUT
CNPJ DA ENTIDADE: 76.875.608/0001-21
TERMO DE FOMENTO Nº 022/2023 – CMDCA-FIA
VALOR RECEBIDO: R\$ 18.160,00
DATA DA APROVAÇÃO FINAL: 29/06/2023

Tijucas, 29/03/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 069.2023 AJA JULHO

Publicação Nº 5090298

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 069/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 028/2023 PROJETO ESCOLINHA DE FUTEBOL SOCIETY INFANTOJUVENIL formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E AJA abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da parcela nº 5 do mês de agosto deste contrato.

ENTIDADE: AJA
CNPJ DA ENTIDADE: 03.660.407/0001-33
TERMO DE FOMENTO Nº 028/2023 – CMDCA-FIA
PROJETO ESCOLINHA DE FUTEBOL SOCIETY INFANTOJUVENIL
VALOR RECEBIDO PARCELA 04 - R\$ 3.656,25
DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 070.2023 ACAT JULHO JOVEM APRENDIZ

Publicação Nº 5090301

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 070/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 024/2023 PROJETO JOVEM APRENDIZ RURAL com duração de 05/04/2023 A 05/12/2023 formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E ACAT abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ACAT
CNPJ DA ENTIDADE: 10.241.402/0001-31
TERMO DE FOMENTO Nº 024/2023 – CMDCA-FIA
PROJETO JOVEM APRENDIZ RURAL
VALOR RECEBIDO parcela 04 - R\$ 3.128,20

DATA DA APROVAÇÃO FINAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 070.2023 ACAT JULHO JOVEM APRENDIZ CORRIGIDO

Publicação Nº 5090299

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 070/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 024/2023 PROJETO JOVEM APRENDIZ RURAL com duração de 05/04/2023 A 05/12/2023 formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E ACAT abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ACAT
CNPJ DA ENTIDADE: 10.241.402/0001-31
TERMO DE FOMENTO Nº 024/2023 – CMDCA-FIA
PROJETO JOVEM APRENDIZ RURAL
VALOR RECEBIDO parcela 04 - R\$ 3.128,20

DATA DA APROVAÇÃO FINAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 071.2023 FUGAZZA JULHO CORRIGIDO

Publicação Nº 5090302

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 071/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da parcela 034 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 037/2023 PROJETO INICIAÇÃO TAEKWONDO PARA A VIDA formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E FUGAZZA abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: FUGAZZA
CNPJ DA ENTIDADE: 22.880.315/0001-03
TERMO DE FOMENTO Nº 037/2022 – CMDCA-FIA
PROJETO INICIAÇÃO TAEKWONDO PARA A VIDA
VALOR RECEBIDO parcela 04 - R\$ 4.387,50

DATA DA APROVAÇÃO FINAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 072.2023 ACAT JULHO

Publicação Nº 5090304

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 072/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 025/2023 formalizados entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E ACAT abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 5 - AGOSTO - DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ACAT
CNPJ DA ENTIDADE: 10.241.402/0001-31
TERMO DE FOMENTO Nº 025/2023 – CMDCA-FIA
VALOR RECEBIDO parcela 04 - R\$ 2.843,75
DATA DA APROVAÇÃO FINAL: 31/07/2023
Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 073.2023 ACAT PARCELAS JULHO

Publicação Nº 5090305

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 073/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 026/2023 formalizados entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E ACAT abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 – AGOSTO DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ACAT
CNPJ DA ENTIDADE: 10.241.402/0001-31
TERMO DE FOMENTO Nº 026/2023 – CMDCA-FIA
VALOR RECEBIDO parcela 04 - R\$ 3.871,25
DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.
Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 074.2023 ASMUT JULHO

Publicação Nº 5090306

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 074/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 030/2023 CAMPANHA MÚSICA NA INFANCIA formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E ASMUT abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 - AGOSTO DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ASMUT
CNPJ DA ENTIDADE: 76.875.608/0001-21
TERMO DE FOMENTO Nº 030/2023 – CMDCA-FIA
CAMPANHA MÚSICA NA INFANCIA
VALOR RECEBIDO PARCELA 04: R\$ 4.387,50
DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.
Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 075.2023 ASMUT JULHO

Publicação Nº 5090307

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 075/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 029/2023 CAMPANHA MÚSICA E VIDA, formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E ASMUT abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 – AGOSTO - DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ASMUT

CNPJ DA ENTIDADE: 76.875.608/0001-21

TERMO DE FOMENTO Nº 029/2023 – CMDCA-FIA

CAMPANHA MÚSICA E VIDA

VALOR RECEBIDO parcela 04 - R\$ 6.362,50

DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado

Presidente

CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 076.2023 ASMUT JULHO

Publicação Nº 5090308

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 076/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 031/2023 MÚSICA E VIDA formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E ASMUT abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 -AGOSTO - DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ASMUT

CNPJ DA ENTIDADE: 76.875.608/0001-21

TERMO DE FOMENTO Nº 031/2023 – CMDCA-FIA

MÚSICA E VIDA

VALOR RECEBIDO parcela 04: R\$ 7.162,50

DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado

Presidente

CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 077.2023 ASCCANTJULHO

Publicação Nº 5090312

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 077/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da Parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 023/2023 PROJETO ARTE NEGRA CAPOEIRA INFANTOJUVENIL formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E ASCCANT abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 – AGOSTO - DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE CAPOEIRA ARTE NEGRA DE TIJUCAS - ASCCANT

CNPJ DA ENTIDADE: 10.823.075/0001-26

TERMO DE FOMENTO Nº 023/2023 – CMDCA-FIA

PROJETO ARTE NEGRA CAPOEIRA INFANTOJUVENIL

VALOR RECEBIDO parcela 04 R\$ 3.656,25

DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 078.2023 FENIX PARJULHO

Publicação Nº 5090313

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 078/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas da parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 035/2023 PROGRAMA HAPKIDO formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E FENIX abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 – AGOSTO - DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: FÊNIX
CNPJ DA ENTIDADE: 24.372.933/0001-78
TERMO DE FOMENTO Nº 035/2023 – CMDCA-FIA
PROGRAMA HAPKIDO
VALOR RECEBIDO parcela 04 - R\$ 5.118,75
DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 079.2023 FENIX JULHO

Publicação Nº 5090314

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 079/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas das parcelas 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 036/2023 PROJETO POINT COMBAT MARTIAL COREA formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E FENIX abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 – AGOSTO - DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: FÊNIX
CNPJ DA ENTIDADE: 24.372.933/0001-78
TERMO DE FOMENTO Nº 036/2023 – CMDCA-FIA
PROJETO POINT COMBAT MARTIAL COREA
VALOR RECEBIDO PARCELA 04 - R\$ 5.118,75
DATA DA APROVAÇÃO FINAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 080.2023 AREERB JULHO

Publicação Nº 5090315

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 080/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas das Parcelas 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 032/2023 PROJETO GUERREIROS DA PAZ - FINANCIAMENTO formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E AREERB abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA EVERTON RODRIGUES BASTOS - AREERB
CNPJ DA ENTIDADE: 14.024.733/000-70
TERMO DE FOMENTO Nº 032/2023 – CMDCA-FIA
PROJETO GUERREIROS DA PAZ - FINANCIAMENTO
VALOR RECEBIDO parcela 04 - R\$ 4.387,50
DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 081.2023 AREERB JULHO

Publicação Nº 5090317

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 081/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas das parcela 04 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 033/2023 PROJETO PESA formalizado entre o CMDCA/ FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E AREERB abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 5 – AGOSTO - DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA EVERTON RODRIGUES BASTOS - AREERB
CNPJ DA ENTIDADE: 14.024.733/000-70
TERMO DE FOMENTO Nº 033/2023 – CMDCA-FIA
PROJETO PESA
VALOR RECEBIDO parcela 04 - R\$ 2.562,50
DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CERTIFICADO 082.2023 AREERB JULHO

Publicação Nº 5090318

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 082/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO TOTAL das prestações de contas das parcela 4 decorrentes do TERMO DE FOMENTO Nº 034/2023 PROJETO PROERD E PROTETORES DO LAR formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E AREERB abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 05 – AGOSTO - DESTE CONTRATO.

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA EVERTON RODRIGUES BASTOS - AREERB
CNPJ DA ENTIDADE: 14.024.733/000-70
TERMO DE FOMENTO Nº 034/2023 – CMDCA-FIA
PROJETO PROERD E PROTETORES DO LAR
VALOR RECEBIDO PARCELA 04 - R\$ 4.062,50
DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 31/07/2023

Tijucas, 31/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CONVOCAÇÃO 004.2023

Publicação Nº 5090320

CONVOCAÇÃO Nº 004/2023

4ª REUNIÃO PRESENCIAL ORDINÁRIA 2023 CMDCA TIJUCAS

Dispõe sobre convocação para reunião PRESENCIAL do CMDCA 2023.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 1.064/93, respeitando todas as regras e orientações de proteção e prevenção ao COVID 19 estabelecidas pelas autoridades sanitárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar os membros conselheiros do CMDCA Tijucas para participação na reunião que será realizada na SEGUNDA-FEIRA, dia 05 DE JUNHO de 2023 das 09:00h às 10h, na Sala de Reuniões da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TIJUCAS, localizada entre a rua JOSÉ JOAQUIM SANTANA, Nº36, Bairro Universitário – Tijucas conforme estabelecido agenda pré-estabelecida abaixo:

25 DE JANEIRO	23 DE FEVEREIRO	29 DE MARÇO
26 DE ABRIL	05 DE JUNHO	21 DE JUNHO
19 DE JULHO	23 DE AGOSTO	27 DE SETEMBRO
25 DE OUTUBRO	29 DE NOVEMBRO	06 DE DEZEMBRO

Art. 2º - PAUTA:

1. LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA TERCEIRA ATA DE REUNIÃO DE 2023;
2. LEITURA E APRECIÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE RENAPSI;
3. AVALIAÇÃO DO VIDEO INSTITUCIONAL CMDCA TIJUCAS;
4. AGENDA PRÉVIA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL CT CONFORME CRONOGRAMA DO EDITAL;
5. APRESENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 013/2023 SOBRE INSCRITOS NO PROCESSO DE ESCOLHA DE CTs;
6. LEITURA DA RESPOSTA ENVIADA AO MP/GABINETE E PROCURADOR SOBRE OFICIO 0773/2023/02PJ/TIJ DE 12/04/2023 SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N 09.2023.00002694-3 DO MINISTERIO PÚBLICO QUANTO AS ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR PARA DECISÃO DE FORMULAÇÃO DE RESPOSTA E ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÃO N 0002/2023/02PJ/TIJ.
7. LEITURA DE OFÍCIOS EMITIDOS, RECEBIDOS E DEMAIS DOCUMENTOS EMITIDOS;
8. PALAVRA LIVRE.

Tijucas, 29/05/2023.

"USO DE MÁSCARA DE PROTEÇÃO E DISTANCIAMENTO OBRIGATÓRIOS"

BIANCA BIBIANI MACHADO
Presidente do CMDCA Tijucas
GESTÃO 2021/2023

CONVOCAÇÃO 005.2023

Publicação Nº 5090321

CONVOCAÇÃO Nº 005/2023

5ª REUNIÃO PRESENCIAL ORDINÁRIA 2023 CMDCA TIJUCAS

Dispõe sobre convocação para reunião PRESENCIAL do CMDCA 2023.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 1.064/93, respeitando todas as regras e orientações de proteção e prevenção ao COVID 19 estabelecidas pelas autoridades sanitárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar os membros conselheiros do CMDCA Tijucas para participação na reunião que será realizada na TERÇA-FEIRA, dia 29 DE AGOSTO de 2023 das 10:00h às 11h, na Sala de Reuniões da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS, localizada entre a rua JOSÉ JOAQUIM SANTANA, Nº36, Bairro Universitário – Tijucas conforme estabelecido agenda pré-estabelecida abaixo:

25 DE JANEIRO	23 DE FEVEREIRO	29 DE MARÇO
26 DE ABRIL	05 DE JUNHO	21 DE JUNHO
19 DE JULHO	29 DE AGOSTO	27 DE SETEMBRO
25 DE OUTUBRO	29 DE NOVEMBRO	06 DE DEZEMBRO

Art. 2º - PAUTA:

1. LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA QUARTA REUNIÃO DE 2023;
2. INFORMES SOBRE O EDITAL DE ELEIÇÃO DE CONSELHO TUTELAR DE TIJUCAS;
3. MINUTA DO EDITAIS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA PROJETOS/PROGRAMAS E OFICINAS PARA ATENDIMENTOS EM 2024;
4. LEITURA DE OFICIOS EMITIDOS, RECEBIDOS E DEMAIS DOCUMENTOS EMITIDOS;
5. PALAVRA LIVRE.

Tijucas, 24/08/2023.

“USO DE MÁSCARA DE PROTEÇÃO E DISTANCIAMENTO OBRIGATÓRIOS”

BIANCA BIBIANI MACHADO
Presidente do CMDCA Tijucas
GESTÃO 2021/2023

EXTRATO DA ATA DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/PMT/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/PMT/2023

Publicação Nº 5089488

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FF0E4D55315220CF173E7935BE2441009E64B75C

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/PMT/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/PMT/2023

ATA DE REVOGAÇÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às nove horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas/SC, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio, nomeadas pela Portaria Municipal nº 021/2023 de 09/01/2023, para cumprir os procedimentos relativos ao Processo Licitatório nº 151/PMT/2023 - Pregão Presencial nº 085/PMT/2023, tendo por objeto: Contratação de empresa para licenciamento ambiental em um terreno localizado no bairro Terra Nova para a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos do município de Tijucas/SC. Após recebimento do Ofício nº 152/2023 da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, solicitando a Revogação do Processo Licitatório, objetivando a readequação do Termo de Referência, objeto e valor. A Pregoeira e Equipe de Apoio, no poder geral e no poder decisório que lhe é conferido pela Lei 8.666/93 c/c Lei 10.520/02, salvo melhor juízo, DECIDE REVOGAR o processo. Nada mais havendo a tratar, a Pregoeira e Equipe de apoio encerra essa sessão. Ficando desde já franqueada vista dos autos. Publique-se para os fins e efeitos legais. Tijucas, SC, 24 de agosto de 2023.

EXTRATO RESULTADO/HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FMAS/2023 PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 004/FMAS/2023

Publicação Nº 5090144

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FMAS/2023
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 004/FMAS/2023

EXTRATO DA ATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA TERCEIRA COLOCADA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três às dez horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas/SC, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio, nomeadas pela Portaria Municipal nº 021/2023 de 09/01/2023, para cumprir os procedimentos relativos ao Processo Licitatório nº 004/FMAS/2023 - Pregão Presencial - Registro de Preço nº 004/FMAS/2023, tendo por objeto: Aquisição de Cestas Básicas para as Famílias Carentes, do Fundo Municipal de Assistência Social, Habitação e Direitos Humanos do Município de Tijucas - SC. Inicialmente, foi aberto o envelope de documentação da empresa terceira colocada: empresa PSM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, que estando em sintonia às regras editalícias e legais foi considerada habilitada. Conforme Termo de Referência:

9.1. A empresa vencedora deste processo deverão efetuar a entrega de amostras, conforme itens descritos abaixo, num prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data da realização dos lances, na Prefeitura de Tijucas, localizado na R. Cel. Buchelle, 1 - Centro, Tijucas - SC das 08 às 12 horas, acompanhadas de Relação de Amostra, com numero do Pregão, em duas vias. A empresa vencedora que não apresentar amostra está passíveis de punição de acordo com as penalidades descritas no Edital.

9.2. Para os itens: 3, 4, 8, 10, 11 e 14 o fornecedor deverá apresentar amostra do produto e entregar a seguinte documentação: ficha técnica com informações do produto, devidamente assinada pelo Responsável Técnico do fabricante com os dados do Responsável Técnico ao final da ficha. Laudos contemplando todas as análises relacionadas na especificação dos itens constantes do termo de referência (laudos microbiológicos, físico-químico, sensorial e microscópico), emitidos por laboratórios habilitados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e/ou credenciados ou reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e/ou certificados pela ISO 17025 INMETRO para análise de alimentos. Deverá ser apresentado documento que comprove a habilitação, o credenciamento ou reconhecimento do laboratório pelos órgãos acima citados. Os laudos deverão ser elaborados no produto final, não serão aceitos laudos laboratoriais de matéria-prima. Os laudos deverão ter data inferior a 4 (quatro) meses da data da entrega das amostras.

9.3. Para os itens 11 e 14, além de apresentar a amostra com todos os documentos acima mencionados, deverá apresentar Certificado de Inspeção Estadual e/ou Federal, autenticados.

9.4. Para os demais itens o fornecedor deverá apresentar amostra, não havendo necessidade de apresentar laudos.

9.5. Todos os produtos serão avaliados pelo setor responsável do Município. Os alimentos ficarão em poder do Setor de Alimentação para análise e degustação. Conforme a RESOLUÇÃO/FNDE/CD/Nº.38 de 16/07/2009 as amostras poderão ser submetidas à Teste de Aceitabilidade. Tais análises possuem caráter eliminatório. Nada mais havendo a tratar, a Pregoeira e Equipe de apoio encerra essa sessão. Ficando desde já franqueada vista dos autos. Publique-se para os fins e efeitos legais. Tijucas, SC, 24 de agosto de 2023.

**EXTRATO RESULTADO/HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/PMT/2023
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 072/PMT/2023**

Publicação Nº 5089490

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 379FF0FA29408A10510C831C9AA08092A7983A20

EXTRATO DO RESULTADO/HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO Nº 127/PMT/2023 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 072/PMT/2023

Objeto: Aquisição e Instalação de Central de Monitoramento por Câmeras para as Unidades Escolares, da Secretaria Municipal de Educação, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: ANJOCEL ELETRO ELETRONICOS LTDA, foi vencedora dos lotes: 01,02,03,04,05,06 e 07, no valor de R\$ 26.052,00 (Vinte e seis mil, cinquenta e dois reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

Elói Mariano Rocha –

Prefeito Municipal de Tijucas

**EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/FME/2023
CONCORRÊNCIA Nº 001/FME/2023**

Publicação Nº 5089803

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F5D6D01F31695E1C14E5EE190473B5F3A0BF1B49
EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/FME/2023 CONCORRÊNCIA Nº 001/FME/2023.
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS OBJETIVANDO REFORMA E MELHORIAS DO CAMPINHO DE FUTEBOL DA RUA ALVINA SIMAS REIS, LOCALIZADA NO BAIRRO: CENTRO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: SERRALHERIA E VIDRAÇARIA NAVARINI LTDA

VALOR: R\$. 41.790,84 (Quarenta e um mil, setecentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

TIJUCAS/SC, 24 DE AGOSTO DE 2023.

OFICIO 065.2023 CHANCELA ASMUT PROJETO CANTAR 19.120 JULHO A OUTUBRO

Publicação Nº 5090322

Ofício CMDCA 065/2023 Tijucas, 01/07/2023.

EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE TIJUCAS

SR. ELOI MARIANO ROCHA

C.C.:

EXMA. SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

SRA. BIANCA BIBIANI MACHADO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 1.064/93 e Lei Municipal nº 807/90, vem por meio deste AUTORIZAR O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS CHANCELA DO FIA (Fundo da Infância e Adolescência de Tijucas) referentes ao EDITAL CMDCA 003/2021 – Edital de chamamento público de financiamento FIA 2021 à Organização da sociedade Civil abaixo identificada:

OSC: ASSOCIAÇÃO MUSICAL UNIÃO TIJUQUENSE - ASMUT			
CNPJ: 76.875.608/0001-21		Rua: Av. Bayer Filho, 1335 – Centro - Tijucas	
Presidente: JOAURO SANTOS		CPF: 036.367.819-01	
PROJETO CANTAR – CARTA DE CHANCELA 002/2021			
MODALIDADE PRESENCIAL	PERÍODO Julho a outubro	Termo de Fomento Nº 039/23	Resolução CMDCA Nº 019/2021
DATA DE INÍCIO 11/07/2023		DATA DE TERMINO 10/10/2023	
Público Previsto 200 crianças		Valor total autorizado R\$ 19.120.00	

DADOS BANCÁRIOS:		
BANCO 001 Agência 2723-5 CC: 26.488-1		
CRONOGRAMA DE REPASSES		
Parcela	PREVISÃO	Valor do Repasse
11/07/2023	Parcela única	19.120,00
CRONOGRAMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		
Data	Prestação	Período de Referência
10/11/2023	final	Serviços e despesas realizadas entre 11/07 a 10/10

Sem mais para o momento, renovamos nossos sentimentos de gratidão e estima, e colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Bianca Bibiani Machado
Presidente do CMDCA Tijucas
Gestão 2021/2023

OFICIO 066.2023 VISITA AO CARTORIO ELEITORAL 10.07.2023

Publicação Nº 5090323

Ofício CIRCULAR CMDCA 066/2023 Tijucas10/07/2023.

EXMO. SR. JUIZ ELEITORAL DA 31ª ZONA ELEITORAL DE ESTADO DE SANTA CATARINA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão Especial para Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de TIJUCAS, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 1.064/93, Lei Municipal nº 2.562/2015 e Resolução CMDCATJ Nº 010/2023, vem por meio deste, encaminhar informações quanto ao PA – ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS nº 09.2023.00002694 encaminhar as Vossas Excelências INFORMAÇÕES ACERCA DO PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DIRETA – VOTO DIRETO – ELEIÇÃO UNIFICADA DE CONSELHEIRO TUTELAR DE TIJUCAS SC, que acontecerá no dia 01/10/2023. De acordo com os CRONOGRAMAS do TRES e do Edital CMDCA 001/2023 ELEIÇÃO, ESTABELE QUE COMPETE A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL SE COMUNICAR PESSOALMENTE COM OS AGENTES PÚBLICOS DO CARTÓRIO DA 31ª ZONA ELITORAL para até o dia 11/07/2023 dar início a formalização de informações e solicitações para a organização do trâmite ELEITORAL DO PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DIRETA – VOTO DIRETO – ELEIÇÃO UNIFICADA DE CONSELHEIRO TUTELAR DE TIJUCAS SC.

Deste modo, nesta data entregamos em mãos original deste ofício para ciência e autorização de coleta de informações, materiais e equipamentos colocando à disposição os seguintes contatos do CMDCA TIJUCAS e do prestador de serviços BUCHELE SOLUÇÕES CRIATIVAS - E-mail: CMDCA_Tijucas@outlook.com.br, buchele.solucoescriativas@gmail.com, WhatsApp (48) 98815-6295, telefone fixo (48) 3263-0150. Sem mais para o momento, renovamos nossos sentimentos de gratidão e estima, e colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

BIANCA BIBIANI MACHADO
Presidente da CEE e CMDCA Tijucas

OFICIO 067.2023 GUERREIROS DA PAZ CHANCELA 32.000 16 AGOSTO A15 OUTUBRO

Publicação Nº 5090325

Ofício CMDCA 067/2023 Tijucas, 16/08/2023

EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE TIJUCAS
SR. ELOI MARIANO ROCHA
C.C.:EXMA. SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
SRA. BIANCA BIBIANI MACHADO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 1.064/93 e Lei Municipal nº 807/90, vem por meio deste AUTORIZAR O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DO FIA (Fundo da Infância e Adolescência de Tijucas) referentes a resolução CMDCA TJ nº 019/2021 e ao EDITAL CMDCA 003/2021 – Edital de Chamamento Público de CHANCELA FIA à Organização da sociedade Civil abaixo identificada:

OSC: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA EVERTON RODRIGUES BASTOS			
CNPJ: 14.024.733/0001-70		Rua: CORONEL CONCEIÇÃO, 870 CENTRO TIJUCAS SC	
Presidente: ANDERSON CASTRO DE OLIVEIRA		CPF: 008.865.269-65	
PROJETO GUERREIROS DA PAZ - CHANCELA			
MODALIDADE PRESENCIAL	PERÍODO AGOSTO A OUTUBRO	Termo de Fomento Nº 040/2023	Resolução CMDCA Nº 019/2021
DATA DE INÍCIO 16/08/2023		DATA DE TERMINO 15/10/2023	
Público Previsto 500		Valor total autorizado R\$ 32.000.00	

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL Agência 2723-5 – CC - 34.976-3

ATENÇÃO – ESTA É A NOVA CONTA PARA DEPOSITOS DO PROGRAMA CHANCELA GUERREIROS DA PAZ

CRONOGRAMA DE REPASSES

PARCELA ÚNICA	15/08/2023	R\$ 32.000,00
---------------	------------	---------------

CRONOGRAMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data	Prestação	Período de Referência
15/11/2023	PARCELA	EXERCÍCIO – 16/08/2023 A 15/10/2023

Sem mais para o momento, renovamos nossos sentimentos de gratidão e estima, e colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

BIANCA BIBIANI MACHADO
Presidente do CMDCA Tijucas
Gestão 2021/2023

RECIBO 006 2023 UNETVALI 950,00 MARÇO ASMUT

Publicação N° 5090326

RECIBO FIA TIJUCAS N°006/2023
FIA TIJUCAS

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ N° 20.506.370/0001-02, registra recebimento transferência bancária em 28/03/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 950,00 (NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS), REFERENTE A INVESTIMENTO SOCIAL NO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS COMO INCENTIVO FISCAL DA PESSOA JURÍDICA UNETVALE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ 02.235.318/0001-87, SEDIADA A Rua Antonio Cherem, 35 - Sala 04 – CENTRO - TIJUCAS – SC – CEP 88200-000.
Sujeito a confirmação da transação bancária.

Tijucas, 30/03/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 007 2023 CRISPAL 1150,00 MARÇO FIA

Publicação N° 5090327

RECIBO FIA TIJUCAS N°007/2023
FIA TIJUCAS

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ N° 20.506.370/0001-02, registra recebimento transferência bancária em 30/03/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 1.150,00 (UM MIL, CENTO E CINQUENTA REAIS), REFERENTE A INVESTIMENTO SOCIAL NO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS COMO INCENTIVO FISCAL DA PESSOA JURÍDICA CRISPAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA – INSCRITO NO CNPJ 00.111.960/0001-29, para o FIA – FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS.
Sujeito a confirmação da transação bancária.

Tijucas, 30/03/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 008.2023 COMPRE FACIL 500,00

Publicação N° 5090328

RECIBO FIA TIJUCAS N°008/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, administrador do FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ N° 20.506.370/0001-02, registra recebimento no dia 29/03/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), referente a DOAÇÃO EQUIVALENTE AO IMPOSTO DE RENDA do 1º TRIMESTRAL de 2023 da empresa SUPERMERCADO COMPRE FÁCIL INSCRITO NO CNPJ N°

03.760.894/0001-06.

Segue aviso de lançamento bancário anexo.

Tijucas, 05/04/2023

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 009 2023 UNETVALI 950,00 ABRIL ASMUT

Publicação Nº 5090330

RECIBO FIA TIJUCAS Nº009/2023
FIA TIJUCAS

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, registra recebimento transferência bancária em 27/04/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 950,00 (NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS), REFERENTE A INVESTIMENTO SOCIAL NO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS COMO INCENTIVO FISCAL DA PESSOA JURÍDICA UNETVALE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ 02.235.318/0001-87, SEDIADA A Rua Antonio Cherem, 35 - Sala 04 – CENTRO - TIJUCAS – SC – CEP 88200-000.
Sujeito a confirmação da transação bancária.

Tijucas, 27/04/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 010 2023 UNETVALI 1.000 MAIO ASMUT

Publicação Nº 5090331

RECIBO FIA TIJUCAS Nº010/2023
FIA TIJUCAS

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, registra recebimento transferência bancária em 30/05/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 1.000,00 (HUM MIL REAIS), REFERENTE A INVESTIMENTO SOCIAL NO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS COMO INCENTIVO FISCAL DA PESSOA JURÍDICA UNETVALE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ 02.235.318/0001-87, SEDIADA A Rua Antonio Cherem, 35 - Sala 04 – CENTRO - TIJUCAS – SC – CEP 88200-000.
Sujeito a confirmação da transação bancária.

Tijucas, 30/05/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 011.2023 KOCH 20.000,00 GUERREIROS

Publicação Nº 5090332

RECIBO FIA TIJUCAS Nº011/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, administrador do FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, registra recebimento no dia 29/06/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), referente a DOAÇÃO EQUIVALENTE AO IMPOSTO DE RENDA do 2º TRIMESTRAL de 2023 da empresa KOCH HIPERMERCADO S.A. CNPJ 02.831.172/0001-32 PARA O PROJETO CHANCELA GUERREIROS DA PAZ.

Segue aviso de lançamento bancário anexo.

Tijucas, 29 de JUNHO de 2023.

BIANCA BIBIANI MACHADO
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 012.2023 KOCH 20.000,00

Publicação Nº 5090333

RECIBO FIA TIJUCAS Nº012/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, administrador do FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, registra recebimento no dia 29/06/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), referente a DOAÇÃO EQUIVALENTE AO IMPOSTO DE RENDA do 2º TRIMESTRAL de 2023 da empresa KOCH HIPERMERCADO S.A. CNPJ 02.831.172/0001-32 PARA O PROJETO CHANCELA CANTAR DA ASMUT.

Segue aviso de lançamento bancário anexo.

Tijucas, 29 de JUNHO de 2023.

BIANCA BIBIANI MACHADO
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 013.2023 KOCH 25.000,00

Publicação Nº 5092519

RECIBO FIA TIJUCAS Nº013/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, administrador do FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, registra recebimento no dia 29/06/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), referente a DOAÇÃO EQUIVALENTE AO IMPOSTO DE RENDA do 2º TRIMESTRAL de 2023 da empresa KOCH HIPERMERCADO S.A. CNPJ 02.831.172/0001-32 PARA O FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS.

Segue aviso de lançamento bancário anexo.

Tijucas, 29 de JUNHO de 2023.

BIANCA BIBIANI MACHADO
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 014. 2023 CRISPAL 250,00 JUNHO FIA

Publicação Nº 5092521

RECIBO FIA TIJUCAS Nº014/2023
FIA TIJUCAS

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, registra recebimento transferência bancária em 29/06/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS), REFERENTE A INVESTIMENTO SOCIAL NO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS COMO INCENTIVO FISCAL DA PESSOA JURÍDICA CRISPAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA – INSCRITO NO CNPJ 00.111.960/0001-29, para o FIA – FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS.
Sujeito a confirmação da transação bancária.

Tijucas, 30/06/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 015 2023 UNETVALI 1.000 JUNHO ASMUT

Publicação Nº 5092523

RECIBO FIA TIJUCAS Nº015/2023
FIA TIJUCAS

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, registra recebimento transferência bancária em 29/06/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 1.000,00 (HUM MIL REAIS), REFERENTE A INVESTIMENTO SOCIAL NO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS COMO INCENTIVO FISCAL DA PESSOA JURÍDICA UNETVALE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ 02.235.318/0001-87, SEDIADA A Rua Antonio Cherem, 35 - Sala 04 – CENTRO - TIJUCAS – SC – CEP 88200-000.
Sujeito a confirmação da transação bancária.

Tijucas, 29/06/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 016.2023 COMPRE FACIL 450,00

Publicação Nº 5092525

RECIBO FIA TIJUCAS Nº016/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, administrador do FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, registra recebimento no dia 28/06/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais), referente a DOAÇÃO EQUIVALENTE AO IMPOSTO DE RENDA do 2º TRIMESTRAL de 2023 da empresa SUPERMERCADO COMPRE FÁCIL INSCRITO NO CNPJ Nº 03.760.894/0001-06.

Segue aviso de lançamento bancário anexo.

Tijucas, 28/06/2023

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

RECIBO 017 2023 UNETVALI 700 JULHO

Publicação Nº 5092527

RECIBO FIA TIJUCAS Nº017/2023
FIA TIJUCAS

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, registra recebimento transferência bancária em 29/07/2023 na conta corrente 1600-4 da Agencia 2723-5 do Banco do Brasil, de recurso financeiro no valor de R\$ 700,00 (SETECENTOS REAIS), REFERENTE A INVESTIMENTO SOCIAL NO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS COMO INCENTIVO FISCAL DA PESSOA JURÍDICA UNETVALE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ 02.235.318/0001-87, SEDIADA A Rua Antonio Cherem, 35 - Sala 04 – CENTRO - TIJUCAS – SC – CEP 88200-000.
Sujeito a confirmação da transação bancária.

Tijucas, 29/07/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

RESOLUÇÃO 0014.2023 REGISTROS ATUALIZADO DEFERIDO RENAPSI

Publicação Nº 5092530

RESOLUÇÃO 014/2023 CMDCA TIJUCAS SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90

e Lei Municipal nº. 1.064/93, vem por meio deste, emitir Resolução de DEFERIMENTO DE PEDIDO DE CADASTRO DE ENTIDADE OSC E DEFERIMENTO DE PEDIDO DE CADASTRO DE PROJETO SOCIOEDUCACIONAL DA OSC.

RESOLVE:

Art. 1º - ATUALIZAR REGISTRO ORIGEM Nº 036/2019 da entidade REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO – CNPJ 37.381.902/0009-82, conforme solicitação de ATUALIZAÇÃO CADASTRAL PASSANDO A SER IDENTIFICADO COMO REGISTRO ATUALIZAÇÃO Nº 007/2023 requerido pela ENTIDADE, contando em anexo com todos os documentos necessários exigidos pela Resolução CMDCA 009/2022.

Validade de 02/06/2023 a 02/06/2025.

Tijucas, 02/06/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente do CMDCA Tijucas
Gestão 2023

RESOLUÇÃO 0016.2023 PUNIÇÃO SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA

Publicação Nº 5092533

RESOLUÇÃO CMDCA TIJUCAS nº 016/2023 Tijucas, 23/06/2023

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão Especial para Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de TIJUCAS, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 1.064/93, Lei Municipal nº 2.562/2015 e Resolução CMDCATJ Nº 010/2023, vem por meio deste, EMITIR RESOLUÇÃO DE NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA DE PROPAGANDA ELEITORAL FORA DO PERÍODO PERMITIDO DA SRA. CARLA BIANCA PACHECO CONCORRENTE POSTULANTE A REELEIÇÃO AO CARGO DE CONAELHEIRO TUTELAR, resolve:

Art. 01º – NOTIFICAR A CANDIDATA SRA. CARLA BIANCA PACHECO, DO RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS ANÔNIMAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO E VEICULAÇÃO VOLUNTÁRIAS DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA FEITO POR MATERIAIS GRÁFICOS ELEITORAIS – CARTÃO DE VISITAS - IMPRESSOS COM INFORMAÇÕES DE SEU ATUAL NÚMERO DE URNA, LOCAIS DE VOTAÇÃO, SOLICITAÇÃO DE VOTO, SUA FOTO E SEU NOME COMPLETO INFORMAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS SC, CONFORME EDITAL Nº001/2023 ELEIÇÃO RECENTEMENTE DIVULGADAS POR ESTA COMISSÃO. SEGUNDO AS DENÚNCIAS, ESTES MATERIAIS ESTÃO SENDO VEICULADOS PELA PRÓPRIA CANDIDATA E POR SEUS FAMILIARES PRÓXIMOS EM REDES SOCIAIS E APLICATIVOS DE COMUNICAÇÃO VIRTUAL, CONFORME PODE SER OBSERVADO ABAIXO EM IMAGENS (DIGITAL E FÍSICA). Esta ocorrência ferem o artigo “5. DA PROPAGANDA ELEITORAL 5.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos no período que compreende a 00h00min do dia 05 de julho de 2023 até as 00h00min do dia 30 de setembro de 2023, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes. Qualquer denúncia deverá ser encaminhada por meio eletrônico para os e-mails: CMDCA_Tijucas@outlook.com.br e Tijucas02PJ@mpsc.mp.br.”

Art. 02º – INFORMAR QUE A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, APÓS ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E PROVAS MATERIAIS RECEBIDAS PELAS DENÚNCIAS CONTRA A CADIDATA SRA CARLA BIANCA PACHECO, FOI CONSTATADO ATO QUE INFRINGE AS REGRAS DO CERTAME PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS SC, CONFORME EDITAL Nº001/2023 ELEIÇÃO, SENDO PASSÍVEL DE PUNIÇÃO, CONFORME SEU ARTIGO 5.13. Compete à COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

Art. 03 º - PUNIR POR CONDUTA IRREGULAR COM ADVERTÊNCIA DE POR ESCRITO A CANDIDATA SRA. CARLA BIANCA PACHECO, SOBRE A OCORRÊNCIA DE PROPAGANDA ANTECIPADA IRREGULAR VOLUNTÁRIO QUE CAUSA PREJUÍZO AO COLETIVO DE CANDIDATOS DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS SC, CONFORME EDITAL Nº001/2023 ELEIÇÃO. ORIENTANDO A CANDIDATA ADVERTIDA QUE UTILIZE O EDITAL Nº001/2023 ELEIÇÃO OBSERVANDO ATENTAMENTE OS ARTIGOS DO PROCEDIMENTO INSCRITOS ABAIXO “5. DA PROPAGANDA ELEITORAL 5.13. Compete à COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura. 5.16. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral. 5.17. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedada aos mesmos, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes. “

Art. 04º - DETERMINAR A RETIRADA, SUSPENSÃO E RECOLHIMENTO IMEDIATO DA PROPAGANDA ANTECIPADA E DE SEUS MATERIAL GRÁFICOS VIRTUAIS E IMPRESSO UTILIZADOS DE FORMA IRREGULAR VOLUNTÁRIAMENTE. OS MATERIAIS VIRTUAIS ENCAMINHADOS DEVERÃO SER EXCLUÍDOS PARA TODOS E OS MATERIAIS IMPRESSOS RECOLHIDOS DEVERÃO SER ENTREGUES NO PRAZO MÁXIMO DE 24 HORAS A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DE TODO O MATERIAL RECOLHIDO. Importante salientar que a identificação comprovada da persistência deste ato irregular poderá compreendida como reincidência e incorrer em cassação da candidatura da postulante conforme ARTIGO 5.13. Compete à COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

Art. 05º - COMUNICAR A TODOS OS CANDIDATOS INSCRITOS E DEFERIDOS, QUE POR CONTA DESTES EPISÓDIO, OS NÚMEROS DE URNA SERÃO ALTERADOS PARA GARANTIR A LEGITIMIDADE DO PROCESSO ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS SC, CONFORME EDITAL Nº001/2023 ELEIÇÃO, TENDO SUA DIVULGAÇÃO/PUBLICAÇÃO NO DIA 03 DE JULHO DE 2023 JUNTO COM LISTA OFICIAL FINAL DE CANDIDATOS APTOS, CONFORME CRONOGRAMA DO EDITAL.

Sem mais no momento renovamos nossos sentimentos de gratidão e estima, e colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

PRESIDENTE CMDCA

RESOLUÇÃO 020.2023 DETERMINAÇÕES TRE, ALTERAÇÃO DE NUMEROS DE CANDIDATOS, NOMES DE URNA E FOTOS DIGITAIS

Publicação Nº 5092535

RESOLUÇÃO CMDCA TIJUCAS nº 020/2023 Tijucas, 05/07/2023 – 19h02min

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão Especial para Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de TIJUCAS, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 1.064/93, Lei Municipal nº 2.562/2015 e Resolução CMDCATJ Nº 010/2023, vem por meio deste, EMITIR RESOLUÇÃO DE ALTERAÇÃO E NOVAS ORIENTAÇÕES EM CONFORMIDADE COM AS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA - TRE SC PARA FORMALIZAÇÃO DOS REGISTROS DE CANDIDATURAS, QUE ESTABELECE:

“O sistema de cadastramento de candidatos para voto em urnas eletrônicas estará disponível no período de 19/07 a 01/08/2023. No sistema, a comissão cadastrará os candidatos informando:

- O número do candidato com 3 dígitos (faixa de números de 101 a 799)
- O nome do candidato
- O nome que o candidato quer que apareça na urna
- A data de nascimento
- A foto (arquivo da foto com as dimensões 161x225 pixels, equivale a tamanho 5x7) colorida ou preto e branco.”

RESOLVE:

Art. 01 - DIVULGAR A ALTERAÇÃO OBRIGATÓRIA DE NÚMEROS DE URNAS DOS CANDIDATOS MONNICK SANTOS DE LIMA E RAFAELA COELHO PARA SE ENQUADRAREM NA FAIXA ESTABELECIDADA PELO TRE SC, PASSANDO NESTE MOMENTO A UTILIZAREM OS SEGUINTE NÚMEROS DE URNA:

NÚMERO DE URNA	NOME DO CANDIDATO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
708	MONNICK SANTOS DE LIMA	48.339.549-3 SSP SP
709	RAFAELA COELHO	3.938.730 SSP SC

Art. 02 – SOLICITAR A TODOS OS CANDIDATOS QUE ESCOLHAM O NOME QUE O CANDIDATO QUER QUE APAREÇA NA URNA, atentando para as vedações conforme orientações estabelecidas anteriormente, e encaminhem o nome escolhido AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME DE URNA PARA FINS DE REGISTRO DE CANDIDATURA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS á CEE, assinada e escaneada até o dia 10/07/2023 para o endereço eletrônico CMDCA_Tijucas@outlook.com.

Art. 3º SOLICITAR A TODOS OS CANDIDATOS QUE PROVIDENCIEM ARQUIVO ELETRÔNICO DE FOTOGRAFIA DE CANDIDATO – ESTILO PASSAPORTE – PARA FOTO DE URNA ELETRÔNICA com as seguintes especificações arquivo da foto com as dimensões 161x225 pixels que é equivale a tamanho 5x7 colorida ou preto/branco. Esta fotografia digital deverá ser enviada em anexo a declaração de AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM PARA FINS DE DIVULGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS á CEE, assinada e escaneada até o dia 10/07/2023 para o endereço eletrônico CMDCA_Tijucas@outlook.com.

Sem mais no momento renovamos nossos sentimentos de gratidão e estima, e colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

BIANCA BIBIANI MACHADO
PRESIDENTE CMDCA

CERTIFICADO 083.2023 UNIVALI AGOSTO

Publicação Nº 5090319

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**CERTIDÃO DE QUITAÇÃO Nº 083/2023**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA TIJUCAS SC, AUTORIZADOR DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – FIA INSCRITO NO CNPJ Nº 20.506.370/0001-02, certifica a APROVAÇÃO PARCIAL das prestações de contas da parcela 2 decorrente do **TERMO DE FOMENTO Nº 038/2023 PROJETO PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO formalizado entre o CMDCA/FIA, PREFEITURA MUNICIPAL E UNIVALI abaixo qualificada e torna público a habilitação e autorização de pagamento ao procedimento de pagamento da PARCELA Nº 03 – AGOSTO - DESTE CONTRATO CONFORME OFÍCIO CMDCA Nº 056/2023.**

ENTIDADE: **UNIVALI**CNPJ DA ENTIDADE: **84.307.974/0001-06**

TERMO DE FOMENTO Nº 038/2023 – CMDCA-FIA

PROJETO PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO

VALOR RECEBIDO PARCELA 02 - R\$ 5.633,33

DATA DA APROVAÇÃO MENSAL: 10/08/2023

Tijucas, 10/08/2023.

Bianca Bibiani Machado
Presidente
CMDCA Tijucas

CMDCA Tijucas

Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário

Telefone: (48) 3263-0150

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE TIJUCAS/SC

Publicação Nº 5089936

C.M.I CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE TIJUCAS

CNPJ 26.708.668/0001-81
Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro: Universitário
Telefone: (48) 3263-0150
Tijucas – SC

**CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE TIJUCAS/SC**

Venho por meio deste, comunicar e convidar os conselheiros(as) de acordo com suas nomeações e representações, para a Reunião do Conselho Municipal do Idoso, que realizar-se á:

Data – 28/08/2023 (Segunda-feira)

Horário – 10:30hs

Local – Rua: Monsenhor Augusto Zucco, 653 - Universitário

Obs: *Na impossibilidade de comparecer, solicitamos que na condição de titular vossa senhoria comunique, seu suplente.*

Pauta:

- Assuntos do CMI
- Organização da Conferência da Pessoa idosa 2023
- Pautas adicionais do conselho.

Sua presença é muito importante!
Atenciosamente

Maria Edésia da Silva Vargas

Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Tijucas - SC
CPF: 456.282.899-49

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

PORTARIA 18-2023

Publicação Nº 5089956

PORTARIA SAMAE Nº. 18 DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

ESTABELECE HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Diretor do SAMAE de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto Municipal nº 106 de 14 de Agosto de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica estabelecido que a partir 01/09/2023, o atendimento ao público se dará em turno único no escritório do Samae de Timbé do Sul começará a atender nos seguintes horários de segunda a sexta feira das 7:00h as 13:00.

Para o atendimento externo o plantão continuará no fone 48-991270334, dúvidas e atendimento pelo whatsapp comercial do Samae 48-991185651, faturas podem ser retiradas no aplicativo cidadão Saneamento, ou no site do samae: www.samaetimbedosul.sc.gov.br.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul-SC, 24 de Agosto de 2023.

Fabiano Pelizzari Waterkemper
Diretor do SAMAE

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33.2023 PMT - JANUARIO MINERACAO LTDA

Publicação Nº 5091209

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa JANUARIO MINERACAO LTDA, CNPJ nº 08.632.151/0001-74 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 01/09/2023.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 24 de agosto de 2023.
PATRICIA CONZATTI ARNDT
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 169.2023 FMDE - CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA

Publicação Nº 5090755

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2023 FMDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023 FMDE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA, CNPJ nº 05.725.151/0001-20, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações.
DATA: até 01/09/2023.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 24 de agosto de 2023.
PATRICIA CONZATTI ARNDT
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 99.2022 PMT - SENAC

Publicação Nº 5090773

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 99/2022
DISPENSA Nº 41/2022 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, CNPJ nº. 03.603.739/0001-86, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 01/09/2023.
HORÁRIO: 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 24 de agosto de 2023.
AINÁ VITAL
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 78.2021 PMT - SERV MED

Publicação Nº 5090778

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 78/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 15/2021 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa SERV MED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, CNPJ nº. 79.511.812/0001-51, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 01/09/2023.
HORÁRIO: 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 24 de agosto de 2023.
AINÁ VITAL
Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 169.2023 FMDE - CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA

Publicação Nº 5090787

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2023 FMDE.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023 FMDE.
CONTRATANTE: Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Educação – FMDE.
CONTRATADA: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA, CNPJ nº 05.725.151/0001-20.
OBJETO: Fornecimento e instalação de sistema de piso modular esportivo indoor para quadra de vôlei na Escola Municipal Pe. Martinho Stein, pertencente a rede municipal de ensino, conforme condições constantes do Anexo I -Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2023 FMDE, demais anexos e o presente instrumento.
VALOR TOTAL: R\$ 63.840,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 24/08/2023 a 23/08/2024.
DATA DA ASSINATURA: 24/08/2023.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO N.º 166.2023 PMT - PAVIPLAN

Publicação Nº 5090869

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 166/2023 PMT.
INEXIGIBILIDADE Nº 35/2023 PMT.
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 03.620.927/0001-12.
OBJETO: Execução de pavimentação asfáltica de 2.754,76 m² (dois mil, setecentos e setenta e quatro metros quadrados e setenta e seis decímetros quadrados) da Tifa Isberner, de acordo com a Lei Municipal n.º 1940/1997, Credenciamento nº 05/2017 e Processo de Inexigibilidade nº 35/2023, diretamente à comunidade pelo regime de mutirão.
VALOR: R\$ 30.784,56 (trinta mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2023.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/08/2024.

ADILSON MESCH
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 115.2023 FCT - CYMA

Publicação Nº 5090854

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 115/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023 FCT

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó.

AUTORIZADO: CYMA INSTRUMENTOS MUSICAIS E RELOJOARIA LTDA, CNPJ nº 82.130.618/0001-30

OBJETO: Acréscimo no objeto constante da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo n.º 115/2023, fica, por intermédio deste Primeiro Termo Aditivo, acrescido no montante de R\$ 1.030,00 (um mil e trinta reais), correspondente ao acréscimo de 110 metros de (fio 0,30 para sinal de áudio datalink) e 35 metros de (fio PP 2x1 para energia datalink).

DATA DA ASSINATURA: 23/08/2023.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

TERMO HOMOLOGAÇÃO PE SRP 33.2023 PMT - JANUARIO MINERACAO LTDA

Publicação Nº 5090783

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33/2023**

Tendo em vista a decisão proferida pela Equipe de Pregão, designada através da Portaria nº 1268/2023 e suas alterações,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Pregão Eletrônico SRP nº 33/2023 PMT, o participante:

Vencedor (Valores expressos em R\$)					
331422 - JANUARIO MINERACAO LTDA					
Item	Qtd.	Und.	Preço Unit.	Preço Total	Produto
1	31.800	METRO CÚBICO	17,50	556.500,00	FORNECIMENTO DE MACADAME CARREGADO NOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, MATERIAL COM ISC > 40 E EXPANSÃO < 1%.
2	1.000	METRO CÚBICO	38,50	38.500,00	FORNECIMENTO E ENTREGA DE MACADAME COM USO DE CAMINHÃO BASCULANTE. A EMPRESA FORNECEDORA DEVERÁ ENTREGAR O MACADAME NA CIDADE DE TIMBÓ CONFORME INDICAÇÃO DE LOCAL E DEMANDA SOLICITADA PELO SAMAE. MÍNIMO DE 6M³ POR CARGA. MATERIAL COM ISC 40 E EXPANSÃO 1%
Total: JANUARIO MINERACAO LTDA - R\$ 595.000,00					

Timbó/SC, 24 de agosto de 2023.

ADILSON MESCH
Secretário de Obras,
Serviços Urbanos e Agrícola

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do
Serviço Autônomo Municipal de
Águas e Esgoto

Três Barras

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 21/2023 - EDITAL 008/2022

Publicação Nº 5090077

CONVOCAÇÃO 21/2023

Através do presente instrumento particular, o Município de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais e amparado nos arts. 13 e seguintes da Lei Complementar nº 138/2009, considerando a Lei Complementar 167/2012

CONVOCA EM CARATER DE URGENCIA, as pessoas abaixo relacionadas e citadas para, no prazo de até cinco dias, manifestarem o interesse e tomarem posse no Cargo abaixo especificado, ante a aprovação de PROCESSO SELETIVO EDITAL 008/2022

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

DIOZEFER STRACK

GABRIEL LEVI VIEIRA

Os convocados deverão comparecer, no prazo legal, no Setor de RH do Município de Três Barras, localizado no Paço Municipal, para as providencias legais.

Três Barras, 23 de Agosto de 2023

LUZIELE BUDANT

Secretario Adjunto

CONVOCAÇÃO Nº 22/2023 - EDITAL 004/2023

Publicação Nº 5090113

CONVOCAÇÃO 22/2023

Através do presente instrumento particular, o Município de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais e amparado nos arts. 13 e seguintes da Lei Complementar nº 138/2009, considerando a Lei Complementar 167/2012

CONVOCA EM CARATER DE URGENCIA, as pessoas abaixo relacionadas e citadas para, no prazo de até cinco dias, manifestarem o interesse e tomarem posse no Cargo abaixo especificado, ante a aprovação de PROCESSO SELETIVO EDITAL 004/2023.

CONDUTOR

JOSE SAULO DOS SANTOS

ENFERMEIRO

INDINA LUANA FERNANDES

FISIOTERAPEUTA

FABIOLA CARLIM VOIGT

Os convocados deverão comparecer, no prazo legal, no Setor de RH do Município de Três Barras, localizado no Paço Municipal, para as providencias legais.

Três Barras, 23 de Agosto de 2023

LUZIELE BUDANT

Secretario Adjunto

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2023 – FMS

Publicação Nº 5091329

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2023 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Procedimento Licitatório nº 101/2023

Modalidade "Pregão Eletrônico nº 101/2023"

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 11.491.075/0001-39, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por sua Prefeitura Municipal em Exercício, a Sra. ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Três Barras – SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratada: LILIAN BEDENDO PIRES DA LUZ 0□0, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 4□-15, com endereço na Rua Alvino Volkmann, nº 122, bairro Alto da Tijuca, cidade de Canoinhas – SC, por sua representante legal, Sra. LILIAN BEDENDO PIRES DA LUZ, inscrita no CPF sob o nº 0□-60, com inscrição CRF/SC 9114, doravante denominada CONTRATADA.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 14.133/2021, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº. 101/2023, modalidade de "PREGÃO ELETRÔNICO".

Objeto: O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL FARMACÊUTICO, para prestação de serviços junto a farmácia básica da Unidade de Saúde Dr. Mario Mussi, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Vigência: O presente Instrumento Contratual terá sua vigência por um período de 06 (seis) meses, com início em 1º de agosto de 2023 e com término previsto para 31 de janeiro de 2024.

Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 19.133,28 (dezenove mil, cento e trinta e três reais e vinte e oito centavos), em serviços realizados pela CONTRATADA, responsabilizando-se em atender as exigências do CONTRATANTE.

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Três Barras – SC, 03 de agosto de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2023 – FMS

Publicação Nº 5091379

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2023 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Procedimento Licitatório nº 63/2022

Modalidade "Pregão Eletrônico nº 63/2022"

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 11.491.075/0001-39, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por sua Prefeita Municipal em Exercício, a Sra. ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Três Barras – SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratada: IMEX MEDICAL COMERCIO E LOCACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 1□-60, com endereço profissional na Rua das Embaubas, Fazenda Santo Antônio, na cidade de São José – SC, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. EDISON BIANCHI, brasileiro, portador do CPF nº 6□-00, doravante denominada CONTRATADA

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, artigo 23 inciso I, alínea "b" e artigos 54 a 80, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº. 63/2022, modalidade de "PREGÃO ELETRÔNICO".

Objeto: O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE ARCO CIRÚRGICO MÓVEL DESTINADO ÀS CIRURGIAS ORTOPÉDICAS, UROLÓGICAS, VASCULARES, NEUROLÓGICAS (COLUNA) E CIRURGIAS EM GERAL, para CESSÃO DE USO À FUNDAÇÃO HOSPITALAR FÉLIX DA COSTA GOMES - TRÊS BARRAS-SC.

Vigência: O presente Instrumento Contratual terá sua vigência iniciada em 11 de agosto de 2023 e com término previsto para 20 de outubro de 2023.

Valor: O valor total do item será de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Três Barras – SC, 11 de agosto de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2023 – PMTB

Publicação Nº 5091290

EXTRATO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE RATEIO

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS Nº 73/2023

Consortiado: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por sua Prefeita Municipal em Exercício, a Sra. ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Três Barras – SC, doravante denominado CONSORCIADO.

Consórcio: CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA – CODEPLAN, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 2□-91, com sede na Rua Prof. Maria do Espírito Santo - 400 - CEP 89.300-174, Mafra, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito de Monte Castelo, Sr. Jean Carlo Medeiros de Souza, ao final assinado, doravante denominado CONSÓRCIO

Base Legal: Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal n. 6.017/07, da Lei Municipal nº 3661/2023.

Objeto: O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO.

Vigência: O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2023.

Valor: O CONSORCIADO entregará ao CONSÓRCIO durante o exercício de 2023 o valor total de R\$ R\$ 58.538,72 (cinquenta e oito mil quinhentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos).

Previsão Orçamentária: O CONTRATANTE repassará o CONSÓRCIO nos termos das Cláusulas Segunda e Terceira, para aplicação conforme descrito no item acima, sob a rubrica orçamentária nº 1.7.3.8.02.1.1.06.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Três Barras – SC, 02 de agosto de 2023.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 92/2023 - PMTB

Publicação Nº 5091447

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 62/2022

Termo Aditivo nº 92/2023

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob

nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por sua Prefeita Municipal em Exercício, a Sra. ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Três Barras – SC, doravante denominado CONTRATANTE. Contratada: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Calçada Canopo, nº 11, 2º andar, Sala 03, Bairro Alphaville, CEP: 06.541-078, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 0□-30, neste ato representada pela sua Procuradora, Sra. RENATA NUNES FERREIRA, doravante denominada CONTRATADA, para a prestação dos serviços, constantes do Objeto seguir, e o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 1-32 e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Elói Rönna, doravante denominado INTERVENIENTE

Base Legal: art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Fica alterada a vigência do contrato em epígrafe, presente na Cláusula Oitava, passando a vigorar até 02.08.2024

Vigência: de 03 de agosto de 2023 a 02 de agosto de 2024

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Três Barras – SC, 26 de julho de 2023

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 93/2023 - FMS

Publicação Nº 5091512

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 13/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Procedimento Licitatório nº 48/2022

Modalidade: "Pregão Presencial nº 11/2022"

Termo Aditivo nº 93/2023

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 11.491.075/0001-39, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC por sua Prefeita Municipal em Exercício, a Sra. ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Três Barras – SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratada: JOSIANE MACIEL PINHEIRO DA CRUZ, portadora do RG nº 4.□1 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 0□-26, inscrita no Conselho Nacional dos Técnicos em Radiologia, sob o nº 0□7N, doravante denominada CONTRATADA.

Base Legal: A assinatura do presente termo está amparada pelo artigo 57 da Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, alterada pela Lei nº 8.883/1994.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta, item 4.1 do Contrato Principal nº. 13/2022, prorrogando o prazo de execução iniciando dia 15 de agosto de 2023 com término previsto para 14 de agosto de 2024.

Vigência: de 15 de agosto de 2023 com término previsto para 14 de agosto de 2024.

Valor: O valor global da prestação de serviços será de R\$ 34.125,96 (trinta e quatro mil e cento e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Três Barras – SC, 26 julho de 2023.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 94/2023 - PMTB

Publicação Nº 5091632

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA

Processo Licitatório nº 60/2022

Modalidade: "Pregão Eletrônico nº 60/2022"

Termo Aditivo nº 94/2023

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRES BARRAS – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por sua Prefeita Municipal em Exercício, a Sra. ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Três Barras – SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratada: AIRTON JOSÉ DUARTE JUNIOR - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 2□-83, com endereço à Rua Dr. Oswaldo de Oliveira, nº 211, Bairro km 02, cidade de Três Barras - SC, por seu representante legal, o Sr. AIRTON JOSÉ DUARTE JUNIOR, portador do RG nº 2. □6 e CPF nº 8□-15, doravante denominado CONTRATADA.

Base Legal: A assinatura do presente termo está amparada pelo inciso §1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, alterada pela Lei nº 8.883/1994.

Objeto: Altera-se a Cláusula Terceira do Contrato Principal nº 68/2022 aditivando/incluindo quantitativos de horas a serem trabalhadas, conforme segue:

- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
 - 1.408 HORAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 - 400 HORAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL PINTOR;
 - 700 HORAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL PEDREIRO;
- INTENDÊNCIA DISTRITAL
 - 528 HORAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL PINTOR;
 - 108 HORAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL CARPINTEIRO;

- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA
- 110 HORAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL CARPINTEIRO;
- 198 HORAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL PEDREIRO;
- 209 HORAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL ENCANADOR;

Valor: O Valor do presente termo será de R\$ 43.712,02 (quarenta e três mil, setecentos e doze reais e dois centavos).

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
Três Barras – SC, 26 de julho de 2023.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 95/2023 - PMTB

Publicação Nº 5091642

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 40/2023

DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo Licitatório nº 15/2023

Modalidade: "Tomada de Preço nº 02/2023"

Termo Aditivo nº 95/2023

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRES BARRAS – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por sua Prefeita Municipal em Exercício, a Sra. ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Três Barras – SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratada: CONSTRUTORA IC LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 8□-86, estabelecida na Rua Boleslau Polanski, nº 1170, Bairro João Paulo II, no Município de Três Barras – SC, neste ato representada por seu representante legal o Sr. ISRAEL NUNES CAVALHEIRO, portador da carteira de identidade civil RG nº 2□5, doravante denominado CONTRATADA.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra amparo legal na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, §1º do artigo 65 e artigos 54 a 80, bem como as condições dispostas no Procedimento Licitatório nº 15/2023, Edital "Tomada de Preço nº 02/2023". Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 40/2023, aditivando prazo de 15 (quinze) dias para a conclusão da obra, a contar do dia 26 de julho de 2023.

Vigência: A vigência do presente aditivo terá início em 27 de julho de 2023 com término previsto para 11 de agosto de 2023.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
Três Barras – SC, 26 de julho de 2023.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 96/2023 - PMTB

Publicação Nº 5091736

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 39/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA

Termo Aditivo nº 96/2023

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRES BARRAS – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por sua Prefeita Municipal em Exercício, a Sra. ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Três Barras – SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratada: a Empresa STUDIO CARLOS ALBERTO COSTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 0□-94, tendo como nome fantasia COSTA E SCHROEDER ARQUITETURA E DESIGN, com sede na Rua Coronel Albuquerque, nº 945, Bairro Centro, na cidade de Canoinhas - SC, neste ato representada por seu sócio administrador e responsável técnico Sr. EDERSON JEAN SCHROEDER, brasileiro, arquiteto, registrado no CAU BR A-□-0 e portador do CPF nº 0□-19, doravante denominada CONTRATADA.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso I da Lei nº 8.666/1993, alterada pelo Decreto nº 9.412/2018, operando este pelo regime de "Dispensa de Licitações".

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 39/2023, aditivando prazo de 142 (cento e quarenta e dois) dias para a entrega do objeto contratado, a contar do dia 1º de agosto de 2023.

Vigência: A vigência do presente aditivo terá início em 1º de agosto 2023 com término previsto para 10 de janeiro de 2024.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
Três Barras – SC, 1º de agosto de 2023.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 97/2023 - FMS

Publicação Nº 5091761

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2023 DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Procedimento Licitatório nº 22/2023

Modalidade "Pregão Eletrônico nº 22/2023"

Termo Aditivo nº 97/2023

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 11.491.075/0001-39, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 616, em Três Barras – SC, por sua Prefeita

Municipal em Exercício, a Sra. ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Três Barras – SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratada: ANDRÉ LUIZ VIEIRA CAMARGO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 0□-43, residente e domiciliado na Rua Frei Menandro Kamps, nº 910, Bairro Centro, na cidade de Canoinhas – SC, doravante denominado CONTRATADO.

Base Legal: A assinatura do presente termo está amparada legalmente no art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Altera-se a Razão Social da CONTRATADA, em virtude da solicitação encaminhada pelo CONTRATADO para que fosse efetuada a alteração da razão social no Contrato Principal para constar como sendo sua pessoa jurídica, alterando de ANDRÉ LUIZ VIEIRA CAMARGO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 0□-43, residente e domiciliado na Rua Frei Menandro Kamps, nº 910, Bairro Centro, na cidade de Canoinhas – SC, para a empresa ANDRÉ LUIZ VIEIRA CAMARGO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNJP sob nº 3□-20, com endereço profissional na Rua Caetano Costa, nº 665, sala 10, bairro Centro, Canoinhas – SC, conforme Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e Certidões Negativas de Débitos, anexos deste Termo Aditivo.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Três Barras – SC, 01 de agosto de 2023.

PORTARIA Nº 1.338 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089188

PORTARIA Nº. 1.338 DE 14 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em Exercício de Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº. 1.309 de, 28/07/2023, que concedeu a Servidora KATIA REGINA FINTA ZIPPERER - matrícula nº. 618.578-1 – cargo de Professor – quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte – 90 (noventa) dias de licença prêmio, a contar do dia: 1º/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE

Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº 1.339 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089191

PORTARIA Nº. 1.339 DE 14 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora MAIARA CZOUPYNSKI- matrícula nº. 671.100-8 - das funções que exercia no cargo de Ouvidor Geral - do quadro de pessoal comissionado - desta Prefeitura Municipal – Gabinete do Prefeito a contar do dia: 28/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE

Prefeita Municipal – em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº 1.340 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089193

PORTARIA Nº. 1.340 DE 14 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora MICHELE ADRIANA HENRIQUE- matrícula nº. 114.987-2 - das funções que exercia no cargo de Assessor - do quadro de pessoal comissionado - desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças a contar do dia: 14/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal – em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.341 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089195

PORTARIA Nº. 1.341 DE 14 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor GEDIELSON MARQUES - matrícula nº. 759.112-1 - das funções que exercia no cargo de Assessor - do quadro de pessoal comissionado - desta Prefeitura Municipal – Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo a contar do dia: 14/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal – em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.342 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089197

PORTARIA Nº. 1.342 DE 14 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora GISELI KONIG - matrícula nº. 671.770-2 - das funções que exercia no cargo de Diretor de CMEI - do quadro de pessoal comissionado - desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 11/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal – em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.343 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089204

PORTARIA Nº. 1.343 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Servidora MAIARA CZOUPYNSKI - matrícula nº. 671.100-9 - para exercer o cargo de Ouvidor Geral - do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Gabinete do Prefeito - a contar do dia: 29/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.344 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089208

PORTARIA Nº. 1.344 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor GEDIELSON MARQUES- matrícula nº. 759112-2 - para exercer o cargo de Diretor - do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte - a contar do dia: 15/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.345 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089210

PORTARIA Nº. 1.345 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Servidora LETÍCIA MAIARA VALIM- matrícula nº. 661.961-7 - para exercer o cargo de Secretário Adjunto - do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças - a contar do dia: 22/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.346 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089212

PORTARIA Nº. 1.346 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor MATEUS WNGRZYNOWSKI DE CASTRO- matrícula nº. 166.073-5 - para exercer o cargo de Diretor - do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Intendência Distrital - a contar do dia: 17/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.347 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089214

PORTARIA Nº. 1.347 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Servidora ALINE TEREZINHA HUDZINSKI- matrícula nº. 611.794-8 - para exercer o cargo de Agente de Endemias - do quadro de pessoal celetista - EP - desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Saúde - a contar do dia: 15/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.348 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089215

PORTARIA Nº. 1.348 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

AUTORIZAR, o retorno antecipado da licença sem vencimentos da servidora JULIETE KOTARSKI - matrícula nº. 106.798-6 – cargo de Professor – do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte (Portaria da concessão da licença nº. 166/2022), a contar do dia: 01/08/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.349 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089218

PORTARIA Nº. 1.349 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora IGNES POSSEBON SCHERER - matrícula nº. 83.186-9, ocupante do cargo de Assistente Pedagógico, do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte 60 (sessenta) dias de licença prêmio, referente período de aquisição: 15/01/2014 à 14/01/2019 de acordo com o previsto no art. 73, inciso VIII § 3º da Lei Complementar nº. 138/2009, a contar do dia: 01/08/2023 à 29/09/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.350 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089220

PORTARIA Nº. 1.350 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora BENVINDA DAS GRAÇAS PACHECO KRZYCYK - matrícula nº. 9.369-1, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte 60 (sessenta) dias de licença prêmio, referente período de aquisição: 01/01/2020 à 31/12/2024 de acordo com o previsto no art. 73, inciso VIII § 3º da Lei Complementar nº. 138/2009, a contar do dia: 01/08/2023 à 29/09/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.351 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089273

PORTARIA Nº. 1.351 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora ELIANE KOASKI - matrícula nº. 98.434-3, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte 60 (sessenta) dias de licença prêmio, referente período de aquisição: 01/01/2015 à 31/12/2019 de acordo com o previsto no art. 73, inciso VIII § 3º da Lei Complementar nº. 138/2009, a contar do dia: 01/08/2023 à 29/09/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.352 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089283

PORTARIA Nº. 1.352 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora JUCEMARA DE ABREU - matrícula nº. 132.756-2, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais , do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte 60 (sessenta) dias de licença prêmio, referente período de aquisição: 01/01/2015 à 31/12/2019 de acordo com o previsto no art. 73, inciso VIII § 3º da Lei Complementar nº. 138/2009, a contar do dia: 01/08/2023 à 29/09/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.353 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089287

PORTARIA Nº. 1.353 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor EVALDO CÍCERO MAÇANEIRO - matrícula nº. 53.953-1, ocupante do cargo de Condutor de Veículos e Máquinas , do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Viação e Obras 60 (sessenta) dias de licença prêmio, referente período de aquisição: 08/03/2015 à 07/03/2020 de acordo com o previsto no art. 73, inciso VIII § 3º da Lei Complementar nº. 138/2009, a contar do dia: 03/08/2023 à 01/10/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.354 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089289

PORTARIA Nº. 1.354 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora EVA APARECIDA BRONOSKI DA SILVA MAÇANEIRO - matrícula nº. 115.533-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais , do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte - 60 (sessenta)

dias de licença prêmio, referente período de aquisição: 01/07/2008 à 30/06/2013 de acordo com o previsto no art. 73, inciso VIII § 3º da Lei Complementar nº. 138/2009, a contar do dia: 03/08/2023 à 01/10/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.355 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089290

PORTARIA Nº. 1.355 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora ANGÉLIA KUKA RAMTHUM - matrícula nº. 8.010-5, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte - 90 (noventa) dias de licença prêmio, referente período de aquisição: 01/02/2015 à 31/01/2020, de acordo com o previsto no art. 75 da Lei Complementar nº. 140/2009, a contar do dia: 01/08/2023 à 29/10/2023.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.356 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089292

PORTARIA Nº. 1.356 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR, a carga horária da Servidora MARLI LOTHER – matrícula nº. 132.810-6, cargo Professor, do quadro de pessoal celetista/ACT – desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte – “ampliação” de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar do dia 01/08/2023 à 22/12/2023, em virtude do afastamento da Professora titular Maria Rosa Marques – para tratamento de saúde.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.357 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089293

PORTARIA Nº. 1.357 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR, a carga horária da Servidora NÍSSIA CECÍLIA NUNES– matrícula nº. 79.162-14, cargo Professor , do quadro de pessoal celetista/ACT – desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte – “ampliação” de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar do dia 01/08/2023 à 22/12/2023, em virtude do afastamento da Professora titular Maria Rosa Marques – para tratamento de saúde.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.358 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089295

PORTARIA Nº. 1.358 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR, a carga horária da Servidora KELIN ROSIANE CORNELSEN IMIANOVSKI– matrícula nº. 105.074-15, cargo Professor , do quadro de pessoal celetista/ACT – desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte – “ampliação” de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar do dia 01/08/2023 à 30/08/2023, em virtude do afastamento da Professora titular Irene Olinek Ferreira – para tratamento de saúde.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 1.359 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089297

PORTARIA Nº. 1.359 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR, a carga horária da Servidora CLÁUDIA DENISE MACIEL DE LIMA– matrícula nº. 726.001-3, cargo Professor , do quadro de pessoal celetista/ACT – desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte – “ampliação” de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar do dia 01/08/2023 à 30/08/2023, em virtude do afastamento da Professora titular Irene Olinek Ferreira – para tratamento de saúde.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE
Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº 1.360 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5089298

PORTARIA Nº. 1.360 DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita em exercício do Município de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR, a carga horária da Servidora KARINE LEITE – matrícula nº. 760.218-1, cargo Monitor, do quadro de pessoal celetista/ACT – desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte – “ampliação” de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar do dia 01/08/2023 à 22/12/2023, em virtude do acompanhamento de novo aluno da Educação Especial.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE

Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 122/2023

Publicação Nº 5090508

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 122/2023 - Edital Pregão Eletrônico nº. 122/2023.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC, CNPJ nº.83.102.400/0001-35, sito à Avenida Santa Catarina, 616, Centro, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e Decreto Municipal nº. 5.143/2023, e subsidiariamente a Instrução Normativa SEGES nº. 73, de 30 de setembro de 2022, fará realizar no dia 13/09/2023, às 09h00min, ATO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO, para “PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM RETROESCAVADEIRA”.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até às 08h00min do dia 13/09/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, “Acesso Identificado”. Informações (47) 3623.0121. Cópia do edital no site <http://tresbarras.sc.gov.br>, ícone “LICITAÇÕES ABERTAS” e ainda no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Três Barras – SC 24 de agosto de 2023.

ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA QUEGE – PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO

Código de Registro no TC: F78AB81DC673C2786DEA5B23A6B1782C19EEDDDF

Treviso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 347/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090067

PORTARIA Nº 347/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DESIGNA A SERVIDORA SCHEILA REGINA MARQUES COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 09/2023, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA COLIX SOLUÇÕES PARA RESÍDUOS LTDA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 09 de agosto de 2023 a servidora Scheila Regina Marques, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2092-1, como fiscal do Contrato nº 09/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso por meio do Fundo Municipal de Saúde e a Empresa Colix Soluções para Resíduos Ltda, cujo objeto é a contratação de Empresa para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte e destinação final dos Resíduos do Serviço de Saúde, gerados no Município de Treviso/SC em conformidade com as normas sanitárias.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2023.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 24 de agosto de 2023.

Valerio Moretti

Prefeito Municipal

Registrada e cadastrada em 24 de agosto de 2023.

PORTARIA Nº 348/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090072

PORTARIA Nº 348/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DESIGNA O SERVIDOR GIOVANI PIACENTINI COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 39/2023, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA KAMILLA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 24 de julho de 2023 o servidor Giovanni Piacentini, Engenheiro Civil, matrícula nº 205-1, como fiscal do Contrato nº 39/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa Kamilla Construções e Projetos Ltda, cujo objeto é a contratação de Empresa especializada para obras de construção de uma quadra poliesportiva na praça social, para prática de esportes, a ser implantada na Rua José Piacentini, Centro, Treviso/SC.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de julho de 2023.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 24 de agosto de 2023.

Valerio Moretti

Prefeito Municipal

Registrada e cadastrada em 24 de agosto de 2023.

PORTARIA Nº 349/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090073

PORTARIA Nº 349/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DESIGNA AS SERVIDORAS JADNA CRISTINA MACHADO POSSATO, JULIANA SALVADOR E MORGANA PEREIRA ROSSO COMO FISCAIS DO CONTRATO Nº 40/2023, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA TRIANGULO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 09 de agosto de 2023 as servidoras Jadna Cristina Machado Possato, Diretora de CEI, matrícula nº 3286-14, Juliana Salvador, Professora, matrícula nº 1005-11 e Morgana Pereira Rosso, Diretora de CEI, matrícula nº 3378-6 como fiscais do Contrato

nº 40/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa Triângulo Administração e Serviços Ltda, cujo objeto é a contratação de Empresa fornecedora de mão de obra especializada na prestação de serviços contínuos de merendeiras escolares para atender as necessidades das Escolas do Município de Treviso/SC, com atribuições e condições de execução dos serviços descritos no presente termo de referência.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2023.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 24 de agosto de 2023.

Valerio Moretti

Prefeito Municipal

Registrada e cadastrada em 24 de agosto de 2023.

PORTARIA Nº 350/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5090075

PORTARIA Nº 350/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

DESIGNA OS SERVIDORES FERNANDA MESSAGGI, SIMONE EVANGELISTA CESCONETTO, LEANDRO BORGES LOCATELLI E BEATRIZ TASCA BONOMI COMO FISCAIS DO CONTRATO Nº 41/2023, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA TRIANGULO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 09 de agosto de 2023 as servidoras Fernanda Messaggi, Assessora Específica, matrícula nº 3373-4, Simone Evangelista Cesconetto, Assessora Especial, matrícula nº 3621-11, Leandro Borges Locatelli, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 3560-2 e Beatriz Tasca Bonomi, Assessora Especial, matrícula nº 3629-4 como fiscais do Contrato nº 41/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa Triângulo Administração e Serviços Ltda, cujo objeto é a contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, com até 20 serventes, nos prédios públicos do Município de Treviso.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2023.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 24 de agosto de 2023.

Valerio Moretti

Prefeito Municipal

Registrada e cadastrada em 24 de agosto de 2023.

PRIMEIRO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 40/2023

Publicação Nº 5090598

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C07E7544D14E322EA824864B3A764DCBA57B854E

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

Primeiro Termo de Rerratificação ao Contrato nº 40/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Treviso

Contratada: Triângulo Administração e Serviços Ltda.

VALOR: R\$ 0,00

VIGÊNCIA: 28 de agosto de 2023 à 09 de agosto de 2024.

Cláusula Primeira - DA RERRATIFICAÇÃO DA CLAÚSULA NONA, ITEM 9.3: "Passará a constar a seguinte alteração: onde se lê:- Os técnicos responsáveis para acompanhar e fiscalizar o contrato serão: Simone Evangelista Cesconetto (Obras), Jucenara Bernardino da Rosa (Educação) e Amanda Bett Bonomi (Saúde), leia-se: ITEM 9.3 - Os(as) técnicos (as) responsáveis para acompanhar e fiscalizar o contrato serão Jadna Cristina Machado Possato, Morgana Pereira Rosso e Juliana Salvador". Cláusula Segunda -DAS DEMAIS CLAÚSULAS - As demais cláusulas e condições da ATA DE REGISTRO DE PREÇO permanecem inalteradas. Valerio Moretti, Prefeito Municipal. Treviso, 24 de agosto de 2023.

Treze de Maio

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023 RETIFICAÇÃO Nº 01/2023

Publicação Nº 5091232

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023
RETIFICAÇÃO Nº 01/2023

O MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a RETIFICAÇÃO Nº 01/2023 referente ao EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023:

I- Retifica-se no quadro do item 2.1 do edital a disponibilidade de vagas do cargo de Motorista que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo/Função	Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação Mínima	Salário R\$	Tipos de Prova	Valor da Taxa de Inscrição R\$
Motorista	6 + CR	40h	Alfabetizado, experiência na área de atuação e Carteira Nacional de Habilitação de categoria mínima "AD".	3016,10	Objetiva e Prática	70,00

II- Exclui-se o item 5.4 do edital.

III- Retifica-se o item 6.14 do edital que passa a vigorar com a seguinte redação:

6.14. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

IV- Retifica-se o Conteúdo Programático Específico dos cargos de Professor Nível II (Pedagogia) e de Professor de Língua Estrangeira – Inglês Nível II que passam a vigorar com a seguinte redação:

PROFESSOR NÍVEL II (PEDAGOGIA)

Educação em Direitos Humanos na Educação Básica. Função social da educação infantil: o cuidar e o educar. Arte e Ludicidade na Educação Infantil e Anos Iniciais. Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita. Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos. DIDÁTICA GERAL. Métodos e Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Wallon, entre outros pensadores - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático). Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade. Pró-letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem e Matemática (MEC 2008). Resolução CNE/CEB 07/2010 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos. Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização. A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- Resolução CNE/CEB nº 04 e 05/2009. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação, apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem. BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Concepções de desenvolvimento e de aprendizagem numa perspectiva sociointeracionista. Papel do aluno e do professor no processo de ensino e de aprendizagem. A organização do trabalho pedagógico. Planejamento de Ensino: estrutura, organização, desenvolvimento, instrumentos de acompanhamento. O uso de tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e de aprendizagem. Interdisciplinaridade e transversalidade. Mídias, comunicação e tecnologias na educação. Educação Ambiental no âmbito da Escola Básica. Avaliação da aprendizagem no contexto das Políticas Educacionais de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Noções de Informática: Linux, Windows, Word, Excel, PowerPoint, LibreOffice e similares, Navegadores de Internet, Conceitos Gerais de Hardware, Software e Internet, Correio Eletrônico e Segurança da Internet.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS NÍVEL II

A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointeracional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia; Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous; the past perfect; the future; the near future; the future continuous. Modals and auxiliary verbs. Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phrases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity. Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação, apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem. BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Concepções de desenvolvimento e de aprendizagem numa perspectiva sociointeracionista. Papel do aluno e do professor no processo de ensino e de aprendizagem. A organização do trabalho pedagógico. Planejamento de Ensino: estrutura, organização, desenvolvimento, instrumentos de acompanhamento. O uso de tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e de aprendizagem. Interdisciplinaridade e transversalidade. Mídias, comunicação e tecnologias na educação. Educação Ambiental no âmbito da Escola Básica. Avaliação da aprendizagem no contexto das Políticas Educacionais de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Noções de Informática: Linux, Windows, Word, Excel, PowerPoint, LibreOffice e similares, Navegadores de Internet, Conceitos Gerais de Hardware, Software e Internet, Correio Eletrônico e Segurança da Internet.

V- Os demais itens do edital seguem inalterados.

Treze de Maio (SC), 24 de agosto de 2023.

Jailso Bardini
Prefeito Municipal

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 101/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2023

Publicação Nº 5090961

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 101/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 30/2023

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 101/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2023

O Prefeito, Rudi Ohlweiler, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações e Parecer Jurídico, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- Processo nº 101/2023
- Licitação nº 30/2023 – DL
- Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO
- Data da Homologação: 25/08/2023
- Contratação de empresa para produção de documentário com no mínimo 15 (quinze) minutos sobre o Ministro Andréas Thaler, fundador do Município de Treze Tílias.
- Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação)

MARCOS SPIES FOTOGRAFIAS E FILMAGENS	1 Item	Valor total do item R\$ 17.250,00
--------------------------------------	--------	--------------------------------------

Treze Tílias/SC, dias 25 de agosto de 2023.

Rudi Ohlweiler
Prefeito

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 99/2023 DL 29/2023

Publicação Nº 5090820

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 99/2023
DL N. 29/2023
FUNDAMENTAÇÃO LEI 8.666/93

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 99/2023 DL 29/2023

O Prefeito, Rudi Ohlweiler, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve.

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- Processo nº 99/2023
- Licitação nº 29/2023 – DL
- Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
- Data da Homologação: 25/08/2023
- Contratação de empresa especializada para fornecimento de material para implantação do projeto espaço maker para atendimento na unidade escolar da Rede Municipal de Ensino.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação)

2418436 – DUAL SYSTEM PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	1 Item	Valor total dos itens R\$ 16.193,15
--	--------	-------------------------------------

Treze Tílias, dias 25 de agosto de 2023

Rudi Ohlweiler
Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

439/23

Publicação Nº 5089294

PORTARIA 439/23 DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso nº 001/2022, datado de 31 de janeiro de 2022 e,

CONSIDERANDO o Decreto 038/22 de 19 de abril de 2022 que homologa a classificação final do Concurso Público 001/2022.

CONSIDERANDO a vacância do cargo, face o pedido de exoneração da servidora MARIZA VOIGT e o superior interesse e indispensável funcionamento do serviço público no ano letivo no atendimento educacional do município.

RESOLVE:

Art. 1º: NOMEAR através de concurso público a Sra. JAQUELINE STEINHAEUSER GUTZ para exercer o Cargo de Auxiliar de Sala, do grupo operacional II – Atividades Técnicas de Nível Médio – ATM, Nível 17, do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 30:00 horas semanais, a partir da data de 23 de agosto de 2023.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de agosto de 2023.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios. (DOM/SC).

EDITAL Nº 008/2023

Publicação Nº 5092329

EDITAL Nº 008/2023

PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE AUXILIARES DE SALA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O ANO LETIVO DE 2023.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, por meio, da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, TORNA PÚBLICO que se encontram abertas as inscrições para o processo seletivo, com finalidade de preenchimento de vagas de auxiliar de sala com Ensino Médio completo, como cadastro reserva, com observância das instruções abaixo.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O processo seletivo destina-se ao preenchimento de vagas de auxiliar de sala com Ensino Nível Médio completo.

1.2. O valor será correspondente a R\$ 1.543,79 + 11,5% auxílio alimentação, havendo mudança no valor o mesmo vai ser corrigido conforme ato ou publicação oficial.

1.3. A jornada de trabalho será de até 06h00min (seis horas) diárias, totalizando 30h00min (trinta horas) semanais.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. Para preencher sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico, www.trombudocentral.sc.gov.br em concursos públicos, selecionar Processo Seletivo Auxiliar de Sala nº 008/2023, e no Mural Oficial do Município (Lei 1832 de 29 de abril de 2014);

b) Baixar e ler atentamente o Edital completo, bem como as regras constantes neste Edital;

c) Preencher o Requerimento de inscrição na Secretaria de Educação e Esporte (Anexo III), ficando o mesmo responsável pelas informações contidas, juntamente com o Diploma de conclusão do Ensino Médio e comprovante de matrícula e frequência em curso de graduação em Pedagogia ou diploma de Magistério. (Exigida neste edital).

2.2. As inscrições serão recebidas e efetivadas por meio de assinatura de técnico responsável no período de 28.08.2023 a 01.09.2023 das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, na Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, sito a Rua Itajaí nº377, Bairro Vila Nova, Trombudo Central, Santa Catarina.

3. DO PROCESSO SELETIVO

- 2.1 O Processo Seletivo classificará os candidatos, levando em consideração os pontos obtidos na prova objetiva, que será realizada no dia 05.09.2023 no período noturno as 18 horas com duração da prova de 02 (duas) horas; A mesma será realizada nas dependências do Centro de Educação Básica Alberto Balduino Barchfeld (dentro do EEB Hermann Blumenau), situado a Rua Blumenau, Bairro Vila Nova.
- 2.2 A prova será composta por 10 (dez) questões sendo 03 (três) questões de língua portuguesa, 02 (duas) questões de matemática e 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais/atualidades. (Anexo I);
- 2.4. As questões da prova objetiva serão do tipo múltipla escolha e cada questão conterà 04 (quatro) alternativas, sendo somente 01 (uma) correta;
- 2.5. Serão classificados todos candidatos de forma decrescente conforme classificação;
- 2.6. A divulgação do gabarito será no dia 06.09.2023, período vespertino, no site da Prefeitura do Município de Trombudo Central, Santa Catarina;
- 2.7. O caderno das questões estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos (Anexo IV);
- 2.8. Conforme a abertura de novas vagas, serão convocados auxiliares de sala seguindo a classificação final;
- 2.9. O horário da prova terá início às 18h e término as 20h.

4. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

- 4.1. A publicação dos resultados e do prazo para recurso do Processo Seletivo de Auxiliar de sala nº 008/2023, será conforme cronograma descrito no (Anexo II) deste Edital.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

- 5.1. Os candidatos inscritos serão classificados por ordem decrescente de pontos obtidos;
- 5.2. Proceder-se-á ao desempate usando o seguinte critério de preferência:

- a) Maior idade.
- b) Números de dependentes (filhos)

6. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA VAGA

- 5.1 A convocação obedecerá a classificação final obtida pelos candidatos no presente Processo Seletivo e a necessidade do Poder Executivo do Município de Trombudo Central;
- 5.2 A convocação para preenchimento da vaga será feita preferencialmente por e-mail, podendo ser realizado por contato telefônico.
- 5.3 O candidato convocado, deverá apresentar-se à Prefeitura de Trombudo Central no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da convocação, para celebração do Termo de Compromisso;
- 5.4 A não apresentação na data, horário e local estabelecido, será considerado como desistência da vaga estabelecida, onde na mesma assinarão 02 (duas) testemunhas presentes no momento e, o candidato passará para o final da listagem.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1 O ato da inscrição implicará no conhecimento das instruções e legislação pertinente, bem como na aceitação tácita das condições deste Processo Seletivo;
- 7.2. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos poderá ser verificada a qualquer tempo, acarretando a nulidade da inscrição e/ou contrato, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil ou criminal cabíveis;
- 7.3. O auxiliar de sala que não desempenhar suas funções, poderá ter seu Contrato encerrado;
- 7.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer litígios decorrentes do processo de seleção.

Trombudo Central, 24 de agosto de 2023.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

MARCIA GISELE SALVADOR
Secretária da Educação e do Esporte

ANEXO I
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
PROCESSO SELETIVO Nº 008/2023

PORTUGUÊS

Compreensão e interpretação de textos; gênero textual; ortografia oficial; acentuação gráfica; emprego da estrutura; formação e classe de palavras; emprego do sinal indicativo de crase; sintaxe da oração e do período; pontuação; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; significação literal e contextual de vocábulos; análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo; redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

MATEMÁTICA

Números naturais, inteiros, racionais e reais; adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; divisibilidade: mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum; números fracionários e números decimais, dízimas periódicas; média aritmética simples e ponderada; equações de 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; equações e inequações de 1º e 2º graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas; razão e proporção; regra de três simples e composta; porcentagem, juros; probabilidade; equações do 2º grau; medidas de tempo, comprimento, massa, área e capacidade; conversão de unidades; Geometria: sólidos, polígonos, círculos, perímetro e área de figuras planas; volumes; triângulos, relações no triângulo retângulo; geometria plana e espacial; juros simples e compostos; noções de estatística: gráficos e tabelas, média.

CONHECIMENTOS GERAIS /ATUALIDADES**ANEXO II****CRONOGRAMA
PROCESSO SELETIVO PARA
AUXILIAR DE SALA Nº 008/2023**

Data	Ato
Inscrições	28/08/2023 a 01/09/2023
Prova	05/09/2023 Noturno
Publicação do gabarito	06/09/2023 vespertino
Publicação do resultado	08/09/2023 (Vespertino)
Período de recurso	11/09/2023
Publicação do resultado final e homologação	12/09/2023

ANEXO III**FICHA DE INSCRIÇÃO
PROCESSO SELETIVO PARA
AUXILIAR DE SALA Nº 008/2023**

Nº DA INSCRIÇÃO: (Preenchido por técnico da Secretaria Municipal de Educação).

NOME DO CANDIDATO:

E-MAIL

DATA DE NASCIMENTO: NOME DO PAI: NOME DA MÃE: NATURALIDADE: UF: SEXO: () MASCULINO () FEMININO

ENDEREÇO RESIDENCIAL: BAIRRO: Nº MUNICÍPIO: UF: TELEFONE: CPF:

RG:

DEFICIENTE: () SIM () NÃO

TIPO:

Reconheço que as informações desta inscrição são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade. Autorizo o Município de Trombudo Central a utilizar as mesmas para todas as formas de contato necessárias ao cumprimento das etapas relativas ao programa de estágio: Convocações, pagamentos, relatórios e divulgação.

A Cópia da ficha de inscrição

Trombudo Central, de de 2023.

CANDIDATO

RECEBEDOR /RESPONSÁVEL

ANEXO IV**MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECURSO PROCESSO SELETIVO PARA
AUXILIAR DE SALA Nº 008/2023**

A Sra. Secretária Municipal da Educação e do Esporte

Nome:

Nº da Inscrição:

*Endereço de e-mail para qual será encaminhada resposta deste recurso

Motivo do recurso:

() Inscrição Indeferida () Classificação
() Questões e quesitos () Classificação

Fundamentação e argumentação lógica:

Trombudo Central, de de 2023.

CANDIDATO

Tubarão

PREFEITURA

LEI Nº 5931/2023 DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS VALORES PAGOS EM PUBLICIDADE PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO

Publicação Nº 5090449

LEI Nº 5931/2023

Dispõe sobre a divulgação dos valores pagos em publicidade pela Prefeitura Municipal de Tubarão.

O Presidente da Câmara Municipal de Tubarão, faz saber que os Vereadores aprovaram e ele promulga a seguinte LEI:

Art. 1º O valor da produção e veiculação pago em publicidade ou propaganda pela Prefeitura Municipal de Tubarão deverá constar no anúncio ou campanha veiculada nos meios de comunicação.

§1º Na imprensa escrita deverá constar os seguintes termos: "A Prefeitura Municipal de Tubarão pagou os seguintes valores na produção e na veiculação deste anúncio, ou campanha, ou edital".

§2º Na internet deverá constar os seguintes termos: "A Prefeitura Municipal de Tubarão pagou os seguintes valores na produção deste anúncio ou campanha".

§3º Nos meios de divulgação próprios da Prefeitura deverá constar os seguintes termos: "A Prefeitura Municipal de Tubarão pagou os seguintes valores na produção deste anúncio ou campanha".

§4º Nas emissoras de televisão deverá constar de forma legível com os seguintes termos: "A Prefeitura Municipal de Tubarão pagou os seguintes valores na produção deste anúncio ou campanha".

§5º Nas emissoras de rádio deverá ser informado logo após à veiculação do anúncio ou campanha o valor de produção e veiculação.

Art. 2º A inobservância desta Lei importa em multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ao meio de comunicação que veiculou o anúncio.

Parágrafo Único. Em caso de reincidência, a multa será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tubarão, em 22 de agosto de 2023.

Gelson José Bento
Presidente

Registro e publico na mesma data.

Thiago Figueiredo Zaboti
1º Secretário

LEI Nº 5932/2023 DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DA REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Publicação Nº 5090437

LEI Nº 5932/2023

Dispõe sobre a possibilidade da realização de convênios entre a administração pública e as instituições religiosas.

O Presidente da Câmara Municipal de Tubarão, faz saber que os Vereadores aprovaram e ele promulga a seguinte LEI:

Art. 1º A Prefeitura de Tubarão, observadas a conveniência e a oportunidade administrativas, adotará as providências necessárias para a realização de convênios com as instituições religiosas, visando à execução de atividades, tais como:

I - lazer;

II - cultura;

III - esporte;

IV - qualificação profissional; e

V - programas de Governo.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, especialmente quanto aos critérios para a:

I- utilização dos recursos;

II- especificação das despesas a serem custeadas; e

III - forma da prestação de contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tubarão, em 21 de agosto de 2023.

Gelson José Bento

Presidente

Registro e publico na mesma data.

Thiago Figueiredo Zaboti

1º Secretário

TERMO DE SUSPENSÃO PE 01/2023/FME

Publicação Nº 5091872

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 89076AF8BDA09ADB3F5581AF0722EB6239CE9949

MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE SUSPENSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

Em razão do pedido de esclarecimento através do portal compras públicas, sobre o edital de Pregão Eletrônico nº 01/2023/FME, cuja data de abertura estava prevista para dia 25/08/2023 às 14 horas, decide-se SUSPENDER a referida sessão, a fim de que haja tempo hábil para análise e manifestação técnica. Publique-se.

TCE/SC – Ocorrência 89076AF8BDA09ADB3F5581AF0722EB6239CE9949 (DOM)

Tubarão (SC), 24 de agosto de 2023.

Anete Volpato Dacorégio

Diretora-Presidente

2º APOSTILAMENTO CTR 27-2020 RANG

Publicação N° 5092423

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO**Página: 1 /
Data: 24/08/2023**EXTRATO DE APOSTILAMENTO CONTRATUAL - REAJUSTE DE PREÇO PREVISTO NO CONTRATO****Termo de Contrato n°: 27/2020**

Sequência: 2

Processo n°: 66/2020 – Pregão presencial n°: 4/2020

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO – 13660767000199

Contratada: RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA – 19286537000198

Objeto: Fica alterado o valor mensal para manutenção do Sistema para **R\$ 1.016,45** (um mil dezesseis reais e quarenta e cinco centavos), decorrente da aplicação do percentual de 3,99% IPCA, aplicado sobre o último valor contratual, a partir de 09/09/2023.

Valor Apostilamento para 12 meses: R\$ 468,00

Vigência: 08/09/2024

Data da Assinatura: 24/08/2023

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PE 09-2023 -FMS

Publicação Nº 5092424



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO

Página: 1 / 2

Data: 24/08/2023

Extrato das Atas de Registro de Preços

PROCESSO Nº 33/2023

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2023

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição parcelada de medicamentos, fitoterápicos, fraldas, suplementos alimentares, vitaminas, lubrificante ocular, lancetas e produtos de venda livre em geral para atendimento de ações judiciais em desfavor do município de Tubarão.

DATA DE ASSINATURA: 24/08/2023

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 23/08/2024

FORNECEDORES:

RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	71/2023	8, 20, 45, 62	3.840,81
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	72/2023	17, 18, 26, 46, 53, 59, 71, 72, 73	116.000,40
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - São José	73/2023	13, 40, 74	87.747,88
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	74/2023	11, 12, 19, 30, 31, 33, 41	15.528,06
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
INFRASEG SOLUCOES EM PREVENCAO LTDA	75/2023	29	11.016,00
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.	76/2023	54, 69	12.020,40
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.	77/2023	48, 52	1.183,28
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A	78/2023	23, 35	252.432,72
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	79/2023	51	7.711,20
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRICAO, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	80/2023	7, 55, 60	6.139,96
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLOGICOS LTDA.	81/2023	47, 63, 64	5.524,20
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI	82/2023	4, 5, 21	9.700,02
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	83/2023	42, 56	2.431,78

Página: 2 / 2

Data: 24/08/2023

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO



Extrato das Atas de Registro de Preços

PROCESSO Nº 33/2023

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2023

ÓRGÃO: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição parcelada de medicamentos, fitoterápicos, fraldas, suplementos alimentares, vitaminas, lubrificante ocular, lancetas e produtos de venda livre em geral para atendimento de ações judiciais em desfavor do município de Tubarão.

DATA DE ASSINATURA: 24/08/2023

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 23/08/2024

FORNECEDORES:

RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	84/2023	22, 44, 49	5.248,80
RAZÃO SOCIAL	Nº ATA	Nº DOS ITENS	VALOR TOTAL ATA R\$
VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	85/2023	39, 67	3.327,00

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE RP N°39-2023 - POSTO PRESIDENTE

Publicação N° 5092425



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL - Aditivo de Apostilamento(reequilíbrio econômico)**Termo de Ata de Registro de Preços nº: 39/2023**

Sequência: 3

Processo nº: 56/2023 - Pregão presencial nº: 6/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO – 82928656000133

Contratada: PRESIDENTE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA – 30287111000191

Objeto: Estabelece-se o reequilíbrio econômico-financeiro sobre a referida Ata de registro de Preços, especificamente sobre os itens 02 e 03, conforme valores abaixo a serem praticados:

Item	Especificação	Valor
02	Diesel Comum	4,69
03	Diesel S10	4,75

O presente aditamento surtirá seus efeitos jurídicos e legais, a partir de **25 de agosto de 2023**.

Data da Assinatura: 24/08/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO CTR 27-2020 RANG

Publicação Nº 5092426

Página: 1 /
Data: 24/08/2023

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO



EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL – Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)

Termo de Contrato nº: 27/2020

Sequência: 3

Processo nº: 66/2020 – Pregão presencial nº: 4/2020

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO – 13660767000199

Contratada: RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA – 19286537000198

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação, manutenção mensal e suporte (presencial e remoto) de Sistema para a Assistência Farmacêutica em seus três componentes (Farmácia Básica, Judicial e Especializada) que permita controle de estoques (entrada e saída) de medicamentos, dispensação direta aos usuários do município de Tubarão e processamento dos dados via webservice para o Ministério da Saúde.

Valor Aditivo: 11.729,40

Vigência: 08/09/2023

Data da Assinatura: 24/08/2023

Nova Data Vigência: 08/09/2024

Tunápolis

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº.: 106/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 55/2023

Publicação Nº 5090992

Ata de julgamento das propostas e documentos do PROCESSO DE COMPRA Nº.: 106/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 55/2023

Se reuniram no dia 24 de agosto de 2023 as 8h30 minutos da sala do setor de compras e licitações para a abertura dos envelopes do processo de licitação cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS E MATERIAIS INERENTES QUE SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, onde participou somente a empresa AUTO MECÂNICA BERLIN LTDA-EPP, sem representante presente na abertura dos envelopes. Os envelopes foram deixados na recepção desta prefeitura.

Dando seguimento após a abertura do envelope nº 01 contendo a proposta de preços, foi examinada a compatibilidade dos objetos, prazos e condições de fornecimento, onde se constatou que a proponente apresentou a proposta dos preços de acordo com as exigências do Edital nº 106/2023 e Pregão Presencial nº 55/2023, e demais declarações exigidas, sendo declarada classificada. Na fase dos lances não houve significativa redução dos preços, a empresa apresentou proposta e nesta houve alguma redução de valor, como não havia representante legal presente para que houvesse negociação a pregoeira aceitou o preço ofertado pela empresa supramencionada e classificou a mesma como VENCEDORA do certame, considerando que no edital tinha um preço máximo estipulado através de pesquisa de preço com empresas deste ramo de atividade. Prosseguindo foi aberto o envelope contendo a "Documentação", da participante, o qual foi visto pelos membros da Comissão de Licitação, Pregoeira. Nenhuma irregularidade foi constatada na documentação apresentada pela empresa AUTO MECÂNICA BERLIN LTDA-EPP para a presente licitação, sendo desta forma declarada como HABILITADA. Registra-se que houve divergência de valores com o lote de peças para o veículo RENAULT OROCH do presente edital, sendo que o valor correto era o valor constante do lote digitado no sistema e auto cotação seguido pela empresa.

Os autos do processo licitatório encontram-se com vista franqueada aos interessados, a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente. Nada mais havendo a deliberar, a pregoeira determinou que fosse lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. O processo será encaminhado ao jurídico deste Município, para seu entendimento e parecer final e posteriormente para autoridade superior competente para sua análise e homologação, se assim entender.

Tunápolis, SC 24., de agosto de 2023.

Comissão Permanente de Licitações:

Sheila Inês Bieger
PREGOEIRA

Vanessa Weber
Membro da Comissão de Licitação

Blásio Dill
Membro da Comissão de Licitação

CONTRATO Nº 122/2023

Publicação Nº 5089532

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO – CONTRATO Nº 122/2023

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, 111, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente CONCEDENTE e a empresa COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DA MICROBACIA LAJEADO PERAU - COOMILP, pessoa jurídica de direito privado, sito na Estrada Geral para Linha Canaleta no Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.247.940/0001-29, doravante denominado simplesmente de CONCESSIONÁRIO, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, na LEI Nº 1315/2017 de 14 de Junho de 2017, nas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº. 104/2023 - Edital de Concorrência nº 06/2023, e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente contrato se refere a cessão de direito real de transformadores (trafos de diversas potências), e postes através do programa "energia excelente, produção eficiente", visando a melhoria da qualidade de energia elétrica para empresas/indústrias do Município de Tunápolis nos termos da LEI Nº 1315/2017 de 14 de Junho de 2017, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, e nas demais cláusulas do presente instrumento.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Transformador de Potência 150 KVA Com Poste 11/1000, Classe 25 Kv. 220/380v Projeto com ART e Instalação de um Transformador de 150 KVA (padrão Celesc) à ser instalado e devidamente funcionando.	Un	01	45.000,00	45.000,00
TOTAL GERAL				R\$ 45.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – FINALIDADE DA CESSÃO:

2.1.O objeto da presente cessão deverá ser utilizado exclusivamente para a atividade industrial, definida no projeto apresentado pelo licitante vencedor do presente certame, sob pena de rescisão do presente Termo de cessão e reversão do bem concedido, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA terceira – ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA:

3.1. Sem prejuízo das demais cláusulas deste contrato, a donatário obriga-se cumprir os seguintes encargos:

3.1.1. Gerar e manter no mínimo o número de emprego diretos estipulado na proposta declarada vencedora.

3.1.3. Utilizar o bem cedido para as finalidades e condições estabelecidas neste contrato e seus anexos;

3.1.4. Apresentar a Relação de empregados;

3.1.5. Adotar todas as medidas e procedimentos necessários e bastantes para a conservação de manutenção do bem cedido.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

4.1. Sem prejuízos dos encargos assumidos neste Termo de cessão, a Concessionária compromete-se a:

4.2. Adotar todas as medidas e procedimentos necessários para a manutenção e conservação do bem cedido.

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Concedente e/ou terceiros, por sua culpa ou dolo.

4.4. Permitir e franquear à Concedente a adoção de todos os procedimentos necessários para a fiscalização da execução da presente cessão de Direito Real de Uso.

4.5 A concessionária não poderá ceder, alugar, vender, e/ou permutar os bens patrimoniais que serão cedidos

4.6 – Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da cessão.

4.7 – As taxas e emolumentos incidentes, inclusive quanto aos impostos incidentes sobre o produto, mercadoria, prestação de serviços e outros que por ventura vier a incidir sobre sua atividade, serão de responsabilidade da concessionária.

4.8 – Para qualquer alteração, deverá a concessionária apresentar ao Município um projeto, com antecedência, para a devida aprovação, a critério deste.

4.9 – Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre quaisquer assuntos solicitados.

4.10 - Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

5.1. Sem prejuízo ao cumprimento das demais cláusulas, o Concedente compromete-se a não interferir na utilização do BEM cedido, desde que observadas, pelo concessionário, as condições estabelecidas no edital da concorrência e no presente instrumento.

CLÁUSULA seXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da presente Concessão será de 10 anos, contados da data da cessão do bem, podendo ser prorrogado por iguais períodos, observadas as condições estabelecidas na Lei Municipal 901/2008, alterada pela Lei Municipal nº 1.077/2012 e nº 1.247/2015.

6.2. É vedado a empresa beneficiária transferir, alienar ou oferecer em garantia, o bem oriundo da cessão desta Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVERSÃO:

7.1. Reverterão ao Patrimônio Público Municipal, livres de quaisquer ônus ou indenizações os bens cedidos como incentivos quando:

a) Houver a utilização diversa da atividade constante no Projeto do Empreendimento, antes de dez anos de operação.

b) Ocorrer extinção ou falência da empresa beneficiária antes de 10 (dez) anos da instalação.

c) Verificar-se omissão da integridade dos investimentos ou do aumento da capacidade de produção previstos conforme o Projeto do Empreendimento.

7.2. - É vedado a empresa beneficiária transferir, alienar ou oferecer em garantia, os bens oriundos da concessão desta Lei, salvo a anuência expressa e por escrito do Cedente, com ratificação do Legislativo Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:

8.1. O presente Termo de cessão poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis:

8.1.1. Por acordo ente as partes, observado o interesse público;

8.1.2. Por ato unilateral do Contratante se assim o exigir interesse público;

8.1.3. Por inexecução total ou parcial da cessão.

8.1.4. Pela ocorrência de qualquer uma das vedações estabelecidas na Cláusula Sétima deste Termo de cessão.

CLÁUSULA NONA – FORO:

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Concessão.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de cessão, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis- SC 24 de agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DA MICROBACIA LAJEADO PERAU - COOMILP, CNPJ/MF sob o nº 07.247.940/0001-29, CONCESSIONÁRIO
SÉRGIO LUIS EIDT CPF: 515.873.279-53 SECRETARIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar o cumprimento do mesmo.	
FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO. Assessor Jurídico Município de Tunápolis OAB/SC 31.520	
Testemunhas:	
Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34	Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259.60

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

O Município de Tunápolis/SC CNPJ n.º 78.486.198/0001/52, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DA MICROBACIA LAJEADO PERAU - COOMILP, pessoa jurídica de direito privado, sito na Estrada Geral para Linha Canaleta no Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.247.940/0001-29, doravante denominado simplesmente de CONCESSIONÁRIO Em razão do CONTRATO Nº 122/2023, firmado entre as partes acima relacionadas, a CONTRATADA pode ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE.

Assim, devida à necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Federal n. 13.709/2018 e no DECRETO MUNICIPAL Nº 2311; Resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, que se vinculará ao contrato supracitado firmado entre as partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, de dados pessoais de agentes públicos e de cidadãos, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527/2011, que regulamenta os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e o DECRETO MUNICIPAL Nº 2311 que regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 13.709/2018 no âmbito da administração municipal direta e indireta.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO firmado, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

§ 1º A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

§ 2º A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO firmado sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

§ 3º A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

§ 4º A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

§ 5º Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

§ 6º Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

§ 7º A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e

contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO firmado.

§ 8º A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se, dentro dos limites contratuais e legais, por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES nos termos da Lei n. 12.527/2011, e respeitadas as normas da Lei Federal 13.709/2018 e o DECRETO MUNICIPAL Nº 2311;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO firmado.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam deste assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as partes. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme cláusulas contratuais e o constante no art. 87 da Lei n. 8.666/93 ou a que vier a substituir.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO Nº 122/2023 firmado entre as partes.

§ 1º Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

§ 2º O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

§ 3º Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

§ 4º Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, dentro dos limites contratuais e legais, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO firmado;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO firmado;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da Comarca de Itapiranga/SC, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente instrumento é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Tunápolis- SC 24 de Agosto de 2023

De acordo.

CONTRATANTE

MARINO JOSÉ FREY

CPF nº 345.967.559-49

Município de Tunápolis/SC

CNPJ nº 78.486.198/0001/52

CONTRATADA

COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DA

MICROBACIA LAJEADO PERAU - COOMILP,

CNPJ/MF sob o nº 07.247.940/0001-29,

CONCESSIONÁRIO

DECRETO Nº 2421/2023

Publicação Nº 5092646



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA
C.N.P.J.: 78.486.198/0001-52
Município: TUNÁPOLIS

DECRETO Nº 2421/2023, de 7 de Agosto de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de e autorização contida na Lei Municipal nº 1541/2022, de 9 de Novembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.302.139,19, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
04.010 - CULTURA E TURISMO	
04.010.13.392.8.2020-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	R\$ 16.62
Recurso: 1.716.0000.0000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º -	R\$ 16.62
04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
04.010 - CULTURA E TURISMO	
04.010.13.392.8.2020-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	R\$ 31.26
Recurso: 1.715.0000.0000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º -	R\$ 31.26
04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
04.010 - CULTURA E TURISMO	
04.010.13.392.8.2019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 9.78
Recurso: 1.715.0000.0000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º -	R\$ 9.78
06.000 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
06.001 - TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR	
06.001.26.782.15.2027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 80.00
Recurso: 1.500.0000.1104 - Recursos Ordinários Livres	R\$ 80.00
06.000 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
06.002 - URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS	
06.002.15.451.9.2028-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 70.00
Recurso: 1.500.0000.1104 - Recursos Ordinários Livres	R\$ 70.00
08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.8.244.3.2033-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 20.00
Recurso: 1.500.0000.1104 - Recursos Ordinários Livres	R\$ 20.00
03.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS	
03.001 - ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.4.122.2.2009-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 20.00
Recurso: 1.500.0000.1104 - Recursos Ordinários Livres	R\$ 20.00
03.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS	
03.002 - ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS	
03.002.6.181.20.2008-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 5.00
Recurso: 1.752.7005.1118 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil 35%	R\$ 5.00
03.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS	
03.002 - ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS	
03.002.6.181.20.2008-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 5.00
Recurso: 1.752.7004.1117 - Convênio de Trânsito - Polícia Militar 35%	R\$ 5.00
03.000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS	
03.002 - ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS	
03.002.6.181.20.2008-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 4.28
Recurso: 1.752.7006.1115 - Convênio de Trânsito - Município 30%	R\$ 4.28



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA

C.N.P.J.: 78.486.198/0001-52

Município: TUNÁPOLIS

08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.001.8.244.3.2033-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 16.44

Recurso: 1.660.0000.1230 - FNAS - IGD - Índice Gestão Descent. Bolsa Familia

R\$ 16.44

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

04.007 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

04.007.12.365.28.2062-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 3.50

Recurso: 1.500.0000.1104 - Recursos Ordinários Livres

R\$ 3.50

06.000 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.002 - URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS

06.002.15.451.9.1019-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 2.000.00

Recurso: 1.701.0000.1141 - Transferências Voluntárias - Estado/Outros (não relacionados à

R\$ 2.000.00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

04.002 - ENSINO FUNDAMENTAL

04.002.12.306.28.2014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 6.98

Recurso: 1.552.0000.1129 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

R\$ 6.98

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

04.007 - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

04.007.12.365.28.2062-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 13.25

Recurso: 1.552.0000.1129 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

R\$ 13.25

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 47.89
Recurso: 1.716.0000.0000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º -	R\$ 16.62
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 47.89
Recurso: 1.715.0000.0000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º -	R\$ 31.26
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 9.78
Recurso: 1.715.0000.0000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º -	R\$ 9.78
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 80.00
Recurso: 1.500.0000.1104 - Recursos Ordinários Livres	R\$ 80.00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 70.00
Recurso: 1.500.0000.1104 - Recursos Ordinários Livres	R\$ 70.00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 20.00
Recurso: 1.500.0000.1104 - Recursos Ordinários Livres	R\$ 20.00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 20.00
Recurso: 1.500.0000.1104 - Recursos Ordinários Livres	R\$ 20.00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 5.00
Recurso: 1.752.7005.1118 - Convênio de Trânsito - Polícia Civil 35%	R\$ 5.00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 5.00
Recurso: 1.752.7004.1117 - Convênio de Trânsito - Polícia Militar 35%	R\$ 5.00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 4.28
Recurso: 1.752.7006.1115 - Convênio de Trânsito - Município 30%	R\$ 4.28
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 16.44
Recurso: 1.660.0000.1230 - FNAS - IGD - Índice Gestão Descent. Bolsa Família	R\$ 16.44
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 3.50
Recurso: 1.500.0000.1104 - Recursos Ordinários Livres	R\$ 3.50
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 2.000.00
Recurso: 1.701.0000.1141 - Transferências Voluntárias - Estado/Outros (não relacionados à	R\$ 2.000.00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R\$ 6.98
Recurso: 1.552.0000.1129 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	R\$ 6.98



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA

C.N.P.J.: 78.486.198/0001-52

Município: TUNÁPOLIS

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)

R\$ 13.25

Recurso: 1.552.0000.1129 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

R\$ 13.25

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL LEI PAULO GUSTAVO 02/2023

Publicação Nº 5092536

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023

Lei Paulo Gustavo – Audiovisual

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Marino José Frey, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de CONCURSO, para "SELECIONAR E PREMIAR PROJETOS ARTÍSTICO-CULTURAIS, NO SEGMENTO DE AUDIOVISUAL, DE AGENTES CULTURAIS DA SOCIEDADE CIVIL, SENDO ELES PESSOA JURÍDICA, ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ATENDENDO AOS DISPOSITIVOS DO ART. 6º, INCISOS I e III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO", em conformidade com a Lei Complementar n. 195/2022, Decreto 11.453/2023 e Decreto n. 11.525/2023, recebendo as propostas até o dia 22/09/2023, às 09:00 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 25/09/2023 às 09:00 horas, na casa da cultura, situado a rua João Castilho, nº 298 - Centro, Tunápolis – SC.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Edital de Concurso, a seleção e premiação de projetos artístico-culturais, no segmento de audiovisual, de agentes culturais da sociedade civil, sendo eles pessoa jurídica, estabelecidas no município de Tunápolis, atendendo aos dispositivos do art. 6º, incisos I e III, da Lei complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

1.2 Os projetos culturais participantes deste Concurso deverão atender aos objetivos definidos na Lei Paulo Gustavo, e aos incisos:

1.2.1 INCISO I: Apoio a Produções Audiovisuais;

1.2.2 INCISO III: Formação, qualificação e difusão.

2. DAS COMISSÕES

2.1 A elaboração do Edital e a Seleção dos projetos realizar-se-á por meio de Comissões nomeadas por ato convocatório do Prefeito Municipal, sendo elas:

2.1.1 Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento: convocada com a finalidade de elaborar o Edital, os formulários específicos, promover a análise jurídica e técnica dos participantes, realizar o monitoramento e fiscalização dos projetos contemplados e demais atividades necessárias para execução do Edital, sendo formada por 3 (três) pessoas da equipe do Governo Municipal.

2.1.2 Comissão de Análise de Projetos: convocada com a finalidade de promover a análise de mérito dos projetos, sendo formada por profissionais com conhecimento nas diversas áreas abrangidas por este Edital.

2.2 Enquanto estiverem no exercício de suas funções, é proibido aos membros das Comissões representar ou fazer parte da equipe técnica dos projetos concorrentes ou mesmo atuar no projeto, em qualquer atividade ou função.

3. DOS VALORES E DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

3.1 Compõem o montante orçamentário deste Edital, recursos oriundos do Governo Federal por meio da Lei complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo, sendo Inciso I – R\$ 27.756,10 (vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais, dez centavos), Inciso III – R\$ 3.506,63 (três mil, quinhentos e seis reais, sessenta e três centavos).

Os recursos previstos na aplicação do presente edital correrão por conta da dotação orçamentária: despesa 88/2023.

3.2 Os recursos financeiros deste Edital serão distribuídos da seguinte forma:

INCISO	AÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
I	Apoio a Produções Audiovisuais: seleção de documentário sobre a cultura local.	01 projeto	17.756,10
	Apoio a Produções Audiovisuais: seleção de documentário sobre a cultura local/ videoclipe ou vídeo de divulgação sobre a cultura local.	01 projeto	10.000,00
TOTAL			27.756,10
III	Formação, qualificação e difusão: seleção de projeto para mostra/exibição de produções audiovisuais.	01 projeto	3.506,63
TOTAL			3.506,63

*Fica livre ao proponente escolher em qual inciso e valor deseja concorrer.

4. COTAS

4.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias de valores deste edital, nas seguintes proporções:

a) no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

b) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

4.2 As cotas para os grupos indicados no item 4.1 serão de 01 (um) projeto para cada Inciso deste Edital.

4.3 As vagas não preenchidas pelas cotas por falta de inscritos ou projetos que não tirem a nota mínima, serão destinadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

4.4 Para concorrer às cotas as pessoas jurídicas devem comprovar quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.

4.5 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo IX.

4.6 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão habilitar-se a participar do concurso:

5.1.1 Pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos, estabelecida no município de Tunápolis há pelo menos 01 ano, que apresente experiência prévia na realização do objeto proposto ao Edital, tenha finalidade artístico-cultural expressa em seu Estatuto, para o caso de entidades, e no Contrato social ou Certificado de Microempreendedor Individual para empresas e proponha projeto de natureza cultural, que potencialize ações nas áreas de sua abrangência.

5.2 Referente à comprovação de residência e domicílio há pelo menos 01 (um) ano em Tunápolis, a mesma se dará por meio dos documentos de constituição.

5.3 É vedada a participação neste Edital de:

5.3.1 Integrante de alguma das Comissões envolvidas na execução do Edital;

5.3.2 Pessoas jurídica que esteja inadimplente com a Fazenda Pública Municipal;

5.3.3 Pessoas jurídica que esteja inadimplente com prestação de contas de projeto anterior;

5.3.4 Pessoas jurídica que não tenha domicílio no município;

5.3.5 Pessoa jurídica que tenha, na composição de sua diretoria, membros diretamente ligados aos gestores públicos municipais ou pessoa física inadimplente com prestação de contas de projeto realizado anteriormente;

5.3.6 Pessoa jurídica que não tenha por objeto o exercício de atividades na área artístico-cultural.

5.4 As vedações previstas entre os itens 5.3.1 e 5.3.5 estendem-se aos parentes até o segundo grau, bem como aos cônjuges ou companheiros, quer na qualidade de pessoa física, quer por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios, no que se refere o projeto que envolva ou beneficie diretamente à pessoa impedida.

5.5 Os projetos concorrentes a este Edital, não sofrerão qualquer restrição quanto à temática abordada, desde que não caracterizem apologia a crimes previstos em lei e dogma religioso.

5.6 Ao se inscreverem, os proponentes concorrentes reconhecem a inexistência de plágio no projeto, assumindo e respondendo por eventuais acusações ou pleitos neste sentido.

5.7 O Proponente poderá inscrever mais de um projeto. Caso venha a ser selecionado em mais de 01 (um) projeto, caberá à Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento selecionar aquele que tiver obtido a maior nota de classificação, observado o item 8.

5.8 Inexistindo concorrência e havendo sobra de recursos, um mesmo proponente poderá ser contemplado em mais de 01 (um) projeto.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições são gratuitas e ficarão abertas no período de 24/08/2023 a 22/09/2023 e serão efetuadas na casa da cultura, situado a rua João Castilho, nº 298 - Centro, Tunápolis – SC, de segunda a sexta, das 07h30min as 17h15min.

6.2 As inscrições serão efetuadas mediante entrega de um ÚNICO envelope lacrado e identificado, no seu exterior com os itens abaixo especificados:

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023

Lei Paulo Gustavo – Audiovisual

Inciso: (especificar de acordo com item 1.2)

Nome do proponente: (especificar o nome do proponente do projeto)

Nome do projeto: (especificar o nome do projeto) 6.3 Não serão aceitos envelopes que contenham mais que uma proposta em seu interior. Cada proposta, mesmo sendo do mesmo proponente, deverá ser encaminhada em envelopes separados. Em cada envelope não poderá conter nenhum outro tipo de identificação além da citada neste edital.

6.4 Somente serão aceitas assinaturas de próprio punho em documento original integralmente digitalizado ou assinaturas digitais com certificado ICP Brasil, incluindo a assinatura eletrônica do GOV.BR, sendo vedados recortes ou excertos de assinaturas extraídos de outros documentos.

6.5 Dentro do ENVELOPE deverá conter a seguinte documentação:

a) Formulário de Inscrição devidamente preenchido e assinado, conforme o Anexo I.

b) Fotocópia de Documento de identificação civil com foto (CI ou CNH ou RNE) e que contenha o número do CPF (frente e verso) do dirigente e ou representante legal, caso o documento de identificação não contenha o número de CPF, deverá também apresentar a cópia digitalizada do documento do CPF;

c) Documento de Constituição:

c.1) Registro comercial, requerimento de empresário vigente ou certificado de microempreendedor individual, devidamente registrado, quando for o caso;

c.2) Ato Constitutivo, Estatuto da Entidade ou Contrato Social em vigor e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de entidades sem fins lucrativos ou sociedades por ações, acompanhada dos documentos comprobatórios da eleição de sua diretoria e/ou seus administradores, em vigor, devidamente registrado, quando for o caso;

c.3) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, devidamente registrado, quando for o caso;

d) Comprovante de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, que comprove existência no Município há pelo menos 01 (um) ano.

e) Declaração de Ausência de Impedimentos, de acordo com o modelo disponível no Anexo II deste edital.

f) Uma cópia impressa do Formulário do Projeto Técnico, de acordo com o Anexo III, sendo obrigatório o preenchimento de todos os itens do formulário, projetos apresentados em outros formatos serão desclassificados.

g) Uma cópia impressa do Portfólio/Currículo do Proponente, e Portfólio/Currículo resumido da equipe técnica.

h) Autodeclaração étnico-racial, conforme Anexo IX.

i) Projetos inscritos no Inciso I obrigatório apresentar: roteiro detalhado de produção/edição, com informações relevantes para a compreensão da proposta; tempo de duração do documentário; projeto de pesquisa com as fontes, locais de gravação, relação de participantes (se houver), referências principais, e demais informações que julgar relevante para compreensão da proposta, observadas ainda as seguintes orientações – Produção de documentário: Apoio concedido à produção de documentário com duração de no mínimo 20 minutos, sendo necessário apresentar/incluir o município de Tunápolis no conteúdo; Produção de videoclipe ou vídeo de divulgação: Apoio concedido à produção de videoclipe de artistas locais, videodança, reportagem e outras formas de registro audiovisual, sendo necessário apresentar/incluir o município de Tunápolis no conteúdo, com duração de 5 a 10 minutos.

j) Projetos inscritos para o Inciso III obrigatório apresentar: Plano de Montagem e Circulação, contendo relação com sinopse dos filmes a serem exibidos, locais de apresentação, horários, público-alvo, estimativa de público a ser atendida; detalhamento das formas de divulgação em rádios, redes sociais, locais de exibição e no mínimo 01 banner impresso que acompanhe cada sessão; obrigatório realizar no mínimo 6 sessões de exibição inteiramente gratuitas.

k) Para Ações Sujeitas à Detenção de Direitos Autorais e/ou Direito de Propriedade Intelectual e demais direitos de terceiros, apresentar licença ou cessão de uso parcial, conforme legislação em vigor.

l) Os documentos que compõem o envelope deverão ser enviados por meio de cópia digital (formato pdf) para o e-mail educacao@tunapolis.sc.gov.br, sendo remetido ao proponente resposta ao e-mail com comprovação de recebimento.

m) Será permitido o envio de arquivos por meio de armazenamento “nuvem” para complementar o Projeto Técnico, com endereço de acesso fornecido em arquivo tipo pdf anexado no e-mail, ficando sob responsabilidade do proponente a permissão/liberação de acesso.

n) Serão desclassificados os proponentes que não enviarem o envelope da forma prevista neste Edital ou não enviarem o e-mail com os arquivos digitais em pdf, no prazo estabelecido.

o) Não serão aceitas inscrições e materiais fora do período estabelecido neste Edital.

p) O Governo Municipal não se responsabiliza por eventuais problemas técnicos relacionados às mídias, em páginas de internet disponibilizadas pelo proponente ou com a permissão de arquivos armazenados em “nuvem”.

6.5.1 A autenticidade das certidões e comprovantes poderá ser emitida por meio de sistema eletrônico (internet).

6.5.2 As cópias de documentos solicitados devem ser legíveis, sem rasuras e válidos.

6.5.3 A Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento reserva-se o direito de estabelecer diligências que considerar necessárias, podendo solicitar ao Proponente, a qualquer tempo, a entrega de documentos comprobatórios dos conteúdos autodeclarados neste Edital.

6.5.4 A não apresentação de qualquer um dos documentos listados acima ou sua apresentação em desacordo com o estabelecido no Edital implicará na desclassificação do proponente.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1 A etapa de credenciamento, de caráter eliminatório, compreende a verificação da inscrição do proponente, observando se o mesmo cumpre as exigências previstas no Edital.

- 7.2 A Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento realizará a etapa de credenciamento, com abertura dos envelopes e divulgação dos proponentes credenciados, em ato público conforme cronograma, tendo como local a Prefeitura Municipal.
- 7.3 Os Envelopes serão abertos no ato, pela Comissão, para conferência da ficha de inscrição e demais documentos.
- 7.4 O Formulário do Projeto Técnico de cada proponente será encaminhado para a Comissão de Análise de Projetos.
- 7.5 Os proponentes que não apresentarem a documentação devidamente preenchida e assinada, serão desclassificados no ato público de abertura dos envelopes.
- 7.6 A lista de credenciados e não credenciados será publicada posteriormente no site da Prefeitura, disponível em <https://tunapolis.sc.gov.br/>
- 7.7 Da decisão que não credenciar a inscrição por irregularidades na entrega e/ou preenchimento incorreto dos Formulários caberá recurso a ser protocolado por correspondência eletrônica para o endereço: educacao@tunapolis.sc.gov.br no prazo de 02 (dois) dias após a divulgação dos proponentes credenciados, impreterivelmente.
- 7.8 Os recursos serão julgados pela Comissão e publicados no site da Prefeitura Municipal, disponível em 28/09/2023, conforme cronograma.
- 7.9 É de responsabilidade exclusiva do proponente, acompanhar as informações no site.

8. DA SELEÇÃO DOS PROJETOS

- 8.1 As propostas credenciadas serão avaliadas pela Comissão de Análise de Projetos, composta por profissionais com conhecimento nas áreas abrangidas por este Edital.
- 8.2 Os membros da Comissão de Análise de Projetos serão selecionados pelo Governo Municipal, a partir da análise do currículo cultural dos mesmos, sendo profissionais, sem vínculo com os proponentes ou projetos inscritos.
- 8.3 Para os projetos que não apresentarem o material exigido em cada área ficará a critério da Comissão de Análise de Projetos sua desclassificação.
- 8.4 Para efeito de pontuação e classificação, serão considerados os seguintes critérios de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Relevância artístico-cultural do projeto – possibilidade de retratar e potencializar o desenvolvimento cultural local e regional, no seu universo de abrangência; capacidade de agregar parcerias e alianças.	0 a 30
Capacidade técnica do proponente e demais profissionais envolvidos no projeto para sua execução – capacidade do proponente e dos demais profissionais envolvidos de realizar, com êxito, o projeto proposto, comprovada por intermédio dos currículos, documentos e materiais apresentados.	0 a 30
Contrapartida social e caráter multiplicador do projeto – impacto sociocultural do projeto; interesse público do projeto; importância da ação para os beneficiados, sejam estes profissionais envolvidos e/ou público participante.	0 a 20
Viabilidade de execução e originalidade do projeto – conteúdo relevante, concepção artística inovadora, capacidade de preencher lacuna ou carência constatada na comunidade onde será desenvolvido, descrição clara e objetiva da conveniência de sua execução.	0 a 10
Adequação orçamentária do projeto – proposta orçamentária que especifique todos os itens de despesa do projeto, de forma detalhada e compatível com preços de mercado, e planilha financeira que demonstre que o projeto é viável e exequível, de acordo com a proposta apresentada.	0 a 09
AÇÕES AFIRMATIVAS: Será concedido um ponto extra para projetos inscritos por proponentes mulheres, povos tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, populações nômades, pessoas do segmento LGBTQIA+, pessoas com deficiência e de outras minorias, estimulando o protagonismo de grupos minorizados socialmente, conforme Art. 17 da Lei Complementar n. 195/2022 e Art. 16 do Decreto n. 11.525/2023. As pessoas jurídicas podem se enquadrar neste quesito, desde que possuam quadro societário majoritariamente composto por pessoas de algum dos grupos acima descritos. A avaliação deste quesito e incorporação da pontuação será realizada quando o proponente indicar na justificativa do projeto estar incluso em algum dos grupos descritos.	1
TOTAL	100

- 8.5 Cada Projeto receberá 01 (uma) única nota da Comissão, acompanhada de parecer técnico descritivo.
- 8.6 Finalizada a etapa de avaliação, a Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento irá elaborar lista com as notas dos Projetos avaliados e fará a classificação, sequencialmente, da maior para a menor pontuação, com base nas notas das pontuações dos classificados e dos respectivos suplentes, quando couber, considerando as cotas.
- 8.7 Os projetos que não alcançarem o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação geral, segundo os critérios de avaliação, serão desclassificados.
- 8.8 Os projetos qualificados neste Edital deverão ser obrigatoriamente listados em ordem de classificação, sendo beneficiados os primeiros da lista até atingir o montante financeiro definido.

9. DOS RESULTADOS

- 9.1 Serão selecionados os projetos que atingirem a maior pontuação de acordo com os critérios previstos no item 8.4. Em caso de empate, o critério de desempate será a maior nota do item Relevância artístico-cultural do Projeto. Caso o empate permaneça, os itens de desempate

seguirão a ordem de critérios previstos no item 8.4 deste edital.

9.2 Serão automaticamente desclassificados os projetos que não corresponderem aos critérios mencionados.

9.3 O resultado da classificação geral dos projetos selecionados, será divulgado no site da Prefeitura Municipal, disponível em <https://tunapolis.sc.gov.br/>, conforme cronograma.

9.4 Do resultado da classificação geral, no tocante a documentação, caberá recurso que deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias após a divulgação dos proponentes classificados, impreterivelmente.

9.5 Os recursos deverão se embasar expressamente em possíveis irregularidades/inconformidades com o regulamento disposto neste Edital, não cabendo recurso quanto ao mérito estético do julgamento dos projetos, por parte da Comissão de de Análise de Projetos, visto que este é de caráter subjetivo.

9.6 Os resultados dos recursos serão informados no site da Prefeitura Municipal, disponível em <https://tunapolis.sc.gov.br/>, conforme cronograma.

10. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

10.1 Os selecionados, deverão enviar Documentação Complementar no formato digital, em até 2 (dois) dias úteis da divulgação do resultado final, pelo e-mail educacao@tunapolis.sc.gov.br, da seguinte forma:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e a Débitos da Previdência Social;
- b) Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- c) Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pela Fazenda Pública Municipal;
- d) Certidão Negativa de Débitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) Dados da conta corrente para depósito do recurso;

10.2 Após o envio da documentação complementar, será remetido ao proponente resposta ao e-mail com comprovante de recebimento.

10.3 Será aceita Certidão Positiva com Efeitos de Negativa nos casos em que for solicitada Certidão Negativa de Débitos.

10.4 Os documentos enviados como documentação complementar devem ser legíveis, sem rasuras e estar dentro do prazo de validade.

10.5 Havendo alguma restrição nos documentos apresentados para comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação, prorrogáveis por igual período, a critério exclusivo da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento.

10.6 A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na desclassificação do proponente e convocação do respectivo suplente.

10.7 Concluída a análise da Documentação Complementar, o proponente contemplado será chamado para assinatura do termo de execução cultural.

11. DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

11.1 Após a divulgação do resultado final e entrega da documentação complementar, a Prefeitura Municipal convocará os proponentes contemplados para que efetuem a assinatura do Termo de Execução Cultural, conforme minuta disponível no Anexo IV.

11.2 Transcorrido o prazo estabelecido quando convocado, sem que o Termo de Execução Cultural tenha sido assinado, a Comissão poderá convocar os proponentes remanescentes, obedecendo à ordem de classificação geral.

12. DO PAGAMENTO

12.1 Os recursos deste Edital serão transferidos a cada proponente em conta corrente única, da qual seja ele titular, aberta em instituição financeira pública ou privada, podendo ser conta corrente já existente, devendo o recurso recebido ficar obrigatoriamente em aplicação financeira, sendo que os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

12.2 Os contemplados receberão o recurso em parcela única, que será depositada em conta corrente, após a assinatura do termo de execução cultural.

12.3 A previsão de pagamento dos projetos contemplados é de 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de execução cultural, de acordo com o cronograma de desembolso da Prefeitura Municipal.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1 Os proponentes contemplados poderão receber visitas presenciais da Comissão Organização, Seleção e Monitoramento, durante o período de realização dos projetos, ou ainda prestar informações e esclarecimentos sobre o mesmo.

13.2 Os projetos contemplados por este edital deverão ser executados no prazo máximo de 10 (dez) meses a contar da data de depósito do recurso.

13.3 O proponente poderá solicitar prorrogação da execução do projeto por mais 60 (sessenta) dias caso for necessário, mediante solicitação oficial com justificativa (Anexo VIII), encaminhada impressa e assinada pelo proponente ao Departamento de Cultura do município, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

13.4 Ficam sob responsabilidade dos contemplados todas as contratações, autorizações de espaços, custos, encargos e operacionalizações referentes ao desenvolvimento do projeto selecionado, de acordo com o que foi apresentado na planilha orçamentária.

13.5 Não serão aceitas despesas com alimentação.

13.6 Os proponentes dos projetos aprovados deverão divulgar, obrigatoriamente, em todos os produtos, atividades, comunicações, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas, o apoio institucional do Governo Federal, Prefeitura Municipal de Tunápolis, Departamento de Cultura, com as respectivas logomarcas, de acordo com o Manual de Utilização das Logomarcas (Anexo V), sob pena de serem considerados inadimplentes.

13.7 O proponente que tiver interesse poderá encaminhar o cronograma de atividades que serão realizadas no projeto para o e-mail: educacao@tunapolis.sc.gov.br para inclusão das mesmas no calendário de eventos e ou divulgação nos meios de comunicação do município.

13.8 Qualquer modificação nos objetivos do Projeto Cultural sem prévia aprovação por escrito da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento, será considerada inadiplência de obrigações essenciais de Contrato, sujeitando o Contratado às penalidades civis e criminais previstas em lei.

14. DA ACESSIBILIDADE

14.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

- a) no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
- b) no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
- c) no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

14.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

- a) adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
- b) utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- c) medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
- d) contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
- e) oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

14.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

14.4 A utilização do percentual mínimo de 10% pode ser excepcionalmente dispensada quando:

- a) for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
- b) quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

14.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

15. DA CONTRAPARTIDA

15.1 Os proponentes contemplados neste Edital comprometem-se a realizar pelo menos uma apresentação ou ação do projeto contemplado, de forma pública e gratuita voltada à comunidade local, como contrapartida social em vista do recurso recebido.

15.2 As despesas que envolvam execução da Contrapartida Social, são consideradas itens não financiáveis, não devendo constar rubricas referentes às mesmas na Planilha Orçamentária, pois as mesmas correrão por conta do Proponente.

15.3 Na contrapartida social deverá ser assegurada a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

15.2 As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário do Projeto Técnico e devem ser executadas até 31 de dezembro de 2024.

16. DA COMPROVAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO PROJETO CONTEMPLADO

16.1 Após a execução do projeto, o proponente premiado deverá encaminhar à Prefeitura Municipal de Tunápolis, por meio do Departamento de Cultura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, Relatório Técnico de Comprovação do Objeto Contemplado (Anexo VII) e Prestação de Contas da utilização dos recursos alocados ao projeto cultural incentivado, de forma a possibilitar a avaliação, dos objetivos alcançados, dos custos reais, da repercussão da iniciativa na sociedade e demais compromissos assumidos pelo proponente, contendo: datas e locais das atividades, registro e quantidade de público atendido, vídeos, fotos, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação, clipagens e documentos que comprovem as ações realizadas e a conclusão do objeto premiado por este edital.

16.2 Qualquer parceria e/ou apoio recebido de outras fontes deverá ser descrito no relatório de prestação de contas, detalhando de que forma se concretizou o apoio.

16.3 Deverá acompanhar a prestação de contas, documentos contábeis como notas fiscais e recibos que comprovem a aplicação dos recursos.

16.4 Caso o Relatório Técnico de Comprovação do Objeto Contemplado e a Prestação de Contas da utilização do recurso apresentados não comprovarem a completa realização do Projeto Cultural, a Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento solicitará diligências.

16.5 O Proponente deverá guardar, por um período mínimo de 05 (cinco) anos, cópias das movimentações financeiras, extratos, contratos, notas fiscais e demais documentos utilizados para a execução do Projeto Cultural, que poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Prefeitura Municipal para fins de diligências.

17. DAS PENALIDADES

17.1 A não apresentação de Relatório Técnico de Comprovação do Objeto Contemplado e Prestação de Contas nos prazos fixados implicará na aplicação de uma das seguintes sanções ao proponente, a critério da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento responsável pelo acompanhamento dos projetos:

17.1.1 advertência;

17.1.2 suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes e que estejam tramitando pelos Editais Municipais;

17.1.3 paralisação e tomada de contas do projeto em execução;

17.1.4 impedimento de pleitearem qualquer outro incentivo da Prefeitura Municipal e de participarem, como contratados, de eventos

promovidos pelo Governo Municipal;

17.1.5 inscrição no cadastro de inadimplentes do órgão de controle de contratos e convênios da Secretaria de Finanças do Município, sem prejuízo de outras cominações cíveis, criminais e tributárias decorrentes de fraude ao erário.

17.2 As denúncias relativas a irregularidades na execução dos projetos aprovados, só serão apuradas se estas forem recebidas formalmente pelos canais oficiais da Prefeitura Municipal, que são: ouvidoria, ofícios etc.

17.3 Os recursos utilizados indevidamente deverão ser devolvidos, acrescidos de juros pela Taxa Selic ou por outra que a venha substituir, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste regulamento.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 De forma a contribuir com a inscrição por participantes que tenham deficiência, necessidades especiais, não sejam alfabetizados ou com dificuldade no uso de ferramentas tecnológicas e digitais, o Departamento de Cultura ficará a disposição dos participantes para colaborar e orientar o processo de inscrição e participação no edital.

18.2 As despesas administrativas para realização deste Edital serão custeadas com recursos próprios da Prefeitura Municipal.

18.3 As despesas administrativas com a contratação da Comissão de Análise de Projetos serão custeadas com recursos repassados pelo Governo Federal - Lei Paulo Gustavo.

18.4 A Prefeitura Municipal de Tunápolis, não se responsabiliza pelas licenças e autorizações, como ECAD, SBAT, pagamento de direitos autorais de imagem, texto, música, espaços, entre outras necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos contemplados, sendo estas de total responsabilidade dos proponentes.

18.5 Os projetos contemplados neste edital autorizam a Prefeitura Municipal, o uso de seu nome, do título e informações relativas ao projeto, bem como vozes e imagem, sem qualquer ônus, por período indeterminado, para fins exclusivamente promocionais e/ou publicitários, relacionados à área cultural.

18.6 Nenhuma indenização será devida ao proponente pela elaboração, apresentação de documentação e proposta relativa ao presente Edital.

18.7 Após a aprovação do projeto não será permitida a transferência de sua titularidade, salvo em casos de falecimento ou invalidez do proponente ou quando ocorrer o desligamento do dirigente da entidade e/ou da empresa.

18.8 É de responsabilidade dos concorrentes acompanharem os resultados da seleção e etapas deste Edital através dos meios de divulgação informados pela Prefeitura Municipal.

18.9 O presente edital ficará a disposição dos interessados no site: <https://tunapolis.sc.gov.br/>

18.10 Outros esclarecimentos poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico: educacao@tunapolis.sc.gov.br identificando no assunto DÚVIDA EDITAL LEI PAULO GUSTAVO.

18.11 Os casos omissos neste Edital serão apreciados com fundamento na legislação vigente, pela Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento juntamente com a Procuradoria do Município.

18.12 Fazem parte deste edital os seguintes documentos complementares:

18.12.1 Anexo I – Formulário de Inscrição;

18.12.2 Anexo II – Declaração de Ausência de Impedimentos;

18.12.3 Anexo III – Formulário do Projeto Técnico;

18.12.4 Anexo IV – Minuta de Termo de Execução Cultural;

18.12.5 Anexo V – Manual de Utilização das Logomarcas;

18.12.6 Anexo VI – Modelo de recurso credenciamento;

18.12.7 Anexo VII – Relatório técnico de comprovação do objeto contemplado;

18.12.8 Anexo VIII – Pedido de alteração do projeto aprovado;

18.12.9 Anexo IX – Autodeclaração étnico-racial.

CRONOGRAMA

24/08/2023 -22/09/2023	Período de inscrições
25/09/2023	Abertura dos envelopes e divulgação dos credenciados
26 e 27/09/2023	Período de recurso
28/09/2023	Julgamento de recurso e divulgação de resultados
29/09 a 06/10/2023	Avaliação técnica dos projetos
09/10/2023	Divulgação dos projetos contemplados
09 e 10/10/2023	Período de recurso
11/10/2023	Julgamento de recurso e divulgação final
13/10/2023	Envio da documentação complementar
16/10/2023	Assinatura de termos
Até 27/10/2023	Pagamentos

Tunápolis, 23 de agosto de 2023

Marino José Frey
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. DADOS DO PROPONENTE

Nome da entidade/empresa:

CNPJ:

Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)

Data de fundação:

Telefone:

E-mail:

Nome Representante Legal:

CPF:

RG:

Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)

Data Nascimento:

Telefone:

E-mail:

2. DADOS DO PROJETO

Título: [Título/Nome do projeto]

Resumo: [descrição resumida de até 5 linhas, do objeto e resultados do projeto]

Valor: [valor solicitado]

Inciso: [conforme item 1.2]

Preencher o item abaixo, caso almeje concorrer à vaga nas cotas étnico-raciais, como:

☐ NEGRO(A) (PRETO/A)

☐ NEGRO(A) (PARDO/A)

☐ INDÍGENA

Preencher o item abaixo, caso se enquadre em algum dos grupos das ações afirmativas:

☐ MULHERES

☐ POVOS TRADICIONAIS, INCLUSIVE DE TERREIRO E QUILOMBOLAS

☐ POPULAÇÕES NÔMADES

☐ PESSOAS DO SEGMENTO LGBTQIA+

☐ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

☐ OUTRAS MINORIAS. DETALHAR _____

Tunápolis, SC,de de 2023.

Assinatura do proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Eu, xxxxx, CPF nº xxxxx, e RG nº xxxxx, Órgão Expedidor/UF xxxxx/xx, representando a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ xxxxxx, DECLARO para fins de participação no Edital de CREDENCIAMENTO n. 02/2023 que:

a) Li e estou de acordo com edital acima citado e cumprirei as exigências e prazos estabelecidos.

b) Que a pessoa jurídica que represento está estabelecida em Tunápolis há pelo menos 01 (um) ano, desde _____.

c) Não integro e não tenho parentesco com os integrantes da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento.

d) Não sou servidor público ativo, servidor terceirizado, prestador de serviço, agente político e não possuo vínculo empregatício direto e/ou indireto, e que também não tenho familiares até 2º grau de parentesco como gestores na Prefeitura Municipal.

f) Que não estou em situação de pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas em contratos e/ou convênios celebrados com o Município de Tunápolis.

g) Tenho conhecimento das normas antifraude e anticorrupção previstas na legislação, entre as quais a Lei n. 8.429/1992 e Lei n. 12.846/2013, seus regulamentos e normas complementares.

h) Reconheço a autoria do projeto apresentado a este Edital e a inexistência de plágio no projeto, assumindo e respondendo por eventuais acusações ou pleitos neste sentido.

i) Conheço as normativas federais da Lei Complementar n. 195/2022, Decreto 11.453/2023 e Decreto 11.525/2023.

j) Estou ciente que responderei civil e criminalmente por toda a informação aqui prestada.

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E OU SOCIEDADE EMPRESARIAL		
Nome completo	CPF	Função
1.		
2.		

3.		
4.		
5.		
6.		

Tunápolis, SC,de de 2023.

Assinatura do proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023

ANEXO III

FORMULÁRIO DO PROJETO TÉCNICO

*Obrigatório o preenchimento seguindo o formato e os tópicos deste formulário.

1. DADOS DO PROJETO

1.1 Título: [Título/Nome do projeto]

1.2 Resumo: [descrição resumida de até 5 linhas, do objeto e resultados do projeto]

1.3 Valor: [valor solicitado]

1.4 Inciso: [conforme item 1.2]

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral [descrever, resumidamente, qual o principal resultado e/ou finalidade que o projeto pretende alcançar].

1.5.2 Objetivos específicos [descreve, todas as ações que serão realizadas no projeto, bem como os produtos específicos que serão oferecidos à população. Os objetivos específicos devem ser mensuráveis e devidamente comprovados na prestação de contas].

1.6 Justificativa [Apresente a relevância do projeto e o porquê da necessidade do uso do Mecanismo Incentivo a Projetos Culturais para financiamento desta ação. Descreva as razões pelas quais foi proposto o projeto, a importância para o proponente, a sociedade e setor ao qual se destina; relevância cultural e os resultados pretendidos. Se possível, mostrar os indicadores que confirmam as informações apresentadas].

1.7 Local de realização [Qual(is) os bairros, cidades ou espaços de realização das ações e quais as justificativas da escolha]

1.8 Público-alvo [Perfil qualitativo do público-alvo citando faixa etária, gênero, etnia, profissão, formação, classe econômica, entre outros, e qual o público estimado de abrangência do Projeto, citando o quantitativo numérico dos beneficiados direta e indiretamente.]

1.9 Plano de divulgação [Descrever os materiais/meios de promoção e as quantidades que serão utilizadas para a divulgação do projeto. Exemplo: 01 banner 70X100; 500 cartazes 40x40, etc].

1.10 Contrapartida Social [Informar as ações de contrapartida social que o projeto propõe].

1.11 Acessibilidade [Descrever se haverá alguma medida de acessibilidade no projeto, por exemplo audiodescrição, intérprete de libras, braille, mediador de comunicação, escrita objetiva, materiais multissensoriais, acesso livre de barreiras arquitetônicas e atitudinais, rampa de acesso, etc. Justificar caso não haja acessibilidade. Obrigatório conforme item 14 do Edital].

1.12 Ficha Técnica [Nome, N. RG, N. CPF, endereço, currículo resumido da equipe técnica principal. Informar os profissionais envolvidos na realização do projeto, informações que qualifiquem a capacidade técnica para a realização do projeto. O proponente poderá incluir currículo resumido dos integrantes a fim de comprovar a capacidade de realização].

1.13 Etapas e Período de execução [Descrição das etapas necessárias para a realização do projeto em ordem cronológica de execução: pré-produção, produção, pós-produção].

O que será realizado	Período de realização
Etapa Pré-Produção	
Etapa Produção/Execução	
Etapa Pós-Produção	

1.14 Planilha orçamentária

Nº	Item de despesa	Unidade	Qtd	Valor unitário	Valor total

Atenção! Além do preenchimento deste formulário observe o item 6.5 do Edital para verificar se existe outros documentos a serem enviados, especialmente itens g), i), j), k).

Tunápolis, SC,de de 2023.

Assinatura do proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N.º 000/2023

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede à rua João Castilho, nº 111, neste ato representado por Marino Frey, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado MUNICÍPIO e a pessoa jurídica, CNPJ sob o nº, estabelecido na, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado (a) AGENTE CULTURAL, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, Decreto Federal n. 11.453/2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, firmam o presente termo de execução cultural que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O objeto do presente termo de execução cultural consiste na realização de projeto artístico-cultural, no segmento de audiovisual, no município de Tunápolis, com o seguinte objeto: [Descrição do Objetivo e da Contrapartida do projeto]

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2. Pela realização do objeto do presente termo o MUNICÍPIO repassará à AGENTE CULTURAL o valor total de R\$ XXX.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento ao à AGENTE CULTURAL será efetuado em moeda corrente nacional, em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a assinatura deste termo, de acordo com o cronograma de desembolso da Prefeitura Municipal.

3.2 Os recursos deste Edital serão transferidos à AGENTE CULTURAL em conta corrente única, da qual seja ele titular, aberta em instituição financeira pública ou privada, podendo ser conta corrente já existente, devendo o recurso recebido ficar obrigatoriamente em aplicação financeira, sendo que os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

3.3 A AGENTE CULTURAL receberá o recurso em uma única parcela, que será depositada em conta corrente indicada pelo mesmo (a), cabendo-lhe a responsabilidade de executar o projeto aprovado durante o período de execução, a contar da data de recebimento do recurso.

CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4. Os preços não serão reajustados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1 Após a convocação para assinatura do termo de execução cultural, à AGENTE CULTURAL terá o prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do termo, sendo que não estando na cidade, poderá fazer por procuração registrada em cartório.

5.2 Transcorrido o prazo sem que o termo de execução cultural tenha sido assinado, a Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento poderá convocar os proponentes remanescentes, obedecendo à ordem de classificação geral.

5.3 O prazo para a execução do projeto será de 10 (dez) meses a contar da data do depósito do recurso financeiro na conta do proponente.

5.4 A AGENTE CULTURAL poderá solicitar prorrogação da execução do projeto por mais 60 (sessenta) dias caso for necessário, mediante solicitação oficial com justificativa, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A)

6.1 Cumprir integralmente o objeto firmado neste termo bem como todas as disposições contidas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023

6.2 Não serão aceitas despesas com alimentação.

6.3 Para Ações Sujeitas à Detenção de Direitos Autorais e/ou Direito de Propriedade Intelectual e demais direitos de terceiros, apresentar licença ou cessão de uso parcial, conforme legislação em vigor.

6.4 A AGENTE CULTURAL compromete-se a realizar pelo menos uma apresentação ou ação do projeto contemplado, de forma pública e gratuita voltada à comunidade local, como contrapartida social em vista do recurso recebido.

6.5 Na contrapartida social deverá ser assegurada a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

6.6 As contrapartidas devem ser executadas até 31 de dezembro de 2024.

6.7 Incluir obrigatoriamente, em todos os produtos, atividades, comunicações, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas, o apoio institucional do Governo Federal, Prefeitura Municipal de Tunápolis, Departamento de Cultura, com as respectivas logomarcas, de acordo com o manual de utilização das logomarcas.

6.8 A AGENTE CULTURAL que tiver interesse poderá encaminhar o cronograma de atividades que serão realizadas no projeto para o e-mail: educacao@tunapolis.sc.gov.br para inclusão das mesmas no calendário de eventos e ou divulgação nos meios de comunicação do município.

6.9 Qualquer modificação nos objetivos do Projeto Cultural sem prévia aprovação por escrito da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento, será considerada inadimplência de obrigações essenciais deste Termo, sujeitando o Contratado às penalidades civis e criminais previstas em lei.

6.10 Qualquer parceria e/ou apoio recebido de outras fontes deverá ser descrito no relatório de prestação de contas, detalhando de que forma se concretizou o apoio.

6.11 A AGENTE CULTURAL responsabilizar-se-á administrativa, civil e criminalmente:

a) Pela autoria do processo de execução do trabalho.

b) Por todos os compromissos e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, bancária, intelectual (direito autoral, inclusive os conexos, e propriedade industrial), bem como quaisquer outros resultantes da contratação objetivada neste edital-regulamento, ficando o MUNICÍPIO isento de qualquer responsabilidade dessa índole.

c) Por todas as contraprestações, custos, encargos e operacionalização referente ao desenvolvimento do projeto selecionado.

d) Por aceitar e receber visitas presenciais da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento durante a realização dos projetos, bem como prestar informações e esclarecimentos sobre o mesmo, sempre que solicitados;

PARÁGRAFO ÚNICO – A Prefeitura Municipal de Tunápolis não tem a obrigação de ceder seus espaços para fins de realização do objeto pactuado neste termo.

6.12 Fica sob responsabilidade dos contemplados todas as contratações, autorizações de espaços, custos, encargos e operacionalizações referentes ao desenvolvimento do projeto selecionado, de acordo com o que foi apresentado na planilha orçamentária.

6.13 A Prefeitura Municipal de Tunápolis, não se responsabiliza pelas licenças e autorizações, como ECAD, SBAT, pagamento de direitos autorais de imagem, texto, música, espaços, entre outras necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos contemplados, sendo estas de total responsabilidade dos proponentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 Após a execução do projeto, a AGENTE CULTURAL deverá encaminhar à Prefeitura Municipal, por meio do Departamento de Cultura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, Relatório Técnico de Comprovação do Objeto Contemplado e Prestação de Contas da utilização dos recursos alocados ao projeto cultural incentivado, de forma a possibilitar a avaliação, dos objetivos alcançados, dos custos reais, da repercussão da iniciativa na sociedade e demais compromissos assumidos pelo proponente, contendo: datas e locais das atividades, registro e quantidade de público atendido, vídeos, fotos, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação, clipagens e documentos que comprovem as ações realizadas e a conclusão do objeto premiado por este edital.

7.2 Deverá acompanhar a prestação de contas, documentos contábeis como notas fiscais e recibos que comprovem a aplicação dos recursos.

7.3 Caso o Relatório Técnico de Comprovação do Objeto Contemplado e a Prestação de Contas da utilização do recurso apresentados não comprovarem a completa realização do Projeto Cultural, a Comissão de Organização e Seleção solicitará diligências.

7.4 A AGENTE CULTURAL deverá guardar, por um período mínimo de 05 (cinco) anos, cópias das movimentações financeiras, extratos, contratos, notas fiscais e demais documentos utilizados para a execução do Projeto Cultural, que poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Prefeitura Municipal para fins de diligências.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

8.1 Arcar com os custos administrativos.

8.2 Publicação do termo de execução cultural;

8.3 Esclarecer as dúvidas que lhes forem apresentadas através do e-mail oficial estabelecido no edital;

8.4 Acompanhar a execução e a qualidade do projeto;

8.5 Cumprir com as condições de pagamento.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1 A AGENTE CULTURAL não cumprindo as obrigações assumidas ou os preceitos legais, que inclui a apresentação de prestação de contas e de relatórios de execução nos prazos fixados implicará na aplicação de uma das seguintes sanções ao proponente, a critério da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento responsável pelo acompanhamento dos projetos:

a) advertência;

b) suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes e que estejam tramitando pelos Editais Municipais;

c) paralisação e tomada de contas do projeto em execução;

d) impedimento de pleitearem qualquer outro incentivo da Prefeitura Municipal e de participarem, como contratados, de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal;

e) inscrição no cadastro de inadimplentes do órgão de controle de contratos e convênios da Secretaria de Finanças do Município, sem prejuízo de outras cominações cíveis, criminais e tributárias decorrentes de fraude ao erário.

9.2 As denúncias relativas a irregularidades na execução dos projetos aprovados, só serão apuradas se estas forem recebidas formalmente pelos canais oficiais da Prefeitura Municipal, que são: Ouvidoria, ofícios etc.

9.3 Os recursos utilizados indevidamente deverão ser devolvidos, acrescidos de juros pela Taxa Selic ou por outra que a venha substituir, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 A rescisão deste termo de execução cultural poderá dar-se por ato unilateral do MUNICÍPIO:

10.1.1 O MUNICÍPIO poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados:

a) o não cumprimento ou cumprimento irregular pela AGENTE CULTURAL das cláusulas contratuais;

b) razões de interesse do serviço público.

10.1.2 No caso de o presente termo de execução cultural ser rescindido por culpa da AGENTE CULTURAL (A), serão observadas as seguintes condições:

a) A AGENTE CULTURAL não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo ao MUNICÍPIO aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) A AGENTE CULTURAL terá o direito de ser reembolsado pelas ações já realizadas ou materiais já entregues, desde que aprovado pelo

MUNICÍPIO, até a data da rescisão, deduzindo-se os prejuízos causados ao MUNICÍPIO;

10.2 A rescisão deste termo de execução cultural também poderá ocorrer por acordo entre as partes ou judicialmente.

10.3 Os casos de rescisão administrativa previstas no Art.77 da Lei 8666/93 importam no reconhecimento pela AGENTE CULTURAL, dos direitos do MUNICÍPIO previstos no presente contrato e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 O presente Termo de Execução Cultural é oriundo da proposta vencedora do Cumprir integralmente o objeto firmado neste termo bem como todas as disposições contidas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL N° 02/2023

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Os recursos previstos na aplicação do presente edital correrão por conta da dotação orçamentária: 88/2023 (3.3.50.00.00.00.00).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES E CASOS OMISSOS

13.1 Os casos de alteração e os casos omissos, serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

14.2 A fiscalização e o controle por parte do MUNICÍPIO, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à AGENTE CULTURAL do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

14.3 O presente termo de execução cultural não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a AGENTE CULTURAL colocar a serviço.

14.4 É vedado à AGENTE CULTURAL delegar ou transferir em todo ou em parte o objeto pactuado neste termo.

14.5 Após a aprovação do projeto não será permitida a transferência de sua titularidade, salvo em casos de falecimento ou invalidez do proponente ou quando ocorrer o desligamento do dirigente da entidade e/ou da empresa.

14.6 Os projetos contemplados neste edital autorizam a Prefeitura Municipal, pela pessoa jurídica do proponente, o uso de seu nome, do título e informações relativas ao projeto, bem como vozes e imagem, sem qualquer ônus, por período indeterminado, para fins exclusivamente promocionais e/ou publicitários, relacionados à área.

14.7 Nenhuma indenização será devida ao proponente pela elaboração, apresentação de documentação e proposta relativa ao presente Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para as questões decorrentes da execução deste termo de execução cultural, fica eleito o Foro da Comarca de Quilombo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do artigo 29 da Constituição Federal.

15.2 E, por estarem justos e contratados, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tunápolis/SC, xxxx de xxxxx de 2023.

XXXXXXXXXXXXXX MUNICÍPIO	XXXXXXXXXXXXXX AGENTE CULTURAL
-----------------------------	-----------------------------------

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____	Nome: _____ CPF: _____
---------------------------	---------------------------

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL N° 02/2023

ANEXO V

MANUAL DE APLICAÇÃO DAS LOGOMARCAS

Os proponentes dos projetos aprovados deverão divulgar, obrigatoriamente, em todos os produtos, atividades, comunicações, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas, o apoio institucional do Governo Federal, Prefeitura Municipal de Tunápolis, Departamento de Cultura, com as respectivas logomarcas.

Proponente	Apoio institucional

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL N° 02/2023

ANEXO VI

MODELO DE RECURSO DE CREDENCIAMENTO

Eu, xxxxx [nome do proponente], proponente do projeto xxxxx [nome do projeto], portador do CPF n. xxxxx, fui inabilitado na fase de

credenciamento do EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023, apresento recurso face ao parecer de credenciamento emitido pela Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento do referido edital.

O objeto de contestação refere-se ao (s) seguinte (s) item (ns):

a) (mencionar o item do edital que ocasionou a inabilitação do proponente);
Contesto este item de acordo com os seguintes motivos:
(faça a fundamentação)

b) (mencionar o item do edital que ocasionou a inabilitação do proponente);
Contesto este item de acordo com os seguintes motivos:
(faça a fundamentação)

Diante do exposto, solicito reconsideração da decisão da comissão, para o deferimento da proposta.

Tunápolis, SC,.... de de 2023.

Assinatura do Proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023

ANEXO VII
RELATÓRIO TÉCNICO DE COMPROVAÇÃO DO OBJETO CONTEMPLADO

1. DADOS DO PROPONENTE

Nome:
CNPJ:
Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)
Data de fundação:
Telefone:
E-mail:
Nome Representante Legal:
CPF:
RG:
Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)
Data Nascimento:
Telefone:
E-mail:

2. DADOS DO PROJETO

2.1 Título:
2.2 Resumo:
2.3 Valor:
2.4 Data de repasse do recurso:
2.5 Data de encerramento do prazo de execução:
2.6 Nº do Termo de Execução Cultural:

3. DADOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 Local (is) de realização:
3.2 Público atendido:
3.3 Objetivos alcançados:
3.4 Repercussão da iniciativa na sociedade:
3.5 Contrapartida Social:
3.6 Acessibilidade:
3.7 Planilha de Custos

Nº	Item de despesa	Unidade	Qtd	Valor unitário	Valor total

Planilha Orçamentária detalhada, contendo os itens de despesa e suas unidades, quantidades, valores unitários e valor total do Projeto. Incluir o desconto de Imposto de Renda retido na fonte, para Pessoa Física.

3.8 Equipe técnica

PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO PROJETO APROVADO		PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO PROJETO EXECUTADO	
NOME	FUNÇÃO	NOME	FUNÇÃO
1.		1.	
2.		2.	
3.		3.	
4.		4.	
5.		5.	

Eu xxxxx [nome do proponente] declaro que entreguei 02 (duas) vias do Relatório técnico de comprovação do objeto contemplado, encadernadas, paginadas e assinadas. Uma das cópias foi assinada com "Recebido" pela Prefeitura Municipal/Departamento de Cultura e permanece em minha posse e estou ciente que deverei guardar a referida cópia. Estou ciente ainda de que deverei guardar, por um período mínimo de 05 (cinco) anos, cópias das movimentações financeiras, extratos, contratos, notas fiscais e demais documentos utilizados para a execução do Projeto Cultural, que poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Prefeitura Municipal para fins de diligências.

Tunápolis, SC,.... de de 2023.

Assinatura do Proponente

ANEXAR

- Fotos e vídeos com datas e locais das atividades
- Registro e quantidade de público atendido (lista de presença e outros)
- Material de divulgação, clipagens e documentos que comprovem as ações realizadas e a conclusão do objeto premiado.
- Indicar parceria e/ou apoio recebido de outras fontes
- Documentos contábeis como notas fiscais e recibos (nos casos previstos na legislação), que comprovem a aplicação dos recursos, bem como os extratos bancários do período de utilização dos recursos.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023

ANEXO VIII

PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO PROJETO APROVADO

1. DADOS DO PROPONENTE

Pessoa Jurídica

Nome:

CNPJ:

Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)

Data de fundação:

Telefone:

E-mail:

Nome Representante Legal:

CPF:

RG:

Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)

Data Nascimento:

Telefone:

E-mail:

2. DADOS DO PROJETO

Título:

Resumo:

Valor:

Data de repasse do recurso:

Data de encerramento do prazo de execução:

Nº do Termo de Execução Cultural:

3. MOTIVO DO REQUERIMENTO (assinale a opção desejada)

	Alteração da realização da ação: data, local, horários, público atendido;
	Alteração da distribuição do produto: entidade, local, quantidade;

	Alteração de equipe técnica do projeto;
	Solicitação de prorrogação do prazo de execução do projeto;
	Outras solicitações de alteração: _____

4. JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO

(Justifique a solicitação, descrevendo detalhadamente os motivos da alteração. Não será analisada/aprovada readequação que altere o objeto do projeto contemplado. As solicitações devem ser apresentadas pelo menos 15 (quinze) dias antes da realização da ação prevista, distribuição do produto e/ou término da execução. Informar detalhadamente datas horários, e demais detalhes que serão alterados, comparando o que foi aprovado e o que será alterado. Anexar novas anuências de acordo com as alterações propostas. No caso de solicitação de prorrogação, informe o período que deseja de acordo com os prazos previsto no edital).

Tunápolis /SC, ... de ...de 2023.

Assinatura do proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 02/2023

ANEXO IX AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____
e CPF nº _____, representando a _____ CNPJ _____, inscrito no Edital de Concurso Público n. 02/2023, declaro ser:

- ☐ NEGRO(A) (PRETO/A)
☐ NEGRO(A) (PARDO/A)
☐ INDÍGENA

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: (justificar)

Declaro, ainda, estar ciente de que a constatação de inverdade ou de fraude nesta declaração, apurada em qualquer momento, inclusive posteriormente à esta inscrição, em procedimento que me assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de minha inscrição no Edital de Concurso Público n. 02/2023, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Tunápolis /SC, ... de ...de 2023.

Assinatura do proponente

EDITAL LEI PAULO GUSTAVO 03/2023

Publicação Nº 5092567

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023
Lei Paulo Gustavo – Demais áreas

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Marino José Frey, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de CONCURSO, para "SELECIONAR E PREMIAR PROJETOS ARTÍSTICO-CULTURAIS, DE AGENTES CULTURAIS ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ATENDENDO AOS DISPOSITIVOS DO ART. 8º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO", em conformidade com Lei Complementar n. 195/2022, Decreto 11.453/2023 e Decreto n. 11.525/2023, recebendo as propostas até o dia 16/10/2023, às 09:00 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 17/10/2023 às 09:00 horas, na casa da cultura, situado a rua João Castilho, nº 298 - Centro, Tunápolis – SC.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Edital de Concurso, a seleção e premiação de projetos artístico-culturais de agentes culturais estabelecidos no município de Tunápolis, atendendo aos dispositivos do art. 8º da Lei complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

1.2 Os projetos culturais participantes deste Concurso deverão atender aos objetivos definidos na Lei Paulo Gustavo, e o Plano de Ação cadastrado pelo município na Plataforma Transferegov, com ações de Apoio ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária; Apoio, de forma exclusiva ou em complemento a outras formas de financiamento, a agentes, a iniciativas, a cursos ou produções ou a manifestações culturais, inclusive a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais e a circulação de atividades artísticas e culturais já existentes.

2. DAS COMISSÕES

2.1 A elaboração do Edital e a Seleção dos projetos realizar-se-á por meio de Comissões nomeadas por ato convocatório do Prefeito Municipal, sendo elas:

2.1.1 Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento: convocada com a finalidade de elaborar o Edital, os formulários específicos, promover a análise jurídica e técnica dos participantes, realizar o monitoramento e fiscalização dos projetos contemplados e demais atividades necessárias para execução do Edital, sendo formada por 3 (três) pessoas da equipe do Governo Municipal.

2.1.2 Comissão de Análise de Projetos: convocada com a finalidade de promover a análise de mérito dos projetos, sendo formada por profissionais com conhecimento nas diversas áreas abrangidas por este Edital.

2.2 Enquanto estiverem no exercício de suas funções, é proibido aos membros das Comissões representar ou fazer parte da equipe técnica dos projetos concorrentes ou mesmo atuar no projeto, em qualquer atividade ou função.

3. DOS VALORES E DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

3.1 Compõem o montante orçamentário deste Edital, recursos oriundos do Governo Federal por meio da Lei complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo, sendo R\$ 16.627,64 (dezesesseis mil, seiscentos e vinte e sete reais, sessenta e quatro centavos).

3.2 Os recursos previstos na aplicação do presente edital correrão por conta da dotação orçamentária: despesa 88/2023.

3.3 Os recursos financeiros deste Edital serão distribuídos da seguinte forma:

AÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Apoio ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária; Apoio, de forma exclusiva ou em complemento a outras formas de financiamento, a agentes, a iniciativas, a cursos ou produções ou a manifestações culturais, inclusive a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais e a circulação de atividades artísticas e culturais já existentes.	01 projeto	16.627,64

4. COTAS

4.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias de valores deste edital, nas seguintes proporções:

a) no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

b) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

4.2 As cotas para os grupos indicados no item 4.1 serão de 01 (um) projeto para cada Inciso deste Edital.

4.3 As vagas não preenchidas pelas cotas por falta de inscritos ou projetos que não tirem a nota mínima, serão destinadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

4.4 Para concorrer às cotas as pessoas jurídicas devem comprovar quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.

4.5 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo IX.

4.6 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão habilitar-se a participar do concurso:

5.1.1 Pessoa jurídica, estabelecida no município de Tunápolis há pelo menos 01 ano, que apresente experiência prévia na realização do objeto proposto ao Edital, tenha finalidade artístico-cultural expressa em seu Estatuto para o caso de entidades, e no Contrato social ou Certificado de Micro Empreendedor Individual para empresas, e proponha projeto de natureza cultural, que potencialize ações nas áreas de sua abrangência.

5.2 Referente à comprovação de residência e domicílio há pelo menos 01 (um) ano em Tunápolis, a mesma se dará por meio dos documentos de constituição.

5.3 É vedada a participação neste Edital de:

5.3.1 Integrante de alguma das Comissões envolvidas na execução do Edital;

5.3.2 Pessoas jurídica que esteja inadimplente com a Fazenda Pública Municipal;

5.3.3 Pessoas jurídica que esteja inadimplente com prestação de contas de projeto anterior;

5.3.4 Pessoas jurídica que não tenha domicílio no município;

5.3.5 Pessoa jurídica que tenha, na composição de sua diretoria, membros diretamente ligados aos gestores públicos municipais ou pessoa física inadimplente com prestação de contas de projeto realizado anteriormente;

5.3.6 Pessoa jurídica que não tenha por objeto o exercício de atividades na área artístico-cultural.

5.4 As vedações previstas entre os itens 5.3.1 e 5.3.5 estendem-se aos parentes até o segundo grau, bem como aos cônjuges ou companheiros, quer na qualidade de pessoa física, quer por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios, no que se refere o projeto que envolva ou beneficie diretamente à pessoa impedida.

5.5 Os projetos concorrentes a este Edital, não sofrerão qualquer restrição quanto à temática abordada, desde que não caracterizem apologia a crimes previstos em lei e dogma religioso.

5.6 Ao se inscreverem, os proponentes concorrentes reconhecem a inexistência de plágio no projeto, assumindo e respondendo por eventuais acusações ou pleitos neste sentido.

5.7 O Proponente poderá inscrever mais de um projeto. Caso venha a ser selecionado em mais de 01 (um) projeto, caberá à Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento selecionar aquele que tiver obtido a maior nota de classificação, observado o item 8.

5.8 Inexistindo concorrência e havendo sobra de recursos, um mesmo proponente poderá ser contemplado em mais de 01 (um) projeto.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições são gratuitas e ficarão abertas no período de 24/08/2023 a 22/09/2023, e serão efetuadas na casa da cultura, situado a rua João Castilho, 298, Centro, Tunápolis – SC, de segunda a sexta, das 07h30min às 17h15min.

6.2 As inscrições serão efetuadas mediante entrega de um ÚNICO envelope lacrado e identificado, no seu exterior com os itens abaixo especificados:

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023

Lei Paulo Gustavo – Demais áreas

Nome do proponente: (especificar o nome do proponente do projeto)

Nome do projeto: (especificar o nome do projeto) 6.3 Não serão aceitos envelopes que contenham mais que uma proposta em seu interior. Cada proposta, mesmo sendo do mesmo proponente, deverá ser encaminhada em envelopes separados. Em cada envelope não poderá conter nenhum outro tipo de identificação além da citada neste edital.

6.4 Somente serão aceitas assinaturas de próprio punho em documento original integralmente digitalizado ou assinaturas digitais com certificado ICP Brasil, incluindo a assinatura eletrônica do GOV.BR, sendo vedados recortes ou excertos de assinaturas extraídos de outros documentos.

6.5 Dentro do ENVELOPE deverá conter a seguinte documentação:

a) Formulário de Inscrição devidamente preenchido e assinado, conforme o Anexo I.

b) Fotocópia de Documento de identificação civil com foto (CI ou CNH ou RNE) e que contenha o número do CPF (frente e verso) do dirigente e ou representante legal, caso o documento de identificação não contenha o número de CPF, deverá também apresentar a cópia digitalizada do documento do CPF;

c) Documento de Constituição:

c.1) Registro comercial, requerimento de empresário vigente ou certificado de microempreendedor individual, devidamente registrado, quando for o caso;

c.2) Ato Constitutivo, Estatuto da Entidade ou Contrato Social em vigor e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de entidades sem fins lucrativos ou sociedades por ações, acompanhada dos documentos comprobatórios da eleição de sua diretoria e/ou seus administradores, em vigor, devidamente registrado, quando for o caso;

c.3) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, devidamente registrado, quando for o caso;

d) Comprovante de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, que comprove existência no Município de Tunápolis há pelo menos 01 (um) ano.

e) Declaração de Ausência de Impedimentos, de acordo com o modelo disponível no Anexo II deste edital.

f) Uma cópia impressa do Formulário do Projeto Técnico, de acordo com o Anexo III, sendo obrigatório o preenchimento de todos os itens do formulário, projetos apresentados em outros formatos serão desclassificados.

g) Uma cópia impressa do Portfólio/Currículo do Proponente, e Portfólio/Currículo resumido da equipe técnica.

h) Autodeclaração étnico-racial, conforme Anexo IX.

i) Cópia impressa de outras informações adicionais como Declarações, Autorizações, Planejamento Pedagógico, arquivos de fotos, esquemas, maquetes, partituras, roteiros, textos, arquivos de áudios ou vídeos e outras informações e documentos complementares que o Proponente julgar necessário para facilitar o entendimento do Projeto.

j) Projetos que tenham como finalidade propor ações de formação cultural com a realização de cursos ou oficinas deverão apresentar Plano de Ação, contendo currículo dos ministrantes, carga horária, local de realização, público-alvo, estimativa de público a ser atendida, conteúdos a serem trabalhados.

k) Projetos que tenham como finalidade propor montagem e circulação de espetáculos deverão apresentar Plano de Montagem e Circulação, contendo sinopse do espetáculo, currículo dos integrantes, locais de apresentação, público-alvo, estimativa de público a ser atendida.

l) Para publicações como livros, catálogos, cartilhas, livretos, apresentar cópia integral, ou primeiro capítulo e ou introdução, do texto a ser publicado ou Projeto Editorial, redigido em língua portuguesa ou, em casos específicos, contendo sua tradução, previsão da tiragem pretendida, bem como a forma de distribuição e a descrição do formato da publicação e materiais (dimensões, material utilizado, gramatura do miolo, capas e encartes, entre outras informações);

m) Projetos que produzam publicações como livros, catálogos, cartilhas, livretos, entre outros similares, deverão doar 0,5% (cinco por cento) do material produzido para a Biblioteca Pública, que poderá distribuir o material a escolas municipais, bibliotecas ou outros espaços de cultura e educação.

n) Projetos que tenham por finalidade montar estruturas artísticas e ou alegóricas deverão apresentar esboço detalhado.

o) Para Ações Sujeitas à Detenção de Direitos Autorais e/ou Direito de Propriedade Intelectual e demais direitos de terceiros, apresentar licença ou cessão de uso parcial, conforme legislação em vigor.

p) Os documentos que compõem o envelope deverão ser enviados por meio de cópia digital (formato pdf) para educacao@tunapolis.sc.gov.br sendo remetido ao proponente resposta ao e-mail com comprovação de recebimento.

q) Será permitido o envio de arquivos por meio de armazenamento “nuvem” para complementar o Projeto Técnico, com endereço de acesso fornecido em arquivo tipo pdf anexado no e-mail, ficando sob responsabilidade do proponente a permissão/liberação de acesso.

r) Serão desclassificados os proponentes que não enviarem o envelope da forma prevista neste Edital ou não enviarem o e-mail com os arquivos digitais em pdf, no prazo estabelecido.

s) Não serão aceitas inscrições e materiais fora do período estabelecido neste Edital.

t) O Governo Municipal não se responsabiliza por eventuais problemas técnicos relacionados às mídias, em páginas de internet disponibilizadas pelo proponente ou com a permissão de arquivos armazenados em “nuvem”.

6.5.1 A autenticidade das certidões e comprovantes poderá ser emitida por meio de sistema eletrônico (internet).

6.5.2 As cópias de documentos solicitados devem ser legíveis, sem rasuras e válidos.

6.5.3 A Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento reserva-se o direito de estabelecer diligências que considerar necessárias, podendo solicitar ao Proponente, a qualquer tempo, a entrega de documentos comprobatórios dos conteúdos autodeclarados neste Edital.

6.5.4 A não apresentação de qualquer um dos documentos listados acima ou sua apresentação em desacordo com o estabelecido no Edital implicará na desclassificação do proponente.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1 A etapa de credenciamento, de caráter eliminatório, compreende a verificação da inscrição do proponente, observando se o mesmo cumpre as exigências previstas no Edital.

7.2 A Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento realizará a etapa de credenciamento, com abertura dos envelopes e divulgação dos proponentes credenciados, em ato público conforme cronograma, tendo como local a Prefeitura Municipal.

7.3 Os Envelopes serão abertos no ato, pela Comissão, para conferência da ficha de inscrição e demais documentos.

7.4 O Formulário do Projeto Técnico de cada proponente será encaminhado para a Comissão de Análise de Projetos.

7.5 Os proponentes que não apresentarem a documentação devidamente preenchida e assinada, serão desclassificados no ato público de abertura dos envelopes.

7.6 A lista de credenciados e não credenciados será publicada posteriormente no site da Prefeitura, disponível em <https://tunapolis.sc.gov.br/>.

7.7 Da decisão que não credenciar a inscrição por irregularidades na entrega e/ou preenchimento incorreto dos Formulários caberá recurso a ser protocolado por correspondência eletrônica para o endereço: <https://tunapolis.sc.gov.br/> no prazo de 02 (dois) dias após a divulgação dos proponentes credenciados, impreterivelmente.

7.8 Os recursos serão julgados pela Comissão e publicados no site da Prefeitura Municipal, disponível em <https://tunapolis.sc.gov.br/>, conforme cronograma.

7.9 É de responsabilidade exclusiva do proponente, acompanhar as informações no site.

8. DA SELEÇÃO DOS PROJETOS

8.1 As propostas credenciadas serão avaliadas pela Comissão de Análise de Projetos, composta por profissionais com conhecimento nas áreas abrangidas por este Edital.

8.2 Os membros da Comissão de Análise de Projetos serão selecionados pelo Governo Municipal, a partir da análise do currículo cultural dos mesmos, sendo profissionais, sem vínculo com os proponentes ou projetos inscritos.

8.3 Para os projetos que não apresentarem o material exigido em cada área ficará a critério da Comissão de Análise de Projetos sua desclassificação.

8.4 Para efeito de pontuação e classificação, serão considerados os seguintes critérios de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Relevância artístico-cultural do projeto – possibilidade de retratar e potencializar o desenvolvimento cultural local e regional, no seu universo de abrangência; capacidade de agregar parcerias e alianças.	0 a 30
Capacidade técnica do proponente e demais profissionais envolvidos no projeto para sua execução – capacidade do proponente e dos demais profissionais envolvidos de realizar, com êxito, o projeto proposto, comprovada por intermédio dos currículos, documentos e materiais apresentados.	0 a 30
Contrapartida social e caráter multiplicador do projeto – impacto sociocultural do projeto; interesse público do projeto; importância da ação para os beneficiados, sejam estes profissionais envolvidos e/ou público participante.	0 a 20
Viabilidade de execução e originalidade do projeto – conteúdo relevante, concepção artística inovadora, capacidade de preencher lacuna ou carência constatada na comunidade onde será desenvolvido, descrição clara e objetiva da conveniência de sua execução.	0 a 10
Adequação orçamentária do projeto – proposta orçamentária que especifique todos os itens de despesa do projeto, de forma detalhada e compatível com preços de mercado, e planilha financeira que demonstre que o projeto é viável e exequível, de acordo com a proposta apresentada.	0 a 09
AÇÕES AFIRMATIVAS: Será concedido um ponto extra para projetos inscritos por proponentes mulheres, povos tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, populações nômades, pessoas do segmento LGBTQIA+, pessoas com deficiência e de outras minorias, estimulando o protagonismo de grupos minorizados socialmente, conforme Art. 17 da Lei Complementar n. 195/2022 e Art. 16 do Decreto n. 11.525/2023. As pessoas jurídicas podem se enquadrar neste quesito, desde que possuam quadro societário majoritariamente composto por pessoas de algum dos grupos acima descritos. A avaliação deste quesito e incorporação da pontuação será realizada quando o proponente indicar na justificativa do projeto estar incluso em algum dos grupos descritos.	1
TOTAL	100

8.5 Cada Projeto receberá 01 (uma) única nota da Comissão, acompanhada de parecer técnico descritivo.

8.6 Finalizada a etapa de avaliação, a Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento irá elaborar lista com as notas dos Projetos

avaliados e fará a classificação, sequencialmente, da maior para a menor pontuação, com base nas notas das pontuações dos classificados e dos respectivos suplentes, quando couber, considerando as cotas.

8.7 Os projetos que não alcançarem o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação geral, segundo os critérios de avaliação, serão desclassificados.

8.8 Os projetos qualificados neste Edital deverão ser obrigatoriamente listados em ordem de classificação, sendo beneficiados os primeiros da lista até atingir o montante financeiro definido.

9. DOS RESULTADOS

9.1 Serão selecionados os projetos que atingirem a maior pontuação de acordo com os critérios previstos no item 8.4. Em caso de empate, o critério de desempate será a maior nota do item Relevância artístico-cultural do Projeto. Caso o empate permaneça, os itens de desempate seguirão a ordem de critérios previstos no item 8.4 deste edital.

9.2 Serão automaticamente desclassificados os projetos que não corresponderem aos critérios mencionados.

9.3 O resultado da classificação geral dos projetos selecionados, será divulgado no site da Prefeitura Municipal, disponível em <https://tunapolis.sc.gov.br/>, conforme cronograma.

9.4 Do resultado da classificação geral, no tocante a documentação, caberá recurso que deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias após a divulgação dos proponentes classificados, impreterivelmente.

9.5 Os recursos deverão se embasar expressamente em possíveis irregularidades/inconformidades com o regulamento disposto neste Edital, não cabendo recurso quanto ao mérito estético do julgamento dos projetos, por parte da Comissão de de Análise de Projetos, visto que este é de caráter subjetivo.

9.6 Os resultados dos recursos serão informados no site da Prefeitura Municipal, disponível em <https://tunapolis.sc.gov.br/>, conforme cronograma.

10. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

10.1 Os selecionados, deverão enviar Documentação Complementar no formato digital, em até 2 (dois) dias úteis da divulgação do resultado final, pelo e-mail educacao@tunapolis.sc.gov.br, da seguinte forma:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e a Débitos da Previdência Social;
- b) Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- c) Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pela Fazenda Pública Municipal;
- d) Certidão Negativa de Débitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) Dados da conta corrente para depósito do recurso;

10.2 Após o envio da documentação complementar, será remetido ao proponente resposta ao e-mail com comprovante de recebimento.

10.3 Será aceita Certidão Positiva com Efeitos de Negativa nos casos em que for solicitada Certidão Negativa de Débitos.

10.4 Os documentos enviados como documentação complementar devem ser legíveis, sem rasuras e estar dentro do prazo de validade.

10.5 Havendo alguma restrição nos documentos apresentados para comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação, prorrogáveis por igual período, a critério exclusivo da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento.

10.6 A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na desclassificação do proponente e convocação do respectivo suplente.

10.7 Concluída a análise da Documentação Complementar, o proponente contemplado será chamado para assinatura do termo de execução cultural.

11. DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

11.1 Após a divulgação do resultado final e entrega da documentação complementar, a Prefeitura Municipal convocará os proponentes contemplados para que efetuem a assinatura do Termo de Execução Cultural, conforme minuta disponível no Anexo IV.

11.2 Transcorrido o prazo estabelecido quando convocado, sem que o Termo de Execução Cultural tenha sido assinado, a Comissão poderá convocar os proponentes remanescentes, obedecendo à ordem de classificação geral.

12. DO PAGAMENTO

12.1 Os recursos deste Edital serão transferidos a cada proponente em conta corrente única, da qual seja ele titular, aberta em instituição financeira pública ou privada, podendo ser conta corrente já existente, devendo o recurso recebido ficar obrigatoriamente em aplicação financeira, sendo que os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

12.2 Os contemplados receberão o recurso em parcela única, que será depositada em conta corrente, após a assinatura do termo de execução cultural.

12.3 A previsão de pagamento dos projetos contemplados é de 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de execução cultural, de acordo com o cronograma de desembolso da Prefeitura Municipal.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1 Os proponentes contemplados poderão receber visitas presenciais da Comissão Organização, Seleção e Monitoramento, durante o período de realização dos projetos, ou ainda prestar informações e esclarecimentos sobre o mesmo.

13.2 Os projetos contemplados por este edital deverão ser executados no prazo máximo de 10 (dez) meses a contar da data de depósito do recurso.

13.3 O proponente poderá solicitar prorrogação da execução do projeto por mais 60 (sessenta) dias caso for necessário, mediante solicitação

oficial com justificativa (Anexo VIII), encaminhada impressa e assinada pelo proponente ao Departamento de Cultura do município, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

13.4 Ficam sob responsabilidade dos contemplados todas as contratações, autorizações de espaços, custos, encargos e operacionalizações referentes ao desenvolvimento do projeto selecionado, de acordo com o que foi apresentado na planilha orçamentária.

13.5 Não serão aceitas despesas com alimentação.

13.6 Os proponentes dos projetos aprovados deverão divulgar, obrigatoriamente, em todos os produtos, atividades, comunicações, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas, o apoio institucional do Governo Federal, Prefeitura Municipal de Tunápolis, Departamento de Cultura, com as respectivas logomarcas, de acordo com o Manual de Utilização das Logomarcas (Anexo V), sob pena de serem considerados inadimplentes.

13.7 O proponente que tiver interesse poderá encaminhar o cronograma de atividades que serão realizadas no projeto para o e-mail: educacao@tunapolis.sc.gov.br para inclusão das mesmas no calendário de eventos e ou divulgação nos meios de comunicação do município.

13.8 Qualquer modificação nos objetivos do Projeto Cultural sem prévia aprovação por escrito da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento, será considerada inadimplência de obrigações essenciais de Contrato, sujeitando o Contratado às penalidades civis e criminais previstas em lei.

14. DA ACESSIBILIDADE

14.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

- a) no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
- b) no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
- c) no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

14.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

- a) adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
- b) utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- c) medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
- d) contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
- e) oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

14.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

14.4 A utilização do percentual mínimo de 10% pode ser excepcionalmente dispensada quando:

- a) for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
- b) quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

14.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

15. DA CONTRAPARTIDA

15.1 Os proponentes contemplados neste edital deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:

I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e

II - sempre que possível, exposições com interação popular por meio da internet ou exposições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.

15.2 As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário do Projeto Técnico e devem ser executadas até 31 de outubro de 2024.

15.2 As despesas que envolvam execução da Contrapartida Social, são consideradas itens não financiáveis, não devendo constar rubricas referentes às mesmas na Planilha Orçamentária, pois as mesmas correrão por conta do Proponente.

16. DA COMPROVAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO PROJETO CONTEMPLADO

16.1 Após a execução do projeto, o proponente premiado deverá encaminhar à Prefeitura Municipal de Tunápolis, por meio do Departamento de Cultura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, Relatório Técnico de Comprovação do Objeto Contemplado (Anexo VII) e Prestação de Contas da utilização dos recursos alocados ao projeto cultural incentivado, de forma a possibilitar a avaliação, dos objetivos alcançados, dos custos reais, da repercussão da iniciativa na sociedade e demais compromissos assumidos pelo proponente, contendo: datas e locais das atividades, registro e quantidade de público atendido, vídeos, fotos, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação, clipagens e documentos que comprovem as ações realizadas e a conclusão do objeto premiado por este edital.

16.2 Qualquer parceria e/ou apoio recebido de outras fontes deverá ser descrito no relatório de prestação de contas, detalhando de que forma se concretizou o apoio.

16.3 Deverá acompanhar a prestação de contas, documentos contábeis como notas fiscais e recibos que comprovem a aplicação dos recursos.

16.4 Caso o Relatório Técnico de Comprovação do Objeto Contemplado e a Prestação de Contas da utilização do recurso apresentados não

comprovarem a completa realização do Projeto Cultural, a Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento solicitará diligências.

16.5 O Proponente deverá guardar, por um período mínimo de 05 (cinco) anos, cópias das movimentações financeiras, extratos, contratos, notas fiscais e demais documentos utilizados para a execução do Projeto Cultural, que poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Prefeitura Municipal para fins de diligências.

17. DAS PENALIDADES

17.1 A não apresentação de Relatório Técnico de Comprovação do Objeto Contemplado e Prestação de Contas nos prazos fixados implicará na aplicação de uma das seguintes sanções ao proponente, a critério da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento responsável pelo acompanhamento dos projetos:

17.1.1 advertência;

17.1.2 suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes e que estejam tramitando pelos Editais Municipais;

17.1.3 paralisação e tomada de contas do projeto em execução;

17.1.4 impedimento de pleitearem qualquer outro incentivo da Prefeitura Municipal e de participarem, como contratados, de eventos promovidos pelo Governo Municipal;

17.1.5 inscrição no cadastro de inadimplentes do órgão de controle de contratos e convênios da Secretaria de Finanças do Município, sem prejuízo de outras cominações cíveis, criminais e tributárias decorrentes de fraude ao erário.

17.2 As denúncias relativas a irregularidades na execução dos projetos aprovados, só serão apuradas se estas forem recebidas formalmente pelos canais oficiais da Prefeitura Municipal, que são: ouvidoria, ofícios etc.

17.3 Os recursos utilizados indevidamente deverão ser devolvidos, acrescidos de juros pela Taxa Selic ou por outra que a venha substituir, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste regulamento.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 De forma a contribuir com a inscrição por participantes que tenham deficiência, necessidades especiais, não sejam alfabetizados ou com dificuldade no uso de ferramentas tecnológicas e digitais, o Departamento de Cultura ficará a disposição dos participantes para colaborar e orientar o processo de inscrição e participação no edital.

18.2 As despesas administrativas para realização deste Edital serão custeadas com recursos próprios da Prefeitura Municipal.

18.3 As despesas administrativas com a contratação da Comissão de Análise de Projetos serão custeadas com recursos repassados pelo Governo Federal - Lei Paulo Gustavo.

18.4 A Prefeitura Municipal de Tunápolis, não se responsabiliza pelas licenças e autorizações, como ECAD, SBAT, pagamento de direitos autorais de imagem, texto, música, espaços, entre outras necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos contemplados, sendo estas de total responsabilidade dos proponentes.

18.5 Os projetos contemplados neste edital autorizam a Prefeitura Municipal, o uso de seu nome, do título e informações relativas ao projeto, bem como vozes e imagem, sem qualquer ônus, por período indeterminado, para fins exclusivamente promocionais e/ou publicitários, relacionados à área cultural.

18.6 Nenhuma indenização será devida ao proponente pela elaboração, apresentação de documentação e proposta relativa ao presente Edital.

18.7 Após a aprovação do projeto não será permitida a transferência de sua titularidade, salvo em casos de falecimento ou invalidez do proponente ou quando ocorrer o desligamento do dirigente da entidade e/ou da empresa.

18.8 É de responsabilidade dos concorrentes acompanharem os resultados da seleção e etapas deste Edital através dos meios de divulgação informados pela Prefeitura Municipal.

18.9 O presente edital ficará a disposição dos interessados no site: <https://tunapolis.sc.gov.br/>

18.10 Outros esclarecimentos poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico: educacao@tunapolis.sc.gov.br identificando no assunto DÚVIDA EDITAL LEI PAULO GUSTAVO.

18.11 Os casos omissos neste Edital serão apreciados com fundamento na legislação vigente, pela Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento juntamente com a Procuradoria do Município.

18.12 Fazem parte deste edital os seguintes documentos complementares:

18.12.1 Anexo I – Formulário de Inscrição;

18.12.2 Anexo II – Declaração de Ausência de Impedimentos;

18.12.3 Anexo III – Formulário do Projeto Técnico;

18.12.4 Anexo IV – Minuta de Termo de Execução Cultural;

18.12.5 Anexo V – Manual de Utilização das Logomarcas;

18.12.6 Anexo VI – Modelo de recurso credenciamento;

18.12.7 Anexo VII – Relatório técnico de comprovação do objeto contemplado;

18.12.8 Anexo VIII – Pedido de alteração do projeto aprovado;

18.12.9 Anexo IX – Autodeclaração étnico-racial.

CRONOGRAMA

24/08/2023 -22/09/2023	Período de inscrições
25/09/2023	Abertura dos envelopes e divulgação dos credenciados
26 e 27/09/2023	Período de recurso
28/09/2023	Julgamento de recurso e divulgação de resultados
29/09 a 06/10/2023	Avaliação técnica dos projetos
09/10/2023	Divulgação dos projetos contemplados
09 e 10/10/2023	Período de recurso
11/10/2023	Julgamento de recurso e divulgação final
13/10/2023	Envio da documentação complementar

16/10/2023	Assinatura de termos
Até 27/10/2023	Pagamentos

Tunápolis, 23 de agosto de 2023

Marino José Frey
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023

ANEXO I FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. DADOS DO PROPONENTE

Nome:
CNPJ:
Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)
Data de fundação:
Telefone:
E-mail:
Nome Representante Legal:
CPF:
RG:
Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)
Data Nascimento:
Telefone:
E-mail:

2. DADOS DO PROJETO

Título: [Título/Nome do projeto]
Resumo: [descrição resumida de até 5 linhas, do objeto e resultados do projeto]
Valor: [valor solicitado]
Inciso: [conforme item 1.2]

Preencher o item abaixo, caso almeje concorrer à vaga nas cotas étnico-raciais, como:

- ☐ NEGRO(A) (PRETO/A)
☐ NEGRO(A) (PARDO/A)
☐ INDÍGENA

Preencher o item abaixo, caso se enquadre em algum dos grupos das ações afirmativas:

- ☐ MULHERES
☐ POVOS TRADICIONAIS, INCLUSIVE DE TERREIRO E QUILOMBOLAS
☐ POPULAÇÕES NÔMADES
☐ PESSOAS DO SEGMENTO LGBTQIA+
☐ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
☐ OUTRAS MINORIAS. DETALHAR _____

Tunápolis, SC,de de 2023.

Assinatura do proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023

ANEXO II DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Eu, xxxxx, CPF nº xxxxx, e RG nº xxxxx, Órgão Expedidor/UF xxxxx/xx, representando a xxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ xxxxxx, DECLARO para fins de participação no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023 que:

- a) Li e estou de acordo com edital acima citado e cumprirei as exigências e prazos estabelecidos.
b) Que a pessoa jurídica que represento está estabelecida em Tunápolis há pelo menos 01 (um) ano, desde _____.
c) Não integro e não tenho parentesco com os integrantes da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento.
d) Não sou servidor público ativo, servidor terceirizado, prestador de serviço, agente político e não possuo vínculo empregatício direto e/ou indireto, e que também não tenho familiares até 2º grau de parentesco como gestores na Prefeitura Municipal.
f) Que não estou em situação de pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas em contratos e/ou convênios celebrados com o Município de Tunápolis.
g) Tenho conhecimento das normas antifraude e anticorrupção previstas na legislação, entre as quais a Lei n. 8.429/1992 e Lei n. 12.846/2013,

seus regulamentos e normas complementares.

h) Reconheço a autoria do projeto apresentado a este Edital e a inexistência de plágio no projeto, assumindo e respondendo por eventuais acusações ou pleitos neste sentido.

i) Conheço as normativas federais da Lei Complementar n. 195/2022, Decreto 11.453/2023 e Decreto 11.525/2023.

j) Estou ciente que responderei civil e criminalmente por toda a informação aqui prestada.

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA OU SOCIEDADE EMPRESARIAL		
Nome completo	CPF	Função
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		

Tunápolis, SC,de de 2023.

Assinatura do proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023

ANEXO III

FORMULÁRIO DO PROJETO TÉCNICO

*Obrigatório o preenchimento seguindo o formato e os tópicos deste formulário.

1. DADOS DO PROJETO

1.1 Título: [Título/Nome do projeto]

1.2 Resumo: [descrição resumida de até 5 linhas, do objeto e resultados do projeto]

1.3 Valor: [valor solicitado]

1.4 Inciso: [conforme item 1.2]

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral [descrever, resumidamente, qual o principal resultado e/ou finalidade que o projeto pretende alcançar].

1.5.2 Objetivos específicos [descreve, todas as ações que serão realizadas no projeto, bem como os produtos específicos que serão oferecidos à população. Os objetivos específicos devem ser mensuráveis e devidamente comprovados na prestação de contas].

1.6 Justificativa [Apresente a relevância do projeto e o porquê da necessidade do uso do Mecanismo Incentivo a Projetos Culturais para financiamento desta ação. Descreva as razões pelas quais foi proposto o projeto, a importância para o proponente, a sociedade e setor ao qual se destina; relevância cultural e os resultados pretendidos. Se possível, mostrar os indicadores que confirmam as informações apresentadas].

1.7 Local de realização [Qual(is) os bairros, cidades ou espaços de realização das ações e quais as justificativas da escolha]

1.8 Público-alvo [Perfil qualitativo do público-alvo citando faixa etária, gênero, etnia, profissão, formação, classe econômica, entre outros, e qual o público estimado de abrangência do Projeto, citando o quantitativo numérico dos beneficiados direta e indiretamente.]

1.9 Plano de divulgação [Descrever os materiais/meios de promoção e as quantidades que serão utilizadas para a divulgação do projeto. Exemplo: 01 banner 70X100; 500 cartazes 40x40, etc].

1.10 Contrapartida Social [Informar as ações de contrapartida social que o projeto propõe].

1.11 Acessibilidade [Descrever se haverá alguma medida de acessibilidade no projeto, por exemplo audiodescrição, intérprete de libras, braille, mediador de comunicação, escrita objetiva, materiais multissensoriais, acesso livre de barreiras arquitetônicas e atitudinais, rampa de acesso, etc. Justificar caso não haja acessibilidade].

1.12 Ficha Técnica [Nome, N. RG, N. CPF, endereço, currículo resumido da equipe técnica principal. Informar os profissionais envolvidos na realização do projeto, informações que qualifiquem a capacidade técnica para a realização do projeto. O proponente poderá incluir currículo resumido dos integrantes a fim de comprovar a capacidade de realização].

1.13 Etapas e Período de execução [Descrição das etapas necessárias para a realização do projeto em ordem cronológica de execução: pré-produção, produção, pós-produção].

O que será realizado	Período de realização
Etapa Pré-Produção	
Etapa Produção/Execução	

Etapa Pós-Produção	

1.14 Planilha orçamentária

Nº	Item de despesa	Unidade	Qtd	Valor unitário	Valor total

Tunápolis, SC,de de 2023.

Assinatura do proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N.º 000/2023

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede à Av. xxx, nº xxx, neste ato representado por, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado MUNICÍPIO e a pessoa jurídica, CNPJ sob o nº, estabelecido na, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado (a) AGENTE CULTURAL, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, Decreto Federal n. 11.453/2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, firmam o presente termo de execução cultural que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O objeto do presente termo de execução cultural consiste na realização de projeto artístico-cultural, no segmento de audiovisual, no município de Tunápolis, com o seguinte objeto: [Descrição do Objetivo e da Contrapartida do projeto]

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2. Pela realização do objeto do presente termo o MUNICÍPIO repassará à AGENTE CULTURAL o valor total de R\$ XXX.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento ao à AGENTE CULTURAL será efetuado em moeda corrente nacional, em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a assinatura deste termo, de acordo com o cronograma de desembolso da Prefeitura Municipal.

3.2 Os recursos deste Edital serão transferidos à AGENTE CULTURAL em conta corrente única, da qual seja ele titular, aberta em instituição financeira pública ou privada, podendo ser conta corrente já existente, devendo o recurso recebido ficar obrigatoriamente em aplicação financeira, sendo que os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

3.3 A AGENTE CULTURAL receberá o recurso em uma única parcela, que será depositada em conta corrente indicada pelo mesmo (a), cabendo-lhe a responsabilidade de executar o projeto aprovado durante o período de execução, a contar da data de recebimento do recurso.

CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4. Os preços não serão reajustados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1 Após a convocação para assinatura do termo de execução cultural, à AGENTE CULTURAL terá o prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do termo, sendo que não estando na cidade, poderá fazer por procuração registrada em cartório.

5.2 Transcorrido o prazo sem que o termo de execução cultural tenha sido assinado, a Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento poderá convocar os proponentes remanescentes, obedecendo à ordem de classificação geral.

5.3 O prazo para a execução do projeto será de 10 (dez) meses a contar da data do depósito do recurso financeiro na conta do proponente.

5.4 A AGENTE CULTURAL poderá solicitar prorrogação da execução do projeto por mais 60 (sessenta) dias caso for necessário, mediante solicitação oficial com justificativa, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A)

6.1 Cumprir integralmente o objeto firmado neste termo bem como todas as disposições contidas no Edital de Concurso n. 03/2023.

6.2 Não serão aceitas despesas com alimentação.

6.3 Para Ações Sujeitas à Detenção de Direitos Autorais e/ou Direito de Propriedade Intelectual e demais direitos de terceiros, apresentar licença ou cessão de uso parcial, conforme legislação em vigor.

6.4 A AGENTE CULTURAL compromete-se a realizar pelo menos uma apresentação ou ação do projeto contemplado, de forma pública e gratuita voltada à comunidade local, como contrapartida social em vista do recurso recebido.

6.5 Na contrapartida social deverá ser assegurada a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

6.6 As contrapartidas devem ser executadas até 31 de dezembro de 2024.

6.7 Incluir obrigatoriamente, em todos os produtos, atividades, comunicações, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas, o apoio institucional do Governo Federal, Prefeitura Municipal de Tunápolis, Departamento de Cultura, com as respectivas logomarcas, de acordo com o manual de utilização das logomarcas.

6.8 A AGENTE CULTURAL que tiver interesse poderá encaminhar o cronograma de atividades que serão realizadas no projeto para o e-mail: https:educacao@tunapolis.sc.gov.br para inclusão das mesmas no calendário de eventos e ou divulgação nos meios de comunicação do município.

6.9 Qualquer modificação nos objetivos do Projeto Cultural sem prévia aprovação por escrito da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento, será considerada inadimplência de obrigações essenciais deste Termo, sujeitando o Contratado às penalidades civis e criminais previstas em lei.

6.10 Qualquer parceria e/ou apoio recebido de outras fontes deverá ser descrito no relatório de prestação de contas, detalhando de que forma se concretizou o apoio.

6.11 A AGENTE CULTURAL responsabilizar-se-á administrativa, civil e criminalmente:

a) Pela autoria do processo de execução do trabalho.

b) Por todos os compromissos e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, bancária, intelectual (direito autoral, inclusive os conexos, e propriedade industrial), bem como quaisquer outros resultantes da contratação objetivada neste edital-regulamento, ficando o MUNICÍPIO isento de qualquer responsabilidade dessa índole.

c) Por todas as contraprestações, custos, encargos e operacionalização referente ao desenvolvimento do projeto selecionado.

d) Por aceitar e receber visitas presenciais da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento durante a realização dos projetos, bem como prestar informações e esclarecimentos sobre o mesmo, sempre que solicitados;

PARÁGRAFO ÚNICO – A Prefeitura Municipal de Tunápolis não tem a obrigação de ceder seus espaços para fins de realização do objeto pactuado neste termo.

6.12 Fica sob responsabilidade dos contemplados todas as contratações, autorizações de espaços, custos, encargos e operacionalizações referentes ao desenvolvimento do projeto selecionado, de acordo com o que foi apresentado na planilha orçamentária.

6.13 A Prefeitura Municipal de Tunápolis, não se responsabiliza pelas licenças e autorizações, como ECAD, SBAT, pagamento de direitos autorais de imagem, texto, música, espaços, entre outras necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos contemplados, sendo estas de total responsabilidade dos proponentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 Após a execução do projeto, a AGENTE CULTURAL deverá encaminhar à Prefeitura Municipal, por meio do Departamento de Cultura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, Relatório Técnico de Comprovação do Objeto Contemplado e Prestação de Contas da utilização dos recursos alocados ao projeto cultural incentivado, de forma a possibilitar a avaliação, dos objetivos alcançados, dos custos reais, da repercussão da iniciativa na sociedade e demais compromissos assumidos pelo proponente, contendo: datas e locais das atividades, registro e quantidade de público atendido, vídeos, fotos, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação, clipagens e documentos que comprovem as ações realizadas e a conclusão do objeto premiado por este edital.

7.2 Deverá acompanhar a prestação de contas, documentos contábeis como notas fiscais e recibos que comprovem a aplicação dos recursos.

7.3 Caso o Relatório Técnico de Comprovação do Objeto Contemplado e a Prestação de Contas da utilização do recurso apresentados não comprovarem a completa realização do Projeto Cultural, a Comissão de Organização e Seleção solicitará diligências.

7.4 A AGENTE CULTURAL deverá guardar, por um período mínimo de 05 (cinco) anos, cópias das movimentações financeiras, extratos, contratos, notas fiscais e demais documentos utilizados para a execução do Projeto Cultural, que poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Prefeitura Municipal para fins de diligências.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

8.1 Arcar com os custos administrativos.

8.2 Publicação do termo de execução cultural;

8.3 Esclarecer as dúvidas que lhes forem apresentadas através do e-mail oficial estabelecido no edital;

8.4 Acompanhar a execução e a qualidade do projeto;

8.5 Cumprir com as condições de pagamento.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1 A AGENTE CULTURAL não cumprindo as obrigações assumidas ou os preceitos legais, que inclui a apresentação de prestação de contas e de relatórios de execução nos prazos fixados implicará na aplicação de uma das seguintes sanções ao proponente, a critério da Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento responsável pelo acompanhamento dos projetos:

a) advertência;

b) suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes e que estejam tramitando pelos Editais Municipais;

c) paralisação e tomada de contas do projeto em execução;

d) impedimento de pleitearem qualquer outro incentivo da Prefeitura Municipal e de participarem, como contratados, de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal;

e) inscrição no cadastro de inadimplentes do órgão de controle de contratos e convênios da Secretaria de Finanças do Município, sem prejuízo de outras cominações cíveis, criminais e tributárias decorrentes de fraude ao erário.

9.2 As denúncias relativas a irregularidades na execução dos projetos aprovados, só serão apuradas se estas forem recebidas formalmente pelos canais oficiais da Prefeitura Municipal, que são: Ouvidoria, ofícios etc.

9.3 Os recursos utilizados indevidamente deverão ser devolvidos, acrescidos de juros pela Taxa Selic ou por outra que a venha substituir, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 A rescisão deste termo de execução cultural poderá dar-se por ato unilateral do MUNICÍPIO:

10.1.1 O MUNICÍPIO poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados:

- a) o não cumprimento ou cumprimento irregular pela AGENTE CULTURAL das cláusulas contratuais;
- b) razões de interesse do serviço público.

10.1.2 No caso de o presente termo de execução cultural ser rescindido por culpa da AGENTE CULTURAL (A), serão observadas as seguintes condições:

- a) A AGENTE CULTURAL não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo ao MUNICÍPIO aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) A AGENTE CULTURAL terá o direito de ser reembolsado pelas ações já realizadas ou materiais já entregues, desde que aprovado pelo MUNICÍPIO, até a data da rescisão, deduzindo-se os prejuízos causados ao MUNICÍPIO;

10.2 A rescisão deste termo de execução cultural também poderá ocorrer por acordo entre as partes ou judicialmente.

10.3 Os casos de rescisão administrativa previstas no Art.77 da Lei 8666/93 importam no reconhecimento pela AGENTE CULTURAL, dos direitos do MUNICÍPIO previstos no presente contrato e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 O presente termo de execução cultural é oriundo da proposta vencedora do edital de credenciamento publico cultural nº 03/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Os recursos previstos na aplicação do presente edital correrão por conta da dotação orçamentária: 88/2023 (3.3.50.00.00.00.00.).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES E CASOS OMISSOS

13.1 Os casos de alteração e os casos omissos, serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

14.2 A fiscalização e o controle por parte do MUNICÍPIO, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à AGENTE CULTURAL do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

14.3 O presente termo de execução cultural não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a AGENTE CULTURAL colocar a serviço.

14.4 É vedado à AGENTE CULTURAL delegar ou transferir em todo ou em parte o objeto pactuado neste termo.

14.5 Após a aprovação do projeto não será permitida a transferência de sua titularidade, salvo em casos de falecimento ou invalidez do proponente ou quando ocorrer o desligamento do dirigente da entidade e/ou da empresa.

14.6 Os projetos contemplados neste edital autorizam a Prefeitura Municipal, pela pessoa jurídica do proponente, o uso de seu nome, do título e informações relativas ao projeto, bem como vozes e imagem, sem qualquer ônus, por período indeterminado, para fins exclusivamente promocionais e/ou publicitários, relacionados à área.

14.7 Nenhuma indenização será devida ao proponente pela elaboração, apresentação de documentação e proposta relativa ao presente Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para as questões decorrentes da execução deste termo de execução cultural, fica eleito o Foro da Comarca de Quilombo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do artigo 29 da Constituição Federal.

15.2 E, por estarem justos e contratados, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tunápolis/SC, xxxx de xxxxx de 2023.

XXXXXXXXXXXXXX MUNICÍPIO	XXXXXXXXXXXXXX AGENTE CULTURAL
-----------------------------	-----------------------------------

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____	Nome: _____ CPF: _____
---------------------------	---------------------------

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023

ANEXO V**MANUAL DE APLICAÇÃO DAS LOGOMARCAS**

Os proponentes dos projetos aprovados deverão divulgar, obrigatoriamente, em todos os produtos, atividades, comunicações, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas, o apoio institucional do Governo Federal, Prefeitura Municipal de Tunápolis, Departamento de Cultura, com as respectivas logomarcas.

Modelo:

Proponente	Apoio institucional

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023

ANEXO VI

MODELO DE RECURSO DE CREDENCIAMENTO

Eu, xxxxx [nome do proponente], proponente do projeto xxxxx [nome do projeto], portador do CPF n. xxxxx, fui inabilitado na fase de credenciamento do edital de credenciamento publico cultural nº 03/2023, apresento recurso face ao parecer de credenciamento emitido pela Comissão de Organização, Seleção e Monitoramento do referido edital.

O objeto de contestação refere-se ao (s) seguinte (s) item (ns):

a) (mencionar o item do edital que ocasionou a inabilitação do proponente);

Contesto este item de acordo com os seguintes motivos:

(faça a fundamentação)

b) (mencionar o item do edital que ocasionou a inabilitação do proponente);

Contesto este item de acordo com os seguintes motivos:

(faça a fundamentação)

Diante do exposto, solicito reconsideração da decisão da comissão, para o deferimento da proposta.

Tunápolis, SC,.... de de 2023.

Assinatura do Proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023

ANEXO VII

RELATÓRIO TÉCNICO DE COMPROVAÇÃO DO OBJETO CONTEMPLADO

1. DADOS DO PROPONENTE

Nome da entidade:

CNPJ:

Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)

Data de fundação:

Telefone:

E-mail:

Nome Representante Legal:

CPF:

RG:

Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)

Data Nascimento:

Telefone:

E-mail:

2. DADOS DO PROJETO

2.1 Título:

2.2 Resumo:

2.3 Valor:

2.4 Data de repasse do recurso:

2.5 Data de encerramento do prazo de execução:

2.6 Nº do Termo de Execução Cultural:

3. DADOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 Local (is) de realização:

3.2 Público atendido:

3.3 Objetivos alcançados:

3.4 Repercussão da iniciativa na sociedade:

3.5 Contrapartida Social:

3.6 Acessibilidade:

3.7 Planilha de Custos

Nº	Item de despesa	Unidade	Qtd	Valor unitário	Valor total

Planilha Orçamentária detalhada, contendo os itens de despesa e suas unidades, quantidades, valores unitários e valor total do Projeto. Incluir o desconto de Imposto de Renda retido na fonte, para Pessoa Física.

3.8 Equipe técnica

PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO PROJETO APROVADO		PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO PROJETO EXECUTADO	
NOME	FUNÇÃO	NOME	FUNÇÃO
1.		1.	
2.		2.	
3.		3.	
4.		4.	
5.		5.	

Eu xxxxx [nome do proponente] declaro que entreguei 02 (duas) vias do Relatório técnico de comprovação do objeto contemplado, encadernadas, paginadas e assinadas. Uma das cópias foi assinada com "Recebido" pela Prefeitura Municipal/Departamento de Cultura e permanece em minha posse e estou ciente que deverei guardar a referida cópia. Estou ciente ainda de que deverei guardar, por um período mínimo de 05 (cinco) anos, cópias das movimentações financeiras, extratos, contratos, notas fiscais e demais documentos utilizados para a execução do Projeto Cultural, que poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Prefeitura Municipal para fins de diligências.

Tunápolis, SC,.... de de 2023.

Assinatura do Proponente

ANEXAR

- Fotos e vídeos com datas e locais das atividades
- Registro e quantidade de público atendido (lista de presença e outros)
- Material de divulgação, clípagens e documentos que comprovem as ações realizadas e a conclusão do objeto premiado.
- Indicar parceria e/ou apoio recebido de outras fontes
- Documentos contábeis como notas fiscais e recibos (nos casos previstos na legislação), que comprovem a aplicação dos recursos, bem como os extratos bancários do período de utilização dos recursos.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023

ANEXO VIII

PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO PROJETO APROVADO

1. DADOS DO PROPONENTE

Pessoa Jurídica

Nome:

CNPJ:

Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)

Data de fundação:

Telefone:

E-mail:

Nome Representante Legal:

CPF:

RG:

Endereço Completo: (Rua, Nº, Bairro, CEP)

Data Nascimento:

Telefone:

E-mail:

2. DADOS DO PROJETO

Título:

Resumo:

Valor:

Data de repasse do recurso:

Data de encerramento do prazo de execução:

Nº do Termo de Execução Cultural:

3. MOTIVO DO REQUERIMENTO (assinale a opção desejada)

	Alteração da realização da ação: data, local, horários, público atendido;
	Alteração da distribuição do produto: entidade, local, quantidade;
	Alteração de equipe técnica do projeto;
	Solicitação de prorrogação do prazo de execução do projeto;
	Outras solicitações de alteração: _____

4. JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO

(Justifique a solicitação, descrevendo detalhadamente os motivos da alteração. Não será analisada/aprovada readequação que altere o objeto do projeto contemplado. As solicitações devem ser apresentadas pelo menos 15 (quinze) dias antes da realização da ação prevista, distribuição do produto e/ou termino da execução. Informar detalhadamente datas horários, e demais detalhes que serão alterados, comparando o que foi aprovado e o que será alterado. Anexar novas anuências de acordo com as alterações propostas. No caso de solicitação de prorrogação, informe o período que deseja de acordo com os prazos previsto no edita).

Tunápolis /SC, ... de ...de 2023.

Assinatura do proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023

ANEXO IX

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____
e CPF nº _____, representando a _____ CNPJ _____, inscrito no Edital de credenciamento público cultural n. 03/2023, declaro ser:

☐ NEGRO(A) (PRETO/A)☐ NEGRO(A) (PARDO/A)☐ INDÍGENA

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: (justificar)

Declaro, ainda, estar ciente de que a constatação de in verdade ou de fraude nesta declaração, apurada em qualquer momento, inclusive posteriormente à esta inscrição, em procedimento que me assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de minha inscrição no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PUBLICO CULTURAL Nº 03/2023, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Tunápolis /SC, ... de ...de 2023.

Assinatura do proponente

FUNDO. PROCESSO: 22/2023; SEQUENCIAL: 10; MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CÓDIGO REGISTRO TCE: 4932E306C59E8ACFEDE50599E7EAC8E4806A68A6

Publicação Nº 5089583

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4932E306C59E8ACFEDE50599E7EAC8E4806A68A6
PROCESSO DE COMPRA Nº 22/2023 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2023
PARECER JURIDICO Nº 87/2023

ASSUNTO: A presente despesa tem por objeto a Revisão garantia de fábrica 10.000 Km, veículo placa RXS0A15, lotado no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal da Saúde.

ASPECTOS PRELIMINARES DO CASO EM APREÇO

A pedido da Secretária da Saúde do município em face de justificativa apresentada, passamos a analisar as razões de fato e de direito que cercam a solicitação de pagamento de itens para a revisão de 10.000 Km do veículo placa RXS0A15, com espeque no art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Referida contratação se mostra necessária no sentido de manter a garantia oferecida pela fábrica, visto não seja esta realizada da forma determinada pela fabricante, automaticamente o ente municipal estaria sendo submetido a relevantes perdas antes garantidas.

Ademais se mostra de plena importância, manter sempre em excelente estado de conservação os veículos públicos, submetendo os mesmos a regulares e constantes revisões, quer por garantia de fábrica, quer por necessidade de uso, atendendo assim os requisitos necessários para o bom gerenciamento da coisa pública.

Diante de tais considerações o gerenciamento de ações que visam o controle e a segurança dos bens públicos municipais se faz dever da administração pública, devendo esta para tanto observar a mais justa e correta forma para contratação de mão de obra, aquisição de peças e insumos, levando-se em consideração os princípios que regem a administração pública municipal, aliado a qualidade de atendimento.

Certo é, a despeito de qualquer discussão técnico-jurídica que se possa travar a respeito das razões de fato que suscitaram o pedido dos itens necessários a revisão de 10.000 Km, que não se pode negar que ela caracteriza uma situação perfeitamente enquadrada no melhor e mais aperfeiçoado entendimento legal, que torna possível, numa primeira análise, a dispensa de licitação com espeque art. 24, XVII da Lei Federal 8.666/93.

Destarte, passa-se a analisar os aspectos jurídicos legais que cingem o caso em epígrafe.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O legislador pátrio entendeu, conforme disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988 que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se vê, inteligentemente o Legislador ressaltou as hipóteses em que o processo licitatório, por diversas razões poderia não se mostrar viável.

A dispensa de licitação é exceção à regra da obrigatoriedade de licitação, contida no art. 37, XXI da Constituição Federal, que também indicou a possibilidade de afastamento da licitação em certas situações autorizadas pela lei.

Vejamos:

"Art. 37. (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (grifamos).

Com base na ressalva à regra da licitação contida no dispositivo constitucional supracitado a Lei nº 8.666/1993 trouxe, em seu art. 24, a descrição de diversos casos onde a licitação poderia ser dispensada, verificando-se no seu inciso XVII a seguinte redação:

"XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia"; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994). (grifamos).

Eis, pois, o dispositivo legal autorizador da contratação direta, com dispensa de licitação, sempre que o bem adquirido pela administração pública se encontre em período de garantia técnica.

A hipótese legal desta dispensa se caracteriza sempre e quando a Administração Pública adquirir bens com garantia técnica, cuja vigência da garantia depende da manutenção programada ou revisão cíclica dos equipamentos do bem ou produto, como condição indispensável para sua validade.

E nisso, sempre quando for necessária a aquisição de componentes ou peças apontadas na Revisão ou Manutenção programada do bem ou produto, daremos azo a possibilidade da dispensa. Alinhado claro ao fato de que, deve haver condição de exclusividade indispensável observada no prestador do serviço.

O doutrinador Petrônio Braz analisando o tema, dispôs assim importantes considerações:

A dispensa pressupõe, nesse caso, a existência de cláusula contratual anterior, que subordine a garantia ao fornecimento de peças originais. Justifica-se a dispensa pela ausência de potencialidade de benefício em decorrência da licitação. Nada impede, contudo, que a Administração, havendo interesse público justificado, renuncie à garantia, libertando-se da cláusula vinculante, promovendo licitação para a aquisição de componentes ou peças de reposição. Se a manutenção da garantia for de interesse real da Administração e os preços dos componentes de reposição forem superiores aos do mercado, a assessoria jurídica deve ser consultada e, necessariamente, indicará o caminho jurídico a ser seguido.

Observando tais ponderações, ao caso talhado, trata-se de aquisição de um veículo, ocorrida no ano de 2021, qual possui as revisões de fábrica, necessárias a manutenção de sua garantia.

Tendo o referido veículo sido adquirido novo, o mesmo possui Garantia de Fábrica, aqui denominada Garantia Técnica. Em tal caso, a revisão programada do veículo se não realizada segundo as especificações da Concessionária pode acarretar em perda da Garantia.

Geralmente, não importa em benefícios para Administração e nem para os Particulares a renúncia da garantia, já que todos eventuais problemas no decorrer dos anos acobertados, não dados causa por mau uso, má-fé e dolo dos usuários, são cobertos pela Fabricante.

Diante disso, a doutrina traz a hipótese de somente no caso dos preços forem superiores aos praticados, poder-se cogitar na renúncia da Garantia.

Verificando detidamente os autos, notamos que a quantia nos parece dentro dos padrões de mercado, porém, não incumbe ao departamento jurídico essa análise e sim a Comissão Permanente de Licitação, que deve averiguar dentre outras coisas os prazos, condições e modos do termo contratual e natureza das peças que devem ser trocadas.

Outrossim, complementa-se que nas situações invocadas de dispensa do inciso III e seguintes do art. 24 da Lei 8.666/93, obrigatoriamente alguns elementos devem constar no processo licitatório de dispensa, sendo eles:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no

art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9,648, de 1998)

DA JUSTIFICATIVA DO AFASTAMENTO DA LICITAÇÃO

Sobre a justificativa do afastamento da licitação, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela Secretária da Educação, ocasião em que a mesma demonstra a necessidade da referida inspeção.

Verifica-se ainda a chancela da autoridade competente à justificativa apresentada encontra-se, de modo que se pode considerar atendida a exigência normativa neste quesito, ao menos no que tange aos seus aspectos jurídico-formais.

É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados. Destarte, quanto à justificativa da contratação, não cabe a Assessoria Jurídica adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel da Assessoria Jurídica é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação.

Neste item foi cumprida a formalidade legal imposta.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Sobre a justificativa da escolha do fornecedor, este item encontrasse presente nos autos, em documento devidamente assinado pela responsável.

A escolha recaiu na contratação da uma empresa, por apresentar disponibilidade e qualificação técnica capaz de atender as exigências necessárias.

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Sobre a justificativa do preço, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela empresa a ser contratada, diante de orçamentos apresentados, e sendo o preço praticado igual aos de mercado no geral.

Resta regularmente cumprida a exigência legal neste quesito.

DA PREVISÃO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Lei nº 8.666/93, estabelece que a contratação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da aquisição a ser executada no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, com indicação de rubrica específica e suficiente encontra-se nos autos, atestando a regularidade do feito neste quesito.

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DA LICITAÇÃO

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

A abertura do processo de dispensa de licitação foi devidamente autorizado como determina a legislação, contendo todas as justificativas previstas na legislação, perfazendo assim os ditames legais que regem a matéria.

No presente caso, tal exigência foi cumprida, estando em conformidade com o estabelecido na legislação em vigente.

DA DESIGNAÇÃO DOS AGENTES COMPETENTES PARA O PRESENTE FEITO

Para a realização da licitação, ou como no presente caso, dispensa de licitação, a autoridade competente deve designar a Comissão Permanente de Licitações, para elaborar todos os procedimentos relativos as licitações, ou os procedimentos pertinentes na hipótese das exceções legais a licitações.

Percebe-se preenchido este requisito quando se verifica a presença nos autos do despacho do chefe do Poder Executivo Municipal.

CONCLUSÃO

Dessa feita e diante do exposto, ponderando pela prova de regularidade fiscal como requisito básico para contratar com o Poder Público, bem como a completa desnecessidade de mover procedimento licitatório que comportaria ainda em maior ônus a Administração, observando o inteiro teor deste parecer, nosso posicionamento é favorável a Dispensa prevista desde que atendidos todos requisitos aqui mencionados. Salvo melhor juízo e análise, é como entendemos.

Tunápolis em 24 de agosto de 2023.

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO

OAB/SC 31.520

Assessor Jurídico

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Gabinete do Prefeito
Para: Assessoria Jurídica

Senhor Assessor Jurídico

Tendo em vista a necessidade de Revisão garantia de fábrica 10.000 Km, veículo placa RXS0A15, ocasião em que, o município busca respeitar devidamente o princípio legal.
Diante da necessidade constatada pelo responsável, mostra imprescindível a aquisição da forma apresentada.
Assim submeto a documentação em anexo (Orçamentos, previsão orçamentária) para análise e parecer acerca da modalidade de Licitação a ser adotada no presente caso.

Atenciosamente,

Tunápolis, 24 de agosto de 2023

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Prefeito Municipal
Para: Setor de Licitações

Com o presente, solicito de Vossa Senhoria os bons préstimos no sentido de realizar Processo Licitatório de Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, inc. XVII da Lei n. 8.666/93, para Revisão garantia de fábrica 10.000 Km, veículo placa RXS0A15.

Atenciosamente,

Tunápolis, 24 de agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Da: Assessoria Jurídica Municipal
Para: Gabinete do Prefeito Municipal

Senhor Prefeito.

Em atenção a solicitação recebida deste gabinete para expedição de parecer jurídico para Revisão garantia de fábrica 10.000 Km, veículo placa RXS0A15, informamos que segue em anexo nossas considerações.
Informamos ainda que somos de parecer favorável pela dispensa de licitação da forma melhor fundamentada no parecer que segue em anexo.

Respeitosamente.

Tunápolis, 24 de agosto de 2023

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO
OAB/SC 31.520
Assessor Jurídico

DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente DISPENSA LICITAÇÃO em favor da GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL DO OESTE LTDA, pessoa Jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ: 79.294.419/0001-53, estabelecida à Rua: Waldemar Rangrad, nº 1254, no Município de São Miguel do Oeste- SC, pelo valor de R\$ 889,05(oitocentos e oitenta e nove reais e cinco centavos), com fulcro no artigo 24, inc. XVII da Lei n. 8.666/93, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis - SC, 24 de agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

Comissão de Licitação:

A Comissão de licitação verificou somente que a empresa GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL DO OESTE LTDA, pessoa Jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ: 79.294.419/0001-53, estabelecida à Rua: Waldemar Rangrad, nº 1254, no Município de São Miguel do Oeste- SC, com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

PRIMEIRO TERMO AO CONTRATO 84.2023 PRAZO

Publicação N° 5090567

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N° 84/2023.

Pelo presente instrumento de termo aditivo em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BORDO ENGENHARIA LTDA ME, estabelecida na Avenida Cerro Largo, nº 474, Sala 02, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 25.299.551/0001-29, representado neste ato pelo sócia administradora Sra. Fernada Naue, brasileiro, portador do CPF nº 031.193.110-30 cédula de identidade nº 1108304765 residente e domiciliado na Tunápolis - SC e doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente termo aditivo de prazo para reformas das unidades escolares e Secretaria da Educação, Cultura e Esporte., em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 06/2023, e de conformidade com o que preceitua a Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

DO OBJETO DO CONTRATO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMAS DAS UNIDADES ESCOLARES E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual para a execução da obra fica prorrogado para o dia 28 de outubro de 2023, a partir do dia 28/08/2023, conforme solicitação formal da empresa justificativa da fiscal do contrato e anuência do prefeito municipal anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.


Tunápolis- SC., 24 de agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	BORDO ENGENHARIA LTDA ME CNPJ: 25.299.551/0001-29 CONTRATADA
Tatiane Thomas Portaria 6.352/2023 SECRETÁRIA MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato e deste termo aditivo de prazo, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar o cumprimento do mesmo.	
FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO. Assessor Jurídico Município de Tunápolis OAB/SC 31.520	
Testemunhas: Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34	Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259.60

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº.: 106/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 55/2023

Publicação Nº 5090994

Página: 1 / 104

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL TUNÁPOLIS CNPJ: 78.486.198/0001-52 Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua João de Castilho, 111 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	Pregão presencial 55/2023
	Número Processo: 106/2023 Data do Processo: 10/08/2023

OBJETO DO PROCESSO

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS E MATERIAIS INERENTES QUE SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, ITENS, E QUANTITATIVOS CONSTANTES EM SEUS ANEXOS, PARTE INTEGRANTE NESTE ATO CONVOCATÓRIO.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 1/2023

Reuniram-se no dia 24/08/2023, as 08:30 os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto Nº 2350/2023, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório Nº 106/2023 na modalidade de Pregão presencial. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Ata de julgamento das propostas e documentos do PROCESSO DE COMPRA Nº.: 106/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 55/2023

Se reuniram no dia 24 de agosto de 2023 as 8h30 minutos da sala do setor de compras e licitações para a abertura dos envelopes do processo de licitação cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS E MATERIAIS INERENTES QUE SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, onde participou somente a empresa AUTO MECÂNICA BERLIN LTDA-EPP, sem representante presente na abertura dos envelopes. Os envelopes foram deixados na recepção desta prefeitura.

Dando seguimento após a abertura do envelope nº 01 contendo a proposta de preços, foi examinada a compatibilidade dos objetos, prazos e condições de fornecimento, onde se constatou que a proponente apresentou a proposta dos preços de acordo com as exigências do Edital nº 106/2023 e Pregão Presencial nº 55/2023, e demais declarações exigidas, sendo declarada classificada. Na fase dos lances não houve significativa redução dos preços, a empresa apresentou proposta e nesta houve alguma redução de valor, como não havia representante legal presente para que houvesse negociação a pregoeira aceitou o preço ofertado pela empresa supramencionada e classificou a mesma como VENCEDORA do certame, considerando que no edital tinha um preço máximo estipulado através de pesquisa de preço com empresas deste ramo de atividade. Prosseguindo foi aberto o envelope contendo a "Documentação", da participante, o qual foi visto pelos membros da Comissão de Licitação, Pregoeira. Nenhuma irregularidade foi constatada na documentação apresentada pela empresa AUTO MECÂNICA BERLIN LTDA-EPP para a presente licitação, sendo desta forma declarada como HABILITADA. Registra-se que houve divergência de valores com o lote de peças para o veículo RENAULT OROCH do presente edital, sendo que o valor correto era o valor constante do lote digitado no sistema e auto cotação seguido pela empresa.

Os autos do processo licitatório encontram-se com vista franqueada aos interessados, a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente. Nada mais havendo a deliberar, a pregoeira determinou que fosse lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. O processo será encaminhado ao jurídico deste Município, para seu entendimento e parecer final e posteriormente para autoridade superior competente para sua análise e homologação, se assim entender.

Tunápolis, SC 24., de agosto de 2023.

Comissão Permanente de Licitações:

Sheila Inês Bieger
PREGOEIRA

Vanessa Weber

Membro da Comissão de Licitação

Blásio Dill
Membro da Comissão de Licitação

Lote: 1**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	abraceadeira escape QIJ 8192 - abraceadeira escape QIJ 8192	5,000	UN	uniao	9,1000	45,50
2	abraceadeira mangueira QIJ 8192 - abraceadeira mangueira QIJ 8192	10,000	UN	wurth	8,0000	80,00
3	aditivo de combustivel QIJ 8192 - aditivo de combustivel QIJ 8192	1,000	UN	koube	68,0000	68,00
4	aditivo radiador concentrado 95% monoetilenoglicol QIJ 8192 - aditivo radiador concentrado 95% monoetilenoglicol QIJ 8192	4,000	UN	delphi	34,4000	137,60
5	alternador QIJ 8192 - alternador QIJ 8192	1,000	UN	bosch	3.438,7500	3.438,75
6	amortecedor diante LD QIJ 8192 - amortecedor diante LD QIJ 8192	1,000	UN	monroe	562,7500	562,75
7	amortecedor diante. LE QIJ 8192 - amortecedor diante. LE QIJ 8192	1,000	UN	monroe	562,7500	562,75
8	amortecedor traseiros QIJ 8192 - amortecedor traseiros QIJ 8192	2,000	UN	monroe	373,5000	747,00
9	arruelas QIJ 8192 - arruelas QIJ 8192	15,000	UN	ciser	1,7000	25,50
10	articulador direção QIJ 8192 - articulador direção QIJ 8192	2,000	UN	driwe	172,3000	344,60
11	bandeja suspensão dianteira direita QIJ 8192 - bandeja suspensão dianteira direita QIJ 8192	1,000	UN	grazzi	442,2500	442,25
12	bandeja suspensão dianteira esquerda QIJ 8192 - bandeja suspensão dianteira esquerda QIJ 8192	1,000	UN	grazzi	442,3000	442,30
13	batente porta QIJ 8192 - batente porta QIJ 8192	4,000	UN	atemis	74,5000	298,00
14	bateria 60 ah com 480 CCA QIJ 8192 - bateria 60 ah com 480 CCA QIJ 8192	1,000	UN	pioneiro	534,0000	534,00
15	bieleta estabilizador diante QIJ 8192 - bieleta estabilizador diante QIJ 8192	2,000	UN	trw	111,1500	222,30
16	bobina compressor QIJ 8192 - bobina compressor QIJ 8192	1,000	UN	delphi	944,4000	944,40
17	Bobina ignição QIJ 8192 - Bobina ignição QIJ 8192	4,000	UN	ngk	759,3000	3.037,20
18	bomba de agua QIJ 8192 - bomba de agua QIJ 8192	1,000	UN	schadeck	390,5000	390,50
19	bomba de combustivel QIJ 8192 - bomba de combustivel QIJ 8192	1,000	UN	delphi	808,1000	808,10
20	bomba de oleo QIJ 8192 - bomba de oleo QIJ 8192	1,000	UN	schadeck	771,0000	771,00
21	bomba limpador parabrisa QIJ 8192 - bomba limpador parabrisa QIJ 8192	1,000	UN	tsa	184,2500	184,25
22	borracha escape QIJ 8192 - borracha escape QIJ 8192	4,000	UN	sampel	9,1500	36,60
23	bucha bandeja anterior QIJ 8192 - bucha bandeja anterior QIJ 8192	4,000	UN	axios	78,2500	313,00
24	bucha bandeja posterior QIJ 8192 - bucha bandeja posterior QIJ 8192	4,000	UN	axios	111,3500	445,40
25	bucha motor de partida QIJ 8192 - bucha motor de partida QIJ 8192	2,000	UN	moldmix	20,5000	41,00
26	buchas barra estabilizador QIJ 8192 - buchas barra estabilizador QIJ 8192	4,000	UN	axios	28,7000	114,80

Página: 3 / 104

27	buchas eixo QIJ 8192 - buchas eixo QIJ 8192	2,000	UN	axios	166,8500	333,70
28	buchas pinça freio QIJ 8192 - buchas pinça freio QIJ 8192	8,000	UN	toyota	19,5000	156,00
29	bujao carter QIJ 8192 - bujao carter QIJ 8192	1,000	UN	wurth	42,5000	42,50
30	buzina QIJ 8192 - buzina QIJ 8192	2,000	UN	bosch	68,5000	137,00
31	cano de arrefecimento QIJ 8192 - cano de arrefecimento QIJ 8192	1,000	UN	jamaica	375,9000	375,90
32	capas terminal QIJ 8192 - capas terminal QIJ 8192	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
33	carga de gás QIJ 8192 - carga de gás QIJ 8192	3,000	UN	eos	207,0000	621,00
34	catalisador QIJ 8192 - catalisador QIJ 8192	1,000	UN	mastra	4.209,0000	4.209,00
35	cilindro auxiliar embreagem QIJ 8192 - cilindro auxiliar embreagem QIJ 8192	1,000	UN	sachs	160,3000	160,30
36	cilindro mestre freio QIJ 8192 - cilindro mestre freio QIJ 8192	1,000	UN	controil	674,7500	674,75
37	cintas plasticas QIJ 8192 - cintas plasticas QIJ 8192	25,000	UN	vonder	1,7000	42,50
38	clip ar condicionado QIJ 8192 - clip ar condicionado QIJ 8192	2,000	UN	royce	21,7000	43,40
39	coifa lado cambio QIJ 8192 - coifa lado cambio QIJ 8192	2,000	UN	axios	99,0000	198,00
40	coifa lado roda QIJ 8192 - coifa lado roda QIJ 8192	2,000	UN	axios	67,9500	135,90
41	cola silicone alta temperatura QIJ 8192 - cola silicone alta temperatura QIJ 8192	2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
42	compressor ar condicionado QIJ 8192 - compressor ar condicionado QIJ 8192	1,000	UN	delphi	6.313,0000	6.313,00
43	condensador ar condicionado QIJ 8192 - condensador ar condicionado QIJ 8192	1,000	UN	royce	4.348,6000	4.348,60
44	conectores QIJ 8192 - conectores QIJ 8192	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
45	conexoes ar condicionado QIJ 8192 - conexoes ar condicionado QIJ 8192	3,000	UN	royce	25,0000	75,00
46	contraste QIJ 8192 - contraste QIJ 8192	1,000	UN	vinar	23,5000	23,50
47	correia alternador QIJ 8192 - correia alternador QIJ 8192	1,000	UN	gates	116,2000	116,20
48	coxim motor diante.esquerdo QIJ 8192 - coxim motor diante.esquerdo QIJ 8192	1,000	UN	axios	801,0000	801,00
49	coxim superior amort dianteiro QIJ 8192 - coxim superior amort dianteiro QIJ 8192	2,000	UN	axios	801,0000	1.602,00
50	suporte coxim hidraulico motor diante. Direito QIJ 8192 - suporte coxim hidraulico motor diante. Direito QIJ 8192	1,000	UN	axios	514,0000	514,00
51	coxim traseiro do motor QIJ 8192 - coxim traseiro do motor QIJ 8192	1,000	UN	axios	496,5000	496,50
52	cubo de roda traseiro completo QIJ 8192 - cubo de roda traseiro completo QIJ 8192	2,000	UN	fremax	832,7000	1.665,40
53	cubo roda dianteiro QIJ 8192 - cubo roda dianteiro QIJ 8192	2,000	UN	fremax	220,0000	440,00
54	disco de freio dianteiro ventilado 5 furos QIJ 8192 - disco de freio dianteiro ventilado 5 furos QIJ 8192	2,000	UN	fremax	260,8000	521,60
55	eletroventilador QIJ 8192 - eletroventilador QIJ 8192	1,000	UN	bauen	1.315,9000	1.315,90
56	espigão QIJ 8192 - espigão QIJ 8192	1,000	UN	royce	25,2500	25,25
57	evaporador QIJ 8192 - evaporador QIJ 8192	1,000	UN	royce	898,2000	898,20
58	fechadura porta QIJ 8192 - fechadura porta QIJ 8192	4,000	UN	universal	935,6000	3.742,40
59	filtro ar QIJ 8192 - filtro ar QIJ 8192	4,000	UN	tecfil	52,8000	211,20
60	filtro ar condicionado QIJ 8192 - filtro ar condicionado QIJ 8192	4,000	UN	tecfil	28,7000	114,80
61	filtro combustivel QIJ 8192 - filtro combustivel QIJ 8192	4,000	UN	tecfil	25,2500	101,00
62	filtro oleo QIJ 8192 - filtro oleo QIJ 8192	4,000	UN	tecfil	28,7000	114,80
63	fita isolante QIJ 8192 - fita isolante QIJ 8192	3,000	UN	dni	7,0000	21,00
64	flexiveis freio QIJ 8192 - flexiveis freio QIJ 8192	2,000	UN	varga	119,7000	239,40
65	fluido de freio Dot 4 QIJ 8192 - fluido de freio Dot 4 QIJ 8192	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
66	fusíveis QIJ 8192 - fusíveis QIJ 8192	6,000	UN	ams	1,7000	10,20
67	grampo foro QIJ 8192 - grampo foro QIJ 8192	10,000	UN	toyota	3,2500	32,50
68	higienizador ar condicionado QIJ 8192 - higienizador ar condicionado QIJ 8192	2,000	UN	wurth	90,0000	180,00
69	impulsor partida QIJ 8192 - impulsor partida QIJ 8192	1,000	UN	zm	470,2000	470,20

Página: 4 / 104

70	induzido partida QIJ 8192 - induzido partida QIJ 8192	1,000	UN	zen	947,0000	947,00
71	jg pastilha freio diant QIJ 8192 - jg pastilha freio diant QIJ 8192	1,000	UN	frasle	287,7500	287,75
72	jg pastilha freio traseira QIJ 8192 - jg pastilha freio traseira QIJ 8192	1,000	UN	fraslle	328,3500	328,35
73	junta tampa valvula QIJ 8192 - junta tampa valvula QIJ 8192	1,000	UN	sabo	174,7000	174,70
74	Kit batente coifa amort diant. Completo QIJ 8192 - Kit batente coifa amort diant. Completo QIJ 8192	1,000	UN	sampel	249,6000	249,60
75	Kit batente coifa amort tras. Completo QIJ 8192 - Kit batente coifa amort tras. Completo QIJ 8192	1,000	UN	sampel	132,8500	132,85
76	kit calhas de chuva QIJ 8192 - kit calhas de chuva QIJ 8192	2,000	UN	tg poli	384,5000	769,00
77	Kit embreagem QIJ 8192 - Kit embreagem QIJ 8192	1,000	UN	sachs	1.844,0000	1.844,00
78	lampada 2 polos QIJ 8192 - lampada 2 polos QIJ 8192	4,000	UN	osram	7,0000	28,00
79	lampada H1 QIJ 8192 - lampada H1 QIJ 8192	6,000	UN	osram	28,0000	168,00
80	lampada H11 QIJ 8192 - lampada H11 QIJ 8192	6,000	UN	hella	103,0000	618,00
81	lampada H16 90°C QIJ 8192 - lampada H16 90°C QIJ 8192	6,000	UN	hella	101,5000	609,00
82	lampada pingao QIJ 8192 - lampada pingao QIJ 8192	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
83	lampada torpedo QIJ 8192 - lampada torpedo QIJ 8192	4,000	UN	osram	8,5000	34,00
84	lampadas 1 polo QIJ 8192 - lampadas 1 polo QIJ 8192	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
85	lampadas H3 QIJ 8192 - lampadas H3 QIJ 8192	6,000	UN	osram	28,0000	168,00
86	lampadas H7 QIJ 8192 - lampadas H7 QIJ 8192	6,000	UN	osram	45,0000	270,00
87	limpa parabrisas QIJ 8192 - limpa parabrisas QIJ 8192	3,000	UN	mundial	9,0000	27,00
88	lts oleo 5w30 API sn QIJ 8192 - lts oleo 5w30 API sn QIJ 8192	15,000	LT	petronas	48,0000	720,00
89	lts oleo 75W80 QIJ 8192 - lts oleo 75W80 QIJ 8192	6,000	LT	petronas	103,0000	618,00
90	lts oleo direção hidraulica QIJ 8192 - lts oleo direção hidraulica QIJ 8192	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
91	mangueira arrefecimento QIJ 8192 - mangueira arrefecimento QIJ 8192	2,000	UN	jamaica	469,5000	939,00
92	mangueira filtro ar QIJ 8192 - mangueira filtro ar QIJ 8192	1,000	UN	controil	643,5000	643,50
93	maxi fusíveis QIJ 8192 - maxi fusíveis QIJ 8192	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
94	mini fusíveis QIJ 8192 - mini fusíveis QIJ 8192	6,000	UN	ams	1,3000	7,80
95	motor de partida QIJ 8192 - motor de partida QIJ 8192	1,000	UN	bosch	2.263,5000	2.263,50
96	mt cabo bateria QIJ 8192 - mt cabo bateria QIJ 8192	6,000	MT	dni	74,7000	448,20
97	mt fio QIJ 8192 - mt fio QIJ 8192	15,000	MT	dni	4,8000	72,00
98	mt mangueira silicone QIJ 8192 - mt mangueira silicone QIJ 8192	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
99	mts mangueira de injeção QIJ 8192 - mts mangueira de injeção QIJ 8192	6,000	MT	gates	21,8000	130,80
100	mts mangueira Ar condic. QIJ 8192 - mts mangueira Ar condic. QIJ 8192	6,000	MT	parker	97,7000	586,20
101	oleo compressor QIJ 8192 - oleo compressor QIJ 8192	4,000	UN	montreal	71,2500	285,00
102	oring vedação QIJ 8192 - oring vedação QIJ 8192	6,000	UN	wurth	3,6500	21,90
103	oring vedação carter QIJ 8192 - oring vedação carter QIJ 8192	2,000	UN	wurth	7,2000	14,40
104	palheta limpador traseiro QIJ 8192 - palheta limpador traseiro QIJ 8192	1,000	UN	bosch	72,0000	72,00
105	palheta parabrisa dint. Direita QIJ 8192 - palheta parabrisa dint. Direita QIJ 8192	2,000	UN	bosch	49,2500	98,50
106	palheta parabrisa diant. Esquerda QIJ 8192 - palheta parabrisa diant. Esquerda QIJ 8192	2,000	UN	bosch	60,4000	120,80
107	parafuso de roda QIJ 8192 - parafuso de roda QIJ 8192	16,000	UN	rodafuso	9,7500	156,00
108	parafusos QIJ 8192 - parafusos QIJ 8192	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
109	pino trava QIJ 8192 - pino trava QIJ 8192	6,000	UN	fixofort	4,5000	27,00
110	pivos de suspensão QIJ 8192 - pivos de suspensão QIJ 8192	4,000	UN	driwe	170,6000	682,40
111	polia alternador QIJ 8192 - polia alternador QIJ 8192	1,000	UN	nytron	572,4000	572,40
112	polia compressor QIJ 8192 - polia compressor QIJ 8192	1,000	UN	denso	879,7000	879,70

Página: 5 / 104

113	porcas QIJ 8192 - porcas QIJ 8192	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
114	porta fusíveis QIJ 8192 - porta fusíveis QIJ 8192	6,000	UN	rainha das sete	10,7000	64,20
115	porta fusíveis maxi QIJ 8192 - porta fusíveis maxi QIJ 8192	4,000	UN	rainha das sete	11,5000	46,00
116	pressostato QIJ 8192 - pressostato QIJ 8192	1,000	UN	royce	284,5000	284,50
117	radiador QIJ 8192 - radiador QIJ 8192	1,000	UN	visconde	1.652,0000	1.652,00
118	relé auxiliar QIJ 8192 - relé auxiliar QIJ 8192	3,000	UN	dni	20,5000	61,50
119	reparo pinça de freio dianteiro QIJ 8192 - reparo pinça de freio dianteiro QIJ 8192	2,000	UN	ate	629,0000	1.258,00
120	reparo pinça freio traseiro QIJ 8192 - reparo pinça freio traseiro QIJ 8192	2,000	UN	ate	270,7000	541,40
121	reservatório de expansao QIJ 8192 - reservatório de expansao QIJ 8192	1,000	UN	gonel	269,5000	269,50
122	rolamento alternador QIJ 8192 - rolamento alternador QIJ 8192	1,000	UN	nytron	107,0000	107,00
123	rotor QIJ 8192 - rotor QIJ 8192	1,000	UN	bosch	949,5000	949,50
124	sensor abs dianteiro QIJ 8192 - sensor abs dianteiro QIJ 8192	2,000	UN	bosch	305,9000	611,80
125	sensor abs traseiro QIJ 8192 - sensor abs traseiro QIJ 8192	2,000	UN	bosch	324,3000	648,60
126	sensor de nivel QIJ 8192 - sensor de nivel QIJ 8192	1,000	UN	tsa	180,9000	180,90
127	sensor de velocidade QIJ 8192 - sensor de velocidade QIJ 8192	1,000	UN	mte	298,9000	298,90
128	sensor temperatura QIJ 8192 - sensor temperatura QIJ 8192	1,000	UN	mte	295,7500	295,75
129	sonda lambda pós catalisador QIJ 8192 - sonda lambda pós catalisador QIJ 8192	1,000	UN	ntk	437,7500	437,75
130	sonda lambda pré catalisador QIJ 8192 - sonda lambda pré catalisador QIJ 8192	1,000	UN	ntk	437,7500	437,75
131	tampa reservatorio expansao QIJ 8192 - tampa reservatorio expansao QIJ 8192	1,000	UN	tancllick	46,0000	46,00
132	terminal bateria QIJ 8192 - terminal bateria QIJ 8192	4,000	UN	start	16,0000	64,00
133	terminal direção QIJ 8192 - terminal direção QIJ 8192	2,000	UN	driwe	133,5000	267,00
134	terminal fio QIJ 8192 - terminal fio QIJ 8192	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
135	trava eletrica QIJ 8192 - trava eletrica QIJ 8192	4,000	UN	dni	138,0000	552,00
136	tubo arrefecimento QIJ 8192 - tubo arrefecimento QIJ 8192	1,000	UN	gates	90,3000	90,30
137	valvula block QIJ 8192 - valvula block QIJ 8192	1,000	UN	royce	675,0000	675,00
138	valvula termostatica QIJ 8192 - valvula termostatica QIJ 8192	1,000	UN	mte	251,5000	251,50
139	veda escape QIJ 8192 - veda escape QIJ 8192	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
140	velas QIJ 8192 - velas QIJ 8192	4,000	UN	ngk	158,5000	634,00
141	regulador de voltagem QIJ 8192regulador de voltagem QIJ 8192 - regulador de voltagem QIJ 8192regulador de voltagem QIJ 8192	1,000	UN	bosch	679,3000	679,30
142	Disco freio traseiro QIJ 8192 - Disco freio traseiro QIJ 8192	2,000	UN	fremax	212,0000	424,00
Total do Participante:						75.125,05

Lote: 2**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
143	abraçadeira escape MBO-7873 - abraçadeira escape MBO-7873	3,000	UN	uniao	10,0000	30,00
144	abraçadeira mangueira MBO-7873 - abraçadeira mangueira MBO-7873	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
145	aditivo radiado MBO-7873 - aditivo radiado MBO-7873	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
146	alternador MBO-7873 - alternador MBO-7873	1,000	UN	bosch	1.441,5000	1.441,50
147	amortecedor dianteiro MBO-7873 - amortecedor dianteiro MBO-7873	2,000	UN	monroe	316,5000	633,00
148	amortecedor traseiro MBO-7873 - amortecedor traseiro MBO-7873	2,000	UN	monroe	235,5000	471,00
149	anel vedação carter MBO-7873 - anel vedação carter MBO-7873	1,000	UN	wurth	4,0000	4,00

Página: 6 / 104

150	arruela lisa MBO-7873 - arruela lisa MBO-7873	6,000	UN	ciser	1,7000	10,20
151	articulador axial MBO-7873 - articulador axial MBO-7873	2,000	UN	driwe	109,0000	218,00
152	automatico MBO-7873 - automatico MBO-7873	1,000	UN	zm	200,3000	200,30
153	bateria 60 ah CCA 450 MBO-7873 - bateria 60 ah CCA 450 MBO-7873	1,000	UN	pioneiro	448,5000	448,50
154	bieleta estabilizador MBO-7873 - bieleta estabilizador MBO-7873	2,000	UN	trw	79,3000	158,60
155	bobina ignição MBO-7873 - bobina ignição MBO-7873	1,000	UN	ngk	434,0000	434,00
156	Bomba de Agua MBO-7873 - Bomba de Agua MBO-7873	1,000	UN	schadeck	238,0000	238,00
157	bomba de combustivel MBO-7873 - bomba de combustivel MBO-7873	1,000	UN	delphi	281,5000	281,50
158	bomba de oleo MBO-7873 - bomba de oleo MBO-7873	1,000	UN	schadeck	226,0000	226,00
159	bomba injetor agua parabrisa MBO-7873 - bomba injetor agua parabrisa MBO-7873	1,000	UN	tsa	71,0000	71,00
160	borracha escape MBO-7873 - borracha escape MBO-7873	6,000	UN	sampel	9,0000	54,00
161	bucha bandeja MBO-7873 - bucha bandeja MBO-7873	4,000	UN	axios	34,0000	136,00
162	bucha eixo traseiro MBO-7873 - bucha eixo traseiro MBO-7873	2,000	UN	axios	50,5000	101,00
163	bucha motor partida MBO-7873 - bucha motor partida MBO-7873	2,000	UN	moldmix	22,0000	44,00
164	buchas estabilizador MBO-7873 - buchas estabilizador MBO-7873	4,000	UN	axios	22,0000	88,00
165	bujao carter MBO-7873 - bujao carter MBO-7873	1,000	UN	wurth	23,0000	23,00
166	buzina MBO-7873 - buzina MBO-7873	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
167	cabo acionamento fechadura MBO-7873 - cabo acionamento fechadura MBO-7873	4,000	UN	universal	39,5000	158,00
168	cabo embreagem MBO-7873 - cabo embreagem MBO-7873	1,000	UN	cabovel	52,5000	52,50
169	cabo freio de mao lado direito MBO-7873 - cabo freio de mao lado direito MBO-7873	1,000	UN	cabovel	39,6000	39,60
170	cabo freio mao lado esquerdo MBO-7873 - cabo freio mao lado esquerdo MBO-7873	1,000	UN	cabovel	71,3500	71,35
171	capa terminal MBO-7873 - capa terminal MBO-7873	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
172	chicote sensor oleo MBO-7873 - chicote sensor oleo MBO-7873	2,000	UN	rainha das sete	23,5000	47,00
173	cilindro mestre MBO-7873 - cilindro mestre MBO-7873	1,000	UN	controil	685,0000	685,00
174	cilindro roda traseiro MBO-7873 - cilindro roda traseiro MBO-7873	2,000	UN	controil	82,5000	165,00
175	cintas plastica MBO-7873 - cintas plastica MBO-7873	20,000	UN	vonder	1,7000	34,00
176	coifa lado cambio MBO-7873 - coifa lado cambio MBO-7873	2,000	UN	axios	34,9000	69,80
177	coifa lado roda MBO-7873 - coifa lado roda MBO-7873	2,000	UN	axios	34,9000	69,80
178	cola silicone alta temperatura MBO-7873 - cola silicone alta temperatura MBO-7873	2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
179	correia alternador MBO-7873 - correia alternador MBO-7873	1,000	UN	gates	38,0000	38,00
180	coxim amort tras.inferior MBO-7873 - coxim amort tras.inferior MBO-7873	4,000	UN	axios	25,3000	101,20
181	coxim amort. Tras. Superior MBO-7873 - coxim amort. Tras. Superior MBO-7873	4,000	UN	axios	42,8000	171,20
182	coxim cambio MBO-7873 - coxim cambio MBO-7873	2,000	UN	axios	152,5000	305,00
183	coxim motor frontal MBO-7873 - coxim motor frontal MBO-7873	1,000	UN	axios	260,9000	260,90
184	coxim motor dianteiro direito MBO-7873 - coxim motor dianteiro direito MBO-7873	1,000	UN	axios	195,2000	195,20
185	coxim motor dianteiro esquerdo MBO-7873 - coxim motor dianteiro esquerdo MBO-7873	1,000	UN	axios	195,0000	195,00
186	coxim radiador MBO-7873 - coxim radiador MBO-7873	4,000	UN	sampel	33,3000	133,20
187	disco freio dianteiro MBO-7873 - disco freio dianteiro MBO-7873	2,000	UN	fremax	108,5000	217,00
188	fechadura porta diant. MBO-7873 - fechadura porta diant. MBO-7873	2,000	UN	universal	279,5000	559,00
189	fechadura porta mala MBO-7873 - fechadura porta mala MBO-7873	1,000	UN	universal	133,7000	133,70
190	filtro ar motor MBO-7873 - filtro ar motor MBO-7873	2,000	UN	tecfil	26,4000	52,80

Página: 7 / 104

191	filtro combustivel MBO-7873 - filtro combustivel MBO-7873	2,000	UN	tecfil	25,0000	50,00
192	filtro oleo lubrificante MBO-7873 - filtro oleo lubrificante MBO-7873	2,000	UN	tecfil	23,0000	46,00
193	fita isolante MBO-7873 - fita isolante MBO-7873	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
194	flexivel freio MBO-7873 - flexivel freio MBO-7873	2,000	UN	varga	39,0000	78,00
195	fluido freio dot 4 MBO-7873 - fluido freio dot 4 MBO-7873	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
196	fusíveis MBO-7873 - fusíveis MBO-7873	10,000	UN	ams	1,3000	13,00
197	grampo fixação MBO-7873 - grampo fixação MBO-7873	10,000	UN	chevrolet	3,2500	32,50
198	impulsor partida MBO-7873 - impulsor partida MBO-7873	1,000	UN	zen	182,5000	182,50
199	induzido partida MBO-7873 - induzido partida MBO-7873	1,000	UN	zm	703,5000	703,50
200	interruptor oleo MBO-7873 - interruptor oleo MBO-7873	1,000	UN	3rho	57,0000	57,00
201	jg cabos de ignição MBO-7873 - jg cabos de ignição MBO-7873	1,000	UN	ngk	230,0000	230,00
202	jg palhetas MBO-7873 - jg palhetas MBO-7873	1,000	UN	bosch	98,2500	98,25
203	jg pastilha freio dianteira MBO-7873 - jg pastilha freio dianteira MBO-7873	1,000	UN	frasle	134,5000	134,50
204	jg sapata freio tras. MBO-7873 - jg sapata freio tras. MBO-7873	1,000	UN	frasle	214,0000	214,00
205	junta escape MBO-7873 - junta escape MBO-7873	3,000	UN	universal	9,2000	27,60
206	junta tampa valvula MBO-7873 - junta tampa valvula MBO-7873	1,000	UN	sabo	64,3000	64,30
207	kit correia comando MBO-7873 - kit correia comando MBO-7873	1,000	UN	gates	333,2700	333,27
208	kit embreagem MBO-7873 - kit embreagem MBO-7873	1,000	UN	sachs	1.035,5000	1.035,50
209	kit rolamento roda tras MBO-7873 - kit rolamento roda tras MBO-7873	2,000	UN	skf	103,0000	206,00
210	lampada 1 polo 12v MBO-7873 - lampada 1 polo 12v MBO-7873	6,000	UN	osram	6,5000	39,00
211	lampada 2 polo 12v MBO-7873 - lampada 2 polo 12v MBO-7873	6,000	UN	osram	6,5000	39,00
212	lampada 67 MBO-7873 - lampada 67 MBO-7873	4,000	UN	osram	6,0000	24,00
213	lampada 69 MBO-7873 - lampada 69 MBO-7873	4,000	UN	osram	6,0000	24,00
214	lampada H4 MBO-7873 - lampada H4 MBO-7873	4,000	UN	osram	29,0000	116,00
215	lampada H7 MBO-7873 - lampada H7 MBO-7873	4,000	UN	osram	45,0000	180,00
216	lampada pingão MBO-7873 - lampada pingão MBO-7873	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
217	lampada torpedo MBO-7873 - lampada torpedo MBO-7873	4,000	UN	osram	8,5000	34,00
218	lts oleo 5w30 MBO-7873 - lts oleo 5w30 MBO-7873	10,000	LT	petronas	46,0000	460,00
219	lts oleo direção hidráulica MBO-7873 - lts oleo direção hidráulica MBO-7873	4,000	L	petronas	45,0000	180,00
220	maçaneta interna porta MBO-7873 - maçaneta interna porta MBO-7873	6,000	UN	universal	29,0000	174,00
221	mangueira filtro ar MBO-7873 - mangueira filtro ar MBO-7873	1,000	UN	controil	130,0000	130,00
222	mangueira ramificada entrada agua radiador MBO-7873 - mangueira ramificada entrada agua radiador MBO-7873	1,000	UN	jamaica	235,0000	235,00
223	mangueira tubo bomba de agua MBO-7873 - mangueira tubo bomba de agua MBO-7873	2,000	UN	jamaica	47,5000	95,00
224	maxi fusivel MBO-7873 - maxi fusivel MBO-7873	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
225	mola pinça freio MBO-7873 - mola pinça freio MBO-7873	4,000	UN	2mc	55,5000	222,00
226	motor de partida MBO-7873 - motor de partida MBO-7873	1,000	UN	valeo	1.694,0000	1.694,00
227	mts fio instalação elétrica MBO-7873 - mts fio instalação elétrica MBO-7873	10,000	MT	dni	4,8000	48,00
228	mts manga silicone amarela MBO-7873 - mts manga silicone amarela MBO-7873	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
229	mts mangueira injeção eletrônica MBO-7873 - mts mangueira injeção eletrônica MBO-7873	6,000	MT	gates	21,8000	130,80
230	oring vedação MBO-7873 - oring vedação MBO-7873	4,000	UN	wurth	3,5000	14,00
231	par kit batente coifa tras. MBO-7873 - par kit batente coifa tras. MBO-7873	1,000	UN	sampel	59,5000	59,50
232	parafuso roda MBO-7873 - parafuso roda MBO-7873	16,000	UN	rodafuso	9,7500	156,00
233	parafusos 10x70 MBO-7873 - parafusos 10x70 MBO-7873	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00

Página: 8 / 104

234	part kit batente coifa diant. MBO-7873 - part kit batente coifa diant. MBO-7873	1,000	UN	sampel	63,0000	63,00
235	pino trava MBO-7873 - pino trava MBO-7873	6,000	UN	fixofort	4,5000	27,00
236	pivo MBO-7873 - pivo MBO-7873	2,000	UN	driwe	150,5000	301,00
237	polia alternador MBO-7873 - polia alternador MBO-7873	1,000	UN	nytron	135,0000	135,00
238	porcas MBO-7873 - porcas MBO-7873	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
239	porta fusíveis MBO-7873 - porta fusíveis MBO-7873	6,000	UN	rainha das sete	10,7000	64,20
240	porta maxi fusivel MBO-7873 - porta maxi fusivel MBO-7873	6,000	UN	rainha das sete	11,5000	69,00
241	radiador MBO-7873 - radiador MBO-7873	1,000	UN	visconde	572,3000	572,30
242	regulador voltagem MBO-7873 - regulador voltagem MBO-7873	1,000	UN	bosch	358,2500	358,25
243	relé auxiliar MBO-7873 - relé auxiliar MBO-7873	4,000	UN	dni	20,5000	82,00
244	reservatorio de expansão MBO-7873 - reservatorio de expansão MBO-7873	1,000	UN	gonel	130,5000	130,50
245	silencioso final MBO-7873 - silencioso final MBO-7873	1,000	UN	tuper	187,5000	187,50
246	silencioso intermediario MBO-7873 - silencioso intermediario MBO-7873	1,000	UN	tuper	179,5000	179,50
247	sonda lamba pós catalisador MBO-7873 - sonda lamba pós catalisador MBO-7873	1,000	UN	ntk	447,0000	447,00
248	sonda lambda pre catalisador MBO-7873 - sonda lambda pre catalisador MBO-7873	1,000	UN	ntk	447,0000	447,00
249	suporte escovas MBO-7873 - suporte escovas MBO-7873	1,000	UN	unifap	89,0000	89,00
250	suporte tirante MBO-7873 - suporte tirante MBO-7873	4,000	UN	grazzi	155,5000	622,00
251	tambor freio traseiro MBO-7873 - tambor freio traseiro MBO-7873	2,000	UN	fremax	136,0000	272,00
252	tampa reservatorio radiador MBO-7873 - tampa reservatorio radiador MBO-7873	1,000	UN	tancllick	22,5000	22,50
253	terminal bateria MBO-7873 - terminal bateria MBO-7873	2,000	UN	estart	16,0000	32,00
254	terminal direção MBO-7873 - terminal direção MBO-7873	2,000	UN	driwe	134,5000	269,00
255	terminal embutir MBO-7873 - terminal embutir MBO-7873	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
256	terminal parafusa MBO-7873 - terminal parafusa MBO-7873	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
257	Valvula termostatica MBO-7873 - Valvula termostatica MBO-7873	1,000	UN	mte	119,0000	119,00
258	velas ignição MBO-7873 - velas ignição MBO-7873	4,000	UN	ngk	38,0000	152,00

Total do Participante: 22.234,42

Lote: 3**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
259	abraçadeira escape - MLL-1116 - abraçadeira escape - MLL-1116	3,000	UN	uniao	10,0000	30,00
260	abraçadeira mangueira - MLL-1116 - abraçadeira mangueira - MLL-1116	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
261	aditivo radiador - MLL-1116 - aditivo radiador - MLL-1116	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
262	alternador - MLL-1116 - alternador - MLL-1116	1,000	UN	bosch	1.441,0000	1.441,00
263	amortecedor dianteiro - MLL-1116 - amortecedor dianteiro - MLL-1116	2,000	UN	monroe	316,0000	632,00
264	amortecedor traseiro - MLL-1116 - amortecedor traseiro - MLL-1116	2,000	UN	monroe	235,5000	471,00
265	anel vedação carter- MLL-111 - anel vedação carter- MLL-111	1,000	UN	wurth	4,0000	4,00
266	arruela lisa - MLL-1116 - arruela lisa - MLL-1116	6,000	UN	ciser	1,7000	10,20
267	articulador axial - MLL-1116 - articulador axial - MLL-1116	2,000	UN	driwe	105,0000	210,00
268	automatico - MLL-1116 - automatico - MLL-1116	1,000	UN	zm	200,0000	200,00
269	bateria 60 ah CCA 450 - MLL-1116 - bateria 60 ah CCA 450 - MLL-1116	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00
270	bieleta estabilizador - MLL-1116 - bieleta estabilizador - MLL-1116	2,000	UN	trw	79,0000	158,00
271	bobina ignição - MLL-1116 - bobina ignição - MLL-1116	1,000	UN	ngk	434,0000	434,00

Página: 9 / 104

272	Bomba de Agua - MLL-1116 - Bomba de Agua - MLL-1116	1,000	UN	schadeck	238,0000	238,00
273	bomba de combustivel - MLL-1116 - bomba de combustivel - MLL-1116	1,000	UN	delphi	281,5000	281,50
274	bomba de oleo - MLL-1116 - bomba de oleo - MLL-1116	1,000	UN	schadeck	226,0000	226,00
275	bomba injetor agua parabrisa - MLL-1116 - bomba injetor agua parabrisa - MLL-1116	1,000	UN	tsa	71,0000	71,00
276	borracha escape - MLL-1116 - borracha escape - MLL-1116	6,000	UN	sampel	9,0000	54,00
277	bucha bandeja - MLL-1116 - bucha bandeja - MLL-1116	4,000	UN	axios	34,0000	136,00
278	bucha eixo traseiro - MLL-1116 - bucha eixo traseiro - MLL-1116	2,000	UN	axios	50,5000	101,00
279	bucha motor partida - MLL-1116 - bucha motor partida - MLL-1116	2,000	UN	moldmix	22,0000	44,00
280	buchas estabilizador - MLL-1116 - buchas estabilizador - MLL-1116	4,000	UN	axios	22,0000	88,00
281	bujao carter - MLL-1116 - bujao carter - MLL-1116	1,000	UN	wurth	23,5000	23,50
282	buzina - MLL-1116 - buzina - MLL-1116	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
283	cabo acionamento fechadura - MLL-1116 - cabo acionamento fechadura - MLL-1116	4,000	UN	universal	39,0000	156,00
284	cabo embreagem - MLL-1116 - cabo embreagem - MLL-1116	1,000	UN	cabovel	52,5000	52,50
285	cabo freio de mao lado direito - MLL-1116 - cabo freio de mao lado direito - MLL-1116	1,000	UN	cabovel	39,5000	39,50
286	cabo freio mao lado esquerdo - MLL-1116 - cabo freio mao lado esquerdo - MLL-1116	1,000	UN	cabovel	71,0000	71,00
287	capa terminal - MLL-1116 - capa terminal - MLL-1116	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
288	chicote sensor oleo - MLL-1116 - chicote sensor oleo - MLL-1116	2,000	UN	rainha das sete	23,0000	46,00
289	cilindro mestre - MLL-1116 - cilindro mestre - MLL-1116	1,000	UN	controil	685,0000	685,00
290	cilindro roda traseiro - MLL-1116 - cilindro roda traseiro - MLL-1116	2,000	UN	controil	82,5000	165,00
291	cintas plastica - MLL-1116 - cintas plastica - MLL-1116	20,000	UN	vonder	1,7000	34,00
292	coifa lado cambio - MLL-1116 - coifa lado cambio - MLL-1116	2,000	UN	axios	34,0000	68,00
293	coifa lado roda - MLL-1116 - coifa lado roda - MLL-1116	2,000	UN	axios	34,0000	68,00
294	cola silicone alta temperatura - MLL-1116 - cola silicone alta temperatura - MLL-1116	2,000	UN	3m	55,0000	110,00
295	correia alternador - MLL-1116 - correia alternador - MLL-1116	1,000	UN	gates	38,0000	38,00
296	coxim amort tras.inferior - MLL-1116 - coxim amort tras.inferior - MLL-1116	4,000	UN	axios	25,0000	100,00
297	coxim amort. Tras. Superior - MLL-1116 - coxim amort. Tras. Superior - MLL-1116	4,000	UN	axios	42,5000	170,00
298	coxim cambio - MLL-1116 - coxim cambio - MLL-1116	2,000	UN	axios	152,5000	305,00
299	coxim motor frontal - MLL-1116 - coxim motor frontal - MLL-1116	1,000	UN	axios	260,0000	260,00
300	coxim motor dianteiro direito - MLL-1116 - coxim motor dianteiro direito - MLL-1116	1,000	UN	axios	195,0000	195,00
301	coxim motor dianteiro esquerdo - MLL-1116 - coxim motor dianteiro esquerdo - MLL-1116	1,000	UN	axios	195,0000	195,00
302	coxim radiador - MLL-1116 - coxim radiador - MLL-1116	4,000	UN	sampel	33,0000	132,00
303	disco freio dianteiro - MLL-1116 - disco freio dianteiro - MLL-1116	2,000	UN	fremax	108,0000	216,00
304	fechadura porta diant. - MLL-1116 - fechadura porta diant. - MLL-1116	2,000	UN	universal	279,0000	558,00
305	fechadura porta mala - MLL-1116 - fechadura porta mala - MLL-1116	1,000	UN	universal	133,5000	133,50
306	filtro ar motor - MLL-1116 - filtro ar motor - MLL-1116	2,000	UN	tecfil	26,0000	52,00
307	filtro combustivel - MLL-1116 - filtro combustivel - MLL-1116	2,000	UN	tecfil	25,0000	50,00
308	filtro oleo lubrificante - MLL-1116 - filtro oleo lubrificante - MLL-1116	2,000	UN	tecfil	23,0000	46,00
309	fita isolante - MLL-1116 - fita isolante - MLL-1116	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
310	flexivel freio - MLL-1116 - flexivel freio - MLL-1116	2,000	UN	varga	39,0000	78,00
311	fluido freio dot 4 - MLL-1116 - fluido freio dot 4 - MLL-1116	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
312	fusíveis - MLL-1116 - fusíveis - MLL-1116	10,000	UN	ams	1,3000	13,00

Página: 10 / 104

313	grampo fixaçã o- MLL-1116 - grampo fixaçã o- MLL-1116	10,000	UN	chevrolet	3,2500	32,50
314	impulsor partida - MLL-1116 - impulsor partida - MLL-1116	1,000	UN	zm	182,0000	182,00
315	induzido partida - MLL-1116 - induzido partida - MLL-1116	1,000	UN	zen	703,5000	703,50
316	interruptor oleo - MLL-1116 - interruptor oleo - MLL-1116	1,000	UN	3rho	57,0000	57,00
317	jg cabos de ignição - MLL-1116 - jg cabos de ignição - MLL-1116	1,000	UN	ngk	230,0000	230,00
318	jg palhetas - MLL-1116 - jg palhetas - MLL-1116	1,000	UN	bosch	98,0000	98,00
319	jg pastilha freio diant - MLL-1116 - jg pastilha freio diant - MLL-1116	1,000	UN	frasle	134,5000	134,50
320	jg sapata freio tras. - MLL-1116 - jg sapata freio tras. - MLL-1116	1,000	UN	frasle	214,0000	214,00
321	junta escape - MLL-1116 - junta escape - MLL-1116	3,000	UN	universal	9,0000	27,00
322	junta tampa valvula - MLL-1116 - junta tampa valvula - MLL-1116	1,000	UN	sabo	64,0000	64,00
323	kit correia comando - MLL-1116 - kit correia comando - MLL-1116	1,000	UN	gates	333,0000	333,00
324	kit embreagem - MLL-1116 - kit embreagem - MLL-1116	1,000	UN	sachs	1.035,0000	1.035,00
325	kit rolamento roda tras - MLL-1116 - kit rolamento roda tras - MLL-1116	2,000	UN	skf	103,0000	206,00
326	lampada 1 polo 12v - MLL-1116 - lampada 1 polo 12v - MLL-1116	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
327	lampada 2 polo 12v - MLL-1116 - lampada 2 polo 12v - MLL-1116	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
328	lampada 67 - MLL-1116 - lampada 67 - MLL-1116	4,000	UN	osram	6,0000	24,00
329	lampada 69 - MLL-1116 - lampada 69 - MLL-1116	4,000	UN	osram	6,0000	24,00
330	lampada H4 - MLL-1116 - lampada H4 - MLL-1116	4,000	UN	osram	29,0000	116,00
331	lampada H7 - MLL-1116 - lampada H7 - MLL-1116	4,000	UN	osram	45,0000	180,00
332	lampada pingão - MLL-1116 - lampada pingão - MLL-1116	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
333	lampada torpedo - MLL-1116 - lampada torpedo - MLL-1116	4,000	UN	osram	8,5000	34,00
334	lts oleo 5w30 - MLL-1116 - lts oleo 5w30 - MLL-1116	10,000	LT	petronas	48,0000	480,00
335	lts oleo direção hidraulica - MLL-1116 - lts oleo direção hidraulica - MLL-1116	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
336	maçaneta interna porta - MLL-1116 - maçaneta interna porta - MLL-1116	6,000	UN	universal	29,0000	174,00
337	mangueira filtro ar - MLL-1116 - mangueira filtro ar - MLL-1116	1,000	UN	controil	130,0000	130,00
338	mangueira ramificada entrada agua radiador - MLL-1116 - mangueira ramificada entrada agua radiador - MLL-1116	1,000	UN	jamaica	235,0000	235,00
339	mangueira tubo bomba de agua - MLL-1116 - mangueira tubo bomba de agua - MLL-1116	2,000	UN	jamaica	47,5000	95,00
340	maxi fusivel - MLL-1116 - maxi fusivel - MLL-1116	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
341	mola pinça freio - MLL-1116 - mola pinça freio - MLL-1116	4,000	UN	2mc	55,0000	220,00
342	motor de partida - MLL-1116 - motor de partida - MLL-1116	1,000	UN	valeo	1.694,0000	1.694,00
343	mts fio instalação eletrica - MLL-1116 - mts fio instalação eletrica - MLL-1116	10,000	MT	dni	4,8000	48,00
344	mts manga silicone amarela - MLL-1116 - mts manga silicone amarela - MLL-1116	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
345	mts mangueira injeção eletrônica - MLL-1116 - mts mangueira injeção eletrônica - MLL-1116	6,000	MT	gates	21,8000	130,80
346	oring vedação - MLL-1116 - oring vedação - MLL-1116	4,000	UN	wurth	3,5000	14,00
347	par kit batente coifa tras. - MLL-1116 - par kit batente coifa tras. - MLL-1116	1,000	UN	sampel	59,5000	59,50
348	parafuso roda - MLL-1116 - parafuso roda - MLL-1116	16,000	UN	rodafuso	9,5000	152,00
349	parafusos 10x70 - MLL-1116 - parafusos 10x70 - MLL-1116	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
350	part kit batente coifa diant.- MLL-1116 - part kit batente coifa diant.- MLL-1116	1,000	UN	jsampel	63,0000	63,00
351	pino trava - MLL-1116 - pino trava - MLL-1116	6,000	UN	fixofort	4,5000	27,00
352	pivo - MLL-1116 - pivo - MLL-1116	2,000	UN	driwe	150,0000	300,00
353	polia alternador - MLL-1116 - polia alternador - MLL-1116	1,000	UN	nytron	135,0000	135,00

Página: 11 / 104

354	porcas - MLL-1116 - porcas - MLL-1116	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
355	porta fusivel - MLL-1116 - porta fusivel - MLL-1116	6,000	UN	rainha das sete	10,7000	64,20
356	porta maxi fusivel - MLL-1116 - porta maxi fusivel - MLL-1116	6,000	UN	rainha das sete	11,0000	66,00
357	radiador - MLL-1116 - radiador - MLL-1116	1,000	UN	visconde	572,0000	572,00
358	regulador voltagem - MLL-1116 - regulador voltagem - MLL-1116	1,000	UN	bosch	358,0000	358,00
359	relé auxiliar - MLL-1116 - relé auxiliar - MLL-1116	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
360	reservatorio de expansão - MLL-1116 - reservatorio de expansão - MLL-1116	1,000	UN	gonel	130,0000	130,00
361	silencioso final - MLL-1116 - silencioso final - MLL-1116	1,000	UN	tuper	187,5000	187,50
362	silencioso intermediario - MLL-1116 - silencioso intermediario - MLL-1116	1,000	UN	tuper	179,5000	179,50
363	sonda lamba pós catalisador - MLL-1116 - sonda lamba pós catalisador - MLL-1116	1,000	UN	ntk	447,0000	447,00
364	sonda lambda pre catalisador - MLL-1116 - sonda lambda pre catalisador - MLL-1116	1,000	UN	ntk	447,0000	447,00
365	suporte escovas - MLL-1116 - suporte escovas - MLL-1116	1,000	UN	unifap	89,0000	89,00
366	suporte tirante - MLL-1116 - suporte tirante - MLL-1116	4,000	UN	grazzi	155,0000	620,00
367	tambor freio traseiro - MLL-1116 - tambor freio traseiro - MLL-1116	2,000	UN	fremax	136,0000	272,00
368	tampa reservatorio radiador - MLL-1116 - tampa reservatorio radiador - MLL-1116	1,000	UN	tanclck	22,5000	22,50
369	terminal bateria - MLL-1116 - terminal bateria - MLL-1116	2,000	UN	start	16,0000	32,00
370	terminal direção - MLL-1116 - terminal direção - MLL-1116	2,000	UN	driwe	134,0000	268,00
371	terminal embutir - MLL-1116 - terminal embutir - MLL-1116	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
372	terminal parafusa - MLL-1116 - terminal parafusa - MLL-1116	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
373	Valvula termostatica - MLL-1116 - Valvula termostatica - MLL-1116	1,000	UN	mte	119,0000	119,00
374	velas ignição - MLL-1116 - velas ignição - MLL-1116	4,000	UN	ngk	38,0000	152,00
Total do Participante:						22.216,80

Lote: 4**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
375	abraçadeira escape - MDX-8124 - abraçadeira escape - MDX-8124	3,000	UN	uniao	10,0000	30,00
376	abraçadeira mangueira - MDX-8124 - abraçadeira mangueira - MDX-8124	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
377	aditivo radiador concentrado - MDX-8124 - aditivo radiador concentrado - MDX-8124	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
378	alternador - MDX-8124 - alternador - MDX-8124	1,000	UN	bosch	1.650,0000	1.650,00
379	amortecedor dianteiro - MDX-8124 - amortecedor dianteiro - MDX-8124	2,000	UN	monroe	534,5000	1.069,00
380	amortecedor traseiros - MDX-8124 - amortecedor traseiros - MDX-8124	2,000	UN	monroe	374,0000	748,00
381	arruelas - MDX-8124 - arruelas - MDX-8124	6,000	UN	ciser	1,7000	10,20
382	articulador axial - MDX-8124 - articulador axial - MDX-8124	2,000	UN	driwe	124,0000	248,00
383	atuador embreagem - MDX-8124 - atuador embreagem - MDX-8124	1,000	UN	sachs	660,0000	660,00
384	batente porta - MDX-8124 - batente porta - MDX-8124	2,000	UN	universal	175,5000	351,00
385	Bateria 60 ah cca400 - MDX-8124 - Bateria 60 ah cca400 - MDX-8124	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00
386	bieleta estabilizador dianteira - MDX-8124 - bieleta estabilizador dianteira - MDX-8124	2,000	UN	trw	101,5000	203,00
387	bieleta estabilizador traseira - MDX-8124 - bieleta estabilizador traseira - MDX-8124	2,000	UN	trw	71,5000	143,00
388	bobina compressor - MDX-8124 - bobina compressor - MDX-8124	1,000	UN	mahle	498,0000	498,00
389	bobina de ignição - MDX-8124 - bobina de ignição - MDX-8124	1,000	UN	ngk	278,0000	278,00
390	bomba de agua - MDX-8124 - bomba de agua - MDX-8124	1,000	UN	schadeck	508,0000	508,00

8124

391	bomba de combustivel - MDX-8124 - bomba de combustivel - MDX-8124	1,000	UN	delphi	696,0000	696,00
392	bomba de oleo - MDX-8124 - bomba de oleo - MDX-8124	1,000	UN	schadeck	1.191,0000	1.191,00
393	bomba injetor agua parabrisa - MDX-8124 - bomba injetor agua parabrisa - MDX-8124	1,000	UN	tsa	83,0000	83,00
394	braco externo limpador - MDX-8124 - braco externo limpador - MDX-8124	2,000	UN	fiat	307,0000	614,00
395	bucha bandeja dt anterior - MDX-8124 - bucha bandeja dt anterior - MDX-8124	2,000	UN	axios	92,0000	184,00
396	bucha bandeja dt posterior - MDX-8124 - bucha bandeja dt posterior - MDX-8124	2,000	UN	axios	227,0000	454,00
397	bucha estabilizador central - MDX-8124 - bucha estabilizador central - MDX-8124	2,000	UN	axios	66,5000	133,00
398	bucha estabilizador externa - MDX-8124 - bucha estabilizador externa - MDX-8124	2,000	UN	axios	56,0000	112,00
399	bucha estabilizador traseira - MDX-8124 - bucha estabilizador traseira - MDX-8124	2,000	UN	axios	80,0000	160,00
400	bucha jumelo - MDX-8124 - bucha jumelo - MDX-8124	4,000	UN	axios	87,0000	348,00
401	bucha mola anterior - MDX-8124 - bucha mola anterior - MDX-8124	4,000	UN	axios	247,0000	988,00
402	bucha mola posterior - MDX-8124 - bucha mola posterior - MDX-8124	4,000	UN	axios	72,5000	290,00
403	bucha motor de partida - MDX-8124 - bucha motor de partida - MDX-8124	2,000	UN	moldmix	39,0000	78,00
404	bujao do carter - MDX-8124 - bujao do carter - MDX-8124	1,000	UN	wurth	52,0000	52,00
405	buzina - MDX-8124 - buzina - MDX-8124	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
406	cabo freio de mao traseiro direito - MDX-8124 - cabo freio de mao traseiro direito - MDX-8124	1,000	UN	cabovel	442,0000	442,00
407	cabo freio de mao traseiro esquerdo - MDX-8124 - cabo freio de mao traseiro esquerdo - MDX-8124	1,000	UN	cabovel	446,0000	446,00
408	capa terminal - MDX-8124 - capa terminal - MDX-8124	6,000	UN	dsc	1,3000	7,80
409	carga gas - MDX-8124 - carga gas - MDX-8124	2,000	UN	eos	218,0000	436,00
410	catalizador - MDX-8124 - catalizador - MDX-8124	1,000	UN	mastra	2.710,0000	2.710,00
411	cilindro de roda - MDX-8124 - cilindro de roda - MDX-8124	2,000	UN	controil	95,0000	190,00
412	cilindro mestre freio - MDX-8124 - cilindro mestre freio - MDX-8124	1,000	UN	controil	1.457,0000	1.457,00
413	cinta plastica - MDX-8124 - cinta plastica - MDX-8124	25,000	UN	vonder	1,7000	42,50
414	clip ar - MDX-8124 - clip ar - MDX-8124	2,000	UN	royce	21,5000	43,00
415	coifa lado cambio - MDX-8124 - coifa lado cambio - MDX-8124	2,000	UN	axios	59,5000	119,00
416	coifa lado roda - MDX-8124 - coifa lado roda - MDX-8124	2,000	UN	axios	58,0000	116,00
417	cola silicone alta temperatura - MDX-8124 - cola silicone alta temperatura - MDX-8124	3,000	UN	cyclo	55,0000	165,00
418	compressor ar condicionado - MDX-8124 - compressor ar condicionado - MDX-8124	1,000	UN	delphi	3.003,0000	3.003,00
419	condensador - MDX-8124 - condensador - MDX-8124	1,000	UN	denso	1.173,0000	1.173,00
420	conectores - MDX-8124 - conectores - MDX-8124	4,000	UN	royce	38,0000	152,00
421	conexao ar condicionado - MDX-8124 - conexao ar condicionado - MDX-8124	4,000	UN	royce	23,0000	92,00
422	contraste - MDX-8124 - contraste - MDX-8124	1,000	UN	vinar	23,5000	23,50
423	correia alternador - MDX-8124 - correia alternador - MDX-8124	1,000	UN	gates	132,0000	132,00
424	coxim cambio - MDX-8124 - coxim cambio - MDX-8124	2,000	UN	axios	1.107,0000	2.214,00
425	coxim amortecedor dianteiro - MDX-8124 - coxim amortecedor dianteiro - MDX-8124	2,000	UN	axios	344,0000	688,00
426	coxim motor lado direito - MDX-8124 - coxim motor lado direito - MDX-8124	1,000	UN	axios	2.100,0000	2.100,00
427	coxim motor lado esquerdo - MDX-8124 - coxim motor lado esquerdo - MDX-8124	1,000	UN	axios	1.729,0000	1.729,00
428	cubo de roda dianteiro - MDX-8124 - cubo de roda dianteiro - MDX-8124	2,000	UN	fremax	182,5000	365,00
429	cubo de roda traseiro - MDX-8124 - cubo de roda traseiro - MDX-8124	2,000	UN	fremax	749,5000	1.499,00
430	cubo roda tras.c/ rolam c/ abs - MDX-8124 - cubo roda	2,000	UN	fremax	1.090,0000	2.180,00

tras.c/ rolam c/ abs - MDX-8124

431	disco freio diant - MDX-8124 - disco freio diant - MDX-8124	2,000	UN	fremax	193,5000	387,00
432	eletroventilador c/ defletor - MDX-8124 - eletroventilador c/ defletor - MDX-8124	1,000	UN	bauen	2.344,0000	2.344,00
433	evaporador - MDX-8124 - evaporador - MDX-8124	1,000	UN	royce	1.029,0000	1.029,00
434	faróis auxiliares - MDX-8124 - faróis auxiliares - MDX-8124	2,000	UN	orgus	397,0000	794,00
435	fechadura lado direito - MDX-8124 - fechadura lado direito - MDX-8124	1,000	UN	universal	453,0000	453,00
436	fechadura lado esquerdo - MDX-8124 - fechadura lado esquerdo - MDX-8124	1,000	UN	universal	453,0000	453,00
437	fechadura porta de correr - MDX-8124 - fechadura porta de correr - MDX-8124	1,000	UN	universal	932,0000	932,00
438	fechadura porta traseira - MDX-8124 - fechadura porta traseira - MDX-8124	1,000	UN	universal	466,0000	466,00
439	filtro ar - MDX-8124 - filtro ar - MDX-8124	2,000	UN	tecfil	55,0000	110,00
440	filtro ar condicionado - MDX-8124 - filtro ar condicionado - MDX-8124	2,000	UN	tecfil	41,0000	82,00
441	filtro combustível - MDX-8124 - filtro combustível - MDX-8124	2,000	UN	tecfil	28,0000	56,00
442	filtro óleo - MDX-8124 - filtro óleo - MDX-8124	2,000	UN	tecfil	40,0000	80,00
443	filtro secador - MDX-8124 - filtro secador - MDX-8124	1,000	UN	mahle	363,0000	363,00
444	fita isolante - MDX-8124 - fita isolante - MDX-8124	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
445	flexíveis de freio - MDX-8124 - flexíveis de freio - MDX-8124	2,000	UN	varga	65,5000	131,00
446	fluido freio dot 4 - MDX-8124 - fluido freio dot 4 - MDX-8124	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
447	fusíveis - MDX-8124 - fusíveis - MDX-8124	6,000	UN	ams	1,7000	10,20
448	grampo fixação - MDX-8124 - grampo fixação - MDX-8124	15,000	UN	fiat	3,0000	45,00
449	higienizador ar condicionado - MDX-8124 - higienizador ar condicionado - MDX-8124	2,000	UN	wurth	92,0000	184,00
450	impulsor de partida - MDX-8124 - impulsor de partida - MDX-8124	1,000	UN	zm	210,0000	210,00
451	induzido de partida - MDX-8124 - induzido de partida - MDX-8124	1,000	UN	zen	582,0000	582,00
452	jg cabos vela - MDX-8124 - jg cabos vela - MDX-8124	1,000	UN	ngk	189,5000	189,50
453	jg palheta parabrisa dianteiro - MDX-8124 - jg palheta parabrisa dianteiro - MDX-8124	1,000	UN	bosch	152,0000	152,00
454	jg pastilha freio - MDX-8124 - jg pastilha freio - MDX-8124	1,000	UN	frasle	436,0000	436,00
455	jg sapata freio ts - MDX-8124 - jg sapata freio ts - MDX-8124	1,000	UN	frasle	367,0000	367,00
456	junta escape - MDX-8124 - junta escape - MDX-8124	3,000	UN	universal	21,0000	63,00
457	junta homocinetica - MDX-8124 - junta homocinetica - MDX-8124	2,000	UN	nakata	597,0000	1.194,00
458	junta tampa de valvula - MDX-8124 - junta tampa de valvula - MDX-8124	1,000	UN	sabo	281,0000	281,00
459	kit amortecedor dianteiro - MDX-8124 - kit amortecedor dianteiro - MDX-8124	1,000	UN	sampel	227,0000	227,00
460	kit batente suspensão traseira - MDX-8124 - kit batente suspensão traseira - MDX-8124	1,000	UN	sampel	371,0000	371,00
461	kit borracha de portas - MDX-8124 - kit borracha de portas - MDX-8124	2,000	UN	autotrave	1.199,0000	2.398,00
462	kit calhas de chuva - MDX-8124 - kit calhas de chuva - MDX-8124	1,000	UN	tg poli	334,5000	334,50
463	kit embreagem - MDX-8124 - kit embreagem - MDX-8124	1,000	UN	sachs	1.399,0000	1.399,00
464	lampada 1 polo - MDX-8124 - lampada 1 polo - MDX-8124	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
465	lampada 2 polo - MDX-8124 - lampada 2 polo - MDX-8124	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
466	lampada H1 - MDX-8124 - lampada H1 - MDX-8124	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
467	lampada H11 - MDX-8124 - lampada H11 - MDX-8124	4,000	UN	hella	101,5000	406,00
468	lampada H7 - MDX-8124 - lampada H7 - MDX-8124	4,000	UN	osram	45,0000	180,00
469	lampada pingão - MDX-8124 - lampada pingão - MDX-8124	6,000	UN	osram	6,0000	36,00

Página: 14 / 104

470	lampada torpedo - MDX-8124 - lampada torpedo - MDX-8124	6,000	UN	osram	8,5000	51,00
471	limpa parabrisa - MDX-8124 - limpa parabrisa - MDX-8124	2,000	UN	mundial	7,0000	14,00
472	lts oleo 75w80 - MDX-8124 - lts oleo 75w80 - MDX-8124	6,000	LT	petronas	101,0000	606,00
473	lts oleo hidraulico ATF - MDX-8124 - lts oleo hidraulico ATF - MDX-8124	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
474	lts oleo lubrificante 5w30 - MDX-8124 - lts oleo lubrificante 5w30 - MDX-8124	12,000	L	petronas	48,0000	576,00
475	maçaneta externa porta diant. - MDX-8124 - maçaneta externa porta diant. - MDX-8124	2,000	UN	universal	1.023,0000	2.046,00
476	maçaneta externa porta traseira - MDX-8124 - maçaneta externa porta traseira - MDX-8124	1,000	UN	universal	2.053,0000	2.053,00
477	maçaneta interna porta diant. - MDX-8124 - maçaneta interna porta diant. - MDX-8124	2,000	UN	universal	188,5000	377,00
478	maçaneta porta de correr - MDX-8124 - maçaneta porta de correr - MDX-8124	1,000	UN	universal	975,0000	975,00
479	mangueira arrefecimento - MDX-8124 - mangueira arrefecimento - MDX-8124	1,000	UN	jamaica	239,0000	239,00
480	mangueira inferior radiador - MDX-8124 - mangueira inferior radiador - MDX-8124	1,000	UN	jamaica	234,0000	234,00
481	mangueira superior radiador - MDX-8124 - mangueira superior radiador - MDX-8124	1,000	UN	jamaica	322,5000	322,50
482	maquina de vidro - MDX-8124 - maquina de vidro - MDX-8124	2,000	UN	zinni	544,0000	1.088,00
483	maxi fusíveis - MDX-8124 - maxi fusíveis - MDX-8124	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
484	motor de partida - MDX-8124 - motor de partida - MDX-8124	1,000	UN	valeo	1.794,0000	1.794,00
485	mts cabo bateria - MDX-8124 - mts cabo bateria - MDX-8124	6,000	MT	dni	74,5000	447,00
486	mts fio - MDX-8124 - mts fio - MDX-8124	6,000	MT	dni	4,8000	28,80
487	mts mangueira ar condic. - MDX-8124 - mts mangueira ar condic. - MDX-8124	4,000	MT	parker	133,5000	534,00
488	mts mangueira injeção - MDX-8124 - mts mangueira injeção - MDX-8124	4,000	MT	gates	21,8000	87,20
489	mts mangueira silicone - MDX-8124 - mts mangueira silicone - MDX-8124	4,000	MT	luciflex	9,0000	36,00
490	oleo compressor - MDX-8124 - oleo compressor - MDX-8124	3,000	UN	montreal	71,0000	213,00
491	oring vedação - MDX-8124 - oring vedação - MDX-8124	4,000	UN	wurth	3,5000	14,00
492	oring vedação carter - MDX-8124 - oring vedação carter - MDX-8124	1,000	UN	wurth	11,0000	11,00
493	palheta traseira encaixe especifico - MDX-8124 - palheta traseira encaixe especifico - MDX-8124	1,000	UN	bosch	70,0000	70,00
494	parafusos 10x70 - MDX-8124 - parafusos 10x70 - MDX-8124	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
495	parafusos de roda - MDX-8124 - parafusos de roda - MDX-8124	16,000	UN	rodafuso	14,0000	224,00
496	pino trava - MDX-8124 - pino trava - MDX-8124	6,000	UN	fixofort	4,5000	27,00
497	pivos - MDX-8124 - pivos - MDX-8124	2,000	UN	driwe	157,0000	314,00
498	polia alternador - MDX-8124 - polia alternador - MDX-8124	1,000	UN	nytron	345,0000	345,00
499	polia compressor - MDX-8124 - polia compressor - MDX-8124	1,000	UN	delphi	896,0000	896,00
500	porcas - MDX-8124 - porcas - MDX-8124	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
501	porta fusivel - MDX-8124 - porta fusivel - MDX-8124	6,000	UN	rainha das sete	10,5000	63,00
502	porta fusivel maxi - MDX-8124 - porta fusivel maxi - MDX-8124	6,000	UN	rainha das sete	11,0000	66,00
503	pressostato - MDX-8124 - pressostato - MDX-8124	1,000	UN	denso	299,0000	299,00
504	radiador - MDX-8124 - radiador - MDX-8124	1,000	UN	visconde	1.148,0000	1.148,00
505	regulador de voltagem - MDX-8124 - regulador de voltagem - MDX-8124	1,000	UN	bosch	314,0000	314,00
506	rele auxiliar - MDX-8124 - rele auxiliar - MDX-8124	1,000	UN	dni	20,0000	20,00
507	rele de partida - MDX-8124 - rele de partida - MDX-8124	1,000	UN	dni	214,0000	214,00
508	reparo pinça freio - MDX-8124 - reparo pinça freio - MDX-8124	4,000	UN	2mc	86,0000	344,00
509	reservatorio de expansao - MDX-8124 - reservatorio de expansao - MDX-8124	1,000	UN	gonel	406,0000	406,00

Página: 15 / 104

510	resistencia eletroventilador - MDX-8124 - resistencia	1,000	UN	euro	236,0000	236,00
511	eletroventilador - MDX-8124					
511	rolamento roda traseira - MDX-8124 - rolamento roda	2,000	UN	fag	454,0000	908,00
512	traseira - MDX-8124					
512	rolamento alternador - MDX-8124 - rolamento alternador	2,000	UN	nytron	125,0000	250,00
513	- MDX-8124					
513	rolamento compressor - MDX-8124 - rolamento	2,000	UN	mahle	316,0000	632,00
514	compressor - MDX-8124					
514	rolamento roda diant. c/ ABS - MDX-8124 - rolamento	2,000	UN	fag	261,5000	523,00
515	roda diant. c/ ABS - MDX-8124					
515	selo compressor - MDX-8124 - selo compressor - MDX-	6,000	UN	royce	95,0000	570,00
516	8124					
516	sensor abs traseiro - MDX-8124 - sensor abs traseiro -	2,000	UN	bosch	612,0000	1.224,00
517	MDX-8124					
517	sensor de abs dianteiro - MDX-8124 - sensor de abs	2,000	UN	bosch	667,0000	1.334,00
518	dianteiro - MDX-8124					
518	sensor de nivel - MDX-8124 - sensor de nivel - MDX-	1,000	UN	tsa	179,0000	179,00
519	8124					
519	sensor de temperatura - MDX-8124 - sensor de	1,000	UN	mte	393,0000	393,00
520	temperatura - MDX-8124					
520	sensor de velocidade - MDX-8124 - sensor de velocidade	1,000	UN	mte	275,0000	275,00
521	- MDX-8124					
521	silencioso intermediario - MDX-8124 - silencioso	1,000	UN	tuper	300,0000	300,00
522	intermediario - MDX-8124					
522	silencioso traseiro - MDX-8124 - silencioso traseiro -	1,000	UN	tuper	321,0000	321,00
523	MDX-8124					
523	sonda lambda pos catalizador - MDX-8124 - sonda	1,000	UN	ntk	680,0000	680,00
524	lambda pos catalizador - MDX-8124					
524	sonda lambda pre catalizador - MDX-8124 - sonda	1,000	UN	ntk	603,0000	603,00
525	lambda pre catalizador - MDX-8124					
525	tambor freio tras - MDX-8124 - tambor freio tras - MDX-	2,000	UN	fremax	221,0000	442,00
526	8124					
526	tampa reservatorio expansão - MDX-8124 - tampa	1,000	UN	tanclink	80,0000	80,00
527	reservatorio expansão - MDX-8124					
527	terminal bateria - MDX-8124 - terminal bateria - MDX-	2,000	UN	start	16,0000	32,00
528	8124					
528	terminal direção - MDX-8124 - terminal direção - MDX-	2,000	UN	driwe	101,5000	203,00
529	8124					
529	terminal fio - MDX-8124 - terminal fio - MDX-8124	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
530	termostato - MDX-8124 - termostato - MDX-8124	1,000	UN	mte	245,0000	245,00
531	trava eletrica - MDX-8124 - trava eletrica - MDX-8124	4,000	UN	dni	76,5000	306,00
532	tubo arrefecimento - MDX-8124 - tubo arrefecimento -	1,000	UN	jamaica	454,0000	454,00
533	MDX-8124					
533	valvula block - MDX-8124 - valvula block - MDX-8124	1,000	UN	royce	417,0000	417,00
534	valvula de serviço - MDX-8124 - valvula de serviço -	1,000	UN	royce	26,0000	26,00
535	MDX-8124					
535	valvula termostatica - MDX-8124 - valvula termostatica -	1,000	UN	mte	365,0000	365,00
536	MDX-8124					
536	veda escape - MDX-8124 - veda escape - MDX-8124	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
537	velas - MDX-8124 - velas - MDX-8124	4,000	UN	ngk	40,5000	162,00

Total do Participante: 79.293,90

Lote: 5**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
538	abraçadeira escape - OKD-2630 - abraçadeira escape -	5,000	UN	uniao	10,0000	50,00
539	OKD-2630					
539	abraçadeira mangueira - OKD-2630 - abraçadeira	15,000	UN	wurth	9,0000	135,00
540	mangueira - OKD-2630					
540	aditivo radiador concentrado - OKD-2630 - aditivo	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
541	radiador concentrado - OKD-2630					
541	alternador - OKD-2630 - alternador - OKD-2630	1,000	UN	bosch	1.650,0000	1.650,00
542	amortecedor diant. - OKD-2630 - amortecedor diant. -	2,000	UN	monroe	534,5000	1.069,00
543	OKD-2630					
543	amortecedor traseiros - OKD-2630 - amortecedor	2,000	UN	monroe	374,0000	748,00
544	traseiros - OKD-2630					
544	arruelas - OKD-2630 - arruelas - OKD-2630	6,000	UN	ciser	1,7000	10,20
545	articulador axial - OKD-2630 - articulador axial - OKD-	2,000	UN	driwe	124,0000	248,00
545	2630					

Página: 16 / 104

546	atuador embreagem - OKD-2630 - atuador embreagem - OKD-2630	1,000	UN	sachs	660,0000	660,00
547	batente porta - OKD-2630 - batente porta - OKD-2630	2,000	UN	universal	175,8000	351,60
548	Bateria 60 ah cca400 - OKD-2630 - Bateria 60 ah cca400 - OKD-2630	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00
549	bieleta estabilizador dianteira - OKD-2630 - bieleta estabilizador dianteira - OKD-2630	2,000	UN	trw	101,5000	203,00
550	bieleta estabilizador traseira - OKD-2630 - bieleta estabilizador traseira - OKD-2630	2,000	UN	trw	71,5000	143,00
551	bobina compressor - OKD-2630 - bobina compressor - OKD-2630	1,000	UN	mahle	498,0000	498,00
552	bobina de ignição - OKD-2630 - bobina de ignição - OKD-2630	1,000	UN	ngk	278,0000	278,00
553	bomba de agua - OKD-2630 - bomba de agua - OKD-2630	1,000	UN	schadeck	508,0000	508,00
554	bomba de combustivel - OKD-2630 - bomba de combustivel - OKD-2630	1,000	UN	delphi	695,0000	695,00
555	bomba de oleo - OKD-2630 - bomba de oleo - OKD-2630	1,000	UN	schadeck	1.191,0000	1.191,00
556	bomba injetor agua parabrisa - OKD-2630 - bomba injetor agua parabrisa - OKD-2630	1,000	UN	tsa	83,0000	83,00
557	braço externo limpador - OKD-2630 - braço externo limpador - OKD-2630	2,000	UN	fiat	307,0000	614,00
558	bucha bandeja dt anterior - OKD-2630 - bucha bandeja dt anterior - OKD-2630	2,000	UN	axios	92,0000	184,00
559	bucha bandeja dt posterior - OKD-2630 - bucha bandeja dt posterior - OKD-2630	2,000	UN	axios	227,0000	454,00
560	bucha estabilizador central - OKD-2630 - bucha estabilizador central - OKD-2630	2,000	UN	axios	66,5000	133,00
561	bucha estabilizador externa - OKD-2630 - bucha estabilizador externa - OKD-2630	2,000	UN	axios	56,0000	112,00
562	bucha estabilizador traseira - OKD-2630 - bucha estabilizador traseira - OKD-2630	2,000	UN	axios	80,0000	160,00
563	bucha jumelo - OKD-2630 - bucha jumelo - OKD-2630	4,000	UN	axios	87,0000	348,00
564	bucha mola anterior - OKD-2630 - bucha mola anterior - OKD-2630	4,000	UN	axios	247,0000	988,00
565	bucha mola posterior - OKD-2630 - bucha mola posterior - OKD-2630	4,000	UN	axios	72,5000	290,00
566	bucha motor de partida - OKD-2630 - bucha motor de partida - OKD-2630	2,000	UN	moldmix	39,0000	78,00
567	bujao do carter - OKD-2630 - bujao do carter - OKD-2630	1,000	UN	wurth	52,0000	52,00
568	buzina - OKD-2630 - buzina - OKD-2630	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
569	cabo freio de mao traseiro direito - OKD-2630 - cabo freio de mao traseiro direito - OKD-2630	1,000	UN	cabovel	442,0000	442,00
570	cabo freio de mao traseiro esquerdo - OKD-2630 - cabo freio de mao traseiro esquerdo - OKD-2630	1,000	UN	cabovel	446,0000	446,00
571	capa terminal - OKD-2630 - capa terminal - OKD-2630	6,000	UN	dsc	1,3000	7,80
572	carga gas - OKD-2630 - carga gas - OKD-2630	2,000	UN	eos	218,0000	436,00
573	catalizador - OKD-2630 - catalizador - OKD-2630	1,000	UN	mastra	2.710,0000	2.710,00
574	cilindro de roda - OKD-2630 - cilindro de roda - OKD-2630	2,000	UN	controil	95,0000	190,00
575	cilindro mestre freio - OKD-2630 - cilindro mestre freio - OKD-2630	1,000	UN	controil	1.457,0000	1.457,00
576	cinta plastica - OKD-2630 - cinta plastica - OKD-2630	30,000	UN	vonder	1,7000	51,00
577	clip ar - OKD-2630 - clip ar - OKD-2630	4,000	UN	royce	21,5000	86,00
578	coifa lado cambio - OKD-2630 - coifa lado cambio - OKD-2630	2,000	UN	axios	59,5000	119,00
579	coifa lado roda - OKD-2630 - coifa lado roda - OKD-2630	2,000	UN	axios	58,5000	117,00
580	cola silicone alta temperatura - OKD-2630 - cola silicone alta temperatura - OKD-2630	3,000	UN	cyclo	55,0000	165,00
581	compressor ar condicionado - OKD-2630 - compressor ar condicionado - OKD-2630	1,000	UN	delphi	3.000,0000	3.000,00
582	condensador - OKD-2630 - condensador - OKD-2630	1,000	UN	royce	1.173,0000	1.173,00
583	conectores - OKD-2630 - conectores - OKD-2630	4,000	UN	royce	38,0000	152,00
584	conexao ar condicionado - OKD-2630 - conexao ar condicionado - OKD-2630	4,000	UN	royce	23,5000	94,00
585	contraste - OKD-2630 - contraste - OKD-2630	2,000	UN	vinar	23,5000	47,00

Página: 17 / 104

586	correia alternador - OKD-2630 - correia alternador - OKD-2630	2,000	UN	gates	132,0000	264,00
587	coxim cambio - OKD-2630 - coxim cambio - OKD-2630	2,000	UN	axios	1.107,0000	2.214,00
588	coxim amortecedor diant - OKD-2630 - coxim amortecedor diant - OKD-2630	2,000	UN	axios	344,0000	688,00
589	coxim motor lado direito - OKD-2630 - coxim motor lado direito - OKD-2630	1,000	UN	axios	2.100,0000	2.100,00
590	coxim motor lado esquerdo - OKD-2630 - coxim motor lado esquerdo - OKD-2630	1,000	UN	axios	1.729,0000	1.729,00
591	cubo de roda dianteiro - OKD-2630 - cubo de roda dianteiro - OKD-2630	2,000	UN	fremax	182,5000	365,00
592	cubo de roda traseiro - OKD-2630 - cubo de roda traseiro - OKD-2630	2,000	UN	fremax	749,5000	1.499,00
593	cubo roda tras.c/ rolam c/ abs - OKD-2630 - cubo roda tras.c/ rolam c/ abs - OKD-2630	2,000	UN	fremax	1.090,0000	2.180,00
594	disco freio diant - OKD-2630 - disco freio diant - OKD-2630	2,000	UN	fremax	193,5000	387,00
595	eletroventilador c/ defletor - OKD-2630 - eletroventilador c/ defletor - OKD-2630	1,000	UN	bauen	2.344,0000	2.344,00
596	evaporador - OKD-2630 - evaporador - OKD-2630	1,000	UN	royce	1.029,0000	1.029,00
597	farois auxiliares - OKD-2630 - farois auxiliares - OKD-2630	2,000	UN	orgus	397,0000	794,00
598	fechadura lado direito - OKD-2630 - fechadura lado direito - OKD-2630	2,000	UN	universal	453,0000	906,00
599	fechadura lado esquerdo - OKD-2630 - fechadura lado esquerdo - OKD-2630	2,000	UN	universal	453,0000	906,00
600	fechadura porta de correr - OKD-2630 - fechadura porta de correr - OKD-2630	2,000	UN	universal	932,0000	1.864,00
601	fechadura porta traseira - OKD-2630 - fechadura porta traseira - OKD-2630	2,000	UN	universal	466,0000	932,00
602	filtro ar - OKD-2630 - filtro ar - OKD-2630	2,000	UN	tecfil	55,0000	110,00
603	filtro ar condicionado - OKD-2630 - filtro ar condicionado - OKD-2630	2,000	UN	tecfil	41,0000	82,00
604	filtro combustivel - OKD-2630 - filtro combustivel - OKD-2630	2,000	UN	tecfil	28,0000	56,00
605	filtro oleo - OKD-2630 - filtro oleo - OKD-2630	2,000	UN	tecfil	40,0000	80,00
606	filtro secador - OKD-2630 - filtro secador - OKD-2630	1,000	UN	mahle	363,0000	363,00
607	fita isolante - OKD-2630 - fita isolante - OKD-2630	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
608	flexiveis de freio - OKD-2630 - flexiveis de freio - OKD-2630	2,000	UN	varga	65,0000	130,00
609	fluido freio dot 4 - OKD-2630 - fluido freio dot 4 - OKD-2630	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
610	fusiveis - OKD-2630 - fusiveis - OKD-2630	6,000	UN	ams	1,7000	10,20
611	grampo fixação - OKD-2630 - grampo fixação - OKD-2630	15,000	UN	fiat	3,2500	48,75
612	higienizador ar condicionado - OKD-2630 - higienizador ar condicionado - OKD-2630	2,000	UN	wurth	90,0000	180,00
613	impulsor de partida - OKD-2630 - impulsor de partida - OKD-2630	1,000	UN	zen	210,0000	210,00
614	induzido de partida - OKD-2630 - induzido de partida - OKD-2630	1,000	UN	marilia	582,0000	582,00
615	jg cabos vela - OKD-2630 - jg cabos vela - OKD-2630	1,000	UN	ngk	189,0000	189,00
616	jg palheta parabrisa dianteiro 18'22" - OKD-2630 - jg palheta parabrisa dianteiro 18'22" - OKD-2630	1,000	UN	bosch	152,0000	152,00
617	jg pastilha freio - OKD-2630 - jg pastilha freio - OKD-2630	1,000	UN	frasle	436,0000	436,00
618	jg sapata freio ts - OKD-2630 - jg sapata freio ts - OKD-2630	1,000	UN	frasle	367,0000	367,00
619	junta escape - OKD-2630 - junta escape - OKD-2630	3,000	UN	universal	21,0000	63,00
620	junta homocinetica - OKD-2630 - junta homocinetica - OKD-2630	2,000	UN	nakata	597,0000	1.194,00
621	junta tampa de valvula - OKD-2630 - junta tampa de valvula - OKD-2630	1,000	UN	sabo	281,0000	281,00
622	kit amortecedor dianteiro - OKD-2630 - kit amortecedor dianteiro - OKD-2630	1,000	UN	sampel	227,0000	227,00
623	kit batente suspensão traseira - OKD-2630 - kit batente suspensão traseira - OKD-2630	1,000	UN	sampel	371,0000	371,00
624	kit borracha de portas - OKD-2630 - kit borracha de portas - OKD-2630	2,000	UN	autotrave	1.199,0000	2.398,00

Página: 18 / 104

625	kit calhas de chuva - OKD-2630 - kit calhas de chuva - OKD-2630	1,000	UN	tg poli	334,0000	334,00
626	kit embreagem - OKD-2630 - kit embreagem - OKD-2630	1,000	UN	sachs	1.399,0000	1.399,00
627	lampada 1 polo - OKD-2630 - lampada 1 polo - OKD-2630	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
628	lampada 2 polo - OKD-2630 - lampada 2 polo - OKD-2630	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
629	lampada H1 - OKD-2630 - lampada H1 - OKD-2630	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
630	lampada H11 - OKD-2630 - lampada H11 - OKD-2630	4,000	UN	hella	101,5000	406,00
631	lampada H7 - OKD-2630 - lampada H7 - OKD-2630	4,000	UN	osram	45,0000	180,00
632	lampada pingão - OKD-2630 - lampada pingão - OKD-2630	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
633	lampada torpedo - OKD-2630 - lampada torpedo - OKD-2630	6,000	UN	osram	8,5000	51,00
634	limpa parabrisa - OKD-2630 - limpa parabrisa - OKD-2630	2,000	UN	mundial	7,0000	14,00
635	lts oleo 75w80 - OKD-2630 - lts oleo 75w80 - OKD-2630	6,000	LT	petronas	101,0000	606,00
636	lts oleo hidraulico ATF - OKD-2630 - lts oleo hidraulico ATF - OKD-2630	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
637	lts oleo lubrificante 5w30 - OKD-2630 - lts oleo lubrificante 5w30 - OKD-2630	12,000	LT	petronas	48,0000	576,00
638	maçaneta externa porta diant. - OKD-2630 - maçaneta externa porta diant. - OKD-2630	2,000	UN	universal	1.023,0000	2.046,00
639	maçaneta externa porta traseira - OKD-2630 - maçaneta externa porta traseira - OKD-2630	1,000	UN	universal	2.053,0000	2.053,00
640	maçaneta interna porta diant. - OKD-2630 - maçaneta interna porta diant. - OKD-2630	2,000	UN	universal	188,5000	377,00
641	maçaneta porta de correr - OKD-2630 - maçaneta porta de correr - OKD-2630	1,000	UN	universal	975,0000	975,00
642	mangueira arrefecimento - OKD-2630 - mangueira arrefecimento - OKD-2630	1,000	UN	jamaica	239,0000	239,00
643	mangueira inferior radiador - OKD-2630 - mangueira inferior radiador - OKD-2630	1,000	UN	jamaica	234,0000	234,00
644	mangueira superior radiador - OKD-2630 - mangueira superior radiador - OKD-2630	1,000	UN	jamaica	322,5000	322,50
645	maquina de vidro - OKD-2630 - maquina de vidro - OKD-2630	2,000	UN	zinni	544,0000	1.088,00
646	maxi fusíveis - OKD-2630 - maxi fusíveis - OKD-2630	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
647	motor de partida - OKD-2630 - motor de partida - OKD-2630	1,000	UN	valeo	1.794,0000	1.794,00
648	mts cabo bateria - OKD-2630 - mts cabo bateria - OKD-2630	6,000	MT	dni	74,0000	444,00
649	mts fio - OKD-2630 - mts fio - OKD-2630	6,000	MT	dni	4,8000	28,80
650	mts mangueira ar condic. - OKD-2630 - mts mangueira ar condic. - OKD-2630	4,000	MT	parker	133,5000	534,00
651	mts mangueira injeção - OKD-2630 - mts mangueira injeção - OKD-2630	4,000	MT	gates	21,8000	87,20
652	mts mangueira silicone - OKD-2630 - mts mangueira silicone - OKD-2630	4,000	MT	luciflex	9,0000	36,00
653	oleo compressor - OKD-2630 - oleo compressor - OKD-2630	3,000	UN	montreal	71,0000	213,00
654	oring vedação - OKD-2630 - oring vedação - OKD-2630	4,000	UN	wurth	3,5000	14,00
655	oring vedação carter - OKD-2630 - oring vedação carter - OKD-2630	1,000	UN	wurth	11,0000	11,00
656	palheta traseira encaixe especifico - OKD-2630 - palheta traseira encaixe especifico - OKD-2630	1,000	UN	bosch	70,0000	70,00
657	parafusos 10x70 - OKD-2630 - parafusos 10x70 - OKD-2630	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
658	parafusos de roda - OKD-2630 - parafusos de roda - OKD-2630	16,000	UN	rodafuso	13,5000	216,00
659	pino trava - OKD-2630 - pino trava - OKD-2630	6,000	UN	fixofort	4,5000	27,00
660	pivos - OKD-2630 - pivos - OKD-2630	2,000	UN	driwe	157,0000	314,00
661	polia alternador - OKD-2630 - polia alternador - OKD-2630	1,000	UN	nytron	345,0000	345,00
662	polia compressor - OKD-2630 - polia compressor - OKD-2630	1,000	UN	mahle	896,5000	896,50
663	porcas - OKD-2630 - porcas - OKD-2630	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
664	porta fusivel - OKD-2630 - porta fusivel - OKD-2630	6,000	UN	rainha das	10,5000	63,00

Página: 19 / 104

						sete		
665	porta fusivel maxi - OKD-2630 - porta fusivel maxi - OKD-2630	6,000	UN	rainha das sete	11,5000		69,00	
666	pressostato - OKD-2630 - pressostato - OKD-2630	1,000	UN	royce	298,0000		298,00	
667	radiador - OKD-2630 - radiador - OKD-2630	1,000	UN	visconde	1.148,0000		1.148,00	
668	regulador de voltagem - OKD-2630 - regulador de voltagem - OKD-2630	1,000	UN	bosch	314,0000		314,00	
669	rele auxiliar - OKD-2630 - rele auxiliar - OKD-2630	1,000	UN	dni	20,0000		20,00	
670	rele de partida - OKD-2630 - rele de partida - OKD-2630	1,000	UN	dni	214,0000		214,00	
671	reparo pinça freio - OKD-2630 - reparo pinça freio - OKD-2630	4,000	UN	2mc	86,0000		344,00	
672	reservatorio de expansao - OKD-2630 - reservatorio de expansao - OKD-2630	1,000	UN	gonel	406,0000		406,00	
673	resistencia eletroventilador - OKD-2630 - resistencia eletroventilador - OKD-2630	1,000	UN	euro	236,0000		236,00	
674	roalmento roda traseira - OKD-2630 - roalmento roda traseira - OKD-2630	2,000	UN	fag	454,0000		908,00	
675	rolamento alternador - OKD-2630 - rolamento alternador - OKD-2630	2,000	UN	fag	125,0000		250,00	
676	rolamento compressor - OKD-2630 - rolamento compressor - OKD-2630	2,000	UN	mahle	316,0000		632,00	
677	rolamento roda diant. c/ ABS - OKD-2630 - rolamento roda diant. c/ ABS - OKD-2630	2,000	UN	fremax	261,0000		522,00	
678	selo compressor - OKD-2630 - selo compressor - OKD-2630	6,000	UN	royce	95,0000		570,00	
679	sensor abs traseiro - OKD-2630 - sensor abs traseiro - OKD-2630	2,000	UN	bosch	612,0000		1.224,00	
680	sensor de abs dianteiro - OKD-2630 - sensor de abs dianteiro - OKD-2630	2,000	UN	bosch	667,0000		1.334,00	
681	sensor de nivel - OKD-2630 - sensor de nivel - OKD-2630	1,000	UN	tsa	179,0000		179,00	
682	sensor de temperatura - OKD-2630 - sensor de temperatura - OKD-2630	1,000	UN	mte	393,0000		393,00	
683	sensor de velocidade - OKD-2630 - sensor de velocidade - OKD-2630	1,000	UN	mte	275,0000		275,00	
684	silencioso intermediario - OKD-2630 - silencioso intermediario - OKD-2630	1,000	UN	tuper	300,0000		300,00	
685	silencioso traseiro - OKD-2630 - silencioso traseiro - OKD-2630	1,000	UN	tuper	321,0000		321,00	
686	sonda lambda pos catalizador - OKD-2630 - sonda lambda pos catalizador - OKD-2630	1,000	UN	ntk	680,0000		680,00	
687	sonda lambda pre catalizador - OKD-2630 - sonda lambda pre catalizador - OKD-2630	1,000	UN	ntk	603,0000		603,00	
688	tambor freio tras - OKD-2630 - tambor freio tras - OKD-2630	2,000	UN	fremax	221,0000		442,00	
689	tampa reservatorio expansao - OKD-2630 - tampa reservatorio expansao - OKD-2630	1,000	UN	tancllick	80,0000		80,00	
690	terminal bateria - OKD-2630 - terminal bateria - OKD-2630	2,000	UN	start	16,0000		32,00	
691	terminal direcao - OKD-2630 - terminal direcao - OKD-2630	2,000	UN	driwe	101,5000		203,00	
692	terminal fio - OKD-2630 - terminal fio - OKD-2630	6,000	UN	marilia	1,7000		10,20	
693	termostato - OKD-2630 - termostato - OKD-2630	1,000	UN	royce	245,0000		245,00	
694	trava eletrica - OKD-2630 - trava eletrica - OKD-2630	4,000	UN	dni	76,5000		306,00	
695	tubo arrefecimento - OKD-2630 - tubo arrefecimento - OKD-2630	1,000	UN	jamaica	454,0000		454,00	
696	valvula block - OKD-2630 - valvula block - OKD-2630	1,000	UN	royce	417,0000		417,00	
697	valvula de servico - OKD-2630 - valvula de servico - OKD-2630	1,000	UN	royce	29,0000		29,00	
698	valvula termostatica - OKD-2630 - valvula termostatica - OKD-2630	1,000	UN	mte	365,0000		365,00	
699	veda escape - OKD-2630 - veda escape - OKD-2630	1,000	UN	orbi	17,0000		17,00	
700	velas - OKD-2630 - velas - OKD-2630	4,000	UN	ngk	40,5000		162,00	

Total do Participante: 81.860,75

Lote: 6

Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	------	---------	-------	----------------	-------------

Página: 20 / 104

701	Abraçadeira mangueira - MGK-5600 - Abraçadeira mangueira - MGK-5600	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
702	aditivo radiador concentrado - MGK-5600 - radiador concentrado - MGK-5600	6,000	UN	wurth	59,0000	354,00
703	alternador - MGK-5600 - alternador - MGK-5600	1,000	UN	bosch	2.777,0000	2.777,00
704	Amortecedor dianteiro - MGK-5600 - Amortecedor dianteiro - MGK-5600	2,000	UN	monroe	846,0000	1.692,00
705	Amortecedor traseiro - MGK-5600 - Amortecedor traseiro - MGK-5600	2,000	UN	monroe	440,0000	880,00
706	arruelas - MGK-5600 - arruelas - MGK-5600	10,000	UN	ciser	1,7000	17,00
707	articulador axial - MGK-5600 - articulador axial - MGK-5600	2,000	UN	driwe	194,0000	388,00
708	batente porta diant. - MGK-5600 - batente porta diant. - MGK-5600	4,000	UN	universal	72,5000	290,00
709	batente porta lateral - MGK-5600 - batente porta lateral - MGK-5600	4,000	UN	universal	112,5000	450,00
710	Bateria 95 ah cca 750A - MGK-5600 - Bateria 95 ah cca 750A - MGK-5600	1,000	UN	pioneiro	1.131,0000	1.131,00
711	bieleta estabilizador - MGK-5600 - bieleta estabilizador - MGK-5600	2,000	UN	trw	83,5000	167,00
712	Bomba de agua - MGK-5600 - Bomba de agua - MGK-5600	1,000	UN	schadeck	1.383,0000	1.383,00
713	bomba de combustivel - MGK-5600 - bomba de combustivel - MGK-5600	1,000	UN	delphi	2.050,0000	2.050,00
714	borracha de escape - MGK-5600 - borracha de escape - MGK-5600	5,000	UN	sampel	9,0000	45,00
715	bucha amort tras. - MGK-5600 - bucha amort tras. - MGK-5600	8,000	UN	axios	25,0000	200,00
716	Bucha bandeja dianteira inferior - MGK-5600 - Bucha bandeja dianteira inferior - MGK-5600	4,000	UN	axios	417,0000	1.668,00
717	bucha bandeja dianteira posterior - MGK-5600 - bucha bandeja dianteira posterior - MGK-5600	4,000	UN	axios	168,0000	672,00
718	bucha de mola tras parte diant - MGK-5600 - bucha de mola tras parte diant - MGK-5600	4,000	UN	axios	136,0000	544,00
719	bucha de mola tras parte tras - MGK-5600 - bucha de mola tras parte tras - MGK-5600	4,000	UN	axios	167,0000	668,00
720	Buzina - MGK-5600 - Buzina - MGK-5600	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
721	cabo embreagem - MGK-5600 - cabo embreagem - MGK-5600	1,000	UN	cabovel	273,5000	273,50
722	cabo freio de mao interm. - MGK-5600 - cabo freio de mao interm. - MGK-5600	1,000	UN	cabovel	250,0000	250,00
723	Cabo freio mão dianteiro - MGK-5600 - Cabo freio mão dianteiro - MGK-5600	1,000	UN	cabovel	225,0000	225,00
724	cabo freio mao tras. - MGK-5600 - cabo freio mao tras. - MGK-5600	1,000	UN	acbovel	298,5000	298,50
725	capa conector - MGK-5600 - capa conector - MGK-5600	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
726	cintas plasticas - MGK-5600 - cintas plasticas - MGK-5600	30,000	UN	vonder	1,5000	45,00
727	chicote base rele - MGK-5600 - chicote base rele - MGK-5600	3,000	UN	rainha das sete	20,0000	60,00
728	coifa lado cambio - MGK-5600 - coifa lado cambio - MGK-5600	2,000	UN	axios	67,5000	135,00
729	cola silicone alta temperatura - MGK-5600 - cola silicone alta temperatura - MGK-5600	3,000	UN	cyclo	55,0000	165,00
730	comutador - MGK-5600 - comutador - MGK-5600	1,000	UN	facobras	109,0000	109,00
731	conectores - MGK-5600 - conectores - MGK-5600	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
732	Correia alternador - MGK-5600 - Correia alternador - MGK-5600	2,000	UN	gates	61,0000	122,00
733	coxim do Motor - MGK-5600 - coxim do Motor - MGK-5600	4,000	UN	axios	355,0000	1.420,00
734	coxim amort diant - MGK-5600 - coxim amort diant - MGK-5600	4,000	UN	axios	522,0000	2.088,00
735	coxim cambio - MGK-5600 - coxim cambio - MGK-5600	2,000	UN	axios	280,0000	560,00
736	Disco freio traseiro Sólido - MGK-5600 - Disco freio traseiro Sólido - MGK-5600	2,000	UN	fremax	364,0000	728,00
737	Eixo homocinetica completa - MGK-5600 - Eixo homocinetica completa - MGK-5600	2,000	UN	nakata	1.798,0000	3.596,00
738	eletroventilador - MGK-5600 - eletroventilador - MGK-5600	1,000	UN	bauen	1.596,0000	1.596,00
739	fechadura porta lateral - MGK-5600 - fechadura porta lateral - MGK-5600	2,000	UN	universal	513,0000	1.026,00

Página: 21 / 104

740	fechadura porta diant - MGK-5600 - fechadura porta diant - MGK-5600	2,000	UN	universal	439,5000	879,00
741	fechadura porta tras - MGK-5600 - fechadura porta tras - MGK-5600	2,000	UN	universal	466,0000	932,00
742	Filtro ar - MGK-5600 - Filtro ar - MGK-5600	2,000	UN	tecfil	105,0000	210,00
743	Filtro Combustivel - MGK-5600 - Filtro Combustivel - MGK-5600	2,000	UN	tecfil	50,0000	100,00
744	Filtro Oleo - MGK-5600 - Filtro Oleo - MGK-5600	2,000	UN	tecfil	112,0000	224,00
745	fita isolante - MGK-5600 - fita isolante - MGK-5600	5,000	UN	dni	7,0000	35,00
746	flexiveis freio - MGK-5600 - flexiveis freio - MGK-5600	2,000	UN	varga	89,0000	178,00
747	Fluido freio Dot 3 - MGK-5600 - Fluido freio Dot 3 - MGK-5600	4,000	UN	varga	28,0000	112,00
748	fusiveis lamina - MGK-5600 - fusiveis lamina - MGK-5600	6,000	UN	ams	1,3000	7,80
749	grampo fixação - MGK-5600 - grampo fixação - MGK-5600	10,000	UN	dsc	3,2500	32,50
750	guia inferior de porta lateral - MGK-5600 - guia inferior de porta lateral - MGK-5600	2,000	UN	universal	210,4000	420,80
751	guia de porta superior - MGK-5600 - guia de porta superior - MGK-5600	2,000	UN	universal	338,2000	676,40
752	impulsor partida - MGK-5600 - impulsor partida - MGK-5600	1,000	UN	zm	297,0000	297,00
753	induzido partida - MGK-5600 - induzido partida - MGK-5600	1,000	UN	zen	1.445,0000	1.445,00
754	interruptor radiador - MGK-5600 - interruptor radiador - MGK-5600	1,000	UN	3rho	112,5000	112,50
755	Jg pastilha freio dianteira - MGK-5600 - Jg pastilha freio dianteira - MGK-5600	1,000	UN	frasle	228,0000	228,00
756	Jg pastilha freio traseira - MGK-5600 - Jg pastilha freio traseira - MGK-5600	1,000	UN	frasle	154,5000	154,50
757	Jg Sapata c/ Lona freio mão - MGK-5600 - Jg Sapata c/ Lona freio mão - MGK-5600	1,000	UN	frasle	285,0000	285,00
758	junta tampa valvula - MGK-5600 - junta tampa valvula - MGK-5600	1,000	UN	sabo	121,5000	121,50
759	jg suporte ecova - MGK-5600 - jg suporte ecova - MGK-5600	1,000	UN	unifap	232,0000	232,00
760	kit batente coifa amort dt - MGK-5600 - kit batente coifa amort dt - MGK-5600	2,000	UN	sampel	204,0000	408,00
761	kit batente suspencao tras. - MGK-5600 - kit batente suspencao tras. - MGK-5600	2,000	UN	sampel	539,0000	1.078,00
762	kit correia dentada e tensor - MGK-5600 - kit correia dentada e tensor - MGK-5600	1,000	UN	gates	739,0000	739,00
763	kit embreagem - MGK-5600 - kit embreagem - MGK-5600	1,000	UN	sachs	2.444,0000	2.444,00
764	kit homocinetica lado cambio - MGK-5600 - kit homocinetica lado cambio - MGK-5600	2,000	UN	nakata	77,5000	155,00
765	kit homocinetica lado roda - MGK-5600 - kit homocinetica lado roda - MGK-5600	2,000	UN	axios	82,0000	164,00
766	Lâmpada 1 polo 12v - MGK-5600 - Lâmpada 1 polo 12v - MGK-5600	6,000	UN	osram	6,5000	39,00
767	lampada 1 polo amarela - MGK-5600 - lampada 1 polo amarela - MGK-5600	2,000	UN	osram	9,0000	18,00
768	Lâmpada 2 polos 12v - MGK-5600 - Lâmpada 2 polos 12v - MGK-5600	6,000	UN	osram	6,5000	39,00
769	Lâmpada 69 - MGK-5600 - Lâmpada 69 - MGK-5600	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
770	Lâmpada H3 - MGK-5600 - Lâmpada H3 - MGK-5600	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
771	Lâmpada H4 12v - MGK-5600 - Lâmpada H4 12v - MGK-5600	4,000	UN	osram	28,5000	114,00
772	lampadas pingao 12v - MGK-5600 - lampadas pingao 12v - MGK-5600	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
773	LT oleo 90 caixa cambio - MGK-5600 - LT oleo 90 caixa cambio - MGK-5600	6,000	LT	petronas	44,0000	264,00
774	Lt Oleo direção hidraulica ATF tipo A - MGK-5600 - Lt Oleo direção hidraulica ATF tipo A - MGK-5600	6,000	LT	petronas	45,0000	270,00
775	Lts Oleo 15w40 - MGK-5600 - Lts Oleo 15w40 - MGK-5600	10,000	LT	petronas	32,0000	320,00
776	maçaneta externa porta lateral - MGK-5600 - maçaneta externa porta lateral - MGK-5600	2,000	UN	universal	191,5000	383,00
777	maçaneta externa porta diant. - MGK-5600 - maçaneta externa porta diant. - MGK-5600	2,000	UN	universal	416,0000	832,00
778	maçaneta interna porta lateral - MGK-5600 - maçaneta interna porta lateral - MGK-5600	2,000	UN	universal	321,5000	643,00
779	maçaneta interna porta diant - MGK-5600 - maçaneta	2,000	UN	universal	291,0000	582,00

	interna porta dianteira - MGK-5600						
780	maçaneta porta tras.interna - MGK-5600 - maçaneta porta tras.interna - MGK-5600	1,000	UN	universal	344,5000	344,50	
781	mangueira silicone - MGK-5600 - mangueira silicone - MGK-5600	6,000	UN	luciflex	9,0000	54,00	
782	mangueira superior radiador - MGK-5600 - mangueira superior radiador - MGK-5600	1,000	UN	jamaica	94,0000	94,00	
783	maxi fusíveis - MGK-5600 - maxi fusíveis - MGK-5600	6,000	UN	ams	6,5000	39,00	
784	mini fusíveis - MGK-5600 - mini fusíveis - MGK-5600	4,000	UN	ams	1,3000	5,20	
785	mola pinça freio - MGK-5600 - mola pinça freio - MGK-5600	4,000	UN	2mc	220,0000	880,00	
786	mola traseira - MGK-5600 - mola traseira - MGK-5600	4,000	UN	obenaus	1.205,5000	4.822,00	
787	motor partida - MGK-5600 - motor partida - MGK-5600	1,000	UN	valeo	2.470,0000	2.470,00	
788	mts cabo bateria 50mm - MGK-5600 - mts cabo bateria 50mm - MGK-5600	6,000	MT	dni	74,0000	444,00	
789	mts espaguete termo retratil - MGK-5600 - mts espaguete termo retratil - MGK-5600	6,000	MT	rainha das sete	8,5000	51,00	
790	mts fio inst. Auto - MGK-5600 - mts fio inst. Auto - MGK-5600	6,000	MT	dni	4,8000	28,80	
791	mts mangueira injeção - MGK-5600 - mts mangueira injeção - MGK-5600	6,000	MT	gates	21,5000	129,00	
792	mts tubo corrugado a-chama - MGK-5600 - mts tubo corrugado a-chama - MGK-5600	6,000	MT	dni	13,0000	78,00	
793	oring vedação carter - MGK-5600 - oring vedação carter - MGK-5600	4,000	UN	wurth	5,0000	20,00	
794	oring vedação - MGK-5600 - oring vedação - MGK-5600	2,000	UN	wurth	3,5000	7,00	
795	palheta limpador - MGK-5600 - palheta limpador - MGK-5600	2,000	UN	bosch	108,0000	216,00	
796	Parafuso 8mm - MGK-5600 - Parafuso 8mm - MGK-5600	6,000	UN	ciser	2,8000	16,80	
797	pino trava - MGK-5600 - pino trava - MGK-5600	6,000	UN	fixofort	4,5000	27,00	
798	Pivô Lado Esquerdo - MGK-5600 - Pivô Lado Esquerdo - MGK-5600	2,000	UN	driwe	221,5000	443,00	
799	Pivô Lado Direito - MGK-5600 - Pivô Lado Direito - MGK-5600	2,000	UN	driwe	221,5000	443,00	
800	polia alternador - MGK-5600 - polia alternador - MGK-5600	1,000	UN	nytron	309,0000	309,00	
801	Porca 8mm - MGK-5600 - Porca 8mm - MGK-5600	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00	
802	porta fusíveis - MGK-5600 - porta fusíveis - MGK-5600	4,000	UN	rainha das sete	10,7000	42,80	
803	porta fusível maxi - MGK-5600 - porta fusível maxi - MGK-5600	4,000	UN	rainha das sete	11,5000	46,00	
804	pressostato - MGK-5600 - pressostato - MGK-5600	1,000	UN	royce	216,0000	216,00	
805	Radiador - MGK-5600 - Radiador - MGK-5600	1,000	UN	visconde	2.017,0000	2.017,00	
806	Regulador de voltagem - MGK-5600 - Regulador de voltagem - MGK-5600	1,000	UN	bosch	431,0000	431,00	
807	Relé Auxiliar - MGK-5600 - Relé Auxiliar - MGK-5600	4,000	UN	dni	20,0000	80,00	
808	Relé de partida - MGK-5600 - Relé de partida - MGK-5600	2,000	UN	zm	264,0000	528,00	
809	reparo pinça de freio dianteira - MGK-5600 - reparo pinça de freio dianteira - MGK-5600	2,000	UN	2mc	234,0000	468,00	
810	reparo pinça de freio tras. - MGK-5600 - reparo pinça de freio tras. - MGK-5600	2,000	UN	ate	462,0000	924,00	
811	Reservatorio de expansao - MGK-5600 - Reservatorio de expansao - MGK-5600	1,000	UN	gonel	782,0000	782,00	
812	Rolamento alternador - MGK-5600 - Rolamento alternador - MGK-5600	1,000	UN	fag	203,0000	203,00	
813	Rolamento cubo roda dianteiro - MGK-5600 - Rolamento cubo roda dianteiro - MGK-5600	2,000	UN	fremax	430,0000	860,00	
814	Rotor com rolamento - MGK-5600 - Rotor com rolamento - MGK-5600	1,000	UN	dewalt	1.355,0000	1.355,00	
815	Sensor de Nivel - MGK-5600 - Sensor de Nivel - MGK-5600	1,000	UN	tsa	236,0000	236,00	
816	Lanterna traseira - MGK-5600 - Lanterna traseira - MGK-5600	2,000	UN	orgus	665,0000	1.330,00	
817	soquete h4 - MGK-5600 - soquete h4 - MGK-5600	2,000	UN	rainha das sete	10,5000	21,00	
818	soquete lampada - MGK-5600 - soquete lampada - MGK-5600	6,000	UN	rainha das sete	9,0000	54,00	

Página: 23 / 104

819	Tampa reservatorio de expansão - MGK-5600 - Tampa reservatorio de expansão - MGK-5600	1,000	UN	tancllick	34,0000	34,00
820	Terminal bateria - MGK-5600 - Terminal bateria - MGK-5600	4,000	UN	start	16,0000	64,00
821	Terminal direção - MGK-5600 - Terminal direção - MGK-5600	4,000	UN	driwe	152,0000	608,00
822	Terminal fio - MGK-5600 - Terminal fio - MGK-5600	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
823	termostato - MGK-5600 - termostato - MGK-5600	1,000	UN	royce	189,0000	189,00
824	Valvula termostatica - MGK-5600 - Valvula termostatica - MGK-5600	1,000	UN	mte	382,0000	382,00
825	vela aquecedora - MGK-5600 - vela aquecedora - MGK-5600	4,000	UN	ngk	179,0000	716,00
Total do Participante:						66.210,70

Lote: 10**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
826	abraçadeira escape - QJE-0349 - abraçadeira escape - QJE-0349	4,000	UN	uniao	10,0000	40,00
827	abraçadeira mangueira - QJE-0349 - abraçadeira mangueira - QJE-0349	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
828	aditivo radiador concentrado a 95% - QJE-0349 - aditivo radiador concentrado a 95% - QJE-0349	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
829	alternador - QJE-0349 - alternador - QJE-0349	1,000	UN	bosch	2.258,0000	2.258,00
830	amortecedor diant Le - QJE-0349 - amortecedor diant Le - QJE-0349	1,000	UN	monroe	493,0000	493,00
831	amortecedor dianteiro LD - QJE-0349 - amortecedor dianteiro LD - QJE-0349	1,000	UN	monroe	493,0000	493,00
832	amortecedor traseiros - QJE-0349 - amortecedor traseiros - QJE-0349	2,000	UN	monroe	325,5000	651,00
833	arruelas - QJE-0349 - arruelas - QJE-0349	6,000	UN	ciser	1,7000	10,20
834	articulador direção - QJE-0349 - articulador direção - QJE-0349	2,000	UN	driwe	102,0000	204,00
835	atuador embreagem - QJE-0349 - atuador embreagem - QJE-0349	1,000	UN	sachs	384,0000	384,00
836	bateria 60 ah com 480 CCA - QJE-0349 - bateria 60 ah com 480 CCA - QJE-0349	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00
837	bieleta estabilizador diant - QJE-0349 - bieleta estabilizador diant - QJE-0349	2,000	UN	trw	87,0000	174,00
838	bobina compressor - QJE-0349 - bobina compressor - QJE-0349	1,000	UN	mahle	471,0000	471,00
839	Bobina ignição - QJE-0349 - Bobina ignição - QJE-0349	1,000	UN	ngk	577,5000	577,50
840	bomba de agua - QJE-0349 - bomba de agua - QJE-0349	1,000	UN	schadeck	467,0000	467,00
841	bomba de combustivel - QJE-0349 - bomba de combustivel - QJE-0349	1,000	UN	delphi	546,0000	546,00
842	bomba de oleo - QJE-0349 - bomba de oleo - QJE-0349	1,000	UN	schadeck	766,0000	766,00
843	bomba limpador parabrisa - QJE-0349 - bomba limpador parabrisa - QJE-0349	1,000	UN	tsa	102,0000	102,00
844	borracha escape - QJE-0349 - borracha escape - QJE-0349	4,000	UN	sampel	9,0000	36,00
845	bucha bandeja anterior - QJE-0349 - bucha bandeja anterior - QJE-0349	2,000	UN	axios	29,5000	59,00
846	bucha bandeja posterior - QJE-0349 - bucha bandeja posterior - QJE-0349	2,000	UN	axios	73,5000	147,00
847	bucha motor de partida- QJE-0349 - bucha motor de partida- QJE-0349	2,000	UN	moldmix	35,0000	70,00
848	buchas eixo - QJE-0349 - buchas eixo - QJE-0349	2,000	UN	axios	119,5000	239,00
849	buchas estabilizador - QJE-0349 - buchas estabilizador - QJE-0349	2,000	UN	axios	50,0000	100,00
850	bujao carter - QJE-0349 - bujao carter - QJE-0349	1,000	UN	wurth	32,5000	32,50
851	buzina - QJE-0349 - buzina - QJE-0349	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
852	cabo de embreagem - QJE-0349 - cabo de embreagem - QJE-0349	1,000	UN	cabovel	198,0000	198,00
853	cabo freio de mao traseiro direito- QJE-0349 - cabo freio de mao traseiro direito- QJE-0349	1,000	UN	cabovel	591,0000	591,00
854	cabo freio de mao traseiro esquerdo- QJE-0349 - cabo freio de mao traseiro esquerdo- QJE-0349	1,000	UN	cabovel	625,0000	625,00
855	cano arrefecimento - QJE-0349 - cano arrefecimento -	1,000	UN	jamaica	368,0000	368,00

QJE-0349

856	capas terminal - QJE-0349 - capas terminal - QJE-0349	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
857	carga de gás - QJE-0349 - carga de gás - QJE-0349	2,000	UN	eos	218,0000	436,00
858	cilindro de roda - QJE-0349 - cilindro de roda - QJE-0349	2,000	UN	controil	206,0000	412,00
859	cilindro mestre - QJE-0349 - cilindro mestre - QJE-0349	1,000	UN	controil	673,0000	673,00
860	cintas plasticas - QJE-0349 - cintas plasticas - QJE-0349	20,000	UN	vonder	1,7000	34,00
861	clip ar condicionado - QJE-0349 - clip ar condicionado - QJE-0349	2,000	UN	royce	21,0000	42,00
862	coifa lado cambio - QJE-0349 - coifa lado cambio - QJE-0349	2,000	UN	axios	110,0000	220,00
863	coifa lado roda- QJE-0349 - coifa lado roda- QJE-0349	2,000	UN	axios	83,0000	166,00
864	cola silicone alta temperatura - QJE-0349 - cola silicone alta temperatura - QJE-0349	2,000	UN	permatex	55,0000	110,00
865	compressor ar condicionado - QJE-0349 - compressor ar condicionado - QJE-0349	1,000	UN	delphi	3.570,0000	3.570,00
866	condensador ar condicionado - QJE-0349 - condensador ar condicionado - QJE-0349	1,000	UN	royce	970,0000	970,00
867	conectores - QJE-0349 - conectores - QJE-0349	6,000	UN	royce	34,0000	204,00
868	conexoes ar condicionado - QJE-0349 - conexoes ar condicionado - QJE-0349	3,000	UN	royce	25,0000	75,00
869	contraste- QJE-0349 - contraste- QJE-0349	2,000	UN	vinar	23,5000	47,00
870	correia alternador- QJE-0349 - correia alternador- QJE-0349	1,000	UN	gates	155,0000	155,00
871	coxim amort diante - QJE-0349 - coxim amort diante - QJE-0349	2,000	UN	axios	134,0000	268,00
872	coxim amort tras - QJE-0349 - coxim amort tras - QJE-0349	2,000	UN	axios	204,5000	409,00
873	coxim de cambio - QJE-0349 - coxim de cambio - QJE-0349	2,000	UN	axios	253,0000	506,00
874	coxim motor lado direito - QJE-0349 - coxim motor lado direito - QJE-0349	2,000	UN	axios	670,0000	1.340,00
875	coxim motor lado esquerdo - QJE-0349 - coxim motor lado esquerdo - QJE-0349	2,000	UN	axios	485,0000	970,00
876	coxim radiador - QJE-0349 - coxim radiador - QJE-0349	2,000	UN	sampel	30,0000	60,00
877	disco de freio dianteiro - QJE-0349 - disco de freio dianteiro - QJE-0349	2,000	UN	fremax	181,5000	363,00
878	eletroventilador com defletor - QJE-0349 - eletroventilador com defletor - QJE-0349	1,000	UN	bauen	751,0000	751,00
879	espigao - QJE-0349 - espigao - QJE-0349	2,000	UN	royce	23,0000	46,00
880	evaporador - QJE-0349 - evaporador - QJE-0349	1,000	UN	royce	920,0000	920,00
881	fechadura porta lado direito - QJE-0349 - fechadura porta lado direito - QJE-0349	1,000	UN	universal	611,0000	611,00
882	fechadura porta lado esquerdo - QJE-0349 - fechadura porta lado esquerdo - QJE-0349	1,000	UN	universal	995,0000	995,00
883	filtro ar - QJE-0349 - filtro ar - QJE-0349	2,000	UN	tecfil	93,0000	186,00
884	filtro ar condicionado - QJE-0349 - filtro ar condicionado - QJE-0349	2,000	UN	tecfil	51,0000	102,00
885	filtro combustivel - QJE-0349 - filtro combustivel - QJE-0349	2,000	UN	tecfil	44,0000	88,00
886	filtro oleo - QJE-0349 - filtro oleo - QJE-0349	2,000	UN	tecfil	51,0000	102,00
887	fita isolante - QJE-0349 - fita isolante - QJE-0349	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
888	fluido de freio Dot 4 - QJE-0349 - fluido de freio Dot 4 - QJE-0349	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
889	fusíveis - QJE-0349 - fusíveis - QJE-0349	6,000	UN	ams	1,7000	10,20
890	grampo foro - QJE-0349 - grampo foro - QJE-0349	10,000	UN	dsc	3,2500	32,50
891	higienizador ar condicionado - QJE-0349 - higienizador ar condicionado - QJE-0349	2,000	UN	wurth	90,0000	180,00
892	impulsor partida - QJE-0349 - impulsor partida - QJE-0349	1,000	UN	zm	265,5000	265,50
893	induzido partida - QJE-0349 - induzido partida - QJE-0349	1,000	UN	zen	759,0000	759,00
894	jg cabos de vela - QJE-0349 - jg cabos de vela - QJE-0349	1,000	UN	ngk	257,0000	257,00
895	jg pastilha freio diante - QJE-0349 - jg pastilha freio diante - QJE-0349	1,000	UN	frasle	186,0000	186,00
896	jg sapata freio traseira - QJE-0349 - jg sapata freio traseira - QJE-0349	1,000	UN	frasle	287,0000	287,00

897	junta tampa valvula - QJE-0349 - junta tampa valvula - QJE-0349	1,000	UN	sabo	122,5000	122,50
898	kit batente coifa diant - QJE-0349 - kit batente coifa diant - QJE-0349	1,000	UN	sampel	59,0000	59,00
899	kit calha de chuva - QJE-0349 - kit calha de chuva - QJE-0349	1,000	UN	tg poli	305,0000	305,00
900	kit correia dentada - QJE-0349 - kit correia dentada - QJE-0349	1,000	UN	gates	604,0000	604,00
901	Kit embreagem c/ atuador - QJE-0349 - Kit embreagem c/ atuador - QJE-0349	1,000	UN	sachs	1.315,0000	1.315,00
902	lampada 1 polo - QJE-0349 - lampada 1 polo - QJE-0349	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
903	lampada 2 polo - QJE-0349 - lampada 2 polo - QJE-0349	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
904	lampada H1 - QJE-0349 - lampada H1 - QJE-0349	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
905	lampada H11 - QJE-0349 - lampada H11 - QJE-0349	4,000	UN	hella	103,0000	412,00
906	lampada pingao - QJE-0349 - lampada pingao - QJE-0349	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
907	lampada torpedo - QJE-0349 - lampada torpedo - QJE-0349	6,000	UN	osram	8,5000	51,00
908	lampadas H3 - QJE-0349 - lampadas H3 - QJE-0349	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
909	lampadas H7 - QJE-0349 - lampadas H7 - QJE-0349	4,000	UN	osram	45,0000	180,00
910	lts oleo 5w20 API sn - QJE-0349 - lts oleo 5w20 API sn - QJE-0349	12,000	LT	petronas	65,0000	780,00
911	lts oleo 75w80 - QJE-0349 - lts oleo 75w80 - QJE-0349	6,000	LT	petronas	101,0000	606,00
912	lts oleo direção hidraulica ATF - QJE-0349 - lts oleo direção hidraulica ATF - QJE-0349	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
913	maçaneta externa ldo direito - QJE-0349 - maçaneta externa ldo direito - QJE-0349	2,000	UN	universal	201,0000	402,00
914	maçaneta externa lado esquerdo - QJE-0349 - maçaneta externa lado esquerdo - QJE-0349	2,000	UN	universal	201,0000	402,00
915	maçaneta interna - QJE-0349 - maçaneta interna - QJE-0349	4,000	UN	universal	110,0000	440,00
916	mangueira ar condicionado - QJE-0349 - mangueira ar condicionado - QJE-0349	1,000	UN	parker	97,5000	97,50
917	mangueira arrefecimento - QJE-0349 - mangueira arrefecimento - QJE-0349	1,000	UN	jamaica	106,5000	106,50
918	mangueira filtro ar - QJE-0349 - mangueira filtro ar - QJE-0349	1,000	UN	controil	174,5000	174,50
919	maquina de vidro - QJE-0349 - maquina de vidro - QJE-0349	4,000	UN	zinni	692,0000	2.768,00
920	maxi fusiveis - QJE-0349 - maxi fusiveis - QJE-0349	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
921	mini fusiveis - QJE-0349 - mini fusiveis - QJE-0349	6,000	UN	ams	1,3000	7,80
922	motor de partida - QJE-0349 - motor de partida - QJE-0349	1,000	UN	bosch	2.214,0000	2.214,00
923	mt cabo bateria - QJE-0349 - mt cabo bateria - QJE-0349	4,000	MT	dni	74,0000	296,00
924	mt espaguete termoretratil - QJE-0349 - mt espaguete termoretratil - QJE-0349	6,000	MT	dni	8,5000	51,00
925	mt fio - QJE-0349 - mt fio - QJE-0349	10,000	MT	dni	4,8000	48,00
926	mt mangueira silicone - QJE-0349 - mt mangueira silicone - QJE-0349	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
927	mts mangueira de injeção - QJE-0349 - mts mangueira de injeção - QJE-0349	6,000	MT	gates	21,5000	129,00
928	oleo compressor - QJE-0349 - oleo compressor - QJE-0349	4,000	UN	montreal	71,0000	284,00
929	oring vedação - QJE-0349 - oring vedação - QJE-0349	4,000	UN	wurth	3,5000	14,00
930	oring vedação carter - QJE-0349 - oring vedação carter - QJE-0349	1,000	UN	wurth	4,0000	4,00
931	palheta limpador traseiro - QJE-0349 - palheta limpador traseiro - QJE-0349	1,000	UN	bosch	81,5000	81,50
932	palhetas parabrisa dianteiro - QJE-0349 - palhetas parabrisa dianteiro - QJE-0349	2,000	UN	bosch	117,0000	234,00
933	parafuso de roda - QJE-0349 - parafuso de roda - QJE-0349	16,000	UN	rodafuso	20,0000	320,00
934	parafusos - QJE-0349 - parafusos - QJE-0349	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
935	pino trava - QJE-0349 - pino trava - QJE-0349	6,000	UN	fixofort	4,5000	27,00
936	pivos de suspensão - QJE-0349 - pivos de suspensão - QJE-0349	2,000	UN	driwe	113,0000	226,00
937	polia alternador - QJE-0349 - polia alternador - QJE-0349	1,000	UN	nytron	534,0000	534,00
938	polia compressor - QJE-0349 - polia compressor - QJE-	1,000	UN	mahle	443,0000	443,00

Página: 26 / 104

0349

939	porcas - QJE-0349 - porcas - QJE-0349	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
940	porta fusíveis - QJE-0349 - porta fusíveis - QJE-0349	6,000	UN	rainha das sete	10,5000	63,00
941	Proteção motor - QJE-0349 - Proteção motor - QJE-0349	1,000	UN	igasa	516,0000	516,00
942	Radiador - QJE-0349 - Radiador - QJE-0349	1,000	UN	viscone	1.207,0000	1.207,00
943	regulador de voltagem - QJE-0349 - regulador de voltagem - QJE-0349	1,000	UN	bosch	834,0000	834,00
944	relé auxiliar - QJE-0349 - relé auxiliar - QJE-0349	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
945	relé de partida - QJE-0349 - relé de partida - QJE-0349	1,000	UN	zm	447,0000	447,00
946	reservatorio de expansao - QJE-0349 - reservatorio de expansao - QJE-0349	1,000	UN	gonel	189,0000	189,00
947	retentor traseiro do motor - QJE-0349 - retentor traseiro do motor - QJE-0349	1,000	UN	sabo	206,0000	206,00
948	rolamento alternador - QJE-0349 - rolamento alternador - QJE-0349	1,000	UN	fag	110,0000	110,00
949	rolamento roda dianteiro - QJE-0349 - rolamento roda dianteiro - QJE-0349	2,000	UN	fag	297,0000	594,00
950	rolamento tensor alternador - QJE-0349 - rolamento tensor alternador - QJE-0349	2,000	UN	nytron	149,0000	298,00
951	rotor - QJE-0349 - rotor - QJE-0349	1,000	UN	bosch	888,0000	888,00
952	sensor abs dianteiro - QJE-0349 - sensor abs dianteiro - QJE-0349	2,000	UN	bosch	276,0000	552,00
953	sensor abs traseiro - QJE-0349 - sensor abs traseiro - QJE-0349	2,000	UN	bosch	276,0000	552,00
954	sensor de velocidade - QJE-0349 - sensor de velocidade - QJE-0349	1,000	UN	mte	355,0000	355,00
955	sensor nivel - QJE-0349 - sensor nivel - QJE-0349	1,000	UN	mte	310,0000	310,00
956	sensor temperatura - QJE-0349 - sensor temperatura - QJE-0349	1,000	UN	mte	496,0000	496,00
957	silencioso Final - QJE-0349 - silencioso Final - QJE-0349	1,000	UN	tuper	426,0000	426,00
958	silencioso intermediario - QJE-0349 - silencioso intermediario - QJE-0349	1,000	UN	tuper	309,5000	309,50
959	sonda lambda pos catalisador - QJE-0349 - sonda lambda pos catalisador - QJE-0349	1,000	UN	ntk	587,0000	587,00
960	sonda lambda pre catalisador - QJE-0349 - sonda lambda pre catalisador - QJE-0349	1,000	UN	ntk	587,0000	587,00
961	suporte escova - QJE-0349 - suporte escova - QJE-0349	1,000	UN	unifap	118,0000	118,00
962	tambor freio traseiro - QJE-0349 - tambor freio traseiro - QJE-0349	2,000	UN	fremax	172,0000	344,00
963	tampa reservatorio expansao - QJE-0349 - tampa reservatorio expansao - QJE-0349	1,000	UN	tancllick	53,5000	53,50
964	terminal bateria - QJE-0349 - terminal bateria - QJE-0349	2,000	UN	start	16,0000	32,00
965	terminal direção - QJE-0349 - terminal direção - QJE-0349	2,000	UN	driwe	133,0000	266,00
966	terminal fio - QJE-0349 - terminal fio - QJE-0349	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
967	termostato - QJE-0349 - termostato - QJE-0349	1,000	UN	denso	314,0000	314,00
968	trava eletrica - QJE-0349 - trava eletrica - QJE-0349	4,000	UN	dni	83,0000	332,00
969	tubo arrefecimento - QJE-0349 - tubo arrefecimento - QJE-0349	1,000	UN	jamaica	592,0000	592,00
970	valvula block - QJE-0349 - valvula block - QJE-0349	1,000	UN	royce	373,0000	373,00
971	valvula termostatica - QJE-0349 - valvula termostatica - QJE-0349	1,000	UN	mte	166,0000	166,00
972	veda escape - QJE-0349 - veda escape - QJE-0349	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
973	velas ignição - QJE-0349 - velas ignição - QJE-0349	4,000	UN	ngk	44,0000	176,00

Total do Participante: 54.822,10

Lote: 11

Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
974	abraçadeira escape - MJJ-9793 - abraçadeira escape - MJJ-9793	4,000	UN	uniao	15,0000	60,00
975	abraçadeira mangueira - MJJ-9793 - abraçadeira mangueira - MJJ-9793	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00

Página: 27 / 104

976	aditivo radiador concentrado - MJJ-9793 - aditivo radiador concentrado - MJJ-9793	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
977	amortecedor dianteiro - MJJ-9793 - amortecedor dianteiro - MJJ-9793	2,000	UN	monroe	601,0000	1.202,00
978	amortecedor traseiro - MJJ-9793 - amortecedor traseiro - MJJ-9793	2,000	UN	monroe	573,0000	1.146,00
979	arruelas - MJJ-9793 - arruelas - MJJ-9793	6,000	UN	ciser	1,7000	10,20
980	articulador axial - MJJ-9793 - articulador axial - MJJ-9793	2,000	UN	driwe	76,0000	152,00
981	batente coifa amort.d - MJJ-9793 - batente coifa amort.d - MJJ-9793	2,000	UN	sampel	45,0000	90,00
982	bateria 60 amp CCA 400 - MJJ-9793 - bateria 60 amp CCA 400 - MJJ-9793	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00
983	bieleta estabilizador - MJJ-9793 - bieleta estabilizador - MJJ-9793	2,000	UN	trw	69,0000	138,00
984	bobina compressor - MJJ-9793 - bobina compressor - MJJ-9793	1,000	UN	mahle	516,0000	516,00
985	Bobina ignição- MJJ-9793 - Bobina ignição- MJJ-9793	1,000	UN	ngk	650,0000	650,00
986	bomba agua - MJJ-9793 - bomba agua - MJJ-9793	1,000	UN	schadeck	180,0000	180,00
987	bomba injetor agua parabrisa - MJJ-9793 - bomba injetor agua parabrisa - MJJ-9793	1,000	UN	tsa	83,0000	83,00
988	borracha escape - MJJ-9793 - borracha escape - MJJ-9793	4,000	UN	sampel	9,0000	36,00
989	bucha bandeja - MJJ-9793 - bucha bandeja - MJJ-9793	4,000	UN	axios	54,5000	218,00
990	bucha eixo traseiro - MJJ-9793 - bucha eixo traseiro - MJJ-9793	2,000	UN	axios	65,5000	131,00
991	bucha estabilizador central - MJJ-9793 - bucha estabilizador central - MJJ-9793	4,000	UN	axios	18,0000	72,00
992	bucha estabilizador pontas - MJJ-9793 - bucha estabilizador pontas - MJJ-9793	4,000	UN	axios	25,0000	100,00
993	buzina - MJJ-9793 - buzina - MJJ-9793	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
994	cabo embreagem - MJJ-9793 - cabo embreagem - MJJ-9793	1,000	UN	cabovel	180,0000	180,00
995	capa terminal - MJJ-9793 - capa terminal - MJJ-9793	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
996	carga gas - MJJ-9793 - carga gas - MJJ-9793	2,000	UN	eos	207,0000	414,00
997	cilindro roda - MJJ-9793 - cilindro roda - MJJ-9793	2,000	UN	controil	228,0000	456,00
998	cintas plasticas - MJJ-9793 - cintas plasticas - MJJ-9793	25,000	UN	vonder	1,7000	42,50
999	clip ar condicionado - MJJ-9793 - clip ar condicionado - MJJ-9793	2,000	UN	royce	21,5000	43,00
1000	cola silicone alta temperatura - MJJ-9793 - cola silicone alta temperatura - MJJ-9793	2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
1001	compressor ar condicionado - MJJ-9793 - compressor ar condicionado - MJJ-9793	1,000	UN	delphi	4.923,0000	4.923,00
1002	condensador ar condic. - MJJ-9793 - condensador ar condic. - MJJ-9793	1,000	UN	royce	1.028,0000	1.028,00
1003	conexao ar condicionado - MJJ-9793 - conexao ar condicionado - MJJ-9793	2,000	UN	royce	25,0000	50,00
1004	correia alternador - MJJ-9793 - correia alternador - MJJ-9793	1,000	UN	gates	92,0000	92,00
1005	coxim amortecedor dianteiro - MJJ-9793 - coxim amortecedor dianteiro - MJJ-9793	2,000	UN	axios	193,0000	386,00
1006	coxim hidraulico motor lado direito - MJJ-9793 - coxim hidraulico motor lado direito - MJJ-9793	1,000	UN	axios	591,0000	591,00
1007	coxim motor lado esquerdo - MJJ-9793 - coxim motor lado esquerdo - MJJ-9793	1,000	UN	axios	132,0000	132,00
1008	coxim traseiro cambio - MJJ-9793 - coxim traseiro cambio - MJJ-9793	2,000	UN	axios	179,5000	359,00
1009	cubo roda dianteira - MJJ-9793 - cubo roda dianteira - MJJ-9793	2,000	UN	fremax	105,0000	210,00
1010	cubo roda traseiro com rolamento - MJJ-9793 - cubo roda traseiro com rolamento - MJJ-9793	2,000	UN	fremaxx	480,0000	960,00
1011	disco freio - MJJ-9793 - disco freio - MJJ-9793	2,000	UN	fremax	245,0000	490,00
1012	eletroventilador - MJJ-9793 - eletroventilador - MJJ-9793	1,000	UN	bauen	1.288,0000	1.288,00
1013	evaporador ar condic. - MJJ-9793 - evaporador ar condic. - MJJ-9793	1,000	UN	royce	1.221,0000	1.221,00
1014	filtro ar - MJJ-9793 - filtro ar - MJJ-9793	2,000	UN	wega	62,0000	124,00
1015	filtro ar condicionado - MJJ-9793 - filtro ar condicionado - MJJ-9793	2,000	UN	wega	32,0000	64,00
1016	filtro combustivel - MJJ-9793 - filtro combustivel - MJJ-9793	2,000	UN	tecfil	25,0000	50,00

9793

1017	filtro oleo - MJJ-9793 - filtro oleo - MJJ-9793	2,000	UN	tecfil	32,0000	64,00
1018	filtro secador - MJJ-9793 - filtro secador - MJJ-9793	1,000	UN	mahle	308,0000	308,00
1019	fita isolante - MJJ-9793 - fita isolante - MJJ-9793	3,000	UN	dni	7,0000	21,00
1020	flange bomba combustivel - MJJ-9793 - flange bomba combustivel - MJJ-9793	1,000	UN	tsa	146,0000	146,00
1021	flexivel freio - MJJ-9793 - flexivel freio - MJJ-9793	2,000	UN	varga	52,5000	105,00
1022	fluido freio dot 4 - MJJ-9793 - fluido freio dot 4 - MJJ-9793	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
1023	fusivel - MJJ-9793 - fusivel - MJJ-9793	6,000	UN	ams	1,7000	10,20
1024	fusivel maxi - MJJ-9793 - fusivel maxi - MJJ-9793	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
1025	grampo foro - MJJ-9793 - grampo foro - MJJ-9793	15,000	UN	renault	3,2500	48,75
1026	higienizador ar condicionado - MJJ-9793 - higienizador ar condicionado - MJJ-9793	2,000	UN	wurth	90,0000	180,00
1027	induzido partida - MJJ-9793 - induzido partida - MJJ-9793	1,000	UN	automax	850,0000	850,00
1028	impulsor partida - MJJ-9793 - impulsor partida - MJJ-9793	1,000	UN	zen	354,0000	354,00
1029	kit coifa caixa cambio - MJJ-9793 - kit coifa caixa cambio - MJJ-9793	2,000	UN	axios	50,0000	100,00
1030	kit coifa homocinetica lado cambio - MJJ-9793 - kit coifa homocinetica lado cambio - MJJ-9793	2,000	UN	axios	170,0000	340,00
1031	kit correia dentada - MJJ-9793 - kit correia dentada - MJJ-9793	1,000	UN	gates	392,0000	392,00
1032	Kit embreagem - MJJ-9793 - Kit embreagem - MJJ-9793	1,000	UN	sachs	880,0000	880,00
1033	jg cabos de vela - MJJ-9793 - jg cabos de vela - MJJ-9793	1,000	UN	ngk	185,0000	185,00
1034	jg pastilha freio dianteira - MJJ-9793 - jg pastilha freio dianteira - MJJ-9793	1,000	UN	frasle	177,5000	177,50
1035	jg sapata freio - MJJ-9793 - jg sapata freio - MJJ-9793	1,000	UN	frasle	295,0000	295,00
1036	lampada 1 polo - MJJ-9793 - lampada 1 polo - MJJ-9793	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
1037	lampada 1 polo laranja - MJJ-9793 - lampada 1 polo laranja - MJJ-9793	6,000	UN	osram	10,0000	60,00
1038	lampada 2 polo - MJJ-9793 - lampada 2 polo - MJJ-9793	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
1039	lampada H4 - MJJ-9793 - lampada H4 - MJJ-9793	6,000	UN	osram	29,0000	174,00
1040	lampada H7 - MJJ-9793 - lampada H7 - MJJ-9793	6,000	UN	osram	45,0000	270,00
1041	lampada pingao - MJJ-9793 - lampada pingao - MJJ-9793	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
1042	lampada pingao laranja - MJJ-9793 - lampada pingao laranja - MJJ-9793	6,000	UN	osram	9,0000	54,00
1043	limpa parabrisa - MJJ-9793 - limpa parabrisa - MJJ-9793	2,000	UN	mundial	7,0000	14,00
1044	lanterna lateral - MJJ-9793 - lanterna lateral - MJJ-9793	4,000	UN	GF	77,0000	308,00
1045	lts oleo 75w80 - MJJ-9793 - lts oleo 75w80 - MJJ-9793	4,000	LT	petronas	101,0000	404,00
1046	lts oleo hidraulico ATF - MJJ-9793 - lts oleo hidraulico ATF - MJJ-9793	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
1047	lts oleo lubrificante 5w30 - MJJ-9793 - lts oleo lubrificante 5w30 - MJJ-9793	12,000	LT	petronas	46,0000	552,00
1048	mts espaguete termoretratil - MJJ-9793 - mts espaguete termoretratil - MJJ-9793	6,000	MT	dni	8,5000	51,00
1049	mts fio - MJJ-9793 - mts fio - MJJ-9793	6,000	MT	dni	4,8000	28,80
1050	mts mangueira ar - MJJ-9793 - mts mangueira ar - MJJ-9793	6,000	MT	parker	14,5000	87,00
1051	mts mangueira injeção - MJJ-9793 - mts mangueira injeção - MJJ-9793	6,000	MT	gates	21,5000	129,00
1052	mts mangueira silicone - MJJ-9793 - mts mangueira silicone - MJJ-9793	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
1053	nucleo de valvula acd/ventil - MJJ-9793 - nucleo de valvula acd/ventil - MJJ-9793	2,000	UN	royce	14,0000	28,00
1054	oleo compressor - MJJ-9793 - oleo compressor - MJJ-9793	4,000	UN	montreal	71,0000	284,00
1055	oring vedação - MJJ-9793 - oring vedação - MJJ-9793	6,000	UN	wurth	3,5000	21,00
1056	palheta limpador parabrisa - MJJ-9793 - palheta limpador parabrisa - MJJ-9793	2,000	UN	bosch	94,0000	188,00
1057	parafuso 10x70 - MJJ-9793 - parafuso 10x70 - MJJ-9793	6,000	UN	ciser	3,0000	18,00
1058	parafuso8x60 - MJJ-9793 - parafuso8x60 - MJJ-9793	6,000	UN	ciser	2,5000	15,00
1059	pino trava - MJJ-9793 - pino trava - MJJ-9793	4,000	UN	fixofort	4,5000	18,00

Página: 29 / 104

1060	pivos - MJJ-9793 - pivos - MJJ-9793	2,000	UN	driwe	122,0000	244,00
1061	polia alternador - MJJ-9793 - polia alternador - MJJ-9793	1,000	UN	nytron	131,0000	131,00
1062	polia guia estriada desvio correia dentada - MJJ-9793 - polia guia estriada desvio correia dentada - MJJ-9793	1,000	UN	nytron	142,0000	142,00
1063	porca 10 mm - MJJ-9793 - porca 10 mm - MJJ-9793	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
1064	porca 8mm - MJJ-9793 - porca 8mm - MJJ-9793	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
1065	porta escova - MJJ-9793 - porta escova - MJJ-9793	1,000	UN	unifap	228,0000	228,00
1066	porta fusivel - MJJ-9793 - porta fusivel - MJJ-9793	6,000	UN	rainha das sete	10,0000	60,00
1067	porta fusivel maxi - MJJ-9793 - porta fusivel maxi - MJJ-9793	6,000	UN	rainha das sete	11,5000	69,00
1068	radiador - MJJ-9793 - radiador - MJJ-9793	1,000	UN	visconde	889,0000	889,00
1069	regulador de voltagem - MJJ-9793 - regulador de voltagem - MJJ-9793	1,000	UN	bosch	532,0000	532,00
1070	relé auxiliar - MJJ-9793 - relé auxiliar - MJJ-9793	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
1071	retentor dt virabrequim - MJJ-9793 - retentor dt virabrequim - MJJ-9793	2,000	UN	sabo	61,0000	122,00
1072	retentor traseiro virabrequin - MJJ-9793 - retentor traseiro virabrequin - MJJ-9793	2,000	UN	sabo	133,0000	266,00
1073	rolamento roda dianteira - MJJ-9793 - rolamento roda dianteira - MJJ-9793	2,000	UN	fag	148,0000	296,00
1074	rolamento tensor - MJJ-9793 - rolamento tensor - MJJ-9793	1,000	UN	nytron	246,0000	246,00
1075	selo comando motor - MJJ-9793 - selo comando motor - MJJ-9793	6,000	UN	sabo	53,0000	318,00
1076	sensor abs - MJJ-9793 - sensor abs - MJJ-9793	4,000	UN	bosch	316,0000	1.264,00
1077	sensor ar - MJJ-9793 - sensor ar - MJJ-9793	1,000	UN	bosch	104,0000	104,00
1078	sensor map - MJJ-9793 - sensor map - MJJ-9793	1,000	UN	mte	276,0000	276,00
1079	sensor nivel - MJJ-9793 - sensor nivel - MJJ-9793	1,000	UN	tsa	270,0000	270,00
1080	sensor de rotação - MJJ-9793 - sensor de rotação - MJJ-9793	1,000	UN	mte	134,0000	134,00
1081	sensor temperatura - MJJ-9793 - sensor temperatura - MJJ-9793	1,000	UN	mte	279,0000	279,00
1082	silencioso final - MJJ-9793 - silencioso final - MJJ-9793	1,000	UN	tuper	465,0000	465,00
1083	silencioso intermediario- MJJ-9793 - silencioso intermediario- MJJ-9793	1,000	UN	tuper	403,0000	403,00
1084	sonda lambda pre catalizador - MJJ-9793 - sonda lambda pre catalizador - MJJ-9793	1,000	UN	ntk	526,0000	526,00
1085	sonda lambda pos catalizador - MJJ-9793 - sonda lambda pos catalizador - MJJ-9793	1,000	UN	ntk	526,0000	526,00
1086	tampa oleo motor - MJJ-9793 - tampa oleo motor - MJJ-9793	1,000	UN	tancllick	79,0000	79,00
1087	tampa reservatorio expansão - MJJ-9793 - tampa reservatorio expansão - MJJ-9793	1,000	UN	tancllick	45,0000	45,00
1088	terminal bateria - MJJ-9793 - terminal bateria - MJJ-9793	2,000	UN	start	16,0000	32,00
1089	terminal direção direito - MJJ-9793 - terminal direção direito - MJJ-9793	1,000	UN	viemar	130,0000	130,00
1090	terminal direção esquerdo - MJJ-9793 - terminal direção esquerdo - MJJ-9793	1,000	UN	viemar	130,0000	130,00
1091	terminal fio - MJJ-9793 - terminal fio - MJJ-9793	6,000	UN	dni	1,7000	10,20
1092	tambor freio - MJJ-9793 - tambor freio - MJJ-9793	2,000	UN	fremax	671,0000	1.342,00
1093	valvula de controle - MJJ-9793 - valvula de controle - MJJ-9793	2,000	UN	royce	406,0000	812,00
1094	vela - MJJ-9793 - vela - MJJ-9793	4,000	UN	ngk	34,0000	136,00
Total do Participante:						37.239,35

Lote: 12**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1095	abraçadeira escape - MIH-6696 - abraçadeira escape - MIH-6696	5,000	UN	uniao	10,0000	50,00
1096	abraçadeira mangueira - MIH-6696 - abraçadeira mangueira - MIH-6696	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
1097	aditivo radiador- MIH-6696 - aditivo radiador- MIH-6696	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00

Página: 30 / 104

1098	alternador - MIH-6696 - alternador - MIH-6696	1,000	UN	bosch	1.924,0000	1.924,00
1099	amortecedor dianteiro - MIH-6696 - amortecedor dianteiro - MIH-6696	2,000	UN	monroe	424,0000	848,00
1100	amortecedor traseiro - MIH-6696 - amortecedor traseiro - MIH-6696	2,000	UN	monroe	249,0000	498,00
1101	arruelas - MIH-6696 - arruelas - MIH-6696	10,000	UN	ciser	1,7000	17,00
1102	articulador axial - MIH-6696 - articulador axial - MIH-6696	2,000	UN	driwe	109,0000	218,00
1103	bateria 60 ah capacidade de 430 CCA - MIH-6696 - bateria 60 ah capacidade de 430 CCA - MIH-6696	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00
1104	bendix - MIH-6696 - bendix - MIH-6696	1,000	UN	zen	376,0000	376,00
1105	bieleta estab. - MIH-6696 - bieleta estab. - MIH-6696	4,000	UN	trw	75,0000	300,00
1106	bobina compressor - MIH-6696 - bobina compressor - MIH-6696	1,000	UN	mahle	309,0000	309,00
1107	bobina ignição - MIH-6696 - bobina ignição - MIH-6696	1,000	UN	ngk	650,0000	650,00
1108	bomba de agua - MIH-6696 - bomba de agua - MIH-6696	1,000	UN	schadeck	155,0000	155,00
1109	Bomba de combustível c/ flange e cargaça - MIH-6696 - Bomba de combustível c/ flange e cargaça - MIH-6696	1,000	UN	delphi	778,0000	778,00
1110	bomba limpador parabrisa - MIH-6696 - bomba limpador parabrisa - MIH-6696	1,000	UN	tsa	116,0000	116,00
1111	bomba oleo - MIH-6696 - bomba oleo - MIH-6696	1,000	UN	schadeck	762,0000	762,00
1112	Borracha porta - MIH-6696 - Borracha porta - MIH-6696	4,000	UN	autotrave	271,0000	1.084,00
1113	bucha bandeja - MIH-6696 - bucha bandeja - MIH-6696	8,000	UN	axios	37,5000	300,00
1114	bucha barra estabilizador- MIH-6696 - bucha barra estabilizador- MIH-6696	4,000	UN	axios	73,0000	292,00
1115	bucha eixo traseiro- MIH-6696 - bucha eixo traseiro- MIH-6696	4,000	UN	axios	62,5000	250,00
1116	bucha motor de partida- MIH-6696 - bucha motor de partida- MIH-6696	2,000	UN	axios	16,0000	32,00
1117	bujao do carter- MIH-6696 - bujao do carter- MIH-6696	1,000	UN	wurth	48,0000	48,00
1118	cabo embreagem - MIH-6696 - cabo embreagem - MIH-6696	1,000	UN	cabovel	137,0000	137,00
1119	cabo freio de mao traseiro direito - MIH-6696 - cabo freio de mao traseiro direito - MIH-6696	1,000	UN	cabovel	157,0000	157,00
1120	cabo freio de mao traseiro esquerdo - MIH-6696 - cabo freio de mao traseiro esquerdo - MIH-6696	1,000	UN	cabovel	45,5000	45,50
1121	caixa direção hidraulica - MIH-6696 - caixa direção hidraulica - MIH-6696	1,000	UN	ampri	2.670,0000	2.670,00
1122	cano de freio - MIH-6696 - cano de freio - MIH-6696	2,000	UN	luciflex	47,0000	94,00
1123	capas terminal - MIH-6696 - capas terminal - MIH-6696	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
1124	carga gas- MIH-6696 - carga gas- MIH-6696	2,000	UN	eos	218,0000	436,00
1125	cilindro de roda - MIH-6696 - cilindro de roda - MIH-6696	2,000	UN	controil	205,0000	410,00
1126	cilindro mestre - MIH-6696 - cilindro mestre - MIH-6696	1,000	UN	controil	438,0000	438,00
1127	cintas plasticas - MIH-6696 - cintas plasticas - MIH-6696	30,000	UN	vonder	1,7000	51,00
1128	clip ar condicionado - MIH-6696 - clip ar condicionado - MIH-6696	2,000	UN	royce	21,5000	43,00
1129	coifa cambio - MIH-6696 - coifa cambio - MIH-6696	2,000	UN	axios	248,0000	496,00
1130	coifa lado roda - MIH-6696 - coifa lado roda - MIH-6696	2,000	UN	axios	150,0000	300,00
1131	cola silicone alta temperatura - MIH-6696 - cola silicone alta temperatura - MIH-6696	3,000	UN	cyclo	55,0000	165,00
1132	compressor ar condicionado - MIH-6696 - compressor ar condicionado - MIH-6696	1,000	UN	delphi	3.500,0000	3.500,00
1133	condensador ar condicionado - MIH-6696 - condensador ar condicionado - MIH-6696	1,000	UN	royce	1.017,0000	1.017,00
1134	conectores - MIH-6696 - conectores - MIH-6696	10,000	UN	royce	1,7000	17,00
1135	conexoes ar condicionado - MIH-6696 - conexoes ar condicionado - MIH-6696	4,000	UN	royce	25,0000	100,00
1136	contraste- MIH-6696 - contraste- MIH-6696	1,000	UN	vinar	23,5000	23,50
1137	correia alternador - MIH-6696 - correia alternador - MIH-6696	1,000	UN	gates	78,0000	78,00
1138	coxim amortecedor diant. - MIH-6696 - coxim amortecedor diant. - MIH-6696	2,000	UN	axios	220,0000	440,00
1139	coxim de cambio - MIH-6696 - coxim de cambio - MIH-6696	2,000	UN	axios	555,0000	1.110,00

1140	coxim de cambio tras.- MIH-6696 - coxim de cambio tras.- MIH-6696	1,000	UN	axios	201,0000	201,00
1141	coxim motor lado direito - MIH-6696 - coxim motor lado direito - MIH-6696	1,000	UN	axios	263,0000	263,00
1142	coxim motor lado esquerdo - MIH-6696 - coxim motor lado esquerdo - MIH-6696	1,000	UN	axios	263,0000	263,00
1143	coxim radiador - MIH-6696 - coxim radiador - MIH-6696	4,000	UN	sampel	20,0000	80,00
1144	coxim traseiro do motor - MIH-6696 - coxim traseiro do motor - MIH-6696	1,000	UN	axios	201,0000	201,00
1145	cubo roda dianteira - MIH-6696 - cubo roda dianteira - MIH-6696	2,000	UN	ima	123,0000	246,00
1146	cubo roda tras.- MIH-6696 - cubo roda tras.- MIH-6696	2,000	UN	fremax	190,0000	380,00
1147	disco freio dianteira - MIH-6696 - disco freio dianteira - MIH-6696	2,000	UN	fremax	251,0000	502,00
1148	evaporador ar condic. - MIH-6696 - evaporador ar condic. - MIH-6696	1,000	UN	royce	1.143,0000	1.143,00
1149	filtro ar- MIH-6696 - filtro ar- MIH-6696	2,000	UN	tecfil	104,0000	208,00
1150	filtro ar condicionado - MIH-6696 - filtro ar condicionado - MIH-6696	2,000	UN	tecfil	33,0000	66,00
1151	filtro combustivel - MIH-6696 - filtro combustivel - MIH-6696	2,000	UN	tecfil	29,0000	58,00
1152	filtro oleo - MIH-6696 - filtro oleo - MIH-6696	2,000	UN	tecfil	36,0000	72,00
1153	filtro secador - MIH-6696 - filtro secador - MIH-6696	1,000	UN	mahle	330,0000	330,00
1154	fita isolante - MIH-6696 - fita isolante - MIH-6696	3,000	UN	dni	7,0000	21,00
1155	flexivel freio - MIH-6696 - flexivel freio - MIH-6696	2,000	UN	varga	48,0000	96,00
1156	fluido freio dot4- MIH-6696 - fluido freio dot4- MIH-6696	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
1157	flushing ar condicionado - MIH-6696 - flushing ar condicionado - MIH-6696	1,000	UN	wurth	178,0000	178,00
1158	fusíveis - MIH-6696 - fusíveis - MIH-6696	10,000	UN	ams	1,3000	13,00
1159	grampo foro porta - MIH-6696 - grampo foro porta - MIH-6696	10,000	UN	renault	3,2500	32,50
1160	guarnição flange bomba comb- MIH-6696 - guarnição flange bomba comb- MIH-6696	1,000	UN	ds	24,5000	24,50
1161	higienizador ar condic. - MIH-6696 - higienizador ar condic. - MIH-6696	2,000	UN	wurth	90,0000	180,00
1162	impulsor de partida- MIH-6696 - impulsor de partida- MIH-6696	1,000	UN	zen	248,0000	248,00
1163	induzido de partida - MIH-6696 - induzido de partida - MIH-6696	1,000	UN	marilia	655,0000	655,00
1164	jg buzina 12v - MIH-6696 - jg buzina 12v - MIH-6696	1,000	UN	bosch	138,0000	138,00
1165	jg cabos de ignição - MIH-6696 - jg cabos de ignição - MIH-6696	1,000	UN	ngk	208,0000	208,00
1166	jg palhetas parabrisa - MIH-6696 - jg palhetas parabrisa - MIH-6696	1,000	UN	bosch	102,5000	102,50
1167	jg pastilha freio dianteira - MIH-6696 - jg pastilha freio dianteira - MIH-6696	1,000	UN	frasle	108,0000	108,00
1168	Jg sapata freio - MIH-6696 - Jg sapata freio - MIH-6696	1,000	UN	frasle	341,0000	341,00
1169	junta tampa de valvulas - MIH-6696 - junta tampa de valvulas - MIH-6696	1,000	UN	sabo	151,0000	151,00
1170	kit batente coifa dianteira - MIH-6696 - kit batente coifa dianteira - MIH-6696	2,000	UN	sampel	114,0000	228,00
1171	kit batente coifa ts p/ 2 lados - MIH-6696 - kit batente coifa ts p/ 2 lados - MIH-6696	1,000	UN	sampel	164,0000	164,00
1172	kit correia dentada e tensor - MIH-6696 - kit correia dentada e tensor - MIH-6696	1,000	UN	gates	298,0000	298,00
1173	kit embreagem - MIH-6696 - kit embreagem - MIH-6696	1,000	UN	sachs	876,5000	876,50
1174	kit trambulador - MIH-6696 - kit trambulador - MIH-6696	1,000	UN	corcerama	269,0000	269,00
1175	lampada 1 polo - MIH-6696 - lampada 1 polo - MIH-6696	6,000	UN	hella	6,8000	40,80
1176	lampada 2 polo - MIH-6696 - lampada 2 polo - MIH-6696	6,000	UN	hella	6,8000	40,80
1177	Lampada H1 - MIH-6696 - Lampada H1 - MIH-6696	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
1178	lampada torpedo - MIH-6696 - lampada torpedo - MIH-6696	4,000	UN	osram	8,5000	34,00
1179	lampadas 67 - MIH-6696 - lampadas 67 - MIH-6696	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
1180	lampadas 69 - MIH-6696 - lampadas 69 - MIH-6696	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
1181	lampadas H4 - MIH-6696 - lampadas H4 - MIH-6696	4,000	UN	osram	29,0000	116,00

Página: 32 / 104

1182	lampadas pingão - MIH-6696 - lampadas pingão - MIH-6696	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
1183	lts oleo compressor - MIH-6696 - lts oleo compressor - MIH-6696	3,000	UN	montreal	71,0000	213,00
1184	lts oleo dir. hidr. ATF tipo A - MIH-6696 - lts oleo dir. hidr. ATF tipo A - MIH-6696	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
1185	lts oleo Lubrif. 10w40 - MIH-6696 - lts oleo Lubrif. 10w40 - MIH-6696	10,000	LT	petronas	52,0000	520,00
1186	lts oleo 80w - MIH-6696 - lts oleo 80w - MIH-6696	6,000	LT	petronas	43,0000	258,00
1187	mangueira arrefecimento - MIH-6696 - mangueira arrefecimento - MIH-6696	1,000	UN	jamaica	487,0000	487,00
1188	mangueira filtro ar - MIH-6696 - mangueira filtro ar - MIH-6696	1,000	UN	controil	309,0000	309,00
1189	manopola cambio - MIH-6696 - manopola cambio - MIH-6696	1,000	UN	nat	91,0000	91,00
1190	maquina vidro lado direito diant - MIH-6696 - maquina vidro lado direito diant - MIH-6696	1,000	UN	zinni	232,0000	232,00
1191	maquina vidro lado esquerdo diant. - MIH-6696 - maquina vidro lado esquerdo diant. - MIH-6696	1,000	UN	zinni	232,0000	232,00
1192	maxi fusivel - MIH-6696 - maxi fusivel - MIH-6696	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
1193	mini fusiveis - MIH-6696 - mini fusiveis - MIH-6696	6,000	UN	ams	1,3000	7,80
1194	mola pinça freio - MIH-6696 - mola pinça freio - MIH-6696	4,000	UN	2mc	33,0000	132,00
1195	motor de partida - MIH-6696 - motor de partida - MIH-6696	1,000	UN	valeo	1.603,0000	1.603,00
1196	mts cabo de bateria - MIH-6696 - mts cabo de bateria - MIH-6696	4,000	MT	dni	74,0000	296,00
1197	mts fio - MIH-6696 - mts fio - MIH-6696	10,000	MT	dni	4,8000	48,00
1198	mts mangueira de silicone - MIH-6696 - mts mangueira de silicone - MIH-6696	4,000	MT	luciflex	9,0000	36,00
1199	mts mangueira injeção - MIH-6696 - mts mangueira injeção - MIH-6696	4,000	MT	gates	21,5000	86,00
1200	oring vedação - MIH-6696 - oring vedação - MIH-6696	2,000	UN	wurth	3,5000	7,00
1201	oring vedação carter - MIH-6696 - oring vedação carter - MIH-6696	1,000	UN	wurth	4,0000	4,00
1202	parafusos - MIH-6696 - parafusos - MIH-6696	10,000	UN	ciser	2,8000	28,00
1203	pino trava - MIH-6696 - pino trava - MIH-6696	6,000	UN	fixofort	4,5000	27,00
1204	Pivos - MIH-6696 - Pivos - MIH-6696	2,000	UN	driwe	109,0000	218,00
1205	polia alternador - MIH-6696 - polia alternador - MIH-6696	1,000	UN	nytron	262,0000	262,00
1206	porcas - MIH-6696 - porcas - MIH-6696	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
1207	porta fusiveis - MIH-6696 - porta fusiveis - MIH-6696	4,000	UN	rainha das sete	10,7000	42,80
1208	porta fusiveis maxi - MIH-6696 - porta fusiveis maxi - MIH-6696	4,000	UN	rainha das sete	11,5000	46,00
1209	radiador - MIH-6696 - radiador - MIH-6696	1,000	UN	valeo	932,0000	932,00
1210	regulador de voltagem - MIH-6696 - regulador de voltagem - MIH-6696	1,000	UN	bosch	470,0000	470,00
1211	rele auxiliar - MIH-6696 - rele auxiliar - MIH-6696	2,000	UN	dni	20,0000	40,00
1212	rele de partida - MIH-6696 - rele de partida - MIH-6696	1,000	UN	zm	316,0000	316,00
1213	reparo pinça de freio - MIH-6696 - reparo pinça de freio - MIH-6696	4,000	UN	controil	102,0000	408,00
1214	reservatorio expansao - MIH-6696 - reservatorio expansao - MIH-6696	1,000	UN	gonel	390,0000	390,00
1215	retentor volante - MIH-6696 - retentor volante - MIH-6696	1,000	UN	sabo	139,0000	139,00
1216	rolamento alternador - MIH-6696 - rolamento alternador - MIH-6696	2,000	UN	nytron	277,0000	554,00
1217	rolamento cubo tras. - MIH-6696 - rolamento cubo tras. - MIH-6696	2,000	UN	fag	324,0000	648,00
1218	rolamento roda dianteira - MIH-6696 - rolamento roda dianteira - MIH-6696	2,000	UN	fag	183,0000	366,00
1219	rotor - MIH-6696 - rotor - MIH-6696	1,000	UN	bosch	1.143,0000	1.143,00
1220	sensor de abs dianteiro - MIH-6696 - sensor de abs dianteiro - MIH-6696	2,000	UN	bosch	233,0000	466,00
1221	sensor abs traseiro - MIH-6696 - sensor abs traseiro - MIH-6696	2,000	UN	bosch	339,0000	678,00
1222	sensor de nivel - MIH-6696 - sensor de nivel - MIH-6696	1,000	UN	tsa	39,0000	39,00

Página: 33 / 104

1223	sensor de velocidade - MIH-6696 - sensor de velocidade - MIH-6696	1,000	UN	mte	204,0000	204,00
1224	sensor temperatura - MIH-6696 - sensor temperatura - MIH-6696	1,000	UN	mte	719,0000	719,00
1225	silencioso final - MIH-6696 - silencioso final - MIH-6696	1,000	UN	tuper	252,0000	252,00
1226	silencioso intermediario - MIH-6696 - silencioso intermediario - MIH-6696	1,000	UN	tupwer	290,0000	290,00
1227	sonda lambda pos catalizador - MIH-6696 - sonda lambda pos catalizador - MIH-6696	1,000	UN	ntk	385,0000	385,00
1228	sonda lambda pre catalizador - MIH-6696 - sonda lambda pre catalizador - MIH-6696	1,000	UN	ntk	487,0000	487,00
1229	suporte escovas - MIH-6696 - suporte escovas - MIH-6696	2,000	UN	unifap	131,0000	262,00
1230	tambor freio traseiro - MIH-6696 - tambor freio traseiro - MIH-6696	2,000	UN	fremax	450,0000	900,00
1231	tampa reservatorio expansão - MIH-6696 - tampa reservatorio expansão - MIH-6696	1,000	UN	gonel	40,0000	40,00
1232	terminal de bateria - MIH-6696 - terminal de bateria - MIH-6696	4,000	UN	start	9,0000	36,00
1233	terminal direção - MIH-6696 - terminal direção - MIH-6696	2,000	UN	driwe	110,0000	220,00
1234	terminal fio - MIH-6696 - terminal fio - MIH-6696	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
1235	termostato - MIH-6696 - termostato - MIH-6696	1,000	UN	royce	300,0000	300,00
1236	trava eletrica - MIH-6696 - trava eletrica - MIH-6696	4,000	UN	dni	80,0000	320,00
1237	Valvula block - MIH-6696 - Valvula block - MIH-6696	1,000	UN	royce	272,0000	272,00
1238	valvula de serviço - MIH-6696 - valvula de serviço - MIH-6696	2,000	UN	royce	34,0000	68,00
1239	veda escape - MIH-6696 - veda escape - MIH-6696	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
1240	velas ignição - MIH-6696 - velas ignição - MIH-6696	4,000	UN	ngk	43,0000	172,00
Total do Participante:					47.439,60	

Lote: 13**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1241	abraçadeira escape - MFW-7896 - abraçadeira escape - MFW-7896	4,000	UN	uniao	11,0000	44,00
1242	abraçadeira mangueira - MFW-7896 - abraçadeira mangueira - MFW-7896	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
1243	aditivo combustivel - MFW-7896 - aditivo combustivel - MFW-7896	1,000	UN	koube	68,5000	68,50
1244	aditivo radiador - MFW-7896 - aditivo radiador - MFW-7896	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
1245	alternador - MFW-7896 - alternador - MFW-7896	1,000	UN	bosch	1.926,0000	1.926,00
1246	amortecedor diante - MFW-7896 - amortecedor diante - MFW-7896	2,000	UN	monroe	479,0000	958,00
1247	amortecedor tras. - MFW-7896 - amortecedor tras. - MFW-7896	2,000	UN	monroe	433,0000	866,00
1248	arruela lisa - MFW-7896 - arruela lisa - MFW-7896	10,000	UN	ciser	1,7000	17,00
1249	articulador axial - MFW-7896 - articulador axial - MFW-7896	2,000	UN	driwe	213,0000	426,00
1250	Batente porta dianteira - MFW-7896 - Batente porta dianteira - MFW-7896	2,000	UN	atemis	184,0000	368,00
1251	batente porta lateral - MFW-7896 - batente porta lateral - MFW-7896	2,000	UN	atemis	232,0000	464,00
1252	batente superior traseira - MFW-7896 - batente superior traseira - MFW-7896	2,000	UN	atemis	232,0000	464,00
1253	Bateria 100 ah CCA 650A - MFW-7896 - Bateria 100 ah CCA 650A - MFW-7896	1,000	UN	pioneiro	724,0000	724,00
1254	bieletas estabilizador - MFW-7896 - bieletas estabilizador - MFW-7896	2,000	UN	trw	95,0000	190,00
1255	bomba de agua - MFW-7896 - bomba de agua - MFW-7896	1,000	UN	schadeck	784,0000	784,00
1256	bomba de oleo - MFW-7896 - bomba de oleo - MFW-7896	1,000	UN	schadeck	1.206,0000	1.206,00
1257	bomba limpador parabrisa - MFW-7896 - bomba limpador parabrisa - MFW-7896	1,000	UN	tsa	106,0000	106,00
1258	bucha bandeja inferior - MFW-7896 - bucha bandeja inferior - MFW-7896	4,000	UN	axios	185,5000	742,00
1259	bucha bandeja inf. Parte traseira - MFW-7896 - bucha bandeja inf. Parte traseira - MFW-7896	4,000	UN	axios	177,0000	708,00

Página: 34 / 104

1260	bucha bandeja inferior parte dt - MFW-7896 - bucha bandeja inferior parte dt - MFW-7896	4,000	UN	axios	234,0000	936,00
1261	bucha bandeja superior - MFW-7896 - bucha bandeja superior - MFW-7896	4,000	UN	axios	254,0000	1.016,00
1262	bucha estabilizador traseiro - MFW-7896 - bucha estabilizador traseiro - MFW-7896	4,000	UN	axios	112,0000	448,00
1263	Bucha Jumelo - MFW-7896 - Bucha Jumelo - MFW-7896	4,000	UN	axios	152,0000	608,00
1264	bucha mola tras. Ant - MFW-7896 - bucha mola tras. Ant - MFW-7896	4,000	UN	axios	170,0000	680,00
1265	bucha mola tras. Inf - MFW-7896 - bucha mola tras. Inf - MFW-7896	4,000	UN	axios	170,0000	680,00
1266	bucha motor partida - MFW-7896 - bucha motor partida - MFW-7896	2,000	UN	moldmix	21,5000	43,00
1267	buzina - MFW-7896 - buzina - MFW-7896	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
1268	cabo freio de mao - MFW-7896 - cabo freio de mao - MFW-7896	2,000	UN	cabovel	194,0000	388,00
1269	cabo transmissão e seletor de marchas - MFW-7896 - cabo transmissão e seletor de marchas - MFW-7896	2,000	UN	cabovel	1.095,0000	2.190,00
1270	cano arrefecimento - MFW-7896 - cano arrefecimento - MFW-7896	1,000	UN	gates	1.242,0000	1.242,00
1271	cintas plasticas - MFW-7896 - cintas plasticas - MFW-7896	10,000	UN	vonder	1,2500	12,50
1272	coifa lado cambio - MFW-7896 - coifa lado cambio - MFW-7896	2,000	UN	axios	202,0000	404,00
1273	coifa roda - MFW-7896 - coifa roda - MFW-7896	2,000	UN	axios	60,0000	120,00
1274	conectores - MFW-7896 - conectores - MFW-7896	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
1275	cilindro de ignição com comutador - MFW-7896 - cilindro de ignição com comutador - MFW-7896	1,000	UN	facobras	553,0000	553,00
1276	correia alternador - MFW-7896 - correia alternador - MFW-7896	2,000	UN	gates	87,0000	174,00
1277	coxim cambio - MFW-7896 - coxim cambio - MFW-7896	2,000	UN	axios	260,0000	520,00
1278	coxim central traseiro Cambio - MFW-7896 - coxim central traseiro Cambio - MFW-7896	2,000	UN	axios	296,0000	592,00
1279	coxim motor lado esquerdo - MFW-7896 - coxim motor lado esquerdo - MFW-7896	1,000	UN	axios	409,0000	409,00
1280	coxim motor lado direito - MFW-7896 - coxim motor lado direito - MFW-7896	1,000	UN	axios	1.299,0000	1.299,00
1281	coxim silencioso - MFW-7896 - coxim silencioso - MFW-7896	4,000	UN	sampel	9,0000	36,00
1282	cubo de roda dianteiro - MFW-7896 - cubo de roda dianteiro - MFW-7896	2,000	UN	fremax	531,0000	1.062,00
1283	disco de freio diant. - MFW-7896 - disco de freio diant. - MFW-7896	2,000	UN	fremax	340,0000	680,00
1284	Disco freio tras. - MFW-7896 - Disco freio tras. - MFW-7896	2,000	UN	fremax	280,0000	560,00
1285	farol auxiliar - MFW-7896 - farol auxiliar - MFW-7896	2,000	UN	orgus	352,0000	704,00
1286	fechadura central porta lateral - MFW-7896 - fechadura central porta lateral - MFW-7896	2,000	UN	universal	661,0000	1.322,00
1287	fechadura porta dianteira - MFW-7896 - fechadura porta dianteira - MFW-7896	2,000	UN	universal	901,0000	1.802,00
1288	fechadura superior porta lateral - MFW-7896 - fechadura superior porta lateral - MFW-7896	2,000	UN	universal	721,0000	1.442,00
1289	filtro ar - MFW-7896 - filtro ar - MFW-7896	2,000	UN	tecfil	102,0000	204,00
1290	filtro combustivel - MFW-7896 - filtro combustivel - MFW-7896	2,000	UN	tecfil	112,0000	224,00
1291	Filtro oleo lubrif. - MFW-7896 - Filtro oleo lubrif. - MFW-7896	2,000	UN	tecfil	94,0000	188,00
1292	fita isolante - MFW-7896 - fita isolante - MFW-7896	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
1293	flexivel freio - MFW-7896 - flexivel freio - MFW-7896	2,000	UN	varga	48,5000	97,00
1294	fluido freio dot 4- MFW-7896 - fluido freio dot 4- MFW-7896	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
1295	fusiveis - MFW-7896 - fusiveis - MFW-7896	10,000	UN	ams	1,7000	17,00
1296	gancho de metal do fecho porta- MFW-7896 - gancho de metal do fecho porta- MFW-7896	1,000	UN	ori	1.133,0000	1.133,00
1297	grampo de foro - MFW-7896 - grampo de foro - MFW-7896	10,000	UN	renault	3,2500	32,50
1298	Guia central da porta corrediça lateral - MFW-7896 - Guia central da porta corrediça lateral - MFW-7896	2,000	UN	ori	322,0000	644,00
1299	guia da porta corrediça inferior - MFW-7896 - guia da porta corrediça inferior - MFW-7896	2,000	UN	ori	322,0000	644,00

Página: 35 / 104

1300	guia superior da porta corrediça lateral - MFW-7896 - guia superior da porta corrediça lateral - MFW-7896	2,000	UN	ori	180,0000	360,00
1301	impulsor partida - MFW-7896 - impulsor partida - MFW-7896	1,000	UN	zen	301,0000	301,00
1302	interruptor oleo - MFW-7896 - interruptor oleo - MFW-7896	1,000	UN	3rho	97,5000	97,50
1303	jg palheta parabrisa dianteiro- MFW-7896 - jg palheta parabrisa dianteiro- MFW-7896	1,000	UN	bosch	229,0000	229,00
1304	jg pastilha freio diant - MFW-7896 - jg pastilha freio diant - MFW-7896	1,000	UN	frasle	239,0000	239,00
1305	jg pastilha freio traseiro - MFW-7896 - jg pastilha freio traseiro - MFW-7896	1,000	UN	frasle	267,5000	267,50
1306	junta escape - MFW-7896 - junta escape - MFW-7896	3,000	UN	universal	13,5000	40,50
1307	junta homocinetica - MFW-7896 - junta homocinetica - MFW-7896	2,000	UN	nakata	612,0000	1.224,00
1308	kit correia dentada - MFW-7896 - kit correia dentada - MFW-7896	1,000	UN	nakata	1.108,0000	1.108,00
1309	Kit embreagem c/ atuador hidraulico - MFW-7896 - Kit embreagem c/ atuador hidraulico - MFW-7896	1,000	UN	luk	2.993,0000	2.993,00
1310	kit reparo pinça diant. - MFW-7896 - kit reparo pinça diant. - MFW-7896	2,000	UN	2mc	354,0000	708,00
1311	lampada H3 - MFW-7896 - lampada H3 - MFW-7896	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
1312	lampada 1 polo - MFW-7896 - lampada 1 polo - MFW-7896	6,000	UN	osram	6,8000	40,80
1313	lampada 2 polo- MFW-7896 - lampada 2 polo- MFW-7896	6,000	UN	osram	6,8000	40,80
1314	lampada 67- MFW-7896 - lampada 67- MFW-7896	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
1315	lampada H4 - MFW-7896 - lampada H4 - MFW-7896	4,000	UN	osram	29,0000	116,00
1316	lampada H7 - MFW-7896 - lampada H7 - MFW-7896	4,000	UN	osram	45,0000	180,00
1317	lampada pingao - MFW-7896 - lampada pingao - MFW-7896	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
1318	lanterna adapt.placa - MFW-7896 - lanterna adapt.placa - MFW-7896	4,000	UN	gf	31,5000	126,00
1319	lts oleo 80w - MFW-7896 - lts oleo 80w - MFW-7896	6,000	LT	petronas	43,0000	258,00
1320	lts oleo direção hydr. ATF tipo A - MFW-7896 - lts oleo direção hydr. ATF tipo A - MFW-7896	6,000	LT	petronas	44,8000	268,80
1321	lts oleo lubrif. 15w40 - MFW-7896 - lts oleo lubrif. 15w40 - MFW-7896	12,000	LT	petronas	32,0000	384,00
1322	maçaneta externa porta dianteira - MFW-7896 - maçaneta externa porta dianteira - MFW-7896	2,000	UN	universal	209,0000	418,00
1323	maçaneta externa porta lateral - MFW-7896 - maçaneta externa porta lateral - MFW-7896	2,000	UN	universal	693,0000	1.386,00
1324	mangueira arrefecimento - MFW-7896 - mangueira arrefecimento - MFW-7896	2,000	UN	gates	346,0000	692,00
1325	mangueira espiral ar - MFW-7896 - mangueira espiral ar - MFW-7896	1,000	UN	arcom	189,0000	189,00
1326	mts mangueira injetor parabrisa - MFW-7896 - mts mangueira injetor parabrisa - MFW-7896	6,000	MT	gates	11,0000	66,00
1327	mts cabo de bateria - MFW-7896 - mts cabo de bateria - MFW-7896	6,000	MT	dni	74,0000	444,00
1328	mts fio instal.eletrica- MFW-7896 - mts fio instal.eletrica- MFW-7896	10,000	MT	dni	4,8000	48,00
1329	mts mangueira injeção - MFW-7896 - mts mangueira injeção - MFW-7896	6,000	MT	gates	21,5000	129,00
1330	mts mangueira silicone - MFW-7896 - mts mangueira silicone - MFW-7896	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
1331	motor de partida - MFW-7896 - motor de partida - MFW-7896	1,000	UN	valeo	1.935,0000	1.935,00
1332	oring de vedação - MFW-7896 - oring de vedação - MFW-7896	6,000	UN	wurth	3,5000	21,00
1333	parafuso 12 - MFW-7896 - parafuso 12 - MFW-7896	6,000	UN	ciser	4,5000	27,00
1334	parafuso 6mm - MFW-7896 - parafuso 6mm - MFW-7896	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
1335	parafuso 8x70 - MFW-7896 - parafuso 8x70 - MFW-7896	6,000	UN	ciser	2,8000	16,80
1336	pinça freio - MFW-7896 - pinça freio - MFW-7896	2,000	UN	renault	1.568,5000	3.137,00
1337	pino trava- MFW-7896 - pino trava- MFW-7896	6,000	UN	fixofort	4,5000	27,00
1338	pivo inferior - MFW-7896 - pivo inferior - MFW-7896	2,000	UN	driwe	133,0000	266,00
1339	Pivo superior- MFW-7896 - Pivo superior- MFW-7896	2,000	UN	driwe	133,0000	266,00
1340	polia correia alternador- MFW-7896 - polia correia alternador- MFW-7896	1,000	UN	nytron	235,5000	235,50

Página: 36 / 104

1341	porca 12 - MFW-7896 - porca 12 - MFW-7896	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
1342	porca 6 ma - MFW-7896 - porca 6 ma - MFW-7896	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
1343	porca 8 ma - MFW-7896 - porca 8 ma - MFW-7896	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
1344	radiador agua - MFW-7896 - radiador agua - MFW-7896	1,000	UN	valeo	4.801,0000	4.801,00
1345	radiador refrigerador de oleo - MFW-7896 - radiador refrigerador de oleo - MFW-7896	1,000	UN	visconde	895,0000	895,00
1346	regulador voltagem - MFW-7896 - regulador voltagem - MFW-7896	1,000	UN	bosch	343,5000	343,50
1347	rele auxiliar - MFW-7896 - rele auxiliar - MFW-7896	6,000	UN	dni	20,0000	120,00
1348	rele de partida - MFW-7896 - rele de partida - MFW-7896	2,000	UN	zm	340,0000	680,00
1349	relé pisca - MFW-7896 - relé pisca - MFW-7896	2,000	UN	dni	23,0000	46,00
1350	reparo pinça freio ts - MFW-7896 - reparo pinça freio ts - MFW-7896	2,000	UN	controil	395,0000	790,00
1351	reservatorio de expansao - MFW-7896 - reservatorio de expansao - MFW-7896	1,000	UN	controil	534,0000	534,00
1352	retentor dianteiro virabrequim - MFW-7896 - retentor dianteiro virabrequim - MFW-7896	1,000	UN	sabo	370,0000	370,00
1353	Rolamento semi eixo 6007 - MFW-7896 - Rolamento semi eixo 6007 - MFW-7896	2,000	UN	ina	5.669,0000	11.338,00
1354	rolamento alternador - MFW-7896 - rolamento alternador - MFW-7896	2,000	UN	fag	557,0000	1.114,00
1355	rolamento cubo dient - MFW-7896 - rolamento cubo dient - MFW-7896	2,000	UN	fag	531,0000	1.062,00
1356	rolamento cubo tras - MFW-7896 - rolamento cubo tras - MFW-7896	2,000	UN	fag	632,0000	1.264,00
1357	rolamento tensor - MFW-7896 - rolamento tensor - MFW-7896	1,000	UN	nytron	195,0000	195,00
1358	sensor pressao absoluta map - MFW-7896 - sensor pressao absoluta map - MFW-7896	1,000	UN	mte	720,0000	720,00
1359	Soquete H4 - MFW-7896 - Soquete H4 - MFW-7896	2,000	UN	rainha das sete	17,0000	34,00
1360	soquete H7 - MFW-7896 - soquete H7 - MFW-7896	2,000	UN	rainha das sete	17,0000	34,00
1361	suporte escovas - MFW-7896 - suporte escovas - MFW-7896	2,000	UN	unifap	143,0000	286,00
1362	tampa reservatorio - MFW-7896 - tampa reservatorio - MFW-7896	1,000	UN	tanclck	51,0000	51,00
1363	terminal de parafusa - MFW-7896 - terminal de parafusa - MFW-7896	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
1364	terminal de bateria - MFW-7896 - terminal de bateria - MFW-7896	4,000	UN	start	16,0000	64,00
1365	terminal direção - MFW-7896 - terminal direção - MFW-7896	2,000	UN	driwe	248,0000	496,00
1366	trizeta - MFW-7896 - trizeta - MFW-7896	2,000	UN	start	216,0000	432,00
1367	Valvula termostatica - MFW-7896 - Valvula termostatica - MFW-7896	1,000	UN	mte	304,0000	304,00
1368	Vela aquecedora - MFW-7896 - Vela aquecedora - MFW-7896	4,000	UN	ngk	120,0000	480,00
Total do Participante:						78.867,40

Lote: 14**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1369	abraçadeira escape - MHD-8166 - abraçadeira escape - MHD-8166	4,000	UN	uniao	10,0000	40,00
1370	abraçadeira mangueira - MHD-8166 - abraçadeira mangueira - MHD-8166	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
1371	Aditivo combustivel - MHD-8166 - Aditivo combustivel - MHD-8166	2,000	UN	koube	69,0000	138,00
1372	Aditivo radiador concentrado - MHD-8166 - Aditivo radiador concentrado - MHD-8166	6,000	UN	wurth	59,0000	354,00
1373	Alça escape - MHD-8166 - Alça escape - MHD-8166	2,000	UN	fado	26,0000	52,00
1374	Alternador - MHD-8166 - Alternador - MHD-8166	1,000	UN	bosch	2.330,0000	2.330,00
1375	Amortecedor dianteiro - MHD-8166 - Amortecedor dianteiro - MHD-8166	2,000	UN	monroe	549,0000	1.098,00
1376	Amortecedor traseiro - MHD-8166 - Amortecedor traseiro - MHD-8166	2,000	UN	monroe	497,0000	994,00
1377	Arruelas - MHD-8166 - Arruelas - MHD-8166	10,000	UN	ciser	1,7000	17,00

Página: 37 / 104

1378	Articulador de Direção - MHD-8166 - Articulador de Direção - MHD-8166	2,000	UN	driwe	244,0000	488,00
1379	Atuador de embreagem - MHD-8166 - Atuador de embreagem - MHD-8166	1,000	UN	luk	890,0000	890,00
1380	Batente porta lateral - MHD-8166 - Batente porta lateral - MHD-8166	1,000	UN	universal	241,0000	241,00
1381	Batente portas diant. - MHD-8166 - Batente portas diant. - MHD-8166	2,000	UN	universal	202,0000	404,00
1382	Batente suspensão traseira - MHD-8166 - Batente suspensão traseira - MHD-8166	4,000	UN	sampel	260,0000	1.040,00
1383	Bateria 95 amperes caixa alta cca 800 - MHD-8166 - Bateria 95 amperes caixa alta cca 800 - MHD-8166	1,000	UN	pioneiro	1.079,0000	1.079,00
1384	Bieleta estabilizador - MHD-8166 - Bieleta estabilizador - MHD-8166	2,000	UN	Trw	109,0000	218,00
1385	Bobina compressor - MHD-8166 - Bobina compressor - MHD-8166	1,000	UN	mahle	375,0000	375,00
1386	Bomba de agua - MHD-8166 - Bomba de agua - MHD-8166	1,000	UN	schadeck	412,0000	412,00
1387	Bomba de oleo - MHD-8166 - Bomba de oleo - MHD-8166	1,000	UN	schadeck	1.316,0000	1.316,00
1388	Bomba limpador parabrisa - MHD-8166 - Bomba limpador parabrisa - MHD-8166	2,000	UN	tsa	122,0000	244,00
1389	Bucha bandeja inferior - MHD-8166 - Bucha bandeja inferior - MHD-8166	4,000	UN	axios	268,0000	1.072,00
1390	Bucha bandeja superior - MHD-8166 - Bucha bandeja superior - MHD-8166	4,000	UN	axios	291,0000	1.164,00
1391	Bucha estabilizador tras. - MHD-8166 - Bucha estabilizador tras. - MHD-8166	4,000	UN	axios	120,0000	480,00
1392	Bucha jumelo - MHD-8166 - Bucha jumelo - MHD-8166	8,000	UN	axios	170,0000	1.360,00
1393	Bucha motor de partida - MHD-8166 - Bucha motor de partida - MHD-8166	2,000	UN	moldmix	25,0000	50,00
1394	Buzinas 12 v - MHD-8166 - Buzinas 12 v - MHD-8166	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
1395	cabo freio de mao traseiro direito - MHD-8166 - cabo freio de mao traseiro direito - MHD-8166	1,000	UN	cabovel	223,0000	223,00
1396	cabo freio de mao traseiro esquerdo - MHD-8166 - cabo freio de mao traseiro esquerdo - MHD-8166	1,000	UN	cabovel	223,0000	223,00
1397	cano arrefecimento - MHD-8166 - cano arrefecimento - MHD-8166	1,000	UN	jamaica	1.422,0000	1.422,00
1398	capas terminal - MHD-8166 - capas terminal - MHD-8166	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
1399	carga de gás - MHD-8166 - carga de gás - MHD-8166	2,000	UN	eos	322,0000	644,00
1400	carrinho central porta lateral - MHD-8166 - carrinho central porta lateral - MHD-8166	1,000	UN	renault	569,0000	569,00
1401	carrinho inferior porta lateral - MHD-8166 - carrinho inferior porta lateral - MHD-8166	1,000	UN	renault	698,0000	698,00
1402	carrinho superior porta lateral - MHD-8166 - carrinho superior porta lateral - MHD-8166	1,000	UN	renault	204,0000	204,00
1403	cintas plasticas - MHD-8166 - cintas plasticas - MHD-8166	30,000	UN	vonder	1,7000	51,00
1404	clip arcondicionado - MHD-8166 - clip arcondicionado - MHD-8166	10,000	UN	royce	21,5000	215,00
1405	coifa caixa direção - MHD-8166 - coifa caixa direção - MHD-8166	2,000	UN	axios	123,0000	246,00
1406	coifa cambio com rolamento - MHD-8166 - coifa cambio com rolamento - MHD-8166	2,000	UN	axios	296,0000	592,00
1407	coifa roda - MHD-8166 - coifa roda - MHD-8166	4,000	UN	axios	110,0000	440,00
1408	cola silicone alta temperatura - MHD-8166 - cola silicone alta temperatura - MHD-8166	4,000	UN	permatex	55,0000	220,00
1409	compressor ar condicionado - MHD-8166 - compressor ar condicionado - MHD-8166	1,000	UN	delphi	3.113,0000	3.113,00
1410	condensador - MHD-8166 - condensador - MHD-8166	1,000	UN	royce	1.540,0000	1.540,00
1411	conectores - MHD-8166 - conectores - MHD-8166	4,000	UN	royce	37,0000	148,00
1412	conexoes ar condicionado - MHD-8166 - conexoes ar condicionado - MHD-8166	5,000	UN	royce	25,0000	125,00
1413	pino trava - MHD-8166 - pino trava - MHD-8166	10,000	UN	fixofort	4,5000	45,00
1414	contraste - MHD-8166 - contraste - MHD-8166	2,000	UN	vinar	23,5000	47,00
1415	correia alternador - MHD-8166 - correia alternador - MHD-8166	2,000	UN	gates	153,0000	306,00
1416	coxim cambio - MHD-8166 - coxim cambio - MHD-8166	1,000	UN	axios	480,0000	480,00
1417	coxim motor direito - MHD-8166 - coxim motor direito - MHD-8166	1,000	UN	axios	1.490,0000	1.490,00

Página: 38 / 104

1418	coxim motor esquerdo - MHD-8166 - coxim motor esquerdo - MHD-8166	1,000	UN	axios	469,0000	469,00
1419	cubo de roda dianteiro- MHD-8166 - cubo de roda dianteiro- MHD-8166	2,000	UN	fremax	608,0000	1.216,00
1420	cubo de roda com rolamento - MHD-8166 - cubo de roda com rolamento - MHD-8166	2,000	UN	fremax	959,0000	1.918,00
1421	Disco de freio dianteiro - MHD-8166 - Disco de freio dianteiro - MHD-8166	2,000	UN	fremax	377,0000	754,00
1422	Disco freio traseiro - MHD-8166 - Disco freio traseiro - MHD-8166	2,000	UN	fremax	321,0000	642,00
1423	eletroventilador - MHD-8166 - eletroventilador - MHD-8166	1,000	UN	bauen	1.535,0000	1.535,00
1424	evaporador - MHD-8166 - evaporador - MHD-8166	1,000	UN	royce	987,0000	987,00
1425	farol auxiliar - MHD-8166 - farol auxiliar - MHD-8166	2,000	UN	orgus	258,0000	516,00
1426	fechadura porta dianteira - MHD-8166 - fechadura porta dianteira - MHD-8166	2,000	UN	universal	1.007,0000	2.014,00
1427	Fechadura porta lateral central - MHD-8166 - Fechadura porta lateral central - MHD-8166	1,000	UN	universal	717,0000	717,00
1428	Fechadura porta lateral superior - MHD-8166 - Fechadura porta lateral superior - MHD-8166	1,000	UN	universal	826,0000	826,00
1429	Filtro de ar - MHD-8166 - Filtro de ar - MHD-8166	2,000	UN	tecfil	150,0000	300,00
1430	Filtro ar condicionado - MHD-8166 - Filtro ar condicionado - MHD-8166	2,000	UN	tecfil	127,0000	254,00
1431	Filtro combustivel - MHD-8166 - Filtro combustivel - MHD-8166	2,000	UN	tecfil	128,0000	256,00
1432	Filtro oleo - MHD-8166 - Filtro oleo - MHD-8166	2,000	UN	tecfil	144,0000	288,00
1433	Filtro secador - MHD-8166 - Filtro secador - MHD-8166	1,000	UN	tecfil	381,0000	381,00
1434	fita isolante - MHD-8166 - fita isolante - MHD-8166	3,000	UN	dni	7,0000	21,00
1435	Fusíveis - MHD-8166 - Fusíveis - MHD-8166	10,000	UN	ams	1,3000	13,00
1436	Flexíveis de freio - MHD-8166 - Flexíveis de freio - MHD-8166	2,000	UN	varga	109,0000	218,00
1437	Fluido freio Dot 4 - MHD-8166 - Fluido freio Dot 4 - MHD-8166	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
1438	Higienizador ar condicionado - MHD-8166 - Higienizador ar condicionado - MHD-8166	4,000	UN	wurth	90,0000	360,00
1439	grampos fixação - MHD-8166 - grampos fixação - MHD-8166	20,000	UN	renault	3,2500	65,00
1440	impulsor partida - MHD-8166 - impulsor partida - MHD-8166	1,000	UN	zen	329,0000	329,00
1441	jg pastilha freio dianteira - MHD-8166 - jg pastilha freio dianteira - MHD-8166	1,000	UN	frasle	460,0000	460,00
1442	jg pastilha freio traseira - MHD-8166 - jg pastilha freio traseira - MHD-8166	1,000	UN	frasle	307,0000	307,00
1443	junta escape - MHD-8166 - junta escape - MHD-8166	1,000	UN	universal	256,0000	256,00
1444	jg palheta parabrisa - MHD-8166 - jg palheta parabrisa - MHD-8166	2,000	UN	bosch	230,0000	460,00
1445	junta homocinetica - MHD-8166 - junta homocinetica - MHD-8166	2,000	UN	nakata	702,0000	1.404,00
1446	junta tampa de valvulas - MHD-8166 - junta tampa de valvulas - MHD-8166	1,000	UN	sabo	445,0000	445,00
1447	kit batente coifa amrt diant. p/ 2 lados- MHD-8166 - kit batente coifa amrt diant. p/ 2 lados- MHD-8166	1,000	UN	sampel	485,0000	485,00
1448	Kit correia dentada - MHD-8166 - Kit correia dentada - MHD-8166	1,000	UN	gates	1.269,0000	1.269,00
1449	kit embreagem - MHD-8166 - kit embreagem - MHD-8166	1,000	UN	luk	3.291,0000	3.291,00
1450	lampada H1 - MHD-8166 - lampada H1 - MHD-8166	4,000	UN	osram	31,0000	124,00
1451	lampada torpedo - MHD-8166 - lampada torpedo - MHD-8166	6,000	UN	osram	13,0000	78,00
1452	lampada 1 polo - MHD-8166 - lampada 1 polo - MHD-8166	6,000	UN	osram	6,8000	40,80
1453	LAMPADA 2 POLO MHD-8166 - LAMPADA 2 POLO MHD-8166	6,000	UN	osram	6,8000	40,80
1454	lampada H11 - MHD-8166 - lampada H11 - MHD-8166	4,000	UN	osram	119,0000	476,00
1455	lampada H3 - MHD-8166 - lampada H3 - MHD-8166	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
1456	lampada H7 - MHD-8166 - lampada H7 - MHD-8166	4,000	UN	osram	40,0000	160,00
1457	lampada pingo d'agua - MHD-8166 - lampada pingo d'agua - MHD-8166	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
1458	limpa parabrisas - MHD-8166 - limpa parabrisas - MHD-8166	1,000	UN	mundial	10,0000	10,00

8166								
1459	lts oleo 15w40 diesel - MHD-8166 - lts oleo 15w40 diesel - 30,000	LT	petronas	35,0000	1.050,00			
	MHD-8166							
1460	lt oleo 75w80 - MHD-8166 - lt oleo 75w80 - MHD-8166 6,000	LT	petronas	122,0000	732,00			
1461	lt oleo direção hidraulica - MHD-8166 - lt oleo direção hidraulica - MHD-8166 6,000	LT	petronas	55,0000	330,00			
1462	maçaneta externa - MHD-8166 - maçaneta externa - MHD-8166 4,000	UN	universal	240,0000	960,00			
1463	maçaneta externa porta lateral - MHD-8166 - maçaneta externa porta lateral - MHD-8166 2,000	UN	universal	794,0000	1.588,00			
1464	mangueira arrefecimento - MHD-8166 - mangueira arrefecimento - MHD-8166 1,000	UN	gates	398,0000	398,00			
1465	maxi fusíveis - MHD-8166 - maxi fusíveis - MHD-8166 6,000	UN	ams	6,5000	39,00			
1466	mts cabo bateria - MHD-8166 - mts cabo bateria - MHD-8166 2,000	MT	dni	85,0000	170,00			
1467	mt fio - MHD-8166 - mt fio - MHD-8166 6,000	MT	dni	4,8000	28,80			
1468	mts mangueira ar condicionado - MHD-8166 - mts mangueira ar condicionado - MHD-8166 2,000	MT	parker	151,0000	302,00			
1469	mt mangueira injeção - MHD-8166 - mt mangueira injeção - MHD-8166 10,000	MT	gates	21,5000	215,00			
1470	mt mangueira silicone - MHD-8166 - mt mangueira silicone - MHD-8166 10,000	MT	luciflex	9,0000	90,00			
1471	mini fusíveis - MHD-8166 - mini fusíveis - MHD-8166 6,000	UN	ams	1,3000	7,80			
1472	motor de partida - MHD-8166 - motor de partida - MHD-8166 1,000	UN	valeo	2.163,0000	2.163,00			
1473	lt oleo compressor - MHD-8166 - lt oleo compressor - MHD-8166 4,000	UN	montreal	118,0000	472,00			
1474	oring vedação - MHD-8166 - oring vedação - MHD-8166 6,000	UN	wurth	3,5000	21,00			
1475	oring vedação carter - MHD-8166 - oring vedação carter - MHD-8166 2,000	UN	wurth	4,0000	8,00			
1476	parafusos - MHD-8166 - parafusos - MHD-8166 10,000	UN	ciser	4,0000	40,00			
1477	pivo inferior - MHD-8166 - pivo inferior - MHD-8166 2,000	UN	driwe	279,0000	558,00			
1478	pivos superior - MHD-8166 - pivos superior - MHD-8166 2,000	UN	driwe	279,0000	558,00			
1479	polia correia alternador - MHD-8166 - polia correia alternador - MHD-8166 2,000	UN	nytron	269,0000	538,00			
1480	porcas - MHD-8166 - porcas - MHD-8166 10,000	UN	ciser	2,0000	20,00			
1481	porta fusíveis - MHD-8166 - porta fusíveis - MHD-8166 2,000	UN	rainha das sete	10,7000	21,40			
1482	porta fusíveis maxi - MHD-8166 - porta fusíveis maxi - MHD-8166 2,000	UN	rainha das sete	11,5000	23,00			
1483	prato de mola - MHD-8166 - prato de mola - MHD-8166 2,000	UN	viemar	329,0000	658,00			
1484	pressostato - MHD-8166 - pressostato - MHD-8166 1,000	UN	denso	243,0000	243,00			
1485	radiador- MHD-8166 - radiador- MHD-8166 1,000	UN	visconde	5.496,0000	5.496,00			
1486	refrigerador de oleo- MHD-8166 - refrigerador de oleo- MHD-8166 1,000	UN	renault	1.709,0000	1.709,00			
1487	Regulador de voltagem - MHD-8166 - Regulador de voltagem - MHD-8166 1,000	UN	bosch	393,0000	393,00			
1488	relé auxiliar- MHD-8166 - relé auxiliar- MHD-8166 2,000	UN	dni	20,0000	40,00			
1489	relé de partida- MHD-8166 - relé de partida- MHD-8166 1,000	UN	zm	377,0000	377,00			
1490	reservatorio de expansão - MHD-8166 - reservatorio de expansão - MHD-8166 1,000	UN	gonel	612,0000	612,00			
1491	resistencia eletroventilador - MHD-8166 - resistencia eletroventilador - MHD-8166 1,000	UN	bosch	276,0000	276,00			
1492	rolamento alternador - MHD-8166 - rolamento alternador - MHD-8166 2,000	UN	skf	63,0000	126,00			
1493	rolamento compressor - MHD-8166 - rolamento compressor - MHD-8166 2,000	UN	royce	329,0000	658,00			
1494	rolamento roda dianteira - MHD-8166 - rolamento roda dianteira - MHD-8166 2,000	UN	fag	452,0000	904,00			
1495	rolamento roda traseira - MHD-8166 - rolamento roda traseira - MHD-8166 2,000	UN	fag	724,0000	1.448,00			
1496	rolamento tensor alternador - MHD-8166 - rolamento tensor alternador - MHD-8166 2,000	UN	nytron	639,0000	1.278,00			
1497	selo compressor - MHD-8166 - selo compressor - MHD-8166 4,000	UN	nevскар	102,0000	408,00			
1498	sensor ABS dianteiro - MHD-8166 - sensor ABS dianteiro - MHD-8166 2,000	UN	bosch	612,0000	1.224,00			

Página: 40 / 104

1499	sensor ABS traseiro - MHD-8166 - sensor ABS traseiro - MHD-8166	2,000	UN	bosch	612,0000	1.224,00
1500	suporte escova - MHD-8166 - suporte escova - MHD-8166	1,000	UN	unifap	164,0000	164,00
1501	tampa reservatorio - MHD-8166 - tampa reservatorio - MHD-8166	1,000	UN	Tancllick	59,0000	59,00
1502	terminais direção - MHD-8166 - terminais direção - MHD-8166	4,000	UN	driwe	268,0000	1.072,00
1503	terminais embutir - MHD-8166 - terminais embutir - MHD-8166	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
1504	terminal parafusar - MHD-8166 - terminal parafusar - MHD-8166	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
1505	terminal bateria- MHD-8166 - terminal bateria- MHD-8166	2,000	UN	start	16,0000	32,00
1506	termostato - MHD-8166 - termostato - MHD-8166	1,000	UN	denso	230,0000	230,00
1507	Trava eletrica - MHD-8166 - Trava eletrica - MHD-8166	2,000	UN	dni	82,0000	164,00
1508	trizeta - MHD-8166 - trizeta - MHD-8166	2,000	UN	ima	246,0000	492,00
1509	valvula termostatica- MHD-8166 - valvula termostatica- MHD-8166	1,000	UN	mte	234,0000	234,00
1510	veda escape - MHD-8166 - veda escape - MHD-8166	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
1511	vela aquecedora - MHD-8166 - vela aquecedora - MHD-8166	4,000	UN	ngk	151,0000	604,00
Total do Participante:						83.320,20

Lote: 15**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1512	abraçadeira fixa tubo escapamento a turbina - MGS-9969 - abraçadeira fixa tubo escapamento a turbina - MGS-9969	3,000	UN	Tpic	207,0000	621,00
1513	abraçadeira mangueira - MGS-9969 - abraçadeira mangueira - MGS-9969	10,000	UN	wurth	10,0000	100,00
1514	aditivo radiador concentrado - MGS-9969 - aditivo radiador concentrado - MGS-9969	6,000	UN	wurth	65,0000	390,00
1515	amortecedor capo dianteiro - MGS-9969 - amortecedor capo dianteiro - MGS-9969	2,000	UN	monroe	147,0000	294,00
1516	amortecedor dianteiro - MGS-9969 - amortecedor dianteiro - MGS-9969	2,000	UN	monroe	336,0000	672,00
1517	amortecedor tras - MGS-9969 - amortecedor tras - MGS-9969	2,000	UN	monroe	293,0000	586,00
1518	Arruelas - MGS-9969 - Arruelas - MGS-9969	10,000	UN	ciser	1,7000	17,00
1519	Barra direção lateral curva para direita 690mm - MGS-9969 - Barra direção lateral curva para direita 690mm - MGS-9969	2,000	UN	linus	732,0000	1.464,00
1520	Bateria 100 amp 650 CCA - MGS-9969 - Bateria 100 amp 650 CCA - MGS-9969	1,000	UN	pioneiro	747,0000	747,00
1521	bendix - MGS-9969 - bendix - MGS-9969	1,000	UN	zen	515,0000	515,00
1522	bomba injetor agua parabrisa - MGS-9969 - bomba injetor agua parabrisa - MGS-9969	1,000	UN	tsa	66,5000	66,50
1523	Borracha amort. dianteiro Superior - MGS-9969 - Borracha amort. dianteiro Superior - MGS-9969	6,000	UN	rei	34,0000	204,00
1524	Borracha amort. dianteiro inferior - MGS-9969 - Borracha amort. dianteiro inferior - MGS-9969	6,000	UN	rei	34,0000	204,00
1525	Borracha amort. tras - MGS-9969 - Borracha amort. tras - MGS-9969	6,000	UN	rei	18,0000	108,00
1526	Borracha estab. tras. interno - MGS-9969 - Borracha estab. tras. interno - MGS-9969	6,000	UN	rei	32,5000	195,00
1527	Borracha estabilizador tras. Externo - MGS-9969 - Borracha estabilizador tras. Externo - MGS-9969	2,000	UN	rei	34,0000	68,00
1528	Braço limpador - MGS-9969 - Braço limpador - MGS-9969	2,000	UN	agrale	221,0000	442,00
1529	Bucha estabilizador dianteiro. Ponta - MGS-9969 - Bucha estabilizador dianteiro. Ponta - MGS-9969	4,000	UN	rei	25,0000	100,00
1530	Bucha mola dianteira - MGS-9969 - Bucha mola dianteira - MGS-9969	4,000	UN	rei	84,0000	336,00
1531	bucha mola traseira - MGS-9969 - bucha mola traseira - MGS-9969	4,000	UN	rei	84,0000	336,00
1532	cabo acelerador - MGS-9969 - cabo acelerador - MGS-9969	2,000	UN	cabovel	110,0000	220,00
1533	cabo comando cambio engate - MGS-9969 - cabo comando cambio engate - MGS-9969	1,000	UN	cabovel	736,0000	736,00

Página: 41 / 104

1534	cabo comando cambio selecao - MGS-9969 - cabo comando cambio selecao - MGS-9969	1,000	UN	cabovel	838,0000	838,00
1535	capa terminal - MGS-9969 - capa terminal - MGS-9969	10,000	UN	dsc	1,7000	17,00
1536	chave seta - MGS-9969 - chave seta - MGS-9969	1,000	UN	kostal	546,0000	546,00
1537	cilindro auxiliar embreagem - MGS-9969 - cilindro auxiliar embreagem - MGS-9969	1,000	UN	controil	848,0000	848,00
1538	cintas plasticas - MGS-9969 - cintas plasticas - MGS-9969	20,000	UN	vonder	1,4000	28,00
1539	cola silicone alta temperatura - MGS-9969 - cola silicone alta temperatura - MGS-9969	4,000	UN	permatex	55,0000	220,00
1540	Coluna Direção- MGS-9969 - Coluna Direção- MGS-9969	1,000	UN	viemar	2.177,0000	2.177,00
1541	comutador ignição - MGS-9969 - comutador ignição - MGS-9969	1,000	UN	facobras	1.081,0000	1.081,00
1542	conectores - MGS-9969 - conectores - MGS-9969	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
1543	correia virabrequim alternador bomba agua - MGS-9969 - correia virabrequim alternador bomba agua - MGS-9969	2,000	UN	gates	156,0000	312,00
1544	coxim motor - MGS-9969 - coxim motor - MGS-9969	2,000	UN	rei	168,0000	336,00
1545	cremalheira - MGS-9969 - cremalheira - MGS-9969	1,000	UN	autimpex	1.708,0000	1.708,00
1546	Cruzeta cardan - MGS-9969 - Cruzeta cardan - MGS-9969	2,000	UN	meritor	255,0000	510,00
1547	cruzeta coluna direção - MGS-9969 - cruzeta coluna direção - MGS-9969	2,000	UN	stahl	90,0000	180,00
1548	desengraxante express 500ml - MGS-9969 - desengraxante express 500ml - MGS-9969	4,000	UN	wurth	55,0000	220,00
1549	emenda de metal manga ar - MGS-9969 - emenda de metal manga ar - MGS-9969	3,000	UN	wurth	51,0000	153,00
1550	faixa refletiva 50x300 - MGS-9969 - faixa refletiva 50x300 - MGS-9969	10,000	UN	3m	8,5000	85,00
1551	Filtro ar externo - MGS-9969 - Filtro ar externo - MGS-9969	2,000	UN	tecfil	141,0000	282,00
1552	filtro ar interno - MGS-9969 - filtro ar interno - MGS-9969	2,000	UN	tecfil	88,0000	176,00
1553	Filtro combustivel - MGS-9969 - Filtro combustivel - MGS-9969	2,000	UN	tecfil	106,0000	212,00
1554	Filtro de oleo lubrif. - MGS-9969 - Filtro de oleo lubrif. - MGS-9969	2,000	UN	tecfil	71,0000	142,00
1555	Filtro secador ar APU mbb - MGS-9969 - Filtro secador ar APU mbb - MGS-9969	1,000	UN	mahle	290,0000	290,00
1556	Filtro separador de agua - MGS-9969 - Filtro separador de agua - MGS-9969	2,000	UN	tecfil	103,0000	206,00
1557	mt Fita antirruído - MGS-9969 - mt Fita antirruído - MGS-9969	10,000	MT	3m	13,5000	135,00
1558	fita isolante - MGS-9969 - fita isolante - MGS-9969	8,000	UN	dni	7,0000	56,00
1559	Fluido freio dot 4 - MGS-9969 - Fluido freio dot 4 - MGS-9969	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
1560	Freio motor - MGS-9969 - Freio motor - MGS-9969	1,000	UN	sdubo	1.328,0000	1.328,00
1561	Fusíveis - MGS-9969 - Fusíveis - MGS-9969	15,000	UN	ams	1,3000	19,50
1562	induzido - MGS-9969 - induzido - MGS-9969	1,000	UN	automax	696,0000	696,00
1563	interruptor luz ré - MGS-9969 - interruptor luz ré - MGS-9969	1,000	UN	3rho	117,0000	117,00
1564	jg lonas freio tras/diant - MGS-9969 - jg lonas freio tras/diant - MGS-9969	2,000	UN	frasle	223,0000	446,00
1565	jg patin freio - MGS-9969 - jg patin freio - MGS-9969	2,000	UN	frasle	239,0000	478,00
1566	jogo embuchamento p/ 2 lados - MGS-9969 - jogo embuchamento p/ 2 lados - MGS-9969	1,000	UN	butuem	656,0000	656,00
1567	juntas coletor - MGS-9969 - juntas coletor - MGS-9969	4,000	UN	sabo	11,0000	44,00
1568	kg graxa - MGS-9969 - kg graxa - MGS-9969	3,000	UN	petronas	41,0000	123,00
1569	kit embreagem - MGS-9969 - kit embreagem - MGS-9969	1,000	UN	eaton	3.600,0000	3.600,00
1570	lampada 1 polo 24v - MGS-9969 - lampada 1 polo 24v - MGS-9969	6,000	UN	osram	7,8000	46,80
1571	Lampada 2 polo 24v - MGS-9969 - Lampada 2 polo 24v - MGS-9969	6,000	UN	osram	7,8000	46,80
1572	Lampada 69 24v - MGS-9969 - Lampada 69 24v - MGS-9969	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
1573	Lampada 67 24v - MGS-9969 - Lampada 67 24v - MGS-9969	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
1574	Lampada H1 24v - MGS-9969 - Lampada H1 24v - MGS-9969	6,000	UN	osram	42,0000	252,00

Página: 42 / 104

1575	lampada H3 24v- MGS-9969 - lampada H3 24v- MGS-9969	6,000	UN	osram	42,0000	252,00
1576	Lampada Pingo água 24 v - MGS-9969 - Lampada Pingo água 24 v - MGS-9969	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
1577	lampadas tubular led bivolt 10w 40cm - MGS-9969 - lampadas tubular led bivolt 10w 40cm - MGS-9969	6,000	UN	dni	163,5000	981,00
1578	Lente lanterna placa - MGS-9969 - Lente lanterna placa - MGS-9969	4,000	UN	gf	60,0000	240,00
1579	Lts oleo lubrificante 15w40 - MGS-9969 - Lts oleo lubrificante 15w40 - MGS-9969	18,000	LT	petronas	32,0000	576,00
1580	mangueira espiral soprador c/ bico pistola - MGS-9969 - mangueira espiral soprador c/ bico pistola - MGS-9969	1,000	UN	festo	170,0000	170,00
1581	mangueira inferior radiador - MGS-9969 - mangueira inferior radiador - MGS-9969	2,000	UN	jamaica	262,0000	524,00
1582	mangueira superior radiador - MGS-9969 - mangueira superior radiador - MGS-9969	2,000	UN	jjamaica	157,0000	314,00
1583	maxi fusivel - MGS-9969 - maxi fusivel - MGS-9969	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
1584	mola mestre 1ª - MGS-9969 - mola mestre 1ª - MGS-9969	2,000	UN	obenhaus	677,5000	1.355,00
1585	mola mestre 2ª - MGS-9969 - mola mestre 2ª - MGS-9969	2,000	UN	obenhaus	623,5000	1.247,00
1586	mt espaguete termoretratil - MGS-9969 - mt espaguete termoretratil - MGS-9969	10,000	MT	dni	8,5000	85,00
1587	mts cabo bateria 35mm - MGS-9969 - mts cabo bateria 35mm - MGS-9969	6,000	MT	dni	74,0000	444,00
1588	mts fio inst.autos - MGS-9969 - mts fio inst.autos - MGS-9969	10,000	MT	dni	4,8000	48,00
1589	mts manga injetor parabrisa - MGS-9969 - mts manga injetor parabrisa - MGS-9969	10,000	MT	gates	11,0000	110,00
1590	mts mangueira de ar - MGS-9969 - mts mangueira de ar - MGS-9969	10,000	MT	rigitec	14,5000	145,00
1591	mts tubo corrugado - MGS-9969 - mts tubo corrugado - MGS-9969	10,000	MT	dni	13,0000	130,00
1592	oleo diferencial 80w90 GL 5 - MGS-9969 - oleo diferencial 80w90 GL 5 - MGS-9969	20,000	LT	petronas	55,0000	1.100,00
1593	Palheta Parabrisa MGS 9969 - Palheta Parabrisa MGS 9969	2,000	UN	bosch	117,5000	235,00
1594	Parafuso atar MGS-9969 - Parafuso atar MGS-9969	10,000	UN	ciser	1,0000	10,00
1595	Parafuso 14 mm - MGS-9969 - Parafuso 14 mm - MGS-9969	4,000	UN	ciser	7,5000	30,00
1596	Parafuso 6mm - MGS-9969 - Parafuso 6mm - MGS-9969	4,000	UN	ciser	2,0000	8,00
1597	Parafuso 8 x70 - MGS-9969 - Parafuso 8 x70 - MGS-9969	10,000	UN	ciser	2,8000	28,00
1598	pino centro - MGS-9969 - pino centro - MGS-9969	2,000	UN	fey	34,0000	68,00
1599	porca 14 ma - MGS-9969 - porca 14 ma - MGS-9969	4,000	UN	ciser	2,0000	8,00
1600	porca 6 ma - MGS-9969 - porca 6 ma - MGS-9969	4,000	UN	ciser	2,0000	8,00
1601	porca 8 ma - MGS-9969 - porca 8 ma - MGS-9969	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
1602	porca dupla - MGS-9969 - porca dupla - MGS-9969	6,000	UN	patral	5,5000	33,00
1603	porta maxi fusivel - MGS-9969 - porta maxi fusivel - MGS-9969	6,000	UN	rainha das sete	11,2000	67,20
1604	quebra galho - MGS-9969 - quebra galho - MGS-9969	4,000	UN	termicar	9,0000	36,00
1605	Colmeia radiador - MGS-9969 - Colmeia radiador - MGS-9969	1,000	UN	visconde	2.582,5000	2.582,50
1606	rebites de lona freio - MGS-9969 - rebites de lona freio - MGS-9969	100,000	UN	AL	0,3000	30,00
1607	relé de partida - MGS-9969 - relé de partida - MGS-9969	1,000	UN	zm	261,0000	261,00
1608	Retentor cubo diant. - MGS-9969 - Retentor cubo diant. - MGS-9969	2,000	UN	sabo	30,0000	60,00
1609	Retentor cubo tras - MGS-9969 - Retentor cubo tras - MGS-9969	2,000	UN	sabo	42,0000	84,00
1610	Retentor Diferencial - MGS-9969 - Retentor Diferencial - MGS-9969	2,000	UN	sabo	119,0000	238,00
1611	Retentor pinhao - MGS-9969 - Retentor pinhao - MGS-9969	2,000	UN	sabo	205,0000	410,00
1612	Rolamento cardan agrale - MGS-9969 - Rolamento cardan agrale - MGS-9969	2,000	UN	rei	365,0000	730,00
1613	Rolamento cubo diant interno - MGS-9969 - Rolamento cubo diant interno - MGS-9969	2,000	UN	timken	133,0000	266,00
1614	Rolamento cubo diant. Externo - MGS-9969 - Rolamento cubo diant. Externo - MGS-9969	2,000	UN	timken	126,0000	252,00

Página: 43 / 104

1615	Rolamento guia alternador - MGS-9969 - Rolamento guia alternador - MGS-9969	2,000	UN	nytron	87,5000	175,00
1616	soquete c/ haste - MGS-9969 - soquete c/ haste - MGS-9969	6,000	UN	rainha das sete	14,0000	84,00
1617	suporte escova - MGS-9969 - suporte escova - MGS-9969	1,000	UN	unifap	147,0000	147,00
1618	tambor freio - MGS-9969 - tambor freio - MGS-9969	2,000	UN	frum	1.197,0000	2.394,00
1619	tampa reservatorio - MGS-9969 - tampa reservatorio - MGS-9969	2,000	UN	tancllick	41,0000	82,00
1620	terminal bateria - MGS-9969 - terminal bateria - MGS-9969	4,000	UN	start	16,0000	64,00
1621	terminal de parafusa - MGS-9969 - terminal de parafusa - MGS-9969	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
1622	terminal direcao - MGS-9969 - terminal direcao - MGS-9969	4,000	UN	lemfoder	207,0000	828,00

Total do Participante: 44.347,30

Lote: 17**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1623	abraçadeira fixa tubo escapamento a turbina - REB-1E72 - abraçadeira fixa tubo escapamento a turbina - REB-1E72	3,000	UN	Tpic	248,0000	744,00
1624	abraçadeira mangueira - REB-1E72 - abraçadeira mangueira - REB-1E72	10,000	UN	wurth	10,0000	100,00
1625	aditivo radiador concentrado - REB-1E72 - aditivo radiador concentrado - REB-1E72	6,000	UN	wurth	80,0000	480,00
1626	amortecedor capo dianteiro - REB-1E72 - amortecedor capo dianteiro - REB-1E72	2,000	UN	monroe	177,0000	354,00
1627	amortecedor dianteiro - REB-1E72 - amortecedor dianteiro - REB-1E72	2,000	UN	monroe	403,0000	806,00
1628	amortecedor traseiro - REB-1E72 - amortecedor traseiro - REB-1E72	2,000	UN	monroe	351,0000	702,00
1629	Arruelas - REB-1E72 - Arruelas - REB-1E72	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
1630	Barra direção lateral curva para direita 690mm - REB-1E72 - Barra direção lateral curva para direita 690mm - REB-1E72	2,000	UN	linus	879,0000	1.758,00
1631	Bateria 100 amp 650 CCA - REB-1E72 - Bateria 100 amp 650 CCA - REB-1E72	1,000	UN	pioneiro	897,0000	897,00
1632	bendix - REB-1E72 - bendix - REB-1E72	1,000	UN	zen	618,0000	618,00
1633	bomba injetor agua parabrisa - REB-1E72 - bomba injetor agua parabrisa - REB-1E72	1,000	UN	tsa	80,0000	80,00
1634	Borracha amort. dianteiro Superior - REB-1E72 - Borracha amort. dianteiro Superior - REB-1E72	6,000	UN	rei	41,0000	246,00
1635	Borracha amort. dianteiro inferior - Borracha amort. dianteiro inferior	6,000	UN	rei	41,0000	246,00
1636	Borracha amort. traseiro - REB-1E72 - Borracha amort. traseiro - REB-1E72	6,000	UN	rei	21,0000	126,00
1637	Borracha estab. traseiro interno - REB-1E72 - Borracha estab. traseiro interno - REB-1E72	6,000	UN	rei	31,0000	186,00
1638	Borracha estabilizador traseiro. Externo - REB-1E72 - Borracha estabilizador traseiro. Externo - REB-1E72	2,000	UN	rei	37,0000	74,00
1639	Braço limpador - REB-1E72 - Braço limpador - REB-1E72	2,000	UN	agrale	251,0000	502,00
1640	Bucha estabilizador dianteiro. Ponta - REB-1E72 - Bucha estabilizador dianteiro. Ponta - REB-1E72	4,000	UN	rei	16,0000	64,00
1641	Bucha mola dianteira - REB-1E72 - Bucha mola dianteira - REB-1E72	4,000	UN	rei	100,0000	400,00
1642	bucha mola traseira - REB-1E72 - bucha mola traseira - REB-1E72	4,000	UN	rei	100,0000	400,00
1643	cabo acelerador - REB-1E72 - cabo acelerador - REB-1E72	2,000	UN	cabovel	132,0000	264,00
1644	cabo comando cambio engate - REB-1E72 - cabo comando cambio engate - REB-1E72	1,000	UN	cabovel	883,0000	883,00
1645	cabo comando cambio selecao - REB-1E72 - cabo comando cambio selecao - REB-1E72	1,000	UN	cabovel	1.006,0000	1.006,00
1646	capa terminal - REB-1E72 - capa terminal - REB-1E72	10,000	UN	dsc	1,5000	15,00
1647	chave seta - REB-1E72 - chave seta - REB-1E72	1,000	UN	kostal	655,0000	655,00
1648	cilindro auxiliar embreagem - REB-1E72 - cilindro auxiliar embreagem - REB-1E72	1,000	UN	controil	1.017,0000	1.017,00
1649	cintas plasticas - REB-1E72 - cintas plasticas - REB-1E72	30,000	UN	vonder	1,5000	45,00

Página: 44 / 104

1650	cola silicone alta temperatura - REB-1E72 - cola silicone alta temperatura - REB-1E72	4,000	UN	cyclo	60,0000	240,00
1651	Coluna Direção - REB-1E72 - Coluna Direção - REB-1E72	1,000	UN	viemar	2.612,0000	2.612,00
1652	comutador ignição - REB-1E72 - comutador ignição - REB-1E72	1,000	UN	facobras	1.297,0000	1.297,00
1653	conectores - REB-1E72 - conectores - REB-1E72	10,000	UN	marilia	2,0000	20,00
1654	correia virabrequim alternador bomba agua - REB-1E72 - correia virabrequim alternador bomba agua - REB-1E72	2,000	UN	gates	106,0000	212,00
1655	coxim motor - REB-1E72 - coxim motor - REB-1E72	2,000	UN	rei	188,0000	376,00
1656	cremalheira - REB-1E72 - cremalheira - REB-1E72	1,000	UN	autimpex	2.049,0000	2.049,00
1657	Cruzeta cardan - REB-1E72 - Cruzeta cardan - REB-1E72	2,000	UN	meritor	276,0000	552,00
1658	cruzeta coluna direção - REB-1E72 - cruzeta coluna direção - REB-1E72	2,000	UN	stahl	96,0000	192,00
1659	desengraxante express 500ml - REB-1E72 - desengraxante express 500ml - REB-1E72	4,000	UN	wurth	60,0000	240,00
1660	emenda de metal manga ar - REB-1E72 - emenda de metal manga ar - REB-1E72	3,000	UN	wurth	62,0000	186,00
1661	faixa refletiva 50x300 - REB-1E72 - faixa refletiva 50x300 - REB-1E72	10,000	UN	3m	10,0000	100,00
1662	Filtro ar externo - REB-1E72 - Filtro ar externo - REB-1E72	2,000	UN	tecfil	169,0000	338,00
1663	filtro ar interno - REB-1E72 - filtro ar interno - REB-1E72	2,000	UN	tecfil	106,0000	212,00
1664	Filtro combustivel - REB-1E72 - Filtro combustivel - REB-1E72	2,000	UN	tecfil	109,0000	218,00
1665	Filtro de oleo lubrif. - REB-1E72 - Filtro de oleo lubrif. - REB-1E72	2,000	UN	tecfil	75,0000	150,00
1666	Filtro secador ar APU mbb - REB-1E72 - Filtro secador ar APU mbb - REB-1E72	1,000	UN	mahle	348,0000	348,00
1667	Filtro separador de agua - REB-1E72 - Filtro separador de agua - REB-1E72	2,000	UN	tecfil	105,0000	210,00
1668	Fita antirruído - REB-1E72 - Fita antirruído - REB-1E72	10,000	UN	3m	16,0000	160,00
1669	fita isolante - REB-1E72 - fita isolante - REB-1E72	8,000	UN	dni	7,0000	56,00
1670	Fluido freio dot 4 - REB-1E72 - Fluido freio dot 4 - REB-1E72	4,000	UN	varga	40,0000	160,00
1671	Freio motor - REB-1E72 - Freio motor - REB-1E72	1,000	UN	sdubo	1.593,0000	1.593,00
1672	Fusíveis - REB-1E72 - Fusíveis - REB-1E72	15,000	UN	ams	1,5000	22,50
1673	induzido - REB-1E72 - induzido - REB-1E72	1,000	UN	automax	836,0000	836,00
1674	interruptor luz ré - REB-1E72 - interruptor luz ré - REB-1E72	1,000	UN	3rho	141,0000	141,00
1675	jg lonas freio tras/diant - REB-1E72 - jg lonas freio tras/diant - REB-1E72	2,000	UN	frasle	268,0000	536,00
1676	jg patin freio - REB-1E72 - jg patin freio - REB-1E72	2,000	UN	frasle	287,0000	574,00
1677	jogo embuchamento p/ 2 lados - REB-1E72 - jogo embuchamento p/ 2 lados - REB-1E72	1,000	UN	butuem	788,0000	788,00
1678	juntas coletor - REB-1E72 - juntas coletor - REB-1E72	4,000	UN	sabo	13,5000	54,00
1679	kg graxa - REB-1E72 - kg graxa - REB-1E72	3,000	UN	petronas	49,0000	147,00
1680	kit embreagem - REB-1E72 - kit embreagem - REB-1E72	1,000	UN	eaton	4.321,0000	4.321,00
1681	lampada 1 polo 24v - REB-1E72 - lampada 1 polo 24v - REB-1E72	6,000	UN	osram	9,0000	54,00
1682	Lampada 2 polo 24v - REB-1E72 - Lampada 2 polo 24v - REB-1E72	6,000	UN	osram	9,0000	54,00
1683	Lampada 69 24v - REB-1E72 - Lampada 69 24v - REB-1E72	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
1684	Lampada 67 24v - REB-1E72 - Lampada 67 24v - REB-1E72	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
1685	Lampada H1 24v - REB-1E72 - Lampada H1 24v - REB-1E72	6,000	UN	osram	50,0000	300,00
1686	lampada H3 24v - REB-1E72 - lampada H3 24v - REB-1E72	6,000	UN	osram	50,0000	300,00
1687	Lampada Pingo água 24 v - REB-1E72 - Lampada Pingo água 24 v - REB-1E72	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
1688	lampadas tubular led bivolt 10w 40cm - REB-1E72 - lampadas tubular led bivolt 10w 40cm - REB-1E72	6,000	UN	dni	196,0000	1.176,00
1689	Lente lanterna placa - REB-1E72 - Lente lanterna placa - REB-1E72	4,000	UN	gf	73,0000	292,00
1690	Lts oleo lubrificante 15w40 - REB-1E72 - Lts oleo lubrificante 15w40 - REB-1E72	18,000	LT	petronas	39,0000	702,00

Página: 45 / 104

1691	mangueira espiral soprador c/ bico pistola - REB-1E72 - 1,000	UN	festos	204,0000	204,00
1692	mangueira espiral soprador c/ bico pistola - REB-1E72 inferior radiador - REB-1E72	UN	jamaica	315,0000	630,00
1693	mangueira superior radiador - REB-1E72 - mangueira superior radiador - REB-1E72	UN	jamaica	189,0000	378,00
1694	maxi fusivel - REB-1E72 - maxi fusivel - REB-1E72	UN	ams	7,5000	45,00
1695	mola mestre 1ª - REB-1E72 - mola mestre 1ª - REB-1E72	UN	obenhaus	730,4000	1.460,80
1696	mola mestre 2ª - REB-1E72 - mola mestre 2ª - REB-1E72	UN	obenhaus	693,2000	1.386,40
1697	mt espaguete termoretratil - REB-1E72 - mt espaguete termoretratil - REB-1E72	MT	rainha das sete	10,0000	100,00
1698	mts cabo bateria 35mm - REB-1E72 - mts cabo bateria 35mm - REB-1E72	MT	dni	85,0000	510,00
1699	mts fio inst.autos - REB-1E72 - mts fio inst.autos - REB-1E72	MT	dni	5,0000	50,00
1700	mts manga injetor parabrisa - REB-1E72 - mts manga injetor parabrisa - REB-1E72	MT	gates	13,0000	130,00
1701	mts mangueira de ar - REB-1E72 - mts mangueira de ar - REB-1E72	MT	rigitec	17,5000	175,00
1702	oleo diferencial 80w90 GL 5 - REB-1E72 - oleo diferencial 80w90 GL 5 - REB-1E72	LT	petronas	60,0000	1.200,00
1703	Palheta Parabrisa - REB-1E72 - Palheta Parabrisa - REB-1E72	UN	bosch	141,0000	282,00
1704	Parafuso atar - REB-1E72 - Parafuso atar - REB-1E72	UN	ciser	1,0000	10,00
1705	Parafuso 14 mm - REB-1E72 - Parafuso 14 mm - REB-1E72	UN	ciser	9,0000	36,00
1706	Parafuso 6mm - REB-1E72 - Parafuso 6mm - REB-1E72	UN	ciser	2,0000	8,00
1707	Parafuso 8 x70 - REB-1E72 - Parafuso 8 x70 - REB-1E72	UN	ciser	3,0000	30,00
1708	pino centro - REB-1E72 - pino centro - REB-1E72	UN	fey	38,0000	76,00
1709	porca 14 ma - REB-1E72 - porca 14 ma - REB-1E72	UN	ciser	2,0000	8,00
1710	porca 6 ma - REB-1E72 - porca 6 ma - REB-1E72	UN	ciser	2,0000	8,00
1711	porca 8 ma - REB-1E72 - porca 8 ma - REB-1E72	UN	ciser	2,0000	20,00
1712	porca dupla - REB-1E72 - porca dupla - REB-1E72	UN	patral	6,0000	36,00
1713	porta maxi fusivel - REB-1E72 - porta maxi fusivel - REB-1E72	UN	rainha das sete	13,0000	78,00
1714	quebra galho - REB-1E72 - quebra galho - REB-1E72	UN	termicar	11,0000	44,00
1715	Colmeia radiador - REB-1E72 - Colmeia radiador - REB-1E72	UN	visconde	3.099,0000	3.099,00
1716	rebites de lona freio - REB-1E72 - rebites de lona freio - REB-1E72	UN	Al	0,3000	30,00
1717	relé de partida - REB-1E72 - relé de partida - REB-1E72	UN	zm	313,0000	313,00
1718	Retentor cubo dianteiro - REB-1E72 - Retentor cubo dianteiro - REB-1E72	UN	sabo	116,0000	232,00
1719	Retentor cubo tras - REB-1E72 - Retentor cubo tras - REB-1E72	UN	sabo	143,0000	286,00
1720	Retentor Diferencial - REB-1E72 - Retentor Diferencial - REB-1E72	UN	sabo	129,0000	258,00
1721	Retentor pinhao - REB-1E72 - Retentor pinhao - REB-1E72	UN	sabo	204,0000	408,00
1722	Rolamento cardan agrale - REB-1E72 - Rolamento cardan agrale - REB-1E72	UN	timken	366,0000	732,00
1723	Rolamento cubo dianteiro interno - REB-1E72 - Rolamento cubo dianteiro interno - REB-1E72	UN	timken	160,0000	320,00
1724	Rolamento cubo dianteiro Externo - REB-1E72 - Rolamento cubo dianteiro Externo - REB-1E72	UN	timken	151,0000	302,00
1725	Rolamento guia alternador - REB-1E72 - Rolamento guia alternador - REB-1E72	UN	nytron	105,0000	210,00
1726	sensor rotação - REB-1E72 - sensor rotação - REB-1E72	UN	mte	627,0000	627,00
1727	sensor temperatura - REB-1E72 - sensor temperatura - REB-1E72	UN	mte	362,0000	724,00
1728	soquete c/ haste - REB-1E72 - soquete c/ haste - REB-1E72	UN	rainha das sete	13,0000	78,00
1729	suporte escova - REB-1E72 - suporte escova - REB-1E72	UN	unifap	162,0000	162,00
1730	tambor freio - REB-1E72 - tambor freio - REB-1E72	UN	unifap	1.437,0000	2.874,00
1731	tampa reservatorio - REB-1E72 - tampa reservatorio - REB-1E72	UN	tanclick	49,0000	98,00

Página: 46 / 104

1732	terminal bateria - REB-1E72 - terminal bateria - REB-1E72	4,000	UN	start	16,0000	64,00
1733	terminal de parafusa - REB-1E72 - terminal de parafusa - REB-1E72	10,000	UN	marilia	2,0000	20,00
1734	terminal direcao - REB-1E72 - terminal direcao - REB-1E72	4,000	UN	lemfoder	248,0000	992,00

Total do Participante: 53.366,70

Lote: 18**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1735	abraçadeira fixa tubo escapamento - RLP-21C70 - abraçadeira fixa tubo escapamento - RLP-21C70	3,000	UN	tpic	207,0000	621,00
1736	abraçadeira sem fim - RLP-21C70 - abraçadeira sem fim - RLP-21C70	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
1737	aditivo radiador concentrado - RLP-21C70 - aditivo radiador concentrado - RLP-21C70	12,000	UN	wurth	59,0000	708,00
1738	Amortecedores dianteiros - RLP-21C70 - Amortecedores dianteiros - RLP-21C70	2,000	UN	monroe	616,0000	1.232,00
1739	Amortecedores traseiros - RLP-21C70 - Amortecedores traseiros - RLP-21C70	2,000	UN	monroe	627,0000	1.254,00
1740	anel oring - RLP-21C70 - anel oring - RLP-21C70	6,000	UN	wurth	2,8000	16,80
1741	Arruela lisa - RLP-21C70 - Arruela lisa - RLP-21C70	10,000	UN	ciser	1,7000	17,00
1742	Barra direção - RLP-21C70 - Barra direção - RLP-21C70	2,000	UN	linnus	913,5000	1.827,00
1743	Bateria 150 ah CCA 865 - RLP-21C70 - Bateria 150 ah CCA 865 - RLP-21C70	1,000	UN	pioneiro	865,5000	865,50
1744	Bomba limpador parabrisa 2 saidas - RLP-21C70 - Bomba limpador parabrisa 2 saidas - RLP-21C70	1,000	UN	tsa	61,0000	61,00
1745	Bomba sangria diesel - RLP-21C70 - Bomba sangria diesel - RLP-21C70	1,000	UN	volkswagen	1.637,5000	1.637,50
1746	borracha estab.traseiro externo - RLP-21C70 - borracha estab.traseiro externo - RLP-21C70	6,000	UN	rei	30,7500	184,50
1747	Botao de partida - RLP-21C70 - Botao de partida - RLP-21C70	1,000	UN	facobras	20,5000	20,50
1748	Bucha estabilizador central - RLP-21C70 - Bucha estabilizador central - RLP-21C70	4,000	UN	rei	28,7000	114,80
1749	Bucha estabilizador ponta - RLP-21C70 - Bucha estabilizador ponta - RLP-21C70	4,000	UN	rei	27,0000	108,00
1750	Bucha mancal estabilizador tras.interno 35mm - RLP-21C70 - Bucha mancal estabilizador tras.interno 35mm - RLP-21C70	4,000	UN	rei	28,7000	114,80
1751	bucha metal mola tras. - RLP-21C70 - bucha metal mola tras. - RLP-21C70	6,000	UN	rei	96,0000	576,00
1752	Bucha mola dianteiro - RLP-21C70 - Bucha mola dianteiro - RLP-21C70	6,000	UN	rei	100,0000	600,00
1753	Buzina - RLP-21C70 - Buzina - RLP-21C70	2,000	UN	bosch	94,0000	188,00
1754	capa de terminal - RLP-21C70 - capa de terminal - RLP-21C70	10,000	UN	dsc	1,7000	17,00
1755	chave de luz 2 estagios - RLP-21C70 - chave de luz 2 estagios - RLP-21C70	2,000	UN	facobras	67,0000	134,00
1756	chave tictac - RLP-21C70 - chave tictac - RLP-21C70	2,000	UN	facobras	17,0000	34,00
1757	cintas plasticas - RLP-21C70 - cintas plasticas - RLP-21C70	30,000	UN	vonser	1,7000	51,00
1758	cola alta temperatura - RLP-21C70 - cola alta temperatura - RLP-21C70	3,000	UN	cyclo	55,0000	165,00
1759	conectores - RLP-21C70 - conectores - RLP-21C70	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
1760	conexão T mangueira - RLP-21C70 - conexão T mangueira - RLP-21C70	2,000	UN	wurth	44,5000	89,00
1761	conjunto parafuso de roda - RLP-21C70 - conjunto parafuso de roda - RLP-21C70	4,000	UN	rodafuso	74,0000	296,00
1762	Correia alternador - RLP-21C70 - Correia alternador - RLP-21C70	2,000	UN	gates	112,0000	224,00
1763	Cruzeta cardan - RLP-21C70 - Cruzeta cardan - RLP-21C70	2,000	UN	meritor	579,0000	1.158,00
1764	Diafragma freio ar 8" tipo30 lonado com anel - RLP-21C70 - Diafragma freio ar 8" tipo30 lonado com anel - RLP-21C70	4,000	UN	bins	34,5000	138,00
1765	Diagfragma Freio ar 7" polegada - RLP-21C70 - Diagfragma Freio ar 7" polegada - RLP-21C70	4,000	UN	bins	40,0000	160,00
1766	emenda de metal manga ar - RLP-21C70 - emenda de	6,000	UN	wurth	55,0000	330,00

	metal manga ar - RLP-21C70					
1767	farol auxiliar - RLP-21C70 - farol auxiliar - RLP-21C70	2,000	UN	tiger auto	209,0000	418,00
1768	Filtro ar externo - RLP-21C70 - Filtro ar externo - RLP-21C70	2,000	UN	tecfil	165,0000	330,00
1769	Filtro ar interno - RLP-21C70 - Filtro ar interno - RLP-21C70	2,000	UN	tecfil	67,0000	134,00
1770	Filtro combustivel - RLP-21C70 - Filtro combustivel - RLP-21C70	2,000	UN	tecfil	170,0000	340,00
1771	Filtro oleo - RLP-21C70 - Filtro oleo - RLP-21C70	2,000	UN	tecfil	128,0000	256,00
1772	filtro secador ar - RLP-21C70 - filtro secador ar - RLP-21C70	2,000	UN	mahle	167,0000	334,00
1773	filtro separador agua c/copo - RLP-21C70 - filtro separador agua c/copo - RLP-21C70	2,000	UN	tecfil	229,0000	458,00
1774	fita isolante - RLP-21C70 - fita isolante - RLP-21C70	6,000	UN	dni	7,0000	42,00
1775	fluido freio Dot4 - RLP-21C70 - fluido freio Dot4 - RLP-21C70	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
1776	fusiveis - RLP-21C70 - fusiveis - RLP-21C70	10,000	UN	ams	1,3000	13,00
1777	fusivel maxi - RLP-21C70 - fusivel maxi - RLP-21C70	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
1778	Grampo mola dianteiro 30/10/19mm - RLP-21C70 - Grampo mola dianteiro 30/10/19mm - RLP-21C70	6,000	UN	patral	180,0000	1.080,00
1779	Grampo mola traseiro 4/8x77x540 - RLP-21C70 - Grampo mola traseiro 4/8x77x540 - RLP-21C70	6,000	UN	patral	180,0000	1.080,00
1780	Helice radiador 11 pas - RLP-21C70 - Helice radiador 11 pas - RLP-21C70	1,000	UN	modefer	4.751,0000	4.751,00
1781	interruptor de ré 24v - RLP-21C70 - interruptor de ré 24v - RLP-21C70	1,000	UN	3rho	86,0000	86,00
1782	jogo abraçadeira cruzeta cardan c/ parafuso - RLP-21C70 - jogo abraçadeira cruzeta cardan c/ parafuso - RLP-21C70	2,000	UN	meritor	165,0000	330,00
1783	kit bucha barra estab.com tubo - RLP-21C70 - kit bucha barra estab.com tubo - RLP-21C70	4,000	UN	rei	56,5000	226,00
1784	Kit Bucha estabilizador superior - RLP-21C70 - Kit Bucha estabilizador superior - RLP-21C70	4,000	UN	rei	78,0000	312,00
1785	Lampada 1 polo 24v - RLP-21C70 - Lampada 1 polo 24v - RLP-21C70	6,000	UN	osram	7,5000	45,00
1786	Lampada 2 polo 24v - RLP-21C70 - Lampada 2 polo 24v - RLP-21C70	6,000	UN	osram	7,5000	45,00
1787	lampada 67 24v - RLP-21C70 - lampada 67 24v - RLP-21C70	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
1788	lampada 69 24v - RLP-21C70 - lampada 69 24v - RLP-21C70	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
1789	Lampada H1 24v - RLP-21C70 - Lampada H1 24v - RLP-21C70	4,000	UN	osram	42,0000	168,00
1790	lampada H4 24 v - RLP-21C70 - lampada H4 24 v - RLP-21C70	4,000	UN	osram	45,0000	180,00
1791	lampada H7 24v - RLP-21C70 - lampada H7 24v - RLP-21C70	4,000	UN	osram	74,0000	296,00
1792	Lampada pingao 24v - RLP-21C70 - Lampada pingao 24v - RLP-21C70	10,000	UN	osram	7,0000	70,00
1793	lampada torpedo 24v - RLP-21C70 - lampada torpedo 24v - RLP-21C70	6,000	UN	osram	9,5000	57,00
1794	lampada tubolar led bivolt 10w 60cm - RLP-21C70 - lampada tubolar led bivolt 10w 60cm - RLP-21C70	8,000	UN	dni	76,0000	608,00
1795	Lona freio dianteira - RLP-21C70 - Lona freio dianteira - RLP-21C70	2,000	UN	lonaflex	357,0000	714,00
1796	Lona freio traseira - RLP-21C70 - Lona freio traseira - RLP-21C70	2,000	UN	lonaflex	513,0000	1.026,00
1797	Lts oleo diferencial 90 - RLP-21C70 - Lts oleo diferencial 90 - RLP-21C70	10,000	LT	petronas	43,5000	435,00
1798	Lts oleo direçao hidraulica Atf - RLP-21C70 - Lts oleo direçao hidraulica Atf - RLP-21C70	10,000	LT	petronas	45,0000	450,00
1799	Lts oleo lubrif. motor 15w40 - RLP-21C70 - Lts oleo lubrif. motor 15w40 - RLP-21C70	38,000	LT	petronas	32,0000	1.216,00
1800	mangueira espiral - RLP-21C70 - mangueira espiral - RLP-21C70	1,000	UN	festo	189,0000	189,00
1801	maxi fuziveis - RLP-21C70 - maxi fuziveis - RLP-21C70	4,000	UN	ams	6,5000	26,00
1802	mola dianteira maior - RLP-21C70 - mola dianteira maior - RLP-21C70	4,000	UN	obenaus	1.059,5000	4.238,00
1803	mola dianteira int. - RLP-21C70 - mola dianteira int. - RLP-21C70	4,000	UN	obenaus	863,0000	3.452,00
1804	mola dianteira menor - RLP-21C70 - mola dianteira menor - RLP-21C70	4,000	UN	obenaus	494,5000	1.978,00

- RLP-21C70

1805	mola traseira - RLP-21C70 - mola traseira - RLP-21C70	14,000	UN	obenaus	1.001,0000	14.014,00
1806	mts cabo de bateria 55 mm - RLP-21C70 - mts cabo de bateria 55 mm - RLP-21C70	6,000	MT	dni	74,0000	444,00
1807	mts espaguete termoretratil - RLP-21C70 - mts espaguete termoretratil - RLP-21C70	5,000	MT	rainha das sete	8,0000	40,00
1808	mts fio inst. Eletrica autos - RLP-21C70 - mts fio inst. Eletrica autos - RLP-21C70	15,000	MT	dni	4,8000	72,00
1809	mts manga ar - RLP-21C70 - mts manga ar - RLP-21C70	10,000	MT	rigitec	14,5000	145,00
1810	mts tubo corrugado anti chama - RLP-21C70 - mts tubo corrugado anti chama - RLP-21C70	15,000	MT	dni	13,0000	195,00
1811	palhetas parabrisa parafusada 32" - RLP-21C70 - palhetas parabrisa parafusada 32" - RLP-21C70	4,000	UN	bosch	113,0000	452,00
1812	parafuso 10x70 - RLP-21C70 - parafuso 10x70 - RLP-21C70	6,000	UN	ciser	3,0000	18,00
1813	parafuso 14x60 - RLP-21C70 - parafuso 14x60 - RLP-21C70	6,000	UN	ciser	7,5000	45,00
1814	Parafuso 8x70 - RLP-21C70 - Parafuso 8x70 - RLP-21C70	6,000	UN	ciser	2,8000	16,80
1815	pino centro RLP-21C70 - pino centro RLP-21C70	4,000	UN	fey	55,0000	220,00
1816	Pino mola dient longo diam.25mm compr.164mm- RLP-21C70 - Pino mola dient longo diam.25mm compr.164mm- RLP-21C70	8,000	UN	rivertec	50,0000	400,00
1817	pino mola dient.curto diametro 25mm compr.155mm - RLP-21C70 - pino mola dient.curto diametro 25mm compr.155mm - RLP-21C70	8,000	UN	rivertec	59,0000	472,00
1818	pino mola tras 32x127mm - RLP-21C70 - pino mola tras 32x127mm - RLP-21C70	8,000	UN	rivertec	94,0000	752,00
1819	pino trava - RLP-21C70 - pino trava - RLP-21C70	10,000	UN	allfix	4,5000	45,00
1820	porca 14 ma - RLP-21C70 - porca 14 ma - RLP-21C70	6,000	UN	ciser	3,0000	18,00
1821	Porca 8ma - RLP-21C70 - Porca 8ma - RLP-21C70	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
1822	porca dupla 3/4 pol.- RLP-21C70 - porca dupla 3/4 pol.- RLP-21C70	16,000	UN	patral	5,5000	88,00
1823	porta fusivel - RLP-21C70 - porta fusivel - RLP-21C70	10,000	UN	rainha das sete	10,0000	100,00
1824	porca trava 10 ma - RLP-21C70 - porca trava 10 ma - RLP-21C70	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
1825	porta fusivel maxi - RLP-21C70 - porta fusivel maxi - RLP-21C70	6,000	UN	rainha das sete	11,5000	69,00
1826	reator luz interna 24v - RLP-21C70 - reator luz interna 24v - RLP-21C70	2,000	UN	dni	141,0000	282,00
1827	Rebites lonas de freio - RLP-21C70 - Rebites lonas de freio - RLP-21C70	100,000	UN	AL	0,3000	30,00
1828	Rele auxiliar - RLP-21C70 - Rele auxiliar - RLP-21C70	6,000	UN	dni	20,0000	120,00
1829	Reservatorio agua radiador - RLP-21C70 - Reservatorio agua radiador - RLP-21C70	1,000	UN	reserplast	251,0000	251,00
1830	Retentor cubo traseiro - RLP-21C70 - Retentor cubo traseiro - RLP-21C70	4,000	UN	timken	76,5000	306,00
1831	retrovisor dient. Frontal - RLP-21C70 - retrovisor dient. Frontal - RLP-21C70	1,000	UN	LS	471,0000	471,00
1832	retrovisor lateral - RLP-21C70 - retrovisor lateral - RLP-21C70	2,000	UN	LS	734,0000	1.468,00
1833	Rolamento alternador - RLP-21C70 - Rolamento alternador - RLP-21C70	2,000	UN	timken	36,5000	73,00
1834	Rolamento cardan - RLP-21C70 - Rolamento cardan - RLP-21C70	2,000	UN	timken	308,0000	616,00
1835	Rolamento cubo dient interno - RLP-21C70 - Rolamento cubo dient interno - RLP-21C70	4,000	UN	timken	270,0000	1.080,00
1836	Rolamento cubo dient. Externo - RLP-21C70 - Rolamento cubo dient. Externo - RLP-21C70	4,000	UN	timken	341,0000	1.364,00
1837	Rolamento cubo roda tras.int. - RLP-21C70 - Rolamento cubo roda tras.int. - RLP-21C70	4,000	UN	timken	370,0000	1.480,00
1838	Rolamento cubo tras.externo - RLP-21C70 - Rolamento cubo tras.externo - RLP-21C70	4,000	UN	timken	299,0000	1.196,00
1839	Rolamento polia tensora - RLP-21C70 - Rolamento polia tensora - RLP-21C70	2,000	UN	nytron	93,0000	186,00
1840	Sensor temperatura - RLP-21C70 - Sensor temperatura - RLP-21C70	2,000	UN	mte	88,0000	176,00
1841	sirene de ré - RLP-21C70 - sirene de ré - RLP-21C70	1,000	UN	dni	99,5000	99,50
1842	soquete 2 polo 24v - RLP-21C70 - soquete 2 polo 24v - RLP-21C70	4,000	UN	rainha das	17,0000	68,00

Página: 49 / 104

RLP-21C70		sete					
1843	soquete 1 polo 24v - RLP-21C70 - soquete 1 polo 24v - 4,000	UN	rainha das sete	17,0000	68,00		
1844	soquete c/ haste - RLP-21C70 - soquete c/ haste - RLP- 4,000	UN	rainha das sete	20,0000	80,00		
1845	Tambor freio dianteiro- RLP-21C70 - Tambor freio 2,000	UN	frum	1.780,0000	3.560,00		
1846	Tambor freio traseiro 10F - RLP-21C70 - Tambor freio 2,000	UN	frum	1.509,0000	3.018,00		
1847	Tampa radiador - RLP-21C70 - Tampa radiador - RLP- 1,000	UN	tancllick	52,0000	52,00		
1848	Tampa reservatorio expansão - RLP-21C70 - Tampa 1,000	UN	tancllick	20,0000	20,00		
1849	terminal bateria - RLP-21C70 - terminal bateria - RLP- 4,000	UN	start	16,0000	64,00		
1850	terminal de parafusar - RLP-21C70 - terminal de 10,000	UN	marilia	1,7000	17,00		
1851	Terminal de embuti - RLP-21C70 - Terminal de embuti - 10,000	UN	marilia	1,7000	17,00		
1852	Terminal Direção - RLP-21C70 - Terminal Direção - RLP- 4,000	UN	lemfoder	315,0000	1.260,00		
Total do Participante:					73.751,70		

Lote: 19**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1853	abraçadeira escape - MLM-4860 - abraçadeira escape - 4,000	UN	uniao	10,0000	40,00	
1854	abraçadeira mangueira - MLM-4860 - abraçadeira 10,000	UN	wurth	9,0000	90,00	
1855	aditivo radiador - MLM-4860 - aditivo radiador - MLM- 4,000	UN	wurth	59,0000	236,00	
1856	alternador - MLM-4860 - alternador - MLM-4860 1,000	UN	bosch	2.005,0000	2.005,00	
1857	amortecedor dianteiro - MLM-4860 - amortecedor 2,000	UN	monroe	659,0000	1.318,00	
1858	amortecedor traseiro - MLM-4860 - amortecedor traseiro 2,000	UN	monroe	311,0000	622,00	
1859	arruelas - MLM-4860 - arruelas - MLM-4860 6,000	UN	ciser	1,7000	10,20	
1860	articulador axial - MLM-4860 - articulador axial - MLM- 2,000	UN	driwe	106,0000	212,00	
1861	bandeja direita - MLM-4860 - bandeja direita - MLM-4860 1,000	UN	grazzi	334,0000	334,00	
1862	bandeja esquerda - MLM-4860 - bandeja esquerda - 1,000	UN	grazzi	334,0000	334,00	
1863	bateria 60 ah CCA 480A - MLM-4860 - bateria 60 ah CCA 1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00	
1864	Bieleta estabilizador - MLM-4860 - Bieleta estabilizador - 2,000	UN	trw	97,5000	195,00	
1865	bobina ignição - MLM-4860 - bobina ignição - MLM-4860 1,000	UN	ngk	348,0000	348,00	
1866	bomba combustivel - MLM-4860 - bomba combustivel - 1,000	UN	delphi	334,0000	334,00	
1867	Bomba de agua - MLM-4860 - Bomba de agua - MLM- 1,000	UN	schadeck	358,0000	358,00	
1868	bomba limpador parabrisa - MLM-4860 - bomba limpador 1,000	UN	tsa	71,0000	71,00	
1869	bomba oleo - MLM-4860 - bomba oleo - MLM-4860 1,000	UN	schadeck	938,0000	938,00	
1870	borracha escape - MLM-4860 - borracha escape - MLM- 4,000	UN	sampel	9,0000	36,00	
1871	borracha porta - MLM-4860 - borracha porta - MLM-4860 4,000	UN	autotravi	187,0000	748,00	
1872	bucha anterior quadro susp tras. - MLM-4860 - bucha 2,000	UN	axios	156,5000	313,00	
1873	bucha bandeja - MLM-4860 - bucha bandeja - MLM- 4,000	UN	axios	39,0000	156,00	
1874	bucha barra estabilizador - MLM-4860 - bucha barra 2,000	UN	axios	43,0000	86,00	
1875	bucha motor partida - MLM-4860 - bucha motor partida - 2,000	UN	moldmix	13,0000	26,00	
1876	bucha ponta estabilizador - MLM-4860 - bucha ponta 2,000	UN	axios	48,5000	97,00	
1877	bucha posterior quadro susp.tras. - MLM-4860 - bucha 2,000	UN	axios	203,0000	406,00	

	posterior quadro susp.tras. - MLM-4860						
1878	Bucha tras. Bandeja susp. diant. Direita - MLM-4860 - 2,000	UN	axios	154,0000	308,00		
	Bucha tras. Bandeja susp. diant. Direita - MLM-4860						
1879	bucha tras. Bandeja susp. diant. Esq - MLM-4860 - bucha 2,000	UN	axios	154,0000	308,00		
	tras. Bandeja susp. diant. Esq - MLM-4860						
1880	Bujao carter - MLM-4860 - Bujao carter - MLM-4860 1,000	UN	wurth	33,0000	33,00		
1881	Buzina - MLM-4860 - Buzina - MLM-4860 2,000	UN	bosch	69,0000	138,00		
1882	cabo embreagem - MLM-4860 - cabo embreagem - MLM- 1,000	UN	cabovel	145,0000	145,00		
	4860						
1883	capa terminal - MLM-4860 - capa terminal - MLM-4860 6,000	UN	dsc	1,7000	10,20		
1884	carga de Gás - MLM-4860 - carga de Gás - MLM-4860 2,000	UN	eos	218,0000	436,00		
1885	cilindro roda - MLM-4860 - cilindro roda - MLM-4860 2,000	UN	controil	107,0000	214,00		
1886	cintas plasticas - MLM-4860 - cintas plasticas - MLM- 20,000	UN	vonder	1,7000	34,00		
	4860						
1887	clip ar condicionado - MLM-4860 - clip ar condicionado - 2,000	UN	royce	21,0000	42,00		
	MLM-4860						
1888	coifa lado cambio - MLM-4860 - coifa lado cambio - MLM- 2,000	UN	axios	31,0000	62,00		
	4860						
1889	coifa lado roda - MLM-4860 - coifa lado roda - MLM-4860 2,000	UN	axios	37,0000	74,00		
1890	cola silicone alta temperatura - MLM-4860 - cola silicone 2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00		
	alta temperatura - MLM-4860						
1891	compressor ar condicionado - MLM-4860 - compressor ar 1,000	UN	delphi	2.697,0000	2.697,00		
	condicionado - MLM-4860						
1892	comutador ignição - MLM-4860 - comutador ignição - 1,000	UN	facobras	219,0000	219,00		
	MLM-4860						
1893	condensador ar condic. - MLM-4860 - condensador ar 1,000	UN	royce	1.106,0000	1.106,00		
	condic. - MLM-4860						
1894	conexoes ar condicionado - MLM-4860 - conexoes ar 1,000	UN	royce	25,0000	25,00		
	condicionado - MLM-4860						
1895	contraste - MLM-4860 - contraste - MLM-4860 1,000	UN	vinar	23,5000	23,50		
1896	correia alternador - MLM-4860 - correia alternador - 1,000	UN	gates	71,0000	71,00		
	MLM-4860						
1897	coxim amort diant - MLM-4860 - coxim amort diant - 2,000	UN	axios	269,0000	538,00		
	MLM-4860						
1898	coxim cambio - MLM-4860 - coxim cambio - MLM-4860 2,000	UN	axios	193,0000	386,00		
1899	coxim esquerdo motor - MLM-4860 - coxim esquerdo 1,000	UN	axios	174,0000	174,00		
	motor - MLM-4860						
1900	coxim hidraulico direito motor c/ suporte - MLM-4860 - 1,000	UN	axios	797,0000	797,00		
	coxim hidraulico direito motor c/ suporte - MLM-4860						
1901	coxim tirante motor - MLM-4860 - coxim tirante motor - 1,000	UN	axios	300,0000	300,00		
	MLM-4860						
1902	cubo roda traseiro c/ rolamento - MLM-4860 - cubo roda 2,000	UN	fremax	265,0000	530,00		
	traseiro c/ rolamento - MLM-4860						
1903	disco freio diant. - MLM-4860 - disco freio diant. - MLM- 2,000	UN	fremax	204,0000	408,00		
	4860						
1904	eletroventilador c/ defletor - MLM-4860 - eletroventilador 1,000	UN	bauen	1.650,0000	1.650,00		
	c/ defletor - MLM-4860						
1905	evaporador - MLM-4860 - evaporador - MLM-4860 1,000	UN	royce	1.921,0000	1.921,00		
1906	fechadura porta - MLM-4860 - fechadura porta - MLM- 4,000	UN	universal	935,0000	3.740,00		
	4860						
1907	filtro ar - MLM-4860 - filtro ar - MLM-4860 2,000	UN	tecfil	23,0000	46,00		
1908	filtro ar condic. - MLM-4860 - filtro ar condic. - MLM-4860 2,000	UN	tecfil	34,0000	68,00		
1909	filtro combustivel - MLM-4860 - filtro combustivel - MLM- 2,000	UN	tecfil	25,0000	50,00		
	4860						
1910	filtro oleo - MLM-4860 - filtro oleo - MLM-4860 2,000	UN	jtecfil	23,0000	46,00		
1911	filtro secador - MLM-4860 - filtro secador - MLM-4860 2,000	UN	mahle	95,0000	190,00		
1912	fita isolante - MLM-4860 - fita isolante - MLM-4860 4,000	UN	dni	7,0000	28,00		
1913	Flange conexão mangueiras inferior radiador - MLM-4860 - 1,000	UN	gates	136,0000	136,00		
	Flange conexão mangueiras inferior radiador - MLM- 4860						
1914	fluido freio dot4 - MLM-4860 - fluido freio dot4 - MLM- 4,000	UN	varga	41,0000	164,00		
	4860						
1915	fusivel - MLM-4860 - fusivel - MLM-4860 10,000	UN	ams	1,7000	17,00		
1916	fusivel maxi - MLM-4860 - fusivel maxi - MLM-4860 6,000	UN	ams	6,5000	39,00		
1917	guarda po cilindro roda - MLM-4860 - guarda po cilindro 2,000	UN	controil	9,0000	18,00		

	roda - MLM-4860						
1918	grampo foro porta - MLM-4860 - grampo foro porta - 10,000	UN	fiat	3,2500	32,50		
1919	higienizador ar condicionado - MLM-4860 - higienizador ar condicionado - MLM-4860	2,000	UN	wurth	90,0000	180,00	
1920	impulsor partida - MLM-4860 - impulsor partida - MLM-4860	1,000	UN	zen	340,0000	340,00	
1921	induzido partida - MLM-4860 - induzido partida - MLM-4860	1,000	UN	zm	469,0000	469,00	
1922	jg cabos ignição - MLM-4860 - jg cabos ignição - MLM-4860	1,000	UN	ngk	138,0000	138,00	
1923	jg pastilha freio - MLM-4860 - jg pastilha freio - MLM-4860	1,000	UN	frasle	163,5000	163,50	
1924	jg sapata freio tras - MLM-4860 - jg sapata freio tras - MLM-4860	1,000	UN	frasle	276,0000	276,00	
1925	junta tampa valvula - MLM-4860 - junta tampa valvula - MLM-4860	1,000	UN	sabo	47,0000	47,00	
1926	kit amort dient com coxim e rolamento - MLM-4860 - kit amort dient com coxim e rolamento - MLM-4860	1,000	UN	sampel	459,0000	459,00	
1927	kit batente coifa amort. Traseiro par - MLM-4860 - kit batente coifa amort. Traseiro par - MLM-4860	1,000	UN	sampel	152,0000	152,00	
1928	kit correia tensor - MLM-4860 - kit correia tensor - MLM-4860	1,000	UN	gates	271,0000	271,00	
1929	kit embreagem com atuador - MLM-4860 - kit embreagem com atuador - MLM-4860	1,000	UN	sachs	797,0000	797,00	
1930	lampada 69 12v - MLM-4860 - lampada 69 12v - MLM-4860	6,000	UN	osram	6,0000	36,00	
1931	lampada H1 - MLM-4860 - lampada H1 - MLM-4860	4,000	UN	osram	28,0000	112,00	
1932	lampada H7 - MLM-4860 - lampada H7 - MLM-4860	4,000	UN	osram	45,0000	180,00	
1933	lampada pingao 12v - MLM-4860 - lampada pingao 12v - MLM-4860	6,000	UN	osram	6,0000	36,00	
1934	lampadas 1 polo 12 v - MLM-4860 - lampadas 1 polo 12 v - MLM-4860	6,000	UN	osram	6,8000	40,80	
1935	lampadas 2 polo 12v - MLM-4860 - lampadas 2 polo 12v - MLM-4860	6,000	UN	osram	6,8000	40,80	
1936	limpa parabrisa - MLM-4860 - limpa parabrisa - MLM-4860	1,000	UN	mundial	9,0000	9,00	
1937	Its oleo 5w30 sintetico api sn - MLM-4860 - Its oleo 5w30 sintetico api sn - MLM-4860	7,000	LT	petronas	46,0000	322,00	
1938	Its oleo 75w80 - MLM-4860 - Its oleo 75w80 - MLM-4860	4,000	LT	petronas	101,0000	404,00	
1939	Its oleo direção hidraulica ATF - MLM-4860 - Its oleo direção hidraulica ATF - MLM-4860	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00	
1940	maçaneta externa porta - MLM-4860 - maçaneta externa porta - MLM-4860	4,000	UN	uniuniversal	162,0000	648,00	
1941	maçaneta interna - MLM-4860 - maçaneta interna - MLM-4860	4,000	UN	universal	63,0000	252,00	
1942	mangueira arrefecimento - MLM-4860 - mangueira arrefecimento - MLM-4860	1,000	UN	jamaica	96,0000	96,00	
1943	mangueira filtro ar - MLM-4860 - mangueira filtro ar - MLM-4860	1,000	UN	jamaica	129,0000	129,00	
1944	mangueira inferior radiador - MLM-4860 - mangueira inferior radiador - MLM-4860	1,000	UN	jamaica	307,0000	307,00	
1945	mangueira superior radiador - MLM-4860 - mangueira superior radiador - MLM-4860	1,000	UN	jamaica	71,0000	71,00	
1946	maquina vidro porta dient. - MLM-4860 - maquina vidro porta dient. - MLM-4860	4,000	UN	zinni	184,0000	736,00	
1947	maxi fusíveis - MLM-4860 - maxi fusíveis - MLM-4860	6,000	UN	ams	6,5000	39,00	
1948	motor partida - MLM-4860 - motor partida - MLM-4860	1,000	UN	valeo	1.764,0000	1.764,00	
1949	mts cabo bateria - MLM-4860 - mts cabo bateria - MLM-4860	4,000	MT	dni	74,0000	296,00	
1950	mts espagete termoretratil - MLM-4860 - mts espagete termoretratil - MLM-4860	6,000	MT	rainha das sete	8,5000	51,00	
1951	mts fio - MLM-4860 - mts fio - MLM-4860	6,000	MT	dni	4,8000	28,80	
1952	mts manga silicone - MLM-4860 - mts manga silicone - MLM-4860	4,000	MT	luciflex	9,0000	36,00	
1953	mts mangueira injeção - MLM-4860 - mts mangueira injeção - MLM-4860	4,000	MT	gates	21,5000	86,00	
1954	mts tubo corrugado - MLM-4860 - mts tubo corrugado - MLM-4860	6,000	MT	dni	13,0000	78,00	
1955	oleo compressor - MLM-4860 - oleo compressor - MLM-4860	2,000	UN	montreal	71,0000	142,00	

Página: 52 / 104

1956	oring vedação - MLM-4860 - oring vedação - MLM-4860	2,000	UNI	wurth	3,5000	7,00
1957	palheta traseira - MLM-4860 - palheta traseira - MLM-4860	1,000	UN	bosch	64,0000	64,00
1958	palheta parabrisa diant. - MLM-4860 - palheta parabrisa diant. - MLM-4860	2,000	UNI	bosch	112,0000	224,00
1959	parafuso 10x60 - MLM-4860 - parafuso 10x60 - MLM-4860	4,000	UN	ciser	3,0000	12,00
1960	parafuso 8x70 - MLM-4860 - parafuso 8x70 - MLM-4860	4,000	UN	ciser	2,8000	11,20
1961	pino trava - MLM-4860 - pino trava - MLM-4860	6,000	UNI	allfix	4,5000	27,00
1962	pivos - MLM-4860 - pivos - MLM-4860	2,000	UN	driwe	68,0000	136,00
1963	placa retificadora - MLM-4860 - placa retificadora - MLM-4860	1,000	UN	bosch	618,0000	618,00
1964	polia compressor - MLM-4860 - polia compressor - MLM-4860	1,000	UN	vetor	700,0000	700,00
1965	porca trava 10 ma - MLM-4860 - porca trava 10 ma - MLM-4860	4,000	UN	ciser	2,0000	8,00
1966	porca trava 8 ma - MLM-4860 - porca trava 8 ma - MLM-4860	4,000	UNI	ciser	2,0000	8,00
1967	porta fusivel - MLM-4860 - porta fusivel - MLM-4860	6,000	UN	rainha das sete visconde	10,7000	64,20
1968	Radiador - MLM-4860 - Radiador - MLM-4860	1,000	UN	bosch	808,0000	808,00
1969	regulador de voltagem - MLM-4860 - regulador de voltagem - MLM-4860	1,000	UN	bosch	669,0000	669,00
1970	relé auxiliar - MLM-4860 - relé auxiliar - MLM-4860	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
1971	Reservatorio de expansão - MLM-4860 - Reservatorio de expansão - MLM-4860	1,000	UN	gonel	105,0000	105,00
1972	rolamento alternador - MLM-4860 - rolamento alternador - MLM-4860	1,000	UN	skf	98,0000	98,00
1973	rolamento roda dianteiro - MLM-4860 - rolamento roda dianteiro - MLM-4860	2,000	UN	fag	262,0000	524,00
1974	sensor de nivel - MLM-4860 - sensor de nivel - MLM-4860	1,000	UN	tsa	130,0000	130,00
1975	sensor temperatura - MLM-4860 - sensor temperatura - MLM-4860	1,000	UN	mte	96,0000	96,00
1976	sensor velocidade - MLM-4860 - sensor velocidade - MLM-4860	1,000	UN	mte	264,0000	264,00
1977	silencioso final - MLM-4860 - silencioso final - MLM-4860	1,000	UN	pioneiro	309,0000	309,00
1978	silencioso intermediario - MLM-4860 - silencioso intermediario - MLM-4860	1,000	UN	pioneiro	288,0000	288,00
1979	sonda lambda pós catalizador - MLM-4860 - sonda lambda pós catalizador - MLM-4860	1,000	UN	ntk	440,0000	440,00
1980	sonda lambda pre catalizador - MLM-4860 - sonda lambda pre catalizador - MLM-4860	1,000	UN	ntk	440,0000	440,00
1981	soquete lampadas - MLM-4860 - soquete lampadas - MLM-4860	6,000	UN	rainha das sete	10,0000	60,00
1982	suporte escova - MLM-4860 - suporte escova - MLM-4860	1,000	UN	unifap	140,0000	140,00
1983	tambor freio traseiro - MLM-4860 - tambor freio traseiro - MLM-4860	2,000	UN	fremax	274,0000	548,00
1984	tampa oleo motor - MLM-4860 - tampa oleo motor - MLM-4860	1,000	UN	tancllick	22,0000	22,00
1985	tampa reservatorio expansão - MLM-4860 - tampa reservatorio expansão - MLM-4860	1,000	UN	tancllick	20,0000	20,00
1986	terminal de bateria - MLM-4860 - terminal de bateria - MLM-4860	2,000	UN	start	16,0000	32,00
1987	terminal direção - MLM-4860 - terminal direção - MLM-4860	2,000	UN	driwe	125,0000	250,00
1988	terminal fio - MLM-4860 - terminal fio - MLM-4860	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
1989	trava eletrica - MLM-4860 - trava eletrica - MLM-4860	4,000	UN	dni	86,0000	344,00
1990	mangueira rad. ao tubo arrefecimento - MLM-4860 - mangueira rad. ao tubo arrefecimento - MLM-4860	1,000	UN	jamaica	632,0000	632,00
1991	tubo esc. intermediario c/ flexivel - MLM-4860 - tubo esc. intermediario c/ flexivel - MLM-4860	1,000	UN	tuper	309,0000	309,00
1992	valvula block - MLM-4860 - valvula block - MLM-4860	1,000	UN	royce	259,0000	259,00
1993	valvula termostatica - MLM-4860 - valvula termostatica - MLM-4860	1,000	UN	mte	290,0000	290,00
1994	veda escape - MLM-4860 - veda escape - MLM-4860	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
1995	velas ignição - MLM-4860 - velas ignição - MLM-4860	4,000	UN	ngk	28,0000	112,00

Página: 53 / 104

Total do Participante: 45.683,90

Lote: 21**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1996	abraceadeira escape - MMF-6007 - abraceadeira escape - MMF-6007	5,000	UNI	uniao	20,0000	100,00
1997	abraceadeira mangueira - MMF-6007 - abraceadeira mangueira - MMF-6007	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
1998	aditivo radiador concentrado - MMF-6007 - aditivo radiador concentrado - MMF-6007	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
1999	alternador completo - MMF-6007 - alternador completo - MMF-6007	1,000	UN	bosch	5.290,0000	5.290,00
2000	amortecedor diant. - MMF-6007 - amortecedor diant. - MMF-6007	2,000	UN	monroe	630,0000	1.260,00
2001	amortecedor tras. - MMF-6007 - amortecedor tras. - MMF-6007	2,000	UN	monroe	408,0000	816,00
2002	arruelas - MMF-6007 - arruelas - MMF-6007	6,000	UN	ciser	1,7000	10,20
2003	articulador axial - MMF-6007 - articulador axial - MMF-6007	2,000	UN	driwe	163,5000	327,00
2004	bateria 90 amp CCA 750A - MMF-6007 - bateria 90 amp CCA 750A - MMF-6007	1,000	UN	pioneiro	1.034,0000	1.034,00
2005	bucha feixe mola tras.parte dianteira - MMF-6007 - bucha feixe mola tras.parte dianteira - MMF-6007	4,000	UN	axios	15,5000	62,00
2006	bucha feixe mola tras.parte traseira - MMF-6007 - bucha feixe mola tras.parte traseira - MMF-6007	4,000	UN	axios	15,5000	62,00
2007	bucha inferior band. Susp.dianteira - MMF-6007 - bucha inferior band. Susp.dianteira - MMF-6007	4,000	UN	axios	86,0000	344,00
2008	bucha superior bandeja susp. Dinteira - MMF-6007 - bucha superior bandeja susp. Dinteira - MMF-6007	4,000	UN	axios	69,0000	276,00
2009	carga gas ar condic. - MMF-6007 - carga gas ar condic. - MMF-6007	2,000	UN	eos	218,0000	436,00
2010	cintas - MMF-6007 - cintas - MMF-6007	30,000	UN	vonder	1,7000	51,00
2011	cinto de segurança diant. Esquerdo - MMF-6007 - cinto de segurança diant. Esquerdo - MMF-6007	1,000	UN	gm	2.285,0000	2.285,00
2012	cola silicone alta temperatura - MMF-6007 - cola silicone alta temperatura - MMF-6007	2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
2013	correia alternador- MMF-6007 - correia alternador- MMF-6007	1,000	UN	gates	305,0000	305,00
2014	coxim diferencial diant - MMF-6007 - coxim diferencial diant - MMF-6007	3,000	UN	axios	980,0000	2.940,00
2015	coxim suspensor escape - MMF-6007 - coxim suspensor escape - MMF-6007	4,000	UN	axios	31,0000	124,00
2016	disco freio dianteiro - MMF-6007 - disco freio dianteiro - MMF-6007	2,000	UN	fremax	253,0000	506,00
2017	esticador correia - MMF-6007 - esticador correia - MMF-6007	1,000	UN	dayco	416,0000	416,00
2018	filtro combustivel - MMF-6007 - filtro combustivel - MMF-6007	4,000	UN	tecfil	116,0000	464,00
2019	Filtro de ar condicionado - MMF-6007 - Filtro de ar condicionado - MMF-6007	2,000	UN	tecfil	60,0000	120,00
2020	Filtro de ar motor - MMF-6007 - Filtro de ar motor - MMF-6007	2,000	UN	tecfil	86,0000	172,00
2021	filtro de óleo lubrificante - MMF-6007 - filtro de óleo lubrificante - MMF-6007	2,000	UN	tecfil	85,0000	170,00
2022	fita isolante - MMF-6007 - fita isolante - MMF-6007	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
2023	fluido freio dot 4 - MMF-6007 - fluido freio dot 4 - MMF-6007	4,000	UN	varga	41,0000	164,00
2024	fusíveis - MMF-6007 - fusíveis - MMF-6007	10,000	UN	ams	1,7000	17,00
2025	higienizador ar condicionado - MMF-6007 - higienizador ar condicionado - MMF-6007	2,000	UN	wurth	92,0000	184,00
2026	Jg sapata c/ lona de freio - MMF-6007 - Jg sapata c/ lona de freio - MMF-6007	1,000	UN	frasle	403,0000	403,00
2027	jg pastilha freio diant - MMF-6007 - jg pastilha freio diant - MMF-6007	1,000	UN	frasle	239,0000	239,00
2028	kit batente amort. Diant - MMF-6007 - kit batente amort. Diant - MMF-6007	1,000	UN	sampel	196,0000	196,00
2029	kit correia dentada/tensor - MMF-6007 - kit correia dentada/tensor - MMF-6007	1,000	UN	gates	665,0000	665,00
2030	kit reparo borracha amort tras. - MMF-6007 - kit reparo borracha amort tras. - MMF-6007	2,000	UN	quatroxquatro	38,0000	76,00

Página: 54 / 104

2031	Lampada pingao 12v - MMF-6007 - Lampada pingao 12v - MMF-6007	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2032	Lampada 1 polo amarela 12v - MMF-6007 - Lampada 1 polo amarela 12v - MMF-6007	6,000	UN	osram	11,0000	66,00
2033	Lampada 2 polo 12v - MMF-6007 - Lampada 2 polo 12v - MMF-6007	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
2034	lampada 67 12v - MMF-6007 - lampada 67 12v - MMF-6007	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2035	lampada 67 led 12v - MMF-6007 - lampada 67 led 12v - MMF-6007	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2036	Lampada H1 12v - MMF-6007 - Lampada H1 12v - MMF-6007	6,000	UN	osram	28,0000	168,00
2037	Lampada H7 12v - MMF-6007 - Lampada H7 12v - MMF-6007	6,000	UN	osram	45,0000	270,00
2038	lampadas 1 polo 12v - MMF-6007 - lampadas 1 polo 12v - MMF-6007	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
2039	limpa parabrisa - MMF-6007 - limpa parabrisa - MMF-6007	2,000	UN	mundial	9,0000	18,00
2040	Its oleo 5w30 pro ds diesel - MMF-6007 - Its oleo 5w30 pro ds diesel - MMF-6007	10,000	LT	petronas	97,0000	970,00
2041	Its oleo direção hidraulica - MMF-6007 - Its oleo direção hidraulica - MMF-6007	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
2042	mangueira superior radiador - MMF-6007 - mangueira superior radiador - MMF-6007	2,000	UN	jamaica	70,0000	140,00
2043	mangueira inferior - MMF-6007 - mangueira inferior - MMF-6007	2,000	UN	jamaica	266,0000	532,00
2044	mts espaguete termoretratil - MMF-6007 - mts espaguete termoretratil - MMF-6007	6,000	MT	rainha das sete	8,5000	51,00
2045	mts fio inst. Eletrica - MMF-6007 - mts fio inst. Eletrica - MMF-6007	10,000	MT	dni	4,8000	48,00
2046	mts mangueira injeção - MMF-6007 - mts mangueira injeção - MMF-6007	6,000	MT	gates	21,5000	129,00
2047	mts mangueira silicone - MMF-6007 - mts mangueira silicone - MMF-6007	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
2048	mts tubo corrugado - MMF-6007 - mts tubo corrugado - MMF-6007	10,000	MT	dni	13,0000	130,00
2049	palheta parabrisa lado motorista engate especial - MMF-6007 - palheta parabrisa lado motorista engate especial - MMF-6007	1,000	UN	bosch	174,5000	174,50
2050	palhetas parabr. Lado passag. Engate especial - MMF-6007 - palhetas parabr. Lado passag. Engate especial - MMF-6007	1,000	UN	bosch	157,0000	157,00
2051	parabarro - MMF-6007 - parabarro - MMF-6007	2,000	UN	gm	393,0000	786,00
2052	parafuso 10x70 - MMF-6007 - parafuso 10x70 - MMF-6007	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
2053	parafuso 8x60 - MMF-6007 - parafuso 8x60 - MMF-6007	10,000	UN	ciser	2,8000	28,00
2054	parafuso soberbo - MMF-6007 - parafuso soberbo - MMF-6007	10,000	UN	ciser	1,7000	17,00
2055	pivos inferior - MMF-6007 - pivos inferior - MMF-6007	2,000	UN	driwe	338,0000	676,00
2056	polia alternador - MMF-6007 - polia alternador - MMF-6007	1,000	UN	nytron	1.103,0000	1.103,00
2057	porca 10 ma - MMF-6007 - porca 10 ma - MMF-6007	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
2058	porca roda - MMF-6007 - porca roda - MMF-6007	20,000	UN	rodafuso	18,0000	360,00
2059	porca trava 8 ma - MMF-6007 - porca trava 8 ma - MMF-6007	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
2060	Radiador - MMF-6007 - Radiador - MMF-6007	1,000	UN	visconde	1.454,0000	1.454,00
2061	regulador de voltagem - MMF-6007 - regulador de voltagem - MMF-6007	1,000	UN	bosch	776,0000	776,00
2062	Rolamento guia correia micro - MMF-6007 - Rolamento guia correia micro - MMF-6007	2,000	UN	nytron	218,0000	436,00
2063	soquete lampada freio - MMF-6007 - soquete lampada freio - MMF-6007	4,000	UN	rainha das sete	11,0000	44,00
2064	soquete lampada h7 - MMF-6007 - soquete lampada h7 - MMF-6007	4,000	UN	rainha das sete	13,5000	54,00
2065	tampa radiador - MMF-6007 - tampa radiador - MMF-6007	1,000	UN	tancllick	96,0000	96,00
2066	tambor freio tras. - MMF-6007 - tambor freio tras. - MMF-6007	2,000	UN	fremax	262,0000	524,00
2067	terminal bateria - MMF-6007 - terminal bateria - MMF-6007	2,000	UN	start	16,0000	32,00
2068	terminal de parafusa - MMF-6007 - terminal de parafusa - MMF-6007	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20

Página: 55 / 104

2069	terminal direção - MMF-6007 - terminal direção - MMF-6007	2,000	UN	driwe	152,0000	304,00
2070	radiador resfriador oleo - MMF-6007 - radiador resfriador oleo - MMF-6007	1,000	UN	mwm	2.085,0000	2.085,00
2071	trocador de calor - MMF-6007 - trocador de calor - MMF-6007	1,000	UN	injetec parts	1.056,0000	1.056,00
Total do Participante:						33.168,90

Lote: 22**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2072	abraceadeira escape - QHL-7274 - abraceadeira escape - QHL-7274	6,000	UN	uniao	10,0000	60,00
2073	abraceadeira mangueiras - QHL-7274 - abraceadeira mangueiras - QHL-7274	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
2074	aditivo radiador concentrado á 95% - QHL-7274 - aditivo radiador concentrado á 95% - QHL-7274	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
2075	alternador - QHL-7274 - alternador - QHL-7274	1,000	UN	bosch	1.993,0000	1.993,00
2076	amortecedor diant. - QHL-7274 - amortecedor diant. - QHL-7274	2,000	UN	monroe	337,0000	674,00
2077	amortecedor traseiro - QHL-7274 - amortecedor traseiro - QHL-7274	2,000	UN	monroe	290,0000	580,00
2078	arruelas - QHL-7274 - arruelas - QHL-7274	6,000	UN	ciser	1,7000	10,20
2079	articulador axial - QHL-7274 - articulador axial - QHL-7274	2,000	UN	driwe	121,0000	242,00
2080	batente porta - QHL-7274 - batente porta - QHL-7274	4,000	UN	universal	68,0000	272,00
2081	bateria 60 amp CCA 430A - QHL-7274 - bateria 60 amp CCA 430A - QHL-7274	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00
2082	bieleta estabilizador- QHL-7274 - bieleta estabilizador- QHL-7274	2,000	UN	trw	60,0000	120,00
2083	Bobina ignição - QHL-7274 - Bobina ignição - QHL-7274	1,000	UN	ngk	645,0000	645,00
2084	borracha escape - QHL-7274 - borracha escape - QHL-7274	6,000	UN	sampel	9,0000	54,00
2085	bucha bandeja diant.suspensão diant. - QHL-7274 - bucha bandeja diant.suspensão diant. - QHL-7274	4,000	UN	axios	74,0000	296,00
2086	bucha bandeja tras.susp.diant - QHL-7274 - bucha bandeja tras.susp.diant - QHL-7274	4,000	UN	axios	95,0000	380,00
2087	bucha eixo traseiro - QHL-7274 - bucha eixo traseiro - QHL-7274	2,000	UN	axios	179,0000	358,00
2088	bucha estabilizador - QHL-7274 - bucha estabilizador - QHL-7274	2,000	UN	axios	21,0000	42,00
2089	bucha pinça freio - QHL-7274 - bucha pinça freio - QHL-7274	12,000	UN	corcerama	21,0000	252,00
2090	cabo capo traseiro - QHL-7274 - cabo capo traseiro - QHL-7274	2,000	UN	cabovel	60,0000	120,00
2091	cabo freio de mao - QHL-7274 - cabo freio de mao - QHL-7274	2,000	UN	cabovel	209,0000	418,00
2092	carga gas ar condicionado - QHL-7274 - carga gas ar condicionado - QHL-7274	2,000	UN	eos	218,0000	436,00
2093	cavelete distribuição agua - QHL-7274 - cavelete distribuição agua - QHL-7274	1,000	UN	aje	83,0000	83,00
2094	cilindro mestre freio - QHL-7274 - cilindro mestre freio - QHL-7274	1,000	UN	controil	541,0000	541,00
2095	cinta plastica - QHL-7274 - cinta plastica - QHL-7274	20,000	UN	vonder	1,7000	34,00
2096	cilindro roda - QHL-7274 - cilindro roda - QHL-7274	2,000	UN	controil	76,0000	152,00
2097	clip ar condic - QHL-7274 - clip ar condic - QHL-7274	2,000	UN	royce	21,5000	43,00
2098	cola silicone alta temperatura - QHL-7274 - cola silicone alta temperatura - QHL-7274	2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
2099	compressor ar condic. - QHL-7274 - compressor ar condic. - QHL-7274	1,000	UN	delphi	5.105,0000	5.105,00
2100	condensador - QHL-7274 - condensador - QHL-7274	1,000	UN	royce	1.232,0000	1.232,00
2101	conector 2 vias - QHL-7274 - conector 2 vias - QHL-7274	2,000	UN	rainha das sete marília	22,0000	44,00
2102	conectores - QHL-7274 - conectores - QHL-7274	6,000	UN	royce	1,7000	10,20
2103	conexao ar condic - QHL-7274 - conexao ar condic - QHL-7274	2,000	UN	royce	24,0000	48,00
2104	contraste - QHL-7274 - contraste - QHL-7274	1,000	UN	vinar	23,5000	23,50
2105	correia elastica alternador - QHL-7274 - correia elastica	1,000	UN	gates	104,0000	104,00

alternador - QHL-7274						
2106	correia elastica ar condicionado - QHL-7274 - correia elastica ar condicionado - QHL-7274	1,000	UN	gates	84,0000	84,00
2107	coxim amort.diant.com rolamento - QHL-7274 - coxim amort.diant.com rolamento - QHL-7274	2,000	UN	axios	105,0000	210,00
2108	coxim inferior motor cambio - QHL-7274 - coxim inferior motor cambio - QHL-7274	1,000	UN	axios	257,0000	257,00
2109	coxim limitador torçao cambio - QHL-7274 - coxim limitador torçao cambio - QHL-7274	3,000	UN	sampel	298,0000	894,00
2110	coxim motor lado direito - QHL-7274 - coxim motor lado direito - QHL-7274	2,000	UN	axios	416,5000	833,00
2111	coxim motor lado esquerdo - QHL-7274 - coxim motor lado esquerdo - QHL-7274	2,000	UN	axios	327,0000	654,00
2112	cubo roda traseira com ABS - QHL-7274 - cubo roda traseira com ABS - QHL-7274	2,000	UN	fremax	361,0000	722,00
2113	eletroventilador - QHL-7274 - eletroventilador - QHL-7274	1,000	UN	bauen	792,0000	792,00
2114	evaporador - QHL-7274 - evaporador - QHL-7274	1,000	UN	royce	1.296,0000	1.296,00
2115	fechadura porta dianteira - QHL-7274 - fechadura porta dianteira - QHL-7274	2,000	UN	universal	656,0000	1.312,00
2116	fechadura tampa traseira - QHL-7274 - fechadura tampa traseira - QHL-7274	2,000	UN	universal	223,0000	446,00
2117	filtro ar condicionado - QHL-7274 - filtro ar condicionado - QHL-7274	2,000	UN	tecfil	33,0000	66,00
2118	filtro ar motor - QHL-7274 - filtro ar motor - QHL-7274	2,000	UN	tecfil	39,0000	78,00
2119	filtro combustivel - QHL-7274 - filtro combustivel - QHL-7274	2,000	UN	tecfil	29,0000	58,00
2120	filtro oleo - QHL-7274 - filtro oleo - QHL-7274	2,000	UN	tecfil	26,0000	52,00
2121	fita isolante - QHL-7274 - fita isolante - QHL-7274	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
2122	flexiveis freio - QHL-7274 - flexiveis freio - QHL-7274	2,000	UN	varga	58,0000	116,00
2123	fluido freio dot 4 - QHL-7274 - fluido freio dot 4 - QHL-7274	4,000	UN	varga	41,0000	164,00
2124	fusiveis - QHL-7274 - fusiveis - QHL-7274	10,000	UN	ams	1,7000	17,00
2125	fusiveis maxi - QHL-7274 - fusiveis maxi - QHL-7274	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
2126	grampo foro de porta - QHL-7274 - grampo foro de porta - QHL-7274	10,000	UN	volkswage n	3,2500	32,50
2127	grampo pára-choque - QHL-7274 - grampo pára-choque - QHL-7274	10,000	UN	volkswage m	5,5000	55,00
2128	higienizador ar condicionado - QHL-7274 - higienizador ar condicionado - QHL-7274	2,000	UN	wurth	90,0000	180,00
2129	jg cabos ignição - QHL-7274 - jg cabos ignição - QHL-7274	1,000	UN	ngk	240,0000	240,00
2130	jg discos freio - QHL-7274 - jg discos freio - QHL-7274	1,000	UN	fremax	372,0000	372,00
2131	jg palheta limpador parabrisa - QHL-7274 - jg palheta limpador parabrisa - QHL-7274	1,000	UN	bosch	113,0000	113,00
2132	jg pastilha freio diant. - QHL-7274 - jg pastilha freio diant. - QHL-7274	1,000	UN	frasle	183,0000	183,00
2133	jg pastilha freio traseiro - QHL-7274 - jg pastilha freio traseiro - QHL-7274	1,000	UN	frasle	162,0000	162,00
2134	kit batente coifa amort tras. - QHL-7274 - kit batente coifa amort tras. - QHL-7274	1,000	UN	sampel	90,0000	90,00
2135	kit batente e coifa diant. - QHL-7274 - kit batente e coifa diant. - QHL-7274	1,000	UN	sampel	108,0000	108,00
2136	kit correia dentada e tensor - QHL-7274 - kit correia dentada e tensor - QHL-7274	1,000	UN	gates	297,0000	297,00
2137	lampada 1 polo 12v - QHL-7274 - lampada 1 polo 12v - QHL-7274	6,000	UN	osram	6,5000	39,00
2138	lampada 1 polo cor amarela 12v - QHL-7274 - lampada 1 polo cor amarela 12v - QHL-7274	4,000	UN	osram	11,0000	44,00
2139	lampada 2 polo 12v QHL-7274 - lampada 2 polo 12v QHL-7274	6,000	UN	osram	6,5000	39,00
2140	lampada 67 - QHL-7274 - lampada 67 - QHL-7274	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2141	lampada 69 - QHL-7274 - lampada 69 - QHL-7274	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2142	lampada H4 12v - QHL-7274 - lampada H4 12v - QHL-7274	4,000	UN	osram	29,0000	116,00
2143	lampada pingao - QHL-7274 - lampada pingao - QHL-7274	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2144	lanterna placa - QHL-7274 - lanterna placa - QHL-7274	1,000	UN	gf	77,0000	77,00

Página: 57 / 104

2145	lanterna traseira - QHL-7274 - lanterna traseira - QHL-7274	2,000	UN	gf	367,0000	734,00
2146	lts oleo direcao hidraulica ATF - QHL-7274 - lts oleo direcao hidraulica ATF - QHL-7274	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
2147	lts oleo motor 5w40 API SN - QHL-7274 - lts oleo motor 5w40 API SN - QHL-7274	10,000	LT	petronas	63,0000	630,00
2148	maçaneta externa - QHL-7274 - maçaneta externa - QHL-7274	2,000	UN	universal	105,0000	210,00
2149	maçaneta vidro interna - QHL-7274 - maçaneta vidro interna - QHL-7274	2,000	UN	universal	15,0000	30,00
2150	mangueira respiro oleo - QHL-7274 - mangueira respiro oleo - QHL-7274	1,000	UN	gates	177,0000	177,00
2151	maquina vidro - QHL-7274 - maquina vidro - QHL-7274	2,000	UN	zinni	187,0000	374,00
2152	motor partida completo - QHL-7274 - motor partida completo - QHL-7274	1,000	UN	valeo	2.063,0000	2.063,00
2153	mts cabo instalacao 4 vias- QHL-7274 - mts cabo instalacao 4 vias- QHL-7274	6,000	MT	dni	20,0000	120,00
2154	mts espaguete termoretratil - QHL-7274 - mts espaguete termoretratil - QHL-7274	6,000	MT	rainha das sete dni	8,5000	51,00
2155	mts fio inst. Eletrica - QHL-7274 - mts fio inst. Eletrica - QHL-7274	6,000	MT	dni	4,8000	28,80
2156	mts tubo corrugado - QHL-7274 - mts tubo corrugado - QHL-7274	6,000	MT	dni	13,0000	78,00
2157	oleo compressor - QHL-7274 - oleo compressor - QHL-7274	3,000	UN	montreal	71,0000	213,00
2158	oring - QHL-7274 - oring - QHL-7274	3,000	UN	wurth	3,5000	10,50
2159	parafuso 10x70 - QHL-7274 - parafuso 10x70 - QHL-7274	6,000	UN	ciser	3,0000	18,00
2160	parafuso 8x50 - QHL-7274 - parafuso 8x50 - QHL-7274	6,000	UN	ciser	2,8000	16,80
2161	pino trava - QHL-7274 - pino trava - QHL-7274	4,000	UN	fixofort	4,5000	18,00
2162	pivo direito - QHL-7274 - pivo direito - QHL-7274	1,000	UN	viemar	126,0000	126,00
2163	pivo esquerdo - QHL-7274 - pivo esquerdo - QHL-7274	1,000	UN	viemar	126,0000	126,00
2164	polia correia direcao hidraulica - QHL-7274 - polia correia direcao hidraulica - QHL-7274	1,000	UN	nytron	184,0000	184,00
2165	porca trava 10 m - QHL-7274 - porca trava 10 m - QHL-7274	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
2166	porca trava 8 m - QHL-7274 - porca trava 8 m - QHL-7274	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
2167	porta fusivel - QHL-7274 - porta fusivel - QHL-7274	6,000	UN	rainha das sete	10,7000	64,20
2168	porta maxi fusivel - QHL-7274 - porta maxi fusivel - QHL-7274	6,000	UN	rainha das sete	11,5000	69,00
2169	Radiador - QHL-7274 - Radiador - QHL-7274	1,000	UN	visconde	647,0000	647,00
2170	regulador de voltagem - QHL-7274 - regulador de voltagem - QHL-7274	1,000	UN	bosch	628,0000	628,00
2171	relé auxiliar - QHL-7274 - relé auxiliar - QHL-7274	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
2172	reservatorio expansao - QHL-7274 - reservatorio expansao - QHL-7274	1,000	UN	gonel	154,0000	154,00
2173	resistencia eletroventilador - QHL-7274 - resistencia eletroventilador - QHL-7274	1,000	UN	bosch	501,0000	501,00
2174	rolamento roda diant. c/ ABS- QHL-7274 - rolamento roda diant. c/ ABS- QHL-7274	2,000	UN	fag	210,0000	420,00
2175	Silencioso intermediario - QHL-7274 - Silencioso intermediario - QHL-7274	2,000	UN	tuper	312,0000	624,00
2176	Silencioso Final - QHL-7274 - Silencioso Final - QHL-7274	2,000	UN	tuper	222,5000	445,00
2177	sonda lambda pós catalizador - QHL-7274 - sonda lambda pós catalizador - QHL-7274	1,000	UN	ntk	432,0000	432,00
2178	sonda lambda pre catalizador - QHL-7274 - sonda lambda pre catalizador - QHL-7274	1,000	UN	ntk	432,0000	432,00
2179	soquete lampada - QHL-7274 - soquete lampada - QHL-7274	2,000	UN	rainha das sete	11,0000	22,00
2180	soquete lampada h7 - QHL-7274 - soquete lampada h7 - QHL-7274	2,000	UN	rainha das sete	14,0000	28,00
2181	suporte inferior radiador - QHL-7274 - suporte inferior radiador - QHL-7274	1,000	UN	volkswagem	99,0000	99,00
2182	suporte superior radiador - QHL-7274 - suporte superior radiador - QHL-7274	1,000	UN	volswagen	99,0000	99,00
2183	tampa reservatorio - QHL-7274 - tampa reservatorio - QHL-7274	1,000	UN	tancllick	20,0000	20,00
2184	terminal bateria - QHL-7274 - terminal bateria - QHL-7274	2,000	UN	start	16,0000	32,00

Página: 58 / 104

7274								
2185	Terminal direção - QHL-7274 - Terminal direção - QHL-7274	2,000	UN	driwe	170,0000	340,00		
2186	terminal fio - QHL-7274 - terminal fio - QHL-7274	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20		
2187	tubo arrefecimento - QHL-7274 - tubo arrefecimento - QHL-7274	1,000	UN	gates	52,0000	52,00		
2188	Tubo extensao escape - QHL-7274 - Tubo extensao escape - QHL-7274	2,000	UN	tuper	368,0000	736,00		
2189	Tubo intermediario - QHL-7274 - Tubo intermediario - QHL-7274	2,000	UN	tuper	126,0000	252,00		
2190	valvula enchimento de baixa - QHL-7274 - valvula enchimento de baixa - QHL-7274	1,000	UN	mte	39,0000	39,00		
2191	valvula termostatica - QHL-7274 - valvula termostatica - QHL-7274	1,000	UN	mte	126,0000	126,00		
2192	velas ignição - QHL-7274 - velas ignição - QHL-7274	4,000	UN	ngk	31,5000	126,00		
Total do Participante:						37.518,90		

Lote: 23**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total		
2193	abraçadeira mangueira - MCU-3906 - abraçadeira mangueira - MCU-3906	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00		
2194	abraçadeira escape - MCU-3906 - abraçadeira escape - MCU-3906	4,000	UN	uniao	10,0000	40,00		
2195	aditivo concentrado radiador NBR 13.705 - MCU-3906 - aditivo concentrado radiador NBR 13.705 - MCU-3906	4,000	UN	delphi	46,0000	184,00		
2196	alternador - MCU-3906 - alternador - MCU-3906	1,000	UN	bosch	1.950,0000	1.950,00		
2197	amort tras - MCU-3906 - amort tras - MCU-3906	2,000	UN	monroe	254,5000	509,00		
2198	amortecedor dianteiro - MCU-3906 - amortecedor dianteiro - MCU-3906	2,000	UN	monroe	588,0000	1.176,00		
2199	arruelas - MCU-3906 - arruelas - MCU-3906	6,000	UN	ciser	1,3000	7,80		
2200	articulador axial - MCU-3906 - articulador axial - MCU-3906	2,000	UN	driwe	73,5000	147,00		
2201	bateria 60 ah CCA 430 A - MCU-3906 - bateria 60 ah CCA 430 A - MCU-3906	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00		
2202	Bieletas - MCU-3906 - Bieletas - MCU-3906	2,000	UN	trw	84,0000	168,00		
2203	bobina compressor ar condic. - MCU-3906 - bobina compressor ar condic. - MCU-3906	1,000	UN	mahle	446,0000	446,00		
2204	bobina ignição - MCU-3906 - bobina ignição - MCU-3906	1,000	UN	ngk	779,0000	779,00		
2205	bomba agua injetor parabrisa - MCU-3906 - bomba agua injetor parabrisa - MCU-3906	2,000	UN	tsa	106,0000	212,00		
2206	bomba de agua - MCU-3906 - bomba de agua - MCU-3906	1,000	UN	schadeck	324,0000	324,00		
2207	bomba de combustível - MCU-3906 - bomba de combustível - MCU-3906	1,000	UN	delphi	259,0000	259,00		
2208	Bomba de oleo - MCU-3906 - Bomba de oleo - MCU-3906	1,000	UN	schadeck	938,0000	938,00		
2209	borracha porta - MCU-3906 - borracha porta - MCU-3906	4,000	UN	autotravi	172,0000	688,00		
2210	bucha bandeja anterior - MCU-3906 - bucha bandeja anterior - MCU-3906	4,000	UN	axios	39,5000	158,00		
2211	bucha bandeja posterior - MCU-3906 - bucha bandeja posterior - MCU-3906	4,000	UN	axios	107,5000	430,00		
2212	bucha estabilizador - MCU-3906 - bucha estabilizador - MCU-3906	4,000	UN	axios	17,0000	68,00		
2213	bucha motor partida - MCU-3906 - bucha motor partida - MCU-3906	2,000	UN	moldmix	13,0000	26,00		
2214	buchas eixo tras - MCU-3906 - buchas eixo tras - MCU-3906	2,000	UN	axios	159,0000	318,00		
2215	bujao carter - MCU-3906 - bujao carter - MCU-3906	1,000	UN	wurth	27,0000	27,00		
2216	buzina 12v - MCU-3906 - buzina 12v - MCU-3906	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00		
2217	cabo freio de mao direito - MCU-3906 - cabo freio de mao direito - MCU-3906	1,000	UN	cabovel	171,0000	171,00		
2218	cabo freio de mao esquerdo - MCU-3906 - cabo freio de mao esquerdo - MCU-3906	1,000	UN	cabovel	163,0000	163,00		
2219	cano freio - MCU-3906 - cano freio - MCU-3906	1,000	UN	rigitec	20,0000	20,00		
2220	capa terminal - MCU-3906 - capa terminal - MCU-3906	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20		
2221	cilindro auxiliar de embreagem - MCU-3906 - cilindro	1,000	UN	controil	190,0000	190,00		

auxiliar de embreagem - MCU-3906

2222	carga gas ar condicionado - MCU-3906 - carga gas ar condicionado - MCU-3906	2,000	UN	eos	207,0000	414,00
2223	cilindro mestre - MCU-3906 - cilindro mestre - MCU-3906	1,000	UN	controil	400,0000	400,00
2224	cilindro roda traseiro - MCU-3906 - cilindro roda traseiro - MCU-3906	2,000	UN	controil	100,0000	200,00
2225	cintas plastica - MCU-3906 - cintas plastica - MCU-3906	25,000	UN	vonder	1,7000	42,50
2226	clip ar condicionado - MCU-3906 - clip ar condicionado - MCU-3906	2,000	UN	royce	21,5000	43,00
2227	coifa lado cambio - MCU-3906 - coifa lado cambio - MCU-3906	2,000	UN	axios	36,0000	72,00
2228	coifa lado roda - MCU-3906 - coifa lado roda - MCU-3906	2,000	UN	axios	51,0000	102,00
2229	coifa semi eixo - MCU-3906 - coifa semi eixo - MCU-3906	2,000	UN	axios	59,5000	119,00
2230	cola silicone alta temperatura - MCU-3906 - cola silicone alta temperatura - MCU-3906	2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
2231	compressor ar condicionado - MCU-3906 - compressor ar condicionado - MCU-3906	1,000	UN	delphi	3.028,0000	3.028,00
2232	condensador - MCU-3906 - condensador - MCU-3906	1,000	UN	delphi	954,0000	954,00
2233	conectores - MCU-3906 - conectores - MCU-3906	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
2234	conexoes ar condicionado - MCU-3906 - conexoes ar condicionado - MCU-3906	2,000	UN]royce	25,0000	50,00
2235	contraste - MCU-3906 - contraste - MCU-3906	1,000	UN	vinar	23,5000	23,50
2236	correia alternador - MCU-3906 - correia alternador - MCU-3906	1,000	UN	gates	63,0000	63,00
2237	coxim amort dient - MCU-3906 - coxim amort dient - MCU-3906	2,000	UN	axios	240,0000	480,00
2238	coxim amort.tras - MCU-3906 - coxim amort.tras - MCU-3906	2,000	UN	axios	138,0000	276,00
2239	coxim cambio tras - MCU-3906 - coxim cambio tras - MCU-3906	2,000	UN	axios	201,0000	402,00
2240	coxim motor direito - MCU-3906 - coxim motor direito - MCU-3906	1,000	UN	axios	572,0000	572,00
2241	coxim motor esquerdo - MCU-3906 - coxim motor esquerdo - MCU-3906	1,000	UN	axios	572,0000	572,00
2242	coxim silencioso - MCU-3906 - coxim silencioso - MCU-3906	4,000	UN	sampel	9,0000	36,00
2243	cubo frontal compr. Ar - MCU-3906 - cubo frontal compr. Ar - MCU-3906	1,000	UN	delohi	393,0000	393,00
2244	cubo roda dient. - MCU-3906 - cubo roda dient. - MCU-3906	2,000	UN	fremax	116,0000	232,00
2245	cubo roda tras. Com rolamento - MCU-3906 - cubo roda tras. Com rolamento - MCU-3906	2,000	UN	fremax	269,0000	538,00
2246	cx direção nova - MCU-3906 - cx direção nova - MCU-3906	1,000	UN	trw	3.148,0000	3.148,00
2247	discos freio dient - MCU-3906 - discos freio dient - MCU-3906	2,000	UN	fremax	225,0000	450,00
2248	eletroventilador - MCU-3906 - eletroventilador - MCU-3906	1,000	UN	bauen	1.154,0000	1.154,00
2249	espigão - MCU-3906 - espigão - MCU-3906	2,000	UN	royce	25,0000	50,00
2250	evaporador - MCU-3906 - evaporador - MCU-3906	1,000	UN	royce	912,0000	912,00
2251	farol dient - MCU-3906 - farol dient - MCU-3906	2,000	UN	orgus	847,0000	1.694,00
2252	filtro ar condicionado - MCU-3906 - filtro ar condicionado - MCU-3906	2,000	UN	tecfil	25,0000	50,00
2253	filtro ar motor - MCU-3906 - filtro ar motor - MCU-3906	2,000	UN	tecfil	46,0000	92,00
2254	filtro combustivel - MCU-3906 - filtro combustivel - MCU-3906	2,000	UN	tecfil	23,0000	46,00
2255	filtro lubrificante - MCU-3906 - filtro lubrificante - MCU-3906	2,000	UN	tecfil	36,0000	72,00
2256	filtro secador - MCU-3906 - filtro secador - MCU-3906	1,000	UN	mahle	139,0000	139,00
2257	fita isolante - MCU-3906 - fita isolante - MCU-3906	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
2258	flexivel freio direito - MCU-3906 - flexivel freio direito - MCU-3906	1,000	UN	varga	92,0000	92,00
2259	flexivel freio esq. - MCU-3906 - flexivel freio esq. - MCU-3906	1,000	UN	varga	92,0000	92,00
2260	fluidos freio dot 4 - MCU-3906 - fluidos freio dot 4 - MCU-3906	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
2261	fusíveis - MCU-3906 - fusíveis - MCU-3906	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00

Página: 60 / 104

2262	grampo foro - MCU-3906 - grampo foro - MCU-3906	15,000	UN	fiat	3,2500	48,75
2263	higienizador ar condic. HS Premium - MCU-3906 - higienizador ar condic. HS Premium - MCU-3906	2,000	UN	wurth	90,0000	180,00
2264	impulsor partida - MCU-3906 - impulsor partida - MCU-3906	1,000	UN	zen	486,0000	486,00
2265	induzido partida - MCU-3906 - induzido partida - MCU-3906	1,000	UN	automax	646,0000	646,00
2266	jg cabos de ignição - MCU-3906 - jg cabos de ignição - MCU-3906	1,000	UN	ngk	188,0000	188,00
2267	jg pastilha freio dianteiro - MCU-3906 - jg pastilha freio dianteiro - MCU-3906	1,000	UN	frasle	166,0000	166,00
2268	jg sapata freio tras - MCU-3906 - jg sapata freio tras - MCU-3906	1,000	UN	frasle	449,0000	449,00
2269	junta tampa valvula - MCU-3906 - junta tampa valvula - MCU-3906	1,000	UN	sabo	232,0000	232,00
2270	kit batente coifa dianteiro - MCU-3906 - kit batente coifa dianteiro - MCU-3906	2,000	UN	sampel	136,0000	272,00
2271	kit batente coifa tras - MCU-3906 - kit batente coifa tras - MCU-3906	2,000	UN	sampel	119,0000	238,00
2272	kit embreagem - MCU-3906 - kit embreagem - MCU-3906	1,000	UN	sachs	1.089,0000	1.089,00
2273	lampada 67 12v - MCU-3906 - lampada 67 12v - MCU-3906	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2274	lampada 1 polo 12v - MCU-3906 - lampada 1 polo 12v - MCU-3906	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
2275	lampada 1 polo amarela - MCU-3906 - lampada 1 polo amarela - MCU-3906	6,000	UN	osram	11,0000	66,00
2276	lampada 2 polo 12v - MCU-3906 - lampada 2 polo 12v - MCU-3906	6,000	UN	osram	6,5000	39,00
2277	lampada H1 - MCU-3906 - lampada H1 - MCU-3906	6,000	UN	osram	28,0000	168,00
2278	lampada H7 - MCU-3906 - lampada H7 - MCU-3906	6,000	UN	osram	45,0000	270,00
2279	lampada Pingo de agua 12v - MCU-3906 - lampada Pingo de agua 12v - MCU-3906	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2280	lampada torpedo 12v - MCU-3906 - lampada torpedo 12v - MCU-3906	6,000	UN	osram	8,5000	51,00
2281	lts oleo 75w80 - MCU-3906 - lts oleo 75w80 - MCU-3906	6,000	LT	petronas	101,0000	606,00
2282	lts oleo direção hidráulica - MCU-3906 - lts oleo direção hidráulica - MCU-3906	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
2283	Lts oleo motor sintetico 5W30 API SN - MCU-3906 - Lts oleo motor sintetico 5W30 API SN - MCU-3906	12,000	LT	petronas	48,0000	576,00
2284	maçaneta externa - MCU-3906 - maçaneta externa - MCU-3906	4,000	UN	universal	150,0000	600,00
2285	mangueira filtro ar - MCU-3906 - mangueira filtro ar - MCU-3906	1,000	UN	controil	169,0000	169,00
2286	mangueira radiador ao tubo arrefecimento - MCU-3906 - mangueira radiador ao tubo arrefecimento - MCU-3906	1,000	UN	jamaica	316,0000	316,00
2287	maxi fusivel - MCU-3906 - maxi fusivel - MCU-3906	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
2288	motor partida - MCU-3906 - motor partida - MCU-3906	1,000	UN	valeo	1.590,0000	1.590,00
2289	mts cabo bateria - MCU-3906 - mts cabo bateria - MCU-3906	4,000	MT	dni	74,0000	296,00
2290	mts fio inst.eletrica - MCU-3906 - mts fio inst.eletrica - MCU-3906	10,000	MT	dni	4,8000	48,00
2291	mts mangueira ar condicionado - MCU-3906 - mts mangueira ar condicionado - MCU-3906	4,000	MT	parker	97,0000	388,00
2292	mts mangueira injeção - MCU-3906 - mts mangueira injeção - MCU-3906	6,000	MT	gates	21,5000	129,00
2293	mts mangueira silicone - MCU-3906 - mts mangueira silicone - MCU-3906	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
2294	oleo compressor - MCU-3906 - oleo compressor - MCU-3906	4,000	UN	montreal	71,0000	284,00
2295	oring vedação - MCU-3906 - oring vedação - MCU-3906	6,000	UN	wurth	3,5000	21,00
2296	oring vedação carter - MCU-3906 - oring vedação carter - MCU-3906	1,000	UN	wurth	4,5000	4,50
2297	palheta parabrisa - MCU-3906 - palheta parabrisa - MCU-3906	2,000	UN	bosch	125,0000	250,00
2298	parafuso de roda - MCU-3906 - parafuso de roda - MCU-3906	16,000	UN	rodafuso	10,0000	160,00
2299	parafusos - MCU-3906 - parafusos - MCU-3906	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
2300	Pivos suspensão - MCU-3906 - Pivos suspensão - MCU-3906	4,000	UN	driwe	69,0000	276,00

Página: 61 / 104

2301	polia alternador - MCU-3906 - polia alternador - MCU-3906	1,000	UN	nytron	256,0000	256,00
2302	polia compressor - MCU-3906 - polia compressor - MCU-3906	1,000	UN	mahle	546,0000	546,00
2303	porcas - MCU-3906 - porcas - MCU-3906	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
2304	porta fusivel - MCU-3906 - porta fusivel - MCU-3906	6,000	UN	rainha das sete	10,0000	60,00
2305	pressostato - MCU-3906 - pressostato - MCU-3906	1,000	UN	denso	314,0000	314,00
2306	radiador - MCU-3906 - radiador - MCU-3906	1,000	UN	visconde	524,0000	524,00
2307	regulador de voltagem - MCU-3906 - regulador de voltagem - MCU-3906	1,000	UN	bosch	429,0000	429,00
2308	rele auxiliar - MCU-3906 - rele auxiliar - MCU-3906	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
2309	rele de partida - MCU-3906 - rele de partida - MCU-3906	1,000	UN	zen	206,0000	206,00
2310	reservatorio de expansao - MCU-3906 - reservatorio de expansao - MCU-3906	1,000	UN	gonel	180,0000	180,00
2311	retentor traseiro do motor - MCU-3906 - retentor traseiro do motor - MCU-3906	2,000	UN	sabo	157,0000	314,00
2312	rolamento alternador - MCU-3906 - rolamento alternador - MCU-3906	2,000	UN	fag	36,0000	72,00
2313	rolamento polia compressor - MCU-3906 - rolamento polia compressor - MCU-3906	1,000	UN	vetor	305,0000	305,00
2314	rolamento polia alternador - MCU-3906 - rolamento polia alternador - MCU-3906	1,000	UN	nytron	304,5000	304,50
2315	rolamento semi eixo - MCU-3906 - rolamento semi eixo - MCU-3906	2,000	UN	ina	71,0000	142,00
2316	rolamentos roda diant - MCU-3906 - rolamentos roda diant - MCU-3906	2,000	UN	fag	275,0000	550,00
2317	rotor - MCU-3906 - rotor - MCU-3906	1,000	UN	bosch	873,0000	873,00
2318	selo compressor - MCU-3906 - selo compressor - MCU-3906	6,000	UN	delphi	92,0000	552,00
2319	sensor de nivel - MCU-3906 - sensor de nivel - MCU-3906	1,000	UN	tsa	179,0000	179,00
2320	sensor de temperatura - MCU-3906 - sensor de temperatura - MCU-3906	1,000	UN	mte	376,0000	376,00
2321	sensor velocidade - MCU-3906 - sensor velocidade - MCU-3906	1,000	UN	mte	291,0000	291,00
2322	silencioso Final - MCU-3906 - silencioso Final - MCU-3906	1,000	UN	tuper	279,0000	279,00
2323	Silencioso intermediario - MCU-3906 - Silencioso intermediario - MCU-3906	1,000	UN	tuper	275,0000	275,00
2324	sinaleira tampa tras. - MCU-3906 - sinaleira tampa tras. - MCU-3906	2,000	UN	orgus	367,0000	734,00
2325	sinaleira tras - MCU-3906 - sinaleira tras - MCU-3906	2,000	UN	orgus	458,0000	916,00
2326	sonda lambda - MCU-3906 - sonda lambda - MCU-3906	1,000	UN	ntk	348,0000	348,00
2327	soquete farol H7 - MCU-3906 - soquete farol H7 - MCU-3906	4,000	UN	rainha das sete	20,0000	80,00
2328	soquete lampadas - MCU-3906 - soquete lampadas - MCU-3906	6,000	UN	rainha das sete	13,0000	78,00
2329	suporte escovas - MCU-3906 - suporte escovas - MCU-3906	1,000	UN	unifap	112,0000	112,00
2330	tambor freio tras - MCU-3906 - tambor freio tras - MCU-3906	2,000	UN	fremax	219,0000	438,00
2331	tampa oleo motor - MCU-3906 - tampa oleo motor - MCU-3906	1,000	UN	tancllick	19,0000	19,00
2332	tampa reservatorio expansao - MCU-3906 - tampa reservatorio expansao - MCU-3906	1,000	UN	tancllick	18,0000	18,00
2333	terminal bateria - MCU-3906 - terminal bateria - MCU-3906	2,000	UN	start	13,5000	27,00
2334	terminal direção LD - MCU-3906 - terminal direção LD - MCU-3906	1,000	UN	driwe	105,0000	105,00
2335	terminal direção LE - MCU-3906 - terminal direção LE - MCU-3906	1,000	UN	driwe	105,0000	105,00
2336	terminal fio - MCU-3906 - terminal fio - MCU-3906	6,000	UN	marilia	1,2500	7,50
2337	termostato - MCU-3906 - termostato - MCU-3906	1,000	UN	mte	236,0000	236,00
2338	trava eletrica - MCU-3906 - trava eletrica - MCU-3906	4,000	UN	dni	71,0000	284,00
2339	Tubo de extensão - MCU-3906 - Tubo de extensão - MCU-3906	1,000	UN	tuper	243,0000	243,00
2340	valvula block - MCU-3906 - valvula block - MCU-3906	1,000	UN	royce	401,0000	401,00
2341	valvula termostatica - MCU-3906 - valvula termostatica - MCU-3906	1,000	UN	mte	136,0000	136,00

Página: 62 / 104

MCU-3906

2342	veda escape - MCU-3906 - veda escape - MCU-3906	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
2343	velas ignição - MCU-3906 - velas ignição - MCU-3906	4,000	UN	ngk	29,5000	118,00

Total do Participante: 49.678,45**Lote: 24****Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2344	abraçadeira de mangueira - MBQ-6654 - abraçadeira de mangueira - MBQ-6654	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
2345	abraçadeira escape - MBQ-6654 - abraçadeira escape - MBQ-6654	3,000	UN	uniao	10,0000	30,00
2346	aditivo radiador - MBQ-6654 - aditivo radiador - MBQ-6654	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
2347	alternador - MBQ-6654 - alternador - MBQ-6654	1,000	UN	bosch	2.099,0000	2.099,00
2348	amortecedor dianteiro - MBQ-6654 - amortecedor dianteiro - MBQ-6654	2,000	UN	monroe	652,0000	1.304,00
2349	amortecedor traseiro - MBQ-6654 - amortecedor traseiro - MBQ-6654	2,000	UN	monroe	307,0000	614,00
2350	arruelas - MBQ-6654 - arruelas - MBQ-6654	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
2351	articulador direção - MBQ-6654 - articulador direção - MBQ-6654	2,000	UN	driwe	96,0000	192,00
2352	batente porta - MBQ-6654 - batente porta - MBQ-6654	4,000	UN	universal	51,0000	204,00
2353	bateria 60 amp CCA 400 - MBQ-6654 - bateria 60 amp CCA 400 - MBQ-6654	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00
2354	bieleta estabilizador - MBQ-6654 - bieleta estabilizador - MBQ-6654	2,000	UN	trw	78,5000	157,00
2355	bobina ignição - MBQ-6654 - bobina ignição - MBQ-6654	1,000	UN	ngk	270,0000	270,00
2356	bomba água - MBQ-6654 - bomba água - MBQ-6654	1,000	UN	schadeck	249,0000	249,00
2357	bomba de combustível - MBQ-6654 - bomba de combustível - MBQ-6654	1,000	UN	delphi	517,0000	517,00
2358	bomba de óleo - MBQ-6654 - bomba de óleo - MBQ-6654	1,000	UN	schadeck	696,0000	696,00
2359	Bomba injetor parabrisa - MBQ-6654 - Bomba injetor parabrisa - MBQ-6654	1,000	UN	tsa	105,0000	105,00
2360	borracha escape - MBQ-6654 - borracha escape - MBQ-6654	4,000	UN	sampel	9,0000	36,00
2361	Borracha porta dianteira - MBQ-6654 - Borracha porta dianteira - MBQ-6654	2,000	UN	autotravi	150,0000	300,00
2362	borracha tampa traseira - MBQ-6654 - borracha tampa traseira - MBQ-6654	1,000	UN	autotravi	156,0000	156,00
2363	braço oscilante da suspensão - MBQ-6654 - braço oscilante da suspensão - MBQ-6654	4,000	UN	nakata	178,0000	712,00
2364	bucha bandeja suspensão dianteira - MBQ-6654 - bucha bandeja suspensão dianteira - MBQ-6654	4,000	UN	axios	33,0000	132,00
2365	bucha braço oscilante - MBQ-6654 - bucha braço oscilante - MBQ-6654	4,000	UN	axios	51,0000	204,00
2366	bucha caixa direção - MBQ-6654 - bucha caixa direção - MBQ-6654	2,000	UN	axios	27,5000	55,00
2367	bucha motor partida - MBQ-6654 - bucha motor partida - MBQ-6654	2,000	UN	moldmix	11,0000	22,00
2368	bucha tensora suspensão dianteira - MBQ-6654 - bucha tensora suspensão dianteira - MBQ-6654	4,000	UN	axios	24,0000	96,00
2369	buchas bandeja traseira. Susp. Dianteira - MBQ-6654 - buchas bandeja traseira. Susp. Dianteira - MBQ-6654	4,000	UN	axios	121,0000	484,00
2370	buchas estabilizador - MBQ-6654 - buchas estabilizador - MBQ-6654	8,000	UN	axios	38,0000	304,00
2371	bujão carter - MBQ-6654 - bujão carter - MBQ-6654	1,000	UN	wurth	29,0000	29,00
2372	buzinas - MBQ-6654 - buzinas - MBQ-6654	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
2373	cabo acelerador - MBQ-6654 - cabo acelerador - MBQ-6654	1,000	UN	cabovel	61,0000	61,00
2374	cabo embreagem - MBQ-6654 - cabo embreagem - MBQ-6654	1,000	UN	cabovel	143,0000	143,00
2375	cabo freio mao traseiro direito - MBQ-6654 - cabo freio mao traseiro direito - MBQ-6654	1,000	UN	cabovel	107,0000	107,00
2376	cabo freio mao traseiro esquerdo - MBQ-6654 - cabo freio mao traseiro esquerdo - MBQ-6654	1,000	UN	cabovel	107,0000	107,00
2377	canaletas vidro - MBQ-6654 - canaletas vidro - MBQ-6654	2,000	UN	autotravi	180,0000	360,00

2378	cano de freio - MBQ-6654 - cano de freio - MBQ-6654	1,000	UN	rigitec	52,0000	52,00
2379	capas conector - MBQ-6654 - capas conector - MBQ-6654	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
2380	chave seta - MBQ-6654 - chave seta - MBQ-6654	1,000	UN	kostal	646,0000	646,00
2381	cilindro de roda - MBQ-6654 - cilindro de roda - MBQ-6654	2,000	UN	controil	122,0000	244,00
2382	cilindro mestre - MBQ-6654 - cilindro mestre - MBQ-6654	1,000	UN	controil	373,0000	373,00
2383	cintas plasticas - MBQ-6654 - cintas plasticas - MBQ-6654	15,000	UN	vonder	1,7000	25,50
2384	coifa lado cambio - MBQ-6654 - coifa lado cambio - MBQ-6654	2,000	UN	axios	37,0000	74,00
2385	coifa lado roda - MBQ-6654 - coifa lado roda - MBQ-6654	2,000	UN	axios	30,0000	60,00
2386	cola silicone alta temperatura - MBQ-6654 - cola silicone alta temperatura - MBQ-6654	2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
2387	conector - MBQ-6654 - conector - MBQ-6654	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
2388	correia alternador - MBQ-6654 - correia alternador - MBQ-6654	1,000	UN	gates	51,0000	51,00
2389	coxim amort. Diant - MBQ-6654 - coxim amort. Diant - MBQ-6654	2,000	UN	axios	228,0000	456,00
2390	coxim amort. Traseiro- MBQ-6654 - coxim amort. Traseiro- MBQ-6654	2,000	UN	axios	53,0000	106,00
2391	coxim cambio - MBQ-6654 - coxim cambio - MBQ-6654	1,000	UN	axios	122,0000	122,00
2392	coxim motor lado direito - MBQ-6654 - coxim motor lado direito - MBQ-6654	1,000	UN	axios	100,0000	100,00
2393	coxim motor lado esquerdo - MBQ-6654 - coxim motor lado esquerdo - MBQ-6654	1,000	UN	axios	120,0000	120,00
2394	cubo roda dianteiro - MBQ-6654 - cubo roda dianteiro - MBQ-6654	2,000	UN	fremax	122,0000	244,00
2395	cubo roda traseiro - MBQ-6654 - cubo roda traseiro - MBQ-6654	2,000	UN	fremax	169,0000	338,00
2396	disco freio ventilado diant. - MBQ-6654 - disco freio ventilado diant. - MBQ-6654	2,000	UN	fremax	133,0000	266,00
2397	eletroventilador - MBQ-6654 - eletroventilador - MBQ-6654	1,000	UN	bauen	557,0000	557,00
2398	fechadura lado direito - MBQ-6654 - fechadura lado direito - MBQ-6654	1,000	UN	universal	72,0000	72,00
2399	fechadura lado esquerdo - MBQ-6654 - fechadura lado esquerdo - MBQ-6654	1,000	UN	universal	72,0000	72,00
2400	fechadura tampa traseira - MBQ-6654 - fechadura tampa traseira - MBQ-6654	1,000	UN	universal	64,0000	64,00
2401	feixe molas traseiro - MBQ-6654 - feixe molas traseiro - MBQ-6654	2,000	UN	kitcia	699,0000	1.398,00
2402	filtro ar - MBQ-6654 - filtro ar - MBQ-6654	2,000	UN	tecfil	47,0000	94,00
2403	filtro combustivel - MBQ-6654 - filtro combustivel - MBQ-6654	2,000	UN	tecfil	26,0000	52,00
2404	filtro oleo - MBQ-6654 - filtro oleo - MBQ-6654	2,000	UN	tecfil	26,0000	52,00
2405	flexiveis de freio - MBQ-6654 - flexiveis de freio - MBQ-6654	2,000	UN	varga	44,5000	89,00
2406	fluido freio dot 4 - MBQ-6654 - fluido freio dot 4 - MBQ-6654	4,000	UN]varga	39,0000	156,00
2407	fusivel - MBQ-6654 - fusivel - MBQ-6654	6,000	UN	marilia	1,3000	7,80
2408	fusivel maxi - MBQ-6654 - fusivel maxi - MBQ-6654	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
2409	grampo foro - MBQ-6654 - grampo foro - MBQ-6654	10,000	UN	fiat	3,2500	32,50
2410	impulsor partida - MBQ-6654 - impulsor partida - MBQ-6654	1,000	UN	zen	42,0000	42,00
2411	induzido partida - MBQ-6654 - induzido partida - MBQ-6654	1,000	UN	automax	269,0000	269,00
2412	jg cabos vela - MBQ-6654 - jg cabos vela - MBQ-6654	1,000	UN	ngk	158,0000	158,00
2413	jg palheta parabrisa diant. - MBQ-6654 - jg palheta parabrisa diant. - MBQ-6654	2,000	UN	bosch	110,0000	220,00
2414	jg pastilha freio diant. - MBQ-6654 - jg pastilha freio diant. - MBQ-6654	1,000	UN	frasle	131,0000	131,00
2415	jg sapata freio - MBQ-6654 - jg sapata freio - MBQ-6654	1,000	UN	frasle	192,0000	192,00
2416	junta escape - MBQ-6654 - junta escape - MBQ-6654	4,000	UN	universal	16,0000	64,00
2417	junta homocinetica - MBQ-6654 - junta homocinetica - MBQ-6654	2,000	UN	nakata	226,0000	452,00
2418	junta tampa de valvulas - MBQ-6654 - junta tampa de valvulas - MBQ-6654	1,000	UN	sabo	58,0000	58,00

Página: 64 / 104

2419	kit correia dentada - MBQ-6654 - kit correia dentada - MBQ-6654	1,000	UN	gates	285,0000	285,00
2420	kit embreagem - MBQ-6654 - kit embreagem - MBQ-6654	1,000	UN	sachs	1.056,0000	1.056,00
2421	kit molejo da mola tras. - MBQ-6654 - kit molejo da mola tras. - MBQ-6654	1,000	UN	kitcia	36,5000	36,50
2422	lampada H1 - MBQ-6654 - lampada H1 - MBQ-6654	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
2423	lampada H3 - MBQ-6654 - lampada H3 - MBQ-6654	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
2424	lampada H4 - MBQ-6654 - lampada H4 - MBQ-6654	4,000	UN	osram	29,0000	116,00
2425	lampadas 1 polo - MBQ-6654 - lampadas 1 polo - MBQ-6654	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
2426	lampadas 2 polo - MBQ-6654 - lampadas 2 polo - MBQ-6654	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
2427	lampadas 67 - MBQ-6654 - lampadas 67 - MBQ-6654	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2428	lampadas 69 - MBQ-6654 - lampadas 69 - MBQ-6654	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2429	lampadas H7 - MBQ-6654 - lampadas H7 - MBQ-6654	4,000	UN	osram	45,0000	180,00
2430	lampadas pingao - MBQ-6654 - lampadas pingao - MBQ-6654	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2431	lampadas torpedo - MBQ-6654 - lampadas torpedo - MBQ-6654	4,000	UN	osram	7,0000	28,00
2432	lts oleo 0w20 API sn - MBQ-6654 - lts oleo 0w20 API sn - MBQ-6654	10,000	LT	petronas	67,0000	670,00
2433	lts oleo 75w80 - MBQ-6654 - lts oleo 75w80 - MBQ-6654	4,000	LT	petronas	101,0000	404,00
2434	lts oleo hidraulico tipo atf - MBQ-6654 - lts oleo hidraulico tipo atf - MBQ-6654	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
2435	maçaneta externa - MBQ-6654 - maçaneta externa - MBQ-6654	4,000	UN	universal	109,0000	436,00
2436	maçaneta interna - MBQ-6654 - maçaneta interna - MBQ-6654	4,000	UN	universal	36,0000	144,00
2437	mangueira arrefecimento - MBQ-6654 - mangueira arrefecimento - MBQ-6654	1,000	UN	jamaica	161,5000	161,50
2438	mangueira filtro ar - MBQ-6654 - mangueira filtro ar - MBQ-6654	1,000	UN	controil	136,0000	136,00
2439	mini fusíveis - MBQ-6654 - mini fusíveis - MBQ-6654	4,000	UN	ams	1,3000	5,20
2440	mola pinça freio - MBQ-6654 - mola pinça freio - MBQ-6654	4,000	UN	2mc	18,0000	72,00
2441	motor limpador com temporizador - MBQ-6654 - motor limpador com temporizador - MBQ-6654	2,000	UN	euro	753,0000	1.506,00
2442	motor partida - MBQ-6654 - motor partida - MBQ-6654	1,000	UN	valeo	1.995,0000	1.995,00
2443	mts cabo bateria 55 mm - MBQ-6654 - mts cabo bateria 55 mm - MBQ-6654	4,000	MT	dni	74,0000	296,00
2444	mts fio - MBQ-6654 - mts fio - MBQ-6654	10,000	MT	dni	4,8000	48,00
2445	mts manga silicone amarela - MBQ-6654 - mts manga silicone amarela - MBQ-6654	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
2446	mts mangueira injeção - MBQ-6654 - mts mangueira injeção - MBQ-6654	6,000	MT	gates	21,5000	129,00
2447	oring vedação - MBQ-6654 - oring vedação - MBQ-6654	4,000	UN	wurth	3,5000	14,00
2448	oring vedação carter - MBQ-6654 - oring vedação carter - MBQ-6654	1,000	UN	wurth	7,0000	7,00
2449	par kit batente amort dianteiro - MBQ-6654 - par kit batente amort dianteiro - MBQ-6654	1,000	UN	sampel	121,0000	121,00
2450	par kit batente amort traseiro - MBQ-6654 - par kit batente amort traseiro - MBQ-6654	1,000	UN	sampel	206,0000	206,00
2451	parafuso de roda - MBQ-6654 - parafuso de roda - MBQ-6654	16,000	UN	rodafuso	15,0000	240,00
2452	parafusos - MBQ-6654 - parafusos - MBQ-6654	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
2453	pestana externa - MBQ-6654 - pestana externa - MBQ-6654	2,000	UN	autotravi	59,0000	118,00
2454	pestana interna - MBQ-6654 - pestana interna - MBQ-6654	2,000	UN	autotravi	59,0000	118,00
2455	pino trava - MBQ-6654 - pino trava - MBQ-6654	4,000	UN	allfix	4,5000	18,00
2456	pivos - MBQ-6654 - pivos - MBQ-6654	2,000	UN	driwe	64,5000	129,00
2457	polia alternador - MBQ-6654 - polia alternador - MBQ-6654	1,000	UN	nytron	104,0000	104,00
2458	porcas - MBQ-6654 - porcas - MBQ-6654	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
2459	porta escova - MBQ-6654 - porta escova - MBQ-6654	1,000	UN	unifap	108,0000	108,00

Página: 65 / 104

2460	porta fusivel - MBQ-6654 - porta fusivel - MBQ-6654	6,000	UN	rainha das sete	10,7000	64,20
2461	porta fusivel maxi - MBQ-6654 - porta fusivel maxi - MBQ-6654	6,000	UN	rainha das sete	11,5000	69,00
2462	Radiador - MBQ-6654 - Radiador - MBQ-6654	1,000	UN	visconde	678,0000	678,00
2463	regulador de voltagem - MBQ-6654 - regulador de voltagem - MBQ-6654	1,000	UN	bosch	46,0000	46,00
2464	rele auxiliar - MBQ-6654 - rele auxiliar - MBQ-6654	2,000	UN	dni	20,0000	40,00
2465	rele de partida - MBQ-6654 - rele de partida - MBQ-6654	1,000	UN	zm	290,0000	290,00
2466	reparo pinça freio - MBQ-6654 - reparo pinça freio - MBQ-6654	4,000	UN	2mc	72,0000	288,00
2467	reservatorio expansão - MBQ-6654 - reservatorio expansão - MBQ-6654	1,000	UN	gonel	72,0000	72,00
2468	retentor traseiro motor - MBQ-6654 - retentor traseiro motor - MBQ-6654	2,000	UN	sabo	206,0000	412,00
2469	rolamento alternador - MBQ-6654 - rolamento alternador - MBQ-6654	2,000	UN	skf	72,0000	144,00
2470	rolamento roda dianteira - MBQ-6654 - rolamento roda dianteira - MBQ-6654	4,000	UN	fag	225,0000	900,00
2471	rolamento semi eixo - MBQ-6654 - rolamento semi eixo - MBQ-6654	2,000	UN	ina	67,0000	134,00
2472	rolo fita isolante - MBQ-6654 - rolo fita isolante - MBQ-6654	3,000	UN	dni	7,0000	21,00
2473	rotor - MBQ-6654 - rotor - MBQ-6654	1,000	UN	bosch	440,0000	440,00
2474	sensor de nivel - MBQ-6654 - sensor de nivel - MBQ-6654	1,000	UN	tsa	172,0000	172,00
2475	sensor de velocidade - MBQ-6654 - sensor de velocidade - MBQ-6654	1,000	UN	mte	315,0000	315,00
2476	silencioso intermediario - MBQ-6654 - silencioso intermediario - MBQ-6654	1,000	UN	tuper	128,0000	128,00
2477	silencioso traseiro - MBQ-6654 - silencioso traseiro - MBQ-6654	1,000	UN	tuper	201,0000	201,00
2478	sonda lambada - MBQ-6654 - sonda lambada - MBQ-6654	1,000	UN	ntk	545,0000	545,00
2479	suporte escova - MBQ-6654 - suporte escova - MBQ-6654	1,000	UN	unifap	72,5000	72,50
2480	tambor freio traseiro - MBQ-6654 - tambor freio traseiro - MBQ-6654	2,000	UN	fremax	123,0000	246,00
2481	tampa reservatorio expansao - MBQ-6654 - tampa reservatorio expansao - MBQ-6654	1,000	UN	tanclck	25,0000	25,00
2482	terminal bateria - MBQ-6654 - terminal bateria - MBQ-6654	4,000	UN	start	9,2000	36,80
2483	terminal direção - MBQ-6654 - terminal direção - MBQ-6654	2,000	UN	driwe	103,0000	206,00
2484	terminal fio - MBQ-6654 - terminal fio - MBQ-6654	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
2485	travas eletricas - MBQ-6654 - travas eletricas - MBQ-6654	4,000	UN	dni	79,0000	316,00
2486	valvula termostatica - MBQ-6654 - valvula termostatica - MBQ-6654	1,000	UN	mte	186,0000	186,00
2487	veda escape - MBQ-6654 - veda escape - MBQ-6654	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
2488	velas - MBQ-6654 - velas - MBQ-6654	4,000	UN	ngk	33,0000	132,00

Total do Participante: 34.140,30

Lote: 25**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2489	abraçadeira escape - QJQ-7767 - abraçadeira escape - QJQ-7767	4,000	UN	uniao	14,0000	56,00
2490	abraçadeira mangueira - QJQ-7767 - abraçadeira mangueira - QJQ-7767	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
2491	aditivo radiador concentrado - QJQ-7767 - aditivo radiador concentrado - QJQ-7767	6,000	UN	wurth	59,0000	354,00
2492	alternador - QJQ-7767 - alternador - QJQ-7767	1,000	UN	bosch	3.562,0000	3.562,00
2493	amortecedor dianteiro - QJQ-7767 - amortecedor dianteiro - QJQ-7767	2,000	UN	monroe	933,0000	1.866,00
2494	amortecedor traseiro - QJQ-7767 - amortecedor traseiro - QJQ-7767	2,000	UN	monroe	528,0000	1.056,00
2495	arruelas - QJQ-7767 - arruelas - QJQ-7767	6,000	UN	ciser	1,7000	10,20
2496	articulador direção - QJQ-7767 - articulador direção - QJQ-7767	2,000	UN	driwe	179,0000	358,00

Página: 66 / 104

2497	atuador embreagem - QJQ-7767 - atuador embreagem - QJQ-7767	1,000	UN	luk	592,0000	592,00
2498	Bateria 92ah CCA 850A - QJQ-7767 - Bateria 92ah CCA 850A - QJQ-7767	1,000	UN	pioneiro	1.125,0000	1.125,00
2499	bieleta estabilizador diant. - QJQ-7767 - bieleta estabilizador diant. - QJQ-7767	2,000	UN	trw	160,0000	320,00
2500	bieleta estabilizador traseira - QJQ-7767 - bieleta estabilizador traseira - QJQ-7767	2,000	UN	trw	99,0000	198,00
2501	bucha bandeja - QJQ-7767 - bucha bandeja - QJQ-7767	4,000	UN	axios	215,0000	860,00
2502	bucha estab. Traseira Pontas - QJQ-7767 - bucha estab. Traseira Pontas - QJQ-7767	4,000	UN	axios	23,0000	92,00
2503	bucha estabilizador diant - QJQ-7767 - bucha estabilizador diant - QJQ-7767	4,000	UN	axios	14,0000	56,00
2504	bucha estabilizador tras. Central - QJQ-7767 - bucha estabilizador tras. Central - QJQ-7767	4,000	UN	axios	21,0000	84,00
2505	bucha inferior com tubo olhal susp. Traseira - QJQ-7767 - bucha inferior com tubo olhal susp. Traseira - QJQ-7767	2,000	UN	axios	17,0000	34,00
2506	bucha motor partida - QJQ-7767 - bucha motor partida - QJQ-7767	2,000	UN	moldmix	18,0000	36,00
2507	bucha superior com tubo olhal susp. Traseira - QJQ-7767 - bucha superior com tubo olhal susp. Traseira - QJQ-7767	2,000	UN	axios	17,0000	34,00
2508	buzina - QJQ-7767 - buzina - QJQ-7767	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
2509	cabo abertura capo - QJQ-7767 - cabo abertura capo - QJQ-7767	1,000	UN	iks	43,0000	43,00
2510	cabo freio mao dianteiro - QJQ-7767 - cabo freio mao dianteiro - QJQ-7767	1,000	UN	cabovel	116,0000	116,00
2511	cabo freio mao traseiro - QJQ-7767 - cabo freio mao traseiro - QJQ-7767	1,000	UN	cabovel	158,0000	158,00
2512	capa terminal - QJQ-7767 - capa terminal - QJQ-7767	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
2513	carga ar condicionado - QJQ-7767 - carga ar condicionado - QJQ-7767	2,000	UN	eos	275,0000	550,00
2514	cintas plasticas - QJQ-7767 - cintas plasticas - QJQ-7767	25,000	UN	vonder	1,7000	42,50
2515	clip ar condicionado - QJQ-7767 - clip ar condicionado - QJQ-7767	2,000	UN	royce	21,5000	43,00
2516	cola silicone alta temperatura - QJQ-7767 - cola silicone alta temperatura - QJQ-7767	2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
2517	coifa caixa direção - QJQ-7767 - coifa caixa direção - QJQ-7767	2,000	UN	axios	83,0000	166,00
2518	conexoes ar condicionado - QJQ-7767 - conexoes ar condicionado - QJQ-7767	2,000	UN	royce	25,0000	50,00
2519	contraste - QJQ-7767 - contraste - QJQ-7767	1,000	UN	vinar	23,0000	23,00
2520	correia alternador - QJQ-7767 - correia alternador - QJQ-7767	1,000	UN	gates	156,0000	156,00
2521	coxim cardan - QJQ-7767 - coxim cardan - QJQ-7767	2,000	UN	rei	506,0000	1.012,00
2522	coxim amortecedor diant. - QJQ-7767 - coxim amortecedor diant. - QJQ-7767	2,000	UN	rei	265,0000	530,00
2523	coxim dianteiro motor - QJQ-7767 - coxim dianteiro motor - QJQ-7767	2,000	UN	rei	404,5000	809,00
2524	cubo c/rolamento c/ ABS roda dianteira - QJQ-7767 - cubo c/rolamento c/ ABS roda dianteira - QJQ-7767	2,000	UN	fremax	2.515,0000	5.030,00
2525	cubo c/ rolamento c/ ABS roda traseira - QJQ-7767 - cubo c/ rolamento c/ ABS roda traseira - QJQ-7767	2,000	UN	fremax	3.875,0000	7.750,00
2526	disco freio diant - QJQ-7767 - disco freio diant - QJQ-7767	2,000	UN	fremax	362,5000	725,00
2527	disco freio traseiro - QJQ-7767 - disco freio traseiro - QJQ-7767	2,000	UN	fremax	465,0000	930,00
2528	emenda de metal mangueira - QJQ-7767 - emenda de metal mangueira - QJQ-7767	4,000	UN	wurth	51,0000	204,00
2529	fechadura porta - QJQ-7767 - fechadura porta - QJQ-7767	2,000	UN	universal	444,5000	889,00
2530	filtro ar - QJQ-7767 - filtro ar - QJQ-7767	2,000	UN	tecfil	176,0000	352,00
2531	filtro ar condicionado - QJQ-7767 - filtro ar condicionado - QJQ-7767	6,000	UN	tecfil	71,0000	426,00
2532	filtro combustivel - QJQ-7767 - filtro combustivel - QJQ-7767	2,000	UN	tecfil	522,0000	1.044,00
2533	filtro oleo - QJQ-7767 - filtro oleo - QJQ-7767	2,000	UN	tecfil	78,0000	156,00
2534	fita isolante - QJQ-7767 - fita isolante - QJQ-7767	3,000	UN	dni	7,0000	21,00
2535	fluido freio dot 4 - QJQ-7767 - fluido freio dot 4 - QJQ-7767	4,000	UN	varga	40,0000	160,00

2536	fusíveis - QJQ-7767 - fusíveis - QJQ-7767	6,000	UN	ams	1,7000	10,20
2537	fusíveis maxi - QJQ-7767 - fusíveis maxi - QJQ-7767	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
2538	grampos forração - QJQ-7767 - grampos forração - QJQ-7767	15,000	UN	mercedes	3,2500	48,75
2539	higienizador ar condicionado - QJQ-7767 - higienizador ar condicionado - QJQ-7767	4,000	UN	wurth	90,0000	360,00
2540	indicador desgaste pastilha - QJQ-7767 - indicador desgaste pastilha - QJQ-7767	6,000	UN	rochester	51,5000	309,00
2541	interruptor luz freio - QJQ-7767 - interruptor luz freio - QJQ-7767	1,000	UN	3rho	102,0000	102,00
2542	interruptor luz ré - QJQ-7767 - interruptor luz ré - QJQ-7767	1,000	UN	3rho	209,0000	209,00
2543	jg pastilha freio dianteiro - QJQ-7767 - jg pastilha freio dianteiro - QJQ-7767	1,000	UN	frasle	481,0000	481,00
2544	jg pastilha freio traseiro - QJQ-7767 - jg pastilha freio traseiro - QJQ-7767	1,000	UN	frasle	484,0000	484,00
2545	Kit batente mola traseira - QJQ-7767 - Kit batente mola traseira - QJQ-7767	2,000	UN	kitcia	165,0000	330,00
2546	Kit batente suspensão dianteira - QJQ-7767 - Kit batente suspensão dianteira - QJQ-7767	2,000	UN	kitcia	393,0000	786,00
2547	kit embreagem - QJQ-7767 - kit embreagem - QJQ-7767	1,000	UN	luk	2.423,0000	2.423,00
2548	kit coxim coifa amort dianteiro - QJQ-7767 - kit coxim coifa amort dianteiro - QJQ-7767	2,000	UN	quatroxquatro	169,0000	338,00
2549	kit rolamento cubo traseiro - QJQ-7767 - kit rolamento cubo traseiro - QJQ-7767	2,000	UN	skf	1.040,0000	2.080,00
2550	lampada H7 - QJQ-7767 - lampada H7 - QJQ-7767	6,000	UN	osram	45,0000	270,00
2551	lampada 1 polo - QJQ-7767 - lampada 1 polo - QJQ-7767	6,000	UN	osram	6,8000	40,80
2552	lampada 1 polo laranja - QJQ-7767 - lampada 1 polo laranja - QJQ-7767	6,000	UN	osram	11,0000	66,00
2553	lampada 2 polo - QJQ-7767 - lampada 2 polo - QJQ-7767	6,000	UN	osram	6,8000	40,80
2554	lampada HB4 - QJQ-7767 - lampada HB4 - QJQ-7767	6,000	UN	hella	59,0000	354,00
2555	lampada iluminação diurna 21w - QJQ-7767 - lampada iluminação diurna 21w - QJQ-7767	4,000	UN	hella	220,0000	880,00
2556	lampada pingão sprinter - QJQ-7767 - lampada pingão sprinter - QJQ-7767	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2557	lt oleo lubrificante 5w30 wr sprinter - QJQ-7767 - lt oleo lubrificante 5w30 wr sprinter - QJQ-7767	25,000	LT	petronas	94,0000	2.350,00
2558	Lt oleo compressor - QJQ-7767 - Lt oleo compressor - QJQ-7767	6,000	LT	montreal	71,0000	426,00
2559	lt oleo direção hidraulica ATF - QJQ-7767 - lt oleo direção hidraulica ATF - QJQ-7767	6,000	LT	montreal	45,0000	270,00
2560	maçaneta externa porta dianteira - QJQ-7767 - maçaneta externa porta dianteira - QJQ-7767	2,000	UN	universal	593,0000	1.186,00
2561	maçaneta interna porta dianteira - QJQ-7767 - maçaneta interna porta dianteira - QJQ-7767	2,000	UN	universal	198,0000	396,00
2562	mangueira espiral ar - QJQ-7767 - mangueira espiral ar - QJQ-7767	1,000	UN	festo	163,0000	163,00
2563	mangueira filtro ar - QJQ-7767 - mangueira filtro ar - QJQ-7767	1,000	UN	controil	451,5000	451,50
2564	motor partida - QJQ-7767 - motor partida - QJQ-7767	1,000	UN	valeo	3.777,0000	3.777,00
2565	mts espaguete termoretratil - QJQ-7767 - mts espaguete termoretratil - QJQ-7767	6,000	MT	rainha das sete	8,5000	51,00
2566	mts fio - QJQ-7767 - mts fio - QJQ-7767	6,000	MT	dni	4,8000	28,80
2567	mts manga ar - QJQ-7767 - mts manga ar - QJQ-7767	6,000	MT	rca	14,5000	87,00
2568	mts manga injeção - QJQ-7767 - mts manga injeção - QJQ-7767	6,000	MT	gates	21,5000	129,00
2569	mts manga silicone - QJQ-7767 - mts manga silicone - QJQ-7767	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
2570	mts tubo corrugado - QJQ-7767 - mts tubo corrugado - QJQ-7767	6,000	MT	dni	13,0000	78,00
2571	Palheta parabrisa dir. - QJQ-7767 - Palheta parabrisa dir. - QJQ-7767	2,000	UN	bosch	76,0000	152,00
2572	Palheta parabrisa esq. - QJQ-7767 - Palheta parabrisa esq. - QJQ-7767	2,000	UN	bosch	76,0000	152,00
2573	parafusos - QJQ-7767 - parafusos - QJQ-7767	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
2574	pino trava - QJQ-7767 - pino trava - QJQ-7767	6,000	UN	allfix	4,5000	27,00
2575	pivo - QJQ-7767 - pivo - QJQ-7767	2,000	UN	viemar	184,0000	368,00

Página: 68 / 104

2576	porta fusivel - QJQ-7767 - porta fusivel - QJQ-7767	6,000	UN	rainha das sete	10,7000	64,20
2577	porta maxi fusivel - QJQ-7767 - porta maxi fusivel - QJQ-7767	6,000	UN	rainha das sete	11,5000	69,00
2578	radiador - QJQ-7767 - radiador - QJQ-7767	1,000	UN	visconde	1.235,0000	1.235,00
2579	regulador de voltagem - QJQ-7767 - regulador de voltagem - QJQ-7767	1,000	UN	bosch	497,0000	497,00
2580	rele auxiliar - QJQ-7767 - rele auxiliar - QJQ-7767	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
2581	reparo regulagem automatica freio - QJQ-7767 - reparo regulagem automatica freio - QJQ-7767	1,000	UN	2mc	77,0000	77,00
2582	reservatorio expansao - QJQ-7767 - reservatorio expansao - QJQ-7767	1,000	UN	reserpalst	779,0000	779,00
2583	retentor - QJQ-7767 - retentor - QJQ-7767	2,000	UN	sabo	74,0000	148,00
2584	rolamento cardan - QJQ-7767 - rolamento cardan - QJQ-7767	2,000	UN	rei	478,0000	956,00
2585	rotor - QJQ-7767 - rotor - QJQ-7767	1,000	UN	bosch	1.156,0000	1.156,00
2586	sensor nivel - QJQ-7767 - sensor nivel - QJQ-7767	1,000	UN	tsa	303,0000	303,00
2587	sensor pressao absoluta - QJQ-7767 - sensor pressao absoluta - QJQ-7767	1,000	UN	mte	217,0000	217,00
2588	sensor temperatura - QJQ-7767 - sensor temperatura - QJQ-7767	1,000	UN	mte	1.280,0000	1.280,00
2589	tampa reservatorio agua - QJQ-7767 - tampa reservatorio agua - QJQ-7767	1,000	UN	tancllick	170,0000	170,00
2590	terminal bateria - QJQ-7767 - terminal bateria - QJQ-7767	2,000	UN	star	16,0000	32,00
2591	terminal direção - QJQ-7767 - terminal direção - QJQ-7767	2,000	UN	viemar	186,0000	372,00
2592	terminal embutir - QJQ-7767 - terminal embutir - QJQ-7767	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
2593	terminal fio - QJQ-7767 - terminal fio - QJQ-7767	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
2594	vela aquecedora - QJQ-7767 - vela aquecedora - QJQ-7767	4,000	UN	ngk	210,0000	840,00
Total do Participante:						60.586,35

Lote: 26**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2595	abraçadeira de mangueira - QJG-9232 - abraçadeira de mangueira - QJG-9232	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
2596	abraçadeira escape - QJG-9232 - abraçadeira escape - QJG-9232	4,000	UN	uniao	10,0000	40,00
2597	aditivo radiador - QJG-9232 - aditivo radiador - QJG-9232	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
2598	alternador - QJG-9232 - alternador - QJG-9232	1,000	UN	bosch	1.825,0000	1.825,00
2599	amortecedor dianteiro - QJG-9232 - amortecedor dianteiro - QJG-9232	2,000	UN	monroe	652,0000	1.304,00
2600	amortecedor tras. - QJG-9232 - amortecedor tras. - QJG-9232	2,000	UN	monroe	307,0000	614,00
2601	arruelas - QJG-9232 - arruelas - QJG-9232	10,000	UN	ciser	1,7000	17,00
2602	articulador direção - QJG-9232 - articulador direção - QJG-9232	2,000	UN	driwe	96,0000	192,00
2603	bateria 60 amp CCA 400 - QJG-9232 - bateria 60 amp CCA 400 - QJG-9232	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00
2604	bieleta estabilizador - QJG-9232 - bieleta estabilizador - QJG-9232	2,000	UN	trw	78,0000	156,00
2605	bobina compressor - QJG-9232 - bobina compressor - QJG-9232	1,000	UN	mahle	542,0000	542,00
2606	bobina ignição - QJG-9232 - bobina ignição - QJG-9232	1,000	UN	ngk	270,0000	270,00
2607	bomba agua - QJG-9232 - bomba agua - QJG-9232	1,000	UN	schadeck	249,0000	249,00
2608	bomba de combustivel - QJG-9232 - bomba de combustivel - QJG-9232	1,000	UN	delphi	517,0000	517,00
2609	bomba de oleo - QJG-9232 - bomba de oleo - QJG-9232	1,000	UN	schadeck	696,0000	696,00
2610	Bomba injetor parabrisa - QJG-9232 - Bomba injetor parabrisa - QJG-9232	1,000	UN	tsa	97,0000	97,00
2611	borracha escape - QJG-9232 - borracha escape - QJG-9232	1,000	UN	sampel	9,0000	9,00
2612	braço oscilante da suspensão - QJG-9232 - braço oscilante da suspensão - QJG-9232	4,000	UN	nakata	178,5000	714,00

Página: 69 / 104

2613	bucha bandeja susp. diant. - QJG-9232 - bucha bandeja susp. diant. - QJG-9232	4,000	UN	axios	33,0000	132,00
2614	bucha braço oscilante - QJG-9232 - bucha braço oscilante - QJG-9232	4,000	UN	axios	51,0000	204,00
2615	bucha caixa direção - QJG-9232 - bucha caixa direção - QJG-9232	2,000	UN	axios	27,0000	54,00
2616	bucha motor partida - QJG-9232 - bucha motor partida - QJG-9232	2,000	UN	moldmix	11,0000	22,00
2617	bucha tensora suspensão diant. - QJG-9232 - bucha tensora suspensão diant. - QJG-9232	4,000	UN	axios	24,0000	96,00
2618	buchas bandeja tras. Susp. Diant. - QJG-9232 - buchas bandeja tras. Susp. Diant. - QJG-9232	4,000	UN	axios	121,0000	484,00
2619	buchas estabilizador - QJG-9232 - buchas estabilizador - QJG-9232	8,000	UN	axios	38,0000	304,00
2620	bujão carter - QJG-9232 - bujão carter - QJG-9232	1,000	UN	wurth	29,0000	29,00
2621	buzinas - QJG-9232 - buzinas - QJG-9232	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
2622	cabo acelerador - QJG-9232 - cabo acelerador - QJG-9232	1,000	UN	cabovel	61,0000	61,00
2623	cabo embreagem - QJG-9232 - cabo embreagem - QJG-9232	1,000	UN	cabovel	143,0000	143,00
2624	cabo freio mao traseiro direito - QJG-9232 - cabo freio mao traseiro direito - QJG-9232	1,000	UN	cabovel	107,0000	107,00
2625	cabo freio mao traseiro esquerdo - QJG-9232 - cabo freio mao traseiro esquerdo - QJG-9232	1,000	UN	cabovel	107,0000	107,00
2626	cano de freio - QJG-9232 - cano de freio - QJG-9232	2,000	UN	rigitec	52,0000	104,00
2627	capas conector - QJG-9232 - capas conector - QJG-9232	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
2628	carga gas ar condicionado - QJG-9232 - carga gas ar condicionado - QJG-9232	2,000	UN	eos	198,0000	396,00
2629	chave seta - QJG-9232 - chave seta - QJG-9232	1,000	UN	kostal	646,0000	646,00
2630	cilindro de roda - QJG-9232 - cilindro de roda - QJG-9232	2,000	UN	controil	122,0000	244,00
2631	cilindro mestre - QJG-9232 - cilindro mestre - QJG-9232	1,000	UN	controil	373,0000	373,00
2632	cintas plasticas - QJG-9232 - cintas plasticas - QJG-9232	15,000	UN	vonder	1,7000	25,50
2633	clip ar - QJG-9232 - clip ar - QJG-9232	2,000	UN	royce	21,5000	43,00
2634	coifa lado cambio - QJG-9232 - coifa lado cambio - QJG-9232	2,000	UN	axios	37,0000	74,00
2635	coifa lado roda - QJG-9232 - coifa lado roda - QJG-9232	2,000	UN	axios	30,0000	60,00
2636	cola silicone alta temperatura- QJG-9232 - cola silicone alta temperatura- QJG-9232	2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
2637	compressor ar condicionado - QJG-9232 - compressor ar condicionado - QJG-9232	1,000	UN	delphi	2.584,0000	2.584,00
2638	condensador - QJG-9232 - condensador - QJG-9232	1,000	UN	royce	1.100,0000	1.100,00
2639	conector - QJG-9232 - conector - QJG-9232	15,000	UN	marilia	1,7000	25,50
2640	conexao ar condic - QJG-9232 - conexao ar condic - QJG-9232	4,000	UN	royce	25,0000	100,00
2641	contraste - QJG-9232 - contraste - QJG-9232	1,000	UN	vinar	23,0000	23,00
2642	correia alternador - QJG-9232 - correia alternador - QJG-9232	1,000	UN	gates	51,0000	51,00
2643	coxim amort. Diant - QJG-9232 - coxim amort. Diant - QJG-9232	2,000	UN	axios	266,0000	532,00
2644	coxim cambio - QJG-9232 - coxim cambio - QJG-9232	1,000	UN	axios	122,5000	122,50
2645	coxim motor lado direito - QJG-9232 - coxim motor lado direito - QJG-9232	1,000	UN	axios	100,0000	100,00
2646	coxim motor lado esquerdo - QJG-9232 - coxim motor lado esquerdo - QJG-9232	1,000	UN	axios	120,0000	120,00
2647	cubo roda dianteiro - QJG-9232 - cubo roda dianteiro - QJG-9232	2,000	UN	fremax	122,5000	245,00
2648	cubo roda traseiro - QJG-9232 - cubo roda traseiro - QJG-9232	2,000	UN	fremax	169,5000	339,00
2649	disco freio ventilado diant. - QJG-9232 - disco freio ventilado diant. - QJG-9232	2,000	UN	fremax	133,0000	266,00
2650	eletroventilador - QJG-9232 - eletroventilador - QJG-9232	1,000	UN	bauen	557,0000	557,00
2651	evaporador - QJG-9232 - evaporador - QJG-9232	1,000	UN	royce	678,0000	678,00
2652	fechadura lado direito - QJG-9232 - fechadura lado direito - QJG-9232	2,000	UN	universal	61,0000	122,00
2653	fechadura lado esquerdo - QJG-9232 - fechadura lado esquerdo - QJG-9232	2,000	UN	universal	61,0000	122,00

Página: 70 / 104

2654	fechadura tampa traseira - QJG-9232 - fechadura tampa traseira - QJG-9232	1,000	UN	universal	64,0000	64,00
2655	feixe molas traseiro QJG-9232 - feixe molas traseiro QJG-9232	2,000	UN	kitcia	906,0000	1.812,00
2656	filtro ar QJG-9232 - filtro ar QJG-9232	2,000	UN	tecfil	67,0000	134,00
2657	filtro ar condicionado - QJG-9232 - filtro ar condicionado - QJG-9232	2,000	UN	tecfil	26,0000	52,00
2658	filtro combustivel - QJG-9232 - filtro combustivel - QJG-9232	2,000	UN	tecfil	26,0000	52,00
2659	filtro oleo - QJG-9232 - filtro oleo - QJG-9232	2,000	UN	tecfil	28,0000	56,00
2660	fita isolante - QJG-9232 - fita isolante - QJG-9232	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
2661	flexiveis de freio - QJG-9232 - flexiveis de freio - QJG-9232	2,000	UN	varga	44,0000	88,00
2662	fluido freio dot 4 - QJG-9232 - fluido freio dot 4 - QJG-9232	4,000	UN	varga	40,0000	160,00
2663	fusivel - QJG-9232 - fusivel - QJG-9232	12,000	UN	ams	1,7000	20,40
2664	fusivel maxi - QJG-9232 - fusivel maxi - QJG-9232	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
2665	grampo foro - QJG-9232 - grampo foro - QJG-9232	15,000	UN	fiat	3,2500	48,75
2666	higienizador ar condic. - QJG-9232 - higienizador ar condic. - QJG-9232	1,000	UN	wurth	90,0000	90,00
2667	impulsor partida - QJG-9232 - impulsor partida - QJG-9232	1,000	UN	zen	74,0000	74,00
2668	induzido partida - QJG-9232 - induzido partida - QJG-9232	1,000	UN	zm	269,0000	269,00
2669	jg cabos vela - QJG-9232 - jg cabos vela - QJG-9232	1,000	UN	ngk	158,0000	158,00
2670	jg palheta parabrisa diant. - QJG-9232 - jg palheta parabrisa diant. - QJG-9232	1,000	UN	bosch	99,0000	99,00
2671	jg pastilha freio diant. - QJG-9232 - jg pastilha freio diant. - QJG-9232	1,000	UN	frasle	131,5000	131,50
2672	jg sapata freio - QJG-9232 - jg sapata freio - QJG-9232	1,000	UN	frasle	192,0000	192,00
2673	junta escape - QJG-9232 - junta escape - QJG-9232	3,000	UN	sabo	22,0000	66,00
2674	junta homocinetica - QJG-9232 - junta homocinetica - QJG-9232	2,000	UN	nakata	226,0000	452,00
2675	junta tampa de valvulas - QJG-9232 - junta tampa de valvulas - QJG-9232	1,000	UN	sabo	82,0000	82,00
2676	kit correia dentada - QJG-9232 - kit correia dentada - QJG-9232	1,000	UN	gates	285,0000	285,00
2677	kit embreagem - QJG-9232 - kit embreagem - QJG-9232	1,000	UN	sachs	1.056,0000	1.056,00
2678	kit molejo da mola tras. - QJG-9232 - kit molejo da mola tras. - QJG-9232	2,000	UN	kitcia	36,5000	73,00
2679	lampada H1 - QJG-9232 - lampada H1 - QJG-9232	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
2680	lampada H3 - QJG-9232 - lampada H3 - QJG-9232	4,000	UN	osram	28,0000	112,00
2681	lampada H4 - QJG-9232 - lampada H4 - QJG-9232	4,000	UN	osram	29,0000	116,00
2682	lampadas 1 polo- QJG-9232 - lampadas 1 polo- QJG-9232	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
2683	lampadas 2 polo- QJG-9232 - lampadas 2 polo- QJG-9232	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
2684	lampadas 67 - QJG-9232 - lampadas 67 - QJG-9232	4,000	UN	osram	6,0000	24,00
2685	lampadas 69 - QJG-9232 - lampadas 69 - QJG-9232	4,000	UN	osram	6,0000	24,00
2686	lampadas H7- QJG-9232 - lampadas H7- QJG-9232	4,000	UN	osram	45,0000	180,00
2687	lampadas pingao - QJG-9232 - lampadas pingao - QJG-9232	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
2688	lampadas torpedo - QJG-9232 - lampadas torpedo - QJG-9232	6,000	UN	osram	8,5000	51,00
2689	lts oleo 0w20 API sn - QJG-9232 - lts oleo 0w20 API sn - QJG-9232	8,000	LT	texaco	65,0000	520,00
2690	lts oleo 75w80 - QJG-9232 - lts oleo 75w80 - QJG-9232	5,000	LT	petronas	101,0000	505,00
2691	lts oleo hidraulico tipo atf - QJG-9232 - lts oleo hidraulico tipo atf - QJG-9232	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00
2692	maçaneta externa - QJG-9232 - maçaneta externa - QJG-9232	4,000	UN	universal	109,0000	436,00
2693	maçaneta interna - QJG-9232 - maçaneta interna - QJG-9232	4,000	UN	universal	36,0000	144,00
2694	mangueira arrefecimento - QJG-9232 - mangueira arrefecimento - QJG-9232	1,000	UN	jamaica	161,5000	161,50
2695	mangueira filtro ar - QJG-9232 - mangueira filtro ar - QJG-9232	1,000	UN	controil	136,0000	136,00
2696	mini fusiveis - QJG-9232 - mini fusiveis - QJG-9232	6,000	UN	ams	1,3000	7,80

Página: 71 / 104

2697	mola pinça freio - QJG-9232 - mola pinça freio - QJG-9232	2,000	UN	2mc	18,0000	36,00
2698	motor partida - QJG-9232 - motor partida - QJG-9232	1,000	UN	valeo	1.995,0000	1.995,00
2699	mts cabo bateria 55 mm - QJG-9232 - mts cabo bateria 55 mm - QJG-9232	5,000	MT	dni	74,0000	370,00
2700	mts fio - QJG-9232 - mts fio - QJG-9232	15,000	MT	dni	4,8000	72,00
2701	mts manga silicone amarela - QJG-9232 - mts manga silicone amarela - QJG-9232	10,000	MT	luciflex	9,0000	90,00
2702	mts mangueira injeção - QJG-9232 - mts mangueira injeção - QJG-9232	10,000	MT	gates	21,5000	215,00
2703	oleo compressor - QJG-9232 - oleo compressor - QJG-9232	4,000	UN	montreal	71,0000	284,00
2704	oring vedação- QJG-9232 - oring vedação- QJG-9232	6,000	UN	wurth	3,5000	21,00
2705	oring vedação carter - QJG-9232 - oring vedação carter - QJG-9232	1,000	UN	wurth	7,0000	7,00
2706	par kit batente amort dianteiro - QJG-9232 - par kit batente amort dianteiro - QJG-9232	1,000	UN	sampel	121,0000	121,00
2707	par kit batente amort traseiro - QJG-9232 - par kit batente amort traseiro - QJG-9232	1,000	UN	sampel	206,0000	206,00
2708	parafuso de roda - QJG-9232 - parafuso de roda - QJG-9232	16,000	UN	rodafuso	9,0000	144,00
2709	parafusos - QJG-9232 - parafusos - QJG-9232	12,000	UN	ciser	3,0000	36,00
2710	pino trava - QJG-9232 - pino trava - QJG-9232	6,000	UN	allfix	4,5000	27,00
2711	pivos - QJG-9232 - pivos - QJG-9232	2,000	UN	driwe	64,0000	128,00
2712	polia alternador - QJG-9232 - polia alternador - QJG-9232	1,000	UN	nytron	104,0000	104,00
2713	porcas - QJG-9232 - porcas - QJG-9232	12,000	UN	ciser	2,0000	24,00
2714	porta escova - QJG-9232 - porta escova - QJG-9232	1,000	UN	unifap	108,0000	108,00
2715	porta fusivel - QJG-9232 - porta fusivel - QJG-9232	12,000	UN	rainha das sete	10,7000	128,40
2716	porta fusivel maxi - QJG-9232 - porta fusivel maxi - QJG-9232	6,000	UN	rainha das sete	11,5000	69,00
2717	Radiador - QJG-9232 - Radiador - QJG-9232	1,000	UN	visconde	678,0000	678,00
2718	regulador de voltagem - QJG-9232 - regulador de voltagem - QJG-9232	1,000	UN	bosch	46,0000	46,00
2719	rele auxiliar - QJG-9232 - rele auxiliar - QJG-9232	1,000	UN	dni	20,0000	20,00
2720	rele de partida - QJG-9232 - rele de partida - QJG-9232	1,000	UN	zm	290,0000	290,00
2721	reparo pinça freio - QJG-9232 - reparo pinça freio - QJG-9232	4,000	UN	2mc	72,0000	288,00
2722	reservatorio expansão - QJG-9232 - reservatorio expansão - QJG-9232	1,000	UN	gonel	72,0000	72,00
2723	retentor traseiro motor - QJG-9232 - retentor traseiro motor - QJG-9232	2,000	UN	sabo	206,0000	412,00
2724	rolamento alternador - QJG-9232 - rolamento alternador - QJG-9232	2,000	UN	skf	72,0000	144,00
2725	rolamento compressor - QJG-9232 - rolamento compressor - QJG-9232	1,000	UN	vetor	158,0000	158,00
2726	rolamento roda dianteira - QJG-9232 - rolamento roda dianteira - QJG-9232	2,000	UN	fag	225,0000	450,00
2727	rolamento semi eixo - QJG-9232 - rolamento semi eixo - QJG-9232	2,000	UN	ina	67,0000	134,00
2728	rotor - QJG-9232 - rotor - QJG-9232	1,000	UN	bosch	440,0000	440,00
2729	selo compressor - QJG-9232 - selo compressor - QJG-9232	6,000	UN	delphi	128,0000	768,00
2730	sensor de nivel - QJG-9232 - sensor de nivel - QJG-9232	1,000	UN	tsa	172,0000	172,00
2731	sensor de velocidade - QJG-9232 - sensor de velocidade - QJG-9232	1,000	UN	mte	315,0000	315,00
2732	silencioso intermediario - QJG-9232 - silencioso intermediario - QJG-9232	1,000	UN	tuper	128,0000	128,00
2733	silencioso traseiro - QJG-9232 - silencioso traseiro - QJG-9232	1,000	UN	tuper	201,0000	201,00
2734	sonda lambada - QJG-9232 - sonda lambada - QJG-9232	1,000	UN	ntk	545,0000	545,00
2735	suporte escova - QJG-9232 - suporte escova - QJG-9232	1,000	UN	unifap	72,0000	72,00
2736	tambor freio traseiro - QJG-9232 - tambor freio traseiro - QJG-9232	2,000	UN	fremax	123,5000	247,00
2737	tampa reservatorio expansao - QJG-9232 - tampa reservatorio expansao - QJG-9232	1,000	UN	tanclink	26,0000	26,00
2738	terminal bateria - QJG-9232 - terminal bateria - QJG-9232	4,000	UN	start	16,0000	64,00

Página: 72 / 104

2739	terminal direção - QJG-9232 - terminal direção - QJG-9232	2,000	UN	viemar	103,0000	206,00
2740	terminal fio - QJG-9232 - terminal fio - QJG-9232	6,000	UN	marília	1,7000	10,20
2741	travas eletricas - QJG-9232 - travas eletricas - QJG-9232	4,000	UN	dni	79,0000	316,00
2742	valvula termostatica - QJG-9232 - valvula termostatica - QJG-9232	1,000	UN	mte	186,0000	186,00
2743	veda escape - QJG-9232 - veda escape - QJG-9232	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
2744	Velas - QJG-9232 - Velas - QJG-9232	4,000	UN	ngk	34,0000	136,00
Total do Participante:						38.207,25

Lote: 27**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2745	ADITIVO DE COMBUSTIVEL RLJ-5J03 - ADITIVO DE COMBUSTIVEL RLJ-5J03	4,000	UN	koube	52,0000	208,00
2746	ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO 95% MONOET. RLJ-5J03 - ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO 95% MONOET. RLJ-5J03	8,000	UN	wurth	58,0000	464,00
2747	ANTI EMBAÇANTE RLJ-5J03 - ANTI EMBAÇANTE RLJ-5J03	4,000	UN	wurth	22,0000	88,00
2748	ARRUELAS RLJ-5J03 - ARRUELAS RLJ-5J03	20,000	UN	ciser	1,7000	34,00
2749	BATERIA 65 AMPERES CCA 430 RLJ-5J03 - BATERIA 65 AMPERES CCA 430 RLJ-5J03	1,000	UN	pioneiro	552,0000	552,00
2750	BIELETAS RLJ-5J03 - BIELETAS RLJ-5J03	2,000	UN	trw	58,0000	116,00
2751	BOMBA DE LIMPADOR DE PARABRISAS RLJ-5J03 - BOMBA DE LIMPADOR DE PARABRISAS RLJ-5J03	2,000	UN	tsa	76,0000	152,00
2752	BUZINAS RLJ-5J03 - BUZINAS RLJ-5J03	2,000	UN	bosch	87,0000	174,00
2753	CAPAS DE TERMINAL RLJ-5J03 - CAPAS DE TERMINAL RLJ-5J03	10,000	UN	dsc	1,7000	17,00
2754	CINTAS PLASTICAS RLJ-5J03 - CINTAS PLASTICAS RLJ-5J03	20,000	UN	vonder	1,7000	34,00
2755	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA RLJ-5J03 - COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA RLJ-5J03	4,000	UN	cyclo	55,0000	220,00
2756	CONECTORES RLJ-5J03 - CONECTORES RLJ-5J03	4,000	UN	royce	35,0000	140,00
2757	CONTRA PINO RLJ-5J03 - CONTRA PINO RLJ-5J03	20,000	UN	fixofort	3,3000	66,00
2758	CONTRASTE RLJ-5J03 - CONTRASTE RLJ-5J03	4,000	UN	vinar	23,0000	92,00
2759	CORREIA ALTERNADOR RLJ-5J03 - CORREIA ALTERNADOR RLJ-5J03	4,000	UN	gates	120,0000	480,00
2760	FILTRO DE AR RLJ-5J03 - FILTRO DE AR RLJ-5J03	10,000	UN	tecfil	52,0000	520,00
2761	FILTRO DE AR CONDICIONADO RLJ-5J03 - FILTRO DE AR CONDICIONADO RLJ-5J03	10,000	UN	tecfil	34,0000	340,00
2762	FILTRO DE COMBUSTIVEL RLJ-5J03 - FILTRO DE COMBUSTIVEL RLJ-5J03	10,000	UN	tecfil	38,0000	380,00
2763	FILTRO DE OLEO RLJ-5J03 - FILTRO DE OLEO RLJ-5J03	10,000	UN	tecfil	32,0000	320,00
2764	FINALIZADOR DE SUPERFICIE RLJ-5J03 - FINALIZADOR DE SUPERFICIE RLJ-5J03	4,000	UN	wurth	19,0000	76,00
2765	FITA ISOLANTE RLJ-5J03 - FITA ISOLANTE RLJ-5J03	4,000	UN	dni	13,0000	52,00
2766	FLUIDO DE FREIO DOT 4 RLJ-5J03 - FLUIDO DE FREIO DOT 4 RLJ-5J03	4,000	UN	varga	48,0000	192,00
2767	FUSIVEIS RLJ-5J03 - FUSIVEIS RLJ-5J03	10,000	UN	ams	1,3000	13,00
2768	GRAMPO DE FIXAÇÃO RLJ-5J03 - GRAMPO DE FIXAÇÃO RLJ-5J03	50,000	UN	fiat	4,2500	212,50
2769	HIGIENIZADOR AR CONDICIONADO RLJ-5J03 - HIGIENIZADOR AR CONDICIONADO RLJ-5J03	10,000	UN	wurth	80,0000	800,00
2770	JOGO CABOS VELA RLJ-5J03 - JOGO CABOS VELA RLJ-5J03	1,000	UN	ngk	170,0000	170,00
2771	JOGOS DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS RLJ-5J03 - JOGOS DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS RLJ-5J03	6,000	UN	frasle	212,0000	1.272,00
2772	JOGOS DE SAPATA DE FREIO TRASEIRAS RLJ-5J03 - JOGOS DE SAPATA DE FREIO TRASEIRAS RLJ-5J03	2,000	UN	frasle	385,0000	770,00
2773	LAMPADAS 1 POLO RLJ-5J03 - LAMPADAS 1 POLO RLJ-5J03	8,000	UN	osram	7,0000	56,00
2774	LAMPADAS 2 POLOS RLJ-5J03 - LAMPADAS 2 POLOS RLJ-5J03	8,000	UN	osram	7,0000	56,00
2775	LAMPADAS H1 RLJ-5J03 - LAMPADAS H1 RLJ-5J03	6,000	UN	osram	28,0000	168,00
2776	LAMPADAS H11 RLJ-5J03 - LAMPADAS H11 RLJ-5J03	6,000	UN	hella	105,0000	630,00
2777	LAMPADAS H3 RLJ-5J03 - LAMPADAS H3 RLJ-5J03	6,000	UN	osram	40,0000	240,00

Página: 73 / 104

2778	LAMPADAS H7 RLJ-5J03 - LAMPADAS H7 RLJ-5J03	6,000	UN	osram	52,0000	312,00
2779	LAMPADAS PINGO D'AGUA RLJ-5J03 - LAMPADAS PINGO D'AGUA RLJ-5J03	8,000	UN	osram	6,0000	48,00
2780	LAMPADAS TORPEDO RLJ-5J03 - LAMPADAS TORPEDO RLJ-5J03	6,000	UN	osram	8,5000	51,00
2781	LIMPA PARABRISAS RLJ-5J03 - LIMPA PARABRISAS RLJ-5J03	4,000	UN	mundial	14,0000	56,00
2782	LIMPA RADIADOR RLJ-5J03 - LIMPA RADIADOR RLJ-5J03	2,000	UN	mundial	29,0000	58,00
2783	LITROS DE OLEO 5W30 RLJ-5J03 - LITROS DE OLEO 5W30 RLJ-5J03	50,000	LT	texaco	55,0000	2.750,00
2784	LITROS DE OLEO CAMBIO DCTF RLJ-5J03 - LITROS DE OLEO CAMBIO DCTF RLJ-5J03	6,000	LT	petronas	143,0000	858,00
2785	LITROS DE OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA RLJ-5J03 - LITROS DE OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA RLJ-5J03	6,000	LT	petronas	78,0000	468,00
2786	MAXI FUSIVEIS RLJ-5J03 - MAXI FUSIVEIS RLJ-5J03	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
2787	METROS DE FIO RLJ-5J03 - METROS DE FIO RLJ-5J03	10,000	MT	dni	3,9500	39,50
2788	METROS MANGUEIRA DE INJEÇÃO RLJ-5J03 - METROS MANGUEIRA DE INJEÇÃO RLJ-5J03	10,000	MT	gates	26,0000	260,00
2789	METROS MANGUEIRA DE SILICONE RLJ-5J03 - METROS MANGUEIRA DE SILICONE RLJ-5J03	10,000	MT	luciflex	6,0000	60,00
2790	METROS MANGUEIRA TELADA RLJ-5J03 - METROS MANGUEIRA TELADA RLJ-5J03	10,000	MT	himaflex	10,0000	100,00
2791	MINI FUSIVEIS RLJ-5J03 - MINI FUSIVEIS RLJ-5J03	10,000	UN	ams	1,3000	13,00
2792	ORING VEDAÇÃO CARTER RLJ-5J03 - ORING VEDAÇÃO CARTER RLJ-5J03	10,000	UN	wurth	11,0000	110,00
2793	PALHETAS DIANTEIRA RLJ-5J03 - PALHETAS DIANTEIRA RLJ-5J03	20,000	UN	bosch	58,0000	1.160,00
2794	PARAFUSOS RLJ-5J03 - PARAFUSOS RLJ-5J03	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
2795	PARAFUSOS DE RODA RLJ-5J03 - PARAFUSOS DE RODA RLJ-5J03	16,000	UN	rodafuso	19,0000	304,00
2796	PIVOS RLJ-5J03 - PIVOS RLJ-5J03	2,000	UN	viemar	118,0000	236,00
2797	PORCAS RLJ-5J03 - PORCAS RLJ-5J03	10,000	UN	ciser	1,8000	18,00
2798	PORTA FUSIVEIS RLJ-5J03 - PORTA FUSIVEIS RLJ-5J03	4,000	UN	rainha das sete	10,0000	40,00
2799	PORTA FUSIVEIS MAXI RLJ-5J03 - PORTA FUSIVEIS MAXI RLJ-5J03	4,000	UN	rainha das sete	17,0000	68,00
2800	RELE AUXILIAR RLJ-5J03 - RELE AUXILIAR RLJ-5J03	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
2801	TERMINAIS DIREÇÃO RLJ-5J03 - TERMINAIS DIREÇÃO RLJ-5J03	4,000	UN	viemar	170,0000	680,00
2802	TERMINAIS DE BATERIA RLJ-5J03 - TERMINAIS DE BATERIA RLJ-5J03	4,000	UN	start	13,0000	52,00
2803	TERMINAIS DE EMBUTI RLJ-5J03 - TERMINAIS DE EMBUTI RLJ-5J03	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
2804	TERMINAIS DE PARAFUSAR RLJ-5J03 - TERMINAIS DE PARAFUSAR RLJ-5J03	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
2805	VELAS IGNIÇÃO RLJ-5J03 - VELAS IGNIÇÃO RLJ-5J03	4,000	UN	ngk	28,0000	112,00

Total do Participante: 17.141,00

Lote: 28**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2806	ABRAÇADEIRA ESCAPE - RLF-2E65 - ABRAÇADEIRA ESCAPE - RLF-2E65	8,000	UN	uniao	10,0000	80,00
2807	ABRAÇADEIRA DE MANGUEIRA RLF-2E65 - ABRAÇADEIRA DE MANGUEIRA RLF-2E65	20,000	UN	wurth	8,4000	168,00
2808	ADITIVO DE COMBUSTIVEL RLF-2E65 - ADITIVO DE COMBUSTIVEL RLF-2E65	8,000	UN	koube	63,0000	504,00
2809	ADIT RAD CONC 95% MONOETILENOGLICOL RLF-2E65 - ADIT RAD CONC 95% MONOETILENOGLICOL RLF-2E65	12,000	UN	wurth	59,0000	708,00
2810	ALÇA ESCAPE RLF-2E65 - ALÇA ESCAPE RLF-2E65	8,000	UN	sampel	11,0000	88,00
2811	ALTERNADOR RLF-2E65 - ALTERNADOR RLF-2E65	2,000	UN	bosch	2.007,0000	4.014,00
2812	AMORTECEDORES DIANTEIROS RLF-2E65 - AMORTECEDORES DIANTEIROS RLF-2E65	4,000	UN	monroe	295,0000	1.180,00
2813	AMORTECEDORES TRASEIROS RLF-2E65 - AMORTECEDORES TRASEIROS RLF-2E65	4,000	UN	monroe	290,0000	1.160,00
2814	ANTI EMBAÇANTE RLF-2E65 - ANTI EMBAÇANTE RLF-2E65	8,000	UN	wurth	24,0000	192,00

Página: 74 / 104

2815	ARRUELAS RLF-2E65 - ARRUELAS RLF-2E65	40,000	UN	ciser	2,0000	80,00
2816	ARTICULADOR DE DIREÇÃO RLF-2E65 - ARTICULADOR DE DIREÇÃO RLF-2E65	8,000	UN	viemar	92,0000	736,00
2817	BATENTE PORTA RLF-2E65 - BATENTE PORTA RLF-2E65	8,000	UN	universal	49,0000	392,00
2818	BATERIA 60 AMPERES CAPACIDADE DE 430 CCA RLF-2E65 - BATERIA 60 AMPERES CAPACIDADE DE 430 CCA RLF-2E65	2,000	UN	pioneiro	448,0000	896,00
2819	BOBINA COMPRESSOR RLF-2E65 - BOBINA COMPRESSOR RLF-2E65	4,000	UN	mahle	648,0000	2.592,00
2820	BOBINA DE IGNIÇÃO RLF-2E65 - BOBINA DE IGNIÇÃO RLF-2E65	4,000	UN	ngk	204,0000	816,00
2821	BOMBA DE AGUA RLF-2E65 - BOMBA DE AGUA RLF-2E65	4,000	UN	schadeck	238,0000	952,00
2822	BOMBA DE ÁGUA RLF- 2E65 - BOMBA DE ÁGUA RLF- 2E65	4,000	UN	schadeck	173,0000	692,00
2823	BOMBA DE COMBUSTIVEL RLF-2E65 - BOMBA DE COMBUSTIVEL RLF-2E65	4,000	UN	delphi	495,0000	1.980,00
2824	BOMBA DE ÓLEO RLF-2E65 - BOMBA DE ÓLEO RLF-2E65	2,000	UN	schadeck	665,0000	1.330,00
2825	BOMBA DO LIMPADOR DE PARABRISAS RLF-2E65 - BOMBA DO LIMPADOR DE PARABRISAS RLF-2E65	4,000	UN	tsa	100,0000	400,00
2826	BOTÃO DO PORTA MALAS RLF-2E65 - BOTÃO DO PORTA MALAS RLF-2E65	4,000	UN	universal	45,0000	180,00
2827	BRAÇO OSCILANTE DA SUSPENSÃO DIANT RLF-2E65 - BRAÇO OSCILANTE DA SUSPENSÃO DIANT RLF-2E65	8,000	UN	nakata	171,0000	1.368,00
2828	BUCHA CAIXA DE DIREÇÃO RLF-2E65 - BUCHA CAIXA DE DIREÇÃO RLF-2E65	4,000	UN	axios	26,0000	104,00
2829	BUCHA DE BANDEJA TRASEIRA RLF-2E65 - BUCHA DE BANDEJA TRASEIRA RLF-2E65	32,000	UN	axios	25,0000	800,00
2830	BUCHA DO BRAÇO OSCILANTE RLF-2E65 - BUCHA DO BRAÇO OSCILANTE RLF-2E65	8,000	UN	axios	48,0000	384,00
2831	BUCHA ESTABILIZADOR EXTERNA RLF-2E65 - BUCHA ESTABILIZADOR EXTERNA RLF-2E65	8,000	UN	axios	26,0000	208,00
2832	BUCHA MOTOR DE PARTIDA RLF-2E65 - BUCHA MOTOR DE PARTIDA RLF-2E65	4,000	UN	moldmix	10,0000	40,00
2833	BUCHA TENSORA SUSPENSÃO DIANTEIRA RLF-2E65 - BUCHA TENSORA SUSPENSÃO DIANTEIRA RLF-2E65	16,000	UN	axios	23,0000	368,00
2834	BUJÃO DO CARTER RLF-2E65 - BUJÃO DO CARTER RLF-2E65	4,000	UN	wurth	28,0000	112,00
2835	BUZINAS RLF-2E65 - BUZINAS RLF-2E65	4,000	UN	bosch	80,0000	320,00
2836	CABO ACELERADOR RLF-2E65 - CABO ACELERADOR RLF-2E65	4,000	UN	cabovel	58,0000	232,00
2837	CABO DE EMBREAGEM RLF-2E65 - CABO DE EMBREAGEM RLF-2E65	4,000	UN	cabovel	150,0000	600,00
2838	CABO FREIO DE MAO TRASEIRO DIREITO RLF-2E65 - CABO FREIO DE MAO TRASEIRO DIREITO RLF-2E65	4,000	UN	cabovel	102,0000	408,00
2839	CABO FREIO DE MAO TRASEIRO ESQUERDO RLF-2E65 - CABO FREIO DE MAO TRASEIRO ESQUERDO RLF-2E65	4,000	UN	cabovel	102,0000	408,00
2840	CANO ARREFECIMENTO RLF-2E65 - CANO ARREFECIMENTO RLF-2E65	4,000	UN	jamaica	83,0000	332,00
2841	CANO DE FREIO RLF-2E65 - CANO DE FREIO RLF-2E65	8,000	UN	rigitec	50,0000	400,00
2842	CAPAS DE TERMINAL RLF-2E65 - CAPAS DE TERMINAL RLF-2E65	20,000	UN	dsc	1,7000	34,00
2843	CARGA DE GAS RLF-2E65 - CARGA DE GAS RLF-2E65	8,000	UN	eos	218,0000	1.744,00
2844	CHAVE SETA RLF-2E65 - CHAVE SETA RLF-2E65	2,000	UN	kostal	618,0000	1.236,00
2845	CILINDRO MESTRE RLF-2E65 - CILINDRO MESTRE RLF-2E65	2,000	UN	controil	357,0000	714,00
2846	CILINDROS DE RODA RLF-2E65 - CILINDROS DE RODA RLF-2E65	8,000	UN	controil	117,0000	936,00
2847	CINTAS PLASTICAS RLF-2E65 - CINTAS PLASTICAS RLF-2E65	40,000	UN	vonder	1,7000	68,00
2848	CLIP AR CONDICIONADO RLF-2E65 - CLIP AR CONDICIONADO RLF-2E65	16,000	UN	royce	23,0000	368,00
2849	COIFA CAIXA DE DIREÇÃO RLF-2E65 - COIFA CAIXA DE DIREÇÃO RLF-2E65	4,000	UN	axios	23,0000	92,00
2850	COIFA LADO CAMBIO RLF-2E65 - COIFA LADO CAMBIO RLF-2E65	4,000	UN	axios	35,0000	140,00
2851	COIFA LADO RODA RLF-2E65 - COIFA LADO RODA RLF-2E65	4,000	UN	axios	29,0000	116,00
2852	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA RLF-2E65 - COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA RLF-2E65	8,000	UN	cyclo	55,0000	440,00
2853	COMPRESSOR AR CONDICIONADO RLF-2E65 - COMPRESSOR AR CONDICIONADO RLF-2E65	2,000	UN	delphi	2.470,0000	4.940,00

Página: 75 / 104

2854	CONDENSADOR RLF-2E65 - CONDENSADOR RLF-2E65	2,000	UN	royce	860,0000	1.720,00
2855	CONECTORES RLF-2E65. - CONECTORES RLF-2E65.	8,000	UN	royce	38,0000	304,00
2856	CONEXÕES AR CONDICIONADO RLF-2E65 - CONEXÕES AR 16,000	16,000	UN	royce	23,5000	376,00
2857	CONDICIONADO RLF-2E65					
2857	CONTRA PINO RLF-2E65 - CONTRA PINO RLF-2E65	40,000	UN	fixofort	4,5000	180,00
2858	CONTRASTE RLF-2E65 - CONTRASTE RLF-2E65	8,000	UN	vinar	24,0000	192,00
2859	CORREIA ALTERNADOR RLF-2E65 - CORREIA 4,000	4,000	UN	gates	49,0000	196,00
2860	ALTERNADOR RLF-2E65					
2860	COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO RLF-2E65 - COXIM 4,000	4,000	UN	axios	64,0000	256,00
2861	AMORTECEDOR DIANTEIRO RLF-2E65					
2861	COXIM AMORTECEDOR TRASEIRO RLF-2E65 - COXIM 4,000	4,000	UN	axios	51,0000	204,00
2862	AMORTECEDOR TRASEIRO RLF-2E65					
2862	COXIM DE CAMBIO RLF-2E65 - COXIM DE CAMBIO RLF- 4,000	4,000	UN	axios	117,0000	468,00
2863	2E65					
2863	COXIM MOTOR LADO DIREITO RLF-2E65 - COXIM MOTOR 4,000	4,000	UN	axios	96,0000	384,00
2864	LADO DIREITO RLF-2E65					
2864	COXIM MOTOR LADO ESQUERDO RLF-2E65 - COXIM 4,000	4,000	UN	axios	115,0000	460,00
2865	MOTOR LADO ESQUERDO RLF-2E65					
2865	CUBO DE RODA DIANTEIRO RLF-2E65 - CUBO DE RODA 4,000	4,000	UN	fremax	117,0000	468,00
2866	DIANTEIRO RLF-2E65					
2866	CUBO DE RODA TRASEIRO RLF-2E65 - CUBO DE RODA 4,000	4,000	UN	fremax	162,0000	648,00
2867	TRASEIRO RLF-2E65					
2867	DISCOS DE FREIO DIANTEIRO RLF-2E65 - DISCOS DE 8,000	8,000	UN	fremax	125,0000	1.000,00
2868	FREIO DIANTEIRO RLF-2E65					
2868	ELETROVENTILADOR RLF-2E65 - ELETROVENTILADOR 4,000	4,000	UN	bauen	533,0000	2.132,00
2869	RLF-2E65					
2869	ENGRENAGEM CORREIA DENTADA RLF-2E65 - 4,000	4,000	UN	fiat	96,0000	384,00
2870	ENGRENAGEM CORREIA DENTADA RLF-2E65					
2870	ESCAPE INTERMEDIARIO RLF-2E65 - ESCAPE 4,000	4,000	UN	pioneiro	162,0000	648,00
2871	INTERMEDIARIO RLF-2E65					
2871	ESCAPE TRASEIRO RLF-2E65 - ESCAPE TRASEIRO RLF- 4,000	4,000	UN	pioneiro	192,0000	768,00
2872	2E65					
2872	ESPIGÃO RLF-2E65 - ESPIGÃO RLF-2E65	4,000	UN	royce	25,0000	100,00
2873	EVAPORADOR RLF-2E65 - EVAPORADOR RLF-2E65	2,000	UN	denso	645,0000	1.290,00
2874	FECHADURA LADO DIREITO RLF-2E65 - FECHADURA 4,000	4,000	UN	universal	58,0000	232,00
2875	LADO DIREITO RLF-2E65					
2875	FECHADURA LADO ESQUERDO RLF-2E65 - FECHADURA 4,000	4,000	UN	universal	58,0000	232,00
2876	LADO ESQUERDO RLF-2E65					
2876	FECHADURA PORTA MALAS RLF-2E65 - FECHADURA 2,000	2,000	UN	universal	61,5000	123,00
2877	PORTA MALAS RLF-2E65					
2877	FEIXE DE MOLAS TRAS RLF-2E65 - FEIXE DE MOLAS TRAS 2,000	2,000	UN	kitcia	669,0000	1.338,00
2878	RLF-2E65					
2878	FILTRO DE AR RLF-2E65 - FILTRO DE AR RLF-2E65	6,000	UN	tecfil	61,0000	366,00
2879	FILTRO DE AR CONDICIONADO RLF-2E65 - FILTRO DE AR 6,000	6,000	UN	tecfil	31,0000	186,00
2880	CONDICIONADO RLF-2E65					
2880	FILTRO DE COMBUSTIVEL RLF-2E65 - FILTRO DE 6,000	6,000	UN	tecfil	35,0000	210,00
2881	COMBUSTIVEL RLF-2E65					
2881	FILTRO DE OLEO RLF-2E65 - FILTRO DE OLEO RLF-2E65	6,000	UN	tecfil	40,0000	240,00
2882	FILTRO SECADOR RLF-2E65 - FILTRO SECADOR RLF-2E65	4,000	UN	mahle	86,0000	344,00
2883	FINALIZADOR DE SUPERFICIE RLF-2E65 - FINALIZADOR 2,000	2,000	UN	wurth	18,0000	36,00
2884	DE SUPERFICIE RLF-2E65					
2884	FITA ISOLANTE RLF-2E65 - FITA ISOLANTE RLF-2E65	8,000	UN	dni	7,0000	56,00
2885	FLEXIVEIS DE FREIO RLF-2E65 - FLEXIVEIS DE FREIO RLF- 8,000	8,000	UN	varga	42,0000	336,00
2886	2E65					
2886	FLUIDO DE FREIO DOT 4 RLF-2E65 - FLUIDO DE FREIO 4,000	4,000	UN	varga	40,0000	160,00
2887	DOT 4 RLF-2E65					
2887	FLUSHING AR CONDICIONADO RLF-2E65 - FLUSHING AR 4,000	4,000	UN	wurth	158,0000	632,00
2888	CONDICIONADO RLF-2E65					
2888	FLUSHING DIREÇÃO HIDRAULICA RLF-2E65 - FLUSHING 2,000	2,000	UN	wurth	201,0000	402,00
2889	DIREÇÃO HIDRAULICA RLF-2E65					
2889	FUSIVEIS RLF-2E65 - FUSIVEIS RLF-2E65	20,000	UN	ams	1,3000	26,00
2890	GRAMPO DE FIXAÇÃO RLF-2E65 - GRAMPO DE FIXAÇÃO 50,000	50,000	UN	dsc	3,0000	150,00
2891	RLF-2E65					
2891	HIGIENIZADOR AR CONDICIONADO RLF-2E65 - 8,000	8,000	UN	wurth	90,0000	720,00
2892	HIGIENIZADOR AR CONDICIONADO RLF-2E65					
2892	IMPULSOR DE PARTIDA RLF-2E65 - IMPULSOR DE PARTIDA 4,000	4,000	UN	zen	40,0000	160,00
2893	RLF-2E65					
2893	INDUZIDO DE PARTIDA RLF-2E65 - INDUZIDO DE PARTIDA 4,000	4,000	UN	automax	257,0000	1.028,00
	RLF-2E65					

2894	JOGO CABOS DE VELAS RLF-2E65 - JOGO CABOS DE VELAS RLF-2E65	4,000	UN	ngk	177,0000	708,00
2895	JOGO DE ANEIS DE PISTÃO RLF-2E65 - JOGO DE ANEIS DE PISTÃO RLF-2E65	2,000	UN	mahle	542,0000	1.084,00
2896	JOGO DE ANEL DE ENCOSTO RLF-2E65 - JOGO DE ANEL DE ENCOSTO RLF-2E65	2,000	UN	mahle	76,0000	152,00
2897	JOGO DE BRONZINA BIELA RLF-2E65 - JOGO DE BRONZINA BIELA RLF-2E65	2,000	UN	mahle	270,0000	540,00
2898	JOGO DE BRONZINA MANCAL RLF-2E65 - JOGO DE BRONZINA MANCAL RLF-2E65	2,000	UN	mahle	285,0000	570,00
2899	JOGO DE JUNTAS RLF-2E65 - JOGO DE JUNTAS RLF-2E65	2,000	UN	sabo	277,0000	554,00
2900	JOGOS DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS RLF-2E65 - JOGOS DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS RLF-2E65	8,000	UN	frasle	172,0000	1.376,00
2901	JOGOS DE SAPATA DE FREIO TRASEIRAS RLF-2E65 - JOGOS DE SAPATA DE FREIO TRASEIRAS RLF-2E65	4,000	UN	frasle	184,0000	736,00
2902	JOGO PARAFUSO DE CABEÇOTE RLF-2E65 - JOGO PARAFUSO DE CABEÇOTE RLF-2E65	2,000	UN	taranto	133,0000	266,00
2903	JUNTA CABEÇOTE RLF-2E65 - JUNTA CABEÇOTE RLF-2E65	2,000	UN	sabo	133,0000	266,00
2904	JUNTA ESCAPE RLF-2E65 - JUNTA ESCAPE RLF-2E65	8,000	UN	universal	21,5000	172,00
2905	JUNTA HOMOCINÉTICA RLF-2E65 - JUNTA HOMOCINÉTICA RLF-2E65	4,000	UN	nakata	217,0000	868,00
2906	JUNTA TAMPA DE VALVULAS RLF-2E65 - JUNTA TAMPA DE VALVULAS RLF-2E65	4,000	UN	sabo	56,0000	224,00
2907	KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO RLF-2E65 - KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO RLF-2E65	4,000	UN	sampel	74,0000	296,00
2908	KIT CORREIA DENTADA RLF-2E65 - KIT CORREIA DENTADA RLF-2E65	2,000	UN	gates	410,0000	820,00
2909	KIT DE EMBREAGEM RLF-2E65 - KIT DE EMBREAGEM RLF-2E65	2,000	UN	sachs	1.010,0000	2.020,00
2910	LAMPADA TORPEDO RLF-2E65 - LAMPADA TORPEDO RLF-2E65	12,000	UN	osram	8,5000	102,00
2911	LAMPADAS 1 POLO RLF-2E65 - LAMPADAS 1 POLO RLF-2E65	16,000	UN	osram	7,0000	112,00
2912	KIT MOLEJO DA MOLA TRAS RLF-2E65 - KIT MOLEJO DA MOLA TRAS RLF-2E65	4,000	UN	kitcia	35,0000	140,00
2913	LAMPADAS 2 POLOS RLF-2E65 - LAMPADAS 2 POLOS RLF-2E65	16,000	UN	osram	7,0000	112,00
2914	LAMPADAS H1 RLF-2E65 - LAMPADAS H1 RLF-2E65	12,000	UN	osram	28,0000	336,00
2915	LAMPADAS H3 RLF-2E65 - LAMPADAS H3 RLF-2E65	12,000	UN	osram	28,0000	336,00
2916	LAMPADAS H4 RLF-2E65 - LAMPADAS H4 RLF-2E65	12,000	UN	osram	29,0000	348,00
2917	LAMPADAS PINGO D'ÁGUA RLF-2E65 - LAMPADAS PINGO D'ÁGUA RLF-2E65	16,000	UN	osram	6,0000	96,00
2918	LIMPA PARABRISAS RLF-2E65 - LIMPA PARABRISAS RLF-2E65	8,000	UN	mundial	13,0000	104,00
2919	LIMPA RADIADOR RLF-2E65 - LIMPA RADIADOR RLF-2E65	4,000	UN	mundial	32,0000	128,00
2920	LT DE OLEO 5W30 SN RLF-2E65 - LT DE OLEO 5W30 SN RLF-2E65	60,000	LT	petronas	48,0000	2.880,00
2921	LITROS DE OLEO 75W80 RLF-2E65 - LITROS DE OLEO 75W80 RLF-2E65	6,000	LT	petronas	108,0000	648,00
2922	LITROS DE OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA RLF-2E65 - LITROS DE OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA RLF-2E65	6,000	LT	petronas	85,0000	510,00
2923	MAÇANETA EXTERNA LADO DIREITO RLF-2E65 - MAÇANETA EXTERNA LADO DIREITO RLF-2E65	4,000	UN	universal	113,0000	452,00
2924	MAÇANETA EXTERNA LADO ESQUERDO RLF-2E65 - MAÇANETA EXTERNA LADO ESQUERDO RLF-2E65	4,000	UN	universal	113,0000	452,00
2925	MAÇANETA INTERNA LADO DIREITO RLF-2E65 - MAÇANETA INTERNA LADO DIREITO RLF-2E65	4,000	UN	universal	40,0000	160,00
2926	MAÇANETA INTERNA LADO ESQUERDO RLF-2E65 - MAÇANETA INTERNA LADO ESQUERDO RLF-2E65	4,000	UN	universal	40,0000	160,00
2927	MANGUEIRA ARREFECIMENTO RLF-2E65 - MANGUEIRA ARREFECIMENTO RLF-2E65	4,000	UN	jamaica	154,0000	616,00
2928	MANGUEIRA FILTRO DE AR RLF-2E65 - MANGUEIRA FILTRO DE AR RLF-2E65	4,000	UN	controil	130,0000	520,00
2929	MANGUEIRA TELADA RLF-2E65 - MANGUEIRA TELADA RLF-2E65	20,000	UN		11,0000	220,00
2930	MAXI FUSIVEIS RLF-2E65 - MAXI FUSIVEIS RLF-2E65	12,000	UN	ams	6,5000	78,00
2931	METROS DE CABO DE BATERIA RLF-2E65 - METROS DE CABO DE BATERIA RLF-2E65	4,000	MT	dni	75,0000	300,00
2932	METROS DE FIO RLF-2E65 - METROS DE FIO RLF-2E65	20,000	MT	dni	4,7500	95,00

Página: 77 / 104

2933	METROS DE MANGUEIRA AR COND RLF-2E65 - METROS 4,000	MT	RCA	151,0000	604,00
2934	DE MANGUEIRA AR COND RLF-2E65 METROS MANGUEIRA DE INJEÇÃO RLF-2E65 - METROS 20,000	MT	gatesl	21,5000	430,00
2935	MANGUEIRA DE INJEÇÃO RLF-2E65 METROS MANGUEIRA DE SILICONE RLF-2E65 - METROS 20,000	MT	luciflex	9,0000	180,00
2936	MANGUEIRA DE SILICONE RLF-2E65 METROS MANGUEIRA RIGIDA RLF-2E65 - METROS 20,000	MT	rigitec	7,5000	150,00
2937	MANGUEIRA RIGIDA RLF-2E65 MINI FUSIVEIS RLF-2E65 - MINI FUSIVEIS RLF-2E65 20,000	UN	ams	1,3000	26,00
2938	MOLA PINÇA DE FREIO RLF-2E65 - MOLA PINÇA DE FREIO 8,000	UN	2mc	17,0000	136,00
2939	RLF-2E65 MOTOR DE PARTIDA RLF-2E65 - MOTOR DE PARTIDA RLF- 2,000	UN	valeo	1.909,0000	3.818,00
2940	2E65 OLEO COMPRESSOR RLF-2E65 - OLEO COMPRESSOR RLF- 8,000	UN	montreal	72,0000	576,00
2941	2E65 ORING DE VEDAÇÃO RLF-2E65 - ORING DE VEDAÇÃO RLF- 10,000	UN	wurth	5,0000	50,00
2942	2E65 ORING VEDAÇÃO CARTER RLF-2E65 - ORING VEDAÇÃO 12,000	UN	wurth	4,0000	48,00
2943	CARTER RLF-2E65 PALHETA DIANTEIRA RLF-2E65 - PALHETA DIANTEIRA RLF- 8,000	UN	bosch	80,0000	640,00
2944	2E65 PALHETAS TRASEIRAS RLF-2E65 - PALHETAS TRASEIRAS 4,000	UN	bosch	91,0000	364,00
2945	RLF-2E65 PARAFUSOS RLF-2E65 - PARAFUSOS RLF-2E65 20,000	UN	ciser	3,0000	60,00
2946	PARAFUSOS DE RODA RLF-2E65 - PARAFUSOS DE RODA 32,000	UN	rodafuso	14,0000	448,00
2947	RLF-2E65 PELICULA DE NANO CARBONO DA VIGIA RLF-2E65 - 4,000	UN	gateway	380,5000	1.522,00
2948	PELICULA DE NANO CARBONO DA VIGIA RLF-2E65 PELICULA DE NANO CARBONO VID DIANT RLF-2E65 - 4,000	UN	gateway	407,5000	1.630,00
2949	PELICULA DE NANO CARBONO VID DIANT RLF-2E65 PELICULA DE NANO CARBONO VIDRO LAT RLF-2E65 - 16,000	UN	gateway	185,4000	2.966,40
2950	PELICULA DE NANO CARBONO VIDRO LAT RLF-2E65 PISTÃO DE MOTOR RLF-2E65 - PISTÃO DE MOTOR RLF- 8,000	UN	mahle	356,5000	2.852,00
2951	2E65 PIVOS DE SUSPENSÃO RLF-2E65 - PIVOS DE SUSPENSÃO 8,000	UN	driwe	86,0000	688,00
2952	RLF-2E65 PLACA RETIFICADORA RLF-2E65 - PLACA RETIFICADORA 4,000	UN	bosch	175,0000	700,00
2953	RLF-2E65 POLIA ALTERNADOR RLF-2E65 - POLIA ALTERNADOR RLF- 2,000	UN	nytron	99,0000	198,00
2954	2E65 POLIA COMPRESSOR RLF-2E65 - POLIA COMPRESSOR RLF- 2,000	UN	denso	432,0000	864,00
2955	2E65 POLIA CORREIA ALTERNADOR RLF-2E65 - POLIA CORREIA 2,000	UN	nytron	98,0000	196,00
2956	ALTERNADOR RLF-2E65 PORCAS RLF-2E65 - PORCAS RLF-2E65 20,000	UN	ciser	2,0000	40,00
2957	PORTA FUSIVEIS RLF-2E65 - PORTA FUSIVEIS RLF-2E65 8,000	UN	rainha das sete	11,5000	92,00
2958	PORTA FUSIVEIS MAXI RLF-2E65 - PORTA FUSIVEIS MAXI 8,000	UN	rainha das sete	19,0000	152,00
2959	RLF-2E65 PRESSOSTATO RLF-2E65 - PRESSOSTATO RLF-2E65 2,000	UN	royce	151,0000	302,00
2960	RADIADOR RLF-2E65 - RADIADOR RLF-2E65 2,000	UN	visconde	649,0000	1.298,00
2961	REGULADOR DE VOLTAGEM RLF-2E65 - REGULADOR DE 4,000	UN	bosch	44,0000	176,00
2962	VOLTAGEM RLF-2E65 RELE AUXILIAR RLF-2E65 - RELE AUXILIAR RLF-2E65 8,000	UN	dni	22,0000	176,00
2963	RELE DE PARTIDA RLF-2E65 - RELE DE PARTIDA RLF-2E65 4,000	UN	zm	278,0000	1.112,00
2964	REPARO PINÇA DE FREIO RLF-2E65 - REPARO PINÇA DE 4,000	UN	corcerama	69,0000	276,00
2965	REPARO SAPATA DE FREIO RLF-2E65 - REPARO SAPATA 4,000	UN	2mc	47,0000	188,00
2966	DE FREIO RLF-2E65 RESERVATORIO EXPANSÃO RLF-2E65 - RESERVATORIO 4,000	UN	gonel	69,0000	276,00
2967	EXPANSÃO RLF-2E65 RESISTENCIA ELETROVENTILADOR RLF-2E65 - 4,000	UN	bosch	181,0000	724,00
2968	RESISTENCIA ELETROVENTILADOR RLF-2E65 RETENTOR TRASEIRO DO MOTOR RLF-2E65 - RETENTOR 2,000	UN	sabo	197,0000	394,00
2969	TRASEIRO DO MOTOR RLF-2E65 ROLAMENTO ALTERNADOR RLF-2E65 - ROLAMENTO 8,000	UN	skf	68,0000	544,00
2970	ALTERNADOR RLF-2E65 ROLAMENTO COMPRESSOR RLF-2E65 - ROLAMENTO 4,000	UN	vetor	151,0000	604,00
2971	COMPRESSOR RLF-2E65 ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO RLF-2E65 - 4,000	UN	fag	215,0000	860,00
	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO RLF-2E65				

Página: 78 / 104

2972	ROLAMENTO SEMI EIXO RLF-2E65 - ROLAMENTO SEMI EIXO RLF-2E65	4,000	UN	ina	64,0000	256,00
2973	ROLAMENTO TENSOR ALTERNADOR RLF-2E65 - ROLAMENTO TENSOR ALTERNADOR RLF-2E65	4,000	UN	nytron	564,0000	2.256,00
2974	ROTOR RLF-2E65 - ROTOR RLF-2E65	2,000	UN	bosch	420,0000	840,00
2975	SELO COMPRESSOR RLF-2E65 - SELO COMPRESSOR RLF-2E65	6,000	UN	delphi	122,0000	732,00
2976	SENSOR DE NIVEL RLF-2E65 - SENSOR DE NIVEL RLF-2E65	4,000	UN	tsa	165,0000	660,00
2977	SENSOR DE VELOCIDADE RLF-2E65 - SENSOR DE VELOCIDADE RLF-2E65	2,000	UN	mte	300,0000	600,00
2978	SONDA LAMBDA RLF-2E65 - SONDA LAMBDA RLF-2E65	4,000	UN	ntk	520,0000	2.080,00
2979	SUPORTE ESCOVA RLF-2E65 - SUPORTE ESCOVA RLF-2E65	4,000	UN	unifap	69,0000	276,00
2980	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO RLF-2E65 - TAMBOR DE FREIO TRASEIRO RLF-2E65	4,000	UN	fremax	118,0000	472,00
2981	TAMPA RESERVATORIO DE EXPANSÃO RLF-2E65 - TAMPA RESERVATORIO DE EXPANSÃO RLF-2E65	4,000	UN	tancllick	25,0000	100,00
2982	TAMPA VALVULA DE SERVIÇO RLF-2E65 - TAMPA VALVULA DE SERVIÇO RLF-2E65	8,000	UN	royce	36,5000	292,00
2983	TERMINAIS DE BATERIA RLF-2E65 - TERMINAIS DE BATERIA RLF-2E65	8,000	UN	start	14,0000	112,00
2984	TERMINAIS DE DIREÇÃO RLF-2E65 - TERMINAIS DE DIREÇÃO RLF-2E65	8,000	UN	viemar	92,0000	736,00
2985	TERMINAIS DE EMBUTI RLF-2E65 - TERMINAIS DE EMBUTI RLF-2E65	20,000	UN	marilia	1,7000	34,00
2986	TERMINAIS DE PARAFUSAR RLF-2E65 - TERMINAIS DE PARAFUSAR RLF-2E65	20,000	UN	marilia	1,7000	34,00
2987	TERMOSTATO RLF-2E65 - TERMOSTATO RLF-2E65	2,000	UN	fiat	199,0000	398,00
2988	TRAVAS ELETRICAS RLF-2E65 - TRAVAS ELETRICAS RLF-2E65	8,000	UN	dni	75,0000	600,00
2989	VALVULA BLOCK RLF-2E65 - VALVULA BLOCK RLF-2E65	4,000	UN	royce	300,0000	1.200,00
2990	VALVULA DE SERVIÇO RLF-2E65 - VALVULA DE SERVIÇO RLF-2E65	8,000	UN	royce	28,0000	224,00
2991	VALVULA TERMOSTATICA RLF-2E65 - VALVULA TERMOSTATICA RLF-2E65	2,000	UN	mte	178,0000	356,00
2992	VEDA ESCAPE RLF-2E65 - VEDA ESCAPE RLF-2E65	2,000	UN	orbi	17,0000	34,00
2993	VELAS DE IGNIÇÃO RLF-2E65 - VELAS DE IGNIÇÃO RLF-2E65	16,000	UN	ngk	34,0000	544,00
Total do Participante:						113.960,40

Lote: 29**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2994	ABRAÇADEIRA FIXA TUBO ESCAPAMENTO A TURBINA RXK-6D39 - ABRAÇADEIRA FIXA TUBO ESCAPAMENTO A TURBINA RXK-6D39	3,000	UN	Tpic	248,0000	744,00
2995	ABRAÇADEIRA MANGUEIRA RXK-6D39 - ABRAÇADEIRA MANGUEIRA RXK-6D39	10,000	UN	wurth	12,0000	120,00
2996	ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO - RXK-6D39 - ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO - RXK-6D39	6,000	UN	wurth	81,0000	486,00
2997	AMORTECEDOR CAPO DIANT - RXK-6D39 - AMORTECEDOR CAPO DIANT - RXK-6D39	2,000	UN	monroe	177,0000	354,00
2998	AMORTECEDOR DIANT - RXK-6D39 - AMORTECEDOR DIANT - RXK-6D39	2,000	UN	monroe	403,0000	806,00
2999	AMORTECEDOR TRAS - RXK-6D39 - AMORTECEDOR TRAS - RXK-6D39	2,000	UN	monroe	351,0000	702,00
3000	ARRUELAS - RXK-6D39 - ARRUELAS - RXK-6D39	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
3001	BARRA DIREÇÃO LATERAL CURVA PARA DIREITA 690MM - RXK-6D39 - BARRA DIREÇÃO LATERAL CURVA PARA DIREITA 690MM - RXK-6D39	2,000	UN	linus	879,0000	1.758,00
3002	BATERIA 100 AMP 650 CCA - RXK-6D39 - BATERIA 100 AMP 650 CCA - RXK-6D39	1,000	UN	pioneio	897,0000	897,00
3003	BENDIX - RXK-6D39 - BENDIX - RXK-6D39	1,000	UN	zen	618,0000	618,00
3004	BOMBA INJETOR AGUA PARABRISA - RXK-6D39 - BOMBA INJETOR AGUA PARABRISA - RXK-6D39	1,000	UN	tsa	80,0000	80,00
3005	BORRACHA AMORT .DIANT. SUPERIOR - RXK-6D39 - BORRACHA AMORT .DIANT. SUPERIOR - RXK-6D39	6,000	UN	rei	41,0000	246,00
3006	BORRACHA AMORT.DIANT.INFERIOR - RXK-6D39 -	6,000	UN	rei	41,0000	246,00

BORRACHA AMORT.DIANT.INFERIOR - RXK-6D39							
3007	BORRACHA AMORT.TRAS - RXK-6D39 - BORRACHA AMORT.TRAS - RXK-6D39	6,000	UN	rei	21,5000	129,00	
3008	BORRACHA ESTAB.TRAS.INTERNO - RXK-6D39 - BORRACHA ESTAB.TRAS.INTERNO - RXK-6D39	6,000	UN	rei	31,5000	189,00	
3009	BORRACHA ESTABILIZADOR TRAS. EXTERNO - RXK-6D39 - BORRACHA ESTABILIZADOR TRAS. EXTERNO - RXK-6D39	2,000	UN	rei	37,0000	74,00	
3010	BRAÇO LIMPADOR - RXK-6D39 - BRAÇO LIMPADOR - RXK-6D39	2,000	UN	agrale	251,5000	503,00	
3011	BUCHA ESTABILIZADOR DIANT. PONTA - RXK-6D39 - BUCHA ESTABILIZADOR DIANT. PONTA - RXK-6D39	4,000	UN	rei	16,5000	66,00	
3012	BUCHA MOLA DIANT. - RXK-6D39 - BUCHA MOLA DIANT. - RXK-6D39	4,000	UN	rei	100,5000	402,00	
3013	BUCHA MOLA TRASEIRA - RXK-6D39 - BUCHA MOLA TRASEIRA - RXK-6D39	4,000	UN	rei	100,5000	402,00	
3014	CABO ACELERADOR - RXK-6D39 - CABO ACELERADOR - RXK-6D39	2,000	UN	cabovel	132,0000	264,00	
3015	CABO COMANDO CAMBIO ENGATE - RXK-6D39 - CABO COMANDO CAMBIO ENGATE - RXK-6D39	1,000	UN	cabovel	883,0000	883,00	
3016	CABO COMANDO CAMBIO SELEÇÃO - RXK-6D39 - CABO COMANDO CAMBIO SELEÇÃO - RXK-6D39	1,000	UN	cabovel	1.006,0000	1.006,00	
3017	CAPA TERMINAL - RXK-6D39 - CAPA TERMINAL - RXK-6D39	10,000	UN	dsc	2,0000	20,00	
3018	CHAVE SETA - RXK-6D39 - CHAVE SETA - RXK-6D39	1,000	UN	kostal	655,0000	655,00	
3019	CILINDRO AUXILIAR EMBREAGEM - RXK-6D39 - CILINDRO AUXILIAR EMBREAGEM - RXK-6D39	1,000	UN	controil	1.017,5000	1.017,50	
3020	CINTAS PLASTICAS - RXK-6D39 - CINTAS PLASTICAS - RXK-6D39	30,000	UN	vonder	1,5000	45,00	
3021	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA - RXK-6D39 - COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA - RXK-6D39	4,000	UN	cyclo	60,0000	240,00	
3022	COLUNA DIREÇÃO - RXK-6D39 - COLUNA DIREÇÃO - RXK-6D39	1,000	UN	viemar	2.612,5000	2.612,50	
3023	COMUTADOR IGNIÇÃO - RXK-6D39 - COMUTADOR IGNIÇÃO - RXK-6D39	1,000	UN	facobras	1.297,0000	1.297,00	
3024	CONECTORES - RXK-6D39 - CONECTORES - RXK-6D39	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00	
3025	CORREIA VIRABREQUIM ALTERNADOR BOMBA AGUA - RXK-6D39 - CORREIA VIRABREQUIM ALTERNADOR BOMBA AGUA - RXK-6D39	2,000	UN	gates	106,5000	213,00	
3026	COXIM MOTOR - RXK-6D39 - COXIM MOTOR - RXK-6D39	2,000	UN	rei	188,5000	377,00	
3027	CREMALHEIRA - RXK-6D39 - CREMALHEIRA - RXK-6D39	1,000	UN	autimpex	2.049,5000	2.049,50	
3028	CRUZETA CARDAN - RXK-6D39 - CRUZETA CARDAN - RXK-6D39	2,000	UN	meritor	276,5000	553,00	
3029	CRUZETA COLUNA DIREÇÃO - RXK-6D39 - CRUZETA COLUNA DIREÇÃO - RXK-6D39	2,000	UN	stahl	96,5000	193,00	
3030	DESENGRAXANTE EXPRESS 500ML - RXK-6D39 - DESENGRAXANTE EXPRESS 500ML - RXK-6D39	4,000	UN	wurth	62,0000	248,00	
3031	EMENDA DE METAL MANGA AR - RXK-6D39 - EMENDA DE METAL MANGA AR - RXK-6D39	3,000	UN	wurth	62,0000	186,00	
3032	FAIXA REFLETIVA 50X300 - RXK-6D39 - FAIXA REFLETIVA 50X300 - RXK-6D39	10,000	UN	3m	10,0000	100,00	
3033	FILTRO AR EXTERNO - RXK-6D39 - FILTRO AR EXTERNO - RXK-6D39	2,000	UN	tecfil	169,0000	338,00	
3034	FILTRO AR INTERNO - RXK-6D39 - FILTRO AR INTERNO - RXK-6D39	2,000	UN	tecfil	106,0000	212,00	
3035	FILTRO COMBUSTIVEL - RXK-6D39 - FILTRO COMBUSTIVEL - RXK-6D39	2,000	UN	tecfil	109,5000	219,00	
3036	FILTRO DE OLEO LUBRIF. - RXK-6D39 - FILTRO DE OLEO LUBRIF. - RXK-6D39	2,000	UN	tecfil	75,5000	151,00	
3037	FILTRO SECADOR AR APU MBB - RXK-6D39 - FILTRO SECADOR AR APU MBB - RXK-6D39	1,000	UN	tecfil	348,0000	348,00	
3038	FILTRO SEPARADOR DE AGUA - RXK-6D39 - FILTRO SEPARADOR DE AGUA - RXK-6D39	2,000	UN	tecfil	105,5000	211,00	
3039	MT FITA ANTIRUÍDO - RXK-6D39 - MT FITA ANTIRUÍDO - RXK-6D39	10,000	UN	3m	16,5000	165,00	
3040	FITA ISOLANTE - RXK-6D39 - FITA ISOLANTE - RXK-6D39	8,000	UN	dni	7,0000	56,00	
3041	FLUIDO FREIO DOT 4 - RXK-6D39 - FLUIDO FREIO DOT 4 - RXK-6D39	4,000	UN	varga	44,0000	176,00	
3042	FREIO MOTOR - RXK-6D39 - FREIO MOTOR - RXK-6D39	1,000	UN	sdubo	1.593,5000	1.593,50	
3043	FUSIVEIS - RXK-6D39 - FUSIVEIS - RXK-6D39	15,000	UN	ams	1,7000	25,50	

Página: 80 / 104

3044	INDUZIDO - RXK-6D39 - INDUZIDO - RXK-6D39	1,000	UN	automax	835,0000	835,00
3045	INTERRUPTOR LUZ RÉ - RXK-6D39 - INTERRUPTOR LUZ RÉ - RXK-6D39	1,000	UN	3rho	141,0000	141,00
3046	JG LONAS FREIO TRAS/DIANT - RXK-6D39 - JG LONAS FREIO TRAS/DIANT - RXK-6D39	2,000	UN	frasle	168,0000	336,00
3047	JG PATIN FREIO - RXK-6D39 - JG PATIN FREIO - RXK-6D39	2,000	UN	frasle	287,5000	575,00
3048	JOGO EMBUCHAMENTO P/ 2 LADOS - RXK-6D39 - JOGO EMBUCHAMENTO P/ 2 LADOS - RXK-6D39	1,000	UN	butuem	788,0000	788,00
3049	JUNTAS COLETOR - RXK-6D39 - JUNTAS COLETOR - RXK-6D39	4,000	UN	sabo	13,5000	54,00
3050	KG GRAXA - RXK-6D39 - KG GRAXA - RXK-6D39	3,000	UN	petronas	49,0000	147,00
3051	KIT EMBREAGEM - RXK-6D39 - KIT EMBREAGEM - RXK-6D39	1,000	UN	eaton	4.321,0000	4.321,00
3052	LAMPADA 1 POLO 24V - RXK-6D39 - LAMPADA 1 POLO 24V - RXK-6D39	6,000	UN	osram	9,0000	54,00
3053	LAMPADA 2 POLO 24V - RXK-6D39 - LAMPADA 2 POLO 24V - RXK-6D39	6,000	UN	osram	9,0000	54,00
3054	LAMPADA 69 24V - RXK-6D39 - LAMPADA 69 24V - RXK-6D39	6,000	UN	osram	8,0000	48,00
3055	LAMPADA 67 24V - RXK-6D39 - LAMPADA 67 24V - RXK-6D39	6,000	UN	osram	8,0000	48,00
3056	LAMPADA H1 24V - RXK-6D39 - LAMPADA H1 24V - RXK-6D39	6,000	UN	osram	51,0000	306,00
3057	LAMPADA H3 24V - RXK-6D39 - LAMPADA H3 24V - RXK-6D39	6,000	UN	osram	51,0000	306,00
3058	LAMPADA PINGO DÁGUA 24 V - RXK-6D39 - LAMPADA PINGO DÁGUA 24 V - RXK-6D39	6,000	UN	osram	8,0000	48,00
3059	LAMPADAS TUBOLAR LED BIVOLT 10W 40CM - RXK-6D39 - LAMPADAS TUBOLAR LED BIVOLT 10W 40CM - RXK-6D39	6,000	UN	dni	196,0000	1.176,00
3060	LENTE LANTERNA PLACA - RXK-6D39 - LENTE LANTERNA PLACA - RXK-6D39	4,000	UN	gf	73,0000	292,00
3061	LTS OLEO LUBRIFICANTE 15W40 - RXK-6D39 - LTS OLEO LUBRIFICANTE 15W40 - RXK-6D39	18,000	LT	texaco	39,0000	702,00
3062	MANGUEIRA ESPIRAL SOPRADOR C/ BICO PISTOLA - RXK-6D39 - MANGUEIRA ESPIRAL SOPRADOR C/ BICO PISTOLA - RXK-6D39	1,000	UN	festo	204,5000	204,50
3063	MANGUEIRA INFERIOR RADIADOR - RXK-6D39 - MANGUEIRA INFERIOR RADIADOR - RXK-6D39	2,000	UN	jamaica	315,0000	630,00
3064	MANGUEIRA SUPERIOR RADIADOR - RXK-6D39 - MANGUEIRA SUPERIOR RADIADOR - RXK-6D39	2,000	UN	jamaica	189,0000	378,00
3065	MAXI FUSIVEL - RXK-6D39 - MAXI FUSIVEL - RXK-6D39	6,000	UN	ams	7,0000	42,00
3066	MOLA MESTRE 1ª - RXK-6D39 - MOLA MESTRE 1ª - RXK-6D39	2,000	UN	obenaus	730,0000	1.460,00
3067	MOLA MESTRE 2ª - RXK-6D39 - MOLA MESTRE 2ª - RXK-6D39	2,000	UN	obenaus	693,0000	1.386,00
3068	MT ESPAGUETE TERMORETRATIL - RXK-6D39 - MT ESPAGUETE TERMORETRATIL - RXK-6D39	10,000	MT	rainha das sete dni	10,0000	100,00
3069	MTS CABO BATERIA 35MM - RXK-6D39 - MTS CABO BATERIA 35MM - RXK-6D39	6,000	MT	dni	85,0000	510,00
3070	MTS FIO INST.AUTOS - RXK-6D39 - MTS FIO INST.AUTOS - RXK-6D39	10,000	MT	dni	5,0000	50,00
3071	MTS MANGA INJETOR PARABRISA - RXK-6D39 - MTS MANGA INJETOR PARABRISA - RXK-6D39	10,000	UN	gates	13,5000	135,00
3072	MTS MANGUEIRA DE AR - RXK-6D39 - MTS MANGUEIRA DE AR - RXK-6D39	10,000	UN	rigitec	17,5000	175,00
3073	OLEO DIFERENCIAL 80W90 GL 5 - RXK-6D39 - OLEO DIFERENCIAL 80W90 GL 5 - RXK-6D39	20,000	LT	petronas	60,0000	1.200,00
3074	PALHETA PARABRISA - RXK-6D39 - PALHETA PARABRISA - RXK-6D39	2,000	UN	bosch	141,0000	282,00
3075	PARAFUSO ATAR - RXK-6D39 - PARAFUSO ATAR - RXK-6D39	10,000	UN	ciser	1,3000	13,00
3076	PARAFUSO 14 MM - RXK-6D39 - PARAFUSO 14 MM - RXK-6D39	4,000	UN	ciser	9,0000	36,00
3077	PARAFUSO 6MM - RXK-6D39 - PARAFUSO 6MM - RXK-6D39	4,000	UN	ciser	2,5000	10,00
3078	PARAFUSO 8 X70 - RXK-6D39 - PARAFUSO 8 X70 - RXK-6D39	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
3079	PINO CENTRO - RXK-6D39 - PINO CENTRO - RXK-6D39	2,000	UN	fey	38,0000	76,00
3080	PORCA 14 MA - RXK-6D39 - PORCA 14 MA - RXK-6D39	4,000	UN	ciser	2,0000	8,00
3081	PORCA 6 MA - RXK-6D39 - PORCA 6 MA - RXK-6D39	4,000	UN	ciser	2,0000	8,00

Página: 81 / 104

3082	PORCA 8 MA - RXK-6D39 - PORCA 8 MA - RXK-6D39	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
3083	PORCA DUPLA - RXK-6D39 - PORCA DUPLA - RXK-6D39	6,000	UN	patral	6,0000	36,00
3084	PORTA MAXI FUSIVEL - RXK-6D39 - PORTA MAXI FUSIVEL - RXK-6D39	6,000	UN	rainha das sete	13,0000	78,00
3085	QUEBRA GALHO - RXK-6D39 - QUEBRA GALHO - RXK-6D39	4,000	UN	termicar	11,0000	44,00
3086	COLMEIA RADIADOR - RXK-6D39 - COLMEIA RADIADOR - RXK-6D39	1,000	UN	visconde	3.099,0000	3.099,00
3087	REBITES DE LONA FREIO - RXK-6D39 - REBITES DE LONA FREIO - RXK-6D39	100,000	UN	AL	0,3000	30,00
3088	RELÉ DE PARTIDA - RXK-6D39 - RELÉ DE PARTIDA - RXK-6D39	1,000	UN	zm	313,5000	313,50
3089	RETENTOR CUBO DIANT. - RXK-6D39 - RETENTOR CUBO DIANT. - RXK-6D39	2,000	UN	sabo	36,0000	72,00
3090	RETENTOR CUBO TRAS - RXK-6D39 - RETENTOR CUBO TRAS - RXK-6D39	2,000	UN	sabo	51,0000	102,00
3091	RETENTOR DIFERENCIAL - RXK-6D39 - RETENTOR DIFERENCIAL - RXK-6D39	2,000	UN	sabo	129,0000	258,00
3092	RETENTOR PINHAO - RXK-6D39 - RETENTOR PINHAO - RXK-6D39	2,000	UN	sabo	204,5000	409,00
3093	ROLAMENTO CARDAN AGRAL - RXK-6D39 - ROLAMENTO CARDAN AGRAL - RXK-6D39	2,000	UN	rei	366,0000	732,00
3094	ROLAMENTO CUBO DIANT INTERNO - RXK-6D39 - ROLAMENTO CUBO DIANT INTERNO - RXK-6D39	2,000	UN	timken	160,0000	320,00
3095	ROLAMENTO CUBO DIANT. EXTERNO - RXK-6D39 - ROLAMENTO CUBO DIANT. EXTERNO - RXK-6D39	2,000	UN	timken	151,0000	302,00
3096	ROLAMENTO GUIA ALTERNADOR - RXK-6D39 - ROLAMENTO GUIA ALTERNADOR - RXK-6D39	2,000	UN	nytron	105,5000	211,00
3097	SENSOR DE ROTAÇÃO - RXK-6D39 - SENSOR DE ROTAÇÃO - RXK-6D39	1,000	UN	mte	627,0000	627,00
3098	SENSOR TEMPERATURA - RXK-6D39 - SENSOR TEMPERATURA - RXK-6D39	2,000	UN	mte	362,5000	725,00
3099	SOQUETE C/ HASTE - RXK-6D39 - SOQUETE C/ HASTE - RXK-6D39	6,000	UN	rainha das sete	13,0000	78,00
3100	SUPORTE ESCOVA - RXK-6D39 - SUPORTE ESCOVA - RXK-6D39	1,000	UN	unifap	162,0000	162,00
3101	TAMBOR FREIO - RXK-6D39 - TAMBOR FREIO - RXK-6D39	2,000	UN	frum	1.437,0000	2.874,00
3102	TAMPA RESERVATORIO - RXK-6D39 - TAMPA RESERVATORIO - RXK-6D39	2,000	UN	tancllick	49,0000	98,00
3103	TERMINAL BATERIA - RXK-6D39 - TERMINAL BATERIA - RXK-6D39	4,000	UN	start	16,0000	64,00
3104	TERMINAL DE PARAFUSA - RXK-6D39 - TERMINAL DE PARAFUSA - RXK-6D39	10,000	UN	marilia	2,0000	20,00
3105	TERMINAL DIREÇÃO - RXK-6D39 - TERMINAL DIREÇÃO - RXK-6D39	4,000	UN	lemfoder	248,5000	994,00
Total do Participante:						52.946,50

Lote: 30**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3106	abraçadeira escape - QJD-9309 - abraçadeira escape - QJD-9309	4,000	UN	uniao	10,0000	40,00
3107	abraçadeira mangueira - QJD-9309 - abraçadeira mangueira - QJD-9309	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
3108	aditivo radiador concentrado a 95% - QJD-9309 - aditivo radiador concentrado a 95% - QJD-9309	4,000	UN	wurth	59,0000	236,00
3109	alternador - QJD-9309 - alternador - QJD-9309	1,000	UN	bosch	2.258,0000	2.258,00
3110	amortecedor diant Le - QJD-9309 - amortecedor diant Le - QJD-9309	1,000	UN	monroe	493,5000	493,50
3111	amortecedor dianteiro LD - QJD-9309 - amortecedor dianteiro LD - QJD-9309	1,000	UN	monroe	493,5000	493,50
3112	amortecedor traseiros - QJD-9309 - amortecedor traseiros - QJD-9309	2,000	UN	monroe	325,0000	650,00
3113	arruelas - QJD-9309 - arruelas - QJD-9309	6,000	UN	ciser	1,7000	10,20
3114	articulador direção - QJD-9309 - articulador direção - QJD-9309	2,000	UN	viemar	102,0000	204,00
3115	atuador embreagem - QJD-9309 - atuador embreagem - QJD-9309	1,000	UN	luk	384,0000	384,00
3116	BATERIA 60 AH COM 430 CCA QJD 9309 - BATERIA 60 AH COM 430 CCA QJD 9309	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00

3117	bieleta estabilizador dianteiro - QJD-9309 - bieleta estabilizador dianteiro - QJD-9309	2,000	UN	trw	87,0000	174,00
3118	bobina compressor - QJD-9309 - bobina compressor - QJD-9309	1,000	UN	mahle	471,0000	471,00
3119	Bobina ignição - QJD-9309 - Bobina ignição - QJD-9309	1,000	UN	ngk	577,5000	577,50
3120	bomba de agua - QJD-9309 - bomba de agua - QJD-9309	1,000	UN	schadeck	467,0000	467,00
3121	bomba de combustivel - QJD-9309 - bomba de combustivel - QJD-9309	1,000	UN	delphi	546,0000	546,00
3122	bomba de oleo - QJD-9309 - bomba de oleo - QJD-9309	1,000	UN	schadeck	766,0000	766,00
3123	bomba limpador parabrisa - QJD-9309 - bomba limpador parabrisa - QJD-9309	1,000	UN	tsa	102,5000	102,50
3124	borracha escape - QJD-9309 - borracha escape - QJD-9309	4,000	UN	sampel	9,0000	36,00
3125	bucha bandeja anterior - QJD-9309 - bucha bandeja anterior - QJD-9309	2,000	UN	axios	29,5000	59,00
3126	bucha bandeja posterior - QJD-9309 - bucha bandeja posterior - QJD-9309	2,000	UN	axios	73,0000	146,00
3127	bucha motor de partida - QJD-9309 - bucha motor de partida - QJD-9309	2,000	UN	moldmix	35,0000	70,00
3128	buchas eixo - QJD-9309 - buchas eixo - QJD-9309	2,000	UN	axios	119,5000	239,00
3129	buchas estabilizador - QJD-9309 - buchas estabilizador - QJD-9309	2,000	UN	axios	50,0000	100,00
3130	bujao carter - QJD-9309 - bujao carter - QJD-9309	1,000	UN	wurth	32,0000	32,00
3131	buzina - QJD-9309 - buzina - QJD-9309	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
3132	cabo de embreagem - QJD-9309 - cabo de embreagem - QJD-9309	1,000	UN	cabovel	198,0000	198,00
3133	cabo freio de mao traseiro direito - QJD-9309 - cabo freio de mao traseiro direito - QJD-9309	1,000	UN	cabovel	591,5000	591,50
3134	cabo freio de mao traseiro esquerdo - QJD-9309 - cabo freio de mao traseiro esquerdo - QJD-9309	1,000	UN	cabovel	625,0000	625,00
3135	cano arrefecimento - QJD-9309 - cano arrefecimento - QJD-9309	1,000	UN	jamaica	368,0000	368,00
3136	capas terminal - QJD-9309 - capas terminal - QJD-9309	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
3137	carga de gás - QJD-9309 - carga de gás - QJD-9309	2,000	UN	eos	218,0000	436,00
3138	cilindro de roda - QJD-9309 - cilindro de roda - QJD-9309	2,000	UN	controil	206,0000	412,00
3139	cilindro mestre - QJD-9309 - cilindro mestre - QJD-9309	1,000	UN	controil	673,0000	673,00
3140	cintas plasticas - QJD-9309 - cintas plasticas - QJD-9309	20,000	UN	vonder	1,7000	34,00
3141	clip ar condicionado - QJD-9309 - clip ar condicionado - QJD-9309	2,000	UN	royce	21,5000	43,00
3142	coifa lado cambio - QJD-9309 - coifa lado cambio - QJD-9309	2,000	UN	axios	110,0000	220,00
3143	coifa lado roda - QJD-9309 - coifa lado roda - QJD-9309	2,000	UN	axios	83,0000	166,00
3144	cola silicone alta temperatura - QJD-9309 - cola silicone alta temperatura - QJD-9309	2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
3145	compressor ar condicionado - QJD-9309 - compressor ar condicionado - QJD-9309	1,000	UN	delphi	3.571,0000	3.571,00
3146	condensador ar condicionado - QJD-9309 - condensador ar condicionado - QJD-9309	1,000	UN	denso	970,0000	970,00
3147	conectores - QJD-9309 - conectores - QJD-9309	6,000	UN	royce	34,0000	204,00
3148	conexoes ar condicionado - QJD-9309 - conexoes ar condicionado - QJD-9309	3,000	UN	royce	25,0000	75,00
3149	contraste - QJD-9309 - contraste - QJD-9309	2,000	UN	vinar	23,5000	47,00
3150	correia alternador - QJD-9309 - correia alternador - QJD-9309	1,000	UN	gates	155,0000	155,00
3151	coxim amort dianteiro - QJD-9309 - coxim amort dianteiro - QJD-9309	2,000	UN	axios	134,0000	268,00
3152	coxim amort tras - QJD-9309 - coxim amort tras - QJD-9309	2,000	UN	axios	204,5000	409,00
3153	coxim de cambio - QJD-9309 - coxim de cambio - QJD-9309	2,000	UN	axios	253,0000	506,00
3154	coxim motor lado direito - QJD-9309 - coxim motor lado direito - QJD-9309	2,000	UN	axios	670,0000	1.340,00
3155	coxim motor lado esquerdo - QJD-9309 - coxim motor lado esquerdo - QJD-9309	2,000	UN	axios	485,0000	970,00
3156	coxim radiador - QJD-9309 - coxim radiador - QJD-9309	2,000	UN	sampel	30,0000	60,00
3157	disco de freio dianteiro - QJD-9309 - disco de freio	2,000	UN	fremax	181,5000	363,00

dianteiro - QJD-9309									
3158	eletroventilador com defletor - QJD-9309	1,000	UN	bauen	750,0000	750,00			
3159	eletroventilador com defletor - QJD-9309	2,000	UN	royce	23,0000	46,00			
3160	espigao - QJD-9309 - espigao - QJD-9309	1,000	UN	royce	920,0000	920,00			
3161	evaporador - QJD-9309 - evaporador - QJD-9309	1,000	UN	royce	611,5000	611,50			
3162	fechadura porta lado direito - QJD-9309 - fechadura porta lado direito - QJD-9309	1,000	UN	universal	995,0000	995,00			
3163	fechadura porta lado esquerdo - QJD-9309 - fechadura porta lado esquerdo - QJD-9309	1,000	UN	universal	995,0000	995,00			
3164	filtro ar - QJD-9309 - filtro ar - QJD-9309	2,000	UN	tecfil	93,0000	186,00			
3165	filtro ar condicionado - QJD-9309 - filtro ar condicionado - QJD-9309	2,000	UN	tecfil	51,0000	102,00			
3166	filtro combustivel - QJD-9309 - filtro combustivel - QJD-9309	2,000	UN	tecfil	44,0000	88,00			
3167	filtro oleo - QJD-9309 - filtro oleo - QJD-9309	2,000	UN	tecfil	51,0000	102,00			
3168	fita isolante - QJD-9309 - fita isolante - QJD-9309	4,000	UN	dni	7,0000	28,00			
3169	fluido de freio Dot 4 - QJD-9309 - fluido de freio Dot 4 - QJD-9309	4,000	UN	varga	39,0000	156,00			
3170	fusíveis - QJD-9309 - fusíveis - QJD-9309	6,000	UN	ams	1,7000	10,20			
3171	grampo foro - QJD-9309 - grampo foro - QJD-9309	10,000	UN	ford	3,2500	32,50			
3172	higienizador ar condicionado - QJD-9309 - higienizador ar condicionado - QJD-9309	2,000	UN	wurth	90,0000	180,00			
3173	impulsor partida - QJD-9309 - impulsor partida - QJD-9309	1,000	UN	zen	265,5000	265,50			
3174	induzido partida - QJD-9309 - induzido partida - QJD-9309	1,000	UN	automax	759,0000	759,00			
3175	jg cabos de vela - QJD-9309 - jg cabos de vela - QJD-9309	1,000	UN	ngk	257,5000	257,50			
3176	jg pastilha freio diant - QJD-9309 - jg pastilha freio diant - QJD-9309	1,000	UN	frasle	186,0000	186,00			
3177	jg sapata freio traseira - QJD-9309 - jg sapata freio traseira - QJD-9309	1,000	UN	frasle	287,0000	287,00			
3178	junta tampa valvula - QJD-9309 - junta tampa valvula - QJD-9309	1,000	UN	sabo	122,0000	122,00			
3179	kit batente coifa diant - QJD-9309 - kit batente coifa diant - QJD-9309	1,000	UN	sampel	59,0000	59,00			
3180	kit calha de chuva - QJD-9309 - kit calha de chuva - QJD-9309	1,000	UN	tgpoli	305,0000	305,00			
3181	kit correia dentada - QJD-9309 - kit correia dentada - QJD-9309	1,000	UN	gates	604,0000	604,00			
3182	Kit embreagem c/ atuador - QJD-9309 - Kit embreagem c/ atuador - QJD-9309	1,000	UN	luk	1.315,0000	1.315,00			
3183	lampada 1 polo - QJD-9309 - lampada 1 polo - QJD-9309	6,000	UN	osram	6,8000	40,80			
3184	lampada 2 polo - QJD-9309 - lampada 2 polo - QJD-9309	6,000	UN	osram	6,8000	40,80			
3185	lampada H1 - QJD-9309 - lampada H1 - QJD-9309	4,000	UN	osram	28,0000	112,00			
3186	lampada H11 - QJD-9309 - lampada H11 - QJD-9309	4,000	UN	osram	103,0000	412,00			
3187	lampada pingao - QJD-9309 - lampada pingao - QJD-9309	6,000	UN	osram	6,0000	36,00			
3188	lampada torpedo - QJD-9309 - lampada torpedo - QJD-9309	6,000	UN	osram	8,5000	51,00			
3189	lampadas H3 - QJD-9309 - lampadas H3 - QJD-9309	4,000	UN	osram	28,0000	112,00			
3190	lampadas H7 - QJD-9309 - lampadas H7 - QJD-9309	4,000	UN	osram	45,0000	180,00			
3191	lts oleo 5w20 API sn - QJD-9309 - lts oleo 5w20 API sn - QJD-9309	12,000	LT	petronas	65,0000	780,00			
3192	lts oleo 75w80 - QJD-9309 - lts oleo 75w80 - QJD-9309	6,000	LT	petronas	101,0000	606,00			
3193	lts oleo direção hidraulica ATF - QJD-9309 - lts oleo direção hidraulica ATF - QJD-9309	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00			
3194	maçaneta externa ldo direito - QJD-9309 - maçaneta externa ldo direito - QJD-9309	2,000	UN	universal	201,0000	402,00			
3195	maçaneta externa lado esquerdo - QJD-9309 - maçaneta externa lado esquerdo - QJD-9309	2,000	UN	universal	201,0000	402,00			
3196	maçaneta interna - QJD-9309 - maçaneta interna - QJD-9309	4,000	UN	universal	110,0000	440,00			
3197	mangueira ar condicionado - QJD-9309 - mangueira ar condicionado - QJD-9309	1,000	UN	parker	97,0000	97,00			
3198	mangueira arrefecimento - QJD-9309 - mangueira arrefecimento - QJD-9309	1,000	UN	gates	106,5000	106,50			

Página: 84 / 104

3198	mangueira filtro ar - QJD-9309 - mangueira filtro ar - QJD-9309	1,000	UN	controil	174,5000	174,50
3199	maquina de vidro - QJD-9309 - maquina de vidro - QJD-9309	4,000	UN	zinni	692,0000	2.768,00
3200	maxi fusíveis - QJD-9309 - maxi fusíveis - QJD-9309	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
3201	mini fusíveis - QJD-9309 - mini fusíveis - QJD-9309	6,000	UN	ams	1,3000	7,80
3202	motor de partida - QJD-9309 - motor de partida - QJD-9309	1,000	UN	valeo	2.214,0000	2.214,00
3203	mt cabo bateria - QJD-9309 - mt cabo bateria - QJD-9309	4,000	MT	dni	74,0000	296,00
3204	mt espaguete termoretratil - QJD-9309 - mt espaguete termoretratil - QJD-9309	6,000	MT	rainha das sete dni	8,5000	51,00
3205	mt fio - QJD-9309 - mt fio - QJD-9309	10,000	MT	dni	4,8000	48,00
3206	mt mangueira silicone - QJD-9309 - mt mangueira silicone - QJD-9309	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00
3207	mts mangueira de injeção - QJD-9309 - mts mangueira de injeção - QJD-9309	6,000	MT	gates	21,5000	129,00
3208	oleo compressor - QJD-9309 - oleo compressor - QJD-9309	4,000	UN	montreal	71,0000	284,00
3209	oring vedação - QJD-9309 - oring vedação - QJD-9309	4,000	UN	wurth	3,5000	14,00
3210	oring vedação carter - QJD-9309 - oring vedação carter - QJD-9309	1,000	UN	wurth	4,0000	4,00
3211	palheta limpador traseiro - QJD-9309 - palheta limpador traseiro - QJD-9309	1,000	UN	bosch	81,5000	81,50
3212	palhetas parabrisa dianteiro - QJD-9309 - palhetas parabrisa dianteiro - QJD-9309	2,000	UN	bosch	117,0000	234,00
3213	parafuso de roda - QJD-9309 - parafuso de roda - QJD-9309	16,000	UN	rodafuso	20,0000	320,00
3214	parafusos - QJD-9309 - parafusos - QJD-9309	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
3215	pino trava - QJD-9309 - pino trava - QJD-9309	6,000	UN	fixofort	4,5000	27,00
3216	pivos de suspensão - QJD-9309 - pivos de suspensão - QJD-9309	2,000	UN	viemar	113,5000	227,00
3217	polia alternador - QJD-9309 - polia alternador - QJD-9309	1,000	UN	nytron	534,0000	534,00
3218	polia compressor - QJD-9309 - polia compressor - QJD-9309	1,000	UN	nytron	443,0000	443,00
3219	porcas - QJD-9309 - porcas - QJD-9309	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
3220	porta fusíveis - QJD-9309 - porta fusíveis - QJD-9309	6,000	UN	rainha das sete igasa	10,7000	64,20
3221	Proteção motor - QJD-9309 - Proteção motor - QJD-9309	1,000	UN	igasa	516,0000	516,00
3222	Radiador - QJD-9309 - Radiador - QJD-9309	1,000	UN	visconde	1.207,0000	1.207,00
3223	regulador de voltagem - QJD-9309 - regulador de voltagem - QJD-9309	1,000	UN	bosch	834,0000	834,00
3224	relé auxiliar - QJD-9309 - relé auxiliar - QJD-9309	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
3225	relé de partida - QJD-9309 - relé de partida - QJD-9309	1,000	UN	zm	447,0000	447,00
3226	reservatorio de expansao - QJD-9309 - reservatorio de expansao - QJD-9309	1,000	UN	gonel	188,0000	188,00
3227	retentor traseiro do motor - QJD-9309 - retentor traseiro do motor - QJD-9309	1,000	UN	sabo	206,0000	206,00
3228	rolamento alternador - QJD-9309 - rolamento alternador - QJD-9309	1,000	UN	skf	110,0000	110,00
3229	rolamento roda dianteiro - QJD-9309 - rolamento roda dianteiro - QJD-9309	2,000	UN	fag	297,0000	594,00
3230	rolamento tensor alternador - QJD-9309 - rolamento tensor alternador - QJD-9309	2,000	UN	nytron	149,0000	298,00
3231	rotor - QJD-9309 - rotor - QJD-9309	1,000	UN	bosch	888,0000	888,00
3232	sensor abs dianteiro - QJD-9309 - sensor abs dianteiro - QJD-9309	2,000	UN	bosch	276,5000	553,00
3233	sensor abs traseiro - QJD-9309 - sensor abs traseiro - QJD-9309	2,000	UN	bosch	276,5000	553,00
3234	sensor de velocidade - QJD-9309 - sensor de velocidade - QJD-9309	1,000	UN	mte	355,0000	355,00
3235	sensor nivel - QJD-9309 - sensor nivel - QJD-9309	1,000	UN	tsa	310,0000	310,00
3236	sensor temperatura - QJD-9309 - sensor temperatura - QJD-9309	1,000	VD	mte	496,0000	496,00
3237	silencioso Final - QJD-9309 - silencioso Final - QJD-9309	1,000	UN	pioneiro	426,5000	426,50
3238	silencioso intermediario - QJD-9309 - silencioso intermediario - QJD-9309	1,000	UN	pioneiro	309,5000	309,50

Página: 85 / 104

3239	sonda lambda pos catalisador - QJD-9309 - sonda lambda pos catalisador - QJD-9309	1,000	UN	ntk	587,5000	587,50
3240	sonda lambda pre catalisador - QJD-9309 - sonda lambda pre catalisador - QJD-9309	1,000	UN	ntk	587,0000	587,00
3241	suporte escova - QJD-9309 - suporte escova - QJD-9309	1,000	UN	unifap	118,0000	118,00
3242	tambor freio traseiro - QJD-9309 - tambor freio traseiro - QJD-9309	2,000	UN	fremax	172,0000	344,00
3243	tampa reservatorio expansão - QJD-9309 - tampa reservatorio expansão - QJD-9309	1,000	UN	tancllick	53,0000	53,00
3244	terminal bateria - QJD-9309 - terminal bateria - QJD-9309	2,000	UN	start	16,0000	32,00
3245	terminal direção - QJD-9309 - terminal direção - QJD-9309	2,000	UN	viemar	133,0000	266,00
3246	terminal fio - QJD-9309 - terminal fio - QJD-9309	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
3247	termostato - QJD-9309 - termostato - QJD-9309	1,000	UN	royce	314,0000	314,00
3248	trava eletrica - QJD-9309 - trava eletrica - QJD-9309	4,000	UN	dni	83,0000	332,00
3249	tubo arrefecimento - QJD-9309 - tubo arrefecimento - QJD-9309	1,000	UN	jamaica	592,0000	592,00
3250	valvula block - QJD-9309 - valvula block - QJD-9309	1,000	UN	royce	373,0000	373,00
3251	valvula termostatica - QJD-9309 - valvula termostatica - QJD-9309	1,000	UN	mte	166,0000	166,00
3252	veda escape - QJD-9309 - veda escape - QJD-9309	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
3253	velas ignição - QJD-9309 - velas ignição - QJD-9309	4,000	UN	ngk	44,0000	176,00

Total do Participante: 54.823,90

Lote: 31**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3254	AMORTECEDOR TRASEIRO RLO-0B45 - AMORTECEDOR TRASEIRO RLO-0B45	2,000	UN	Allen	742,0000	1.484,00
3255	ADITIVO RADIADOR RLO-0B45 - ADITIVO RADIADOR RLO-0B45	4,000	UN	wurth	52,0000	208,00
3256	ARRUELAS - RLO-0B45 - ARRUELAS - RLO-0B45	10,000	UN	ciser	1,5000	15,00
3257	BIELETE DIANT. SUSPENSÃO RLO-0B45 - BIELETE DIANT. SUSPENSÃO RLO-0B45	2,000	UN	asiparts	579,5000	1.159,00
3258	KIT BUCHA SUSPENSÃO RLO-0B45 - KIT BUCHA SUSPENSÃO RLO-0B45	4,000	UN	asiparts	396,0000	1.584,00
3259	CILINDRO DE RODA TRASEIRO- RLO-0B45 - CILINDRO DE RODA TRASEIRO- RLO-0B45	2,000	UN	asiparts	308,0000	616,00
3260	FILTRO DE AR - RLO-0B45 - FILTRO DE AR - RLO-0B45	2,000	UN	chana	197,0000	394,00
3261	FILTRO DE COMBUSTIVEL - RLO-0B45 - FILTRO DE COMBUSTIVEL - RLO-0B45	2,000	UN	tecfil	35,0000	70,00
3262	FILTRO DE OLEO- RLO-0B45 - FILTRO DE OLEO- RLO-0B45	2,000	UN	wega	122,0000	244,00
3263	LITRO DE ÓLEO LUBRIF. 10W40 API SN RLO-0B45 - LITRO DE ÓLEO LUBRIF. 10W40 API SN RLO-0B45	8,000	LT	petronas	49,0000	392,00
3264	PARAFUSOS - RLO-0B45 - PARAFUSOS - RLO-0B45	10,000	UN	ciser	2,5000	25,00
3265	PORCAS - RLO-0B45 - PORCAS - RLO-0B45	10,000	UN	ciser	1,5000	15,00
3266	VELA IGNIÇÃO RLO-0B45 - VELA IGNIÇÃO RLO-0B45	4,000	UN	ngk	175,0000	700,00

Total do Participante: 6.906,00

Lote: 32**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3267	ABRAÇADEIRA FIXA TUBO ESCAPAMENTO MLK-2254 - ABRAÇADEIRA FIXA TUBO ESCAPAMENTO MLK-2254	3,000	UN	tpic	207,0000	621,00
3268	ABRAÇADEIRA SEM FIM MLK-2254 - ABRAÇADEIRA SEM FIM MLK-2254	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
3269	ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO MLK-2254 - ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO MLK-2254	12,000	UN	wurth	59,0000	708,00
3270	AMORTECEDORES DIANTEIROS MLK-2254 - AMORTECEDORES DIANTEIROS MLK-2254	2,000	UN	monroe	616,0000	1.232,00
3271	AMORTECEDORES TRASEIROS MLK-2254 - AMORTECEDORES TRASEIROS MLK-2254	2,000	UN	monroe	627,0000	1.254,00
3272	ANEL ORING MLK-2254 - ANEL ORING MLK-2254	6,000	UN	wurth	2,5000	15,00

Página: 86 / 104

3273	ARRUELA LISA MLK-2254 - ARRUELA LISA MLK-2254	10,000	UN	ciser	1,7000	17,00
3274	BARRA DIREÇÃO MLK-2254 - BARRA DIREÇÃO MLK-2254	2,000	UN	linnus	913,0000	1.826,00
3275	BATERIA 150 AH CCA 865 MLK-2254 - BATERIA 150 AH CCA 865 MLK-2254	1,000	UN	pioneiro	865,5000	865,50
3276	BOMBA LIMPADOR PARABRISA 2 SAIDAS MLK-2254 - BOMBA LIMPADOR PARABRISA 2 SAIDAS MLK-2254	1,000	UN	tisa	61,0000	61,00
3277	BOMBA SANGRIA DIESEL MLK-2254 - BOMBA SANGRIA DIESEL MLK-2254	1,000	UN	volkswagen	1.637,5000	1.637,50
3278	BORRACHA ESTAB.TRASEIRO EXTERNO MLK-2254 - BORRACHA ESTAB.TRASEIRO EXTERNO MLK-2254	6,000	UN	rei	30,0000	180,00
3279	BOTAO DE PARTIDA MLK-2254 - BOTAO DE PARTIDA MLK-2254	1,000	UN	facobras	20,0000	20,00
3280	BUCHA ESTABILIZADOR CENTRAL MLK-2254 - BUCHA ESTABILIZADOR CENTRAL MLK-2254	4,000	UN	rei	28,5000	114,00
3281	BUCHA ESTABILIZADOR PONTA MLK-2254 - BUCHA ESTABILIZADOR PONTA MLK-2254	4,000	UN	rei	27,0000	108,00
3282	BUCHA MANCAL ESTABILIZADOR TRAS.INTERNO 35MM MLK-2254 - BUCHA MANCAL ESTABILIZADOR TRAS.INTERNO 35MM MLK-2254	4,000	UN	rei	28,5000	114,00
3283	BUCHA METAL MOLA TRAS. MLK-2254 - BUCHA METAL MOLA TRAS. MLK-2254	6,000	UN	ciamet	96,0000	576,00
3284	BUCHA MOLA DIANTEIRO MLK-2254 - BUCHA MOLA DIANTEIRO MLK-2254	6,000	UN	rei	100,0000	600,00
3285	BUZINA MLK-2254 - BUZINA MLK-2254	2,000	UN	bosch	94,0000	188,00
3286	CAPA DE TERMINAL MLK-2254 - CAPA DE TERMINAL MLK-2254	10,000	UN	dsc	1,7000	17,00
3287	CHAVE DE LUZ 2 ESTAGIOS MLK-2254 - CHAVE DE LUZ 2 ESTAGIOS MLK-2254	2,000	UN	facobras	67,5000	135,00
3288	CHAVE TICTAC MLK-2254 - CHAVE TICTAC MLK-2254	2,000	UN	facobras	17,0000	34,00
3289	CINTAS PLASTICAS MLK-2254 - CINTAS PLASTICAS MLK-2254	25,000	UN	vonder	1,7000	42,50
3290	COLA ALTA TEMPERATURA MLK-2254 - COLA ALTA TEMPERATURA MLK-2254	3,000	UN	cyclo	55,0000	165,00
3291	CONECTORES MLK-2254 - CONECTORES MLK-2254	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
3292	CONEXÃO T MANGUEIRA MLK-2254 - CONEXÃO T MANGUEIRA MLK-2254	2,000	UN	uniao	44,5000	89,00
3293	CONJUNTO PARAFUSO DE RODA MLK-2254 - CONJUNTO PARAFUSO DE RODA MLK-2254	4,000	UN	rodafuso	74,0000	296,00
3294	CORREIA ALTERNADOR MLK-2254 - CORREIA ALTERNADOR MLK-2254	2,000	UN	gates	112,5000	225,00
3295	CRUZETA CARDAN MLK-2254 - CRUZETA CARDAN MLK-2254	2,000	UN	meritor	579,5000	1.159,00
3296	DIAFRAGMA FREIO AR 8" TIPO30 LONADO COM ANEL MLK-2254 - DIAFRAGMA FREIO AR 8" TIPO30 LONADO COM ANEL MLK-2254	4,000	UN	bins	34,5000	138,00
3297	DIAGFRAGMA FREIO AR 7" POLEGADA MLK-2254 - DIAGFRAGMA FREIO AR 7" POLEGADA MLK-2254	4,000	UN	bins	40,0000	160,00
3298	EMENDA DE METAL MANGA AR MLK-2254 - EMENDA DE METAL MANGA AR MLK-2254	6,000	UN	wurth	55,0000	330,00
3299	FAROL AUXILIAR MLK-2254 - FAROL AUXILIAR MLK-2254	2,000	UN	tiger auto	209,0000	418,00
3300	FILTRO AR EXTERNO MLK-2254 - FILTRO AR EXTERNO MLK-2254	2,000	UN	tecfil	165,0000	330,00
3301	FILTRO AR INTERNO MLK-2254 - FILTRO AR INTERNO MLK-2254	2,000	UN	tecfil	67,5000	135,00
3302	FILTRO COMBUSTIVEL MLK-2254 - FILTRO COMBUSTIVEL MLK-2254	2,000	UN	tecfil	170,0000	340,00
3303	FILTRO OLEO MLK-2254 - FILTRO OLEO MLK-2254	2,000	UN	tecfil	128,0000	256,00
3304	FILTRO SECADOR AR MLK-2254 - FILTRO SECADOR AR MLK-2254	2,000	UN	mahle	167,0000	334,00
3305	FILTRO SEPARADOR AGUA C/COPO MLK-2254 - FILTRO SEPARADOR AGUA C/COPO MLK-2254	2,000	UN	mann	229,0000	458,00
3306	FITA ISOLANTE MLK-2254 - FITA ISOLANTE MLK-2254	6,000	UN	dni	7,0000	42,00
3307	FLUIDO FREIO DOT4 MLK-2254 - FLUIDO FREIO DOT4 MLK-2254	4,000	UN	varga	39,0000	156,00
3308	FUSIVEIS MLK-2254 - FUSIVEIS MLK-2254	10,000	UN	ams	1,3000	13,00
3309	FUSIVEL MAXI MLK-2254 - FUSIVEL MAXI MLK-2254	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
3310	GRAMPO MOLA DIANTEIRO 30/10/19MM MLK-2254 - GRAMPO MOLA DIANTEIRO 30/10/19MM MLK-2254	6,000	UN	patral	180,0000	1.080,00
3311	GRAMPO MOLA TRASEIRO 4/8X77X540 MLK-2254 -	6,000	UN	patral	180,0000	1.080,00

GRAMPO MOLA TRASEIRO 4/8X77X540 MLK-2254

3312	HELICE RADIADOR 11 PAS MLK-2254 - HELICE RADIADOR 11 PAS MLK-2254	1,000	UN	modefer	4.751,5000	4.751,50
3313	INTERRUPTOR DE RÉ 24V MLK-2254 - INTERRUPTOR DE RÉ 24V MLK-2254	1,000	UN	3rho	86,0000	86,00
3314	JOGO ABRAÇADEIRA CRUZETA CARDAN C/ PARAFUSO MLK-2254 - JOGO ABRAÇADEIRA CRUZETA CARDAN C/ PARAFUSO MLK-2254	2,000	UN	meritor	165,0000	330,00
3315	KIT BUCHA BARRA ESTAB.COM TUBO MLK-2254 - KIT BUCHA BARRA ESTAB.COM TUBO MLK-2254	4,000	UN	rei	56,5000	226,00
3316	KIT BUCHA ESTABILIZADOR SUPERIOR MLK-2254 - KIT BUCHA ESTABILIZADOR SUPERIOR MLK-2254	4,000	UN	rei	78,0000	312,00
3317	LAMPADA 1 POLO 24V MLK-2254 - LAMPADA 1 POLO 24V MLK-2254	6,000	UN	osram	7,8000	46,80
3318	LAMPADA 2 POLO 24V MLK-2254 - LAMPADA 2 POLO 24V MLK-2254	6,000	UN	osram	7,8000	46,80
3319	LAMPADA 67 24V MLK-2254 - LAMPADA 67 24V MLK-2254	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
3320	LAMPADA 69 24V MLK-2254 - LAMPADA 69 24V MLK-2254	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
3321	LAMPADA H1 24V MLK-2254 - LAMPADA H1 24V MLK-2254	4,000	UN	osram	42,0000	168,00
3322	LAMPADA H4 24 V MLK-2254 - LAMPADA H4 24 V MLK-2254	4,000	UN	osram	45,0000	180,00
3323	LAMPADA H7 24V MLK-2254 - LAMPADA H7 24V MLK-2254	4,000	UN	osram	74,0000	296,00
3324	LAMPADA PINGAO 24V MLK-2254 - LAMPADA PINGAO 24V MLK-2254	10,000	UN	osram	8,0000	80,00
3325	LAMPADA TORPEDO 24V MLK-2254 - LAMPADA TORPEDO 24V MLK-2254	6,000	UN	osram	9,0000	54,00
3326	LAMPADA TUBOLAR LED BIVOLT 10W 60CM MLK-2254 - LAMPADA TUBOLAR LED BIVOLT 10W 60CM MLK-2254	8,000	UN	dni	76,0000	608,00
3327	LONA FREIO DIANTEIRA MLK-2254 - LONA FREIO DIANTEIRA MLK-2254	2,000	UN	lonaflex	357,0000	714,00
3328	LONA FREIO TRASEIRA MLK-2254 - LONA FREIO TRASEIRA MLK-2254	2,000	UN	lonaflex	513,5000	1.027,00
3329	LTS OLEO DIFERENCIAL 90 MLK-2254 - LTS OLEO DIFERENCIAL 90 MLK-2254	10,000	UN	petronas	43,0000	430,00
3330	LTS OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA ATF MLK-2254 - LTS OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA ATF MLK-2254	10,000	UN	petronas	45,0000	450,00
3331	LTS OLEO LUBRIF. MOTOR 15W40 MLK-2254 - LTS OLEO LUBRIF. MOTOR 15W40 MLK-2254	38,000	UN	petronas	33,0000	1.254,00
3332	MANGUEIRA ESPIRAL MLK-2254 - MANGUEIRA ESPIRAL MLK-2254	1,000	UN	festo	189,0000	189,00
3333	MAXI FUZIVEIS MLK-2254 - MAXI FUZIVEIS MLK-2254	4,000	UN	ams	6,5000	26,00
3334	MOLA DIANTEIRA MAIOR MLK-2254 - MOLA DIANTEIRA MAIOR MLK-2254	4,000	UN	obenaus	1.059,5000	4.238,00
3335	MOLA DIANTEIRA INT. MLK-2254 - MOLA DIANTEIRA INT. MLK-2254	4,000	UN	obenaus	863,0000	3.452,00
3336	MOLA DIANTEIRA MENOR MLK-2254 - MOLA DIANTEIRA MENOR MLK-2254	4,000	UN	obenaus	494,5000	1.978,00
3337	MOLA TRASEIRA MLK-2254 - MOLA TRASEIRA MLK-2254	14,000	UN	obenaus	1.001,0000	14.014,00
3338	MTS CABO DE BATERIA 55 MM MLK-2254 - MTS CABO DE BATERIA 55 MM MLK-2254	6,000	MT	dni	74,0000	444,00
3339	MTS ESPAGUETE TERMORETRATIL MLK-2254 - MTS ESPAGUETE TERMORETRATIL MLK-2254	5,000	MT	rainha das sete dni	8,0000	40,00
3340	MTS FIO INST. ELETRICA AUTOS MLK-2254 - MTS FIO INST. ELETRICA AUTOS MLK-2254	15,000	MT	dni	4,8000	72,00
3341	MTS MANGA AR MLK-2254 - MTS MANGA AR MLK-2254	10,000	MT	rigitec	14,5000	145,00
3342	MTS TUBO CORRUGADO ANTI CHAMA MLK-2254 - MTS TUBO CORRUGADO ANTI CHAMA MLK-2254	15,000	MT	dni	13,0000	195,00
3343	PALHETAS PARABRISA PARAFUSADA 32" MLK-2254 - PALHETAS PARABRISA PARAFUSADA 32" MLK-2254	4,000	UN	bosch	113,5000	454,00
3344	PARAFUSO 10X70 MLK-2254 - PARAFUSO 10X70 MLK-2254	6,000	UN	ciser	3,0000	18,00
3345	PARAFUSO 14X60 MLK-2254 - PARAFUSO 14X60 MLK-2254	6,000	UN	ciser	7,5000	45,00
3346	PARAFUSO 8X70 MLK-2254 - PARAFUSO 8X70 MLK-2254	6,000	UN	ciser	2,8000	16,80
3347	PINO CENTRO MLK-2254 - PINO CENTRO MLK-2254	4,000	UN	fey	55,0000	220,00
3348	PINO MOLA DIANT LONGO DIAM.25MM COMPR.164MM MLK-2254 - PINO MOLA DIANT LONGO DIAM.25MM COMPR.164MM MLK-2254	8,000	UN	rivertec	50,0000	400,00

Página: 88 / 104

3349	PINO MOLA DIANT.CURTO DIAMETRO 25MM 8,000	UN	rivertec	59,5000	476,00	
	COMPR.155MM MLK-2254 - PINO MOLA DIANT.CURTO DIAMETRO 25MM COMPR.155MM MLK-2254					
3350	PINO MOLA TRAS 32X127MM MLK-2254 - PINO MOLA 8,000	UN	Jrivertec	94,0000	752,00	
	TRAS 32X127MM MLK-2254					
3351	PINO TRAVA MLK-2254 - PINO TRAVA MLK-2254	10,000	UN	allfix	4,5000	45,00
3352	PORCA 14 MA MLK-2254 - PORCA 14 MA MLK-2254	6,000	UN	ciser	3,0000	18,00
3353	PORCA 8MA MLK-2254 - PORCA 8MA MLK-2254	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
3354	PORCA DUPLA 3/4 POL. MLK-2254 - PORCA DUPLA 3/4 POL. MLK-2254	16,000	UN	patral	5,5000	88,00
3355	PORCA TRAVA 10 MA MLK-2254 - PORCA TRAVA 10 MA MLK-2254	6,000	UN	ciser	2,0000	12,00
3356	PORTA FUSIVEL MLK-2254 - PORTA FUSIVEL MLK-2254	10,000	UN	rainha das sete	10,7000	107,00
3357	PORTA FUSIVEL MAXI MLK-2254 - PORTA FUSIVEL MAXI MLK-2254	6,000	UN	rainha das sete dni	11,5000	69,00
3358	REATOR LUZ INTERNA 24V MLK-2254 - REATOR LUZ INTERNA 24V MLK-2254	2,000	UN	dni	141,0000	282,00
3359	REBITES LONAS DE FREIO MLK-2254 - REBITES LONAS DE FREIO MLK-2254	100,000	UN	AL	0,3000	30,00
3360	RELE AUXILIAR MLK-2254 - RELE AUXILIAR MLK-2254	6,000	UN	dni	20,0000	120,00
3361	RESERVATORIO AGUA RADIADOR MLK-2254 - RESERVATORIO AGUA RADIADOR MLK-2254	1,000	UN	reserpalt	251,0000	251,00
3362	RETENTOR CUBO TRASEIRO MLK-2254 - RETENTOR CUBO TRASEIRO MLK-2254	4,000	UN	sabo	76,0000	304,00
3363	RETROVISOR DIANT. FRONTAL MLK-2254 - RETROVISOR DIANT. FRONTAL MLK-2254	1,000	UN	LS	471,0000	471,00
3364	RETROVISOR LATERAL MLK-2254 - RETROVISOR LATERAL MLK-2254	2,000	UN	LS	734,5000	1.469,00
3365	ROLAMENTO ALTERNADOR MLK-2254 - ROLAMENTO ALTERNADOR MLK-2254	2,000	UN	timken	36,5000	73,00
3366	ROLAMENTO CARDAN MLK-2254 - ROLAMENTO CARDAN MLK-2254	2,000	UN	rei	308,0000	616,00
3367	ROLAMENTO CUBO DIANT. INTERNO MLK-2254 - ROLAMENTO CUBO DIANT. INTERNO MLK-2254	4,000	UN	timken	270,0000	1.080,00
3368	ROLAMENTO CUBO DIANT. EXTERNO MLK-2254 - ROLAMENTO CUBO DIANT. EXTERNO MLK-2254	4,000	UN	timken	341,0000	1.364,00
3369	ROLAMENTO CUBO RODA TRAS.INT. MLK-2254 - ROLAMENTO CUBO RODA TRAS.INT. MLK-2254	4,000	UN	timken	370,0000	1.480,00
3370	ROLAMENTO CUBO TRAS.EXTERNO MLK-2254 - ROLAMENTO CUBO TRAS.EXTERNO MLK-2254	4,000	UN	timken	299,0000	1.196,00
3371	ROLAMENTO POLIA TENSORA MLK-2254 - ROLAMENTO POLIA TENSORA MLK-2254	2,000	UN	nytron	93,5000	187,00
3372	SENSOR TEMPERATURA MLK-2254 - SENSOR TEMPERATURA MLK-2254	2,000	UN	mte	88,0000	176,00
3373	SIRENE DE RÉ MLK-2254 - SIRENE DE RÉ MLK-2254	1,000	UN	dni	99,0000	99,00
3374	SOQUETE 2 POLO 24V MLK-2254 - SOQUETE 2 POLO 24V MLK-2254	4,000	UN	rainha das sete	17,0000	68,00
3375	SOQUETE 1 POLO 24V MLK-2254 - SOQUETE 1 POLO 24V MLK-2254	4,000	UN	rainha das sete	17,0000	68,00
3376	SOQUETE C/ HASTE MLK-2254 - SOQUETE C/ HASTE MLK-2254	4,000	UN	rainha das sete	20,0000	80,00
3377	TAMBOR FREIO DIANTEIRO MLK-2254 - TAMBOR FREIO DIANTEIRO MLK-2254	2,000	UN	frum	1.782,0000	3.564,00
3378	TAMBOR FREIO TRASEIRO 10F MLK-2254 - TAMBOR FREIO TRASEIRO 10F MLK-2254	2,000	UN	frum	1.509,0000	3.018,00
3379	TAMPA RADIADOR MLK-2254 - TAMPA RADIADOR MLK-2254	1,000	UN	tancllick	52,0000	52,00
3380	TAMPA RESERVATORIO EXPANSÃO MLK-2254 - TAMPA RESERVATORIO EXPANSÃO MLK-2254	1,000	UN	tancllick	20,0000	20,00
3381	TERMINAL BATERIA MLK-2254 - TERMINAL BATERIA MLK-2254	4,000	UN	start	16,0000	64,00
3382	TERMINAL DE PARAFUSAR MLK-2254 - TERMINAL DE PARAFUSAR MLK-2254	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
3383	TERMINAL DE EMBUTI MLK-2254 - TERMINAL DE EMBUTI MLK-2254	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
3384	TERMINAL DIREÇÃO MLK-2254 - TERMINAL DIREÇÃO MLK-2254	4,000	UN	lemfoder	315,0000	1.260,00

Total do Participante: 73.811,40

Lote: 33

Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3385	ABRAÇADEIRA ESCAPE RXN-5C45 - ABRAÇADEIRA ESCAPE RXN-5C45	2,000	UN	uniao	9,0000	18,00
3386	ABRAÇADEIRAS DE MANGUEIRA RXN-5C45 - ABRAÇADEIRAS DE MANGUEIRA RXN-5C45	10,000	UN	wurth	7,8000	78,00
3387	ADITIVO DE COMBUSTIVEL RXN-5C45 - ADITIVO DE COMBUSTIVEL RXN-5C45	4,000	UN	koube	61,0000	244,00
3388	ADIT RAD CONC 95% MONOETILENOGLICOL RXN-5C45 - ADIT RAD CONC 95% MONOETILENOGLICOL RXN-5C45	8,000	UN	wurth	56,5000	452,00
3389	ALÇA ESCAPE RXN-5C45 - ALÇA ESCAPE RXN-5C45	2,000	UN	uniao	10,0000	20,00
3390	AMORTECEDORES DIANTEIROS RXN-5C45 - AMORTECEDORES DIANTEIROS RXN-5C45	1,000	UN	monroe	657,5000	657,50
3391	AMORTECEDORES TRASEIROS RXN-5C45 - AMORTECEDORES TRASEIROS RXN-5C45	4,000	UN	monroe	294,5000	1.178,00
3392	AMORTECEDORES TAMPA TRASEIRA RXN-5C45 - AMORTECEDORES TAMPA TRASEIRA RXN-5C45	4,000	UN	monroe	144,0000	576,00
3393	ANTI EMBAÇANTE RXN-5C45 - ANTI EMBAÇANTE RXN-5C45	4,000	UN	mundial	21,0000	84,00
3394	ARRUELAS RXN-5C45 - ARRUELAS RXN-5C45	20,000	UN	ciser	1,5000	30,00
3395	ARTICULADOR DE DIREÇÃO RXN-5C45 - ARTICULADOR DE DIREÇÃO RXN-5C45	2,000	UN	viemar	98,0000	196,00
3396	BATENTE PORTA RXN-5C45 - BATENTE PORTA RXN-5C45	4,000	UN	atemis	89,0000	356,00
3397	BATERIA 52 AMPERES CCA 440 RXN-5C45 - BATERIA 52 AMPERES CCA 440 RXN-5C45	1,000	UN	pioneiro	549,0000	549,00
3398	BIELETA ESTABILIZADOR DIANTEIRA RXN-5C45 - BIELETA ESTABILIZADOR DIANTEIRA RXN-5C45	4,000	UN	trw	93,5000	374,00
3399	BOBINA COMPRESSOR RXN-5C45 - BOBINA COMPRESSOR RXN-5C45	1,000	UN	mahle	440,0000	440,00
3400	BOBINA DE IGNIÇÃO RXN-5C45 - BOBINA DE IGNIÇÃO RXN-5C45	4,000	UN	ngk	262,0000	1.048,00
3401	BOMBA DE ÁGUA RXN-5C45 - BOMBA DE ÁGUA RXN-5C45	1,000	UN	schadeck	214,0000	214,00
3402	BOMBA DE COMBUSTIVEL RXN-5C45 - BOMBA DE COMBUSTIVEL RXN-5C45	1,000	UN	delphi	652,0000	652,00
3403	BOMBA DE LIMPADOR DE PARABRISAS RXN-5C45 - BOMBA DE LIMPADOR DE PARABRISAS RXN-5C45	1,000	UN	bosch	96,0000	96,00
3404	BOMBA DE ÓLEO RXN-5C45 - BOMBA DE ÓLEO RXN-5C45	1,000	UN	schadeck	602,0000	602,00
3405	BRAÇO EXTERNO LIMPADOR RXN-5C45 - BRAÇO EXTERNO LIMPADOR RXN-5C45	2,000	UN	gm	293,0000	586,00
3406	BUCHA DE BANDEJA ANTERIOR RXN-5C45 - BUCHA DE BANDEJA ANTERIOR RXN-5C45	4,000	UN	axios	70,0000	280,00
3407	BUCHA DE BANDEJA POSTERIOR RXN-5C45 - BUCHA DE BANDEJA POSTERIOR RXN-5C45	4,000	UN	axios	108,0000	432,00
3408	BUCHA MOTOR DE PARTIDA RXN-5C45 - BUCHA MOTOR DE PARTIDA RXN-5C45	4,000	UN	moldmix	34,0000	136,00
3409	BUCHAS ESTABILIZADOR CENTRAL RXN-5C45 - BUCHAS ESTABILIZADOR CENTRAL RXN-5C45	4,000	UN	axios	65,0000	260,00
3410	BUJÃO DO CARTER RXN-5C45 - BUJÃO DO CARTER RXN-5C45	2,000	UN	wurth	47,0000	94,00
3411	BUZINAS RXN-5C45 - BUZINAS RXN-5C45	2,000	UN	bosch	85,0000	170,00
3412	CABO FREIO DE MAO TRASEIRO RXN-5C45 - CABO FREIO DE MAO TRASEIRO RXN-5C45	1,000	UN	cabovel	578,0000	578,00
3413	CANO ARREFECIMENTO RXN-5C45 - CANO ARREFECIMENTO RXN-5C45	2,000	UN	valclei	81,5000	163,00
3414	CAPAS DE TERMINAL RXN-5C45 - CAPAS DE TERMINAL RXN-5C45	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
3415	CARGA DE GAS RXN-5C45 - CARGA DE GAS RXN-5C45	2,000	UN	eos	206,0000	412,00
3416	CATALIZADOR RXN-5C45 - CATALIZADOR RXN-5C45	1,000	UN	mastra	2.158,0000	2.158,00
3417	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM RXN-5C45 - CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM RXN-5C45	1,000	UN	controil	435,0000	435,00
3418	CILINDRO MESTRE DE FREIO RXN-5C45 - CILINDRO MESTRE DE FREIO RXN-5C45	1,000	UN	controil	965,0000	965,00
3419	CILINDROS DE RODA RXN-5C45 - CILINDROS DE RODA RXN-5C45	4,000	UN	controil	164,0000	656,00
3420	CINTAS PLASTICAS RXN-5C45 - CINTAS PLASTICAS RXN-5C45	25,000	UN	vonder	1,7000	42,50
3421	CLIP AR CONDICIONADO RXN-5C45 - CLIP AR CONDICIONADO RXN-5C45	2,000	UN	royce	20,0000	40,00

3422	COIFA LADO CAMBIO RXN-5C45 - COIFA LADO CAMBIO RXN-5C45	2,000	UN	axios	88,0000	176,00
3423	COIFA LADO RODA RXN-5C45 - COIFA LADO RODA RXN-5C45	2,000	UN	axios	73,0000	146,00
3424	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA RXN-5C45 - COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA RXN-5C45	4,000	UN	permatex	58,0000	232,00
3425	COMPRESSOR AR CONDICIONADO RXN-5C45 - COMPRESSOR AR CONDICIONADO RXN-5C45	1,000	UN	delphi	4.041,0000	4.041,00
3426	CONDENSADOR RXN-5C45 - CONDENSADOR RXN-5C45	1,000	UN	denso	1.124,5000	1.124,50
3427	CONECTORES RXN-5C45 - CONECTORES RXN-5C45	6,000	UN	royce	34,0000	204,00
3428	CONEXÕES AR CONDICIONADO RXN-5C45 - CONEXÕES AR CONDICIONADO RXN-5C45	4,000	UN	royce	21,0000	84,00
3429	CONTRA PINO RXN-5C45 - CONTRA PINO RXN-5C45	6,000	UN	allfix	3,0000	18,00
3430	CONTRASTE RXN-5C45 - CONTRASTE RXN-5C45	2,000	UN	vinar	25,0000	50,00
3431	CORREIA ALTERNADOR RXN-5C45 - CORREIA ALTERNADOR RXN-5C45	2,000	UN	gates	119,0000	238,00
3432	COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO RXN-5C45 - COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO RXN-5C45	2,000	UN	axios	180,0000	360,00
3433	COXIM AMORTECEDOR TRASEIRO RXN-5C45 - COXIM AMORTECEDOR TRASEIRO RXN-5C45	2,000	UN	axios	153,0000	306,00
3434	COXIM DE CAMBIO RXN-5C45 - COXIM DE CAMBIO RXN-5C45	2,000	UN	axios	223,0000	446,00
3435	COXIM MOTOR LADO DIREITO RXN-5C45 - COXIM MOTOR LADO DIREITO RXN-5C45	2,000	UN	axios	512,0000	1.024,00
3436	COXIM MOTOR LADO ESQUERDO RXN-5C45 - COXIM MOTOR LADO ESQUERDO RXN-5C45	2,000	UN	sampel	554,0000	1.108,00
3437	CUBO DE RODA DIANTEIRO S/ ROLAMENTO RXN-5C45 - CUBO DE RODA DIANTEIRO S/ ROLAMENTO RXN-5C45	2,000	UN	fremax	204,0000	408,00
3438	CUBO DE RODA DIANTEIRO COMPLETO RXN-5C45 - CUBO DE RODA DIANTEIRO COMPLETO RXN-5C45	2,000	UN	fremax	745,0000	1.490,00
3439	CUBO DE RODA TRASEIRO RXN-5C45 - CUBO DE RODA TRASEIRO RXN-5C45	2,000	UN	fremax	731,0000	1.462,00
3440	DISCOS DE FREIO DIANTEIRO RXN-5C45 - DISCOS DE FREIO DIANTEIRO RXN-5C45	2,000	UN	fremax	218,5000	437,00
3441	ELETROVENTILADOR COM DEFLETOR RXN-5C45 - ELETROVENTILADOR COM DEFLETOR RXN-5C45	1,000	UN	bauen	960,0000	960,00
3442	ESCAPE INTERMEDIARIO RXN-5C45 - ESCAPE INTERMEDIARIO RXN-5C45	2,000	UN	tuper	244,5000	489,00
3443	ESCAPE TRASEIRO RXN-5C45 - ESCAPE TRASEIRO RXN-5C45	2,000	UN	tuper	408,0000	816,00
3444	ESPIGÃO RXN-5C45 - ESPIGÃO RXN-5C45	2,000	UN	royce	23,0000	46,00
3445	EVAPORADOR RXN-5C45 - EVAPORADOR RXN-5C45	1,000	UN	royce	718,0000	718,00
3446	FAROIS AUXILIARES RXN-5C45 - FAROIS AUXILIARES RXN-5C45	2,000	UN	tiger auto	224,0000	448,00
3447	FECHADURA LADO DIREITO RXN-5C45 - FECHADURA LADO DIREITO RXN-5C45	2,000	UN	universal	576,0000	1.152,00
3448	FECHADURA LADO ESQUERDO RXN-5C45 - FECHADURA LADO ESQUERDO RXN-5C45	2,000	UN	universal	576,0000	1.152,00
3449	FILTRO DE AR RXN-5C45 - FILTRO DE AR RXN-5C45	2,000	UN	tecfil	63,0000	126,00
3450	FILTRO DE AR CONDICIONADO RXN-5C45 - FILTRO DE AR CONDICIONADO RXN-5C45	2,000	UN	tecfil	50,0000	100,00
3451	FILTRO DE COMBUSTIVEL RXN-5C45 - FILTRO DE COMBUSTIVEL RXN-5C45	2,000	UN	tecfil	43,5000	87,00
3452	FILTRO DE OLEO RXN-5C45 - FILTRO DE OLEO RXN-5C45	2,000	UN	tecfil	38,0000	76,00
3453	FILTRO SECADOR RXN-5C45 - FILTRO SECADOR RXN-5C45	2,000	UN	mahle	426,0000	852,00
3454	FINALIZADOR DE SUPERFICIE RXN-5C45 - FINALIZADOR DE SUPERFICIE RXN-5C45	1,000	UN	mundial	18,0000	18,00
3455	FITA ISOLANTE RXN-5C45 - FITA ISOLANTE RXN-5C45	2,000	UN	dni	7,0000	14,00
3456	FLEXIVEIS DE FREIO RXN-5C45 - FLEXIVEIS DE FREIO RXN-5C45	4,000	UN	varga	49,0000	196,00
3457	FLUIDO DE FREIO DOT 4 RXN-5C45 - FLUIDO DE FREIO DOT 4 RXN-5C45	4,000	UN	varga	51,0000	204,00
3458	FLUSHING AR CONDICIONADO RXN-5C45 - FLUSHING AR CONDICIONADO RXN-5C45	1,000	UN	wurth	142,0000	142,00
3459	FLUSHING DIREÇÃO HIDRAULICA RXN-5C45 - FLUSHING DIREÇÃO HIDRAULICA RXN-5C45	1,000	UN	wurth	180,0000	180,00
3460	FUSIVEIS RXN-5C45 - FUSIVEIS RXN-5C45	10,000	UN	ams	1,5000	15,00
3461	GRAMPO DE FIXAÇÃO RXN-5C45 - GRAMPO DE FIXAÇÃO RXN-5C45	15,000	UN	chrevrolet	4,2500	63,75

RXN-5C45									
3462	HIGIENIZADOR AR	CONDICIONADO	RXN-5C45 - 2,000	UN	wurth	84,0000	168,00		
3463	HIGIENIZADOR AR	CONDICIONADO	RXN-5C45						
3463	IMPULSOR DE PARTIDA	RXN-5C45 - IMPULSOR DE	1,000	UN	zm	164,0000	164,00		
3464	PARTIDA	RXN-5C45							
3464	INDUZIDO DE PARTIDA	RXN-5C45 - INDUZIDO DE	1,000	UN	automax	520,0000	520,00		
3465	PARTIDA	RXN-5C45							
3465	JOGO BRONZINA BIELA	RXN-5C45 - JOGO BRONZINA	1,000	UN	mahle	161,0000	161,00		
3466	BIELA	RXN-5C45							
3466	JOGO BRONZINA MANCAL	RXN-5C45 - JOGO BRONZINA	1,000	UN	mahle	234,0000	234,00		
3467	MANCAL	RXN-5C45							
3467	JOGO CABOS DE VELAS	RXN-5C45 - JOGO CABOS DE	2,000	UN	ngk	179,0000	358,00		
3468	VELAS	RXN-5C45							
3468	JOGO DE ANEIS DE PISTÃO	RXN-5C45 - JOGO DE ANEIS	1,000	UN	mahle	549,0000	549,00		
3469	DE PISTÃO	RXN-5C45							
3469	JOGO DE JUNTAS C/ RETENTORES	RXN-5C45 - JOGO DE	1,000	UN	sabo	528,0000	528,00		
3470	JUNTAS C/ RETENTORES	RXN-5C45							
3470	JOGOS DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS	RXN-5C45 - 2,000	UN	frasle	332,0000	664,00			
3471	JOGOS DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS	RXN-5C45							
3471	JOGOS DE SAPATA DE FREIO TRASEIRAS	RXN-5C45 - 1,000	UN	frasle	462,0000	462,00			
3472	JOGOS DE SAPATA DE FREIO TRASEIRAS	RXN-5C45							
3472	JOGO PARAFUSO CABEÇOTE	RXN-5C45 - JOGO	1,000	UN	taranto	257,0000	257,00		
3473	PARAFUSO CABEÇOTE	RXN-5C45							
3473	JUNTA DE CABEÇOTE	RXN-5C45 - JUNTA DE CABEÇOTE	1,000	UN	sabo	317,0000	317,00		
3474	JUNTA ESCAPE	RXN-5C45 - JUNTA ESCAPE	RXN-5C45 3,000	UN	sabo	54,0000	162,00		
3475	JUNTA HOMOCINÉTICA	RXN-5C45 - JUNTA	2,000	UN	nakata	368,0000	736,00		
3476	HOMOCINÉTICA	RXN-5C45							
3476	JUNTA TAMPA DE VALVULAS	RXN-5C45 - JUNTA TAMPA	1,000	UN	sabo	81,0000	81,00		
3477	DE VALVULAS	RXN-5C45							
3477	KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO	RXN-5C45 - KIT	2,000	UN	sampel	108,0000	216,00		
3478	AMORTECEDOR DIANTEIRO	RXN-5C45							
3478	BORRACHAS DE PORTA	RXN-5C45 - BORRACHAS DE	4,000	UN	autotravi	354,5000	1.418,00		
3479	PORTA	RXN-5C45							
3479	KIT CALHAS DE CHUVA	RXN-5C45 - KIT CALHAS DE	2,000	UN	tg poli	392,0000	784,00		
3480	CHUVA	RXN-5C45							
3480	KIT CORREIA DENTADA	RXN-5C45 - KIT CORREIA	2,000	UN	gates	311,5000	623,00		
3481	DENTADA	RXN-5C45							
3481	KIT DE EMBREAGEM C/ ATUADOR	RXN-5C45 - KIT DE	1,000	UN	sachs	1.044,0000	1.044,00		
3482	EMBREAGEM C/ ATUADOR	RXN-5C45							
3482	LAMPADAS 1 POLO	RXN-5C45 - LAMPADAS 1 POLO	6,000	UN	osram	8,0000	48,00		
3483	RXN-5C45								
3483	LAMPADAS 2 POLOS	RXN-5C45 - LAMPADAS 2 POLOS	6,000	UN	osram	10,0000	60,00		
3484	RXN-5C45								
3484	LAMPADAS H1	RXN-5C45 - LAMPADAS H1	RXN-5C45 6,000	UN	osram	34,0000	204,00		
3485	LAMPADAS H11	RXN-5C45 - LAMPADAS H11	RXN-5C45 4,000	UN	hella	111,0000	444,00		
3486	LAMPADAS H3	RXN-5C45 - LAMPADAS H3	RXN-5C45 4,000	UN	osram	43,0000	172,00		
3487	LAMPADAS H27	RXN-5C45 - LAMPADAS H27	RXN-5C45 4,000	UN	hella	103,0000	412,00		
3488	LAMPADAS H4	RXN-5C45 - LAMPADAS H4	RXN-5C45 4,000	UN	osram	31,0000	124,00		
3489	LAMPADAS PINGO D'ÁGUA	RXN-5C45 - LAMPADAS	6,000	UN	osram	6,0000	36,00		
3490	PINGO D'ÁGUA	RXN-5C45							
3490	LAMPADAS TORPEDO	RXN-5C45 - LAMPADAS TORPEDO	6,000	UN	osram	18,0000	108,00		
3491	RXN-5C45								
3491	LIMPA PARABRISAS	RXN-5C45 - LIMPA PARABRISAS	2,000	UN	mundial	14,0000	28,00		
3492	RXN-5C45								
3492	LIMPA RADIADOR	RXN-5C45 - LIMPA RADIADOR	RXN- 1,000	UN	mundial	28,0000	28,00		
3493	5C45								
3493	LITROS DE OLEO 0W20	RXN-5C45 - LITROS DE OLEO	15,000	LT	texaco	65,0000	975,00		
3494	0W20	RXN-5C45							
3494	LITROS DE OLEO DE CAMBIO	RXN-5C45 - LITROS DE	6,000	LT	petronas	94,0000	564,00		
3495	OLEO DE CAMBIO	RXN-5C45							
3495	LITROS DE OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA	RXN-5C45 - 6,000	LT	petronas	82,0000	492,00			
3496	LITROS DE OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA	RXN-5C45							
3496	MAÇANETA EXTERNA LADO DIREITO	RXN-5C45 - 4,000	UN	universal	85,0000	340,00			
3497	MAÇANETA EXTERNA LADO DIREITO	RXN-5C45							
3497	MAÇANETA EXTERNA LADO ESQUERDO	RXN-5C45 - 4,000	UN	universal	85,0000	340,00			
3498	MAÇANETA EXTERNA LADO ESQUERDO	RXN-5C45							
3498	MAÇANETA INTERNA LADO DIREITO	RXN-5C45 - 2,000	UN	universal	85,0000	170,00			
3499	MAÇANETA INTERNA LADO DIREITO	RXN-5C45							
3499	MAÇANETA INTERNA LADO ESQUERDO	RXN-5C45 - 2,000	UN	universal	85,0000	170,00			
3499	MAÇANETA INTERNA LADO ESQUERDO	RXN-5C45							

Página: 92 / 104

3500	MANGUEIRA ARREFECIMENTO RXN-5C45 - MANGUEIRA	2,000	UN	jamaica	217,0000	434,00
3501	ARREFECIMENTO RXN-5C45 FILTRO DE AR RXN-5C45	1,000	UN	controil	190,0000	190,00
3502	MANGUEIRA FILTRO DE AR RXN-5C45 MANGUEIRA INFERIOR RADIADOR RXN-5C45	1,000	UN	jamaica	206,0000	206,00
3503	MANGUEIRA INFERIOR RADIADOR RXN-5C45 MANGUEIRA SUPERIOR RADIADOR RXN-5C45	1,000	UN	jamaica	287,0000	287,00
3504	MANGUEIRA SUPERIOR RADIADOR RXN-5C45 MAQUINA DE VIDRO RXN-5C45 - MAQUINA DE VIDRO	4,000	UN	zinni	425,0000	1.700,00
3505	MAQUINA DE VIDRO RXN-5C45 MAXI FUSIVEIS RXN-5C45 - MAXI FUSIVEIS RXN-5C45	10,000	UN	ams	6,4000	64,00
3506	MAXI FUSIVEIS RXN-5C45 METROS DE CABO DE BATERIA RXN-5C45 - METROS DE	10,000	MT	dni	77,0000	770,00
3507	CABO DE BATERIA RXN-5C45 METROS DE FIO RXN-5C45 - METROS DE FIO RXN-5C45	10,000	MT	dni	3,8000	38,00
3508	METROS DE FIO RXN-5C45 METROS DE MANGUEIRA AR COND RXN-5C45 - METROS	10,000	M	parker	135,0000	1.350,00
3509	DE MANGUEIRA AR COND RXN-5C45 METROS MANGUEIRA DE INJEÇÃO RXN-5C45 - METROS	10,000	MT	gates	25,0000	250,00
3510	MANGUEIRA DE INJEÇÃO RXN-5C45 METROS MANGUEIRA DE SILICONE RXN-5C45 - METROS	10,000	UN	luciflex	6,4000	64,00
3511	MANGUEIRA DE SILICONE RXN-5C45 MINI FUSIVEIS RXN-5C45 - MINI FUSIVEIS RXN-5C45	10,000	UN	ams	1,3000	13,00
3512	MINI FUSIVEIS RXN-5C45 MOTOR DE PARTIDA RXN-5C45 - MOTOR DE PARTIDA	1,000	UN	valeo	1.587,0000	1.587,00
3513	MOTOR DE PARTIDA RXN-5C45 OLEO COMPRESSOR RXN-5C45 - OLEO COMPRESSOR	4,000	UN	montreal	64,0000	256,00
3514	OLEO COMPRESSOR RXN-5C45 ORING DE VEDAÇÃO RXN-5C45 - ORING DE VEDAÇÃO	4,000	UN	wurth	1,9000	7,60
3515	ORING DE VEDAÇÃO RXN-5C45 ORING VEDAÇÃO CARTER RXN-5C45 - ORING VEDAÇÃO	2,000	UN	wurth	10,0000	20,00
3516	CARTER RXN-5C45 PALHETAS DIANTERIA RXN-5C45 - PALHETAS DIANTERIA	2,000	UN	bosch	96,0000	192,00
3517	PALHETAS DIANTERIA RXN-5C45 PALHETAS TRASEIRAS RXN-5C45 - PALHETAS TRASEIRAS	2,000	UN	bosch	83,5000	167,00
3518	PALHETAS TRASEIRAS RXN-5C45 PARAFUSOS RXN-5C45 - PARAFUSOS RXN-5C45	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
3519	PARAFUSOS RXN-5C45 PARAFUSOS DE RODA RXN-5C45 - PARAFUSOS DE RODA	16,000	UN	rodafuso	18,0000	288,00
3520	PARAFUSOS DE RODA RXN-5C45 PELÍCULA DE VIDRO NANO CARBONO RXN-5C45 -	6,000	UN	gateway	465,5000	2.793,00
3521	PELÍCULA DE VIDRO NANO CARBONO RXN-5C45 PISTÃO DE MOTOR RXN-5C45 - PISTÃO DE MOTOR	4,000	UN	mahle	323,0000	1.292,00
3522	PISTÃO DE MOTOR RXN-5C45 PIVOS DE SUSPENSÃO RXN-5C45 - PIVOS DE SUSPENSÃO	4,000	UN	viemar	104,0000	416,00
3523	PIVOS DE SUSPENSÃO RXN-5C45 PLACA RETIFICADORA RXN-5C45 - PLACA RETIFICADORA	1,000	UN	bosch	451,0000	451,00
3524	PLACA RETIFICADORA RXN-5C45 POLIA ALTERNADOR RXN-5C45 - POLIA ALTERNADOR	1,000	UN	nytron	305,0000	305,00
3525	POLIA ALTERNADOR RXN-5C45 POLIA COMPRESSOR RXN-5C45 - POLIA COMPRESSOR	1,000	UN	mahle	791,0000	791,00
3526	POLIA COMPRESSOR RXN-5C45 PORCAS RXN-5C45 - PORCAS RXN-5C45	10,000	UN	ciser	1,9000	19,00
3527	PORCAS RXN-5C45 PORTA FUSIVEIS RXN-5C45 - PORTA FUSIVEIS RXN-	6,000	UN	rainha das sete	10,0000	60,00
3528	PORTA FUSIVEIS RXN-5C45 PORTA FUSIVEIS MAXI RXN-5C45 - PORTA FUSIVEIS MAXI	6,000	UN	rainha das sete	17,0000	102,00
3529	PORTA FUSIVEIS MAXI RXN-5C45 PRESSOSTATO RXN-5C45 - PRESSOSTATO RXN-5C45	1,000	UN	royce	265,0000	265,00
3530	PRESSOSTATO RXN-5C45 RADIADOR RXN-5C45 - RADIADOR RXN-5C45	1,000	UN	visconde	696,0000	696,00
3531	RADIADOR RXN-5C45 REGULADOR DE VOLTAGEM RXN-5C45 - REGULADOR DE	1,000	UN	bosch	368,0000	368,00
3532	REGULADOR DE VOLTAGEM RXN-5C45 RELE AUXILIAR RXN-5C45 - RELE AUXILIAR RXN-5C45	6,000	UN	dni	19,0000	114,00
3533	RELE AUXILIAR RXN-5C45 RELE DE PARTIDA RXN-5C45 - RELE DE PARTIDA RXN-	1,000	UN	zm	359,0000	359,00
3534	RELE DE PARTIDA RXN-5C45 REPARO PINÇA DE FREIO RXN-5C45 - REPARO PINÇA DE	2,000	UN	2mc	255,0000	510,00
3535	REPARO PINÇA DE FREIO RXN-5C45 RESERVATORIO EXPANSÃO RXN-5C45 - RESERVATORIO	1,000	UN	gonel	132,0000	132,00
3536	RESERVATORIO EXPANSÃO RXN-5C45 RESISTENCIA ELETROVENTILADOR RXN-5C45 -	1,000	UN	bosch	441,0000	441,00
3537	RESISTENCIA ELETROVENTILADOR RXN-5C45 RETENTOR TRASEIRO DO MOTOR RXN-5C45 -	1,000	UN	sabo	73,0000	73,00
3538	RETENTOR TRASEIRO DO MOTOR RXN-5C45 ROLAMENTO ALTERNADOR RXN-5C45 - ROLAMENTO	2,000	UN	nytron	111,0000	222,00
	ALTERNADOR RXN-5C45					

Página: 93 / 104

3539	ROLAMENTO COMPRESSOR RXN-5C45 - ROLAMENTO COMPRESSOR RXN-5C45	2,000	UN	skf	280,0000	560,00
3540	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO RXN-5C45 - ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO RXN-5C45	2,000	UN	fag	309,0000	618,00
3541	ROLAMENTO TENSOR ALTERNADOR RXN-5C45 - ROLAMENTO TENSOR ALTERNADOR RXN-5C45	2,000	UN	nytron	279,0000	558,00
3542	SELO COMPRESSOR RXN-5C45 - SELO COMPRESSOR RXN-5C45	1,000	UN	vetor	107,0000	107,00
3543	SENSOR DE ABS DIANTEIRO RXN-5C45 - SENSOR DE ABS DIANTEIRO RXN-5C45	2,000	UN	bosch	240,0000	480,00
3544	SENSOR DE ABS TRASEIRO RXN-5C45 - SENSOR DE ABS TRASEIRO RXN-5C45	2,000	UN	bosch	240,0000	480,00
3545	SENSOR DE NIVEL RXN-5C45 - SENSOR DE NIVEL RXN-5C45	1,000	UN	tsa	161,0000	161,00
3546	SENSOR DE TEMPERATURA RXN-5C45 - SENSOR DE TEMPERATURA RXN-5C45	1,000	UN	mte	160,0000	160,00
3547	SENSOR DE VELOCIDADE RXN-5C45 - SENSOR DE VELOCIDADE RXN-5C45	1,000	UN	mte	196,0000	196,00
3548	SONDA LAMBDA PÓS CATALIZADOR RXN-5C45 - SONDA LAMBDA PÓS CATALIZADOR RXN-5C45	1,000	UN	ntk	335,0000	335,00
3549	SONDA LAMBDA PRÉ CATALIZADOR RXN-5C45 - SONDA LAMBDA PRÉ CATALIZADOR RXN-5C45	1,000	UN	ntk	353,0000	353,00
3550	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO RXN-5C45 - TAMBOR DE FREIO TRASEIRO RXN-5C45	2,000	UN	fremax	312,0000	624,00
3551	TAMPA RESERVATORIO DE EXPANSÃO RXN-5C45 - TAMPA RESERVATORIO DE EXPANSÃO RXN-5C45	1,000	UN	tancllick	61,0000	61,00
3552	TAMPA VALVULA DE SERVIÇO RXN-5C45 - TAMPA VALVULA DE SERVIÇO RXN-5C45	1,000	UN	royce	32,0000	32,00
3553	TERMINAIS DE BATERIA RXN-5C45 - TERMINAIS DE BATERIA RXN-5C45	2,000	UN	start	12,5000	25,00
3554	TERMINAIS DE DIREÇÃO RXN-5C45 - TERMINAIS DE DIREÇÃO RXN-5C45	2,000	UN	viemar	121,0000	242,00
3555	TERMINAIS DE EMBUTI RXN-5C45 - TERMINAIS DE EMBUTI RXN-5C45	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
3556	TERMINAIS DE PARAFUSAR RXN-5C45 - TERMINAIS DE PARAFUSAR RXN-5C45	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
3557	TERMOSTATO RXN-5C45 - TERMOSTATO RXN-5C45	1,000	UN	bosch	217,0000	217,00
3558	TRAVAS ELETRICAS RXN-5C45 - TRAVAS ELETRICAS RXN-5C45	4,000	UN	dni	151,0000	604,00
3559	VALVULA BLOCK RXN-5C45 - VALVULA BLOCK RXN-5C45	1,000	UN	royce	368,0000	368,00
3560	VALVULA DE SERVIÇO RXN-5C45 - VALVULA DE SERVIÇO RXN-5C45	1,000	UN	royce	25,0000	25,00
3561	VALVULA TERMOSTATICA RXN-5C45 - VALVULA TERMOSTATICA RXN-5C45	1,000	UN	mte	130,0000	130,00
3562	VEDA ESCAPE RXN-5C45 - VEDA ESCAPE RXN-5C45	2,000	UN	orbi	15,0000	30,00
3563	VELAS DE IGNIÇÃO RXN-5C45 - VELAS DE IGNIÇÃO RXN-5C45	4,000	UN	ngk	32,0000	128,00

Total do Participante: 74.489,45

Lote: 34**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3564	ADITIVO DE COMBUSTIVEL RXS-0J18 - ADITIVO DE COMBUSTIVEL RXS-0J18	4,000	UN	koube	52,0000	208,00
3565	ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO 95% MONOET. RXS-0J18 - ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO 95% MONOET. RXS-0J18	8,000	UN	wurth	58,0000	464,00
3566	ANTI EMBAÇANTE RXS-0J18 - ANTI EMBAÇANTE RXS-0J18	4,000	UN	mundial	22,0000	88,00
3567	ARRUELAS RXS-0J18 - ARRUELAS RXS-0J18	20,000	UN	ciser	1,5000	30,00
3568	BATERIA 65 AMPERES CCA 430 RXS-0J18 - BATERIA 65 AMPERES CCA 430 RXS-0J18	1,000	UN	pioneiro	553,0000	553,00
3569	BIELETAS RXS-0J18 - BIELETAS RXS-0J18	2,000	UN	trw	58,5000	117,00
3570	BOMBA DE LIMPADOR DE PARABRISAS RXS-0J18 - BOMBA DE LIMPADOR DE PARABRISAS RXS-0J18	2,000	UN	tsa	76,0000	152,00
3571	BUZINAS RXS-0J18 - BUZINAS RXS-0J18	2,000	UN	bosch	87,0000	174,00
3572	CAPAS DE TERMINAL RXS-0J18 - CAPAS DE TERMINAL RXS-0J18	10,000	UN	dsc	1,7000	17,00
3573	CINTAS PLASTICAS RXS-0J18 - CINTAS PLASTICAS RXS-0J18	20,000	UN	vonder	1,7000	34,00

Página: 94 / 104

3574	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA RXS-0J18 - COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA RXS-0J18	4,000	UN	cyclo	55,0000	220,00
3575	CONECTORES RXS-0J18 - CONECTORES RXS-0J18	4,000	UN	royce	35,0000	140,00
3576	CONTRA PINO RXS-0J18 - CONTRA PINO RXS-0J18	20,000	UN	allfix	3,3000	66,00
3577	CONTRASTE RXS-0J18 - CONTRASTE RXS-0J18	4,000	UN	vinar	26,0000	104,00
3578	CORREIA ALTERNADOR RXS-0J18 - CORREIA ALTERNADOR RXS-0J18	4,000	UN	gates	120,0000	480,00
3579	FILTRO DE AR RXS-0J18 - FILTRO DE AR RXS-0J18	10,000	UN	tecfil	51,0000	510,00
3580	FILTRO DE AR CONDICIONADO RXS-0J18 - FILTRO DE AR CONDICIONADO RXS-0J18	10,000	UN	tecfil	34,0000	340,00
3581	FILTRO DE COMBUSTIVEL RXS-0J18 - FILTRO DE COMBUSTIVEL RXS-0J18	10,000	UN	tecfil	38,0000	380,00
3582	FILTRO DE OLEO RXS-0J18 - FILTRO DE OLEO RXS-0J18	10,000	UN	tecfil	32,0000	320,00
3583	FINALIZADOR DE SUPERFICIE RXS-0J18 - FINALIZADOR DE SUPERFICIE RXS-0J18	4,000	UN	mundial	19,0000	76,00
3584	FITA ISOLANTE RXS-0J18 - FITA ISOLANTE RXS-0J18	4,000	UN	dni	7,0000	28,00
3585	FLUIDO DE FREIO DOT 4 RXS-0J18 - FLUIDO DE FREIO DOT 4 RXS-0J18	4,000	UN	varga	48,0000	192,00
3586	FUSIVEIS RXS-0J18 - FUSIVEIS RXS-0J18	10,000	UN	ams	1,5000	15,00
3587	GRAMPO DE FIXAÇÃO RXS-0J18 - GRAMPO DE FIXAÇÃO RXS-0J18	50,000	UN	dsc	4,2500	212,50
3588	HIGIENIZADOR AR CONDICIONADO RXS-0J18 - HIGIENIZADOR AR CONDICIONADO RXS-0J18	10,000	UN	wurth	80,0000	800,00
3589	JOGO CABOS VELA RXS-0J18 - JOGO CABOS VELA RXS-0J18	1,000	UN	ngk	170,0000	170,00
3590	JOGOS DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS RXS-0J18 - JOGOS DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS RXS-0J18	6,000	UN	frasle	212,0000	1.272,00
3591	JOGOS DE SAPATA DE FREIO TRASEIRAS RXS-0J18 - JOGOS DE SAPATA DE FREIO TRASEIRAS RXS-0J18	2,000	UN	frasle	384,0000	768,00
3592	LAMPADAS 1 POLO RXS-0J18 - LAMPADAS 1 POLO RXS-0J18	8,000	UN	osram	7,0000	56,00
3593	LAMPADAS 2 POLOS RXS-0J18 - LAMPADAS 2 POLOS RXS-0J18	8,000	UN	osram	7,0000	56,00
3594	LAMPADAS H1 RXS-0J18 - LAMPADAS H1 RXS-0J18	6,000	UN	osram	33,0000	198,00
3595	LAMPADAS H11 RXS-0J18 - LAMPADAS H11 RXS-0J18	6,000	UN	hella	105,0000	630,00
3596	LAMPADAS H3 RXS-0J18 - LAMPADAS H3 RXS-0J18	6,000	UN	osram	38,0000	228,00
3597	LAMPADAS H7 RXS-0J18 - LAMPADAS H7 RXS-0J18	6,000	UN	osram	48,0000	288,00
3598	LAMPADAS PINGO D'AGUA RXS-0J18 - LAMPADAS PINGO D'AGUA RXS-0J18	8,000	UN	osram	6,0000	48,00
3599	LAMPADAS TORPEDO RXS-0J18 - LAMPADAS TORPEDO RXS-0J18	6,000	UN	osram	17,0000	102,00
3600	LIMPA PARABRISAS RXS-0J18 - LIMPA PARABRISAS RXS-0J18	4,000	UN	mundial	14,0000	56,00
3601	LIMPA RADIADOR RXS-0J18 - LIMPA RADIADOR RXS-0J18	2,000	UN	mundial	29,0000	58,00
3602	LITROS DE OLEO 5W30 RXS-0J18 - LITROS DE OLEO 5W30 RXS-0J18	50,000	LT	texaco	54,0000	2.700,00
3603	LITROS DE OLEO CAMBIO DCTF RXS-0J18 - LITROS DE OLEO CAMBIO DCTF RXS-0J18	6,000	LT	petronas	143,5000	861,00
3604	LITROS DE OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA RXS-0J18 - LITROS DE OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA RXS-0J18	6,000	LT	petronas	78,0000	468,00
3605	MAXI FUSIVEIS RXS-0J18 - MAXI FUSIVEIS RXS-0J18	6,000	UN	ams	6,0000	36,00
3606	METROS DE FIO RXS-0J18 - METROS DE FIO RXS-0J18	10,000	MT	dni	3,9000	39,00
3607	METROS MANGUEIRA DE INJEÇÃO RXS-0J18 - METROS MANGUEIRA DE INJEÇÃO RXS-0J18	10,000	MT	gates	24,0000	240,00
3608	METROS MANGUEIRA DE SILICONE RXS-0J18 - METROS MANGUEIRA DE SILICONE RXS-0J18	10,000	MT	luciflex	6,6000	66,00
3609	METROS MANGUEIRA TELADA RXS-0J18 - METROS MANGUEIRA TELADA RXS-0J18	10,000	MT	luciflex	10,0000	100,00
3610	MINI FUSIVEIS RXS-0J18 - MINI FUSIVEIS RXS-0J18	10,000	UN	ams	1,5000	15,00
3611	ORING VEDAÇÃO CARTER RXS-0J18 - ORING VEDAÇÃO CARTER RXS-0J18	10,000	UN	wurth	11,0000	110,00
3612	PALHETAS DIANTEIRA RXS-0J18 - PALHETAS DIANTEIRA RXS-0J18	20,000	UN	bosch	58,0000	1.160,00
3613	PARAFUSOS RXS-0J18 - PARAFUSOS RXS-0J18	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
3614	PARAFUSOS DE RODA RXS-0J18 - PARAFUSOS DE RODA RXS-0J18	16,000	UN	rodafuso	19,0000	304,00

Página: 95 / 104

3615	PIVOS RXS-0J18 - PIVOS RXS-0J18	2,000	UN	viemar	118,0000	236,00
3616	PORCAS RXS-0J18 - PORCAS RXS-0J18	10,000	UN	ciser	1,9000	19,00
3617	PORTA FUSIVEIS RXS-0J18 - PORTA FUSIVEIS RXS-0J18	4,000	UN	rainha das sete	10,5000	42,00
3618	PORTA FUSIVEIS MAXI RXS-0J18 - PORTA FUSIVEIS MAXI RXS-0J18	4,000	UN	rainha das sete	17,0000	68,00
3619	RELE AUXILIAR RXS-0J18 - RELE AUXILIAR RXS-0J18	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
3620	TERMINAIS DIREÇÃO RXS-0J18 - TERMINAIS DIREÇÃO RXS-0J18	4,000	UN	viemar	169,0000	676,00
3621	TERMINAIS DE BATERIA RXS-0J18 - TERMINAIS DE BATERIA RXS-0J18	4,000	UN	start	13,0000	52,00
3622	TERMINAIS DE EMBUTI RXS-0J18 - TERMINAIS DE EMBUTI RXS-0J18	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
3623	TERMINAIS DE PARAFUSAR RXS-0J18 - TERMINAIS DE PARAFUSAR RXS-0J18	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
3624	VELAS IGNIÇÃO RXS-0J18 - VELAS IGNIÇÃO RXS-0J18	4,000	UN	ngk	28,0000	112,00
Total do Participante:						17.098,50

Lote: 35**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3625	ABRAÇADEIRA MANGUEIRA QHA-9175 - ABRAÇADEIRA MANGUEIRA QHA-9175	10,000	UN	wurth	9,0000	90,00
3626	ABRAÇADEIRA ESCAPE QHA-9175 - ABRAÇADEIRA ESCAPE QHA-9175	4,000	UN	uniao	10,0000	40,00
3627	ADITIVO CONCENTRADO RADIADOR NBR 13.705 QHA-9175 - ADITIVO CONCENTRADO RADIADOR NBR 13.705 QHA-9175	4,000	UN	tireno	46,0000	184,00
3628	ALTERNADOR QHA-9175 - ALTERNADOR QHA-9175	1,000	UN	bosch	1.950,0000	1.950,00
3629	AMORT TRAS QHA-9175 - AMORT TRAS QHA-9175	2,000	UN	monroe	254,0000	508,00
3630	AMORTECEDOR DIANT QHA-9175 - AMORTECEDOR DIANT QHA-9175	2,000	UN	monroe	588,5000	1.177,00
3631	ARRUELAS QHA-9175 - ARRUELAS QHA-9175	6,000	UN	ciser	1,3000	7,80
3632	ARTICULADOR AXIAL QHA-9175 - ARTICULADOR AXIAL QHA-9175	2,000	UN	viemar	68,0000	136,00
3633	BATERIA 60 AH CCA 430 A QHA-9175 - BATERIA 60 AH CCA 430 A QHA-9175	1,000	UN	pioneiro	448,0000	448,00
3634	BIELETAS QHA-9175 - BIELETAS QHA-9175	2,000	UN	trw	95,0000	190,00
3635	BOBINA COMPRESSOR AR CONDIC. QHA-9175 - BOBINA COMPRESSOR AR CONDIC. QHA-9175	1,000	UN	mahle	445,0000	445,00
3636	BOBINA IGNIÇÃO QHA-9175 - BOBINA IGNIÇÃO QHA-9175	1,000	UN	ngk	779,0000	779,00
3637	BOMBA AGUA INJETOR PARABRISA QHA-9175 - BOMBA AGUA INJETOR PARABRISA QHA-9175	2,000	UN	tsa	106,5000	213,00
3638	BOMBA DE AGUA QHA-9175 - BOMBA DE AGUA QHA-9175	1,000	UN	schadeck	324,5000	324,50
3639	BOMBA DE COMBUSTIVEL QHA-9175 - BOMBA DE COMBUSTIVEL QHA-9175	1,000	UN	delphi	259,0000	259,00
3640	BOMBA DE OLEO QHA-9175 - BOMBA DE OLEO QHA-9175	1,000	UN	schadeck	938,0000	938,00
3641	BORRACHA PORTA QHA-9175 - BORRACHA PORTA QHA-9175	4,000	UN	autotravi	172,0000	688,00
3642	BUCHA ANTERIOR QUADRO SUSP. TRAS. QHA-9175 - BUCHA ANTERIOR QUADRO SUSP. TRAS. QHA-9175	2,000	UN	axios	156,5000	313,00
3643	BUCHA BANDEJA QHA-9175 - BUCHA BANDEJA QHA-9175	2,000	UN	axios	39,0000	78,00
3644	BUCHA ESTABILIZADOR QHA-9175 - BUCHA ESTABILIZADOR QHA-9175	4,000	UN	axios	17,0000	68,00
3645	BUCHA MOTOR PARTIDA QHA-9175 - BUCHA MOTOR PARTIDA QHA-9175	2,000	UN	moldmix	13,5000	27,00
3646	BUCHA POSTERIOR QUADRO SUSP. TRAS. QHA-9175 - BUCHA POSTERIOR QUADRO SUSP. TRAS. QHA-9175	4,000	UN	axios	203,5000	814,00
3647	BUCHA TRASEIRA BANDEJA SUSP. DIANT. DIREITO QHA-9175 - BUCHA TRASEIRA BANDEJA SUSP. DIANT. DIREITO QHA-9175	4,000	UN	axios	154,0000	616,00
3648	BUCHA TRASEIRA BANDEJA SUSP. DIANT. ESQUERDO QHA-9175 - BUCHA TRASEIRA BANDEJA SUSP. DIANT. ESQUERDO QHA-9175	4,000	UN	axios	154,0000	616,00
3649	BUJAO CARTER QHA-9175 - BUJAO CARTER QHA-9175	1,000	UN	wurth	27,0000	27,00

Página: 96 / 104

3650	BUZINA 12V QHA-9175 - BUZINA 12V QHA-9175	2,000	UN	bosch	69,0000	138,00
3651	CABO FREIO DE MAO DIREITO QHA-9175 - CABO FREIO DE MAO DIREITO QHA-9175	1,000	UN	cabovel	171,5000	171,50
3652	CABO FREIO DE MAO ESQUERDO QHA-9175 - CABO FREIO DE MAO ESQUERDO QHA-9175	1,000	UN	cabovel	163,5000	163,50
3653	CANO FREIO QHA-9175 - CANO FREIO QHA-9175	1,000	UN	rigitec	20,0000	20,00
3654	CAPA TERMINAL QHA-9175 - CAPA TERMINAL QHA-9175	6,000	UN	dsc	1,7000	10,20
3655	CARGA GAS AR CONDICIONADO QHA-9175 - CARGA GAS AR CONDICIONADO QHA-9175	2,000	UN	eos	206,0000	412,00
3656	CILINDRO AUXILIAR DE EMBREAGEM QHA-9175 - CILINDRO AUXILIAR DE EMBREAGEM QHA-9175	1,000	UN	controil	190,0000	190,00
3657	CILINDRO MESTRE QHA-9175 - CILINDRO MESTRE QHA-9175	1,000	UN	controil	400,0000	400,00
3658	CILINDRO RODA TRASEIRO QHA-9175 - CILINDRO RODA TRASEIRO QHA-9175	2,000	UN	controil	100,0000	200,00
3659	CINTAS PLASTICA QHA-9175 - CINTAS PLASTICA QHA-9175	25,000	UN	vonder	1,7000	42,50
3660	CLIP AR CONDICIONADO QHA-9175 - CLIP AR CONDICIONADO QHA-9175	2,000	UN	royce	21,5000	43,00
3661	COIFA LADO CAMBIO QHA-9175 - COIFA LADO CAMBIO QHA-9175	2,000	UN	axios	36,5000	73,00
3662	COIFA LADO RODA QHA-9175 - COIFA LADO RODA QHA-9175	2,000	UN	axios	51,5000	103,00
3663	COIFA SEMI EIXO QHA-9175 - COIFA SEMI EIXO QHA-9175	2,000	UN	axios	59,5000	119,00
3664	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA QHA-9175 - COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA QHA-9175	2,000	UN	permatex	55,0000	110,00
3665	COMPRESSOR AR CONDICIONADO QHA-9175 - COMPRESSOR AR CONDICIONADO QHA-9175	1,000	UN	delphi	3.028,0000	3.028,00
3666	CONDENSADOR QHA-9175 - CONDENSADOR QHA-9175	1,000	UN	denso	954,5000	954,50
3667	CONECTORES QHA-9175 - CONECTORES QHA-9175	6,000	UN	marilia	1,7000	10,20
3668	CONEXOES AR CONDICIONADO QHA-9175 - CONEXOES AR CONDICIONADO QHA-9175	2,000	UN	royce	25,0000	50,00
3669	CONTRASTE QHA-9175 - CONTRASTE QHA-9175	1,000	UN	vinar	23,5000	23,50
3670	CORREIA ALTERNADOR QHA-9175 - CORREIA ALTERNADOR QHA-9175	1,000	UN	gates	63,0000	63,00
3671	COXIM AMORT DIANT QHA-9175 - COXIM AMORT DIANT QHA-9175	2,000	UN	axios	240,0000	480,00
3672	COXIM AMORT.TRAS QHA-9175 - COXIM AMORT.TRAS QHA-9175	2,000	UN	axios	138,0000	276,00
3673	COXIM CAMBIO TRAS QHA-9175 - COXIM CAMBIO TRAS QHA-9175	2,000	UN	axios	201,0000	402,00
3674	COXIM MOTOR DIREITO QHA-9175 - COXIM MOTOR DIREITO QHA-9175	1,000	UN	axios	572,5000	572,50
3675	COXIM MOTOR ESQUERDO QHA-9175 - COXIM MOTOR ESQUERDO QHA-9175	1,000	UN	axios	572,5000	572,50
3676	COXIM SILENCIOSO QHA-9175 - COXIM SILENCIOSO QHA-9175	4,000	UN	sampel	9,0000	36,00
3677	CUBO FRONTAL COMPR. AR QHA-9175 - CUBO FRONTAL COMPR. AR QHA-9175	1,000	UN	delphi	393,0000	393,00
3678	CUBO RODA DIANT. QHA-9175 - CUBO RODA DIANT. QHA-9175	2,000	UN	fremax	116,0000	232,00
3679	CUBO RODA TRAS. COM ROLAMENTO QHA-9175 - CUBO RODA TRAS. COM ROLAMENTO QHA-9175	2,000	UN	fremax	269,5000	539,00
3680	CX DIREÇÃO NOVA QHA-9175 - CX DIREÇÃO NOVA QHA-9175	1,000	UN	nakata	3.148,0000	3.148,00
3681	DISCOS FREIO DIANT QHA-9175 - DISCOS FREIO DIANT QHA-9175	2,000	UN	fremax	225,0000	450,00
3682	ELETROVENTILADOR QHA-9175 - ELETROVENTILADOR QHA-9175	1,000	UN	bauen	1.154,0000	1.154,00
3683	ESPIGÃO QHA-9175 - ESPIGÃO QHA-9175	2,000	UN	royce	25,0000	50,00
3684	EVAPORADOR QHA-9175 - EVAPORADOR QHA-9175	1,000	UN	denso	912,0000	912,00
3685	FAROL DIANT QHA-9175 - FAROL DIANT QHA-9175	2,000	UN	orgus	847,0000	1.694,00
3686	FILTRO AR CONDICIONADO QHA-9175 - FILTRO AR CONDICIONADO QHA-9175	2,000	UN	tecfil	25,0000	50,00
3687	FILTRO AR MOTOR QHA-9175 - FILTRO AR MOTOR QHA-9175	2,000	UN	tecfil	46,0000	92,00
3688	FILTRO COMBUSTIVEL QHA-9175 - FILTRO COMBUSTIVEL QHA-9175	2,000	UN	tecfil	23,0000	46,00
3689	FILTRO LUBRIFICANTE QHA-9175 - FILTRO LUBRIFICANTE QHA-9175	2,000	UN	tecfil	36,0000	72,00

Página: 97 / 104

QHA-9175							
3690	FILTRO SECADOR QHA-9175 - FILTRO SECADOR QHA-9175	1,000	UN	mahle	139,0000	139,00	
3691	FITA ISOLANTE QHA-9175 - FITA ISOLANTE QHA-9175	4,000	UN	dni	7,0000	28,00	
3692	FLEXIVEL FREIO DIREITO QHA-9175 - FLEXIVEL FREIO DIREITO QHA-9175	1,000	UN	varga	92,0000	92,00	
3693	FLEXIVEL FREIO ESQ. QHA-9175 - FLEXIVEL FREIO ESQ. QHA-9175	1,000	UN	varga	92,0000	92,00	
3694	FLUIDOS FREIO DOT 4 QHA-9175 - FLUIDOS FREIO DOT 4 QHA-9175	4,000	UN	varga	41,0000	164,00	
3695	FUSIVEIS QHA-9175 - FUSIVEIS QHA-9175	10,000	UN	ams	1,3000	13,00	
3696	GRAMPO FORO QHA-9175 - GRAMPO FORO QHA-9175	15,000	UN	fiat	3,2500	48,75	
3697	HIGIENIZADOR AR CONDIC. HS PREMIUM QHA-9175 - HIGIENIZADOR AR CONDIC. HS PREMIUM QHA-9175	2,000	UN	wurth	90,0000	180,00	
3698	IMPULSOR PARTIDA QHA-9175 - IMPULSOR PARTIDA QHA-9175	1,000	UN	zm	486,5000	486,50	
3699	INDUZIDO PARTIDA QHA-9175 - INDUZIDO PARTIDA QHA-9175	1,000	UN	marilia	647,0000	647,00	
3700	JG CABOS DE IGNIÇÃO QHA-9175 - JG CABOS DE IGNIÇÃO QHA-9175	1,000	UN	ngk	188,5000	188,50	
3701	JG PASTILHA FREIO DIANT QHA-9175 - JG PASTILHA FREIO DIANT QHA-9175	1,000	UN	frasle	166,0000	166,00	
3702	JG SAPATA FREIO TRAS QHA-9175 - JG SAPATA FREIO TRAS QHA-9175	1,000	UN	frasle	449,5000	449,50	
3703	JUNTA TAMPÁ VALVULA QHA-9175 - JUNTA TAMPÁ VALVULA QHA-9175	1,000	UN	sabo	232,5000	232,50	
3704	KIT BATENTE COIFA DIANT QHA-9175 - KIT BATENTE COIFA DIANT QHA-9175	2,000	UN	sampel	136,5000	273,00	
3705	KIT BATENTE COIFA TRAS QHA-9175 - KIT BATENTE COIFA TRAS QHA-9175	2,000	UN	sampel	119,5000	239,00	
3706	KIT EMBREAGEM QHA-9175 - KIT EMBREAGEM QHA-9175	1,000	UN	sachs	1.089,0000	1.089,00	
3707	LAMPADA 67 12V QHA-9175 - LAMPADA 67 12V QHA-9175	6,000	UN	osram	6,0000	36,00	
3708	LAMPADA 1 POLO 12V QHA-9175 - LAMPADA 1 POLO 12V QHA-9175	6,000	UN	osram	6,8000	40,80	
3709	LAMPADA 1 POLO AMARELA QHA-9175 - LAMPADA 1 POLO AMARELA QHA-9175	6,000	UN	osram	11,0000	66,00	
3710	LAMPADA 2 POLO 12V QHA-9175 - LAMPADA 2 POLO 12V QHA-9175	6,000	UN	osram	6,8000	40,80	
3711	LAMPADA H1 QHA-9175 - LAMPADA H1 QHA-9175	6,000	UN	osram	28,0000	168,00	
3712	LAMPADA H7 QHA-9175 - LAMPADA H7 QHA-9175	6,000	UN	osram	45,0000	270,00	
3713	LAMPADA PINGO DE AGUA 12V QHA-9175 - LAMPADA PINGO DE AGUA 12V QHA-9175	6,000	UN	osram	6,0000	36,00	
3714	LAMPADA TORPEDO 12V QHA-9175 - LAMPADA TORPEDO 12V QHA-9175	6,000	UN	osram	8,5000	51,00	
3715	LTS OLEO 75W80 QHA-9175 - LTS OLEO 75W80 QHA-9175	6,000	LT	petronas	101,0000	606,00	
3716	LTS OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA QHA-9175 - LTS OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA QHA-9175	4,000	LT	petronas	45,0000	180,00	
3717	LTS OLEO MOTOR SINTETICO 5W30 API SN QHA-9175 - LTS OLEO MOTOR SINTETICO 5W30 API SN QHA-9175	12,000	LT	petronas	48,0000	576,00	
3718	MAÇANETA EXTERNA QHA-9175 - MAÇANETA EXTERNA QHA-9175	4,000	UN	universal	150,5000	602,00	
3719	MANGUEIRA FILTRO AR QHA-9175 - MANGUEIRA FILTRO AR QHA-9175	1,000	UN	controil	169,5000	169,50	
3720	MANGUEIRA RADIADOR AO TUBO ARREFECIMENTO QHA-9175 - MANGUEIRA RADIADOR AO TUBO ARREFECIMENTO QHA-9175	1,000	UN	jamaica	316,0000	316,00	
3721	MAXI FUSIVEL QHA-9175 - MAXI FUSIVEL QHA-9175	6,000	UN	ams	6,5000	39,00	
3722	MOTOR PARTIDA QHA-9175 - MOTOR PARTIDA QHA-9175	1,000	UN	valeo	1.591,0000	1.591,00	
3723	MTS CABO BATERIA QHA-9175 - MTS CABO BATERIA QHA-9175	4,000	MT	dni	74,0000	296,00	
3724	MTS FIO INST.ELETRICA QHA-9175 - MTS FIO INST.ELETRICA QHA-9175	10,000	MT	dni	4,8000	48,00	
3725	MTS MANGUEIRA AR CONDICIONADO QHA-9175 - MTS MANGUEIRA AR CONDICIONADO QHA-9175	4,000	MT	parker	97,0000	388,00	
3726	MTS MANGUEIRA INJEÇÃO QHA-9175 - MTS MANGUEIRA INJEÇÃO QHA-9175	6,000	MT	gates	21,5000	129,00	
3727	MTS MANGUEIRA SILICONE QHA-9175 - MTS MANGUEIRA SILICONE QHA-9175	6,000	MT	luciflex	9,0000	54,00	

3728	OLEO COMPRESSOR QHA-9175 - OLEO COMPRESSOR QHA-9175	4,000	UN	montreal	71,0000	284,00
3729	ORING VEDAÇÃO QHA-9175 - ORING VEDAÇÃO QHA-9175	6,000	UN	wurth	3,5000	21,00
3730	ORING VEDAÇÃO CARTER QHA-9175 - ORING VEDAÇÃO CARTER QHA-9175	1,000	UN	wurth	4,5000	4,50
3731	PALHETA PARABRISA QHA-9175 - PALHETA PARABRISA QHA-9175	2,000	UN	bosch	125,0000	250,00
3732	PARAFUSO DE RODA QHA-9175 - PARAFUSO DE RODA QHA-9175	16,000	UN	ciser	10,0000	160,00
3733	PARAFUSOS QHA-9175 - PARAFUSOS QHA-9175	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
3734	PIVOS SUSPENÇÃO QHA-9175 - PIVOS SUSPENÇÃO QHA-9175	4,000	UN	viemar	69,0000	276,00
3735	POLIA ALTERNADOR QHA-9175 - POLIA ALTERNADOR QHA-9175	1,000	UN	nytron	256,0000	256,00
3736	POLIA COMPRESSOR QHA-9175 - POLIA COMPRESSOR QHA-9175	1,000	UN	vetor	546,0000	546,00
3737	PORCAS QHA-9175 - PORCAS QHA-9175	10,000	UN	ciser	2,0000	20,00
3738	PORTA FUSIVEL QHA-9175 - PORTA FUSIVEL QHA-9175	6,000	UN	rainha das sete	10,7000	64,20
3739	PRESSOSTATO QHA-9175 - PRESSOSTATO QHA-9175	1,000	UN	bosch	314,0000	314,00
3740	RADIADOR QHA-9175 - RADIADOR QHA-9175	1,000	UN	visconde	524,0000	524,00
3741	REGULADOR DE VOLTAGEM QHA-9175 - REGULADOR DE VOLTAGEM QHA-9175	1,000	UN	bosch	429,0000	429,00
3742	RELE AUXILIAR QHA-9175 - RELE AUXILIAR QHA-9175	4,000	UN	dni	20,0000	80,00
3743	RELE DE PARTIDA QHA-9175 - RELE DE PARTIDA QHA-9175	1,000	UN	dni	206,0000	206,00
3744	RESERVATORIO DE EXPANSAO QHA-9175 - RESERVATORIO DE EXPANSAO QHA-9175	1,000	UN	gonel	180,0000	180,00
3745	RETENTOR TRASEIRO DO MOTOR QHA-9175 - RETENTOR TRASEIRO DO MOTOR QHA-9175	2,000	UN	sabo	157,0000	314,00
3746	ROLAMENTO ALTERNADOR QHA-9175 - ROLAMENTO ALTERNADOR QHA-9175	2,000	UN	nytron	36,0000	72,00
3747	ROLAMENTO POLIA COMPRESSOR QHA-9175 - ROLAMENTO POLIA COMPRESSOR QHA-9175	1,000	UN	vetor	305,0000	305,00
3748	ROLAMENTO POLIA ALTERNADOR QHA-9175 - ROLAMENTO POLIA ALTERNADOR QHA-9175	1,000	UN	nytron	304,5000	304,50
3749	ROLAMENTO SEMI EIXO QHA-9175 - ROLAMENTO SEMI EIXO QHA-9175	2,000	UN	ina	71,5000	143,00
3750	ROLAMENTOS RODA DIANT QHA-9175 - ROLAMENTOS RODA DIANT QHA-9175	2,000	UN	fag	275,5000	551,00
3751	ROTOR QHA-9175 - ROTOR QHA-9175	1,000	UN	bosch	873,0000	873,00
3752	SELO COMPRESSOR QHA-9175 - SELO COMPRESSOR QHA-9175	6,000	UN	delphi	92,0000	552,00
3753	SENSOR DE NIVEL QHA-9175 - SENSOR DE NIVEL QHA-9175	1,000	UN	tsa	179,0000	179,00
3754	SENSOR DE TEMPERATURA QHA-9175 - SENSOR DE TEMPERATURA QHA-9175	1,000	UN	mte	376,5000	376,50
3755	SENSOR VELOCIDADE QHA-9175 - SENSOR VELOCIDADE QHA-9175	1,000	UN	mte	291,0000	291,00
3756	SILENCIOSO FINAL QHA-9175 - SILENCIOSO FINAL QHA-9175	1,000	UN	pioneiro	279,5000	279,50
3757	SILENCIOSO INTERMEDIARIO QHA-9175 - SILENCIOSO INTERMEDIARIO QHA-9175	1,000	UN	pioneiro	275,5000	275,50
3758	SINALEIRA TAMPA TRAS. QHA-9175 - SINALEIRA TAMPA TRAS. QHA-9175	2,000	UN	orgus	367,0000	734,00
3759	SINALEIRA TRAS QHA-9175 - SINALEIRA TRAS QHA-9175	2,000	UN	orgus	458,0000	916,00
3760	SONDA LAMBDA QHA-9175 - Sonda LAMBDA QHA-9175	1,000	UN	ntk	348,0000	348,00
3761	SOQUETE FAROL H7 QHA-9175 - SOQUETE FAROL H7 QHA-9175	4,000	UN	rainha das sete	20,0000	80,00
3762	SOQUETE LAMPADAS QHA-9175 - SOQUETE LAMPADAS QHA-9175	6,000	UN	rainha das sete	13,5000	81,00
3763	SUPORTE ESCOVAS QHA-9175 - SUPORTE ESCOVAS QHA-9175	1,000	UN	unifap	112,5000	112,50
3764	TAMBOR FREIO TRAS QHA-9175 - TAMBOR FREIO TRAS QHA-9175	2,000	UN	fremax	219,0000	438,00
3765	TAMPA OLEO MOTOR QHA-9175 - TAMPA OLEO MOTOR QHA-9175	1,000	UN	tancllick	19,5000	19,50
3766	TAMPA RESERVATORIO EXPANSAO QHA-9175 - TAMPA RESERVATORIO EXPANSAO QHA-9175	1,000	UN	tancllick	18,0000	18,00

Página: 99 / 104

3767	TERMINAL BATERIA QHA-9175 - TERMINAL BATERIA QHA-9175	2,000	UN	start	13,5000	27,00
3768	TERMINAL DIREÇÃO LD QHA-9175 - TERMINAL DIREÇÃO LD QHA-9175	1,000	UN	viemar	105,0000	105,00
3769	TERMINAL DIREÇÃO LE QHA-9175 - TERMINAL DIREÇÃO LE QHA-9175	1,000	UN	viemar	105,0000	105,00
3770	TERMINAL FIO QHA-9175 - TERMINAL FIO QHA-9175	6,000	UN	marilia	1,2500	7,50
3771	TERMOSTATO QHA-9175 - TERMOSTATO QHA-9175	1,000	UN	bosch	236,5000	236,50
3772	TRAVA ELETRICA QHA-9175 - TRAVA ELETRICA QHA-9175	4,000	UN	dni	71,5000	286,00
3773	TUBO DE EXTENSÃO QHA-9175 - TUBO DE EXTENSÃO QHA-9175	1,000	UN	pioneiro	243,0000	243,00
3774	VALVULA BLOCK QHA-9175 - VALVULA BLOCK QHA-9175	1,000	UN	royce	401,0000	401,00
3775	VALVULA TERMOSTATICA QHA-9175 - VALVULA TERMOSTATICA QHA-9175	1,000	UN	mte	136,0000	136,00
3776	VEDA ESCAPE QHA-9175 - VEDA ESCAPE QHA-9175	1,000	UN	orbi	17,0000	17,00
3777	VELAS IGNIÇÃO QHA-9175 - VELAS IGNIÇÃO QHA-9175	4,000	UN	ngk	29,5000	118,00

Total do Participante: 51.252,75

Lote: 36**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3778	ABRAÇADEIRA ESCAPE - RLJ-8B59 - ABRAÇADEIRA ESCAPE - RLJ-8B59	3,000	UN	uniao	10,0000	30,00
3779	ABRAÇADEIRA DE MANGUEIRA - RLJ-8B59 - ABRAÇADEIRA DE MANGUEIRA - RLJ-8B59	10,000	UN	wurth	8,0000	80,00
3780	ADITIVO DE COMBUSTIVEL - RLJ-8B59 - ADITIVO DE COMBUSTIVEL - RLJ-8B59	1,000	UN	koube	52,0000	52,00
3781	ADIT. RAD. CONC. 95% MONOETILENOGLIC. - RLJ-8B59 - ADIT. RAD. CONC. 95% MONOETILENOGLIC. - RLJ-8B59	4,000	UN	jwirth	57,0000	228,00
3782	ALÇA ESCAPE - RLJ-8B59 - ALÇA ESCAPE - RLJ-8B59	2,000	UN	uniao	16,0000	32,00
3783	ALTERNADOR - RLJ-8B59 - ALTERNADOR - RLJ-8B59	1,000	UN	bosch	1.182,0000	1.182,00
3784	AMORTECEDORES DIANTEIROS - RLJ-8B59 - AMORTECEDORES DIANTEIROS - RLJ-8B59	2,000	UN	monroe	433,0000	866,00
3785	AMORTECEDORES TRASEIROS - RLJ-8B59 - AMORTECEDORES TRASEIROS - RLJ-8B59	2,000	UN	monroe	279,5000	559,00
3786	ANTI EMBAÇANTE - RLJ-8B59 - ANTI EMBAÇANTE - RLJ-8B59	2,000	UN	mundial	15,0000	30,00
3787	ARRUELAS - RLJ-8B59 - ARRUELAS - RLJ-8B59	10,000	UN	ciser	1,5000	15,00
3788	ARTICULADOR DE DIREÇÃO - RLJ-8B59 - ARTICULADOR DE DIREÇÃO - RLJ-8B59	2,000	UN	viemar	138,0000	276,00
3789	BATERIA 65 AMPERES CAIXA ALTA 430 CCA - RLJ-8B59 - BATERIA 65 AMPERES CAIXA ALTA 430 CCA - RLJ-8B59	1,000	UN	pioneiro	585,0000	585,00
3790	BIELETA ESTABILIZADOR DIANTEIRA - RLJ-8B59 - BIELETA ESTABILIZADOR DIANTEIRA - RLJ-8B59	4,000	UN	trw	99,0000	396,00
3791	BOBINA COMPRESSOR - RLJ-8B59 - BOBINA COMPRESSOR - RLJ-8B59	1,000	UN	mahle	338,5000	338,50
3792	BOBINA DE IGNIÇÃO - RLJ-8B59 - BOBINA DE IGNIÇÃO - RLJ-8B59	1,000	UN	ngk	751,0000	751,00
3793	BOMBA DE ÁGUA - RLJ-8B59 - BOMBA DE ÁGUA - RLJ-8B59	2,000	UN	schadeck	363,0000	726,00
3794	BOMBA DE COMBUSTIVEL RLJ-8B59 - BOMBA DE COMBUSTIVEL RLJ-8B59	1,000	UN	delphi	763,0000	763,00
3795	BOMBA DE ÓLEO - RLJ-8B59 - BOMBA DE ÓLEO - RLJ-8B59	1,000	UN	schadeck	623,0000	623,00
3796	BOMBA DO LIMPADOR DE PARABRISAS - RLJ-8B59 - BOMBA DO LIMPADOR DE PARABRISAS - RLJ-8B59	2,000	UN	tsa	106,0000	212,00
3797	BUCHA DE BANDEJA - RLJ-8B59 - BUCHA DE BANDEJA - RLJ-8B59	8,000	UN	axios	76,0000	608,00
3798	BUCHA DE EIXO - RLJ-8B59 - BUCHA DE EIXO - RLJ-8B59	4,000	UN	axios	102,5000	410,00
3799	BUCHA ESTABILIZADOR CENTRAL - RLJ-8B59 - BUCHA ESTABILIZADOR CENTRAL - RLJ-8B59	4,000	UN	axios	46,0000	184,00
3800	BUCHA MOTOR DE PARTIDA - RLJ-8B59 - BUCHA MOTOR DE PARTIDA - RLJ-8B59	2,000	UN	moldmix	15,0000	30,00
3801	BUJÃO DO CARTER - RLJ-8B59 - BUJÃO DO CARTER - RLJ-8B59	2,000	UN	wurth	47,0000	94,00
3802	BUZINAS 12V - RLJ-8B59 - BUZINAS 12V - RLJ-8B59	2,000	UN	bosch	85,0000	170,00
3803	CABO DE EMBREAGEM - RLJ-8B59 - CABO DE EMBREAGEM - RLJ-8B59	2,000	UN	cabovel	212,0000	424,00

Página: 100 / 104

EMBLEAGEM - RLJ-8B59

3804	CABO FREIO DE MAO TRASEIRO DIREITO - RLJ-8B59 - 1,000	UN	cabovel	471,0000	471,00
	CABO FREIO DE MAO TRASEIRO DIREITO - RLJ-8B59				
3805	CABO FREIO DE MAO TRASEIRO ESQUERDO - RLJ-8B59 - 1,000	UN	cabovel	471,0000	471,00
	CABO FREIO DE MAO TRASEIRO ESQUERDO - RLJ-8B59				
3806	CANO ARREFECIMENTO - RLJ-8B59 - CANO 1,000	UN	jamaica	996,5000	996,50
	ARREFECIMENTO - RLJ-8B59				
3807	CANO DE FREIO - RLJ-8B59 - CANO DE FREIO - RLJ-8B59 2,000	UN	rigitec	45,0000	90,00
3808	CAPAS DE TERMINAL - RLJ-8B59 - CAPAS DE TERMINAL - 10,000	UN	dsc	1,7000	17,00
	RLJ-8B59				
3809	CARGA DE GAS - RLJ-8B59 - CARGA DE GAS - RLJ-8B59 2,000	UN	eos	208,0000	416,00
3810	CILINDRO MESTRE - RLJ-8B59 - CILINDRO MESTRE - RLJ- 1,000	UN	controil	772,0000	772,00
	8B59				
3811	CILINDROS DE RODA - RLJ-8B59 - CILINDROS DE RODA - 2,000	UN	controil	189,0000	378,00
	RLJ-8B59				
3812	CINTAS PLASTICAS - RLJ-8B59 - CINTAS PLASTICAS - RLJ- 25,000	UN	vonder	1,7000	42,50
	8B59				
3813	CLIP AR CONDICIONADO - RLJ-8B59 - CLIP AR 5,000	UN	royce	20,0000	100,00
	CONDICIONADO - RLJ-8B59				
3814	COIFA LADO CAMBIO COM ROLAMENTO - RLJ-8B59 - 2,000	UN	axios	526,0000	1.052,00
	COIFA LADO CAMBIO COM ROLAMENTO - RLJ-8B59				
3815	COIFA LADO RODA - RLJ-8B59 - COIFA LADO RODA - RLJ- 2,000	UN	axios	141,0000	282,00
	8B59				
3816	COLAS DE SILICONE ALTA TEMPERATURA - RLJ-8B59 - 2,000	UN	cyclo	55,0000	110,00
	COLAS DE SILICONE ALTA TEMPERATURA - RLJ-8B59				
3817	COMPRESSOR AR CONDICIONADO - RLJ-8B59 - 1,000	UN	delphi	3.180,0000	3.180,00
	COMPRESSOR AR CONDICIONADO - RLJ-8B59				
3818	CONDENSADOR - RLJ-8B59 - CONDENSADOR - RLJ-8B59 1,000	UN	denso	897,0000	897,00
3819	CONECTORES - RLJ-8B59 - CONECTORES - RLJ-8B59 4,000	UN	royce	34,0000	136,00
3820	CONEXÕES AR CONDICIONADO - RLJ-8B59 - CONEXÕES 4,000	UN	royce	21,5000	86,00
	AR CONDICIONADO - RLJ-8B59				
3821	CONTRA PINO - RLJ-8B59 - CONTRA PINO - RLJ-8B59 10,000	UN	allfix	1,8000	18,00
3822	CONTRASTE - RLJ-8B59 - CONTRASTE - RLJ-8B59 1,000	UN	vinar	26,0000	26,00
3823	CORREIA ALTERNADOR - RLJ-8B59 - CORREIA 4,000	UN	gates	71,0000	284,00
	ALTERNADOR - RLJ-8B59				
3824	COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO - RLJ-8B59 - COXIM 4,000	UN	axios	148,0000	592,00
	AMORTECEDOR DIANTEIRO - RLJ-8B59				
3825	COXIM AMORTECEDOR TRASEIRO - RLJ-8B59 - COXIM 4,000	UN	axios	653,0000	2.612,00
	AMORTECEDOR TRASEIRO - RLJ-8B59				
3826	COXIM DE CAMBIO - RLJ-8B59 - COXIM DE CAMBIO - RLJ- 1,000	UN	axios	502,0000	502,00
	8B59				
3827	COXIM MOTOR LADO DIREITO - RLJ-8B59 - COXIM MOTOR 1,000	UN	axios	852,0000	852,00
	LADO DIREITO - RLJ-8B59				
3828	COXIM MOTOR LADO ESQUERDO - RLJ-8B59 - COXIM 1,000	UN	axios	1.688,0000	1.688,00
	MOTOR LADO ESQUERDO - RLJ-8B59				
3829	COXIM RADIADOR - RLJ-8B59 - COXIM RADIADOR - RLJ- 2,000	UN	sampel	111,5000	223,00
	8B59				
3830	CUBO DE RODA TRASEIRO - RLJ-8B59 - CUBO DE RODA 2,000	UN	fremax	376,0000	752,00
	TRASEIRO - RLJ-8B59				
3831	DISCOS DE FREIO DIANTEIRO - RLJ-8B59 - DISCOS DE 4,000	UN	fremax	214,0000	856,00
	FREIO DIANTEIRO - RLJ-8B59				
3832	ENGRENAGEM CORREIA DENTADA - RLJ-8B59 - 1,000	UN	renault	852,0000	852,00
	ENGRENAGEM CORREIA DENTADA - RLJ-8B59				
3833	ESCAPE INTERMEDIARIO - RLJ-8B59 - ESCAPE 1,000	UN	tuper	310,5000	310,50
	INTERMEDIARIO - RLJ-8B59				
3834	ESCAPE TRASEIRO - RLJ-8B59 - ESCAPE TRASEIRO - RLJ- 1,000	UN	tuper	243,0000	243,00
	8B59				
3835	ESPIGÃO - RLJ-8B59 - ESPIGÃO - RLJ-8B59 4,000	UN	royce	23,0000	92,00
3836	EVAPORADOR - RLJ-8B59 - EVAPORADOR - RLJ-8B59 1,000	UN	royce	958,0000	958,00
3837	FAROIS AUXILIARES - RLJ-8B59 - FAROIS AUXILIARES - 2,000	UN	tiger auto	350,0000	700,00
	RLJ-8B59				
3838	FILTRO DE AR - RLJ-8B59 - FILTRO DE AR - RLJ-8B59 4,000	UN	tecfil	94,0000	376,00
3839	FILTRO DE AR CONDICIONADO - RLJ-8B59 - FILTRO DE AR 4,000	UN	tecfil	54,0000	216,00
	CONDICIONADO - RLJ-8B59				
3840	FILTRO DE COMBUSTIVEL - RLJ-8B59 - FILTRO DE 4,000	UN	tecfil	35,0000	140,00
	COMBUSTIVEL - RLJ-8B59				
3841	FILTRO DE OLEO - RLJ-8B59 - FILTRO DE OLEO - RLJ-8B59 4,000	UN	tecfil	71,0000	284,00
3842	FILTRO SECADOR - RLJ-8B59 - FILTRO SECADOR - RLJ- 1,000	UN	mahle	247,0000	247,00
	8B59				

Página: 101 / 104

3843	FINALIZADOR DE SUPERFICIE - RLJ-8B59 - FINALIZADOR DE SUPERFICIE - RLJ-8B59	1,000	UN	mundial	19,0000	19,00
3844	FITA ISOLANTE - RLJ-8B59 - FITA ISOLANTE - RLJ-8B59	4,000	UN	dni	13,0000	52,00
3845	FLEXIVEIS DE FREIO - RLJ-8B59 - FLEXIVEIS DE FREIO - RLJ-8B59	2,000	UN	varga	89,0000	178,00
3846	FLUIDO DE FREIO DOT 4 - RLJ-8B59 - FLUIDO DE FREIO DOT 4 - RLJ-8B59	4,000	UN	varga	51,0000	204,00
3847	FLUSHING AR CONDICIONADO - RLJ-8B59 - FLUSHING AR CONDICIONADO - RLJ-8B59	1,000	UN	wurth	143,0000	143,00
3848	FLUSHING DIREÇÃO HIDRAULICA - RLJ-8B59 - FLUSHING DIREÇÃO HIDRAULICA - RLJ-8B59	1,000	UN	wurth	182,0000	182,00
3849	FUSIVEIS - RLJ-8B59 - FUSIVEIS - RLJ-8B59	10,000	UN	ams	1,3000	13,00
3850	GRAMPO DE FIXAÇÃO - RLJ-8B59 - GRAMPO DE FIXAÇÃO - RLJ-8B59	25,000	UN	dsc	4,2500	106,25
3851	HIGIENIZADOR AR CONDICIONADO - RLJ-8B59 - HIGIENIZADOR AR CONDICIONADO - RLJ-8B59	3,000	UN	wurth	84,0000	252,00
3852	IMPULSOR DE PARTIDA - RLJ-8B59 - IMPULSOR DE PARTIDA - RLJ-8B59	1,000	UN	zen	230,0000	230,00
3853	INDUZIDO DE PARTIDA - RLJ-8B59 - INDUZIDO DE PARTIDA - RLJ-8B59	1,000	UN	automax	608,0000	608,00
3854	JOGO CABOS DE VELAS - RLJ-8B59 - JOGO CABOS DE VELAS - RLJ-8B59	2,000	UN	ngk	660,0000	1.320,00
3855	JOGO DE ANEIS DE PISTÃO - RLJ-8B59 - JOGO DE ANEIS DE PISTÃO - RLJ-8B59	1,000	UNI	mahle	594,0000	594,00
3856	JOGO DE ANEL DE ENCOSTO - RLJ-8B59 - JOGO DE ANEL DE ENCOSTO - RLJ-8B59	1,000	UN	mahle	117,0000	117,00
3857	JOGO DE BRONZINA BIELA - RLJ-8B59 - JOGO DE BRONZINA BIELA - RLJ-8B59	1,000	UN	mahle	265,0000	265,00
3858	JOGO DE BRONZINA MANCAL - RLJ-8B59 - JOGO DE BRONZINA MANCAL - RLJ-8B59	1,000	UN	mahle	376,0000	376,00
3859	JOGO DE JUNTAS - RLJ-8B59 - JOGO DE JUNTAS - RLJ-8B59	1,000	UN	sabo	606,0000	606,00
3860	JOGOS DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS - RLJ-8B59 - JOGOS DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRAS - RLJ-8B59	6,000	UN	frasle	230,0000	1.380,00
3861	JOGOS DE SAPATA DE FREIO TRASEIRAS - RLJ-8B59 - JOGOS DE SAPATA DE FREIO TRASEIRAS - RLJ-8B59	2,000	UN	frasle	422,0000	844,00
3862	JUNTA CABEÇOTE - RLJ-8B59 - JUNTA CABEÇOTE - RLJ-8B59	1,000	UN	sabo	427,0000	427,00
3863	JUNTA TAMPA DE VALVULAS - RLJ-8B59 - JUNTA TAMPA DE VALVULAS - RLJ-8B59	1,000	UN	sabo	270,0000	270,00
3864	KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO - RLJ-8B59 - KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO - RLJ-8B59	2,000	UN	sampel	76,0000	152,00
3865	KIT AMORTECEDOR TRASEIRO - RLJ-8B59 - KIT AMORTECEDOR TRASEIRO - RLJ-8B59	2,000	UN	sampel	415,0000	830,00
3866	KIT CORREIA DENTADA - RLJ-8B59 - KIT CORREIA DENTADA - RLJ-8B59	1,000	UN	gates	773,0000	773,00
3867	KIT DE EMBREAGEM - RLJ-8B59 - KIT DE EMBREAGEM - RLJ-8B59	1,000	UN	luk	998,0000	998,00
3868	KIT MOLDURA FAROL AUXILIAR - RLJ-8B59 - KIT MOLDURA FAROL AUXILIAR - RLJ-8B59	1,000	UN	renault	371,0000	371,00
3869	LAMPADAS 1 POLO - RLJ-8B59 - LAMPADAS 1 POLO - RLJ-8B59	6,000	UN	osram	7,0000	42,00
3870	LAMPADAS 2 POLOS - RLJ-8B59 - LAMPADAS 2 POLOS - RLJ-8B59	6,000	UN	osram	9,0000	54,00
3871	LAMPADAS H1 - RLJ-8B59 - LAMPADAS H1 - RLJ-8B59	4,000	UN	osram	33,0000	132,00
3872	LAMPADAS H11 - RLJ-8B59 - LAMPADAS H11 - RLJ-8B59	4,000	UN	hella	110,0000	440,00
3873	LAMPADAS H3 - RLJ-8B59 - LAMPADAS H3 - RLJ-8B59	4,000	UN	osram	38,0000	152,00
3874	LAMPADAS H7 - RLJ-8B59 - LAMPADAS H7 - RLJ-8B59	4,000	UN	osram	58,0000	232,00
3875	LAMPADAS PINGO D'ÁGUA - RLJ-8B59 - LAMPADAS PINGO D'ÁGUA - RLJ-8B59	6,000	UN	osram	6,0000	36,00
3876	LAMPADAS TORPEDO - RLJ-8B59 - LAMPADAS TORPEDO - RLJ-8B59	6,000	UN	osram	18,0000	108,00
3877	LIMPA PARABRISAS - RLJ-8B59 - LIMPA PARABRISAS - RLJ-8B59	4,000	UN	mundial	14,0000	56,00
3878	LIMPA RADIADOR - RLJ-8B59 - LIMPA RADIADOR - RLJ-8B59	1,000	UN	mundial	29,0000	29,00
3879	LITROS DE OLEO 5W30 SN - RLJ-8B59 - LITROS DE OLEO 5W30 SN - RLJ-8B59	15,000	LT	texaco	58,0000	870,00
3880	LITROS DE OLEO 75W80 - RLJ-8B59 - LITROS DE OLEO 75W80 - RLJ-8B59	6,000	LT	petronas	70,0000	420,00
3881	LITROS DE OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA - RLJ-8B59 - LITROS DE OLEO DIREÇÃO HIDRAULICA - RLJ-8B59	6,000	LT	petronas	80,0000	480,00

Página: 102 / 104

3882	MANGUEIRA AR COND. - RLJ-8B59 - MANGUEIRA AR COND. - RLJ-8B59	2,000	UN	parker	448,0000	896,00
3883	MANGUEIRA ARREFECIMENTO - RLJ-8B59 - MANGUEIRA ARREFECIMENTO - RLJ-8B59	2,000	UN	jamaica	478,0000	956,00
3884	MANGUEIRA FILTRO DE AR - RLJ-8B59 - MANGUEIRA FILTRO DE AR - RLJ-8B59	1,000	UN	controil	298,0000	298,00
3885	MAXI FUSIVEIS - RLJ-8B59 - MAXI FUSIVEIS - RLJ-8B59	6,000	UN	ams	6,5000	39,00
3886	METROS DE CABO DE BATERIA - RLJ-8B59 - METROS DE CABO DE BATERIA - RLJ-8B59	2,000	MT	dni	75,0000	150,00
3887	METROS DE FIO - RLJ-8B59 - METROS DE FIO - RLJ-8B59	10,000	MT	dni	3,9000	39,00
3888	METROS MANGUEIRA DE INJEÇÃO - RLJ-8B59 - METROS MANGUEIRA DE INJEÇÃO - RLJ-8B59	10,000	UN	gates	26,0000	260,00
3889	METROS MANGUEIRA DE SILICONE - RLJ-8B59 - METROS MANGUEIRA DE SILICONE - RLJ-8B59	10,000	MT	luciflex	6,5000	65,00
3890	METROS MANGUEIRA TELADA - RLJ-8B59 - METROS MANGUEIRA TELADA - RLJ-8B59	10,000	UN	luciflex	10,0000	100,00
3891	MINI FUSIVEIS - RLJ-8B59 - MINI FUSIVEIS - RLJ-8B59	10,000	UN	ams	1,5000	15,00
3892	MOLA PINÇA DE FREIO - RLJ-8B59 - MOTOR DE PARTIDA - RLJ-8B59	2,000	UN	2mc	30,0000	60,00
3893	MOTOR DE PARTIDA - RLJ-8B59 - MOTOR DE PARTIDA - RLJ-8B59	1,000	UN	valeo	1.464,0000	1.464,00
3894	OLEO COMPRESSOR - RLJ-8B59 - OLEO COMPRESSOR - RLJ-8B59	2,000	UN	montreal	69,0000	138,00
3895	ORING VEDAÇÃO CARTER - RLJ-8B59 - ORING VEDAÇÃO CARTER - RLJ-8B59	5,000	UN	wurth	13,0000	65,00
3896	ORING DE VEDAÇÃO - RLJ-8B59 - ORING DE VEDAÇÃO - RLJ-8B59	5,000	UN	wurth	6,0000	30,00
3897	PALHETAS DIANTEIRAS - RLJ-8B59 - PALHETAS DIANTEIRAS - RLJ-8B59	2,000	UN	bosch	108,0000	216,00
3898	PARAFUSOS - RLJ-8B59 - PARAFUSOS - RLJ-8B59	10,000	UN	ciser	3,0000	30,00
3899	PARAFUSOS DE RODA - RLJ-8B59 - PARAFUSOS DE RODA - RLJ-8B59	16,000	UN	rodafuso	24,0000	384,00
3900	PISTÃO DE MOTOR - RLJ-8B59 - PISTÃO DE MOTOR - RLJ-8B59	4,000	UN	mahle	434,0000	1.736,00
3901	PIVOS DE SUSPENSÃO - RLJ-8B59 - PIVOS DE SUSPENSÃO - RLJ-8B59	4,000	UN	viemar	146,0000	584,00
3902	PLACA RETIFICADORA - RLJ-8B59 - PLACA RETIFICADORA - RLJ-8B59	1,000	UN	bosch	383,0000	383,00
3903	POLIA ALTERNADOR - RLJ-8B59 - POLIA ALTERNADOR - RLJ-8B59	1,000	UN	nytron	160,0000	160,00
3904	POLIA COMPRESSOR - RLJ-8B59 - POLIA COMPRESSOR - RLJ-8B59	1,000	UN	delphi	457,0000	457,00
3905	POLIA CORREIA ALTERNADOR - RLJ-8B59 - POLIA CORREIA ALTERNADOR - RLJ-8B59	2,000	UN	nytron	132,0000	264,00
3906	PORCAS - RLJ-8B59 - PORCAS - RLJ-8B59	10,000	UN	ciser	1,5000	15,00
3907	PORTA FUSIVEIS - RLJ-8B59 - PORTA FUSIVEIS - RLJ-8B59	4,000	UN	rainha das sete	10,0000	40,00
3908	PORTA FUSIVEIS MAXI - RLJ-8B59 - PORTA FUSIVEIS MAXI - RLJ-8B59	4,000	UN	rainha das sete	17,0000	68,00
3909	PRESSOSTATO - RLJ-8B59 - PRESSOSTATO - RLJ-8B59	1,000	UN	denso	208,0000	208,00
3910	RADIADOR - RLJ-8B59 - RADIADOR - RLJ-8B59	1,000	UN	visconde	1.965,0000	1.965,00
3911	REGULADOR DE VOLTAGEM - RLJ-8B59 - REGULADOR DE VOLTAGEM - RLJ-8B59	1,000	UN	bosch	322,0000	322,00
3912	RELE AUXILIAR - RLJ-8B59 - RELE AUXILIAR - RLJ-8B59	4,000	UN	dni	19,0000	76,00
3913	RELE DE PARTIDA - RLJ-8B59 - RELE DE PARTIDA - RLJ-8B59	1,000	UN	dni	289,5000	289,50
3914	REPARO PINÇA DE FREIO - RLJ-8B59 - REPARO PINÇA DE FREIO - RLJ-8B59	2,000	UN	2mc	94,0000	188,00
3915	RESERVATORIO EXPANSÃO - RLJ-8B59 - RESERVATORIO EXPANSÃO - RLJ-8B59	1,000	UN	gonel	359,0000	359,00
3916	RESISTENCIA ELETROVENTILADOR - RLJ-8B59 - RESISTENCIA ELETROVENTILADOR - RLJ-8B59	1,000	UN	bosch	494,0000	494,00
3917	RETENTOR TRASEIRO DO MOTOR - RLJ-8B59 - RETENTOR TRASEIRO DO MOTOR - RLJ-8B59	1,000	UN	sabo	315,0000	315,00
3918	ROLAMENTO ALTERNADOR - RLJ-8B59 - ROLAMENTO ALTERNADOR - RLJ-8B59	2,000	UN	nytron	47,0000	94,00
3919	ROLAMENTO COMPRESSOR - RLJ-8B59 - ROLAMENTO COMPRESSOR - RLJ-8B59	2,000	UN	vetor	193,0000	386,00
3920	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRA C/ ABS - RLJ-8B59 - ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRA C/ ABS - RLJ-8B59	2,000	UN	fag	215,0000	430,00

Página: 103 / 104

3921	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA - RLJ-8B59	- 2,000	UN	fag	274,0000	548,00
	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA - RLJ-8B59					
3922	ROLAMENTO TENSOR ALTERNADOR - RLJ-8B59	- 2,000	UN	nytron	369,0000	738,00
	ROLAMENTO TENSOR ALTERNADOR - RLJ-8B59					
3923	ROTOR - RLJ-8B59 - ROTOR - RLJ-8B59	1,000	UN	bosch	992,0000	992,00
3924	SELO COMPRESSOR - RLJ-8B59 - SELO COMPRESSOR - RLJ-8B59	- 4,000	UN	delphi	117,0000	468,00
3925	SENSOR DE ABS DIANTEIRO - RLJ-8B59 - SENSOR DE ABS DIANTEIRO - RLJ-8B59	2,000	UN	bosch	232,0000	464,00
3926	SENSOR DE ABS TRASEIRO - RLJ-8B59 - SENSOR DE ABS TRASEIRO - RLJ-8B59	2,000	UN	bosch	337,0000	674,00
3927	SENSOR DE NIVEL - RLJ-8B59 - SENSOR DE NIVEL - RLJ-8B59	1,000	UN	tsa	31,5000	31,50
3928	SENSOR DE TEMPERATURA - RLJ-8B59 - SENSOR DE TEMPERATURA - RLJ-8B59	1,000	UN	mte	666,5000	666,50
3929	SENSOR DE VELOCIDADE - RLJ-8B59 - SENSOR DE VELOCIDADE - RLJ-8B59	1,000	UN	mte	181,0000	181,00
3930	SONDA LAMBDA - RLJ-8B59 - SONDA LAMBDA - RLJ-8B59	2,000	UN	ntk	555,0000	1.110,00
3931	SUPORTE ESCOVA - RLJ-8B59 - SUPORTE ESCOVA - RLJ-8B59	1,000	UN	unifap	141,0000	141,00
3932	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO - RLJ-8B59 - TAMBOR DE FREIO TRASEIRO - RLJ-8B59	2,000	UN	fremax	385,0000	770,00
3933	TAMPA RESERVATORIO DE EXPANSÃO - RLJ-8B59 - TAMPA RESERVATORIO DE EXPANSÃO - RLJ-8B59	2,000	UN	tancllick	133,0000	266,00
3934	TAMPA VALVULA DE SERVIÇO - RLJ-8B59 - TAMPA VALVULA DE SERVIÇO - RLJ-8B59	2,000	UN	royce	33,0000	66,00
3935	TERMINAIS DE BATERIA - RLJ-8B59 - TERMINAIS DE BATERIA - RLJ-8B59	2,000	UN	start	13,0000	26,00
3936	TERMINAIS DE DIREÇÃO - RLJ-8B59 - TERMINAIS DE DIREÇÃO - RLJ-8B59	4,000	UN	viemar	263,0000	1.052,00
3937	TERMINAIS DE EMBUTI - RLJ-8B59 - TERMINAIS DE EMBUTI - RLJ-8B59	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
3938	TERMINAIS DE PARAFUSAR - RLJ-8B59 - TERMINAIS DE PARAFUSAR - RLJ-8B59	10,000	UN	marilia	1,7000	17,00
3939	TERMOSTATO - RLJ-8B59 - TERMOSTATO - RLJ-8B59	1,000	UN	mte	257,0000	257,00
3940	TRAVAS ELETRICAS - RLJ-8B59 - TRAVAS ELETRICAS - RLJ-8B59	- 4,000	UN	dni	68,0000	272,00
3941	VALVULA BLOCK - RLJ-8B59 - VALVULA BLOCK - RLJ-8B59	1,000	UN	royce	260,0000	260,00
3942	VALVULA DE SERVIÇO - RLJ-8B59 - VALVULA DE SERVIÇO - RLJ-8B59	2,000	UN	royce	26,0000	52,00
3943	VEDA ESCAPE - RLJ-8B59 - VEDA ESCAPE - RLJ-8B59	1,000	UN	orbi	15,0000	15,00
3944	VELAS DE IGNIÇÃO - RLJ-8B59 - VELAS DE IGNIÇÃO - RLJ-8B59	4,000	UN	ngk	46,0000	184,00

Total do Participante: 69.652,75

Lote: 37**Participante: AUTO MECANICA BERLIN LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3945	batente tampa tras. QHL-7274 (saveiro) - batente tampa tras. QHL-7274 (saveiro)	4,000	UN	universal	62,0000	248,00
3946	cano ar condicionado QHL-7274 - cano ar condicionado QHL-7274	2,000	UN	valclei	400,0000	800,00
3947	interruptor freio MIH-6696(Logan) - interruptor freio MIH-6696(Logan)	2,000	UN	3rho	91,5000	183,00
3948	Bieletas S10 MMF-6007 (viatura) - Bieletas S10 MMF-6007 (viatura)	4,000	UN	trw	96,0000	384,00
3949	interruptor oleo MMF-6007 - interruptor oleo MMF-6007	2,000	UN	3rho	60,0000	120,00
3950	bieletas estabilizador Id MMF-6007 - bieletas estabilizador Id MMF-6007	2,000	UN	trw	40,0000	80,00
3951	bieleta estabilizador le MMF-6007 - bieleta estabilizador le MMF-6007	2,000	UN	trw	40,0000	80,00
3952	coxim amort. c/ coifa MMF-6007 - coxim amort. c/ coifa MMF-6007	2,000	UN	axios	181,5000	363,00
3953	porca roda S10 MMF-6007 - porca roda S10 MMF-6007	20,000	UN	rodafuso	16,5000	330,00
3954	motor de partida REB-1E72 - motor de partida REB-1E72	1,000	UN	valeo	3.937,0000	3.937,00
3955	lampadas torpedo 12v QJQ-7767 - lampadas torpedo 12v QJQ-7767	10,000	UN	osram	8,0000	80,00
3956	Sensor rotação freio ABS diant. QJQ-7767 - Sensor	4,000	UN	bosch	599,0000	2.396,00

rotação freio ABS diant. QJQ-7767

3957 Sensor rotação freio ABS tras. QJQ-7767 - Sensor rotação freio ABS tras. QJQ-7767

4,000UNbosch707,00002.828,00

Total do Participante: 11.829,00

Total Geral: 1.662.991,67

Página: 104 / 104

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Tunápolis, 24/08/2023

BLÁSIO DILL

MEMBRO

JULIANA SCHEREN

MEMBRO

SHEILA INÊS BIEGER

PREGOEIRO

SOLANGE BEATRIS MELZ

MEMBRO

Vanessa Weber

MEMBRO

ANGELICA KESSLER

MEMBRO

HOMOLOGAÇÃO Nº 104/2023

Publicação Nº 5089510

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA CNPJ: 78.486.198/0001-52 Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua João de Castilho, 111 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	CONCORRÊNCIA Nr.: 6/2023
	Processo Adm.: 104/2023 Data do Processo: 12/07/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 104/2023
b) **Nr. Licitação:** 6/2023 - CC
c) **Modalidade:** Concorrência
d) **Data de Adjudicação:** 24/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** O objeto da presente licitação consiste na seleção de empresas para a cessão de Direito Real de Uso de transformador (Trafo, poste, cabos) através do programa "ENERGIA EXCELENTE, PRODUÇÃO EFICIENTE", visando a melhoria da qualidade de energia elétrica para empresas/indústrias do município de Tunápolis, conforme quantitativos, prazos, encargos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR COOMILP				
1 - cessão de Direito Real de Uso de transformador (Trafo, poste, cabos) através do programa "ENERGIA EXCELENTE, PRODUÇÃO EFICIENTE", visando a melhoria da qualidade de energia elétrica para empresas/indústrias do município de Tunápolis - Marca:	UN	1,000	45,0000	R\$ 45,00
Total geral:				R\$ 45,00

Tunápolis, 24 de Agosto de 2023

.....
Marino Jose Frey
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO Nº 22/2023 FMS

Publicação Nº 5089762

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNAPOLIS	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 10/2023	
	CNPJ: 12.273.240/0001-49 Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua Albino Frantz, 67 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	Processo Adm.: 22/2023 Data do Processo: 24/08/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 22/2023
b) **Nr. Licitação:** 10/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Adjudicação:** 24/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** A presente despesa tem por objeto a Revisão garantia de fábrica 10.000 Km, veículo placa RXS0A15, lotado no FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA				
1 - Revisão . - Marca:	HS	0,800	210,0000	R\$ 168,00
2 - Balanceamento - Marca:	HRS	1,000	70,0000	R\$ 70,00
3 - ALINHAMENTO - Marca:	HS	1,000	60,0000	R\$ 60,00
4 - DESCONTAMINAÇÃO - Marca:	HRS	1,000	30,0000	R\$ 30,00
5 - Cristalizador de vidro - Marca:	UN	1,000	47,8500	R\$ 47,85
6 - Óleo do motor - Marca:	UN	3,500	42,6280	R\$ 149,20
7 - Filtro de óleo. - Marca:	UN	1,000	48,6300	R\$ 48,63
8 - Elemento filtra - Marca:	UN	1,000	64,8100	R\$ 64,81
9 - KIT REVISÃO - Marca:	UN	1,000	41,7600	R\$ 41,76
10 - Fluido radiador - Marca:	UN	1,000	33,9300	R\$ 33,93
11 - Aditivo limpa parabrisa - Marca:	UN	1,000	10,4400	R\$ 10,44
12 - KIT DESCONTAMINAÇÃO - Marca:	UN	1,000	164,4300	R\$ 164,43
Total geral:				R\$ 889,05

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção do Bloco de Atenção Básica	10.001.10.301.0012.2030.3.3.90.00.00	R\$ 889,05

Tunápolis, 24 de Agosto de 2023

.....
Marino Jose Frey
PREFEITO MUNICIPAL

Urubici

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP Nº 007/2023

Publicação Nº 5092044

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 48E5EBF7769B8E780C3AC8EE869F6F027A8D1282

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2023

Representante Legal, Prefeita Municipal, Mariza Costa, torna público objeto desta Tomada de Preços, a contratação de empresa especializada em construção de 17 unidades sanitárias (banheiros), através de PROCESSO SCC24235 em conformidade com o Projeto básico anexo ao termo de referência, pelas normas, especificações e condições que farão parte do edital e seus anexos. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 13/09/2023 às 13h00min. A abertura dos envelopes e a sessão pública será dia 13/09/2023 às 13h00min. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Urubici, 24 de agosto de 2023. Mariza Costa - Prefeita Municipal.

DECRETO 3465.2023

Publicação Nº 5091505

DECRETO N. 3465, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE DINAH MARCIA NAZARI DE SOUZA, VILSON AIRES DE SOUZA, RUBIA NAZARI DE SOUZA, JUAREZ INACIO DE OLIVEIRA FILHO, NADIA NAZARI DE SOUZA E RODRIGO ANTUNES, SITUADO NA AVENIDA ANTONIO FRANCISCO GHIZONI, NESTA CIDADE.

MARIZA COSTA, Prefeita de Urubici, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

DECRETA;

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento de área no imóvel urbano de propriedade de DINAH MARCIA NAZARI DE SOUZA, brasileira, arquiteta, inscrita no CPF n. 532.761.279-20, e RG n. 880.990, casada pelo regime de comunhão universal de bens com VILSON AIRES DE SOUZA, brasileiro, securitário, inscrito no CPF n. 375.493.759-68 e RG 884.994-3, ambos residentes e domiciliados na rua Souza Dutra, n. 353, apto 902, Estreito, Florianópolis – SC; RUBIA NAZARI DE OLIVEIRA, brasileira, advogada, inscrita no CPF n. 678.108.619-72 e RG 880.99, casada pelo regime de comunhão parcial de bens com JUAREZ INÁCIO DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, advogado, inscrito no CPF n. 399.161.389-15 e RG n. 668.750, ambos residentes e domiciliados na rua da Laranjeiras, n. 1070, São José – SC; NADIA NAZARI ANTUNES, brasileira, psicóloga, inscrita no CPF n. 671.832.479-53 e RG n. 880.992, casada pelo regime de comunhão parcial de bens com RODRIGO ANTUNES, brasileiro, sub-tenente do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, inscrito no CPF n. 833.015.699-00 e RG n. 2.184.190-0, ambos residentes e domiciliados na Avenida Adolfo Konder, n. 1226, Urubici – SC.

ÁREAS DESMEMBRADAS

Os requerentes nomeados anteriormente são legítimos proprietários do imóvel matrícula 6766 junto ao Ofício de Imóveis de Urubici – SC, e pretendem o desmembramento como segue:

Área Desmembrada 1 – 67.560,00m² – matrícula n. 5958;

Área desmembrada 2 - 940,00m² – matrícula n. 5958;

Art. 2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Urubici sob matrícula nº 5958, com área total de 68.500,00m² (sessenta e oito mil e quinhentos metros quadrados), e área a desmembrar de 940m² (novecentos e quarenta metros quadrados), restando a área remanescente de 67.560,00m² (sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta metros quadrados).

Art.3º. DINAH MARCIA NAZARI DE SOUZA, VILSON AIRES DE SOUZA, RUBIA NAZARI DE SOUZA, JUAREZ INACIO DE OLIVEIRA FILHO, NADIA NAZARI DE SOUZA E RODRIGO ANTUNES, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense nº 17.492/18.

Art.4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário, em especial o Decreto 3446, de 25 de julho de 2023.

Urubici, 16 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3466.2023

Publicação Nº 5091508

DECRETO Nº 3.466/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2620/2022, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03.001 – Secretaria da Fazenda e Administração

2.007 – PREVENÇÃO DE SINISTROS - BOMBEIROS

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0173 – Taxa de Prevenção contra sinistros – TPCS R\$ 60.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável excesso do Recurso 1.500.0000.0173, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0173 R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3467.2023

Publicação Nº 5091511

DECRETO Nº 3.467/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2620/2022, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03.001 – Secretaria da Fazenda e Administração

2.006 – DESENVOLVIMENTO DEFESA PUBLICA – POLICIA MILITAR

3.3.71.00.00.00.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 7.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 7.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3468.2023

Publicação Nº 5091518

DECRETO nº 3468/2023.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE BOAVENTURA DE BONA NETO, SITUADO DE FRENTE À AVENIDA ADOLFO KONDER, LADO DIREITO, ESQUINA COM A RUA ANTONIO CLAIR KAISER, NESTA CIDADE.

MARIZA COSTA, Prefeita de Urubici, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento de área no imóvel urbano de propriedade de BOAVENTURA DE BONA NETO, brasileiro, divorciado, aposentado, CPF n. 047.630.259-53 e RG n. 197.461, residente e domiciliado na rua Boanerges Pereira de Medeiros, n. 1301, centro, Urubici - SC.

ÁREAS DESMEMBRADAS

O requerente nomeado anteriormente é legítimo proprietário do imóvel matrícula 10.621 junto ao Ofício de Imóveis de Urubici – SC, e pretende o desmembramento como segue:

Área Desmembrada 1 – 40.198,00m2 – matrícula n. 10.621;

Área Desmembrada 2 – 7.940,00m2 – matrícula 10.621.

Art. 2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Urubici sob matrícula nº 10.621, com área total de 48.138,00m2 [quarenta e oito mil, cento e trinta e oito metros quadrados], a ser desmembrado em 02 lotes, sendo a Área Desmembrada 1 - 40.198,00m2 quarenta mil, cento e noventa e oito metros quadrados], Área Desmembrada 2 – 7.940,00m2 [sete mil, novecentos e quarenta metros quadrados].

Art. 3º. BOAVENTURA DE BONA NETO, fica obrigado a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense nº 17.492/18.

Art. 4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Urubici, 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3469.2023

Publicação Nº 5091520

DECRETO N. 3469/2023

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR VENDEVAL COBRADE 1.3.2.1.5 CONFORME IN/MI 36/2020.

MARIZA COSTA, PREFEITA MUNICIPAL DE URUBICI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o vendaval ocorrido na data de 18/08/2023, às 17h atingiu todo o território do Município e destelhou casas, galpões e estruturas públicos e privados;

CONSIDERANDO que o parecer da Coordenadoria da Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre, é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município de Urubici contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude dos desastres classificados e codificados como Vendaval COBRADE 1.3.2.1.5, conforme IN/MI 36/2020.

Art. 2º Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais, para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Fica autorizada a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Adentrar aos imóveis, para prestar socorro ou determinar pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal [LC 101/2000], ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários à atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação de cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

Urubici, 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3470.2023

Publicação Nº 5091522

DECRETO Nº 3.470/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2707/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

04.001 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
2.016 – OPERACIONALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO SECRETARIA TRANSPORTES E OBRAS
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 600.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 600.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3471.2023

Publicação Nº 5091795

DECRETO Nº 3.471/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2708/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03.001 – Secretaria da Fazenda e Administração
2.004 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 300.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3472.2023

Publicação Nº 5091812

DECRETO Nº 3.472/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2709/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

04.001 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico

2.012 – SISTEMA COLETA DE LIXO SELETIVA - RECICLAGEM

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 600.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 600.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3473.2023

Publicação Nº 5091826

DECRETO Nº 3.473/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2710/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09.001 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo

2.049 – OPERACIONALIZAÇÃO, MANUT. SECRETARIA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3474.2023

Publicação Nº 5091829

DECRETO Nº 3.474/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2711/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

02.001 – Gabinete do Prefeito
2.003 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 65.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 65.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 65.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3475.2023

Publicação Nº 5091835

DECRETO Nº 3.475/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2712/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03.001 – Secretaria da Fazenda e Administração
0.002 – INATIVOS E PENSIONISTAS – SECRETARIA FAZENDA
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 7.000,00
2.004 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 180.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 187.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 187.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3476.2023

Publicação Nº 5091841

DECRETO Nº 3.476/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2713/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

04.001 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
2.011 – SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 80.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3477.2023

Publicação Nº 5091843

DECRETO Nº 3.477/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2714/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.001 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

2.111 – FUNCIONAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA AGRICULTURA

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 90.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 90.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa

Prefeita Municipal

DECRETO 3478.2023

Publicação Nº 5091848

DECRETO Nº 3.478/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2715/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

07.001 – Secretaria da Assistência Social

2.018 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 500.000,00

2.022 – ABRIGO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 530.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 530.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa

Prefeita Municipal

DECRETO 3479.2023

Publicação Nº 5091853

DECRETO Nº 3.479/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2716/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.001 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
2.024 – TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 200.000,00
2.045 – ENSINO MEDIO – NAES/BOLSAS DE ESTUDO
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 60.000,00
2.046 – OPERACIONALIZAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 700.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 960.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação e provável Excesso dos Recursos 1.500.0000.0080 - Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais e 1.500.1001.0108 - Recursos de Impostos – Educação 25%, sendo:

08.001 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
2.025 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 500.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 500.000,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 60.000,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.1001.0108 R\$ 400.000,00
TOTAL R\$ 960.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3480.2023

Publicação Nº 5091858

DECRETO Nº 3.480/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2717/2023, resolve DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

16.001 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici
2.057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE / SMS
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.1002.0109 – Recursos de Impostos – Saúde 15% R\$ 1.500.000,00
2.064 – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.600.0000.0098 – Recursos SUS UNIÃO R\$ 630.000,00

2.065 – PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.600.0000.0098 – Recursos SUS UNIÃOR\$ 100.000,00
2.066 – PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS SAÚDE - ACS
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.600.0000.0098 – Recursos SUS UNIÃOR\$ 500.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 2.730.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação e provável Excesso dos Recursos 1.500.1002.0109 - Recursos de Impostos Saúde 15% e 1.600.0000.0098 - Recursos SUS UNIÃO, sendo:

16.001 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici
2.066 – PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS SAÚDE - ACS
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.604.0000.0054 – Transf. UNIÃO ACS/ACE R\$ 110.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 110.000,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.1002.0109 R\$ 1.500.000,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 1.600.0000.0098 R\$ 1.120.000,00
TOTAL R\$ 2.730.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3481.2023

Publicação Nº 5091865

DECRETO Nº 3.481/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2718/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03.001 – Secretaria da Fazenda e Administração
0.004 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 250.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 250.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 250.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3482.2023

Publicação Nº 5091869

DECRETO Nº 3.482/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2719/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.001 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
2.023 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 230.000,00
2.024 – TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 40.000,00
2.047 – TRANSPORTE ESCOLAR CRECHES E PRÉ ESCOLAS
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 70.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 340.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

29.001 – Fundo Municipal da Educação de Urubici
2.123 – TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO – FUNDEB 40%
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 340.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3483.2023

Publicação Nº 5091876

DECRETO Nº 3.483/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2720/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.001 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
2.035 – PNATE – PROGRAMA NAC. APOIO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.569.0000.0101 – Superávit recursos Fundo Nacional da Educação – FNDE R\$ 53.725,70
2.037 – TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.500.0000.0216 – Superávit Contribuição Salário Educação R\$ 260.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 313.725,70

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior dos

Recursos 2.569.0000.0101 e 2.500.0000.0216, sendo:

TOTAL SUPERÁVIT RECURSO 2.569.0000.0101	R\$ 53.725,70
TOTAL SUPERÁVIT RECURSO 2.500.0000.0216	R\$ 260.000,00
TOTAL	R\$ 313.725,70

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3484.2023

Publicação Nº 5091879

DECRETO Nº 3.484/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE URUBICI.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2721/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal da Educação de Urubici:

29.001 – Fundo Municipal da Educação de Urubici	
2.117 – MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB 30%	
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.710.3210.0079 – Emenda Parlamentar Impositiva – Transf. Estado	R\$ 350.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO

R\$ 350.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Emenda Parlamentar Impositiva – Transferência do Estado, Recurso 1.710.3210.0079, sendo:

TOTAL TRANSF. DO ESTADO RECURSO 1.710.3210.0079

R\$ 350.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3485.2023

Publicação Nº 5091883

DECRETO Nº 3.485/2023

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA LEI DO ORÇAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R\$ 113.622,69.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2722/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria de Educação Cultura e Desporto, um crédito especial no valor de R\$ 113.622,69 (cento e treze mil, seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos), para atender à finalidade abaixo especificada.

Órgão – 08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO
Unidade – 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO
Função – 13 – CULTURA
Subfunção – 392 – DIFUSÃO CULTURAL
Programas – 0014 – MAIS CULTURA

Projeto/Atividade - 2.166 – CULTURA LEI PAULO GUSTAVO - LPG

Elemento: 3390.00.00.00.00.00.1.500.0000.0123 – Aplicações Diretas R\$ 113.622,69

TOTAL R\$ 113.622,69

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através da arrecadação da seguinte receita orçamentária:
1.7.1.7.99.0.1.00.00.00 – Outras transf. de convênios da União e suas entidades R\$ 113.622,69

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº59/2023

Publicação Nº 5091207

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Dispensa de licitação nº 59/2023. Contratante: Prefeitura Municipal de Urubici. Contratado: Fortemac Máquinas para Construção EIRELI. CNPJ: 11.425.470/0001-13. Data: 25/08/2023. Objeto. Ref. aquisição de máquina de pintura airless para sinalização com 01 pistola peso de 72kg 5hp gasolina para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Urubici através da Secretaria Municipal de Transportes e Obras. Valor R\$ 29.090,00 (vinte e nove mil e noventa reais). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Mariza Costa - Prefeita Municipal.

LEI Nº 2707/2023

Publicação Nº 5091419

LEI Nº 2707/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

04.001 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
2.016 – OPERACIONALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO SECRETARIA TRANSPORTES E OBRAS
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 600.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 600.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2708/2023

Publicação Nº 5091422

LEI Nº 2708/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03.001 – Secretaria da Fazenda e Administração

2.004 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 300.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2709/2023

Publicação Nº 5091423

LEI Nº 2709/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

04.001 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico

2.012 – SISTEMA COLETA DE LIXO SELETIVA - RECICLAGEM

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 600.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 600.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2710/2023

Publicação Nº 5091425

LEI Nº 2710/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09.001 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo
2.049 – OPERACIONALIZAÇÃO, MANUT. SECRETARIA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2711/2023

Publicação Nº 5091427

LEI Nº 2711/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

02.001 – Gabinete do Prefeito
2.003 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 65.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 65.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 65.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2712/2023

Publicação Nº 5091428

LEI Nº 2712/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03.001 – Secretaria da Fazenda e Administração
0.002 – INATIVOS E PENSIONISTAS – SECRETARIA FAZENDA
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 7.000,00
2.004 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 180.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 187.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 187.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2713/2023

Publicação Nº 5091429

LEI Nº 2713/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

04.001 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
2.011 – SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 80.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 80.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2714/2023

Publicação Nº 5091431

LEI Nº 2714/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.001 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

2.111 – FUNCIONAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA AGRICULTURA

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 90.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 90.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2715/2023

Publicação Nº 5091437

LEI Nº 2715/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

07.001 – Secretaria da Assistência Social

2.018 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 500.000,00

2.022 – ABRIGO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 530.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 530.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2716/2023

Publicação Nº 5091449

LEI Nº 2716/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.001 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2.024 – TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 200.000,00

2.045 – ENSINO MEDIO – NAES/BOLSAS DE ESTUDO

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais R\$ 60.000,00

2.046 – OPERACIONALIZAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 700.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 960.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação e provável Excesso dos Recursos 1.500.0000.0080 - Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais e 1.500.1001.0108 - Recursos de Impostos – Educação 25%, sendo:

08.001 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2.025 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 500.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 500.000,00**TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 60.000,00****TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.1001.0108 R\$ 400.000,00****TOTAL R\$ 960.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa

Prefeita Municipal

LEI Nº 2717/2023

Publicação Nº 5091459

LEI Nº 2717/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

16.001 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici	
2.057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE / SMS	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.1002.0109 – Recursos de Impostos – Saúde 15%	R\$ 1.500.000,00
2.064 – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.600.0000.0098 – Recursos SUS UNIÃO	R\$ 630.000,00
2.065 – PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.600.0000.0098 – Recursos SUS UNIÃO	R\$ 100.000,00
2.066 – PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS SAÚDE - ACS	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.600.0000.0098 – Recursos SUS UNIÃO	R\$ 500.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 2.730.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação e provável Excesso dos Recursos 1.500.1002.0109 - Recursos de Impostos Saúde 15% e 1.600.0000.0098 - Recursos SUS UNIÃO, sendo:

16.001 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici	
2.066 – PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS SAÚDE - ACS	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.604.0000.0054 – Transf. UNIÃO ACS/ACE	R\$ 110.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 110.000,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.1002.0109	R\$ 1.500.000,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 1.600.0000.0098	R\$ 1.120.000,00
TOTAL	R\$ 2.730.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

LEI Nº 2718/2023

Publicação Nº 5091467

LEI Nº 2718/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03.001 – Secretaria da Fazenda e Administração	
0.004 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais	R\$ 250.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 250.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 250.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2719/2023

Publicação Nº 5091478

LEI Nº 2719/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.001 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
2.023 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 230.000,00
2.024 – TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 40.000,00
2.047 – TRANSPORTE ESCOLAR CRECHES E PRÉ ESCOLAS
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25% R\$ 70.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 340.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

29.001 – Fundo Municipal da Educação de Urubici
2.123 – TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO – FUNDEB 40%
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 340.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2720/2023

Publicação Nº 5091490

LEI Nº 2720/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.001 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
2.035 – PNATE – PROGRAMA NAC. APOIO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.569.0000.0101 – Superávit recursos Fundo Nacional da Educação - FNDE R\$ 53.725,70
2.037 – TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.500.0000.0216 – Superávit Contribuição Salário Educação R\$ 260.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 313.725,70

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior dos Recursos 2.569.0000.0101 e 2.500.0000.0216, sendo:

TOTAL SUPERÁVIT RECURSO 2.569.0000.0101 R\$ 53.725,70
TOTAL SUPERÁVIT RECURSO 2.500.0000.0216 R\$ 260.000,00
TOTAL R\$ 313.725,70

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2721/2023

Publicação Nº 5091496

LEI Nº 2721/2023

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE URUBICI

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal da Educação de Urubici:

29.001 – Fundo Municipal da Educação de Urubici
2.117 – MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB 30%
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.710.3210.0079 – Emenda Parlamentar Impositiva – Transf. Estado R\$ 350.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 350.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Emenda Parlamentar Impositiva – Transferência do Estado, Recurso 1.710.3210.0079, sendo:

TOTAL TRANSF. DO ESTADO RECURSO 1.710.3210.0079 R\$ 350.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 22 de agosto de 2023.

LEI Nº 2722/2023

Publicação Nº 5091499

LEI Nº 2722/2023

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA LEI DO ORÇAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R\$ 113.622,69.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria de Educação Cultura e Desporto, um crédito especial no valor de R\$ 113.622,69 (cento e treze mil, seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos), para atender à finalidade abaixo especificada.

Órgão – 08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

Unidade – 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

Função – 13 – CULTURA

Subfunção – 392 – DIFUSÃO CULTURAL

Programas – 0014 – MAIS CULTURA

Projeto/Atividade - 2.166 – CULTURA LEI PAULO GUSTAVO - LPG

Elemento: 3390.00.00.00.00.00.1.500.0000.0123 – Aplicações Diretas R\$ 113.622,69

TOTAL R\$ 113.622,69

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através da arrecadação da seguinte receita orçamentária:
1.7.1.7.99.0.1.00.00.00 – Outras transf. de convênios da União e suas entidades R\$ 113.622,69

Art. 3º - Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2023, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de agosto de 2023.

Mariza Costa

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 22 de agosto de 2023.

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS 2/2023 TP Nº 006/2023

Publicação Nº 5091631

Página: 1 / 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI**

CNPJ: 82.843.582/0001-32 **Telefone:** (49) 3278-4211
Endereço: FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA, 53 - CENTRO
CEP: 88650-000 - Urubici

**Tomada de preços
6/2023**

Número Processo: 85/2023
Data do Processo: 01/08/2023

OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA DRENAGEM, PASSEIOS E PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE – (CBUQ) DA RUA FELICÍSSIMO RODRIGUES SOBRINHO - TRECHO 01 COM EXTENSÃO DE 190,00 METROS ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1037/2022 COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, INSUMOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA A PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA, PELAS NORMAS, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES QUE FARÃO PARTE DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 2/2023

Reuniram-se no dia 24/08/2023, as 15:00 os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto Nº 604/2023, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório Nº 85/2023 na modalidade de Tomada de preços. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Aberta a proposta de preços da empresa CONSTRUTORA BRANGER EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 34.448.864/0001-92, sem representante legal credenciado, o Grupo Executivo de Licitações do município de Urubici constatou que o valor global no montante de R\$660.650,23 (seiscentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e três centavos) encontra-se dentro dos limites previstos pelo Edital de Tomada de Preços nº 006/2023.

Em análise da proposta como um todo, ficou constatado que, a proposta de preços se encontra conforme disposto no edital, sendo assim, o Grupo Executivo de Licitações profere decisão: fica classificada a proposta da empresa CONSTRUTORA BRANGER EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 34.448.864/0001-92, no valor global de R\$660.650,23 (seiscentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e três centavos); e declarada vencedora da presente licitação a única empresa licitante, CONSTRUTORA BRANGER EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 34.448.864/0001-92.

Havendo renúncia expressa ao prazo recursal, informado pelo representante credenciado da empresa presente no certame, decide o Grupo Executivo de Licitações do município de Urubici encaminhar o presente processo de licitação à procuradoria do município, para emissão do parecer jurídico e, conseqüentemente, homologação, adjudicação e contratação pela Autoridade Competente.

Registre-se. Publique-se. Intime-se. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata que, depois de lida, foi assinada pelos presentes.

Urubici, 24 de agosto de 2023.

Participante: CONSTRUTORA BRANGER EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços de engenharia, para drenagem, passeios e pavimentação com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado Quente – (CBUQ) da Rua Felicíssimo Rodrigues Sobrinho - Trecho 01 com extensão de 190,00 metros através de emenda impositiva 1037 /2022	1,000	UNI		660.650,2300	660.650,23
Total do Participante:						660.650,23
Total Geral:						660.650,23

Página: 2 / 2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Urubici, 24/08/2023

DAIANE BELTRAME COSTA

MEMBRO

HELENA CRISTINA DE BOEMIA

MEMBRO

CASSIANO RODRIGO DE SOUZA

MEMBRO

BRUNA LAÍSA MACEDO

PRESIDENTE

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 1/2023 TP Nº 006/2023

Publicação Nº 5091624

Página: 1 / 2

	ESTADO DE SANTA CATARINA	TOMADA DE PREÇOS
	PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI	6/2023
	FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA, 53 - CENTRO - Urubici - SC CEP: 88650-000 CNPJ: 82.843.582/0001-32 Telefone: (49) 3278-4211	Nº Processo: 85/2023 Data Processo: 01/08/2023

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 1/2023

Reuniram-se no dia 24/08/2023 as 13:00, no(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI, os Membros da Comissão de Licitação com o objetivo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA DRENAGEM, PASSEIOS E PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE – (CBUQ) DA RUA FELICÍSSIMO RODRIGUES SOBRINHO - TRECHO 01 COM EXTENSÃO DE 190,00 METROS ATRAVÉS DE EMENDA IMPOSITIVA 1037/2022 COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, INSUMOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA A PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA, PELAS NORMAS, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES QUE FARÃO PARTE DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Abaixo seguem os licitantes que participaram da licitação:

CONSTRUTORA BRANGER EIRELI

34.448.864/0001-92

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 13h, na sala de licitações do município de Urubici, reuniu-se o grupo executivo de licitações designado pela portaria nº 604/2023, a fim de proceder ao certame licitatório pertinente ao Edital de Tomada de Preços nº 006/2023.

Nesta ocasião, houve a participação de apenas uma empresa licitante: CONSTRUTORA BRANGER EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 34.448.864/0001-92, sem representante legal credenciado. Rubricados os envelopes de habilitação e proposta de preços pelo Grupo Executivo de Licitações, foram abertos pela presidente os envelopes de habilitação protocolado pela empresa CONSTRUTORA BRANGER EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 34.448.864/0001-92. Todos os documentos foram rubricados pelos presentes e, em seguida, deu-se início à análise e validação dos documentos de habilitação da licitante.

Ressalta-se que a documentação referente à qualificação técnica foi analisada pelo Engenheiro Civil do município, Diego Alessandro Neckel, que atestou que a licitante cumpre os requisitos do Edital de Tomada de Preços nº 006/2023.

Ressalta-se também que a verificação da autenticidade dos documentos foram realizadas pelos membros do G.E.L que constatarem a veracidade dos mesmos.

Não houve ressalvas referente a documentação apresentada pela licitante, portanto, considerando que a empresa cumpriu com todos os requisitos de habilitação, o Grupo Executivo de Licitações profere decisão: fica habilitada a empresa CONSTRUTORA BRANGER EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 34.448.864/0001-92. Não havendo nenhuma objeção por parte dos presentes, a presidente do grupo questionou através do e-mail da licitante se a mesma tem intenção de interpor recurso e houve renúncia expressa ao prazo recursal por parte da mesma, conforme consta nos autos do processo licitatório. Sendo assim, decide o Grupo Executivo de Licitações abrir a proposta de preços da única empresa participante, ora declarada habilitada. Registre-se. Publique-se. Intime-se. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata, que, depois de lida, foi assinada pelos presentes, Urubici, 24 de agosto de 2023.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

BRUNA LAÍSA MACEDO
PRESIDENTE

CASSIANO RODRIGO DE SOUZA
MEMBRO

HELENA CRISTINA DE BOEMIA
MEMBRO

DAIANE BELTRAME COSTA
MEMBRO

Urussanga

PREFEITURA

ERRATA DO EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2023

Publicação Nº 5091528

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO – CPLJ

Errata do EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2023

Publicado no DOM/SC Nº 4310 de 24/08/2023, Pág. 1550

ONDE SE LÊ:
Supressão no valor total de R\$ 53.742,52

LEIA-SE:
Supressão no valor total de R\$ 21.980,90

Urussanga, 24 de agosto de 2023.

Ademir Brandineli Pedro
Secretário de Administração

Vargeão

PREFEITURA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2023

Publicação Nº 5089821

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4AF75607D94AF20E257856D33FDE505FF480B299

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2023
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão torna público que RATIFICA o presente procedimento de dispensa de licitação:

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de levantamento topográfico georreferenciado das vias, meio fios, bocas de lobos, e tubulação existentes em todas as Ruas e Estradas do Município de Vargeão, em perímetro urbano e rural, para futuros projetos de execução de melhorias nas vias e para levantamento patrimonial do município.

Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso I da Lei 8.666/93.

Valor: R\$ 31.890,00 (trinta e um mil oitocentos e noventa reais)

Vargeão - SC, 24 de agosto de 2023.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

4AF75607D94AF20E257856D33FDE505FF480B299

Vargem Bonita

PREFEITURA

CONVÊNIO 001/2023 HUST

Publicação Nº 5090975



Estado de Santa Catarina *Município de Vargem Bonita*

Convênio nº 001/2023

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA (SC) e o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, visando o desenvolvimento conjunto de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, RESOLVEM firmar o presente convênio, na forma que segue:

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 10.536.938/0001-31, com sede administrativa na Rua Coronel Vitório, sn, Centro, representado pelo Secretário Municipal de Saúde JONAS VESARO MACEDO brasileiro, casado, inscrito no RG sob o nº. *.212.**- SSP/SC e no CPF/MF sob o nº. ***.474.649-**, residente e domiciliado na Rua Coronel Vitório, Centro, sn, CEP: 89.9675-000, na cidade de Vargem Bonita/SC e a Prefeita Municipal Sra. ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN, brasileira, casada, inscrita no RG sob o nº. *.346.**- SSP/SC e no CPF/MF sob o nº. ***.421.339-**, residente e domiciliada na Rua José de Alencar, centro, sn, CEP: 89675-000, na cidade de Vargem Bonita/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob n. 84.592.369/0009-88 mantido da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC, situado na Avenida Barão do Rio Branco, 600, Centro, em Joaçaba/SC, por seu Diretor Geral, Prof. Dr. Jovani Antônio Steffani, brasileiro, solteiro, fonoaudiólogo, portador da Cédula de Identidade nº *.698.**-/SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº ***.330.669-**, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, nº 1441 - apto 502, centro da cidade de Joaçaba/SC, doravante denominado HOSPITAL,

RESOLVEM celebrar o presente Convênio de Cooperação Financeira, nos termos do que dispõe a Lei nº 8.080/90 e Portarias MS ns. 1.695, de 23.9.94 e 1044/GM, de 01/06/2004 e Lei Municipal 1281/2023, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

§ 1º. O Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar, compreendendo o atendimento hospitalar e ambulatorial de Urgência, Emergência, em período integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, através das escalas de sobreaviso das especialidades Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Obstetrícia, Pediatria, Neurocirurgia e Traumatologia, Cardiologia e Bucomaxiloacial.

§ 2º. O HOSPITAL compromete-se a atender o Município de Vargem Bonita, sem distinção alguma, e integrar o sistema de referência e contra referência estabelecido pelo

Rua Coronel Vitório, 966 * Fone (49) 3548-3000 * CEP 89.675-000 * Vargem Bonita - SC
CNPJ 95.996.187/0001-31 * e-mail: pmvargem.bonita@uol.com.br



Estado de Santa Catarina

Município de Vargem Bonita

MUNICÍPIO, que compreende a Rede Básica de atendimento, média e alta complexidade e entidades de maior complexidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1. Quando da chegada dos pacientes à Unidade Hospitalar, os mesmos serão submetidos a uma pré consulta realizada por equipe habilitada, a qual fará a classificação de risco;
2. O serviço de pronto socorro deverá contar com equipe de saúde necessário ao paciente enquanto o mesmo estiver em atendimento;
3. Os pacientes encaminhados ao Hospital devem obedecer às rotinas já existentes (médico para médico de plantão), exceto quando as unidades de saúde não estiverem em funcionamento;
4. O serviço referente as especialidades somente serão acionadas pelo médico de plantão escalado pela unidade hospitalar;
5. só terão direito a continuidade dos atendimentos os pacientes atendidos inicialmente pelo plantão. Fica condicionada a continuidade (retorno), conforme agendamento;
6. O Hospital não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação ao valor ficado para o serviço prestado;
7. Os pacientes que optarem por outro profissional que não seja da escala do sobreaviso arcarão, além dos custos da consulta com o médico solicitado, com o ônus do pagamento da internação;
8. Fica assegurado ao Município, o direito de proceder a avaliação do andamento dos trabalhos objeto deste convênio, bem como solicitar relatórios e demais documentos pertinentes aos mesmos;
9. Os serviços objeto deste convênio poderão sofrer acréscimos ou supressões mediante composição entre as partes, observada a limitação legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS

Constituem encargos dos convenientes:

I - Dos encargos do MUNICÍPIO:

1. Repassar os recursos que financiarão este convênio;
2. Acompanhar e fiscalizar a operacionalização das ações e atividades conveniadas, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as mediadas corretivas;

*Rua Coronel Vitorio, 966 * Fone (49) 3548-3000 * CEP 89.675-000 * Vargem Bonita – SC*
*CNPJ 95.996.187/0001-31 * e-mail: pmvargem.bonita@uol.com.br*



Estado de Santa Catarina

Município de Vargem Bonita

3. Observar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, em como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

II - Dos encargos do HOSPITAL:

1. Fornecer os serviços objeto deste convênio e obedecendo rigorosamente o disposto na CLAUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO – deste instrumento;

2. Prestar os serviços de pronto socorro através de escala de sobreaviso de Especialidades Médicas a população do município;

2.1. O atendimento ao paciente pelo Pronto Socorro ocorrerá de acordo com o protocolo de classificação de risco;

3. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

4. Manter sempre atualizados o prontuário e o arquivo médico dos pacientes;

5. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

6. Respeitar a decisão do responsável legal do paciente ao consentir ou recusar a prestação do serviço de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

7. Não utilizar e não permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

8. Permitir as visitas ao paciente internado, bem como: assegurar o direito de ser assistido religiosa e espiritualmente por ministro de culto religioso, respeitadas as rotinas do serviço e o regulamento do hospital.

9. Aplicar os recursos recebidos para o fim específico, conforme o objeto deste convênio;

10. Facilitar ao Município o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90.

11. Comunicar ao Município, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo;

12. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

13. Manter-se, durante toda a execução do convênio, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

14. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, enquanto persistir o convênio;

*Rua Coronel Vitorio, 966 * Fone (49) 3548-3000 * CEP 89.675-000 * Vargem Bonita – SC*
*CNPJ 95.996.187/0001-31 * e-mail: pmvargem.bonita@uol.com.br*



Estado de Santa Catarina

Município de Vargem Bonita

15. Prestar contas semestralmente sobre os valores recebidos pelo presente convênio.

Parágrafo único. Todos os serviços aqui conveniados ficarão sob a regulação do gestor municipal de saúde.

CLAÚSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

O HOSPITAL se compromete, ainda, a:

1) Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Termo e enviar, mensalmente, ao MUNICÍPIO, cópia da justificativa da não realização;

2) Aderir ao Plano Nacional de Humanização do Ministério da Saúde;

3) Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e serviços oferecidos;

4) Notificar o MUNICÍPIO sobre eventuais alterações em seus estatutos ou sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de trinta dias, contados da data do registro da alteração, cópias autenticadas dos documentos com as respectivas mudanças;

5) Disponibilizar as informações atualizadas conforme a lógica de regulação do gestor local do SUS.

Parágrafo único. A cobrança de valores dos pacientes atendidos por este convênio, sob qualquer pretexto, constitui falta gravíssima, a ser denunciada aos órgãos competentes para as devidas providências, além daquelas adotadas pelo MUNICÍPIO, salvo quando na hipótese de internação o paciente optar expressamente por outro convênio, que não seja o oferecido pelo Sistema Único de Saúde ou optar pela internação particular.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO DO CONVÊNIO

O acompanhamento do convênio será feito pelo MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Vargem Bonita, e pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pelo cumprimento do objeto deste Convênio, o MUNICÍPIO repassará ao HOSPITAL, o valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), com início em 01 de setembro de 2023, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei.

Parágrafo único. O percentual de reajuste dos valores deverá respeitar 12 (doze) meses de vigência do primeiro convênio, de acordo com o índice do IPCA, e deverá passar pela aprovação em reunião ordinária ou extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Vargem Bonita/SC.

Rua Coronel Vitorio, 966 * Fone (49) 3548-3000 * CEP 89.675-000 * Vargem Bonita – SC
CNPJ 95.996.187/0001-31 * e-mail: pmvargem.bonita@uol.com.br



Estado de Santa Catarina

Município de Vargem Bonita

CLAÚSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas deste Convênio correrão a conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com a seguinte classificação orçamentária, devendo ser consignado nos exercícios seguintes dotação específica:

3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

Órgão: 04 SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade: SAÚDE

Projeto/Atividade 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção em Saúde

33.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

O repasse dos valores será efetuado até 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente aos serviços prestados, mediante a apresentação de nota fiscal. A nota fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ sob o nº 10.536.938/0001-31, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer dos convenientes, desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento e que não possam ser interrompidas sem prejuízo da saúde da população, cuja denúncia deverá ser realizada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O descumprimento pelos convenientes dos compromissos assumidos neste convênio ensejará a denúncia do mesmo e a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, arts. 79, 80, 81, 86, 87 e 88, para qualquer dos convenientes que incorrer no inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO TRATAMENTO DOS DADOS

1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, bem como das políticas de tratamento de dados pessoais do HUST (<https://www.hust.org.br/lgpd>) e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, a adequação dos procedimentos e serviços que realizam tratamento de dados durante a execução deste convênio na extensão autorizada pela LGPD.

Rua Coronel Vitorio, 966 * Fone (49) 3548-3000 * CEP 89.675-000 * Vargem Bonita – SC
CNPJ 95.996.187/0001-31 * e-mail: pmvargem.bonita@uol.com.br



Estado de Santa Catarina Município de Vargem Bonita

§ 1º - O Município de Vargem Bonita manifesta livre, informado e inequívoco consentimento total para que o HUST realize o tratamento de dados informados neste instrumento, tais como número de CPF e do RG, endereços eletrônicos e residencial e aqueles disponibilizados em razão de sua execução, pelo período de tempo necessário ao alcance das finalidades contratuais, legais e institucionais, autorizando o uso para o propósito único de apoiar e cumprir as atividades objeto deste convênio, ciente de que tal consentimento poderá ser revogado a qualquer momento mediante solicitação via e-mail protecaodedados@hust.org.br ou correspondência a Instituição;

§ 2º - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações técnicas, pessoais, sensíveis, estratégicas, comerciais, entre outras, confidenciais ou não, que tiverem acesso, por qualquer meio, em decorrência da execução contratual, em consonância com a Lei nº 13.709/2018 – LGPD, sendo vedado o repasse das informações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, dede que informadas a outra parte.

§ 3º - Ao termino do convênio, as partes concordam em manter sigilo de toda informação sigilosa a que tenha tido acesso durante a execução de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir questões não resolvidas de comum acordo pelos convenientes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste Convênio, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN:
02742133976
Rosamarcia Hetkowski Roman
Prefeita Municipal De Vargem Bonita

Assinado digitalmente por ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN:02742133976
DNI: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Município de Vargem Bonita, CN=ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN;
02742133976
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
RGI:
Data: 2023.08.24 10:45:09-03'00'
Fonte: PDF-Reader Versão: 11.2.1

Vargem Bonita/SC, 18 de agosto de 2023.

JONAS VESARO
MACEDO:05447464
900
Jonas Vesaro Macedo
Secretário de Saúde

Assinado de forma digital por
JONAS VESARO
MACEDO:05447464900
Dados: 2023.08.24 12:01:33 -03'00'

JOVANI ANTONIO
STEFFANI:898330669
68

Assinado de forma digital por
JOVANI ANTONIO
STEFFANI:89833066968
Dados: 2023.08.21 09:58:55 -03'00'

Jovani Antônio Steffani
Diretor Geral
Hospital Universitário Santa Terezinha - Hust

Testemunhas: **GLECIANE PEREIRA KATSCHI**
1. _____
CPF

Assinado de forma digital por GLECIANE PEREIRA KATSCHI
Dados: 2023.08.23
17:27:18 -03'00'

gov.br Documento assinado digitalmente
JANAINE ANTUNES DE OLIVEIRA
Data: 24/08/2023 13:27:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2. _____
Nº CPF

Rua Coronel Vitorio, 966 * Fone (49) 3548-3000 * CEP 89.675-000 * Vargem Bonita – SC
CNPJ 95.996.187/0001-31 * e-mail: pmvargem.bonita@uol.com.br

Videira

PREFEITURA

ATA 345/2023/CMDCA

Publicação Nº 5090476

ATA 345/2023/CMDCA – Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às 08h45min, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda, reuniram-se extraordinariamente a Presidente do CMDCA, Luana Lourenço Longhi, Secretário Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda, Gustavo de Oliveira Piva, Diretora de Assistência Social, Rosemari Pinto da Silva Neto, Coordenadora do CREAS, Luana Baraúna, Conselheiros Tutelares Lourdes Aparecida Surdi Bocca e Luiz Carlos Spanholi e demais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira: 1. Caroline Rocha de Paula, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda; 2. Michele Réus Elias, representante da Secretaria Municipal de Saúde; 3. Adriano Zuffo, representante da Secretaria Municipal de Fazenda e Controle; 4. David Cordeiro Schmidt, representante da Secretaria Municipal de Administração; 5. Patrick Ferrão Custódio, representante da Procuradoria Jurídica; 6. Marizete Pereira da Silva, representante da Associação dos Amigos dos Autistas - AMA; 7. Rachel Frâncio, representante da Pastoral da Criança; 8. Idovino Baldissera, representante da Escola de Pais do Brasil; 9. Fabiano de Oliveira Wonzoski, representante da Associação Videirense de Basquetebol (AVIBA); 10. Rosi Scariot Zatta (titular) e Denise Bianchini de Souza (suplente), representantes do Lions Clube Videira Amigos do Servir. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, e foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. PAUTA: 1. Apresentação do projeto "Protetores do Lar" - Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda; 2. Ponto eletrônico Conselho Tutelar; 3. Ofício Procuradoria Jurídica; 4. Indicação para o Comitê de Escuta Especializada; 5. Assuntos gerais. Dando início, a Presidente passou a palavra à Coordenadora do CREAS, Luana Baraúna, a qual sobre o Programa Protetores do Lar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) e parceiros, direcionado à prevenção da violência Doméstica e Familiar. O programa está pautado na preservação da ordem pública e na proteção das mulheres vítimas de violência e se sustenta em ações como palestras e encontros presenciais que norteiam e difundem o conhecimento acerca do tema para o público-alvo que se encontra nos terceiros anos do ensino médio, jovens entre 15 e 16 anos em média, e visa atender todas as unidades de ensino público e privado. O programa está estruturado a partir de 3 (três) eixos: 1. Rede Catarina de Proteção à mulher (PMSC); 2. Consequências psicológicas (ASSISTÊNCIA SOCIAL); 3. Consequências jurídicas (OAB). Ainda apresentado, alguns dados de encaminhamento de mulheres vítimas de violência para atendimento no CREAS neste ano. Para tanto, o CREAS e a Polícia Militar solicitam ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente a aquisição através do FIA de um aparelho de celular para ser sorteado entre os adolescentes que participarão das ações do Programa Protetores do Lar, diante de alguns critérios dentre eles a participação de todos os encontros. Após discussões e análise, os conselheiros aprovaram em unanimidade a aquisição de um aparelho celular através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para este projeto. Em sequência, a Presidente explanou que foi discutido com a Comissão Permanente de Normas referente ao ponto eletrônico do Conselho Tutelar, tendo em vista, que a lei municipal cita que o órgão está vinculado administrativamente a Administração Municipal e ao setor pela Política de Assistência Social. Dessa forma, será encaminhado ao Poder Executivo Municipal o controle do ponto eletrônico dos Conselheiros Tutelares. Prosseguindo à pauta, foi apresentado o Parecer Jurídico n. 152/2023, o qual opina referente ao procedimento de manifestação de interesse social para Edital de Chamamento Público, a qual explanou que tendo em vista as informações apresentadas e com base na legislação vigente, respondendo objetivamente ao questionamento, interpretando de forma literal o §3º, do art. 21, da Lei n. 13.019/2014, entendo que a Manifestação de Interesse Social é instrumento facultativo, não podendo condicionar a realização do Chamamento Público ou a celebração de parceria. Nesse ponto, o conselheiro Patrick Ferrão Custódio explanou que não há obrigatoriedade da realização deste procedimento para a celebração de parceria, haja vista, que o município possui entidades de conhecimento notório com a sua atuação e a importância do trabalho realizado. Os conselheiros deliberaram pela dispensa da realização do procedimento de Manifestação de Interesse Social para o edital de Chamamento Público. Neste tocante, a Presidente explanou para utilizar os relatório dos atendimentos do Conselho Tutelar para uma melhor definição dos eixos de atuação para a seleção dos projetos. Quanto ao Edital de Chamamento Público, a Presidente informou que o art. 19, § 2º, V, da Lei Municipal n. 3.215/2015, veda a utilização de recursos do FIA para investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência, entretanto, o Tribunal de Contas de Santa Catarina e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA já emitiram orientação técnica para a autorização em materiais permanentes desde que haja previsão na legal no município, com base na Resolução 137/2017 do CONANDA. Sendo assim, será encaminhado ao Poder Executivo a alteração desse dispositivo da lei municipal n. 3.215/2015, e ainda, sugerido a alteração da lei pela Comissão de Normas. Continuando, a Presidente informou que será necessário conselheiro para compor o Comitê de Escuta Especializada, sendo nomeados os conselheiros Luana Lourenço Longhi (titular) e Caroline Rocha de Paula (suplente). Ao final, a Presidente explanou que nos dias 14/07 e 15/07 foram realizadas as avaliações psicológicas com os candidatos do Processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar - Edital N. 002/2023/CMDCA. Encerradas as discussões, às 09h35min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata, que vai assinada pelo Sra. Luana Lourenço Longhi, Presidente do CMDCA.

ATA 346/2023/CMDCA

Publicação Nº 5090478

ATA 346/2023/CMDCA – Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às 08h30min, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda, reuniram-se ordinariamente a Presidente do CMDCA, Luana Lourenço Longhi, Presidente do Conselho Tutelar, Lourdes Aparecida Surdi Bocca e demais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira: 1. Jussara Zambom, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda; 2. Vanessa Gisele Boesing, representante da Secretaria Municipal de Saúde; 3. Aline Aparecida da Silva Tedesco, representante da Secretaria Municipal de Educação; 4. Adriano Zuffo, representante da Secretaria Municipal de Fazenda e Controle; 5. Renata Christina Melillo, representante da Procuradoria Jurídica; 6. Marizete Pereira da Silva, representante da Associação dos Amigos dos Autistas - AMA; 7. Suzana Ribeiro

dos santos, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; 8. Rachel Frâncio, representante da Pastoral da Criança; 9. Idovino Baldissera, representante da Escola de Pais do Brasil; 10. Rosi Scariot Zatta, representante do Lions Clube Videira Amigos do Servir. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, e foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. PAUTA: 1. Deliberação denúncia Ouvidoria Municipal; 2. Deliberação denúncia Ouvidoria Municipal; 3. Andamento do Processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar; 4. Assuntos gerais. Dando início, a Presidente informou que foram recebidas duas denúncias referente ao Conselho Tutelar, sendo: 1) Denúncia n. 165/2023 da Ouvidoria Municipal, a qual relata conduta e ausência de atendimento de Conselheiro Tutelar, como tentativas de ligação e ninguém atendia, e 03 Conselheiros Tutelares compensando e somente outros 2 Conselheiros na sede, ainda cita conselheiras bêbadas, mas não menciona quem são ou mais informações plausíveis. Neste ponto, foi notificada a Presidente do Conselho Tutelar, a qual esclareceu que não procede a denúncia conforme o ofício datado de 03/08/2023 lido integralmente na plenária, bem como foi convocada reunião pelo Gabinete com a participação da Presidente do CMDCA, Vice-Prefeita, Secretário e Diretora de Assistência Social com os Conselheiros Tutelares em que foi acordado que somente 01 Conselheiro Tutelar deverá estar compensando para que não sejam prejudicados os atendimentos. Os conselheiros deliberaram pela emissão de orientação ao Conselho Tutelar acerca dos deveres. 2) Denúncia recebida em 02/08/2023 na Ouvidoria Municipal, a qual relata falta de atendimento em caso envolvendo uma criança do município que estava internada em Curitiba e acabou falecendo em casa. Neste tocante, o Conselho Tutelar informou através dos ofícios n. 214/2023 e 215/2023 informações referente a este caso, que não haviam mais informações repassadas pelo Conselho Tutelar de Curitiba e foram em busca através do endereço e telefone repassados mas não obtiveram êxito antes da criança vir a óbito. Deliberado pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face da Conselheira Tutelar Morgana Rodrigues Bueno, com a nomeação da comissão formada pelos conselheiros Renata Christina Melillo (Presidente), Idovino Baldissera e Aline Aparecida da Silva Tedesco, para apuração dos fatos. A conselheira Rosi Scariot Zatta questionou acerca da possibilidade de ter sido realizado contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social para encontrar essa família com mais agilidade. Prosseguindo à pauta, a Presidente explanou que nos dias 10/08/2023 e 11/08/2023 no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda será realizada capacitação para a construção do Protocolo de Escuta Especializada juntamente com os membros do comitê. Ao final, explanou que no dia 16/08/2023 às 13h30min será realizada reunião para orientação da campanha eleitoral com os candidatos do Processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar - Edital N. 002/2023/CMDCA. Encerradas as discussões, às 09h35min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata, que vai assinada pelo Sra. Luana Lourenço Longhi, Presidente do CMDCA.

DECRETO Nº 20.656/23

Publicação Nº 5089153

DECRETO Nº 20.656/23, DE 23 DE AGOSTO DE 2023
Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 27604/2023;

DECRETA

Art.1º Nomear CAMILA DEICKE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.657/23

Publicação Nº 5089156

DECRETO Nº 20.657/23, DE 23 DE AGOSTO DE 2023
Admite WANESSA RIBEIRO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 20.373/23, e o Termo de Posse nº 221/2023, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 21304/2023;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, WANESSA RIBEIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 22 de agosto de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.658/23

Publicação Nº 5089160

DECRETO Nº 20.658/23, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Admite ELISANGELA SANTOS DALAMARIA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 20.381/23, e o Termo de Posse nº 217/2023, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 21761/2023;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, ELISANGELA SANTOS DALAMARIA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.659/23

Publicação Nº 5089162

DECRETO Nº 20.659/23, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Admite ALINE LIAMAR KOKOVISKI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 20.390/23, e o Termo de Posse nº 220/2023, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 22514/2023;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, ALINE LIAMAR KOKOVISKI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 22 de agosto de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.660/23

Publicação Nº 5089164

DECRETO Nº 20.660/23, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Admite SOLANGE ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 20.404/23, e o Termo de Posse nº 216/2023, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 22318/2023;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, SOLANGE ALVES DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.661/23

Publicação Nº 5089166

DECRETO Nº 20.661/23, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Admite REGINA CAON, para exercer o cargo de Agente Administrativo II.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 20.331/23, e o Termo de Posse nº 214/2023, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 20657/2023;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, REGINA CAON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.662/23

Publicação Nº 5089175

DECRETO Nº 20.662/23, DE 23 DE AGOSTO DE 2023
Admite DANIELA FLORES RIES, para exercer o cargo de Enfermeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 20.329/23, e o Termo de Posse nº 215/2023, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 19801/2023;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, DANIELA FLORES RIES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.663/23

Publicação Nº 5089187

DECRETO Nº 20.663/23, DE 23 DE AGOSTO DE 2023
Admite ANDREI BARRUFALDI, para exercer o cargo de Motorista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações, considerando o Decreto de Nomeação nº 20.387/23, e o Termo de Posse nº 218/2023, bem como, o que consta no Processo Administrativo nº 21975/2023;

DECRETA

Art.1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, ANDREI BARRUFALDI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 73/2023

Publicação Nº 5089873

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 73/2023

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei Orgânica artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) artigo 87, §2º, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo Fiscal (PAF26675/2023), o qual se encontram à disposição do contribuinte na Secretaria da Fazenda Municipal no Departamento de Tributação/Fiscalização Tributária: DECLARA;

Notificado o contribuinte abaixo relacionado do TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO, por não ter sido localizado em seu endereço constante no cadastro municipal, posterior envio do aviso de recebimento (AR YJ566223815BR):

Nome: LUAN GIACOMINI
Domicílio: Rua Osvaldo Cruz, nº 90 CEP: 89.560-142
Bairro: Centro Estado: SC
Cidade: Videira/SC CNPJ: 48.847.279/0001-70

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO – PA26675/2023

Aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três (14/08/2023), iniciamos junto ao contribuinte LUAN GIACOMINI, inscrito sob o CNPJ de nº 48.847.279/0001-70, com endereço na Rua Osvaldo Cruz, nº 90, Bairro Centro, município de Videira/SC, procedimento fiscal tendente a verificar o enquadramento tributário e a regularidade no recolhimento do Imposto Sobre Serviços – ISS, dentro do período decadencial por ocasião do Processo Administrativo nº 26675/2023 (Verificação Fiscal).

Este procedimento suspende todos os benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de quaisquer obrigações tributárias, relativas ao objeto de verificação, e seu prazo de encerramento está previsto em 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado quantas vezes necessárias, nos termos do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei 69/85, art. 132, §§ 1º e 2º.

Para sanar qualquer dúvida nos colocamos a disposição através dos seguintes contatos: telefone (49)3566-9011 ou (49)3566-9032, e endereços eletrônicos: fiscaltributos.ezequiel@videira.sc.gov.br e fiscaltributos.ricardo@videira.sc.gov.br.

Desta forma, lavramos o presente que, depois de assinado por nós, será cientificado ao contribuinte, mediante entrega e/ou envio de cópia do mesmo.

Ricardo Garcia Schulz	Ezequiel Carlos de Oliveira
Fiscal de Tributos Municipais	Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula nº 19.047	Matrícula nº 15.936

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.
Videira/SC, 24 de agosto de 2023

Luiz Carlos Bondicz
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 74/2023

Publicação Nº 5089878

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 74/2023

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei Orgânica artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) artigo 87, §2º, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo Fiscal (PA26675/2023), o qual se encontram à disposição do contribuinte na Secretaria da Fazenda Municipal no Departamento de Tributação/Fiscalização Tributária:

DECLARA;

Notificado o contribuinte abaixo relacionado do TERMO DE DESENQUADRAMENTO RETROATIVO DO SIMEI, por não ter sido localizado em seu endereço constante no cadastro municipal (AR YJ566223815BR):

Nome: LUAN GIACOMINI

Domicílio: Rua Osvaldo Cruz, nº 90 CEP: 89.560-142

Bairro: Centro Estado: SC

Cidade: Videira/SC CNPJ: 48.847.279/0001-70

DESENQUADRAMENTO DE OFÍCIO RETROATIVO DO SIMEI

O contribuinte acima identificado efetuou a opção pelo SIMEI em 08/12/2022, sendo enquadrado como Microempreendedor Individual e tendo que observar as condições expostas na Resolução nº 140/2018 do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações pertinentes ao Regime Diferenciado.

CONSIDERANDO que o Fisco Municipal identificou através do processo administrativo PA26675/2023 que o contribuinte LUAN GIACOMINI ultrapassou o limite proporcional estabelecido de R\$6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais) por mês de receita bruta para enquadramento no regime simplificado SIMEI no ano de 2022 conforme disposto no art. 100, § 1º da Res. CGSN nº 140/2018, através da emissão de notas fiscais de prestação de serviço (fls. 06 a 09) totalizando o valor de R\$52.150,00 (cinquenta e dois mil e cento e cinquenta reais).

Art. 100. Considera-se MEI, observado o disposto no § 1º-C, o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil ou o empreendedor, optante pelo Simples Nacional, que tenha auferido receita bruta anual acumulada nos anos-calendário anteriores e em curso de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) e que exerça, de forma independente e exclusiva, apenas as ocupações constantes do Anexo XI, dentre as quais constarão:

[...]

§ 1º No caso de início de atividade, o limite de que trata o caput será de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) multiplicados pelo número de meses compreendidos entre o mês de início de atividade e o final do respectivo ano-calendário, considerada a fração de mês como mês completo.

LIMITE ANUAL MEI	R\$81.000,00
LIMITE PROPORCIONAL MEI	R\$6.750,00 / mês
TOTAL DE MESES 2022	1 (dezembro)
TETO DE RECEITA 2022	R\$6.750,00 (R\$6.750,00 x 1)
TOTAL FATURADO 2022	R\$52.150,00

CONSIDERANDO que o contribuinte LUAN GIACOMINI deveria ter se desenquadrado da condição de SIMEI retroativamente a 08/12/2022, tendo em vista o excesso da receita bruta auferida naquele ano ser superior a 20% do limite previsto, conforme previsão no art. 115, § 2º, inciso II, alínea "a", item 3 da Resolução 140/2018 do CGSN.

Art. 115. O desenquadramento do Simei será realizado de ofício pela autoridade administrativa ou mediante comunicação do contribuinte.

[...]

§ 2º O desenquadramento do Simei mediante comunicação do contribuinte à RFB, em aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional, dar-se-á:

[...]

II - obrigatoriamente, quando o contribuinte:

a) auferir receita que exceda, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no caput ou nos §§ 1º e 1º-A do art. 100, caso em que a comunicação deverá ser feita até o último dia útil do mês subsequente àquele em que verificado o excesso, e o desenquadramento produzirá efeitos:

[...]

3. retroativamente ao início de atividade, se o excesso verificado tiver sido superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto no § 1º ou no inciso II do § 1º-A do art. 100.

CONSIDERANDO que em consulta pública realizada no site da Receita Federal, constatou-se que o contribuinte desenquadrado-se do SIMEI com efeitos a partir de 01/01/2023 (fls. 04 e 05), sendo que deveria ter se desenquadrado retroativamente ao início das atividades, conforme previsão legal supracitada.

CONSIDERANDO que o desenquadramento do SIMEI será realizado de ofício pela autoridade administrativa segundo o art. 115 da Resolução nº 140/2018 do (CGSN), quando for constatada falta da comunicação relativa às hipóteses previstas nas alíneas "a" a "c" do inciso II do § 2º, observada a data de produção de efeitos nelas prevista, conforme o caso.

Ademais com fulcro no artigo 115, § 4º, inciso I, por infringir as condições previstas no artigo 115, § 2º, inciso II, alínea "a" item 3 da Resolução 140/2018 CGSN, registre-se que o contribuinte será desenquadrado da condição de SIMEI com efeitos retroativos a partir 08/12/2022.

Art. 115. O desenquadramento do Simei será realizado de ofício pela autoridade administrativa ou mediante comunicação do contribuinte.

[...]

§ 4º O desenquadramento de ofício dar-se-á quando:

I - for constatada falta da comunicação relativa às hipóteses previstas nas alíneas "a" a "c" do inciso II do § 2º, observada a data de produção de efeitos nelas prevista, conforme o caso;

Com o fito de garantir o contraditório e a ampla defesa, está sendo concedido ao contribuinte o prazo de 30 (trinta) dias da ciência, para que no caso de discordância venha interpor impugnação ao termo, findo o prazo previsto será procedido o desenquadramento de ofício nos moldes da Res. CGSN nº 140/2018 c/c a Lei Complementar nº 123/2006.

Para constar, em atenção ao que dispõe o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) em seu artigo 196, este termo de desenquadramento foi lavrado pelos Fiscais de Tributos Municipais da Secretaria da Fazenda do Município de Videira/SC, sendo cópia deixada em poder do contribuinte.

Videira/SC, 15 de agosto de 2023.

Ricardo Garcia Schulz	Ezequiel Carlos de Oliveira
Fiscal de Tributos Municipais	Fiscal de tributos Municipais
Matrícula nº 19.047	Matrícula nº 15.936

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira/SC, 24 de agosto de 2023.

Luiz Carlos Bondicz
Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DO CONTRATO N. 348/2023

Publicação Nº 5090126

Extrato do Contrato n. 0348/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RICKARD DELUQUE ALTENHOFEN

CPF: 122.597.039-33

OBJETO: Admissão para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, para atender crianças com necessidades especiais (G. de S.). (Processo Seletivo: 3/2023 - PMV; Classificação da Contratada: 95º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 17 de abril de 2024, conforme Decreto nº 20.083/2023).

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2023 até 22 de dezembro de 2023

FUNÇÃO: AUXILIAR EDUCACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.028,79 (dois mil, vinte e oito reais e setenta e nove centavos).

EXTRATO DO CONTRATO N. 388/2023

Publicação Nº 5090035

Extrato do Contrato n. 388/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAMILA GAVASSO MOREIRA

CPF: 081.605.989-63

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público em substituição a servidora MARILZA CAMPOLIM SLOGO que se encontra em licença saúde conforme perícia médica. (Processo Seletivo: 7/2023 - PMV; Classificação da Contratada: 37º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 05 de junho de 2024, conforme Decreto nº 20.193/2023).

VIGÊNCIA: 05 de julho de 2023 até 20 de outubro de 2023.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.329,30 (um mil, trezentos e vinte e nove e trinta)

PORTARIA Nº 0669/2023

Publicação Nº 5090515

PORTARIA nº 0669/2023

Revoga a Portaria nº 0305/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do

Município, bem como na Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5438/2023;

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0305/2023, que concede Licença Prêmio de 3 (três) meses a servidora MARILZA CAMPOLIM SLONGO, Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 3 de setembro de 2023 a 3 de dezembro de 2023, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2016 até 30 de junho de 2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0670/2023

Publicação Nº 5090518

PORTARIA nº 0670/2023

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nº 14024070.1.00207/22-0, nos assentos funcionais do servidor CLAUDIO DAVID POLLEZO, detentor da matrícula funcional nº 888-1, e do cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 27294/2023;

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor CLAUDIO DAVID POLLEZO, Operador de Motoniveladora, detentor da matrícula funcional nº 888-1, do período de 10 (dez) anos, 7 (sete) meses e 21 (vinte e um) dias, constante na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nº 14024070.1.00207/22-0.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0671/2023

Publicação Nº 5090522

PORTARIA nº 0671/2023
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar nº 130/12, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 26109/2023;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 1 (um) mês a servidora FABIANA BRUSCHI BARBOZA COLISSI, Professor, no período de 28 de agosto de 2023 a 28 de setembro de 2023, referente ao quinquênio de 7 de março de 2004 até 6 de março de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 28 de agosto de 2023.

Videira, 22 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0672/2023

Publicação Nº 5090525

PORTARIA nº 0672/2023
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do que consta no Memorando nº 24/2023 DGPML, do Departamento de Gestão de Pessoas e no Processo Administrativo nº 27132/2023;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora BÁRBARA ABATI, Especialista em Educação, a partir de 14 de agosto de 2023 até 9 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0673/2023

Publicação Nº 5089143

PORTARIA nº 0673/2023
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 22537/2023;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 3 (três) meses ao servidor MARCOS ANTONIO DA SILVA CANDIDO, Professor, no período de 22 de setembro de 2023 até 22 de dezembro de 2023, referente ao quinquênio de 17 de abril de 2015 até 16 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº

2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 22 de setembro de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0674/2023

Publicação Nº 5089146

PORTARIA nº 0674/2023
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 27554/2023;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 3 (três) meses ao servidor GILMAR PAULO RISSARDI, Técnico Agrícola, no período de 1º de outubro de 2023 até 1º de janeiro de 2024, referente ao quinquênio de 9 de dezembro de 2010 até 8 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0675/2023

Publicação Nº 5090526

PORTARIA nº 0675/2023

Define a limitação de atribuições a serem realizadas por servidora pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Mem 118/2023 DGPKA, e no Processo Administrativo nº 19988/2023;

Considerando o resultado da inspeção médica realizada pela Junta Médica Oficial do Município, em relação a servidora CLAUDIA WALBER NOVELLO, datada de 14 de junho de 2023;

RESOLVE

Art. 1º Definir, de acordo com o resultado de inspeção médica realizada pela Junta Médica Oficial do Município, a limitação das atribuições do cargo de Professor, que poderão ser prestadas pela servidora CLAUDIA WALBER NOVELLO, no período de 14 de junho de 2023 até 15 de dezembro de 2023:

- I. Participar no processo de planejamento das atividades da escola;
- II. Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;

- III. Colaborar com as atividades de articulações da escola com as famílias e a comunidade;
- IV. Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- V. Cooperar com serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- VI. Zelar pela aprendizagem do aluno;
- VII. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- VIII. Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
- IX. Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente;
- X. Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- XI. Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- XII. Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- XIII. Executar tarefas correlatas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1103/2022, retroagindo seus efeitos a 14 de junho de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0676/2023

Publicação Nº 5089149

PORTARIA nº 0676/2023

Define a limitação de atribuições a serem realizadas por servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como, o que consta no Mem 117/23 DGPKA, e no Processo Administrativo nº 20917/2023;

Considerando o resultado da inspeção médica realizada pela Junta Médica Oficial do Município, em relação ao servidor LUIZ EDUARDO BONDAN, datada de 22 de junho de 2023;

RESOLVE

Art. 1º Definir, de acordo com o resultado de inspeção médica realizada pela Junta Médica Oficial do Município, a limitação das atribuições do cargo de Professor, que poderão ser prestadas pelo servidor LUIZ EDUARDO BONDAN.

- I. Participar no processo de planejamento das atividades da escola;
- II. Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- III. Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- IV. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- V. Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- VI. Cooperar com serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- VII. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- VIII. Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
- IX. Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente;
- X. Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- XI. Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- XII. Executar tarefas correlatas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA N° 0677/2023

Publicação N° 5090529

PORTARIA n° 0677/2023
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do que consta no Memorando n° 24/2023 DGPML, do Departamento de Gestão de Pessoas e no Processo Administrativo n° 26425/2023;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora BRUNA CRISTINA DA SILVA, Professor, a partir de 11 de agosto de 2023 até 8 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA N° 0678/2023

Publicação N° 5089150

PORTARIA n° 0678/2023

Define a limitação de atribuições a serem realizadas por servidora pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como, o que consta no Mem 119/23 DGPKA, e no Processo Administrativo n° 20915/2023;

Considerando o resultado da inspeção médica realizada pela Junta Médica Oficial do Município, em relação a servidora ADRIANA DE FATIMA DE ANDRADE DOS SANTOS, datada de 22 de junho de 2023;

RESOLVE

Art. 1º Definir, de acordo com o resultado de inspeção médica realizada pela Junta Médica Oficial do Município, a limitação das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, que poderão ser prestadas pela servidora ADRIANA DE FATIMA DE ANDRADE DOS SANTOS.

- I. Reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
- II. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
- III. Preparar e servir chá, café ou água;
- IV. Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluindo o suporte pedagógico;
- V. Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas;
- VI. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
- VII. Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;

- VIII. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
- IX. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- X. Elaborar pedidos de material para merenda;
- XI. Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0679/2023

Publicação Nº 5089152

PORTARIA nº 0679/2023
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Memorando nº 23/2023 DGPML, do Departamento de Gestão de Pessoas e no Processo Administrativo nº 27229/2023;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora ANA PAULA MOREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 14 de agosto de 2023 até 11 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2023.

Videira, 23 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

RESOLUÇÃO 038-2023- CMDCA- DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

Publicação Nº 5090488

RESOLUÇÃO Nº 038/2023/CMDCA

Dispõe sobre a convocação de Conselheiro Tutelar Suplente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto no art. 42, da Lei Municipal 3.215/2015, o qual dispõe que "ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará o suplente para o preenchimento da vaga"; e,

Considerando, o disposto no art. 42, §1º, da Lei Municipal 3.215/2015, o qual disciplina que "os Conselheiros Tutelares suplentes serão

convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares",

Considerando, o disposto no art. 42, §2º, da Lei Municipal 3.215/2015, o qual disciplina que "No caso de não aceitação do exercício da suplência, esta acarretará a renúncia ao mandato";

Considerando, a ordem decrescente de votação conforme o Processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar de Videira - Santa Catarina - Edital nº 001/2019/CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR, CONVOCAR, a Sra. Jaqueline Barbosa Viacelli Custódio, candidata eleita em 14º (décimo quarto) lugar no Processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar de Videira - Santa Catarina - Edital nº 001/2019/CMDCA, para assumir a função de Conselheira Tutelar Suplente.

Art. 2º. A convocada, a partir do recebimento da convocação, terá o prazo de 02 (dois) dias para comparecer junto à Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, situada à Rua Lauro Muller, 288 - Centro - Videira/SC, a fim de tomar posse na referida função, sob pena de renúncia ao mandato.

Art. 3º. Em atenção ao §1º, do art. 42, da Lei Municipal 3.215/2015, a remuneração será proporcional aos dias de atuação no órgão.

Art. 4º. Expeça-se a competente convocação.

Art. 5º. Conforme referido no §2º, do art. 42, da Lei Municipal 3.215/2015, a não aceitação do exercício da suplência acarretará na renúncia ao mandato.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 14 de agosto de 2023.

Luana Lourenço Longhi
Presidente do CMDCA de Videira - SC

RESOLUÇÃO 039-2023- CMDCA- DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DOS FATOS REFERENTE A CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Publicação Nº 5090491

RESOLUÇÃO Nº 039/2023/CMDCA

Dispõe sobre a nomeação de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos referente a Conselheiros Tutelares do Município de Videira.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Videira - SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o recebimento de denúncia da Ouvidoria Municipal na data de 02/08/2023 envolvendo conduta de Conselheiros Tutelares para as providências necessárias;

Considerando o disposto no art. 72 da Lei Municipal 3.215/15, o qual trata da abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar "Art. 72 O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tiver ciência de irregularidade por parte de qualquer Conselheiro Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, mediante a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao investigado o direito ao contraditório e à ampla defesa";

Considerando o disposto no art. 73 da Lei Municipal 3.215/15 "Art. 73 A instauração do processo administrativo disciplinar e da sindicância caberá ao Presidente do CMDCA, o qual indicará a nomeação de uma Comissão formada por três membros, para condução dos trabalhos, podendo fazer parte das referidas Comissões, o Presidente, quaisquer dos integrantes do CMDCA, bem como outros Conselheiros Tutelares que não tenham correlação e/ou interesse no caso investigado";

Considerando o art. 76 da Lei Municipal nº 3.215/15, a qual dispõe "Art. 76 Para apuração das irregularidades noticiadas, aplicam-se as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata, no que concerne ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar, bem como a legislação esparsa própria do CMDCA, naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei";

Considerando ainda, o disposto no art. 43 da Lei nº 3.734/2019 a qual dispõe que os procedimentos processuais disciplinares encerrar-se-á no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, e em caso de força maior, por prazo determinado a critério da autoridade competente.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Ata 346/2023/CMDCA, da Reunião Ordinária realizada na data de 08/08/2023, os Conselheiros Renata

Christina Melillo, Idovino Baldissera e Aline Aparecida da Silva Tedesco, sob a presidência da primeira, para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos fatos constantes no ofício acima mencionado, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 23 de agosto de 2023.

Luana Lourenço Longhi
Presidente do CMDCA de Videira

TERMOS ADITIVOS Nº 120/2023 E 121/2023

Publicação Nº 5091827

Termo Aditivo nº 120/2023

Contrato de Prestação de Serviço nº 148/2018

Locadores: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação: Concorrência nº 03/2018-PMV

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, em caráter excepcional, com efeitos a partir de 24/08/2023 até 31/12/2023, sem reajuste.

Valor: R\$ 2.633.366,73 (dois milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos).

Data: 23/08/2023.

Termo Aditivo nº 121/2023

Contrato de Prestação de Serviço nº 78/2023

Locadores: NILSON DO PRADO RODRIGUES – ME

Licitação: Tomada de Preços nº 07/2023-PMV

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 21.857,40 (vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos), correspondente a 2,6417% do valor total contratado, incluso material e mão de obra estando o aditivo dentro do permitido em lei.

Data: 23/08/2023.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 072/2023

Publicação N° 5090197

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED072/2023

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal;
Considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN;
Considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967;
Considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal;
Considerando o disposto nos artigos 69 a 78A da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal);
Considerando o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993;
Considerando o disposto na Lei Complementar 290 de 08 de setembro de 2022;
Considerando o disposto no Edital Prévio 004/2022.

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Avenida Sergio Bom no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Fazenda a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação asfáltica (C.A.U.Q), pelos valores e distribuição constantes da Planilha de Rateio e Cálculo da Contribuição de Melhoria, conforme documentos do Processo Administrativo 27650/2023, e deverá ser paga observados os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, deste Edital, publicado no edital prévio 004/2022 e anexo na íntegra no PA27650/2023, extraído do Processo Administrativo Licitatório TP nº 005/2021-PMV.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação asfáltica (C.A.U.Q) de 1.427,98m² na Avenida Sergio Bom, executado no valor total de R\$ 183.041,77 (cento e oitenta e três mil, quarenta e um reais e setenta e sete centavos), conforme contrato 060/2021 e Aditivos 01 e 02, Anexo II deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, Lei 5.172/66–CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor correspondente R\$ 10.879,27. Valor este correspondente a valorização dos imóveis beneficiados com a obra, conforme avaliações efetuadas antes da obra e posterior a obra. Documentos apensos ao Anexo III, deste edital.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Avenida Sergio Bom, conforme demonstrado no Anexo IV deste Edital.

5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (art. 82, I, "e", §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II deste edital.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários

Valorização total da obra

PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA
Avenida Sérgio Bom

Valor da obra Avenida Sérgio Bom R\$ 183.041,77
 Participação Proprietários R\$ 10.879,27
 Valorização Total Resultante da Obra R\$ 10.879,27

proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno	Valor terreno antes da obra	Valor terreno após obra	Valorização resultante da obra	Valor contribuição melhoria	Rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
Geovani Ferlin 01.04.021.0401	629,52	329.238,96	331.127,52	1.888,56	R\$ 1.888,56	17,36%
Waldir Montemezzo Junior 01.04.021.0415	385,63	201.684,49	202.841,38	1.156,89	R\$ 1.156,89	10,63%
Thiago Manoel Dal Pizzol 01.04.021.0431	567,96	297.043,08	298.746,96	1.703,88	R\$ 1.703,88	15,66%
Thiago Manoel Dal Pizzol 01.04.021.0462	567,96	297.043,08	298.746,96	1.703,88	R\$ 1.703,88	15,66%
União Incorporação e Empreendimentos 417,85 Imobiliários Ltda. 01.04.021.0477		218.535,55	219.789,10	1.253,55	R\$ 1.253,55	11,52%
União Incorporação e Empreendimentos 358,88 Imobiliários Ltda 01.04.021.0492		187.694,24	188.770,88	1.076,64	R\$ 1.076,64	9,90%
Fortaleza Administradora de Bens 01.04.021.0507	379,12	198.279,76	199.417,12	1.137,36	R\$ 1.137,36	10,45%
Cleiton Rampom Bruch 01.04.021.0522	399,38	209.115,37	210.073,88	958,51	R\$ 958,51	8,81%
Valor total - participação proprietários					R\$ 10.879,27	100,00%

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

I –Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de novembro de 2023, e gozará de desconto de 10% (dez por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em vinte quatro (24) parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de novembro de 2023.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município, e também por aplicativo de qualquer banco com a utilização do PIX, através da leitura do QR Code, disponível no Documento de Arrecadação.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º,"a" da Lei Municipal nº 69/85) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,2 (dois décimos por cento) ao dia até o limite de 20% (vinte por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação, obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal nº 69/85, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do contribuinte, conforme artigo 100, §2º, da Lei Orgânica Municipal, após esse prazo, serão consideradas intempestivas.

Sendo incerta a data da notificação do contribuinte, esta será considerada como ocorrida na data de vencimento de que trata o Item 6 deste Edital.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Edital Prévio 004/2022 e Lei 290/2022.

Anexo II - Contrato de prestação de serviços 60/2021 e aditivos.

Anexo III – Avaliações dos imóveis beneficiados com a obra.

Anexo IV –Delimitação da zona beneficiada- área de abrangência

Demais documentos do Processo Administrativo PA27650/2023, ficam à disposição dos contribuintes, podendo deles requerer cópias, que serão encaminhadas em meio digital para o contribuinte.

Os Documentos de Arrecadação Municipal de Contribuição de Melhoria estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município www.videira.sc.gov.br, Link “Portal Tributário”. O contribuinte deverá localizar o serviço “Emissão de Guias Contribuição de Melhoria”, efetuar a pesquisa por inscrição imobiliária ou por CPF do proprietário do imóvel, podendo então imprimir o carnê da contribuição de melhoria pelo portal do Município.

*(link direto: <https://videira.atende.net/autoatendimento/servicos/guias-de-contribuicao-de-melhoria>)

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de agosto de 2023.

Wolmar Erdmann
Fiscal de Tributos
Matr. 5.302

Maria Alice Vanz
Fiscal de Tributos
Matr. 15.665

Ezequiel Carlos de Oliveira
Fiscal de Tributos
Matr. 15.936

Ricardo Garcia Schulz
Fiscal de Tributos
Matr.19.047

Luiz Carlos Bondicz
Secretário Municipal da Fazenda

Dorival Carlos Borga
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2023**

Publicação Nº 5092364

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5115F2A55853D2FA4B4402169DDF9FB868CF96F5

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2023 - CMV

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA COMUNICA A HOMOLOGAÇÃO DOS SEGUINTE ATOS:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2023 - CMV

HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2023

CONTRATADA: META CURSOS E TREINAMENTOS LTDA.

OBJETO: INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO TREINAMENTO ESOCIAL E SST PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS, REALIZADO PELA META NOS DIAS 04, 05 E 06 DE SETEMBRO DE 2023, EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, NAS DEPENDÊNCIAS DO HOTEL MARAMBAIA, NA AVENIDA ATLÂNTICA, 300 – BAIRRO PIONEIROS, BALNEÁRIO CAMBORIÚ PARA O SERVIDOR CÉLIO DE JESUS CAMPOS.

VALOR TOTAL: R\$ 2.090,00 (DOIS MIL E NOVENTA REAIS).

FUNDAMENTO: ART. 25, INCISO II, C/C ART. 13, INCISO VI DA LEI Nº. 8.666/93.

VIDEIRA - SC, 24 DE AGOSTO DE 2023.

EDSON LUIS BALENA – PRESIDENTE.

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**TERMO ADITIVO Nº 14/2023 - VISAN**

Publicação Nº 5091837

Termo Aditivo nº 14/2023 – VISAN

Contrato de Prestação de Serviço nº 31/2020

Fornecedor: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Licitação: Inexigibilidade nº 05/2020 – VISAN

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 25/08/2023 a 24/08/2024, bem como reajuste nos valores das tarifas, em um percentual de 3,834320%

Data: 24/08/2022

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 021/2023

Publicação Nº 5089626



MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES

Pág 1 / 7

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 36 Sequência Ata: 16 Ata Unica: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 16 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 36 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.16/2023

Pregão Nº 21/2023

Validade: 25/08/2024

24 de agosto de 2023, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2023, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE CAMARA DE AR E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE CAMARA DE AR E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES., em um prazo que se estende 25/08/2024 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 62251 - AUTO POSTO FISTAROL EIRELI						
Lote 1: AUTOMOVEIS - VANS (FROTA DA PREFEITURA)						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	CAMARA DE AR CA-15/16 TR-13	UN		20	100,00	2.000,00
2	CAMARA DE AR PARA PNEU 175/70R13	UN		20	85,00	1.700,00
3	CAMARA DE AR PARA PNEU 175/70/ R14	UN		25	80,00	2.000,00
4	CAMARA DE AR PARA PNEU 205/75R16	UN		10	110,00	1.100,00
5	CONERTO DE PNEU C/ CAMARA	UN		25	35,00	875,00
6	CONERTO DE PNEU S/ CAMARA	UN		120	27,00	3.240,00
7	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU	UN		175	25,00	4.375,00
8	RACK 10, 12, 14 PARA PNEU	UN		25	75,00	1.875,00
9	SERVICO DE BALANCEAMENTO	UN		120	15,00	1.800,00
10	TROCA DE PNEU	UN		20	15,00	300,00
Total por Lote:						19.265,00
Total do Fornecedor:						19.265,00
Fornecedor: 81582 - GERCEI DE OLIVEIRA ME						
Lote 2: CAMINHOS, ONIBUS E MICROONIBUS						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
11	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000X20	UN	MAGNUM/MAGGION	40	185,00	7.400,00
12	CAMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	UN	MAGNUM/MAGGION	10	185,00	1.850,00
13	CAMARA DE AR PARA PNEU 900X20	UN	MAGNUM/MAGGION	10	175,00	1.750,00
14	CONERTO DE PNEU	UN		100	65,00	6.500,00
15	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU	UN		200	55,00	11.000,00
16	PROTETOR DE PNEU 22,5	UN	ABC VALADARES	10	70,00	700,00
17	PROTETOR PNEU 20"	UN	ABC VALADARES	40	68,00	2.720,00
18	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		150	3,70	555,00
19	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	46,00	460,00
20	TIP TOP Nº4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	20	34,00	680,00
21	TIPI TOP Nº 1,2,3 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	18,00	180,00
22	TROCA DE PNEU	UN		50	30,00	1.500,00



MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Pág 2 / 7

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 36 Sequência Ata: 16 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 16 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro
de Preço: 36 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Fornecedor: 81582 - GERCEI DE OLIVEIRA ME						
Lote 2: CAMINHOES, ONIBUS E MICROONIBUS						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
Total por Lote:						35.295,00
Lote 3: RETROESCAVADEIRA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
23	CAMARA DE AR PARA PNEU 12.5/80R18	UN	MAGNUM/MAGGION	15	190,00	2.850,00
24	CAMARA DE AR PARA PNEU 1400X24	UN	MAGNUM/MAGGION	10	320,00	3.200,00
25	CAMARA DE AR PARA PNEU 16.9/24	UN	MAGNUM/MAGGION	15	335,00	5.025,00
26	CONCERTO PNEU DIANTEIRO	UN		10	68,00	680,00
27	CONCERTO PNEU TRASEIRO	UN		30	96,00	2.880,00
28	MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA PNEU DIANTEIRO	UN		10	45,00	450,00
29	MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA PNEU TRASEIRO	UN		15	80,00	1.200,00
30	PROTETOR DE PNEU 24"	UN	ABC VALADARES	10	94,00	940,00
31	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		100	3,70	370,00
32	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	46,00	460,00
33	TIP TOP Nº 4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	30	34,00	1.020,00
Total por Lote:						19.075,00
Lote 4: MOTONIVELADORA E PA CARREGADEIRA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
34	CAMARA DE AR PARA PNEU 1300X24	UN	MAGNUM/MAGGION	8	320,00	2.560,00
35	CAMARA DE AR PARA PNEU 1400X24	UN	MAGNUM/MAGGION	30	320,00	9.600,00
36	CONCERTO DE PNEU	UN		100	104,00	10.400,00
37	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU	UN		50	94,00	4.700,00
38	PROTETOR DE PNEU 24"	UN	ABC VALADARES	5	94,00	470,00
39	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		200	3,70	740,00
40	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	15	46,00	690,00
41	TIP TOP Nº 4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	30	34,00	1.020,00
Total por Lote:						30.180,00
Total do Fornecedor:						84.550,00
Fornecedor: 866032 - ALINE MARIA VENDRAMI 01021692921						
Lote 8: CAMINHOES, ONIBUS E MICROONIBUS - INTERIOR						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
49	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000X20	UN	TORTUGA/FLEXEN	20	198,00	3.960,00
50	CAMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	200,00	2.000,00
51	CAMARA DE AR PARA PNEU 900X20	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	180,00	1.800,00
52	CONCERTO DE PNEU	UN		50	65,00	3.250,00
53	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU	UN		100	55,00	5.500,00
54	PROTETOR DE PNEU 22,5	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	70,00	700,00
55	PROTETOR PNEU 20"	UN	TORTUGA/FLEXEN	30	68,00	2.040,00
56	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		150	3,80	570,00
57	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	46,00	460,00
58	TIP TOP Nº 4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	34,00	340,00
59	TIPI TOP Nº 1,2,3 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	18,00	180,00
60	TROCA DE PNEU	UN		50	38,00	1.900,00
Total por Lote:						22.700,00
Lote 9: RETROESCAVADEIRA - INTERIOR						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
61	CAMARA DE AR PARA PNEU 12.5/80R18	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	195,00	1.950,00
62	CAMARA DE AR PARA PNEU 1400X24	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	330,00	3.300,00

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 36 Sequência Ata: 16 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 16 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro
de Preço: 36 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 3 / 7

Fornecedor: 866032 - ALINE MARIA VENDRAMI 01021692921**Lote 9: RETROESCAVADEIRA - INTERIOR**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
63	CAMARA DE AR PARA PNEU 16.9/24	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	350,00	3.500,00
64	CONCERTO PNEU DIANTEIRO	UN		10	68,00	680,00
65	CONCERTO PNEU TRASEIRO	UN		20	96,00	1.920,00
66	MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA PNEU DIANTEIRO	UN		10	48,00	480,00
67	MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA PNEU TRASEIRO	UN		10	80,00	800,00
68	PROTETOR DE PNEU 24"	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	94,00	940,00
69	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		100	3,80	380,00
70	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	46,00	460,00
71	TIP TOP Nº 4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	34,00	340,00
Total por Lote:						14.750,00

Lote 10: MOTONIVELADORA E PA CARREGADEIRA - INTERIOR

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
72	CAMARA DE AR PARA PNEU 1300X24	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	330,00	3.300,00
73	CAMARA DE AR PARA PNEU 1400X24	UN	TORTUGA/FLEXEN	20	330,00	6.600,00
74	CONCERTO DE PNEU	UN		50	103,00	5.150,00
75	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU	UN		30	93,00	2.790,00
76	PROTETOR DE PNEU 24"	UN	TORTUGA/FLEXEN	5	94,00	470,00
77	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		100	3,80	380,00
78	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	8	46,00	368,00
79	TIP TOP Nº 4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	34,00	340,00
Total por Lote:						19.398,00
Total do Fornecedor:						56.848,00

Fornecedor: 867640 - DIEGO BERKENBROCK 08910357967**Lote 7: ONIBUS E MICRO-ONIBUS**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
46	LAVACAO EXTERNA	UN	LAVAÇÃO DIEGO	20	150,00	3.000,00
47	LAVACAO INTERNA E EXTERNA	UN	LAVAÇÃO DIEGO	200	269,50	53.900,00
48	LUBRIFICACAO (FORNECIMENTO DE MATERIAS E MAO DE OBRA PARA LUBRIFICACAO EM TODAS AS GRAXEIRAS EXISTENTES COM GRAXA ROLAMENTO, GRAXA DE LITIO DO TIPO MULTIPLAS APLICACOES, GRAU NLGI 2.)	UN	LAVAÇÃO DIEGO	200	75,00	15.000,00
Total por Lote:						71.900,00
Total do Fornecedor:						71.900,00

Fornecedor: 884057 - 49.758.581 WILLYAM ZOURA ALVES PERPETUO DE JESUS**Lote 5: AUTOMÓVEIS - FROTA PREFEITURA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
42	LAVACAO EXTERNA	UN	MAO OBRA	50	26,00	1.300,00
43	LAVACAO INTERNA E EXTERNA	UN	MAO OBRA	600	47,50	28.500,00
Total por Lote:						29.800,00

Lote 6: VANS (SECRETARIA DA SAUDE)

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
44	LAVACAO EXTERNA	UN	MAO OBRA	20	37,00	740,00
45	LAVACAO INTERNA E EXTERNA	UN	MAO OBRA	200	75,30	15.060,00
Total por Lote:						15.800,00
Total do Fornecedor:						45.600,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de **R\$ 278.163,00 (duzentos e setenta e oito mil e cento e sessenta e três reais).**

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 36 Sequência Ata: 16 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 16 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro
de Preço: 36 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 4 / 7

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 25/08/2024, a partir da sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Nº. 21/2023**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Nº. 21/2023** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Código	Descrição
2023	
242	Referência
04	Secretaria de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambie
001	Secretaria de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambie
2006	MANUTENCAO DA SEC. DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E ME
3339039150000000000	Limpeza de veículos
150070000000	Recursos não vinculados de Impostos
2023	
270	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2023	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3339039190000000000	Manutenção e conservação de veículos
157170000000	Transferências do Estado à Educação
2023	
296	Referência
07	Secretaria de Obras e Serviços Publicos
001	Secretaria de Obras e Serviços Publicos
2033	MANUTENÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
3339039190000000000	Manutenção e conservação de veículos
150070000000	Recursos não vinculados de Impostos

4.2 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidade solicitada.

5.1. A entrega dos produtos será parcelada sendo que o prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5.2 Local de entrega: conforme definido em ordem de compra pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 36 Sequência Ata: 16 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 16 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro
de Preço: 36 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 5 / 7

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação ao ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

7.3 A PMVM, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

7.4 A PMVM convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

7.5. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 36 Sequência Ata: 16 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 16 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro
de Preço: 36 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 6 / 7

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos solicitados.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE CAMARA DE AR E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES. Nº. 21/2023, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 24 de agosto de 2023.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 36 Sequência Ata: 16 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 16 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro
de Preço: 36 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 7 / 7

VALDELI JOSE SEBASTIAO
Pregoeiro

CAROLINE APARECIDA MAZOTI
WACHHOLZ
Membro

SIMONE SARTOR
Membro

AUTO POSTO FISTAROL EIRELI
CONTRATADA

GERCEI DE OLIVEIRA ME
CONTRATADA

ALINE MARIA VENDRAMI 01021692921
CONTRATADA

DIEGO BERKENBROCK 08910357967
CONTRATADA

49.758.581 WILLYAM ZOURA ALVES
PERPETUO DE JESUS
CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 023/2023

Publicação Nº 5090024



MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 39 Sequência Ata: 17 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 17 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro
de Preço: 39 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 1 / 4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.17/2023

Pregão Nº 23/2023

Validade: 25/08/2024

24 de agosto de 2023, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2023, RESOLVE registrar os valores oferecidos para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS DA CIDADE DE VITOR MEIRELES, PARA CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS (PAVIMENTAÇÃO), pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS DA CIDADE DE VITOR MEIRELES, PARA CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS (PAVIMENTAÇÃO), em um prazo que se estende 25/08/2024 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 847240 - JOÃO ROBERTO BOING 01035911922						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS DA CIDADE DE VITOR MEIRELES, PARA CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS (PAVIMENTAÇÃO).	UN	MAO OBRA	300	66,00	19.800,00
Total do Fornecedor:						19.800,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 25/08/2024, a partir da sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Nº. 23/2023

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Nº. 23/2023 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 39 Sequência Ata: 17 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 17 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro
de Preço: 39 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 2 / 4

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Código	Descrição
2023	
247	Referência
05	Secretaria de Planejamento, Cidade e Des.economico
001	Secretaria de Planejamento, Cidade e Des.economico
2029	MANUTENÇÃO DA SEC. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE
33390390500000000000	Servicos técnicos profissionais
150070000000	Recursos não vinculados de Impostos

4.2 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidade solicitada.

5.1. A entrega dos produtos será parcelada sendo que o prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5.2 Local de entrega: conforme definido em ordem de compra pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 39 Sequência Ata: 17 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 17 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro
de Preço: 39 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 3 / 4

e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

7.3 A PMVM, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

7.4 A PMVM convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

7.5. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos solicitados.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2023 Número Minuta: 39 Sequência Ata: 17 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 17 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2023 Número - Minuta - Ata Registro
de Preço: 39 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 4 / 4

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS DA CIDADE DE VITOR MEIRELES, PARA CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS (PAVIMENTAÇÃO) Nº. 23/2023, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 24 de agosto de 2023.

VALDELI JOSE SEBASTIAO
Pregoeiro

CAROLINE APARECIDA MAZOTI
WACHHOLZ
Membro

SIMONE SARTOR
Membro

JOÃO ROBERTO BOING 01035911922
CONTRATADA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 021/2023

Publicação Nº 5089994



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9A257C299457CCF66122B682457A9818EC666B1C

MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES
Compras e Contratos
Termo Homologação

Pág 1 / 1

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 39 código Cliente: 94 ano Minuta: 2023 cota Credenciamento: 0

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão
Para Contratação de Serviços
23/2023
Processo Administrativo: 39/2023

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 177/2021.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 23/2023, o(s) participante(s):

847240 - JOÃO ROBERTO BOING 01035911922						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS DA CIDADE DE VITOR MEIRELES, PARA CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS (PAVIMENTAÇÃO).	UN	MAO OBRA	300	R\$66,00	R\$19.800,00
Total do Fornecedor:						R\$19.800,00

Valor Total:	19.800,00
---------------------	-----------

Vitor Meireles, 24 de agosto de 2023

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 021/2023

Publicação Nº 5089591



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 71B4F742EC0A19C086F2ACFD088CDEF9C4D2739F

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Pág 1 / 3

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número - Minuta - Licitação: 36 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: 0

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão
Para Contratação de Serviços
21/2023
Processo Administrativo: 36/2023

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 177/2021.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 21/2023, o(s) participante(s):

62251 - AUTO POSTO FISTAROL EIRELI						
Lote: 1 - AUTOMOVEIS - VANS (FROTA DA PREFEITURA)						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CAMARA DE AR CA-15/16 TR-13	UN		20	R\$100,00	R\$2.000,00
2	CAMARA DE AR PARA PNEU 175/70R13	UN		20	R\$85,00	R\$1.700,00
3	CAMARA DE AR PARA PNEU 175/70/R14	UN		25	R\$80,00	R\$2.000,00
4	CAMARA DE AR PARA PNEU 205/75R16	UN		10	R\$110,00	R\$1.100,00
5	CONCERTO DE PNEU C/ CAMARA	UN		25	R\$35,00	R\$875,00
6	CONCERTO DE PNEU S/ CAMARA	UN		120	R\$27,00	R\$3.240,00
7	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU	UN		175	R\$25,00	R\$4.375,00
8	RACK 10, 12, 14 PARA PNEU	UN		25	R\$75,00	R\$1.875,00
9	SERVICO DE BALANCEAMENTO	UN		120	R\$15,00	R\$1.800,00
10	TROCA DE PNEU	UN		20	R\$15,00	R\$300,00
					Total do Fornecedor:	R\$19.265,00
81582 - GERCEI DE OLIVEIRA ME						
Lote: 2 - CAMINHOES, ONIBUS E MICROONIBUS						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
11	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000X20	UN	MAGNUM/MAGGION	40	R\$185,00	R\$7.400,00
12	CAMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	UN	MAGNUM/MAGGION	10	R\$185,00	R\$1.850,00
13	CAMARA DE AR PARA PNEU 900X20	UN	MAGNUM/MAGGION	10	R\$175,00	R\$1.750,00
14	CONCERTO DE PNEU	UN		100	R\$65,00	R\$6.500,00
15	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU	UN		200	R\$55,00	R\$11.000,00
16	PROTETOR DE PNEU 22,5	UN	ABC VALADARES	10	R\$70,00	R\$700,00
17	PROTETOR PNEU 20"	UN	ABC VALADARES	40	R\$68,00	R\$2.720,00
18	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		150	R\$3,70	R\$555,00
19	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	R\$46,00	R\$460,00
20	TIP TOP Nº4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	20	R\$34,00	R\$680,00
21	TIPI TOP Nº 1,2,3 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	R\$18,00	R\$180,00
22	TROCA DE PNEU	UN		50	R\$30,00	R\$1.500,00
Lote: 3 - RETROESCAVADEIRA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
23	CAMARA DE AR PARA PNEU 12.5/80R18	UN	MAGNUM/MAGGION	15	R\$190,00	R\$2.850,00
24	CAMARA DE AR PARA PNEU 1400X24	UN	MAGNUM/MAGGION	10	R\$320,00	R\$3.200,00
25	CAMARA DE AR PARA PNEU16.9/24	UN	MAGNUM/MAGGION	15	R\$335,00	R\$5.025,00
26	CONCERTO PNEU DIANTEIRO	UN		10	R\$68,00	R\$680,00
27	CONCERTO PNEU TRASEIRO	UN		30	R\$96,00	R\$2.880,00
28	MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA PNEU DIANTEIRO	UN		10	R\$45,00	R\$450,00

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 36 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: 0

Pág 2 / 3

81582 - GERCEI DE OLIVEIRA ME**Lote: 3 - RETROESCAVADEIRA**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
29	MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA PNEU TRASEIRO	UN		15	R\$80,00	R\$1.200,00
30	PROTECTOR DE PNEU 24"	UN	ABC VALADARES	10	R\$94,00	R\$940,00
31	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		100	R\$3,70	R\$370,00
32	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	R\$46,00	R\$460,00
33	TIP TOP Nº4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	30	R\$34,00	R\$1.020,00

Lote: 4 - MOTONIVELADORA E PA CARREGADEIRA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
34	CAMARA DE AR PARA PNEU 1300X24	UN	MAGNUM/MAGGION	8	R\$320,00	R\$2.560,00
35	CAMARA DE AR PARA PNEU 1400X24	UN	MAGNUM/MAGGION	30	R\$320,00	R\$9.600,00
36	CONCERTO DE PNEU	UN		100	R\$104,00	R\$10.400,00
37	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU	UN		50	R\$94,00	R\$4.700,00
38	PROTECTOR DE PNEU 24"	UN	ABC VALADARES	5	R\$94,00	R\$470,00
39	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		200	R\$3,70	R\$740,00
40	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	15	R\$46,00	R\$690,00
41	TIP TOP Nº4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	30	R\$34,00	R\$1.020,00

Total do Fornecedor: R\$84.550,00

866032 - ALINE MARIA VENDRAMI 01021692921**Lote: 8 - CAMINHOS, ONIBUS E MICROONIBUS - INTERIOR**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
49	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000X20	UN	TORTUGA/FLEXEN	20	R\$198,00	R\$3.960,00
50	CAMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	R\$200,00	R\$2.000,00
51	CAMARA DE AR PARA PNEU 900X20	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	R\$180,00	R\$1.800,00
52	CONCERTO DE PNEU	UN		50	R\$65,00	R\$3.250,00
53	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU	UN		100	R\$55,00	R\$5.500,00
54	PROTECTOR DE PNEU 22,5	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	R\$70,00	R\$700,00
55	PROTECTOR PNEU 20"	UN	TORTUGA/FLEXEN	30	R\$68,00	R\$2.040,00
56	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		150	R\$3,80	R\$570,00
57	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	R\$46,00	R\$460,00
58	TIP TOP Nº4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	R\$34,00	R\$340,00
59	TIPI TOP Nº 1,2,3 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	R\$18,00	R\$180,00
60	TROCA DE PNEU	UN		50	R\$38,00	R\$1.900,00

Lote: 9 - RETROESCAVADEIRA - INTERIOR

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
61	CAMARA DE AR PARA PNEU 12.5/80R18	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	R\$195,00	R\$1.950,00
62	CAMARA DE AR PARA PNEU 1400X24	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	R\$330,00	R\$3.300,00
63	CAMARA DE AR PARA PNEU16.9/24	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	R\$350,00	R\$3.500,00
64	CONCERTO PNEU DIANTEIRO	UN		10	R\$68,00	R\$680,00
65	CONCERTO PNEU TRASEIRO	UN		20	R\$96,00	R\$1.920,00
66	MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA PNEU DIANTEIRO	UN		10	R\$48,00	R\$480,00
67	MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA PNEU TRASEIRO	UN		10	R\$80,00	R\$800,00
68	PROTECTOR DE PNEU 24"	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	R\$94,00	R\$940,00

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 36 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: 0

Pág 3 / 3

866032 - ALINE MARIA VENDRAMI 01021692921**Lote: 9 - RETROESCAVADEIRA - INTERIOR**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
69	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		100	R\$3,80	R\$380,00
70	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	R\$46,00	R\$460,00
71	TIP TOP Nº4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	R\$34,00	R\$340,00

Lote: 10 - MOTONIVELADORA E PA CARREGADEIRA - INTERIOR

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
72	CAMARA DE AR PARA PNEU 1300X24	UN	TORTUGA/FLEXEN	10	R\$330,00	R\$3.300,00
73	CAMARA DE AR PARA PNEU 1400X24	UN	TORTUGA/FLEXEN	20	R\$330,00	R\$6.600,00
74	CONCERTO DE PNEU	UN		50	R\$103,00	R\$5.150,00
75	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU	UN		30	R\$93,00	R\$2.790,00
76	PROTECTOR DE PNEU 24"	UN	TORTUGA/FLEXEN	5	R\$94,00	R\$470,00
77	SERVICO DE SOCORRO 24H POR KM PERCORRIDO NO INTERIOR	KM		100	R\$3,80	R\$380,00
78	TIP TOP Nº 7,8,9 PARA PNEU	UN	VIPAL	8	R\$46,00	R\$368,00
79	TIP TOP Nº4,5,6 PARA PNEU	UN	VIPAL	10	R\$34,00	R\$340,00
					Total do Fornecedor:	R\$56.848,00

867640 - DIEGO BERKENBROCK 08910357967**Lote: 7 - ONIBUS E MICRO-ONIBUS**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
46	LAVACAO EXTERNA	UN	LAVAÇÃO DIEGO	20	R\$150,00	R\$3.000,00
47	LAVACAO INTERNA E EXTERNA	UN	LAVAÇÃO DIEGO	200	R\$269,50	R\$53.900,00
48	LUBRIFICACAO (FORNECIMENTO DE MATERIAS E MAO DE OBRA PARA LUBRIFICACAO EM TODAS AS GRAXEIRAS EXISTENTES COM GRAXA ROLAMENTO, GRAXA DE LITIO DO TIPO MULTIPLAS APLICACOES, GRAU NLGI 2.)	UN	LAVAÇÃO DIEGO	200	R\$75,00	R\$15.000,00
					Total do Fornecedor:	R\$71.900,00

884057 - 49.758.581 WILLYAM ZOURA ALVES PERPETUO DE JESUS**Lote: 5 - AUTOMÓVEIS - FROTA PREFEITURA**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
42	LAVACAO EXTERNA	UN	MAO OBRA	50	R\$26,00	R\$1.300,00
43	LAVACAO INTERNA E EXTERNA	UN	MAO OBRA	600	R\$47,50	R\$28.500,00

Lote: 6 - VANS (SECRETARIA DA SAUDE)

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
44	LAVACAO EXTERNA	UN	MAO OBRA	20	R\$37,00	R\$740,00
45	LAVACAO INTERNA E EXTERNA	UN	MAO OBRA	200	R\$75,30	R\$15.060,00
					Total do Fornecedor:	R\$45.600,00

Valor Total: 278.163,00

Vitor Meireles, 24 de agosto de 2023

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito

Witmarsum

PREFEITURA

EXTRATO PUBLICAÇÃO - 69/2023 - GINASIO CATANGARA

Publicação N° 5089862

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 69/2023
PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2023
PARA REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, no dia 05/09/2023, às 08:30 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº 1520, Centro, para AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA DO GINÁSIO DE ESPORTES DA LOCALIDADE CATANGARA DO MUNICÍPIO DE WITMARSUM/SC. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1300.

Witmarsum/SC, 24 de agosto de 2023.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO - 63/2023 - PREVENÇÃO DE DROGAS

Publicação Nº 5091049

**PREFEITURA MUNICIPAL DE WITMARSUM**
ESTADO DE SANTA CATARINA**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal, Cesar Panini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 63/2023.
- b) Licitação Nr.: 37/2023.
- c) Modalidade: Pregão.
- d) Data Homologação: 24 de agosto de 2023.
- e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA COMBATER OS MALEFÍCIOS DO USO ABUSIVOS DAS DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS NO MEIO FAMILIAR E SOCIAL; CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE NA RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL COMO ANEXO I.
- f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Vencedores	
Fornecedor	Itens
EMIR JERONIMO DE OLIVEIRA 08030821859	1
R\$ 20.160,00 (vinte mil e cento e sessenta reais)	

Witmarsum, 24 de agosto de 2023.

PREFEITO MUNICIPAL

Rua 7 de Setembro, 1520 – 89.157-000 – Witmarsum – SC – CNPJ. 83.102.442/0001-76
Fone: (47) 3358-0123 – E-mail: compras@witmarsum.sc.gov.br – Site : witmarsum.atende.net

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº 293/2023

Publicação Nº 5089726

DECRETO Nº 293, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Nomeia membros para compor Comissão de Avaliação – Edital nº 022/2023 – ampliação de carga horária para professores efetivos por tempo determinado, e dá outras providências.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados membros para compor a Comissão de Avaliação – Edital nº 022/2023 – ampliação de carga horária para professores efetivos por tempo determinado, sendo:

- I – Anaderge Maia de Farias;
- II – Andreza Gallas;
- III – Fernando Dal Zot;
- IV – Regina Galon Tonial;
- V – Julyana Zwicker Tonial.

Art. 2º Fica designado como presidente da Comissão a Sra. Jylana Zwicker Tonial.

Art. 3º Os membros nomeados pelo presente decreto terão a atribuição de acompanhar o Processo Seletivo, bem como resolver os casos omissos do Edital.

Art. 4º Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados à comunidade.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 23 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 294/2023

Publicação Nº 5089745

DECRETO Nº 294, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Nomeia Comissão para Acompanhamento do Processo Seletivo em caráter de urgência para contratação temporária na modalidade títulos e tempo de serviço, objeto do Edital nº 023/2023, e dá outras providências.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados membros para compor a Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo em caráter de urgência para contratação temporária na modalidade títulos e tempo de serviço, objeto do Edital nº 023/2023, sendo:

- I – Anaderge Maia de Farias;
- II – Andreza Gallas;
- III – Regina Galon Tonial;
- IV – Fernando Dal Zot;
- V – Julyana Zwicker Tonial.

Art. 2º Fica designado como presidente da Comissão a Sra. Jylana Zwicker Tonial.

Art. 3º Os membros nomeados pelo presente decreto terão a atribuição de acompanhar o Processo Seletivo, bem como resolver os casos omissos do Edital.

Art. 4º Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados à comunidade.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 23 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 295/2023

Publicação Nº 5089756

DECRETO Nº 295, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.
Dispensa servidora da função comissionada.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora JOSIANE APARECIDA WOJEICK, da Função Comissionada de supervisão – FCS, ocupante do cargo de Supervisão do Laboratório Municipal, designada pelo Decreto nº 243, de 27 de junho de 2022.

Parágrafo Único. A servidora dispensada da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 243, de 27 de junho de 2022.

Xanxerê/SC, 23 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 296/2023

Publicação Nº 5089770

DECRETO Nº 296, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Designa Servidora Para Exercer Função Comissionada, e dá outras providências.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4.066, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal LIZIANE COVATTI FALCHETTI, inscrita no CPF sob nº 007.659.489-07, portadora do RG sob nº 2.878.384, para exercer a Supervisão do Laboratório Municipal, com CNES sob nº 9783148, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, para a qual perceberá a Função Comissionada de Supervisão – FCS, fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4.066, de 26 de março de 2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 23 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 297/2023

Publicação Nº 5089774

DECRETO Nº 297, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Credencia e descredencia monitores da empresa DAC Serviços de Estacionamento Ltda-Me para o exercício das atividades de fiscalização do cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento rotativo nas áreas sob concessão.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, no art. 7º, da Lei Municipal nº AJG 3738, de 19 de maio de 2015 e

Decreto Municipal nº AJG 109/2015,

Considerando o disposto nos Ofícios nº 1101, nº 1103 de 2023 da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º Ficam credenciados os monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME CPF IDENTIDADE

Jaqueline Tatin 022.493.370-12 4106810536

Marlene de Mello Lopes 142.590.709-16 8.151.846

Art. 2º Ficam descredenciados os seguintes monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados:

NOME CPF IDENTIDADE

Andressa Nicolly Mattos 113.790.109-85 141363905

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 23 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 298/2023

Publicação Nº 5092542

DECRETO Nº 298, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

Destina Área Institucional de Uso Coletivo para Instalação de Equipamento Público, e dá outras providências.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica destinada a Área Institucional, com 1.659,08m², do Loteamento Sol Poente, localizada na Rua Domingos Marca, com matrícula no CRI de Xanxerê sob nº 29.488, de propriedade do Município de Xanxerê, de Uso Coletivo para Instalação de Equipamento Público para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 24 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0193/2023

Publicação Nº 5089450

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0193/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADO: MULTICLÍNICA CATARINA LTDA

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde, para a Contratação de Clínica Especializada na realização de Exame de Ecocardiografia Transtorácica, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, com o Dr. Marcelo Lemos Ineu, CRM-SC nº 18.254 e RQE nº 10.158, conforme segue:

Procedimentos	Quant. Mês	Valor SUS R\$	Valor Contrap.	Valor do Exame R\$	Total do Exame R\$
Exame de Ecocardiografia Transtorácica (Cód. do Procedimento 02.05.01.003-2)	Até 60/mês	67,86	152,14	220,00	13.200,00

Valor Mensal: R\$ 13.200,00

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

Xanxerê-SC, 24 de agosto de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0194/2023

Publicação Nº 5090032

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0194/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC

Objeto: Locação de espaço físico, equipado com aparelhos multimídia, para a formatura de 392 alunos da EPT - Escola Pública de Trânsito do Município de Xanxerê-SC, no dia 23 de setembro de 2023, das 13:00h às 18:00h, conforme especificações do Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 8.400,00.

Prazo de vigência: 31/12/2023.

Xanxerê-SC, 24 de agosto de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4476/2023

Publicação Nº 5091747

LEI Nº 4476/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

(Origem do Projeto de Lei Nº 042/2023 – E)

Institui o Festival Nacional de Teatro do Município de Xanxerê, autoriza o poder executivo municipal a pagar premiações, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Festival Nacional de Teatro do Município de Xanxerê que passará a integrar o calendário oficial do município, a ser realizado, preferencialmente, no mês de outubro de cada ano.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, coordenar o planejamento, organização e execução das atividades do Festival Nacional de Teatro, de acordo com as disposições previstas em regulamento.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar as premiações do Festival Nacional de Teatro, no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por edição, conforme as regras estabelecidas em regulamento.

Art. 3º As despesas de que trata esta Lei correrão por conta dos recursos da Secretaria Municipal de Esportes e Cultura e Lazer.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente lei, no que for necessário, para seu fiel cumprimento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 24 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

LEI Nº 4477/2023

Publicação Nº 5091751

LEI Nº 4477/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.

(Origem do Projeto de Lei Nº 043/2023 – E)

Institui o Dança Xanxerê – Festival Sul Brasileiro de Dança, autoriza o poder executivo municipal a pagar premiações, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dança Xanxerê – Festival Sul Brasileiro do Dança que passará a integrar o calendário oficial do município, a ser realizado, preferencialmente, no mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, coordenar o planejamento, organização e execução das atividades do Dança Xanxerê, de acordo com as disposições previstas em regulamento.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar as premiações do Dança Xanxerê, no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por edição, conforme as regras estabelecidas em regulamento.

Art. 3º As despesas de que trata esta Lei correrão por conta dos recursos da Secretaria Municipal de Esportes e Cultura e Lazer.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente lei, no que for necessário, para seu fiel cumprimento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 24 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 4478/2023

Publicação Nº 5091755

LEI Nº 4478/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.
(Origem do Projeto de Lei Nº 14/2023 – L)

Denomina Logradouro do Município de Xanxerê de “Tranquilo Antônio Menegotto”, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de “Tranquilo Antônio Menegotto”, o logradouro “Rua F”, matriculado sob o nº 37.934, do Loteamento Parque Siena, no município de Xanxerê, SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 4479/2023

Publicação Nº 5091766

LEI Nº 4479/2023, DE 24 DE AGOSTO DE 2023.
(Origem do Projeto de Lei Nº 15/2023 – L)

Denomina Logradouro do Município de Xanxerê de “Plácida de Martini Menegotto”, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de “Plácida de Martini Menegotto”, o logradouro “Rua G”, matriculado sob o nº 37.934, do Loteamento Parque Siena, no município de Xanxerê, SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 445/2023

Publicação Nº 5089090

PORTARIA Nº 445/2023
EXONERAR A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei Municipal HW 1.775/91.
RESOLVE

EXONERAR a pedido, a partir de 22.08.2023, a Servidora Pública Municipal a Sra. ANA CAROLINA BORCIONI, brasileira, residente e

domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 5.021.129 e CPF n.º 098.355.699-75, nomeada conforme Decreto Municipal Nº 184/2022 e a a Portaria Nº 275/2022 do Termo de Posse e Exercício, no cargo de FARMACÊUTICO, com 40 (quarenta) horas semanais.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o número 0003425/2023.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Exoneração a partir de 22.08.2023. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto Municipal Nº 184/2022 e a Portaria Nº 275/2022 do Termo de Posse e Exercício.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 22 de Agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO PREGÃO Nº 0062/2023

Publicação Nº 5091513

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0175/2023
PREGÃO PRESENCIAL nº 0062/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia e/ou arquitetura, visando a elaboração de projetos de pavimentação asfáltica, rede de drenagem pluvial e muros de contenção, inclusive com elaboração de levantamentos de campo (topográfico/planialtimétrico), estudos, documentos técnicos complementares e demais serviços técnicos conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

DA RETIFICAÇÃO:

1) Fica retificado a descrição da "unidade" dos itens 02 e 03 do ANEXO 01 do edital, passando a ser de M² para M linear. A Nova descrição do Anexo 01 passa a ser.

ITEM	Descrição dos serviços	UN	Quant.	Valor Máximo p/m²	Valor proposto	Valor Total R\$
01	Projeto de pavimentação asfáltica sobre terra/calçamento (completo), inclusive levantamento topográfico, cadastro técnico, estudo do solo do subleito, terraplenagem, reforço de subleito, estrutura do pavimento, drenagem pluvial, meio fio de concreto, passeios públicos, sinalização viária vertical e horizontal, e elaboração de orçamento, composições unitárias e cronograma físico-financeiro para licitações.	M² Metro quadrado	200.000,00	R\$ 1,34	R\$	268.000,00
02	Projeto de rede de drenagem pluvial local (completo), inclusive com levantamento topográfico, cadastro técnico, estudo hidrológico da bacia de contribuição, e elaboração de orçamento, composições unitárias e cronograma físico-financeiro para licitações.	M Metro Linear	2.000,00	16,50		33.000,00
03	Projeto de rede de macrodrenagem pluvial (tubos e galerias), inclusive com levantamento topográfico, cadastro técnico, estudo hidrológico da bacia de contribuição e elaboração de orçamento, composições unitárias e cronograma físico-financeiro para licitações.	M Metro Linear	1.000,00	19,68		19.680,00

04	Projeto de muros de contenção de arrimo, gravidade, gabião, alvenaria estruturada e padra (completo), inclusive com levantamento topográfico, cadastro técnico, e elaboração de orçamento, composições unitárias e cronograma físico-financeiro para licitações.	M² Metro Quadrado	500,00	24,69		12.345,00
----	--	----------------------	--------	-------	--	-----------

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Edital acima citado, mantendo a data de abertura do certame no dia 28/08/2023.

Xanxerê-SC, 24 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
PREFEITO MUNICIPAL

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO DE LICITAÇÃO Nº 0069/2023

Publicação Nº 5091749

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8201FC6B1C16D6D04BE39E2CDF065E5E7D13A493

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica o presente Pregão Presencial para Registro de Preços, a saber:

Processo Licitatório nº 0146/2023

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0069/2023.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Garrafas Squeeze para os alunos da Secretaria de Educação do Município de Xaxim/SC.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30h do dia 11 de setembro de 2023.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 11 de setembro de 2023.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda a Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim – SC, 24 de agosto de 2023.

Edilson Antônio Folle
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO DE LICITAÇÃO Nº 0068/2023

Publicação Nº 5091519

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B718ED917DF1DF1557A59A6B891D4CAB343D95F0

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica o presente Pregão Presencial, a saber:

Processo Licitatório nº 0145/2023

Edital: Pregão Presencial para Compras e Serviço nº 0068/2023.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA SUPORTE NOS ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE XAXIM - SC.

Entrega dos Envelopes: até às 13h30min do dia 11 de setembro de 2023.

Abertura dos Envelopes: às 14h do dia 11 de setembro de 2023.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda a Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim – SC, 24 de agosto de 2023.

Edilson Antônio Folle
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0100/2023

Publicação Nº 5089538

Estado de Santa Catarina

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F3B5597E0DFB3922B19C08109E4E92A3C66F4F9C

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0100/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: WE DO SOLUCOES E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

CNPJ: 47.358.629/0001-71

Objeto: Contratação de empresa especializada para Planejamento e execução de Concurso Público, para exercer cargos públicos diversos do município de Xaxim/SC conforme solicitação do Departamento de Recursos Humanos.

Valor do Contrato: R\$ 7.850,00 (Sete mil, oitocentos e cinquenta reais)

Vigência: 18/08/2023 a 18/08/2024

Licitação: Processo Licitatório nº 0143/2023, Dispensa de Licitação nº 0042/2023

Xaxim/SC, 23 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0114/2022

Publicação Nº 5090592

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 869CA4AD254815AD984EE8765752D5A59827AD25

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0114/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: NEUZA FATIMA VARNIER MATTIELLO 67143571920

CNPJ: 47.074.439/0001-22

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação contratual do contrato firmado entre as partes para Contratação de empresa especializada na área de prestação de serviços com profissional habilitado para ministrar oficinas de artesanato e curso de corte e costura para famílias e indivíduos atendidos pela Política Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Xaxim/SC, além do reajuste de valores de acordo com o índice INPC acumulado nos 12 (doze) meses, num percentual de 3,53% (três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) aplicados a partir da data base do contrato, proporcional aos dias do contrato que excedem segundo mês da contratação e já integram o novo ano contratual.

Valor do acréscimo: R\$ 45.967,32 (quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Vigência: 24/08/2023 a 23/08/2024

Licitação: Processo Licitatório nº 0109/2022, Pregão Presencial nº 0040/2022

Xaxim-SC, 23 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE. Prefeito Municipal

P. 1057/2023

Publicação Nº 5089477

PORTARIA Nº 1057/2023

DISPÕE QUANTO AO PLANO DE TRABALHO A SER APRESENTADO POR INTERESSADOS EM RECEBER OS BENEFÍCIOS CONTEMPLADOS NA LEI Nº 4.561/2022.

O Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a previsão da Constituição Federativa, em seu artigo 37, que exige rigorosa observância aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I, do art. 5º, art. 6º, art. 20 da Lei 4.561/2022;

CONSIDERANDO que é importantíssima a expansão da oferta de empregos, a fim possibilitar a ampliação do mercado pelos empreendedores e a criação de novos empreendimentos;

CONSIDERANDO que a perspectiva de atrair novos investidores, tem como consequência, multiplicar a renda per capita da coletividade, gerando por consequência, o aumento da receita do Município;

CONSIDERANDO que com o aumento da receita do Município, esta será revertida na forma de prestação de serviços públicos, aperfeiçoando sua qualidade e funcionamento, objetivando atender o princípio da supremacia do interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. A fim de dar cumprimento aos requisitos previstos no art. 20 e §§, da Lei nº 4.561/2021, o interessado que pretende ser beneficiado

com incentivos econômicos ou estímulos fiscais, deverá apresentar plano de trabalho, contendo:

I – Requerimento assinado pelo responsável legal, informando qual incentivo previsto na lei 4.561/2021 pretende, em plano de trabalho detalhado, impresso em 5 (cinco) vias, encadernado, o qual deve ser rubricado em todas as páginas;

II – Demonstrativo financeiro da empresa dos últimos 3 (três) anos;

III – Demonstrativo do quadro de funcionários da empresa dos últimos 3 (três) anos;

IV – Contrato Social atualizado;

V – Última folha de pagamento, comprovada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED - ou outro documento que o substituir;

VI – Cópia do CPF e RG dos Sócios;

VII – Matrícula atualizada do imóvel no qual será instalado o empreendimento;

VIII – Certidão Negativa de Débitos do FGTS;

IX – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

X – Certidão Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI – Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;

XII – Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal;

XIII – Certidão Negativa de protestos;

XIV – Histórico do mercado em que a empresa atua, focando no tipo de empreendimento e atividades econômicas desenvolvidas no Município, considerando a repercussão positiva na economia local de atividades ainda não desenvolvidas (se for o caso) e que poderão contribuir para a formação de toda uma cadeia de suprimentos, serviços e de atração de novos empreendimentos na cidade;

XV – Histórico da empresa;

XVI – Pré-projeto estrutural e arquitetônico;

XVII – Expectativa de investimento no empreendimento, o qual seja compatível com o pré-projeto;

XVIII – Expectativa do valor a ser imobilizado no imóvel, bem como, a geração de empregos e respectiva receita em favor do município, por conta da edificação, bem como, em relação ao ISS a ser arrecadado em favor da Administração Municipal, quando da consecução da obra;

XIX – Expectativa do início das atividades;

XX – Expectativa de crescimento do faturamento anual escalonado, para os próximos 10 (dez) anos;

XXI – Expectativa de empregos ofertados com escala de crescimento (se houver), para os próximos 10 (dez) anos;

XXII – Expectativa de empregos indiretos e respectivos segmentos atingidos, para os próximos 10 (dez) anos;

XXIII – Expectativa de abertura de novos mercados (se houver);

XXIV – Ações em áreas de inovação e tecnologia que a empresa investe (caso existam);

XXV – Previsão de arrecadação de tributos, para os próximos 10 (dez) anos.

Art. 2º. Dê-se conhecimento ao CODEX.

Art. 3º. A presente entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de agosto de 2023.

Edilson Antonio Folle

Prefeito Municipal

Comunique-se, Publique-se e Registre-se.

Fabio José Dal Magro

Subprocurador-Geral – OAB/SC 20.041

Consórcios

CINCATARINA

AP23CIN0284_E-PAL 0020_1(CH PUB) - PL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

Publicação Nº 5089196

AP23CIN0284

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 0020/2023-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
FORNECEDOR:	PL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
OBJETO:	CHAMADA PÚBLICA Nº 14/2023 Fórmulas e Suplementos Alimentares.

Art. 1º - Considerando o erro formal na tabela de Avaliação de bens Aprovados na Decisão 0006, referente ao Edital Nº 0014/2023-e de Chamada Pública para Pré-qualificação de bens de Fórmulas e Suplementos Alimentares, onde se lê:

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E RE- QUISITOS MINIMOS	MARCA / MODELO
27	3500-14574	COMPLEMENTO ALIMENTAR COM VITAMINAS E MINERAIS PARA CRIANÇAS À PARTIR DE 4 ANOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN14574)	MEAD JOHNSON SUSTAGEN KIDS 350G
28	3500-16138	COMPLEMENTO ALIMENTAR COM 26 VITAMINAS E MINERAIS PARA CRIANÇAS À PARTIR DE 4 ANOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIN16138)	MEAD JOHNSON SUSTAGEN KIDS 350G

Leia-se:

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MINIMOS	MARCA / MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO
27	3500-14574	COMPLEMENTO ALIMEN- TAR COM VITAMINAS E MINERAIS PARA CRIANÇAS À PARTIR DE 4 ANOS. ESPE- CIFICAÇÕES MÍNIMAS CON- FORME FOLHA DE DADOS. (CIN14574)	MEAD JOHNSON SUSTAGEN KIDS 350G	14574-6
28	3500-16138	COMPLEMENTO ALIMEN- TAR COM 26 VITAMINAS E MINERAIS PARA CRIANÇAS À PARTIR DE 4 ANOS. ESPE- CIFICAÇÕES MÍNIMAS CON- FORME FOLHA DE DADOS. (CIN16138)	MEAD JOHNSON SUSTAGEN KIDS 350G	16138-6

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 17 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AP23CIN0285_E-PAL 0048_1 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

Publicação Nº 5089198

AP23CIN0285

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0048/2023-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMURES - CIS AMURES, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA VISTA DO TOLDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICI-PAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHOTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO, HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, MU-NICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍ-PIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍ-PIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE GAROPABA, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IMBUIA, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE ITAIÓ-POLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNI-CÍPIO DE NOVA ITABERABA, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍ-LIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA.
FORNECEDOR:	FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA:	ARP23CIN095705, MOP23CIN095706, MOP23CIN095707, MOP23CIN095708, MOP23CIN095709, MOP23CIN095710, MOP23CIN095712, MOP23CIN095713, MOP23CIN095714, MOP23CIN095715, MOP23CIN095716, MOP-23CIN095717, MOP23CIN095718, MOP23CIN095719, MOP23CIN095720, MOP23CIN095721, MOP23CIN095722, MOP23CIN095723, MOP23CIN095724, MOP23CIN095725, MOP23CIN095726, MOP23CIN095711, MOP-23CIN095727, MOP23CIN095728, MOP23CIN095729, MOP23CIN095730, MOP23CIN095731, MOP23CIN095732, MOP23CIN095733, MOP23CIN095734, MOP23CIN095735, MOP23CIN095736, MOP23CIN095737, MOP-23CIN095738, MOP23CIN095739, MOP23CIN095740, MOP23CIN095741, MOP23CIN095742, MOP23CIN095743, MOP23CIN095744, MOP23CIN095745, MOP23CIN095746, MOP23CIN095747, MOP23CIN095748, MOP-23CIN095749, MOP23CIN095750, MOP23CIN095751, MOP23CIN095752, MOP23CIN095753, MOP23CIN095754, MOP23CIN095755, MOP23CIN095756, MOP23CIN095757, MOP23CIN095758, MOP23CIN095759, MOP-23CIN095760, MOP23CIN095761, MOP23CIN095762, MOP23CIN095763, MOP23CIN095764, MOP23CIN095765, MOP23CIN095766, MOP23CIN095767, MOP23CIN095768, MOP23CIN095769, MOP23CIN095770, MOP-23CIN095771, MOP23CIN095772, MOP23CIN095773, MOP23CIN095774, MOP23CIN095775, MOP23CIN095776, MOP23CIN095777, MOP23CIN095778, MOP23CIN095779, MOP23CIN095780, MOP23CIN095781, MOP-23CIN095782, MOP23CIN095783, MOP23CIN095784, MOP23CIN095785, MOP23CIN095786, MOP23CIN095787, MOP23CIN095788, MOP23CIN095789, MOP23CIN095790, MOP23CIN095791, MOP23CIN095792, MOP-23CIN095793, MOP23CIN095794, MOP23CIN095795, MOP23CIN095796, MOP23CIN095797, MOP23CIN095798, MOP23CIN095799, MOP23CIN095800, MOP23CIN095801, MOP23CIN095802, MOP23CIN095803, MOP-23CIN095804, MOP23CIN095805, MOP23CIN095806, MOP23CIN095807, MOP23CIN095808, MOP23CIN095809, MOP23CIN095810, MOP23CIN095811, MOP23CIN095812, MOP23CIN095813, MOP23CIN095814, MOP-23CIN095815, MOP23CIN095816, MOP23CIN095817, MOP23CIN095818, MOP23CIN095819, MOP23CIN095820, MOP23CIN095821, MOP23CIN095822, MOP23CIN095823, MOP23CIN095824, MOP23CIN095825, MOP-23CIN095826, MOP23CIN095827, MOP23CIN095828, MOP23CIN095829, MOP23CIN095830, MOP23CIN095831, MOP23CIN095832, MOP23CIN095833, MOP23CIN095834, MOP23CIN095835, MOP23CIN095836, MOP-23CIN095837, MOP23CIN095838, MOP23CIN095839, MOP23CIN095840, MOP23CIN095841.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Curativos para Tratamentos de Feridas – Lei 14.133/2021.
VALIDADE FINAL ARP:	13/08/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0048/2023 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0042/2023 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca dos itens das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
29	Unidade	Gaze não aderente, confeccionada em rayon. Tamanho 7cm x 7cm, permitindo uma variação de ± 1 cm em cada medida. Características mínimas: gaze estéril e não aderente confeccionada em rayon, embebida em óleo a base de a.g.e (ácidos graxos essenciais), t.c.m (triglicerídeos de cadeia média), vitaminas a e e, óleos de copaíba e melaleuca. Embalagem unitária contendo identificação de marca, lote, data de fabricação, validade e procedência. Deve apresentar registro no ministério da saúde. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português. Validade de no mínimo 12 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal. (CIN16205)	BDS / PIELSANA GAZE RAYON 7,5CM X 7,5CM	DBS / PIELSANA GAZE RAYON 7,5CM X 7,5CM
30	Unidade	Gaze não aderente, confeccionada em rayon. Tamanho mínimo 7cm x 10cm e máximo 8cm x 15cm. Características mínimas: gaze estéril e não aderente confeccionada em rayon, embebida em óleo a base de a.g.e (ácidos graxos essenciais), t.c.m (triglicerídeos de cadeia média), vitaminas a e e, óleos de copaíba e melaleuca. Embalagem unitária contendo identificação de marca, lote, data de fabricação, validade e procedência. Deve apresentar registro no ministério da saúde. O fabricante deverá fornecer as orientações por escrito, em português. Validade de no mínimo 12 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal. (CIN16207)	BDS / PIELSANA GAZE RAYON 7,5CM X 15CM	DBS / PIELSANA GAZE RAYON 7,5CM X 15CM

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a proposta readequada enviada em 31/07/2023 pela empresa FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 18 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AP23CIN0286_E-PAL 0003_15 - RBR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 5089200



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

AP23CIN0286

DÉCIMO QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0003/2023-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARAO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPARG, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, MUNICÍPIO DE

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	<p>ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE BOMBINHAS, MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE GAROPABA, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMBUIA, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, MUNICÍPIO DE JOACABA, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE LAURENTINO, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PENHA, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUBICI, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE XANXERÊ.</p>
FORNECEDOR:	RBR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



ATA:	ARP23CIN029345, MOP23CIN029346, MOP23CIN029347, MOP23CIN029348,	
	MOP23CIN029349, MOP23CIN029350, MOP23CIN029351, MOP23CIN029352,	
	MOP23CIN029353, MOP23CIN029354, MOP23CIN029355, MOP23CIN029356,	
	MOP23CIN029357, MOP23CIN029358, MOP23CIN029359, MOP23CIN029360,	
	MOP23CIN029361, MOP23CIN029362, MOP23CIN029363, MOP23CIN029364,	
	MOP23CIN029365, MOP23CIN029366, MOP23CIN029367, MOP23CIN029368,	
	MOP23CIN029369, MOP23CIN029370, MOP23CIN029371, MOP23CIN029372,	
	MOP23CIN029373, MOP23CIN029374, MOP23CIN029375, MOP23CIN029376,	
	MOP23CIN029377, MOP23CIN029378, MOP23CIN029379, MOP23CIN029380,	
	MOP23CIN029381, MOP23CIN029382, MOP23CIN029383, MOP23CIN029384,	
	MOP23CIN029385, MOP23CIN029386, MOP23CIN029387, MOP23CIN029388,	
	MOP23CIN029389, MOP23CIN029390, MOP23CIN029391, MOP23CIN029392,	
	MOP23CIN029393, MOP23CIN029394, MOP23CIN029395, MOP23CIN029396,	
	MOP23CIN029397, MOP23CIN029398, MOP23CIN029399, MOP23CIN029400,	
	MOP23CIN029401, MOP23CIN029402, MOP23CIN029403, MOP23CIN029404,	
	MOP23CIN029405, MOP23CIN029406, MOP23CIN029407, MOP23CIN029408,	
	MOP23CIN029409, MOP23CIN029410, MOP23CIN029411, MOP23CIN029412,	
	MOP23CIN029413, MOP23CIN029414, MOP23CIN029415, MOP23CIN029416,	
	MOP23CIN029417, MOP23CIN029418, MOP23CIN029419, MOP23CIN029420,	
	MOP23CIN029421, MOP23CIN029422, MOP23CIN029423, MOP23CIN029424,	
	MOP23CIN029425, MOP23CIN029426, MOP23CIN029427, MOP23CIN029428,	
	MOP23CIN029429, MOP23CIN029430, MOP23CIN029431, MOP23CIN029432,	
	MOP23CIN029433, MOP23CIN029434, MOP23CIN029435, MOP23CIN029436,	
	MOP23CIN029437, MOP23CIN029438, MOP23CIN029439, MOP23CIN029440,	
	MOP23CIN029441, MOP23CIN029442, MOP23CIN029443, MOP23CIN029444,	
	MOP23CIN029445, MOP23CIN029446, MOP23CIN029447, MOP23CIN029448,	
	MOP23CIN029449, MOP23CIN029450, MOP23CIN029451, MOP23CIN029452,	
	MOP23CIN029453, MOP23CIN029454, MOP23CIN029455, MOP23CIN029456,	
	MOP23CIN029457, MOP23CIN029458, MOP23CIN029459, MOP23CIN029460,	
	MOP23CIN029461, MOP23CIN029462, MOP23CIN029463, MOP23CIN029464,	
	MOP23CIN029465, MOP23CIN029466, MOP23CIN029467, MOP23CIN029468,	
	MOP23CIN029469, MOP23CIN029470, MOP23CIN029471, MOP23CIN029472,	
	MOP23CIN029473, MOP23CIN029474, MOP23CIN029475, MOP23CIN029476,	
	MOP23CIN029477, MOP23CIN029478, MOP23CIN029479, MOP23CIN029480,	
	MOP23CIN029481, MOP23CIN029482, MOP23CIN029483, MOP23CIN029484,	
	MOP23CIN029485, MOP23CIN029486, MOP23CIN029487, MOP23CIN029488,	
	MOP23CIN029489, MOP23CIN029490, MOP23CIN029491, MOP23CIN029492,	
	MOP23CIN029493, MOP23CIN029494, MOP23CIN029495, MOP23CIN029496,	
	MOP23CIN029497, MOP23CIN029498, MOP23CIN029499, MOP23CIN029500,	
	MOP23CIN029501, MOP23CIN029502, MOP23CIN029503, MOP23CIN029504,	
	MOP23CIN029505, MOP23CIN029506, MOP23CIN029507, MOP23CIN029508,	
	MOP23CIN029509, MOP23CIN029510, MOP23CIN029511, MOP23CIN029512,	
	MOP23CIN029513, MOP23CIN029514, MOP23CIN029515, MOP23CIN029516,	
	MOP23CIN029517, MOP23CIN029518, MOP23CIN029519, MOP23CIN029520,	
	MOP23CIN029521, MOP23CIN029522, MOP23CIN029523, MOP23CIN029524,	
	MOP23CIN029525, MOP23CIN029526, MOP23CIN029527, MOP23CIN029528,	
	MOP23CIN029529, MOP23CIN029530, MOP23CIN029531, MOP23CIN029532,	
	MOP23CIN029533, MOP23CIN029534, MOP23CIN029535, MOP23CIN029536.	
	OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais ambulatoriais e insumos hospitalares – Lei 14.133/2021.
	VALIDADE FINAL ARP:	03/05/2024

Inovação e Modernização na Gestão Pública



CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620



Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0003/2023 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0017/2023 – Registro de Preço
-------------------	--

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento o valor das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
355	Unidade	Fluxômetro para válvula reguladora de ar comprimido. Na cor amarelo. Em conformidade com as recomendações contidas nas normas da abnt no que couber. Embalagem contendo dados de identificação, procedência e lote. (CIN12572)	R\$ 42,00	R\$ 57,76
356	Unidade	Fluxômetro para válvula reguladora de oxigênio. Especificações mínimas: com corpo em metal cromado, cápsula e bilha em policarbonato, escala de 0 a 15 litros por minuto, esfera de inox e botão de controle de fluxo. (CIM6034)	R\$ 47,00	R\$ 50,30

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a Decisão Administrativa do pedido de reequilíbrio Econômico-financeiro do fornecedor RBR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA em 14/08/2023.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 18 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

AP23CIN0287_E-PAL 0003_16 - DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA

Publicação Nº 5089202



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

AP23CIN0287

DÉCIMO SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0003/2023-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARAO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPARG, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, MUNICÍPIO DE

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	<p>ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE BOMBINHAS, MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE GAROPABA, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMBUIA, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, MUNICÍPIO DE JOACABA, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE LAURENTINO, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PENHA, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUBICI, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE XANXERÊ.</p>
FORNECEDOR:	DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621




CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

ATA:	ARP23CIN021857, MOP23CIN021858, MOP23CIN021859, MOP23CIN021860,
	MOP23CIN021861, MOP23CIN021862, MOP23CIN021863, MOP23CIN021864,
	MOP23CIN021865, MOP23CIN021866, MOP23CIN021867, MOP23CIN021868,
	MOP23CIN021869, MOP23CIN021870, MOP23CIN021871, MOP23CIN021872,
	MOP23CIN021873, MOP23CIN021874, MOP23CIN021875, MOP23CIN021876,
	MOP23CIN021877, MOP23CIN021878, MOP23CIN021879, MOP23CIN021880,
	MOP23CIN021881, MOP23CIN021882, MOP23CIN021883, MOP23CIN021884,
	MOP23CIN021885, MOP23CIN021886, MOP23CIN021887, MOP23CIN021888,
	MOP23CIN021889, MOP23CIN021890, MOP23CIN021891, MOP23CIN021892,
	MOP23CIN021893, MOP23CIN021894, MOP23CIN021895, MOP23CIN021896,
	MOP23CIN021897, MOP23CIN021898, MOP23CIN021899, MOP23CIN021900,
	MOP23CIN021901, MOP23CIN021902, MOP23CIN021903, MOP23CIN021904,
	MOP23CIN021905, MOP23CIN021906, MOP23CIN021907, MOP23CIN021908,
	MOP23CIN021909, MOP23CIN021910, MOP23CIN021911, MOP23CIN021912,
	MOP23CIN021913, MOP23CIN021914, MOP23CIN021915, MOP23CIN021916,
	MOP23CIN021917, MOP23CIN021918, MOP23CIN021919, MOP23CIN021920,
	MOP23CIN021921, MOP23CIN021922, MOP23CIN021923, MOP23CIN021924,
	MOP23CIN021925, MOP23CIN021926, MOP23CIN021927, MOP23CIN021928,
	MOP23CIN021929, MOP23CIN021930, MOP23CIN021931, MOP23CIN021932,
	MOP23CIN021933, MOP23CIN021934, MOP23CIN021935, MOP23CIN021936,
	MOP23CIN021937, MOP23CIN021938, MOP23CIN021939, MOP23CIN021940,
	MOP23CIN021941, MOP23CIN021942, MOP23CIN021943, MOP23CIN021944,
	MOP23CIN021945, MOP23CIN021946, MOP23CIN021947, MOP23CIN021948,
	MOP23CIN021949, MOP23CIN021950, MOP23CIN021951, MOP23CIN021952,
	MOP23CIN021953, MOP23CIN021954, MOP23CIN021955, MOP23CIN021956,
	MOP23CIN021957, MOP23CIN021958, MOP23CIN021959, MOP23CIN021960,
	MOP23CIN021961, MOP23CIN021962, MOP23CIN021963, MOP23CIN021964,
	MOP23CIN021965, MOP23CIN021966, MOP23CIN021967, MOP23CIN021968,
	MOP23CIN021969, MOP23CIN021970, MOP23CIN021971, MOP23CIN021972,
	MOP23CIN021973, MOP23CIN021974, MOP23CIN021975, MOP23CIN021976,
	MOP23CIN021977, MOP23CIN021978, MOP23CIN021979, MOP23CIN021980,
	MOP23CIN021981, MOP23CIN021982, MOP23CIN021983, MOP23CIN021984,
	MOP23CIN021985, MOP23CIN021986, MOP23CIN021987, MOP23CIN021988,
	MOP23CIN021989, MOP23CIN021990, MOP23CIN021991, MOP23CIN021992,
	MOP23CIN021993, MOP23CIN021994, MOP23CIN021995, MOP23CIN021996,
	MOP23CIN021997, MOP23CIN021998, MOP23CIN021999, MOP23CIN022000,
	MOP23CIN022001, MOP23CIN022002, MOP23CIN022003, MOP23CIN022004,
	MOP23CIN022005, MOP23CIN022006, MOP23CIN022007, MOP23CIN022008,
	MOP23CIN022009, MOP23CIN022010, MOP23CIN022011, MOP23CIN022012,
	MOP23CIN022013, MOP23CIN022014, MOP23CIN022015, MOP23CIN022016,
	MOP23CIN022017, MOP23CIN022018, MOP23CIN022019, MOP23CIN022020,
	MOP23CIN022021, MOP23CIN022022, MOP23CIN022023, MOP23CIN022024,
	MOP23CIN022025, MOP23CIN022026, MOP23CIN022027, MOP23CIN022028,
	MOP23CIN022029, MOP23CIN022030, MOP23CIN022031, MOP23CIN022032,
	MOP23CIN022033, MOP23CIN022034, MOP23CIN022035, MOP23CIN022036,
	MOP23CIN022037, MOP23CIN022038, MOP23CIN022039, MOP23CIN022040,
	MOP23CIN022041, MOP23CIN022042, MOP23CIN022043, MOP23CIN022044,
	MOP23CIN022045, MOP23CIN022046, MOP23CIN022047, MOP23CIN022048.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais ambulatoriais e insumos hospitalares – Lei 14.133/2021.
VALIDADE FINAL ARP:	03/05/2024

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

LICITAÇÃO:

e-PAL nº 0003/2023 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0017/2023 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento o valor das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
278	Caixa	Envelope para esterilização auto selante. Tamanho 15 x 25 cm. Confeccionado em papel grau cirúrgico, filme laminado e fita adesiva. Com indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Caixa com no mínimo 100 unidades, contendo dados de identificação, procedência, lote e validade. Apresentar registro no ministério da saúde/ANVISA. (CIM8525)	R\$ 24,65	R\$ 25,65

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a Decisão Administrativa do pedido de reequilíbrio Econômico-financeiro do fornecedor DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA em 14/08/2023.


Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 18 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

AP23CIN0288_E-PAL 0087_50 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 5089203



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

AP23CIN0288

QUINQUAGÉSIMO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO
ELETRÔNICO 0087/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPARGUARDIA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE DE JOINVILLE, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CORUPÁ, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMBUÍ, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MODELO, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE WITMARSUM.
FORNECEDOR:	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA:	<p>ARP23CIN048298, MOP23CIN048300, MOP23CIN048302, MOP23CIN048303, MOP23CIN048306, MOP23CIN048307, MOP23CIN048309, MOP23CIN048314, MOP23CIN048316, MOP23CIN048318, MOP23CIN048319, MOP23CIN048321, MOP23CIN048324, MOP23CIN048325, MOP23CIN048328, MOP23CIN048329, MOP23CIN048332, MOP23CIN048333, MOP23CIN048336, MOP23CIN048337, MOP23CIN048340, MOP23CIN048342, MOP23CIN048343, MOP23CIN048345, MOP23CIN048346, MOP23CIN048348, MOP23CIN048350, MOP23CIN048352, MOP23CIN048353, MOP23CIN048312, MOP23CIN048356, MOP23CIN048357, MOP23CIN048359, MOP23CIN048361, MOP23CIN048364, MOP23CIN048365, MOP23CIN048368, MOP23CIN048369, MOP23CIN048372, MOP23CIN048373, MOP23CIN048376, MOP23CIN048377, MOP23CIN048380, MOP23CIN048381, MOP23CIN048382, MOP23CIN048384, MOP23CIN048385, MOP23CIN048386, MOP23CIN048388, MOP23CIN048389, MOP23CIN048392, MOP23CIN048394, MOP23CIN048395, MOP23CIN048397, MOP23CIN048399, MOP23CIN048402, MOP23CIN048404, MOP23CIN048405, MOP23CIN048406, MOP23CIN048407, MOP23CIN048410, MOP23CIN048412, MOP23CIN048414, MOP23CIN048415, MOP23CIN048416, MOP23CIN048419, MOP23CIN048420, MOP23CIN048421, MOP23CIN048424, MOP23CIN048426, MOP23CIN048427, MOP23CIN048429, MOP23CIN048430, MOP23CIN048432, MOP23CIN048434, MOP23CIN048436, MOP23CIN048438, MOP23CIN048439, MOP23CIN048442, MOP23CIN048443, MOP23CIN048445, MOP23CIN048447, MOP23CIN048448, MOP23CIN048451, MOP23CIN048452, MOP23CIN048455, MOP23CIN048457, MOP23CIN048458, MOP23CIN048459, MOP23CIN048461, MOP23CIN048463, MOP23CIN048465, MOP23CIN048466, MOP23CIN048467, MOP23CIN048470, MOP23CIN048471, MOP23CIN048472, MOP23CIN048475, MOP23CIN048476, MOP23CIN048479, MOP23CIN048480, MOP23CIN048482, MOP23CIN051912, MOP23CIN048484, MOP23CIN048486, MOP23CIN048488, MOP23CIN048489, MOP23CIN048492, MOP23CIN048493, MOP23CIN048496, MOP23CIN048498, MOP23CIN048500, MOP23CIN048501, MOP23CIN048503, MOP23CIN048505, MOP23CIN048508, MOP23CIN048510, MOP23CIN048511, MOP23CIN048513, MOP23CIN048515, MOP23CIN048517, MOP23CIN048519, MOP23CIN048521, MOP23CIN048523, MOP23CIN048524, MOP23CIN048527, MOP23CIN048529, MOP23CIN048531, MOP23CIN048532, MOP23CIN048534, MOP23CIN048536, MOP23CIN048539, MOP23CIN048540, MOP23CIN048541, MOP23CIN048544, MOP23CIN048546, MOP23CIN048548, MOP23CIN048549, MOP23CIN048551, MOP23CIN048554, MOP23CIN048556, MOP23CIN048558, MOP23CIN048560, MOP23CIN048562, MOP23CIN048564, MOP23CIN048566, MOP23CIN048567, MOP23CIN048569, MOP23CIN048572, MOP23CIN048575, MOP23CIN048576, MOP23CIN048579, MOP23CIN048580, MOP23CIN048581, MOP23CIN048583, MOP23CIN048586, MOP23CIN048588, MOP23CIN048590, MOP23CIN048591, MOP23CIN048593, MOP23CIN048595, MOP23CIN052185, MOP23CIN048597, MOP23CIN048598, MOP23CIN048601, MOP23CIN048603, MOP23CIN048604, MOP23CIN048605, MOP23CIN048607, MOP23CIN048608, MOP23CIN048610, MOP23CIN048612, MOP23CIN048614, MOP23CIN048616, MOP23CIN048619, MOP23CIN048621, MOP23CIN048623, MOP23CIN048624, MOP23CIN048627, MOP23CIN048628, MOP23CIN048630, MOP23CIN048632, MOP23CIN048635, MOP23CIN048636, MOP23CIN048638, MOP23CIN048641, MOP23CIN048643, MOP23CIN048644, MOP23CIN052290, MOP23CIN048645, MOP23CIN048648, MOP23CIN048649,</p>

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	MOP23CIN048652, MOP23CIN048654, MOP23CIN048655, MOP23CIN048657, MOP23CIN048659, MOP23CIN048661.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos, Suplementos Alimentares e Correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	29/04/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0087/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0082/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
904	Comprimido	Loperamida cloridrato, 2 mg. (CIM9094)	INTESTIN LABORATÓRIO GLOBO S/A	KAOSEC PHARMASCIENCE INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. Nº REGISTRO ANVISA: 1171700260022

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a correspondência enviada em 10/08/2023 pela empresa CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 18 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

AP23CIN0289_E-PAL 0087_51 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 5089205

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA

AP23CIN0289

QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0087/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621




CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	<p>SAUDE DO MUNICIPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE VARGEÃO, HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE DE JOINVILLE, MUNICIPIO DE ABDON BATISTA, MUNICIPIO DE AGROLÂNDIA, MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICIPIO DE ALFREDO WAGNER, MUNICIPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICIPIO DE APIÚNA, MUNICIPIO DE ARABUTÃ, MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICIPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICIPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICIPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICIPIO DE BARRA BONITA, MUNICIPIO DE BARRA VELHA, MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICIPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICIPIO DE BOM RETIRO, MUNICIPIO DE BRAÇO DO NORTE, MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICIPIO DE CAÇADOR, MUNICIPIO DE CALMON, MUNICIPIO DE CAMBORIÚ, MUNICIPIO DE CANOINHAS, MUNICIPIO DE CERRO NEGRO, MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICIPIO DE CORREIA PINTO, MUNICIPIO DE CORUPÁ, MUNICIPIO DE CURITIBANOS, MUNICIPIO DE DONA EMMA, MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICIPIO DE ERVAL VELHO, MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICIPIO DE FRAIBURGO, MUNICIPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICIPIO DE GUATAMBÚ, MUNICIPIO DE IBIAM, MUNICIPIO DE IBICARÉ, MUNICIPIO DE IBIRAMA, MUNICIPIO DE IÇARA, MUNICIPIO DE IMBUIA, MUNICIPIO DE IOMERÊ, MUNICIPIO DE IPIRA, MUNICIPIO DE IRANI, MUNICIPIO DE ITÁ, MUNICIPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICIPIO DE ITAPIRANGA, MUNICIPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICIPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICIPIO DE LAURO MULLER, MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICIPIO DE LUIZ ALVES, MUNICIPIO DE LUZERNA, MUNICIPIO DE MACIEIRA, MUNICIPIO DE MAFRA, MUNICIPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICIPIO DE MAREMA, MUNICIPIO DE MATOS COSTA, MUNICIPIO DE MODELO, MUNICIPIO DE MONTE CARLO, MUNICIPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICIPIO DE NAVEGANTES, MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICIPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICIPIO DE OURO, MUNICIPIO DE PAINEL, MUNICIPIO DE PASSOS MAIA, MUNICIPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICIPIO DE PERITIBA, MUNICIPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICIPIO DE PIRATUBA, MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICIPIO DE PONTE ALTA, MUNICIPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICIPIO DE PONTE SERRADA, MUNICIPIO DE PORTO BELO, MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICIPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICIPIO DE RIO DO OESTE, MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICIPIO DE RIO RUFINO, MUNICIPIO DE RODEIO, MUNICIPIO DE SALETE, MUNICIPIO DE SALTO VELOSO, MUNICIPIO DE SANGÃO, MUNICIPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICIPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICIPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICIPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICIPIO DE SCHROEDER, MUNICIPIO DE SEARA, MUNICIPIO DE SUL BRASIL, MUNICIPIO DE TIMBÓ, MUNICIPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICIPIO DE TURVO, MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICIPIO DE URUPEMA, MUNICIPIO DE VARGEM, MUNICIPIO DE VARGEM BONITA, MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICIPIO DE VIDEIRA, MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICIPIO DE WITMARSUM.</p>
FORNECEDOR:	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

ATA:	MOP23CIN042496, MOP23CIN042497, MOP23CIN042498, MOP23CIN042499,
	MOP23CIN042500, MOP23CIN042501, MOP23CIN042503, MOP23CIN042504,
	MOP23CIN042505, MOP23CIN042506, MOP23CIN042507, MOP23CIN042508,
	MOP23CIN042509, MOP23CIN042510, MOP23CIN042511, MOP23CIN042512,
	MOP23CIN042513, MOP23CIN042514, MOP23CIN042515, MOP23CIN042516,
	MOP23CIN042517, MOP23CIN042518, MOP23CIN042519, MOP23CIN042520,
	MOP23CIN042521, MOP23CIN042522, MOP23CIN042523, MOP23CIN042524,
	MOP23CIN042525, MOP23CIN042526, MOP23CIN042527, MOP23CIN042528,
	MOP23CIN042529, MOP23CIN042530, MOP23CIN042531, MOP23CIN042532,
	MOP23CIN042533, MOP23CIN042534, MOP23CIN042535, MOP23CIN042536,
	MOP23CIN042537, MOP23CIN042538, MOP23CIN042539, MOP23CIN042540,
	MOP23CIN042541, MOP23CIN042542, MOP23CIN042543, MOP23CIN042544,
	MOP23CIN042545, MOP23CIN042546, MOP23CIN042547, MOP23CIN042548,
	MOP23CIN042549, MOP23CIN042550, MOP23CIN042551, MOP23CIN042552,
	MOP23CIN042553, MOP23CIN042554, MOP23CIN042555, MOP23CIN042556,
	MOP23CIN042557, MOP23CIN042558, MOP23CIN042559, MOP23CIN042560,
	MOP23CIN042561, MOP23CIN042562, MOP23CIN042563, MOP23CIN042564,
	MOP23CIN042565, MOP23CIN042566, MOP23CIN042567, MOP23CIN042568,
	MOP23CIN042569, MOP23CIN042570, MOP23CIN042571, MOP23CIN042572,
	MOP23CIN042573, MOP23CIN042574, MOP23CIN042575, MOP23CIN042576,
	MOP23CIN042577, MOP23CIN042578, MOP23CIN042579, MOP23CIN042580,
	MOP23CIN042581, MOP23CIN042582, MOP23CIN042583, MOP23CIN042584,
	MOP23CIN042585, MOP23CIN042586, MOP23CIN042587, MOP23CIN042588,
	MOP23CIN042589, MOP23CIN042590, MOP23CIN042591, MOP23CIN042592,
	MOP23CIN042593, MOP23CIN042594, MOP23CIN042595, MOP23CIN042596,
	MOP23CIN042597, MOP23CIN042598, MOP23CIN042599, MOP23CIN042600,
	MOP23CIN042601, MOP23CIN042602, MOP23CIN042603, MOP23CIN042604,
	MOP23CIN042605, MOP23CIN042606, MOP23CIN042607, MOP23CIN042608,
	MOP23CIN042609, MOP23CIN042610, MOP23CIN042611, MOP23CIN042612,
	MOP23CIN042613, MOP23CIN042614, MOP23CIN042615, MOP23CIN042616,
	MOP23CIN042617, MOP23CIN042618, MOP23CIN042619, MOP23CIN042620,
	MOP23CIN042621, MOP23CIN042622, MOP23CIN042623, MOP23CIN042624,
	MOP23CIN042625, MOP23CIN042626, MOP23CIN042627, MOP23CIN042628,
	MOP23CIN042629, MOP23CIN042630, MOP23CIN042631, MOP23CIN042632,
	MOP23CIN042633, MOP23CIN042634, MOP23CIN042635, MOP23CIN042636,
	MOP23CIN042637, MOP23CIN042638, MOP23CIN042639, MOP23CIN042640,
	MOP23CIN042641, MOP23CIN042642, MOP23CIN042643, MOP23CIN042644,
	MOP23CIN042645, MOP23CIN042646, MOP23CIN042647, MOP23CIN042648,
	MOP23CIN042649, MOP23CIN042650, MOP23CIN042651, MOP23CIN042652,
	MOP23CIN042653, MOP23CIN042654, MOP23CIN042655, MOP23CIN042656,
	MOP23CIN042657, MOP23CIN042658, MOP23CIN042659, MOP23CIN042660,
	MOP23CIN042661, MOP23CIN042662, MOP23CIN042663, MOP23CIN042664,
	MOP23CIN042665, MOP23CIN042666, MOP23CIN042667, MOP23CIN042668,
	MOP23CIN042669, MOP23CIN042670, MOP23CIN042671, MOP23CIN042672,
	MOP23CIN042673, MOP23CIN042674, MOP23CIN042675, MOP23CIN042676,
	MOP23CIN042677, MOP23CIN042678, MOP23CIN042679, MOP23CIN042680,
	MOP23CIN042681, MOP23CIN042682, MOP23CIN042683, MOP23CIN042684.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos, Suplementos Alimentares e Correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	29/04/2024

Inovação e Modernização na Gestão Pública

CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0087/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0082/2022 – Registro de Preço
-------------------	--

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
129	Comprimido	Atenolol, 50 mg. (CIM245)	ATENOLOL PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	ATENOLOL BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A Nº REGISTRO ANVISA: 1558404700021

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a correspondência enviada em 10/08/2023 pela empresa CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 18 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

AP23CIN0290_E-PAL 0087_52 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 5089207



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

AP23CIN0290

QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0087/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARAO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPARGUARDIA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSE DE JOINVILLE, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CORUPÁ, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMBUÍ, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCIANO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MODELO, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620



 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE WITMARSUM.
FORNECEDOR:	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA:	<p>ARP23CIN048298, MOP23CIN048300, MOP23CIN048302, MOP23CIN048303, MOP23CIN048306, MOP23CIN048307, MOP23CIN048309, MOP23CIN048314, MOP23CIN048316, MOP23CIN048318, MOP23CIN048319, MOP23CIN048321, MOP23CIN048324, MOP23CIN048325, MOP23CIN048328, MOP23CIN048329, MOP23CIN048332, MOP23CIN048333, MOP23CIN048336, MOP23CIN048337, MOP23CIN048340, MOP23CIN048342, MOP23CIN048343, MOP23CIN048345, MOP23CIN048346, MOP23CIN048348, MOP23CIN048350, MOP23CIN048352, MOP23CIN048353, MOP23CIN048312, MOP23CIN048356, MOP23CIN048357, MOP23CIN048359, MOP23CIN048361, MOP23CIN048364, MOP23CIN048365, MOP23CIN048368, MOP23CIN048369, MOP23CIN048372, MOP23CIN048373, MOP23CIN048376, MOP23CIN048377, MOP23CIN048380, MOP23CIN048381, MOP23CIN048382, MOP23CIN048384, MOP23CIN048385, MOP23CIN048386, MOP23CIN048388, MOP23CIN048389, MOP23CIN048392, MOP23CIN048394, MOP23CIN048395, MOP23CIN048397, MOP23CIN048399, MOP23CIN048402, MOP23CIN048404, MOP23CIN048405, MOP23CIN048406, MOP23CIN048407, MOP23CIN048410, MOP23CIN048412, MOP23CIN048414, MOP23CIN048415, MOP23CIN048416, MOP23CIN048419, MOP23CIN048420, MOP23CIN048421, MOP23CIN048424, MOP23CIN048426, MOP23CIN048427, MOP23CIN048429, MOP23CIN048430, MOP23CIN048432, MOP23CIN048434, MOP23CIN048436, MOP23CIN048438, MOP23CIN048439, MOP23CIN048442, MOP23CIN048443, MOP23CIN048445, MOP23CIN048447, MOP23CIN048448, MOP23CIN048451, MOP23CIN048452, MOP23CIN048455, MOP23CIN048457, MOP23CIN048458, MOP23CIN048459, MOP23CIN048461, MOP23CIN048463, MOP23CIN048465, MOP23CIN048466, MOP23CIN048467, MOP23CIN048470, MOP23CIN048471, MOP23CIN048472, MOP23CIN048475, MOP23CIN048476, MOP23CIN048479, MOP23CIN048480, MOP23CIN048482, MOP23CIN051912, MOP23CIN048484, MOP23CIN048486, MOP23CIN048488, MOP23CIN048489, MOP23CIN048492, MOP23CIN048493, MOP23CIN048496, MOP23CIN048498, MOP23CIN048500, MOP23CIN048501, MOP23CIN048503, MOP23CIN048505, MOP23CIN048508, MOP23CIN048510, MOP23CIN048511, MOP23CIN048513, MOP23CIN048515, MOP23CIN048517, MOP23CIN048519, MOP23CIN048521, MOP23CIN048523, MOP23CIN048524, MOP23CIN048527, MOP23CIN048529, MOP23CIN048531, MOP23CIN048532, MOP23CIN048534, MOP23CIN048536, MOP23CIN048539, MOP23CIN048540, MOP23CIN048541, MOP23CIN048544, MOP23CIN048546, MOP23CIN048548, MOP23CIN048549, MOP23CIN048551, MOP23CIN048554, MOP23CIN048556, MOP23CIN048558, MOP23CIN048560, MOP23CIN048562, MOP23CIN048564, MOP23CIN048566, MOP23CIN048567, MOP23CIN048569, MOP23CIN048572, MOP23CIN048575, MOP23CIN048576, MOP23CIN048579, MOP23CIN048580, MOP23CIN048581, MOP23CIN048583, MOP23CIN048586, MOP23CIN048588, MOP23CIN048590, MOP23CIN048591, MOP23CIN048593, MOP23CIN048595, MOP23CIN052185, MOP23CIN048597, MOP23CIN048598, MOP23CIN048601, MOP23CIN048603, MOP23CIN048604, MOP23CIN048605, MOP23CIN048607, MOP23CIN048608, MOP23CIN048610, MOP23CIN048612, MOP23CIN048614, MOP23CIN048616, MOP23CIN048619, MOP23CIN048621, MOP23CIN048623, MOP23CIN048624, MOP23CIN048627, MOP23CIN048628, MOP23CIN048630, MOP23CIN048632, MOP23CIN048635, MOP23CIN048636, MOP23CIN048638, MOP23CIN048641, MOP23CIN048643, MOP23CIN048644, MOP23CIN052290, MOP23CIN048645, MOP23CIN048648, MOP23CIN048649,</p>

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	MOP23CIN048652, MOP23CIN048654, MOP23CIN048655, MOP23CIN048657, MOP23CIN048659, MOP23CIN048661.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos, Suplementos Alimentares e Correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	29/04/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0087/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0082/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
1290	Comprimido	Sinvastatina, 40 mg. (CIM654)	SINVASTATINA PHARLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.	SINVASTATINA LABORATÓRIO GLOBO S.A. Nº REGISTRO ANVISA: 1053501850100

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a correspondência enviada em 10/08/2023 pela empresa CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 18 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

AP23CIN0291_E-PAL 0087_53 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 5089209



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

AP23CIN0291

QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0087/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGÊÃO, HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, HOSPITAL MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA, HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE DE JOINVILLE, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CORUPÁ, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMBUÍ, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAÍÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MODELO, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAIAL, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621




CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE WITMARSUM.
FORNECEDOR:	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA:	<p>ARP23CIN051397, MOP23CIN051403, MOP23CIN051411, MOP23CIN051426, MOP23CIN051427, MOP23CIN051431, MOP23CIN051434, MOP23CIN051439, MOP23CIN051444, MOP23CIN051446, MOP23CIN051449, MOP23CIN051452, MOP23CIN051458, MOP23CIN051479, MOP23CIN051488, MOP23CIN051489, MOP23CIN051494, MOP23CIN051496, MOP23CIN051502, MOP23CIN051505, MOP23CIN051510, MOP23CIN051514, MOP23CIN051521, MOP23CIN051525, MOP23CIN051527, MOP23CIN051531, MOP23CIN051536, MOP23CIN051538, MOP23CIN051542, MOP23CIN051547, MOP23CIN051438, MOP23CIN051551, MOP23CIN051554, MOP23CIN051556, MOP23CIN051562, MOP23CIN051564, MOP23CIN051569, MOP23CIN051573, MOP23CIN051578, MOP23CIN051583, MOP23CIN051584, MOP23CIN051590, MOP23CIN051592, MOP23CIN051597, MOP23CIN051603, MOP23CIN051610, MOP23CIN051614, MOP23CIN051619, MOP23CIN051623, MOP23CIN051630, MOP23CIN051631, MOP23CIN051634, MOP23CIN051636, MOP23CIN051640, MOP23CIN051646, MOP23CIN051650, MOP23CIN051656, MOP23CIN051662, MOP23CIN051664, MOP23CIN051669, MOP23CIN051680, MOP23CIN051681, MOP23CIN051685, MOP23CIN051687, MOP23CIN051693, MOP23CIN051695, MOP23CIN051701, MOP23CIN051706, MOP23CIN051709, MOP23CIN051711, MOP23CIN051715, MOP23CIN051718, MOP23CIN051719, MOP23CIN051723, MOP23CIN051729, MOP23CIN051731, MOP23CIN051732, MOP23CIN051736, MOP23CIN051740, MOP23CIN051748, MOP23CIN051768, MOP23CIN051785, MOP23CIN051792, MOP23CIN051795, MOP23CIN051803, MOP23CIN051807, MOP23CIN051813, MOP23CIN051817, MOP23CIN051818, MOP23CIN051821, MOP23CIN051827, MOP23CIN051831, MOP23CIN051833, MOP23CIN051838, MOP23CIN051841, MOP23CIN051845, MOP23CIN051849, MOP23CIN051861, MOP23CIN051863, MOP23CIN051872, MOP23CIN051877, MOP23CIN051878, MOP23CIN051884, MOP23CIN051885, MOP23CIN051891, MOP23CIN051903, MOP23CIN051907, MOP23CIN051914, MOP23CIN051919, MOP23CIN051931, MOP23CIN051937, MOP23CIN051938, MOP23CIN051942, MOP23CIN051947, MOP23CIN051951, MOP23CIN051954, MOP23CIN051957, MOP23CIN051961, MOP23CIN051978, MOP23CIN051983, MOP23CIN051984, MOP23CIN051986, MOP23CIN051989, MOP23CIN051993, MOP23CIN051996, MOP23CIN051999, MOP23CIN052004, MOP23CIN052005, MOP23CIN052009, MOP23CIN052010, MOP23CIN052014, MOP23CIN052027, MOP23CIN052028, MOP23CIN052030, MOP23CIN052037, MOP23CIN052041, MOP23CIN052047, MOP23CIN052051, MOP23CIN052055, MOP23CIN052057, MOP23CIN052064, MOP23CIN052065, MOP23CIN052068, MOP23CIN052071, MOP23CIN052074, MOP23CIN052075, MOP23CIN052081, MOP23CIN052086, MOP23CIN052089, MOP23CIN052092, MOP23CIN052094, MOP23CIN052104, MOP23CIN052110, MOP23CIN052116, MOP23CIN052118, MOP23CIN052129, MOP23CIN052132, MOP23CIN052135, MOP23CIN052137, MOP23CIN052154, MOP23CIN052155, MOP23CIN052158, MOP23CIN052160, MOP23CIN052162, MOP23CIN052164, MOP23CIN052169, MOP23CIN052183, MOP23CIN052187, MOP23CIN052193, MOP23CIN052195, MOP23CIN052198, MOP23CIN052201, MOP23CIN052206, MOP23CIN052208, MOP23CIN052210, MOP23CIN052214, MOP23CIN052219, MOP23CIN052221, MOP23CIN052226, MOP23CIN052228,</p>

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	MOP23CIN052232, MOP23CIN052234, MOP23CIN052242, MOP23CIN052243, MOP23CIN052247, MOP23CIN052250, MOP23CIN052253, MOP23CIN052269, MOP23CIN052272, MOP23CIN052274, MOP23CIN052279, MOP23CIN052280, MOP23CIN052286, MOP23CIN052297, MOP23CIN052299, MOP23CIN052301, MOP23CIN052305, MOP23CIN052307, MOP23CIN052309, MOP23CIN052311, MOP23CIN052315, MOP23CIN052319.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos, Suplementos Alimentares e Correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	29/04/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0087/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0082/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
1186	Frasco	Prednisolona, 3 mg/ml, solução oral, frasco com 60 ml. (CIM9229)	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA Nº REGISTRO ANVISA: 1134301840039

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a correspondência enviada em 10/08/2023 pela empresa CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 21 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

AP23CIN0292_E-PAL 0087_54 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 5089211

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA

AP23CIN0292

QUINQUAGÉSIMO QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0087/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621




CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGÊÃO, HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE DE JOINVILLE, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CORUPÁ, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMBUÍ, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MODELO, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAIAL, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE WITTMARSUM.
FORNECEDOR:	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA:	ARP23CIN048299, MOP23CIN051408, MOP23CIN048301, MOP23CIN048304, MOP23CIN048305, MOP23CIN048308, MOP23CIN048310, MOP23CIN048313, MOP23CIN048315, MOP23CIN048317, MOP23CIN051450, MOP23CIN048320, MOP23CIN048322, MOP23CIN048323, MOP23CIN048326, MOP23CIN048327, MOP23CIN048330, MOP23CIN048331, MOP23CIN048334, MOP23CIN048335, MOP23CIN048338, MOP23CIN048339, MOP23CIN048341, MOP23CIN051524, MOP23CIN048344, MOP23CIN048347, MOP23CIN048349, MOP23CIN051539, MOP23CIN048351, MOP23CIN048354, MOP23CIN048311, MOP23CIN048355, MOP23CIN048358, MOP23CIN048360, MOP23CIN048362, MOP23CIN048363, MOP23CIN048366, MOP23CIN048367, MOP23CIN048370, MOP23CIN048371, MOP23CIN048374, MOP23CIN048375, MOP23CIN048378, MOP23CIN048379, MOP23CIN051601, MOP23CIN051607, MOP23CIN048383, MOP23CIN051617, MOP23CIN048387, MOP23CIN051628, MOP23CIN048390, MOP23CIN048391, MOP23CIN048393, MOP23CIN048396, MOP23CIN048398, MOP23CIN048400, MOP23CIN051657, MOP23CIN048401, MOP23CIN048403, MOP23CIN051667, MOP23CIN051679, MOP23CIN048408, MOP23CIN048409, MOP23CIN048411, MOP23CIN048413, MOP23CIN051698, MOP23CIN051700, MOP23CIN048417, MOP23CIN048418, MOP23CIN051714, MOP23CIN048422, MOP23CIN048423, MOP23CIN048425, MOP23CIN048428, MOP23CIN051726, MOP23CIN048431, MOP23CIN048433, MOP23CIN048435, MOP23CIN048437, MOP23CIN048440, MOP23CIN048441, MOP23CIN051793, MOP23CIN048444, MOP23CIN048446, MOP23CIN048449, MOP23CIN048450, MOP23CIN048453, MOP23CIN048454, MOP23CIN048456, MOP23CIN051830, MOP23CIN048460, MOP23CIN049999, MOP23CIN048462, MOP23CIN048464, MOP23CIN051850, MOP23CIN048468, MOP23CIN048469, MOP23CIN048473, MOP23CIN048474, MOP23CIN048477, MOP23CIN048478, MOP23CIN048481, MOP23CIN048483, MOP23CIN051913, MOP23CIN048485, MOP23CIN051923, MOP23CIN048487, MOP23CIN048490, MOP23CIN048491, MOP23CIN048494, MOP23CIN048495, MOP23CIN048497, MOP23CIN048499, MOP23CIN048502, MOP23CIN048504, MOP23CIN048506, MOP23CIN048507, MOP23CIN048509, MOP23CIN048512, MOP23CIN048514, MOP23CIN051995, MOP23CIN048516, MOP23CIN048518, MOP23CIN048520, MOP23CIN048522, MOP23CIN048525, MOP23CIN048526, MOP23CIN048528, MOP23CIN048530, MOP23CIN048533, MOP23CIN048535, MOP23CIN048537, MOP23CIN048538, MOP23CIN052044, MOP23CIN048542, MOP23CIN048543, MOP23CIN048545, MOP23CIN048547, MOP23CIN048550, MOP23CIN048552, MOP23CIN048553, MOP23CIN048555, MOP23CIN048557, MOP23CIN048559, MOP23CIN048561, MOP23CIN048563, MOP23CIN048565, MOP23CIN048568, MOP23CIN048570, MOP23CIN048571, MOP23CIN048573, MOP23CIN048574, MOP23CIN048577, MOP23CIN048578, MOP23CIN052136, MOP23CIN048582, MOP23CIN048584, MOP23CIN048585, MOP23CIN048587, MOP23CIN048589, MOP23CIN048592, MOP23CIN048594, MOP23CIN052167, MOP23CIN048596, MOP23CIN048599, MOP23CIN048600, MOP23CIN048602, MOP23CIN052205, MOP23CIN048606, MOP23CIN049776, MOP23CIN048609, MOP23CIN048611, MOP23CIN048613, MOP23CIN048615, MOP23CIN048617, MOP23CIN048618, MOP23CIN048620, MOP23CIN048622, MOP23CIN048625, MOP23CIN048626, MOP23CIN048629, MOP23CIN048631, MOP23CIN048633, MOP23CIN052261,

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	MOP23CIN048634, MOP23CIN048637, MOP23CIN048639, MOP23CIN048640, MOP23CIN048642, MOP23CIN049509, MOP23CIN052292, MOP23CIN048646, MOP23CIN048647, MOP23CIN048650, MOP23CIN048651, MOP23CIN048653, MOP23CIN048656, MOP23CIN048658, MOP23CIN048660, MOP23CIN048662.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos, Suplementos Alimentares e Correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	29/04/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0087/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0082/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
1120	Comprimido	Pantoprazol, 40 mg. (CIM617)	PANTOPRAZOL PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	PANTOPRAZOL SÓDICO SESQUI-HIDRATADO MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA Nº REGISTRO ANVISA: 1091701200064

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a correspondência enviada em 10/08/2023 pela empresa CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.


Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 21 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

AP23CIN0293_E-PAL 0087_55 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 5089222

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA

AP23CIN0293

QUINQUAGÉSIMO QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0087/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGÊÃO, HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE DE JOINVILLE, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CORUPÁ, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMBUÍ, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MODELO, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAIAL, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE WITTMARSUM.
FORNECEDOR:	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA:	ARP23CIN048299, MOP23CIN051408, MOP23CIN048301, MOP23CIN048304, MOP23CIN048305, MOP23CIN048308, MOP23CIN048310, MOP23CIN048313, MOP23CIN048315, MOP23CIN048317, MOP23CIN051450, MOP23CIN048320, MOP23CIN048322, MOP23CIN048323, MOP23CIN048326, MOP23CIN048327, MOP23CIN048330, MOP23CIN048331, MOP23CIN048334, MOP23CIN048335, MOP23CIN048338, MOP23CIN048339, MOP23CIN048341, MOP23CIN051524, MOP23CIN048344, MOP23CIN048347, MOP23CIN048349, MOP23CIN051539, MOP23CIN048351, MOP23CIN048354, MOP23CIN048311, MOP23CIN048355, MOP23CIN048358, MOP23CIN048360, MOP23CIN048362, MOP23CIN048363, MOP23CIN048366, MOP23CIN048367, MOP23CIN048370, MOP23CIN048371, MOP23CIN048374, MOP23CIN048375, MOP23CIN048378, MOP23CIN048379, MOP23CIN051601, MOP23CIN051607, MOP23CIN048383, MOP23CIN051617, MOP23CIN048387, MOP23CIN051628, MOP23CIN048390, MOP23CIN048391, MOP23CIN048393, MOP23CIN048396, MOP23CIN048398, MOP23CIN048400, MOP23CIN051657, MOP23CIN048401, MOP23CIN048403, MOP23CIN051667, MOP23CIN051679, MOP23CIN048408, MOP23CIN048409, MOP23CIN048411, MOP23CIN048413, MOP23CIN051698, MOP23CIN051700, MOP23CIN048417, MOP23CIN048418, MOP23CIN051714, MOP23CIN048422, MOP23CIN048423, MOP23CIN048425, MOP23CIN048428, MOP23CIN051726, MOP23CIN048431, MOP23CIN048433, MOP23CIN048435, MOP23CIN048437, MOP23CIN048440, MOP23CIN048441, MOP23CIN051793, MOP23CIN048444, MOP23CIN048446, MOP23CIN048449, MOP23CIN048450, MOP23CIN048453, MOP23CIN048454, MOP23CIN048456, MOP23CIN051830, MOP23CIN048460, MOP23CIN049999, MOP23CIN048462, MOP23CIN048464, MOP23CIN051850, MOP23CIN048468, MOP23CIN048469, MOP23CIN048473, MOP23CIN048474, MOP23CIN048477, MOP23CIN048478, MOP23CIN048481, MOP23CIN048483, MOP23CIN051913, MOP23CIN048485, MOP23CIN051923, MOP23CIN048487, MOP23CIN048490, MOP23CIN048491, MOP23CIN048494, MOP23CIN048495, MOP23CIN048497, MOP23CIN048499, MOP23CIN048502, MOP23CIN048504, MOP23CIN048506, MOP23CIN048507, MOP23CIN048509, MOP23CIN048512, MOP23CIN048514, MOP23CIN051995, MOP23CIN048516, MOP23CIN048518, MOP23CIN048520, MOP23CIN048522, MOP23CIN048525, MOP23CIN048526, MOP23CIN048528, MOP23CIN048530, MOP23CIN048533, MOP23CIN048535, MOP23CIN048537, MOP23CIN048538, MOP23CIN052044, MOP23CIN048542, MOP23CIN048543, MOP23CIN048545, MOP23CIN048547, MOP23CIN048550, MOP23CIN048552, MOP23CIN048553, MOP23CIN048555, MOP23CIN048557, MOP23CIN048559, MOP23CIN048561, MOP23CIN048563, MOP23CIN048565, MOP23CIN048568, MOP23CIN048570, MOP23CIN048571, MOP23CIN048573, MOP23CIN048574, MOP23CIN048577, MOP23CIN048578, MOP23CIN052136, MOP23CIN048582, MOP23CIN048584, MOP23CIN048585, MOP23CIN048587, MOP23CIN048589, MOP23CIN048592, MOP23CIN048594, MOP23CIN052167, MOP23CIN048596, MOP23CIN048599, MOP23CIN048600, MOP23CIN048602, MOP23CIN052205, MOP23CIN048606, MOP23CIN049776, MOP23CIN048609, MOP23CIN048611, MOP23CIN048613, MOP23CIN048615, MOP23CIN048617, MOP23CIN048618, MOP23CIN048620, MOP23CIN048622, MOP23CIN048625, MOP23CIN048626, MOP23CIN048629, MOP23CIN048631, MOP23CIN048633, MOP23CIN052261,

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	MOP23CIN048634, MOP23CIN048637, MOP23CIN048639, MOP23CIN048640, MOP23CIN048642, MOP23CIN049509, MOP23CIN052292, MOP23CIN048646, MOP23CIN048647, MOP23CIN048650, MOP23CIN048651, MOP23CIN048653, MOP23CIN048656, MOP23CIN048658, MOP23CIN048660, MOP23CIN048662.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos, Suplementos Alimentares e Correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	29/04/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0087/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0082/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
745	Comprimido	Glimepirida, 2 mg. (CIM513)	GLIMEPIRIDA GEOLAB INDUSTRIA FARMACÊUTICA S/A	GLIMEPIRIDA CIMED INDUSTRIA S.A Nº REGISTRO ANVISA: 1438101460102

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a correspondência enviada em 10/08/2023 pela empresa CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 21 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

AP23CIN0294_E-PAL 0087_56 - SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 5089223



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

AP23CIN0294

QUINQUAGÉSIMO SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0087/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	<p>CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARAO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO</p>

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	<p>MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO, HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, HOSPITAL MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ DE JOINVILLE, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CORUPÁ, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMBUÍ, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MODELO, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAIAL, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO</p>
--	--

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE WITMARSUM.
FORNECEDOR:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA:	<p>ARP23CIN006750, MOP23CIN006751, MOP23CIN006752, MOP23CIN006753, MOP23CIN006754, MOP23CIN006755, MOP23CIN006756, MOP23CIN006758, MOP23CIN006759, MOP23CIN006760, MOP23CIN006761, MOP23CIN006762, MOP23CIN006763, MOP23CIN006764, MOP23CIN006765, MOP23CIN006766, MOP23CIN006767, MOP23CIN006768, MOP23CIN006769, MOP23CIN006770, MOP23CIN006771, MOP23CIN006772, MOP23CIN006773, MOP23CIN006774, MOP23CIN006775, MOP23CIN006776, MOP23CIN006777, MOP23CIN006778, MOP23CIN006779, MOP23CIN006780, MOP23CIN006781, MOP23CIN006782, MOP23CIN006783, MOP23CIN006784, MOP23CIN006785, MOP23CIN006786, MOP23CIN006787, MOP23CIN006788, MOP23CIN006789, MOP23CIN006790, MOP23CIN006791, MOP23CIN006792, MOP23CIN006793, MOP23CIN006794, MOP23CIN006795, MOP23CIN006796, MOP23CIN006797, MOP23CIN006798, MOP23CIN006799, MOP23CIN006800, MOP23CIN006801, MOP23CIN006802, MOP23CIN006803, MOP23CIN006804, MOP23CIN006805, MOP23CIN006806, MOP23CIN006807, MOP23CIN006808, MOP23CIN006809, MOP23CIN006810, MOP23CIN006811, MOP23CIN006812, MOP23CIN006813, MOP23CIN006814, MOP23CIN006815, MOP23CIN006816, MOP23CIN006817, MOP23CIN006818, MOP23CIN006819, MOP23CIN006820, MOP23CIN006821, MOP23CIN006822, MOP23CIN006823, MOP23CIN006824, MOP23CIN006825, MOP23CIN006826, MOP23CIN006827, MOP23CIN006828, MOP23CIN006829, MOP23CIN006830, MOP23CIN006831, MOP23CIN006832, MOP23CIN006833, MOP23CIN006834, MOP23CIN006835, MOP23CIN006836, MOP23CIN006837, MOP23CIN006838, MOP23CIN006839, MOP23CIN006840, MOP23CIN006841, MOP23CIN006842, MOP23CIN006843, MOP23CIN006844, MOP23CIN006845, MOP23CIN006846, MOP23CIN006847, MOP23CIN006848, MOP23CIN006849, MOP23CIN006850, MOP23CIN006851, MOP23CIN006852, MOP23CIN006853, MOP23CIN006854, MOP23CIN006855, MOP23CIN006856, MOP23CIN006857, MOP23CIN006858, MOP23CIN006859, MOP23CIN006860, MOP23CIN006861, MOP23CIN006862, MOP23CIN006863, MOP23CIN006864, MOP23CIN006865, MOP23CIN006866, MOP23CIN006867, MOP23CIN006868, MOP23CIN006869, MOP23CIN006870, MOP23CIN006871, MOP23CIN006872, MOP23CIN006873, MOP23CIN006874, MOP23CIN006875, MOP23CIN006876, MOP23CIN006877, MOP23CIN006878, MOP23CIN006879, MOP23CIN006880, MOP23CIN006881, MOP23CIN006882, MOP23CIN006883, MOP23CIN006884, MOP23CIN006885, MOP23CIN006886, MOP23CIN006887, MOP23CIN006888, MOP23CIN006889, MOP23CIN006890, MOP23CIN006891, MOP23CIN006892, MOP23CIN006893, MOP23CIN006894, MOP23CIN006895, MOP23CIN006896, MOP23CIN006897, MOP23CIN006898, MOP23CIN006899, MOP23CIN006900, MOP23CIN006901, MOP23CIN006902, MOP23CIN006903, MOP23CIN006904, MOP23CIN006905, MOP23CIN006906, MOP23CIN006907, MOP23CIN006908, MOP23CIN006909, MOP23CIN006910, MOP23CIN006911, MOP23CIN006912, MOP23CIN006913, MOP23CIN006914, MOP23CIN006915, MOP23CIN006916, MOP23CIN006917, MOP23CIN006918, MOP23CIN006919,</p>

Inovação e Modernização na Gestão Pública

CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	MOP23CIN006920, MOP23CIN006921, MOP23CIN006922, MOP23CIN006923, MOP23CIN006924, MOP23CIN006925, MOP23CIN006926, MOP23CIN006927, MOP23CIN006928, MOP23CIN006929, MOP23CIN006930, MOP23CIN006931, MOP23CIN006932, MOP23CIN006933, MOP23CIN006934, MOP23CIN006935, MOP23CIN006936, MOP23CIN006937, MOP23CIN006938, MOP23CIN006939, MOP23CIN006940, MOP23CIN006941, MOP23CIN006942, MOP23CIN006943, MOP23CIN006944, MOP23CIN006945, MOP23CIN006946, MOP23CIN006947, MOP23CIN006948, MOP23CIN006949, MOP23CIN006950, MOP23CIN006951, MOP23CIN006952, MOP23CIN006953, MOP23CIN006954.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos, Suplementos Alimentares e Correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	29/02/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0087/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0082/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
1123	Comprimido	Paracetamol, 200 mg/ml, solução oral, frasco com no mínimo 15 ml. (CIM9095)	ABIDOR AIRELA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	PARACETAMOL FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO- FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº REGISTRO ANVISA :1108500340029

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a correspondência enviada em 12/07/2023 pela empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 21 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

AP23CIN0295_E-PAL 0087_57 - MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES SA

Publicação Nº 5089230

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA****AP23CIN0295****QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0087/2022-e**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES - CIS AMURES, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DO TOLD, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPARG, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOAQUIM-SC, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO

Inovação e Modernização na Gestão Pública

📍 CNPJ: 12.075.748/0001-32
🌐 www.cincatarina.sc.gov.br
✉ cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

📍 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

📍 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Friburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGÊÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PESCARIA BRAVA, HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, HOSPITAL MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSE DE JOINVILLE, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE AGRÔNOMICA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER, MUNICÍPIO DE ANCHIETA, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE BRUSQUE, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CORUPÁ, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE GAROPABA, MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, MUNICÍPIO DE GRAVATAL, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMBUÍ, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRÁ, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURENTINO, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MODELO, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAIAL, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PARAÍSO, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHALZINHO,

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, MUNICÍPIO DE WITMARSUM.
FORNECEDOR:	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A
ATA:	ARP23CIN004756, MOP23CIN043891, MOP23CIN004757, MOP23CIN004758, MOP23CIN034826, MOP23CIN004759, MOP23CIN004760, MOP23CIN004761, MOP23CIN004762, MOP23CIN004764, MOP23CIN004765, MOP23CIN004766, MOP23CIN004767, MOP23CIN004768, MOP23CIN004769, MOP23CIN035693, MOP23CIN036322, MOP23CIN004770, MOP23CIN004771, MOP23CIN004772, MOP23CIN004773, MOP23CIN004774, MOP23CIN004775, MOP23CIN004776, MOP23CIN004777, MOP23CIN004778, MOP23CIN004779, MOP23CIN004780, MOP23CIN004781, MOP23CIN004782, MOP23CIN032466, MOP23CIN004783, MOP23CIN004784, MOP23CIN010573, MOP23CIN004785, MOP23CIN004763, MOP23CIN004786, MOP23CIN004787, MOP23CIN004788, MOP23CIN037056, MOP23CIN004789, MOP23CIN004790, MOP23CIN004791, MOP23CIN004792, MOP23CIN004793, MOP23CIN004794, MOP23CIN004795, MOP23CIN004796, MOP23CIN004797, MOP23CIN004798, MOP23CIN004799, MOP23CIN004800, MOP23CIN004801, MOP23CIN004802, MOP23CIN004803, MOP23CIN004804, MOP23CIN004805, MOP23CIN004806, MOP23CIN004807, MOP23CIN004808, MOP23CIN004809, MOP23CIN004810, MOP23CIN004811, MOP23CIN004812, MOP23CIN004813, MOP23CIN004814, MOP23CIN018809, MOP23CIN004815, MOP23CIN004816, MOP23CIN004817, MOP23CIN004818, MOP23CIN004819, MOP23CIN004820, MOP23CIN004821, MOP23CIN004822, MOP23CIN004823, MOP23CIN004824, MOP23CIN004825, MOP23CIN004826, MOP23CIN004827, MOP23CIN004828, MOP23CIN004829, MOP23CIN004830, MOP23CIN004831, MOP23CIN004832, MOP23CIN004833, MOP23CIN010523, MOP23CIN004834, MOP23CIN004835, MOP23CIN004836, MOP23CIN004837, MOP23CIN004838, MOP23CIN004839, MOP23CIN004840, MOP23CIN035113, MOP23CIN004841, MOP23CIN004842, MOP23CIN049697, MOP23CIN004843, MOP23CIN004844, MOP23CIN004845, MOP23CIN004846, MOP23CIN004847, MOP23CIN004848, MOP23CIN004849, MOP23CIN004850, MOP23CIN004851, MOP23CIN004852, MOP23CIN004853, MOP23CIN012322, MOP23CIN004854, MOP23CIN004855, MOP23CIN004856, MOP23CIN004857, MOP23CIN004858, MOP23CIN063789,

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	MOP23CIN004859, MOP23CIN004860, MOP23CIN004861, MOP23CIN009763, MOP23CIN004862, MOP23CIN004863, MOP23CIN004864, MOP23CIN004865, MOP23CIN012271, MOP23CIN004866, MOP23CIN004867, MOP23CIN004868, MOP23CIN004869, MOP23CIN004870, MOP23CIN004871, MOP23CIN004872, MOP23CIN004873, MOP23CIN004874, MOP23CIN0047790, MOP23CIN004875, MOP23CIN004876, MOP23CIN004877, MOP23CIN004878, MOP23CIN004879, MOP23CIN004880, MOP23CIN004881, MOP23CIN004882, MOP23CIN004883, MOP23CIN004884, MOP23CIN004885, MOP23CIN004886, MOP23CIN004887, MOP23CIN004888, MOP23CIN012132, MOP23CIN004889, MOP23CIN004890, MOP23CIN004891, MOP23CIN034654, MOP23CIN004892, MOP23CIN004893, MOP23CIN004894, MOP23CIN004895, MOP23CIN004896, MOP23CIN004897, MOP23CIN004898, MOP23CIN004899, MOP23CIN004900, MOP23CIN004901, MOP23CIN004902, MOP23CIN004903, MOP23CIN004904, MOP23CIN004905, MOP23CIN004906, MOP23CIN004907, MOP23CIN004908, MOP23CIN034573, MOP23CIN004909, MOP23CIN004910, MOP23CIN004911, MOP23CIN004912, MOP23CIN032089, MOP23CIN004913, MOP23CIN004914, MOP23CIN004915, MOP23CIN004916, MOP23CIN013232, MOP23CIN004917, MOP23CIN004918, MOP23CIN004919, MOP23CIN004920, MOP23CIN004921, MOP23CIN004922, MOP23CIN004923, MOP23CIN035460, MOP23CIN004924, MOP23CIN004925, MOP23CIN004926, MOP23CIN004927, MOP23CIN066121, MOP23CIN004928, MOP23CIN004929, MOP23CIN004930, MOP23CIN004931, MOP23CIN004932, MOP23CIN004933, MOP23CIN004934, MOP23CIN004935, MOP23CIN004936, MOP23CIN004937, MOP23CIN004938, MOP23CIN004939, MOP23CIN004940, MOP23CIN004941, MOP23CIN004942, MOP23CIN004943, MOP23CIN004944, MOP23CIN004945, MOP23CIN004946, MOP23CIN004947, MOP23CIN004948, MOP23CIN012203, MOP23CIN004949, MOP23CIN004950, MOP23CIN004951, MOP23CIN004952, MOP23CIN004953, MOP23CIN004954, MOP23CIN004955, MOP23CIN004956, MOP23CIN004957, MOP23CIN004958, MOP23CIN004959, MOP23CIN004960, MOP23CIN004961.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos, Suplementos Alimentares e Correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	29/02/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0087/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0082/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca dos itens das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:


ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
576	Ampola	Escopolamina butilbrometo, 20 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml. (CIM9307)	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA Nº REGISTRO ANVISA: 1108500430011

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a correspondência enviada em 11/08/2023 pela empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A.

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 22 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

AP23CIN0296_E-PAL 0004_2 - MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES SA

Publicação Nº 5089231

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA****AP23CIN0296****SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO
0004/2023-e**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUARI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DO TOLDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOAQUIM-SC, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MARTINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PESCARIA BRAVA, HOSPITAL E

Inovação e Modernização na Gestão Pública

📍 CNPJ: 12.075.748/0001-32
🌐 www.cincatarina.sc.gov.br
✉ cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

📍 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

📍 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Friburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621





CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	<p>MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, HOSPITAL MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARVOREDO, MUNICÍPIO DE AURORA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE GAROPABA, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMBUIA, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, MUNICÍPIO DE JOAÇABA, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURENTINO, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MONDAÍ, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE PAIAL, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PARAÍSO, MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PINHALZINHO, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE PORTO BELO, MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE TIMBÓ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TREVISÓ, MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE WITMARSUM.</p>
FORNECEDOR:	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES SA

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

ATA:	MOP23CIN011247, MOP23CIN011248, MOP23CIN011249, MOP23CIN034931, MOP23CIN034469, MOP23CIN011250, MOP23CIN011251, MOP23CIN011252, MOP23CIN011253, MOP23CIN011254, MOP23CIN011255, MOP23CIN057629, MOP23CIN011256, MOP23CIN011257, MOP23CIN034008, MOP23CIN011258, MOP23CIN011259, MOP23CIN011260, MOP23CIN011261, MOP23CIN011262, MOP23CIN011263, MOP23CIN011264, MOP23CIN011265, MOP23CIN018874, MOP23CIN034171, MOP23CIN011266, MOP23CIN013184, MOP23CIN011267, MOP23CIN011268, MOP23CIN034792, MOP23CIN011269, MOP23CIN012356, MOP23CIN033422, MOP23CIN011270, MOP23CIN011271, MOP23CIN011272, MOP23CIN011273, MOP23CIN034770, MOP23CIN011274, MOP23CIN011275, MOP23CIN011276, MOP23CIN011277, MOP23CIN011278, MOP23CIN011279, MOP23CIN011280, MOP23CIN033914, MOP23CIN011281, MOP23CIN011282, MOP23CIN044173, MOP23CIN012235, MOP23CIN011283, MOP23CIN043819, MOP23CIN012344, MOP23CIN011284, MOP23CIN011285, MOP23CIN049752, MOP23CIN012227, MOP23CIN011286, MOP23CIN031892, MOP23CIN011287, MOP23CIN011288, MOP23CIN011289, MOP23CIN011290, MOP23CIN011291, MOP23CIN011292, MOP23CIN011293, MOP23CIN011294, MOP23CIN040337, MOP23CIN013198, MOP23CIN011295, MOP23CIN016931, MOP23CIN011296, MOP23CIN091706, MOP23CIN011297, MOP23CIN011298, MOP23CIN011299, MOP23CIN011300, MOP23CIN034387, MOP23CIN011301, MOP23CIN038694, MOP23CIN011302, MOP23CIN011303, MOP23CIN011304, MOP23CIN011305, MOP23CIN011306, MOP23CIN011307, MOP23CIN011308, MOP23CIN011309, MOP23CIN011310, MOP23CIN040301, MOP23CIN011311, MOP23CIN011312, MOP23CIN011313, MOP23CIN091905, MOP23CIN011314, MOP23CIN011315, MOP23CIN034935, MOP23CIN042058, MOP23CIN011316, MOP23CIN011317, MOP23CIN011318, MOP23CIN011319, MOP23CIN011320, MOP23CIN011321, MOP23CIN011322, MOP23CIN011323, MOP23CIN011324, MOP23CIN011325, MOP23CIN011326, MOP23CIN011327, MOP23CIN011328, MOP23CIN011329, MOP23CIN036386, MOP23CIN011330, MOP23CIN011331, MOP23CIN032993, MOP23CIN011332, MOP23CIN011333, MOP23CIN039056, MOP23CIN011334, MOP23CIN011335, MOP23CIN011336, MOP23CIN011337, MOP23CIN011338, MOP23CIN011339, MOP23CIN016855, MOP23CIN011340, MOP23CIN011341, MOP23CIN011342, MOP23CIN011343, MOP23CIN011344, MOP23CIN011345, MOP23CIN011346, MOP23CIN011347, MOP23CIN011348, MOP23CIN011349, MOP23CIN033736, MOP23CIN011350, MOP23CIN013258, MOP23CIN011351, MOP23CIN034315, MOP23CIN011352, MOP23CIN081973, MOP23CIN011353, MOP23CIN042078, MOP23CIN011354, MOP23CIN013190, MOP23CIN011355, MOP23CIN034776, MOP23CIN011356, MOP23CIN011357, MOP23CIN011358, MOP23CIN037803, MOP23CIN041903, MOP23CIN011359, MOP23CIN011360, MOP23CIN011361, MOP23CIN011362, MOP23CIN032563, MOP23CIN081963, MOP23CIN011363, MOP23CIN011364, MOP23CIN011365, MOP23CIN011366, MOP23CIN011367, MOP23CIN035719, MOP23CIN011368, MOP23CIN011369, MOP23CIN031595, MOP23CIN011370, MOP23CIN011371, MOP23CIN011372, MOP23CIN011373, MOP23CIN035010, MOP23CIN011374, MOP23CIN011375, MOP23CIN011376, MOP23CIN011377, MOP23CIN018974, MOP23CIN091869, MOP23CIN011378, MOP23CIN011379, MOP23CIN011380, MOP23CIN047640, MOP23CIN011381, MOP23CIN011382, MOP23CIN043204.
	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Soluções fisiológicas sistema fechado.
OBJETO:	
VALIDADE FINAL ARP:	20/03/2024
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0004/2023 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0014/2023 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

Inovação e Modernização na Gestão Pública

CNPJ: 12.075.748/0001-32
www.cincatarina.sc.gov.br
cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
 Telefone: (48) 3380 1620

Central Executiva do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
 Telefone: (48) 3380 1621



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
15	Frasco	Solução fisiológica de cloreto de sódio 0,9%. Sistema fechado, estéril. Frasco transparente com 100ml, contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade e registro na ANVISA. (CIN19694)	CLORETO DE SÓDIO EQUIPLEX INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	CLORETO DE SÓDIO FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA N° REGISTRO ANVISA: 1108500010215

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base resposta à correspondência enviada em 11/08/2023 pela empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES SA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 22 de agosto de 2023.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621

CISAM**AVISO DE DISPENSA CISAM MO Nº 001/2023**

Publicação Nº 5092637

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC CEP: 89665-000

(49) 3555-6972 www.cisam.sc.gov.br cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

DIVULGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**Dispensa de Licitação nº 001/2023
Processo Administrativo nº 128/2023**

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, com sede no Acesso Cidade Alta, 3815, Bairro São Cristóvão, Capinzal/SC, inscrito no CNPJ sob nº 08.484.353/0001-16, torna público para conhecimento de todos os interessados, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme previsto pela Resolução CISAM nº 011/2023, que realizará processo de Dispensa de Licitação para contratação de serviços continuados de rastreamento para monitoramento de veículos via satélite, por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação e locação de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento, com acesso via *Web* e *Mobile* (Android e IOS), para gestão da frota do CISAM Meio Oeste.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente documento é a divulgação da contratação por dispensa de licitação, com a finalidade de obter, de eventuais interessados, propostas adicionais àquela que a Administração pretende contratar, conforme disposto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 3º da Resolução CISAM nº 011/2023.

1.2. Segue-se a descrição do objeto que se pretende contratar:

1.2.1. Prestação de serviços continuados de rastreamento para monitoramento de 02 (dois) veículos, via satélite, por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação e locação de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via *Web* e *Mobile* (Android e IOS), para gestão da frota do CISAM Meio Oeste.

1.2.2. O serviço deve incluir o fornecimento de equipamentos em perfeito estado e condições de uso, a título de comodato, componentes e licença de uso de software, durante a vigência do contrato, e os respectivos serviços de instalação, manutenção, substituição, configuração, capacitação, treinamento, suporte técnico e garantia de funcionamento.

1.3. Esta divulgação não diz respeito à realização de licitação.

2. DO PRAZO

2.1. O prazo para apresentação de propostas adicionais pelos eventuais interessados inicia em 25 de agosto de 2023 e encerra em 29 de agosto de 2023.

3. DO PROCEDIMENTO

3.1. Os eventuais interessados deverão encaminhar suas propostas para o endereço eletrônico administrativo1@cisam.sc.gov.br no prazo supracitado, as quais observarão o disposto a seguir:

- Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;
- Suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal, podendo ser de forma digital, desde que atendidos os requisitos legais;
- Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas, encargos sociais

Página 1 de 2

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto;

d) O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, contados da abertura do prazo para envio;

e) Conter valor unitário e valor total com a quantidade estimada;

f) Conter, discriminados em moeda corrente nacional, os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos; e

g) Especificação completa do produto/serviço oferecido, de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito acima.

3.2. O eventual interessado, ao enviar sua proposta, declara compreender que não está participando de uma licitação, mas fornecendo proposta adicional para a aferição, por parte da Administração, da vantagem da escolha a ser contratada em processo de dispensa de licitação.

3.3. O prosseguimento do processo de contratação direta já iniciado não é condicionado à apresentação de propostas, podendo ser realizada a contratação mesmo que o prazo transcorra *in albis*.

3.4. A seleção da contratada não estará restrita àqueles que encaminharem suas propostas, podendo a Administração selecionar a proposta de terceiro alheio a este procedimento.

3.5. A divulgação da proposta selecionada como mais vantajosa far-se-á junto ao teor da autorização da autoridade competente, a qual fará a indicação da pessoa a ser contratada, nos termos do art. 72, inciso VIII e parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6. O Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 001/2023 encontra-se no sítio eletrônico oficial do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, no [link http://www.cisam.sc.gov.br/lic.php#aba5](http://www.cisam.sc.gov.br/lic.php#aba5).

3.7. Dúvidas ou esclarecimentos poderão ser solicitadas através do endereço eletrônico supracitado.

Capinzal/SC, 25 de agosto 2023.

NILVO

DORINI:4821751

4968

Assinado de forma digital

por NILVO

DORINI:48217514968

Dados: 2023.08.25 07:49:31

-03'00'

NILVO DORINI**Presidente do CISAM Meio Oeste**

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº044/2023

Publicação Nº 5090385

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

RESOLUÇÃO Nº 044/2023

DISPÕE SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE PAGAMENTOS EFETUADOS PELO CONSÓRCIO CISAM MEIO OESTE A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS PELO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS.

NILVO DORINI, Presidente do **Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções convolado em Contrato de Consórcio Público, e em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis, e:

CONSIDERANDO que o inciso I, do artigo 158, da Constituição Federal, estabelece que o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pertence aos Municípios;

CONSIDERANDO o disposto na legislação tributária federal atinente à retenção de tributos, em especial quanto ao disposto no art. 64, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e respectivos regulamentos;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, estabelecendo as regras sobre a retenção de tributos incidentes sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços pelos órgãos da administração pública, inclusive dos Municípios, suas autarquias e fundações;

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 1.130, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.293.453/RS, que firmou a tese de que pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade com o que determina a legislação, bem como o dever das autoridades públicas em atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, consoante estabelece o art. 30, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que os pagamentos realizados pelo Consórcio CISAM Meio Oeste, a partir de 1º de setembro de 2023, seja pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços, inclusive obras, deverão ser precedidos de retenção do imposto de renda, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

Parágrafo único. Ficam excetuados à regra de retenção de que trata o *caput*, os seguintes casos:

- I. Hipóteses estabelecidas no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores;
- II. Até a adequação necessária, os pagamentos em que, comprovadamente, não seja possível o destaque da retenção no documento fiscal emitido.

Art. 2º O disposto nesta Resolução alcança toda e qualquer contratação a ser realizada ou já realizada pelo Consórcio CISAM Meio Oeste.

Art. 3º A partir de 1º de setembro de 2023, os fornecedores deverão emitir notas fiscais, faturas ou recibos na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

Parágrafo único. Não serão aceitos para fins de liquidação de despesa e pagamento, os documentos emitidos em desacordo com esta Resolução.

Art. 4º Não se aplica no âmbito do Consórcio CISAM Meio Oeste, o disposto no § 6º, do artigo 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 24 de agosto de 2023.

NILVO
DORINI:482
17514968

Assinado de forma
digital por NILVO
DORINI:48217514968
Dados: 2023.08.24
13:12:34 -03'00'

Nilvo Dorini
Presidente do CISAM Meio Oeste

CISAMAVI**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 063/2023 - IL 001/2023**

Publicação Nº 5090838



CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 063/2023
CREDENCIAMENTO Nº 01/2023
TERMO ADITIVO Nº 01

O Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí (CISAMAVI), com sede na Rua XV de novembro, 737, bairro Laranjeiras em Rio do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob nº 09.069.217/0001-22 neste ato representado pelo seu Presidente Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, doravante denominado CONTRATANTE, Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.080/90, Resolução do CIS-AMAVI nº 078 de 07 de dezembro de 2018, Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu regulamento, Portarias do Ministério da Saúde, e as demais normas e princípios norteadores do Sistema Único de Saúde e da Administração Pública e a EMPRESA **ASSOCIAÇÃO MÉDICA E DE PLANEJAMENTO HOSPITALAR - AMPLHO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 39.999.959/0001-18 sediada a Rua Geraldo Wolf, 426, bairro Jardim Primavera, município de Lontras/SC – CEP 89182-000, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Grégori Fernando Bertagnolli, com fulcro no item 13 do Edital de Credenciamento 01/2023, bem como na Clausula Décima Segunda do Contrato originalmente assinado e conforme Edital de Credenciamento 01/2023, nos seguintes termos:

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado conforme condições estabelecidas no edital;

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato originário.

E, para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, foi lavrado o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do contrato posteriormente firmado, a fim de que produzam um só efeito, que após lido e achado conforme é firmado pelas partes e por duas testemunhas.

Rio do Sul, 24 agosto de 2023.

José Eduardo Rothbarth Thomé
Presidente CISAMAVI

Associação Médica E De Planejamento
Hospitalar - Amplho

Mariane Fernandes da Rosa
Analista de Compras e Licitações

Jamile Rosa Amaral
Aux. administrativo

Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí (CISAMAVI)
(47) 3531-4242 - cisamavi@amavi.org.br - amavi.org.br/cisamavi - CNPJ 09.069.217/0001-22
Rua XV de Novembro, 737, Centro - Cep 89160-015 - Rio do Sul/SC



AGROLÂNDIA - AGRÔNOMICA - ATALANTA - AURORA - BRACO DO TROMBUDO - CHAPADÃO DO LAGEADO - DONA EMMA - IBIRAMA - IMBUÍA - ITUPORANGA - JOSÉ BOITEUX - LAURENTINO - LONTRAS - MIRIM DOCE - PETROLÂNDIA - POUSO REDONDO - PRESIDENTE GETÚLIO - PRESIDENTE NEREU - RIO DO CAMPO - RIO DO OESTE - RIO DO SUL - SALETE - SANTA TEREZINHA - TAIÓ - TROMBUDO CENTRAL - VIDAL RAMOS - VITOR MEIRELES - WITMARSUM

ANEXO I**PROCEDIMENTOS CREDENCIADOS**

Item	Código SUS	Descrição do procedimento	Quantidade	Valor SUS	Complemento (se houver)	Valor total
915		CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – CIRURGIA VASCULAR	01	10,00	90,00	100,00
917		CONSULTA ESPECIALIZADA EM CARDIOLOGIA	01	10,00	110,00	120,00

Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí (CISAMAVI)
(47) 3531-4242 - cisamavi@amavi.org.br - amavi.org.br/cisamavi - CNPJ 09.069.217/0001-22
Rua XV de Novembro, 737, Centro - Cep 89160-015 - Rio do Sul/SC

CISNORDESTE**NONO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2021. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2018**

Publicação Nº 5089955

Extrato do 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 37/2021	
CONTRATANTE:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CIS-NORDESTE/SC
CNPJ:	03.222.337/0001-31
CONTRATADO:	CENTRO MÉDICO QUALITY CARE LTDA
CNPJ:	28.944.046/0001-88
OBJETO:	Acréscimo quantitativo de procedimentos credenciados.
FUNDAMENTO LEGAL:	Em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 8.666/1993.
JUSTIFICATIVA:	Interesse público no atendimento à demanda dos municípios consorciados.
VALOR:	R\$ 2.115.087,50 (dois milhões, cento e quinze mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais, perfazendo um total anual de R\$ 13.414.236,00 (treze milhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e trinta e seis reais).
VIGÊNCIA:	O presente aditamento vigorará do dia 01 de setembro de 2023 até 31 de dezembro de 2023.
Joinville/SC, 24 de agosto de 2023. Ana Maria Groff Jansen Diretora Executiva do CISNORDESTE/ SC	

APIS**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 19.2023 - ANDERSON LOURENÇO DA SILVA**

Publicação Nº 5089674

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

No primeiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 13:00 horas, compareceu na AGÊNCIA PÚBLICA INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE EUROPEU – APIS, o senhor ANDERSON LOURENÇO DA SILVA, nos termos da Resolução nº 899, de 1º de agosto de 2023, autopublicação nº 5017061, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, em 1º/08/2023, a fim de tomar posse no emprego público de Auxiliar Administrativo, jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, salário mensal correspondente à Referência 4, conforme anexo II do Quadro de Empregos Públicos do Contrato de Consórcio Público da APIS (Cargos Permanentes).

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao emprego público, no qual foi empossado a partir desta data.

Em seguida lhe foi dado posse pelo Diretor Executivo em substituição da APIS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que foi assinado pelas partes.

ELVIS PEREIRA SANTANA
Diretor Executivo em substituição da APIS
Resoluções nº 874 e 875/2023

ANDERSON LOURENÇO DA SILVA
Auxiliar Administrativo

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 20.2023 - FABRIZE CRISTINY ALVES GAZDIZICKI

Publicação Nº 5089685

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

No sétimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 8:00 horas, compareceu na AGÊNCIA PÚBLICA INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE EUROPEU – APIS, a senhora FABRIZE CRISTINY ALVES GAZDIZICKI, nos termos da Resolução nº 903, de 7 de agosto de 2023, autopublicação nº 5043901, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, em 08/08/2023, a fim de tomar posse no emprego público de Auxiliar Administrativo, jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, salário mensal correspondente à Referência 4, conforme anexo II do Quadro de Empregos Públicos do Contrato de Consórcio Público da APIS (Cargos Permanentes).

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao emprego público, no qual foi empossado a partir desta data.

Em seguida lhe foi dado posse pelo Diretor Executivo em substituição da APIS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que foi assinado pelas partes.

ELVIS PEREIRA SANTANA

Diretor Executivo em substituição da APIS

Resoluções nº 874 e 875/2023

FABRIZE CRISTINY ALVES GAZDIZICKI

Auxiliar Administrativo

CVC**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 21/2023**

Publicação Nº 5090565

Estado de Santa Catarina
CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL

AVISO DE LICITAÇÃO**Edital de Pregão Eletrônico Nº 21/2023****Registro de Preço nº 20/2023**

Objeto: PEÇAS DE REPOSIÇÃO ORIGINAL (GENUÍNAS OU LINHA DE MONTAGEM) E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA/HORA HOMEM DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC

Tipo: Maior desconto.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08hrs00min do dia 25/08/2023 até às 08hrs00min do dia 08/09/2023

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08hrs01min até às 08hrs20min do dia 08/09/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08hrs30min do dia 08/09/2023

PLATAFORMA ELETRONICA:

www.portaldecompraspublicas.com.br "Acesso Identificado"

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Iguaçu, nº 264, Centro, Coronel Freitas SC nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo fone 49 3347.0357, ou também pode ser obtido pelo site velhocoronel.atende.net.

Coronel Freitas (SC), 24 de agosto de 2023.

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo

CIGAMVALI**EDITAL DE PUBLICIDADE 099/2023**

Publicação Nº 5090831

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
Nº 702/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/38086 – FCEI 63047

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento NOVO LAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 16.946.344/0001-28 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na RUA 772 - ODETE MARIA MURARA ROSA, 581 - BEIRA RIO, no município de GUARAMIRIM, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

GUARAMIRIM, 24 de agosto de 2023
Município de GUARAMIRIM

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
Nº 703/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/38087 – FCEI 64749

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE SCHROEDER o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento Atamir Nicochelli, inscrito no CPF nº 710.339.479-20 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na Rua Antonio Zoz, s/n - Centro Norte, no município de SCHROEDER, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

SCHROEDER, 24 de agosto de 2023
Município de SCHROEDER

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA
Nº 704/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/37286 – FCEI 63309

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi indeferido pelo MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA, formulado pelo empreendimento DOCE SABOR INDUSTRIA LTDA, inscrito no CNPJ nº 14.427.230/0001-46 para a atividade de FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS E PRATOS PRONTOS, situado na RUA JOAO SOTTER CORREA XXXX, 1200 - AMIZADE, no município de GUARAMIRIM, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

GUARAMIRIM, 24 de agosto de 2023
Município de GUARAMIRIM

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA
Nº 705/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/37817 – FCEI 61645

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA, formulado pelo empreendimento ROYAL MAR CONSTRUÇOES LTDA, inscrito no CNPJ nº 00.563.024/0001-59 para a atividade de Construção de edifícios, situado na RUA JOAO MATILDE DE FREITAS , 39 - CENTRO, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital

atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 24 de agosto de 2023
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA
Nº 706/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/37539 – FCEI 63310

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA, formulado pelo empreendimento HOMEINVEST INCORPORADORA LTDA, inscrito no CNPJ nº 38.406.941/0001-00 para a atividade de Incorporação de empreendimentos imobiliários, situado na RUA BERNARDO AGUIAR, 120 - CENTRO, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 24 de agosto de 2023
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA
Nº 707/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/37041 – FCEI 63664

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA, formulado pelo empreendimento Marcos Jose Treis Ltda, inscrito no CNPJ nº 80.113.939/0001-00 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados, situado na Rua 28 de Agosto, 4014 - Avaí, no município de GUARAMIRIM, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
GUARAMIRIM, 24 de agosto de 2023
Município de GUARAMIRIM

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA
Nº 708/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/37815 – FCEI 64036

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA, formulado pelo empreendimento PREVIDI ADMINISTRADORA DE BENS, inscrito no CNPJ nº 46.873.788/0001-41 para a atividade de Aluguel de moveis próprios, situado na RUA BERNARDO AGUIAR, 120 - CENTRO, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 24 de agosto de 2023
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA
Nº 709/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/37541 – FCEI 64181

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA, formulado pelo empreendimento UNIWEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ nº 38.035.863/0001-77 para a atividade de Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, situado na AV PARANA, 1260 - CENTRO, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
BARRA VELHA, 24 de agosto de 2023
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA

Nº 710/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/37538 – FCEI 64310

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA, formulado pelo empreendimento PFEIFFER IMOVEIS LTDA, inscrito no CNPJ nº 51.334.827/0001-72 para a atividade de Compra e venda de imóveis próprios, situado na RUA PROF DOLORES OLINGER J HERNANDES, 33 - JARDIM LOS ANGELES, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 24 de agosto de 2023

Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA

Nº 711/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/37236 – FCEI 63964

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE SCHROEDER o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA, formulado pelo empreendimento SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ nº 82.743.410/0001-97 para a atividade de REGULARIZAÇÃO DE SALA COMERCIAL, situado na RUA 01 - MARECHAL CASTELO BRANCO, 3118 - CENTRO, no município de SCHROEDER, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

SCHROEDER, 24 de agosto de 2023

Município de SCHROEDER

EDITAL DE PUBLICIDADE DE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Nº 712/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO IND/36960 – FCEI 63583

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM o pedido de concessão de RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento USINAGEM RIO BRANCO LTDA, inscrito no CNPJ nº 02.024.605/0001-48 para a atividade 12.80.00 · SERVIÇO INDUSTRIAL DE USINAGEM, SOLDAS E SEMELHANTES, situado na RODOVIA SC 413, s/n - RIO BRANCO, no município de GUARAMIRIM, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

GUARAMIRIM, 24 de agosto de 2023

Município de GUARAMIRIM

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA COM DISPENSA DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 713/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/32618 – FCEI 53377

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA COM DISPENSA DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendimento Loteadora VCG SPE Ltda, inscrito no CNPJ nº 48.845.711/0001-93 para a atividade 71.11.00 · PARCELAMENTO DE SOLO URBANO: LOTEAMENTO LOCALIZADO EM MUNICÍPIOS DA ZONA COSTEIRA, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES:A)NÃO POSSUA PLANO DIRETOR, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001;B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DO PARCELAMENTO, situado na Rua Artur Sardagna, s/n - Caixa d'água, no município de GUARAMIRIM, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

GUARAMIRIM, 24 de agosto de 2023

Município de GUARAMIRIM

CONSAD

SUCESSO AO CADASTRAR O REGISTRO NO TCE: CONTRATO: 23/2023; SEQUENCIAL DA CONTRATAÇÃO: 1372. CÓDIGO REGISTRO TCE: 88ACDC20347D3E7D5BCED427B44EC065B174C7D

Publicação Nº 5089386

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 88ACDC20347D3E7D5BCED427B44EC065B174C7D

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2023

Pelo presente instrumento de contrato, o Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Odilon Cairo de Oliveira, 515, Loteamento Belfin II, Bairro São Gotardo, na cidade de São Miguel do Oeste/SC, com CNPJ sob nº 07.242.972/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente Senhor Jair Antonio Giumbelli, Prefeito Municipal de Belmonte/SC, brasileiro, servidor público, casado, portador da Cédula de Identidade nº 2.203.613-0 -SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 796.019.609-53, residente na Rua Borges de Medeiros, nº 55, Município de Belmonte/SC, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a empresa AMEOSC- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Osvaldo Cruz, nº 167, centro, no Município de São Miguel do Oeste (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.829.267/0001-13, neste ato representado pelo seu Presidente, VALDIR RUBERT, Prefeito do Município de Mondaí e Presidente da AMEOSC, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 516.412.759-87, RG nº 1.154.793, residente e domiciliado na Rua Iracema, nº 129, apto 01, centro, Município de Mondaí - SC, no uso de suas atribuições legais, resolvem entre si e na melhor forma de direito, de comum acordo e com amparo legal, de acordo com o Processo Licitatório nº 17/2023 – Dispensa de licitação nº 11/2023, contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este Termo de Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO QUE ACONTECERÁ NO DIA 04 (QUATRO) DE NOVEMBRO DE 2023, PARA 01 (UM) CARGO E CADASTRO RESERVA, PARA O QUADRO GERAL DE SERVIDORES DO CONSAD, compreendendo:

- Elaboração de documentos necessários à realização do Processo Concurso Público;
- Elaboração dos Editais;
- Elaboração, aplicação e correção das provas;
- Emissão de documentos contendo relação de inscrições deferidas e indeferidas, de deferimento ou indeferimento de isenção do pagamento de taxas e condições especiais para a realização das provas, gabarito preliminar e final, resultado final e demais informações pertinentes ao certame;
- Análise e apreciação de recursos interpostos;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 A CONTRATADA obriga-se a manter total sigilo das provas a serem aplicadas no Processo de Concurso Público, sujeitando-se às penalidades legais, bem como rescisão imediata deste contrato, caso ocorra quebra de sigilo com relação aos serviços especificados, por dolo ou culpa da CONTRATADA.

2.2 O pessoal que vier a ser contratado para trabalhar no presente Concurso Público não manterá com a CONTRATANTE nenhum vínculo de natureza empregatícia, ficando os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, tributários e comerciais a cargo da CONTRATADA.

2.3 Ficará a cargo da CONTRATADA fornecer os materiais primários para a realização do Processo de Concurso Público.

2.4 Ficará a cargo da CONTRATANTE fornecer instalações e materiais secundários para a realização do Concurso Público, em todas as fases, mediante a quantidade solicitada pela CONTRATADA, bem como as despesas com correspondências convocatórias de candidatos, publicações em jornais locais ou regionais e outros atos oficiais inerentes ao Concurso Público, e bem assim, eventual remuneração de servidor público municipal designado para auxiliar no concurso público.

2.5 O recebimento dos serviços objeto deste contrato será feito nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 Pela realização do concurso será pago o valor correspondente as despesas administrativas e de expediente necessárias à sua realização que, nos termos do orçamento anexo, alcança o valor de R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais).

3.2 O valor ajustado deverá ser pago pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA através de depósito bancário – Banco do Brasil, agência nº 599-1, conta corrente nº 110-4, de titularidade da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC – no prazo de até 30 (trinta) dias após a aplicação da prova do Concurso Público a ser executado.

3.3 A contratada deverá obrigatoriamente observar no documento fiscal a ser emitido para o consórcio para fins de pagamento, o correto lançamento de retenção de Imposto de Renda, caso houver, conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e Resolução Administrativa nº 20/2023 (CONSAD). A pessoa jurídica, fornecedora do bem ou prestadora do serviço amparado pela isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

4. CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

4.1 A CONTRATADA cumprirá o objeto contratado a partir da assinatura do contrato até o dia 28 de fevereiro de 2024, conforme cronograma de atividades a ser estabelecido no Edital do Concurso Público.

4.2 O prazo a que alude esta cláusula só poderá ser prorrogado mediante solicitação da CONTRATADA, por escrito, devidamente fundamentada, nos seguintes casos:

a) Paralisação ou restrição na execução dos serviços, por determinação fundamentada;

5. CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES

5.1 São obrigações do CONTRATANTE:

a) Auxiliar na elaboração do Edital prestando todas as informações necessárias,

b) Nomear Comissão de Acompanhamento do Concurso Público;

c) Realizar as publicações legais do Edital, da homologação das inscrições, do resultado preliminar e final do Processo de Concurso Público, entre outros atos, de publicação obrigatória.

d) Providenciar local e organização para a realização das provas, bem como fiscais para acompanhamento de sua aplicação;

e) Prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA, para a elaboração do Edital e dos demais atos necessários à regular prestação dos serviços contratados.

f) Ceder servidores para atuarem como fiscais nos dias de aplicação das provas.

5.2 São obrigações da CONTRATADA:

a) Elaboração do Edital;

b) Elaborar, aplicar, corrigir e avaliar as provas;

c) Apreçar os recursos impetrados em relação à competência da CONTRATADA, emitindo parecer;

d) Prestar informações quanto aos atos de sua competência referente ao Concurso Público;

6. CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

6.1 A rescisão do presente contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, bem como por determinação judicial, nos termos da legislação.

6.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

7. CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

7.1 Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE designará uma Comissão de Acompanhamento do Concurso Público para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

7.1 Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, a locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da CONTRATADA.

7.2 Fica expressamente vedado à CONTRATADA transferir a responsabilidade da execução do objeto avençado a qualquer outra empresa.

8. CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO

8.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste Termo de Contrato, por extrato, no prazo previsto em lei.

9. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – FORO

9.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Comarca de São Miguel do Oeste - SC.

São Miguel do Oeste - SC, 24 de agosto de 2023.

JAIR ANTONIO GIUMBELLI

CONTRATANTE

Presidente do CONSAD

CPF sob nº 796.019.609-53

Prefeito do Município de Belmonte/SC

VALDIR RUBERT

Presidente da AMEOSC Prefeito de Mondaí

CPF sob o nº 516.412.759-87

CONTRATADA

HENRIQUE COLUSSI GOMES

Assessor Jurídico do CONSAD

Após análise do conteúdo do procedimento licitatório acima mencionado e deste contrato, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.

Elisete Simioni CPF: 040.807.179-62

Fiscal do Contrato

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar o cumprimento do mesmo.

Testemunhas:

Rafael Dal Ri Segatto Christian Carpeggini Giotto

CPF: 009.885.759-22 CPF: 083.087.679-07

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Odilon Cairo de Oliveira, 515, Loteamento Belfin II, Bairro São Gotardo, na cidade de São Miguel do Oeste/SC, com CNPJ sob nº 07.242.972/0001-31, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a AMEOSC- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Osvaldo Cruz, nº 167, centro, no Município de São Miguel do Oeste (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.829.267/0001-13, neste ato representado pelo seu Presidente, VALDIR RUBERT, Prefeito do Município de Mondaí e Presidente da Ameosc, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 516.412.759-87, RG nº 1.154.793, residente e domiciliado na Rua Iracema, nº 129, apto 01, centro, Município de Mondaí - SC firmado entre as partes acima relacionadas, a CONTRATADA pode ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE.

Assim, devida à necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Federal n. 13.709/2018.

Resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, que se vinculará ao contrato supracitado firmado entre as partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, de dados pessoais de agentes públicos e de cidadãos, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527/2011, que regulamenta os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), que regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 13.709/2018 no âmbito da administração municipal direta e indireta.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO firmado, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo,

somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

§ 1º A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

§ 2º A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO firmado sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

§ 3º A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

§ 4º A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

§ 5º Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

§ 6º Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

§ 7º A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO firmado.

§ 8º A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se, dentro dos limites contratuais e legais, por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES nos termos da Lei n. 12.527/2011, e respeitadas as normas da Lei Federal 13.709/2018 .

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO firmado.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam deste assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as partes. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme cláusulas contratuais e o constante no art. 87 da Lei n. 8.666/93 ou a que vier a substituir.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO Nº 22/2023 firmado entre as partes.

§ 1º Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

§ 2º O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

§ 3º Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

§ 4º Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, dentro dos limites contratuais e legais, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO firmado;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO firmado;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente instrumento é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

São Miguel do Oeste/SC, aos 24 de agosto de 2023.
De acordo.

JAIR ANTONIO GIUMBELLI
CONTRATANTE
Presidente do CONSAD

VALDIR RUBERT
Prefeito do Município de Mondaí
Presidente da Ameosc.
CONTRATADA

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Contrato: 23/2023;
Sequencial da contratação: 1372.

Código registro TCE: 88ACCDC20347D3E7D5BCED427B44EC065B174C7D